REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "B" AO Nº 197 – TERÇA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26

Líder
Eunício Oliveira - PMDB (63,70)

.....

Líder do PMDB - 19
Eunício Oliveira (63,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1
Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/SD) - 11

Líder
Gim - PTB (56,58,59)

Vice-Líder
Alfredo Nascimento (41,66)

.....

Líder do PTB - 6
Gim (56,58,59)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino (126)
Mozarildo Cavalcanti (57,125)

Líder do PR - 3
Alfredo Nascimento (41,66)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,72,131)

Líder do SD - 1
Vicentinho Alves (42,54,71,111)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23

Líder
Humberto Costa - PT (116,121)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,102)
Inácio Arruda (89,96,117,127)
Marcelo Crivella (36,120,128)

.....

Líder do PT - 14
Humberto Costa (116,121)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,95)
Anibal Diniz (25,99)
Paulo Paim (94)
Eduardo Suplicy (103)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,67,102)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PCdoB - 2
Vanessa Grazziotin (1,91,115)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (89,96,117,127)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,76)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (36,120,128)

Governo

Líder
Eduardo Braga - PMDB (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Wilder Morais - DEM (93,112,118,130)

Vice-Líderes
Mário Couto (34,61,122)
Jayme Campos (28,106,110,123)

.....

Líder do PSDB - 12
Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (80)
Paulo Bauer (5,35,74,79)
Ruben Figueiró (133)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,44,46,77)

PSB - 4

Líder
Lídice da Mata - PSB (29,38,82,129,134)

Vice-Líder
João Capiberibe (135)

PROS - 1

Líder
Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE
Ata da 27ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de agosto de 2014 5
Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de novembro de 2014 30
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 05 de novembro de 2014 50
1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ
Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2014 71
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de novembro de 2014 100
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014 124
Ata da 47ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2014 130
1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE
Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 04 de novembro de 2014 144
Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de novembro de 2014 154
Ata da 34ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de novembro de 2014 176
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2014 184
1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 06 de agosto de 2014 186
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2014 200
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 04 de novembro de 2014 232
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2014 233
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2014 259
1.1.5.1 – Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos
Ata da 6ª Reunião, realizada em 28 de maio de 2014 261
Ata da 7ª Reunião, realizada em 04 de junho de 2014 277
1.1.6 – Comissão de Serviços de Infraestrutura
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 06 de agosto de 2014 301
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014 327
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014 339
1.1.6.1 – Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de fevereiro de 2014 343
Ata da 2ª Reunião, realizada em 16 de abril de 2014 349
Ata da 3ª Reunião, realizada em 03 de junho de 2014 367
1.1.7 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2014 389
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014 425
1.1.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2014 428
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 04 de novembro de 2014 443
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 06 de novembro de 2014 463
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2014 482
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014 508
1.1.9 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2014 510

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2014..... 537
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2014..... 566

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia quatro de novembro do ano de dois mil e quatorze, na sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Luiz Henrique, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e Casildo Maldaner, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, Lúcia Vânia, Fleury, Douglas Cintra e Antonio Carlos Rodrigues, e, ainda, dos Senadores Paulo Paim e Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Cristovam Buarque, Valdir Raupp, Roberto Requião, Odacir Soares, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, João Vicente Claudino e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 26ª Reunião, que é dada como aprovada. É dispensada, ainda, a leitura e aprovada da ata da 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 51 de 2014 (Aviso nº 243/GMF/MF-DF), de 30 de julho de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de junho de 2014, e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 52 de 2014 (Aviso nº 249/MF), de 30 de julho de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior; Aviso nº 56 de 2014 (Aviso nº 259/GMF/MF-DF), de 28 de agosto de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de julho de 2014, e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 61 de 2014 (Aviso nº 270/MF), de 16 de setembro de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório sobre a operação estruturada de títulos no mercado internacional de capitais envolvendo emissão de um novo título de 30 anos e a recompra de títulos em mercado realizada em agosto de 2014; e Aviso nº 72 de 2014 (Aviso nº 292/GMF/MF-DF), de 27 de outubro de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro de 2014, e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação da matéria constante da primeira parte da pauta. **Item 1** – Mensagem (SF) nº 84 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor PABLO WALDEMAR RENTERIA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM", tendo como relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. O Presidente em exercício da Comissão, Senador Luiz Henrique, designa o Senador José Pimentel relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", o Presidente em exercício da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. A Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da segunda parte da pauta. **Item 1** – Projeto de Lei do Senado nº 130 de 2014 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros, que "convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)", tendo como relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto, à Emenda nº 1 (Substitutivo), de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e à Emenda nº 2, de autoria do Senador Romero Jucá, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 3 e 4, de autoria do Senador Romero Jucá, e nºs 5 e 6, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Em 08/05/2014, foi apresentada a Emenda nº 1 (Substitutivo), de autoria do Senador Ricardo Ferraço. Em 03/06/2014, foram apresentadas as Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria do Senador Romero Jucá. Em 03/06/2014, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, contrário ao Projeto. Em 15/07/2014, foi apresentada a Emenda nº 05, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Em 17/07/2014, foi apresentada a Emenda nº 06, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Em 04/11/2014, foi retirado o Voto em Separado pelo autor, Senador Eduardo Suplicy. Assume a Presidência o Se-

nador Casildo Maldaner para que o Senador Luiz Henrique possa relatar. Após a leitura do novo relatório apresentado pelo relator, usam da palavra os Senadores Eduardo Braga, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Lúcia Vânia, José Pimentel, Cyro Miranda, Gleisi Hoffmann, Vanessa Grazziotin, Eduardo Suplicy, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro e Fleury. A Presidência concede a palavra, ainda, aos Srs. Andrea Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, e José Barroso Tostes Neto, coordenador do Confaz. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2, nos termos da Emenda nº 7 (Substitutivo), renumerada como Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 3, 4, 5 e 6. **Item 2**– Mensagem (SF) nº 20 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária", tendo como relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Item 3**– Mensagem (SF) nº 29 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "encaminha a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2014", tendo como relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 453 de 2013, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "altera a Lei n° 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para incluir as fundações entre as beneficiárias do regime temporário da substituição das contribuições previdenciárias patronais previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, por outra incidente sobre a receita bruta", tendo como relator o Senador José Agripino, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria será apreciada pela pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. O Presidente em exercício da Comissão, Senador Luiz Henrique, designa o Senador Cyro Miranda relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", usa da palavra a Senadora Ana Amélia, autora da matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 312 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal", tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 637 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993 e o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para dispor sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 247 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "altera a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 1.361, do Código Civil, e dá outras providências. (Altera as formas de constituição e de transferência da propriedade fiduciária)", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 154 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que "altera a redação do § 1º e insere §§ 4º e 5º, ao art. 1.361, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) – altera o art. 6º, da Lei nº 11.882, de 2008 e dá outras providências", tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório contrário aos Projetos de Lei nºs 247 de 2007 e 154 de 2013. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 221 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1, 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos", tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 677 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 680 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões

de crédito e débito", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**– Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem", tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES)", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário)", que tramita em conjunto, ainda, com o Projeto de Lei do Senado nº 544 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para instituir a previsão de método de atualização de saldo devedor mais favorável aos alunos financiados e a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor nos casos que especifica, e dá outras providências", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, das Emendas nºs 1 e 2-CE, e dos Projetos de Lei nºs 8 e 544 de 2009. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13**– Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que "altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2033, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 14**– Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 41 de 2014, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debater e apresentar esclarecimentos sobre as denúncias de operações fraudulentas no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios, tendo como convidada a sra. Cláudia Muinhos Ricaldoni, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar). A apreciação da matéria é adiada. **Item 16**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 48 de 2014, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que requer, nos termos do parágrafo único do art. 393-C do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução do Senado Federal nº 1, de 2013), a modificação dos prazos nos trabalhos de avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional, para as seguintes datas: I – para recebimento de documentos e informações, até 9 de dezembro de 2014; II – para realização de audiências públicas, até 9 de dezembro de 2014; III – para apresentação do relatório final, até 16 de dezembro de 2014. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 48 de 2014-CAE. **Item 17**– Requerimento n° 54 de 2014, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que requer, com fundamento no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de discutir o tema "A Repartição de Receitas e o Fundo de Participação dos Municípios", com a participação dos seguintes convidados: Raimundo Carreiro, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); Representante do Ministério da Fazenda; Representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); Representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); e Raul Velloso, economista e consultor. A apreciação da matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Vice-Presidente e Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Luiz Henrique,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, – Senador **Casildo Maldaner,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Havendo quórum legal, agradecendo a presença das Srªs e dos Srs. Senadores, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, salientando a impossibilidade, que me foi comunicada ontem por ele próprio, de o nosso Presidente, Senador Lindbergh Farias, se fazer presente na reunião de hoje por motivos reconhecidamente relevantes.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 26ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Proponho ainda a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, concedo a palavra ao ilustre Líder.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Senador Walter Pinheiro, que é Relator do item 1, não conseguiu descer em Brasília por conta de teto e teve de ir a Belo Horizonte. Portanto, deve chegar por volta das 13 horas.

Se V. Exª concordar, eu posso ser Relator *ad hoc*, para ganhar tempo no processo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª tem a palavra.

Passo a palavra ao Senador José Pimentel para ler o relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Relatório da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 84, de 2014 (nº 269, na origem), da Senhora Presidenta da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Pablo Waldemar Renteria, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 2002, a Presidenta da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Pablo Waldemar Renteria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o presidente e os demais diretores da CVM.

Em conformidade com o estabelecido na referida Lei nº 6.385, de 1976, os mandatos do presidente e dos diretores da CVM são fixos e estáveis, devendo ser renovado a cada ano um quinto dos membros do colegiado, vedada a recondução imediata de seus titulares.

O Ato nº 2, de 12 de abril de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) disciplina o processo de aprovação de indicação de autoridades, no que se refere às declarações pessoais, à argumentação escrita e ao conteúdo do *curriculum vitae* a serem apresentados pela autoridade sujeita à arguição desta Comissão.

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial evidencia que o Sr. Pablo Waldemar Renteria possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 2004, e Especialista em Direito dos Contratos pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-Rio), em 2005, o Sr. Pablo Waldemar Renteria realizou o curso de Mestrado em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2007, cuja dissertação intitulada "A Atual Relevância da Distinção entre Obrigações de Meios e de Resultado no Direito Brasileiro" foi aprovada com grau 10 – distinção e louvor. Também concluiu o curso de Doutorado em Direito Civil na UERJ, em 2014, com a tese intitulada "Direito de Penhor – Realidade, Função e Autonomia Privada", a qual foi aprovada com grau 10 – distinção e louvor.

Além disso, o Sr. Pablo Waldemar Renteria publicou diversos artigos em revistas e livros nacionais. Ademais, publicou, em 2011, o livro "Obrigações de Meios e de Resultado: análise crítica". Na academia, é Professor Agregado do Departamento de Direito da PUC-Rio desde 2008, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Processo Administrativo Sancionador da FGV-Rio desde 2012, Professor de disciplinas oferecidas nos cursos de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio, UERJ, FGV-Rio, Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e Associação de Advogados de São Paulo. Também é membro do Instituto Brasileiro de Direito Civil.

Relativamente à sua experiência profissional, cumpre ressaltar os relevantes cargos e funções que exerceu de março de 2008 a agosto de 2013 na própria CVM, onde atuou como: Membro do Comitê de Regulação e do Comitê de Identificação de Riscos da CVM; Assessor para Assuntos Regulatórios, tendo trabalhado de março de 2008 a junho de 2009 na elaboração de importantes projetos regulatórios; e Chefe de Gabinete da Presidência, em que assessorou, no período de agosto de 2009 a maio de 2011, a então Presidente a apreciar

projetos normativos, a elaborar votos em processos administrativos, a preparar apresentações em eventos institucionais e a se relacionar com outros órgãos públicos.

Também foi Superintendente de Processos Sancionadores, de maio de 2011 a agosto de 2013, responsável pela supervisão da área de inquéritos administrativos, em que conduziu diversas investigações sobre *insider trading*, operação fraudulenta, manipulação de mercado, exercício abusivo do poder de controle em companhias abertas, violação dos deveres fiduciários por administradores de companhias abertas, dentre outros temas.

Quanto às declarações de cunho pessoal exigidas pelo art. 1º, inciso II, alíneas "a" a "e" do Ato nº 2, de 2011, da CAE, pode-se afirmar que o Sr. Pablo Waldemar tem um irmão que atua, desde o ano de 2008, como gestor na sociedade de gestão de recursos de terceiros Polo Capital Gestão de Recursos Ltda., a qual está sujeita à supervisão da CVM; tem participado, desde 2007, como sócio minoritário, sem poderes de administração, na sociedade ER & Associados Ltda., que não desempenha qualquer atividade relacionada às competências da CVM; possui regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal; não figura como autor ou réu em nenhuma ação judicial; e não atuou, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

A despeito do irmão do Sr. Pablo Waldemar Renteria desempenhar atividade privada vinculada à CVM, a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, não impede a posse de autoridades em tal situação, apenas afirma que o agente público deverá: enviar à Comissão de Ética Pública ou à Controladoria-Geral da União, conforme o caso, declaração indicando a existência de parente no exercício de atividades que possam suscitar conflito de interesses; e se abster de praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe seu parente e que possa influir nos atos de gestão deste.

Assim, as funções e os cargos exercidos, bem como a sua formação acadêmica, mencionados em seu currículo – que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado – revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor Pablo Waldemar Renteria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

É esse, Sr. Presidente, o parecer do nobre Senador Walter Pinheiro, que eu subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Estando presente o Sr. Pablo Waldemar Renteria, gostaria apenas que ele viesse integrar a Mesa, para que todas as Srªs e os Srs. Senadores o conheçam.

Agradecendo S. Exª o Relator *ad hoc*, José Pimentel, que acaba de proferir o parecer tão bem elaborado pelo Senador Walter Pinheiro, que, por motivo relevante, não pôde estar presente, e em atendimento à Resolução do Senado nº 41, concedo vista coletiva da presente matéria e, dentro ainda desta sessão legislativa, em data que o Presidente Lindbergh Farias vai determinar, muito provavelmente na próxima terça-feira, será realizada a sabatina.

Agradeço ao Dr. Pablo Waldemar Renteria, e vamos ao item seguinte da nossa pauta.

O primeiro item da sessão deliberativa diz respeito ao Projeto de Lei Complementar do Senado nº 130, de 2014, de autoria da ilustre Senadora Lúcia Vânia, subscrito por vários Srs. Senadores.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2014
– Não terminativo -

Convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Eu quero comunicar ao Plenário e aos senhores presentes que elaboramos um acordo relativamente a esse projeto tão relevante para o País e para os Estados. Pedindo escusas pelo atraso em iniciar esta reunião, quero esclarecer que estávamos no meu gabinete, em reunião, desde as 9h, com o representante do Ministério da Fazenda; com o Secretário Tostes, Coordenador do Confaz; com vários Srs. Secretários da Fazenda, que representam seus Estados no Conselho Fazendário; com a participação muito importante da Senadora Lúcia Vânia, autora do projeto; do Senador Cyro Miranda; do Senador Eduardo Braga, Líder do Governo; do Senador Romero Jucá e do Senador Ricardo Ferraço, ambos autores de emendas ao projeto; da Senadora Ana Amélia; do Senador Casildo Maldaner; do Senador Waldemir Moka; da Senadora Gleisi Hoffmann; e do 1º Suplente de Senador, eleito pelo Espírito Santo, Dr. Luiz Osvaldo Pastore.

Depois de uma discussão muito proveitosa, chegamos a um entendimento no sentido de, em modificando o projeto original, estabelecer as normas de remissão dos incentivos fiscais em benefícios concedidos pelos Estados.

Como a redação do texto a ser submetida nesta manhã a esta Comissão está ainda sendo ultimada, passo a ler os avisos que chegaram a esta Comissão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, ilustre Senador Eduardo Braga, Líder do Governo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, é para destacar a relevância e a importância da reunião que tivemos, ainda há pouco, no gabinete de V. Exª, juntamente com todas as autoridades e todos os Srs. Parlamentares e Srªs Parlamentares já relatados por V. Exª.

Creio que demos um passo muito importante, porque viabilizamos um entendimento que possibilitará a votação, nesta Comissão, no dia de hoje, da proposta legislativa que convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao ICMS.

Superamos dois artigos em que havia impasse para esse entendimento. Um, no que diz respeito à representatividade. Mais uma vez evoluímos, estabelecendo, portanto, 2/3 em nível nacional e 1/3 em nível de mesorregiões, garantindo, portanto, um quórum diferenciado no Confaz, exclusivamente para tratar da questão da convalidação e das remissões desses determinados créditos.

Com relação ao art. 3º, tivemos um avanço, ao colocarmos as condicionantes previstas pelo Convênio nº 70 do Confaz, que estabelece critérios e condicionantes para as remissões e para as convalidações e critério, inclusive, para penalizar aqueles que porventura não cumpram essas considerações. E damos uma sinalização, Sr. Presidente, muito importante para a sociedade, para os mercados, para o Supremo Tribunal Federal e para o Congresso Nacional da firme vontade política deste Congresso no sentido de avançarmos na reforma tributária e de fazermos o enfrentamento contra a guerra fiscal. Guerra fiscal esta que todos falamos publicamente que somos contra, mas, lamentavelmente, é ainda um instrumento usado para o desenvolvimento dos Estados e das mesorregiões de cada um desses Estados, diante das grandes lacunas que possuímos neste País.

Portanto, hoje a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, presidida por V. Exª e sob o seu comando e a sua liderança nesta relatoria, dá, sem nenhuma dúvida, um passo inequívoco – não é ainda uma vitória terminativa – porque, fruto também do entendimento, ficou acordado que aprovaremos na Comissão no dia de hoje este entendimento para futuro debate no plenário. Portanto, permitindo que haja espaço para avançarmos sobre outros temas, como a questão do ICMS, como a questão dos Fundos de Participação, que são, inexoravelmente, pontos e fatores indispensáveis para que possamos dar passos futuros.

Mas, sem nenhuma dúvida, Sr. Presidente; Srs. Parlamentares; Srs. Secretários de Estado aqui presentes; representantes do Confaz, o Dr. Tostes, que aqui representa, como coordenador, o Confaz; o Secretário Andrea Calabi, que teve uma participação relevante na nossa reunião; a Senadora Ana Amélia e a Senadora Gleisi, é inequívoco que hoje conseguimos um grande passo.

Quero, portanto, aqui, em nome da Liderança do Governo, dizer que o Governo entende que este é um passo que o Governo vem buscando, porque é uma iniciativa do Governo fazer esta reforma tributária e a reforma do ICMS. O Governo Federal encaminhou, desde 2013, para esta Casa, no cumprimento do entendimento de um Pacto Federativo que teve início na votação da guerra fiscal aqui, em março de 2012; já no começo de 2013, o Governo Federal encaminhou o processo da reindexação das dívidas públicas do Estado; encaminhou a Medida Provisória 599, que tratava das questões da convalidação e hoje nós estamos aqui, dando um desdobramento da iniciativa que o Congresso Nacional e o Governo Federal adotaram para si desde 2012 na questão da construção de uma reforma tributária que possa consolidar e reforçar o Pacto Federativo desta Nação.

Portanto, cumprimento o esforço de todos na construção desse texto que vai viabilizar a votação hoje na Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª e saliento que V. Exª, como Líder do Governo, teve um papel relevante nesse desenlace, nesse consenso que nós estabelecemos lá na reunião.

Quero comunicar mais à Casa, que também decidimos, sob sua liderança, realizar uma reunião em seu gabinete, proximamente, talvez na próxima semana, com membros do Confaz, no sentido de ver se avançamos nos outros temas pendentes, na nova alíquota do ICMS e nos Fundos de Desenvolvimento e de Compensação.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, que igualmente deu grande contribuição.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente e Relator, Luiz Henrique, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Secretários de Fazenda, representantes do Confaz, quero primeiro registrar a importância da decisão tomada no gabinete de V. Exª.

Todos sabem que sou um defensor da convalidação dos incentivos, sempre pugnei por uma rapidez nessa votação, porque há uma matéria inconclusa no Supremo Tribunal Federal e essa decisão do Supremo poderia, aí sim, causar um terremoto econômico, principalmente nos Estados menos desenvolvidos do País. Discutimos muito essa matéria. Inclusive, apresentei diversas emendas, trabalhei em conjunto com a Senadora Lúcia Vânia – de quem quero louvar o trabalho e o empenho e a autoria do projeto. V. Exª, como Relator, procurou, com a paciência que transcende a questão política, costurar e ouvir cada segmento para tentar tecer uma solução que é do Brasil, e o Brasil é um país continental, com diversos problemas, diversas matizes e diferenças regionais.

Hoje, votaríamos esta matéria sem consenso. Eu estava disposto aqui, hoje, a pedir adiamento desta matéria pela ausência de alguns Senadores e Senadoras neste plenário para que eles pudessem discutir, efetivamente, esta matéria e construir esse consenso no debate, mas V. Exª, com a habilidade que lhe é peculiar, construiu, no seu gabinete, esse consenso com o Confaz, com o entendimento dos secretários. E nós conseguimos evoluir para um texto que é um misto do texto de V. Exª com o Convênio nº 70 do Confaz, nos prazos, nas penalidades, enfim, na sistemática que o Confaz, por ampla maioria, propôs ao Senado e ao País.

Então, eu quero aqui registrar que vou votar favorável ao entendimento. Nós temos um entendimento – e foi dito aqui pelo Senador Eduardo Braga – de que não levaremos, rapidamente, esta matéria para o plenário, mas quero registrar aqui que pedirei urgência de comissão não para que ela seja levada com urgência para o plenário, mas para que, se houver alguma emenda, essa emenda possa ser feita em plenário. Nós vamos discutir a questão do ICMS. Nós vamos discutir a questão dos fundos. O fundo depende de um medida provisória do Governo Federal. Há ainda a discussão de 75, 25. Eu não sei. A ideia da urgência não é para votar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – A urgência final...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – A ideia para a urgência é para nós termos emendas que sejam possíveis adequar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Senador, o senhor me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Apenas, nesse entendimento que estamos buscando, na reunião de hoje, nós acertamos que não votaríamos e que não daríamos urgência na Comissão no dia de hoje até para que possamos votar o indexador esta semana na Casa – está certo? –, o novo indexador na Casa, e possamos retomar as discussões no âmbito, inclusive, do Confaz, com a sinalização do novo indexador, porque esta é uma matéria que está dentro de um contexto geral. Se aprovarmos a urgência aqui, na Comissão, estaremos estabelecendo alguns degraus em que ainda não conseguimos encontrar consenso. Acho que é um avanço muito grande, Senador Romero, fazermos a votação hoje na Comissão. E nada impede que, daqui a uma semana, nós possamos discutir a urgência na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Ou a urgência na Comissão ou a urgência de plenário. Na verdade, a minha ideia da urgência é exatamente não termos a condição de surgir uma emenda de plenário, ter que voltar para a Comissão, ter pedido de vistas e ter uma demora maior. Então, eu retiro o pedido de urgência da Comissão, mas me reservo e gostaria que, no momento oportuno em que formos votar no plenário, aí sim, déssemos urgência para que, se surgir alguma necessidade de ajuste no plenário, esta matéria possa ser feita no próprio plenário através de uma emenda. Então, eu retiro o pedido de urgência da Comissão...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Perfeito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ...mas registro a importância de termos, na votação de plenário, uma urgência na matéria para que não seja necessário que qualquer modificação que seja feita volte à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Assuntos Econômicos. Mas quero aqui registrar a importância da matéria. Votarei favorável à matéria exatamente porque considero um avanço a presteza e a forma como foi discutido e encaminhado, através da liderança do Senador Luiz Henrique e da participação de todos nós, porque esta matéria diz respeito a todas as unidades da Federação de forma mais forte ou menos forte. É importante que todos possam estar concordando com esta matéria.

Então, meu voto será favorável, Sr. Presidente. E quero louvar o trabalho de V. Exª e de todos os Senadores e Senadoras envolvidos na solução do entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª. A colaboração de V. Exª foi mais do que relevante para chegarmos a esse entendimento.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, que muito contribuiu igualmente para que chegássemos a esse entendimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu quero crer que, quando o Senador Romero Jucá faz essa fala, está considerando a relevância do tema e a necessidade do Senado brasileiro e do Congresso brasileiro de se movimentarem. Está correto o Senador Romero Jucá, pela relevância do tema, pela necessidade de sinalizarmos à sociedade brasileira, sobretudo, a um conjunto muito grande de empre-

endedores que, Brasil afora, colaboraram muito para o deslocamento da concentração econômica em nosso País. A insegurança jurídica tem causado, até mesmo, uma paralisação em razão de novos investimentos. Então, o tema é demasiadamente relevante, e esse passo dado aqui precisa ser registrado com muita ênfase. Então, quero crer que esse seja o sentido da fala e da manifestação do Senador Romero Jucá.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de cumprimentar V. Exª pela capacidade que teve de liderar, de harmonizar, de ouvir, ao longo desses meses, diversos Governadores, Secretários de Estado, de estabelecer, de forma democrática, uma mesa de negociação, e foi essa mesa de negociação que possibilitou a possibilidade de estarmos aqui, hoje, podendo votar esta matéria. V. Exª foi peça fundamental.

Quero, também, fazer o registro do apoio que tivemos ao longo desse processo do nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lindbergh, que, por motivos relevantes, não está presente aqui entre nós. O Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Lindbergh, criou as condições, deu a V. Exª as condições, na condição de Relator, para que pudéssemos construir essa grande proposta que, em seguida, V. Exª está apresentando.

O que estamos fazendo aqui, Sr. Presidente? Nós estamos convalidando incentivos fiscais que foram concedidos ao longo dos últimos anos. Esses incentivos fiscais foram importantes para a desconcentração econômica em nosso País. Não há um Estado emergente do nosso País, tão complexo, tão heterogêneo, que não tenha lançado mão desse mecanismo para fomentar, para desenvolver a prosperidade, sobretudo, a prosperidade compartilhada a um conjunto de Estados federados, que jamais teriam em seu território investimentos que hoje podem ter, se não fossem esses instrumentos. Esses instrumentos possibilitaram a desconcentração econômica em nosso País. Quem diria que o Estado do Ceará poderia ter uma Grendene, na cidade de Sobral, se esse Estado não se valesse de alguns instrumentos? Estados, tantos outros, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, enfim, os Estados emergentes tiveram que lançar mão desses instrumentos para produzirem prosperidade em seus, em nossos territórios. Fizeram isso porque não tinham alternativa, e, na ausência de alternativa, isso possibilitou que, ao longo desses anos todos, esses Estados, como Goiás, melhorassem muito a sua condição, a condição e a qualidade de vida, geração de emprego e oportunidade para tantos brasileiros que moram e vivem fora do eixo central, da região sudeste.

Ao convalidar isso, ao dar delegação ao Confaz, para que possa convalidar, nós estamos quebrando a unanimidade, especificamente, para convalidação, até porque, sejamos claros, essa unanimidade do Confaz foi regulamentada em um período em que a democracia não respirava a liberdade de expressão. Para mexermos na Constituição Federal, nós precisamos de três quintos; para alterar qualquer dispositivo no Confaz, nós precisamos da unanimidade, e o Dr. Nelson Rodrigues já disse, certa vez, que a unanimidade não é o melhor dos conselhos, muito menos nesse caso.

Então, nós estamos aqui quebrando a unanimidade do Confaz, especificamente para essa convalidação, sinalizando aos empreendedores, sinalizando aos Governos uma segurança jurídica. Mas não apenas isso, Sr. Presidente, nós estamos sinalizando com clareza, inclusive em parceria com o Confaz, que, para caminharmos para um ambiente de uma competição fiscal mais civilizada, nós precisamos reconhecer que a competição fiscal em nosso País se excedeu, e, com isso, banalizou a utilização desses instrumentos que foram muito importantes na história econômica recente do nosso País. Foram exatamente esses excessos que produziram a banalização, e, aí, a competição fiscal evoluiu, realmente, para uma guerra fiscal, que não está trazendo benefícios ao agregado dos interesses do nosso País. Para que nós possamos evoluir, é preciso que haja uma regra de transição, e essa regra de transição está prevista nos debates e no consenso que nós estamos construindo.

Nós estamos sinalizando que, para investimentos incentivados na área agropecuária, industrial, agroindustrial e na infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano, a critério de cada Estado, essa transição poderá ter até 15 anos. Os Estados, com sua autonomia, poderão decidir a ampliação desses incentivos, para que esses empreendimentos nesses campos possam ter ou possam continuar gerando empregos.

Não foi esquecido um conjunto de outras importantes atividades, aquelas ligadas, por exemplo, à manutenção ou ao incremento das atividades portuárias e aeroportuárias vinculadas ao comércio internacional, incluindo a operação subsequente da importação praticada pelo contribuinte importador. Nesse caso, esses investimentos são em até oito anos, dependendo da deliberação de cada Estado, considerando a atividade portuária, tanto exportadora como importadora, uma atividade muito importante que gerou em nossos Estados a possibilidade também de desconcentrarmos a dinâmica portuária em nosso País.

Criamos toda uma condição para que essas regras pudessem ter uma transição suave, para que nós pudéssemos fazer aqui um *soft landing*, pudéssemos atravessar de um ambiente para outro sem que essas preocupações pudessem estar consideradas nesse grande acordo que fizemos, inclusive com o apoio do Confaz, do seu Presidente.

Eu quero ressaltar aqui também o apoio do Secretário de Estado da Fazenda, o Dr. Andrea Calabi, que, nessa reunião que fizemos pela manhã, teve extraordinário espírito público, teve uma visão nacional, para além da responsabilidade de cuidar especificamente dos elevados interesses do Estado de São Paulo, e expressou toda uma responsabilidade, toda uma solidariedade com o conjunto dos Estados federados.

Evidentemente, o debate vai continuar. Nós vamos aprofundar esse debate em relação a outros temas que vão continuar na pauta, mas esse acordo foi um acordo possível.

Cumprimento V. Exª pelo esmero, pela qualidade e pela precisão com que conduziu este processo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª e quero convidar, para integrar esta Mesa, o Secretário da Fazenda do Estado do Pará, Coordenador do Confaz, Prof. José Barroso Tostes Neto.

Ele está na redação.

Então, convido o Secretário da Fazenda do País mais desenvolvido da América Latina, ... (*Pausa.*)

Ele está na redação.

Então, convido o Secretário da Fazenda do País mais desenvolvido da América Latina... (*Risos.*)

...Profª Andrea Calabi, para representar os demais.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Ana Amélia, que tanto tem se integrado na luta por esses temas da Federação, do equilíbrio federativo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Luiz Henrique, caros colegas Senadores e Senadoras, Secretários da Fazenda, Presidente do Confaz, com esta votação está se desamarrando um dos mais fortes nós, não só na questão fiscal – guerra fiscal, segurança jurídica –, mas em uma questão profundamente federativa, como salientou o Senador Luiz Henrique. Elas estão amarradas entre si. Não é esta decisão que estamos tomando agora, mas fruto de um acordo muito, muito discutido, idas e vindas, e, aí, valho-me da questão da iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e do exercício feito pelo Relator, Senador Luiz Henrique, junto com o Confaz, onde havia pesadas resistências em relação a questões, como, por exemplo, a questão da unanimidade na votação do Conselho.

Vínhamos de um processo muito grave de insegurança jurídica, porque o Supremo Tribunal Federal, ao considerar inconstitucionais os incentivos concedidos por não terem sido submetidos à aprovação prévia do Confaz, criou um represamento de investimentos no País fundamentais para o desenvolvimento econômico, porque não havia nenhuma segurança em saber se os empreendimentos beneficiados com incentivos fiscais em várias regiões brasileiras teriam que pagar retroativamente aqueles benefícios que receberam dentro da política de incentivos fiscais. Essa insegurança jurídica está, pela convalidação, sendo resgatada, resolvida e tomara que isso represente uma retomada de crescimento dos investimentos que estão represados no País. Então, penso que estamos tomando uma decisão que está também relacionada.

Esse é um ponto do grande *iceberg* que estamos vivendo aqui, que é a questão da unificação das alíquotas do ICMS, que vem também na esteira da aprovação amanhã, esperamos, do novo indexador da dívida, do acordo renegociado da União com os Estados e Municípios. Portanto, é uma amarração muito complexa, muito difícil, e, hoje, está-se dando o primeiro passo para desamarrar esses nós. Deve-se atribuir isso à posição política tomada pelo Senador Luiz Henrique naqueles Estados que tinham mais resistência de entender que não adianta ficar nesse tira e puxa porque não vamos chegar a lugar algum, ou vamos chegar a lugar algum. A própria Senadora Lúcia Vânia aceitou algumas ponderações a que ela resistia, entendendo que, na ação política, temos que encontrar um consenso mínimo para avançar numa questão que é eminentemente federativa. Argumentar também, tudo o que disse o Senador Ferraço aqui a respeito dessa matéria.

Então, Senador Luiz Henrique, penso que estamos cumprindo com uma missão muito complicada. Isso revela, também, a natureza dessa Federação brasileira, que tem a provocação permanente do maior Estado e mais rico, que é São Paulo, mas tem, também, Estados longínquos, Roraima, Acre, o próprio Rio Grande do Sul, que esgotou toda a sua capacidade para novos investimentos, porque é o Estado mais endividado da Federação.

É muito complexa uma deliberação dessa natureza e chegarmos a um consenso, a um acordo com o Conselho de Política Fazendária. Realmente, foi um grande exercício, eu diria, de tolerância, de entendimento, de negociação, que coube a todos, digamos, o mérito, aos Secretários de Fazenda, ao Presidente, ao Presidente, ao Relator dessa matéria, Senador Luiz Henrique, ex-Governador, que conhece as dores da gestão de um Estado muito competitivo que é Santa Catarina, e à Senadora Lúcia Vânia, por ter tomado a iniciativa desse projeto da convalidação.

Esperamos que, amanhã, o Plenário do Senado vote, enfim, a questão da renegociação da dívida. Há um peso nisso, que é a questão da retroatividade. Sabemos o que isso representa nesse imbróglio, mas é um tema que temos que enfrentar sem demora no plenário do Senado.

Muito obrigado.

Parabéns, novamente, Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço à nobre Senadora Ana Amélia e concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, fazendo-lhe uma homenagem especial, porque, quando estabelecemos o acordo aqui da elaboração de um projeto, no sentido de fazer a remissão dos incentivos, ela prontamente tomou a dianteira e o fez, de modo que essa discussão só foi possível graças à iniciativa de S. Exª.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigada.

Sr. Presidente, Sr. Secretário da Fazenda, Andrea Calabi, duro nas negociações, mas afável no trato, Senador Casildo, Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentá-lo pela paciência, tolerância, capacidade de articulação e, acima de tudo, pela iniciativa de fazer essas reuniões junto ao Confaz. Não foi apenas uma ou duas, mas foram várias as reuniões em que buscávamos esse acordo.

Acredito que as emendas do Senador Jucá e do Senador Ferraço vieram aprimorar esse projeto e acredito também que nós atingimos o objetivo com esse projeto. O objetivo era principalmente sinalizar que o Congresso Nacional não estava omisso, não esteve omisso em nenhum momento em relação a esse tema.

A remissão dos incentivos é uma grande reivindicação dos nossos Estados, mas eu não poderia deixar de dizer e de dividir essa vitória que tivemos hoje, a vitória do consenso, do bom senso, com todos os Senadores da Região Centro-Oeste. Essa iniciativa não foi apenas minha, mas foi principalmente um acordo que fizemos em Plenário, tendo à frente o Senador Moka, o Senador Cyro Miranda, o Senador Fleury, o Senador Blairo Maggi, o Senador Jayme Campos, o Senador Delcídio do Amaral e tantos outros que se aliaram a nós no sentido de fazer com que esse tema voltasse à Comissão de Constituição e Justiça para ser aqui discutido.

E eu não poderia deixar de ressaltar aqui também a importância do Senador Eduardo Braga, que é o Líder do Governo e que tem sido a ponte entre os interesses que envolvem a Federação, que envolvem até mesmo a oposição. Ele tem sido muito afável nessa ponte entre a oposição e o Governo, e sem dúvida nenhuma, teve um papel importante.

Quero agradecer à Senadora Ana Amélia, que também esteve conosco em todas as reuniões, dando a sua contribuição, ela, que é uma Senadora comprometida com a Federação e principalmente com o municipalismo; agradecer, enfim, a todos.

Enfim, a remissão atendeu aquilo que queríamos: a remissão e a anistia desses créditos fiscais. Conseguimos alterar a composição do Confaz, de forma acordada, é preciso dizer aqui, para dois terços, no geral, e um terço, para as unidades federadas; conseguimos estabelecer os prazos para cada uma das atividades envolvidas; e, enfim, conseguimos destensionar a nossa relação com o Confaz, fazendo com que o Confaz oferecesse a todos nós a sua colaboração técnica, mas sem perder o Senado da República a sua condição de ser o estrategista da política tributária. Isso graças a essa discussão e graças principalmente a V. Exª, que sempre procurou preservar o papel do Congresso Nacional, respeitando a atuação técnica do Confaz, mas nunca abrindo mão das prerrogativas que são inerentes ao nosso cargo.

Portanto, deixo aqui os meus cumprimentos, meus cumprimentos aos Secretários da Fazenda, todos, e a todos aqueles que colaboraram, de uma forma ou de outra, para que chegássemos a este dia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço à nobre Senadora Lúcia Vânia.

Concedo a palavra ao ilustre e competente Líder José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente desta reunião, nosso coordenador do pacto federativo, Luiz Henrique, V. Exª tem construído vários entendimentos nas matérias mais difíceis que estão na nossa agenda desde os anos noventa, e agora, com a sua liderança, estamos conseguindo dar passos significativos.

Quero saudar o nosso Secretário de São Paulo, Andrea Calabi, com quem já tivemos um conjunto de diálogos, o Casildo, nosso companheiro também de Santa Catarina, e nossos Pares e começar registrando que essas matérias do pacto federativo são matérias complexas – interesses divergentes – e necessitam de uma paciência muito forte para fazer composição em torno desses temas, e o Luiz Henrique tem demonstrado exatamente ser essa pessoa.

Queria registrar que, em 2012, fizemos um grande debate sobre o ICMS importação, pondo fim à chamada "guerra dos portos", e essa matéria, como dizia respeito exclusivamente ao Senado entrou em vigor em janeiro de 2013, trazendo um equilíbrio no pacto federativo, beneficiando principalmente dois Estados, São

Paulo e Rio de Janeiro, por conta da sua configuração. Naquela época, em 2012, também acordamos aprovar a chamada Emenda Constitucional do Comércio Eletrônico. Hoje, o ICMS fica exclusivamente no Estado de origem, onde está sediada a empresa, e os Estados de destino, aonde a mercadoria chega, não recebem qualquer participação nesse processo. Fizemos isso em 2012, aprovamos essa emenda por unanimidade aqui no Senado Federal, mas, lamentavelmente, o acordo que fizemos no Senado Federal não foi honrado na nossa Casa ao lado, na Câmara dos Deputados. Já se passaram dois anos e esse projeto de emenda constitucional ficou nas gavetas da Câmara. Alguns Deputados pediram vistas, com a clara demonstração de retaliar, de não cumprir o acordo firmado no Senado Federal por todos nós. Por isso, Sr. Presidente, precisamos também envolver principalmente o Presidente da Câmara Federal nesse conjunto de acordos que estamos fazendo, porque eles resolvem problemas dos Estados mais ricos, mas transferem a conta para nós, dos Estados mais pobres.

Nós fizemos também, em 2013, um grande diálogo sobre a renegociação das dívidas dos Estados e dos Municípios, mas é preciso dizer que essa renegociação beneficia muito mais alguns Estados do que outros, porque nós, dos Estados periféricos, do Norte e Nordeste, retirando o Estado de Alagoas, temos dívidas mínimas, e já as pagamos. Fizemos um sacrifício muito forte e pagamos as nossas dívidas. Os Estados mais ricos resolveram pegar as suas dívidas estaduais, as suas dívidas municipais, e transferiram, naquela negociação de 1997 a 1999, para a União, ou seja, para todos nós contribuintes, na época em critérios muito vantajosos para os devedores. Era preciso fazer. De lá para cá, a economia foi alterada para melhor, os indicadores pactuados entre 1997 e 1999 se alteraram. A taxa de juros, na época, era de 6% a 9%. Foi um subsídio muito grande, porque nós praticávamos taxas de juros entre 12%, 14% e 15% na época. Hoje, com uma taxa de juros real entre 2,5% e 3%, podemos reduzi-la para 4%, o que nós estamos acordando nesse projeto.

Volto a dizer que essa renegociação não beneficia as 27 unidades da Federação, beneficia algumas, aquelas que tiveram a capacidade de se endividar nos anos 80 e 90. Em seguida, em face da dificuldade da nossa economia, no final dos anos 90, transferiu para o Tesouro Nacional, para os contribuintes de todo o Brasil.

Vamos aprová-la amanhã, mas espero, Sr. Presidente, nobres Senadoras e Senadores, que os acordos que estamos fazendo no Senado Federal sejam complementados pela Câmara Federal, senão isso trará uma insegurança política e social muito grande para nós, dos Estados que terminam pagando a conta dos Estados mais ricos, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, a cidade de São Paulo, que conseguiram fazer dívidas sem nos consultar, mas, depois, nós pagamos a conta, nós, "periféricos" – entre aspas, que pagamos a conta. Precisamos ver os acordos firmados que nos beneficiam sendo cumpridos, a exemplo do comércio eletrônico. Espero que a convalidação dos incentivos fiscais não fique apenas no papel, como foi feito com o comércio eletrônico.

Estamos resolvendo, sim, as questões de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de outros Estados, mas não estamos resolvendo as questões particularmente do Nordeste. Nossa indústria, nossa economia, por conta da baixa infraestrutura existente na Região, pela falta de universidades desse período, pela inexistência ou pelo diminuto número de escolas técnicas federais, nós não tinha condição de ter grandes conglomerados na nossa região. A maneira que nós encontramos de superar isso foi através do incentivo fiscal, porque senão nenhuma indústria iria para nossa região. Agora, o Supremo Tribunal Federal declara inconstitucionais os incentivos feitos ao longo os anos 90 e nesse início do século 21. Estamos totalmente expostos, estamos tentando fazer uma convalidação daquilo que não tirará 1 centavo dos cofres públicos municipais, dos cofres públicos estaduais e muito menos estaduais e muito menos do Governo Federal, porque esse incentivo não envolveu o Governo Federal. Esse incentivo já foi concedido. O que nós queremos é salvar os investimentos legais e legítimos que foram feitos na nossa região.

Quando nós vamos tratar das questões das Regiões Norte e Nordeste é sempre essa dificuldade. Para os outros, toda facilidade; para nós, a conta para ser paga.

Por isso, vamos votar sobre a renegociação da dívida, Sr. Presidente, mas quero registrar que nós precisamos também cumprir os acordos políticos aqui firmados. E como demonstração de boa-fé, seria importante que todos os nossos Partidos orientassem as suas Lideranças para cumprir o acordo do comércio eletrônico, votando a PEC que está na Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, sob pena de trazer insegurança política para nós outros, que pagamos a conta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª tem toda razão, aliás, a primeira emenda relativa ao comércio eletrônico foi de minha autoria. Nós aprovamos, aqui, no Senado, uma fusão de várias proposições.

Quero asseverar a V. Exª que a questão do Nordeste é nacional. A diáspora nordestina já levou à minha cidade, Joinvile, o terceiro polo industrial do País, mais de 50 mil irmãos do Nordeste, que para lá foram em busca de empregos. Então, resolver a questão do Nordeste é uma das questões fundamentais para o desenvolvimento harmônico e equilibrado do nosso País.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, o que nós estamos pedindo é para que se cumpram os acordos do pacto federativo que são firmados aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª tem toda razão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu gostaria apenas de registrar a presença do Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Gilmar Sossella, e do Deputado Jorge Pozzobom, que estão acompanhando esta decisão porque vieram para acompanhar, amanhã, a deliberação do Plenário do Senado sobre a mudança do indexador para a dívida dos Estados...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Aliás, não é a primeira que eles vêm a esta Casa, já vieram várias vezes. Quero cumprimentar os ilustres colegas do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao Senador Cyro Miranda. Depois, teremos a Senadora Gleisi Hoffmann, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Waldemir Moka, que se inscreveram.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Senador Luiz Henrique, Presidente desta reunião.

Colegas do Senado, hoje, estamos quebrando alguns paradigmas, paradigmas que nos levaram, por muitas décadas, a uma situação às vezes até de constrangimento – o paradigma de que o Confaz com a sua unanimidade não deixava brecha para alguns outros tipos de negociação; o paradigma de que o incentivo fiscal era uma coisa terrível, um monstro para alguns Estados.

Hoje, estamos dando um passo, Sr. Presidente, para a regularização de uma situação irregular, mas uma situação irregular motivada pelo desespero dos Estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Na falta de um programa de desenvolvimento industrial para essas regiões, os Estados tiveram de lançar mão de alguns instrumentos para podermos desenvolver igualitariamente os nossos Estados.

Não há coisa melhor do que o emprego. Não há melhor situação para uma população. Não há melhor maneira de se contemplar um desenvolvimento do que essa. A igualdade da geração de empregos é muito maior do que os ajustes sociais que são feitos através de programas de desenvolvimentos sociais.

Secretário Calabi, eu costumo dizer que São Paulo foi o maior beneficiado com a vinda dos incentivos fiscais, ou a chamada guerra fiscal. Na década de 60 e 70, tinha-se como o grande instrumento de trabalho só São Paulo, e isso era cantado em verso e prosa: peguei um ita no Norte. Essa turma ia toda para São Paulo e levava grandes problemas sociais em busca do emprego, porque era desassistida no Centro-Oeste. Então, isso propiciou que não houvesse mais esse êxodo. Isso só foi possível com, hoje, honrando a sua palavra, o Senador Eduardo Braga, que começou um grande acordo feito com Santa Catarina, Espírito Santo, o Centro-Oeste e o Norte. Hoje, esse acordo está honrado.

Obrigado, Senador.

Na sequência, o grande articulador Romero Jucá. Depois de um determinado momento, vimos se esvaindo esse acordo, mas entra em cena o Senador Romero Jucá e propõe algumas soluções que foram possíveis, e, hoje, nós as estamos concretizando. Nessa sequência vem a Senadora Lúcia Vânia, do meu Estado, que conseguiu captar toda a necessidade em um projeto, podendo conciliar grandes desencontros no encontro deste projeto. E, por último, V. Exª foi um mestre em arredondar este projeto, em lapidar, para que ele fosse possível.

Quero agradecer, também, a todos os membros do Confaz, na pessoa do Secretário Andrea Calabi, por ter entendido e ter cedido. Todos nós tivemos que dar um passo atrás, e gostaria de dizer que o grande beneficiário é a população brasileira.

Agora, tem que se regulamentar. Eu acho que nós demos um passo importante, mas ainda há alguns ajustes a serem feitos.

Portanto, estão todos de parabéns. Eu quero parabenizar aqui, neste momento, o ex-Secretário Simão Cirineu e a Lurdes, pela importante contribuição que deu, levando aos senhores do Confaz a realidade do nosso Estado. Agradeço também a todos os Pares envolvidos nessa situação, Ferraço, Ana Amélia, Casildo Maldaner, todos aqueles que viram com bons olhos que tínhamos que dar uma solução a esse grande problema que aflige a todos, não só a São Paulo, mas, muito mais, a uma população carente.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao nobre Senador Cyro Miranda e quero saudar, aqui, o campeão de votos, Governador eleito do Piauí, nosso colega Wellington. Seja bem-vindo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a força de sua votação esplêndida e magnífica.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigado. É um prazer.

Parabéns pelo trabalho. Estaremos juntos, aqui, na construção deste entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra à ilustre Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Saudando V. Exª e saudando todos os membros desta Comissão.

Queria começar por reconhecer o papel importante que V. Exª teve na condução desta matéria e no desdobramento que estamos tendo hoje, aqui, ao fazer esta votação. Também quero reconhecer o papel da Senadora Lúcia Vânia, junto com a Bancada do Centro-Oeste, que discutiu muito os aspectos aqui levantados e foi importante para trazer o debate. E, particularmente, gostaria de parabenizar a atuação do Senador Eduardo Braga, nosso Líder do Governo, que trouxe a posição do Governo com relação a essa matéria.

Não é uma matéria simples, não é fácil, porque ela envolve outros aspectos, inclusive um dos aspectos discutido muito por esta Comissão, discutido muito por esta Casa, que é a resolução que nós encaminhamos para tentar aplacar a guerra fiscal, o que não está, hoje, sendo discutido com esta matéria, no entendimento do Governo.

Mas penso que o Senado retoma o seu papel de orientar e disciplinar matérias tributárias importantes, sem deixar que o Supremo ou a área jurídica deste País comece a legislar sobre temas que são importantes para nós. Então, acho que é um passo importante.

A convalidação das concessões desses benefícios, a remissão e a concessões desses benefícios, a remissão e a anistia, não quer dizer que esta Casa ou esta Comissão reconhecem a guerra fiscal ou atos praticados a que hoje, por ventura, nós fazemos críticas. Tão somente convalidamos uma situação acontecida, aquilo que trazia o Senador Pimentel: uma realidade que tínhamos no nosso País e um desenvolvimento regional diferenciado, em que os Estados da Federação tinham que se virar para poder fazer e garantir o seu desenvolvimento. Aliás, não só os Estados menores, como disse o Senador Pimentel, ou Estados do Norte e do Nordeste, mas os Estados do Sul e do Sudeste também utilizaram desse mecanismo para levar importantes investimentos para suas regiões, para seus Estados, e foram importantes para esse desenvolvimento. Portanto, convalidar esses atos não é reconhecer a guerra fiscal, mas, tão somente, acalmar, pacificar a situação do País.

E penso que nós podemos fazer isso, Sr. Presidente, primeiro, pelo entendimento desta Casa, pelo amadurecimento, pela necessidade de encaminharmos a reforma tributária, mas por mudamos também o modelo de desenvolvimento deste País. Hoje, Senador Pimentel, e V. Exª coloca as dificuldades do Nordeste em termos de investimentos, em termos educacionais, podemos dar um passo, porque os frutos desses investimentos nas regiões menos prevalecidas do País foram feitos. Hoje nós temos universidades federais; hoje nós temos institutos federais de educação tecnológica construídos no Norte e no Nordeste; hoje nós temos investimentos. Eu fui testemunha e acompanhei o esforço de V. Exª, o esforço do Presidente Lula...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mas esse incentivo foi dado antes. Nós queremos convalidar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Por isso que eu estou dizendo que nós somos favoráveis. Eu não estou questionando V. Exª, só estou dizendo que é possível darmos um passo hoje para convalidar e iniciar uma discussão da reforma tributária porque também mudamos o modelo de desenvolvimento deste País, também olhamos para as regiões menos incentivadas, inclusive o Centro-Oeste, aqui defendido pela Senadora Lúcia Vânia. Hoje nós temos investimentos.

Fui testemunha do esforço do Presidente Lula, da Presidenta Dilma de levar investimentos para o Norte, para o Nordeste do País e para o Centro-Oeste, mesmo com dificuldades de infraestrutura. Assim como fui testemunha dos grandes investimentos em infraestrutura que estão sendo desenvolvidos nessa região, seja pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), seja pelo PIL (Programa de Investimento em Logística). Isso nos dá condições de fazer uma discussão mais tranquila em relação à situação tributária.

Por isso que eu acho que o passo que nós demos nesta Casa hoje é muito relevante e vai ao encontro, não tenho dúvidas, como disse o Senador Eduardo Braga, do desejo do Governo, do desejo da Presidenta Dilma de fazer uma reforma tributária para equilibrar a realidade de desenvolvimento deste País.

Que a gente possa acabar com a guerra fiscal, mas dar condições a todas as Regiões do País – Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste – de ter um desenvolvimento pleno e satisfatório. Que a gente realmente possa ter um desenvolvimento, em termos de Brasil, bem equilibrado.

E tenho certeza, Senador Luiz Henrique, de que nós vamos ter muita responsabilidade na condução e discussão dessa matéria no plenário, junto com a resolução que já discutimos aqui, e muito bem o Senador Pimentel nos lembrou da responsabilidade dos acordos políticos que temos.

Então, não podia deixar de fazer esse registro e dizer que essa é uma data histórica para esta Casa, para o Senado da República e para o avanço que nós precisamos fazer em termos de reforma tributária neste País.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

Pela ordem, concedo a palavra ao Líder do Governo, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, como nós estamos no aguardo do texto, eu gostaria de propor a V. Exª, terminada a lista de Senadores inscritos para falar, que nós pudéssemos votar os itens 2 e 3 da pauta, porque são matérias consensuais, com relação a programação monetária do primeiro trimestre de 2014 e a programação monetária do segundo semestre de 2014, e eu sou Relator. Nós poderíamos, portanto, tendo em vista que o texto ainda não chegou, encerrada a participação dos Senadores, ler o relatório e votar, porque são matérias consensuais na Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª. Assim o faremos.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu também quero, assim como fizeram meus colegas que me antecederam, cumprimentar V. Exª por esse trabalho realizado até aqui, Senador Luiz Henrique. Sem dúvida nenhuma, esse não é dos trabalhos mais fáceis, é muito difícil, porque encontrar não um consenso, mas, um acordo possível para votar essa matéria de tamanha complexidade, que trata de tantos interesses convergentes e, ao mesmo tempo, divergentes, é, sem dúvida nenhuma, muito importante.

Agora eu gostaria, Sr. Presidente, de pegar o caminho já aberto por outros Parlamentares e pela Senadora Gleisi. Eu vejo isso como uma parte de inúmeros outros projetos que nós temos que votar, e já iniciamos quando tratamos aqui da votação do projeto que procurou acabar com a guerra dos portos. Iniciamos também quando votamos por unanimidade – e aqui fica o meu reconhecimento e o meu agradecimento – a prorrogação por 50 anos da Zona Franca de Manaus, que também é parte do debate do acordo federativo e da organização federativa, que trata de incentivos fiscais da mesma forma.

Eu, Sr. Presidente, vejo esse passo que nós estamos dando como um passo muito importante para a garantia desse desenvolvimento mais equilibrado, que é o que a gente vem conseguindo no Brasil nos últimos anos, ou seja, para uma desconcentração de renda não a partir do sofrimento daqueles que têm muito, mas a partir de crescimento daqueles que não tinham nada, Senadora Gleisi. Então, isso é muito importante, é esse ato de democratização que nós estamos vivendo no Brasil, Senadora Lúcia Vânia, é um olhar que vê o Brasil como um todo e não apenas o Brasil do grande mercado consumidor. Por isso, é muito importante.

Eu, Sr. Presidente, apresentei duas emendas, nenhuma delas acatada por V. Exª da forma como apresentei.

Uma, que trata do prazo, e V. Exª ouviu a todos a partir de uma acordo que foi estabelecido aqui, propõe um período de dez anos para os incentivos na área industrial e de cinco anos para a área comercial, mas percebo que o que sai, a partir de uma negociação, é uma escala que vai de um a 15 anos, dependendo do tipo da atividade, agropecuária, comercial, industrial ou internacional, comercial, de importação e exportação. Acho que esse tema está bem trabalhado. Sei que, na área comercial, ainda teremos um debate profundo, mas é um bom caminho.

A segunda, Sr. Presidente, é a que eu quero aqui insistir. Acho que foi a minha Emenda nº 5. V. Exª propõe que esses novos convênios, essas isenções possíveis de serem convalidadas com o novo quórum que se propõe, com o qual eu concordo, e somente isso, poderão ser incentivos em leis estaduais a serem editadas até a data da aprovação deste projeto de lei complementar. Eu havia proposto, Sr. Presidente, através de emenda, que poderia entrar, nessa regra excepcional, aqueles convênios feitos ou aquelas remissões e concessões fiscais até o dia 31 de dezembro do ano de 2013, portanto, do ano passado, porque, daqui até a aprovação dessa lei, poderão vir inúmeras novas concessões.

Eu não sei se seria o melhor caminho, Sr. Presidente, mas quero dizer que, do ponto de vista e nos termos gerais, eu acho que esse acordo une muito mais do que separa. Então, eu estou levantando uma ponderação, mas não que isso signifique que nós não concordemos com o acordo que vem sendo estabelecido aqui.

Tenho muito claro o seguinte: o próximo debate será em relação às alíquotas, à unificação das alíquotas. Quando a gente defende aqui uma alíquota diferenciada para a Zona Franca de Manaus, Sr. Presidente, é porque a Zona Franca de Manaus é diferente. É diferente do Sudeste, é diferente do Nordeste; é Zona Franca

de Manaus, e pega uma área muito importante do País, que vem sobrevivendo e preservando o seu meio ambiente exatamente por conta disso.

E eu quero dar só um exemplo, e sei que esta Casa merece os cumprimentos, porque teve uma participação muito importante. A União Europeia decidiu abrir, solicitar a abertura de painel contra o Brasil; a União Europeia decidiu isso, apesar de todas as ações feitas pelo Governo brasileiro para evitar a abertura de um painel. Houve contestação por parte da União Europeia de vários incentivos, Senador Alfredo Nascimento, que o Brasil adota.

A União Europeia abriu, mas retirou sabe o quê, deste painel? A Zona Franca de Manaus, porque entende que esse é um incentivo necessário não só ao desenvolvimento igualitário do País, com a dimensão que tem o Brasil, mas à defesa ambiental, porque a União Europeia é a número um na defesa ambiental contra as mudanças climáticas, e a Zona Franca de Manaus tem sido atualmente o instrumento mais poderoso para defender concretamente o nosso meio ambiente. Então, ficam aqui essas ponderações.

Ao mesmo tempo, renovo o compromisso não só com V. Exª, mas com a Senadora Lúcia Vânia, como V. Exª destaca em seu relatório, com o Senador Jucá, o Líder do Governo, e com todos aqueles que têm colaborado para que esse acordo saia não só da Comissão, mas quiçá, em breve, do Plenário também, Senador. Espero que daqui para frente a gente continue tendo muito cuidado de defender todas as Regiões, todos os Estados, olhando aquilo que é melhor para o nosso País e para a nossa gente.

Muito obrigada, Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª, não só por suas palavras, mas por sua participação proativa na tramitação deste projeto, com a apresentação de emendas importantes.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente Luiz Henrique, acho que posso até abrir mão, aceitando aquela sugestão do nosso Líder Eduardo Braga. Enquanto não chega o Substitutivo, que deve estar a caminho, elaborado pelo Senador Luiz Henrique, acho que há algumas matérias mais ou menos "consensuadas" e vale a pena, aproveitando esse quórum que aqui existe...

Sem antes deixar de dizer ao eminente Líder Pimentel, sem prejuízo do Nordeste, acho que tem que cuidar dessas questões, que a tese que a Senadora Gleisi Hoffmann levantou de que o Governo Federal tem as preocupações em relação ao Brasil, as regiões mais degradadas que precisam de incentivos, com IDH mais baixo, os Governadores também têm em seus Estados, que possuem algumas regiões que precisam de uma atenção especial, para que haja uma descentralização em âmbito estadual. Há regiões com IDH mais baixo; então, também há essa preocupação em relação à autonomia do princípio federativo em relação a seus Estados. Apenas essa ponderação eu faço, respeitando naturalmente as preocupações do nosso Líder Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A minha reclamação é porque os acordos feitos nesta Casa não são cumpridos pela outra, é só isso.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Vamos torcer para que cheguemos ao entendimento também lá.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente Senador Luiz Henrique, quero cumprimentá-lo, sobretudo, pelo entendimento que se conseguiu na reunião citada por V. Exª, e também o coordenador do Confaz, o Secretário de Fazenda José Tostes, bem como o Secretário da Fazenda Andrea Calabi, que deu uma contribuição muito importante.

Quero informar que eu já havia registrado até um voto em separado, que seria diferente daqui, em função de diferenças em relação ao seu parecer, mas com o entendimento havido não insistirei. Retiro o meu voto em separado e cumprimento todos pelo espírito de busca de um equilíbrio entre as federações. Acredito que essa seja também a vontade do Governador Geraldo Alckmin e do Secretário Andrea Calabi de fazer com que São Paulo sempre possa promover seu desenvolvimento com uma visão de equilíbrio para as demais unidades da Federação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

Quero dizer a V. Exª que, ano que vem, esta Casa, todos nós sentiremos muita saudade da sua atuação dedicada, presente, consistente. V. Exª tem o respeito de todos nós. Agradeço a V. Exª por esse ato.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Atendendo, então, à questão de ordem levantada pelo Senador Eduardo Braga, suspendo a deliberação deste item da pauta...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É inversão de pauta, itens 1 e 2.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – E promovo a inversão de pauta...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... intercorrente, passando para o item nº 2:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 20, de 2014
– Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Com a palavra o Ilustre Líder do Governo, Relator Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, o relatório:

A Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre e para o ano de 2014, nos termos do §1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos nº 57, de 2013, do Presidente do Banco Central, informando que a Programação Monetária para o primeiro trimestre e para o ano de 2014 foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 20 de dezembro de 2013.

Vamos à análise, Sr. Presidente, para a economia de tempo, já que o Relatório está distribuído a todos os Srs. Senadores:

Da análise.

Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 9.069 (Lei do Real), de 1995, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) emitir parecer sobre a Programação Monetária encaminhada a esta Casa trimestralmente. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no §3º do artigo acima mencionado.

O cerne da Programação Monetária é a projeção de agregados monetários. Tal projeção, em um regime de câmbio administrado, como foi no início do Plano Real, é fundamental para que se avalie a sustentabilidade da âncora nominal associada àquele regime, qual seja, a taxa de câmbio nominal. Dessa forma, projeções de crescimento muito fortes para os agregados monetários poderiam acender o sinal de alerta, fornecendo subsídios aos Parlamentares para contestar a condução da política monetária.

Já em um regime de metas para inflação, a projeção de agregados monetários não se constitui no principal instrumento de política monetária. Neste regime, o Banco Central utiliza a taxa de juros de forma a garantir que a inflação se situe dentro de um intervalo preestabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. O instrumento de política monetária não é mais a quantidade de moeda, mas a taxa de juros. Os agregados monetários irão se ajustar à taxa de juros definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

A avaliação da Programação Monetária deve levar em consideração dois aspectos primordiais: 1) a evolução dos agregados monetários tem sido consistente com o regime de metas para a inflação?; 2) as metas para expansão monetária são consistentes com a estabilidade de preços?

Em primeiro lugar, com relação às previsões de crescimento do M1 e M4 e da base restrita e ampliada para o terceiro trimestre de 2013, os valores ocorridos se encontraram sempre dentro dos intervalos de confiança da projeção. Os resultados para o quarto trimestre de 2013 e ocorridos em outubro/novembro também estão dentro dos intervalos de confiança, com a exceção do M1 com um valor ocorrido (R$306,4 bilhões) um pouco abaixo do limite inferior (R$320 bilhões) da programação monetária. Esses resultados sugerem que os modelos econométricos da demanda por moeda utilizados pelo Banco Central são adequados e que a demanda por moeda é estável.

Em segundo lugar, a projeção do crescimento dos agregados monetários está compatível com as projeções de crescimento do PIB, da taxa de câmbio, da demanda por papel-moeda e depósitos à vista e com multiplicadores da base monetária restrita e ampliada estáveis. As projeções dos agregados monetários se situam entre 5,9% (variação projetada para a base monetária ampliada) e 8,7% (variação projetada para o M4). Ainda, projeta-se que a proporção entre o M4 e o PIB deve permanecer estável no ano de 2014.

O Banco Central tem conseguido manter a inflação no intervalo para a meta estabelecida. A inflação em 2013, medida pelo IPCA, foi de 5,91%, dentro do intervalo de tolerância. No ano de 2014 a inflação acumulada até o mês de fevereiro é de 1,24%. Não obstante, a inflação apresentou trajetória benigna no intervalo de doze meses encerrado em novembro, decorrente das ações de política monetária implementadas ao longo

de 2013. Portanto, podemos concluir que as projeções para os agregados monetários estão compatíveis com o regime de metas para inflação.

Voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o primeiro trimestre e para o ano de 2014, nos termos do seguinte:

Projeto de Decreto Legislativo.

Aprova a Programação Monetária para o 1º trimestre e para o ano de 2014.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o 1º trimestre e para o ano de 2014, nos termos da Mensagem nº 20, de 2014 (nº 34, de 2014, na origem), da Presidente da República.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,

Senador Eduardo Braga.

Este é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Braga.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, vamos colocá-la em votação.

Em votação o relatório do ilustre Senador Eduardo Braga.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Vamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 29, de 2014
– Não terminativo -

Encaminha a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2014.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta.

Com a palavra o ilustre relator, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, sendo matéria correlata com a matéria anterior, já aprovada por esta Comissão, lerei apenas dois parágrafos e vou direto ao voto.

A Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2014, nos termos do §1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real.

Acompanha a mensagem a Exposição de Motivos nº 14, de 2014, do Presidente do Banco Central, informando que a Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2014 foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 27 de março de 2014.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2014, nos termos do seguinte

Projeto de Decreto Legislativo.

Aprova a Programação Monetária para o 2º trimestre e para o ano de 2014.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o 2º trimestre e para o ano de 2014, nos termos da Mensagem nº 29, de 2014 (nº 70, de 2014, na origem), da Presidente da República.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,

Relator: Senador Eduardo Braga

Este é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 453, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei n° 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para incluir as fundações entre as beneficiárias do regime temporário da substituição das contribuições previdenciárias patronais previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, por outra incidente sobre a receita bruta.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Designo S. Exª o Senador Cyro Miranda para, na condição de Relator *ad hoc*, proferir o parecer elaborado pelo Senador José Agripino.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Obrigado pelo privilégio de ser Relator *ad hoc* da eminente Senadora Ana Amélia.

O Relatório do Senador Agripino, que vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos, é do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 453, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Eu vou direto à Análise, Sr. Presidente, e ao Mérito.

Como bem lembrou o Autor em sua justificação, a proposta é meritória por incluir as fundações no regime favorecido da Lei nº 12.546, de 2011.

De fato, não faz sentido excluí-las, pois as fundações também têm seus encargos trabalhistas e precisam de toda a ajuda possível, justamente pelos seus fins nobres (religiosos, morais, culturais ou de assistência). Além disso, ao contrário das empresas, que, obviamente, visam ao lucro, as fundações não têm a quem repassar seus encargos.

Cabe lembrar, também, que as fundações podem se deparar com situações em que figuram como competidoras das empresas. Exemplo é o caso das radiodifusoras pertencentes a fundações, que têm entre as fontes de renda a publicidade. Elas, certamente, contarão com maior dificuldade para firmar novos contratos, tendo em vista a perda da competitividade em relação às demais radiodifusoras que possuem finalidade econômica e estão incluídas no regime de desoneração da folha de pagamentos regulado pela Lei nº 12.546, de 2011.

Outro mérito do projeto é a formalização das relações de trabalho e o fomento das atividades dos setores beneficiados, especialmente no sentido de lhes proporcionar maior geração de emprego e renda.

Sem reparos a oferecer à proposição em análise, recomendamos, veementemente, sua aprovação.

O Voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2013.

Esse é o Voto do Senador José Agripino.

Obrigado, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, vamos colocá-la em votação.

Em votação, o Relatório do Senador José Agripino, lido pelo Relator *ad hoc,* Senador Cyro Miranda.

Os Senadores que concordam com o Relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa naquela Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

Eu queria apenas agradecer, Presidente Luiz Henrique, por ter, também, incluído na pauta.

Essa é uma matéria que não é terminativa.

Agradecer à Senadora Gleisi, que pediria vistas.

Essa matéria é muito singela, porque foi dado um benefício sobre a questão da desoneração das folhas; e muitas dessas fundações, no meu Estado, ressentiram-se desse desequilíbrio do benefício concedido às emissoras de radiodifusão convencionais.

Então, queria agradecer a V. Exª, agradecer à Senadora Gleisi, mas, especialmente, ao Senador Cyro Miranda pela Relatoria *ad hoc* desse Projeto, que, agora, terá mais espaço para discussão na Casa.

Muito obrigada, Presidente Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

Passamos ao item 6 da Ordem do Dia.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, de 2007
– Não terminativo -

Altera o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993 e o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para dispor sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais;

2. Em 03/06/2014, foi concedida Vista Coletiva.

O relatório já foi lido pelo Relator na 21ª Reunião, realizada em 3 de julho de 2014, ocasião em que foi concedida aquela vista.

Consulto o Relator se deseja fazer uso da palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Já havia lido este relatório, este parecer, Sr. Presidente. Tendo em conta que o Sescoop não pertence ao sistema sindical patronal, que, no Brasil, se encontra vinculado à atividade econômica dos empregadores, a vinculação dos recursos do sistema S à Sescoop, dependendo da decisão judicial, poderia se afigurar como inconstitucional.

Face ao cenário atual de insegurança jurídica, a transferência de mais recursos para o Sescoop, na forma pretendida pelo PLS nº 637, de 2007, consubstancia ato de discutível eficácia.

Por essa razão, meu parecer já lido foi pela rejeição do Projeto de Lei nº 637, do Senador Renato Casagrande.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, vamos colocá–la em votação.

Em votação o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam com o mesmo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 48, de 2014
– Não terminativo -

Requer, nos termos do parágrafo único do art. 393-C do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução do Senado Federal nº 1, de 2013), a modificação dos prazos nos trabalhos de avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional, para as seguintes datas:

I – para recebimento de documentos e informações, até 16 de outubro de 2014;

II – para realização de audiências públicas, até 20 de novembro de 2014;

III – para apresentação do relatório final, até 09 de dezembro de 2014.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Observações:

Em 03/06/2014, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias.

Em virtude do período eleitoral, sugiro alteração das referidas datas: recebimento de documentos e informações e realização de audiências públicas, até 09 de dezembro de 2014; data final para apresentação do relatório final, mantida até o dia 16 de dezembro de 2014.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar a matéria em votação.

Em votação o requerimento com as alterações propostas.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Avisos do Ministério da Fazenda, para conhecimento da Comissão, desta Casa e dos telespectadores da TV Senado:

> – Aviso nº 51/2014, de 30 de julho de 2014, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela pasta no mês de junho de 2014 e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
> – Aviso nº 52, encaminhando relatório sobre programa de emissão de títulos e de administração de passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior;
> – Aviso nº 56, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela pasta no mês de julho de 2014 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
> – Aviso nº 61, de 16 de dezembro de 2014, encaminhando relatório sobre operação estruturada de títulos no mercado internacional de capitais, envolvendo emissão de um novo título de trinta anos e a recompra de títulos de mercado realizada em agosto de 2014;
> – Aviso nº 72, de 27 de outubro de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela pasta no mês de setembro de 2014 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados.

Tendo chegado às minhas mãos o texto da emenda substitutiva integrante do meu parecer e resultante do amplo acordo realizado entre membros desta Casa, representantes do Ministério da Fazenda, representantes do Conselho de Política Fazendária, cujo Presidente encontra-se à Mesa, Prof. Tostes, lerei o texto objeto do acordo.

Passo a Presidência ao Senador Casildo Maldaner, que é o mais jovem da Comissão, ao inverso.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com muita honra, porque, às vezes, também a idade tem essas coisas na vida, faz parte.

Com a incumbência de presidir, então, neste momento, a nossa Comissão de Assuntos Econômicos, passo a palavra ao Relator, que vai expor o seu substitutivo aos colegas, Senador Luiz Henrique da Silveira.

Com a palavra V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Passo a ler.

Art. 1° Mediante convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, os Estados e o Distrito Federal poderão deliberar sobre a:

> I – remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiros fiscais instituídos em desacordo com o disposto no art. 155, § 2°, inciso XII, letra "g", da Constituição Federal, por legislação estadual publicada até a data de início de produção de efeitos desta Lei Complementar; e
> II – reinstituição das isenções, incentivos e benefícios referidos no inciso I que ainda se encontrem em vigor.
> Art. 2° O convênio a que se refere o art. 1º poderá ser aprovado e ratificado com o voto favorável de, no mínimo:
> I – dois terços das unidades federadas; e
> II – um terço das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões do País.

Art. 3° O Convênio de que trata o art. 1º atenderá, no mínimo, as seguintes condicionantes, a serem observadas pelas unidades federadas:

> I – publicar, nos seus respectivos Diários Oficiais, relação contendo a identificação de todos os atos normativos relativos a isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiros fiscais, abrangidos pelo art. 1º;
> II – efetuar o registro e o depósito, junto à Secretaria Executiva do Confaz, da documentação comprobatória correspondente aos atos concessivos das isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, mencionados no inciso I.

§ 1° O disposto no art. 1º não se aplica aos atos relativos às isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiros fiscais, vinculados ao ICMS não publicados, não depositados e não registrados nos termos de que trata este artigo, devendo ser revogados os respectivos atos concessivos.

§ 2° Fica a unidade federada que editou o ato concessivo publicado, registrado e depositado junto ao Confaz, relativo às isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiros fiscais, vinculados ao ICMS de que

trata o art. 1º, autorizada a concedê-los e a prorrogá-los, nos termos do ato vigente na data de publicação do respectivo convênio e cujo prazo de fruição não poderá ultrapassar:

> I – 31 de dezembro do décimo quinto ano posterior à produção de efeitos deste convênio, quanto àqueles que forem destinados ao fomento das atividades agropecuária e industrial, inclusive agroindustrial, e a investimento em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano;
> II – 31 de dezembro do oitavo ano posterior à produção de efeitos do respectivo convênio, quanto àqueles destinados à manutenção ou ao incremento das atividades portuária e aeroportuária, vinculada ao comércio internacional, incluída a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador;
> III – 31 de dezembro do terceiro ano posterior à produção de efeitos do respectivo convênio, quanto às operações e prestações interestaduais com produtos agropecuário e extrativo vegetal, *in natura*;
> IV – 31 de dezembro do primeiro ano posterior à produção de efeitos do respectivo convênio, para os demais.

§ 3º Os atos concessivos publicados, registrados e depositados junto ao Confaz, permanecerão vigentes e produzindo efeitos como normas regulamentadoras nas respectivas unidades federadas concedentes das isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, vinculados ao ICMS, nos termos do § 2º.

§ 4º A unidade federada concedente poderá revogar o ato concessivo ou reduzir o alcance ou o montante das isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, antes do termo final de fruição.

§ 5º As unidades federadas poderão:

> I – estender a concessão das isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, referidos no § 2º, para outros contribuintes estabelecidos em seu território, sob as mesmas condições e nos prazos limites de fruição;
> II – aderir às isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais concedidos ou prorrogados por outra unidade federada da mesma região na forma do § 2º, enquanto vigentes.

§ 6º A concessão, prorrogação, manutenção, extensão ou adesão de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, vinculados ao ICMS por Estado ou pelo Distrito Federal em desacordo com o previsto no respectivo convênio torna sem efeito as disposições nele previstas, relativamente à unidade federada infratora.

Art. 4º Ficam afastadas possíveis restrições decorrentes da aplicação do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que possam comprometer a implementação das disposições desta Lei Complementar.

Art. 5º Para fins de aprovação e ratificação do convênio previsto no art. 1º, aplicam-se os demais preceitos contidos na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1971, que não sejam contrários aos dispositivos desta Lei Complementar.

Art. 6° Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Por todo o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 130, de 2014, na forma da seguinte emenda substitutiva que acabei de ler.

Em relação às Emendas nºs 1 e 2, conforme o entendimento já feito, meu parecer é pela rejeição. (*Pausa.*)

Ou melhor, pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2, nos termos do substitutivo, e rejeição das demais.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Embora já tivesse sido discutida, é o encaminhamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só quero fazer uma observação muito objetiva.

Não pude estar aqui – tinha me inscrito –, mas tive o privilégio e a alegria de receber o Deputado Federal Reinaldo Azambuja, que é o Governador eleito do Mato Grosso do Sul. Seria da minha parte uma descortesia não receber o Governador eleito, e o fiz com o maior prazer. Conheço o Reinaldo ainda quando Prefeito de Maracaju, hoje, Governador eleito do Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente e Relator, quero saudar. O que vamos votar só foi possível pela questão política. Dificilmente, uma matéria como essa seria aprovada sem que houvesse um esforço, sem que tivesse, por parte de São Paulo, do próprio Coordenador, o desprendimento, e teve que ter. Chegamos ao entendimento possível. As pessoas que estão, às vezes, alheias sempre querem cobrar a colocação disso ou a retirada daquilo. O que fizemos aqui foi o possível. Na verdade, é o início, na minha avaliação, de um grande entendimento para que possamos fazer, realmente, a reforma tributária de que esse País precisa. Depois desse entendimento, vamos ter que votar um indexador. É preciso que a Câmara volte à questão do comércio eletrônico. Tudo isso faz parte daquilo que podemos avançar.

No meu Estado, Mato Grosso do Sul, o que aconteceu em termos de agroindustrialização, principalmente, só foi possível porque o Governador André Puccinelli, é verdade, fez isso sem a permissão do Confaz ou, pelo menos, não teve unanimidade, e vários outros Estados fizeram. Eu pergunto: e se não fizessem? Teríamos essa industrialização no interior do País? Não teríamos, com certeza. Então, firmamos um acordo no sentido de convalidar incentivo, mais do que isso, fazer com que, por mais 15 anos ou 8 anos isso continue sendo possível. É essa a transição possível.

Então, saúdo o nosso Relator, o esforço desse extraordinário homem público que é o ex-Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique. Mas isso não seria possível sem a ajuda do Líder do Governo Eduardo Braga, dessa batalhadora pelo Centro-Oeste, a Senadora Lúcia Vânia – somos todos liderados por ela nessa matéria. Fiz parte desse esforço.

Então, gostaria de registrar aqui a cobrança, hoje, no Estado, da Federação das Indústrias, na pessoa do Sérgio Longen, para que isso fosse convalidado. E, se isso não fosse, no Mato Grosso do Sul seria um prejuízo muito grande.

Então, a todas as Senadoras e a todos os Senadores, que, diretamente ou indiretamente, participaram desse esforço eu gostaria de saudar, não só em nome da população sul-mato-grossense, mas, tenho certeza, o que acontece nesta Casa, hoje, é o início, se Deus quiser, e, se houver essa disposição, de um grande entendimento para uma reforma tributária tão importante para este País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para fazer uma retificação. Houve um erro de digitação no art. 5º. A Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro, é de 1975 e não de 1971.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Feita a retificação pelo Relator, Senador Luiz Henrique, a Mesa quer congratular-se com o Senador Waldemir Moka. V. Exª estava inscrito, inclusive, e justifica bem a saída para receber o Governador Reinaldo Azambuja, de Mato Grosso Sul.

Por sinal, veja bem, o que não faz o Município de Maracaju...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Maracaju é um dos Municípios mais produtivos. Está chegando lá uma indústria vinda da China.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caxias do Sul também é um bom Município.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Olha, na verdade, ao cumprimentar o Senador Moka, estou ouvindo aqui o Senador Flexa Ribeiro, pedindo a palavra pela ordem, assim como o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – O Senador Luiz Henrique é o Relator, e vamos, para que não haja problema, ao encaminhamento desta matéria.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Há mais erros de redação que detectamos agora.

Nos incisos I, II, III e IV do §2º, onde diz "desse convênio", é "do convênio". Fica a redação com melhor técnica legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com as devidas correções de técnica legislativa, vamos, então, pela sequência.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Casildo Maldaner, Srªs e Srs. Senadores, convidados, Secretário da Fazenda do Pará, como o coordenador do Confaz, e o Secretário da Fazenda de São Paulo.

Hoje é um dia importante para o Senado Federal. Quero aqui parabenizar o Senador Luiz Henrique, que trabalhou de forma permanente no sentido de chegar a um consenso entre todos os Estados da Federação. O Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, também fez a interlocução, para que se pudesse chegar a este texto, que atende, pelo menos, a maioria ou a totalidade dos Estados da Federação brasileira. A Senadora Lúcia Vânia tem uma preocupação, que é de todos nós, com relação aos incentivos do seu Estado de Goiás.

O Estado do Pará usou dos incentivos fiscais para atrair investimento para o Estado. O nosso Secretário é contrário aos incentivos. Digo a ele que também serei contrário aos incentivos no dia em que forem extintos para os Estados da Federação. A regra tem que ser única. Enquanto houver um Estado com incentivo, o Pará deve ter incentivo, para que possa se desenvolver.

Não sou da corrente que pensa que conceder incentivo é deixar de ter receita para o Estado, porque nós estamos trabalhando com receita futura, com investimentos que não existiam.

Quero parabenizar o Dr. Andrea Calabi, porque a maior objeção para tirar a unanimidade das decisões do Confaz era feita por São Paulo. Eu próprio tenho um projeto que tramita no Senado há oito ou nove anos, que tira a unanimidade do Confaz e reduz para três quintos o seu Conselho.

Agora, vejo que, efetivamente, por esta minuta que vamos aprovar, espero que por unanimidade, fica retirada a unanimidade, substituída por dois terços das unidades federadas e um terço das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco Regiões do País. Cria duas condicionantes para que possa ser aprovada.

A meu ver, não vou entrar no mérito, bastaria o inciso I, porque nós vamos criar uma dificuldade a mais para que possamos aprovar novos incentivos daqui para a frente. Mas, de qualquer maneira, este é um momento da maior importância, porque nós estamos convalidando aquilo tudo que estava para trás, que nenhum Estado da Federação poderia cumprir. As empresas teriam que devolver, inclusive, os incentivos dados a elas. Mas nós estamos, então, convalidando isso e abrindo, deixando a possibilidade de continuarem a praticar incentivos para atrair investimentos.

Parabéns a todos aqueles que nos ajudaram.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A matéria foi demasiadamente debatida, desde no gabinete do Senador Luiz Henrique, na parte da manhã, e, depois, nesta Comissão. Nós já estamos com o horário bem avançado.

Sem prejuízo, os colegas Eduardo Suplicy e o Senador Fleury também gostariam de fazer observações. Embora não seja nominal, não é matéria terminativa, vai a plenário. Se pudéssemos colher votos e devolver esta Presidência ao eminente Senador Luiz Henrique, sem prejuízo dos comentários dos dois colegas, Senador Fleury e Senador Eduardo Suplicy, ou então, se fizessem uma observação bem rápida... Senão, depois, eu já vejo que não...

Senador Fleury.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Só queria cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia por esse trabalho, uma mulher que soube ouvir, levou esse trabalho com cautela, com tranquilidade, ouvindo todos para chegarmos a esta vitória. Nós de Goiás nos sentimos honrados. E o Brasil recebe, de coração aberto, esse feito que será benéfico para todos os Estados deste País.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Linda a declaração de V. Exª, oportuna e, sem dúvida alguma...

Senador Eduardo Suplicy, que, inclusive, retirou a emenda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria apenas de fazer a sugestão de que brevemente os Secretários da Fazenda José Tostes e Andrea Calabi nos digam por que avaliaram que eram importantes os pontos principais desse entendimento em relação ao que havia até ontem, quando havia uma dificuldade, e hoje... Então, que eles possam brevemente dizer por que consideram positivo esse entendimento. É a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pergunto aqui se é possível nós fazermos isso logo após a votação. Nós aproveitaríamos o quórum para fazer as observações, as indagações do Senador Eduardo Suplicy.

Não havendo mais quem queira discutir, nós...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pois não, nosso querido...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – É apenas para fazer o registro de que esta votação, sem dúvida nenhuma, como já foi dito aqui por vários, é o que foi possível construir de entendimento e, mais do que isso, abre um debate importante para que nós possamos avançar sobre duas questões centrais da reforma tributária: a questão das alíquotas de ICMS e a questão dos fundos de desenvolvimento e de compensação.

Ao votarmos esta matéria hoje aqui abrimos espaço para que a Câmara dos Deputados possa votar o comércio eletrônico, tão bem lembrado aqui pelo nosso Senador Moka e também pelo Senador Pimentel e outros Senadores, que é uma questão vital para todos, mas também há uma questão central para que esta reforma possa avançar, que é a questão das alíquotas de ICMS e a questão do fundo de desenvolvimento de compensação.

Portanto, o que nós estamos fazendo aqui é dar uma sinalização importante para o Supremo, para a sociedade, para o mercado, para os investidores, para a segurança jurídica de uma questão tão importante para os trabalhadores, para os investidores, para aqueles que querem que o Brasil cresça e possa dar sinais importantes para a segurança do investimento em nosso País, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com essas observações – e o Secretário Calabi, logo em seguida, responderá ao eminente Senador Eduardo Suplicy – e para devolver a Presidência da Mesa ao eminente Senador Luiz Henrique, só quero declarar formalmente essa questão.

Em seguida, devolvo, para que o Calabi faça a sua manifestação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e à Emenda nº 02, de autoria do Senador Romero Jucá, nos termos da Emenda nº 05, Substitutivo, renumerada como Emenda nº 01 da CAE, Substitutivo, e pela rejeição das Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Senador Romero Jucá, e das Emendas nºs 05 e 06, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

Portanto, fica aprovada esta matéria, debatida exaustivamente pelos Colegas, por todos; pelo Sr. Calabi representando aqui a Secretaria da Fazenda; pelo Sr. Tostes representando o Confaz; pelo nosso Líder do Governo, pela Senadora Vânia, que, inclusive, recebeu o endosso de todo o Estado de Goiás, através do Senador Fleury e, agora também, do Senador Cyro Miranda, e, enfim, por todos que participaram.

Ao cumprir esta missão, quero devolver a Presidência a quem articulou não só em nome dos catarinenses, mas de todos, num esforço danado, sem dormir direito, matutando, ruminando o entendimento: o eminente Senador e Vice-Presidente desta Comissão Luiz Henrique, a quem devolvo essa missão neste instante. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Casildo Maldaner pelas bondosas palavras e por ter presidido esta reunião neste momento tão importante.

Atendendo a sugestão do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, concedo a palavra ao Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Estado mais desenvolvido da América Latina.

O SRª ANDREA SANDRO CALABI – Agradeço ao Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente da CAE, presidindo esta importante reunião da CAE. Cumprimento e agradeço às Srªs e aos Srs. Senadores.

Gostaria de dizer, em primeiro lugar, que este é um passo de um longo processo de ajuste de contas fiscais, de ajustes públicos e, no caso, de ajustes dessa grande pendência relativa aos incentivos fiscais, concedidos fora das bases constitucionais que os regulam. Como a própria ementa diz, trata-se de adequar uma inconstitucionalidade praticada a regras organizadas.

Gostaria de repetir as palavras do Senador Eduardo Braga, com as quais concordo plenamente. É quase surpreendente que não tenhamos conseguido ainda aqui tratar de dois movimentos fundamentais da reforma tributária, que é a questão da redução das alíquotas interestaduais, com a sua gradação já discutida, e a questão dos fundos de compensação de perdas e o fundo de desenvolvimento regional.

Penso que são as questões relevantes de reforma tributária pendentes de iniciativa e de avanços.

No entanto, desbastar o terreno relativo às características necessárias para a convalidação foi um trabalho muito penoso no Confaz, por um lado, e, em paralelo, avançou muito a discussão no Senado, mais especialmente na Comissão de Assuntos Econômicos. Lembro-me de seus vários Presidentes e Senadores mais diretamente dedicados.

Então, acredito que apesar de representar uma brecha, do ponto de vista da quebra de unanimidade, nas deliberações do Confaz, ainda que seja dedicada apenas ao processo de convalidação e não às deliberações normais do Confaz, é um passo relevante e compatível com o que a grande maioria dos Estados – 21 Estados – propuseram no Projeto de Resolução nº 70, recentemente.

Portanto, é um passo muito importante. Acho que pavimenta o caminho para as medidas básicas relativas à redução das alíquotas interestaduais e aos fundos correspondentes.

Portanto, no plano geral, enfatizo as palavras do Senador Eduardo Braga no sentido de que estamos construindo condições para retomar processos de crescimento maior, com a redução de riscos e de incertezas para os investimentos privados, o que é muito importante justamente para recuperar o crescimento, o desenvolvimento mais vivaz na economia brasileira.

Senador Luiz Henrique, eu o cumprimento e lhe agradeço a quase infinita paciência de ouvir permanentemente, ao longo desse processo, também os secretários de fazenda dos diversos Estados.

O Secretário Tostes, se o Presidente permitir também, trará palavras mais específicas. Acredito que ele cumpriu um notável papel, ele, sim, representando os secretários. Eu não, eu sou só um pequeno agente agitador dessas questões. Mas, de fato, há um reconhecimento muito amplo aos Senadores, às Srªs Senadoras e aos componentes da CAE.

Devo um agradecimento especial e nominal ao Senador Eduardo Suplicy. Também permanentemente, ele e suas equipes técnicas, em interface com nossas equipes técnicas, sempre estivaram dispostos a ouvir e perceber os movimentos necessários e a amparar aqueles com os quais eles concordavam. Faço um agradecimento muito individual e especial.

Nada mais do que isso, espero que sejam passos no processo mais amplo de construção de bases fiscais e tributárias sólidas, que permitam a retomada de intensidades mais altas de crescimento, de emprego e de renda no País.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Secretário Andrea Calabi.

Concedo a palavra ao Prof. José Barroso Tostes Neto, Coordenador do Conselho de Política Fazendária (Confaz).

O SR. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Boa tarde!

Quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique, Relator do PLS nº 130, que, agora, está na Presidência da Comissão; a Senadora Lúcia Vânia, autora do projeto, que teve o mérito de realmente trazer à discussão esse tema de alta relevância e importância para a Federação brasileira; o Senador Eduardo Braga, Líder do Governo, que também teve uma atuação decisiva; o Secretário Calabi. Quero cumprimentar todos os Senadores da CAE.

De fato, hoje, demos um passo importantíssimo nesta longa e difícil caminhada, nesta jornada, na busca de uma solução para a questão da guerra fiscal. Esse passo consistiu no fruto de um acordo. E aí vamos objetivamente responder à indagação do Senador Suplicy.

Quero fazer um parêntese para agradecer também ao Senador Suplicy pelo apoio, pela sensibilidade e, sobretudo, pela forma com que ele também participou de todas as discussões relativas a esse projeto, ficando sempre ao lado da Federação brasileira e mostrando sua sensibilidade para a resolução dos problemas que afligem um País com tantas desigualdades como o nosso.

Muito obrigado, Senador.

Qual foi o acordo que nos permitiu aprovar esse relatório hoje, aqui? A preocupação que os Estados sempre tiveram, manifesta nas diversas reuniões que tivemos, era a de que somente se tratasse de remissão e convalidação dos benefícios de ICMS, sem levar em conta, sem decidir e deliberar sobre as outras questões que compõem a solução definitiva para a guerra fiscal e para a reforma do ICMS. Nós entendemos – temos esta convicção – que somente deliberar sobre remissão e convalidação, em vez de resolver, iria perpetuar a guerra fiscal, dando uma sinalização extremamente negativa de que tudo o que foi feito até aqui poderia continuar sendo feito indefinidamente dessa forma. Então, essa sempre foi a nossa preocupação. E, sobretudo com a redução do quórum da unanimidade, nós estávamos preocupados com que isso, de fato, pudesse viabilizar essa medida isolada, que, ao invés de resolver, agravaria o problema, no nosso entendimento.

Então, nesse acordo, construímos aí a solução, para viabilizar a votação, em torno de três questões: primeiro, a inclusão no texto do relatório, do PLS nº 130, de regras que estabelecem os parâmetros em que essa remissão e essa convalidação devam ser feitas. Quer dizer, ela não é absoluta. Ela tem que obedecer a determinadas regras e condições que foram inseridas no texto, para que, no momento em que forem implementadas essas remissões, elas sejam observadas.

Segundo, o compromisso – e esse compromisso foi assumido pela Liderança do Governo e pelos Senadores que participaram – de que nós iremos, imediatamente após essa aprovação, começar as discussões para tratar das demais condições necessárias à reforma do ICMS, quais sejam: a criação do fundo de desenvolvimento regional, que virá substituir a guerra fiscal como instrumento efetivo de desenvolvimento regional; a criação do fundo de compensação, que vai compensar e reembolsar as perdas dos Estados, que terão redução de receitas em função da redução das alíquotas, que é a terceira medida; a redução das alíquotas interestaduais, fazendo com que essa questão seja mitigada e o imposto seja preponderantemente destinado ao Estado onde a mercadoria efetivamente é consumida.

Então, houve o compromisso do início imediato das tratativas referentes à solução dessas outras condições, que vão, de fato, complementar toda essa ampla reforma, que vai resultar no desanuviar do ambiente de negócios, trazendo tranquilidade e segurança para os investidores, dentro de um cenário onde é muito importante aqui esclarecer um ponto – o Senador Flexa não está aqui –: os incentivos fiscais do ICMS não serão extintos. Não vão desaparecer. Nós estamos apenas encerrando um período em que eles estavam sendo feitos em desacordo com o ordenamento jurídico vigente. Nós estamos estabelecendo regras para isso ter um fim. A partir daí, os incentivos poderão continuar a ser concedidos no ordenamento jurídico em que deve ser, no fórum próprio, que é o Confaz, com a concordância dos Estados, dentro de um contexto de legalidade, de normalidade.

Ao contrário do que alguns pensam e falam, os incentivos do ICMS não serão extintos. Eles irão caminhar para serem tratados no fórum adequado, no ordenamento jurídico que deve ser feito.

É importante também ressaltar que faz parte desse conjunto de medidas a prorrogação dos benefícios que estão sendo convalidados e remetidos por um período que, no caso, por exemplo, dos projetos industriais, vai até 15 anos para frente. Um período mais do que suficiente para fazer a transição para a nova situação. Período em que podem ser plenamente absorvidos os investimentos que já foram feitos ou que virão a ser feitos. Poderão também ser estendidos esses benefícios aos novos empreendimentos que se implantarem nesse período.

São condições que estão colocadas e que visam a dar um tratamento de equalização dentro dessa fase de transição que nós iremos estabelecer daqui em diante.

Realmente, do ponto de vista técnico da análise dos Estados no Confaz, essa proposta já tem a aprovação de 21 Estados, e nós esperamos, com esse passo importante que está sendo dado aqui, com o apoio de todos os Senadores da CAE, esperamos, Senador Eduardo Braga, que a matéria possa ter também idêntico destino na votação do plenário do Senado e, em seguida, na tramitação da Câmara. Que esse passo seja realmente seguido por essas outras medidas, que vão, de fato, resolver um dos maiores desafios que o nosso País tem, do ponto de vista da sua economia, dos investimentos e da tributação, que é a solução da guerra fiscal.

Então, esse é o contexto do acordo que foi feito.

Eu queria, mais uma vez, agradecer, enaltecer a participação de todos os Senadores que tiveram sensibilidade e compreensão para ouvir os Estados, perceber as angústias e as preocupações, e por estarem receptivos às nossas propostas, que visavam, desde o início, a enriquecer o texto que acabou sendo aprovado neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Secretário Tostes.

Tendo em vista o quórum, que agora está mínimo, em razão do adiantado da fome, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 40 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia onze de novembro do ano de dois mil e quatorze, na sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Humberto Costa, Valdir Raupp, Odacir Soares, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, Fleury, Douglas Cintra, João Vicente Claudino e Antonio Carlos Rodrigues, e, ainda, do Senador Pedro Simon. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 27ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 63 de 2014 (Aviso nº 272/GMF/MF-DF), de 24 de setembro de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando Relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de agosto de 2014, e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 78 de 2014 (Aviso nº 295/MF), de 30 de outubro de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando Relatório sobre a reabertura do bônus da República de 10 anos denominado Global 2025, no contexto das emissões realizadas no terceiro trimestre de 2014 e sobre as recompras efetivadas pelo Tesouro Nacional no quarto bimestre de 2014; Aviso nº 50 de 2014 (Aviso nº 70/2014-BCB), de 29 de julho de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões referentes ao segundo trimestre de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 55 de 2014 (Aviso nº 80/2014-BCB), de 26 de agosto de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo das emissões referentes ao mês de julho de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 57 de 2014 (Aviso nº 82/2014-BCB), de 28 de agosto de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando as demonstrações financeiras referentes ao 1º semestre de 2014; Aviso nº 66 de 2014 (Aviso nº 100/2014-BCB), de 26 de setembro de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões referentes ao mês de agosto de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 73 de 2014 (Aviso nº 116/2014-BCB), de 29 de outubro de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando anexo o demonstrativo das emissões referentes ao terceiro trimestre de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 49 de 2014 (Aviso nº 894-Seses-TCU-Plenário), de 28 de julho de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 016.801/2014-8, na Sessão Ordinária de 23/7/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, bem como da Decisão Normativa TCU nº 138/2014; Aviso nº 53 de 2014 (Aviso nº 921-Seses-TCU-Plenário), de 6 de agosto de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão

preferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 034.097/2013-9, na Sessão Ordinária de 6/8/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 54 de 2014 (Aviso nº 749-GP/TCU), de 12 de agosto de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de Decisão prolatada pelo Plenário daquela Corte, na Sessão de 6/8/2014, ao examinar o processo nº TC 013.529/2013-7, originária de solicitação do Congresso Nacional; Aviso nº 59 de 2014 (Aviso nº 974-Seses-TCU-Plenário), de 3 de setembro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 024.765/2013-9, na Sessão Ordinária de 3/9/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 60 de 2014 (Aviso nº 977-Seses-TCU-Plenário), de 3 de setembro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 034.098/2013-5, na Sessão Ordinária de 3/9/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 983-Seses-TCU-Plenário, de 8 de setembro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 029.387/2013-2, na Sessão Ordinária de 3/9/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 64 de 2014 (Aviso nº 1011-Seses-TCU-Plenário), de 24 de setembro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 006.503/2013-6, na Sessão Ordinária de 24/9/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 65 de 2014 (Aviso nº 1026-Seses-TCU-Plenário), de 24 de setembro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 033.838/2013-5, na Sessão Ordinária de 24/9/2014, acompanhado do Relatório de do Voto que o fundamentam; Aviso nº 68 de 2014 (Aviso nº 1045-Seses-TCU-Plenário), de 1º de outubro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 033.842/2013-2, na Sessão Ordinária de 1/10/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 69 de 2014 (Aviso nº 1080-GP/TCU), de 7 de outubro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2513/2014 proferido pelo Plenário daquela Corte, na Sessão de 24/9/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 70 de 2014 (Aviso nº 1058-Seses-TCU-Plenário), de 8 de outubro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 011.782/2014-5, na Sessão Ordinária de 8/10/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 71 de 2014 (Aviso nº 1177-GP/TCU), de 22 de outubro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2773/2014, proferido pelo Plenário daquela Corte, na Sessão de 15/10/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 1192-GP/TCU, de 28 de outubro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Despacho exarado em 14/10/2014, no processo nº TC 029.387/2013-2; Aviso nº 75 de 2014 (Aviso nº 1108-Seses-TCU-Plenário), de 22 de outubro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 034.096/2013-2, na Sessão Ordinária de 22/10/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 76 de 2014 (Aviso nº 1140-Seses-TCU-Plenário), de 29 de outubro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 011.783/2014-1, na Sessão Ordinária de 29/10/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 77 de 2014 (Aviso nº 1145-Seses-TCU-Plenário), de 29 de outubro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 014.401/2014-2, na Sessão Ordinária de 29/10/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Ofício nº 1054/2014-DE/dfclr, de 29 de maio de 2014, da Câmara Municipal de Juiz de Fora, encaminhando a Representação nº 0017/2014 aprovada em Reunião Plenária daquela Casa; e Carta da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) encaminhando exemplar do Relatório Anual 2013, com balanço das atividades desenvolvidas pela Agência ao longo do último exercício. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação da matéria constante da primeira parte da pauta. **Item 1** – Mensagem (SF) nº 84 de 2014, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor PABLO WALDEMAR RENTERIA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM", tendo como relator "ad hoc" o Senador José Pimentel, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Em 4/11/2014, foi designado relator "ad hoc" o Senador José Pimentel, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. Em 4/11/2014, foi concedida Vista Coletiva. Após a exposição do sabatinado, usam da palavra as Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann e os Senadores Eduardo Suplicy, Jayme Campos e Douglas Cintra. Encerradas as votações secretas, a Presidência convida a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Douglas Cintra para atuarem

como escrutinadores. A Comissão aprova o nome do Senhor Pablo Valdemar Renteria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. A Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da segunda parte da pauta. **Item 1**– Projeto de Lei do Senado nº 312 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal", tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório contrário ao Projeto. O Presidente em exercício da Comissão, Senador Luiz Henrique, designa o Senador Eduardo Suplicy relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", usam da palavra o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia. O Presidente em exercício da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 2**– Projeto de Lei do Senado nº 247 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "altera a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 1.361, do Código Civil, e dá outras providências. (Altera as formas de constituição e de transferência da propriedade fiduciária)", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 154 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que "altera a redação do § 1º e insere §§ 4º e 5º, ao art. 1.361, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) – altera o art. 6º, da Lei nº 11.882, de 2008 e dá outras providências", tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório contrário aos Projetos de Lei nºs 247 de 2007 e 154 de 2013. O Presidente em exercício da Comissão designa a Senadora Gleisi Hoffmann relatora "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pela relatora "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 247 de 2007 e 154 de 2013. As Matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 221 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1, 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos", tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 677 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 680 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem", tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES)", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário)", que tramita em conjunto, ainda, com o Projeto de Lei do Senado nº 544 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para instituir a previsão de método de atualização de saldo devedor mais favorável aos alunos financiados e a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor nos casos que especifica, e dá outras providências", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, das Emendas nºs 1 e 2-CE, e dos Projetos de Lei nºs 8 e 544 de 2009. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que "altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e

dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2033, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 41 de 2014, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debater e apresentar esclarecimentos sobre as denúncias de operações fraudulentas no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios, tendo como convidada a sra. Cláudia Muinhos Ricaldoni, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar). A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**– Requerimento n° 54 de 2014, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que requer, com fundamento no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de discutir o tema "A Repartição de Receitas e o Fundo de Participação dos Municípios", com a participação dos seguintes convidados: Raimundo Carreiro, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); Representante do Ministério da Fazenda; Representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); Representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); e Raul Velloso, economista e consultor. Colocado em votação, A Comissão aprova o Requerimento nº 54 de 2014-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento n° 55 de 2014, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para discutir a superação da pobreza e o desenvolvimento econômico social no Brasil. Para tanto, sugere-se a presença dos seguintes convidados: Sra. Tereza Campello – Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Sr. Jorge Chediek – Coordenador Residente do Sistema Nações Unidas no Brasil e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil; Sra. Deborah Wetzel – Diretora do Banco Mundial (BIRD) para o Brasil; e Sra. Lena Lavinas, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Luiz Henrique,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Cumprimentando as Senadoras e os Senadores presentes, declaro aberta a 28ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 27ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico, outrossim, aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento.

Avisos do Ministério da Fazenda.

Aviso nº 63, de 2014, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de agosto de 2014 e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Aviso nº 78, de 2014, de 30 de outubro do ano referido, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório sobre a reabertura do bônus da República de 10 anos, denominado Global 2025, no contexto das emissões realizadas no terceiro trimestre de 2014 e sobre as recompras efetivas pelo Tesouro Nacional no quarto bimestre;

Aviso nº 50, de 29 de julho de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo das emissões referentes ao segundo trimestre de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como relatório de execução da programação monetária;

Aviso nº 55, de 2014, encaminhando demonstrativo das emissões do mês de julho do referido ano, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas;

Ainda do Banco Central, Aviso nº 57, de 28 de agosto de 2014, encaminhando as demonstrações financeiras referentes ao primeiro trimestre daquele ano;

Aviso nº 66, de 26 de setembro de 2014, encaminhando demonstrativo das emissões referentes ao mês de agosto de 2014, bem como as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas;

Aviso nº 73, 29 de outubro de 2014, ainda do Banco Central, encaminhando anexo demonstrativo das emissões referentes ao terceiro trimestre do ano, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como relatório da execução da programação monetária.

Avisos do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 49, de 28 de julho de 2014, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo 016.801/2014-8, na sessão ordinária de 23 de julho de 2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, bem como da Decisão Normativa daquele Tribunal de nº 138/2014.

Aviso nº 53, de 6 de agosto de 2014, encaminhando cópia do acordo proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo 034.097/2013-9, na sessão ordinária de 6 de agosto de 2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 54, de 12 de agosto de 2014, em que aquela Corte encaminha cópia da decisão prolatada em seu Plenário na sessão de 6 de agosto de 2014, ao examinar o Processo 013.529/2013-7, originário de solicitação do Congresso Nacional.

Aviso nº 59, de 3 de setembro de 2014, em que aquele Tribunal de Contas encaminha cópia do acórdão proferido em seu Plenário nos autos do Processo 024.765/2013-9, na sessão ordinária de 3 de setembro de 2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 60, de 13 de setembro de 2014, em que o Tribunal de Contas da União encaminha cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo 034.098/2013-5, na sessão ordinária de 3 de setembro de 2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Ainda do Tribunal de Contas da União, Aviso nº 983, de 8 de setembro de 2014, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo 029.387/2013-2, na sessão ordinária de 3 de setembro de 2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 64, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário do TCU nos autos do Processo 006.503/2013-6, na sessão ordinária daquela data, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 65, de 24 de setembro de 2014, encaminhando cópia do acórdão proferido naquela data pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo 033.838/2013-5, na sessão ordinária da data já referida, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 68, de 1º de outubro de 2014, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo 033.842/2013-2, na sessão ordinária daquela data, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 69, de 7 de outubro de 2014, do Tribunal de Contas, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.513/2014, proferido pelo Plenário daquela Corte na data referida, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 70, de 8 de outubro de 2014, encaminhando cópia do acórdão, proferido pelo Plenário do TCU nos autos do Processo 011.782/2014-5, na sessão ordinária da data já referida, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 71, de 22 de outubro de 2014, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.773/2014, proferido naquela data pelo Plenário da Corte de Contas naquela sessão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 1.192, de 28 de outubro de 2014, encaminhando cópia do despacho exarado em 14 de outubro de 2014 no Processo 029.387/2013-2.

Aviso nº 75, de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo 034.096/2013-2, na sessão ordinária de 22 de outubro de 2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 76, de 2014, encaminhando cópia do acórdão proferido no Plenário do TCU nos autos do Processo 011.783/2014-1, na sessão ordinária de 29 de outubro de 2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Finalmente, Aviso nº 77, de 2014, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo 014.401/2014-2, na sessão ordinária de 29 de outubro de 2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Correspondências.

Ofício nº 1.054, de 2014, datado do dia 29 de maio, da Câmara Municipal de Juiz de Fora, encaminhando a Representação nº 017/2014, aprovado em reunião plenária daquela Casa Legislativa.

Carta da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), encaminhando exemplar do Relatório Anual 2013, com balanço das atividades desenvolvidas pela Agência ao longo do último exercício.

Todos os expedientes que acabo de ler serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Espero que na próxima legislatura isto seja feito por meio de correspondência eletrônica, já que

todos os Srs. Senadores dispõem de iPad e esta Casa precisa economizar papel e reduzir o corte de florestas, de onde deriva a produção de papel. Portanto, vamos colocar esta Casa ao nível da tecnologia digital atual.

Eu espero que, no ano que vem, acabemos aqui com o "papelório", já que o Brasil precisa se livrar do "papelório" e do "carimbório", que fazem do serviço público uma instituição anacrônica, que não acompanha a rapidez, a agilidade e a modernidade do setor privado.

Pauta da sessão.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 84, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor PABLO WALDEMAR RENTERIA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatoria *Ad hoc*: Senador José Pimentel

Relatório: Concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

Observações:

1. Em 04/11/2014, foi concedida Vista Coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – O relatório já foi lido por S. Exª, o Senador José Pimentel, Relator *ad hoc*, na 27ª Reunião, realizada em 4 de novembro deste ano, ocasião em que foi concedida, como já referi, a vista coletiva, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013, que altera o Regimento Interno.

O indicado a essas funções, Sr. Pablo Renteria, já se encontra no plenário da Comissão.

Solicito a S. Exª que tome o seu lugar à mesa.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, concedo a palavra à ilustre Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Bom dia.

Faço saudação a V. Exª e também ao Sr. Pablo, que vai nos falar agora.

Como é praxe nesta Comissão, Sr. Presidente, como o relatório já foi lido na semana passada e os Senadores já conhecem a indicação do Sr. Pablo, um técnico que já foi superintendente e chefe de gabinete da CVM e que, portanto, conhece bastante a Comissão de Valores Mobiliários, eu queria solicitar que o senhor, de pronto, já abrisse o processo de votação para que nós possamos mobilizar os Senadores que estão em outras atividades na Casa para virem até a CAE votar enquanto o Sr. Pablo nos fala aqui e os Senadores fazem arguições.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço à nobre Senadora Gleisi Hoffmann e esclareço ao Plenário que o art. 2º do Ato Regimental Interno desta Comissão, em seu parágrafo único, diz o seguinte:

> Art. 2º .....
> Parágrafo único. O processo de votação secreta do nome do indicado iniciará somente após a arguição da autoridade pelos membros da comissão, salvo se, em caráter excepcional, for decidido de forma contrária pela comissão.

Submeto o pedido da nobre Senadora Gleisi Hoffmann à deliberação do Plenário.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo com que se antecipe o início da votação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra ao Sr. Pablo Waldemar Renteria para que faça a sua exposição.

O SR. PABLO WALDEMAR RENTERIA – Bom dia. Bom dia, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar o Presidente em exercício desta Comissão, Senador Luiz Henrique; gostaria de cumprimentar todos que estão aqui presentes e agradecer a oportunidade que me concedem de me apresentar a V. Exªs.

É uma honra muito grande estar aqui hoje, ter sido indicado para o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, uma instituição pela qual eu tenho um apreço muito especial.

Atuei na CVM de 2008 a 2013 e ali ocupei diversos cargos. Primeiramente, fui Assessor para Assuntos Regulatórios e trabalhei na área responsável pela elaboração dos projetos normativos. Pude, então, participar das discussões e dos estudos que resultaram na elaboração e na edição de importantes atos normativos que modernizaram o arcabouço regulatório do mercado brasileiro de valores mobiliários.

Entre outros projetos, eu gostaria apenas de mencionar a edição da Instrução Normativa nº 480, que estabeleceu o novo regime de divulgação de informações pelas companhias abertas e demais emissores de valores mobiliários, que alinhou a nossa regulação às melhores práticas internacionais.

Eu gostaria, ainda, de destacar a Instrução Normativa nº 481, que tratou das informações que devem ser divulgadas aos acionistas antes das assembleias gerais e também dos pedidos públicos de procuração, que constituem um instrumento muito importante para potencializar a participação dos acionistas nos negócios da companhia, a participação dos acionistas nas assembleias gerais.

Em sua essência, essas duas normas abordam dois princípios que são fundamentais no regime regulatório do mercado, que são transparência e governança. Sem transparência, sem governança, os investidores não poderiam confiar nas companhias e o mercado, portanto, não teria credibilidade. Por consequência, o custo de captação das companhias se tornaria mais elevado, o que prejudicaria o financiamento das atividades produtivas na economia brasileira. Em suma, sem transparência e sem governança, o mercado de capitais não poderia cumprir a sua função.

Em seguida, em 2009, me tornei Chefe de Gabinete da Presidência da CVM e pude, então, nessa qualidade, acompanhar de perto as atividades do colegiado da autarquia. Foi uma experiência muito enriquecedora. Dentre outras coisas, pude perceber a importância do diálogo para o fortalecimento da autarquia e do mercado brasileiro. E aqui me refiro ao diálogo nas suas mais variadas vertentes. É, em primeiro lugar, o diálogo com as instituições privadas, é o diálogo com o mercado, é o diálogo com a sociedade.

A propósito, a CVM adota uma prática muito salutar há bastante tempo, que é a de submeter todas as suas propostas regulamentares a audiência pública, de modo a ouvir a opinião da sociedade antes de aprovar os seus atos normativos. Acredito que essa seja uma prática muito boa, porque ela permite que se alcance uma regulação mais equilibrada e que corresponda de fato aos anseios da sociedade.

Mas o diálogo não é apenas com os agentes privados, é também com órgãos públicos. No momento atual, no nosso contexto econômico, a CVM deve cooperar estreitamente com outros órgãos públicos, como o Banco Central, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, a Receita Federal. E a cooperação vai além das nossas fronteiras. Hoje, é fundamental a cooperação com órgãos estrangeiros e internacionais, porque hoje estamos num ambiente globalizado, os desafios que devem ser enfrentados pela regulação são desafios que, muitas vezes, atravessam as fronteiras e que, portanto, exigem uma atuação conjunta de diversos países.

É por isso e é nesse contexto que a CVM tem tido uma atuação cada vez mais destacada nos fóruns internacionais, como a Iosco e o FSB, e mantido uma colaboração bastante estreita com outros órgãos reguladores de outros países.

Nesse tocante, temos observado, nas últimas décadas, um vigoroso crescimento do mercado brasileiro e podemos dizer, hoje, que o nosso mercado é um dos principais, um dos mais relevantes mercados do mundo. E o que é interessante nesse processo, nessa evolução, é que a nossa regulação, a regulação brasileira, tornou-se exemplar em diversos setores, em diversos assuntos, e tem atraído, inclusive, o interesse de outros países que observam, estudam a nossa regulação para se inspirar, para elaborar a sua própria regulação.

Após a chefia de gabinete, tornei-me, em 2011, Superintende de Processos Sancionadores. E aí, novamente, tive uma experiência extremamente rica: adquiri uma experiência na condução de investigações sobre ilícitos de mercado, ilícitos variados, como *insider trading*, manipulação de mercado, operações fraudulentas, práticas não equitativas, abuso de poder de controle de acionistas controladores em companhias abertas e cumprimento dos deveres fiduciários pelos administradores de companhias abertas. Como Superintende de Processos Sancionadores, procurei sempre implementar ou rever práticas e métodos de modo a tornar a condução dos inquéritos mais eficiente, para tornar as acusações mais consistentes do ponto de vista técnico.

Em suma, para tirar um pouco as principais lições que extraí da minha experiência na CVM, eu diria que, nos diversos cargos que ocupei nessa instituição, percebi que três valores são especialmente importantes na missão da CVM: o primeiro, do qual já falei, é o diálogo e os dois outros, que eu gostaria de destacar, são a independência e o embasamento técnico.

O colegiado da CVM é, muitas vezes, chamado a enfrentar temas complexos, a resolver conflitos acirrados. Essa é a missão da CVM. Creio que o importante, em todas essas situações, o indispensável, é tomar as

decisões de maneira refletida, ouvindo todas as partes envolvidas e ponderando os argumentos que lhe são apresentados. Sobretudo, é necessário tomar decisões com base em razões técnicas e que respeitem a lei.

Em síntese, Srªs e Srs. Senadores, caso a minha indicação seja aprovada, esses são os três valores, em particular, que pautarão a minha atuação: diálogo, independência e embasamento técnico.

Entendo ainda, Srªs e Srs. Senadores, que tenho a formação acadêmica adequada para o desempenho do cargo. Sou Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e fiz mestrado e doutorado em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, fiz pós-graduação em Direito Internacional pela Universidade Paris II, na França, e tenho especialização em Direito dos Contratos pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Desde 2008, sou professor do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica no Rio de Janeiro, onde leciono nos cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e também leciono, como professor convidado, em outras instituições de ensino, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Getúlio Vargas, nos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Nessa última instituição, além das aulas sobre direito societário e de mercado de capitais, sou responsável pela coordenação de um curso sobre o processo administrativo sancionador no âmbito do mercado de capitais e financeiro.

Enfim, Srªs e Srs. Senadores, não querendo tomar muito mais do precioso tempo de V. Exªs, eu gostaria aqui de reiterar que será uma grande honra desempenhar o cargo de Diretor da CVM caso a minha indicação seja aprovada por esta Comissão e, posteriormente, pelo Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado pela atenção de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Conforme a Comissão já tomou conhecimento, pelo processado em que consta o currículo do sabatinando, trata-se de profissional qualificado, cuja carreira foi desenvolvida dentro da própria instituição.

Concedo a palavra à primeira arguinte, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Luiz Henrique, caro Senador Moka, colegas Senadores, caro Dr. Pablo Waldemar Renteria, órgãos técnicos, como o Banco Central, as agências reguladoras, a Polícia Federal, todos precisam exatamente dessa função republicana. No caso da CVM, que cuida de regular o mercado de valores mobiliários, ela tem papel relevante porque protege também, como uma agência reguladora, os interesses, especialmente dos acionistas minoritários, do que se chama de *full disclosure* no mercado de ações e evita o *insider information*, que pode privilegiar um ou outro grupo de acionistas de uma determinada empresa, para evitar exatamente a injustiça e o prejuízo para o investidor.

Então, nessa matéria, não há dúvida de que V. Exª assume, como disse, o compromisso ao dizer que cumprir a lei é isso.

Estamos vendo, comparando, que até agora a CVM tem se revelado atenta às questões relacionadas a essa abertura das informações.

Eu queria saber do senhor se o grau atual de abertura de informação é o grau adequado ou se o Brasil pode melhorar, que países hoje têm um processo de relacionamento nessa questão de controle das empresas que têm ações negociadas em bolsa e se pode haver um aperfeiçoamento ainda maior ou se o que nós praticamos está em níveis absolutamente de padrão internacional e aceitável

E eu queria apenas uma informação a respeito do episódio que envolve, digamos, a principal ação brasileira negociada hoje, que é a da Petrobras, que está enfrentando algumas dificuldades. Qual é o grau de participação da CVM nesse processo da Petrobras para preservar o interesse dos acionistas, especialmente os acionistas minoritários, nesse processo aí que envolve a nossa principal ação, a chamada *blue chip*, no mercado de ações?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

Vamos proceder à arguição por grupos. Após cinco Senadores fazerem a arguição, vou conceder a palavra a S. Exª para as respostas.

Já inscritos a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Jayme Campos e o Senador Douglas Cintra, que substitui aqui, como suplente, o nosso grande companheiro Armando Monteiro.

Concedo a palavra à nobre Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar o Sr. Pablo pela exposição, pelo grau de conhecimento que tem da CVM e pela sua formação de alta qualidade. Esse seu currículo realmente denota que o senhor é uma pessoa com grande preparo para assumir a responsabilidade e o cargo para o qual o estamos sabatinando aqui e para o qual eu, particularmente, vou indicá-lo.

Eu queria apenas perguntar o seguinte: o senhor se refere, na sua fala, ao mercado de capitais do Brasil como um dos mais relevantes do mundo. Sabemos que um mercado de capital robusto, necessariamente, também requer uma economia equilibrada e um bom desenvolvimento econômico. Então, eu gostaria que

o senhor falasse um pouquinho sobre isso, sobre o mercado de capitais do Brasil e sobre o que o senhor considera para dizer que é um dos mais relevantes, em que estamos ancorados aqui e o que isso tem de relação com o desenvolvimento da economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço à Senadora Gleisi Hoffmann.

Concedo a palavra ao incansável Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Foi V. Exª que, ontem, em Montevidéu, deu um exemplo de extraordinária vitalidade. Chegamos a Montevidéu domingo à noite, porque o avião se atrasou, e fomos dormir às 3 horas da manhã, e às 7 horas e 30 minutos V. Exª já estava de pé e pronto para representar o Senado brasileiro ali no Parlamento do Mercosul. Parabéns a V. Exª!

Sr. Pablo Waldemar Renteria, também fiquei bastante impressionado com a sua formação de excelente nível. Noto que, como teve a oportunidade de estudar tanto na França quanto na Alemanha, e acredito que também conheça o idioma inglês, então, V. Exª, na verdade, é um poliglota capaz de saber ainda mais idiomas. Por curiosidade, pergunto quantas línguas o senhor fala muito bem, porque, pela sua formação, o senhor tem essa formação extraordinária também em línguas.

Eu gostaria, como a Srª Senadora Gleisi Hoffmann, que V. Exª nos falasse um pouco mais sobre a importância, hoje, da Comissão de Valores Mobiliários, sobretudo da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, que tem uma importância muito significativa na economia brasileira, e que, se puder, nos desse exemplos – com tudo que acontece na economia, há boa perspectiva por parte dos empresários, de como vai a economia e de como isto normalmente se reflete na Bolsa de Valores.

Acredito que V. Sª tenha acompanhado de perto os episódios que aconteceram com o Sr. Eike Batista. Por um período, um grande sucesso no valor e na rentabilidade daquelas ações, mas, por alguns problemas, algumas falhas, acabou havendo uma dificuldade, que até hoje acontece, para os acionistas daquelas empresas. Eu gostaria que V. Sª nos informasse sobre o procedimento da CVM diante de uma situação como essa, sobre os mecanismos de controle da CVM para, eventualmente, prevenir ações que possam ser prejudiciais aos acionistas, que, em grande número, são minoritários para qualquer tipo de ação.

Eu gostaria que também comentasse a ação, acredito, do organismo que analisa as bolsas de valores dos Estados Unidos, de Nova York ou outras, a Securities and Exchange Commission ou algo assim. Nesses últimos dias, ele revelou uma preocupação com as ações da Petrobras, que estão sendo objeto, eventualmente, de análise judicial nos Estados Unidos. Eu gostaria que nos informasse que tipo de inter-relação existe entre a Securities and Exchange Commission e a CVM, e se há uma interação de informação para análise de uma situação tão importante para o Brasil, como referente às ações da Petrobras.

Meus cumprimentos pela sua formação e por sua exposição aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos. Eu me referi a ambos. Já estamos prenunciando o sentimento de tristeza pela falta de ambos nas sessões deste Senado na próxima legislatura.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Obrigado.

Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique, quero agradecer suas palavras bondosas e generosas, mas, com certeza, sempre estarei na trincheira defendendo os interesses do povo do Mato Grosso, sobretudo as boas políticas públicas para o povo brasileiro.

Mas serei muito breve em minhas indagações, Dr. Pablo. Não consegui ouvi-lo desde o início aqui no plenário desta Comissão, mas tive a oportunidade de ouvir parte de sua fala daqui no meu gabinete e serei muito breve nas minhas indagações.

Atualmente, a disciplina normativa dos fundos de investimento está, majoritariamente, ditada por instruções da CVM. Considerando que o ambiente do mercado financeiro é permeado por uma constante tensão entre segurança jurídica e flexibilidade regulatória, o senhor considera que a regulamentação dessa matéria está bem acomodada entre tais instruções normativas ou seria importante a benfazeja edição de lei específica sobre o tema? Esta é uma indagação que faço a V. Exª .

Segundo: encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o PL nº 1.572, de 2011, que visa a instituir um novo código comercial. Na opinião do senhor, dado o estado atual da maturação das regras do Código Civil e da Lei das Sociedades Anônimas, é necessária a edição de um novo diploma sobre a matéria? Ou o senhor avalia que há uma demanda por novas regras que justifiquem o impacto que a alteração legislativa possa causar nas relações comerciais?

Essas são as duas indagações que faço a V. Sª.

E quero perguntar ao ilustre Presidente, Senador Luiz Henrique, se já está aberta a votação para que nós Senadores já possamos votar em relação à indicação do Dr. Pablo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª poderá obter a cédula para votação.

Concedo a palavra ao Senador Douglas Cintra, lembrando, mais uma vez, que S. Exª substitui o grande Senador Armando Monteiro.

Com a palavra V. Exª.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, quero registrar também nosso contentamento com o currículo do Sr. Pablo e questioná-lo sobre o nosso mercado de capitais.

O Brasil ainda tem um mercado de capitais em desenvolvimento. Entretanto, na perspectiva de lançamento e criação de novos ativos, como debêntures, letras financeiras e fundos que ainda não dispõem de uma regulação adequada – por exemplo, os ativos que são emitidos e custodiados pelos próprios emissores –, como conciliar o desenvolvimento de novos ativos que são importante para o desenvolvimento adequado do mercado de capitais com a regulação adequada dos riscos para os investidores?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Douglas Cintra e concedo a palavra ao Dr. Pablo Waldemar Renteria para suas observações em relação às indagações que lhe foram dirigidas.

O SR. PABLO WALDEMAR RENTERIA – Obrigado.

Eu gostaria de começar, então, pela indagação da Senadora Ana Amélia e gostaria, então, de começar falando da questão do *full disclosure* no mercado de capitais.

Bom, este é um assunto extremamente dinâmico. Tivemos uma regulação, uma instrução que foi editada na década de 90, que foi reformada. Recentemente, foi editada uma nova instrução, a Instrução nº 480, que realmente modernizou o arcabouço regulatório nesse tocante.

Recentemente, essa instrução foi, novamente, objeto de uma reforma. Não houve uma nova instrução, mas foram alterados diversos dispositivos, o que mostra que, na verdade, este é um assunto a que a CVM deve estar sempre atenta e deve estar sempre acompanhando, porque – isto não vale apenas para o nosso mercado, mas vale para qualquer jurisdição – transparência é um assunto para o qual há sempre novos desafios.

Eu diria, hoje, que a nossa regulação, em matéria de transparência, é muito boa. Ela está alinhada com os princípios internacionais, foi editada após uma longuíssima audiência pública, em que houve uma participação enorme da sociedade. Ela parece ser realmente muito boa, mas já sofreu uma reforma, porque é da natureza das coisas que haja sempre um acompanhamento e uma evolução regulatória.

Sobre a questão da Petrobras, como eu ainda não estou dentro da CVM, não tenho informações sobre o andamento das análises além daquelas que estão sendo noticiadas pela imprensa. Eu tenho acompanhado como qualquer outra pessoa, mas tenho certeza de que a CVM está apurando o caso.

É importante mencionar que, nesse tipo de caso, o enfoque maior da CVM é em verificar a qualidade das informações que a Petrobras vem divulgando ao mercado nos últimos anos, verificar o cumprimento de deveres fiduciários por parte da administração da Petrobras e um eventual abuso de poder de controle. Mas, como eu realmente não disponho de informações sobre o caso, porque está sendo conduzido internamente na CVM, não tenho como me aprofundar muito nessa questão.

Vou, agora, passar, então, para as indagações da senadora Gleisi Hoffmann, que, enfim, me brindou com a possibilidade de falar um pouco sobre por que o mercado brasileiro é um dos mais relevantes do mundo.

Acho, de início, que podemos justificar essa relevância por questões numéricas. porque temos um mercado de derivativos enorme, um dos maiores do mundo, temos um mercado de bolsas extremamente desenvolvido, temos um número de investidores que é crescente, temos um número de companhias que é crescente, e a gente pode observar, nos últimos tempos, na última década, uma diversificação no acesso ao nosso mercado.

Se olharmos para o nosso mercado de capitais na década de 70 e 80, veremos que havia, basicamente, as produtoras de *commodities* – Petrobras, Vale do Rio Doce –, que eram responsáveis por grande parte da movimentação no mercado, na Bolsa, especificamente. Hoje, temos diversos setores da economia que estão representados na Bolsa de Valores. Claro que ainda temos as *commodities*, que têm um peso considerável, mas temos empresas de construção civil, temos empresas de serviços, temos instituições financeiras e temos até um fenômeno, que é muito interessante, que mostra a pujança do nosso mercado, que é a presença de multinacionais controladas no Brasil que estão abrindo o seu capital no Brasil. Se a gente pensar nas multinacionais, tradicionalmente, elas captavam recursos no exterior e faziam investimentos diretos no Brasil. Hoje, a gente está vendo que já há os primeiros exemplos, como a Tereos, que está captando recursos no mercado local, em vez de captar no mercado estrangeiro. Então, isso mostra que, na realidade, a nossa praça financeira é uma praça muito reconhecida por ser um polo de liquidez.

Além disso, do ponto de vista regulatório, a CVM, como eu ia dizendo, vem sendo vista como um exemplo regulatório, e esse exemplo foi fortalecido com a crise financeira. Problemas que foram enfrentados em outras jurisdições não foram enfrentados no Brasil. Eu destacaria aqui o mercado de derivativos, em que já temos, há muito tempo, um nível de transparência e registros de todas as operações com derivativos, derivativos que são padronizados, que foram um grande problema em outras jurisdições e não o foram no Brasil, porque já tínhamos uma regulação mais bem preparada para casos de crise.

Também na área de administração de carteira, na fiscalização de fundos de investimento, temos uma fiscalização extremamente rigorosa que evitou, em grande medida, problemas como os que foram observados nos Estados Unidos, com o caso Madoff, de pessoas que criaram estruturas de pirâmide.

Aqui no Brasil, estruturas de pirâmide na indústria de fundos representam um risco bem menor, porque temos demonstrações... Como a CVM acompanha a carteira dos fundos mensalmente, se há um descasamento entre aquilo que o gestor publica para seus clientes e aquilo que, de fato, ele tem investido em sua carteira, isso é algo que vai ser identificado com a CVM, seguramente.

É por isso que eu acredito que o mercado brasileiro seja um dos mais relevantes. Isso se reflete no fato de a CVM estar representada em comissões internas da Iosco, o fórum internacional dos reguladores, em comissões internas do Financial Stability Board, em comissões internas da Fundação IFRS, que cuida dos padrões internacionais de contabilidade. Então, isso é um reconhecimento de que temos que falar. O Brasil tem muito a contribuir nas discussões internacionais sobre regulação financeira, o que também nos dá a oportunidade de influenciar essa regulação em um sentido que nos seja interessante.

Passando agora às questões suscitadas pelo Senador Eduardo Suplicy, a quem eu gostaria de agradecer pelas questões, sobre as línguas que eu falo, eu gostaria apenas de esclarecer que eu não falo nada de alemão. Felizmente, na Alemanha você pode se virar muito bem falando inglês. Eu fui pesquisador visitante no Instituto Max Planck, em Hamburgo, e, felizmente, consegui me virar sem falar uma palavra em alemão. Mas é claro que eu gostaria muito de saber falar em alemão. Mas as minhas línguas são o francês, por parte de mãe, o inglês, o português e o espanhol, por parte de pai.

Sobre a evolução do mercado, é claro que o mercado de capitais não pode ser desvinculado da economia como um todo. Então, há uma variável extremamente importante, que é a taxa de juros, porque, basicamente, para o investidor existem opções a serem feitas, e, se a taxa de juros é elevada, isso torna determinados investimentos mais tradicionais, como uma Letra do Tesouro Nacional ou um CDB. Obviamente, isso tira um pouco da competitividade de investimentos como ações, porque, obviamente, a pessoa faz uma análise de risco antes de fazer um investimento.

Dito isto, o que a gente observa, há uma década ou um pouco mais, é que o mercado brasileiro vem crescendo e continua crescendo. Se a gente falar, talvez, de uma maneira um pouco mais setorial, de securitização, de fundo de investimento imobiliário, é claro que cada nicho de mercado tem a sua especificidade, tem as suas oscilações, mas, de maneira geral, a gente tem uma evolução bastante firme, robusta. Por exemplo, se formos ver o volume de distribuições no mercado primário em 2013, vamos verificar que o volume de distribuição em 2013 foi superior ao volume de distribuição em 2007, ano anterior à crise financeira. Se formos olhar para o mercado de ações, veremos que de 2012 para 2013 houve um aumento no mercado de ações. E há iniciativas que foram tomadas que robustecem esse mercado. Então, temos importantes medidas legislativas, como letras financeiras, que são um instrumento de captação de recursos pelas instituições financeiras de longo prazo, que começou em 2011. Então, a gente vê que há um aumento progressivo do volume de letras financeiras que são negociadas e emitidas. Temos também as debêntures de infraestrutura, que são um instrumento muito importante, porque o Brasil, obviamente, passa por um momento que necessita de investimentos de infraestrutura, e também temos aqui uma progressão do volume de emissão de debêntures de infraestrutura. Enfim, os níveis de negociação de derivativos também continuam bastante elevados.

E eu também gostaria de mencionar uma iniciativa recente do Congresso Nacional, que foi a conversão em lei da Medida Provisória nº 651, que criou diversos incentivos para o chamado mercado de acesso. Esse é um ponto que está no radar da CVM hoje em dia, ou seja, tentar diminuir um pouco o tíquete de acesso ao mercado. A gente tem exemplos, como o Canadá e outros países, em que médias empresas já conseguem ter acesso ao mercado, fazer captações. Então, essa medida provisória e outras medidas regulatórias da CVM, como a constituição de fundos de investimentos de participações em companhias de mercado de acesso, a reformulação da instrução sobre ofertas públicas para diminuir custo, mas com responsabilidade.

Isso porque é preciso ver que o outro lado da moeda do custo também é a proteção do investidor. Então, é claro que se tem de fazer isso com muita responsabilidade.

Então, aqui temos também uma perspectiva de crescimento do mercado, inclusive com maior acesso por parte de médias empresas, o que é muito importante, porque elas geram muito emprego e fazem investimentos consideráveis na economia brasileira.

Sobre o episódio do empresário Eike Batista, eu não tenho como falar especificamente do caso, porque está sendo conduzido internamente na CVM, e eu não estou na CVM ainda – espero estar em breve –, mas eu posso dizer sobre as colocações de V. Exª, sobre a questão de mecanismos de prevenção. Há algumas ponderações que eu gostaria de fazer sobre o assunto.

Primeiro, eu acho muito importante que a gente tenha sempre em mente que o mercado é um mercado de risco. Então, isso é uma coisa que passa muito pela educação financeira – um projeto que a CVM está conduzindo com a cooperação do Ministério da Educação e de outros parceiros privados –, que é a questão de que ninguém pode negociar no mercado achando que vai ter uma rentabilidade assegurada. É importante que o investidor entenda o que ele está fazendo quando ele compra um título, quando ele compra uma ação.

Dito isso, se houve irregularidades, se as informações que foram divulgadas pelo grupo X não estão corretas, eu tenho certeza, certeza absoluta, de que a CVM está olhando e de que ela está olhando isso dentro dos termos da lei.

Então, o que é importante, em termos preventivos, é o *full disclosure*, retomando aqui um pouco a minha fala com a Senadora Ana Amélia: assegurar que o investidor tenha informações disponíveis. E, mais do que informação, eu gostaria aqui de introduzir um outro assunto que vem sendo discutindo muito na CVM – e houve uma regulação recente nesse assunto. É o chamado *suitability*, que significa que não basta apenas dar informações suficientes, mas é importante também que aquele que vende uma ação, o intermediário, verifique que aquele investimento é adequado para o perfil de investimento do investidor, porque há investidores mais agressivos e há investidores mais conservadores; depende da estratégia e dos objetivos de investimento de cada um. E, certamente, se a gente olhar para as empresas do grupo X, eram empresas pré-operacionais e que, portanto, sim, numa avaliação, acredito que, bastante consensual, eram empresas de bastante risco. Então, acho que é muito importante, em termos de prevenção, *full disclosure e suitability*.

Sobre o último ponto, que é a questão da cooperação da Security and Exchange Commission com a Comissão de Valores Mobiliários, há um memorando de entendimento, que é assinado pelos países que são membros da Iosco, da Organização Internacional de Reguladores de Mercado de Capitais, e esse memorando de entendimento prevê mecanismos de cooperação.

No caso da Petrobras, eu não tenho conhecimento, também, de como esse mecanismo está sendo usado, mas acredito que estejam usando, porque não é algo extraordinário. Existe uma relação bastante contínua e intensa de troca de informação entre os órgãos reguladores. Eu mesmo, no tempo em que estive na Superintendência de Processos Sancionadores (SPS), tive a ocasião de participar de algumas investigações transnacionais, e houve total cooperação e uma troca de informações muito ampla com a Security and Exchange Commission, nessa oportunidade que tive para participar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PABLO WALDEMAR RENTERIA – De nada. (*Pausa.*)

Retomando as perguntas, então – desculpe se estou me alongando –, do Senador Jayme Campos. Também agradeço pelas colocações.

Sobre a regulação dos fundos de investimento, isso aqui também é um tema extremamente dinâmico. Assim, a CVM nunca vai poder dar-se por satisfeita, porque é sempre necessário acompanhar a evolução do mercado.

Havia a Instrução nº 409, que é a instrução-mãe, vamos dizer assim, sobre os fundos de investimento, especialmente sobre os fundos de investimento abertos, que está sendo, atualmente, revista. Estamos em meio à divulgação de uma nova instrução ou de uma reforma da instrução existente, o que mostra, na verdade, que é um trabalho contínuo. A própria Instrução nº 409 recebeu diversas emendas ao longo dos anos, porque sempre se percebe que, por conta da evolução do mercado, é preciso fazer um aperfeiçoamento ou uma simplificação, porque também, algumas vezes, percebe-se que a regulação criou um custo que não se justifica.

E aí vamos fazer esse aperfeiçoamento.

Quanto à questão de uma lei sobre os fundos, eu, pessoalmente, acho que ela é bem-vinda. Tenho certeza de que será tratada muito bem pelo Congresso Nacional e com os cuidados necessários, que são os cuidados de não se engessar um mercado que seja tão dinâmico. É claro que uma lei pode ser muito útil, até para assuntos de constituição, de solução, de transformação dos fundos. Já há algumas regras que poderiam ser tratadas numa lei – acho que seria oportuno –, mas há muitos assuntos regulatórios que vão ter de ser revistos e atualizados, acompanhando a dinâmica própria do mercado. E aí eu entendo que a regulamentação administrativa talvez seja, nesse tocante, o caminho mais salutar.

Sobre o projeto de lei do novo Código Comercial, eu aqui tenho uma opinião pessoal. Eu acho que muito mais importante do que ver se precisamos de um novo Código Comercial ou não é saber o que está dentro desse novo Código Comercial. Discute-se sempre muito se é bom ter um código, não ter um código. É uma discussão que vem desde o século 19, e acho que vai durar para sempre. O importante é saber o que vai estar dentro desse Código Comercial.

No tocante ao mercado de capitais, temos leis que, de maneira geral, são muito boas e que têm resistido ao tempo, que é um sinal do seu vigor. A Lei das Sociedades por Ações é uma lei que foi editada em 76. A Lei do Mercado de Capitais também é de 76. É claro que ajustes, aperfeiçoamentos são sempre bem-vindos, mas eu acredito que, de certa maneira, o nosso arcabouço legal na área de mercado de capitais é um bom arcabouço legal. Podemos fazer alguns ajustes, mas não acredito que seja o caso de se fazer uma revolução legislativa no assunto.

Por fim, gostaria de responder às indagações do Senador Douglas Cintra, agradecendo também pelas indagações que foram feitas.

A questão do surgimento de novos ativos e da adequação da regulação para fazer frente é um assunto palpitante e está na ordem do dia dos reguladores no mundo inteiro. Falar em mercado é falar em criatividade, é falar em inovação. Ao mesmo tempo, falar em mercado é falar em proteção da poupança pública.

Então, temos aqui um dilema, que, mais uma vez, não será resolvido. Temos que estar constantemente atentos a esse dilema. O importante é que a CVM esteja sempre atenta aos novos produtos e procure sempre atender aos anseios, sempre preocupada com a proteção da poupança pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a S. Exª, Sr. Waldemar Renteria.

Encerrado o debate objeto da arguição dos Srs. Senadores, consulto se alguma Senadora ou algum Senador ainda não votou. (*Pausa.*)

Encerrado o processo de votação, convido a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Douglas Cintra para atuarem como escrutinadores dos votos.

(*Procede-se à apuração dos votos.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. *Fora do microfone*.) – Por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço à nobre Senadora Gleisi Hoffmann e ao Senador Douglas Cintra pelo trabalho de apuração dos votos.

Foram registrados 16 votos favoráveis.

Não houve nenhuma abstenção e nenhum voto contra.

A Comissão aprova o nome do Sr. Pablo Waldemar Renteria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A matéria vai ao plenário do Senador Federal.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, eu solicito urgência na matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Já vai com urgência, regimentalmente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Segunda parte da presente reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, de 2013 – Complementar
– Não terminativo -

Define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Contrário ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Designo, para Relator *ad hoc*, o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O relatório é contrário ao projeto.

Concedo a palavra ao ilustre Relator *ad hoc*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eis a manifestação que o...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Antes, porém, Senador Suplicy, gostaria de salientar aqui e enaltecer a presença dos secretários da Fazenda dos nossos Estados, liderados pelo Coordenador do Conselho de Política Fazendária (Confaz), Dr. José Barroso Tostes Neto.

Sejam bem-vindos sempre a esta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eis a manifestação do Senador Delcídio do Amaral.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2013, que "Define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal."

O PLS nº 312 estabelece que a União entregue aos Estados e ao Distrito Federal, em parcelas mensais e iguais, o montante equivalente às perdas de receitas decorrentes da desoneração das exportações de produtos primários e semi-elaborados definidas pela Lei Complementar nº 87, de 1996, conhecida como Lei Kandir.

Determina, ainda, que o cálculo desse montante terá como base a "carga tributária efetiva", resultante da arrecadação do ICMS autorizada a cada Estado ou ao Distrito Federal, por convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 1975, e verificada em 31 de julho de 1996.

O valor da entrega mensal corresponderá a "1/12 avos da perda de arrecadação efetiva, apurada nos doze meses que antecederem ao mês de julho do ano anterior ao que corresponder à entrega."

O projeto determina também que, do montante de recursos atribuídos a cada Estado, 25% serão entregues aos seus Municípios, segundo os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, da Constituição. Essa compensação financeira pela desoneração perdurará até o exercício subsequente ao que o ICMS "tenha tido o produto de sua arrecadação em proporção superior a 80%, destinado ao Estado ou ao Distrito Federal onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços, por três períodos consecutivos".

Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos e instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao ICMS "declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior".

O PLS ainda estabelece que o Poder Executivo encaminhará, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, às comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal responsáveis pela área de educação, "relatório sobre a aplicação dos recursos no exercício anterior, detalhando eventuais desvios e ilícitos detectados na conta dos entes beneficiários, bem como listando os entes que tiveram o benefício interrompido em função de infração ao disposto na lei proposta".

Conforme a cláusula de vigência, a lei entrará em vigor no primeiro dia útil do exercício subsequente ao de sua publicação.

Na justificação, o autor argumenta que apresentara, em 2006, projeto sobre a matéria e que, não obstante voto favorável da relatora, Senadora Patrícia Saboya, ele não chegou a ser apreciado. Aduz, em essência, que o ICMS sofreu redução em sua base de cálculo original, tanto com a desoneração das exportações de produtos industrializados, mediante o Decreto-Lei nº 406, de 1968 (constitucionalizada em 1988), quanto com a das exportações de produtos semi-elaborados e primários, advinda com a Lei Kandir (constitucionalizada com a EC 42/03). Alega que, em ambos os casos, os valores hoje recebidos como compensação estão reduzidos, em termos reais, à metade.

Com a citada Emenda Constitucional nº 42/03, que constitucionalizou a desoneração prevista na Lei Kandir, introduziu-se o art. 91 no ADCT, que exige lei complementar para fixar o montante da compensação. Mas, conforme argumentos do autor, "o Governo Federal está dando sinais claros de se elidir desse compromisso. Por essa razão, os valores relativos à compensação dos efeitos receita da 'Lei Kandir' resultam de negociações anuais, sendo que a quantia prevista para os últimos anos para todo o País estacionou nos R$ 5,2 bilhões, quando as perdas estimadas alcançam R$18 bilhões anuais."

O autor reforça seus argumentos com dados que ilustram a situação vivida pelo Estado do Rio Grande do Sul, nos seguintes termos:

Considerando que a arrecadação total do ICMS se situa em R$10 bilhões anuais e contrapondo os valores relativos às perdas de receitas nos fluxos externos (em torno de R$2,5 bilhões) e de créditos transferidos (R$900 milhões), obtém-se uma ideia da magnitude que representa, em termos financeiros, a equação montada pelas desonerações das exportações e seu sistema de compensações insuficientes, num contexto de aproveitamento liberalizado de créditos definido pela lei básica do ICMS, a Lei Kandir, e sob a condição financeira de cumprir o acordo de amortização da dívida para com a União.

Em agosto de 2013, o PLS foi distribuído a esta Comissão, tendo o Sr. Presidente designado o Senador Delcídio do Amaral Relator da matéria.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Em conformidade com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de todas as proposições submetidas ao seu exame.

Uma vez que a matéria foi despachada unicamente a esta Comissão, julgo conveniente enfatizar que, do ponto de vista constitucional, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.

Todavia, do ponto de vista infraconstitucional, cumpre-me ressaltar que, a meu ver, o projeto conflita com os requisitos para a gestão fiscal responsável, conforme contidos no art. 17, *caput* e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei Responsabilidade Fiscal (LRF) –, na medida em que não identifica as fontes de financiamento que deverão suportar o aumento das despesas provenientes da referida compensação. E, como visto na justificação, a essência do projeto está na recomposição de perdas de receitas decorrentes da desoneração de exportações de produtos industrializados, semi-elaborados e primários.

Como o autor alega, as perdas anuais estimadas chegam a R$18 bilhões, sendo que as compensações estão estacionadas em R$5,2 bilhões; observa-se, assim, que elas deveriam sofrer acréscimos anuais da ordem de R$13 bilhões.

Considere-se que o coeficiente de participação individual do Estado do Rio Grande do Sul – no total alocado pela União para atender as referidas desonerações – está fixado em 10,04%, e que a estimativa de suas perdas, conforme o autor, atinge R$2,5 bilhões. Então, pode-se inferir que o total de perdas de todos os Estados com as desonerações alcance cerca de R$25,9 bilhões.

Nesse ponto, independentemente da maior ou menor precisão dessas estimativas, importa ressaltar que a União não dispõe de meios para atender tal demanda, a não ser que comprometa a obtenção dos resultados e metas fiscais aprovados pelo próprio Congresso Nacional.

A propósito, cabe lembrar que a norma vigente, art. 31, §2º, da Lei Complementar nº 87, de 1996, com a redação dada pela LC nº 115, de 2002, indica o endividamento público federal como única fonte especificada para o financiamento das compensações.

De outro lado, se os coeficientes individuais forem revistos na atual conjuntura – francamente desfavorável do ponto de vista das receitas públicas e das condições financeiras de todos os entes federados, a União e alguns entes federados sofrerão perdas, com inevitável desequilíbrio fiscal, uma vez que novos cálculos conduzirão seguramente à obtenção de novos coeficientes individuais de participação no montante total das compensações. Alguns Estados poderão ter aumentos de compensação enquanto outros entes federados poderão ter perdas, e a União seguramente aumentará suas despesas com compensação das desonerações.

O momento que atravessamos, de crise internacional que assola as economias em geral, e especialmente a dos países emergentes que exportam *commodities* e semi-elaborados, recomenda a negociação pontual e anual, feita em função da capacidade da União em conceder auxílios financeiros tópicos, de acordo com a manutenção do ajuste fiscal e da estabilidade monetária.

Entendo que a preservação da condição fiscal consistente com o combate à inflação e com o crescimento econômico sustentável representa conquista de toda a sociedade brasileira nos últimos 20 anos, e os seus resultados não devem ser, em nenhuma hipótese, postos em risco.

Enfatize-se que, desde a crise internacional de 2008, o Governo Federal vem concedendo auxílios tópicos aos Estados e aos Municípios, tanto para arrefecer os efeitos negativos da crise sobre suas receitas, quanto para compensar os entes sub-nacionais pelas perdas decorrentes de diversas desonerações tributárias procedidas, inclusive das vinculadas às exportações de que trata o presente projeto de lei.

Apenas para ilustrar, em 2012, a União concedeu auxílio financeiro para o Fomento a Exportações (FEX) de R$1,462 bilhão para os Estados e de R$487,5 milhões para os Municípios.

Quanto às desonerações de ICMS das exportações, as transferências federais para os Estados totalizaram R$1,173 bilhão em 2012, e igual valor em 2013. Por outro lado, para os Municípios foram transferidos R$388,8 milhões em 2012, e também igual valor em 2013.

Sabe-se que os países exportam produtos e serviços, e não tributos. O arranjo federal, concebido no final dos anos 60 (para produtos industrializados) e ampliado com a Lei Kandir desonera as exportações tipificadas com o ICMS, para aumentar a competitividade dos produtores nacionais no comércio mundial, alçando nossa balança comercial a resultados mais robustos. Simultaneamente, foi concebida uma modalidade de auxílio financeiro compensatório aos Estados exportadores e aos seus respectivos Municípios, pela evidente perda de receitas oriundas desse tributo e que lhes pertencem.

Em suma, era do interesse do País a alavancagem das exportações e das receitas cambiais, assim como era do interesse dos Estados a compensação pela correspondente perda de arrecadação tributária.

Inicialmente, os cálculos mensais previstos na transferência descrita no Anexo da LC nº 87, conhecida como Seguro Receita, tinham como base a "arrecadação média do ICMS de julho de 1995 a junho de 1996, devidamente corrigida pelo IGP-DI, ampliada por um fator de acréscimo e ajustada em face dos valores apurados de arrecadação".

Mas, já em 2000, com a LC nº 102, os coeficientes de participação individual para os exercícios de 2000 a 2002 passaram a ser fixados para cada exercício.

A partir de 2003, novos critérios foram estabelecidos para os valores a serem entregues aos Estados: a Lei Complementar nº 115, de dezembro de 2002, "fixou os coeficientes individuais de participação e o montante para 2003. Para 2004 a 2006, mantiveram-se os mesmos coeficientes e estabeleceu-se que o montante a ser distribuído seria o consignado a essa finalidade na correspondente Lei Orçamentária Anual da União".

Portanto, desde 2007, adota-se, como critério, o coeficiente individual fixado em fins de 2002 para viger a partir de 2003 e o montante a ser distribuído aquele constante na Lei de Meios Anual.

É fato que a EC nº 42 convalidou esse sistema de entrega de recursos compensatórios aos Estados e seus Municípios, e ao Distrito Federal, até que nova lei complementar seja editada.

É verdade, também, que a norma está inserida nas Disposições Transitórias. Mas o legislador não definiu prazo para a institucionalização de nova partilha, e, em razão das condições macroeconômicas reais do País, entendo – diz o Senador Delcídio – ser conveniente manter-se a regra de entrega de recursos pela compensação com base na fixação de coeficientes de participação individuais e nas dotações anualmente alocadas para tanto na Lei Orçamentária da União, art. 31, e Anexo da LC nº 87/96 introduzido pela citada LC nº 115, de 2002.

Esse histórico demonstra que, após a adoção da compensação em 1996 e dos critérios transitórios para os anos de 2000 a 2002, definidos pela LC nº 102, de 2000, o Congresso Nacional deliberou duas vezes, em seguida, sobre a matéria: mediante a LC nº 115, de dezembro de 2002 e a EC nº 42, de dezembro de 2003: na primeira, fixou os coeficientes individuais de participação dos Estados nas dotações orçamentárias anuais da União para atender as compensações; e, na segunda vez, manteve essa regra, ainda que lhe conferindo caráter transitório, mas sem definição de prazo.

Constata-se que o PLS sob exame propõe retomar uma condição já superada por decisões relativamente recentes do Congresso Nacional sobre a matéria, dado que estamos a tratar de matéria de índole constitucional e complementar, que, pela sua própria natureza, pressupõe maior estabilidade no ordenamento jurídico.

Em suma, o projeto não adota a boa técnica legislativa preconizada pela Lei Complementar nº 95, de 1998, em seu art. 12, inciso III, porquanto deveria propor alterações na lei complementar já existente no ordenamento, especificamente no art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 1996.

Sob o aspecto jurídico, a proposição conflita com a Lei de Responsabilidade Fiscal, na medida em que não identifica as fontes de financiamento para o aumento da despesa pública que enseja. Ademais, não inova a ordem jurídica ao propor a retomada de condição de compensação financeira superada por decisões recorrentes do Congresso Nacional desde o início da década passada.

Por fim, considerando-se as estimativas apresentadas pelo autor – da ordem de R$5,2 bilhões para o nível atual das compensações e de R$18 bilhões para as perdas de receitas –, chega-se à conclusão de que o aumento da despesa pública federal seria da ordem de R$13 bilhões anuais, podendo chegar a R$25,9 bilhões, como visto.

Logo, do ponto de vista das finanças públicas, o PLS revela-se inoportuno, porquanto não há possibilidade de aumento da carga tributária, de emissão de moeda e nem de títulos da dívida pública federal para financiar tais gastos.

Ante o exposto, o Senador Delcídio do Amaral vota pela rejeição do Projeto de Lei nº 312, de 2013 – Complementar.

Esse é o projeto que, como Relator *ad hoc*, tive a responsabilidade de ler, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª e ao ilustre Relator, Senador Delcídio do Amaral.

Concedo a palavra ao autor do projeto, nobre Senador Pedro Jorge Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quis o destino que eu tivesse chegado ao meu gabinete e assistido a V. Exª dar a palavra para o Senador Suplicy. E vi que se tratava deste projeto.

Quero fazer um apelo à Casa. Eu acho que dava para fazer um pedido de vista coletiva, tirar esse projeto de votação.

Com todo o respeito, me parece irracional discutirmos esse projeto correndo, a toque de caixa. Trata-se de uma matéria pela qual há até pouco tempo nós estávamos brigando e conseguimos uma grande vitória, que foi uma vitória de Pirro.

Quer dizer, essa questão iniciou realmente, em alguns Estados, a começar pelo Rio Grande do Sul, a crise financeira. O Rio Grande do Sul é um Estado eminentemente exportador. Exporta muito mais do que importa. E esse projeto significou para o Rio Grande do Sul a perda de US$1 bilhão por ano. É o que vem acontecendo desde a sua adoção até hoje.

Eu votei contra a Lei Kandir. Votei, briguei, gritei, disse desaforos da tribuna do Senado. Aí botaram um adendo na lei: a União compensará os Estados... Piada, piada. O que eu queria era o fato concreto. Saiu tanto, entra tanto. E mesmo aquele item que foi aprovado no sentido de que a União compensará os Estados que tiverem defasagem com a não cobrança do Imposto de Exportação, nem aquilo foi cobrado.

Então acho que não tem lógica agora, ao meio-dia, numa reunião que nem essa, nós entrarmos nessa discussão. Mas nós todos sabemos, e ficou dito na vasta discussão em que V. Exª foi o Relator sobre essa matéria, que aquele projeto que foi votado ali foi um projeto emergencial para a gente realmente se preparar para o debate republicano e real sobre essa matéria.

Acho que vai soar mal perante a sociedade, perante os Estados, não rejeitar esse projeto, pura e simplesmente numa reunião melancólica, de fim de ano, onde não é a matéria; não está sendo discutido. A matéria, no que tange ao que tinha sido discutido este ano, esgotou-se na votação daquele projeto. Então, eu faço esse apelo.

Não estarei aqui no ano que vem, mas é uma matéria em cima da qual a gente pode fazer a discussão em cima de outras que virão.

Então, faço um apelo. Não sou membro da Comissão, mas vi com muita alegria a chegada da Ana Amélia. Eu tinha pedido ao meu vizinho aqui que pedisse vista, mas ele disse que era a favor do projeto e não ia pedir. Mas eu acho que a Ana Amélia, tenho certeza absoluta, vai fazer, porque é importante para nós, do Rio Grande do Sul, que se peça vista. Não estamos pedindo para aprovar. Apenas estou querendo dizer que rejeitar esse projeto, mandar para o arquivo nesta hora, neste momento, não soma para esta Casa e não soma para ninguém.

Por isso, faço o apelo e entrego a palavra para a Senadora Ana Amélia, que é titular da Comissão, e tenho certeza de que ela vai pedir vista dessa matéria.

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – O apelo de V. Exª nesta Casa soa como toque no bronze.

Vou conceder a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Luiz Henrique, caros colegas Senadores e Senadoras, estou com o coração dividido, porque sou também da Comissão de Educação com matérias importantes e relatorias também.

Mas vim aqui exatamente, não apenas para homenagear – já seria um fato importante – o autor, Senador Pedro Simon, Governador do Rio Grande do Sul, Senador brilhante. Essa iniciativa, eu diria, está na agenda federativa.

A Lei Kandir criou para Estados exportadores, como é o caso do Rio Grande do Sul, uma situação muito complicada, e ampliar ou ampliar para produtos, não só os manufaturados, mas também os produtos primários e semi-elaborados, acabou agravando ainda mais a perda de receita.

Estima-se, no cálculo feito pelo próprio autor, Senador Pedro Simon, com muita competência, que menos de um terço da desoneração da Lei Kandir, que devia ser compensada, é repassada aos Estados exportadores – menos de um terço.

Então, isso agrava. Por que nós na semana passada fizemos uma grande festa para aprovação do indexador da dívida dos Estados e Municípios? Porque realmente a situação federativa está exigindo um reexame dessas questões de maneira muito séria e muito profunda.

Todos temos problemas. Os Municípios têm problemas, os Estados têm problemas, e a União tem problema. É necessário, digamos, haver uma harmonização disso.

Eu estou aqui exatamente, como sou membro da Comissão de Assuntos Econômicos, para, primeiro, enaltecer a iniciativa do Senador Pedro Simon – eu sou autora também do PLC nº 22, que trata de fazer – não teria nenhuma fonte de receita – um acerto contábil. Já que temos um crédito, que é da Lei Kandir, e um débito, que é da renegociação da dívida do Estado, fazer um acerto contábil naquele valor, porque o percentual não é o mesmo. Evidentemente, a dívida é muito maior do que a receita decorrente do ressarcimento da Lei Kandir.

Estamos votando agora, no âmbito das reformas, o Fundo de Compensação e também o Fundo de Desenvolvimento Regional, no processo global em que estamos tratando da questão federativa. Muito relevante. O Líder Eduardo Braga salientou muito isso.

Então, tudo isso faz parte desse bojo. Eu queria, então, como sou membro da Comissão de Assuntos Econômicos, reforçar o pedido de vista. Se os colegas pedirem vista coletiva, ela terá, regimentalmente, de retornar na próxima semana; ou então deixamos apenas vista, para que se examine, como quer o Senador Pedro Simon,

com muito senso de oportunidade e justiça, procedendo-se a uma avaliação melhor do projeto relatado pelo Senador Suplicy como Relator *ad hoc* da relatoria do Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pedido de vista formulado pela ilustre Senadora Ana Amélia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – São de bom senso o apelo do Senador Pedro Simon e as ponderações da Senadora Ana Amélia.

Estou de acordo Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Vista concedida, em homenagem ao ilustre autor e, evidentemente, à relevância da matéria.

Concedida vista coletiva.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2007
– Não terminativo -

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 1.361, do Código Civil, e dá outras providências. (Altera as formas de constituição e de transferência da propriedade fiduciária).
Autoria: Senador Magno Malta

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, de 2013
– Não terminativo -

Altera a redação do § 1º e insere §§ 4º e 5º, ao art. 1.361, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) – altera o art. 6º, da Lei nº 11.882, de 2008 e dá outras providências.
Autoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 247 de 2007 e 154 de 2013.
Observações:
1. As matérias serão apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;
2. Em 21/02/2008, foi apresentada ao PLS nº 247 de 2007 a Emenda nº 1, de autoria do Senador João Vicente Claudino.

Ausente o Relator do projeto, concedo a palavra, como Relatora *ad hoc*, à nobre Senador Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Passo à leitura da análise do parecer relativo ao Projeto de Lei do Senado nº 247, de autoria do Senador Magno Malta, e ao Projeto de Lei do Senado nº 154, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que tratam da aquisição da propriedade fiduciária de veículos automotores e do registro público do contrato de aquisição no cartório de títulos e documentos do domicílio do devedor.

Da análise.

Nos termos do art. 99, incisos I e III, do Regimento Interno desta Casa, cabe a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes ao aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por deliberação do Plenário, bem como, no mérito, emitir parecer sobre matéria relacionada aos problemas econômicos do País e à política de crédito. Do cotejo dessa atribuição com o teor normativo proposto pelo conteúdo do PLS nº 247 e do PLS nº 154, corrobora-se a plena competência regimental desta Comissão para a apreciação da matéria.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, foram atendidos pelos projetos, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil e registros públicos, a teor do disposto no art. 22, incisos I e XXV, da Constituição Federal, bem como por não ter sido deslustrada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida proposta.

No que concerne à juridicidade, os projetos em comento se afiguram irretocáveis, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nele vertida é cercada de inovação ou originalidade, em face do Direito positivo em vigor; iii) possui o atributo da generalidade, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um

comportamento normativo comum; iv) se afigura dotado de potencial coercitividade, isto é, a possibilidade de imposição compulsória do comportamento normativo estabelecido; e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de Direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

No mérito, os fundamentos esposados na justificação dos projetos em comento não se afiguram razoáveis. Com efeito, desde a entrada em vigor do novo Código Civil, nos termos do seu art. 1.361, o consumidor, ao adquirir um veículo mediante financiamento, arrendamento mercantil ou consórcio, pode dirigir-se diretamente ao órgão de trânsito da sua cidade, para obter a completa documentação do veículo, sem a necessidade de intermediação de cartórios de notas ou despachantes.

Pela sistemática trazida com o novo Código Civil, a alienação fiduciária em garantia é feita pelo Sistema Nacional de Gravames, mecanismo que possibilita às instituições financeiras a inclusão e baixa de gravames relativos aos contratos com alienação fiduciária de veículos diretamente nos sistemas informatizados das repartições de trânsito, sem custo para o consumidor, uma vez que o art. 7º da Resolução do Contran nº 159, de 2004, estabelece que as despesas dos gravames serão suportadas pelas "empresas credoras de garantia real".

Ao analisar a matéria em questão, verifica-se que temos, na verdade, uma medida que beneficiaria somente os titulares dos cartórios de registro de títulos e documentos, sem nenhuma prestação efetiva de serviço público essencial. Realmente, a aprovação deste projeto implicaria a criação de despesas e custos desnecessários aos consumidores brasileiros, já fortemente penalizados pelos diversos encargos que incidem sobre a aquisição de veículos, em especial aqueles referentes às taxas de licenciamento e emplacamento, sem mencionar as altas taxas de juros e os elevados gastos securitários.

Hoje, alguém que deseje verificar eventuais restrições à propriedade de veículo, especialmente para saber se sobre este incide alguma restrição decorrente da alienação fiduciária em garantia, bastará consultar as bases de dados dos departamentos de trânsito, em vez de percorrer os cartórios de notas, como pretendem os projetos.

A informação é obtida facilmente e já consta nos documentos dos veículos, o que facilita muitíssimo a verificação de eventuais restrições de domínio incidentes sobre o bem. Tal informação confere elevada segurança àquele que, de boa fé, venha a adquiri-lo.

Ademais, devemos levar em distinta consideração a larga experiência dos nossos tribunais a respeito da matéria. Isso porque o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.150, já considerou constitucional o registro da alienação fiduciária diretamente nas repartições de trânsito, dispensado o registro anterior no cartório de registro de títulos e documentos. De modo semelhante, o STJ entende que são suficientes e mais efetivos, além de garantir a devida publicidade, os registros feitos diretamente nas repartições de trânsito, como podemos ler no Recurso Especial nº 686932/PR: "Deveras, é cediço na Corte que a exigência de registro em Cartório do contrato de alienação fiduciária não é requisito de validade do negócio jurídico. Para as partes signatárias a avença é perfeita e plenamente válida, independentemente do registro que, se ausente, traz como única consequência a ineficácia do contrato perante o terceiro de boa-fé."

À guisa de fecho, podemos ver que as medidas legais sugeridas nos projetos em comento implicariam artificial receita para os cartórios de registro de títulos e documentos, em colisão frontal com os interesses dos consumidores.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2007, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2013.

Este é o relatório, Sr. Presidente, e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agadeço ao Senador Delcídio do Amaral, pela elaboração do projeto, e a V. Exª por funcionar como Relatora *ad hoc*.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Delcídio do Amaral, tendo como Relatora *ad hoc* a Senadora Gleisi Hoffman.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE contrário aos Projetos de Lei do Senado nº 247, de 2007, e nº 154, de 2013. As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Requerimentos. Temos só mais duas matérias para apreciação nesta Casa.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 55, de 2014

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública para discutir a superação da pobreza e o desenvolvimento econômico e social

no Brasil. Para tanto, sugiro o convite das seguintes autoridades: Is^m^o Srª Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Sr. Jorge Chediek, Coordenador Residente do Sistema Nações Unidas no Brasil e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Srª Deborah Wetzel, Diretora do Banco Mundial para o Brasil.

Autoria: Gleisi Hoffmann

O requerimento já foi lido com a presença da autora. A Secretaria da Comissão providenciará a sua divulgação e a inclusão na pauta da próxima reunião deliberativa ordinária.

Item 11 e último da pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Agradeço se puder acrescentar o nome, a essa iniciativa tão relevante, da economista Profª Lena Lavinas, que é da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em consonância com a autora, Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Havendo concordância da autora, Senadora Gleisi Hoffmann, e do plenário, consideramos incluído no requerimento o nome da Professora...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Lena Lavinas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Lena Lavinas.

Na próxima reunião da Comissão, então, deliberaremos já com o requerimento tendo como integrante a Prof^a^. Lavinas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu entendi que foi aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não, não. O requerimento foi lido e será aprovado na próxima reunião.

A SR^a^ GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Ele sempre tem uma vista coletiva, não é?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – De acordo com o ato da Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem. Compreendido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Item 11 e último da pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 54, de 2014
– Não terminativo -

Requer, com fundamento no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de discutir o tema "A Repartição de Receitas e o Fundo de Participação dos Municípios", com a participação dos seguintes convidados: Raimundo Carreiro, Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); Representante do Ministério da Fazenda; Representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); Representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); e Raul Velloso, economista e consultor.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Observações:

Em 15/07/2014, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

O Presidente Lindbergh Farias, por motivo relevante, não está presidindo esta reunião nesta manhã, conforme me comunicou.

Concedo a palavra à autora do requerimento, nobre Senadora Ana Amélia.

A SR^a^ ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadora, nós, há pouco, tratamos de um projeto que tem a ver com a questão federativa, o projeto do Senador Pedro Simon, relatado *ad hoc* pelo Senador Eduardo Suplicy.

Estava presente aqui nesta Comissão o Coordenador Nacional do Confaz, José Tostes, que acompanhou muito todo o debate da relatoria do seu projeto que tratou da alteração do indexador da dívida dos Estados e Municípios. E, quando falamos ali com ele sobre a questão da Lei Kandir – ele que também é de um Estado exportador, o Estado do Pará –, mencionou o fato de que nem 10% do que deveria retornar aos Estados retornou. Então, é realmente relevante esta pauta, e foi muito importante e significativa.

Faço referência, porque é uma autoridade que fala pelos Estados. Então, não é só o Rio Grande do Sul ou o seu Estado de Santa Catarina, ou São Paulo, do Senador Suplicy, ou o Paraná, da Senadora Gleisi, ou Pernambuco, do Senador. Isso é um drama, é um problema. Então, esse requerimento feito em julho, há quatro meses, trata de vermos como está a repartição das receitas, com autoridades que vêm trabalhando muito nesse aspecto.

Aí, podemos ter um quadro real da situação, para propormos iniciativas que tratem dessa questão relacionada aos princípios federativos do nosso País, para assegurar com isso também uma democracia. Então, eu queria agradecer ao Dr. Tostes, porque ele reforçou a tese de que é necessário esse debate, na matéria anterior do Senado Simon, e esse meu requerimento, agora... Já foi aprovado e agora apenas estão as pessoas que irão às autoridades debater este tema aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Essa matéria é realmente por demais relevante. O Espírito da Lei Kandir era compensar os Estados com 50% da exoneração do ICMS nas exportações. E a lógica era de que as exportações, gerando emprego, gerariam o consumo que propiciaria os impostos relativos aos outros 50%. Era uma mecânica engenhosa para incentivar as exportações e ao mesmo tempo o crescimento da receita dos Estados.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão.

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 54, de 2014, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo às Srªs e aos Srs. Senadores que tiveram participação importante nesta reunião, declaro-a encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos, do dia cinco de novembro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Paulo Davim, Cícero Lucena, Fleury, Mozarildo Cavalcanti, Kaká Andrade, Eduardo Suplicy, Wellington Dias, Romero Jucá, Benedito de Lira, Cyro Miranda, e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Deputado André Figueiredo. *Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências.* **Relatoria**: Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2013 e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2013, com a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Deputada Mara Gabrilli. *Concede pensão especial à atleta Lais da Silva Souza.* **Relatoria**: Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2014. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2014. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento da tramitação. **ITEM 3 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2011 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Inácio Arruda. *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para modificar regra sobre rescisão contratual por inadimplência.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para admitir a suspensão ou rescisão do contrato somente em caso de fraude ou de não pagamento por sessenta dias consecutivos, com notificação pessoal do consumidor.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Eduardo Amorim. *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a suspensão ou rescisão unilateral, por parte das operadoras, dos contratos coletivos.* **Relatoria**: Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2011, e das 2 (duas) Emendas que apresenta; e pela recomendação da Declaração de Prejudicialidade dos PLS nº(s) 463 e

507, ambos de 2013, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a matéria é retirada de Pauta para atender ao Requerimento nº 42, de 2014-CAS, para sua instrução, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa do Senador Humberto Costa. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, parágrafo 4º, do RISF, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. *Acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social.* **Relatoria**: Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. *Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para instituir a obrigatoriedade de disponibilizar ao consumidor informações nutricionais de alimentos preparados.* **Relatoria**: Senadora Lúcia Vânia (Substituída por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad hoc*:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2011, e da Emenda nº 1-CMA. **Resultado:** A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Vanessa Grazziotin, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2011, e a Emenda nº 1-CMA-CAS. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Bauer. *Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os alimentos que contenham lactose indiquem, em rótulo, o teor dessa substância.* **Relatoria**: Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Eduardo Amorim. *Altera o art. 442-A da Consolidação das Leis do Trabalho para limitar a exigência de experiência prévia para fins de contratação de empregado.* **Relatoria**: Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2013. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2013. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Mário Couto. *Dá nova redação ao caput do Art. 1º e § 2º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, a fim de permitir que a concessão do benefício de seguro desemprego, a catadores de caranguejos e mariscos, devidamente registrados nas colônias de pesca de suas regiões, e dá outras providências.* **Relatoria**: Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2013, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Paim. *Acrescenta § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para dispor que o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual – EPI, por si só, não descaracteriza o trabalho em condições especiais que justifiquem a concessão de aposentadoria especial e dá outras providências.* **Relatoria**: Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2014, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender à solicitação da Secretaria-Geral da Mesa constante do Ofício SF nº 1377/2014. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. *Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 462 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir o desconto de doações ou contribuições para organizações sociais sem fins lucrativos, desde que autorizadas pelo empregado, e dá outras providências.* **Relatoria**: Senador João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2014, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 41, de 2014. Autoria:** Senador Humberto Costa. *Requeiro, nos termos do artigo 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 47/2013-CAS, de minha autoria.* **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 42, de 2014. Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. *Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instrução dos Projetos de Lei do Senado nºs. 544 de 2013, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que Altera a Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para excluir como doença preexistente as malformações congênitas e tronar obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, da negativa de cobertura por doença preexistente; 433 de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, que Altera a Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para modificar regra sobre rescisão contratual por inadimplência; 463 de 2013, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que Altera a Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para admitir a suspensão ou rescisão do contrato somente em caso de fraude ou de não pagamento por sessenta dias consecutivos, com notificação pessoal do consumidor; e 507 de 2013, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que Altera a Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a suspensão ou rescisão unilateral, por parte das operadoras, dos contratos coletivos. Os convidados serão encaminhados pos-*

teriormente a essa Comissão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 43, de 2014. Autoria:** Senadora Ana Amélia. *Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS 521 de 2013, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que "Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir o consentimento presumido para a doação de sangue do cordão umbilical e da placenta, e para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados sobre os produtos e equipamentos empregados no procedimento." Para tanto sugiro sejam convidados: • Representante do Ministério da Saúde; • Dr. Florentino Cardoso – Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB); • Dr. Paulo Hoff – Diretor Geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP); • Dr. Sérgio Roithmann – Coordenador do Centro de Oncologia do Hospital Moinhos de Vento, Porto Alegre; • Sra. Merula Steagall – Presidente da ABRALE.* **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Paulo Davim, Cícero Lucena, Fleury, Eduardo Suplicy, Wellington Dias, Benedito de Lira, Cyro Miranda, e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata, e o Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 33ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de três itens não terminativos e sete itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, eu queria abordar rapidamente dois temas que são dois requerimentos meus, porque inclusive vou precisar sair para uma outra coisa e volto para cá.

Primeiro, quando eu apresentei aquele requerimento pedindo a realização de uma audiência pública ou mais de uma, que pudesse tratar dessa temática da regulamentação de profissões, eu não estava me referindo nem me dirigindo a nenhuma categoria especificamente.

Portanto, algumas categorias que estavam com projetos na iminência de ser votados se sentiram prejudicadas, e, como tal, essas votações não aconteceram.

Como eu não tinha nenhuma intenção de lidar especificamente com nenhuma categoria, estou apresentando um requerimento retirando aquele requerimento, de modo que a tramitação normal dos pedidos de regulamentação profissional podem continuar, e vou apresentar um requerimento pedindo que se faça a audiência pública e essa discussão, independentemente da tramitação de projetos de regulamentação. Porque o que nós vemos hoje – e isso já vem de vários governos, desde o governo Collor, acredito – é que o Ministério do Trabalho tem uma posição muito firme em considerar que esse processo de regulamentação de profissões termina sendo algo extremamente burocrático, corporativo e que gera conflitos importantes. Não estou dizendo que defendo essa posição, estou dizendo que os argumentos são esses.

Assim, o entendimento do Ministério do Trabalho e de outros setores da Justiça do Trabalho, como a Procuradoria do Trabalho, é no sentido de que devem ser regulamentadas aquelas profissões cujos efeitos desse trabalho possam gerar problemas à sociedade e problemas aos trabalhadores. Ou seja, aí, sim, é preciso uma definição clara de responsabilidades, de tarefas e tal.

Então, eu queria comunicar a V. Exª que estou retirando aquele requerimento, porque ele pedia a sustação da tramitação de qualquer pedido de regulamentação – então, os pedidos podem continuar –, mas acho adequado que possamos fazer este debate: ver se o Ministério do Trabalho está certo, se as categorias profissionais estão certas, se todas precisam ser regulamentadas, se basta que o Ministério defina, naquela relação de profissões, quais são as profissões, e com isso elas possam ser enquadradas para efeito de contribuição previdenciária, fundo de garantia, etc.; fazer esse debate mais amplo.

O segundo, Sr. Presidente, diz respeito ao item 3 da pauta.

Eu queria fazer uma sugestão. Estou apresentando um requerimento para que nós possamos fazer uma audiência pública, convidando a ANS e representantes dos consumidores, para o debate desses projetos que tratam dos planos de saúde.

Alguns tratam, por exemplo, do rompimento unilateral de contrato coletivo por parte da operadora, o que é um assunto, digamos, eminentemente, do equilíbrio econômico-financeiro. Em tese, isso passa pela CAE, que vai discutir, mas eu acho que esta Comissão, apesar de ser de mérito, precisaria aprofundar um pouco esse debate. E acho que nada mais interessante, se houver a concordância dos respectivos relatores e autores, que nós pudéssemos fazer um debate sobre essa questão, ao menos com uma audiência pública em que a ANS pudesse explicar o seu posicionamento em relação a vários pontos. Por exemplo: nesse ponto que trata do rompimento unilateral, a ANS coloca que, do ponto de vista do mérito, há o interesse público, social, porém, do ponto de vista econômico-financeiro, que vai ser discutido na CAE, essa questão precisa ser aprofundada.

Então, apresentei um requerimento, e, se a maioria entender que pode ser feito dessa maneira, nós poderíamos, talvez na próxima semana, no máximo na outra, fazer essa discussão, mais genericamente, porque há proposta de regular preço de plano coletivo; há proposta relativa ao rompimento unilateral de contrato do plano com a empresa, que também é um outro tema que trata de equilíbrio econômico; existem muitas nuances em que seria interessante podermos aprofundar. Então, eu queria só registrar que apresentei esses dois requerimentos, e, naturalmente, no momento em que achar adequado, V. Exª poderá submetê-los ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa....

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O requerimento já está aqui.

Requeiro, nos termos do art. 256, §2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 47/2013, de minha autoria.

O Senador Humberto Costa já justificou a retirada desse requerimento e, de imediato, ele coloca na pauta um projeto de lei que regulamenta a profissão de *designer,* que o Senador Paulo Davim...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Hoje, inclusive, é o dia do *designer*. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Exatamente isso.

Eu explicava para os profissionais que havia esse pedido de audiência pública e que, enquanto nós não fizéssemos a audiência pública, não iríamos votar a regulamentação da profissão, até porque todos os últimos projetos de regulamentação de profissão foram vetados. Eu quero advertir isso aqui. Então, às vezes, falam "vai votar". Tudo bem, mas, às vezes, não votamos, porque estamos tentando com o Ministério do Trabalho acertar o que eles entendem como correto em termos de regulamentação de profissões. Não adianta simplesmente aprovarmos o projeto aqui e ele ser vetado. As pessoas não entendem isso.

E eu não consigo reunir, porque o Ministério do Trabalho quer mandar representante, e eu não quero representante, eu quero o Ministro do Trabalho. Senão, nós vai haver alguém aqui em condições de definir. Tem de ser alguém aqui, na Comissão, que tenha autoridade para definir. Evidentemente, qualquer Presidente, não só a Presidenta Dilma, vai ouvir quem na hora de sancionar a lei de regulamentação? O Ministério do Trabalho.

Fica aqui esse esclarecimento, porque as pessoas ficam achando que nós não queremos votar. Ao contrário, nós queremos votar, mas queremos votar com algum critério, porque, nos últimos anos, sistematicamente, aqueles projetos que regulamentam profissões estão sendo vetados.

O Senador Humberto Costa está pedindo a retirada do requerimento. Na semana que vem, eu vou pautar a matéria. E, agora, independentemente da aprovação, nós vamos tentar estabelecer critérios junto ao Ministério do Trabalho e da Previdência, para ver se conseguimos estabelecer critérios que possam permitir que, realmente, não só o os projetos sejam votados aqui, mas que sejam aprovados e sancionados pela Presidente ou pelo Presidente. Não é uma coisa só deste Governo, é uma coisa que percebemos nitidamente que vem acontecendo.

O requerimento do Senador Humberto Costa está em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu peço à nossa assessoria aqui que paute para a semana que vem todos os projetos sobre regulamentação de profissões que tiverem parecer, para que votemos aqui, advertindo, mais uma vez, que não há acordo. É possível que votemos aqui, é possível que o Plenário aprove, mas é possível também que haja veto, porque, sistematicamente, tem ocorrido isso.

O item 1 da pauta, eu estou no aguardo...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu quero tecer comentários a respeito dos dois requerimentos que o Senador Humberto Costa apresentou.

Primeiro, eu quero louvá-lo pela iniciativa de retirar o requerimento de sua autoria que pedia a votação do projeto dos *designers* só depois de realização de uma audiência pública. Eu quero concordar com ele, até porque sou Relator do projeto. Nesse projeto que fizemos a relatoria, nós tivemos todo o cuidado, fizemos a relatoria com todo o esmero, por entendermos que realmente há uma necessidade de regulamentação dessa profissão, até porque outras profissões nas mesmas condições que a de *designer* já foram regulamentadas, e a profissão de *designer* não.

Fizemos a relatoria com todo o esmero, por entendermos que, realmente, há a necessidade de regulamentação dessa profissão, até porque outras profissões nas mesmas condições que a de *designer* já foram regulamentadas, e a profissão de *designer* não. Esta Casa não pode usar duas fitas métricas. Acho que a mesma fita com que medimos uma profissão deve medir as outras também no tocante à regulamentação.

Acredito que, acontecendo a votação aqui, bem como a aprovação – e acredito que vai ser aprovado, pelo próprio projeto, pela prática, pelo que é inerente à atividade do *designer* –, até mesmo o Ministério do Trabalho vai compreender essa necessidade. É uma atividade relativamente nova no mercado, mas que vem crescendo muito no mundo e vem se fazendo necessária.

Então, fico satisfeito em saber que já foi pautado para a próxima reunião esse projeto, que é o Projeto nº 24, de 2013, um PLC. Para que esse projeto chegasse a esta Casa, houve aqui o empenho do Deputado Penna, que é o Presidente do Partido Verde e que se tem dedicado muito a essa causa. Eu sou o relator com muita satisfação.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizá-los. Sei que há uma representação dos profissionais dessa área aqui. Eles estão ali atrás. Quero parabenizá-los, primeiro pela brilhante atividade que exercem e, depois, por este dia. Hoje, é o Dia do *Designer*.

Então, que a gente faça essa votação! Quero louvar a postura do Senador Humberto Costa por ter retirado o seu requerimento.

O segundo também é sobre um requerimento do Senador Humberto Costa a respeito da regulamentação dos planos de saúde, dessa questão toda. Eu concordo com a preocupação do Senador Humberto Costa. Há o item 3, do qual sou relator. Esse item, essa matéria dispõe exatamente sobre isso.

Então, eu queria saber do Presidente se nós faríamos a leitura, e aí o Senador Humberto Costa pediria vista. Ou eu o retirarei de pauta, para que pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu só quero dizer que o parecer dele é pela declaração de prejudicialidade.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Não, não, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Há pareceres diferentes.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Há pareceres diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ah, os outros dois, não é?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Os outros dois. Há o da aprovação, e os outros dois pedem a prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Os outros dois?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – É.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas, de qualquer forma, V. Exª tem de ler o parecer, e aí o Senador Humberto Costa vai pedir uma audiência pública. Ele fica sobrestado até que a gente possa realizar a audiência pública para apreciar o projeto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pode ser assim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pode.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – E a gente não demora. Vamos fazer isso rapidamente, porque, na verdade, sei que o debate sobre a questão do equilíbrio econômico-financeiro deve ser feito mais lá. Mas é importante a gente aqui se aprofundar nessa questão também, até porque acho que essa lei, em algum momento, precisa ser objeto de ampla revisão. Nós estamos, o tempo inteiro, fazendo remendos, remendos, remendos, mas seria interessante que nós pudéssemos nos aprofundar no debate sobre essa temática.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu concordo com isso. Acho que é importante esse debate. E é importante que a gente faça, talvez, a avaliação de que, quanto a essa regulamentação, a gente precisa realmente conversar com o pessoal dos planos de saúde e, principalmente, com o pessoal da Anvisa e da Agência Nacional de Saúde Suplementar, para haver uma discussão e para se regulamentar. Realmente, a toda hora, há uma coisa aqui e outra ali.

Então, o Senador Paulo Davim lê o relatório, V. Exª formaliza o requerimento para mim, porque é preciso. E aí, logo em seguida, nós...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Aí o Senador Humberto pede para se pedir vista.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Peço para alguém pedir vista aqui.

V. Exª a pede, Senadora Vanessa?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Peço, peço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não há necessidade do pedido de vista. Eu só preciso do requerimento do Senador Humberto pedindo uma audiência pública sobre esse tema, para instruir esse projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Porque o pedido de audiência pública sobresta, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Fica sobrestado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Item 3:

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2011
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para modificar regra sobre rescisão contratual por inadimplência.
Autoria: Senador Inácio Arruda, que tramita em conjunto com os seguintes projetos:

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, DE 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para admitir a suspensão ou rescisão do contrato somente em caso de fraude ou de não pagamento por sessenta dias consecutivos, com notificação pessoal do consumidor.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, DE 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a suspensão ou rescisão unilateral por parte das operadoras, dos contratos coletivos.
Autoria: Senador Eduardo Amorim.
Relatoria: Senador Paulo Davim.
Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2011, e das 2 (duas) Emendas que apresenta; e pela recomendação da Declaração de Prejudicialidade dos PLS nº(s) 463 e 507, ambos de 2013, que tramitam em conjunto.
Observações:
– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.
– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Relatório.

Vêm à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) os Projetos de Lei do Senado (PLS) nos 433, de 2011, 463 e 507, ambos de 2013, que tramitam em conjunto e alteram a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para mudar regras sobre rescisão unilateral dos contratos por parte das operadoras.

O PLS nº 433, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, pretende alterar a lei para modificar regra sobre rescisão contratual por inadimplência.

O PLS nº 463, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, por seu turno, busca alterar a lei para admitir a suspensão ou rescisão do contrato somente em caso de fraude ou de não pagamento por sessenta dias consecutivos com notificação pessoal do consumidor.

Já o PLS nº 507, de 2013, cujo autor é o Senador Eduardo Amorim, visa a alterar a lei para vedar a suspensão ou rescisão unilateral, por parte das operadoras, dos contratos coletivos.

Os três projetos pretendem alterar o art. 13 da Lei dos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde, hoje vigente com o seguinte texto:

Art. 13. Os contratos de produtos de que tratam o inciso I e o §1º do art. 1º desta lei têm renovação automática a partir do vencimento do prazo inicial de vigência, não cabendo a cobrança de taxas ou qualquer outro valor no ato da renovação.

Parágrafo único. Os produtos de que trata o caput, contratados individualmente, terão vigência mínima de um ano, sendo vedadas:

I – a recontagem de carências;

II – a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, salvo por fraude ou não pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vigência do contrato, desde que o consumidor seja comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência; (...)

III – a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, em qualquer hipótese, durante ocorrência de internação do titular.

Os PLS nºs 433, de 2011, e 463, de 2013, modificam a regra de rescisão contratual por inadimplência, prevista no inciso II. O PLS nº 433, de 2011, atribui ao dispositivo a seguinte redação:

> Art. 13. .....
> .....

II – a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, salvo por fraude ou não pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias consecutivos nos últimos doze meses de vigência do contrato, desde que o consumidor seja comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência e não tenha quitado o débito até o momento da efetivação da suspensão ou rescisão contratual;

O PLS nº 463, de 2013, reescreve o inciso da seguinte forma:

> Art. 13
> II – a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, salvo por fraude ou não pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias consecutivos, desde que o consumidor seja notificado pessoalmente, com antecedência mínima de quinze dias;

O PLS nº 507, de 2013, inclui um §2º no art. 13, renomeando o atual parágrafo único como §1º, para atribuir aos contratos coletivos a proibição absoluta da suspensão ou rescisão unilateral do contrato, nos seguintes termos:

> Art. 13 .....
> §1º .....
> §2º Os produtos de que trata o caput, contratados coletivamente, não poderão ser objeto de suspensão ou rescisão unilateral do contrato por parte da operadora.

Os projetos encontram-se em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de onde seguirão para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a apreciação em caráter terminativo.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas aos projetos.

Análise

Compete à CAS, na forma do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os temas concernentes à proteção e defesa da saúde, matéria de que tratam os projetos sob análise.

Acerca do mérito das proposições – e lembrando que, do ponto de vista da CAS, é preciso ter o foco na dimensão da justiça social –, são dois os principais aspectos a analisar.

O primeiro é definir se é justo manter a contagem do prazo de sessenta dias de inadimplência de forma não consecutiva ou se é mais justo exigir que a inadimplência, passível de dar ensejo à rescisão unilateral do contrato, por parte da operadora, seja de sessenta dias consecutivos, conforme a alteração do inciso II do art. 13 proposta pelos PLS nºs 433, de 2011, e 463, de 2013. A nosso ver, a mudança parece ser socialmente mais justa do que a manutenção da redação atual do dispositivo.

O segundo aspecto é a proibição da suspensão ou rescisão unilateral, pela operadora, nos contratos coletivos. A nosso ver, igualmente, essa é uma mudança que protege os consumidores de planos e seguros privados coletivos de saúde.

É claro que, se levarmos em consideração o ponto de vista das operadoras, há argumentos contrários às propostas. No primeiro caso, a mudança pode facilitar a vida de consumidores reiteradamente inadimplentes, que podem permanecer nessa situação por 59 dias, várias vezes, sem receber punição alguma. No segundo

caso, a medida é uma intervenção, talvez inadequada, em relacionamento – na maior parte dos casos – de duas empresas: a operadora e a empresa contratante de um plano ou seguro para seus empregados.

Nesse contexto, e considerando que o mercado de planos e seguros privados de assistência à saúde é bastante instável e complexo, com diversas operadoras em situação de insolvência e muitos planos suspensos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), é possível que as medidas propostas pelos projetos em análise não sejam justas sob o ponto de vista econômico-financeiro, nem benéficas para o mercado de saúde suplementar ou para a sociedade brasileira.

Há que lembrar, contudo, que o ponto de vista econômico-financeiro das operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde sobre as mudanças propostas pode e deve ser analisado com profundidade – preferentemente com o apoio de dados solicitados à ANS – durante a apreciação dos projetos pela CAE.

Nós estamos nos reportando a esse debate econômico-financeiro para a CAE.

Por fim, é preciso levar em consideração a necessidade de fazer ajustes de redação para corrigir o inciso II do art. 13 da Lei de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde, que hoje vigora com erros que prejudicam substancialmente sua clareza e o tornam ambíguo e impreciso.

Uma das falhas presentes no dispositivo em vigor é o uso de vírgula antes da palavra desde.

Essa redação prejudica a clareza da determinação de que a suspensão ou rescisão requer, ao mesmo tempo e igualmente, tanto o não pagamento por período superior a sessenta dias quanto a comprovada notificação do consumidor no prazo previsto. Ademais, da forma como está hoje escrito, pode-se ler o dispositivo da seguinte forma: "É vedada a suspensão ou a rescisão do contrato (...) desde que o consumidor seja comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência. Porém, certamente, não foi essa a intenção do legislador.

A segunda falha é o próprio uso da palavra desde, pois essa palavra não combina com o termo salvo presente no dispositivo, que introduz a única hipótese em que a suspensão ou a rescisão unilateral pode ocorrer [a redação correta seria salvo (...) se o consumidor for comprovadamente notificado (...)].

E, por fim, considerando que a suspensão ou rescisão só poderá ocorrer após sessenta dias de falta de pagamento da mensalidade e se o consumidor tiver sido notificado até o quinquagésimo dia, julgamos apropriado que o tempo verbal utilizado indique claramente que a notificação precisa ocorrer no mínimo quinze dias antes da rescisão ou notificação. Por isso, optamos por utilizar as formas verbais houver sido e não houver quitado.

Assim, o nosso parecer é pela aprovação do PLS nº 433, de 2011 – por ser a proposição mais antiga –, com duas emendas: i) para adequar a redação da ementa; e ii) para atribuir ao inciso II do §1º do art. 13 a redação aqui discutida, com o objetivo de tornar mais acurada a redação do dispositivo, e incluir o §2º, conforme propõe o PLS nº 507, de 2013. Dessa forma, restam prejudicados os PLS nºs 463 e 507, de 2013.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2011, com as emendas abaixo apresentadas, restando prejudicados os PLS nºs 463 e 507, de 2013.

Eu não vou ler as emendas porque já foram apresentadas na análise.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O requerimento do Senador Humberto Costa pede uma audiência, com a concordância do Relator.

Então, eu vou colocar um requerimento que será trazido posteriormente à Presidência pelo Senador Humberto Costa, que pede a realização de uma audiência para tratar especificamente dessa questão dos planos de saúde.

V. Exª quer...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu queria apenas fazer um comentário rápido: o alcance social desta matéria é muito grande; eu não tenho dúvida alguma, nem peso de consciência quanto à justiça do que está sendo proposto aqui. Agora, há de se ponderar o aspecto econômico-financeiro. Apesar de termos feito o registro na nossa análise, nós transferimos essa tarefa para a CAE.

Eu entendo que é preponderante a discussão da CAS deste aspecto que se valoriza mais aqui na Comissão de Assuntos Sociais – o alcance social, a justiça da proposta, enfim, o objetivo maior de promover a justiça social; essa, para mim, é a tônica maior da Comissão de Assuntos Sociais –, mas a questão da análise econômico-financeira nós achamos que merece um debate mais aprofundado, e deixamos esse mister para a Comissão de Assuntos Econômicos. Mesmo esse debate havendo, eu acho que a preocupação social desta matéria e o alcance dela vai se sobrepor às preocupações advindas desse debate travado na CAE, ou até mesmo aqui, na questão da audiência pública para discutir a questão econômico-financeira.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em votação o requerimento do Senador Humberto Costa, que pede uma audiência pública para tratar especificamente desse tema.

Eu quero avisar o Plenário que, com a aprovação do requerimento do Senador Humberto Costa, a tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do art. 118, §4º, do Regimento, aguardando a realização de audiência pública em data oportuna.

Eu queria também sugerir, Senador Paulo Davim, que V. Exª, junto com o Senador Humberto Costa, pudesse já sugerir as pessoas que vão participar dessa audiência pública, para que possamos realizá-la o mais rápido possível, até porque, como V. Exª diz e eu concordo, o projeto em si, do ponto de vista nosso, desta Comissão de Assuntos Sociais, tem um mérito muito grande. A questão financeira, evidentemente, seria debatida na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas o Senador Humberto Costa entendeu, e V. Exª concordou, que, mesmo sabendo disso, ele gostaria de ouvir aqui. E aí, é claro, nesta Comissão, vamos fazer também uma discussão, porque as Srªs e os Srs. Senadores que participam desta Comissão também têm um alcance maior em relação às questões dos planos de saúde.

Então, em votação o requerimento do Senador Humberto Costa.

V. Exª quer discutir?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero apenas registrar que, ainda ontem, no programa Profissão Repórter, do Caco Barcellos, ele apresentou diversas reportagens sobre planos de saúde que, infelizmente, têm causado inúmeros problemas à população. Então, acho que, até do ponto de vista de bem votarmos essa matéria, é interessante assistir àquele Profissão Repórter de ontem sobre os planos de saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço à contribuição do Senador Suplicy.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Humberto Costa, que será formalizado posteriormente.

Insisto com o Senador Paulo Davim e o Senador Humberto Costa, as suas assessorias aqui presentes, que possamos chegar a um acordo dos convidados e realizar essa audiência pública o mais breve possível.

A tramitação da matéria fica suspensa, conforme já disse, nesta Comissão, nos termos do art. 118, §4º, do Regimento Interno desta Casa.

Item 1 da pauta, agora com a presença do nosso Senador Benedito de Lira.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 2013
– Não terminativo -

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências.

Autoria: Deputado André Figueiredo

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2013 e da Emenda que apresenta.

Observações:

– Em 03.06.2014, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer Favorável ao Projeto.

– Votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2013 (PL n° 742, de 2011, na origem), de autoria do Deputado André Figueiredo.

O projeto tem por objetivo a modificação dos arts. 428, 429, 430 e 431, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, fixando o salário mínimo hora como remuneração mínima dos aprendizes em geral, e não apenas do menor aprendiz, como ora dispõe o §2º do art. 428, e limitando o tempo máximo de duração do contrato de aprendizagem a dois anos, inclusive quanto ao aprendiz portador de deficiência, revertendo a atual redação do §3º.

Além disso, modifica a disciplina do contrato de aprendizagem, ao instituir a possibilidade de sua utilização para a formação técnico-profissional nas áreas relacionadas a práticas de atividades desportivas, à prestação de serviços relacionados à infraestrutura esportiva e à organização e à promoção de eventos esportivos.

Vamos para a análise, Sr. Presidente.

A aprendizagem técnico-profissional é um dos pilares da integração entre a escola e o mercado de trabalho. Nesse sentido, por consistir matéria correlata com as relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condições para exercício de profissão, encontra-se no âmbito de competência da CAS, nos termos do art. 100, I do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria é, igualmente, de competência do Senado Federal, dada a competência da União para legislar sobre Direito do Trabalho, conforme o art. 22, I da Constituição. Não existe, no caso, invasão da iniciativa privativa da Presidência da República ou de qualquer outro órgão. A iniciativa pode ser exercida, portanto, por qualquer dos membros do Congresso Nacional.

Dado que inexiste óbice constitucional formal ao processamento da matéria e que os aspectos educacionais do projeto já foram objeto da apreciação da Comissão de Educação, compete à CAS a análise das questões propriamente trabalhistas do projeto.

As modificações do art. 428 da CLT possuem abrangência mais ampla, abarcando a situação dos aprendizes como um todo. A modificação do §2º, como dissemos, trata de asseverar que ao menos o salário mínimo/hora é devido a todos os aprendizes, não apenas ao menor aprendiz. Poderíamos dizer que, a rigor, não parece crível que o aprendiz maior receba menos que o menor, mas trata-se de esclarecer o sentido geral da norma de que a todo aprendiz, independentemente da sua idade, é cabível aquela remuneração mínima. Assim, entendemos cabível a nova redação dada pelo projeto.

A alteração sugerida ao §3º, contudo, não nos parece adequada. A possibilidade de que o aprendiz portador de deficiência possa ser contratado por período superior a dois anos atenta, na realidade, às condições especiais que alguns desses aprendizes podem apresentar e à maior necessidade de acompanhamento para sua efetivação. A equiparação dos portadores de deficiência aos não portadores, no caso, dificulta a empregabilidade dos portadores, gerando, na prática, um efeito contrário ao pretendido pelo autor.

O segundo núcleo temático do projeto diz respeito à conformação do contrato de aprendizagem de atividades esportivas. Para tanto, delimita a natureza desse tipo de aprendizado e permite que seja oferecido por entidades de prática desportiva, sob supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego.

O autor justifica tais providências na realização próxima de grandes eventos esportivos e na necessidade de capacitação de trabalhadores para as atividades de cunho esportivo que arrolamos acima. Mesmo que um dos eventos motivadores da proposição – a Copa do Mundo – já tenha ocorrido, a próxima realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro ainda permanece como justificativa para o projeto.

No entanto, não devemos limitar a oportunidade do projeto apenas à ocorrência desses grandes eventos esportivos, de grande importância, sem dúvida, mas que demorarão a se realizar de novo em nosso País. Temos de ter em mente, outrossim, que o esporte trilha o inexorável caminho da cada vez maior profissionalização e que aqui, como em todo o mundo, o crescimento do negócio do esporte está a demandar um grande contingente de trabalhadores melhor capacitados.

Nesse sentido, o projeto propõe, de forma inovadora, a inclusão das entidades de prática desportiva no sistema nacional de aprendizagem profissional, sob supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego, permitindo, ainda que tais entidades formem consórcios para melhor desenvolvimento de suas atividades.

Sem a sua aprovação – exceto quanto à limitação do contrato de aprendizagem do aprendiz portador de deficiência –, constitui um adequado e providencial aperfeiçoamento da disciplina legal do tema, pelo que merece aprovação.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 106, de 2013, com a seguinte emenda:

Emenda CAS:

Dê-se ao Art. 2º do PLC nº 106, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 2º. O § 2º do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 428. .....

§ 2º Ao aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora."

Este é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o parecer do Senador Benedito de Lira.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu acho meritório este projeto e vou explicar o porquê.

Eu, como também as Senadoras Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata, nós fizemos parte da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas. Nesse período, eu participei de um seminário, no Ministério da Justiça, sobre esse tema e houve uma abordagem muito interessante, em que foi dito que esse crime estava se voltando para outro segmento, não mais apenas as meninas que buscavam o estrelato nas passarelas, as modelos, as dançarinas, essas coisas todas. Mas agora estava se voltando para os jovens futebolistas, aqueles jovens talentosos do futebol do interior do País, pelo Brasil afora, nos campinhos de pelada. Os olheiros buscam esses talentos, levam para outros centros e esses jovens são alvo de exploração do trabalho deles, no caso no futebol.

Então, esse projeto aqui, Senador Benedito de Lira, vem servir também como instrumento no combate à exploração do trabalho escravo e, até mesmo, ao tráfico nacional, porque o internacional, essa matéria não tem alcance, mas o tráfico nacional que existe muito.

Então, na hora em que se regulamenta esse aprendizado nas atividades esportivas, o Ministério do Trabalho vai ter poder de fiscalização. Isso vai coibir o abuso da mão de obra, do trabalho, enfim, os maus-tratos a esses jovens nesse tipo de atividade.

Portanto, eu quero parabenizar o Deputado André Figueiredo e parabenizá-lo pela brilhante relatoria e externar meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De forma muito rápida, esse projeto me lembra a Bolsa Permanência, já aplicada pelo Governo e que eu apresentei também uns 8 anos atrás e o Governo não está aplicando. Também me lembra os meus 12 anos, quando entrei no Senai e recebia uma ajuda correspondente a meio salário mínimo. Isso foi fundamental para eu poder me deslocar – morava a 30km da escola, o Senai, na época.

Então, além disso, ele ainda dá um caminho especial à pessoa com deficiência, por isso eu quero cumprimentar tanto o Relator, Senador Benedito de Lira, como também o Deputado André Figueiredo pela iniciativa.

Eu viajei no tempo aqui e percebi a importância de ganhar uma quantia mínima, que permitia que eu pagasse ônibus, comprasse o chinelo de dedo, comprar o tamanco, naquela época – eu era do tempo do tamanco, quem conhece tamanco? Não vou dizer aqui a minha idade –, era fundamental.

É fundamental para eu comprar minhas roupas para praticar esportes, enfim.

Meus cumprimentos a ambos. É um belo projeto. Quem ganha é toda a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Apenas para informar a V. Exª, Senador Benedito de Lira, que o nosso Presidente inverteu a ordem exatamente para que V. Exª tivesse a oportunidade de apresentar esse relatório tão bem elaborado. Antes da apresentação dele, eu já o havia lido. Considero que o projeto representa um avanço importante.

Lembro, Senador Benedito, que o próprio Deputado André Figueiredo, autor da matéria, é alguém que tem um contato sensível e muito próximo com as questões trabalhistas, haja vista a proximidade dele com vários companheiros do Ministério do Trabalho. Então, é um trabalho muito bem elaborado, que vale a pensa, sim, seguir em frente.

Cumprimento-o pelo belo relatório, Senador Benedito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, em votação o relatório do Senador Benedito de Lira.

Os Srs. e Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2013, com a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da sua tramitação.

Parabenizo o Senador Benedito de Lira e também o Deputado André Figueiredo. Aliás, ele é um Deputado que milita nessa área com uma sensibilidade muito grande. O projeto é meritório, sem dúvida nenhuma, como disse o Senador Paulo Davim. A Presidência tem o prazer de aprová-lo hoje, nesta reunião.

Item 2:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2014
– Não terminativo -

Concede pensão especial à atleta Lais da Silva Souza.

Autoria: Deputada Mara Gabrilli
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2014.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, sinto-me honrado de relatar este projeto de autoria da Deputada Mara Gabrilli, que foi vítima de algo semelhante ao que aconteceu a Lais da Silva Souza.

O projeto concede pensão mensal e vitalícia, em valor equivalente ao limite máximo do salário de benefício do Regime Geral da Previdência Social, à atleta olímpica Lais da Silva Souza, que se vitimou em acidente ocorrido em 27 de janeiro de 2014, na cidade norte-americana de Salt Lake City.

A pensão que se pretende conceder é personalíssima e não se transmite aos herdeiros da beneficiária. As despesas decorrentes da concessão desse benefício deverão correr à conta do programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União.

O projeto foi distribuído para análise desta Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Educação Cultura e Esporte, devendo, após, seguir para deliberação do Plenário desta Casa.

Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto.

A norma que se pretende criar está entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos dos arts. 48 e 22 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, a proposição está desprovida de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade no que se refere aos seus aspectos formais.

A atleta Lais Souza construiu uma carreira baseada na garra, na perseverança e no sucesso, interrompida recentemente por uma grave fatalidade. Lais é oriunda de uma família humilde de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Aos 12 anos de idade já integrava a Seleção Brasileira de Ginástica Olímpica. Aos 15 anos, representou o Brasil nas Olimpíadas de Atenas, em 2004, na qual obteve a inédita 9ª colocação por equipes. No ano seguinte, alcançou seus mais expressivos resultados ao conquistar a medalha de ouro na Copa do Mundo de Cottbus e Sttutgart, na Alemanha.

O histórico de importantes conquistas na ginástica motivou a Confederação Brasileira de Desportos na Neve a convidar Lais, junto com a atleta Josi Santos, a conhecerem o esqui aéreo, em maio de 2013.

Ambas abraçaram a modalidade e estrearam em uma competição na Finlândia, em dezembro do mesmo ano. Após obterem classificação para o esqui aéreo nos Jogos Olímpicos de Inverno de fevereiro de 2014 – realizados em Sóchi, na Rússia –, as atletas seguiram um rigoroso treinamento em Salt Lake City, nos Estados Unidos da América. A cidade foi palco dos Jogos Olímpicos de Inverno em 2002.

Foi durante a referida preparação que ocorreu, no dia 27 de janeiro de 2014, o grave acidente com Lais, que teve a terceira vértebra fraturada, com lesão medular definitiva. Houve comprometimento das funções motora, sensitiva e autonômica, ou seja, perda de movimentos, sensibilidade e controle de todos os órgãos abaixo do pescoço.

Em face da falta de recursos próprios e da família para custear todas as despesas de tratamento e adaptação da atleta, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) iniciou uma campanha de doações. Devido à polêmica formada em torno da responsabilidade pela cobertura desses gastos, o COB divulgou, em 17 de março de 2014, uma nota oficial explicativa, nos seguintes termos:

> Diante de algumas dúvidas que surgiram em relação à campanha em prol de Lais Souza, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) vem a público esclarecer alguns pontos:
> 1 – Na data do acidente, a Lais não participava de nenhuma delegação do COB ou de qualquer prova eliminatória ou classificatória para os Jogos Olímpicos. Mesmo assim, o COB assumiu todas as ações desde o momento do acidente da Lais. As despesas estão sendo bancadas pelo COB, com as apólices de seguro saúde financiadas pelo COB e pela CBDN (Confederação Brasileira de Desportos na Neve).
> 2 – Até este momento Lais Souza está coberta pelo seguro contratados pelo COB e a CBDN, que estabelece contratualmente as coberturas proporcionadas. A apólice de seguro do COB e da CBDN garante toda a emergência, o transporte entre os hospitais e o tratamento hospitalar da Laís.
> 3 – O seguro de vida ou invalidez contratado pelo COB cobre apenas os atletas em missões como os Jogos Olímpicos de Verão e de Inverno, os Jogos Olímpicos da Juventude, os Jogos Pan-americanos e os Jogos Sul-americanos. No momento do acidente, Lais não participava de nenhuma delegação do COB ou eliminatória ou classificatória para os Jogos Olímpicos. Mesmo assim, o COB assumiu todas as ações desde o momento do acidente da Lais.
> 4 – A campanha foi criada pensando no futuro da Lais Souza, de forma a ajudá-la a se autofinanciar. Inclui, desde contratar um professor de inglês para ela ainda em Miami, como custear parte de uma

bolsa de estudo em uma Universidade no Brasil, conseguir um coaching para prepará-la para dar palestras sobre suas experiências, até criar uma Fundação ou Instituto para a Lais. Da mesma forma, a campanha visa a compra de equipamentos para a mobilidade e o conforto da Lais, itens não previstos na cobertura dos seguros contratados pelo COB.

5 – Dentre os itens necessários para a mobilidade da Lais destacamos: equipamentos que gerem independência e conforto para Lais, como uma cadeira de rodas elétrica especial e um aparelho de comunicação sem digitação. Um doador já garantiu os recursos para a compra desses dois equipamentos. O próximo objetivo é a adaptação da casa e do carro da ex-ginasta para atender às suas atuais necessidades, o que também envolve itens não previstos na cobertura dos seguros contratados pelo COB.

6 – Todos os recursos que forem captados pela campanha serão depositados na conta corrente bancária da própria Lais, a ser gerenciada por ela própria ou pela sua família. O COB não tem nenhum acesso à essa conta.

7 – Lais segue uma rotina diária de sessões de fisioterapia motora, ocupacional, respiratória e acompanhamento psicológico, além de adaptação à cadeira de rodas elétrica. Não há previsão de sua volta ao Brasil.

8 – Por fim, o tratamento da Lais continua e segue a esperança de vê– la nas melhores condições possíveis. Porém, o COB está pensando no futuro da atleta. O objetivo é garantir a continuidade e a qualidade de seu processo de recuperação, para que ela possa ter independência financeira no futuro, com conforto e mobilidade.

Diante do quadro vivido pela atleta, não resta dúvidas de que é necessário e urgente a obtenção de uma fonte permanente de subsistência, suficiente para auxiliá-la a conviver com sua nova realidade.

No que importa à adequação orçamentária, temos que o valor fixado segue a mesma regra aplicável aos auxílios especiais mensais concedidos aos campeões de futebol das Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1970, conforme disposto na Lei Geral da Copa (Lei nº 12.663, de 2012).

No tocante à indicação da fonte de custeio total, consubstanciada no programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União, observamos que essa rubrica tem sido correntemente apontada nas leis sobre pensões especiais concedidas a pessoas individualizadas em lei, entre as quais citamos quatro exemplos:

1) Lei nº 10.705, de 2003, que concedeu benefício mensal e vitalício a Luiz Felippe Monteiro Dias, filho de Lyda Monteiro da Silva, morta em atentado à bomba em 1980, na sede da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro, "promovido por motivações políticas", segundo o texto legal;

2) Lei nº 10.724, de 2003, que concedeu pensão especial, mensal e vitalícia, a Mário Kozel e Terezinha Lana Kozel, pais do soldado Mário Kozel Filho, que faleceu, vítima direta de atentado, ocorrido em 1968, também "promovido por motivações políticas";

3) Lei nº 10.923, de 2004, que concedeu pensão especial, mensal e vitalícia, a Orlando Lovecchio Filho, vítima de atentado, ocorrido em 1968, também "promovido por motivações políticas", que resultou perda de membro e incapacidade funcional laborativa permanente; e

4) Lei nº 11.753, de 2008, que concedeu pensão especial, mensal a Maria Aparecida da Silva, mãe de Roberto Vicente da Silva, morto nas dependências do 1º Batalhão de Infantaria Blindada, em Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, em 1972.

Ressaltamos que essas são as prestações mensais de trato sucessivo, mas também existem leis que concederam indenizações em parcela única, tais como:

1) Lei nº 10.706, de 2003, que concedeu indenização a José Pereira Ferreira, por haver sido submetido à condição análoga à de escravo e haver sofrido lesões corporais, na fazenda denominada Espírito Santo, localizada no sul do Estado do Pará, em 1989; e

2) Lei nº 10.821, de 2003, que concedeu indenização, a título de reparação de danos, em parcela única, aos dependentes legais de 21 servidores do Programa Espacial Brasileiro, que faleceram, vítimas diretas de acidente ocorrido com o foguete VLS-1, em 2003, no Centro de Lançamento de Alcântara (MA).

Além das pensões individualizadas, a conta de indenizações e pensões especiais de responsabilidade da União paga, também, os benefícios para as vítimas da Síndrome da Talidomida (Lei nº 7.070, de 1982), para os familiares das vítimas fatais da hemodiálise de Caruaru (Lei nº 9.422, de 1996), para as vítimas do acidente com Césio-137 em Goiânia (Lei nº 9.425, de 1996), e para os atingidos pela hanseníase e submetidos a internação e tratamento compulsórios (Lei nº 11.520, de 2007).

Diante de todo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2014.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório do Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa*.)

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minuto.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2014.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esportes, para prosseguimento da tramitação.

Eu só quero lembrar o seguinte: nós temos, neste momento, quórum para deliberar sobre as matérias terminativas. Nós temos, aqui, pelo menos, duas matérias que já foram lidas e só estão esperando votação: os dois próximos itens. E existe o relatório a ser lido pela Senadora Ana Rita, ser votado, e precisa de quórum. Por isso é que eu quero agilizar essas votações, porque eu sei que todos, aqui, têm outras Comissões.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É na mesma linha, Sr. Presidente: no item 9, o Senador Cyro Miranda é o Relator, seria fundamental, também, que a gente pudesse apreciar.

Então eu faço só esse apelo para a gente manter o quórum. Eu entendo que todos querem votar os terminativos, de forma tal que a gente vote, também, o item 9.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O item 9, na verdade, já tem pedido de retirada de pauta, do próprio Relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele se encontra aqui?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ele está aqui ao lado.

**** QUARTO 15 – Rev.: Maria Rita Soares de Andrade ****

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas eu vou falar com ele para ver se, no momento adequado, a gente consegue inverter.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Bom. Eu estou dizendo que, aqui,....

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª está me alertando...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Antes de iniciar a reunião, já havia o pedido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, para um encaminhamento com base na posição que V. Exª defendeu há pouco, eu estou coordenando uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, de que sou Relatora. Então, eu vim aqui, solicitada por V. Exª, para garantir o quórum para que nós pudéssemos votar as matérias que estão em pauta e que precisam, imediatamente, ser votadas.

Então, se for haver um processo de procrastinação maior – sem a intenção de procrastinar, mas de um debate maior –, eu seria obrigada a me retirar. Acho que se está chegando, aqui, ao quórum agora. Não sei se o Senador chega até a Comissão....e eu poderei me afastar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tudo bem. Eu vou proceder.

Então, no sentido de agilizar: o item 4, o Senador Pimentel, como Relator, pediu a retirada de pauta. O item 5, da Senadora Lúcia Vânia, o relatório já foi lido na reunião anterior, foi encerrada a discussão; só foi adiada a votação. Como é uma votação nominal, eu quero passar a colher os votos do item 5, relatório da Senadora Lúcia Vânia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Esse era importante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Item 5:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2011
– Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para instituir a obrigatoriedade de disponibilizar ao consumidor informações nutricionais de alimentos preparados.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2011, e da Emenda nº 1-CMA.

Observações:

– Em 18.03.2014, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA.

– Em 29.10.2014, lido o Relatório e encerrada a discussão na Comissão de Assuntos Sociais, fica adiada a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu consulto a Senadora Ana Amélia se está suficientemente esclarecida do teor do Projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mesmo sem a presença da Senadora Lúcia Vânia eu vou indicar, de ofício, a Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora *ad hoc.* Porém, eu já vou entrar na votação nominal.

Em votação, então, votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Fleury?

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – – Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado o Projeto.

Eu consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a Emenda nº 1 da Comissão de Meio Ambiente. *(Pausa.)*

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2011, e a Emenda nº 1 da Comissão de Meio Ambiente junto com a Comissão de Assuntos Sociais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

Item 6:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2013
– Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os alimentos que contenham lactose indiquem, em rótulo, o teor dessa substância.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

– Em 29.10.2014, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

– Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está em discussão o relatório.

Eu quero indicar a Senadora Ana Amélia como Relatora *ad hoc* desse projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, antes da indicação da Relatoria, ele já foi lido pelo Senador Cícero Lucena e ele tem, eu diria, o mesmo conteúdo daquela questão do glúten.

Então, igualmente às pessoas que são alérgicas ao glúten ou não podem consumi-lo por questão nutricional ou recomendação médica, no caso da lactose, o princípio é o mesmo para muitas pessoas que são sensíveis a ela.

Então, estamos, na verdade, reproduzindo, com a lactose, uma iniciativa importante do Senador Paulo Bauer, que apresentou a pedido de uma pessoa que não pode consumir produtos com lactose. Ele, no dia em que apresentou, mostrou, exatamente isso, a relevância dessa matéria.

Então, por isso, eu queria salientar a relevância do ponto de vista da prevenção para a saúde das pessoas que têm restrição à lactose, caro Presidente, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, realmente, a matéria é meritória, é importante, é necessária, no entanto, pela orientação de voto que eu tenho aqui, não cabe ao Legislativo disciplinar sobre isso. Cabe à Anvisa, é de competência da Anvisa fazer esse tipo de regulamentação.

Então, diante dessa dúvida, eu vou pedir vistas, para nós conversarmos melhor sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Regimentalmente, eu concedo vista à Senadora Ana Rita.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Eu vou pedir vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista coletiva, Senador Cyro Miranda e Senadora Ana Amélia.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Mas eu queria, só, fazer um adendo à Senadora Ana Rita, que, na última reunião desta Comissão, nós discutimos, exaustivamente isso, e é apenas para colocar que contém lactose. Não é um bulário. Isso não é uma regulamentação só da Anvisa. Isso daqui é um reforço.

Eu acho que a gente poderia simplificar, Senadora Ana Rita, porque isso não tem nenhum impacto. Inclusive, o Senador Cícero Lucena teve o cuidado de deixar uma coisa enxuta, para que não fosse feito um bulário disso, como muitos gostariam que tivesse todo um receituário. É só "contém lactose", porque o teor da lactose é discutível em diversos índices etc. e tal.

Então, ele é muito simples. A Anvisa, eu, inclusive, conversei, uma vez, com o Barbano, ele não se opõe, se for somente isso. Certo, se houver algumas outras coisas mais a serem regulamentadas...

Então, eu gostaria de saber se V. Exª não gostaria de reconsiderar o seu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Foi pedido vista coletiva. Eu acho que nós podemos retomar esse tema na próxima reunião, Sr. Presidente. Solicito que coloque na pauta da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, regimentalmente, a Senadora pediu e está concedido.

Com a palavra, o Autor Senador Cícero Lucena, mas já está concedido o pedido de vista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas, antes de passar para o Relator, como eu estava Relatora *ad hoc*, agora, está o original – a melhor é a original sempre.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Devolvendo a Relatoria ao...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não, eu só queria lembrar à Senadora Ana Rita, também, que, na verdade, essas iniciativas todas dependem da regulamentação, e a regulamentação sempre é de parte do Poder Executivo.

Então, apenas um adendo também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena, Relator do projeto.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Com certeza, piorou a troca da Relatoria, a *ad hoc* era bem melhor do que o titular, mas...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O melhor é o Relator original, o que foi definido.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Mas, sem dúvida, estava muito bem representado.

Presidente, Senadora Ana Rita, eu gostaria de ressaltar o seguinte: esse foi um projeto que nós debatemos, inclusive com o autor, que foi o Senador Paulo Bauer. O pedido do original desse projeto era no sentido de que, em cada lote, fosse descrito o percentual da lactose.

Isso não tinha como ser feito no Brasil, porque há diferença, por exemplo, dos índices de lactose por lote de leites, que compõem o mesmo produto. De um dia para o outro, teriam que ser feitos exames, e não existem laboratórios no Brasil suficientes para fazer isso.

Então, foi debatido exatamente com a consciência, como disse bem a Senadora Ana Amélia, de que vai passar ainda por um processo de regulamentação. E quem o fará será exatamente o Poder Executivo, no caso a Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista concedida.

Próximo item:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2013
– Terminativo -

Altera o art. 442-A da Consolidação das Leis do Trabalho para limitar a exigência de experiência prévia para fins de contratação de empregado.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2013.
Observações:
– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2013, do Senador Eduardo Amorim, que analisamos em caráter terminativo, altera o art. 442-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prever que poderá ser exigida, para fins de contratação, a comprovação de experiência por período superior a seis meses em situações que exijam, comprovadamente, experiência maior do candidato.

Ao justificar sua iniciativa, argumenta o autor que a limitação contida na atual redação do mencionado art. 442-A tem causado muitas dificuldades às empresas que precisam preencher cargos técnicos de alta complexidade e que, por sua natureza, exijam maior experiência na função. Muito embora reconheça o mérito da medida para o mercado de trabalho em geral, possibilitando, principalmente, aos jovens com pouca experiência profissional acesso ao mercado de trabalho, entende que a norma deve ser atenuada a fim de trazer solução mais adequada para esses casos.

Até momento, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar projetos de lei que versem sobre relações de trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Não havendo, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais, a norma, se aprovada, estará apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

No mérito, entretanto, muito embora compreendamos as preocupações do autor, discordamos de sua proposta. Entendemos que a norma geral deva ser a mais benéfica para o trabalhador, mantendo-se assim o parâmetro vigente de limite de exigência de experiência em seis meses, no máximo.

A norma, na atual redação da lei, preserva a possibilidade de ingresso e progressão no mercado de trabalho, especialmente dos mais jovens.

Certamente que funções há em que se necessita de profissionais experimentados, mas o prazo legal estabelecido permite, com ampla segurança, que esses padrões sejam alcançados sem prejuízo para o empreendimento empresarial.

Vemos na proposta que se pretende aprovar, não obstante suas boas intenções, o risco de criar uma brecha legal, que acabe por prejudicar a mobilidade profissional dos trabalhadores em nosso País.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2013.

É este o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório da Senadora Ana Rita. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação o projeto.

Quero lembrar que quem vota com a Relatora vota "não" ao projeto.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora, "não".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita é voto conhecido, é a Relatora, vota "não".

Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com a Relatora também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com a Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Fleury?

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2013.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

O item 8...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

Ao Requerimento que o Senador Humberto Costa, no início da nossa reunião, já explicitou, eu gostaria de incluir a Lei nº 544, que versa sobre o mesmo tema. Por isso mesmo, estou subscrevendo, porque incluí outra lei, que também dispõe sobre plano de saúde, para que se faça um debate só.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

Item 8...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, sobre o item 8, estamos buscando uma fusão com outros projetos. Então, nós o tiraríamos de pauta. Eu gostaria de dialogar com o Senador Cyro Miranda, já conversei com ele sobre a possibilidade de votarmos o item 9, que é o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu tenho que comunicar que sobre o item 9 há um pedido da Mesa Diretora, já aprovado em Plenário. Como esse projeto não foi relatado, não iniciou, tenho que mandar o projeto, o pedido que foi aprovado no plenário à Comissão de Constituição e Justiça, porque ele é terminativo nesta Comissão. Ele vai à CCJ e volta à Comissão de Assuntos Sociais.

Estou com o pedido aqui, vou até ler:

Comunico a V. Exª que foi protocolizado na Secretaria-Geral da Mesa requerimento de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2014, será encaminhado ao exame da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Nesses termos, solicito a V. Exª a remessa do referido projeto, que tramita nessa Comissão, à Secretaria-Geral da Mesa, para que possa dar seguimento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com o processado sobre a mesa, nos termos do art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal.

O processo da proposição ficará sobre a mesa durante sua tramitação em Plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, lamento a posição do Senador Romero Jucá. É uma enorme injustiça. Estão querendo tirar a aposentadoria especial de todos os trabalhadores do País. Isso é lamentável! Trabalho em área insalubre, penosa e periculosa. Eu só queria votar a matéria aqui e que ela seguisse a tramitação normal.

Lamento muito, agradeço ao Senador Cyro Miranda, que entendeu meu ponto de vista. Agora, querer acabar com a aposentadoria especial de todos que atuam em área periculosa, penosa e insalubre, dizendo que um aparelhozinho no ouvido ou um óculos resolve, isso é brincadeira, é piada, é de uma maldade que, quem conhece o chão de fábrica, quem trabalha em fundição, quem trabalha em forjaria, quem trabalha em áreas que recebem agrotóxicos na cabeça todo dia sabe. O objetivo é esse. Eu fico indignado, entendo que V. Exª vai cumprir o Regimento, mas fica aqui minha indignação registrada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador, não tenho procuração para defender o Senador Romero Jucá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É lamentável. Pena que ele não ficou aí, porque ele estava aqui. Eu gostaria de dialogar com ele sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, eu gostaria de poder falar.

A Mesa não tem outro caminho a seguir. Se nós tivéssemos iniciado a discussão do projeto, o que eu ia fazer, como sempre fiz? Submeter à decisão do Plenário, como já fiz anteriormente. Porém, esse requerimento foi aprovado no plenário do Senado.

Quero dizer que, mesmo que vá à CCJ, Senador, e por acaso seja rejeitado, ele virá à Comissão.

Quem vai dar a última palavra sobre esse projeto é a Comissão de Assuntos Sociais. E aí nós não vamos ter prejuízo, não, porque aqui nós não vamos abrir mão disso. Só estou atendendo à Mesa com uma reserva: ele volta à Comissão de Assuntos Sociais. Lembro que aqui ele é terminativo. Nós é que vamos dizer se vamos aprovar ou não em última instância. Não sei se fui claro. Mas, lamentavelmente, eu tenho de me ater ao Regimento Interno do Senado Federal e das Comissões.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu quero me somar às preocupações e palavras do Senador Paulo Paim, fazendo-as minhas. Realmente, é lamentável, é lamentável! É preciso conhecer as condições particulares a que alguns trabalhadores são submetidos. Negar isso é negar uma evidência clara, é mostrar desconhecimento do dia a dia de milhares e milhares de trabalhadores pelo Brasil afora. Eu lamento isso profundamente. Mas é um alento, pelo que V. Exª passou para todos nós, saber que a palavra final será desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu até penso – posso estar enganado – que, se a gente votar aqui e, depois, deixar para ele ser terminativo na CCJ... Eu acho que não, Senador Paulo Paim. O que a CCJ vai opinar? A questão jurídica. E ele virá para cá, para nós discutirmos o mérito. E aí V. Exª, em conjunto com o Plenário, e nós vamos decidir se esse projeto vai ou não à sanção. Ele é terminativo aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu entendi a sua posição, mas me permita que eu diga uma frase. Sabe o que está por trás disso tudo? É a malandragem do fator previdenciário. Por quê? Porque quem pega a aposentadoria especial não pega o fator e se aposenta com o princípio da integralidade, que é assegurado ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário. Então, o que eles querem fazer? Tirar a aposentadoria especial, para que o trabalhador dessa área caia, inclusive, no fator.

Eu tenho de mostrar minha indignação senão não há razão para eu estar aqui, Sr. Presidente. Entendo a sua posição. Quero dizer que a entendo. V. Exª está cumprindo o Regimento. Mas a malandragem é essa, e eu não posso aceitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Plenário e esta Comissão, com sua sensibilidade, não vão deixar que isso aconteça, Senador Paulo Paim. Peço a V. Exª que confie na leitura e na análise que fazem esta Comissão e a Presidência. Quero dizer a V. Exª que concordo com o que V. Exª está dizendo, mas não há como impedir a decisão de levar essa matéria à CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

Por último, falará o Relator do projeto. Falarão ainda o Senador Fleury e o Senador Cyro Miranda.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero contribuir com esse debate e, inclusive, também expressar as minhas preocupações.

Quanto às preocupações do Senador Paim, talvez, o encaminhamento que poderíamos fazer, sem ferir o procedimento da Mesa, seria o de solicitar à CCJ que colocasse a matéria em pauta o mais brevemente possível.

Também acho que há uma preocupação porque está terminando este ano legislativo. E, se vai para a CCJ e não for apreciada na CCJ em tempo breve, a matéria não retornará tão cedo para esta Comissão.

Então, talvez, o Presidente, o Senador Moka, juntamente com o Senador Vital do Rêgo, possa fazer essa articulação para que a matéria entre na CCJ o mais rapidamente possível e seja apreciada. Nós não temos a total garantia de que não será pedida vista da matéria, esse é o problema. Então, possivelmente, essa matéria será protelada por muito tempo. Mas, se houver por parte do Presidente o empenho no sentido de que os membros não peçam vista, talvez, haja a possibilidade de a matéria estar de volta aqui ainda neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Fleury, é claro que eu e o Senador Paulo Paim podemos falar com o Senador Vital do Rêgo. Eu até me ofereço, já que tenho assento como suplente na Comissão, a falar com o Senador Vital do Rêgo para ser o relator da matéria e para agilizar essa votação lá.

Com a palavra, o Senador Fleury.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Sr. Presidente, Senador Moka, eu quero deixar aqui minha indignação com o que ocorreu quando do lançamento da campanha do Novembro Azul, feita no plenário. V. Exª, médico que é, expressou conhecimento quanto ao câncer de próstata. A Senadora Ana Amélia é parceira de V. Exª. Minha indignação se dá porque, naquela audiência no plenário, no lançamento da campanha, nós não contamos com a presença de nenhum membro do Ministério da Saúde. Acho que faltou respeito com V. Exª, com a Senadora Ana Amélia e com todos nós que lá estávamos presentes.

Foi uma coisa tão importante! O senhor nos deu uma aula com os números sobre o que representa o câncer de próstata neste País.

Quero aqui registrar a minha indignação com o Ministro da Saúde, com a falta de respeito com esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecemos ao Senador Fleury.

Senador Cyro Miranda, ainda relativo à discussão do projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, como Relator da matéria, a gente sente que isso nada mais é do que uma manobra para procrastinar. Isso ficou evidente. Agora, eu gostaria que o jogo do Governo conosco fosse limpo, que viesse aqui e que discutíssemos.Eu não tenho nada contra se eu perder esse projeto, mas com discussão.

Hoje, era dia de alguém vir, eu leria o relatório, pediria, se fosse o caso, vista aqui e, com certeza, na próxima reunião, então, voltaria. A gente poderia ver se havia algum acordo. Se não houvesse, nós iríamos para o voto. O Governo apresenta as razões dele. Agora, usar de uma estratégia dessas! Nós sabemos que a pauta da CCJ é uma coisa interminável. Ele não vai voltar este ano. No ano que vem, começa nova Legislatura, volta para Casa, para distribuição de novos relatores. Então, esse projeto vai levar mais um ano.

Eu sinto que isso é uma manobra, e não procurar um entendimento. Ou, então, mesmo ir para o voto. Paciência! Se perdermos, Senador Paim, perdemos, mas fizemos a nossa parte, mas que seja discutido lealmente, e não usando subterfúgios.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, eu gostaria de fazer um adendo.

Senador Cyro, eu não estou entendendo que seja manobra do Governo. O Senador Romero Jucá não fala em nome do Governo. Essa é uma iniciativa pessoal dele. Eu vou votar a favor, o Senador Paim vai votar a favor. Não há problema aqui. Nós estamos tranqüilos quanto a isso. É uma posição pessoal do Senador Romero Jucá. Então, tem que dialogar com ele. Não é com o Governo. Não temos problema com o Governo aqui.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Não é bem assim, Senadora. A senhora me perdoe, mas não é bem assim. O Partido dele é base do Governo, eles são escalados. Porque, quanto à juridicidade desse projeto não se tem dúvida. Ele está voltando para lá para ser procrastinado. E há o fator previdenciário. Nós já detectamos isso há muito tempo.

A CNI me pediu para retirar esse projeto para discutir. Eu falei: "Nós vamos ler, vamos pedir vista." Mas não era um função disso, e eu me neguei. Eu falei assim: Pode pedir vista, e nós discutimos. Mas não era em função do fator previdenciário. Era uma outra coisa que eles queriam fazer, uma sugestão.

Então, o que eu acho é o seguinte: V. Exª sabe que, quando vai para a CCJ, é julgado quando quiser.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho que, em relação a esse assunto, Senador Paulo Paim, a sugestão que foi dada aqui, vou tentar fazer, junto com o Senador Vital do Rêgo, no sentido de que ele possa pautar, o mais rapidamente possível, esse projeto na CCJ. A minha expectativa é a de

que, mesmo contrariando a expectativa do Senador Cyro Miranda, que a gente ainda, até o final do ano, possa apreciar o relatório do Senador Cyro Miranda de forma terminativa aqui, na Comissão de Assuntos Sociais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, em homenagem aos trabalhadores. Acho que V. Exª tem razão, e o Senador Cyro Miranda vai me ajudar a agilizar a votação na CCJ.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador. Só tenho que agradecer.

Apenas fazendo um adendo, nós fomos procurados por três Ministérios: Previdência, Planejamento e Fazenda sobre assunto para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Bom, então, ficou claro, realmente, Senador Paulo Paim, que há uma preocupação também dos Ministérios. Mas quero dizer o seguinte, só para lembrar-se da coerência: se esse projeto, Senador Paulo Paim, já tivesse sido lido ou se já tivesse sido iniciada a discussão, nós íamos fazer, a exemplo do que já fizemos, a mesma coisa. Eu ia submeter a matéria ao Plenário, para saber se íamos atender ou não à Mesa Diretora. Mas, como ele não iniciou a discussão, nem a leitura, eu, com o requerimento aqui na Mesa, a pedido da Mesa Diretora, tenho que seguir o Regimento e encaminhar à CCJ. Com pesar, farei isso.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*.) – Eu queria saber se a pauta está esgotada, porque há um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Bom, para informar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que os outros três itens foram retirados de pauta, a pedido do Relator, menos o item 9.

Encerrando esta reunião, passo a ler um requerimento de autoria da Senadora Ana Amélia.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 43, DE 2014
– Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS 521 de 2013, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que "Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir o consentimento presumido para a doação de sangue do cordão umbilical e da placenta, e para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados sobre os produtos e equipamentos empregados no procedimento."
Para tanto sugiro sejam convidados:
• Representante do Ministério da Saúde;
• Dr. Florentino Cardoso – Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB);
• Dr. Paulo Hoff – Diretor Geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP);
• Dr. Sérgio Roithmann – Coordenador do Centro de Oncologia do Hospital Moinhos de Vento, Porto Alegre;
• Sra. Merula Steagall – Presidente da ABRALE.
Autoria: Senadora Ana Amélia

Concedo a palavra á Senadora Ana Amélia, para justificar o presente requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*.) – ... para a área técnica agora.

Caro Presidente Moka, ele é praticamente autoexplicável. A Abrale é a Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia. Portanto, está dentro do temário que nós estamos debatendo.

Este tema tem uma grande relevância, e eu queria agradecer a V. Exª. Tenho certeza de que os colegas Senadores o apoiarão, especialmente aqueles vinculados à área médica.

Eu espero que, nessa audiência pública, o Ministério da Saúde se faça presente. E queria agradecer ao Senador Fleury a referência.Não se trata, Senador Fleury, digamos, de uma desatenção ao Senado, mas de uma desatenção a pessoas mais importantes: aos homens que sofrem com câncer de próstata e aos homens que não são por isso alertados da necessidade de um exame de prevenção. Lamento também, como o senhor, a ausência do representante do Ministério da Saúde no lançamento, na sessão especial de segunda-feira no plenário do Senado, uma sessão conjunta da Câmara e do Senado.

O Dr. Jorge Silva, Deputado Federal do Espírito Santo, médico urologista de grande conceito, junto comigo, requereu o Novembro Azul – esta é exatamente a segunda edição –, com a Sociedade Brasileira de Urologia, numa tentativa de ser como o Outubro Rosa.

Tivemos a participação decisiva da Comissão de Assuntos Sociais, e o nosso Presidente Moka presidiu aquela sessão memorável.

Na verdade, não entendemos a ausência do Ministério da Saúde, pois estavam lá os representantes do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura, a quem eu agradeço muito a presença. Mas a ausência do Ministério da Saúde, realmente, não dá para entender, até porque o Ministério tem uma política nacional para a saúde do homem. E havíamos, na semana anterior, votado o projeto do Senador Valadares que tratava exatamente de definir políticas específicas para essa questão da saúde do homem.

Então, é lamentável e seria de bom tom ou de boa prática de relacionamento com o Legislativo que o próprio Ministério informasse ou à CAS ou à Presidência do Senado as razões pela ausência naquela cerimônia, já que o Ministério foi devidamente convidado.

Mas agradeço ao Senador Fleury a referência e espero apoio para essa audiência pública que vai tratar de transplantes, vai regular a questão do uso de placenta, de cordão umbilical e de pele para efeito de transplante.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só uma informação. O convite aos ministros não partiu da Comissão de Assuntos Sociais. Conforme a Senadora disse, foi uma sessão conjunta, então, o convite partiu da Presidência do Senado. Eu apenas compareci – e fiz questão de comparecer – porque acho que é um assunto que está diretamente ligado a esta Comissão e eu, como Presidente, mais do que como médico, me senti na obrigação e no dever de prestigiar a sessão solene. Lamentavelmente – aí eu não tenho como justificar, porque não fui eu que fiz o convite, Senadora Ana Amélia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É a Mesa Diretora do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Se eu tivesse feito o convite, eu iria, com certeza, pedir explicações ao Ministro. O convite não partiu de mim, mas eu acho também, como todos aqui, que a ausência do Ministro ou de um representante, sem dúvida alguma, é uma forma de eles dizerem que não estão preocupados com uma doença que é a segunda, estatisticamente, que mais mata homens no País – só perde para o câncer de pele. Sem falar no sofrimento que acarreta o câncer de próstata.

Então, eu só posso lamentar. Agora, as explicações cabem à Presidência do Senado e do Congresso Nacional...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Da Mesa. Da Mesa do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... tomar do Ministro da Saúde.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento para essa audiência pública permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Paulo Paim, eu vejo que V. Exª ainda está chateado. Eu me solidarizo com V. Exª...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu entendi a posição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas espero que V. Exª tenha entendido a posição da Presidência..

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Entendi e confio no seu encaminhamento. E gostaria muito mesmo que V. Exª pedisse para relatar a matéria lá na Comissão, se ela for destinada para lá. E aí nós vamos fazer um apelo ao Plenário para que o requerimento seja rejeitado, e o projeto volte e quem sabe a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós vamos estar juntos nessa luta, Senador Paulo Paim.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia doze de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Anibal Diniz, Antonio

Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Douglas Cintra, Magno Malta, Humberto Costa, Paulo Paim, Roberto Requião, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Paulo Bauer, Cyro Miranda e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Lídice da Mata e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Eunício Oliveira, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, Mozarildo Cavalcanti e Antonio Carlos Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença de Suas Excelências o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), Antônio César Bochenek; a Vice-Presidente da AJUFE da 1ª Região, Candice Lavocat Galvão Jobim; o Juiz Federal e Juiz Auxiliar junto ao STF, Oscar Valente Cardoso; e o Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Aluisio Gonçalves de Castro Mendes. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2011 – Não Terminativo.** *Altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.* **Autoria:** Senador Paulo Bauer e outros. **Relatoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Contrário à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Proposta. A Presidência designa a Senadora Gleisi Hoffmann Relatora do Vencido. Votam vencidos os Senadores Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda e Luiz Henrique. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2013 – Terminativo.** *Acrescenta o art. 12-A e modifica o art. 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que a Administração Pública e as empresas contratadas divulguem, em seus sítios na Internet, informações sobre a execução de obras e serviços.* **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2008 – Terminativo.** *Altera o art. 105 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer as barras de proteção laterais como componentes de uso obrigatório nos veículos.* **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 7) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, de 2012 – Terminativo. Ementa do Projeto:** *Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências.* **Autoria do Projeto:** Deputado Luis Carlos Heinze. **Relatoria do Projeto:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** O Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 8) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2009 – Terminativo. Ementa do Projeto:** *Altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais".* **Autoria do Projeto:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria do Projeto:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** O Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, de 2014 – Terminativo.** *Acrescenta artigo 37-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para estabelecer a prescrição das sanções previstas por violação de normas legais e estatutárias, falta de prestação de contas e sua desaprovação total ou parcial dois anos após o envio do balanço contábil dos partidos políticos.* **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Durante a discussão, o Relator apresenta a Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2014 – Complementar – Não Terminativo.** *Altera a Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994, incluindo a possibilidade de transferência direta de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional aos fundos dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2014 – Complementar – Não Terminativo.** *Acrescenta o §5º ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para modificar a distribuição dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.* **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao PLS nº 68, de 2014 e contrário ao PLS nº 73, de 2014. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2014, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2014. **ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2014 – Terminativo.** *Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.* **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender Requerimento nº 52, de 2014-CCJ, de realização de Audiência Pública. **ITEM 19) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, de 2013 – Não Terminativo. Ementa do Projeto:** *Altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de*

nascimento do filho. **Autoria do Projeto:** Deputado Rubens Bueno. **Relatoria das Emendas:** Senador Humberto Costa (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad hoc*:** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 1-PLEN. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Emenda de Plenário nº 1. **ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, de 2012 – Não Terminativo.** *Dispõe sobre extradição ativa e passiva.* **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista à Senadora Gleisi Hoffmann e ao Senador Magno Malta, nos termos regimentais. **ITEM 25) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, de 2014 – Não Terminativo.** *Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ou à recuperação da capacidade funcional das edificações; e dá outras providências.* **Autoria:** Deputado Augusto Coutinho. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 29) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2014 – Não Terminativo.** *Dá nova redação ao art. 103-B da Constituição Federal.* **Autoria:** Senador Romero Jucá e outros. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Benedito de Lira e Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA: ITEM 30) MENSAGEM (SF) Nº 85, de 2014 – Não Terminativo.** *Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Almirante-de-Esquadra CARLOS AUGUSTO DE SOUSA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente do falecimento do Almirante-de-Esquadra Marcos Martins Torres.* **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:** Concedida vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. **ITEM 31) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 52, de 2014.** *Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais. Para tal, solicito sejam convidados: Representante do Ministério da Justiça; Representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF; Representante da Camara-e.net; Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; Representante do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal – Sinditelebrasil, Representante do Grupo de Ensino e Pesquisa em Inovação (GEPI) da FGV DIREITO SP; e Presidente do Comitê Gestor da Internet, Sr. Virgílio Augusto Fernandes Almeida.* **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e dezenove minutos do dia doze de novembro de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2013; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2012; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 485, de 2011; ITEM 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, de 2014; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2010; ITEM 12) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, de 2012; ITEM 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2009, TRAMITAM EM CONJUNTO PROJETOS DE LEI DO SENADO Nº 240 e 510, de 2007, e PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, de 2009; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 413, de 2011; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, de 2012; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, de 2010; ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 2010; ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 655, de 2011; ITEM 24) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 84, de 2011; ITEM 26) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2013; ITEM 27) OFICIO "S" Nº 52, de 2009; ITEM 28) OFICIO "S" Nº 54, de 2009; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Vital do Rêgo, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como não há quorum exigido para deliberações de matérias terminativas, determino à Secretaria a seleção dos itens não terminativos, a começar pelo item 2.

Com a palavra, Senador Anibal Diniz...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... depois a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, há uma matéria não terminativa, que é a Mensagem Presidencial nº 85, que trata da indicação do Almirante-de-Esquadra Carlos Augusto de Sousa para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar. Gostaria de pedir a V. Exª que nós pudéssemos fazer a leitura...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Que item é?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É um item extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É uma matéria extrapauta de uma indicação ao Superior Tribunal Militar.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... que nós pudéssemos fazer a leitura para que, na próxima semana, pudéssemos fazer a sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Consulto V. Exªs. Nada a obstar, será lida, Senador Anibal, ao final da reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeitamente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Gleisi e Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Também na linha de solicitações, enquanto aguardamos um quórum mais qualificado para as deliberações da Comissão, nós gostaríamos de submeter a V. Exª, não apenas como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, mas também como autor de um importante projeto, o PLS nº 181, que contém no seu objeto um dos temas mais relevantes na atualidade e na conjuntura dos dias atuais, qual seja a utilização de dados pessoais dos cidadãos em diversas esferas, tanto pelo setor público como pelo setor privado. É uma espécie de texto guarda-chuva, pois abrange questões constitucionais, como o direito à privacidade, o acesso à informação, o direito ao conhecimento, assuntos do consumidor, cadastro positivo, temas do marco civil da internet, aspectos da saúde pública, acesso a programas sociais, entre outros.

É absolutamente tempestiva e oportuna a iniciativa de V. Exª.

Uma sugestão que nós estamos dando, através de um requerimento apresentado, é se não seria possível e adequado que nós fizéssemos uma audiência pública para debater esse tema – e volto a elogiar a iniciativa de V. Exª –, convidando o Ministério da Justiça, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, o representante do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, representante do Grupo de Ensino e Pesquisa em Inovação, da Fundação Getúlio Vargas.

A ideia é que nós pudéssemos fazer um debate, pela oportunidade e tempestividade. Eu fui procurado por diversas entidades que gostariam de fazer esse debate.

Portanto, apresentei esse requerimento para uma audiência pública apenas, em data que pudéssemos marcar o mais rápido possível, para que nós pudéssemos esgotar um pouco esse projeto, que, em bom tempo, V. Exª apresentou.

É a consulta que faço acerca desse requerimento extrapauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª, Senador Ferraço, sempre muito atuante e muito ativo, pinça, entre diversas matérias, uma matéria que tem, para todos nós, uma relevância muito grande. A guarda de dados pessoais é a ordem do dia nas grandes discussões.

E, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, V. Exª esteve muito mergulhado, aperfeiçoando-se nesse tema, por força das denúncias de pirataria das informações brasileiras mundo afora.

Eu me sinto honrado pela iniciativa de V. Exª, que quer aprofundar a matéria, aperfeiçoando o projeto de nossa autoria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Porque existem dados pessoais que são submetidos a aplicativos, como o Waze, por exemplo, que tem permitido uma enorme facilidade no dia a dia das pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O WhatsApp, o Waze são bancos de dados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...dando informações de trânsito que permitem às pessoas ganharem tempo e subtraírem do seu dia a dia o estresse pelos congestionamentos.

Portanto, é nessa direção que estamos propondo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, na condição de autor, consulto aqui o Relator da matéria, Senador Anibal Diniz, se nós já deixaremos aprovado o requerimento do Senador Ricardo Ferraço e já deixaremos também pronta uma audiência pública com o Presidente, o Relator, o autor, o Senador Ferraço e os membros da Comissão, para que possamos avançar na aprovação desse projeto, após consulta e audiência pública. V. Exª concorda?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Estou plenamente de acordo com a proposição do Senador Ferraço, fazendo um adendo, no sentido de que nós já possamos agendar a data da audiência pública.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos aprovar o requerimento e construir uma agenda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão.

Senadora Gleisi, para discutir.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Na realidade, eu queria só fazer uma sugestão, Senador Ferraço:que pudéssemos chamar também para a audiência pública o Presidente do CGI, Virgílio Almeida, se não houver nenhum óbice.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, pelo contrário. Eu me associo a essa iniciativa de V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Está bem.

Podemos votar, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação o requerimento do Senador Ferraço. (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade.

Peço à Secretaria para, junto ao Senador Ferraço e ao Senador Anibal Diniz...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E à Senadora Gleisi, agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... e à Senadora Gleisi, agora, marcar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por que V. Exª está excluindo a Senadora Gleisi?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito pelo contrário. Ela sabe disso.

Para marcar a melhor data para o agendamento rápido dessa audiência.

Registro a presença do Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Antônio César; da Vice-Presidente também da Ajufe, Candice Lavocat; do Dr. Oscar Valente, Juiz Federal; e do Dr. Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, Desembargador Federal da 2ª Região.

Vamos ao item 2.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, a Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem.

Eu queria só fazer uma sugestão em relação à nossa pauta.

V. Exª falou dos itens não terminativos, e eu acho que poderíamos aproveitar também para discutir e encaminhar itens em que há acordo, com parecer...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos trabalhar na consensualidade.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Isso.

Eu gostaria de consultar os membros da Comissão. Além do item 2, que, embora possa haver divergência, nós vamos discutir e votar, eu queria sugerir a análise de outros projetos, que, mesmo sendo terminativos, tratam de temas em que há acordo. São eles: item 5, item 7, item 8, item 16, item 19, item 26, 27 e 28.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone*.) – Após a análise dos não terminativos?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – É. Na realidade, aqui há terminativos também. Eu estou dizendo que para esses há acordo, com parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos começar com o item 2.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Depois com a seleção...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É que V. Exª já deu um ordenamento pelos não terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não terminativos. Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos esgotar os não terminativos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos esgotar todos os não terminativos possíveis e, depois, voltaremos, havendo, obviamente, quórum para a votação...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... aos itens consensualizados e também terminativos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Também vamos analisar os não...

Nessa relação, agora, existem terminativos e não terminativos. Vamos aproveitar logo os não terminativos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – E eu queria que o item 1 da pauta fosse para o final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicitada a inversão. (*Pausa.*)

Aprovada.

O item 1 foi para o final da pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos ao item...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos ao item 2.

Deixem-me cumprimentar aqui o Ministro, hoje Senador e Vice-Governador do Rio de Janeiro, Senador Francisco Dornelles.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, DE 2011
– Não terminativo -

Altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.

Autoria: Senador Paulo Bauer e outros

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Favorável à Proposta, na forma da Emenda nº 2 (Substitutivo) e contrário à emenda nº 1-CCJ.

Observações:

– Em 02/09/2014, a Presidência concedeu vista à Senadora Ana Rita, nos termos regimentais;

– Matéria em reexame na CCJ.

O Relator é o Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para as suas considerações finais.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a intenção do ilustre Senador Paulo Bauer, meu conterrâneo, é a melhor possível.

Com esse projeto, com essa proposta de emenda à Constituição, ele pretende o barateamento dos remédios. Pretende que, com essa imunidade estabelecida constitucionalmente, os remédios sofram uma redução significativa no valor que é cobrado do nosso povo.

Nós aprovamos essa emenda nesta Comissão e, posteriormente, procederemos à aprovação da proposta.

O ilustre Senador Francisco Dornelles, ora eleito Vice-Governador, aparelhou um requerimento em plenário pedindo o reexame desta matéria, alegando que ela abrangia tributos estaduais e municipais cujo mérito poderia levar à arguição de inconstitucionalidade, embora fosse uma emenda constitucional.

O projeto voltou para cá, e o ilustre Senador Paulo Bauer, no dia 17 de julho de 2014, apresentou a Emenda nº 2, contendo o substitutivo que altera o alcance da imunidade.

Segundo a proposição, deixarão de incidir sobre os medicamentos de uso humano e suas substâncias ativas os impostos federais, exceto o de importação – então, Sua Exª excepciona o imposto de importação –, como também as contribuições federais. O Senador Paulo Bauer exclui também dessa imunidade... Aliás, o Senador Paulo Bauer inclui na imunidade as taxas instituídas pelos entes tributantes: União, Estados, Municípios e Distrito Federal, em razão do exercício do poder de polícia sobre fabricação de medicamentos de uso humano.

A Emenda também prevê a redução gradual das contribuições federais e taxas à razão de 20% ao ano, até sua completa extinção, a partir do início do quinto ano subsequente ao da promulgação da resultante emenda constitucional. Quer dizer, o Senador Paulo Bauer quer excluir as taxas e contribuições federais de forma gradual: 20% ao ano.

Como justificação, o ilustre Senador cita a perspectiva de redução de alíquotas interestaduais do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o ICMS, e a proximidade das eleições, cujo resultado poderá alterar a política econômica.

Assim, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação da Emenda nº 2, de caráter substitutivo, que escoima os defeitos da proposta original tão bem assinalados pelo ilustre Senador Francisco Dornelles.

Nos termos do substitutivo, eu peço aos nobres pares a aprovação desta proposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, para discutir Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Gleisi, Senador Ricardo. Senador Ricardo, Senadora Gleisi.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o Senador Paulo Bauer por essa iniciativa. Segundo, cumprimentar o Senador Luiz Henrique.

A carga tributária incidente sobre medicamentos no Brasil é de aproximadamente 34%, uma das mais elevadas do Brasil. A média mundial que incide sobre medicamentos é da ordem de 6%. A carga tributária sobre remédios comercializados em países como Portugal, Suíça, Holanda, os medicamentos são tributados em, no máximo, 10%. No Reino Unido e Canadá, as pessoas simplesmente não pagam impostos quando compram remédios; lá a tributação é zero. Ou seja, em países com elevada renda *per capita*, com elevado nível de desenvolvimento humano.

Então a proposta do Senador Paulo Bauer visa facilitar o acesso, sobretudo das pessoas mais humildes, das pessoas desprovidas de meios e condições materiais e financeiras, para que elas possam ter direito à preservação da sua saúde. Nós estamos aqui debatendo o que há de mais caro na vida humana. Um patrimônio que não tem preço.

Portanto, essa é uma iniciativa que, a meu juízo, me parece absolutamente oportuna e adequada, por conta da carga tributária brasileira que incide sobre todos os setores sociais.

Então, eu voto favoravelmente, com louvor, uma matéria como essa, que faz justiça e vai possibilitar que medicamentos e remédios possam ser acessados por pessoas mais humildes, mais pobres, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ok.

Senadora Gleisi, com a palavra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria apenas colocar o posicionamento de Governo, o encaminhamento contrário a esta matéria. Não obstante as falas do Senador Luiz Henrique e do Senador Ferraço e o cuidado em relação ao mérito, que nós queremos baratear os medicamentos, eu queria fazer algumas considerações em relação a esta matéria.

Não sou contra a redução de tributos para medicamentos, não sou contra a redução do preço dos medicamentos, mas gostaria de ponderar alguns aspectos, para que a gente, ao solucionar ou tentar solucionar o problema, não crie um problema maior.

Inicialmente, é preciso considerar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o impacto orçamentário para os Municípios onde se situam polos industriais farmacêuticos seria muito alto. Além da perda da participação no IPI, os entes municipais também seriam atingidos nos repasses do ICMS devidos aos Municípios pelo valor agregado da produção. Para os Estados produtores, o impacto orçamentário também não deve ser desconsiderado, posto que também não haverá mais recolhimento de IPI e ICMS sobre a produção e comercialização de medicamentos de uso humano.

Dados do Sindusfarma, indicam que o setor da indústria farmacêutica no Brasil está em franca expansão, com recordes de faturamento ano após ano. No sitio eletrônico da entidade, é possível verificar que o faturamento nominal anual do setor, em 2010, foi de aproximadamente R$36 bilhões, crescendo para R$42 bilhões, em 2011, e R$48 bilhões, em 2012, até o momento.

A dimensão do faturamento dá parâmetros para imaginar o impacto financeiro negativo nos orçamentos municipais e estaduais, e isso é ainda mais dramático se considerarmos o cenário atual de discussão sobre a divisão de receitas da Federação: *royalties*, FPE, unificação de ICMS e outros.

É preciso considerar que o alto valor dos medicamentos impacta o orçamento das famílias, mas também impacta significativamente o orçamento público, portanto, a diminuição das receitas tributárias dos entes levará inevitavelmente a um aporte menor de recursos na própria área de saúde, o que não é desejável. Mas, além disso, tem outras questões que também são relevantes. A redução da carga tributária pretendida vai impactar diretamente o caixa de Estados e Municípios pela redução dos repasses do FPE e do FPM.

Trata-se, pois sim, de uma grande intervenção do Congresso Nacional na capacidade orçamentária dos Estados e Municípios. Ressalte-se que recentemente o aumento do percentual do FPM foi extremamente comemorado pelas entidades municipais, foi votado por esta Casa, discutido pelos Senadores, defendido pelos Parlamentares e o assunto ainda está sendo discutido no âmbito do Congresso. Essa PEC vai exatamente no sentido contrário ao retirar os valores da base de cálculo dos fundos constitucionais. Além da perda dos recursos federais, os Municípios também seriam afetados pela redução dos impostos federais, especialmente o ICMS, e também impostos e taxas municipais.

Outro aspecto importante que deve ser considerado é a estrutura econômica do setor. Uma das características é o protagonismo de grandes grupos internacionais e a existência de oligopólios e monopólios em

determinados segmentos ou nichos de mercado. Associados a isso, há também fatores que dificultam a competição, Senador Paulo Bauer, entre as empresas, como as marcas e patentes.

Esse cenário não é um cenário recente. Ao contrário, estudos das mais variadas fontes – governamentais, acadêmicas e corporativas – indicam que o setor farmacêutico é altamente lucrativo e tem uma estrutura de preço que deve ser acompanhada de perto pelos agentes regulatórios de Estado. Aliás, o é. Tanto é verdade que há mecanismos de controle dos preços em diversos países, inclusive no Brasil.

Além do controle de preços de medicamentos adotado pelo Executivo Federal desde o final da década de 90, o tema também já foi objeto de comissão parlamentar de inquérito no Legislativo Federal. Isso se justificou pela alta margem de lucro praticada pelo setor farmacêutico, que encarecia o valor dos medicamentos sem qualquer critério de razoabilidade.

Infelizmente não há estudos recentes que demonstrem a inversão desse cenário. Ao contrário, segundo estudo da Deloitte, a média de margem de lucro do setor – a média de margem de lucro do setor –, entre 2000 e 2003, foi 55,39%, perdendo apenas para a margem de lucro praticada pelo setor de cigarros.

Em estudo publicado em 2007, Silvio Barberato conclui que a margem de lucro continua alta. A margem de lucro situa-se entre 44% e 57%, a referência; 98% e 199%, genéricos; 49% e 57%, similares; e 147% e 236%, similiares B.

Os resultados obtidos e as reflexões apresentadas destacam a importância do Governo no controle da qualidade e na regulação do mercado farmacêutico brasileiro.

Portanto, apesar de ser um componente de custo importante, não é possível atribuir culpa apenas à carga tributária pelo alto valor de medicamentos. Os dados históricos do setor indicam que o setor farmacêutico possui uma alta margem de lucro, que poderia ser reduzida para padrões mais adequados à realidade brasileira. Isso resultaria em preços mais baixos, sem o esforço de recursos orçamentários.

O que tememos aqui, Sr. Presidente, é que, com a imunidade dada a esses setores, Senador Paulo Bauer, necessariamente não vamos deixar mais baratos os medicamentos, posto que temos que enfrentar também as altas margens de lucro e a competitividade no setor.

Ademais, a concessão da imunidade tributária, o instituto da imunidade poderia até aumentar a margem de lucro das empresas, caso a redução dos tributos não seja repassada ao consumidor, o que é bem plausível de acontecer se considerarmos o setor no cenário no Brasil, que é altamente concentrado.

E, quanto ao instrumento jurídico utilizado, acreditamos que a instituição da imunidade tributária, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em vez da isenção tributária, esse não seja o melhor caminho a ser seguido para instrumentalizar o fim pretendido. Isso porque a imunidade é uma garantia fundamental e, com esse *status* tem caráter permanente e imutável, não podendo não mais ser diminuída ou revertida pelo Congresso Nacional.

Essa linha de raciocínio está presente na jurisprudência e na literatura jurídica.

Por isso, penso, Sr. Presidente, que se queremos mexer com a parte tributária em produtos farmacêuticos e em produtos médicos, deveríamos, então, partir para a isenção, deixando que Estados e a própria União pudessem oferecer a esses produtos ou determinados produtos a isenção tributária e não a imunidade.

Por esse aspecto, Sr. Presidente, o Governo encaminha contra a votação desse Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agora vamos ouvir o autor da proposta, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Senador Vital do Rêgo, prezado Presidente; Senador Luiz Henrique, Relator desta matéria; prezada Senadora Gleisi Hoffmann, devo me manifestar, inicialmente, muito frustrado com a notícia que a Senadora Gleisi traz de que o Governo é contra essa proposta.

É absolutamente incompreensível que um Governo que pretende fazer uma grande ação social no País – e fez isso ser o seu principal discurso de campanha – se manifeste dessa forma, quando estamos tratando de doença, quando estamos tratando de dor, quando estamos tratando de saúde.

Na verdade, Senadora, a saúde no Brasil vai muito mal, as pessoas vivem nas filas esperando por consultas, vivem em outra fila esperando por cirurgias. E eu já disse, em outra ocasião, que uma gastrite não curada ou mal curada se transforma numa úlcera e uma úlcera só tem solução, em seu estágio mais adiantado, com cirurgia. Eu não sei se alguém consegue imaginar quanto uma pessoa sofre na fila de espera por uma cirurgia de úlcera; quanto o Governo gasta com procedimentos médicos para cuidar daquela pessoa no sistema SUS; quanto o País perde com os dias de ausência ao trabalho daquela pessoa que teria curado o seu problema de saúde se lá no começo, lá no momento em que ela detectou a gastrite, ela tivesse tomado aquelas três caixinhas de remédio que o médico prescreveu e que custaria cada uma R$30,00 e não R$50,00. Por quê?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Não. Eu não posso lhe conceder aparte, porque eu penso que o Regimento, nesse caso, não... Mas, naturalmente, ouço, com muito prazer, V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu queria primeiro dizer que o mérito da proposta de V. Exª é um mérito de alta relevância...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Mas eu não cheguei nem ao mérito ainda. Eu só estava falando aqui...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pois é.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – ... do que me leva a manifestar a minha estranheza pela posição do Governo contra essa providência.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Porque o Governo já isenta. Por exemplo, não tem IPI sobre o produto...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Não isenta, não, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Isenta. Está aqui.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Eu vou lhe dizer que não isenta...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu vou lhe dizer o...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – ... me permita divergir de V. Exª, porque PIS e Cofins são cobrados sobre todos os medicamentos no País.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sobre todos não. Eu tenho aqui a relação dos que não têm incidência de PIS e Cofins.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Bom, aqueles de uso contínuo, não. Agora eu lhe pergunto: por um câncer, um fígado com doença, um pulmão com doença, que não precisa de medicamento contínuo, têm que pagar 30% de imposto ou 5% de PIS e 5% de Cofins? Não pode Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Para a maioria desses casos tratados no SUS, os remédios são dados ao paciente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Desculpe, mas eu, como autor dessa matéria, quero aqui fazer o mais elevado debate e sensibilizar a todos para a importância da matéria. Mais do que isso, o constituinte brasileiro, em 1988, colocou no art. 150 da nossa Constituição quais são as condições de imunidade. Falou que partido político não paga imposto, falou que igreja não paga imposto e falou que veículos de comunicação e imprensa não pagam imposto. Ora, se nós não pagamos imposto por pensamento ideológico, por informação e por fé, porque vamos pagar pela dor?

A falta de saúde produz dor e a dor só se cura com medicamentos. E medicamento paga PIS e paga Cofins – não os de uso contínuo, é verdade, mas aqueles específicos.

Por outro lado, nós temos que pensar o seguinte: se já houve avanços por parte do Governo atual e dos anteriores com isenções – nunca disse que não há programas muito positivos, é verdade, que beneficiam as pessoas de baixa renda, principalmente, e os que precisam de medicamento de uso contínuo –, a verdade é que o instituto da imunidade para medicamentos se faz necessário para que ele se torne um projeto e um programa de Estado e não um programa de governo, porque, quando é programa de governo, você bota zero e está isento de imposto, e, quando você elege um outro governo, o outro governo diz: "Agora vamos cobrar dois, vamos cobrar três."

A verdade, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, é que o Brasil tem a maior tributação sobre medicamentos do mundo em todos os níveis.

Na primeira vez que esse tema foi debatido aqui na Comissão, eu lembro que o Senador Francisco Dornelles, esse ilustre Senador que agora vai assumir a condição de Vice-Governador do grande Rio de Janeiro, disse para nós aqui que votava a favor do parecer do Senador Luiz Henrique, mas com uma ressalva: não queria que nós alcançássemos também as receitas dos Estados com essa imunidade. Houve, então, uma proposta do Governo de unificar as alíquotas interestaduais de ICMS e, por isso, o Senador Dornelles fez um requerimento de comum acordo para que a matéria voltasse aqui ao Plenário da CCJ – V. Exª não estava aqui, estava no Ministério naquela oportunidade. Por decisão do Senador Dornelles, o assunto volta para cá e o Senador Luiz Henrique adapta o seu relatório e eu também adapto o texto e nós, então, eliminamos os Estados. Certo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Os Estados continuam cobrando.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Os Estado continuam podendo cobrar, porque eles têm que regular isso através do Confaz. Agora, veja V. Exª, tem Estado que cobra 21% sobre medicamento e tem Estado que cobra 17%. Aqui o Senador Requião, que foi governador do Paraná, como o Senador Luiz Henrique, é testemunha de que tem gente, da sua terra, Mafra, que atravessa a fronteira para Rio Negro para comprar remédio, porque é mais barato no Paraná do que em Santa Catarina. E em outros Estados acontece o inverso, por causa da diferença de alíquota.

Então, a questão da alíquota de ICMS tem que ser resolvida pelo Confaz ou pela unificação de alíquotas que ainda se discute neste Congresso.

Agora, a questão da imunidade precisa ser feita, até porque, Senadora, deixa eu lhe dizer, muitas vezes as pessoas me perguntam: "Mas por que a revista *Playboy* não paga nenhum imposto e a revista *Caras* também não, uma vez que são produtos impressos, como informação, como notícia, e um simples medicamento paga?". Não dá para aceitar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Se V. Exª apresentar um projeto para mudar a Constituição para a *Caras* e para a *Veja* pagar imposto, eu vou aprovar, eu vou junto com V. Exª.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – É que não se pode especificar, assim como não se pode especificar...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Para revistas em geral.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Como não se pode especificar lá, não se pode especificar aqui que vamos ter imunidade apenas para remédio que pobre utilize ou de uso contínuo. Nós temos que pensar um pouco mais amplamente.

Portanto, cumprimento V. Exª por sua manifestação e por sua análise da matéria, mas eu pediria que o assunto merecesse aprovação por parte desta Comissão, principalmente porque o relatório do Senador Luiz Henrique é muito sábio. Quando fala, por exemplo, de PIS e Cofins, diz que será eliminado no período de cinco anos numa proporção de 20% ao ano.

Eu acho que não haverá prejuízos aos cofres públicos, não haverá nenhum problema de ordem fiscal, porque o Governo acabará ganhando pela utilização dos medicamentos, e as indústrias que V. Exª citou, que têm muita receita, etc., etc., no caso das multinacionais e até das nacionais, não teriam como, por exemplo, importar medicamentos sem pagar impostos. Esse imposto de importação o Governo continua aplicando na proporção da necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Requião, com a palavra.

Para encerrar a ordem de inscritos: Senador Dornelles, Senadora Gleisi.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Paraná colocou as farmácias fora das grandes redes no sistema da microempresa. Então, uma boa parte das pequenas farmácias paga imposto zero e a média das outras pequenas farmácias é de 2%. Isso, sem dúvida, deu uma condição de concorrência para as pequenas farmácias em relação às grandes redes.

Agora, eu acredito que podemos fazer algumas considerações sobre a realidade dessa proposta, Senador Paulo Bauer, de diminuição dos impostos.

Eu acho que o problema do preço dos remédios não está exatamente nos impostos. Eu não acredito que uma redução de impostos barateie os remédios. A consolidação do preço alto está muito mais vinculada à Lei de Patentes e os laboratórios manipulam essa questão de patente. Quando um determinado sal cai em uso público, perde o monopólio o laboratório detentor da patente, eles imediatamente mudam a composição dos remédios para conseguir manter o preço mais alto.

Por exemplo, agora, com alguma dificuldade de mercado que o Brasil está vivendo neste fim de ano, eu que tenho a pressão alta, sou o elo do homem de alta pressão do futuro em relação aos bolas murchas do presente – eu mantenho a minha pressão mais baixa com uma série de remédios de uso permanente –, estou recebendo pela internet avisos de redução de 50% no uso dos remédios que compro regularmente. Sou cadastrado e, por isso, tenho uma diminuição de preço. Aliás é importante citar isto também: em remédios de uso contínuo, quando você se cadastra, consegue 55% de desconto sobre o preço de balcão. Isso não tem nada a ver com ICMS.

Então, acho que essa redução do ICMS só vai facilitar o aumento de lucro dos produtores de remédios, dos laboratórios detentores das patentes. Eles cobram exatamente o que querem porque são detentores da patente. Colocam o remédio no mercado, gastam em publicidade e o valor do imposto, a incidência do imposto vai funcionar muito pouco. Se eles podem, neste momento de crise de fim de ano, me oferecer 50% através da internet, isso não tem nada a ver com imposto que estão pagando.

Então, apesar da boa intenção da proposta, eu acho que ela não vai mexer em uma formação de preço, que deriva muito mais do monopólio dos laboratórios do que da tributação.

Então, dessa forma, apesar da boa intenção da proposta, eu vou ficar com o voto da Senadora Gleisi, porque eu não acredito que os laboratórios detentores de monopólio, com a redução de imposto, reduzam um tostão. Eles vão cobrar sempre o valor mais alto que o mercado puder assumir. E eu prefiro, então, ver que, pelo menos, esses laboratórios sejam tributados e a União, e os Municípios, e Estado tenham um retorno do valor alto desses remédios monopolizados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu entendo que o sistema deve se basear em três grandes pilares: a seletividade, a progressividade e a não cumulatividade. Dentro desses conceitos eu sou totalmente contrário à incidência de qualquer imposto sobre medicamento.

Agora, acho que isso deveria ser feito através de isenção, lei complementar ou lei ordinária. Eu acredito que isso não é matéria, a imunidade, para ser tratada em texto constitucional. De modo que eu apoiaria e defenderia que esse projeto do Senador Paulo Bauer fosse feito por meio de lei complementar ou de lei ordinária. Mas na Constituição, imunidade... Eu acho que não é o local para tratar a matéria dessa natureza.

Por isso com o maior respeito que eu tenho por ser admirador do Paulo Bauer – eu gostaria de ser eleitor em Santa Catarina para votar no seu nome – e com o respeito que eu tenho pelo Senador Luiz Henrique, o meu voto é contrário.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Questão de ordem? Pela ordem, pela ordem.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Pela ordem. Desculpe-me. Pela ordem.

Eu quero dar só uma informação. Os EUA da América, Canadá, Inglaterra, México, Venezuela, Colômbia são países onde medicamento tem imunidade tributária em toda a cadeia produtiva.

Eu quero que as Senadoras e os Senadores aqui votem conscientemente, sabendo que nós vamos votar, não aceitando a proposição, para que o Brasil se coloque do outro lado, do lado de países que tributam medicamento e tributam pesado, enquanto países muito desenvolvidos do mundo já eliminaram isso da sua vida há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O Senador Dornelles também pede a palavra pela ordem, já que o Regimento não nos permite discutir duas vezes a mesma matéria.

Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – A votação tem que ser nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É só para assinalar um aspecto que foi levantado pelo ilustre propositor, Senador Paulo Bauer.

Na verdade, os medicamentos, em sua maioria, já têm alíquota zero. Mas o que esse projeto visa é estabelecer uma política de Estado – esse que é o valor maior que está em jogo nesta matéria –, de modo que isso não fique sujeito às conjunturas de necessidade de caixa, no futuro, de um outro governo que entenda que não deve zerar ou estabelecer alíquotas baixas para remédios. Então, esse é o aspecto fundamental.

Por isso eu peço aos pares que apoiem a proposição do ilustre Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos fazer a votação simbólica e, depois, se alguém dos senhores, representando os respectivos Partidos, decidir por votação nominal, nós faremos votação nominal, está certo, Senador Paulo Bauer?

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório produzido pelo Senador Luiz Henrique queiram permanecer como se encontram. Quem divergir levante. (*Pausa.*)

Peço à Secretaria para fazer a contagem.

Rejeitada a proposta.

Proposta seguinte, por ordem...

Eu tenho dois requerimentos, eu tenho dois projetos que são terminativos e estão em turno suplementar. Vou ler para os Senhores apenas os itens.

Item 7, p. 158.

A matéria já foi votada na Casa.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2012
– Terminativo -

Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

– O projeto já foi apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
– Em 05/11/2014, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLC n° 90, de 2012, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral;
– Votação nominal.

Não houve nenhuma apresentação de emenda.
O projeto está aprovado.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Qual?
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em turno suplementar, Senadora.
O item 8, a matéria também está em turno suplementar, dispõe:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2009
– Terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais".
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Não foi apresentada emenda até o momento.
A matéria está aprovada.
Vamos à ordem. Item... A matéria é terminativa. Temos quórum terminativo?
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Item 5 também.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Há um terminativo do Senador Aloysio...
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Está o.k., Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... do Senador Aloysio. É o item 4, terminativo. S. Exª é o Relator. Depois vamos ao item 5.
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós não íamos começar pelos não terminativos, Presidente?
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Podemos continuar pelos não terminativos.
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O item 15, já listado. Estava na lista. Nós mudamos o ordenamento de novo?
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não. É porque nós já atingimos o quórum para matérias terminativas. Então vamos voltar à pauta normal.
V. Exª pede inversão para o item 15?
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Isso.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu concedo a inversão. Depois do item 15 e do item 25, nós vamos voltar à ordem.
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª.
O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. O item 22 também, por gentileza.
O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Itens 15, 25 e 22.
Parem, por favor, eu quero a ordem.
Agora, vejam bem, as inversões que V. Exªs estão solicitando, eu estou concedendo mediante nenhuma desaprovação do Plenário. Os senhores sabem que, se algum dos senhores discordar das inversões respectivas, eu não poderei voltar.
Senador Simon, um item também?
O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – É só sobre a retirada dos impostos dos medicamentos. Eu quero apenas dizer que votaria favorável e lamento profundamente a decisão tomada nesta Casa.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Se aqui estivesse o Senador Pedro Simon, está registrado, o seu voto seria favorável à manifestação.
Nenhuma manifestação em contrário, vou fazer as inversões.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Qual é? É o item 15? Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É o item 15.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Quinze.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 15, 25 e 22, não é isso? Itens 15, 25 e 22. Daí a senhora se pronuncia já na fase dos acordos.

Item 15.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Exª já havia anunciado a minha humilde palavra...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu já havia anunciado a sua palavra para o item 4.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – ... para o relatório de um excelente projeto que, por acaso, é de autoria de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª permite a inversão desses três e depois voltaremos ao item 4?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Mas eu já estava com o meu relatório engatilhado! E eu sou Relator do outro também. Então, eu relato esse e o item 15 e seguimos em frente, porque eu já estava com o parecer engatilhado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.. Vamos ao item 4 e depois ao 15. O.k.?

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2013
– Terminativo -

Acrescenta o art. 12-A e modifica o art. 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que a Administração Pública e as empresas contratadas divulguem, em seus sítios na Internet, informações sobre a execução de obras e serviços.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, ao anunciar a ementa deste projeto de lei, V. Exª já quase explicita claramente o mérito dele para os nosso colegas da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu passo muito rapidamente pela análise, Sr. Presidente, para dizer que não há nenhum óbice quanto à constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do presente projeto de lei.

E, no que concerne ao mérito, eu creio que não há nenhuma dúvida quanto à importância dele, especialmente se considerarmos a crescente demanda social por moralidade e transparência na gestão pública. Nesse sentido, a justificação do projeto destaca que a possibilidade de acesso aos dados relativos às obras e serviços contratados pela Administração Pública permite que os cidadãos brasileiros – isso é o que é importante – acompanhem de perto e diretamente fiscalizem a execução dos contratos celebrados pela Administração. Essa é a análise do mérito, que me parece inegável.

Portanto, nós opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, com os cumprimentos ao seu ilustre autor, V. Exª, Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Divido com V. Exª e com os demais pares a oportunidade de apreciação dessa matéria.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à chamada nominal.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Aliás, depois. Depois, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, depois da votação.

Senadora Gleisi, como vota V. Exª?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Favorável.

Senador Anibal?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Inácio Arruda?
O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.
Senador Randolfe.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Suplicy.
O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ferraço.
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu voto com o autor e com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço.
Senador Luiz Henrique.
O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Identicamente, com o autor e com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.
Senador Dornelles.
O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Agripino.
O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio, voto conhecido.
Senador Requião.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Raupp.
O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Benedito de Lira.
O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cyro Miranda.
O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado o projeto por unanimidade, vai à Mesa para as providências cabíveis.

O mérito da proposta é inegável, mas o brilho da relatoria, sem dúvida alguma, incandesceu o momento desta votação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Senador, pela ordem.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Gleisi, vi que a senhora é relatora do vencido, o item 2, passado.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Está bem.

Sr. Presidente, pela ordem. É que o item 5 é um item terminativo, o Relator é o Senador Anibal Diniz e há acordo do Governo. Nós poderíamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos fazer só um intercâmbio. Vamos ao item 15, depois voltamos ao item 5.
O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – É porque eu vou pedir vista do item 15.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quando eu ler, a senhora pede vista.
Senador Raupp.
O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Já que está havendo inversão para o item 15, eu pediria, se possível, com a aquiescência do Plenário, para o item 14.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos ver aqui, item 14. Deixe-me organizar, porque eu tenho a precedência da nominata, por ordem crescente, e tenho os item que são extrapauta.

ITEM 15

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994, incluindo a possibilidade de transferência direta de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional aos fundos dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2014
– Não terminativo -

Acrescenta o §5º ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para modificar a distribuição dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.
Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao PLS nº 68, de 2014 e contrário ao PLS nº 73, de 2014.
Observações:
– A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Caminha em conjunto com diversos outros projetos.

Passo a palavra ao Senador Relator dessas matérias em conjunto, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra, S. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, vem a esta Comissão, para sua análise, dois projetos de lei complementar: um de autoria do Senador Ferraço e outro de autoria do Senador Davim.

As matérias tramitam conjuntamente em razão da aprovação de um requerimento da minha autoria.

O PLS 68, de 2014, propõe o repasse direto, independentemente de convênio, acordo ou ajuste, de 60% da dotação orçamentária do Fundo Penitenciário Nacional aos Fundos Penitenciários dos Estados e do Distrito Federal mediante atendimento de determinadas exigências. A par disso, propõe que a partilha dos montantes siga as regras do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ocorra mensalmente na proporção de um doze avos da dotação autorizada anual.

Em sua justificação, o Senador Ricardo Ferraço argumenta que a situação carcerária brasileira é notoriamente crítica. Faltam vagas nas penitenciárias e são péssimas as condições de encarceramento. Segundo o Ministro da Justiça, a condição das penitenciárias brasileiras é medieval. E informa que, para reverter esse quadro, Estados e Distrito Federal recorrem às verbas do Funpen. Assim, propõe o Senador Ferraço que o repasse dos recursos seja direto, de fundo a fundo, já que a atual sistemática da LC nº 79, de 1994, que criou esses fundos, mostra-se muito burocrática.

O PLS nº 73, de 2014, por sua vez, de autoria do Senador Davim, sugere o repasse obrigatório de 30% – em vez dos 60% propostos pelo Senador Ferraço – aos fundos penitenciários estaduais regularmente instituídos. Ressalva, todavia, o disposto no §2º, do art. 3º, da referida lei complementar, que já prevê a transferência de 50% do montante total das custas judiciais recolhidas em favor da União Federal, relativas aos seus serviços forenses aos Estados de origem.

Na justificação, o Senador Paulo Davim destaca o aumento da população carcerária no Brasil e a evidente superlotação de nossos presídios. Pondera que as unidades da Federação, sozinhas, não conseguem manter seus sistemas prisionais e o modesto repasse de 30% dos recursos do Funpen propiciará uma ação integrada entre União e Estados, voltada para a melhoria do sistema penitenciário brasileiro.

Não foram oferecidas emendas aos projetos.

Não há nenhum reparo a fazer em ambos os projetos em relação às questões legais, regimentais e constitucionais.

Desse ponto de vista, ambos mereceriam aprovação.

Contudo, prefiro o PLS 68, do Senador Ferraço, que confere maior agilidade às transferências oriundas do Funpen, com a finalidade de proporcionar recursos para financiar, apoiar e incrementar as atividades de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro.

Atualmente, as transferências são feitas por meio de convênio, acordo ou ajuste, tal qual determina o art. 3º da LC nº 79, de 1994. O PLS nº 68, de 2014, no entanto, propõe o repasse direto de 60% da dotação orçamentária do Funpen aos fundos penitenciários dos Estados e do Distrito Federal, mediante o atendimento de determinadas condições.

O proponente busca conferir maior celeridade ao processo de repasse de verbas, por meio do repasse "fundo a fundo", medida que dá impulso às ações de melhoria da infraestrutura dos nossos estabelecimentos prisionais, ao mesmo tempo em que atende o princípio da eficiência, consagrado no art. 37 da nossa Constituição.

Importante observar que o PLS nº 68, de 2014, é mais abrangente, pois prevê um repasse de 60% da dotação orçamentária do Funpen aos fundos penitenciários dos Estados e do Distrito Federal, e acaba por absorver e prejudicar a análise do PLS nº 73, de 2014, de autoria do Senador Davim, que prevê um repasse de

30% e apenas para os Estados. Ademais, por ser mais antiga, a primeira proposição tem precedência sobre a segunda, conforme o disposto no art. 260, II, b, do RISF.

O exame de mérito será feito pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), nos termos do art. 99 do RISF.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2014, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, eu estava aqui consultando o Senador Ricardo Ferraço a respeito dessa matéria. Acho que ela é uma matéria meritória, porque coloca a possibilidade de agilizar contratações, obras do sistema penitenciário.

Nós realmente temos um problema. Temos um problema hoje em relação aos Estados, que não conseguem fazer os projetos, e temos também um problema propriamente em relação ao País que precisa ter um programa mais estruturado. Estamos lutando para que isso aconteça, estamos nos esforçando.

A minha preocupação, Senador Ferraço, também dialogando com o Senador Aloysio, é que o repasse fundo a fundo, quando é feito em outras áreas, como saúde e educação, você tem um programa, você tem um plano, você tem uma política pública estruturada. Hoje, a bem da verdade, nós não temos uma política pública estruturada para essa área do sistema penitenciário, sequer para a área de segurança. Tanto isso é fato que temos diversas matérias nesta Casa tramitando para a gente discutir a área de segurança.

Senador Ferraço, não vou me opor aqui, não vou pedir vista, não é terminativo, nós deveríamos passar, mas eu queria fazer um apelo para que, na CAE, pudéssemos fazer uma discussão mais aprofundada disso, inclusive com a proposta que, penso, o Executivo vai mandar, de uma política de segurança mais estruturada.

O sistema penitenciário tem que entrar em política de segurança. E política de segurança não é apenas função de polícia, não é apenas função de repressão, mas é também do Judiciário, é também do sistema penitenciário, é também do Ministério Público.

Então, eu queria fazer um apelo ao Senador Ferraço, que é autor da matéria, e também ao Relator, que, com certeza, é o meu companheiro e colega na CAE, ao discutir essa matéria, que a gente pudesse aprofundar. Talvez, em vez de só passar fundo a fundo, pudéssemos sugerir uma política pública, um programa nacional em razão do sistema penitenciário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, para sustentar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Na condição de autor, não me oponho, em absoluto, à proposta da Senadora Gleisi, até porque o que S. Exª está propondo é que, na prática, tenhamos uma política nacional de segurança pública estruturada, conectada e integrada com os demais entes federados.

Inexiste uma política pública nacional. Há uma necessidade inadiável de uma debate dessa natureza. Agora, esse debate necessário, e que poderemos fazer na Comissão de Assuntos Econômicos, parece-me que não invalida a necessidade de darmos um passo. Não estamos propondo que a solução do complexo sistema prisional brasileiro será resolvido com isso. Não!

Há de fato a necessidade da construção de uma proposta estruturada, até lembrando a manifestação do Ministro José Eduardo Cardozo de que é melhor morrer do que ser preso nas penitenciárias primitivas do nosso País.

O fato objetivo é que o Fundo Penitenciário foi criado há 30 anos, com recursos oriundos da Caixa Econômica Federal e de custas judiciais, entre outras fontes. O que tem acontecido ano após ano é que em razão do excesso de burocracia, em razão dessas transferências estarem subordinadas e submetidas à construção de convênios, esses recursos acabam ficando no caixa do Ministério da Justiça.

O *site* Contas Abertas assinala que, nesse momento, R$2 bilhões estão parados no caixa do Ministério da Justiça, que poderiam ser utilizados no aperfeiçoamento do sistema penitenciário nacional.

Uma penitenciária não tem apenas o sentido de se privar o cidadão apenado da liberdade. Ela também tem o sentido de ressocialização dessa pessoa humana, para que possa voltar ao seio da sociedade e ao seio da sua família.

Nos últimos 12 anos, apenas 40% dos recursos do Funpen foram desembolsados. Entre 2001 e 2012, cerca de 4 bilhões foram autorizados no orçamento aprovado pelo Congresso Nacional. Entretanto, apenas R$1,8 bilhão foi...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Ferraço, permite só uma observação?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Já vou escutar V. Exª, adequadamente.

No ano passado, a execução do Funpen foi a menor dos últimos 12 anos. Apenas 11% dos 791 milhões de recursos autorizados pelo orçamento foram pagos, o equivalente a R$91 milhões.

Segundo o relatório do próprio Ministério da Justiça, em 2013, o Funpen recebeu autorização para investir R$384 milhões em construção, reformas, aperfeiçoamento do sistema prisional nas parcerias com os governos estaduais. Mas apenas 10% desses recursos, de fato, alcançaram a sua finalidade.

A construção de um fundo a fundo definindo 60% desses recursos... Por que 60% e não 100%? Porque nem todos os presídios são estaduais. Parte dos presídios são federais. Então, é preciso que parte desses recursos fiquem com o Governo Federal, para que ele possa fazer sobretudo a gestão dos presídios de segurança máxima, que são de sua responsabilidade.

Estamos estabelecendo o Fundo de Participação dos Estados como critério, que já é um critério consolidado, universalizado em diversos outros itens. Portanto, essa iniciativa se propõe à agilização desses recursos, para que esses recursos estejam disponibilizados e os Estados façam o planejamento daquilo com que podem ou não contar nos seus investimentos em relação a esse extraordinário desafio que é um sistema prisional adequado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Evidentemente que outras medidas podem ser tomadas, como penas alternativas, para facilitar a gestão do sistema prisional brasileiro, que se tornou uma verdadeira universidade para o crime, nós sabemos disso. Então o sentido desse fundo a fundo é para viabilizar um planejamento melhor e mais adequado entre o Ministério da Justiça e os Estados.

Mas ouço com prazer o meu extraordinário amigo, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu sou simpático à sua proposta, mas gostaria de fazer uma observação, Senador Ferraço, suportada na minha experiência como governador por três vezes, do Paraná, e conhecendo os antecedentes da construção de penitenciárias. Se nós não tivermos pelo menos um projeto básico, com algumas exigências estruturais e conceituais, nós corremos o risco de ao invés de melhorarmos o sistema prisional, degradarmos ainda mais, porque vão surgir os cadeiões emergenciais, com projetos absolutamente inadequados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Tudo isso está previsto, regras de monitoramento, de fiscalização, de aplicação, inclusive dever de casa para os Estados, que precisam constar, das suas dotações orçamentárias, contrapartidas. Então tudo isso está previsto no escopo do projeto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas aí não se tem o mecanismo da aprovação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O recurso fundo a fundo... Nessa modalidade, os Estados precisam apresentar projetos, precisam apresentar muito mais do que projetos básicos, complementares e executivos, para que esses recursos possam ser aplicados.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas aí é a situação atual.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. *Fora do microfone.*) – O fundo a fundo não requer projeto nenhum.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim, mas o fundo a fundo... o fundo a fundo impede o represamento desses recursos no caixa do Ministério da Fazenda.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Hoje, por exemplo, nós temos depositado na Caixa Econômica Federal um volume imenso de recursos à disposição dos Estados, que eles não conseguem pegar, já estão na conta deles, porque não têm projeto. Se condiciona projeto no fundo a fundo, vai ficar do mesmo jeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, não, mas os projetos que são requeridos pelo Ministério da Justiça são projetos absolutamente detalhados. Para que possamos ter uma ideia, até metragem do espaço, a metragem quadrada da sala do gabinete do diretor do sistema prisional. Então esse processo poderá dar aos Estados mais celeridade. Todos esses projetos terão que ser considerados, mas o sistema será simplificado, como em algum tempo foi simplificado o sistema de transferências em outras áreas do Governo, como no caso da saúde e como no caso da educação. Os critérios vão permanecer, mas serão critérios muito mais agilizados e muito mais sumários.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas aí nós teríamos manutenção, no caso da saúde, mais do que projeto, não é? A minha preocupação: o Paraná, por exemplo, ficou com 132 milhões à disposição por quatro anos, e só conseguiu apresentar um projeto agora, na véspera da eleição. Então a minha preocupação é que se abra mão de um detalhamento balizador da construção das penitenciárias e que passemos a construir os cadeiões. E isso, ao invés de melhorar o sistema, vai degradar o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ok. Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, é ao contrário. Tudo isso está previsto como regra...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Já é previsto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... de monitoramento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deixem-me evitar... Outros querem participar dessa boa discussão a partir do Relator.

Com a palavra o Senador Aloysio, depois o Senador Agripino...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Requião está inscrito ainda.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu vou pedir vista da matéria. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista concedida ao Senador Requião.

Vamos ao item 5...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Eu havia pedido inversão de pauta para o item 25, mas em decorrência de sugestões feitas pelo Senador Requião e pela Liderança do Governo, eu pediria, para encontrar uma forma de reconciliação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O reexame.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – A retirada do projeto

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Reexame do nosso Senador, Governador.

Item 5. Vamos voltar ao item 5 e depois vamos ao 22. Estou tentando aqui equilibrar as inversões com a priorização da pauta, que precisa... Depois vamos ao 22.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 2008
– Terminativo -

Altera o art. 105 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer as barras de proteção laterais como componentes de uso obrigatório nos veículos.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa matéria é muito meritória e foi apresentada pelo Senador Marconi Perillo.

Chega à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para decisão em caráter exclusivo e terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer as barras de proteção lateral como componentes de uso obrigatório nos veículos".

Conforme relatado anteriormente pelo Senador Eliseu Resende, o projeto está estruturado em apenas dois artigos. O primeiro veicula a alteração expressa na ementa, e o art. 2º determina que essa alteração entrará em vigor após decorridos 180 dias da publicação da lei em que o projeto vier a se transformar.

Na justificação da proposição, o autor argumenta que, apesar de relativamente singelas e de baixo custo, as barras de proteção lateral têm grande utilidade quando ocorrem colisões laterais, ao evitar que o habitáculo seja 'invadido' por outro veículo.

Não foram oferecidas emendas.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do PLS nº 307, de 2008, e, no mérito, por sua aprovação, com as alterações decorrentes das seguintes emendas.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que esta matéria apresentou questionamentos aqui do Senador Suplicy à época, que perguntou em que aspecto essas barras de proteção lateral poderiam oferecer segurança. Nós fizemos o levantamento, fizemos consultas a autoridades ligadas ao assunto e podemos afirmar com absoluta segurança que essas barras de proteção lateral são fundamentais, sim, para proteger as pessoas em caso de colisão lateral.

Nesse sentido, ouvi pessoas que apresentaram familiares que foram vítimas dessa situação de colisão lateral e acabaram tetraplégicas exatamente por não haver esse dispositivo. Assim, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Renumere-se o inciso a ser inserido no art. 105 do Código de Trânsito Brasileiro, conforme o art. 1º do PLS nº 307, de 2008, de "VII" para "VIII".

EMENDA Nº 2 – CCJ

Substituam-se as expressões "as barras de proteção lateral", na ementa, e "barras de proteção lateral", no art. 1º do PLS nº 307, de 2008, por "dispositivos de proteção contra impactos laterais".

Portanto, o fabricante de automóveis, a partir da aprovação e promulgação desta lei, terá que colocar um dispositivo de proteção contra impacto lateral na fabricação de seus veículos.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, observando com mais cuidado o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra pela ordem o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem.

Observando com mais cuidado o projeto do Senador Ferraço, a minha objeção pode ser resolvida na Comissão de Assuntos Econômicos.

Como o pedido de vista foi unilateral, eu retiro o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O senhor retira? Unilateralmente o senhor retira o pedido de vista, com a concordância de todos, mesmo tendo sido unilateral o seu pedido.

Nós concordamos com a retirada da vista e logo após a deliberação do item 5 vamos voltar ao item anterior e, depois, ao de Ciro.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Será chamada nominal.

Gleisi Hoffmann? (*Pausa.*)

Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Suplicy? (*Pausa.*)

Eduardo Braga? (*Pausa.*)

Ricardo Ferraço? (*Pausa.*)

Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aloysio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Magno Malta. (*Pausa.*)

Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Chamei o Requião ou não? Chamei o Requião?

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria aprovada, em votação as emendas.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As emendas são aprovadas.

O projeto e as emendas serão encaminhados à Mesa, para providências cabíveis.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Para registrar o meu voto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos voltar ao item 15.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Para registrar o meu voto favorável, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço desculpas. Não chamei o Agripino, não é?

Eu não chamei o Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Eu estava fora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ah, estava fora. Desculpe-me.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Acabei de entrar, para registrar meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – O.k.

O item 15 continua em discussão.

Projeto de lei que transfere recursos do Fundo Penitenciário Nacional aos Fundos dos Estados e do Distrito Federal.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra...

A ordem de inscrição para discussão...

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É para uma observação muito rápida, até porque vamos discutir exaustivamente esse projeto na Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas esse projeto tem todo o mérito e resume três aspectos que são fundamentais neste País: descentralização, desburocratização e agilidade do serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bem, Luiz.

Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, também, muito brevemente, acho que o projeto é meritório, que a política de fundo a fundo tem dado resultado em muitas outras áreas.

Então, acho que o resultado vai ser muito bom. Vejo o exemplo do meu Estado, com superlotação carcerária, com dificuldade administrativa nessa área, para poder melhorar, adequar a outra parte –-, que é da Justiça na área da segurança pública –, que é a quantidade enorme de presos sem julgamento. É outro tratamento que daremos mais adiante.

Mas acho que o projeto do Senador Ricardo Ferraço atende às necessidades de hoje, do sistema penitenciário brasileiro.

Portanto, não poderia votar de outra maneira, senão favoravelmente ao projeto do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Só para reforçar, Sr. Presidente, rapidamente, as preocupações do Senador Requião na condição de autor. E fico feliz em tê-lo convencido, porque todos sabem que o Senador Requião é um homem de opinião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Só?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) –

De fato, o art. 3º...

É no mínimo de muita opinião – pronto.

O art. 3º pressupõe, em seus incisos e artigos, toda a preocupação com relação à boa aplicação dos recursos, a critérios absolutamente racionais, mas que estejam submetidos aos conceitos, aos valores e aos princípios que o Senador Luiz Henrique acaba de detalhar, de manifestar – os princípios da agilidade, da regionalização e da desburocratização –, permitindo que esses recursos possam de fato colaborar com os Estados na construção de um sistema prisional mais humano, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

O Relator usa a palavra na forma regimental.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, tenho entusiasmo pelo projeto que acabo de relatar, cuja aprovação acabo de sugerir à Comissão.

Concordo. Acho que o Senador Luiz Henrique resumiu, de maneira lapidar, os méritos do projeto: descentralização, desburocratização como requisitos para a eficiência da prestação de um bom serviço público.

Eu o defendo com entusiasmo. Vamos discutir, Senadora Gleisi Hoffmann, as questões de mérito que V. Exª levanta na Comissão de Assuntos Econômicos, mas desde já quero saudar uma concordância entre nós. Nem sempre discordamos.

Eu me lembro de quando o Presidente Fernando Henrique lançou o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública. Depois, lançou um segundo Plano Nacional de Segurança Pública visando exatamente a uma ação integrada entre Estados, União e também Municípios, nessa área.

Eu me lembro de um episódio na campanha do Presidente Lula, para sucessão do Presidente Fernando Henrique. Promoveu-se aqui, no Congresso, uma reunião, para discutir exatamente a política de segurança pública do então candidato Lula. Um texto muito bem feito. Creio que foi o Luiz Eduardo Soares que o redigiu no âmbito do Instituto da Cidadania. E fui convidado, como Ministro da Justiça, na época – vejam que gesto de civilidade interessante –, pelo meu saudoso e queridíssimo amigo Marcelo Déda.

Eu tive a oportunidade de saudar as convergências que havia entre aquilo que nós estávamos começando a estruturar e a proposta do candidato Lula.

Portanto, eu creio que esse esforço de convergência se perdeu. Não por nossa parte, mas por quem passou a ocupar o Governo. Lamento que não tenha sido seguido aquele rumo traçado nesse documento do Instituto da Cidadania. De modo que, hoje, eu quero saudar essa convergência com a Senadora Gleisi Hoffmann – nem sempre me oponho a ela. É reconhecer que, realmente, depois de todos esses anos, falta uma política estruturada de segurança pública no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, uma manifestação rápida de José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro.

Eu fui duas vezes governador e, na segunda vez, eu instituí a gestão autônoma das escolas, com repasses de recursos individualizados à gestão da escola. Foi um santo remédio para o desempenho da escola. As escolas que passaram a ser unidades, passaram a ter um desempenho muito melhor. Claro que se passou a exigir do gestor, do diretor, competência e dedicação, mas na hora em que foi dado recurso financeiro, a escola melhorou, e melhorou incrivelmente.

A mesma coisa pode ocorrer agora. O projeto do Senador Ricardo Ferraço é uma vacina contra o contingenciamento, além do mais. É o mal que existe neste País. Existe verba destinada à segurança pública contingenciada. Então, é como se essa verba não existisse. Na medida em que haja a possibilidade de repassar fundo a fundo, você cria a perspectiva da gerência – em um segundo momento, em um segundo passo – dos presídios, comunidades autônomas, com recursos que vão terminar ocorrendo através de transferência para um fundo estadual, e você evita o contingenciamento.

Eu quero, portanto, saudar a ideia do Senador Ricardo Ferraço. É uma belíssima ideia em cima de um grande problema que o Brasil enfrenta que é o da segurança pública e da superlotação e do tratamento desumano que existe nos presídios do Brasil. Eu sou entusiasta do projeto e o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Srªs e Srs. Senadores, entre tantas atividades que nos honram na Presidência desta Comissão, uma é ter o direito de, entre tantos projetos para pautar, criar uma agenda mínima que possa oferecer aos senhores a discussão e o levantamento de tantas questões importantes de que o Brasil precisa.

Eu me orgulho muito de poder ter pautado esse projeto, porque vai ao encontro de uma necessidade fundamental de todos nós, do Congresso, de discutirmos soluções para o sistema prisional brasileiro. Uma das soluções pode ser, efetivamente, este projeto que vai à comissão de mérito para a sua discussão na área econômica, e, por isso, todos nós devemos estar unânimes na aprovação desta matéria.

Em votação o Relatório do Senador Aloysio favorável ao PLS nº 68, de 2014, e contrário ao PLS nº 73, de 2014.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Relatório, que passa a constituir parecer da Comissão. Vai às Comissões.

Item 22, página 73 e, depois, o item 14, para o orientação dos senhores.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2012
– Não terminativo -

Dispõe sobre extradição ativa e passiva.

Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável ao Projeto
Observações:
– A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

Passo a palavra a S. Exª.

Item 22, página 371.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Há um pedido de vista. Eu queria pedir vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cyro Miranda faz a leitura do Relatório, sintetiza e vamos à vista, porque, aí, na próxima discussão...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Já que a Senadora Gleisi vai pedir vista, eu vou fazer uma leitura sucinta...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sintética.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – ... porque provavelmente nós vamos voltar à discussão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Depois, vamos voltar a discuti-lo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Ele não é terminativo, vai ainda para Relações Exteriores.

A extradição se constitui em um dos mecanismos mais antigos de cooperação diplomática entre Estados e, nos dias atuais, onde as relações transnacionais se amplificam, desperta importantes discussões sobre como proceder.

No Brasil, a partir do caso Cesare Battisti, o cidadão italiano cuja extradição foi negada pelo Presidente da República após ser julgada favoravelmente pela Suprema Corte (Extradição nº 1.085/IT), o tema sobressaiu e sua repercussão na sociedade leva o Poder Legislativo a se manifestar de forma a adaptar a evolução do instituto aos novos padrões do constitucionalismo e das relações internacionais.

A competência para legislar sobre extradição é privativa da União, nos termos do art. 22, V, da Constituição Federal (CF), e ela está disciplinada na Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o assim chamado Estatuto do Estrangeiro, sendo, portanto, atribuição constitucional do Congresso Nacional legislar sobre o tema. Por esse aspecto, já avançamos na consideração pelo voto favorável à constitucionalidade formal da proposição, pronunciamento que se requer desta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

No mérito, opinamos também pela conveniência da adoção desse novo estatuto da extradição, para que se estabeleçam regras claras doravante e assim se evitem as intermináveis controvérsias que têm ocorrido a cada caso mais complexo de extradição.

Aqui tem todo um arrazoado que nós vamos deixar para a próxima discussão, entendendo que a Senadora Gleisi Hoffmann tem pedido vista. E que volte na próxima semana.

O voto é favorável.

Concedo a palavra a V. Exª dizendo que sou pela aprovação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Só para dizer ao Senador Cyro Miranda que o pedido de vista vem porque é um tema complexo. Nós temos aí 80 dispositivos distribuídos em 31 artigos. De fato não tivemos condições de fazer uma análise. Então não é apenas um posicionamento político aqui, Senador Cyro, é realmente para entender uma matéria complexa. Vamos nos esforçar muito para trazer uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista concedida.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só quero salientar que aqui estou examinando a constitucionalidade e juridicidade. O mérito será na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k..

Vamos ao item 14, p. 261.

Após o item 14, vamos ao item 16.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Apenas para pedir, em nome desse quórum maravilhoso que estamos reunindo hoje aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que pudéssemos

também incluir o PLS nº 132, um projeto de minha autoria que tem o Senador Paulo Paim como Relator, que já está com o relatório pronto e protocolado na Casa. Então, que possamos incluí-lo como extrapauta, para que deliberemos ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Anibal Diniz pede a inserção extrapauta do Projeto nº 132, que trata ...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Trata de uma proposição para que nas eleições com duas vagas para o Senado possamos ter equilíbrio de gênero.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço a manifestação de V. Exªs sobre a inclusão dessa matéria extrapauta.

Se todos concordarem, nós a incluiremos. Havendo posição divergente, nós não poderemos incluí-la.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, nós temos uma pauta extensa. Se tudo for extrapauta, a gente tem Comissão hoje o dia inteiro. Eu tenho coisas para relatar em outras Comissões. Então, penso que devemos deixar correr o curso normal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu quero, então, Senador, uma vez que houve discordância do Senador Malta, solicitar a V. Exª que inclua na pauta, formalmente, para a próxima reunião da Comissão. Imagino que esse apelo também tem o endosso do nosso Relator, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza, Senador.

Próxima semana, então.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O. k.. Deferido.

Item 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2014
– Terminativo -

Acrescenta artigo 37-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para estabelecer a prescrição das sanções previstas por violação de normas legais e estatutárias, falta de prestação de contas e sua desaprovação total ou parcial dois anos após o envio do balanço contábil dos partidos políticos.
Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação do Projeto
Observações:
– Votação nominal

Existe um Relator que é especialista em partidos políticos na Comissão, que é o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Não tanto quanto V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2014, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que acrescenta artigo 37-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para estabelecer a prescrição das sanções previstas nos artigos 36 e 37 da mesma lei.

O art. 36 da Lei nº 9.096, de 1995, prevê a suspensão do recebimento das cotas do Fundo Partidário nos casos de:

a) recursos de origem não mencionada ou esclarecida, por um ano;

b) recursos provenientes de entidades proibidas de efetuar doações, por um ano.

O art. 37 da mesma lei prevê a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário, além de sujeitar os responsáveis às penas da lei, nos casos de falta de prestação de contas ou de sua desaprovação total ou parcial.

Na justificação, o autor argumenta que hoje não há previsão legal de prazo para que a Justiça Eleitoral cumpra sua função fiscalizadora. Nessa situação a morosidade torna-se regra, sendo comum a apreciação de contas oito ou dez anos após a entrega do balanço e dos balancetes.

Assinala o autor, ainda, que o projeto não estabelece prazo para que a Justiça cumpra sua função, caso em que incorreria em flagrante inconstitucionalidade, mas ordena a prescrição das sanções, decorridos dois anos da apresentação do balanço e dos balancetes dos Partidos.

Há um entendimento, Sr. Presidente, há um apelo aqui para que se aumente esse prazo de dois para quatro anos. O TSE gostaria de cinco anos e também concorda com esse projeto, mas eu acredito que o prazo de quatro anos está dentro de um mandato, seria um prazo razoável. Então, estou acrescentando uma emenda de relatoria para, em vez de dois, quatro anos.

Vamos para o voto.

Em razão do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2014, e, no mérito, por sua aprovação, com a seguinte emenda que apresento:

EMENDA Nº , DE 2014

As sanções previstas nos arts. 36 e 37 prescrevem quatro anos após a entrega por parte do Partido do balanço contábil dos balancetes mensais previstos no art. 32.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a inclusão da emenda e relatório favorável, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Vamos à votação.

Como vota a Senadora Gleisi?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Petecão. Chegou.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Raupp, voto conhecido. É o Relator da matéria.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado o projeto.

Em votação a emenda.

Se os Senadores concordarem, vamos repetir a votação. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto e a emenda.

Item 16.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 413, DE 2011
– Terminativo -

Altera o art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para delimitar o horário de realização de concursos públicos federais, e determina a aplicação das mesmas regras aos concursos realizados pelas empresas estatais da União.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

– Votação nominal.

Designo Relator *ad hoc* o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A matéria foi relatada pelo Senador Flexa Ribeiro.

Estando V. Exª na condição de Líder, vejo-me na obrigação de, em respeito ao Senador Flexa Ribeiro, indicá-lo para, no exercício da Liderança, funcionar como Relator *ad hoc* dessa matéria. Há o ônus e o bônus.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Com muita honra, Sr. Presidente.

Qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É o item 16, p. 293. O Senador Benedito de Lira é o autor da matéria que delimita o horário de realização de concursos públicos federais, e determina a aplicação das mesmas regras às empresas estatais da União.

O Senador Flexa opinou pela rejeição do projeto. A página é 293.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Se for terminativo, não temos mais quórum, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – É terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É terminativo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – O quórum caiu, Sr. Presidente. Então, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu retiraria de pauta...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... até em respeito ao Senador Flexa e ao Senador Benedito, que está aqui para defender. A matéria é terminativa. Vamos esperar. Fica para a próxima reunião. Ainda dá tempo para o Benedito trabalhar com o Senador Flexa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Mesmo porque, Sr. Presidente, meu coração sangraria se tivesse que dar um parecer contrário, ainda que, como Relator *ad hoc*, de um projeto do Senado Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E o meu também em conduzir essa reunião.

O item 11...

O item 16 foi retirado de pauta.

Vamos ao item 19. É matéria terminativa, então...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É terminativo. Não tem quorum.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não, só perguntando se tem divergência, porque somos pela aprovação do item 19, que permite à mulher a igualdade de condições para proceder ao registro de nascimento do filho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esse é um projeto muito bom. Acho...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pois é. O Relator é o Humberto. Não temos nada contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria é terminativa. Não temos quorum, embora no mérito ninguém discuta a dimensão desse projeto.

Com a palavra, pela ordem, Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – O item 29, que não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O item 29, Senador Inácio Arruda. É o último item da pauta, matéria não terminativa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, já posso relatar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O item 29 está na p. 480.

ITEM 29

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 2014
– Não terminativo -

Dá nova redação ao art. 103-B da Constituição Federal.
Autoria: Senador Romero Jucá e outros
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta.

Deixe-me só ler a ementa: "Altera a composição do Conselho Nacional de Justiça de 15 para 19 membros, para incluir um Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, um Ministro civil do Superior Tribunal Militar, um juiz do Tribunal Regional Eleitoral e um juiz auditor da Justiça Militar da União. Essa é a alteração proposta pelo Senador Jucá e de relatoria do Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, essa Proposta de Emenda Constitucional é do Senador Jucá. Nós acolhemos a proposição. Acho que a Justiça Militar é das únicas Justiças especializadas, digamos, que ficou fora do Conselho Nacional de Justiça. Há uma controvérsia em relação à questão do Tribunal Eleitoral, face a sua composição, que é especializada, mas composta por juizes de outras Cortes. Contudo, meu voto foi favorável, atendendo ao pleito do nosso colega Jucá. É evidente que vai ter o debate, que será muito importante, mas o parecer fica constituído.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Estamos construindo esse parecer.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O parecer do Relator é favorável.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – A vista permite o debate.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Uma matéria dessa natureza, da grandiosidade desse tema, precisa de um quórum extremamente qualificado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mas, para ler o relatório, não tem problema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A tendência de V. Exª é construir um relatório favorável, mas, certamente, V. Exª está aberto, com todos os seus pavilhões auriculares prontos, a ouvir todas as manifestações.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Estão devidamente abertos para fazer a ultrapassagem desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, vamos, oportunamente, recolocar a matéria.

Antes de me despedir de V. Exª, Senador Ricardo, houve um erro...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, ficou, então, constituído o relatório e há um pedido de vista do Senador Randolfe. Se for coletivo, melhor, porque abrimos espaço para que outros...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não é coletivo. Senador Randolfe vai pedir vista e vamos construir o melhor momento para discutir essa matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Foi lido o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não. Ele se posicionou, deu como lido o relatório dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – E eu pedi vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, vista coletiva: Benedito...

Vamos oportunamente discutir melhor essa matéria. É uma matéria complexa. Aumenta a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Antes de me despedir dos senhores, me permitam...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não apenas aumenta, me perdoe, como quebra, de certa forma, a regra de proporcionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos estudar melhor essa matéria, com o Senador Jucá, inclusive.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deixe-me pedir a V. Exª, antes de... Senador Inácio, por favor, houve um equívoco aqui. O nosso...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Tem dois terminativos antes...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O nosso sistema estava acusando que o item 19 era terminativo. É um item consensualizado, Senador Humberto Costa, que trata da igualdade para a mulher no procedimento de registro do nascimento do filho. Ele tinha sido terminativo, foi ao plenário, voltou como uma emenda de plenário. Então, ele não é terminativo, e nós só vamos relatar a emenda de plenário. Quem é o Relator?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senador Humberto Costa, a Gleisi relata...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Humberto Costa. A Senadora Gleisi pode relatá-lo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Qual é a página, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É a 340.

Vamos fechar o item 19, uma matéria de mérito...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – É, porque é uma matéria boa, essa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Boa, boa.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – 340.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – 340.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É para relatar a emenda, não é?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Isso. Para relatar a emenda.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – De quem é a emenda, Sr. Presidente?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Aqui. Vamos lá.

Projeto de iniciativa do Deputado Rubens Bueno.

A despeito da simplicidade de sua redação legislativa, objetiva corrigir uma inconstitucionalidade remanescente na Lei de Registros Públicos diante da flagrante diferença de tratamento conferido ao pai e à mãe no tocante ao direito de registrar o filho.

Ainda hoje, nos termos da legislação que data de 1973, o pai tem a precedência legal para o registro do filho, cabendo à mãe um direito subsidiário daquele. Em outras palavras, somente se o pai se omite ou se encontra impedido de realizar o registro é que a Lei autoriza a mãe a fazê-lo em seu lugar. Essa situação jurídica é claramente contrária à Constituição Federal, que consagrou em seu Art. 5º, inciso I, o princípio da isonomia material entre homens e mulheres para todos os atos da vida civil, incluindo aqueles relacionados aos direitos da cidadania e à família. Houve quem sustentasse, inclusive, a não recepção do Art. 52 da LRP, face ao texto expresso da Constituição Federal nesse ponto – com o que concordamos integralmente.

Após a aprovação na Comissão de Justiça e Cidadania, o projeto suscitou uma série de dúvidas na sociedade, provocando interpretações diversas sobre o seu alcance no tocante à indicação da paternidade pela mãe, e se isso implicaria o registro obrigatório do cartório.

Apesar de entendermos que a matéria tão somente afeta o direito isonômico ao ato civil de registro, não alcançando os aspectos relacionados à verificação da paternidade, não houve consenso para permitir que a matéria fosse enviada à sanção – o que nos levou a apresentar recurso a plenário, com o intuito de amadurecer a discussão.

Com efeito, filiamo-nos à opinião da Associação de Notários e Registradores do Estado de São Paulo – Anoreg/SP –, segundo a qual a paternidade continua submetida às mesmas regras, dependendo de presunção que decorre do casamento, reconhecimento realizado pelo próprio pai ou procedimento de averiguação da indicação feita pela mãe, conforme os dispositivos legais citados.

Ainda assim, a fim de afastar qualquer dúvida quanto a isso, propomos a presente emenda, cujo objetivo é tornar clara a observância da legislação civil no tocante à verificação de paternidade que já consta da Lei de Registros Públicos, conforme redação incluída pela Lei nº 12.662, de 2012.

Art. 54. O assento do nascimento deverá conter:

(...)

§ 2º O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo não constitui prova ou presunção da paternidade, somente podendo ser lançado no registro de nascimento quando verificado nos termos da legislação civil vigente.

Trata-se, portanto, apenas de uma redação esclarecedora, que esperamos possa tranquilizar a sociedade no tocante a esse aspecto que, a toda evidência, ainda permanece polêmico.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, por favor, antes de discutir a matéria, estou de acordo com o parecer. Apenas vou assinalar aqui, no plenário, a presença do Senador eleito por Santa Catarina, pelo PMDB de Santa Catarina, ex-Prefeito de São José e de Florianópolis, Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Cadê Dário? Ah, Dário, seja bem-vindo, nosso colega Senador, vá se acostumando a esse ambiente da Comissão de Constituição e Justiça, sob a liderança, sempre, do nosso Senador e Governador Luiz Henrique.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós só temos uma matéria extrapauta que não tem nenhuma dificuldade. É a leitura da Mensagem nº 85.

ITEM 30

MENSAGEM (SF) Nº 85, DE 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Almirante-de-Esquadra CARLOS AUGUSTO DE SOUSA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente do falecimento do Almirante-de-Esquadra Marcos Martins Torres.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Votação secreta.

Na forma regimental, o Senador Aníbal vai ler o relatório e procederemos à sua votação na próxima reunião.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

A Excelentíssima Presidente da República, Senhora Dilma Rousseff, submete à apreciação do Senado Federal, por meio da Mensagem nº 85, de 2014 (nº 359, de 2014, na origem), o nome do Almirante-de-Esquadra Carlos Augusto de Sousa, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), nos termos dos arts. 52, inciso III, alínea a, e 123, da Constituição Federal de 1998 (CF), regulamentados pelo Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo os dispositivos constitucionais acima referidos, os membros do STM serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha; quatro dentre oficiais-generais do Exército; três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira; e cinco dentre civis, os quais serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e dois, por escolha paritária, dentre juízes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

Nesse contexto, cabe a esta Comissão, de acordo com o citado Ato nº 1, de 2007 – CCJ, e com o art. 101, inciso II, alínea i, do Regimento Interno do Senado Federal, proceder à sabatina do indicado e emitir parecer sobre a indicação, também por voto secreto, para orientar a manifestação definitiva do Plenário do Senado Federal.

Em observância ao art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2007, o Almirante-de-Esquadra Carlos Augusto de Sousa encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

O indicado atualmente é Almirante-de-Esquadra, tendo, anteriormente, ocupado os cargos de Guarda-Marinha, Segundo-Tenente, Primeiro-Tenente, Capitão-Tenente, Capitão-de-Corveta, Capitão-de-Fragata, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Contra-Almirante e Vice-Almirante, totalizando mais de quarenta anos na Marinha do Brasil.

Dentre inúmeras outras atribuições, foi Encarregado de Divisão no Contratorpedeiro "Piaui" e no Comando do 1º Esquadrão de Contratorpedeiros; Comandante do Navio-Patrulha Costeiro "Poti" e Comandante do 1º Batalhão do Corpo de Aspirantes da Escola Naval; Chefe do Estado-Maior do Comando do 5º Distrito Naval; Comandante da Fragata "Greenhalgh"; Subchefe do Estado-Maior da Esquadra do Comando-em-Chefe da Esquadra; Coordenador do Programa de Reaparelhamento da Marinha; Comandante do 6º Distrito Naval e da 2ª Divisão da Esquadra; Diretor da Diretoria do Pessoal Militar da Marinha; Chefe do Estado-Maior da Armada e da Chefia de Assuntos Estratégicos.

Como Diretor do Pessoal Militar da Marinha, dedicou-se por três anos à busca de soluções para os intrincados problemas inerentes à complexa gestão do pessoal militar da Marinha, incluindo a defesa da União em mais de setecentos processos de toda ordem, movidos contra a Instituição. Nessa época, teve a feliz oportunidade de envolvimento nos meandros de lides jurídicas, logrando a assimilação de cabedal importante, fruto de cuidadoso acompanhamento dessas ações. Assim, contribuiu de forma decisiva para os resultados positivos alcançados em distintos temas dessa área. Com efeito, diversos processos da Marinha que são trabalhados no Superior Tribunal Militar têm origem naquela Diretoria.

No exercício da Chefia de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa interagiu com representantes de diversos países na área da Defesa, contribuindo, no mais alto nível, para o estreitamento de relações amistosas e profícuas com importantes atores do cenário internacional. Representou o Brasil em diversos fóruns, tais como: o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), integrante da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL); a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS); a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e em reuniões bilaterais de Defesa com países de todos os continentes, que redundaram em inúmeros Acordos de Cooperação e que têm contribuído para alavancar o desenvolvimento tecnológico nacional. Atuou, de forma participativa, junto a diversos órgãos da esfera governamental, incluindo os Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e Casa Civil da Presidência, entre outros.

Na Chefia do Estado-Maior da Armada, também caracterizou sua gestão pela grande aproximação junto à esfera governamental, bem como ao Ministério da Defesa, ao Exército e à Aeronáutica. Seu esforço concorreu para a exitosa participação da Marinha nos grandes eventos realizados em 2014, como a Copa do Mundo da FIFA.

Ademais, realizou os cursos de comando e Estado-Maior, superior de guerra naval e de altos estudos de política e estratégia, todos no âmbito da Escola Superior de Guerra. Possui aperfeiçoamento em Comunicações Navais para Oficiais, além de mestrado e doutorado em Ciências Náuticas pela Escola de Guerra Naval. É fluente em leitura, escrita e conversação no idioma inglês e em leitura nos idiomas francês e espanhol.

Por fim, destaque-se o grande número de condecorações recebidas pelo indicado, dentre essas: Ordem do Mérito da Defesa (Grau de Grã-Cruz), Ordem do Mérito Naval (Grau de Grã-Cruz), Ordem do Mérito Militar (Grau de Grande-Oficial), Ordem do Mérito Aeronáutico (Grau de Grande-Oficial), Ordem do Rio Branco (Grau de Grã-Cruz), Ordem do Mérito do Judiciário Militar (Grau de Alta Distinção do Quadro Especial), Medalha da Vitória, Medalha do Mérito Marechal Cordeiro de Farias, Medalha Militar de Ouro (passador de platina), Medalha Mérito Tamandaré, Medalha Mérito Marinheiro (três âncoras), Medalha do Pacificador, Medalha do Mérito Santos Dumont, Medalha "Pro Memoria" (Polônia), Medalha do Mérito Cultural da Magistratura, Medalha do Mérito Policial Militar (Grau de Grande-Oficial), Medalha Mérito Desportivo Militar, Medalha de Ouro das Forças Armadas Polonesas e Medalha da Ordem do Mérito CISM – Conseil International Du Sport Militaire (Grau de Cavaleiro).

No tocante às exigências constantes do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, o indicado apresentou as declarações exigidas, de tal maneira, Sr. Presidente, que está plenamente apto a ser sabatinado por esta Comissão de Constituição e Justiça e ser nomeado para ocupar a função de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Sr. Presidente, é como voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência concede vista coletiva automática, como manda o Regimento Interno, ficando o processo de arguição do indicado e votação, nos termos da Resolução do Senado Federal, para a próxima reunião.

Comunico a V. Exªs que amanhã e na próxima sexta-feira estaremos aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, recebendo diversas autoridades que compõem a Magistratura mundial para debater o papel dos juízes na proteção do meio ambiente.

Foi uma reunião agendada pelo Sr. Ministro Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Presidente do Fórum Nacional da Magistratura e Meio Ambiente, com a presença da Ministra de Estado do Meio Ambiente, do Embaixador Eduardo dos Santos, Secretário-Geral de Relações Exteriores, do Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, Secretário-Geral do Meio Ambiente, da Drª Elizabeth Mrema, Diretora da Divisão de Meio Ambiente da PNUMA, do Presidente da AMB, do Presidente da Suprema Corte da Nação Argentina, Dr. Ricardo Luis Lorenzetti, do Presidente da Suprema Corte do Chile, Sergio Manuel Muñoz Gajardo, do Ministro da Corte Constitucional da Bélgica e Presidente do Fórum de Juízes pelo Meio Ambiente da União Europeia, Luc Lavrysen; da Ministra da Suprema Corte da Noruega e do Diretor Jurídico do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; além do professor da Pierce University e do pesquisador da Universidade George Washington, nos Estados Unidos; e a Especialista Jurídica Sênior Claudia de Windt. São autoridades que...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Seria para que horas e que dia?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique, às 9 horas da sexta-feira próxima.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Depois de amanhã.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Às 9 horas eu queria que fosse repetido...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senador Luiz Henrique já notou dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Todos os Senadores já receberam.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu queria propor a V. Exª, no caso dessa matéria, dessa audiência pública internacional, que se convidasse o Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, do Congresso Nacional, porque é uma Comissão mista que trata do assunto das mudanças climáticas. Então...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Mandaremos o convite.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O Deputado Sirkis que é o Presidente, atualmente, da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Alfredo Sirkis.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mas queria indagar V. Exª sobre o item 11 da pauta, porque era um item não-terminativo . Foi pedida vista. Já foi apreciado o parecer. Nós tivemos um pequeno debate. O Senador Douglas Cintra pediu vista. Acho que não apresentou nenhuma manifestação...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Objeção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos fazer na próxima semana. Colocaremos...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Face ao quadro, pareceu-me que não houve manifestação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – No primeiro terço da pauta, nós vamos já votar o item 11. Está o.k.?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Certo. E no caso do item 8, também, o Senador Pedro Taques já deu o parecer, o qual foi aprovado em relação ao item 8...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já foi dado... O item 8 já está resolvido. Definitivamente adotado, já vai a plenário. Não houve mérito, o.k.?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, em relação à sabatina ao Almirante de Esquadra Carlos Augusto de Sousa, é só para tirar uma dúvida: vai ser na terça-feira ou na próxima quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu vou marcar e aviso a V. Exª. Eu tenho que consultar a agenda e a Secretaria.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeitamente, então.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Quero solicitar a V. Exª, até em homenagem ao Senador Ranfolfe Rodrigues, que ponha na pauta da próxima reunião o Projeto de Emenda Constitucional de minha autoria que limita a publicação de pesquisas de opinião pública nos quinze dias anteriores às eleições. É matéria do maior mérito.

Nós vimos, nas últimas eleições, repetirem-se os "erros" continuados das pesquisas de opinião pública, a ponto de o Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral ter manifestado o desejo de chamar os institutos para estabelecer um regramento para essas pesquisas eleitorais.

Essa matéria não é nova. Essa matéria já foi aprovada por este Senado, foi aprovada pela Câmara, entrou em vigor, sancionada se não me engano pelo Presidente Lula, e o Supremo Tribunal Federal arguiu a inconstitucionalidade. E para suprir essa inconstitucionalidade, ao invés de projeto de lei, nós apresentamos uma Proposta de Emenda Constitucional.

Eu peço a V. Exª, portanto, que inclua na pauta da próxima semana.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, além desse pedido do Senador Luiz Henrique, se V. Exª puder, no caso, não exatamente colocar na pauta, mas que se designe Relator para uma emenda constitucional de minha autoria, que é a PEC 10, de 2014, que dispõe sobre o Sistema Único de Educação Superior. É um pleito de todas as universidades estaduais deste País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k. Vou designar Relator para V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu gostaria que pudéssemos designar, para começar a discussão a respeito desse tema que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Farei imediatamente.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a participação dos senhores e os convoco para a próxima sexta-feira, em audiência pública.

Tenham todos um bom dia e fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2014, SEXTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença do Senador Anibal Diniz, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião.

Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública. Assunto / Finalidade:** Debater o papel dos Juízes na proteção do meio ambiente. **Requerimentos de realização de audiência:** RQJ 48/2014 e RQJ 49/2014, Senador Vital do Rêgo. **Participantes: Antonio Herman Benjamin**, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ – e Presidente do Fórum Nacional da Magistratura e Ambiente – FONAMA –; **Izabella Teixeira**, Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente – MMA –; **Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho,** Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores – MRE – e Representante do Embaixador Eduardo dos Santos; **Elizabeth Mrema,** Diretora da Divisão de Direito Ambiental e Convenções do PNUMA; **João Ricardo Dos Santos Costa**, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB –; **Ricardo Luis Lorenzetti**, Presidente da Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina – CSJN –; **Sergio Manuel Muñoz Gajardo**, Presidente da Corte Suprema do Chile; **Luc Lavrysen**, Ministro da Corte Constitucional da Bélgica e Presidente do Fórum de Juízes pelo Ambiente da União Européia; **Ragnhild Noer**, Ministra da Suprema Corte da Noruega; **Arnold Kreilhuber**, Diretor Jurídico do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; **Nicholas Robinson**, Professor da Pace University – PACE –; **Nicholas Bryner**, Pesquisador da George Washington University; **Claudia de Windt**, Especialista Jurídica Sênior; **Luis Inácio Lucena Adams**, Advogado-Geral da União; **Josef Smets**, Embaixador da Bélgica; **Maria do Céu Monteiro**, Presidente do Tribunal de Justiça da Comunidade dos Estados da África Ocidental; **Tun Arifin bin Zakaria**, Presidente da Corte Suprema da Malásia; **Ousmane Batoko**, Presidente das Cortes Judiciárias Supremas Francófonas e Presidente da Corte Suprema de Benin; **Edith Weiss**, Professora da Georgetown University; e **Denise Hamu**, Representante do PNUMA no Brasil. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a presidência ao Senador Anibal Diniz. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e vinte e três minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e quatorze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o papel dos juízes na promoção do meio ambiente, conforme Requerimentos nºs 48 e 49, de iniciativa deste Senador.

Presentes à mesa, para satisfação desta Comissão, a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o Ministro Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams, o grande idealizador deste encontro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça Antonio Herman Benjamin, o Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores e o Embaixador da Bélgica, Jozef Smets.

Inicialmente, na condição de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, eu gostaria de manifestar a minha satisfação por abrir este Colóquio Internacional de Juízes e Meio Ambiente. Não apenas me orgulho de, junto com os meus colegas desta Comissão, ser um dos promotores deste importante evento; fico também feliz em termos como parceiros nesta realização a Associação dos Magistrados Brasileiros, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Organização dos Estados Americanos.

É também meu indelével dever mencionar o apoio científico do meu conterrâneo do Estado da Paraíba, filho de Catolé do Rocha para o mundo, Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, orgulho de todos nós, para que estejamos aqui hoje, realizando este evento.

O Ministro Benjamin, desde a época em que integrava o Ministério Público de São Paulo, é parceiro constante do Senado nos grandes temas associados à proteção dos vulneráveis, universo em que se inclui a preocupação com o meio ambiente. Merecem nossa admiração e gratidão não só o seu longo trabalho de elaboração legislativa, que levou à edição de algumas das leis mais importantes do Brasil, mas também o seu papel como professor e educador de toda uma geração de brasileiros.

Minha gratidão, também ao prestigioso apoio do Ministério do Meio Ambiente, na pessoa da Srª Ministra Izabella Teixeira, da Caixa Econômica Federal, das Embaixadas da Noruega e da Bélgica, sem o que, certamente, não teríamos um painel tão extenso de expositores como o que teremos hoje, o que torna este evento muito mais rico e produtivo.

Quero agradecer ainda a presença dos expositores, que nos enriquecerão com suas falas nesta manhã, particularmente aos especialistas estrangeiros. Peço licença para não os citar nominalmente, tendo em vista que estão aqui em grande número. São presidentes de cortes supremas, altos magistrados, professores e espe-

cialistas em direito ambiental, além de representantes de organismos multilaterais. Vieram de longe, e espero, por isso, que aproveitem também o máximo para conhecer melhor o nosso País tanto pelo seu hospitaleiro povo, quanto pela riqueza dos seus recursos naturais, impressionante biodiversidade e belezas paisagísticas extraordinárias.

O Brasil tem ocupado uma posição de destaque na discussão ambiental desde que sediou a Eco-92, no Rio de Janeiro. Tem sido compromisso permanente do nosso País e da vibrante diplomacia brasileira fazer avançar as ideias do desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Penso ser desnecessário citar as diversas iniciativas brasileiras neste sentido, porque, suficientemente, serão conhecidas de todos nós neste Colóquio. Com o avanço dessas discussões e das ações delas decorrentes, todos os segmentos sociais e institucionais se defrontam cada dia mais com os diversos temas que o desenvolvimento ecologicamente sustentável propõe.

Este é um fenômeno internacional que envolve todos os países, independentemente do seu nível de avanço no tratamento dessas questões. Aqui, entre nós, posso citar dois fatos como evidências concretas da ocupação de todos os espaços institucionais pela temática ambiental.

A primeira é a criação das varas ambientais, em obediência à Lei nº 126, do Superior Tribunal de Justiça, a Casa do Ministro Herman Benjamin, um fenômeno que, aliás, também ocorre no exterior. Esta lei estabelece a implantação de 46 varas a cada ano, entre o período de 2010 e 2014, com o objetivo de proporcionar um julgamento mais rápido do crescente número de processos relacionados às questões ambientais.

Outro exemplo do espraiamento desta temática pelo Brasil e por todos os segmentos institucionais é a própria realização deste evento, que, curiosamente, ocorre na instância legislativa, embora se trate de relação dos juízes com as questões ambientais.

Poder-se-ia até estranhar: o que o Legislativo tem a ver com o trabalho dos juízes no âmbito ambiental? A resposta não é difícil. Pelo menos a meu ver, se nós, legisladores, nos aproximamos mais dos juízes e passamos a melhor conhecer os desafios que enfrentam na implantação da legislação ambiental, estaremos, nós legisladores, evidentemente, bem mais aparelhados para aprimorar as propostas que nos forem submetidas nesse campo ou até mesmo para propor novas ideias que permitam o melhor tratamento deste tema tão complexo quanto variado.

Como resultado adicional, a promoção deste Colóquio, na prestigiosa companhia dos nossos parceiros, principal e especialmente da Associação dos Magistrados do Brasil – e aqui registro a presença do seu Presidente, João Ricardo dos Santos Costa –, tão bem dirigida por esse magistrado gaúcho, que enseja excelente oportunidade para a Casa de fazer um intercâmbio, que nos permitirá conhecer as experiências dos outros países.

Muitas têm sido as iniciativas, no sentido da capacitação e do fortalecimento da instância judiciária para o enfrentamento das questões do desenvolvimento ecologicamente sustentável aqui e lá fora. Entre elas, eu gostaria de citar a criação, pelo PNUMA, nosso parceiro na realização deste evento, do Conselho Consultivo Internacional para a Justiça Ambiental.

Também merece destaque o atual debate acerca da criação do Instituto Judicial para o Meio Ambiente, ideia encampada pela AMB, que o Senado brasileiro apoia entusiasticamente, pois, sem a capacitação e o suporte técnico aos juízes, a legislação corre o risco de se transformar em uma mera ficção.

O meu entusiasmo com a questão ambiental é tamanha, que poderia seguir falando e tomando o tempo precioso dos nossos convidados. Prefiro ouvi-los, pois, certamente, trarão luzes na definição da tarefa de encontrar fórmulas criativas, viáveis e justas para salvar o Planeta Terra e a nós mesmos dos grandes desafios da atualidade, entre eles as mudanças climáticas, a perda alarmante da biodiversidade e a miséria que ainda aprisiona milhares de seres humanos.

Renovo os meus agradecimentos aos nossos expositores e aos nossos parceiros nesta empreitada. Quero dizer que esta Comissão, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, estará sempre com as portas abertas para a discussão dessas questões tão relevantes para a humanidade. Este é o nosso dever. Este é o nosso compromisso.

Bom trabalho a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Passo a palavra a ele, o principal mentor, o ideólogo deste evento, meu conterrâneo, meu amigo, brasileiro, entusiasta do tema, uma das maiores autoridades neste País e no mundo nesta questão, o Ministro Herman Benjamin, para suas considerações iniciais.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Bom dia a todos.

Eu queria, inicialmente, agradecer ao Senado Federal e, em particular, ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, meu querido amigo e conterrâneo do grande Estado da Paraíba, Senador Vital do Rêgo. É um orgulho para nós, paraibanos, tê-lo presidindo a Comissão mais importante do Senado Federal.

Eu queria também festejar e agradecer a presença da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que, durante toda a sua carreira, tem uma história de dedicação à causa do meio ambiente. Eu costumo dizer que coube ao Presidente Lula e à Presidente Dilma esta iniciativa de, pela primeira vez, escolher um Ministro do Meio Ambiente que é da carreira, que não é alguém que vem de fora, e conhece profundamente as grandes questões que interessam ao meio ambiente do Brasil, ao tema da sustentabilidade, e conhece a máquina. Por isso, festejo muito a sua presença hoje aqui neste colóquio.

À minha esquerda está o Ministro Luís Adams, meu querido amigo, que é o Advogado-Geral da União, em outras palavras, uma mistura de *attorney general* com *solicitor general*. Ele é, certamente, desta geração toda de advogados-gerais da União, aquele que melhor conhece as questões ambientais. É muito importante, nesse projeto de sustentabilidade do Brasil, que nós tenhamos, no próprio Gabinete da Presidência, um Ministro encarregado das questões jurídicas que afetam a sustentabilidade. Não há tema ambiental, neste País, que não passe pelas mãos do Ministro Adams e de sua equipe, desde a criação de unidades de conservação, de áreas protegidas, aos grandes derramamentos de óleo, à degradação e, sobretudo, ao desmatamento das nossas florestas tropicais.

Então, de público, Ministro Adams, eu gostaria de agradecer a V. Exª pelo empenho pessoal, até mais do que institucional, pela causa da sustentabilidade.

À minha esquerda também está o Embaixador José Antônio Marcondes, que é o negociador ambiental brasileiro chefe. Eu costumo dizer que o meio ambiente está no Itamaraty, no Ministério das Relações Exteriores, em boa companhia, porque faz parte de uma secretaria que cuida, ao mesmo tempo, de energia, ciência e tecnológica, um portfólio vastíssimo. Só o meio ambiente já seria algo de extrema complexidade, mas nós temos no Embaixador Marcondes um diplomata profissional, sério, extremamente dedicado e, mais do que tudo, sensível às questões da sustentabilidade. É um orgulho para nós vê-lo representando o nosso País nos grandes debates internacionais.

Finalmente, aqui, à mesa, nós temos o representante da comunidade internacional, neste caso a Bélgica, o Embaixador Jozef Smets, que, no corpo diplomático brasileiro, é uma das figuras mais extraordinárias. E nós aqui queríamos homenagear não apenas S. Exª, mas o corpo diplomático brasileiro, que recebe, certamente, os seus convidados, os seus compatriotas entre os participantes deste evento.

Finalmente, eu queria registrar o prazer de ver tantos especialistas estrangeiros, presidentes de cortes supremas, e cito em particular dois da América Latina, o Ministro Ricardo Lorenzetti, Presidente da Corte Suprema da Argentina, e o Ministro Sergio Muñoz, Presidente da Corte Suprema do Chile, em representação a todos os outros ministros e presidentes de cortes supremas que aqui se encontram.

Mas também a importância de contarmos com um programa das Nações Unidas, o PNUMA. Vejo Elizabeth Mrema e Denise Hamú, diretora do Escritório do PNUMA no Brasil. Ambas estão aqui apoiando esta iniciativa.

Deixei por último a palavra de agradecimento especial à Associação de Magistrados Brasileiros.

Disse muito bem o Presidente Vital do Rêgo que a AMB hoje é presidida por um dos expoentes do grupo progressista na magistratura brasileira, que acreditamos ser a maioria, que vê como dever da magistratura não apenas aplicar cegamente a lei, mas cumprir a Constituição e o seu projeto de Estado social. Isto é muito bem representado pelo Presidente João Ricardo, a quem deixo de público o meu agradecimento.

Então, a todos, Presidente, mas, em particular, a V. Exª e à sua equipe o agradecimento de todos nós juízes que estamos aqui debatendo este tema que é de fundamental importância para o Planeta e para o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradecemos a S. Exª o Sr. Ministro Herman Benjamin, que, repito, trouxe para o Senado Federal esta oportunidade maravilhosa, no momento grave que estamos vivendo, em discussão no meio ambiente e no Brasil, de poder o Senado Federal participar ativamente deste colóquio sobre meio ambiente.

Passo a palavra à nossa Ministra do Meio Ambiente, que atua na causa, uma profissional e servidora pública extremamente competente, que vem lutando, com garra, com determinação, com altivez, para defesa deste Brasil tão lindo, tão próspero, mas que precisa ser protegido.

Concedo a palavra à Ministra Izabella Teixeira.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Bom dia a todos.

Eu gostaria, inicialmente, de saudar o meu amigo Senador Vital do Rêgo e o meu amigo e cúmplice Ministro Herman Benjamin. Ele é cúmplice porque é infernal e consegue gerar várias situações para que todos estejam juntos. E acho que aqui, à mesa, todos estão juntos: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade, nacional e internacional, representada aqui pelo nosso Embaixador da Bélgica.

Falar sobre a importância do evento eu deixo para vocês que vão discutir aqui, mas eu vou falar na perspectiva de um ministro do Meio Ambiente de um país que é continental e que, portanto, tem uma diversidade

ambiental única para ser gerenciada e para ter a formulação de políticas ambientais que possam dialogar com o desafio de desenvolvimento do nosso País.

Não existe política ambiental dissociada de política de desenvolvimento. Quem pregou ou quem prega o isolamento das políticas ambientais, como se fossem entrincheiradas, simplesmente leva, possivelmente, a uma situação política, como a que o Brasil viveu em alguns momentos da sua história recente, de uma polarização e uma disputa em situações que, necessariamente, não precisariam chegar ao acirramento de conflitos como os que tivemos muitas vezes na área ambiental, até por conta do desconhecimento que se tem da área ambiental.

A complexidade de se tomar decisão sobre meio ambiente não é algo que seja de amplo domínio de todas as pessoas, porque meio ambiente não é algo linear, não tem uma relação de causa e efeito imediata.

Você consegue identificar os impactos, mas você não consegue, efetivamente, construir, na decisão, todos os argumentos e todo o conhecimento necessários para balizar essa tomada de decisão da melhor maneira. Está aí, então, o grande desafio não só dos gestores, mas o grande desafio de quem faz lei e o grande desafio de quem arbitra, em nome da sociedade, as soluções, em nome da justiça ambiental, em nome daquilo que a gente chama de ética, que este País coloca no seu arcabouço de leis e de desafios para o seu desenvolvimento e para seu povo.

Na área ambiental, eu gostaria... Recentemente... Eu não vou fazer balanço, senão o Ministro Herman vai se perder aqui comigo, mas quero aproveitar a oportunidade, mais uma vez, de voltar ao Senado e de dialogar com os juízes que estão presentes, além de com o corpo diplomático e os organismos internacionais, muito brevemente sobre os cinco arranjos legais, as cinco estruturas legais, que foram votadas nesta Casa, que balizam a ação de gestão ambiental e essa convergência em relação ao desenvolvimento.

O primeiro tema que merece destaque aqui é o da própria Política Nacional sobre a Mudança do Clima. O Brasil é, como os senhores sabem, um país emergente, em desenvolvimento, que não tem nenhuma obrigação global, do ponto de vista do acordo global que existe em torno da convenção de clima, de reduzir emissões associadas aos gases de efeito estufa, como o têm os países desenvolvidos, desde 1992, por serem signatários da Convenção.

Voltando de Copenhague, em 2009, o Governo brasileiro assumiu metas voluntárias internacionalmente e o Congresso brasileiro traduziu essas metas voluntárias em metas compulsórias nacionalmente. Então, é uma situação, no mínimo, paradoxal para os juízes brasileiros, porque eles lidam com o arcabouço legal nacional de obrigação e um arcabouço internacional de voluntário, de comportamento voluntário. Essa situação é tão singular que fez com que o Brasil realmente construísse políticas e planos setoriais de redução de emissões à semelhança do que muitos países desenvolvidos deveriam estar fazendo, a meu juízo de valor. Tanto isso é verdadeiro, que o Brasil apresentou, esta semana, o seu inventário de emissões, atualizado até 2012, com uma redução de 42% nas emissões no cenário brasileiro de 2005 até 2012.

Eu não estou falando de 1990, porque alguns países desenvolvidos insistem em colocar como meta de redução o ano de 1990; eu estou falando de 2005. Ou seja, nós estamos considerando todas as emissões de crescimento econômico e reduzimos 42%, quando, pelos balanços globais, pelo que nós estamos observando do próprio relatório do IPCC, há a sinalização de que os países estão aumentando, alguns dobraram, suas emissões nos últimos anos. E o Brasil reduziu. Isto é interessante, não só por causa do desmatamento, pois houve uma redução do desmatamento, em 80% da meta que está projetada para 2020, mas também houve uma mudança na trajetória de emissões esperadas a partir dos planos setoriais de agricultura de baixo carbono, de mineração, de siderurgia, da indústria... Isto tudo o Brasil, a sociedade brasileira está fazendo, voluntariamente do ponto de vista internacional e compulsoriamente do ponto de vista nacional.

Então, talvez isto seja um exemplo de como a legislação nacional dialoga com os compromissos globais, mas sem que possam ser usados argumentos, meu caro Senador, que muitos países usam, de que o Congresso nacional desses países não aprovariam medidas que viabilizassem acordos legalmente vinculantes em torno da mudança do clima. O Congresso brasileiro já aprovou. Não só aprovou como, anualmente, também reitera, por intermédio da Lei de Orçamento, o compromisso de implementação da política de clima. Então, isso é um exemplo do Estado, da envergadura e do debate que se faz na sociedade brasileiro entre o Executivo, o Judiciário, porque os juízes arbitram – há decisões falando exatamente sobre isso –, e o Legislativo, que acompanha e fiscaliza a implementação de medidas da Política Nacional sobre a Mudança do Clima.

O segundo exemplo, muito rapidamente, é o Novo Código Florestal Brasileiro, que esta Casa debateu. Como bem dito e sinalizado, para mim, sempre me lembrando politicamente, depois do debate da Constituição Federal, o maior debate que o Congresso Nacional brasileiro já teve foi exatamente o da legislação ambiental e do Código Florestal, um código florestal que estabelece, no Brasil, que proprietários privados têm que deter até 80% da vegetação nativa de sua propriedade intocáveis.

Quero saber que país do mundo tem isso na sua legislação. Quero saber que país estabelece uma restrição de uso, em nome da preservação do meio ambiente, na propriedade privada.?

Então, a nossa agricultura é competitiva para lidar com restrições de uso da propriedade agrícola em nome da preservação ambiental. Isso é o Código Florestal. Muitas pessoas não compreendem o que é a legislação quando o Brasil fala de desmatamento legal *versus* desmatamento ilegal, porque nós impedimos a supressão de cem por cento da vegetação nativa na propriedade privada.

As leis brasileiras, a lei do Código Florestal preserva efetivamente ao dizer que cada proprietário deve deixar uma quantidade mínima de reserva legal e de área de preservação permanente conservadas na sua propriedade privada, mantendo a biodiversidade e os serviços ambientais. Está na lei.

Esse é o Código que foi votado aqui e sobre o qual vou dar uma informação em primeira mão. Agora, em dezembro... Nós estamos fazendo o Cadastro Ambiental Rural, ou seja, estamos realizando um mapeamento das 5,6 milhões de propriedades rurais deste País e registrando o que elas detêm de vegetação nativa, de rios, de recursos da biodiversidade. São 329 milhões de hectares que deverão ser mapeados, cadastrados individualmente.

Nós entregaremos agora, depois de seis meses do Cadastro, 132 milhões de hectares já cadastrados. Estados como Mato Grosso têm cerca de 70% de suas propriedades rurais cadastradas. Senhores juízes, V. Exªs terão uma base para tomar decisão, para entender mediação de conflitos, para entender, de fato, o que acontece com a regularização ambiental, os compromissos que serão assumidos para restauração. Será o maior programa de recuperação florestal e recuperação de vegetação nativa do mundo. E isto vai entrar no nosso balanço de emissões, porque o Brasil vai começar a plantar para capturar carbono, mudando as bases de uma economia florestal. Então, esse é um desafio que eu devolvo para o Congresso, que vai acompanhá-lo.

E eu gostaria apenas de fazer uma terceira menção a um projeto de lei que virá para esta Casa ainda agora, porque deverá ser votado na Câmara na semana que vem, que é o novo marco legal brasileiro de acesso a epigenéticos. É a base da bioindústria, a base para trabalhar o Protocolo de Nagoya no dia a dia, saindo de uma visão de combate à biopirataria e trazendo uma visão de desenvolvimento a partir do uso da biodiversidade e da geração de novas patentes.

Senador, isso virá para cá em breve e eu já aproveito para fazer um pedido especial. Nós mudamos o patamar e colocaremos o Brasil como protagonista em relação ao desenvolvimento da biotecnologia e da bioindústria. Conto com o seu apoio. E somente uma sinalização: esse projeto de lei foi construído, pela primeira vez, com a sociedade, com todo o setor produtivo e com os Ministérios do Meio Ambiente, da Indústria e Comércio e da Ciência e Tecnologia.

Então, é uma lei que traduz a ambição de desenvolvimento, de inclusão social e de repartição de benefícios associados ao acesso a recursos genéticos. Muda a lógica de aprendizado e de gestão ambiental neste País e muda, particularmente, uma postura do Ministério do Meio Ambiente, que não mais está circunscrito a grupos que, tradicionalmente, cuidam de meio ambiente, pois hoje nós dialogamos com todos. E esse exercício de diálogo acaba por gerar resultados dessa envergadura.

É possível fazer 130 milhões de hectares em seis meses, porque nós temos acordo...

(*Soa a campainha.*)

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – ... dos assentamentos rurais aos grandes agricultores. Aí você muda a realidade de construção de soluções.

Então, quero, mais uma vez, agradecer o convite, parabenizar o Herman por esta iniciativa e dizer que espero que se desdobrem, em função dos últimos quatro anos, todos os esforços em relação à justiça e ao meio ambiente no Brasil.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Passo a palavra, nesta primeira fase de apresentação do colóquio, ao Ministro Adams, outro Ministro muito envolvido com as questões ambientais.

Já disse o Ministro Benjamin do comprometimento do Ministro Adams com essa questão da preservação do meio ambiente e os avanços na discussão de marcos que possam se tornar providenciais para o futuro da sociedade brasileira.

O Ministro Adams tem sido um parceiro permanente desta Comissão. Na condição de Advogado-Geral da União, sem dúvida alguma, tem protagonizado grandes avanços na legislação brasileira. Sua contribuição tem sido indelével. No nosso trabalho de aperfeiçoamento, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em parceria com meu companheiro e Vice-Presidente Senador Anibal Diniz, que acaba de chegar a esta Comissão, temos construído, com a Advocacia-Geral da União, um trabalho conjunto para avançar em projetos importantes como este do meio ambiente.

Passo a palavra a S. Exª o Ministro Luís Adams.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Exmo Senador Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo, meus queridos colegas de bancada, senhoras e senhores, de fato, não vim preparado para fazer uma fala, mas para prestigiar.

Eu queria deixar registrado aquilo que considero fundamental, que também foi dito por todos da Mesa, particularmente pela Ministra Izabella Teixeira, que se tem notabilizado nesse trabalho, digamos assim, não só dos grandes projetos, mas por um trabalho, também de formiguinha, de acompanhamento diário da execução de projetos.

Esse trabalho tem permitido ao Brasil ter, hoje, uma base não só de combate, mas também de avaliação dos seus resultados. É isto que a Ministra nos permite aqui: poder, de fato, avaliar aquilo que conseguimos conquistar com esse universo de medidas legislativas que tem sido adotado no Brasil, progressivamente, nos últimos 26 anos da nossa Constituição. Particularmente, acho que, nos últimos 10 anos, tivemos uma evolução muito grande com o Código Florestal, com a lei complementar que estabelece a competência dos Estados Federativos na questão ambiental e assim por diante.

Também, na legislação específica das concessões públicas, são aperfeiçoados os procedimentos de concessão de licença para fins de realização desses empreendimentos. Isso é um processo progressivo, que vemos no setor elétrico, de portos, no setor de transporte. É um trabalho extremamente complexo, não só do ponto de vista técnico, mas também do ponto de vista legal.

Acredito que esse desenvolvimento tem sido muito positivo para o Brasil. Este País passou e passa por um processo de incorporação de toda uma sociedade, de toda uma população que, usualmente, estava fora dos benefícios que a civilização oferece. Era uma população que vivia na miséria, no isolamento, na ignorância, e essa ignorância, muitas vezes, produzia exatamente aquilo que gostaríamos evitar, que é a degradação ambiental.

O que vemos hoje, no esforço que o Brasil vem desenvolvendo nos últimos anos, é que essa população se incorpora a uma sociedade que tem acesso à educação, à saúde, aos benefícios da civilização, mazela é uma população que também já se incorpora nessa realidade de preocupação com sustentabilidade.

O trabalho que os juízes têm na concretização da lei a partir dos casos concretos, da casuística positiva, que produz e dá efetividade a uma legislação pensada nesta Casa, pelos legisladores, mas que só se realiza na sua implementação concreta e diária, esse trabalho é fundamental.

Temos que produzir, simultaneamente, o implemento de soluções jurídicas, de soluções ativas do Estado e da sociedade no estabelecimento de bases de controle de combate ao desmatamento, à degradação, e também bases de segurança jurídica para quem, de fato, quer poder viver num país, numa sociedade, de maneira objetiva, de maneira clara, de maneira a poder crescer com a sociedade. De fato, esse é um desafio.

A população mundial, assim como a brasileira, cresce – já chegamos a 7 bilhões de almas e chegaremos a 9 bilhões – e precisa ser alimentada, ser vestida, ser educada e ter possibilidade de viver neste Planeta. Isto é um grande desafio que nós temos.

Portanto, a legislação precisa ter essa capacidade de equilibrar proteção com desenvolvimento. É isto que o Brasil tem procurado fazer.

A fala da Ministra Izabella Teixeira foi muito demonstrativa do que realmente podemos fazer, além das promessas, além dos compromissos genéricos, e o Brasil, mesmo sendo um país emergente, que ainda precisa desenvolver-se mais para dar oportunidade a sua população, para dar vida digna a sua população, para dar aquele mínimo existencial que a nossa Constituição garante, que é o princípio da dignidade da pessoa humana, o Brasil precisa fazer isso de forma a não ser um desenvolvimento destrutivo, o que acredito que temos conseguido. O Brasil tem, nesse ponto, muito a dar de exemplo.

Então, saúdo todos e espero que este debate produza e atenda todas as expectativas. Pela qualidade dos participantes, eu acho que atenderá. Desejo a todos o melhor resultado possível neste evento.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Ministro Adams pela sua participação, pelo seu engajamento.

Em nome de nossos patrocinadores, para encerrarmos esta primeira fase, teremos três painéis que discutirão a perspectiva brasileira, a perspectiva latino-americana e a perspectiva internacional.

Nesses horizontes, parra encerrar esta fase de apresentação, convido para fazer uso da palavra, em nome de todos os colaboradores deste evento, o Presidente João Ricardo dos Santos Costa, outro parceiro importante desta Comissão, deste colóquio, que está presente quase que na condição de Senador *ad hoc*. Ele é Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e está sempre presente, física e ideologicamente, em defesa dos magistrados brasileiros.

O SR. JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA – Obrigado, Senador Vital do Rêgo, a quem saúdo com bastante entusiasmo, como sempre.

O Senador Vital do Rêgo é um grande parceiro da magistratura, um conhecedor do Poder Judiciário, o que é extremamente importante nessa relação entre Parlamento e Magistratura. Ele conhece as nossas questões, apropria-se delas e aqui promove grandes debates que têm feito avançar o nosso Poder Judiciário.

Quero também saudar o meu amigo Ministro Antonio Herman Benjamin, grande liderança da magistratura nacional, principalmente no âmbito do meio ambiente, que tem dado uma colaboração fundamental na introdução desse tema na magistratura brasileira. Na sua pessoa, saúdo os demais componentes da mesa.

Também quero saudar as delegações estrangeiras especialistas nessa área do meio ambiente e dizer que a AMB considera extremamente relevante essa questão ambiental, porque somos uma entidade que congrega 14 mil magistrados brasileiros num território do Planeta extremamente estratégico nas questões ambientais e apenas uma minúscula parte dessa magistratura ainda está envolvida nessas questões do meio ambiente.

Como falou a Ministra Izabella Teixeira, é uma questão muito complexa, que envolve uma discussão profunda, profunda mesmo, em relação ao conceito de desenvolvimento que devemos construir para tratar a questão ambiental como um fator que está na antessala dessas questões ambientais e que tem sido polemizado aqui, no Parlamento brasileiro, que é a questão do tipo de desenvolvimento que nós queremos.

Falamos de desenvolvimento sustentável, mas, na verdade, o desenvolvimento só pode ser sustentável. Se assim não for, não é desenvolvimento, mas retrocesso, barbárie, digamos assim, porque estamos tratando da nossa casa, da casa em que moramos, que é o nosso Planeta. Se não cuidarmos dele, nós o estaremos destruindo. Nós nos comprometemos a isto como civilização.

Então, a magistratura hoje enfrenta dificuldade nessa área muito em face do tipo de litígio com que estamos envolvidos no Brasil. E isso é uma posição muito crítica da Associação dos Magistrados Brasileiros no que diz à nossa litigiosidade, no que diz à função do Poder Judiciário, hoje, no serviço que presta à sociedade brasileira. Costumo dizer que estamos trabalhando para grandes corporações e deixando de lado as questões de que o povo necessita, e a questão ambiental é uma delas.

É por isso que nós, com muito entusiasmo e muita crença, estamos apoiando a criação de um instituto global de juristas dentro do sistema judicial para implementar mecanismos e setores especializados de justiça para enfrentar essa questão tão complexa que envolve, como eu disse, o conhecimento da questão ambiental e também uma nova visão em relação ao desenvolvimento.

Quero parabenizar o Senador Vital do Rêgo e agradecer a ele por esta oportunidade. Vejo que Paraíba e Rio Grande do Sul juntos, Ministro Adams, que é lá da terra, tem o seu simbolismo aqui no Brasil para quem vem de fora, porque algumas grandes rupturas do cenário político brasileiro se deram com o envolvimento desses dois Estados, sem demérito, evidentemente, de todos os Estados da Federação, pois trata-se apenas de uma referência ao simbolismo desta Mesa.

Agradeço a todos e desejo um bom evento e que neste evento se dê um passo decisivo em direção à instalação desse instituto.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao jovem Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, lembrando que Paraíba e Rio Grande do Sul, em outras épocas, deram muito trabalho, fizeram muito barulho juntos, desde a década de 30.

Quero prestar uma homenagem a um pequenino Estado brasileiro cravado na Floresta Amazônica e chamar à mesa aquele que é o meu Vice-Presidente e vai fazer a apresentação, agora, do primeiro painel, "Perspectiva brasileira", dispensando, por força de suas atividades laborais, os dois Ministros. Eu gostaria de chamar à mesa o Senador Anibal Diniz. Ele, com o seu grupo em gestão, em governança pública, do Estado do Acre, implantou a expressão "florestania" como programa de governo: a convivência do homem com a floresta em harmonia.

Chamo o Senador Anibal Diniz, em uma homenagem desta Presidência ao Estado do Acre, um Estado que luta pela preservação.

Liberando os Srs. Ministros, passo a palavra ao Senador Anibal Diniz. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Convidamos para compor a Mesa a Srª Denise Hamú, do PNUMA.

Está presente?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ela estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para presidir esta nossa primeira mesa de trabalhos, convidamos a Srª Maria do Céu Monteiro, Presidente da Corte Suprema de Guiné-Bissau. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Ministra Maria do Céu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Srª Ministra Maria do Céu Monteiro. (*Pausa.*)

Como expositores temos o Sr. Ministro do STJ Antonio Herman Benjamin e o Sr. Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, Chefe da Subsecretaria de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores.

Para conduzir esta Mesa, passamos a Presidência dos trabalhos à Srª Maria do Céu Monteiro.

A SRª MARIA DO CÉU MONTEIRO – Bom dia a todos.

Agradeço ao Sr. Senador e agradeço também a esta Casa do povo, que, em nome do povo, produz leis que regulam, em concreto, o nosso meio ambiente. Agradeço, igualmente, ao Ministro Benjamin, ao PNUMA e a todas essas organizações que proporcionaram este espaço para estarmos aqui a lidar com questões que dizem respeito ao nosso meio ambiente. Agradeço à Mesa e, com isso, passo a palavra ao Sr. Ministro Antonio Herman Benjamin.

Sr. Ministro, tenha a bondade.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Srª Ministra, eu agradeço muito, mas nós, aqui, de comum acordo, invertemos a ordem. Então, o Embaixador falará em primeiro lugar e eu falarei em seguida, se ainda houver algo a dizer depois da intervenção do Embaixador.

A SRª MARIA DO CÉU MONTEIRO – Tenha a bondade.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Muito obrigado.

Bom dia aos presentes. Cumprimento o nosso Senador, saudando a Comissão pela iniciativa e dando as boas-vindas aos nossos ilustres convidados.

Eu gostaria, muito rapidamente, de tratar um pouco da importância, de como nós vemos o papel desempenhado por juízes e magistrados nas discussões internacionais sobre a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Entre os processos internacionais e temas discutidos na agenda das Nações Unidas, o meio ambiente foi, por muito tempo, considerado um tema novo, e a primeira Conferência de Alto Nível que tratou do tema, que se realizou somente em 1972, que é do conhecimento de todos, foi a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. Tratou-se de um marco central para a elevação do perfil político dos temas ambientais, a partir do qual, cada vez mais, a proteção do meio ambiente passou a ser discutida com maior intensidade e profundidade.

Essa evolução não decorreu, como poderia parecer à primeira vista, de uma própria dinâmica do sistema internacional. Ao contrário, a inclusão do meio ambiente na agenda internacional resultou da maior consciência sobre os impactos da degradação ambiental na qualidade de vida.

Já a partir dos idos de 1930, juristas pioneiros empregaram ferramentas de Direito na resolução de disputas e controvérsias internacionais em questões ambientais, como o conhecido Caso Trail, entre Estados Unidos e Canadá. E o Direito Internacional, que hoje nos orienta em tantos processos internacionais, foi construído a partir da prática efetiva desses profissionais.

De fato, os juízes têm um papel absoluta e fundamentalmente destacado na promoção da maior consciência sobre os impactos ambientais no globo terrestre e no aprimoramento dos meios institucionais do Direito Internacional para a promoção ambiental. Como bem demonstra o firme compromisso do nosso querido Ministro Herman Benjamin, o trabalho dos profissionais do Direito é fundamental para enriquecer o debate público e mobilizar as forças sociais e políticas.

No plano internacional, não posso deixar de notar a repercussão positiva da participação do nosso ilustre Ministro Benjamin no Simpósio Global sobre Direito Ambiental, realizado em Nairóbi, em junho deste ano, junto com a primeira sessão da Assembleia Ambiental do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Na atividade jurídica, encontramos a expressão concreta do desenvolvimento sustentável, como mencionado há pouco pelo nosso Ministro Luís Adams. A avaliação de forma equilibrada e integrada dos aspectos econômicos, sociais e ambientais no concreto, no fato, no diário e nas disputas que daí decorram, são situações do nosso cotidiano.

No nosso plano nacional, é notória a centralidade dos instrumentos jurídicos para proteção do meio ambiente, como demonstram leis e regulamentos específicos adotados aqui, no nosso País, sobre os quais a Ministra Izabella Teixeira mencionou duas normas, duas leis, e um projeto de lei, hoje, que deverá entrar em curso.

O papel dos instrumentos jurídicos cresceu conforme as discussões internacionais sobre o meio ambiente e foram ganhando não apenas o aumento do seu número, mas o aumento da sua enorme complexidade. Desde a histórica Conferência de 72, diversos tratados e convenções foram adotados, estabelecendo regras para a proteção ambiental e cada vez mais para o desenvolvimento sustentável. Nesse processo, as jurisprudências nacionais tiveram e continuam a ter um papel central para informar, subsidiar e compor a construção dos instrumentos internacionais.

A Declaração do Rio de Janeiro e seus 21 princípios adotados por ocasião da também histórica reunião das Nações Unidas no Rio de Janeiro, em 1992, são um caso emblemático. Essa declaração é um caso emblemático. Embora essa declaração e seus princípios sejam de natureza declaratória e voluntária, os princípios do Rio de Janeiro incorporam elementos centrais da jurisprudência internacional e, ao mesmo tempo, têm sido empregados como referência na fundamentação de sentenças, interpretação de acordos e solução de controvérsias. Esses princípios continuam referência básica na formulação de consensos políticos.

A decisão da Conferência Rio+20, há dois anos, em 2012, no sentido de confirmar os princípios do Rio de Janeiro, demonstra a sabedoria de incorporar, em um documento de ciência política, os entendimentos construídos na prática do Direito.

A contribuição da lógica jurídica para os regimes internacionais de desenvolvimento sustentável também é clara num dos mais importantes processos em negociação da atualidade, que é o da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Em contexto de enorme complexidade técnica e de disputa de interesses centrais para o desenvolvimento das nações, tal como mencionou o Presidente da AMB, qual o tipo de desenvolvimento que nós queremos? Qual o tipo de desenvolvimento a que nós aspiramos? Essa negociação de um novo acordo, um novo protocolo, um novo instrumento, sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas de Mudança do Clima, terá um papel fundamental no nosso futuro.

Então, o papel da Justiça e de seus profissionais – é importante aqui destacar, e estou seguro ser de conhecimento dos presentes – foi recentemente reconhecido na proposta dos objetivos do desenvolvimento sustentável, elaborada em negociação dos Estados-membros das Nações Unidas no ano findo. Nesse documento, que deverá ser a base da chamada Agenda de Desenvolvimento pós-2015, foi incluída a meta específica sobre o fortalecimento do Estado de direito e da garantia do acesso à Justiça por todos. Esse compromisso, a ser lançado em 2015, decorre do reconhecimento do papel fundamental da Justiça na promoção do desenvolvimento sustentável.

Eu queria aqui concluir as minhas palavras, manifestando o apreço que nós temos pela presença dos ilustres convidados, na expectativa de que esta reunião, este conversatório, possa resultar em avanços na compreensão das especificidades do desenvolvimento sustentável, nas diferenças existentes em cada país e diferentes enfoques e necessidades. Destaco o papel que as senhoras e os senhores, como magistrados, como juízes, têm na solução de controvérsias e de litígios decorrentes do cotidiano do ser humano com o seu hábitat e do ser humano na construção de uma nova norma internacional, de um novo paradigma de desenvolvimento que possa justamente alterar e colocar-nos numa via em que o ser humano consiga, sustentavelmente, utilizar as benesses do nosso Planeta e aproveitá-las.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª MARIA DO CÉU MONTEIRO – Muito obrigada por essas breves, mas belíssimas palavras, bem pertinentes em relação à matéria que temos tratado, que é o direito a um ambiente sustentável, o equilíbrio entre o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio ecológico.

Passo a palavra ao Ministro Benjamin.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Muito obrigado, Srª Ministra.

Eu queria, inicialmente, felicitar a presença entre nós do Senador Aníbal Diniz e fazer uma retificação de paraibano para acriano. O Senador Vital do Rêgo, vindo do pequenino Estado da Paraíba, chamou o Estado do Acre de pequenino Estado na Amazônia; esqueceu que o Acre é três vezes maior do que a pequenina Paraíba, o que demonstra o ego dos paraibanos em relação ao seu Estado. Nós enxergamos o Estado como tendo quase o tamanho do Brasil, e, de certa maneira, é o amor que nós temos pela nossa – aí, sim – pequenina Paraíba.

Mas o Estado do Acre é fundamental...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Acre *is the best place in the world*. (*Risos.*)

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Vejam que a modéstia não é propriamente uma qualidade dos brasileiros. E os do Acre, por sua vez, têm essa ideia de que o Acre é o centro do mundo; não só o centro da Amazônia.

Mas eu queria ressaltar que o Acre, no contexto da Amazônia, é talvez – eu digo talvez para não fazer nenhuma afirmação peremptória e não ofender os outros Estados da Amazônia –, mas talvez seja aquele que tem o melhor projeto de sustentabilidade, de retirar as pessoas da miséria convivendo com a floresta, e não contra a floresta.

E o Senador Anibal Diniz, juntamente com o Senador Jorge Viana, que neste momento está em Sidney, no Congresso Mundial de Parques da IUCN ((*International Union for Conservation of Nature*), tem tido esta missão de transformar mesmo a forma de se enxergar o crescimento econômico e transformá-lo em desenvolvimento ecologicamente sustentável. E esta ideia de "florestania" – vale dizer, viver junto da floresta, com a floresta,

aproveitando os benefícios da floresta – é a grande contribuição que o Acre vem dando para este debate nacional acerca não só da Amazônia, mas das florestas brasileiras.

Como o Embaixador Marcondes teria dez minutos, vou falar quatro, exatamente para propiciar mais tempo para os nossos convidados estrangeiros, e gostaria apenas de realçar alguns poucos pontos.

O primeiro é sobre o próprio papel dos juízes na questão ambiental, e, sobre isso, vamos ouvir muito mais nas exposições dos Ministros Lorenzetti e Sergio Muñoz. Mas eu acredito que o fato de nós fazermos este evento aqui, no Senado Federal, já indica a preocupação dos juízes não apenas com a aplicação da lei, mas com a elaboração da lei.

Ou seja, não pode haver, na questão ambiental, uma desconexão, um *gap* entre a formulação legal e a implementação da lei. Nós temos que nos informar reciprocamente, porque só assim vamos conseguir proteger de uma maneira minimamente adequada o meio ambiente que queremos salvaguardar.

Mas o papel principal do juiz – e aqui de novo nós nos afastamos do modelo tradicional – não é desenhado ou destinado a reparar ou a reprimir o dano ambiental. O papel do juiz só pode ser bem exercido no campo ambiental se nós tivermos a preocupação de prevenir o dano ambiental; ver a nossa atuação muito mais no sentido de prevenção e, cada vez mais, de precaução no contexto da degradação ambiental. Não é fácil, porque é uma alteração profunda não só do modelo jurídico dos nossos países, mas também da própria formação que nós, juízes, recebemos.

Queria agora tratar um pouco das dificuldades que nós, juízes, enfrentamos. E eu levantei aqui quatro. A minha lista é bem mais longa, mas creio que quatro dessas dificuldades bastam para bem demonstrar a importância desse tipo de exercício coletivo e multi-institucional que nós estamos realizando nesta manhã, no Senado Federal do Brasil.

A primeira dificuldade que nós, juízes, enfrentamos na proteção do meio ambiente, paradoxalmente, Senador Anibal Diniz, é a própria lei, ou a lei defeituosa, ou a lei que tem lacunas, ou a lei que se contradiz internamente ou no diálogo com as outras leis. Essa é a primeira dificuldade que nós enfrentamos. E, evidentemente, nós, juízes, não somos legisladores. Aqueles que têm a responsabilidade de elaborar e de promulgar a lei são os nossos Parlamentares. No caso brasileiro, duas casas legislativas.

A segunda dificuldade muito presente para nós, juízes, é de conhecimento. Não basta ter uma boa lei se o juiz não conhece o objeto sobre o qual vai exercer a sua atividade judicial. E nós sabemos – eu não preciso me estender aqui – da complexidade não só do meio ambiente na sua inteireza, mas dos seus elementos, dos processos ecológicos, de tudo aquilo que compõe, enfim, as bases da vida no nosso Planeta.

A terceira dificuldade é muito própria do juiz. E nós, às vezes, até nos orgulhamos de ser assim. É o isolamento.

O juiz, sobretudo o juiz de primeira instância, é solitário. E eu me recordo de colegas que fazem questão de trabalhar absolutamente de portas fechadas. Por quê? Porque o nosso trabalho é fundamentalmente algo que pode – e muitas vezes é – ser exercido adequadamente sozinho: nós, a lei e os autos. E, evidentemente, no meio ambiente, nós não podemos atuar assim. O juiz não pode ser um ator solitário, não pode ser alguém que apenas olha para a lei e esquece ou ignora as referências científicas e éticas que orientam o texto legislativo que se propõe a aplicar.

E a última dificuldade creio que talvez seja a mais difícil. É que todos nós – não apenas os juízes, mas todos nós – somos prisioneiros do etos, dos paradigmas éticos do presente.

E o juiz agrava essa situação porque nós, muitas vezes, somos prisioneiros do etos do passado, um etos revogado, um etos já incompatível com o Texto Constitucional ou com a própria lei. Isso demanda de todos nós juízes, sobretudo porque não protegemos o meio ambiente apenas para nós, mas também para as gerações futuras, em algumas circunstâncias reconhecendo o valor intrínseco à própria vida e aos processos ecológicos essenciais, que enfrentemos aqui um desafio duplo: não ser ator com o etos do presente e muito menos ator que vocaliza o paradigma ético do passado.

Eu agradeço muito.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª MARIA DO CÉU MONTEIRO – Após termos ouvido o Sr. Embaixador e o Sr. Ministro, nessa sua curta também mas importante explanação sobre o que deve ser o equilíbrio entre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, agora, vamos passar a palavra ao Sr. Senador Anibal Diniz.

Muito obrigada.

Sr. Senador, tenha a bondade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Srª Ministra Maria do Céu Monteiro.

Agora, vamos desfazer esta Mesa e iniciar, imediatamente, o segundo painel. Agora, vamos tratar da perspectiva latino-americana.

Para presidir os trabalhos, convidamos o Sr. Presidente da Corte Suprema da Malásia, o Sr. Ministro Tun Arifin Bin Zakaria. (*Palmas.)*

Convidamos também os senhores expositores: o Ministro Ricardo Lorenzetti, Presidente da Corte Suprema da Argentina, e o Sr. Ministro Sergio Muñoz, Presidente da Corte Suprema do Chile.

Por favor, Srs. Ministros, tomem assento.

Passaremos a presidência dos trabalhos ao Sr. Presidente da Corte Suprema da Malásia, o Sr. Tun Arifin Zakaria. (*Pausa.*)

Passamos, então, a presidência dos trabalhos ao Sr. Tun Arifin Zakaria.

O SR. TUN ARIFIN BIN ZAKARIA (Tradução simultânea.) – Senador Anibal Diniz, muito obrigado.

Foi pedido que eu presidisse esta sessão que trata da perspectiva da América Latina.

Os palestrantes serão o Presidente da Suprema Corte da Argentina, Ministro Ricardo Lorenzetti, e o Presidente da Suprema Corte do Chile, Ministro Sergio Muñoz.

Penso que esses dois presidentes não são estranhos ao Direito Ambiental, ao sistema de desenvolvimento sustentável, ao papel dos tribunais judiciais no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, claro, ao papel do Judiciário no desenvolvimento sustentável e também à capacitação do Judiciário acerca do desenvolvimento sustentável e o papel do legislador, para criar segurança jurídica e manter a independência do Judiciário e, certamente, o acesso à Justiça.

E não menos importante é a legalidade no desenvolvimento sustentável, que tem sido o tema da nossa discussão.

Então, sem mais delongas, eu gostaria de convidar o Presidente Lorenzetti para fazer o seu pronunciamento.

Por favor.

O SR. RICARDO LUIS LORENZETTI – Vou tentar falar em portunhol.

Obrigado pela apresentação, querido amigo Tun Arifin bin Zakaria, Presidente da Corte Suprema da Malásia.

Para mim, é uma grande honra estar aqui no Senado do Brasil, e gostaria de parabenizar os Senadores e a Comissão inteira pela realização deste seminário, muito importante para todos nós, para avaliar as perspectivas que temos na área ambiental.

Eu gostaria de fazer duas reflexões gerais sobre o passado, o presente e o futuro.

Se nós levarmos em conta os últimos 20 anos na região, eu acho que nós vemos uma direção muito clara em favor da proteção da natureza, feita pelos três Poderes do Estado.

Se nós levarmos em conta que na região há Constituições que têm a natureza como bem jurídico protegido, isso é uma clara demonstração de que, no contrato social dos países da América Latina, há uma clara definição política de qual é a direção final da sociedade, que está na Constituição e nos tratados internacionais que nossos países subscreveram.

Se nós levarmos em conta também o trabalho dos parlamentos, veremos que há muita legislação, aqui no Brasil, na Argentina, no Equador, no Chile, na mesma direção: a ideia da proteção da natureza.

Se nós levarmos em conta atividades dos poderes executivos, também veremos que há muitas iniciativas nesse sentido. E também temos os Judiciários com muita litigiosidade ambiental.

Aqui no Brasil, a liderança – o Ministro Herman Benjamin, do Judiciário brasileiro – na região é muito clara: há muitas decisões jurídicas aqui que mostram a ideia de proteção da natureza. Eu acho que isso mostra claramente que temos um diálogo de Poderes muito claro, e isso é uma política do Estado. Os três Poderes do Estado têm uma direção clara em favor da proteção da natureza.

Eu acho que o problema atual não é a definição política dos três Poderes do Estado, mas a implementação. E aqui o problema da implementação é uma atividade tipicamente do Judiciário. Agora temos tensões entre os três Poderes do Estado na fase de implementação, mas isso não é uma questão negativa. Eu acho que as tensões que nós temos entre os três Poderes do Estado na região é positiva. Eu acho que é um diálogo dos Poderes.

Por exemplo, a Ministra Teixeira contou que, no Brasil, a ideia é a de que o Executivo estabelece objetivos voluntários, o Legislativo transforma-os em compulsórios, e o Judiciário aplica isso. Isso é uma ideia clara do diálogo dos Poderes.

Isso é muito importante sempre que tomamos a mesma direção, que é a proteção da natureza.

Na Argentina, temos a mesma realidade. Por exemplo, a Corte Suprema da Argentina ordenou a outro poder do Estado a implementação de um plano de limpeza de um rio poluído. No princípio houve muita tensão, mas, após algum tempo, os políticos da região entenderam que aquilo era uma evolução para eles e uma

possibilidade de transformar a região, e agora estão implementando o plano de acordo com a decisão da Corte Suprema. Acho que esse tipo de diálogo entre os Poderes é muito positivo.

Por isso é que, se nós levamos em conta o panorama da região nos últimos 20 anos, eu acho que temos de dizer que temos uma mesma direção, que é a proteção da natureza, e que há muitas discussões em fase de implementação. Acho aqui que os poderes judiciários na região têm uma liderança nessa área porque, como disse o Ministro Benjamin, nós temos a ideia clara de que temos de proteger os recursos naturais. Por isso, o Judiciário da Argentina tem muitas decisões preventivas, aplicação de princípios, não somente de reparação de danos, mas também de prevenção e aplicação do princípio precautório.

Eu acho que, nessa questão, nós temos uma identidade regional, temos princípios próprios na região, e está muito claro para os Judiciários que temos de defendê-los. Por isso, os Judiciários da região, todos eles, estão agora aplicando muitos instrumentos preventivos e precautórios. Eu acho que esse é um tema que temos de trabalhar juntos na região. Por isso, a ideia de um instituto judiciário que tenha a possibilidade de se debruçar sobre os instrumentos dos *remedies*, as decisões concretas que tomam os distintos juízes, que têm de tomar decisões preventivas e precautórias, tem muito impacto na economia, tem muito impacto na vida social e tem muito impacto na vida política. Por isso, nós temos de trabalhar juntos no campo dos *remedies*, ou das decisões específicas que tomam os poderes judiciários da região no campo da prevenção.

Por exemplo, na última semana, nós tivemos um congresso sobre catástrofes ambientais em Santa Fé. Ficou claro que a atividade dos juízes está influindo agora, com base no princípio precautório, ao impor aos funcionários a obrigação de atuar proativamente – não se trata somente de reagir; é preciso atuar proativamente. Isso vai gerar um diálogo entre os Poderes. É muito importante que trabalhemos juntos no campo dos *remedies*, dos instrumentos concretos de implementação que os juízes estão aplicando agora na região. Por isso, acho que é muito boa a ideia de ter um instituto que possa ajudar a estabelecer algumas referências mais claras de quais são os problemas de implementação.

A segunda ideia que desejo apresentar para todos vocês diz respeito aos desafios que temos, os três poderes do Estado na região. Acho que todos nós sabemos que temos muitos recursos naturais e, como o Presidente João Ricardo diz, nós temos aqui uma região estratégica. O problema agora é que a natureza é um recurso escasso, a natureza como tal. E sempre, na história da humanidade, que um bem é escasso, observa-se a geração de conflitos sobre os recursos.

Quando a terra foi escassa, tivemos conflitos políticos, tivemos guerras. Quando a água foi escassa, tivemos também disputas muito fortes.

Eu acho que o panorama para o futuro é de conflituosidade crescente sobre a natureza como tal, que é um recurso escasso. Eu acho que a conflituosidade vai crescer.

Então, precisamos ter uma ideia clara de como enfrentar essa conflituosidade crescente da população global, mas também na região, sobre os problemas ambientais. Por isso, nós temos agora, frente a esses problemas, oposições, lutas. Temos ambiente ou desenvolvimento. E, nesses campos de oposição, nós temos que trabalhar muito, porque nossa sociedade não tem necessidade de trabalhar sempre nos campos da oposição. A tarefa dos juízes é harmonizar posições diferentes. Por isso, acho que o marco teórico geral é a harmonização das posições diferentes. Nós temos de trabalhar juntos, os três Poderes do Estado, para definir claramente uma compatibilidade entre o sistema ambiental, o sistema econômico e o sistema político-institucional.

Agora vamos em direções diferentes. Por exemplo, não somente temos de ter legislação proibitiva no campo econômico: temos de criar incentivos positivos. Em nossa região, temos a possibilidade de um desenvolvimento sustentável sobre a base de uma nova economia. Uma nova economia, por exemplo, no campo dos alimentos, no campo das energias. E eu acho que não temos necessidade de ver o desenvolvimento sustentável como uma crise, como um conflito permanente. Temos a possibilidade, na região, de estabelecer um novo campo de incentivos econômicos para o desenvolvimento. Essa é uma possibilidade muito clara. É uma definição de política de Estado dos três Poderes na região.

É por isso que eu acho que, agora, os poderes judiciários da região estão trabalhando nisso, porque temos muitos poderes judiciários que estão tratando de conciliar posições diferentes nos conflitos, mediante audiências públicas e processos em que participam as comunidades indígenas, processos em que participam distintas posições das comunidades, para harmonizar. Eu acho que o que o João Ricardo disse da ideia de definir com clareza o conceito de desenvolvimento sustentável é uma questão que já estamos discutindo nos poderes judiciários da região.

Por isso, eu acho que, também nesse campo, é muito importante trabalhar um instituto judicial que facilite a tarefa dos Judiciários da região. Agora, temos muita responsabilidade em nossas mãos: definir as questões relativas ao desenvolvimento sustentável, harmonizar grandes conflitos político-sociais. Os Judiciários não

têm possibilidades reais de administrar toda essa conflituosidade. Por isso, temos de trabalhar juntos com os outros Poderes do Estado e avançar.

Para concluir, eu acho que temos, na região, uma clara direção política, jurídica, constitucional, legislativa, com decisões judiciais em favor da proteção da natureza. O que temos de trabalhar agora, na fase de implementação, é na concordância dos três Poderes do Estado em algumas questões concretas. E também temos de trabalhar juntos na parte de harmonização dos conflitos sociais e econômicos que temos agora nos poderes judiciários.

Eu acho que é uma grande tarefa do futuro. Por isso, me parece muito importante esse tipo de reunião, em que todos nós estamos dialogando e trocando ideias. Também desejo agradecer o apoio que todos vocês mencionaram à ideia de um instituto judicial que permita esse intercâmbio e cooperação entre visões distintas.

A região latino-americana tem avançado muito na proteção da natureza. Eu penso que, se nós virmos os últimos 20 anos, temos mudado. Já temos uma verdadeira identidade latino-americana no campo da proteção ambiental.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. TUN ARIFIN BIN ZAKARIA (Tradução simultânea.) – Obrigado, Presidente Lorenzetti, pelas suas discussões detalhadas da região. Você falou do desenvolvimento constitucional, da criação de Constituições que preservam o ambiente, a questão do papel do Judiciário e, principalmente, de como harmonizar os três ramos do governo para chegar ao desenvolvimento sustentável.

Eu, agora, convido o segundo palestrante, o Presidente Sérgio Muñoz. Por favor.

O SR. SERGIO MANUEL MUÑOZ GAJARDO (Tradução simultânea.) – Eu acredito que a jurisdição tem um papel muito importante no que se refere ao desenvolvimento sustentável no nosso mundo. Não estamos, de forma alguma, chamados para resolver conflitos de desenvolvimento, mas, sim, para orientá-los. Nesse sentido, eu acredito que é conveniente vermos a possibilidade de tornar congruente o desenvolvimento com respeito à natureza. É o chamado "feito" pelo povo às autoridades e ao desenvolvimento econômico dos empresários. Seria como trabalhamos esse desenvolvimento sustentável.

Desse ponto de vista, eu acredito que a democracia é o melhor sistema de governo que nos permite trabalhar nesses esforços. Então, a democracia está orientada para a participação responsável de toda a população. Esse é o aspecto fundamental que devemos considerar no momento de falar de um desenvolvimento sustentável. Então, as pessoas têm direito a expressar-se, têm direito a manifestar o que pensam com relação aos problemas fundamentais e às decisões mais relevantes da nossa sociedade. Entre essas matérias, encontra-se o meio ambiente e como nos orientamos no desenvolvimento e na utilização do meio ambiente.

Assim, eu acredito que é aqui onde devemos levar adiante um desenvolvimento equilibrado ou sustentável na utilização dos bens que nos proporciona a natureza. Muitos desses bens são não renováveis no tempo.

A sustentabilidade se definiu como a satisfação das necessidades da sociedade brasileira presente sem, de alguma forma, comprometer o que seria a utilização desses mesmos bens pelas gerações futuras.

É aqui onde a responsabilidade está para definir um desenvolvimento para o efeito de complementar o que é a normativa, a aplicação que é feita dela e como nos desenvolvemos como sociedade. São os três pilares fundamentais sobre os quais deve ser centrada toda a nossa observação.

Também, nessa coordenação de esforços, devemos trabalhar no que seria a perspectiva internacional e a local, porque muitas vezes os governos e os Estados desenvolvem toda uma atividade, inclusive de reconhecimento de declarações de direitos que vão muito mais além do que internamente estão dispostos a reconhecer.

Então, tudo isso origina um grande problema que temos atualmente no mundo pelo uso dos recursos naturais. Isso não é nada mais do que o uso que fazem os Estados locais. Assim, o dano causado não é senão consequência do uso de cada um dos Estados; é aqui onde entra a observação dos chefes da jurisdição. Para quê? Para poder harmonizar o que é o ordenamento jurídico nacional e internacional com as práticas que levam adiante cada um dos empresários nos nossos países e, além dos nossos empresários, dos governos e da autoridade administrativa.

Ricardo falava dessa necessária coordenação de esforços entre os Poderes do Estado, e também devemos falar dessa necessária coordenação de esforços entre o ambiente nacional e o internacional, entre o que é o empresariado e também a utilização dos recursos naturais. Todos eles devem coordenar os seus esforços. E a jurisdição é chamada para efetuar essa coordenação, se necessário, através de suas determinações.

Nesse sentido, afirmou-se que o desenvolvimento de uma política que implemente uma proteção efetiva e uma justiça em matéria de meio ambiente não se compõe somente do que possam ser os magistrados, mas também deve levar em consideração o que é o desenvolvimento da legislação ou o estatuto pelo qual os juízes vão realizar a sua missão.

Também, uma vez estabelecidos esses estatutos, os juízes efetivamente devem aplicá-lo. E qual é o primeiro trabalho que nasce nessa observação entre o estatuto e a aplicação? Está relacionado à facilidade com que os governos muitas vezes fazem declarações e também ratificam convenções que alguma jurisdição disse que precisa de estatutos de implementação dentro dos Estados.

Contudo, a observação de alguns – acredito que, do ambiente latino-americano – foi de que não existe divórcio entre o direito internacional e o direito nacional. Portanto, é somente um. E nós, os juízes, devemos aplicar um estatuto, sem complexos. Se não é uma legislação internacional que imponha uma regulamentação determinada, pelo menos servirá como um critério de interpretação, e o Estado não poderá fazer nada contra o que foi feito e aprovado.

Posteriormente, teremos a capacitação contínua dos atores. E essa capacitação contínua dos atores, que estão sendo chamados para terem alguma incidência no desenvolvimento, está tanto no âmbito internacional quanto local. E no âmbito local, está no aspecto da determinação ou da criação dos estatutos jurídicos e também na sua aplicação.

E aí é onde nasce essa iniciativa, sendo muito adequado criar-se um instituto judicial que se preocupe em conhecer todos os aspectos relacionados a uma normativa internacional. Mas, o mais importante é que nós vamos conhecendo também os diferentes países: como desenvolvemos a aplicação dos diferentes estatutos dentro dos nossos países? Assim, podemos ver como outras realidades aplicaram os princípios preventivos e de precaução que são chamados para nos adiantarmos aos prejuízos e para que isso não se produza dentro dos nossos países.

E, se fortalecermos além do que são os mecanismos de controle que desenvolve a autoridade administrativa, eu acredito que poderemos fazer uma conversa muito presente para nos antecipar a qualquer dano.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MANUEL MUÑOZ GAJARDO (Tradução simultânea.) – E, aqui, é onde nasce também o trabalho dos tribunais e da jurisdição: em muitos desses aspectos, em dar sequência a um controle também com relação à autoridade administrativa, para que eles realizem uma atitude propositiva e uma ação de ofício no que se refere à conservação do meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável. E reitero: não para discutir, não para enfrentar o que é a natureza do desenvolvimento, mas, sim, para torná-lo compatível no futuro.

Eu acredito que esse seja o maior desenvolvimento que nós podemos entregar às gerações futuras, com relação a um procedimento rápido e compreensível de ampla participação e que, de alguma forma, permita a ação de ofício, inclusive dos tribunais. É o caminho adequado para ajudar e para complementar o que é um desenvolvimento sustentável.

Então, é o que nós acreditamos que deve ser considerado e que acreditamos, de alguma forma, deve ser considerado, porque é nossa responsabilidade, hoje, desenvolver toda a atividade para que as gerações futuras, conhecendo o que nós dizemos, possam ver, de alguma forma, que realizamos o que é adequado. Esse é o chamado que nós queremos, que nós devemos concretizar atualmente para entregar posteriormente o testemunho a outras gerações, para que sigam implementando remédios ou prevenções tão adequados como os que nós realizamos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. TUN ARIFIN BIN ZAKARIA (Tradução simultânea.) – Tivemos a apresentação...

Eu acho que é preciso enfatizar o papel da democracia, o direito da República de expressar o seu ponto de vista. Há um papel fundamental, além do papel da lei, que nós temos enfatizado. Eu acho que é uma questão muito importante para se enfatizar e que foi levantada agora pelo Sr. Presidente.

Outra questão de que o Sr. Presidente Muñoz falou foi a questão dos princípios, que ele tratou em detalhes. Eu acho que esses dois palestrantes, o Presidente Lorenzetti e o Presidente Muñoz, cobriram o desenvolvimento da região, e, com certeza, podemos aprender muito com o que nos disseram nesta manhã.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, senhores.

Imediatamente, vamos convocar o último painel, que trata da perspectiva internacional.

Para presidir este painel, convidamos à Mesa o Sr. Ousmane Batoko, Presidente da Suprema Corte de Benin e Presidente das Cortes Judiciárias Supremas Francófonas. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Convidamos também, como expositor, o senhor representante do Programa das Nações Unidas, de Nairóbi, Sr. Arnold Kreilhuber. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Também a Srª Claudia de Windt, da Organização dos Estados Americanos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Srª Edith Weiss, Professora da Georgetown University,

Luc Lavrysen, Ministro da Corte Constitucional da Bélgica e Presidente do Fórum de Juízes pelo Ambiente da União Europeia. *(Pausa.)*

Sr. Robinson, por favor, tome assento na primeira fila.

A Srª Ragnhild Noer, Ministra da Suprema Corte da Noruega, aqui conosco.

Passo a presidência dos trabalhos ao Sr. Batoko.

O SR. OUSMANE BATOKO (Tradução simultânea.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Não temos intérprete de francês. *(Pausa.)*

O.k.

Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Arnold, que é do PNUMA, Nairóbi, para a sua apresentação.

Por favor.

O SR. ARNOLD KREILHUBER (Tradução simultânea.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É um prazer estar aqui e falar com todos vocês hoje.

Juízes são custódios da Justiça Ambiental. A nossa colaboração e cooperação e o nosso apoio ao Judiciário pelo mundo são as ferramentas de construção de um marco legal ambiental. E o Brasil está se tornando um centro desses debates pelo mundo. As trocas entre o Judiciário, Legislativo com discussões e debates sobre o papel da Justiça Ambiental, assegurando o desenvolvimento sustentável como um todo.

Já foi mencionado hoje que organizamos o Congresso Mundial sobre a Justiça Ambiental, há dois anos, no Brasil. Há apenas dois dias, falamos em reunião da Associação Internacional de Igrejas sobre esse mesmo assunto e, hoje, estamos aqui no Senado brasileiro. E, nesse processo, temos o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores, também a Associação de Magistrados do Brasil e para o Congresso Mundial – especialmente a Associação de Magistrado do Rio de Janeiro apoiou muito nossos esforços.

Mas por que o Marco Legal ambiental é tão importante e a Justiça Ambiental é tão importante para o futuro?

Olhando os desafios ambientais, cada vez maiores, o mundo inteiro está se voltado para o Direito Ambiental, para as constituições e para a legislação, buscando ferramentas para prover a Justiça Ambiental. Essas ferramentas de desenvolvimento estão se tornando mais centrais e essenciais para assegurar o desenvolvimento sustentável.

Na realidade, o PNUMA está à frente do desenvolvimento da Lei Ambiental nos últimos 40 e 50 anos. A legislação, a legalidade ambiental pode assegurar à Justiça Ambiental um desenvolvimento sustentável. Justiça é um termo que todo mundo entende. Todo mundo entende o que é justo e injusto, mas realizar isso, concretizar isso no meio ambiente é muito mais desafiador, é claro.

Mas vimos o sucesso das últimas décadas, em nível internacional, que é o tópico desta Mesa. Vimos o sucesso do Protocolo Montreal, para tirar as substâncias que agridem a camada de ozônio, e ouvimos hoje que o Judiciário no mundo inteiro começou, audazmente, a interpretar as várias leis ambientais que foram promulgadas nos últimos anos. Então, esses são sucessos.

Além disso, os legisladores, em nível nacional, têm ajudado constantemente a evoluir o arcabouço legal do meio ambiente, e nós no PNUMA acreditamos que é sucesso, pois temos mais de 130 constituições nacionais nesta era, que garantem o direito a uma melhor qualidade de vida, um ambiente limpo, qualitativa e saudável. Isso é um sucesso. E nós dá essa obrigação, como sociedade, de realizar essas obrigações constitucionais.

As leis ambientais possibilitam o desenvolvimento sustentável e o uso sustentável do meio ambiente. Assegurar esses direitos em constituição e legislação ajuda a fazer valer as regulamentações e requer proteções ambientais, como avaliações de impactos ambientais e regras para uso de recursos naturais. Já ouvimos hoje que serem escassos eles definem regras para as pessoas, tais como a exploração de forma equitativa e justa. Isso é muito importante no futuro.

Analisando os desafios ambientais de maior porte que encaramos hoje na utilização de recursos genéticos para combater o comércio ilegal e para lidar com a mudança climática, tudo isso não vai ser possível sem o envolvimento dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Então, todos vamos ter que trabalhar juntos, pois a lei vai desempenhar um papel fundamental para frente.

Quais são os desafios? Claramente, um desses desafios já neste ano, 2014, refere-se à legalidade ambiental, que não mais será assunto só para advogados; a legalidade afetará todos, porque todos somos afetados. Então, isso vai ser um desafio adiante.

Nós vimos que o mundo foi no caminho de criar tribunais ambientais. Mas ainda temos desafios em assegurar que tenha uma política de portas abertas e que envolva a todos.

O fato de que as pessoas ainda estão hesitantes em entrarem com processo em áreas ambientais é uma barreira que precisa ser lidada, e acesso à Justiça vai ser um quesito chave daqui para frente. Por que isso é

tão importante? Porque nós vimos, claramente, em níveis internacionais, que isso afeta a paz, a segurança e os direitos humanos.

No ano passado, o Conselho de Segurança da ONU relacionou o tema paz e segurança à exploração ilegal de recursos naturais em dois países. Então, existe um reconhecimento crescente de que a violação do Direito Ambiental tem efeitos muito sérios.

A Europa lidou com questões ambientais e de direitos humanos, portanto, a nossa cooperação para com a Comissão da ONU de Direitos Humanos tem mostrado uma ligação muito clara entre diretos humanos e o meio ambiente, mostrando que tem um papel vital o acesso às principais necessidades, demonstrando que o Direito Ambiental e os direitos humanos podem afetar esse acesso e também um ou outro no processo.

Agora, um dos desafios mais para frente, é claro, especialmente em 2014 e 2015, será o equilíbrio entre o Direito Ambiental, o direito social e direito econômico. Discutíamos uma agenda de desenvolvimento para depois de 2015, mas isso abre grandes oportunidades para fortalecer direitos ambientais e o papel do Judiciário em assegurar que existe justiça nessa nova agenda de desenvolvimento. Esse é um desafio, mas também gostaria de salientar que também é uma grande oportunidade para todos nós também.

Qual é o outro lado dessa moeda? Bem, claramente vimos, nas últimas décadas, que a Justiça Ambiental e direitos ambientais estão associados com conflitos e não são efetivamente realizados, senão efetivamente implementados, se não temos um Judiciário no mundo que leve isso muito a sério e coloque nesse papel de garantidor de Justiça Ambiental. Quase 40% de conflitos internos, nos últimos 60 anos, foram ligados ao meio ambiente e à exploração de recursos ambientais. Isso é claramente algo que precisamos manter em mente em âmbito internacional e que precisa da cooperação, como foi mencionado hoje, entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, para lidar com isso efetivamente.

Ainda existe uma lacuna de implementação. Se você contrasta o grande número de direitos ambientais com o estado do ambiente que foi capturado pelo relatório GEO-5 podemos ver que o ambiente ainda está sendo degradado. Então, precisamos assegurar que o que colocamos nas palavras, em termos de leis, realmente é implementada e, na prática, isso de novo salienta o trabalho do Judiciário, salienta o debate que estamos tendo hoje em assegurar que existe uma política de portas abertas para o público nos ajudar a assegurar que esses direitos se tornem realidade.

Eu gostaria de salientar, em termos de desafios, os crimes ambientais, tais como o comércio ilegal da biodiversidade, que teve grande notoriedade nos últimos anos. Isto é um problema crescente que afeta espécies ameaçadas, assim como também o desmatamento ilegal. Então, crime ambiental, hoje, é um problema crescente, decorrente do tráfico ilegal de biodiversidade, do contrabando de materiais perigosos – repito –: é um problema crescente em termos de números financeiros e compete com o número oficial de assistência de desenvolvimento. Então, se estamos perdendo, em termos de receita nacional, cerca de US$70 a US$230 bilhões por ano, isso comparado com os cerca de US$270 bilhões, podemos ver alguns desses efeitos se não fortalecemos a legalidade ambiental.

Na frente, precisamos manter esse diálogo entre o Judiciário, o Legislativo e o Executivo, já que os fatos estão aí, presentes, pois o desenvolvimento sustentável não vai ser alcançado se não tivermos a legalidade no meio ambiente. Precisamos assegurar a continuidade de provermos recursos para promover e desenvolver leis claras e implementáveis, assegurando maneiras legais e práticas de aumentar a transparência e fortalecer o acesso à Justiça e à informação, como participação pública na legalidade ambiental. Todos nós, aqui nesta sala, para fazer isso acontecer, precisamos de um diálogo contínuo entre os Poderes do Governo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. OUSMANE BATOKO (Tradução simultânea.) – Muito obrigado, Arnold Kreilhuber.

Tem a palavra a Srª Claudia de Windt.

A SRª CLAUDIA DE WINDT (Tradução simultânea.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Falha na gravação.*)

A SRª CLAUDIA DE WINDT (Tradução simultânea.) – (...) do Senado brasileiro pela hospitalidade e acolhimento nesta audiência. É um grande prazer para mim estar aqui com todos os senhores e tão distintos colegas de todas as partes do mundo em representação dos Organização dos Estados Americanos.

Realmente, já se disse bastante nesta manhã, e acredito que não é necessário aprofundar sobre muitos dos pontos que foram ditos. Contudo, eu gostaria de falar um pouco da perspectiva das Américas sobre esse tema. A Organização dos Estados Americanos, criada em 1948, em sua Carta, estabelece que um dos seus propósitos essenciais é a prevenção de situações que possam ser causa de conflito, tensões que possam dar lugar entre os Estados ou em nível interno nesses países, ou seja, a busca pela paz e democracia. Dessa forma pensarmos, no trabalho, como Poder judicial é fundamental. Já ouvimos, em vários momentos, o papel conciliador, o papel harmonizador que tem o juiz. Nas Américas, isso é muito mais relevante. Estamos em um Continente

onde temos mais de 70 bacias compartilhadas, bosques e outros ecossistemas que são vitais para a qualidade de vida de cada cidadão e para o Planeta.

Outro tema importante que foi mencionado é a democracia. A Carta Democrática diz que a preservação do meio ambiente contribui para a democracia e que a boa governança e a aplicação efetiva dos tratados são a única forma de alcançar o desenvolvimento sustentável.

Os enfoques utilizados para trabalhar no fortalecimento da legislação ambiental, incluindo o grande desafio que é a sua aplicação efetiva, incluem nesse diálogo que tanto ouvimos esta manhã entre os três Poderes de Estado: o Legislativo, o Executivo – onde começamos a dar os nossos primeiros passos no desenvolvimento do Direito Ambiental nesta região – e o Poder Judiciário, tema que nos reúne hoje.

Como foi dito, as diretrizes, em nível de visão ou de política internacional, estão sumamente claras, mais ainda nas Américas, onde temos 24 Constituições que estabelecem o direito ao meio ambiente sadio. Contudo, a brecha de conhecimento de como traduzir o que significa esse direito para cada cidadão está aí; a brecha no acesso à Justiça segue aí. Como podemos respeitar a lei se não a conhecemos e se não conhecemos os princípios e os instrumentos que nós temos para fazê-la valer?

Acredito que, em matéria ambiental, temos uma vantagem muito importante, e o direito internacional se desenvolve de fora para dentro, tem uma influência no que é a política ou o que é hoje a jurisprudência de cada um dos países. Isso contribui para que exista uma maior harmonização e que possamos ir avançando também, juntos nessa construção, de alguma forma ou outra, de forma que possam abordar e conciliar dificuldades.

Outro tema fundamental é a necessidade de ter um Poder Judiciário independente, que trabalhe para realizar esses objetivos da justiça social e da igualdade. Nós, na OEA, acabamos de adotar uma visão, uma declaração de visão estratégica que diz que a organização não pode estar muito longe das pessoas, deve estar mais próxima das pessoas. O juiz deve estar mais próximo das pessoas, ele tem as portas abertas para fazer justiça. Então, esse trabalho nos parece fundamental para alcançar essa agenda e a Política Internacional de Desenvolvimento Sustentável. Já se falou de vários desafios que há no fortalecimento da capacitação e no desafio que enfrentam os juízes diariamente, mas, com relação ao que estivemos conversando, uma grande parte do nosso trabalho está em trabalhar no fortalecimento das capacidades, em alcançar que os nossos juízes possam ter as ferramentas necessárias para fazer a justiça. Temos mais de 200 acordos multilaterais ambientais que são vinculantes em todos os nossos países. Um acervo de conhecimento imenso.

Mas há princípios fundamentais, como o princípio dos rios, que foi mencionado hoje, como outras ferramentas que podem ajudar a facilitar essa tarefa do juiz a alcançar um melhor conhecimento ou domínio das interações que existem entre o Direito Ambiental e a problemática socioeconômica que se dá diariamente nos nossos países.

Então, acredito, igualmente, como mencionava Lorenzetti, que o conflito está na ordem do dia no nosso Hemisfério e que, sem o trabalho conjunto entre o Judiciário, o Legislativo e o Executivo, não poderemos prevenir, diminuir, nem solucionar esses conflitos para o bem-estar da nossa sociedade.

Vocês têm uma informação muito básica sobre o programa que estamos trabalhando com os nossos sócios, o PNUMA e a Comissão de Direito Ambiental. E algumas mensagens do que foi sentir, no marco da nossa Assembleia Geral de Juízes, Legisladores como vocês que nos acompanham neste dia e representantes do Poder Executivo. Como foi dito, sem sustentabilidade não há desenvolvimento. A igualdade deve estar no centro, mas principalmente no ser humano. A Justiça deve trabalhar na pessoa e para isso o conhecimento dos seus princípios básicos fundamentais.

E com isso eu finalizo.

Muito obrigada.

O SR. OUSMANE BATOKO (Tradução simultânea.) – Obrigado, Claudia.

Concedo a palavra a Srª Edith Weiss, Professora da Georgetown University.

A SRª EDITH WEISS (Tradução simultânea.) – Sr. Presidente, distintos convidados, eu quero chamar a atenção para um grupo que não está representado aqui: as futuras gerações. O desenvolvimento sustentável tem em si um elemento crítico que é olhar o futuro e o impacto da mudança do clima, da biodiversidade, da contaminação tóxica das águas e dos lagos sobre as futuras gerações.

O princípio de equidade intergeracional, que foi confirmado em detalhes recentemente pelo relatório do Secretário-Geral da ONU, em setembro de 2013, diz que todos temos o direito de usar e nos beneficiar do ambiente, tratando questões severas de equidade hoje, mas temos também a obrigação de passá-lo em condições não piores do que o recebemos com três subcomponentes: opções e diversidade, qualidade de recursos e de acesso a recursos.

Os juízes e o Judiciário têm um papel essencial em assegurar essa implementação. E eu quero dar crédito especialmente hoje ao Antonio Benjamin que tem tido um papel importante no Brasil, nas Cortes, no reco-

nhecimento dessa obrigação para as gerações futuras. E também ao Antonio Cançado Trindade, Juiz da Corte Internacional de Justiça, que mencionou seu intento no painel da minha universidade, quando estávamos articulando esse princípio de equidade intergeracional – depois ele foi presidente da Corte Interamericana e levou esse princípio.

Hoje eu quero ver especificamente como implementar nas Cortes essa equidade. Também vou citar exemplos no mundo. Não podemos falar de todos os países mas escolhemos uma Corte em um país de cada Continente. E eu quero dividir em questões de procedimento, questões substantivas e uma questão sobre danos.

Quanto às questões de procedimento, o fato é: como deixar uma posição para as futuras gerações? Isso foi nas Filipinas, quando uma Corte das Filipinas deu o direito às crianças como representantes das futuras gerações também para assegurar a proteção de uma área com grande variedade ecológica. Então ele usou o princípio de equidade intergeracional para decidir na Corte.

A Corte de Justiça Internacional, em 1985, houve um caso em relação a armamentos nucleares, tratando de uma questão da Nova Zelândia, chegou à conclusão de seu caso representando também as futuras gerações.

A terceira questão é a da prescrição, que, muitas vezes, ela é levantada em casos ambientais que podem ter implicações de longo prazo para as futuras gerações e a possibilidade de eliminar a prescrição de casos que teriam danos para as futuras gerações.

Vamos falar das questões substantivas. Aqui nós temos algumas provisões constitucionais, outras estatutárias, que são muito úteis. Eu quero falar do sul da Ásia, aqui o continente da Índia, em que a Suprema Corte tem vários casos lidando com essa questão.

Equidade intergeracional tem se dito que faz parte do desenvolvimento sustentável. Na interpretação, por exemplo, da política da força nacional no Estado de Himachal Pradesh, ouvi uma citação dizendo que, afinal, a geração presente não tem direito de depredar as florestas, deixando nada para as gerações futuras. Isso também foi aplicado na interpretação do que surgiria de declarações de impacto ambiental, incluindo a avaliação dos efeitos na equidade intergeracional. E foi aplicado em tanques de água históricos e outros lugares naquele país.

Olhando a África e o Quênia, uma decisão de 2006 da Corte Superior lá falou da equidade intergeracional como um efeito específico sobre a construção de um esgoto.

Olhando a Austrália e a Nova Zelândia, nós vemos que há vários estatutos, em nível federal, na Austrália, reconhecendo o princípio da equidade intergeracional como parte de um princípio de sustentabilidade ecológica.

As cortes em New South Wales, por exemplo, têm vários casos em que aplicaram isso, assim como as cortes da Nova Zelândia, com sua própria corte ambiental aplicando a equidade intergeracional para chegar a resultados em casos de pescaria e de venda de peixes.

A Hungria tem um auditor das futuras gerações, que foi estabelecido pelo parlamento na Hungria. Um dos casos que estão tentando trazer é parar a conversão de um campo agrícola orgânico a um que receberia muitos pesticidas, tóxicos, com uma contaminação possivelmente permanente.

Então, o que eu quero dizer é que, se olharmos o componente substantivo, veremos que a interpretação do desenvolvimento sustentável ecologicamente ou outros dispositivos constitucionais foram usados para tratar dos interesses das futuras gerações no contexto das declarações de impacto ambiental e de assegurar a Justiça para a geração atual e para a futura.

Finalmente, uma palavra sobre danos. Por que queremos prevenir que ocorra o dano, especialmente se estamos falando de gerações futuras? Mas há algumas implicações sobre como calcular os danos que ocorrerem. Por exemplo, a contaminação dos lagos pode significar pelo menos 100 anos antes de poder eliminar substâncias tóxicas dos lagos. E vemos quantas pessoas valorizam os lagos hoje. Mas isso não nos responde o que é necessário para assegurar a conservação para o futuro. Então, podemos fazer novos cálculos de danos, desenvolver novas maneiras de calcular esses danos.

Para concluir, eu quero falar da necessidade de os juízes se tornarem críticos em assegurar que as gerações futuras, que não estão aqui, sejam representadas hoje, para que possamos respeitar e não apenas assegurar a Justiça hoje para o ambiente, mas a Justiça amanhã para o ambiente.

Eu acho que quando olhamos, no mundo inteiro, os casos que já vieram e que estão aparecendo em cortes nacionais e subnacionais, podemos angariar muitas ferramentas úteis para levar isso à frente.

Agradeço muito a honra de estar com vocês aqui hoje. (*Palmas.*)

O SR. OUSMANE BATOKO (Tradução simultânea.) – Muito obrigado, Edith.

Passo a palavra ao Sr. Luc Lavrysen, Ministro da Corte Constitucional da Bélgica e Presidente do Fórum de Juízes pelo Ambiente da União Europeia. (*Falha na gravação.*)

O SR. LUC LAVRYSEN (Tradução simultânea.) – ... falou de avaliação de impactos ambientais. O Fórum também está envolvido nas atividades da Convenção Aarhus, que é a convenção da ONU sobre acesso à in-

formação, participação pública em decisões, acesso a questões de Justiça e ambientais e, especialmente as atividades da força-tarefa do acesso à Justiça.

Os membros do Fórum participaram das diferentes reuniões da força-tarefa e também se envolveram na preparação de suas atividades de capacitação para os juízes. Eu acho que não deve ser uma surpresa que o Fórum de Juízes para o Ambiente tem um interesse particular no acesso à Justiça em questões ambientais.

Olhando o passado, pode-se dizer que, com exceção de alguns Estados-membros da União Europeia com grande acesso à provisão da Justiça para cidadãos e ONGs ambientais, como Portugal, Letônia, Reino Unido, Irlanda, Países Baixos e França, na maioria dos Estados-membros da União Europeia o acesso à Justiça para proteção do ambiente era antes difícil para indivíduos e grupos defendendo interesses coletivos.

Então, em alguns Estados-membros, o acesso à Justiça ainda é muito caro. Nós acreditamos que a Convenção Aarhus e as suas provisões de implementação da União Europeia estão causando uma mudança lenta, mas contínua, para mais acesso à Justiça para a proteção do ambiente.

Um papel importante nesse aspecto é do Comitê de Adesão à Convenção Aarhus e também a Corte de Justiça da União Europeia. Como vocês sabem, o terceiro pilar da Convenção Aarhus lida com esse acesso à Justiça e também dá aos membros do público e às ONGs o direito de ir aos tribunais para defender o ambiente e combater as violações da Lei Ambiental.

O Comitê de Adesão funciona sob a Convenção e, particularmente, os membros do público podem fazer comunicações em relação à adesão à Convenção. E é excepcional o fato de que as convenções internacionais aceitem que membros do público iniciem um mecanismo de adesão. E também provou ser a maneira mais utilizada de iniciar esse mecanismo de adesão, já que 105 dos 106 casos – isso até 6 de novembro deste ano – foram apresentados ao Comitê dessa maneira.

O Comitê de Adesão, até agora, tem tido a oportunidade de interpretar alguns desses dispositivos da Convenção ao lidar com essas comunicações do público. E eu acredito que as recomendações do Comitê de Adesão são muito importantes para orientar os Judiciários nacionais na interpretação da Convenção. Também a Corte de Justiça da União Europeia tem um papel crucial porque a União Europeia é um membro da Convenção Aarhus e essa Convenção faz parte da lei europeia. E a Corte de Justiça tem a competência de estabelecer interpretações vinculantes dessas convenções para os Judiciários nacionais.

A Corte já realizou dez julgamentos relacionados à interpretação do art. 9 da Convenção Aarhus. E essa é uma ferramenta muito forte. Então, há a evidência clara de que, sob a influência da Convenção Aarhus – isso é o comitê de adesão às decisões da Corte de Justiça –, os juízes de vários Estados-membros estão reinterpretando as disposições de acesso à Justiça quando o próprio legislador não está agindo para alinhá-los com a Convenção Aarhus.

Finalmente, já foi mencionado que há uma ideia de criar um instituto judicial global. Como eu indiquei na minha introdução, o PNUMA e o grupo de juízes do PNUMA foi crucial para a criação do nosso fórum da União Europeia. Sem o PNUMA e as iniciativas, o Fórum não existiria. Eu acho que devemos dar uma vida mais institucional, digamos assim, a esse programa de juízes para ser sustentado. Eu acho que o Instituto Judicial Global para a Lei Ambiental, lidando com essas questões de maneira sustentada, é crucial para melhorar a área judicial não só nos países em desenvolvimento. Eu já disse que, em Johanesburgo, em 2002; também o mundo desenvolvido está treinando seu judiciário para melhorar o seu conhecimento em implementação da Lei Ambiental.

Então, em nome do Fórum de Juízes pelo Ambiente da União Europeia eu posso dizer que nós apoiamos muito essa ideia e estamos contentes com que o PNUMA continue trabalhando nessa iniciativa.

Obrigado pela sua atenção. (*Palmas.*)

O SR. OUSMANE BATOKO (Tradução simultânea.) – Obrigado, Luc.

Agora, gostaria de passar a palavra para Nicholas Bryner, Pesquisador da Universidade George Washington, nos Estados Unidos.

O SR. NICHOLAS BRYNER – Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma grande honra estar aqui com vocês.

Eu gostaria de falar em português. (*Falha na gravação.*)

O SR. NICHOLAS BRYNER – ...Anibal Diniz, Vital do Rêgo e toda a Comissão... (*Falha na gravação.*)

O SR. NICHOLAS BRYNER – ...ajudaram na realização deste evento.

Eu me sinto privilegiado, mas também muito humilde em estar aqui, numa Mesa, com os eminentes juristas e Magistrados que temos aqui.

Eu não quero repetir muito o que já foi falado aqui – já ouvimos muitos pontos importantes sobre o papel do juiz e os desafios que os juízes enfrentam nas questões ambientais –, mas quero relatar um pouco sobre a reunião que tivemos, na quarta-feira última, numa sessão plenária da União Internacional de Magistrados, onde reunimos muitos Magistrados de alto nível de quase todos os continentes.

As falas lá pronunciadas estavam focalizadas em alguns temas principais, como o papel dos juízes na interpretação e implementação de Direito Ambiental e o papel dos juízes em promover o Estado de Direito Ambiental. O acesso à Justiça, mas também assegurar o respeito não somente pelo procedimento do Direito mas também pelo conteúdo, dando efeito ao Direito Ambiental na constituição, nas leis e nas outras normas elaboradas pelo Congresso, pelo legislador. E também os desafios que os juízes enfrentam em fazer tudo isso.

O papel do juiz, como já foi dito, inclui várias coisas, mas eu quero só listar alguns pontos que foram elaborados como ideias. O juiz tem vários papéis, que inclui aplicar a lei, ser uma voz independente para completar o ciclo de fiscalização e tramitação do Direito Ambiental, o último passo em implementar o Direito Ambiental.

Ensinar ao Governo, mas também ao público sobre as suas responsabilidades e os seus deveres, que têm origem na constituição ou na lei assim promovendo o Judiciário a uma transformação social que, realmente, tem origem na constituição, uma transformação de consciência.

O papel é manter uma perspectiva de longo prazo, livre de preocupações imediatas, devido a sua independência e também proteger os interesses difusos e os interesses de minorias, inclusive os interesses de futuras gerações, como a Profª. Weiss acabou de falar. Esses interesses nem sempre são respeitados, nem sempre foram respeitados em nosso sistema tradicional, ou no sistema ocidental de Direito.

No Brasil e em vários outros países nós temos visto que existem muitas técnicas, muitas ferramentas para o Judiciário lidar com essas questões e para tratar dos interesses difusos e os interesses vulneráveis. Estas ferramentas incluem a responsabilidade objetiva para danos ambientais; o princípio de precaução, que o Ministro Lorenzetti falou hoje; o relacionamento entre os direitos humanos e o meio ambiente; o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os processos ecológicos essenciais para a natureza; a inversão do ônus da prova; o acesso à Justiça, quer dizer, não apenas a oportunidade de o cidadão interpor uma ação, iniciar um processo, mas também o entendimento amplo da legitimidade passiva; afastar a possibilidade de dizer que "eu segui o padrão esperado na minha indústria". O nosso entendimento da natureza não é mais assim, porque aquilo que pode prejudicar o meio ambiente, realmente, é um perigo que pode ser irreversível. Há mais um princípio também, que vem se desenvolvendo no Judiciário brasileiro, mas também já apareceu em processos na Costa Rica, que é um princípio que está agora na constituição do Equador, é o princípio *i dubio pro natura*, que é resolver as dúvidas na interpretação da lei, mas também, na tomada de decisões, resolver as dúvidas em favor da natureza.

E todas essas coisas podem ser parte do papel do juiz, e arte desse papel é implementar um Direito Ambiental. Como já foi dito, também, existem vários desafios para isso. O desafio da separação de Poderes, entender qual o relacionamento entre o Judiciário, o Legislativo e o Executivo em trabalharem em conjunto no Direito Ambiental.

Esse é um desafio para as entidades trabalhar juntos para integrar o Estado de Direito Ambiental, que, na constituição, tem o dever de proteger o meio ambiente para o gozo da presente geração e também o das gerações futuras.

Outro desafio é a necessidade de treinamento especializado para aumentar a capacidade do juiz. Isto pode ser mais claro na situação das Varas Ambientais ou dos Tribunais Verdes que existem no mundo, mas é importantíssimo, também, para os outros Magistrados, para que possam lidar com os problemas mais complexos.

Como é que a Magistratura vai poder tratar dos problemas preocupantes como o clima ou a perda de biodiversidade? Precisa de um treinamento, um conhecimento, um diálogo com os cientistas que estão pesquisando esses assuntos para entenderem qual o efeito da lei e qual o efeito do Estado de Direito Ambiental em promover a ação necessária para a preservação da natureza.

E, na nossa reunião e nos debates que temos feito nos últimos dias, muitos nos lembraram do papel de o juiz fazer tudo isso, assim como os desafios. Tendo em vista tudo isso, se vê a importância dessa iniciativa para criar um instituto global para o Judiciário e o meio ambiente.

Eu parabenizo a Comissão, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a todos que têm mostrado o seu apoio por essa iniciativa muito importante, que pode ser um fórum de debates para compartilhar experiências entre os juízes, capacitá-los e promover a teoria de que a nossa sociedade pode realmente se transformar por meio do Estado de Direito Ambiental para chegar a um equilíbrio verdadeiro e a sustentabilidade, que realmente é a nossa meta: manter a natureza para as nossas gerações e para o futuro também.

Agradeço a atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. OUSMANE BATOKO (Tradução simultânea.) – Muito obrigado, Nicholas.

Eu gostaria de passar a palavra para o Nicholas Robinson.

O SR. NICHOLAS ROBINSON (Tradução simultânea.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz. É uma grande honra estar aqui com vocês, estar aqui nesta Comissão. Nós ouvimos muitas razões por

que os tribunais têm um papel essencial para o desenvolvimento sustentável e para o que agora está sendo visto como Direito Ambiental.

No mundo todo existem 177 constituições que incluem o direito ao meio ambiente como uma forma de ajudar os tribunais a comparar experiências dessas constituições. E agora nós falamos das experiências comparáveis apenas de uma forma incremental, através de excelentes audiências como esta na Comissão do Senado. Mas precisamos de uma maneira mais sistemática de compartilhar experiências. 22

Temos mais de 600 tribunais ambientais especializados em mais de 50 nações. A maioria foi criado recentemente, embora alguns na Europa, na Austrália e na Nova Zelândia tenham mais de 20 ou 30 anos.

Mas, uma das coisas mais empolgantes que acabou de acontecer é uma decisão na República Popular da China. Vou levar um minuto para discutir o desenvolvimento na China para aqueles que querem uma exposição maior. Tem um artigo que... Vou falar sobre esse assunto para vocês.

A China, em outubro, mês passado, no 4º plenário do Partido Comunista Chinês, aprovou duas reformas de maior porte. Ouvimos do presidente Luc Lavrysen sobre o acordo firmado de codificar o Princípio 10, real, que é o direito de acesso à Justiça e de os cidadãos receberem informação ambiental e também o direito do público participar no processo decisório ambiental. Isso foi agora adotado pelo congresso popular, em legislação – Capítulo V da Lei de Proteção Ambiental na China. E a suprema corte, na China, tem promulgado regras administrativas e uma dessentença guiando todas as cortes da China quanto à implementação do direito dos cidadãos em acionar a Justiça e buscar fazer valer leis ambientais diretamente.

O Partido aprovou a decisão do congresso popular e a corte estava enfatizando alguma coisa que a liderança chinesa já concordou. Mas agora é pervasivo. Em 15 províncias da China, os tribunais existentes são designados, são tribunais de primeira instância que recebem os processos e designam o tipo de organizações sociais, cívicas que podem introduzir esses processos. E a suprema corte criou uma câmara judicial para julgar esses casos ambientais.

Existem várias organizações de interesse público da sociedade civil que podem e que querem começar a entrar com processos contra a poluição que está literalmente asfixiando a China.

A poluição reduz a expectativa de vida dos cidadãos em mais de dez anos, está interrompendo o desenvolvimento econômico do Estado, é contrária ao que entendemos como um direito humano básico, o direito de respirar.

Então, agora, os chineses estão empoderando as Cortes para agir. Na opinião da Suprema Corte, ela diz reconhece que esses tribunais vão fazer uma coisa pela primeira vez: precisam criar um instituto judicial na China para ajudar com a educação ou a capacitação desses juízes e dar a eles a capacidade de desenvolver o que já sabemos como fazer no Brasil, o que já sabemos como fazer.

Na maioria dos Estados que ouvimos hoje, eu acho que essa é uma declaração extraordinária por parte da Suprema Corte chinesa, que diz que, agora, vai ter que desenvolver a capacitação continuada, sustentada, judicial. A China, claro, é uma das maiores economias, se é que não é a maior economia do mundo. Então, todas as varas que sabem fazer esse trabalho têm a responsabilidade de compartilhar experiência. Eu levanto esse exemplo – podemos falar de muitos exemplos, mas esse é um deles – de por que esse chamado instituto judicial único no mundo para direito ambiental é tão importante e propício.

Quero parabenizar o Presidente desta Comissão, o Senador.

O comentário inicial do Senador Vital do Rêgo passou o apoio a essa ideia. Essa ideia vai trazer benefícios para todos, eu acho, porque só temos um direito ao meio ambiente em diferentes palavras, mas, essencialmente, é um direito ao ambiente que nós humanos temos, que está na jurisprudência dos nossos Estados, e nós temos o sistema judicial que pode fazer esse direito eficaz, fazer esse direito ser viável. E como o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros disse na sua declaração potente, existe muito retrocesso e é uma barbárie destruir a Terra.

A Corte tem um papel de manter a civilização que os humanos criaram no mundo todo. Eu gostaria de dar um auxílio maior, mas, nos interesses do tempo, vou passar a palavra de volta, Sr. Presidente, a V. Exª e ao próximo palestrante.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. OUSMANE BATOKO (Tradução simultânea.) – Obrigado, obrigado. (*Falha na gravação.*)

O SR. RAGNHILD NOER (Tradução simultânea.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada pelo convite para estar aqui. É uma honra poder falar com vocês.

Foi interessante ouvir todos os palestrantes aqui, mas também foi muito interessante ouvir, inicialmente, sobre o que vocês conseguiram realizar aqui no Brasil. Como eu entendi, vocês têm conseguido reduzir as emissões nos últimos anos, o que é muito impressionante.

Eu gostaria de falar um pouco, primeiramente, sobre dois exemplos do meu país que são, talvez, não diretamente conectados com o Judiciário, mas são exemplos de políticas muito interessantes e que tiveram grande impacto para o meio ambiente, políticas que não seriam possíveis se não tivéssemos um judiciário eficaz e tribunais que poderiam ser parte, fazer valer essas políticas.

Um exemplo que eu vou falar é, talvez, a decisão mais importante no que diz respeito à proteção do meio ambiente da Noruega, que foi a introdução de um imposto de carbono em 1991 no nosso país. Eu não vou falar muito sobre isso, somente que foi um imposto que foi estendido ao longo dos anos, e, agora cobre, aproximadamente, 80% das emissões de carbono na Noruega para usinas elétricas, para indústrias, para o petróleo, etc. Então, por exemplo, a indústria petrolífera precisa pagar um imposto de R$0,40 por litro de petróleo, que é pago pelo petroleira. Com isso, agora, temos uma indústria que é muito limpa, porque tem sido tão caro emitir carbono! É uma indústria que é mais robusta para o futuro que estamos buscando, de zero carbono. E tem dado muito dinheiro ao governo, é claro, ao longo dos anos.

O segundo exemplo que eu gostaria de mencionar para vocês é um exemplo interessante da interação entre a política e a economia. O nosso governo, alguns anos atrás, decidiu que queria patrocinar carros elétricos, ter mais carros elétricos na Noruega. Então, decidiu que o imposto que é pago com a aquisição de um carro novo não se aplica a carros elétricos. E não só isso: deveria ter estacionamento gratuito e a possibilidade de dirigir nas vias que eram só para ônibus e transporte coletivo. Isso levou ao aumento dramático de carros elétricos na Noruega, tanto que, no último ano, o carro mais vendido na Noruega foi o Tesla, um carro elétrico. E nós tivemos que construir estações de carregamento no país inteiro.

Então, se pode dizer que isso é uma boa política? Não é boa política. Deveríamos subsidiar a bicicleta em vez de carro elétrico ou coisa assim, mas, pelo menos, criou um mercado para essa nova tecnologia, que é a tecnologia do futuro.

Deixe-me agora falar mais especificamente sobre o judiciário e os tribunais. Muitas coisas sábias já foram ditas. Gostaria de acrescentar que, no futuro, estaremos encarando tantos desafios, tantos desenvolvimentos desafiadores para lidar com a mudança climática que, por exemplo, temos que mudar nossa indústria para uma indústria mais limpa, parar o desmatamento, construir ferrovias, ciclovias, mudar para energia verde e renovável etc. Precisamos nos preparar para dilúvios, chuvas, secas e tudo isso vai criar tensões que gerarão conflitos, que, sem dúvida, afetarão todos os aspectos da legislação. São problemas que vamos sentir muito fortemente também dentro do judiciário, em todos os países, creio eu.

Como muitos dos meus colegas destacaram, e ultimamente o Sr. Robinson o fez, precisamos ter conhecimento, precisamos aprender um com o outro, colher bons exemplos, ver em quais bons exemplos nosso país consegue nos educar. Isso para o legislativo e para o judiciário. Eu diria que tradicionalmente tribunais e juízes não têm tido uma tradição muito forte de cooperação e compartilhamento de experiências através de fronteiras, porque nosso sistema é bastante isolado, mas nessas questões dos desafios que estamos encarando agora, com a mudança climática, realmente precisamos cooperar transversalmente, para aprendermos uns com os outros e melhorarmos todos nós.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. OUSMANE BATOKO (Tradução simultânea.) – Muito obrigado por essa perspectiva a respeito das experiências...

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Meus cumprimentos a todos os painelistas e ao Sr. Presidente.

Eu gostaria de passar a palavra, para algumas considerações, à Srª Elizabeth Mrema, Diretora da Divisão de Direito Ambiental e Convenções do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

A Srª Elizabeth tem a palavra.

O SR. ELIZABETH MREMA (Tradução simultânea.) – Muito obrigada, Sr. Senador, primeiro, por nos receber neste colóquio. É um prazer estar aqui e também é um prazer continuar a trabalhar e colaborar com o Brasil, que tem sido instrumental, particularmente, no trabalho com o PNUMA nesse longo processo que nos trouxe até hoje.

Como o colega já falou, eu vou apenas acrescentar algumas palavras sobre o que o PNUMA já fez e para onde vamos a partir daqui.

Como o colega mencionou, estamos trabalhando com judiciários no nível global, regional e nacional, é claro que sujeitos a disponibilidade de recursos. Em 1995/1996, quando tivemos um primeiro evento com os judiciários, começamos com judiciários na África, naquela época, para muitos juízes, começamos com uma questão ambiental, que, na verdade, era história, porque a maioria dos casos que iam aos tribunais não eram decididos como casos ambientais. Basicamente, nós usávamos a jurisprudência criminal conforme o caso.

E nós vimos, com as intervenções dos outros palestrantes, o estabelecimento, no nível regional, de diferentes entidades regionais, redes, fóruns e associações lidando especificamente com ambiente. Felizmente, alguns estão representados aqui. O distinto juiz da Corte Europeia indicou o que também já vimos e continuamos a ver: o estabelecimento de cortes especializadas em questões ambientais, varas ambientais estão aumentando. Vimos a cooperação nos direitos humanos, nas legislações nacionais, também a Constituição e a legislação nacional incorporando vários princípios ambientais, cuidados intergeracionais e assim por diante. Todos esses são desenvolvimentos dos últimos 20 anos.

Claramente, agora, o ambiente é um dos pilares do desenvolvimento sustentável e estamos vendo agora os debates ocorrendo pelas metas futuras de desenvolvimento sustentável. Tem havido discussões com ambientalistas que também buscam metas específicas para o ambiente. Mas creio que há um consenso: que não devemos buscar uma meta específica para o ambiente, considerando que o ambiente é uma questão transversal de todas as questões, todos os alvos, todas as metas adotadas na agricultura, na educação, saúde, conforme o caso. E quando olhamos os meios de implementação das metas de desenvolvimento sustentável, vemos que, no futuro, teremos de ter todos um papel em todos os objetivos que sejam adotados.

Já vimos, como resultado de todo esse trabalho, o estabelecimento de centros de capacitação judicial na área ambiental. No sul da Ásia teremos um centro que já foi acordado pelos Presidentes de Cortes Supremas que se encontraram lá em agosto, e espero poder inaugurá-lo no início do ano que vem. No início do mês que vem, nós vamos analisar as estratégias do programa de trabalho do centro para o sul da Ásia, que enfocará a capacitação para o judiciário da região. Então estamos vendo todos esses em desenvolvimento e muitos mais.

O que vem agora? A capacitação é um processo contínuo. Não podemos dizer que nós melhoramos as capacidades dos judiciários ontem e hoje, antes de realizar isso. Questões ambientais continuam a se desenvolver, as questões surgem, as prioridades mudam, aumentam. Também temos a jovem geração adotando esse portfólio. Então a capacitação vai continuar, não só para os judiciários, mas também para outros setores, partes interessadas, começando até em níveis mais baixos, nas escolas e universidades. É claro que temos professores aqui conosco para lembrar que a capacitação tem que iniciar muito cedo.

E nós temos que fechar o elo, sim. Nós temos, parece, um foco sobre melhorar a capacidade e os poderes do judiciário. Mas estamos aqui hoje com os Senadores claramente indicando que temos que formar parcerias e trabalhar com eles, para que o legislativo e o executivo façam parte desse processo, fechando esse elo. A não ser que as leis adotadas sejam colocadas sem efeito, eu acho que o papel do judiciário será difícil. Os promotores também têm que participar, porque se a evidência e os casos não forem levados aos tribunais para os juízes fazerem o seu papel, nós teremos uma lacuna. E os auditores também têm que participar, auditorando as considerações ambientais, e as muitas outras partes interessadas.

Então o nosso papel se expande, tendo em vista as questões emergentes que estão surgindo e, portanto, tudo isso pede uma maior colaboração e parceria entre todos nós que estamos aqui, entidades legislativas, executivas e outras partes interessadas, não apenas para a nossa geração, isso foi-nos lembrado, para os nossos filhos que nasceram e os que ainda não nasceram.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

Ministro Herman Benjamin, usarei de poucas palavras aqui, mas devo fazer justiça. Dois anos atrás, eu estava na condição de Vice-Presidente do Senado Federal e coube a mim presidir aquela sessão especial que foi também um colóquio internacional como parte de um painel que não havia acontecido na Rio+20. E coincidentemente estou aqui hoje também acompanhando esse debate do mais elevado nível sobre que tipo de nivelamento podemos fazer nas nossas legislações nacionais para que tenhamos desenvolvimento sustentável.

Eu me sinto muito orgulhoso de estar aqui presente, porque eu sou do Estado do Acre, terra do Chico Mendes, um ícone internacional da defesa do meio ambiente que não só defendeu o meio ambiente como doou a sua vida em defesa dele. Jesus Cristo disse que prova de amor maior não há que doar a vida ao seu irmão. Eu diria que prova de amor ao meio ambiente maior não há que doar a vida pelo meio ambiente, e Chico Mendes doou a vida para fazer com que o mundo entendesse que estava havendo uma grande destruição da Amazônia e que as instituições nacionais e internacionais tinham que dar atenção a isso.

Foi incrível que Chico Mendes foi, primeiro, ouvido lá, em Washington, para, depois, ser ouvido aqui, no Brasil. Aliás, quando ele disse que estava sendo ameaçado de morte por sua luta, poucas autoridades nacionais se deram conta disso, e ele teve que morrer para provar que estava sendo, verdadeiramente, ameaçado.

O nosso orgulho de pertencer ao Acre é porque o Acre é assim: ele produz esses ícones. Desde a sua anexação ao Brasil, que foi fruto de uma luta, o Estado do Acre tem procurado, sempre, estar presente nos momentos em que a história assim o exige.

Atualmente, estamos fazendo uma experiência de governo bem-sucedida que tem procurado, também, ter o desenvolvimento sustentável como centro. Nós temos, no Estado do Acre, 87% da nossa floresta ainda intacta. E temos quatro governos continuados – já são 16 anos, estamos concluindo, de um projeto de desenvolvimento focado na ideia da "florestania", do desenvolvimento sustentável. Atualmente, o Governador Tião Viana – depois das experiências do Governador Jorge Viana, com dois mandatos, oito anos, e do Governador Binho, com quatro anos, um mandato, agora, temos o Governador Tião – está concluindo o seu primeiro mandato e foi eleito para mais quatro anos.

Uma experiência que ele está fazendo fortemente e que eu gostaria de citar, primeiro, é a nossa legislação para a comercialização de sequestro de carbono, remuneração por serviços ambientais. Já efetivamos o nosso primeiro contrato com o banco KfW, da Alemanha, e isso tem se revertido em recursos para financiar o homem da floresta, porque nós acreditamos que não existe maneira mais eficiente de proteger a floresta que garantir boas condições de remuneração para o homem que vive na floresta.

É um desafio muito grande. Este é um desafio de futuro tremendo: remunerar o homem da floresta para que ele possa proteger a floresta. Não só remunerar o homem da floresta, mas garantir a escola aos povos da floresta; garantir que haja conexão à internet na floresta, via satélite – esperamos que esse sonho se torne realidade um dia –; garantir as condições de vida para o homem da floresta para que ele, com sua família, proteja a floresta e, assim, estejamos apostando nas futuras gerações.

Então, esse exemplo de Acre que eu dou é para dizer que não é sofisma quando eu falo que o Acre é o melhor lugar do mundo. Verdadeiramente, eu trouxe duas provas disso aqui: um livro com o título *O Melhor Lugar é Aqui: O Acre*, com que eu presenteio à Srª Elizabeth... (*Palmas.*)

... e outro livro com que eu presenteio à Srª Ragnhild Noer?

Your name is...

O SR. RAGNHILD NOER – Ragnhild Noer. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não saberia. Não saberia mesmo dizer. (*Risos.*)

Gostaria de convidar a todos para fazermos uma foto juntos aqui, terminando este colóquio excepcional.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e convido a todos para que façamos juntos uma fotografia, marcando o encerramento deste encontro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro e das Senadoras Angela Portela, Lídice da Mata, Ana Rita e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Magno Malta e a Senadora Gleisi Hoffmann. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em Exercício (Senador Anibal Diniz) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 44ª Reunião Ordinária e da 45ª Reunião Extraordinária, que são dadas por aprovadas. A Presidência registra a presença de Suas Excelências o Ministro do Superior Tribunal Militar (STM) José Barroso Filho e o Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar Roberto Coutinho; de Suas Senhorias o Vice-Almirante Paulo Maurício Farias Alves; o Contra-Almirante Jorge Henrique Machado; o Capitão de Mar e Guerra Edson de Oliveira; o Capitão de Mar e Guerra Odilon Leite de Andrade Neto; o Capitão de Mar e Guerra Noriaki Wada; o Capitão de Fragata Marcelo Ferreira de Souza; o Capitão de Corveta Thiago de Oliveira Romano; e a 1º Tenente Carolina Correa Branco Moreira. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 85, de 2014 – Não Terminativo.** *Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Almirante-de-Esquadra CARLOS AUGUSTO DE SOUSA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente do falecimento do Almirante-de-Esquadra Marcos Martins Torres.* **Autoria:** Presidente

da República. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Almirante-de-Esquadra CARLOS AUGUSTO DE SOUSA para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, por unanimidade, com dezessete (17) votos favoráveis. O Senhor Senador Anibal Diniz passa a presidência ao Senador Vital do Rêgo. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dez horas e trinta e cinco minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e quatorze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 44ª Reunião Ordinária e da 45ª Reunião Extraordinária.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação de item único.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 85, DE 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Almirante-de-Esquadra CARLOS AUGUSTO DE SOUSA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente do falecimento do Almirante-de-Esquadra Marcos Martins Torres.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Votação secreta
Observações: *Na 44ª Reunião Ordinária, realizada em 12/11/2014, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado em cumprimento à Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Convido os Srs. Senadores Eduardo Suplicy e Marcelo Crivella para que possam conduzir o Almirante de Esquadra, Sr. Carlos Augusto de Sousa, ao recinto da reunião. (*Pausa.*)

Enquanto se procede à condução do Sr. Carlos Augusto de Sousa à mesa onde ocorrerá a sabatina, gostaríamos de registrar também as honrosas presenças entre nós do Vice-Almirante Paulo Maurício Farias Alves; o Contra-Almirante Jorge Henrique Machado; o Capitão de Mar e Guerra Edson de Oliveira; o Capitão de Mar e Guerra Odilon Leite de Andrade Neto; o Capitão de Mar e Guerra Noriaki Wada; o Capitão de Fragata Marcelo Ferreira de Souza; o Capitão de Corveta Thiago de Oliveira Romano; Primeiro-Tenente Carolina Correia Branco Moreira; Ministro José Barroso Filho, do Superior Tribunal Militar; e o Sr. Roberto Coutinho, Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar.

Sejam todos muito bem-vindos.

Agora, dando-lhe as boas-vindas, passamos imediatamente a palavra ao Sr. Almirante de Esquadra Carlos Augusto de Sousa para a sua exposição, que terá inicialmente dez minutos. Mas, sendo necessário um tempo a mais, estaremos à disposição.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Augusto de Sousa.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUSA – Exmº Sr. Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Anibal Diniz, que também foi Relator da minha pessoa; Senador Suplicy, Senador Crivella, Ministro Barroso, Sr. Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar; Senador Armando Monteiro; Senador Cássio Cunha Lima, senhores oficiais generais, minhas senhoras e meus senhores, bom dia.

Inicialmente, expresso a grata satisfação em apresentar-me perante esta insígnia Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Trata-se de momento especial e muito significativo no transcurso

de minha vida pessoal e da minha carreira profissional, no qual submeto à elevada consideração de V. Exªs a minha indicação para o honroso cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Em especial, desde já, externo meus sinceros agradecimentos ao Senador Anibal Diniz pelo relato sobre a minha pessoa exposto recentemente no plenário desta Casa.

Para atendimento ao rito de submissão para indicação, cumpre-me apresentar às senhoras e aos senhores algumas passagens concernentes principalmente à minha carreira na Marinha do Brasil, para mim um tempo memorável e inolvidável de plena dedicação profissional naval, já se delongando por cerca de 46 anos. O tempo é uma presença, e essa presença por mais de quatro décadas constituiu-se de intensas atividades nas lides marinheiras, de cumprimento das minhas obrigações e dos meus deveres, com plena e total disposição ao serviço da Pátria.

Tendo concluído o ensino médio no Colégio Militar do Rio de Janeiro, logrei matricular-me na Escola Naval no ano de 1969. Naquele final de década dos anos 60, iniciei a minha formação acadêmica naquela instituição, que é o mais antigo estabelecimento de ensino superior do País.

Para completamento da graduação, cumprindo o ciclo pós-escolar, realizei, em 1973, a Vagem de Guardas-Marinhas, visitando diversas cidades no País e no exterior. Essa viagem de instrução proporcionou-me, entre outros ganhos, expressivo enriquecimento cultural. Como oficial do Corpo da Armada, aperfeiçoei-me em comunicações navais. E no decorrer de distintos postos da carreira, realizei os cursos regulares, cabendo destacar os cursos de comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval e de altos estudos de política e estratégia da Escola Superior de Guerra.

Dentre os cargos e funções que exerci em minha trajetória profissional, realço os seguintes: Comandante do Navio-Patrulha Costeiro Poti, Comandante do Rebocador de Alto Mar Tritão, Chefe do Estado-Maior do Comando do 5º Distrito Naval, que abrange a Região Sul do País, Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Vice-Diretor da Diretoria de Ensino da Marinha, Comandante da Fragata Greenhalgh, Comandante do 6º Distrito Naval, que tem sua sede em Ladário, Mato Grosso do Sul, com responsabilidade por imensa área de riquezas sem par na fronteira oeste, cuidando da aplicação do poder naval e, ademais, de ampla cooperação com as nações amigas da Bolívia e do Paraguai, Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada, Diretor do Pessoal Militar da Marinha e Comandante do 1º Distrito Naval, onde se encontra a sede da Esquadra Brasileira, no Rio de Janeiro.

Tive, ainda, a oportunidade de servir no exterior como adjunto do adido naval na Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América, experiência ímpar que muito contribuiu para o estabelecimento de contatos interpessoais em distintas área e aprimoramento do aprendizado no importante campo das relações internacionais, a par do estreitamento do relacionamento com a Marinha daquele país.

Em especial, gostaria de destacar o período em que exerci o cargo de Diretor do Pessoal Militar da Marinha, no qual, por cerca de três anos, por dever de ofício, labutei em diversas questões que, posteriormente, redundaram em processos a serem julgados, em segunda instância, pelo egrégio Superior Tribunal Militar.

De todo, também, como bom marinheiro, sublinho o período em que cumpri o meu tempo embarcado. No meu caso, servindo nos diversos navios e em comandos no mar, logrei atingir cerca de 5.300 dias de embarque, dos quais mil dias de mar em operações efetivas.

No biênio 2012/2013, já no posto de Almirante de Esquadra, último da carreira, fui incumbido do cargo de mais alta patente da Marinha no Ministério da Defesa, o de Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, e em janeiro de 2014 assumi a Chefia do Estado-Maior da Armada, cargo que ora exerço com muito orgulho.

O Estado– Maior da Armada é o órgão de direção geral da Marinha e sua missão principal é assessorar o Comandante da Marinha na direção da Força Naval. Alicerçado nas experiências pessoal e profissional em serviço ativo na Marinha, com felizes oportunidades de poder ter vivenciado passagens nas diversas áreas de atuação da Força (de pessoal, operativa, administrativa, tecnológica, financeira e de material), submeto modestamente o meu nome à aprovação desta Comissão para o exercício do cargo de Ministro Superior Tribunal Militar.

Tenho absoluta convicção de que continuarei a cumprir com denodo as tarefas que me forem confiadas, com a mesma seriedade, motivação e compromisso com o que me dediquei e dedico ao serviço na Marinha do Brasil. Estou pronto para dar continuidade aos meus labores no porvir, esperando, para mim, que eles continuem a ser benfazejos.

Muito obrigado. Estou à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Passamos agora à fase de arguição.

Os Srs. Senadores que desejam fazer alguma observação ou questionamento, por favor podem se escrever.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, prezado Almirante Carlos Augusto de Souza, da Marinha Brasileira, há pouco tive a oportunidade de dialogar com V. Exª, pois noto que, ao longo de sua carreira, sempre dedicada à Marinha, não há registro de que V. Exª – até pergunto se porventura tenha ocorrido – tenha tido qualquer missão em conflito bélico em que o Brasil, por acaso, teve que agir. Às vezes até normalmente nos últimos anos e décadas, o Brasil, quando chamado para realizar alguma missão, sempre foi o de paz, como por exemplo ali no Haiti, ou em Suez em 1956. Relativamente até foram poucos os conflitos, mas sempre em missão de paz. Felizmente, nós vivemos numa América Latina, nos continentes americanos, onde, entre nós, há uma tradição, há muitos anos, desde a Guerra do Paraguai, de não mais nos envolvermos em conflitos bélicos entre nós, ainda que o Brasil tenha colaborado com os países aliados na Primeira e na Segunda Guerra Mundial.

Mas o senhor, pela sua formação como um dos principais oficiais das Forças Armadas Brasileira, na Marinha, certamente tem uma preocupação e gostaria de ouvi-lo sobre, por exemplo, o que disse o Papa Francisco recentemente, como se estivéssemos agora uma Terceira Guerra Mundial, com conflitos ali no Oriente Médio, diversos, mas também outros. Basta abrirmos os jornais, como os de hoje, para vemos palestinos que entraram em uma sinagoga e mataram diversos israelitas, judeus, e após aqueles palestinos serem mortos,ouvimos as declarações do Governo de Israel de que aquilo não ficará impune.

Então, de repente, haverá outra situação de conflito.

Ontem, lemos também que, há dois dias, na Colômbia, depois de dois anos de promissoras conversas para a realização da paz entre o governo da Colômbia e as Farc, eis que sequestraram, anteontem, um general das Forças Armadas da Colômbia. O governo da Colômbia até disse que, agora, está interrompida a continuidade das conversas sobre a paz.

Trata-se também de um assunto de preocupação. E há outros que eu não precisaria aqui citar, porque, certamente, o senhor acompanha de perto essas preocupações.

Como acredito que, na formação dos oficiais das Forças Armadas brasileiras, esteja também essa preocupação de realização da paz com base na realização de justiça, eu agradeceria se o senhor pudesse nos dar sua avaliação sobre este momento que vive a humanidade e sobre o papel do Brasil nessas áreas.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUSA – Senador Suplicy, obrigado pela...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Deixe-me só perguntar se mais algum Senador gostaria de fazer intervenção. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Senador Crivella.

Logo em seguida, falará o Senador Luiz Henrique.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – É possível iniciar o processo de votação enquanto segue a oitiva?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não havendo objeção dos Srs. Senadores, podemos iniciá-lo, sim.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Então, podemos iniciar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Almirante de Esquadra Carlos Augusto de Sousa, eu serei breve.

Apenas quero saudar V. Exª, que, no final de carreira, ocupa um cargo de destaque na Marinha, o que ocorre não só por suas qualidades pessoais, mas também por um golpe do destino. Muitos poderiam ter ido para lá por terem excelentes qualificações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Mas isso depende de o homem certo estar ali no momento certo. V. Exª, com 43 anos de carreira, semeou esse momento certo, essa luz divina, essa coisa que ocorre na vida e que abençoa. E tenho a certeza de que essa bênção é para o Brasil.

V. Exª, no Tribunal, vai levar um exemplo de obediência à hierarquia e à disciplina, de amor à Pátria, de lealdade, de probidade, o que o fará, sem sombra de dúvida, um magistrado não desses concurseiros – perdoem-me até extravasar minha emoção aqui –, concurseiros que decoram, que assumem cargos na Administração Pública, que, muitas vezes, não têm vivência, maturidade e até sofrimento e que tomam decisões, que vão tomando decisões. Quem dera os Tribunais no Brasil tivessem homens como V. Exª!

Peço a Deus que sua permanência lá... Podem ser dez anos, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUSA – Até os 70 anos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Há limites. Quem sabe a lei da bengala já esteja aprovada?

O fato é que espero que V. Exª lá brilhe tanto quanto brilhou ao longo da sua vida na Esquadra brasileira, na Marinha, para a felicidade sua e para orgulho nosso.

Parabéns, Almirante! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Antes de passar a palavra ao Senador Luiz Henrique, quero só informar que tive a honra de ser o Relator dessa mensagem.

Devo dizer que o Almirante de Esquadra já ocupou todas as funções possíveis na sua carreira militar, ocupa hoje o mais elevado posto da carreira a que pertence e, sem dúvida, preenche, com louvor, todos os requisitos para ocupar a cadeira de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Por isso, informando que já está aberto o processo de votação, peço encarecidamente a todos os Srs. Senadores presentes, à Senadora Lídice da Mata também e a todos os Senadores que estejam em seus gabinetes ou em outras comissões, para que venham até a Comissão de Constituição e Justiça, para que procedamos à votação e possamos ter, assim, o Almirante de Esquadra Carlos Augusto de Sousa como Ministro do Superior Tribunal Militar, para honra de todos os seus pares aqui presentes.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, quando o Almirante Carlos Augusto me visitou em meu gabinete, disse-me que teria de deixar a Marinha em função das normas legais em vigor no País, mas que, felizmente, em sendo aprovado por nós, continuaria a servir à Marinha em outra função.

Isso me traz a um tema que já foi objeto de manifestações minhas em várias atividades desta Casa. Trata-se da questão da aposentadoria compulsória. Fiz um estudo, procurei me aprofundar nesse assunto e verifiquei uma coisa fantástica: a aposentadoria compulsória foi trazida para a lei brasileira na Constituição de 1934.

Em 1934, a idade média dos brasileiros, a expectativa de vida média era de 38 anos, e a compulsória foi estabelecida em 75 anos, exclusivamente para o Poder Judiciário. A Constituição de 1934 estabelecia para o Poder Judiciário o limite máximo compulsório de 75 anos, fazendo uma ressalva. Permitia aos Estados que, em querendo, pudessem estabelecer, conforme sua realidade peculiar, uma outra idade limite. Em 1945, quando a idade média dos brasileiros era de 40 anos, a Constituição democrática que surgiu do pós-guerra estabeleceu a compulsória em 70 anos e estendeu-a – eu saúdo nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo – para todo o conjunto do serviço público.

De 1945 para cá, houve um aumento progressivo e forte da expectativa de vida que, hoje no Brasil, já atingiu os 72 anos. No meu Estado de Santa Catarina, por exemplo, a expectativa de vida é de 78 anos, e nós mantemos a aposentadoria compulsória aos 70 anos.

Esta Casa aqui, na Legislatura passada, aprovou uma emenda, de autoria do Senador Pedro Simon, aumentando de 70 anos para 75 anos a aposentadoria compulsória. Essa matéria se encontra na Câmara dos Deputados. Como muitas que nós aprovamos rapidamente aqui, encontra-se paralisada na Câmara dos Deputados.

Eu espero, Almirante Carlos Augusto, que a Câmara dos Deputados aprove essa matéria, porque será muito importante para a Justiça Militar brasileira que V. Exª, tendo adquirido, ano a ano, mais experiência, mais conhecimento, mais cultura jurídica, mais capacidade de bem julgar os réus cujos processos são submetidos àquela Corte, tenha uma participação que exceda os seus 70 anos, que V. Exª possa ter uma vida mais longa naquela Casa.

Eu perguntaria a V. Exª qual a visão que V. Exª tem a esse respeito, tendo em vista que a legislação brasileira tem feito com que o País perca boa parte de sua melhor massa crítica. No Itamaraty, no Poder Judiciário, nas Forças Armadas, pessoas em plena, plenníssima higidez mental e física acabam sendo eliminadas do serviço público, quando poderiam dar uma contribuição fantástica à nossa Pátria.

Eu me lembro de um coronel do Exército, comandante do batalhão da minha cidade, Joinville, que, ao se despedir, com lágrimas nos olhos, afirmou: "Não sou eu que estou deixando o Exército; é o Exército que está me deixando. São as leis brasileiras que estão fazendo com que o Exército me deixe".

Há milhares de servidores, neste País, angustiados com essa aposentadoria, que se tornou precoce pelo aumento significativo da expectativa de vida no nosso País. Veja, Almirante, que a perspectiva é que a minha neta mais moça, que tem quatro anos, tenha uma expectativa de vida de 90 anos. E nós mantemos aqui a compulsória em 70 anos.

Eu gostaria de ouvir o seu pensamento, a sua opinião a respeito dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua aberto o processo de votação.

Bom dia a todos.

O Senador Luiz Henrique já votou?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não?

Passo a palavra ao Almirante-de-Esquadra para responder a indagação do Senador Benedito.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUSA – Senador Vital do Rêgo, muito obrigado.

Primeiramente, eu gostaria de responder a pergunta do Senador Suplicy, que muito bem colocou diversos pontos da problemática dos dias atuais das relações internacionais. Na medida em que vemos o mundo conturbado, nós temos que ter muita atenção principalmente à questão do nosso entorno estratégico. Esse entorno estratégico brasileiro é bem definido e faz com que nós, das Forças Armadas, tenhamos que trabalhar principalmente em relação ao que se prevê na Estratégia Nacional de Defesa, que foi aprovada pelo Parlamento.

Na Estratégia Nacional de Defesa, temos o nosso entorno estratégico delineado com os nossos países da América do Sul, no nosso entorno pacífico. Fazemos fronteira com dez países. Estamos em paz. Temos que ter atenção absoluta à parte ocidental da África. E o que nos separa é um Altântico grande, que a Marinha qualificou como nossa Amazônia azul. Para tal, estamos, as três Forças, trabalhando nos setores específicos de divisão para responsabilidade das Forças: setor cibernético, com o Exército Brasileiro; setor áereoespacial, com a Força Aérea Brasileira; e o setor nuclear, com a Marinha do Brasil.

Para que venhamos a ter o que percebemos que deva ser o posicionamento estratégico do nosso País, junto aos nossos países limítrofes, a estratégia é de cooperação e, para fora, dissuasão. E a dissuasão passa por termos equipamentos adequados à dissuasão.

O senhor comentou sobre conflitos bélicos, sobre o Haiti, sobre Suez, tudo isso está dentro de um contexto de um país que deva ser visto como um país pacífico, mas não desarmado. E é isso que as Forças Armadas trabalham nos dias de hoje. As riquezas do nosso País são incomensuráveis. Os pontos quentes do mundo estão aí. A Organização das Nações Unidas convoca o nosso País para manutenção de paz. E aqui o senhor colocou o Haiti, e eu coloco ainda mais, pela primeira vez, o comando de uma força naval da ONU, sob a égide da ONU, sendo executada por um país não da OTAN. A Marinha do Brasil já tem, há algum tempo, a nossa fragata lá fazendo um trabalho esplendoroso no Líbano. Tudo isso está no contexto de nós, Brasil, termos a manutenção da tão desejada paz.

Então, essas são as minhas colocações e agradeço muito a sua pergunta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

Não visitei a fragata lá, mas a vi, quando estive no Líbano, ali no mar e me lembrei também dessa contribuição importante do Brasil.

Muito obrigado, Almirante Carlos Augusto.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUSA – Respondendo à pergunta do Senador Luiz Henrique: o senhor colocou, inclusive em termos históricos até, todos os pontos da questão de expectativa de vida. Concordo plenamente com V. Exª.

Na questão da área militar, talvez tenhamos que ter certos cuidados. A área militar, quer seja do Exército, da Força Aérea ou da Marinha do Brasil, é de exigências muito grandes no que tange à higidez física. Mas, mesmo assim, creio que, com o decorrer do tempo, esses limites que são postos na nossa carreira tenham que ser reavaliados para verificar-se até que ponto temos condições de ter a higidez necessária, principalmente para uma situação de conflito.

O exercício de determinadas posições no navio de combate exige muito do ser humano. E essa exigência sabemos que, com o decorrer do tempo, muito embora a cabeça possa estar perfeita, o corpo, às vezes, não ajuda.

Eu concordo com V. Exª que a expectativa de vida está se prolongando. E o senhor comentou sobre o seu neto ou a sua neta atingir 90 anos, e eu li, numa oportunidade, na revista *Time* que vai ultrapassar os 100 anos. Então, nós temos de ter esse cuidado para verificar que ponto qualificaremos como ponto limite.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª me permite?

Existe um mecanismo através do qual, a partir dos 70 anos, o servidor se submeteria a uma avaliação anual. Eu, por exemplo, estou com 75 anos, caminho todos os dias e estou na plenitude do exercício das minhas funções. Assim são militares, diplomatas, juízes. Eu era Governador e perdi três desembargadores, que eram os melhores da corte, em plena capacidade física e mental, pois tiveram de ir embora. No Supremo, o Ministro Carlos Ayres Britto e o Ministro Peluso tiveram de ir embora. Então, eu acredito que isso está custando muito ao Brasil. O Brasil prepara as pessoas; as pessoas se especializam, crescem intelectualmente, crescem profissionalmente e aí têm de ir embora do serviço público. No mínimo, devia se deixar uma opção de se submeterem a um exame de capacidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais indagações a fazer, eu convido o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Luiz Henrique e o Senador Cássio Cunha Lima para exercerem o seu direito a voto, para encerrarmos a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicito ao Senador Cássio Cunha Lima que faça o escrutínio.

(Procede-se à apuração.)

Foram 17 votos, unanimidade. Aprovado o nome do Sr. Almirante de Esquadra Carlos Augusto de Sousa para Ministro do Superior Tribunal Militar, com as minhas congratulações. (*Palmas.*)

A matéria vai ao plenário, com a solicitação do Sr. Relator, em regime de urgência.

Urgência solicitada, urgência atendida.

Declaro encerrada a reunião.

Vamos, em 30 segundos, abrir a Reunião ordinária da Comissão.

(Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Paulo Paim, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Angela Portela, Lídice da Mata, Ana Rita e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Alvaro Dias e Aloysio Nunes Ferreira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, de 2014 – Não Terminativo.** *Altera o art. 144 da Constituição Federal para instituir garantias para os policiais civis e militares e suas famílias.* **Autoria:** Senador Fernando Collor e outros. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Favorável à proposta, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2010 – Não Terminativo.** *Altera os arts. 4° e 11, da Lei n° 9.986, de 18 de julho de 2000, para otimizar o funcionamento das agências reguladoras em atenção ao interesse público e à proteção e defesa dos direitos dos consumidores e usuários.* **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 6) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, de 2012 – Não Terminativo.** *Altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.* **Autoria:** Senadora Marta Suplicy e outros. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, de 2012 – Não Terminativo.** *Dispõe sobre extradição ativa e passiva.* **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 13) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 84, de 2011 – Não Terminativo.** *Acrescenta o § 17 ao art. 100 da Constituição Federal, para conceder aos dependentes e pensionistas dos credores de precatórios o direito de serem pagos com preferência, nos termos do § 2º do mesmo artigo.* **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 15) OFICIO "S" Nº 54, de 2009 – Não Terminativo.** *Encaminha, nos termos do art. 409 do Regimento Interno do Senado Federal, documentação do Sr. JOSÉ CARLOS BARBOSA em que solicita providências para o efetivo cumprimento de decisão judicial transitada em julgado, exarada por Tribunal competente, em face da Caixa Seguradora S/A.* **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pelo não-conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento do Ofício "S" nº 54, de 2009. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento da matéria. **ITEM 18) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, de 2012 – Não terminativo.** *Inclui o art. 16-A na Constituição Federal, para dispor sobre a vedação de divulgação de pesquisas eleitorais, nos quinze dias que antecedem o pleito eleitoral em 1º e 2º turnos.* **Autoria:** Senador Luiz Henrique e outros. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por *Ad Hoc*).

Relatoria *Ad hoc*: Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Favorável à Proposta. Aprovado Requerimento nº 53, de 2014-CCJ, que solicita dispensa de realização de Audiência Pública para instruir a matéria. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Inácio Arruda e Lúcia Vânia, nos termos regimentais. **ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, de 2011 – Não Terminativo.** *Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para dispor sobre os convênios, contratos e parcerias firmados com o Ministério do Turismo.* **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Pela constitucionalidade e regimentalidade, mas pela sua injuridicidade e, no mérito, contrário ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, regimentalidade, injuridicidade e, no mérito, contrário ao Projeto. **EXTRAPAUTA: ITEM 25) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2005 – Não Terminativo.** *Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. Aprovado Requerimento nº 54, de 2014-CCJ, de urgência para a matéria. **ITEM 26) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 53, de 2014.** *Requer a dispensa de realização da audiência pública, aprovada nos termos do Requerimento nº 73, de 2013-CCJ, destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2012.* **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 54, de 2014.** *Requer, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o SCD nº 256, de 2005.* **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Resultado:** Aprovado. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a presidência ao Senador Anibal Diniz. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e trinta e seis minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007; ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2013; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2012; ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2009, TRAMITAM EM CONJUNTO OS PROJETOS DE LEI DO SENADO Nº 240 e 510, de 2007, e PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, de 2009; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 413, de 2011; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, de 2012; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 2010; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 655, de 2011; ITEM 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2013; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2014; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 517, de 2007; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, de 2014; ITEM 21) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, de 2005; ITEM 22) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, de 2010; ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2014; ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião, ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vamos à pauta.

Aberto o espaço para solicitações dos Srs. Parlamentares, inversões, para que possamos iniciar a reunião.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Presidente...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Eu pediria a V. Exª que incluísse em extrapauta ou se pudesse até inverter a pauta para votarmos o substitutivo da Câmara dos Deputados, PLS nº 256, que é de 2005, quase dez anos tramitando na Casa. É matéria vencida lá e cá.

Assim, se pudéssemos discuti-la eu agradeceria muito a V. Exª.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicito o posicionamento do... Solicitação extrapauta do Senador Crivella. É um substitutivo da Câmara, matéria não terminativa, ao Projeto de Lei nº 256, de

2005, que disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública em todo o Território Nacional.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – É terminativo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – É não terminativo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Está bem. Sem problema.

Eu queria fazer uma solicitação também, Sr. Presidente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só um minuto.

Inclusão...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu queria fazer uma solicitação de retirada de pauta do item 1, do Projeto de Lei do Senado nº 76.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Relator é o Senador Randolfe Rodrigues. Mas, na sua ausência, não vamos apreciá-lo. Com a sua presença, V. Exª terá a oportunidade de conversar e tentar com o Senador o reexame da matéria.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Então, deixamos para o último item.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tornar-se-á como último item da pauta o item 1.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Há algumas matérias que têm acordo entre as diversas lideranças da Casa. Nós poderíamos iniciar por elas,estando em grau não terminativo.

Por exemplo, o item 6 da pauta, página 122.

ITEM 6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2012
– Não terminativo -

Altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.

Autoria: Senadora Marta Suplicy e outros

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à Proposta, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Concedo a palavra a V. Exª para a síntese do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos à leitura do relatório.

Trata-se de Proposta de Emenda à Constituição que visa promover alterações na Carta Magna com a finalidade de incluir, entre os objetivos da assistência social, o amparo à mulher vítima de violência.

A proposição dá nova redação ao inciso II do art. 203 da nossa Constituição, de modo a ampliar o alcance do dispositivo, incluindo tal proteção ao lado da que é devida a crianças e adolescentes carentes.

Para justificar sua iniciativa, os Senadores e as Senadoras que propõem a iniciativa, capitaneados pela Senadora Marta Suplicy, defendem a inclusão da proteção à mulher entre os objetivos da assistência social, de modo que as vítimas de violência percebam que não estão esquecidas pela sociedade e pelo Estado.

Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Cabe a esta Comissão apreciar a proposição legislativa no que respeita aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, assim como no que toca ao mérito da iniciativa. É o que determina o Regimento Interno do Senado Federal nos arts. 101, inciso I; 356 e seguintes.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2012, apresenta adequada compatibilidade, formal e material, com a Constituição brasileira. Com efeito, no plano formal, inexistem quaisquer dos óbices que possam impedir o exame do mérito da medida pelo Congresso Nacional: a medida é subscrita pelo número bastante de Senadores e Senadoras e seus termos guardam conformidade com as regras constitucionais pertinentes.

Ademais, inexistem, no plano circunstancial, quaisquer das restrições a que a Constituição se refere que impedem a sua alteração: não estamos diante da vigência de estado de sítio, ou de defesa ou de intervenção federal em unidade da Federação.

Quanto ao mérito, acato os argumentos dos eminentes Senadores e Senadoras autores da iniciativa.

Entendo que, de fato, houve, a partir da Constituição Federal de 1988, um resgate da assistência social, política que se deslocou do campo exclusivo da benemerência e da filantropia para figurar entre as garantias

providas pelo Estado com a finalidade de amparar todos os cidadãos e cidadãs que dela necessitem, sem exigência de prévia contribuição à Seguridade Social.

A Constituição detalhou os objetivos da Assistência Social e demonstrou que, apesar de ser uma garantia devida a todos os brasileiros e brasileiras, ela se dirige especialmente a segmentos populacionais que enfrentam situações mais difíceis que a maioria da sociedade, bem como a circunstâncias de vida que geram maior vulnerabilidade para as pessoas. Trata-se de afastá-las, pois, do risco socioeconômico de perecer, caso não recebam o devido apoio em determinado momento de suas vidas.

Assim, o art. 203 enumera como objetivos da Assistência Social a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, assim como o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.

As mulheres submetidas à situação de violência compõem, também, um segmento a quem é devida a proteção especial. Destacar essa medida no texto da nossa Constituição ressalta o compromisso do Estado brasileiro em lhes garantir a prestação dos direitos assistenciais especializados.

A proposição sob exame se junta a outras importantes normas que demonstram a evolução da sociedade brasileira no sentido de não mais aceitar que as mulheres sejam vitimadas pela violência, especialmente no âmbito doméstico e familiar, sem que isso seja assunto da esfera pública. Resta inequívoco, portanto, o mérito de que se reveste a iniciativa em questão da nobre Senadora.

Cumpre ressaltar, entretanto, que a PEC nº 43, de 2012, carece de aperfeiçoamento no que tange à redação de sua ementa, para corrigir um lapso ortográfico e, ainda, para promover a adequação do texto ao que dispõe o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que estabelece normas sobre a elaboração legislativa. Tal artigo determina que a ementa de uma proposição legislativa deve explicitar, "de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei".

Voto.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade e juridicidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2012, da nobre Senadora Marta Suplicy, e, no mérito, por sua aprovação, adotada a seguinte emenda, que mexe no *caput*:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2012, a seguinte redação:

"Altera o art. 203 da Constituição, para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência."

A emenda é quase uma emenda de redação, Sr. Presidente.

Mantive, na íntegra, a proposta da Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o projeto.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria fazer uma saudação muito especial ao Senador Paulo Paim, à Senadora Marta Suplicy e a outros Senadores que apresentaram esse projeto para tramitação no Congresso Nacional. Essa proposta de emenda à Constitucional é de muita relevância, porque a mulher vítima de violência passa a ser uma das beneficiadas do Sistema de Assistência Social.

Hoje, no plenário, agora, está havendo um evento sobre os 16 dias de ativismo contra a violência contra a mulher. Aliás, quero até falar a V. Exª, Sr. Presidente, que, daqui a pouco, vou me ausentar daqui, para participar desse evento, que é muito importante. Essa é uma das grandes lutas que nós fazemos na sociedade brasileira.

Aliás, esse projeto vem fortalecer um projeto do Poder Executivo que a Presidenta Dilma lançou no ano passado e está implementando, que é a Casa da Mulher Brasileira, um centro de apoio voltado à mulher vítima de violência. Dentro da Casa, haverá trabalhos e ações de assistência social, de proteção judicial e de assistência policial para a mulher vítima de violência.

Então, eu queria saudar o Senador Paulo Paim e também a Senadora Marta Suplicy.

É um dia especial, Senador Paim, para aprovarmos esse projeto aqui, porque é o dia em que estamos fazendo a sessão, é a data em que se iniciam os 16 dias de ativismo contra a violência contra mulher.

Então, eu queria dizer do prazer de fazer essa votação hoje aqui, na CCJ, e declarar a votação favorável ao relatório do Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós provocamos a inclusão dessa pauta exatamente para coincidir com o início do ativismo no Brasil contra as ações violentas que a mulher sofre.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero parabenizá-lo pela iniciativa de colocar esse projeto em votação exatamente hoje, quando iniciamos esse ativismo em relação ao combate à violência contra a mulher.

Quero cumprimentar o Senador Paim pela relatoria e cumprimentar a autora do projeto, Marta Suplicy, que tem feito um grande trabalho em favor da emancipação da mulher. E esse apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social à mulher, vítima de violência, sem dúvida nenhuma é um grande anseio de todos nós. Isso, acrescido da iniciativa da Presidente no sentido de criar a Casa da Mulher, sem dúvida nenhuma é um avanço e é um compromisso que esta Casa sempre teve, principalmente a bancada feminina, acrescida da sensibilidade de todos os Senadores que defendem essa causa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua a em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda nº 1.

A matéria vai ao plenário com pedido de urgência da Senadora Gleisi, do Senador Paulo Paim.

Em votação a urgência. (*Pausa.*)

Urgência atendida.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes, anunciando os próximos projetos que estão em caráter não terminativo. Nós não temos ainda o quórum necessário para deliberar os terminativos. Estamos avançando nos não terminativos e em relação àqueles que estão acordados entre as diversas Lideranças da Casa.

Os próximos itens 15 e 18.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu queria aproveitar, já que V. Exª está anunciando os não terminativos, para dizer que há alguns projetos que têm acordo para serem votados hoje, inclusive terminativos. Eu já queria externar a V. Exª quais são esse projetos, as pautas. São os nºs 4, 6, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 24 e também o projeto solicitado pelo Senador Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O item 4 não estava na minha lista, mas a força da Senadora Lúcia Vânia e o seu poder de argumentação fizeram com que diversos Líderes...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – E a sua convicção também!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E a sua convicção fizeram com que diversos Líderes assumissem o papel de aprovar o projeto.

Então, vamos a ele, em homenagem à Senadora Lúcia Vânia.

Item 4.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar e agradecer à Senadora Gleisi pela sua sensibilidade em relação ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 4, pág. 99.

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2014
– Não terminativo -

Altera o art. 144 da Constituição Federal para instituir garantias para os policiais civis e militares e suas famílias.

Autoria: Senador Fernando Collor e outros

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

Observações:

– Em 29/10/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Passo a palavra a S. Exª.

Para as considerações finais, a essa matéria já foi concedido vista. Se há alguma consideração final a fazer, V. Exª já leu o seu relatório. Brevemente, se desejar, faça as suas considerações finais.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu vou só ler o primeiro parágrafo para que os Senadores possam relembrar.

A PEC é constituída por dois artigos. O art. 1º acrescenta o §10 ao art. 144 da Carta Magna, que assegura aos policiais civis e militares assistência à saúde e seguro de vida compatíveis com os riscos de sua atividade profissional, cujos custos serão integralmente pagos pelo ente federado ao qual se vinculam. O art. 2º veicula a cláusula de vigência.

É esse o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. O material está ao alcance social. (*Pausa.*)

Em votação.

Os senhores que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada, o parecer da Comissão, com emenda proposta pela Senadora.

Vamos ao item 15.

ITEM 15

OFICIO "S" Nº 54, DE 2009
– Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 409 do Regimento Interno do Senado Federal, documentação do Sr. JOSÉ CARLOS BARBOSA em que solicita providências para o efetivo cumprimento de decisão judicial transitada em julgado, exarada por Tribunal competente, em face da Caixa Seguradora S/A.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pelo não-conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento do Ofício "S" nº 54, de 2009.

Observações:

Com a palavra o Senador Paim, eterno Presidente da Comissão de Direito Humanos, para seu relatório a fim de que possamos votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, vou direto para a análise.

Não se insere nas competências deste Senado Federal garantir o cumprimento de decisões judiciais. A matéria não pode ser deliberada por esta Casa. O princípio da separação e independência dos Poderes, plasmado no art. 2º da nossa Constituição, impede que esta Casa atue conforme tenciona o Senhor José Carlos Barbosa.

Mediante o fato, Sr. Presidente, aqui muito claro, e à luz do exposto, concluo pelo não-conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento do Ofício "S" nº 54, de 2009.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir.

Em votação.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade, o relatório do Senador Paulo Paim.

ITEM 18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2012
– Não terminativo -

Inclui o art. 16-A na Constituição Federal, para dispor sobre a vedação de divulgação de pesquisas eleitorais, nos quinze dias que antecedem o pleito eleitoral em 1º e 2º turnos.

Autoria: Senador Luiz Henrique e outros

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável à Proposta.

Observações:

Preliminarmente, coloco o requerimento de dispensa da audiência pública para instruir a matéria, de autoria do Relator, Senador Randolfe Rodrigues.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, está aprovado.

Vamos para a votação da proposta de emenda à Constituição.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe. (*Pausa.*)

Vou interromper a apreciação até que algum Senador solicite desta Presidência a condição de relatar *ad hoc* a matéria. Preciso que os Senadores tenham conhecimento para poder fazer a designação necessária.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Eu posso fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O senhor pode fazer, Senador Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Volto à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição.

O Senador Marcelo Crivella se dispõe a ler a proposta de emenda à Constituição que disciplina vedações sobre divulgação de pesquisas eleitorais nos 15 dias que antecedem o pleito eleitoral em 1º e 2º turnos.

Com a palavra, o Senador Crivella, para acatar ou não os termos do relatório do Senador Randolfe Rodrigues, na condição de relator *ad hoc*.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Sr. Presidente, acho que nenhum Senador terá dúvida de que a proposição do Senador Luiz Henrique goza de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. E, quanto ao mérito, também somos pela aprovação da proposta.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma iniciativa importantíssima no contexto do processo eleitoral para que, na nossa democracia, haja legitimidade; para que o eleitor não seja manipulado, sobretudo porque os grandes meios de comunicação acabam sempre divulgando apenas uma pesquisa.

V. Exª tem toda a razão quando diz que essas pesquisas próximas à eleição influenciam o voto, porque um jornal, uma televisão e um rádio são obrigados a dar espaço para todos os candidatos proporcionalmente, mas um instituto de pesquisa só dá para o dele, para o que foi contratado por ele, para o que está vinculado a ele, de tal maneira que não existe democracia na divulgação de todas as pesquisas.

Portanto, V. Exª tem toda a razão, e o meu voto, como o do relator, é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir a matéria, o autor, com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa questão das pesquisas revelou-se de tal gravidade que o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Toffoli, manifestou em entrevista a sua grande preocupação e a necessidade de uma regulamentação severa a respeito dessa matéria.

Sobre o mesmo projeto, que já foi aprovado pelo Parlamento brasileiro e que foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, era uma norma subconstitucional, e por isso nós estamos apresentando uma emenda à Constituição para que não haja conflito e para que o Supremo não possa novamente, em provocado, manifestar-se pela inconstitucionalidade.

O Ministro Antonio Dias Toffoli foi muito claro ao salientar que vários países desenvolvidos já adotam a norma de proibir a publicação de pesquisas nos 15 dias que antecedem à realização dos pleitos.

S. Exª o Sr. Relator *ad hoc*, Senador Marcelo Crivella, tem toda razão, há outro aspecto a ser abordado no exame dessa questão. Quem tem poder contrata pesquisa e publica. Quem é dono do capital, é dono da TV, é dono da rádio, é dono do jornal tem condições de publicar pesquisa favorável aos seus interesses. Então, a aprovação desta medida é também uma norma de estabelecimento de igualdade de condições entre os candidatos nas eleições.

Eu menciono, na minha justificativa, o caso mais grave ocorrido na última eleição, em Joinville. Pesquisa publicada pela maior rede de comunicação do meu Estado, pesquisa de um instituto que sempre foi muito acreditado no passado, pesquisa do Ibope dizia que o atual Prefeito de Joinville perderia a eleição por 18%, quase 90 mil votos. Essa pesquisa foi publicada no sábado à noite, a eleição era no domingo de manhã. E no domingo à noite, o atual Prefeito Udo Döhler ganhou a eleição por 9,5%. Quer dizer, um erro de 27,5%.

Erros como esse têm se repetido por todo o País. Por isso é importante a adoção dessa norma. Acho que ela atende, se não à unanimidade, à maioria do pensamento dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras. E mais, já atende ao pensamento do próprio Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que, em sendo Ministro também do Supremo Tribunal, manifestou-se na sua entrevista, dizendo que a composição do Supremo hoje é outra e que essa matéria seria encarada de outra forma, diferentemente daquele julgamento que impediu que a lei aprovada pelo Parlamento tivesse a sua aplicação.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima. Depois, a Senadora Lúcia Vânia.

Nós estamos em fase de discussão da matéria, Senadora. A senhora gostaria...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu gostaria de pedir vista do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista concedida. Eu peço apenas a V. Exª, em respeito ao Senador Cássio, para ouvi-lo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Vamos pedir vista coletiva, o que permite que a matéria já volte na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos ouvir, Senador, porque...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É muitíssimo importante essa matéria, pelo tipo de trabalho que esse instituto tem feito no Brasil....

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Cássio já estava inscrito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... influenciando o voto dos eleitores nas vésperas da eleição. Aliás, é um escárnio – e disse muito bem o Senador Crivella –, nesse caso, é antidemocrático...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k., Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... porque as empresas de televisão e alguns jornais contratam exclusivamente uma empresa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Cássio já estava inscrito na ordem de discussão. Eu vou ouvi-lo e, depois, concederei vista coletiva.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Eu agradeço, Presidente, pela manutenção da palavra.

Acredito que a discussão do prazo de publicação apresentado pelo nobre Senador Luiz Henrique é importante; contudo, não resolve a origem do problema. O problema da publicação e divulgação de pesquisas de opinião no nosso País é o visível conflito de interesses entre empresas que são contratadas por governos, candidatos e partidos políticos, e também por veículos de comunicação.

Na democracia americana, essa possibilidade é simplesmente impossível. A legislação americana proíbe, de forma clara, que empresas de pesquisa possam ser contratadas, ao mesmo tempo, por governos, partidos e candidatos e também por veículos de comunicação. Ou uma coisa, ou outra.

Portanto, já que há um pedido de vista coletiva, desde já, proponho ao Senador Luiz Henrique, autor da matéria, que, além da limitação temporal para a publicação das pesquisas, analisemos, aí sim, a origem desse problema, que é o conflito de interesses, que é insuperável. Não há como deixar de reconhecer um conflito de interesses insuperável, de governos, partidos e candidatos que se transformam nos maiores clientes dos institutos de pesquisa, que, por sua vez, ao mesmo tempo, são contratados por veículos de comunicação.

Esta talvez seria a hora oportuna, o momento exato para analisarmos o problema como um todo, no seu vício de origem no conflito de interesses, já destacado aqui por mim, além do aspecto trazido pelo Senador Luiz Henrique no que diz respeito ao espaço temporal para publicação dessas pesquisas de opinião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cássio...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permite-me, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cássio, com a solicitação de vista e agora de vista coletiva, V. Exª vai ter o prazo de uma semana para apresentar uma emenda sugestiva ao Senador Randolfe Rodrigues e ao Senador Luiz Henrique. Já na próxima semana, quando o projeto estiver em discussão e votação nesta Comissão, apreciaremos o parecer do Senador Luiz Henrique e a emenda sugerida pelo Senador Cássio...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu acolho tranquilamente...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – ... já com o apoio do autor.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... inclusive com determinação, essa proposta do nobre Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já foi concedido vista do projeto.

É pela ordem?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nada! Eu quero avançar, eu quero avançar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, vamos lá. Vamos avançar no Item 20.

ITEM Nº 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para dispor sobre os convênios, contratos e parcerias firmados com o Ministério do Turismo.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Relatório: pela constitucionalidade e regimentalidade, mas pela sua injuridicidade e, no mérito, contrário ao projeto.

Observações:

– A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

A matéria é do Senador Eduardo Amorim. O Senador Anibal Diniz está com a relatoria.

É matéria de acordo.

Senador Anibal, com a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Item nº 20.

Sr. Presidente, essa proposição do eminente Senador Amorim recebeu um estudo da Consultoria, e, entrando diretamente no mérito, ela foi considerada um projeto que pouco ou nada acrescenta ao mundo jurídico atual. Em verdade, há até uma tautologia jurídica. Por definição, desnecessária. A legislação em vigor, à qual remete intentado novel art. 44, exigirá ou não precedência de seleção, chamada pública ou licitação. Ou seja, o dispositivo existe para dizer que a legislação em vigor deve ser obedecida, sendo ela a verdadeira norma de regência. Ora, o artigo é juridicamente inócuo e não acrescenta nada ao ordenamento jurídico.

Exatamente por isso, nós votamos pela rejeição do mérito dessa matéria, por não apresentar nada de novo à estrutura jurídica atual.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

A matéria foi aprovada e o relatório passa a constituir parecer da Comissão.

O próximo item, por acordo, é o item extrapauta solicitado pelo Senador Crivella, com a Relatoria do Senador Inácio Arruda.

ITEM 25

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2005
– Não terminativo -

Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o Território Nacional.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Observações:

Com a palavra S. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Crivella, analisando uma realidade a partir de sua atuação objetiva no Estado do Rio de Janeiro, mas que é presente em todo o Território Nacional, verificou que não apenas tem crescido a violência em geral, mas tem crescido a violência entre as unidades responsáveis por garantir a segurança pública, especificamente as polícias militares. Isso tem resultado em um número inigualável de mortes, porque o equipamento básico de perseguição, de persuasão e coerção é uma arma letal, que tem levado à morte, especialmente de muitos jovens, no Brasil. Por essa razão, o Senador Crivella apresenta uma proposição buscando criar condições para que essa letalidade seja bastante diminuída.

Existem muitos instrumentos. Hoje, há uma quantidade enorme de tecnologias que permitem o uso de armas não letais, que imobilizam completamente um agressor, um bandido, um assaltante, um criminoso. Às vezes, ocorre no Brasil que, já detido o prisioneiro, ele seja ainda atacado com uma arma letal.

O Senador Crivella, num diálogo comigo, reportou o episódio de um jovem cantor no Rio de Janeiro que, numa perseguição, tentou saltar um muro, usando as duas mãos. Ele não tinha a menor condição de reagir a um tiro, a uma ordem de prisão com uma arma, porque ele estava naquela fuga. Se tivesse uma arma não letal, ele seria paralisado, mas, não dispondo de arma não letal, o policial usou a arma de fogo e matou o jovem cantor.

São exemplos como esse que se multiplicam em escala geométrica no nosso País e que merecem, portanto, de nossa parte, não só a atenção, como a aprovação da sua proposição, porque ele busca não só diminuir o número de mortos em perseguições policiais, como também proteger, especialmente, a juventude brasileira, que tem sido alvo principal dessas mortes.

O nosso parecer à proposição do Senador Crivella que dispõe sobre o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública em todo o Território Nacional é que ela seja acatada por esta Comissão de Constituição e Justiça. É o nosso parecer e o nosso voto favorável à correta e justa proposição do Senador Marcelo Crivella.

Peço que a matéria seja colocada em votação imediatamente. E peço o apoio de todos os nossos colegas Senadores para a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O projeto é altamente meritório. É um projeto que aprimora a legislação sobre a atividade policial e, ao mesmo tempo, consagra os direitos humanos. Por isso, cumprimentando o Senador Marcelo Crivella e o Senador Inácio Arruda, votarei pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão.

Solicitada a urgência da matéria pelo Senador Relator, a urgência é atendida.

A matéria vai diretamente ao plenário, como querem o autor, o relator e todos os membros, por unanimidade desta Comissão.

Vamos aos itens seguintes.

Item 5.

Nós esgotamos agora os itens acordados. Não temos...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não temos quórum para os terminativos. Então, vamos aos itens agora que são mais polêmicos.

Com a palavra, pela ordem, o Vice-Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O item 5, Sr. Presidente, eu acho que é não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Mas não acordado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ...que nós pudéssemos, ainda que se trate de um item terminativo, iniciar o debate hoje do Projeto nº 132, que tem a relatoria do Senador Paim e que é um assunto que certamente vai instigar muito o debate aqui na Comissão de Constituição e Justiça, porque trata do equilíbrio de gênero nas eleições para o Senado, com duas vagas. Como o Senador Paim já tem o relatório pronto, estaremos inteiramente em condições de fazer esse debate, porque todos temos opiniões a respeito. Eu pediria, ainda que nós não tenhamos o quórum qualificado na CCJ, que nós pudéssemos iniciar o debate desta matéria para posterior apreciação em termos de voto. É o item 16 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 16 da pauta solicitado. Nenhuma objeção dos senhores? (*Pausa.*)

Vamos ao item 16.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, só um...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Questão de procedimento. É praxe nesta Comissão abrir discussão de matéria que não tem quórum para deliberar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Portanto, eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Por isso, eu preciso do acordo dos senhores. Eu só faria essa inclusão havendo unanimidade...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Não. O PSDB não concorda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ...na unanimidade do apoio dos senhores.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Não. Vamos fazer o quórum para poder discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2010
– Não terminativo -

Altera os arts. 4° e 11, da Lei n° 9.986, de 18 de julho de 2000, para otimizar o funcionamento das agências reguladoras em atenção ao interesse público e à proteção e defesa dos direitos dos consumidores e usuários.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

– Em 05/11/2014, foi concedida vista ao Senador Douglas Cintra, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, para suas considerações finais, na condição de relator, já que a autoria é da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, esta matéria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que evidentemente percebeu que há uma fragilidade nas agências frente à necessidade absoluta de os consumidores terem direito de voz, de participação, de presença nessas agências, para equilibrar minimamente o papel das agências reguladoras no Brasil. Por essa questão, a nossa proposição foi de acatar o projeto que veio da Comissão. O Senador Douglas Cintra pediu vista, mas não apresentou nenhuma objeção ao projeto em termos objetivos. Portanto, o nosso parecer é pela aprovação da matéria, como já tinha sido exposto na apresentação do relatório.

Peço, portanto, Sr. Presidente, aos nossos colegas que aprovemos esta matéria, que é muitíssimo para o direito dos consumidores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Alerto os senhores que já foi concedida vista desta matéria ao Senador Douglas Cintra.

Para discutir a matéria, concedo a palavra à Senadora Gleisi e ao Senador Cássio.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu queria pedir para discutir.

Eu queria fazer um apelo ao Senador Inácio Arruda, porque o projeto é meritório, sem dúvidas. É um projeto importante. Não tenho dúvidas quanto a isso. Mas nós temos algumas dúvidas quanto aos aspectos formais da proposta, especialmente sobre a possível invasão de competências executivas do poder por parte do Legislativo. Nós não tivemos tempo suficiente. O fato é que foi pedido vista, e não conseguimos fazer a avaliação.

Eu queria solicitar ao Senador Inácio Arruda, com o compromisso nosso de fazer essa avaliação, para repautarmos para a próxima semana. Não há nenhuma ação de não aprovação, apenas porque nós gostaríamos de analisar isso com mais vagar e talvez até propor a V. Exª alguma alteração.

Então, se me permitisse, eu gostaria de fazer esse apelo a V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Está bem.

Embora, Sr. Presidente, a matéria vá ainda ao Plenário do Senado, eu estou de acordo, porque o nosso objetivo é aprovar. Nós queremos aprovar. Queremos o melhor texto. Queremos que não deixe dúvida. O nosso interesse aqui é que o consumidor esteja protegido nas agências reguladoras.

Pediria apenas, Senadora Gleisi, que nós deixássemos a votação, então, para a semana seguinte à próxima, porque vou ter que, obrigatoriamente, como Presidente da Associação Brasileira de Amizades entre os Povos Brasileiros e do Vietnã, acompanhar uma missão ao Vietnã. Então, pediria que deixássemos para a semana seguinte, se possível.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sem problema, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não havendo objeção, fica adiada a discussão da matéria, PLS nº 284.

Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O item 13, de autoria do Senador Paulo Paim, tem parecer favorável, é não terminativo, e, se V. Exª avaliar como adequado, estou pronto para ler o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Está incluído com próximo item, Senador Eduardo Suplicy.

ITEM 13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 84, DE 2011
– Não terminativo -

Acrescenta o §17 ao art. 100 da Constituição Federal, para conceder aos dependentes e pensionistas dos credores de precatórios o direito de serem pagos com preferência, nos termos do § 2º do mesmo artigo.
Autoria: Senador Paulo Paim e outros
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo agora a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para que possa proceder à defesa do seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Anibal Diniz, a proposição pretende estender o regime dito superpreferencial de pagamentos de débitos de natureza alimentícia judicialmente impostos à Fazenda Pública não somente aos maiores de 60 anos ou portadores de doença grave, como autorizado pelo § 2º do art. 100 da Constituição Federal, hoje vigente, mas também aos pensionistas e dependentes dos referidos titulares.

A justificação se sustenta na compreensão de que a excepcional prioridade dos aludidos créditos judiciais contra a Fazenda Pública ajusta-se para aplicação extensiva, igualmente, a quem depende dessa pessoa para viver.

Análise.

Não há óbices à técnica legislativa da proposição, adequada às prescrições que regem a elaboração normativa em vigência no País.

Igualmente, não ocorre inconstitucionalidade formal ou processual, já que respeitadas as imposições constitucionais acerca da formulação e tramitação da Proposta de Emenda à Constituição em análise.

No tocante à constitucionalidade material, visualizo como imperiosa uma alteração na redação defendida pelos proponentes da PEC nº 84/2011, cujo primeiro signatário é o Senador Paulo Paim, para adequá-la aos ditames constitucionais que têm como escopo o princípio da igualdade inscrito no *caput* do art. 5º da Constituição Federal.

O Supremo Tribunal Federal (STF), na discussão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.425, de 14.3.2013, declarou a inconstitucionalidade da expressão restritiva "na data da expedição do precatório", por afronta, entre outros, ao princípio constitucional da isonomia, ou igualdade material, determinado o entendimento de que o benefício é extensivo a qualquer sexagenário, inclusive a quem atinja essa idade após a expedição do precatório. No acórdão, o STF caracteriza que:

O pagamento prioritário, até certo limite, de precatórios devidos a titulares idosos ou que sejam portadores de doença grave promove, com razoabilidade, a dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III) e a proporcionalidade (CF, art. 5º, LIV), situando-se dentro da margem de conformação do legislador constituinte para operacionalização da novel preferência subjetiva criada pela Emenda Constitucional nº

62/2009.

3. A expressão "na data de expedição do precatório", contida no art. 100, §2º, da CF, com redação dada pela EC nº 62/09, enquanto baliza temporal para a aplicação da preferência no pagamento de idosos, ultraja a isonomia (CF, art. 5º, caput) entre os cidadãos credores da Fazenda Pública, na medida em que discrimina, sem qualquer fundamento, aqueles que venham a alcançar a idade de sessenta anos não na data da expedição do precatório, mas sim posteriormente, enquanto pendente este e ainda não ocorrido o pagamento. (Disponível em http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/. Acesso em 24 jul. 2014)

Não se pode olvidar que há um sentido de equidade na extensão das regras especialíssimas de pagamento de precatórios aos sucessores do credor original que mereceu enquadramento do sistema especial e que não tenha recebido, em vida, os créditos a que tem direito. Porém, como o direito pátrio, por óbvio, põe reparo em quaisquer iniciativas que permitam a transmissibilidade de condições personalíssimas, devemos definir que os pensionistas e dependentes do titular somente se incluem no regime superpreferencial de pagamento dos precatórios se preencherem as mesmas condições de excepcionalidade.

Assim, cremos na necessidade de aprovação da PEC nº 84/2011. Se o pensionista e o dependente preenchem os mesmos requisitos – idade ou doença grave –, nada mais justo que eles também recebam a mesma excepcionalidade, quando do falecimento do titular do precatório.

Pelas razões expostas, opinamos pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade da PEC nº 84, de 2011, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma da seguinte Emenda Substitutiva, que altera o § 2º do art. 100, da Constituição Federal, para conceder aos pensionistas e dependentes dos credores de precatórios o direito de serem pagos com a mesma preferência do titular, desde que preencham... Então, ficaria o § 2º redigido da seguinte forma:

§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares ou, na falta destes, seus pensionistas e dependentes tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação dos precatórios.

Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

É o Parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão a matéria.

Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Presidente, apenas para festejar. É uma matéria de alcance extraordinário. As pessoas que estão nos assistindo em casa, talvez, não tenham a dimensão do que nós estamos discutindo aqui, agora.

As pessoas entram com créditos diante da União, que são colocados como os chamados precatórios; as pessoas morrem, porque demora muito para receber; e o dependente acaba ficando, ainda continua na fila, mas, agora, com uma agravante: ele continua na fila, mas perdeu o seu progenitor, sua genitora, enfim, alguém que lhe ajudava a suportar o ônus da vida. Com o projeto do Senador Paim, ele continua tendo a prioridade que existia com o titular, de tal maneira que é totalmente meritório.

Hoje, nós temos milhões de brasileiros, sem exagero – se não são milhões, são centenas de milhares de brasileiros –, que aguardam receber um precatório alimentício. É um menino que toma um tiro nas costas e fica paraplégico ou um senhor que fica paraplégico por uma bala perdida na violência das nossas cidades.

Então, eu quero dizer ao senhor que vou votar favoravelmente, congratulando o relator e o autor, pelo espírito público e pelo espírito, também, de cidadania, que traz a essa nossa Comissão, com esse lindo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Na mesma linha do Senador Crivella, só queria dizer que esse é um projeto de inclusão social. É um projeto de justiça social. É um projeto que põe, na frente, na fila dos precatórios, aqueles que mais precisam, que mais necessitam. Por isso, votarei com entusiasmo nesse projeto, cumprimentando o autor e o relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o Relatório, favorável à proposta, nos termos da Emenda Substitutiva.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que o aprovam, queiram, por favor, permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 1, da CCJ, Substitutiva.

A matéria vai para a deliberação do Plenário.

Não temos outras matérias em acordo para serem apreciadas.

Gostaria de, na condição de Presidente momentâneo da Comissão, fazer um comunicado aos Srs. Senadores, de que o PLS nº 132, de minha autoria, não foi colocado em pauta na última reunião porque houve objeção do Senador Magno Malta, que entendeu, como Líder, que não deveria fazer inversão de pauta, muito embora estejamos praticando sempre aqui a inversão de pauta, quando há essa concordância de todos os Líderes. Houve uma discordância do Senador Magno Malta e não foi colocado em pauta naquele momento. Então, colocamos em pauta para a reunião de hoje, mas hoje não se iniciou o debate porque houve a objeção do Senador Cássio Cunha Lima, arguindo o fato de não ter precedente. Mas, na realidade, nós já realizamos outras discussões aqui de matérias em que se começa a discussão numa reunião, mesmo não tendo quórum, e se termina, depois, quando há quórum qualificado. Muitas vezes, ao longo da discussão, junta-se o quórum para fazer a votação.

De qualquer maneira, deixo esse comunicado aos Srs. Senadores. Essa matéria vai permanecer em pauta, porque ela está em pauta. Vou continuar o meu périplo, falando individualmente com cada Senador, porque o mandato majoritário de Senador é o único da República que tem a exceção de, a cada oito anos, ter duas vagas em disputa. Não temos duas vagas para Presidente, não temos duas vagas para governador, nem temos duas vagas para prefeitos; apenas o mandato de Senador tem a exceção de, a cada oito anos, abrir com duas vagas.

Por isso, a importância do equilíbrio de gênero, até por uma questão constitucional de isonomia. As garantias individuais contidas no art. 60 da Constituição Federal também pressupõem isonomia. Nesse caso da eleição com duas vagas ao Senado, temos que fazer esse debate. Não quero dizer que todos os Senadores estejam de acordo com a proposição que defendo, mas que pelo menos façamos o debate, porque a maioria dos brasileiros, que são mulheres, exigem que haja essa discussão. Temos mais de 50% do eleitorado e da população brasileira constituído por mulheres, e essa população tem o direito de ter pelo menos o debate: nas eleições com duas vagas ao Senado, se não é justo ter uma vaga destinada às mulheres.

Esse debate certamente vai continuar, é um debate extremamente atual. Tenho certeza de que vamos poder fazer essa boa discussão, com os homens numa posição de protagonista. Se não houver, numa casa de maioria masculina, disposição dos homens de fazer esse debate, certamente nunca teremos equilíbrio de gênero na política brasileira.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, quero apenas externar meu apoio a V. Exª e parabenizar pela iniciativa desse projeto. Geralmente, são as mulheres presentes nesta Casa que tomam iniciativas no sentido ou de estabelecer cotas ou políticas afirmativas para as mulheres, tanto na participação da política como em outras políticas públicas.

V. Exª demonstra coragem, mas, sobretudo, comprometimento com a democracia. Não há democracia completa se metade da população não está representada nas suas instituições. Então, é importante fazermos a reflexão. Se continuarmos como estamos, sem ter uma política afirmativa mais definitiva, que realmente empodere ou dê condições às mulheres, nós vamos ter igualdade de participação daqui a 200 anos. É isso que se projeta, inclusive a ONU Mulheres faz essa projeção.

Então, eu queria parabenizar V. Exª. Infelizmente não pudemos fazer a discussão hoje, que é um dia propício, o dia em que estamos iniciando os 16 dias de ativismo de enfrentamento à violência contra a mulher, mas V. Exª pode ter certeza de que estaremos juntos nessa caminhada, falando também com os Senadores, com os nossos colegas, para que possamos fazer a discussão desse projeto e aprovar na Comissão para que ele vá ao Plenário.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Apenas para que fique registrado que a posição adotada por mim há poucos instantes, primeiro, não tem nada de pessoal contra V. Exª, longe disso – tenho por V. Exª profundo apreço, respeito e admiração – tampouco adentrei no mérito da proposta, tanto é que, antes de me opor ao debate, indaguei à Presidência, ao tempo exercida pelo Senador Vital, se havia um precedente anterior sobre esse procedimento. A resposta que recebi da Presidência desta Comissão é que não havia precedentes de abrir discussão sem o quórum estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E a resposta do Presidente foi peremptória. Na realidade, havia o costume. O costume não, mas já havia precedente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Portanto, numa Casa onde o Regimento tem sido rasgado, com a maioria tentando impor à minoria, como aconteceu ontem, de forma deplorável, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, eu serei sempre zeloso em relação ao Regimento pelos precedentes que estão sendo abertos. A maioria governa, a maioria faz valer a sua vontade, mas o Regimento é um instrumento da minoria. O que aconteceu, ontem, na Comissão de Orçamento do nosso Congresso, foi algo muito grave, que nos leva, inclusive, a recorrer ao Supremo Tribunal Federal, o que é lamentável.

O Governo tem nesta Casa maioria para discutir e aprovar as suas propostas, mas não pode fazê-lo atropelando a minoria, muito menos rasgando o Regimento, desprezando a Constituição. Não tem uma matéria nenhum tipo de vinculação com a outra, em absoluto, são temas díspares, distantes, mas exigem da oposição brasileira essa postura de zelo, de respeito, não só à Constituição, mas também às normas regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Devo dizer a V. Exª que é muito oportuno de V. Exª fazer essa separação.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Fiz uma indagação ao Presidente Vital do Rêgo sobre a praxe desta Comissão de adotar a discussão de matéria sem o devido quórum, ressalvado que nada de pessoal há contra V. Exª, muito menos contra o mérito da proposta, sobre a qual não tenho ainda posição firmada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A discussão ainda será feita.

Obrigado, Senador Cássio Cunha Lima.

Para informar, o PLS nº 132, que trata dessa matéria, continua em pauta para a próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Logo em seguida realizaremos uma próxima para fazer a leitura das emendas da CCJ ao Orçamento da União.

Convido o Senador Luiz Henrique a presidir essa reunião especial para que possamos fazer a leitura do relatório à Comissão de Orçamento.

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia quatro de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Maria do Carmo Alves**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Ana Amélia, Benedito de Lira, Wilson Matos, Douglas Cintra, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Pedro Simon, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Paulo Bauer, José Agripino e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Senhora Presidente, Senadora Maria do Carmo Alves, faz a leitura dos seguintes comunicados: **Comunicado 1**: "Comunico aos (as) Excelentíssimos (as) Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do aviso, de autoria do Excelentíssimo Senhor Vice– Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, Aroldo Cedraz, sobre Acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do processo nº TC 011.441/2012-7, na Sessão Ordinária de 24/9/2014. Acompanham este Acórdão Relatório e Voto proferidos pelo Tribunal, fruto de auditoria operacional realizada no Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância.Os Senadores que desejarem cópia do Aviso, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O Aviso vai ao arquivo. **Comunicado 2**: "Comunico aos (as) Excelentíssimos (as) Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Ofício/SGP nº5209/2014, de autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Deputado Samuel Moreira, sobre Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída na referida Assembleia, com a finalidade de investigar os problemas relacionados à compra e venda de ingressos nos grandes eventos musicais, esportivos e de lazer, realizados no Estado de São Paulo, entre eles a cobrança de taxas, como a de conveniência. Acompanha o Ofício, Relatório Final da CPI. Os Senadores que desejarem cópia do Ofício e do Relatório, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O documento vai ao arquivo. **Comunicado 3**: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Ofício nº 7265/SEI-MC, de 11 de setembro de 2014, do Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, por meio do qual encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 123, de 2014, de iniciativa desta Comissão. O requerimento foi proposto no Parecer Nº 67, de 2014, de autoria do Excelentíssimo Senador Aloysio Nunes Ferreira, referente à Auditoria Operacional realizada no Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações – Fust, com o objetivo de verificar que dificuldades, limitações ou barreiras impedem a aplicação dos recursos desse fundo. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia das informações poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O documento vai ao aquivo. Prosseguindo, a presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para a deliberação dos projetos terminativos. **Item 10: Projeto de Resolução do Senado nº 78, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que "Cria o Painel Permanente da Poesia no Senado Federal". A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o parecer favorável é aprovado. **Item 8: Projeto de Resolução do Senado nº 80, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Denomina Edifício Lúcio Costa o Anexo I do Senado Federal". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer favorável é aprovado. **Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Reinhold Stephanes, que "Confere ao Município de Terra Roxa, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Moda Bebê". O relator designado é o Senador Wilson Matos e o parecer favorável é aprovado. **Item 3: Projeto de Resolução do Senado nº 104, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Cria o Programa de Conscientização Ambiental para o Futuro, no âmbito do Senado Federal". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer favorável é aprovado, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE. **Item 6: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora

Ideli Salvatti, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS em todas as etapas e modalidades da educação básica". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer favorável é aprovado, com as emendas nº 1-CE, nº 2-CE, nº 3-CE, nº 4-CE e nº 5-CE. Durante a discussão da matéria, foi apresentada emenda, de autoria da Senadora Ana Rita, acatada pelo relator. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Paim, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 11 e 12**). Prosseguindo, a presidência passa à deliberação das matérias incluídas extra-pauta. **Extra-Pauta**, **Item 11: Requerimento nº 34/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, que requerem "... nos termos do art. 93, inciso II, combinado com os artigos 90, inciso I e 113, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para debater a importância da realização do 'WORLDSKILLS' na cidade de São Paulo, no ano de 2015, e a contribuição do Sistema 'S' para a educação profissional, com a presença dos seguintes convidados: 1. Sr. Simon Bartley – Presidente Mundial da WorldSkills; 2. David Hoey – CEO, Diretor-Executivo da WorldSkills Internacional; 3. Sr. Rafael Lucchesi – Diretor Geral do SENAI e Diretor de Educação e Tecnologia da CNI; 4. Sr. Aléssio Trindade de Barros – Secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC; 5. Professor Herman Jacobus Cornelis Voorwald – Secretário de Educação do Estado de São Paulo; 6. Sr. César Callegari – Secretário de Educação do Município de São Paulo; 7. Sr. Rafael Wenderson Morais Pereira – Ganhador de duas medalhas de ouro nas categorias melhor soldador e melhor competidor brasileiro no WorldSkills Américas, em 2014, e ganhador do troféu Albert Vidal, entregue ao participante com a maior pontuação na competição". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta**, **Item 12: Requerimento nº 35/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, que requerem "... na forma dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, destinada debater a proposta de federalização da educação de base, em atendimento à relevância do tema e ao resultado de pesquisa realizada com os professores orientadores dos estudantes do Programa Jovem Senador". O Requerimento é aprovado. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Presidente Eventual, Senadora Maria do Carmo Alves**, encerra a reunião às doze horas e treze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Maria do Carmo Alves,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nós vamos ler os comunicados.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de aviso de autoria do Exmo Sr. Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, Aroldo Cedraz, sobre o acordo proferido pelo plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-011.441/2012-7 da sessão ordinária de 24 de setembro de 2014. Acompanham este acórdão relatório e voto proferido pelo Tribunal, fruto de auditoria operacional realizada no Programa Nacional de Restruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).

Os Senadores que desejarem cópia do aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O aviso vai ao arquivo.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento do Ofício SGP nº 5.209/2014, de autoria do Exmo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Deputado Samuel Moreira, sobre o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída na referida Assembleia, com a finalidade de investigar os problemas relacionados à compra e venda de ingressos nos grandes eventos musicais, esportivos e de

lazer, realizados no Estado de São Paulo, entre eles a cobrança de taxas, como a de convivência. Acompanha o Ofício, o Relatório Final da CPI.

Os Senadores que desejarem cópia do ofício e do relatório poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O documento vai ao arquivo.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento do Ofício nº 7265-SEI-MC, de 11 de setembro de 2014, do Exmo Ministro de Estado das Comunicações, por meio do qual encaminha informações e resposta ao Requerimento nº 123, de 2014, de iniciativa desta Comissão. O requerimento foi proposto no Parecer nº 67, de 2014, de autoria do Exmo Senador Aloysio Nunes Ferreira, referente à Auditoria Operacional realizada no Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust) com o objetivo de verificar que dificuldades, limitações ou barreiras impedem a aplicação dos recursos desse fundo.

Os Srs. Senadores que desejarem uma cópia das informações poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

Nós vamos começar pelo Item 10, que é não terminativo.

ITEM 10

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 78, DE 2013
– Não terminativo -

Cria o Painel Permanente da Poesia no Senado Federal.
Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Favorável
Observações:
1– A matéria será encaminhada à Comissão Diretora, para decisão final.

Com a palavra, a Relatora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Srª Presidenta.

Vem à deliberação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Resolução nº 78, de 2013, da Senadora Maria do Carmo Alves, que propõe, nos termos de seu art. 1º, criar o Painel Permanente da Poesia no Senado Federal.

Nesse painel, deverão ser realizadas exposições periódicas de textos poéticos. As mostras, por sua vez, poderão ser associadas a outras produções relacionadas à literatura, de caráter artístico, crítico ou documental (art. 2º). O propósito das exposições é o de divulgar a produção poética em língua portuguesa de autores brasileiros, sejam consagrados, sejam contemporâneos. Também poderão ser expostas traduções de poetas estrangeiros. Os membros e servidores do Senado Federal com produções poéticas poderão, igualmente, ter suas obras expostas. Além do mais, o espaço pode ser ofertado ao público em geral, apresentando obras selecionadas em concurso próprio (art. 3º).

A organização dos eventos ficará a cargo de equipe da 1ª Secretaria do Senado Federal, a qual deverá designar o local onde ocorrerão as mostras e constituir comissão especial com esse fim. Essa mesma equipe, à qual serão assegurados os recursos necessários para o desempenho de sua missão, responderá também pela promoção da seleção de obras (arts. 4º e 5º).

A resolução, uma vez aprovada, entrará em vigor na data de sua publicação (art. 6º).

Em sua justificação, a autora argumenta que a poesia constitui uma das expressões culturais mais profundas e completas de uma língua: configura a invenção e a exploração de todas as potencialidades da palavra para instruir, deleitar e comover.

A criação do Painel Permanente da Poesia no Senado Federal tem como inspiração, nesta Casa, o Espaço Cultural Senador Ivandro Cunha Lima, dedicado exclusivamente a exposições de artes plásticas.

A veiculação da poesia no Senado Federal, simultaneamente, faria homenagem às maiores expressões desse gênero no Brasil e também serviria para ajudar a divulgar obras significativas para o público que frequenta a Câmara Alta.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Educação e à Comissão Diretora. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão apreciar proposições que tratem de criações artísticas, situação em que se enquadra o Projeto de Resolução nº 78, de 2013.

Como bem justifica a autora, a poesia constitui expressão da língua das mais elaboradas e representativas da identidade de um povo. Entre nós, desde o período colonial, há exemplares de autores e de obras que se tornaram consagrados. De Anchieta aos chamados pós-modernos, muitos foram os poetas que legaram pe-

ças fundamentais para a compreensão da alma lírica de nosso povo, mas também nelas é possível encontrar a indignação perante as grandes injustiças políticas e sociais. Não houve período de nossa história em que não se fizesse presente a manifestação da poesia para deixar um traço da identidade nacional.

Há nomes como Gregório de Matos Guerra, um gênio barroco que bem mostrou às gerações futuras não apenas o lirismo do período, mas também a denúncia das injustiças, ou os inconfidentes que, ao mesmo tempo em que homenageavam a tradição poética herdada dos gregos, emprestavam sua arte à rebelião contra a tirania colonial. E, ainda, Castro Alves e contemporâneos, que legaram obras de originalidade ímpar para essa alma lírica e épica dos brasileiros. Mais recentemente, Oswald e Mário de Andrade, com sua rebeldia, ajudaram a reconfigurar as letras e a identidade nacionais. Na contemporaneidade, figuras como Haroldo e Augusto de Campos, com suas criações e transcriações do melhor da poesia mundial; Waly Salomão, Cristina Cesar, Paulo Leminsky e tantos outros que, em tempos mais recentes, mostraram o vigor de nossa poesia.

Assiste razão também à autora quando esta afirma que, ante outras expressões artísticas, a poesia não encontra a projeção que lhe pode e deve ser dedicada. Assim sendo, sua promoção, no Senado Federal, traria benefícios à imagem da Casa, à cultura da poesia, no Brasil, e à formação de leitores.

A fórmula proposta não implica gastos que já não façam parte das despesas orçamentárias do Senado Federal, visto que a organização do painel e das exposições ficará a cargo de comissão de servidores da Casa; igualmente o espaço poderá ser selecionado entre os disponíveis nas instalações do edifício.

Por seu mérito, a proposição merece ser acolhida por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Voto.

Considerado o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 78, de 2013.

É este o nosso parecer, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo ninguém que queira discutir, em votação.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só quero cumprimentá-la pela iniciativa.

Eu sou metido a escrever poesias também e o seu projeto, na verdade, faz uma homenagem aos poetas do Brasil e do mundo. Por isso eu quero, além de votar a favor, cumprimentá-la por essa brilhante iniciativa de enaltecer a poesia, que é algo muito, muito bonito. Nós que gostamos de caminhar por essa área da imaginação, do criativo, rimando e buscando fazer com que a poesia traga alegria para as almas de toda a nossa gente, temos que cumprimentá-la. Parabéns pela iniciativa.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Muito obrigada.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Srª Presidenta, eu também, embora tenha sido a Relatora do projeto, não poderia deixar aqui de parabenizá-la pela iniciativa, algo diferente, novo e que traz para dentro desta Casa Legislativa a inspiração de tantos autores, de tantas pessoas que têm o dom de escrever, não só os poetas já conhecidos, já consagrados, mas quantos poetas anônimos que existem por aí nas nossas comunidades, no nosso meio, no nosso convívio, tendo esse painel aqui no Senado, possivelmente deixarão de ser anônimos e poderão ter oportunidade de expressar, de tornar público aquilo que muito bem sabem fazer e que tanto nos inspira nas nossas vidas?

Então, parabéns pela iniciativa.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Muito obrigada, Senadora Ana Rita.

Vamos agora ao item 8.

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 80, DE 2013
– Não terminativo -

Denomina Edifício Lúcio Costa o Anexo I do Senado Federal.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável
Observações:
1– A matéria será encaminhada à Comissão Diretora, para decisão final.

Com a palavra o Relator, Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Srª Presidente, esse projeto – que eu considero extremamente positivo, interessante, que já deveríamos ter feito há mais tempo – já foi aqui relatado, favoravelmente, pelo Senador Osvaldo Sobrinho, em 28 de novembro de 2013.

Como ele não mais está como Senador, o projeto foi redistribuído para mim e eu retomo, na íntegra, o parecer do Senador Osvaldo Sobrinho, lembrando que a autora da matéria justifica a iniciativa em função do legado deixado pelo homenageado às novas gerações de arquitetos e urbanistas, além da indiscutível clareza de seus propósitos, configurados nos princípios que presidiram o projeto de construção de Brasília.

Após a análise desta Comissão, a matéria para a decisão da Comissão Diretora.

Não foram apresentadas emendas.

O arquiteto e urbanista Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro Lima Costa ficou conhecido mundialmente pelo projeto urbanístico do Plano Piloto de Brasília. Segundo a Sociedade Casa de Lúcio Costa, o trabalho do arquiteto, especialmente entre os anos de 1930 e 1960, foi essencial para inserir a arquitetura como manifestação cultural do País e contribuir para a estruturação do movimento moderno brasileiro.

Em 1930, o arquiteto foi incumbido pelo governo Getúlio Vargas de reformular o ensino na Escola Nacional de Belas Artes. Os historiadores consideram que sua atuação nesse projeto foi fundamental para a eclosão e consolidação da arquitetura moderna brasileira.

Apesar de todo o reconhecimento e dos títulos nacionais e internacionais que recebeu, Lúcio Costa contou, em sua última entrevista, concedida ao Correio Braziliense, em outubro de 1997, que não chegou a ganhar o título de Cidadão de Brasília.

Brasília é a grande obra de Lúcio Costa, aquela que o tornou reconhecido mundialmente. Em Brasília, o arquiteto colocou em prática sua visão modernista e revolucionária.

Como bem lembra a autora da matéria, Senadora Vanessa Grazziotin, Lúcio Costa, em suas intervenções, não se ocupou apenas da fisionomia urbana, do traçado urbanístico obtido no frio contato com a prancheta. Pelo contrário, procurou não desagregá-las de uma sociedade desigualmente configurada.

Dessa forma, é sem dúvida justa e meritória a iniciativa de denominar Lúcio Costa o Anexo I do Senado Federal, como singela homenagem desta Casa Legislativa a esse grande arquiteto que fez de Brasília uma cidade única, com um projeto urbanístico reconhecido e reverenciado mundialmente, tanto que faz parte do acervo de patrimônios históricos da humanidade.

Registre-se, por fim, no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, que não há reparos a fazer ao PRS nº 80, de 2013.

Diante do exposto, meu voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 80, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Presidente, muito rapidamente, Senadora Maria do Carmo, quero, primeiro, cumprimentá-la pela direção dos trabalhos e pela bela eleição que a mantém por mais oito anos aqui no Senado.

E faço aqui um registro – cumprimento o Senador Cristovam –: eu conversei com muitas pessoas acerca deste projeto. Nós não temos nada aqui no Senado que dê nome, homenageie uma pessoa que foi tão importante não só para Brasília, mas para o Brasil inteiro. Então, quero cumprimentá-lo pelo belo relatório com que V. Exª brinda esta Comissão, Senador.

Muito obrigada.

Era isso somente, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2014
– Não terminativo -

Confere ao Município de Terra Roxa, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Moda Bebê.
Autoria: Deputado Reinhold Stephanes
Relatoria: Senador Wilson Matos

Relatório: Favorável
Observações:
1 – Matéria terminativa no Plenário.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nª 79, de 2014 (Projeto de Lei nº 4.125, de 2012, na Câmara dos Deputos), de autoria do Deputado Reinhold Stephanes, que confere ao Município de Terra Roxa, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Moda Bebê.

O nosso relato.

Submete-se ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 79, de 2014 (Projeto de Lei nº 4.125, de 2012, na Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado Reinhold Stephanes, que objetiva conferir ao Município de Terra Roxa, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Moda Bebê.

Em sua justificação, o autor argumenta que o Município que se pretende homenagear é referência nacional como polo de produção de vestuário infantil, em especial no segmento conhecido como "moda bebê".

Como enfatiza o autor da proposição, o Município teve, em suas primeiras décadas de emancipação, a cafeicultura como economia predominante. No entanto, nos anos 1980, a atividade enfrentou grave crise. Muitos dos pequenos proprietários rurais venderam as terras, sendo bastante significativo o êxodo rural nesse período.

Foi a partir da década seguinte que o Município passou a se destacar por sua indústria de confecção infantil. Atualmente se concentram cerca de 50 empresas desse ramo, que geram 3.500 empregos diretos e indiretos.

Ainda de acordo com o autor do projeto, o crescimento dessa atividade mudou a história da cidade e trouxe aos moradores, especialmente à parcela jovem da população, a possibilidade de permanecer em sua terra, com trabalho e dignidade.

A relevância da atuação terra-roxense no contexto da produção de roupas infantis já foi reconhecida oficialmente pelo Estado do Paraná que, com a edição da Lei nº 17.058, de 2012, declarou o Município de Terra Roxa Capital da Moda Bebê do Estado do Paraná.

Na Casa de origem, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No Senado, o projeto foi distribuído apenas à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação a emissão de parecer sobre proposições que disponham sobre datas comemorativas e homenagens cívicas, categoria em que se enquadra a proposição ora em análise.

O PLC nº 79, de 2014, destaca que a concessão do título se constitui oportunidade de o Poder Público reconhecer oficialmente a excelência da atuação do Município nesse setor da economia nacional, prestando homenagem ao esforço da população local e divulgando-o para todo o País.

Desde a década de 1990, o empresariado local tem atuado como indutor do desenvolvimento econômico e social do Município, gerando empregos e fazendo com que a região se tornasse referência no contexto da indústria de confecção infantil. Reconhecer essa iniciativa é medida que valoriza o espírito empreendedor do empresariado da região e, indiretamente, a constante busca por excelência da indústria brasileira como um todo.

Consideramos, portanto, justo conferir ao Município de Terra Roxa o título de Capital Nacional da Moda Bebê.

Por competir a esta Comissão pronunciar-se sobre a proposição em caráter conclusivo, cumpre também analisar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria. Sob esses aspectos, também não há reparos a fazer.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2014 (PL nº 4.125, de 2012, na origem).

Para mim é um prazer relatar este projeto, tendo em vista que sou do Paraná, conheço muito bem a cidade de Terra Roxa e toda a pujança daquela região. Realmente é muito importante para aquela cidade ser reconhecida como uma cidade que constrói para o Paraná e para o Brasil e exporta também os seus produtos na área da moda bebê e infantil.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 104, DE 2013
– Não terminativo -

Cria o Programa de Conscientização Ambiental para o Futuro, no âmbito do Senado Federal.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.
Observações:
1– A matéria será encaminhada à Comissão Diretora, para decisão final.

Com a palavra, o Relator, Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senadora Maria do Carmo Alves; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Resolução do Senado nº 104, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, destinado a criar, no âmbito do Senado Federal, o Programa de Conscientização Ambiental para o Futuro.

Eu quero aqui parabenizar a Senadora Vanessa Grazziotin, que é uma ativista da questão ambiental e participa de todas as reuniões, não só aqui no Brasil, mas em outros países.

A proposição estabelece que o referido programa tem por objetivo proporcionar aos estudantes de 16 a 19 anos matriculados nos dois últimos anos do ensino médio das escolas públicas estaduais que firmarem parceria com o Senado Federal a oportunidade de participarem de reuniões da Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Por meio de concurso nacional de redação a realizar-se anualmente sob a organização da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal, serão escolhidos dentre os candidatos três finalistas. A Secretaria-Geral da Mesa e a Secretaria de Relações Públicas escolherão o tema de cada edição do concurso de redação que deverá versar sobre meio ambiente e as mudanças climáticas.

O Senado Federal será responsável pelas despesas advindas do programa, bem como pelas providências necessárias para viabilizar a participação dos finalistas na reunião da COP.

Em sua justificação, a autora da matéria afirma a sua convicção de que, ao instituir o referido programa, esta Casa contribuirá efetivamente para a formação de novos líderes que protagonizem soluções para questão tão complexa, que envolve o cerne das economias e o estabelecimento de novos padrões de produção e consumo, o que inclui menor emissão de gases causadores do efeito estufa.

Antes de ser encaminhada a esta Comissão, a matéria foi aprovada integralmente pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Após o exame da Comissão de Educação, a matéria seguirá para a decisão da Comissão Diretora, nos temos do que preconiza o inciso IV do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não foram apresentadas emedas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação apreciar matérias que versem sobre educação e cultura, caso do projeto de resolução em análise.

As questões ambientais têm sido tema cada vez mais presente na vida dos cidadãos de todo o mundo. O aquecimento global, advindo do efeito estufa, se tornou um dos maiores problemas da atualidade, com consequências que podem ser catastróficas.

Nos últimos anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem realizado estudos, apoiado ações e promovido eventos em torno das questões relacionadas ao aquecimento global e às necessárias educação ambiental e mudança de hábitos dos cidadãos e das sociedades.

As Conferências das Partes das Nações Unidas – as COPs –, também classificadas como convenções e cúpulas da ONU, são grandes reuniões em nível mundial, com abordagem voltada para uma série de temas referentes ao desenvolvimento do planeta, como meio ambiente, educação e economia.

A principal característica das COPs é a abrangência, uma vez que presidentes dos países membros da ONU, primeiros-ministros e outros chefes de Estado desempenham papel de destaque naquelas reuniões.

O Brasil possui todas as condições para assumir a liderança no campo das iniciativas ambientais. Além de ser o segundo maior produtor de etanol do mundo, possui cerca de 12% das reservas de água doce do pla-

neta e a maior biodiversidade de fauna e flora. A Floresta Amazônica é uma das maiores florestas tropicais do planeta e é considerada o pulmão do mundo.

Diante dessa realidade, é imprescindível que sejam promovidas ações com o intuito de disseminar na sociedade brasileira a consciência da imensa riqueza ambiental de nosso País e da importância de preservá-la.

Por isso, a proposta da Senadora Vanessa Grazziotin, que fomenta a participação de jovens estudantes nas reuniões das COPs, é extremamente oportuna.

Nesse sentido, é sem dúvida pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de criar, no âmbito do Senado Federal, o Programa de Conscientização Ambiental para o Futuro. Com tal medida, o Senado Federal estará, também, cumprindo o preceito constitucional que impõe ao Estado o dever de proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; de proteger o meio ambiente e combater a poluição; e o de defender e valorizar os sítios ecológicos como patrimônio cultural do Brasil.

Cumpre, no entanto, propor alteração no texto do projeto, de modo a evidenciar o alcance do art. 3º e a corrigir a sobreposição existente no teor dos arts. 5º e 7º.

A modificação no art. 3º objetiva deixar patente que a premiação se restringe à participação na COP em decorrência do desempenho do candidato naquela edição específica do concurso, e não indefinidamente, como dá margem a interpretação o texto atual do dispositivo.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não há reparos a fazer ao PRS nº 104, de 2013.

Voto, Srª Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 104, de 2013, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 3º do PRS nº 104, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 3º Aos três finalistas do concurso de redação de que trata o § 1º do art. 2º, será oferecida, como parte da premiação, a participação na reunião da COP a realizar-se no ano subsequente ao da premiação."

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 5º a redação que se segue, suprima-se o art. 7º, e renumerem-se o art. 8º como art. 7º e o art. 9º como art. 8º, todos do PRS nº 104, de 2013:

"Art. 5º As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Senado Federal, em especial as referentes a credenciamento, emissão de passaportes e vistos, transporte aéreo, hospedagem, alimentação, traslado e eventuais despesas médicas dos três estudantes finalistas do concurso de redação que irão participar da reunião anual da COP .

§1º As despesas de transporte aéreo mencionadas no caput referem-se ao trecho da viagem de ida e volta entre os Municípios de residência dos três finalistas referidos no caput e a cidade que sediará a COP no ano do respectivo concurso de redação.

§2º O Senado Federal adotará junto aos órgãos competentes as providências necessárias para viabilizar a participação na reunião da COP dos três estudantes finalistas do concurso de redação."

Este é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, quero só cumprimentar tanto o Relator, Senador Flexa Ribeiro, como a Senadora Vanessa Grazziotin, porque esse projeto visa incentivar a nossa juventude a participar ativamente da defesa do meio ambiente.

Eu sou daqueles que entendem que, desde os bancos escolares do jardim de infância à universidade, nós tínhamos que ter um olhar mais preciso sobre a questão do meio ambiente e a defesa de todo o ecossistema.

Então, parabéns, Senador Flexa Ribeiro e Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Com a palavra, Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora.

Também quero aqui fazer minhas as palavras do Senador Paulo Paim, parabenizando o Senador Flexa pela relatoria e também a Senadora Vanessa, autora do projeto que cria a possibilidade de estudantes brasileiros poderem participar – o que vai credenciar a participação, com certeza, é a redação que irão fazer; para isso eles vão se apropriar um pouco mais do conhecimento na área ambiental, para poderem fazer uma boa redação – da reunião da COP.

Isso é fundamental, porque vai dar um olhar muito mais amplo da questão ambiental e vão poder também não só se apropriar de novos conhecimentos, mas também conhecer outras pessoas. Isso traz para os nossos jovens brasileiros, para os nossos estudantes, um incentivo e um estímulo para estudar esse tema, se apropriar melhor da temática ambiental e poder também, com certeza, a partir desse estímulo, quem sabe, até se dedicar um pouco mais futuramente, preparando esses jovens para serem profissionais dedicados a essa área.

Então, quero parabenizar a Senadora Vanessa e também o Senador Flexa pela relatoria.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 2004
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Autoria: Senadora Ideli Salvatti

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Favorável, com emendas oferecidas

Observações:

1 – Matéria teminativa no Plenário

2 – Na reunião do dia 13/12/2005, o PLS 180/2004 foi aprovado na Comissão em caráter terminativo

Como o Relator não está presente, nós solicitamos ao Senador Mozarildo Cavalcanti que seja o Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Relator, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Srª Presidente, trata-se de uma proposição que nos guia para uma modalidade de educação especial que, na prática, não pode mais substituir a escolarização em classes comuns do ensino regular, mas que poderá contribuir para a qualificação de um modelo de ensino em que todos crescem juntos.

Dessa maneira, após pequenos reparos de redação para adequação de terminologia e da ementa, a proposição não enfrenta quaisquer óbices no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, de modo a merecer a acolhida desta Casa Legislativa e seguir à sanção presidencial.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004, com as seguintes emendas de redação – todas elas:

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação."

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no caput do art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 2º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004, a expressão "educandos com necessidades especiais" por "educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação".

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no inciso IV do caput do art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 2º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004, o termo "integração" pela palavra "inclusão".

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no inciso V do caput do art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 2º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004, a expressão "integração na vida em sociedade, inclusive condições" por "inclusão na vida em sociedade, e condições".

Esse é o voto, portanto, pela aprovação, com essas quatro emendas de redação.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O projeto ora apresentado, relatado pelo Senador Mozarildo, é muito importante, porque assegura a inclusão social de pessoas com deficiência.

No entanto, eu gostaria de apresentar uma emenda para suprimir o inciso III do art. 59 da Lei 9.394, de 1996, incluída pelo art. 2º do Substitutivo da Câmara dos Deputados, que foi oferecida ao PLS aqui do Senado, de nº 180.

Por que peço a supressão, Srª Presidenta? Porque o inciso III diz o seguinte:

III – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

Ou seja, o estudante que tiver alguma deficiência ou que for superdotado, se ele não conseguir manter o ritmo de acompanhamento dos demais alunos, poderá ser excluído, não vai poder dar continuidade ao seu curso.

Acho que essa é uma avaliação que necessariamente não precisa estar na legislação. Poderá a escola fazer essa avaliação. Porque, na minha opinião, esse inciso traz uma conotação de discriminação com relação aos estudantes que apresentam algum nível de deficiência.

Então acho muito ruim que permaneça esse inciso. Sugiro que ele seja retirado porque também impede o direito das crianças de poderem estudar ao longo de sua vida. Acredito que isso tem um grau alto de discriminação.

Sugiro a supressão, que, na minha opinião, não vai trazer nenhuma dificuldade ao conteúdo do projeto. Não prejudica em nada o conteúdo do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – A emenda já está sobre a mesa e passo a palavra para o Relator.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Srª Presidente, embora esteja relatando *ad hoc*, analisando o relatório do Senador João Vicente Claudino, a emenda da Senadora Ana Rita é perfeitamente compatível. Assim, acolho a emenda.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Em discussão o substitutivo e a emenda oferecida. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado de nº 180, de 2004, com a emenda apresentada pela Senadora Ana Rita.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Solicito a inclusão extrapauta de dois requerimentos.

Os requerimentos, na verdade, são do Presidente desta Comissão, Senador Cyro Miranda, que não se encontra. S. Exª pediu que eu também os assinasse se concordasse com o teor.

Como concordo com o teor dos dois requerimentos, peço que sejam votados para termos audiências públicas: Requerimento nº 35 e o Requerimento nº 34.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Submeto à apreciação do Plenário os dois requerimentos.

Não havendo quem queira discutir, aprovados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O item 35 se refere ao Programa Jovem Senador. É uma experiência interessantíssima. Tenho a alegria de recordar que fui o autor do projeto que criou o Programa Jovem Senador aqui na Casa. Tem sido um sucesso. O Senador Paulo Davim tem sido o Presidente, tem feito um trabalho brilhante e tenho participado.

Essa audiência pública visa avançar ainda mais nesse programa, com a participação direta desses jovens e professores, que são aqueles que vão dirigir o País no futuro: jovens Senadores, jovens Deputados, jovens Prefeitos, jovens empreendedores e, quem sabe, jovem Presidente ou Presidenta da República. Por isso a importância do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 34.

Com a palavra o autor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vou simplificar também, não vou ler o requerimento.

Srª Presidenta, é um tema pelo qual eu tenho um enorme carinho, que é educação profissional, ensino técnico, que vai mais uma vez ser discutido aqui, nesta Comissão, com a participação de especialistas de diversas partes, não só do Brasil, como também de outras áreas, ou seja, de outros países.

A relação está toda aqui. É de suma importância aprofundarmos esse debate.

Eu comecei minha vida como estudante do Senai, consequentemente, do Sistema S, que consta aqui e, a partir dali, de um jovem da periferia do Rio Grande do Sul, estou aqui com vocês na Casa, com muito orgulho. Devo muito isso, com certeza absoluta, ao ensino técnico. Por isso, defendo essa audiência pública proposta pelo Senador Cyro Miranda.

Se V. Exª entender – assim como o nosso Secretário que está ajudando – que eu deva fazer a leitura do requerimento, eu a faço.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para mostrar a qualidade do mesmo.

O Senador Cyro Miranda propõe e eu assino embaixo.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com os artigos 90, inciso I e 113, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta entre a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para debater a importância da realização, na cidade de São Paulo, no ano de 2015, de um debate que vai discutir a contribuição do Sistema "S" para a educação profissional, com a presença dos convidados que seguem abaixo. São sete convidados.

É isso, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço a participação das Srªs e dos Srs. Senadores.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia onze de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ana Amélia, Wilson Matos, Douglas Cintra, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Zeze Perrella, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Aloysio Nunes Ferreira, João Vicente Claudino e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Randolfe Rodrigues, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para a deliberação dos projetos terminativos. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Permite que sejam deduzidos do Imposto sobre a Renda devido os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a associações desportivas que mantenham equipe de futebol profissional nas séries C ou D do campeonato brasileiro". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria

do Senador Cristovam Buarque, que "Insere alíneas nos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 1961, modificada pela Lei nº 9.131, de 1995, para atribuir às Câmaras do Conselho Nacional de Educação a função de análise e intermediação de conflitos entre trabalhadores da educação e seus empregadores". O relator designado, ad hoc, é o Senador Wilson Matos e o parecer, pela rejeição do projeto, é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Dispõe sobre a concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo aos dependentes de seus empregados para sua formação técnico-profissional metódica". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer é favorável, com uma emenda oferecida, acatando a emenda apresentada pelo Senador Valdir Raupp e a emenda nº 1-CAE na forma das subemendas oferecidas e rejeitando a emenda nº 2-CAE. A matéria é lida e iniciada a discussão do relatório, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Petecão, que "Concede isenção do Imposto de Renda sobre a remuneração de professores, nas condições que estabelece". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ana Rita e o parecer, pela rejeição do projeto, é aprovado. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, instituindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências". A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da relatora. Logo após, a Senhora Senadora Lídice da Mata, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 16**). **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de professores devidamente qualificados nas redes públicas de ensino qualidade do ensino". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado, com a emenda nº 1-CE. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Paim, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2012, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 18**). **Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incumbir o sistema de ensino de identificar os estudantes de baixo rendimento e inseri-los em plano de recuperação". A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o parecer favorável é aprovado, com a emenda nº 1-CE (Substitutivo). Logo após, a Senhora Senadora Lúcia Vânia, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2012, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 17**). Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, registra a presença para acompanhar a votação do Item 13 da pauta, da Senhora Deputada Jô Moraes, coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados. **Item 13: Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, "Altera a Resolução nº 2, de 2001, para permitir que homens também sejam agraciados com o Diploma Bertha Lutz". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da autora. Prosseguindo, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2014, o que é aprovado. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Paulo Paim, para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2014. **Extra-Pauta, Item 15: Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Mara Gabrilli, que "Concede pensão especial à atleta Lais da Silva Souza". O relator é o Senador Cyro Miranda e o parecer favorável é aprovado. Logo após, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2014, e de Requerimento para realização de audiência pública. As propostas são aprovadas (**ver Extra-Pauta: Itens 19 e 20**). Retorna à presidência dos trabalhos o Senhor Senador Cyro Miranda. **Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gim, que "Confere aos municípios onde tenham nascido atletas medalhistas olímpicos o título de Cidades Olímpicas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Wilson Matos e o parecer é favorável, acatando a emenda oferecida pelo Senador Gim na forma das emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão do relatório, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 14: Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, "Denomina 'Chico Mendes' o plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle". A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo, a presidência passa à deliberação das matérias incluídas extra-pauta. **Extra-Pauta**, **Item 16: Requerimento nº 36/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Lídice da Mata, que requerem "... nos termos do art. 93, inciso II, combinado com os artigos 90, inciso II e 113, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização

de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 37 de 2013, que dispõe sobre 'O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas'. A solicitação de debate foi encaminhada por meio da Sugestão Legislativa nº 10/2014, endossada pela manifestação de apoio de dez mil cidadãos no Portal e-cidadania, do Senado Federal". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta**, **Item 17: Requerimento nº 38/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Lúcia Vânia e Cyro Miranda, que requerem "... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2012, que 'Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incumbir o sistema de ensino de identificar os estudantes de baixo rendimento e inseri-los em plano de recuperação'". O Requerimento de Urgência é aprovado. **Extra-Pauta**, **Item 18: Requerimento nº 37/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, que requerem "... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2012, que 'Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de professores devidamente qualificados nas redes públicas de ensino qualidade do ensino'". O Requerimento de Urgência é aprovado. **Extra-Pauta**, **Item 19: Requerimento nº 40/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, que requerem "... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2014, que 'Concede pensão especial à atleta Lais da Silva Souza'". O Requerimento de Urgência é aprovado. **Extra-Pauta**, **Item 20: Requerimento nº 39/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, que requerem "... nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para homenagear os professores vencedores do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, de 2014". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2013; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2014; e Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2010**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às treze horas e um minuto, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Cumprimento todos os colegas, Senadoras e Senadores, e dou-lhes boas-vindas à esta reunião deliberativa da CE.

Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do plenário a proposta de dispensa da leitura da ata de reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vou dar início à pauta pelos itens não terminativos, enquanto aguardamos quórum.

Vamos ao item 6.

Consulto a Senadora Angela Portela se S. Exª poderá, na sequência, relatar o item 2. *(Pausa.)*

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2013
– Não terminativo -

Permite que sejam deduzidos do Imposto sobre a Renda devido os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a associações desportivas que mantenham equipe de futebol profissional nas séries C ou D do campeonato brasileiro.

Autoria: Senador Anibal Diniz

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável

Observações:
Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2013, não terminativo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Cyro Miranda, caros colegas Senadores e Senadoras, é com muita alegria que eu tenho a relatoria desse projeto do Senador Anibal Diniz que, não só é um aficionado e um apaixonado por futebol, é também um profissional da comunicação na análise que faz, com muita correção, sobre o esporte. Especialmente porque, no caso do Rio Grande do Sul, na Série C, estão três times de duas cidades importantes, Caxias do Sul, com dois times: o Caxias e o Juventude, e Pelotas, com o Brasil de Pelotas.

Mas não é só pela questão do interesse regional é pela relevância para o Brasil, porque aqui na Comissão a gente trouxe os clubes de futebol do Nordeste, inclusive o Senador Aníbal Diniz teve uma atuação muito relevante nisso. Por que os times da Série C ou de outras séries de base do futebol falta-lhes as transmissões, o que ocorre só para os times da primeira divisão? Então, claro, sempre o volume de recursos será maior e eles sofrem com a escassez exatamente.

Aliás, estou lendo um livro de Mário Vargas Llosa, *A Civilização do Espetáculo,* um ensaio muito interessante, em que, incrível, como o futebol impacta em todas as culturas, em todas as culturas, o que significam os atletas e o que o futebol representa, não só como comportamento humano nos estádios, da massa que vai para o estádio, as famílias, porque antes eram só homens, agora vão mulheres para os estádios. Então isso tudo tem a ver também com a cultura do nosso País.

Então é com muita alegria que faço essa relatoria.

Eu queria chamar a atenção para o fato, no dia 8 de abril, esse projeto ter sido retirado de pauta a pedido do Governo. O retiramos de pauta. Mas desde então não houve nenhuma manifestação em fazer isso ou aquilo. Então, em homenagem ao autor, que é do Partido dos Trabalhadores do Estado do Acre, eu queria apresentar o relatório e já vou direto à análise, para facilitar o entendimento dessa matéria, que é relevante e autoexplicativa.

O Senador Anibal foi muito – digamos – objetivo, pois é exatamente do que necessitam os clubes de futebol, especialmente os da Série C que precisam desse apoio.

Alguns aspectos econômicos. É claro que o mérito, como eu já ressaltei, da proposição tem grande relevância e senso de oportunidade. Portanto, é justo criar mecanismos de tornar mais rentável os clubes de futebol profissional menores, como os esses referidos, e tantos outros no País, no Estado de V. Exª, Senador, em Goiás, ou no Paraná, ou também em Roraima, da Senadora Angela Portela.

O projeto encontra-se lavrado conforme a boa técnica legislativa e não há nenhuma objeção quanto à legalidade e à constitucionalidade da proposição, que também serão objetos de exame na CAE. Lá, sim, esses aspectos econômicos da questão da isenção fiscal podem ser apreciados; aqui, a matéria não é terminativa.

Inclusive eu gostaria, até em homenagem ao autor, mas sobretudo em homenagem aos atletas que jogam nos times da Série C, e do esforço que faz nessas comunidades, aprovar o Projeto de Lei nº 302, de 2013, do Senador Anibal Diniz.

O voto é favorável ao projeto, que vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – O projeto está em discussão. *(Pausa.)*

Para discutir, concedo a palavra à Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria, com a compreensão da Senadora Ana Amélia, que é Relatora do projeto, pedir vista desse projeto. Não em relação ao mérito, que está tudo sob controle, está tudo tranquilo não se pode deixar de reconhecer o mérito do projeto, mas o que se atenta é a questão financeira. Mesmo que a Senadora tenha dito que isso será discutido com maior abrangência na Comissão de Assuntos Econômicos, nós gostaríamos de atender à solicitação do Ministério da Fazenda que quer fazer um aprimoramento nesse projeto. Então, trata-se da questão financeira e não da de mérito.

Sem dúvida nenhuma é um projeto meritório.

Eu queria agradecer pela relatoria da Senadora Ana Amélia, solicitando compreensão para o meu pedido de vista desse projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu sugiro vista coletiva, Presidente, para que retornarmos na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – É regimental, tem todo o direito, portanto, concedida vista coletiva a esse projeto, que deverá retornar na próxima terça-feira na nossa reunião deliberativa, para que possamos dar sequência e encaminhá-lo à Comissão de Assuntos Econômicos.

Continuamos com os itens não terminativos.

Eu convido o Senador Wilson Matos para relatar o item 8, como Relator *ad hoc,* que tem como Relator o Senador Cássio Cunha Lima.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2006
– Não terminativo -

Insere alíneas nos §§1º e 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 1961, modificada pela Lei nº 9.131, de 1995, para atribuir às Câmaras do Conselho Nacional de Educação a função de análise e intermediação de conflitos entre trabalhadores da educação e seus empregadores.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

1 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 4/11/2014.

2 – A matéria vai a Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Com a palavra o nobre Senador Wilson Matos.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Quero cumprimentar o nosso Presidente Cyro Miranda.

Passo a ler, então, a análise do relatório.

Em princípio, pretende-se para o PLS nº 7, de 2006, incluir entre as atribuições do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio de grupo tripartites, a organização em suas câmaras da educação básica e da educação superior, a análise e a intermediação de conflitos entre trabalhadores na educação pública e privada e seus empregadores.

Argumenta o autor do projeto que "um país em greve na educação é um país com seu futuro suspenso e deformado", apontando que, na década anterior à apresentação do PLS, centenas de greves de professores e servidores da educação básica e superior levaram a Nação a uma "catástrofe educacional, científica, tecnológica e social".

Sobre esses dados, não duvidamos. Pelo contrário. Nos últimos 20 anos, em que deveriam ter sido formados e bem formados milhões de cidadãos e trabalhadores, devem ter sido milhares, e não centenas, as greves de profissionais da educação na rede federal e nas redes estaduais e municipais de ensino. E não estamos falando de greves rápidas e bem sucedidas, mas de paralisações longas, penosas e na maior parte das vezes sem resultados positivos, como sua repetição e até previsibilidade parecem indicar.

Sobre esses dados, não duvidamos. Pelo contrário. Nos últimos 20 anos, em que deveriam ter sido formados e bem-formados milhões de cidadãos e trabalhadores, devem ter sido milhares, e não centenas, as greves de profissionais da educação na rede federal e nas redes estaduais e municipais de ensino. E não estamos falando de greves rápidas e bem-sucedidas, mas de paralisações longas, penosas e na maior parte das vezes sem resultados positivos, como sua repetição e até previsibilidade parecem indicar.

Na verdade, a Constituição de 1988, ao permitir a sindicalização de servidores públicos e ao estender a todos o direito de greve, acabou incentivando o exercício dessa prática de forma cada vez mais danosa aos estudantes e suas famílias.

Por isso, é de louvar a iniciativa do Senador Cristovam Buarque em procurar uma saída institucional para encaminhar a solução dos conflitos grevistas. Concordamos, pois, com o diagnóstico e reconhecemos a gravidade da situação. Entretanto, não podemos nos alinhar com o conteúdo do PLS, por um motivo formal e outro de mérito.

O Poder Legislativo, por força do disposto no §1º do art. 61 da Constituição, está impedido de ter a iniciativa de leis que disponham sobre a organização administrativa (alínea "b") ou a criação de órgãos da Administração Pública (alínea "e") – ambas privativas do Presidente da República. Ora, o Conselho Nacional de Educação, previsto pela citada Lei nº 4.024, e modificado pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, faz parte da organização administrativa da União, com a composição e atribuições naquela lei fixadas. Não por acaso, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que instituiu as mais recentes diretrizes e bases da educação nacional, por ter sido de iniciativa de parlamentar, não tocou ou retocou os dispositivos que regiam o CNE, ambos de iniciativa do Poder Executivo.

Ademais, também o mérito do PLS nº 7, de 2006, padece de eficácia e de falta de operacionalidade. Por vários motivos, entre os quais dois se destacam.

O primeiro é que a composição por ele aventada não contempla certa paridade – ou pelo menos, proporcionalidade – entre os segmentos que seriam representados no "grupo tripartite", tanto no caso de greves de trabalhadores da educação básica quanto superior, bem como na ocorrência de paralisações na educação privada ou pública, mormente nas redes estaduais e municipais. Não haveria como encontrar entre os 24 conselheiros do CNE representantes desses numerosos segmentos.

O segundo, e mais contundente, é que os conselheiros, embora competentes educadores e gestores, e muitos deles experimentados nos conflitos trabalhistas, são cidadãos que dispõem no máximo de três ou quatro dias por mês para se desincumbir das tarefas normativas e de assessoramento aos órgãos da educação. Não há possibilidade material de que eles – mesmo com assessorias qualificadas – se debrucem sobre disputas que exigem estudos aprofundados, juízos sobre posições e, máxime, diálogos permanentes em situações tão díspares que demandariam viagens a vários Estados e Municípios, audiências prolongadas das partes e outras ações que, além de se avolumarem desmedidamente, fogem aos objetivos do CNE.

Como já exposto em relatórios anteriores, o grande mérito do PLS é levantar e pôr em discussão no Parlamento o problema das greves na educação e suas causas. Quer nos parecer que o prolongado período de desvalorização do Magistério – não somente em termos salariais, mas em relação à sua formação inadequada e à sobrecarga de jornadas e empregos – é fenômeno de extrema gravidade que merece ser tratado além da recente conquista do Piso Salarial Nacional dos Profissionais da Educação Básica Pública, ainda não cumprida por muitos entes federados. A tramitação do Plano Nacional de Educação e o esforço de financiar a educação pública com maior prioridade dão oportunidade ao Legislativo de atuar em parte das causas do problema das greves na educação.

Finalmente, os Poderes da União estão devendo à Nação uma lei que regulamente as greves dos servidores públicos. Somente dispositivos claros e pactuados em discussão democrática e – por que não dizer? – qualificada por estudos científicos sobre finanças públicas e economia empresarial poderão alicerçar um futuro de maior estabilidade no funcionamento das instituições escolares e de valorização efetiva dos profissionais da educação.

Voto.

Pelo exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto Lei do Senado nº 7 de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Wilson Matos, que acaba de ler o relatório de autoria do Senador Cássio Cunha Lima sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7 de 2006.

Coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Como não tem quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria constou da pauta da reunião do dia 04/11/2014; a matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão determinativa, sendo rejeitada por esta Comissão.

Passemos, agora, ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 514, DE 2007
– Terminativo -

Dispõe sobre a concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo aos dependentes de seus empregados para sua formação técnico-profissional metódica.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida, acatando a emenda oferecida pelo Senador Valdir Raupp e a emenda nº 01-CAE na forma das subemendas apresentadas, e rejeitando, ainda, a emenda nº 02-CAE.

Observações:

1 – Em 15/05/2012, foi apresentada uma emenda de autoria do Senador Valdir Raupp.

2 – Serão realizadas quatro votações nominais, uma para o projeto, uma para a emenda da relatora, uma para as subemendas e outra para a emenda rejeitada.

Concedo a palavra, com muito prazer, embora seja terminativo, mas estando aqui o autor e a relatora desde o início da reunião, pois aguardávamos a possibilidade de quórum para votar o item, à nobre Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente. É sempre uma grande satisfação relatar os projetos do nosso Senador Paulo Paim.

Vamos à análise do Projeto.

A competência da Comissão de Educação para opinar sobre o mérito de matéria de natureza educacional está inscrita no art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Em adição, tendo em vista o disposto no art. 91, inciso I, do RISF, que trata da discussão terminativa nas comissões, dispensado o plenário, o projeto será aqui apreciado quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

De início, verifica-se a conformidade parcial da proposição à Constituição Federal. A iniciativa tem amparo no *caput* do art. 61 da Constituição e não incide sobre matéria reservada ao titular do Poder Executivo, consoante o disposto no §1º do mesmo artigo.

Nada obstante, a proposição contém dispositivos que, a nosso juízo, afrontam o Texto Constitucional.

Em seu art. 1º, o PLS vincula o valor da concessão proposta ao valor do piso salarial da categoria profissional do trabalhador beneficiado. Em muitos casos, esse valor de referência coincide com o do próprio salário mínimo. E, como se sabe, esse tipo de atrelamento, por funcionar como "gatilho automático", ou indexação da economia, é expressamente vedado pelo inciso IV do art. 7º da Constituição. Com a aprovação da Emenda nº 2 – CAE, que remete a vinculação diretamente ao salário mínimo, o dispositivo tornou-se ainda menos defensável.

Em adição, parece-nos igualmente inconstitucional transferir ao setor empresarial a obrigação do Estado, em matéria educacional, prevista no art. 205 da Carta Magna. Segundo esse dispositivo, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada em colaboração com a sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Assim, como parte integrante da sociedade, o setor empresarial não pode ser compulsoriamente instado a substituir o Estado.

Dessa forma, para contornar o vício ora apontado, seria necessário deduzir, das contribuições sociais (PIS/PASEP), o montante relativo às bolsas concedidas, o que já foi parcialmente equacionado pela Emenda nº 1 – CAE, que prevê a possibilidade de dedução da metade do valor do benefício concedido. Sem isso, sob a perspectiva do empresariado, a proposta oneraria fatalmente os custos da produção de bens e serviços pelo setor privado, redundando em prejuízos para a sociedade.

Outra questão atinente ao mérito diz respeito à concessão de bolsas aos empregados, e não apenas aos seus dependentes. Se essa preocupação for atendida, a iniciativa pode lograr maior legitimidade. Afinal, a ampliação de oportunidades educacionais gera perspectivas de aumento da *expertise* profissional interna e, assim, da produtividade da empresa e dos rendimentos dos empregados. No mais, uma vez incluídos os empregados, a medida teria a vantagem adicional de beneficiar os trabalhadores sem dependentes, que não são poucos.

Cumpre alertar, ainda, para os desvirtuamentos que o projeto, nos termos originalmente propostos, poderia ensejar. Um deles, em especial, decorre do fato de o benefício voltar-se exclusivamente para os filhos de empregados. Assim mantida, a medida poderia implicar, no médio prazo, restrições à contratação de empregados com maior potencial de acesso às bolsas de estudos. Dificilmente haveria no mercado quem não considerasse mais dispendiosos para as empresas os empregados com filhos.

Infelizmente, os maiores prejudicados, nesse caso, seriam os trabalhadores com idade em torno de 40 anos. E esse segmento, a nosso juízo, já vive um processo de exclusão do mercado de trabalho que demanda política pontual para ser enfrentado, não fortalecido. Entre esses, os efeitos seriam ainda mais perversos para com as mulheres, em especial as trabalhadoras que são chefes de família monoparentais, justamente as que mais precisam do emprego.

Feitas essas ponderações, passamos à análise das emendas adotadas pela CAE, bem assim da emenda subscrita pelo Senador Valdir Raupp.

A Emenda nº 1 – CAE, conforme adiantamos, é adequada e oportuna no que concerne à dedução, do valor da contribuição do PIS/PASEP, de parte dos gastos com a concessão do benefício, objeto do art. 4º que acrescenta ao PLS. Requer, todavia, ajustes de redação, o que fazemos na forma de subemendas, destinadas a incluir, por extenso, o nome das contribuições sobre as quais incidirá a dedução e a assegurar que a dedução seja do montante integral das bolsas concedidas, e não apenas da parcela correspondente à metade da despesa.

Já o art. 5º – também acrescido ao projeto pela citada emenda, para incumbir o Poder Executivo de regulamentar a concessão das bolsas – é inconstitucional, por afrontar o princípio da separação dos Poderes, ao impor, por via de lei de iniciativa parlamentar, obrigação a outro Poder. Não bastasse isso, o dispositivo é des-

necessário, e, portanto, injurídico, pois a Constituição já incumbe ao Poder Executivo a regulamentação das leis. É mister, portanto, proceder à sua supressão.

A Emenda nº 2 – CAE, por sua vez, muda a vinculação do valor da bolsa, passando do piso da categoria profissional envolvida para o valor do salário mínimo nacional. Seja no texto original, seja no novo texto, observa-se evidente afronta ao disposto no inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal, que, ao regular o salário mínimo, veda, expressamente, sua vinculação para qualquer fim. E como já se arguiu anteriormente, o piso de boa parte das categorias profissionais se confunde com o salário mínimo. Sendo assim, a emenda não poderia ter sido acolhida pela CAE por ocasião da apreciação da matéria.

Em face das razões apresentadas, entendemos que a Emenda nº 1 – CAE pode ser parcialmente aproveitada, nos termos das subemendas que apresentamos, com a nova redação dada ao art. 4º e a exclusão do art. 5º, enquanto a Emenda nº 2 – CAE deve ser rejeitada.

A par dessas ponderações, submetemos à apreciação desta Comissão duas novas emendas.

A primeira intenta excluir a vinculação do benefício com o piso salarial da categoria beneficiada, prevista no texto original do art. 1º do PLS, e possibilitar que não só os dependentes como também os próprios empregados possam se beneficiar das bolsas de estudo propostas. O fundamento da primeira parte reside no restabelecimento da constitucionalidade da proposta; o da segunda, na intenção de ampliar o alcance social do projeto. A segunda emenda não passa de mero ajuste de redação, destinado a adequar a ementa do projeto à nova configuração que estamos dando ao benefício.

Finalmente, avaliamos que a emenda apresentada pelo Senador Valdir Raupp perante esta Comissão, que visa estender o alcance da medida à educação superior de maneira geral, amplia significativamente o escopo da proposta. Todavia, entendemos que a abertura de amplitude e do alcance da medida soa mais democrática e republicana, ante a percepção de ranço preconceituoso no direcionamento de filhos de trabalhadores tão somente à educação técnico-profissional. Além disso, com a inovação proposta, o projeto passaria a cobrir amplos setores da economia, sobretudo aqueles intensivos de tecnologia e de conhecimento. Daí sua oportunidade e mérito, a ensejar aprimoramento nos moldes da subemenda apresentada ao final.

No mais, feitos os reparos apontados e inexistindo qualquer outro óbice no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposição poderá ser aprovada por esta Casa.

O nosso voto, por todo o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2007, com a emenda oferecida, acatando a emenda apresentada pelo Senador Valdir Raupp, e a Emenda nº 1 – CAE, na forma das subemendas oferecidas, e pela rejeição da Emenda nº 2 – CAE.

Então, temos as emendas e subemendas apresentadas no relatório. Todos os Senadores têm acesso a essas emendas, portanto, nós queríamos concluir o nosso voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 514, de autoria do nosso nobre Senador Paulo Paim.

Esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Angela Portela, pelo relatório, realmente, muito benfeito.

Como a matéria é terminativa e, tendo e vista não termos quórum ainda, vou abrir a discussão até que possamos ter quórum.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Wilson Matos.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, o que percebo é que nós estamos criando uma oneração maior para as empresas brasileiras, que já estão extremamente sobrecarregadas, pois temos uma folha de pagamento muito onerada, com custos adicionais, como, por exemplo, as empresas já pagarem para o Governo 2,5% da sua folha de pagamento para o salário educação.

A organização que eu dirijo recolheu este mês, como salário educação, R$123 mil para os cofres da União. Estou vendo aqui que este projeto traz mais ônus para as empresas.

É claro que educação é um bem maior, temos que fazer todos os esforços para isso, mas nós temos outras fontes para podermos atender essas necessidades da educação profissionalizante, como agora temos o Pronatec, e é intenso, e que está atendendo esse segmento. Já recolhemos 1,5 para o SESC, para o Sebrae 0,3, para o Incra 0,2. Enfim, sou contra qualquer projeto de lei que possa onerar, hoje, o custo de nossas empresas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aqui não tem custo nenhum. O custo é zero.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu só queria dizer que o montante do valor total da bolsa concedida ao empregado e ao dependente será deduzido da contribuição do PIS/PASEP. Portanto, não vai representar um ônus às empresas, aos empregadores.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – O. k.. Então, eu sou favorável. Vai ser descontado integralmente, não são os 50%?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Integralmente.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – inicialmente eu entendi que seriam 50%.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – O.k. Então, sou favor do projeto, sem dúvida nenhuma.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Em nosso relatório, nós colocamos que o montante total do valor da bolsa concedida ao empregado e ao filho, seu dependente, seria deduzido de contribuição do PIS/PASEP.

Porque, inicialmente, o projeto não previa isso.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Então, retifico, realmente, a minha posição e me coloco totalmente favorável ao projeto.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Não, Sr. Presidente, eu me pergunto se isso não leva ao total descontrole do caixa da União, porque é algo absolutamente indefinido pelo Poder Público.

Quantos serão os beneficiários disso? Ninguém sabe. Porque nós temos um orçamento a ser respeitado. As receitas do PIS/PASEP têm destinação e, de repente, abre-se a possibilidade de uma sangria, sem limite, porque o universo é absolutamente incontrolável.

Quantos serão os dependentes de empregados das empresas com mais de 100 funcionários? Ninguém sabe.

Então, eu creio que é uma coisa que deve ser vista com cautela para que ao cobrir um santo não se dispa outro.

É essa a minha preocupação com o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Bem pontuado.

Passo a palavra ao autor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, por que surgiu esse projeto?

Esse projeto, Senadores, é fruto da minha própria história. Eu falei ontem em plenário algo semelhante. Eu só consegui fazer o meu curso técnico porque havia uma norma, à época, que permitia que toda empresa com o quadro de 100 funcionários, doasse o correspondente a um salário mínimo, não lembro bem, se era 75%, bom, não chegava a um salário mínimo para cada filho de operário daquela empresa. E, assim, eu, filho de uma família de dez irmãos, com pai ganhando o salário mínimo, minha mãe também, consegui fazer o meu curso técnico e ganhava aquele dinheirinho todo mês. Isso foi fundamental! Então, o que foi para mim, eu queria que também fosse para os outros.

Deixe-me avançar um pouquinho aqui. Quando iniciou o debate aqui, e que hoje é o ProUni, eu tinha um projeto que ia no mesmo sentido do ProUni, para permitir que os alunos ocupassem o espaço nas universidades, que seria deduzido de contas a pagar por parte da universidade. O Governo corretamente burilou a proposta inicial, um projeto pequenininho, e fez um belo projeto, em que me sinto contemplado na íntegra até hoje.

Esse projeto em questão segue o mesmo princípio: cada 100 empregados, um somente é o que a empresa terá que, de uma forma ou de outra, contemplar com o salário. Eu botei piso salarial, mas poderia ter sido salário mínimo. Por que eu botei piso? Porque seria inconstitucional se eu botasse salário mínimo. Mas se ajustarmos a redação final, como ficou, esse é o objetivo. Somente isso. E tem limite: ela é responsável por somente um.

As empresas, hoje, pelo menos no Rio Grande do Sul e em grande parte, já financiam o curso superior, inclusive, como um prêmio aos seus empregados.

E, nesse caso, nós estamos incentivando as empresas a pagarem o correspondente a um salário mínimo, ou a um piso salarial, deduzindo de contribuições a pagar para o Governo, porque é um grande investimento. Quem ganha com isso? Eu diria que é toda a sociedade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Você me permite? Senador, apenas para eu compreender melhor. Quer dizer, a cada 100 empregados, um.

Como é que a empresa escolhe este um?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pelo rendimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Rendimento do quê?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Do salário na empresa. Que seja contemplado os que menos ganham, esse é o princípio básico.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – E entre os que menos ganham, escolhe-se um?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um, somente um.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Com que critério?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com esse, com o critério que seja o do menor salário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Pega quem ganha menos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pega os que ganham menos e dá o correspondente a um salário mínimo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Entendi. Pega o que ganha menos? Um apenas?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas que pode ter dois com salários iguais. Talvez, aí, vai se considerar o número de filhos, o princípio da renda básica de que sejam os que mais precisam.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Entendi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu ganhava de uma vinícola, jamais me esqueço; da Vinícola Riograndense. E nas minhas férias, inclusive, eu ia para a vinícola. Eu trabalhava lá como aprendizado e, claro, depois eu tinha a minha folga.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Entendi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E foi um projeto tão interessante que entendo que, aqui, a discussão feita nas comissões melhorou muito o meu projeto original, o aperfeiçoou inclusive para nível superior, mas sempre no princípio de um em cada 100.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Quer dizer que uma empresa que tiver mil, vai escolher 10 empregados?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dez empregados.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – É, eu acho que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A empresa que não tiver 100 empregados, uma pequena empresa, está fora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – V. Exª esclarece aqui duas preocupações nossas. A primeira, do Senador Wilson Matos, que é a de não onerar empresa, e a segunda preocupação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Os mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Não, é a que o Senador Aloysio colocou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Critério.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – O critério, não. Primeiro, que é a quantidade de recursos que nós vamos subtrair do PIS/PASEP; ele já tem uma orientação, Já vi que isso talvez não seja muito. A única coisa de que discordo é o critério. Eu acho que com o critério de menor renda, às vezes, você não está privilegiando o de maior aplicação. Eu acho que esse critério de menor renda é discutível.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode ser aperfeiçoado. Mas o princípio é o de atender àqueles que mais precisam.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Bom... Exatamente.

Como está aberta a discussão, vejo que, no projeto, as preocupações maiores já se foram atendidas.

Então, permaneceremos com essa discussão até que haja quórum. Caso alguém deseje pedir vista mais à frente, ainda está aberto para isso. Mas eu acredito que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só mais um detalhe: o próprio Governo, Presidente, já tem um programa chamado Bolsa Permanência, que está dando muito certo. E o critério também é de renda. Ou seja, é para aqueles alunos mais pobres que chegaram à universidade, por cota ou sem cota, chamado Bolsa Permanência, que deve estar, hoje, em torno de R$480,00, quase um salário mínimo. O próprio Governo dá a chamada Bolsa Permanência por esse critério.

Isso seria uma contribuição e um incentivo para as empresas, já que o trabalhador saberia que teria essa oportunidade. Claro, é quase um prêmio. A cada 100 funcionários, você dará um salário mínimo para um trabalhador, ou filho de trabalhador, pelos critérios aqui adotados.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Senador Aloysio, eu mantenho a discussão aberta. Oxalá, um dia a gente não precise mais pensar em bolsa, que este País crie uma maturidade tal – eu espero estar vivo para ver isso –, que a gente não precise!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro, eu também. Que todos possam pagar a sua universidade ou que se a tenha gratuita para todos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Hoje, infelizmente, isso ainda é necessário. Mas um dia, se Deus quiser, nós vamos superar.

Então, ao sobrestar essa discussão, passo, agora, ao item 4, que terá a Senadora Ana Rita, como Relatora *ad hoc*.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, DE 2012
– Não terminativo -

Concede isenção do Imposto de Renda sobre a remuneração de professores, nas condições que estabelece.
Autoria: Senador Sérgio Petecão
Relatoria: seria da Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Pela rejeição.

Peço a gentileza à Senadora Ana Rita de ser a Relatora *ad hoc*.

A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra, a nobre Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2012, de autoria do Senador Sérgio Petecão, em seu art. 1º, estabelece nova hipótese de isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, de modo a beneficiar a categoria laboral dos professores.

Para tanto, em seu art. 2º, o Projeto de Lei do Senado inclui o inciso XXIII no art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda os valores recebidos, a título de remuneração, por professores em efetivo exercício no ensino regular, da educação infantil à educação superior.

O art. 3º do projeto define a vigência da futura lei para a data de publicação, com efeitos financeiros a partir do primeiro dia do exercício seguinte.

Para justificar a iniciativa, o autor destaca que os professores não têm recebido reconhecimento, a despeito da relevância social de seu papel no sistema educacional e da importância deste para o crescimento do País. Isso se evidenciaria nos reduzidos salários pagos à categoria, os quais são ainda tributados pelo Estado.

Distribuída inicialmente à análise desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a proposição será apreciada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa Legislativa, não tendo, até esta data, recebido emendas.

Análise.

Passo à análise, Presidente.

A ideia de não onerar os rendimentos da classe docente no Brasil não constitui exatamente uma novidade. Na prática, a adoção de medida com essa finalidade seria a restauração parcial de garantia constitucional vigente na primeira metade do século 20.

A Constituição de 1934 assegurava à categoria o direito individual de ter rendimentos decorrentes do exercício da profissão não gravados por impostos.

O benefício foi mantido na Constituição de 1946, cujo art. 203, prescrevia que "nenhum imposto gravará diretamente os direitos de autor, nem a remuneração de professores e jornalistas".

A Emenda Constitucional nº 9, de 1964, por sua vez, deu nova redação ao mencionado art. 203.

Com essa mudança, a garantia então dominante foi suprimida do Texto Constitucional. Desde então, os professores passaram a receber o mesmo tratamento dedicado a outras categorias profissionais nas questões tributárias.

Hoje, diferentemente do que ocorria na vigência da citada legislação, predomina a proibição a tratamento diferenciado a contribuintes. E é o que diz o art. 150, inciso II, da Constituição Federal de 1988.

Como se vê, a regra da Carta Magna atual é de inadmissibilidade do tratamento tributário especial, favorável ou não, a qualquer categoria profissional. Nem mesmo uma função social nobre como a dos professores justificaria tal diferenciação. Sendo assim, no que respeita à constitucionalidade, o PLS nº 445, de 2012, encontra-se em desacordo com o mandamento contido nas disposições constitucionais apontadas.

No que concerne ao mérito, cumpre-nos perscrutar a eficácia da medida proposta e seu impacto na educação.

De pronto, é imperioso lembrar que os professores brasileiros estariam em melhor condição socioeconômica e, portanto, mais valorizados, se efetivamente estivessem na situação de equivalência, para efeito de tributação, com outras categorias profissionais, a ponto de serem enquadrados nas faixas de rendimentos que hoje são oneradas com o Imposto de Renda.

De um lado, de acordo com a Receita Federal do Brasil, estão obrigados à declaração anual do IRPF, em 2014, os contribuintes que auferiram rendimentos a partir de R$25.661,70 em 2013. Assim, para os contribuintes

cujos rendimentos decorrem de relação laboral, seria considerado um salário mensal da ordem de R$1.974,00, computado também um 13º salário de igual monta.

De outro lado, foi de R$1.567,00 o piso salarial profissional nacional estabelecido nos termos da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que, ao regulamentar a alínea "e" do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do Magistério público da educação básica.

Esse piso, cujo pagamento vem sendo negligenciado por diversos Estados e por uma grande parcela dos Municípios, precisaria de uma complementação de aproximadamente 26% para que os professores que o recebem fossem alçados à condição de contribuintes na legislação do Imposto de Renda.

Com efeito, não é demais dizer que os professores brasileiros, com jornada de 40 horas semanais, em grande maioria, não seriam beneficiados pela medida. A exceção ficaria com parcela ínfima formada por docentes com vínculo com a União, ou que, de outras esferas administrativas, exercem Magistério na educação superior.

Por essa razão, entendemos que a proposição não é oportuna. Parece-nos essencial primeiro, a exemplo do que propõe o Plano Nacional de Educação, ora em discussão no Congresso Nacional – e é bom lembrar que o Plano Nacional já foi aprovado aqui, por este Congresso –, garantir aos professores de mais de 150 mil escolas estaduais e municipais níveis de remuneração condignos, o que os aproximará da condição de contribuintes na legislação do Imposto de Renda.

A nosso juízo, não faz sentido garantir um direito em face de um dever que não tem fundamento fático. Em outras palavras, não adianta segurar a isenção a quem não atingiu a condição de contribuinte. Na verdade, estaríamos satisfeitos se todos os professores brasileiros já tivessem logrado esse patamar salarial.

Por fim, impõe-se relembrar que, se a proposição viesse a se tornar lei na atual realidade salarial, poderia haver prejuízos para os professores que ganham menos nos Estados e Municípios. É que a redução da arrecadação com a isenção aos que ganham mais, afetaria diretamente as receitas desses entes federados, que hoje ficam com o produto da arrecadação de Imposto de Renda recolhido dos respectivos dos servidores.

Nosso voto, Sr. Presidente.

Pelas razões expostas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2012.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Agradecendo muitíssimo a V. Exª pela relatoria *ad hoc* de um relatório da Senadora Maria do Carmo, eu o coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não tendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria está aprovada.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 445, de autoria do Senador Sérgio Petecão, que concede isenção de Imposto de Renda sobre a remuneração de professores nas condições que se estabelecem, sob a relatoria *ad hoc* da Senadora Ana Rita, tendo o voto sido pela rejeição.

A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Senadora, mais uma vez.

Vamos ao item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, instituindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências.
Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Favorável
Observações:
Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, para o seu relatório do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2014.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Senador Cyro e demais companheiros de Bancada, na verdade, Senador Cyro, eu ia pedir a retirada de pauta desse projeto em função de o Ministério da Cultura haver solicitado

uma reunião final tendo em vista as mudanças que estão acontecendo nessa área. Portanto, eles querem nos apresentar tais mudanças, para vermos de que maneira possamos incorporá-las em nosso relatório.

Sr. Presidente, como eles entraram em contato somente ontem, por isso somente hoje eu solicito a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pois não Senadora Lídice da Mata, como Relatora V. Exª tem todo o direito.

A matéria está retirada de pauta. A colocamos na pauta da próxima semana se assim julgarmos necessário. Uma vez retirada, conversaremos.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Então eu teria, eu teria um...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Um extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Não, um requerimento mas, como retirou de pauta, então o requerimento fica...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Ah, não se trata desse projeto.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Não, não é desse projeto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Perfeito.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Apenas para solicitar a V. Exª que pudesse colocar em votação o Requerimento Extrapauta nº 36, de 2014. Na verdade, eu requeiro, e peço a V. Exª também o apoio para isso, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com os art. 90, inciso II, e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013 – e o Senador Cristovam pode nos ajudar muito –, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas, e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

A solicitação do debate foi encaminhada por meio da Sugestão Legislativa nº 10, de 2014, que foi endossada pela manifestação de apoio de 10 mil cidadãos no Portal e-cidadania do Senado Federal.

Portanto, solicito a V. Exª que possa colocar em votação o acolhimento extrapauta desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado Senadora Lídice da Mata.

Em primeiro lugar, vamos submeter o requerimento ao Plenário. Indago se V. Exªs concordam que seja colocado em pauta o Requerimento nº 36, de 2014, lido pela Senadora Lídice da Mata, como extrapauta. *(Pausa.)*

Tendo a concordância das Srªs Senadoras e Senadores, passo à discussão e à aprovação do requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo ao item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2012
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de professores devidamente qualificados nas redes públicas de ensino qualidade do ensino.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Observações:

Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

Peço ao Senador Paim que seja Relator *ad hoc* do item 11.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, passo à leitura do parecer do nobre Senador Antonio Carlos Valadares deste projeto, que nasceu na Comissão de Direitos Humanos como sugestão do Programa Jovem Senador.

Em exame nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 185, de 2012, apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), tendo por base a Sugestão (legislativa) nº 25, de 2011. Esta, por sua vez, foi formulada pela estudante do ensino médio Adriele Henrique Souza, participante da edição de 2011 do Programa Senado Jovem.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre matérias que tratem, entre outros assuntos, de diretrizes e bases da educação brasileira e formação de recursos humanos. Daí a legitimidade regimental para a análise que se segue.

Os temas da qualificação e da formação docente são intimamente imbricados, o que torna deveras difícil a distinção entre ambos. Não fosse a visão formalista dominante na legislação educacional brasileira, poder-se-ia perceber a questão da qualidade como inerente à formação. No caso sob exame, a qualificação docente enfocada encerra uma nuança de complementaridade à formação docente. Nessa perspectiva, trata-se de uma condição desejável, capaz de contribuir para o aprimoramento da formação e do trabalho docente e, dessa maneira, para a qualidade do ensino.

Elemento discursivo recorrente, a formação goza de unanimidade entre educadores, pesquisadores e políticos. Não é à toa, pois que o assunto conta com disposição específica na própria LDB, de acordo com o art. 62 dessa norma:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

[...]

Sr. Presidente, avanço no relatório.

Não temos dúvida de que nossas escolas devem contar com professores qualificados, aptos ao enfrentamento dos desafios atuais. Somente assim, a escola pública poderá tornar-se outra vez atrativa aos nossos jovens. Isso é o mínimo que dela esperamos, para melhor desincumbir-se da sua missão de ajudar, de maneira decisiva, no preparo das atuais e futuras gerações.

Diante dessas razões, resta assente, a nosso ver, a relevância educacional e social da proposta, assim como a sua oportunidade. Desse modo, externando reconhecimento público à inovação concebida pela Jovem Senadora Adriele Souza e ao Programa Senado Jovem, opinamos no sentido de que o PLS nº 185, de 2012, merece a acolhida desta Casa Legislativa.

A proposição não contém vício de constitucionalidade, pois compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, conforme manda a nossa Constituição. Ademais, não identificamos injuridicidade na medida proposta, pois é inovadora e não gera conflitos com o ordenamento jurídico brasileiro. O projeto respeita também os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

A única ressalva que fazemos à proposição diz respeito a equívoco gráfico detectado ao final de sua ementa. Para sanear a falha apontada, apresentamos emenda de redação destinada a suprimir a expressão "qualidade do ensino", que ali aparece inscrita indevidamente, não espelhando o texto aprovado na CDH à ocasião da apreciação da Sugestão nº 25, de 2011.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2012, com a seguinte

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Suprima-se a expressão "qualidade do ensino" inscrita no final da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2012.

Esse é o voto que foi apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, repito, valorizando aqui a Jovem Senadora Adriele Henrique Souza.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O projeto em tela, o de nº 185, está em discussão.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, tem a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Compreendo perfeitamente as intenções do autor, o Senador Antonio Carlos Valadares. Na verdade, o Senador Antonio Carlos Valadares foi o Relator, e o Senador Paulo Paim, Relator *ad hoc*.

Eu gostaria aqui de pedir de vista, porque há umas questões que precisam ficar mais bem esclarecidas.

Há o entendimento de que esse projeto está prejudicado por algumas razões, mas eu gostaria de fazer esse debate na próxima reunião.

Então, peço vista. Se alguém quiser pedir vista coletiva, a gente pode discutir isso na próxima reunião.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Vista coletiva concedida.

Não sei se esse projeto teve alguma alteração. Veio da Comissão de V. Exª, Senadora Ana Rita. Esse projeto é de autoria da Comissão de V. Exª, não é isso? Houve alguma modificação?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pois é! Na verdade, ele chegou à Comissão de Direitos Humanos como iniciativa da sociedade, do Programa Jovem Senador, e a relatoria deu parecer pela aprovação. Mas, agora, observando melhor, acho que há algumas questões que precisam ser melhoradas no projeto.

Quero sugerir que a gente faça essa discussão na próxima reunião, se for possível, para que o projeto, realmente, não traga nenhum vício; para que a iniciativa apresentada na Comissão de Direitos Humanos não traga nenhum vício de iniciativa, considerando que pode haver algumas questões, o que estou vendo, que podem ser prejudicadas. Por exemplo, eu acho que ele entra em conflito com a LDB. Mas preciso discutir isso na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Perfeito. Eu só pediria, porque estou atendendo, inclusive acelerando, e teríamos aqui até um requerimento de urgência para homenagear, na próxima terça-feira, o jovem senador, que vai a plenário. Mas ainda dá tempo. V. Exª retornando com ele na próxima terça-feira e se for aprovado, nós pediremos a urgência para que, na própria terça-feira, possamos fazer essa homenagem.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Lúcia Vânia, do meu Estado de Goiás, para seu relatório do Projeto de Lei do Senado nº 467. É o Item 12, de 2012, não terminativo.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2012
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incumbir o sistema de ensino de identificar os estudantes de baixo rendimento e inseri-los em plano de recuperação.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatório: favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Observações:

matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

Com a palavra a nobre Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a proposição teve origem na Sugestão (SUG) nº 12, de 2011, de autoria da Jovem Senadora Rafaela de Souza e Silva, participante do Projeto Jovem Senador. Convertida pela CDH no projeto em tela, chega para análise desta CE.

O projeto determina que os sistemas de ensino identifiquem, até o final do primeiro bimestre letivo, os estudantes dos ensinos fundamental e médio com baixo rendimento ou baixa frequência, de forma a incluí-los em plano de recuperação. Para isso acrescenta inciso VII e parágrafo único ao art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O plano de recuperação proposto prevê a ampliação do horário escolar, a visita de educadores ao ambiente familiar e, quando necessário, a assistência psicológica aos estudantes.

Na justificação, argumenta-se que são muitos os fatores ocasionadores do baixo rendimento escolar e que não é possível creditar apenas aos alunos a responsabilidade por um eventual insucesso. Assim, o PLS propõe intervenções saneadoras, aplicadas no momento do aparecimento do problema, com vista a solucioná-lo antes que se agrave.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Análise.

O baixo rendimento escolar foi, ao longo da história, tratado como um problema individual, da criança. A massificação da escola em nossa sociedade não ocorreu no mesmo passo do necessário cuidado para que nenhuma criança fosse deixada para trás. O resultado disso foi, e continua sendo, a exclusão dos estudantes mais vulneráveis, justamente aqueles que mais precisam de apoio para superar as dificuldades de aprendizagem.

E o que parecia ser um problema individual se transforma em crise coletiva, uma vez que as estatísticas educacionais demonstram que os estudantes brasileiros ficam bem atrás no quesito rendimento quando comparados com seus pares nos países ricos ou mesmo em países com o mesmo grau de desenvolvimento do Brasil.

A proposição visa apresentar soluções para esse problema brasileiro, dando maior operacionalidade à LDB no que tange à recuperação de aprendizagem na educação básica. A lei, na alínea "e" do inciso V do art. 24, já dispõe sobre o assunto, determinando que a recuperação deva ser paralela ao período letivo. No entanto, a norma não especifica como isso deve acontecer.

O PLS vai além ao determinar que a recuperação deva ocorrer com base em plano específico, que contemple o estudo das causas do baixo rendimento, a ampliação do horário de estudo, a visita de educadores às famílias e, quando necessária, a assistência psicológica.

É interessante notar que a estratégia das visitas domiciliares já ocorre na área de saúde, com resultados tão positivos que se tornaram o cerne das políticas de atenção básica, nos moldes do Programa Saúde da Família, ou mesmo do trabalho de entidades da sociedade civil como a Pastoral da Criança. Ora, o que dá certo na área de saúde tem grandes chances de ser bem-sucedido também na de educação.

Pesquisas educacionais têm demonstrado que muitos pais não dispõem de conhecimento suficiente a respeito do funcionamento da instituição escolar e, em razão disso, têm dificuldades para ajudar as crianças com problemas de aprendizagem. Isso ocorre principalmente nos núcleos familiares dos estratos sociais mais pobres e com baixo capital cultural. O apoio direto de educadores certamente ajudará a aumentar o suporte aos estudantes membros dessas famílias.

Nossa posição é, portanto, favorável às linhas gerais do PLS. No entanto, tendo em vista que a LDB já dispõe sobre o assunto, propomos uma adequação do texto da proposição para garantir sua melhor inserção naquele diploma legal.

Assim, sugerimos a transformação do inciso proposto em um parágrafo que se refira ao já disposto na alínea "e" do inciso V do mesmo art. 24. Julgamos que dessa forma evitamos duplicidade de dispositivo versando sobre a mesma questão e, assim, garantimos a higidez do texto legal.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2012, nos termos da seguinte:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2012.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre plano de recuperação dos estudantes com baixo rendimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 9.394, de 1996, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24.....

.....

§1º Os estudos de recuperação a que se refere a alínea "e" do inciso V serão realizados com base em plano de recuperação elaborado pela escola, até o final do primeiro bimestre letivo, com apoio dos órgãos centrais do respectivo sistema de ensino.

§2º O plano de recuperação incluirá a identificação dos estudantes com dificuldades de aprendizagem ou baixa frequência, o levantamento das causas do problema e a proposição de alternativas para superá-lo, entre elas a previsão de ampliação do tempo escolar, a visita de educadores aos ambientes familiares e a assistência psicológica aos estudantes, quando necessário."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Não posso deixar de externar aqui o meu aplauso a um projeto de tamanha envergadura e de tamanha importância para um país como o nosso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia, e parabéns pelo substitutivo oferecido, que melhorou muito a proposição original.

Coloco em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 467, relatado pela nobre Senadora Lúcia Vânia.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Para discutir?

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Eu fico com a Relatora, aprovo o projeto. Entretanto, quem causa essa defasagem do conhecimento é o próprio modelo educacional brasileiro. Ele é o principal causador de haver esses alunos que parecem ter fragilidade de aprendizagem na sala de aula.

Pelo tempo que o aluno fica em sala de aula, um tempo parcial de quatro horas, com meia hora de recreio, de merenda... E ainda mais: a OCDE já comprovou que o Brasil, nas pesquisas, tem um desperdício na sala de aula com indisciplina de 18% do tempo. E ainda mais: 14% de desperdício com chamadas e atividades burocrática, perfazendo um total de 32% de desperdício do tempo de três horas e meia em que ele fica na sala de aula, restando apenas duas horas e meia de aprendizagem na sala. E este aluno ainda pode faltar a 25% das aulas – 50 dias por ano. Então, o que se pode esperar da nossa sociedade, das nossas crianças na escola? Multidões de crianças com dificuldade de aprendizagem.

E ainda há mais: progressão automática do 1º ao 3º ano, um exame um pouco superficial do 3º para o 4º, promoção automática do 4º para o 5º. Quer dizer, nós vamos empurrando essas crianças para frente, criando a cada ano um maior número de crianças que não têm condições de acompanhar o ano seguinte, a série seguinte, porque elas não adquirem as proficiências suficientes de cada ano para poderem absorver os conhecimentos da série seguinte. Esse é um problema endêmico na educação brasileira.

Esse projeto é interessante, mas não vai atingir a plenitude que precisa. E sabemos da gravidade do problema da escola fundamental e da escola básica brasileira, que só será resolvido com uma escola plena, de tempo integral, para todos e o ensino levado com muito mais seriedade do que o é hoje.

Mas fico com o voto da Relatora, pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Wilson.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2012, de relatoria da Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2012, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incumbir o sistema de ensino de identificar os estudantes de baixo rendimento e inseri-los no plano de recuperação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Coloco em votação a concordância de que seja incluso extrapauta o requerimento lido pela Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, coloco em discussão e, posteriormente, em votação o mesmo requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento lido pela Senadora Lúcia Vânia de pedido de urgência ao plenário.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pois não. Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não, Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Perdão. É a Senadora Ana Rita primeiro. Desculpe-me. Depois, eu passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro, eu estou aqui refletindo com os nossos assessores e lendo com mais atenção o relatório do item 11, de que pedi vista. E qual é a leitura que faço neste momento? A iniciativa da estudante, ao apresentar o projeto, se deu antes da aprovação do Plano Nacional de Educação. O que a estudante está propondo aqui, na verdade, é o que já existe, é o que está previsto no Plano Nacional de Educação.

Nós estamos avaliando que ele não é contraditório, ele reforça o que está previsto no Plano Nacional de Educação. Então, se reforça, na verdade, o projeto fica prejudicado de uma certa forma, mas não traz prejuízos. Não traz prejuízos porque ele não é contraditório. Ele reforça o plano, que foi aprovado após a apresentação da iniciativa da estudante. Apenas vai reforçar o que já está previsto no plano.

Então, para valorizar a estudante, valorizar o Programa Jovem Senador, eu retiro o pedido de vista, para que ele seja votado hoje, já com essa leitura de que não prejudica; ele apenas reforça o que já está previsto no Plano Nacional de Educação.

Com esse entendimento, eu peço retirada de vista.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Perfeito.

Fica deferida, então, a retirada da vista coletiva.

Continua em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2012, não terminativo, cujo relatório foi lido pelo Relator *ad hoc*, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para situar o Plenário, item 11, p. 201.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos lá para votar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Encerro a discussão e coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a relatoria *ad hoc* do Senador Paulo Paim, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2012, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, pela importância do tema e pelo reconhecimento da Senadora Ana Rita de um projeto que veio lá da Comissão de Direitos Humanos – eu tenho muito orgulho de dizer que fui eu que apresentei o Programa Jovem Senador aqui no Senado; é uma lei de minha autoria a que estabeleceu esse programa – e, para valorizar essa meninada que vem chegando, na figura da aluna Jovem Senadora Adriele Henrique Souza, numa homenagem a ela, eu gostaria de fazer um requerimento extrapauta, já que não há nenhuma contradição, para que o projeto seja, com urgência, votado no Senado.

Se V. Exª permitir, eu leio o requerimento que estou propondo.

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2012, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de professores devidamente qualificados nas redes públicas de ensino qualidade do ensino".

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está aqui meio repetido, mas é "qualidade do ensino".

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Coloco em votação a proposta de inclusão extrapauta do requerimento lido pelo Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo nada em contrário, fica incluído extrapauta.

Aproveito e coloco em discussão o requerimento e, posteriormente, em votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, consideramos o requerimento aprovado.

Eu quero fazer um agradecimento especial à Senadora Ana Rita, por ter reanalisado – não tivemos que esperar esta semana. O Jovem Senador ficará muito contente porque irá ao Plenário do Senado na próxima terça-feira. Se ainda tivermos alguma coisa nesse sentido... Acredito que não vá haver, porque ele só reforça, ele não fica prejudicado, é só um reforço.

É a homenagem aos Jovens Senadores, que irá ao Plenário do Senado Federal na próxima terça-feira.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin, autora do item 13. O Senador Inácio Arruda pediu para retirar, mas eu passo a palavra para consideração de sua autoria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu quero agradecer a V. Exª e expressar a nossa concordância, não só minha, em que o projeto não seja votado hoje, até para que o Senador Inácio possa continuar na relatoria.

Quero registrar a presença aqui da Deputada Jô Moraes, Sr. Presidente, que é a coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados. Todas nós, mulheres, realizamos todas as atividades em conjunto com as Deputadas Federais, através da Secretaria da Mulher, de lá, e da Procuradoria, daqui, sem falar nas Comissões. Então, é um prazer ter a presença da Deputada Jô Moraes aqui na nossa reunião.

Sr. Presidente, eu conversava com a Senadora Ana Rita, analisando que este projeto de resolução muda procedimentos referentes ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, que é uma homenagem que o Senado Federal presta àquelas que se envolvem na luta pelos direitos das mulheres.

Atualmente, Sr. Presidente, desde a sua criação – salvo engano, a autora dessa homenagem àquelas pessoas que lutam pelos direitos da mulheres foi a Senadora Serys –, só mulheres podem ser agraciadas. O que eu estou sugerindo é que homens também possam ser reconhecidos e possam ser homenageados...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É da Emilia Fernandes. Muito obrigada. Não é da Serys, não; a proposta é da Emilia Fernandes, ex-Senadora e ex-Ministra das Mulheres, Sr. Presidente.

A nossa ideia é não colocar o gênero feminino, porque o prêmio, o reconhecimento, o diploma, Presidente Cyro, não é para as mulheres, é para aqueles ou aquelas que lutam pelos direitos das mulheres. Nós conside-

ramos justíssimo que o homem tenha a possibilidade também de receber um diploma, um reconhecimento por lutar e apoiar a luta de igualdade das mulheres.

Em conversa com a Senadora Ana Rita, que preside a Comissão de Direitos Humanos, ela sugeriu que nós estabelecêssemos, inicialmente, uma cota para os homens – vamos agir inversamente –, uma cota desse reconhecimento. Eu acho que é interessante começarmos com uma cota, entendendo que toda política de cota é temporal, pois ela tem prazo de validade. Assim que alcançarmos a igualdade, retiramos a cota daí, como devemos retirar a cota em outros setores.

A Senadora vai apresentar uma emenda, e eu acho que, na semana que vem, podemos travar aqui um bom debate. A Senadora Lúcia Vânia já se mostrou contrária à cota, mas vamos travar um bom debate.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Cota masculina, não; cota só para mulher. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Olhe o feminismo, Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Eu quero cumprimentar o Senador Inácio Arruda e a Senadora Vanessa Grazziotin. Acho que a inserção do homem que luta pelos direitos da mulher no prêmio Bertha Lutz é uma boa iniciativa. Eu acho que é louvável. Eu só não concordo com as cotas, porque o homem já tem direito demais. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Eu acho que nós estamos invertendo já.

Eu quero, primeiro, saudar a presença da Deputada Jô Moraes. Sua presença aqui muito nos dignifica. Muito obrigado. É uma honra tê-la aqui.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Presidente, só preciso discutir a questão aqui da nossa colega Senadora.

Eu acho que os homens, em relação às mulheres, temos até deveres demais, não direitos demais. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Daqui para a frente, nós vamos ficar com cotas.

Como há uma proposta de minha relatoria, eu passo a Presidência ao Senador Paulo Paim, para que eu possa, depois, se aprovada a inclusão do projeto, ler meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra ao Presidente Cyro Miranda, para que ele possa fazer a relatoria...

Primeiro, vamos, claro, votar a inclusão extrapauta do PLC da nobre Deputada Mara Gabrilli.

É bom lembrar que a Deputada Mara Gabrilli é Relatora do grande Estatuto da Pessoa com Deficiência. Eu conversei com ela nesta semana, e marcamos já uma reunião com o Presidente da Câmara, para que possam votar o Estatuto e para que, depois, ele venha para nós, para a versão final, já que o projeto saiu do Senado. Ele é de nossa autoria e teve a sua participação, Senador.

A autora é a Deputada Mara Gabrilli. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2014 (PL nº 07657, de 2014, na origem).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2014
– Não terminativo -

Concede pensão especial à atleta Lais da Silva Souza.
Autoria: Deputada Mara Gabrilli e outros
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Observações:
Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O assunto é relacionado à Previdência Social. O Senador Cyro Miranda vai fazer o relatório.

Primeiro, consulto se alguém é contra esse projeto entrar de forma extrapauta. (*Pausa.*)

Já vi que todos são favoráveis. Aprovado.

Está liberado para fazer o relatório aqui, Senado Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela gentileza. Assim também agradeço aos nobres pares.

Eu vou direito à análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem sobre a questão.

Nos termos da autora do projeto, a atleta Lais Souza "construiu uma carreira baseada na garra, na perseverança e no sucesso, interrompida recentemente por uma grave fatalidade". Aos 12 anos de idade, ela já integrava a Seleção Brasileira de Ginástica Olímpica. Aos 15 anos, ela representou o Brasil nas Olimpíadas de Atenas, em 2004. No ano seguinte, ela alcançou seu mais expressivo resultado ao conquistar a medalha de ouro na Copa do Mundo de Cottbus e Stuttgart, na Alemanha.

Com essa trajetória de sucesso, a Confederação Brasileira de Desportos na Neve (CBDN) convidou Lais e a atleta Josi Santos a conhecerem o esqui aéreo em maio de 2013. Após obterem classificação para essa modalidade nos Jogos Olímpicos de Inverno, realizados em Sóchi, na Rússia, as atletas seguiram um rigoroso treinamento em Salt Lake City, nos Estados Unidos.

No dia 27 de janeiro de 2014, ocorreu um grave acidente com Laís, que fraturou a 3ª vértebra, com lesão medular definitiva. Houve comprometimento das funções motora, sensitiva e autômica. Assim, a atleta perdeu movimento, sensibilidade e controle de todos os órgãos abaixo do pescoço.

O Comitê Olímpico Brasileiro iniciou uma campanha para obter contribuições em benefício do tratamento da atleta. Nos termos da nota divulgada pelo COB, de 17 de março de 2014, no momento do acidente, Laís não participava de nenhuma delegação do COB ou eliminatória ou classificatória para os Jogos Olímpicos, e o seguro de vida ou invalidez contratado pela instituição cobre apenas os atletas em missões como os Jogos Olímpicos de Verão e de Inverno, os Jogos Olímpicos da Juventude, os Jogos Pan-Americanos e os Jogos Sul-Americanos. Mesmo assim, o COB assumiu diversas ações, desde o momento do acidente de Laís, para custear o tratamento da atleta.

Conforme argumentou adequadamente a Comissão de Assuntos Sociais, "diante do quadro vivido pela atleta, não resta dúvida de que é necessário e urgente a obtenção de uma fonte permanente de subsistência, suficiente para auxiliá-la a conviver com a sua nova realidade."

Laís ofereceu importante contribuição para o desporto brasileiro nas modalidades que abraçou. Dessa forma, é necessário e justo que o Estado brasileiro retribua esse esforço e dê seu apoio à atleta, na forma da pensão específica sugerida.

Saúdo aqui pela iniciativa a Deputada Mara Gabrilli.

Conforme também lembrou a CAS, a pensão terá fonte de custeio total no programa orçamentário Indenização e Pensões Especiais de Responsabilidade da União, rubrica que tem sido corretamente apontada nas leis sobre pensões especiais concedidas às pessoas individualizadas em lei.

Desse modo, não vemos obstáculos de natureza constitucional ou jurídica à aprovação da matéria. O projeto igualmente encontra-se redigido segundo a boa técnica legislativa. E, no mérito, merece todo o apoio desta Comissão.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2014.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a inclusão de requerimento de urgência deste Projeto que acabo de ler.

Trata-se do Requerimento de Urgência nº 40, de 2014.

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2014, que concede pensão especial à atleta Lais da Silva Souza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aqueles que concordam com que esse requerimento seja colocado agora em pauta prioritária em regime de urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos à votação do requerimento.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Aproveitando ainda a Presidência de V. Exª, requeiro inclusão extrapauta do Requerimento nº 39, de 2014, desta Comissão.

REQUERIMENTO Nº 39, DE 2014

Requeremos, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para homenagear os professores vencedores do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, de 2014. São eles: Ana Cláudia Santos, Professora de Língua Portuguesa do 6º ano da Escola Estadual Padre Paulo, Santo Antônio do Monte – MG, com o trabalho "O povo conta"; Andréa de Fátima Dias Tambelli, Professora de Matemática do 2º ano da Escola da Vila São Paulo – SP, com o trabalho "O trabalho com medidas"; Angela Maria Vieira, professora de história do 6º ano da Escola Municipal Professora Maria Regina Leal, Joinville – SC, com o trabalho: "Os guardiões dos sambaquis"; Emanuel Alves Leite, professor de Arte do 9º ano da Escola Estadual Professora Maria Lourdes Bezerra, Macau – RN, com o trabalho "Lugar de circo é na escola"; Mara Elizabeth Mansani, Professora de Alfabetização do 1º ano da Escola Estadual Professora Laila Galep Sacker, Sorocaba – SP, com o trabalho "Escrevendo com lenga-lenga"; Maria da Paz Melo, professora de Arte do 5º ano da Escola Municipal Valéria Junqueira Paduan, Santa Rita do Sapucaí – MG, com o trabalho "O desenho como expressão"; Marlene Garcia Alves, professora de Matemática do 8º ano do Colégio Estadual do Ensino Médio e Fundamental Vale do Saber, Apucarana – PR, com o trabalho "Construções no plano cartesiano"; Monique Godoi Gomes Lescura, Professora de Geografia do 8º ano da Escola Municipal CAIC, Lorena – SP, com o trabalho "Desastre natural: informar para prevenir"; Paula Aparecida Sestari, professora de Educação Infantil da pré-escola do Centro de Educação Infantil Odorico Fortunato, Joinville – SC, com o trabalho "Baía da Babitonga: nosso berçário natural"; Renata Maria Pontes Cabral de Medeiros, professora de Língua Portuguesa do 4º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Fabiano Alves de Freitas, Ituverava – SP, com o trabalho "As mil e uma noites"; Angela Dannemann, Diretora Executiva da Fundação Victor Civita.

Justificativa.

A Fundação Victor Civita, organização reconhecida por relevantes ações na área educacional, criou, em 1998, o Prêmio Educador Nota 10.

Nos últimos anos, em parceria com a Fundação, esta Comissão acompanha a premiação, entendendo ser de extrema importância a valorização e o reconhecimento dos educadores brasileiros que se destacam na promoção de um aprendizado de qualidade.

Diante do exposto, pela relevância do tema, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desse Requerimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador.

Quem concorda com que o requerimento seja votado extrapauta permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como o requerimento já foi lido, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência, com muita satisfação, ao nosso líder maior aqui da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, gentil, como sempre.

Eu passo ao último item, o item nº 9, e peço ao Senador Wilson Matos que faça o relato do Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2013. É terminativo. Nós vamos só abrir e sobrestar a discussão.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2013
– Terminativo -

Confere aos municípios onde tenham nascido atletas medalhistas olímpicos o título de Cidades Olímpicas.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Favorável, acatando a emenda oferecida pelo Senador Gim na forma das emendas oferecidas.

Observações:

1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto, e outra para as emendas.

2 – Em 13/3/2014, foi apresentada uma emenda de autoria do Senador Gim.

3 – A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 5/8, 2/9 e 4/11/2014.

Com a palavra, o Relator *ad hoc*, Wilson Matos.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, acho muito interessante este projeto, porque ele incentiva os Municípios a promoverem uma melhor qualidade no esporte e a produzirem melhores atletas para o nosso País.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação a apreciação de matérias que disponham sobre homenagens cívicas, tema da proposição que ora examinamos.

O País prepara-se para sediar grandes eventos esportivos e faz-se necessário criar os mecanismos adequados para disseminar, entre os jovens e por toda a sociedade brasileira, a cultura esportiva. Como um dos fatos sociais e econômicos mais relevantes dos tempos atuais, o esporte, além de movimentar grandes riquezas e de contribuir intensamente para o desenvolvimento das nações modernas, continua sendo importantíssimo na formação educacional, ética e cultural de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, é importante sensibilizar nossos gestores públicos sobre a importância do tema. Concordamos com o autor da proposição quando afirma que declarar a localidade de nascimento de um atleta medalhista olímpico Cidade Olímpica configura incentivo a que outras administrações municipais adotem medidas de valorização da prática esportiva. Ações dessa natureza viabilizam o justo reconhecimento pelo esforço realizado pela cidade e dão visibilidade e repercussão aos resultados obtidos pelos nossos atletas.

É, portanto, oportuna e meritória a iniciativa.

Da mesma forma, julgamos que a emenda oportunamente apresentada pelo autor aperfeiçoa a proposição ao fazer referência aos atletas paralímpicos e ao incluir os Municípios em que os atletas tenham morado a maior parte de sua vida entre aqueles que poderão receber a homenagem.

Faz-se necessário, portanto, acrescentar emenda adequando o teor da ementa da proposição às alterações introduzidas pela emenda apresentada pelo Senador Gim.

Visto tratar-se de apreciação terminativa e exclusiva, cabe à CE verificar, também, a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa, aspectos plenamente observados pelo PLS nº 465, de 2013.

Voto.

Por seu mérito, constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e por ser redigido conforme a técnica legislativa adequada, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2013, acolhendo a emenda apresentada pelo Senador Gim, na forma das seguintes emendas:

EMENDA Nº – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2013, a seguinte redação:

Confere aos Municípios onde tenham nascido ou morado, a maior parte de sua vida, atletas medalhistas olímpicos ou paraolímpicos o título de Cidade Olímpica.

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2013, a seguinte redação:

Art. 1º Será declarado Cidade Olímpica o Município onde tenha nascido, ou morado a maior parte de sua vida, atleta que conquistar medalha em jogos olímpicos ou paraolímpicos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Wilson Matos.

A matéria é terminativa.

Eu abro, então, a discussão. Em seguida, sobresto essa discussão, porque não temos quórum para deliberá-la.

Passo ao item 14 e peço à Senadora Lúcia Vânia que possa ser Relatora *ad hoc* do Projeto de Resolução nº 1, de 2014.

ITEM 14

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 1, DE 2014
– Não terminativo -

Denomina "Chico Mendes" o plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Autoria: Senador Anibal Diniz

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Favorável

Observações:

A matéria será encaminhada à Comissão Diretora, para decisão final.

Com a palavra, a nobre Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Srªs e Srs. Senadores, em sua justificação, o autor da matéria argumenta que, ao denominar Chico Mendes o plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o Senado Federal estará reconhecendo, perenemente, o valor desse grande brasileiro.

Após ser apreciada pela Comissão de Educação, a matéria segue para decisão da Comissão Diretora.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, foi um dos mais influentes ambientalistas de sua época e mudou o paradigma do ambientalismo internacional, ao colocar as populações diretamente afetadas por projetos de desenvolvimento como centro do debate. Foi o ideólogo do conceito de "reserva extrativista", segundo o qual a população tradicional que habitava a floresta teria o direito de manter seu modo de vida de coleta sustentável dos produtos florestais.

Chico Mendes serviu de inspiração para diversos movimentos e organizações em todo o mundo. Em 1987, recebeu a visita de alguns membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em Xapuri, quando teve a oportunidade de mostrar-lhes a devastação da floresta e a expulsão dos seringueiros, ambas causadas por projetos financiados por bancos internacionais. Dois meses depois, ele levou essas denúncias ao Senado norte-americano e à reunião de um dos bancos financiadores. Em decorrência disso, os financiamentos a esses projetos foram suspensos. A partir de então, Mendes passou a receber vários prêmios internacionais, destacando-se o Global 500, oferecido pela ONU, por sua luta em defesa do meio ambiente.

Chico Mendes dizia que, primeiro, ele pensava em defender os seringueiros, e, portanto, a seringueira, a floresta e o próprio Planeta, pensamento cada vez mais atual em relação à crise ecológica que toca a todos.

Sendo assim, como enfatiza o autor da matéria, diante do escopo de atuação da Comissão de Meio Ambiente, e tendo em vista que as lutas em prol do uso sustentável dos recursos naturais, deflagradas por Chico Mendes, têm levado à criação de políticas públicas consistentes, não apenas pelo Poder Público, mas também pelas empresas, preocupadas com sua parcela de responsabilidade, é sem dúvida pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de denominar Chico Mendes o plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Por fim, no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não se vislumbram reparos a fazer ao PRS nº 1, de 2014.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Coloco em discussão o Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2014. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a relatoria *ad hoc* da Senadora Lúcia Vânia permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O projeto está aprovado e a matéria será encaminhada à Comissão Diretora para decisão final.

Agradecendo muito a presença das Srªs e dos Srs. Senadores que hoje estiveram nesta Comissão e agradecendo também a todos que fazem parte desta Comissão na pessoa de Júlio Linhares, declaro encerrada a presente reunião, convocando-os para, na próxima terça-feira, às 11 horas, neste plenário, mais uma reunião deliberativa.

Obrigado e um bom dia a todos.

(Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 01 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às onze horas e dezenove minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Lídice da Mata, Wilson Matos, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Pedro Simon, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, Gim e Ana Amélia,

que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Paim usa da palavra para registrar a presença na presente reunião dos ex-alunos da Universidade Gama Filho Juliene Salviano, Renata Lasmar, Igor Tito e Luísa Katyn, que solicitaram o apoio do senador para o agendamento de uma reunião junto ao Ministério da Educação. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, ressalta o trabalho desenvolvido pela Comissão a respeito do assunto, que culminou na transferência assistida de quatorze mil estudantes, e o apoio permanente desse colegiado à causa. Prosseguindo, a presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para a deliberação dos projetos terminativos. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que "Dispõe sobre as relações de trabalho do técnico ou treinador profissional de modalidade desportiva coletiva e revoga a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993". O relator designado é o Senador Wilson Matos e o parecer favorável é aprovado, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE. **Item 9: Projeto de Resolução do Senado nº 84, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gim, que "Institui a Comenda do Mérito Olímpico, a ser conferida pelo Senado Federal aos atletas brasileiros que se destacarem nas competições olímpicas e paraolímpicas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti o parecer favorável é aprovado, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Permite que sejam deduzidos do Imposto sobre a Renda devido os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a associações desportivas que mantenham equipe de futebol profissional nas séries C ou D do campeonato brasileiro". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2014, o que é aprovado. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Paulo Paim, para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2014. **Extra-Pauta, Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que "Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para denominá-la Lei 'Senador Ramez Tebet'". O relator é o Senador Cyro Miranda e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão do relatório, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Logo após, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 13**). Retorna à presidência dos trabalhos o Senhor Senador Cyro Miranda. Prosseguindo, a presidência passa à deliberação do Requerimento incluído extra-pauta. **Extra-Pauta**, **Item 13: Requerimento nº 41/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer "... nos termos regimentais, a supressão do tema: "Escola em Tempo Integral", do Requerimento nº 22/2014-CE, aprovado em 29 de abril de 2014, para atender ao que determina a Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013 (...)". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a presidência faz a leitura do seguinte comunicado: "Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de Convite do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Educação, José Henrique Paim Fernandes, para o 'Ato Solene de Abertura da Etapa Nacional da CONAE-2014' a ser realizado no dia 19 de novembro de 2014, quarta-feira, às 19h, no Centro Internacional de Convenções do Brasil – CICB – Setor de Clubes Esportivos Sul, trecho 02, Conjunto 63, Lote 50 – Brasília – DF. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O Convite vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2013-Complementar; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2007; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2013; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2014; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2013; Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2010; e Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2013**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Passemos ao item da pauta, porque nós temos os primeiros itens, o item 1, terminativo; 2, terminativo, já foram lidos; o item 3 é não terminativo, o Senador Valdir Raupp... Item 2, não está presente; o 3 já foi lido, também terminativo. Passamos então ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, DE 2013
– Não terminativo -

Dispõe sobre as relações de trabalho do técnico ou treinador profissional de modalidade desportiva coletiva e revoga a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993.
Autoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatoria: nobre Senador Wilson Matos
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.
Observações:
1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais

Com a palavra o eminente Senador Wilson Matos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente Cyro Miranda, me permite, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É só para fazer um registro. Eu tenho acompanhado a história, a vida e a luta – e V. Exª também, e esta Comissão – dos alunos, principalmente da Universidade Gama Filho. Eles estão aqui agora, a Juliane Salviano, a Renata Lasmar, o Igor Tito e a Luísa Katlyn. E nesse momento eu fiz uma ligação lá para o MEC, e eles vão recebê-los. Então eu só faço o registro. Missão cumprida. Alguém vai recebê-los no MEC, para que eles falem do drama que eles estão vivendo ainda, da Universidade Gama Filho.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Exª, como eu e também o Deputado do Rio de Janeiro, tivemos um compromisso muito grande com esses jovens, porque 14 mil estudantes ficariam sem a transferência assistida. Esta Comissão, com o apoio do Júlio Linhares, de V. Exª também, de outros Senadores, fizemos uma gestão muito grande, ainda na gestão do Ministro Aloizio Mercadante. E depois de muitas idas e vindas, entendemos também que o Ministério ficou um pouquinho amarrado em função da parte jurídica, que não lhes permitia tomar determinadas atitudes. Pelo que me consta, há ainda algumas coisas para serem acertadas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em parte foi resolvido. Algumas coisas, eles queriam reivindicar, e por isso eu fiz esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Exatamente. Eu acho que é através desta Comissão e agradeço. V. Exª, sempre atento e grande colaborador desta Comissão, já tomou essas providências. Se eles precisarem do nosso respaldo, vão tê-lo sempre. O MEC, eu quero dizer que na pessoa do Ministro Henrique Paim, é uma pessoa muito atenta, e graças a ele, que era o Secretário Executivo do Ministério, que deu esse apoio para que as coisas fossem acontecendo. Evidentemente não foi o melhor, mas foi o possível. É lógico que houve muita questão de distância entre a moradia e onde estudavam antes, as dificuldades e diferenças também de faculdades, adaptação de curso, uma série de outras coisas. Mas ainda há algumas coisas, e eu acho que o Ministério vai poder, sim, ajudá-los.

Concedo a palavra então, para o seu relatório, ao Senador Wilson Matos.

Obrigado mais uma vez, Senador Paulo Paim.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Da Comissão De Educação, Cultura E Esporte,Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2013, do Senador Alfredo Nascimento, que dispõe sobre as relações do trabalho de técnico ou treinador profissional na modalidade desportiva coletiva e revoga a Lei 8.650, de 20 de abril de 1993.

Vou direto ao item 2, Sr. Presidente, que é a análise.

Distribuído para exame na CE por força de competência atribuída ao órgão pelo inciso I do art. 102 da RISF, o projeto visa disciplinar a profissão de técnico profissional de todas e quaisquer modalidades esportivas coletivas, a exemplo do que promoveu, na forma restritiva, a Lei 8.650, de 20 de abril de 1993, dedicada exclusivamente ao treinador de time de futebol.

A proposição percorre dois caminhos complementares: resguardar princípios já consolidados em lei, referentes à lei empregatícia, e o cenário de atuação do técnico de futebol, ao tempo em que busca abrigar as demais modalidades desportivas coletivas nesse leque, de modo a constituir o preceito único destinado ao mesmo perfil profissional, diverso apenas quanto ao esporte praticado, seja ele próprio futebol, o basquetebol, o voleibol ou o futsal, por exemplo. Ademais, retira a denominação *reserva de mercado relativ*a, prevista em lei, que hoje acolhe preferencialmente para a prática laboral respectiva, além dos que já atuam na função à época da publicação da Lei nº 8.650, de 1993, os formados em Educação Física.

Essas normas, como se vê, são bastantes para excluir do exercício da profissão pessoas com inegável conhecimento de atividades, como é o caso dos ex-atletas e analistas esportivos ou de interessados, de modo geral, em se dedicar à carreira, caso não cumprisse pelo menos uma daquelas exigências legais. O projeto sob análise, além de incorporar diretrizes presentes na mencionada lei, é mais abrangente ao ampliar o acesso às funções de técnico também pessoas capacitadas, mediante a aprovação em curso de formação ou em exames de proficiência oferecidos pelas ligas, pelas federações ou pelas respectivas confederações.

Assim, quanto ao mérito, a iniciativa de regulamentar extensivamente o exercício da profissão de técnico de modalidade desportiva coletiva legitima-se a prosperar. Por sua vez, não se observam em seu texto óbices de natureza constitucional, jurídica ou regimental, motivo pelo qual, sob tais aspectos, nada há a reparar.

Do ponto de vista formal cumpre, entretanto, chamar a atenção para a omissão do inciso III, ou seja, da menção do art. 3º,causente no *caput*, ou da proposição, bem como para a grafia de alguns termos, o que poderá ser suprido por emendas de redação.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do PLS nº 522, de 2013, com as seguintes emendas:

Dê-se ao *caput* do art. 4º do PLS nº 522, de 2013, a seguinte redação:

Art. 4 As ligas, federações e confederações são obrigadas a oferecer tanto curso de formação quanto o exame de proficiência, referidos no inciso III do art. 3º.

Próxima emenda:

Redijam-se com a inicial minúscula as palavras ligas, federações, confederações, constantes aos incisos II e III do art. 3º, do inciso III do art. 5º e do parágrafo único do art. 7º do PLS nº 522, de 2013.

Concluí, Sr. Presidente.

Somos pela aprovação no relato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu apenas quero colocar aqui a posição que recebi para orientação de voto. Aqui é explícito que o projeto do nobre Deputado Valdir Raupp é muito bem intencionado e tem o apoio de fato dos gestores municipais e estaduais. Há uma preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O autor é o Senador Alfredo Nascimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está certo, fiz confusão. Na verdade, ele vai para outra comissão, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ele ainda vai para a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E lá será aprofundado o debate.

Por isso, vou acompanhar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito.

Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e Senadores que concordam com o relatório do Senador Wilson Matos permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Eu peço a gentileza do Senador Mozarildo Cavalcanti para ser Relator *ad hoc* do item 9.

ITEM 9

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 84, DE 2013
– Não terminativo -

Institui a Comenda do Mérito Olímpico, a ser conferida pelo Senado Federal aos atletas brasileiros que se destacarem nas competições olímpicas e paralímpicas.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.
Observações:
A matéria será encaminhada à Comissão Diretora, para decisão final.

Com a palavra, o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero passar à leitura da análise.

A matéria em análise, por tratar de questões relativas ao esporte, insere-se no âmbito das competências concorrentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal. No Senado Federal, a matéria integra o rol de competência da Comissão de Educação nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno desta Casa.

Julgamos louvável o mérito da iniciativa, vez que valoriza os atletas Olímpicos e Paralímpicos nacionais, grandes heróis de nosso País. Ademais, o projeto surge em um período especial, pois já vivemos a 31ª Olimpíada com os jogos do Rio 2016.

Não observamos óbices quanto à legalidade e constitucionalidade da proposição, que ainda será objeto mais aprofundado pela Comissão Diretora; contudo, propomos duas pequenas emendas ao texto do projeto a fim de aprimorá-lo em busca da previsão preconizada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com a primeira emenda, substituímos a expressão "competições olímpicas e paralímipicas", por Jogos Olímpicos e Parolímpicos. Também consideramos necessário alterar a redação do art. 2º a fim de especificar que a Comenda que se pretende instituir seja concedida anualmente.

Então, com as duas emendas referidas, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 84, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em discussão o relatório lido pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)

Não tendo quem queira discutir, aprovamos o projeto de Resolução do Senado nº 84/2013.

O Relatório foi favorável e aprovado, a matéria será encaminhado à Comissão Diretora para a decisão final.

Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Eu vou colocar em votação o item 6, que já foi lido pela Senadora Ana Amélia.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2013
– Não terminativo -

Permite que sejam deduzidos do Imposto sobre a Renda devido os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a associações desportivas que mantenham equipe de futebol profissional nas séries C ou D do campeonato brasileiro.
Autoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável
Observações:
1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.
2 – Na reunião do dia 11/11/2014, foi concedida vista coletiva.

Como não foram apresentadas nenhuma emenda, coloco, então, em votação o Projeto Lei do Senado nº 302/2013.

Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco o projeto em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a relatoria da Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Projeto aprovado.

A matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu peço ao Senador Paulo Paim a gentileza de assumir a condução dos trabalhos porque tenho um pedido extrapauta de um requerimento, de minha autoria, e também de um relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Submetemos à apreciação do Plenário, como já encaminhou o Presidente Cyro, Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Ruben Figueiró, para que seja incluído extrapauta.

Os que concordam que esse Projeto, conforme já anunciado pelo Presidente, seja incluído extrapauta, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está incluído extrapauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2014
– Terminativo -

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para denominá-la Lei "Senador Ramez Tebet".
Autoria: Senador Ruben Figueiró
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Observações:

Senador Cyro, por favor.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Paulo Paim, e aos pares, pela gentileza da inclusão extrapauta desse relatório.

Encontra-se nessa Comissão, em sede de decisão terminativa e por distribuição exclusiva o Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2014, de autoria do Senador Ruben Figueiró, destinado a conferir a denominação de Lei Senador Ramez Tebet à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial e extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

Em sua justificativa, o autor se estribou no relatório apresentado pelo homenageado perante a Comissão de Assuntos Econômicos quando de tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 71, de 2013, que culminou com a sua transformação na lei ora em alteração.

Nesse sentido, ressalta o Senador Figueiró, principalmente, as negociações conduzidas pelo Senador Tebet, para que a aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo por ele oferecido, fosse levado a termo, sustentando que – aspas – "sua atuação para que o Projeto de Lei das Falências tivesse uma tramitação consensual permitiu atualização da legislação então exigente" – fecha aspas.

A proposição não recebeu emendas.

Então, vou direto à Análise, Sr. Presidente.

O projeto em comento foi distribuído à CE sob o comando do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, para que, sobre ele, delibere, em caráter terminativo, segundo faculta o art. 58, § 2º, inciso I, da Constituição da República, e o art. 91, inciso I, do Regimento Interno.

Com efeito, a Lei nº 11.101, de 2005, constitui um moderno instrumento de restauração da dignidade empresarial, fundamento primordial que presidiu a sua concepção e edição.

De autoria do Presidente da República, após tramitar na Câmara dos Deputados, o PLC nº 71 veio à revisão do Senado Federal, onde foi exaustivamente debatido e, em seguida, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, na forma de um texto Substitutivo da autoria do Relator Senador Ramez Tebet.

Embora, também, distribuída para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi na CAE que a proposição conseguiu ser aprimorada quanto a sua essência, graças a exaustiva análise promovida por Ramez Tebet sobre a matéria, finalmente oferecida à consideração daquele colegiado, onde logrou ser aprovada, nos termos do Relatório por ele elaborado, após vários entendimentos por ele coordenados junto aos segmentos interessados.

Não bastasse essa atuação legislativa, em particular, que representou um marco na credibilidade das relações econômicas em nosso País, todas as atividades do homem público exercidas pelo saudoso Senador o habilitam a ser proclamado uma das figuras mais destacadas do Legislativo brasileiro, razão pela qual a denominação Lei Senador Ramez Tebet, a Lei nº 11.101, de 2005, merece todo nosso apoio.

Do Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para discutir a matéria.

Não havendo quem queira discutir, este Presidente quer discutir.

Senador Cyro, eu queria, só, dar um depoimento.

Eu convivi, aqui, com o Senador Ramez Tebet, e, na oportunidade desta lei, de que ele foi o grande articulador, o grande consultor, havia uma grande dúvida no Rio Grande do Sul, e eu fiz uma plenária na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com empresários, trabalhadores, estudantes e perguntei se ele iria lá. Ele, de pronto, se colocou inteiramente à disposição, tudo a custo dele mesmo, custo nenhum para o Senado, e

ficou, lá, inclusive, dois dias, no Rio Grande do Sul, um dia no debate, no outro dia, então, ele foi conhecer um pouco mais o Rio Grande.

Foi uma excelente reunião, e saímos de lá convencidos de que o relatório dele seria aprovado.

Então, é com orgulho que eu voto favorável ao seu relatório.

Eu sei que agora não teremos quórum suficiente para apreciação da matéria, mas quero dar esse depoimento já adiantando o meu voto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu agradeço e digo, Senador, que não tive a oportunidade de conviver diretamente, mas acompanhei muito a gestão do Senador Ramez Tebet. Foi um dos homens honrados que dignificou este Senado com muita propriedade. Eu acho que essa homenagem é realmente justa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais do que justa.

A matéria continuará em discussão. Como não há quórum para deliberar e é terminativa, ela fica suspensa.

Há outro encaminhamento feito aqui pelo Senador Cyro Miranda.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 41 , DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a supressão do tema: "Escola em Tempo Integral", do Requerimento nº 22/2014-CE, aprovado em 29 de abril de 2014, para atender ao que determina a Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte avaliará as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, tendo como tema: "Fortalecimento Do Ensino Médio".

Autoria: Senador Cyro Miranda

Quem concorda com esse requerimento extrapauta permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos à votação do requerimento. Senador Cyro Miranda com a palavra, para justificar o seu requerimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador, esse requerimento vem a esta Comissão para que a gente possa, com o tema "Fortalecimento do Ensino Médio", ter uma discussão maior na supressão do tema "Escola em Tempo Integral".

Esta Comissão procura se balizar nas discussões das audiências públicas para que a gente tenha bastantes subsídios para poder embasar qualquer tipo de solução que seja encaminhada mais para a frente.

A escola de tempo integral, que foi aprovada em 29 de abril de 2014, atende à resolução deste Senado. Então, nós vamos desenvolver o tema aqui pelo Executivo como "Fortalecimento do Ensino Médio". Em outras palavras, é isso.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Senador Cyro, pela ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, pela ordem, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Eu acho tão importante esse requerimento, Senador Cyro, para que nós possamos analisar a política de ensino médio do Brasil, que eu queria propor a V. Exª que talvez fosse o caso de V. Exª transformar esse requerimento em um requerimento para que se fizesse um seminário sobre esse tema aqui na Comissão de Educação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – A sugestão de V. Exª é extremamente válida. Nós estamos só presos ao tempo, porque esse requerimento tem que atender à Resolução do Senado nº 44, de 2013, que pede que seja até dezembro.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Tudo bem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, se houvesse tempo...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Suspensa a minha proposta. Eu também relatei uma política pública na Comissão de Turismo, que foi o desenvolvimento da infraestrutura turística no Brasil, e concordo integralmente com o encaminhamento nessa posição.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – É por isso que nós desenvolvemos um único tema, como pede a resolução. Mas eu sugiro, como V. Exª vai estar na próxima legislatura, encaminhar esse tema para dar continuidade com o próximo Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Pois não. É o que farei. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Alguém mais quer discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Senador, por favor.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Realmente, eu tenho trabalhado muito. Eu sou educador há mais de quarenta anos, tenho o ensino fundamental, médio e superior. Trabalho hoje dentro do meu território, onde sou responsável por mais de 60 mil alunos.

É verdade que qualquer proposição de tempo integral para qualquer fase da educação é fundamental. Entretanto, se nós não corrigirmos a base, que é o ensino fundamental, por mais esforço que façamos no tempo integral do ensino médio, muito pouco vamos avançar, porque o nosso aluno hoje termina o nono ano com 15%, 17% das proficiências. O aluno que termina o nono ano hoje domina somente 17% das proficiências de matemática e de língua portuguesa – menos em matemática, um pouco mais em língua portuguesa. Então, a grande dificuldade do ensino médio hoje não está nele próprio. Todos dizem que é um tempo perdido, mas ele é um tempo parcialmente perdido – educação nunca é perdida – porque o aluno chega ao nono ano sem o domínio das proficiências necessárias para a aquisição das competências e habilidades ensinadas no ensino médio.

Inclusive, é uma fase também em que há o segundo maior índice de desistência. O primeiro maior índice de desistência está no ensino superior, porque ele chega ao ensino superior sem as competências também. Mas o ensino médio é a segunda fase de maior desistência, porque o problema é a defasagem que ele carrega ao ser promovido do primeiro ao quinto ano somente com uma avaliação no final do terceiro ano.

Ao terminar o quinto ano, ele tem somente 34% do domínio das proficiências dos conhecimentos específicos de matemática e língua portuguesa. E ele vai acumulando essas deficiências, de forma que, no nono ano, ele chega só com 17%, ou seja, só 17% dos alunos dominam as proficiências do primeiro ao nono ano. Por isso, o ensino médio brasileiro é um fracasso, porque o aluno não tem maturidade e desenvolvimento cognitivo para o entendimento daquilo que se ensina no ensino médio.

Então, temos que estabelecer esse debate sem dúvida nenhuma, mas temos de investir recursos, dinheiro pra valer, na construção do Ensino Fundamental de tempo integral primeiro, para, depois, resolvermos a questão do ensino médio. Ou seja, com um bom ensino do primeiro ao nono ano, de tempo integral, a correção do ensino médio será praticamente automática. Então, quero deixar aqui a minha visão quanto a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento nos moldes apresentados e advogado pelo Senador Cyro Miranda, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Senador Wilson Matos, permita-me, queria cumprimentar V. Exª e também dizer de público o ato que V. Exª fez aqui dialogando comigo, dizendo que estaria disposto a dialogar com os alunos da Universidade Gama Filho, para ajudar dentro do que for possível via seu complexo universitário. De público, agradeço essa intenção de ajudar naquilo que for possível.

Passo ao nosso Presidente a condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela presidência dos trabalhos.

Corroborando o Senador Wilson, sentimos que o que V. Exª falou vai acontecendo em todos os níveis e chega justamente à área que V. Exª domina, com 60 mil alunos que vêm cada vez mais sem preparo. Então, vamos formando, com isso, cada vez mais profissionais com deficiência.

Foi-me solicitado há dois anos, e já está tramitando nesta Casa, projeto de minha autoria que é a proficiência no exame de Medicina. São Paulo faz esse exame sem ser punitivo e detectou que 48% dos alunos do Estado de São Paulo que cursam Medicina são reprovados nas perguntas e questões mais básicas: como se faz um soro caseiro em caso de desidratação de um recém-nascido? E assim por aí vai. Eu fiquei abismado com aquilo.

Não é à toa que começou esse exame no Direito, e a tendência é se estender por todos os cursos, porque hoje com essa deficiência do ensino médio e existente em todas as fases do nosso ensino, temos esse problema. Mas a maneira de corrigir não seria só a proficiência, seria corrigir na base.

Continuamos com aquela velha história: está com febre, quebra o termômetro; quer dizer, não vai funcionar. V. Exª, na ponta final, sente muito isto, essas dificuldades todas.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Permita-me só uma participação. Cinquenta por cento dos alunos que recebo na minha universidade são analfabetos funcionais e estão à porta da universidade para estudar. E uma grande parte deles nós recebemos, porque eles concluíram uma fase legal, eles ficaram 12 anos no sistema de ensino brasileiro público e privado, e são analfabetos funcionais, não têm capacidade de ler e interpretar adequadamente um texto.

Por isso, 40% dos alunos que entram no ensino superior no Brasil desistem, porque não aprenderam a aprender nem aprenderam a estudar, e nem foram disciplinados para tal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador.

Tenho um comunicado a fazer a V. Exªs.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento do convite do Exmo Sr. Ministro de Estado da Educação José Henrique Paim Fernandes para o ato solene de abertura da etapa nacional do Conae 2014, a ser realizada no dia 19 de novembro de 2014, amanhã, quarta-feira, às 19h, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 02, Conjunto 63, lote 50, Brasília – Distrito Federal)

As Srªs e os Srs. Senadores que desejarem uma cópia do convite podem se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O convite vai para o arquivo.

Vou encerrar esta reunião, mas, em um minuto, vou abrir a próxima, que será a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura e Esporte, para deliberar sobre as emendas e diretrizes orçamentárias LDO 2015.

Assunto/Finalidade: Discussão e votação das emendas da Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias, PL Nº 3/2014, de nossa relatoria.

Aqui vieram 110 emendas propostas... São 107 emendas, e nós procuramos aglutinar para atender todos os Srs. Senadores.

Em um minuto encerro a presente reunião e convido a todos para, em um minuto, abrirmos a reunião seguinte.

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.*)

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2014

EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2015

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência Eventual do Senador Paulo Paim**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Lídice da Mata, Cyro Miranda, Wilson Matos, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Pedro Simon, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, Gim e Ana Amélia, que justifica a ausência. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. A seguir, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2015. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, passa a palavra ao Senador Cyro Miranda, relator das Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2015, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas à **LDO/2015**: **Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: Emenda nº 1 – Educação** – **Educação Básica –** "20RP – Infraestrutura para a Educação Básica", apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Cyro Miranda, Lúcia Vânia, Romero Jucá, Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg, meta 111.082. **Emenda nº 2 – Educação – Educação Profissional e Tecnológica –** "20RG – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica", apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Cyro Miranda, Lúcia Vânia e Romero Jucá, meta 550.000. **Emenda nº 3 – Cultura–** "20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira", apresentada pelos senadores Lídice da Mata, Paulo Paim, Cyro Miranda, Lúcia Vânia, e Cristovam Buarque, meta 30.000. **Emendas ao Texto do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias: Emenda nº 4 – Corpo da Lei – Artigo 12 Inciso II:** "Dê-se ao art. 12, II, do Projeto a seguinte redação: Art. 12. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2015 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: ... II às ações de alimentação escolar, para cada Estado e respectivos Municípios e para o Distrito Federal.", apresentada pela Senadora Ângela Portela. **Emenda nº 5 – Corpo da Lei – Artigo 15:** "Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo: Art. YY. No Projeto e na Lei Orçamentária de 2015 o valor mínimo da complementação da União ao FUNDEB, prevista no art. 60, VII, d, do ADCT, será equivalente a 15% do total dos recursos a que se refere o inciso II do caput do art. 60 do ADCT.", apresentada pela Senadora Ângela Portela. **Emenda nº 6 – Corpo da Lei – Artigo 60 § 1º:** "Acrescente-se o Inciso IV: IV– no caso de transferências para instituições de ensino superior estaduais ou municipais, serão observados os limites de 0,1% (um décimo por cento) e 1% (um por cento).", apresentada pelo Senador Inácio Arruda. Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada

mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual. – Senador **Paulo Paim,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, destinada a discutir e votar as emendas da Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

De imediato, passamos a palavra ao Senador Cyro Miranda, Relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Paulo Paim, que preside esta reunião.

Relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão foram oferecidas 107 propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (PLDO/2015), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015. Dessas, 105 (cento e cinco) foram destinadas ao Anexo de Metas e Prioridades e 3 (três) ao texto do projeto.

Das propostas ao Anexo, 49 foram destinadas à Educação Básica, 11 para Educação Profissional e Tecnológica, oito para Educação Superior, 22 para a Cultura e 15 para o Esporte.

Conforme aprovado no Parecer Preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), cada Comissão Permanente pode apresentar até três emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO. Não há limites para emendas ao texto do projeto.

Assim, apesar do mérito de todas as propostas ao Anexo de Metas e Prioridades, tivemos que indicar para aprovação deste Plenário apenas três delas. Como linha de atuação, buscamos atender, de maneira geral, àquelas propostas que conseguiriam mais apoio dos Parlamentares.

Na educação básica, decidimos apoiar a proposta apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Cyro Miranda, Lúcia Vânia, Romero Jucá, Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg, que inclui como prioridade a ação "20RP – Infraestrutura para a Educação Básica".

Na educação profissional, optamos por sugerir o acolhimento da ação "20RG – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica", proposta pelos Senadores Lídice da Mata, Cyro Miranda, Lúcia Vânia e Romero Jucá.

Já na Cultura, indicamos para aprovação a ação "20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira", sugestão apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim, Cyro Miranda, Lúcia Vânia e Cristovam Buarque.

Sobre as emendas ao texto da PLDO, consideramos todas meritórias e recomendamos a aprovação de duas propostas da Senadora Angela Portela – uma sobre alimentação escolar e outra sobre o Fundeb –, bem como a aprovação da proposta do Senador Inácio Arruda, que apoia as instituições de ensino superior estaduais e municipais.

Do voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das três emendas de texto propostas, e das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, pelo maior valor proposto para as metas:

a) 20RP – Infraestrutura para a Educação Básica;

b) 20RG – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica;

c) 20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira.

Este é o Relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão o Relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os que concordam com o Relatório apresentado, na íntegra, pelo Senador Cyro Miranda, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Volta a presidência dos trabalhos ao Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que prestigiaram esta nossa reunião, convoco para amanhã, nesta Comissão, uma audiência pública cujo assunto e finalidade é debater a proposta de federalização da educação de base.

Observações: Autoria do Requerimento nº 35 dos Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim; a audiência está inserida na programação do Programa Jovem Senador; haverá pronunciamento do Presidente desta Comissão de cinco minutos, e dos Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim; Convidado: Waldery Rodrigues Júnior (15 minutos), Consultor Legislativo do Senado.

E peço também que na próxima terça-feira haja um esforço concentrado, para que aprovemos as matérias terminativas. Nós estamos represados, a efeito, como fez a Senadora Ana Rita, que fez um apelo e teve sucesso, na semana passada. Amanhã, haverá outra reunião às 11:30 que também endosso, para que possamos encerrar este ano com a nossa pauta cumprida. Então, vou pedir, realmente, este esforço concentrado de todos os senhores.

Prometo que começaremos às 11 horas em ponto, Senadora Maria do Carmo, que está sempre presente pontualmente – ela me dá, no máximo, de 15 a 20 minutos, senão ela deixa esta Comissão, com toda a razão. Então, vamos pedir aos nossos pares, aos nossos colegas, porque há muita coisa bastante importante e podemos terminar o ano, realmente, passando a régua nos assuntos prioritários desta Casa.

Mais uma vez, agradeço a todos, e os espero amanhã, às 10 horas da manhã.

Obrigado e um bom dia a todos.

(Iniciada às 11 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09H00, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA N° 15.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia seis de agosto de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Jorge Viana, Ana Rita, Valdir Raupp, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Humberto Costa, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Odacir Soares, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, José Agripino, Eduardo Amorim e Fernando Collor**.** Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA,** destinada a "discutir sobre as políticas públicas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas, tratando, entre outros temas, sobre a qualidade de vida dos índios, proteção aos grupos isolados e de recente contato, terras indígenas regularizadas ou ocupadas, bem como em relação aos conflitos decorrentes do uso destas terras", em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2014-CMA,de autoria do Senador Jorge Viana. Comparecem os seguintes convidados: Maria Augusta Boulitreau Assirati, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Leonardo Lenin Santos, Coordenador de Proteção e Localização de Índios Isolados da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. A Presidência concede a palavra aos convidados. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Blairo Maggi e Jorge Viana, que tecem comentários e perguntas. Os convidados respondem aos questionamentos e apresentam suas considerações finais. A Presidência submete ao plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas da 19ª e 20ª reuniões da comissão. As atas foram aprovadas e serão publicadas no diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e um minuto, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia a todos e a todas!

Declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública para discutir as políticas públicas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas, tratando, entre outros temas, sobre a qualidade

de vida dos índios, sobre a proteção aos grupos isolados de recente contato, sobre as terras indígenas regularizadas ou ocupadas, bem como sobre os conflitos decorrentes do uso dessas terras.

Em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2014, de autoria do eminente Senador Jorge Viana, está conosco hoje, como convidada, a Srª Maria Augusta Assirati, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), que se faz acompanhar do Coordenador de Proteção e Localização de Índios Isolados, o Sr. Leonardo Lenin Santos, também da Funai.

Como anunciado na reunião de ontem, o Senador Jorge Viana solicitou a participação do Sr. Leonardo Lenin Santos nesta reunião.

Consulto o Plenário se não há nenhuma objeção. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, convido, então, para compor a Mesa a Drª Maria Augusta Assirati, acompanhada do Sr. Leonardo Lenin Santos. Convido-os a tomarem os assentos na nossa mesa.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Bem-vinda!

Composta a nossa Mesa, então, eu, de imediato, passo a palavra à nossa convidada.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Ao mesmo tempo em que quero cumprimentar V. Exª e lhe agradecer pela presteza de fazer com que tenhamos esta sessão extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, quero cumprimentar a Guta, a Maria Augusta, Presidente da Funai, e o Leonardo.

Ao mesmo tempo, peço desculpas, porque estamos no esforço concentrado. Estamos até fora do nosso plenário. O nosso plenário da CMA estava emprestado. Ontem, tomamos a decisão de trazer a sessão deliberativa para a parte da manhã.

Mas penso que, com a disposição do Senador Blairo e de outros colegas que, certamente, vão estar aqui, é importante que o Senado, imediatamente, tome conhecimento do que está acontecendo no Acre, especificamente dos desafios que a Funai tem de trabalhar com os índios isolados.

É um tema que certamente está ganhando um espaço enorme na imprensa internacional, nas preocupações com os estudiosos dessa área, porque não estamos falando de qualquer coisa. Estamos falando de uma população primitiva, que vive numa situação de absoluta independência desses bens materiais que desenvolvemos ao longo de séculos. O Brasil tem uma política, e certamente nós vamos ver qual é a política do Brasil para os isolados, como o Brasil encontrou esse caminho e o que está ocorrendo no Acre, porque as pessoas não sabem nem mesmo o que é um índio isolado. Não conhecem esse termo. E às vezes é um termo que também não expressa adequadamente o que representam essas populações.

Então, eu queria muito agradecer ao Leonardo, a Maria Augusta; eles estão numa correria danada. Eu tenho procurado ajudar como Senador do Acre e da Amazônia, mas eu não tenho dúvida de que, mesmo não sendo possível, nessas circunstâncias, haver a audiência que esse tema requer, eu acho que o Senado está absorvendo isso. Nós vamos ter uma sessão gravada. Isso vai constar dos Anais, e nós vamos reproduzir no plenário. A condução do Senador Blairo vai nos ajudar a dar a devida atenção a esse tema. Ontem, eu fiz um comunicado no plenário, que teríamos essa sessão hoje, mas, como ele mesmo falou, a votação se estendeu até tarde da noite, e certamente, hoje, o número de Senadores é muito pequeno e o número de atividades, muito grande.

Então, obrigado. Era só para, mais uma vez, agradecer.

Cumprimento o Presidente e agradeço a presença da Maria Augusta e do Leonardo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge.

Eu gostaria de fazer uma proposição ao nosso Plenário. A proposta da audiência pública é abrangente, para discutir políticas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas e políticas públicas. Acho que é um assunto bastante abrangente. Em função do exíguo tempo que nós temos hoje, porque teremos agora, às 10h, o plenário já funcionando também, eu gostaria de pedir aos nossos convidados para ficarmos restritos ao assunto dos índios isolados do Acre. Em outra oportunidade, podemos ampliar mais esse debate.

Para ganhar tempo, consulto, então, se não há nenhuma objeção. (*Pausa.*)

Procederemos dessa forma, então.

Passo a palavra a Drª Maria Augusta, para que ela possa fazer as considerações iniciais, pelo tempo que a senhora necessitar. Depois eu passo a palavra, então, para o Leonardo, para ele fazer as complementações.

Seja muito bem-vinda e fique à vontade.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Bom dia, Senador Blairo. Bom dia a todas e todos os presentes; Senador Jorge Viana, que nos convidou para estar presentes neste momento, discutindo esse assunto tão importante. Eu queria agradecer o convite e a oportunidade de estar aqui, discutindo um pouco

esse tema, que é de extrema importância para o Brasil. Esse é um dos componentes da nossa riqueza, da nossa sociodiversidade, da nossa diversidade cultural e muitas vezes é tão pouco valorizado ainda.

Eu queria começar fazendo um resgate histórico do período de 60 e 70, quando tínhamos ainda um órgão chamado Serviço de Proteção ao Índio, no início da Fundação Nacional do Índio, em 1967. O Brasil vivia um momento em que atuavam as frentes de expansão econômica, sobretudo avançando para a Região Amazônica, e, nesse momento em que algumas frentes de expansão chegavam a essas localidades, deparavam-se com grupos indígenas e precisavam do apoio desse órgão indigenista com uma finalidade muito diferente do que o órgão indigenista tem hoje. A Funai tinha, naquela época, as chamadas frentes de atração, que funcionavam na perspectiva de atrair os indígenas, pacificá-los, tirá-los do raio de influência dos empreendimentos que seriam construídos, integrá-los à sociedade, ou seja, fazer com que eles pudessem conviver de maneira equânime com a sociedade envolvente, com a sociedade dominante, e esse processo trouxe um conjunto enorme de prejuízos para diversos povos indígenas.

Muitos povos indígenas, sobretudo na região da Amazônia, foram extintos por conta desses processos e dessa forma de atração que, muitas vezes, se dava até imersa, envolvida em cenários de conflitos, porque as atividades econômicas, as atividades de investimento nos empreendimentos de infraestrutura chegavam antes das equipes da Funai, o que gerava conflitos com alguns grupos indígenas. Os conflitos muitas vezes terminavam em mortes, em situações de violências graves, e isso trouxe um prejuízo muito grande para as sociedades indígenas que viviam na Região Amazônica.

A partir de 1988, há uma mudança radical no paradigma da política indigenista no Brasil, com o advento da Constituição Federal, que passa a reforçar e garantir alguns direitos fundamentais para a sobrevivência dos povos indígenas no Brasil, a garantir e a permitir a livre expressão das crenças indígenas, das tradições, a valorização cultural, a língua indígena, que também foi garantida pela Constituição Federal, e principalmente o reconhecimento e o dever do Estado de garantir a demarcação das terras de ocupação tradicional dos indígenas. Isso muda, de forma muito radical, o paradigma de relação do Estado brasileiro com os indígenas do Brasil. Deixa-se de se relacionar com os indígenas a partir de uma perspectiva tutelar, assistencialista, paternalista e passa-se a valorizar realmente a garantia, a promoção e a proteção de direitos dos indígenas no Brasil

A Funai também altera radicalmente sua maneira de trabalhar. Passa a reforçar a autonomia e a autodeterminação dos indígenas, busca investir num trabalho de proteção e de promoção desse conjunto de direitos garantidos para os povos indígenas no Brasil e passa a investir também numa reflexão e num processo de alteração da forma de se relacionar com povos indígenas isolados e de recente contato. A partir do início dessa reflexão, desenvolve-se um sistema de proteção de índios isolados no Brasil. Passa-se, em determinado momento, a se preconizar que não se realize mais o contato, a atração desses indígenas, mas, sim, a proteção e a garantia de que tenham autonomia para decidir se querem permanecer em situação de isolamento voluntário ou se querem realizar contato com a sociedade envolvente e passar a desenvolver essa relação com o conjunto de pessoas que estão no entorno dos seus territórios.

Então, a Funai deixa de ter frentes de atração e passa a ter Frentes de Proteção Etnoambiental, que concentram um conjunto de ações e atribuições voltadas à proteção desses indígenas.

A Funai realiza um trabalho longo para identificar onde há referências da presença de indígenas isolados. Existem muitos lugares na Amazônia em que há registros da presença de índios isolados. Muitos desses registros estão confirmados – depois, o Leonardo vai explicar isso em números para vocês.

A partir do momento em que se confirma a presença de indígenas isolados, o que é feito por uma série de procedimentos, como expedições de campo, muitas vezes sobrevoos, identificação de equipamentos e de materiais utilizados por esses indígenas, ao final, conseguimos confirmar aquela referência da presença de índios isolados. Ao se confirmar, há todo um trabalho posterior de fazer a proteção daquele grupo, pois são grupos que apresentam um grau de vulnerabilidade muito grande, por terem nenhum contato praticamente com a sociedade envolvente. Desde a parte da imunidade, em saúde, até a parte da dificuldade de compreensão de códigos da sociedade brasileira, enfim, uma série de coisas que colocam esses grupos em situação de vulnerabilidade e que fazem com que a gente tenha um conjunto de cuidados muito específicos na proteção desses grupos.

Só para complementar um pouco a visão geral do trabalho da Funai, muda-se, também, a partir de 1988, a forma de se trabalhar os índios que já são contatados. A gente realmente deixa de ter, por exemplo, um conjunto de ações voltadas à assistência ao indígena e passa a ter um conjunto de ações voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável para esses povos indígenas. Isso envolve um conjunto enorme de atribuições. Muita gente vincula e costuma relacionar o trabalho da Funai só à área de proteção territorial, que é um trabalho nosso, pois é fundamental garantir os territórios aos indígenas, é parte, realmente, da garantia da possibilidade da continuidade do modo de vida tradicional daquele grupo, mas a gente trabalha hoje numa perspectiva de

gestão territorial e ambiental que se relaciona com o bem viver desses grupos indígenas, desses povos indígenas, trabalhando desde a parte de gestão ambiental até a parte de monitoramento, a vigilância dessas terras indígenas, a promoção do etnodesenvolvimento, permitindo que eles tenham capacidade de acesso pleno ao desenvolvimento de atividades produtivas, com ou sem geração de renda... Quando a gente fala de povos indígenas, a gente fala, muitas vezes, de comunidades que ainda não são monetarizadas, que se relacionam com o dinheiro de uma forma completamente diferente da forma como se relaciona a sociedade não indígena com essas questões, pois a relação com valores monetários, a compreensão dos valores monetários é, muitas vezes, completamente diferente ainda em alguns povos indígenas. Todas essas especificidades precisam ser contempladas no nosso trabalho e fazem parte do nosso dia a dia. A gente trabalha com populações muito específicas, com populações que, muitas vezes, não podem ser destinatárias das políticas públicas aplicáveis para o restante da população, pois as políticas públicas destinadas aos indígenas precisam ter especificidades em razão da localização geográfica desses povos, do processo de contato desses povos, da diversidade linguística que esses povos apresentam e de suas cosmovisões, muitas vezes diferentes entre si, diferentes da nossa, pois seus modos de vida tradicionais são diferentes também. Então, o trabalho da Funai é, o tempo inteiro, permeado por essas especificidades.

Para resumir um pouco para vocês e passar para o Leonardo, esse paradigma da política indigenista mudou em 1988. A gente ainda vem investindo na qualificação de muitos processos para que a política pública seja integral, seja efetiva e possa chegar adequadamente aos povos indígenas, garantindo, sobretudo, que eles tenham seus direitos protegidos e promovidos e possam exercer sua autonomia, sua autodeterminação.

No caso dos índios isolados, o que a gente costuma dizer é que eles exercitam o grau máximo de autonomia, a ponto de não querer ou não precisar, enfim, se relacionar com outros grupos, com outras comunidades, com uma sociedade completamente diferente, com um modo de vida completamente diverso do seu. Então, é o exercício mais avançado, supremo, digamos assim, da autonomia que esses índios isolados manifestam, e a gente busca, o tempo inteiro, respeitar essa autonomia, respeitar essa manifestação de vontade de não se relacionar com outros grupos dentro da sociedade brasileira. É um trabalho extremamente sensível, delicado, muito específico, e a gente tem uma equipe, aqui, em Brasília, muito capacitada para trabalhar com esse tema, que conhece muito e que vem, também, aprendendo com indigenistas que já passaram pela Funai, que construíram uma escola, com sertanistas, enfim, que dedicaram uma vida ao trabalho indigenista, ao trabalho na floresta, em campo, na proteção desses indígenas.

Então, tudo isso conforma esse sistema e conforma a política do não contato que o Brasil preconiza hoje com relação aos índios isolados. Inclusive, temos sido procurados, por outros países por ser considerada essa política um exemplo. Outros países, sobretudo da América do Sul, querem nos consultar para saber como fazemos, para aprender um pouco conosco, para poderem trocar experiências e, assim, aplicar essa política na proteção de índios em seus territórios.

Nós vivemos, recentemente, uma aproximação com o Peru, onde conseguimos estabelecer – Funai e governo peruano – uma cooperação técnica, especificamente com o Ministério da Cultura, que é o órgão que cuida dos indígenas naquele país. Trata-se de uma cooperação justamente para trabalhar a proteção desses índios que estão na região de fronteira entre o Brasil e o Peru. Evidentemente, como a nossa faixa de fronteira é gigantesca, nós precisaríamos estabelecer essa cooperação com todos os países que estão na região da fronteira amazônica. E nós vimos buscando investir nisso. O Brasil, a partir da Funai, participa das reuniões da OTCA, onde temos discutido muito os temas voltados às questões indígenas e ambientais nesses espaços, buscando fortalecer cooperações bilaterais e multilaterais nesse sentido.

Essa questão toda – a forma de atuação da Funai, a proteção dos índios isolados – está muito ligada à questão da proteção ambiental. A esse respeito, nós trouxemos alguns números, para mostrar a vocês, que dão conta de que, desde 2008, nós vimos apresentando números muito satisfatórios no que diz respeito à conservação ambiental dentro de terras indígenas. As terras indígenas, já há alguns anos, têm sido as áreas protegidas que apresentam o maior índice de conservação ambiental. Então, a gente trabalha muito fortemente para manter essa posição, digamos assim. Claro que nós queremos que todas as áreas protegidas sejam capazes de promover a sua proteção ambiental, mas temos zelado muito por isso.

A Funai tem um trabalho de monitoramento territorial que é de atribuição e deve ser desenvolvido por servidores públicos, da própria Fundação, muitas vezes quando de operações em conjunto com o Ibama e a Polícia Federal. Todavia, também acreditamos que os próprios indígenas têm que se compreender como agentes de proteção e de monitoramento do seu território. Então, temos trabalhado também em processos contínuos de formação dessas populações, pois é muito mais fácil você proteger, do ponto de vista ambiental, uma área onde há a presença de pessoas, cuidando daquele território. Muitas vezes, em uma unidade de conservação, em uma floresta nacional, onde não há ninguém morando, a vulnerabilidade é maior; e os indígenas podem

ser parceiros nesse processo de conservação ambiental, e assim temos trabalhado, isto é, a partir desse conceito. Então, nós vamos mostrar alguns números a vocês sobre isso.

Recentemente, a partir do final do mês de junho, um contato foi estabelecido por um povo indígena no Estado do Acre. Esse contato aconteceu por iniciativa do grupo indígena. Inicialmente, nós fomos procurados por um grupo de sete indígenas, que apareceram em uma aldeia de um povo contatado, o povo Ashaninka, que fica ali no Estado do Acre. Como disse, eles apareceram na aldeia e procuraram estabelecer o contato. Por sorte, estávamos com uma equipe da Funai em campo e já, rapidamente, acionamos os profissionais de saúde para que estivessem presentes, uma vez que havia um risco muito grande de contaminação de todo o grupo com gripe.

Esses indígenas haviam andado por dias na floresta; haviam passado, provavelmente, por locais onde há a presença de outros grupos, de outras comunidades, e isso fez também com que eles ficassem mais vulneráveis a problemas de saúde, enfim, vulneráveis ao contágio pela gripe, bem como a evolução dessa gripe para outras doenças respiratórias, o que é sempre um risco muito grande em situações de contato. Então, rapidamente, nós conseguimos acionar uma equipe de saúde para estar presente conosco lá. Tomamos as providências necessárias; levamos um intérprete para conseguir estabelecer um diálogo inicial, já quando conseguimos identificar o grupo linguístico a que aquele povo pertencia, a gente conseguiu levar para lá um intérprete e entender minimamente a situação que fazia com que aquele grupo chegasse a fazer contato conosco.

Evidentemente, eles não estavam fazendo contato por que gostaram das nossas camisetas da Funai. Evidentemente, esse contato foi feito por que os indígenas estão em situação de mobilidade. Muito possivelmente, pelas conversas que a gente conseguiu estabelecer, eles se estão deslocando para fugir de situações de ameaça, de situações de vulnerabilidade. Enfim, eles estão buscando recursos para se protegerem dessas situações de ameaça. A gente ainda está num processo de discussão com o Ministério da Justiça e com a Polícia Federal para identificar exatamente quais são essas situações. Aquela região é muito próxima da fronteira entre Brasil e Peru, e se sabe de uma grande presença de ações e de situações ligadas ao narcotráfico e também à atuação de extração ilegal de madeira.

Então, a gente está buscando identificar isso. A nossa ação nesse sentido é a de superar essas situações adversas, de buscar entender o cenário, de controlar esses riscos que estão colocados para os indígenas, para permitir que eles continuem desenvolvendo com tranquilidade o seu modo de vida tradicional no seu território. Esse é o trabalho da Funai.

Evidentemente, esse grupo já estabeleceu esse primeiro contato, já é um grupo contatado e terá conhecimento de outras formas de se relacionar socialmente, diferentes da forma como eles viviam anteriormente. Então, naturalmente, existem opções para esses grupos. Eles podem optar por desenvolver ou não um contato mais intenso. Mas isso vai ficar como opção que o grupo vai tomar, que o povo vai tomar. Nós, jamais, em momento algum, estabeleceremos qualquer tipo de pressão para que eles fiquem onde estão, para que eles vão para a cidade, para que eles permaneçam na sua terra. Essa é uma decisão daquele povo indígena, daquela comunidade, que nós vamos respeitar. Nós vamos trabalhar para garantir a sua sobrevivência física e a sua sobrevivência cultural.

Em linhas gerais, era isso que eu queria passar para vocês.

Eu queria deixar a palavra com o Leonardo, que é da nossa Coordenação-Geral de Índios Isolados, em Brasília. Ele trabalha com localização e com proteção e vai passar alguns dados mais concretos, para podermos debater.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, então, Presidenta da Funai, Drª Maria Augusta Assirati.

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Leonardo Lenin Santos, para fazer suas explanações, já que ele é Coordenador de Proteção e Localização de Índios Isolados, da Funai.

O senhor tem o tempo que for necessário para fazer a sua exposição.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, por gentileza, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Penso que a Maria Augusta foi muito feliz de, em pouquíssimo tempo, dar uma panorâmica, com detalhes, do que significam os índios isolados.

Realmente, Leonardo, nós temos de lhe agradecer, mas está começando a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, e a reunião do plenário vai começar daqui a pouco. A sugestão do Presidente foi muito oportuna, quando ele falou para nos concentrarmos um pouco nos desafios que nós temos com relação a esse

contato que está ocorrendo no Acre, a essa situação específica. É óbvio que ela está conectada com outras, mas, quanto mais diretos formos, será melhor. Este será só o início deste debate, porque, mais adiante, certamente, faremos uma audiência com quórum pleno e, se Deus quiser, já com alguns avanços nesse aspecto.

Nós estamos lidando com a população originária, o que é algo muito precioso, muito delicado. Não há outro país que tenha a mesma responsabilidade do nosso País agora. Como lidar com esse pessoal que está fazendo contato?

A Presidenta, quando fui falar, disse: "Mas não temos de deixá-los onde eles estão, vivendo em paz, só protegendo-os a distância?" Eu falei: "Essa é a nossa política, Presidente. Mas eles saíram para fazer contato." Como disse a Maria Augusta, qual é a intenção? Como eles estão pensando? Vão mudar de posição?

Está havendo um movimento forte do lado peruano de madeireiros, de narcotraficantes, que estão pressionando esses povos. O Brasil já tem demarcado área no Acre. Já há 600 mil hectares demarcados. Felizmente, nós nos antecipamos numa série de aspectos, mas o desafio é enorme. É a primeira vez que vamos tentar fazer com que a história não se repita, a de ser quase um genocídio para quem faz contato.

Então, muito obrigado. Era uma sugestão só nesse aspecto, como o Presidente sugeriu.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge.

Então, passo a palavra ao Leonardo.

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – (*Fora do microfone*.) ... o apoio dado ao Senador Viana, e o espaço aberto pelo Presidente da Comissão.

Vou tentar resumir um pouco. É uma apresentação maior, focando mais a situação que está acontecendo no Acre nesse momento.

Eu só queria, antes, complementar a fala da Maria Augusta.

Você tem, até a década de 70, até a mudança dessa política, o processo de contato como proteção desses índios. A Funai chegava a fazer contato com esses grupos. O território estava sendo ocupado por outras frentes econômicas. Depois, um processo de avaliação dos sertanistas, etc., está um pouco comungando, inclusive, com essas discussões da Constituinte de respeitar o direito desses povos sobre o seu território e a forma como eles decidem estabelecer a relação com a sociedade envolvente. Então, muda a premissa do contato como proteção para a proteção territorial. Então, a gente precisa saber onde esses grupos estão e entender como eles ocupam esse território, através de expedições, através de pesquisa bibliográfica, expedição de campo, cultura material, como eles usam aquele território, o que eles caçam, o que eles comem, etc.. Esse levantamento também é de imagem de satélite, sobrevoo, etc., e fazer a proteção territorial.

Nesse sentido, a gente tem uma situação no Acre que nos dá um pouco mais de tranquilidade nesse momento de contato, porque as áreas onde os isolados estão, esses grupos, são áreas já devidamente protegidas. São áreas reconhecidas. Há um mosaico de terras indígenas e unidades de conservação que nos dá essa tranquilidade para o trabalho com os isolados. Não há outros agentes, a não ser do outro lado da fronteira, que estabelecem uma pressão sobre aqueles grupos.

Então, mudando a situação do contato para a premissa do não contato e a proteção territorial, você cria esse sistema de proteção ao índio isolado que vai ter três eixos: o de localização, que é esse momento em que as equipes de campo vão para confirmar a existência ou não desses grupos, desses registros; confirmando, você estabelece um sistema de proteção territorial, de vigilância; e, mesmo não havendo a premissa da política de Estado para índios isolados não serem o contato, a gente mantém ainda um eixo desse trabalho, prevendo a situação de contato, porque em algum momento isso vai acontecer. A gente vai falar um pouco disso mais para frente.

Essa situação – o mapa está um pouco ruim de enxergar –, esses pontos que a gente tem aqui, no mapa da Amazônia Legal, são áreas de registro sob presença de índios isolados. Eu vou entrar um pouco nessa situação do Acre, só colocando um pouco a área de atuação dessas frentes de proteção que a Maria Augusta estava falando, que é onde a CGIIRC (Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados) atua. São 29 terras indígenas num território de 33 milhões de hectares aproximadamente. É uma extensão muito grande territorial.

Bom, a gente está focando um pouco nessa questão do contato. Quando esse contato, pensando a política nessa proteção territorial, pode acontecer. A gente pode falar que ele acontece em três situações. A primeira é quando o próprio povo indígena entra em contato, o próprio povo isolado entra em contato, que é a situação que a gente vive no Acre hoje. Uma situação em que as comunidades do entorno, sejam indígenas ou não – sejam indígenas, sejam ribeirinhos –, tentam entrar em contato com esses grupos isolados. E um terceiro é quando a Funai decide fazer uma intervenção na região e fazer o contato desse grupo. Ela faz isso quando? Quando esse grupo isolado ou remanescentes desses povos indígenas isolados estão numa situação de insegurança física, estão passando por um processo de genocídio, e você precisa intervir para que esses grupos não sejam mortos.

E quando falamos nesse terceiro caso, que é o que acontece nos Estados do Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, quando há essa intervenção, isso quer dizer que a política pública de proteção territorial já não é mais eficaz e que é preciso fazer uma intervenção no território da União, pois a União não tem mais gestão sobre o seu território. É disso que estamos falando quando a Funai tem que fazer contato nessas áreas.

Hoje, temos 104 registros de presença de índios isolados na Amazônia brasileira. Desses 104, 26 são povos que já confirmamos, que sabemos onde estão, como vivem, etc. São situações que estamos monitorando, em que pode haver contato neste momento. Além dessas do Acre, também há outros pontos na Amazônia Legal em que isso pode acontecer. Algumas merecem extrema preocupação de nossa parte em função da segurança desses grupos, desses povos.

Destacamos o povo isolado da Terra Indígena Arariboia, no Maranhão, que sofre com a invasão territorial, uma ação numa cadeia criminosa e ilegal de extração de madeira na região. O território está todo degradado. O próprio ambiente já não dá condições a esses grupos de se manterem. Eles não conseguem mais fazer uso pleno desse território em função da degradação ambiental.

Temos a Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, no Mato Grosso, em que também há um processo de invasão madeireira e grilagem de terra. É uma terra indígena ainda não regulamentada e está em restrição de uso.

Vale do Javari é a segunda maior terra indígena do País e onde está a maior população de índios isolados confirmada na Amazônia Legal. A preocupação é com relação à grande quantidade de grupos isolados, que chega a 11 grupos confirmados, e uma série de outros povos que lá vivem. A situação epidêmica na região é muito complicada, de calamidade pública, em relação à malária e à presença de hepatites. Havendo contato, a questão de saúde nessa região nos preocupa muito.

Temos os Moxateteu na Terra Indígena Yanomami, inseridos em uma região em que a situação é muito complicada em relação ao atendimento de saúde. A taxa de mortalidade infantil é a maior do País naquela região, e há um processo de invasão de garimpeiros muito grande na área.

Por último, a Terra Indígena Massaco, em Rondônia, que foi a primeira terra indígena demarcada sem haver necessidade de contato. Foi a primeira situação de êxito nesse sentido, no ano de 1998. O que acontece? É uma terra indígena já protegida, mas o problema é que esse grupo está crescendo e o território está ficando escasso, o que pode fazer com que haja contato, como aconteceu no começo do ano, quando eles se aproximaram das equipes.

São situações que podem estourar, como estourou essa do Envira. O que estou querendo destacar é que a questão dos isolados que entraram em contato no Acre não é única. Em todos os Estados da Amazônia Legal há situações em que pode acontecer esse contato.

Falando um pouco mais sobre esse grupo que fez contato na região do Xinane – talvez o Senador Viana possa me ajudar –, para entender um pouco esses grupos, desde a década de 80 a Funai vem confirmando e hoje monitora quatro grupos indígenas isolados na região.

A gente tem o grupo do Xinane, cabeceira do Xinane, cabeceira do Riozinho, cabeceira do Humaitá e os Mascupiro. São esses quatro grupos confirmados, povos já monitorados, através de sobrevoo, de localização por satélite, de coleta de relatos, de vestígios, etc, e a gente ainda tem mais dois registros na região sem confirmação. Um desses grupos estabeleceu contato este ano, o grupo do Xinane, que se localiza dentro desse mosaico de terras indígenas já regularizadas que a gente comentou um pouco antes.

O que acontece nessa época do ano, na época da seca, da estiagem, em que os rios estão secos? Esses indígenas saem das malocas, eles se sentem seguros, vamos dizer assim, para ampliar a área de ocupação deles e sabem que os vizinhos deles, que são outros povos indígenas, têm ferramentas, têm panelas, que são, vamos dizer assim, um grau de melhoria no roçado deles. O Sr. Meirelles fala que dar um machado para aquele povo dá um *upgrade* na roça, pois eles conseguem produzir mais. Então, eles saem para buscar esse tipo de material. Eles chegam a essas aldeias e pegam.

A Funai vem monitorando isso e fazendo um trabalho, desde 2008, na tentativa de conversar com esses povos que estão no entorno. Uma das coisas que a Funai vai aprimorando nesse sistema de proteção de isolado é que ela não pode somente fazer a proteção territorial ou o trabalho de proteção territorial desses povos indígenas isolados; ela tem que entender e fazer o trabalho dos povos que estão no entorno, sejam eles indígenas, sejam eles ribeirinhos, tanto da forma como esses povos do entorno estão usando o território como do atendimento de saúde desses grupos, pois são eles os que primeiro vão estabelecer relação com esses povos indígenas isolados.

Então, esse grupo era um grupo que a gente vinha acompanhando há algum tempo. Eles se fazem revelar em junho, eles se apresentam para uma aldeia Ashaninka, que é a última aldeia antes da fronteira Brasil-Peru, próxima da base da Funai, e estabelecem esse contato. No primeiro momento, como a Maria Augusta falou, a aldeia Xinane avisa a equipe da Funai na região, e essa equipe vai para a área, levanta as informações e começa

a estabelecer o que a gente chama de plano de contingência, que é o que a gente faz quando estabelece esses contatos. Principalmente, a primeira preocupação que a gente tem diz respeito à situação de saúde desse povo.

Com a chegada dos intérpretes, conseguindo pegar algumas informações deles, a gente está trabalhando, hoje, com esse grupo específico, a gente está trabalhando com uma perspectiva de 26 a 60 pessoas que podem chegar perto da base da Funai. É óbvio que esse número pode ser maior. O que está acontecendo? A gente está com uma expectativa de que eles venham para um processo de aldeamento, o que pode se confirmar ou não, também dentro dessa questão do respeito à forma de eles se organizarem, pois o papel da Funai é estar presente lá. Se eles forem se aproximar para um aldeamento, o papel da Funai é estar lá fazendo a assistência para a questão da saúde, apoiando a situação de saúde e a segurança desse grupo. Se for o caso de aparecer na região de tempo em tempo, também vai ser uma decisão deles. Nosso papel agora é manter essa base funcionando com uma equipe qualificada e uma retaguarda da saúde efetiva na região.

Primeiro chegou esse primeiro grupo de sete pessoas, que ficou ali. A gente conseguiu entender um pouco mais dessa ocupação territorial na região e quem são eles e uma das coisas que eles falaram foi: "A gente vai..." Depois que eles tomaram os remédios.... O médico, o Douglas, da Unifesp estava lá presente, com o apoio da Sesai, e conseguiu, junto com a equipe da Funai, fazer o atendimento médico nesse primeiro momento.

Eles tomaram o primeiro ciclo de remédios e voltaram para a área falando que voltariam dali a uma ou duas luas. Acabou que voltaram antes com outras pessoas. E essas outras pessoas estão falando que o resto vai chegar, que só não vieram ainda porque estão terminando de fazer o roçado deles. Então, a nossa expectativa é de receber mais pessoas a partir dessa base.

Qual a nossa preocupação neste momento? A situação de saúde. É bom lembrar que o agravamento do quadro clínico desses índios passa de uma situação de baixa complexidade a alta em menos de 48 horas ou um pouco mais que isso. Nós temos também de lembrar que, nos últimos contatos, feitos ainda na década de 70 e mesmo os últimos feitos pela Funai em 2007 etc., a situação de doença não tratada evolui para mortandade no grupo contatado em taxas que vão de 50% a 90% de óbito, ou seja, estamos falando quase que de um processo de extermínio de um grupo. Um impacto populacional dessa magnitude sobre esse grupo cria uma série de outros problemas em relação à sua forma de organização, à sua forma de ocupação territorial, impondo-lhe uma fragilidade étnica. Então, agora, a nossa preocupação é ter qualidade nesse atendimento, com equipes prontas para fazer esse trabalho em relação à saúde.

Nosso problema, hoje, na região, está ligado à dificuldade logística para atender essa população. Nós estamos falando da fronteira Brasil/Peru. Nós levamos, em média, de barco, de cinco a seis dias para chegar à base. Se eu estou levando medicamentos, se eu estou levando insumos para garantir a permanência dessa equipe, cinco ou seis dias para chegar, especialmente para uma população indígena com essa situação de saúde, estou falando que eu vou matar esses caras, porque eu não vou chegar a tempo para atender esses grupos. Por isso, precisamos desse aporte aéreo, que, hoje, tem sido feito junto com... Nós tivemos uma participação do Governo do Estado do Acre. Conseguimos um voo para levar a equipe e equipamento do Exército Brasileiro e estamos fazendo a mobilidade da equipe e de insumos na região através do helicóptero da Sesai. De modo que este é um grande gargalo para a nossa atuação lá.

Embora tenhamos conseguido melhorar um pouco, a situação da comunicação, neste momento, tem que ser mais eficaz. A equipe de campo precisa passar informações qualificadas para nós, aqui em Brasília, porque nós é que acionamos as equipes médicas. Por outro lado, eles precisam passar a informação diária sobre a situação de saúde desses índios para as equipes médicas.

Nós estamos lidando com uma situação emergencial. A realidade da Funai é que nós temos um orçamento baixo para lidar com 12 frentes de proteção etnoambiental – essa é uma delas. E aqui, repito, estamos lidando com uma situação emergencial. Assim, ou nós, de fato, fazemos uma intervenção competente, qualificada, com insumos, ou nós estaremos falando em repetir as histórias de contato, onde a mortandade dos grupos indígenas foi muito alta. Ou nós temos essas condições de trabalho, ou vamos repetir a história.

A equipe lá é qualificada; conta intérpretes que estão entendendo esse grupo. E eles nos relatam, por meio dessas conversas, que estão fugindo de uma situação de conflito na região onde estavam. Esse conflito está ligado a uma movimentação do território deles, isto é, da pressão sobre o território deles. Temos de lembrar que esses grupos não sabem o que é fronteira; eles andam a região tanto do Peru quanto do Brasil. E a dinâmica desses povos isolados está sendo mudadas em função dessa pressão territorial. Estamos lidando com relatos de massacres. Eles contam que houve isso com esse grupo, tanto é que, quando eles chegam para estabelecer esse diálogo com os intérpretes da Funai e o que eles falam é: "Olha, onde nós estamos não está bom. A gente está chegando aqui para saber se vocês são confiáveis, se vocês são bons, se vocês não vão matar a gente."

Então, o trabalho da Funai agora é respeitar esse momento deles, dar essa segurança da aproximação. Se eles vão estabelecer o aldeamento lá isso é uma outra situação e a gente tem que estar preparado para ela.

E a gente tem que lidar com esta situação agora: a saúde desse grupo, logística, insumos e pessoas qualificadas que a gente tem.

Bom, como a gente estava falando, a situação do Xinane é uma das que o Brasil pode lidar num intervalo de pouco tempo. A situação de ameaça que a gente tem é a grilagem de terra, processo de mineração ilegal, empreendimentos, madeireiros.

Aquilo ali que a gente está vendo é um corpo de um índio isolado Corubo, que passou por um processo de genocídio na década de 1990.

Trabalhos da Funai de proteção etnoambiental, em algumas regiões a gente está falando disso. São grupos, são pessoas que estão lá evitando um processo de genocídio. E eu destaco os Estados de Mato Grosso, Maranhão e Rondônia. São grupos que estão em permanente fuga na região.

Isso aí são malocas dos outros grupos do Acre.

Esse aqui é o grupo do Humaitá.

À direita, uma maloca lá do Vale do Javari.

Isso aqui é o grupo do Humaitá, Acre também, Vale do Javari.

Isso aqui é um desses grupos dos Kawahiva do Rio Pardo, onde eles estão sendo ameaçados o tempo todo, em uma área que ainda não foi regularizada.

Isso aqui é um acampamento interno dos Kawahiva do Rio Pardo, que, nesse processo de fuga, deixaram de fazer roças, etc. Então, eles têm uma estratégia de constante movimento para que não sejam descobertos. Então, eles vão usando o território conforme o que o território tem em caça e pesca, e sempre se movimentando.

Kawahiva do Rio Pardo. Kawahiva do Rio Pardo.

Isso aqui é a cestaria de crianças. Isso aqui é brinquedo, isso que está em cima na mão, cestaria, o que é muito interessante, porque geralmente esses grupos que estão em fuga deixam de ter filhos. Mas os Kawahiva, não. Eles ainda resistem e a sua população está crescendo, apesar dos pesares.

Isso aqui é um cacete dos Corubos, Vale do Javari. Isso é um pouco do trabalho que a gente tem que fazer, que é registrar os detalhes da cultura material desses grupos para saber quem são, já que o nosso trabalho não é de fazer contato com eles.

Aqui é grupo lá do Humaitá também, Acre.

Isso aí é um pouco do trabalho de proteção territorial que a gente faz, através de bases. Essa é uma base do Vale do Javari, que faz esse controle de acesso do território; ações de vigilância e fiscalização.

Aquilo ali é uma pista de garimpo ilegal dentro da terra indígena Yanomami, que foi destruída em uma operação junto com o Exército.

Isso aqui é um pouco daqueles dados que a Maria Augusta estava falando em relação à efetividade do trabalho da Funai no que diz respeito à proteção territorial e ambiental dessas áreas.

Isso aqui é o gráfico mostrando a efetividade dessa proteção territorial dentro das unidades de conservação. É a que mais tem efetividade no que diz respeito à proteção ambiental.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI (*Fora do microfone*.) – Em junho de 2014, o desmatamento medido na Amazônia Legal indicou que as terras indígenas foram responsáveis por apenas 1% do desmatamento da Amazônia Legal.

Esses dados são medidos mensalmente por uma instituição que trabalha com gestão ambiental e que é não governamental, mas é confirmada pelos dados do Projeto Prodis, que são medidos pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que é um órgão governamental federal.

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – Aí o gráfico mostrando a queda de desmatamento em terras indígenas nos últimos anos. Aqui um gráfico bem significativo.

Em azul, a gente tem a totalidade das terras de 2014 – são as mesmas. Em roxo, a queda da área desmatada e, aqui embaixo, a evolução orçamentária da Funai. A gente está cada vez mais efetivo, e ganhando menos. Eu não entendo um pouco essa lógica ainda. Enfim, tiramos leite de pedra.

Então, era isso.

Eu queria ressaltar que a gente está numa situação mais do que emergencial no Acre e podem ocorrer situações semelhantes em toda a região da Amazônia Legal. É uma política de Estado eficiente, haja vista os números que foram apresentados aqui. É uma metodologia apreendida. Outros países que têm índios isolados na Amazônia Legal vêm aprender a experiência da Funai, lembrando que talvez seja a política de Estado com mais tempo em relação a esse grupo de isolados. É uma situação supercomplicada. A gente pode mostrar ao País que a gente sabe fazer diferente, que a gente sabe reconhecer não só os direitos desses índios, mas que a gente não vai repetir a história. Eu acredito agora, Senador, que a gente não vai repetir a história de mortandade no grupo contatado, pós-contato e que a gente precisa de mais apoio para fazer um trabalho efetivo com os outros povos indígenas isolados na Amazônia Legal.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Leonardo.

Passo a palavra de imediato ao autor do requerimento, Senador Jorge Viana, para as suas perguntas ou considerações.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria muito agradecer até a maneira bem objetiva de tratar um tema tão complexo, tão novo para boa parte de quem está nos acompanhando pela TV Senado, pela Rádio Senado e aqui na audiência.

De fato, a Funai tem um tremendo desafio, mas eu lido com esse tema há muitos anos. A Maria Augusta tem toda a razão em dizer que, no Brasil e na Funai, nós temos gente muito capaz, que dedica a vida inteira. E é uma questão que extrapola – e muito – o lado de servidor público. São pessoas que, independentemente de estarem ocupando ou recebendo adequadamente seus salários, são pessoas que são da causa ou que a causa as tem. E esse é o caso clássico. No Acre, nós temos figuras como o Terry, o Meirelles, o Guilherme, que é um extraordinário servidor público responsável pelos índios isolados no Acre. E, ao mesmo tempo, eles têm que lidar com situações que fazem parte dessa burocracia, que não ajuda e atrapalha muito. Entra Ministério Público cobrando que haja uma série de questões. Pode ser bem-intencionado, mas o resultado complica muito. Por exemplo, a Funai teve que trocar mateiros que trabalhavam nessa frente por funcionários públicos. Quem é o funcionário público que vai trabalhar seis dias de canoa na cabeceira do rio?

Então, o Brasil entra numa estrutura burocrática que inviabiliza qualquer trabalho. É Ministério Público do Trabalho, é Ministério Público não sei da onde exigindo isso, exigindo aquilo, o que não funciona. Estamos falando de lidar com uma população originária. O médico não pode ser convencional, nem vai trabalhar nesse aspecto. Tem que ser um caso como o Dr. Douglas Rodrigues, que me socorreu lá e que, a convite da USP, da Funai, se deslocou para o Acre imediatamente. Alguns índios já estavam com pneumonia, com gripe que pegaram do pouco contato de 15 dias de uma certa convivência, mesmo a distância. São pessoas como essa que a Funai está reunindo. Eu fico feliz de ouvir do Leonardo que há uma possibilidade concreta de essa história ser diferente. Tivemos uma audiência de quase uma hora com o Ministério da Justiça. Ele solicitou um orçamento, a pedido da própria Funai, de acertar um recurso financeiro necessário, resolver o problema de voo. Tem que haver helicóptero para levar a equipe. Não pode ficar seis, sete dias só para chegar, senão nós não vamos fazer outra história a não ser repetir a de sempre. O apoio na área da saúde também tem que ser tratado de maneira diferenciada e as condições para que a Funai possa reabrir as frentes de proteção que agora, pelo contato feito, vai ter que entrar também frente de contato.

Eu estive nessa frente que estava agora desativada, quando era Governador. Era um lugar adequado, com as condições necessários, com os mateiros.

O Meirelles tinha lá a sua família, inclusive, protegendo. Foi isso que, talvez, tenha nos dado a oportunidade. Estou me referindo há 12 anos, quando fui lá e eu era Governador. Sobrevoei a área, vi os índios. Tentamos trabalhar, mas, de lá para cá, em vez de a Funai ter mais condição de trabalho, ela tem menos condições de trabalho. Acho que aqui no Senado temos a obrigação, o dever – e agradeço ao Senador Blairo –, de não cercear os recursos da Funai. Para tratar com índios isolados não pode haver contingenciamento de recursos, tem de ter os recursos liberados na época certa, sob pena de a gente por em risco uma população que a gente nem conhece.

Estou falando de povos originários, que vivem independentes, que estão ainda na guerra do fogo. Eles fazem o seu fogo, que têm um materialzinho lá para acender o seu fogo, têm ferramentas. Muitas pessoas, nas redes sociais, falam: "Mas se já estão com uma espingarda, se já estão com um terçado". Ora, eles visitam os vizinhos e pegam as ferramentas, um machado, um facão ou, como chamamos no Acre, um terçado. Na época do meu Governo, estava havendo muitos contatos deles, notícias de contatos, sem que os não índios pudessem vê-los. Eles chegam à noite, pegam uma ferramenta e levam, pegam uma corda e levam embora. Ficavam chamando de roubo quando o que eles estavam querendo eram ferramentas.

Tomei uma decisão, na época, com o Meirelles, à revelia das coisas e falamos que só havia um jeito. Contratamos um avião, compramos machados, compramos terçados, compramos cordas, botamos em sacos e soltamos de avião, lá perto, sem nenhum contato. Pelos menos amenizou. Eles passaram uns três, quatro anos, e a gente não tinha notícia de que eles estavam andando. Foi uma tentativa de deixá-los tranquilos, de deixá-los em paz. Mas é uma área próxima ao Peru. Há narcotraficantes na região. Agora começou uma relação de cooperação melhor com o Peru. Então, é um desafio em que todos têm de estar envolvidos.

Quando estou trazendo esse tema para cá, para a nossa Comissão de Meio Ambiente, é no sentido de, primeiro, para dar conhecimento. Está aqui a imprensa, que quero cumprimentar, quero agradecer pelo tratamento que tem dado, para a Funai não ficar falando sozinha. Ela está lidando com um povo que não tem quem fale por ele. Os índios isolados não têm interlocução, não têm organização. Aí a Funai tem de tratar uma área

absolutamente isolada. Quando a questão chega à Brasília, se não houver a mínima sensibilidade, não vai dar tempo, não vai haver socorro.

Então, fico feliz de o Ministro da Justiça ter colocado na mesa dele. Acho que esse é um assunto que tem de estar na mesa da Presidenta da República. Felizmente estamos aqui.

Não vou me estender nas perguntas, mas queria apenas dizer que acho que as explanações foram mais do que adequados, nos situaram. O desafio que tem, Presidente, da Comissão... Queria pedir a V. Exª – e não a eles – que a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal possa encampar, como uma causa nossa, desta Comissão, a busca por dar as condições necessárias para a Funai fazer esse trabalho. É esse o desafio que está posto. Pergunta-se: "O que é que tem de ser feito para os índios isolados?" Nesse momento, a gente ficar monitorando, acompanhando, se a Funai está recebendo, por parte do Governo Federal, as condições mínimas necessárias para acolher e fazer dessa história uma história nova.

O contato já está feito, não tem como voltar. A dúvida é se eles vão querer fazer a aldeia deles lá na área do Xinane, se vai ser um grupo grande, se vai ser um grupo pequeno, se vai vir todo mundo ou se vai ser um contato diferente, como já colocaram a Maria Augusta e o Leonardo.

Mas nós temos.... E eu me sinto, como Senador do Acre, da Amazônia, na obrigação.... E estou compartilhando com a Comissão. Queria ter aqui...O Senador Blairo é um Senador que tem muito prestígio também, que nos ajuda muito. Para que nós pudéssemos dar esse apoio, aqui no Senado. Para mim, esse é um aspecto importante.

Não sei, queria também sugerir, acho que nós poderíamos, também, fazer um contato com setores da imprensa. Tem uma imprensa mais especializada, há outros que também fazem livremente, mas, às vezes, é só para por defeito no trabalho dos outros ou tirar benefício próprio, se promovendo às custas de um caso tão singelo, tão especial. Acho que nós deveríamos fazer mais alguns contatos com setores da imprensa, da grande imprensa. Com a ajuda deles, também, a gente vai poder... Só com o propósito de reunir as condições para a Funai fazer o trabalho. O setor, a área, que trabalha com os índios isolados... eu não diria que é o patinho feio, mas como é que se vai sensibilizar alguém, determinados setores da burocracia, para dar o apoio necessário se as pessoas com as quais você trabalha nem contatadas são? Fica, aparentemente, para um burocrata, uma coisa meio fria, mas é exatamente aí que a gente tem de fazer uma inversão, sair dessa visão, dessa caixa de pensamento quadrada que se tem e partir para uma coisa.

É exatamente esse setor que precisa de um cuidado especial.

No caso do Acre, a área está demarcada, uma parte do problema resolvido. Há áreas, como o Mato Grosso, em que essas populações não têm para onde correr. Estão correndo, fugindo do perigo. Uma hora é um garimpeiro aqui, outra hora é um caçador ali, outra hora é um grileiro acolá e eles correndo todos os riscos. Mas nós temos que ir por partes.

Acho que aproveitando esse caso do Acre a gente empoderar a área de índios isolados da Funai com o mínimo necessário. Quando eu falei dos valores para o Ministro, nós estamos falando de orçamento que pode chegar perto de R$5 milhões por ano. Estou falando para socorrer em seis meses, mas não passa de R$10 milhões, R$12 milhões por ano. Se tivesse disponível isso, daria para começar um trabalho que pudesse... Obviamente, com os funcionários, obviamente com horas de voo, com área da saúde diferenciada, bem como um custo bem diferenciado.

Para mim, já estou feliz de vir ao Senado. Certamente a TV Senado, a Rádio Senado e o *Jornal do Senado,* que darão uma atenção, pois faz anos que não vem um assunto tão interessante. Será que há algo mais interessante para a gente discutir do que uma população originária, que vive... Quando se vê as imagens, 70 índios.

Há uma imagem dos Mascupiro, que saíram; eles não fizeram contato direto, ficaram do outro lado do rio. Eu vi as imagens todas e levei para o Presidente Lula, no Palácio do Planalto, para que eles possam tomar conhecimento. São 70 índios, entre crianças, mulheres, jovens, mães com filhos, os adultos. Aí a gente se pergunta: "Esse povo vive como?" Sem nada disso pelo que a gente fica se matando com as guerras, com as disputas, com o egoísmo. Eles vivem, sim, sem nada disso que a gente acha que é tão imprescindível para a vida.

É emocionante ver isso, é fantástico estar vivendo essa realidade. O Meirelles, mesmo, passou 30 anos lá, cuidando de um povo que nunca contatou. Agora ele está lá conversando com as pessoas. Levou uma flechada no rosto e agora descobriu quem deu a flechada. Está conversando e não desistiu de estar lá. Eu era Governador quando ele levou a flechada, e, depois de recuperado em São Paulo, ele disse: "Eu vou voltar para lá". E eu: "Mas tu acabou de levar uma flechada no lugar que eu pesquei contigo, no rio Xinane". Estava só eu e ele em uma canoa. E foi exatamente ali, com um ano depois, que ele levou a flechada. Ele falou: "Eu vou, porque eles me deram a flechada talvez porque eu moro aqui e eles sabem que eu vim para ajudar. Eles não são bobos, mas alguém deve ter pressionado pelo lado do Peru e eles estão descontando em mim. E eu vou voltar lá para mostrar que eu estou, de novo, com eles.". E aí, na conversa lá, disseram: "Foi meu tio que jogou aquela

flechada em ti e já está tudo em paz, convivendo. É uma coisa que alguns podem chamar de "coisa de índio", mas é uma coisa bem pura, bem primitiva, bem originária.

Fico bem feliz, Senador Blairo Maggi, que o senhor tenha priorizado isso, ter feito esta reunião mesmo sem plenário. Tomara que o pessoal aqui no Senado, da imprensa, da Consultoria possa dar a dimensão adequada para isso e que a Maria Augusta reúna as condições e o Leonardo para fazer esse trabalho. Nós não temos tempo. Eles entregaram para o Ministro da Justiça o plano emergencial. Tomara que, nesta semana, a burocracia se resolva, porque o contato está sendo feito lá, a nova lua cheia – porque é por lua – é agora. Quando eu olho para a Lua, fico pensando "Meu Deus, a Lua está crescendo e os índios estão chegando". Se as condições não estiverem lá, a gente pode ter uma lua minguante que vá diminuir a nossa esperança de fazer uma história diferente com esses índios que fizeram contato no Acre.

Obrigado, e parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado ao Senador Jorge.

Fica aqui o seu pedido à comissão para que ela possa atuar mais próxima, fiscalizar. Faremos isso, não há dúvida nenhuma, na próxima reunião ordinária que tivermos, vamos fazer esse comunicado, ou aprovar alguma coisa nesse sentido pra a gente ter um trabalho mais próximo dessa necessidade.

Antes de encerrar, digo que eu estava conversando com Drª. Maria Augusta e tenho certeza de que aqueles que nos assistem em casa, pela TV – isso aqui, depois, será repetido –, deve ter a mesma curiosidade que eu tinha. Eu fiz a pergunta a ela e eu gostaria de fazer a pergunta aqui para que as pessoas pudessem entender também. Para nós, urbanos, entendermos: como é o primeiro contato? O índio chegou? Como conversa? Que língua ele usa? Como a Funai descobre o sentido das palavras? O gesto, a cultura, como é esse primeiro contato?

Não sei a Drª Maria Augusta quer repetir, ou o próprio Leonardo, mas como funciona isso? Quer dizer, como vocês passam a ter os primeiros entendimentos?

Porque se ele é isolado, as culturas não devem ser as mesmas, deve haver códigos, uma língua tronco. Como funciona isso?

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – Essa forma do contato está muito ligada ao trabalho que vem antes do contato, que são os anos de monitoramento desse povo. Então, por exemplo, o Meirelles já sabia, pelos anos de trabalho dele, que, em determinada época do ano, esses índios aparecem, vão pegar o facão, mesmo sem falar. Ele já sabia, pelo levantamento da cultura material desse povo, que eles provavelmente eram um grupos do tronco Pano. Então, isso tudo vai facilitando, do tronco linguístico Pano que vai facilitando para, no momento que se tem contato, se levar as pessoas certas para estabelecer esse contato.

Esse particularmente, como em alguns outros casos, são os mais jovens que aparecem primeiro. Tem um processo que podemos falar que é um processo de rito de iniciação, de passar da fase criança, agora sou guerreiro de verdade, porque cheguei perto de vocês, faz parte da cultura deles.

Nesse caso, eles chegaram, tem algumas imagens que apareceram por aí, em que eles aparecem cantando, que é uma forma ritual desses grupos Pano de chegarem, é uma fala ritual, que é meio cantada, que facilita inclusive os intérpretes entenderem, porque é um momento que eles estão falando mais devagar, a pronúncia, eles conseguem detectar melhor – aí se estabelece o primeiro diálogo. Nesse primeiro momento, que eram os Ashanikas, eles falaram que tentaram fazer algumas trocas, entregar coisas, eles pegaram facão, mas não entendiam o que eles falavam. Quando chegam os intérpretes, já acompanhados, intérpretes indígenas, dentro da equipe da Funai, começa a se estabelecer essas relações.

O primeiro momento é a ocasião de se estabelecer de fato uma confiança com esses povos e eles não chegam de uma vez. Eles já sabiam que existia aquele grupo que sempre morou ali e que, apesar de levar flechada, não reagiu a eles, eles se sentem seguros com aqueles grupos, com aquelas pessoas, de se aproximarem.

É óbvio que, antes desse dia que entraram em contato com a aldeia, eles já estavam monitorando, já estavam assistindo quem eram aquelas pessoas, antes de aparecerem na beira do rio falando e conversando. Eles têm suas estratégias, lembrando que, nesse processo, quem foi protagonista foi o grupo isolado e não a Funai nem o povo do entorno que foi atrás deles. Eles é que vieram, eles são protagonistas.

Aí começamos a trazer. É óbvio que é um povo sobre o qual sabemos muito pouco. Sabemos o que está acontecendo com eles e isso já era sabido por monitoramento, seja aéreo, seja com conversas com pessoas do lado peruano, etc, com a questão da cultura material deles conhecíamos minimamente eles. Agora é que começa a se desvendar quem são, como estão fazendo essas interfaces, por que estão chegando ali. Então, o contato se dá nesse momento de estabelecer uma relação de confiança com esse grupo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Então, podemos dizer que temos índios isolados porque eles querem. O Brasil e a Funai conhecem todos os índios isolados, só não fazem contato porque eles ainda não querem, pode ser assim?

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – Como estávamos falando, a política para índios isolados é respeitar a autodeterminação desses povos de se estabelecerem dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Está entendido. A pergunta é: nós podemos ainda ter povos isolados que a Funai não conhece?

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – Pode. Só para registrar um dado, hoje trabalhamos com 104 registros da presença de índios isolados. Com o trabalho feito, ou seja, onde sabemos a localização desses grupos, estamos falando de 26. Todo o resto a gente não tem trabalho concluso, daí a necessidade de ter orçamento, etc, ter equipes para fazer isso.

A maioria dessas áreas onde não temos confirmação estão fora de terras indígenas e em áreas de impacto direto ou indireto de empreendimento, seja qual for o tipo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só uma coisa, Senador. Quando o Brasil fez a mudança, isso que a Maria Augusta colocou, o Brasil tinha as frentes de contato permanente. Então, quando tinha um povo isolado você colocava uma frente para buscar o contato. Mas há algo também muito complicado, o histórico dos contatos é muito ruim, não por culpa de quem fez o contato, até porque existem pessoas que fizeram uma história muito bonita, como os irmãos Villas Bôas e tantos outros, Sydney Possuelo, o próprio Meirelles, tanta gente, o pessoal do Acre, mas o óbito é muito grande no contato dessas populações originárias com a gente. Eu sempre digo que somos tão impuros, de certa forma, ganhando essa imunidade de milhares de anos para várias doenças, que quem vive na pureza, no isolamento da floresta, e faz contato com a gente morre. As estatísticas são terríveis, variam muito, mas 70% morrem nos primeiros três primeiros anos.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI (*Fora do microfone*.) – Eles levam três gerações para adquirir a nossa imunidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, vão embora três gerações até adquirir imunidade. Diante disso também, no Brasil se resolveu deixar o pessoal quieto, identificar que eles existem ali, proteger a distância até que se evolua, até que eles possam levar a vida. Assim é mais tranquilo do que pelo contato. Por isso que é perigoso o que está sendo feito, é um desafio tremendo não repetir a história de praticamente três gerações terem de morrer para que eles ganhem imunidade para a gripe, para o sarampo, para um monte de doenças que a gente já resiste, como a malária e outras.

Então, esse é um caso complicado, o caso do Acre. Qual é a lenda do Acre? Não existe, é só fantasma. Passou um fantasma ontem na minha casa e sumiram as minhas panelas. Foi o caboclinho da mata que entrou na minha casa, porque eles não viam os índios isolados. Você ouve os depoimentos de um trabalho que está sendo feito, onde eles dizem: "Olha, eu sempre ouvi falar que tinha, mas agora está visível." Então, faz 20, 30, 40 anos que a gente ouviu falar dos índios isolados no Acre e agora que foi feito um contato. Então, são dezenas, centenas. É uma coisa nova, realmente, é um desafio tremendo que nós temos.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI (*Fora do microfone*.) – São nove minutos de vídeo para mostrar as imagens.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Como nós estamos no plenário? Nós temos tempo, nove minutos? Então, vamos ver os nove minutos de vídeo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Outra coisa, hoje, informando ao Presidente da Comissão, a quem agradeço, eu vou almoçar com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o assunto, o cardápio, eu vou pôr também, porque eu acho que se a Ministra do Meio Ambiente se somar será ótimo, já que é uma coisa tão desafiadora que precisa estar todo mundo.

Eu fico feliz de o Presidente da Comissão dizer que a Comissão vai estar junto, querendo saber se está saindo o dinheiro, se a Funai está tendo as condições. Então, estamos ampliando as alianças em prol desse povo que não fala com a gente. Aliás, Senador, você perguntou por que fizeram contato. O Meirelles estava me contando que ele estava passando e levantaram um peixe comum na região, um curimatã, e o índio falou o nome do peixe. E ele observou que o índio estava chamando o peixe do mesmo jeito que os Jaminauás chamam. Os Jaminauás moram a 400 km de distância desse lugar. Então, traz o José Correia, traz o pessoal, porque pode ser que eles falem a mesma língua. Quando trouxeram, eles começaram a se comunicar, porque falam a mesma língua. Então, não é um índio intérprete, é um índio que fala línguas diferentes e achar um que fale aquela língua que eles estão falando.

Então, graças ao fato de mostrar um peixe, de querer se comunicar, quando ele falou, o Meirelles disse: "Mas a gente sabe que isso é um curimatã, na língua dos Jaminauá." Trouxeram um Jaminauá, que começou a conversar com eles, e aí deu para se entenderem. Inclusive, para o médico, foi fundamental, para o Dr. Douglas, que só pôde fazer o tratamento... Como é que você ganha confiança? Você acha que eles vão aceitar qualquer remédio? Saber se aquilo é veneno ou não? Complicadíssimo! E a dose também. Tiraram umas fotos fora da hora. Quando ele se viu na foto, ele pegou de volta. O que ele pensou quando se viu na foto? Pegaram a minha

alma? É uma situação absolutamente nova, desafiadora, precisa de tempo, muito delicada. Precisa de gente com experiência. Não é fácil. Graças a Deus, o Brasil tem um pessoal muito bom e disposto.

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – As três situações de que a gente estava falando, que remetem àquelas de contato. A primeira é do Xinane, que a gente estava conversando. Foi o momento em que eles estavam voltando, chegando.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – Aí é um índio Ashaninka tentando falar com eles. Eles não...

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – Esse é o canto de que a gente estava falando. Quando eles chegam, eles fazem isso aí.

Essa sopração é um processo meio de pajelança, vamos dizer assim. Eles viram gente fumando do outro lado, fumaça, e aí começaram a fazer as defesas deles.

Aí já é o pessoal da Funai tentando fazer essa história das trocas. Eles sabiam que estavam se aproximando para pegar coisas etc.

Esse é o Artur Meirelles. E tinha uma tentativa da equipe de não os deixar levar algumas coisas, como roupas, por exemplo.

Esse é o primeiro momento, quando ainda os intérpretes não tinham chegado. Os intérpretes só vão chegar no dia seguinte, com helicóptero.

Isso aí é uma imagem anterior, quando o Ashaninka, que é outro índio dessa aldeia que já tem essa relação com a gente... É esse aí.

Agora, o que chama um pouco atenção nesse momento é que, apesar da tensão da região, há uma segurança de parte desses índios de ir se aproximando desses outros aí.

Isso aí é espingarda. Eles chegaram com espingardas, chegaram com facão, chegaram com fósforo do lado peruano, chegaram com um saco, que a gente viu que era da indústria peruana.

Isso aí é já lá dentro, dentro da Aldeia Simpatia dos Ashaninkas.

Para não bater pau no que está andando no mato, nesse que levanta o pé. Exatamente. É isso mesmo. A primeira coisa que a gente aprende quando vai andar no mato é que a gente tem que levantar as pernas.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – Isso já lá na terra do Vale do Javari, quando os grupos do entorno tentam estabelecer essa relação, que é aquele outro exemplo de que a gente estava falando.

Esse grupo que está na praia são os Matis e esses são os Korubos, que estão saindo da praia.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – Esses aí já conseguem se comunicar porque são línguas próximas, são Pano também, tanto os Matis quanto os Korubos.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – Problema seriíssimo de saúde no Vale do Javari, de malária, hepatite, etc.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – Olha lá. Esse é um tipo de coisa que é um problema. Imagina isso sendo levado para colocar água, mel, etc. para a aldeia.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – E essa última é aquela situação da qual a gente estava falando, de um exemplo dessas situações de fuga que a gente estava falando que existe no Mato Grosso e no Maranhão. Você vê que a reação dos índios é outra. Uma coisa que a gente teve que fazer porque, apesar de toda a cultura material que a gente conseguiu, ainda se falava que esses índios eram invenção da Funai. Até que a gente conseguiu essas imagens.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – Ele descobriu que tinha um branco lá. A reação é de fuga. Uma terra que está sendo invadida. Essa semana a gente teve uma equipe lá tirando madeireiro. Uma área que não está sendo... O processo todo já foi respondido pela Funai, as contestações, etc. E está esperando assinatura do MJ.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. LEONARDO LENIN SANTOS – São poucos exemplos para mostrar que a gente tem, a gente trabalha com situações de contato em todo o País, dessas formas diferentes: ou os grupos se aproximando, grupos do entorno fazendo contato com eles, ou talvez situações em que a Funai vai ter que fazer uma intervenção porque o Estado não consegue dar condição de proteção para esses povos isolados.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado ao Leonardo.

Quero, antes de finalizar e agradecer, fazer uma correção. Na nossa reunião de ontem, eu recebi um acórdão do TCU em que veio errado o convênio. Onde dizia "BNDES e Estado do Amazonas", na realidade se lê: "BNDES e Estado de Mato Grosso para a construção da Arena Pantanal". Só para a nossa ata ser corrigida nesse sentido.

E, também, então, eu quero agradecer à Drª Maria Augusta, pela presença, também ao Dr. Leonardo Lenin Santos, que, para mim, foi muito importante essa reunião. Aprendi um monte de coisas que eu não sabia e fica, aqui, então, o nosso compromisso, através da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de tentar fiscalizar e controlar um pouco essa questão dos recursos de que vocês estão necessitando para fazer esses contatos.

Parabenizá-los, agradecer a presença e dizer que o trabalho que vocês estavam fazendo é um trabalho, como disse o Senador Jorge, muito importante, bonito, porque são comunidades isoladas e, pelo entendimento, aqui, é que são isoladas, porque elas preferem ficar isoladas.

Quer dizer, o Governo até sabe onde eles estão, sabe que eles existem, mas deixa que eles vivam da forma que preferirem e, por isso, a confusão – também tinha visto isso através da imprensa, da internet –, algumas coisas, do tipo: "Ah, mas são índios isolados, mas têm facão, têm armas. Ficou claro, hoje, aqui, por que que eles têm. Porque o Governo brasileiro, a Funai os conhece, sabe onde eles estão e, de certa forma, tenta, com os anos de aproximação que vem tendo, vai fornecendo algumas coisas que vão pegando, vão trazendo ou vai entregando. V. Exª, como Governador, foi lá e despachou, fez chover facão e machado.

Então, é por isso que os índios isolados têm algumas coisas do homem branco. Quer dizer, me parece, ficou bem entendido para mim, aqui, que, e eu tinha esse entendimento, tenho que mudar agora, não se descobriu do dia para a noite. "Ah, apareceu". Não, ele não apareceu. Ele estava lá e, com o tempo, com a aproximação, eles resolveram fazer a aproximação.

Acho que essa é uma explicação muito importante para quem está em casa, e está nos ouvindo, para a própria imprensa, que, às vezes, não consegue entender, e as pessoas que fazem os comentários na internet ou nas redes sociais.

Então, Drª Maria Augusta, muito obrigado. Nós já fizemos aqui o entabulamento para outras coisas em Mato Grosso também. Vamos conversar, vamos dar andamento, e, também, ao Leonardo, pela presença.

Muito obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Antes de encerrar, eu quero submeter aos Srªs e Srs. Senadores a leitura da aprovação das atas das 19ª e 20ª reuniões da CMA.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Muito obrigado.

Encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 1 minuto.)

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 10H, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Ana Rita, Valdir Raupp, Odacir Soares, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, João Alberto Souza, Flexa Ribeiro e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Jorge Viana, Humberto Costa, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, José Agripino, Eduardo Amorim e Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros o recebimento dos seguintes documentos: 1) Ofício Circular nº 288-2014, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que encaminha propostas resultantes de debates da mesa "Controvérsia sobre Transgênicos", realizada em Brasília nos dias 11 e 12 de julho de 2013. A presidência informa que foi enviada cópia do ofício para o email dos senadores membros, para análise e tomada de eventuais providências. 2) Ofício 2-0481/2014-SG-A da Prefeitura de São Bernardo do Campo, que encaminha cópia da documentação de apresentação da plenária de prestação de contas dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, referente ao primeiro quadrimestre de 2014. 3) Moção nº 65/2014 da Câmara Municipal de Taubaté, que manifesta repúdio ao governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, pela proposta de transposição das águas da bacia do rio Paraíba do Sul. 4) Ofício nº 181/2014, da Câmara Municipal de Cordeirópolis, para que as lideranças dos partidos políticos do Congresso Na-

cional se manifestem e se comprometam com o fim do desmatamento no Brasil. A seguir, faz a **LEITURA DE AVISOS,** em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos senhores senadores por sete dias na secretaria da comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação, os avisos serão arquivados: 1) AVS nº 62, de 2014, que está relacionado com o MSF nº 131/2013 e com o PRS nº 110/2013, ambos já arquivados. Encaminha o Aviso TCU nº 999, de 17 de setembro de 2014, que trata de solicitação do Senado Federal recomendando o acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Município de Niterói-RJ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução 68, de 18/12/2013. No acórdão, o TCU considera a solicitação do Congresso Nacional integralmente atendida e arquiva os autos, após a comunicação da deliberação do colegiado à Presidência do Senado. 2) Aviso MJ nº 1.038/2014 e Ofício MJ nº 225/2014. Tratam de resposta a requerimento de informação formulado pela CMA por meio do RMA nº 19, de 2014, de autoria do Senador Ivo Cassol. O requerimento tramitou na mesa como RQS nº 263, de 2014, já tendo sido arquivado após o recebimento das informações. 3) Aviso do Senado Federal nº 58, de 2014. Veicula o Aviso TCU nº 851/2014/GP, que encaminha o relatório das atividades do TCU referente ao 2º trimestre do exercício de 2014. 4) Aviso TCU nº 611, de 1º de julho de 2014. Cuida de solicitação do Congresso Nacional decorrente do RMA nº 75/2013-CMA, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Acir Gurgacz. 5) Aviso TCU nº 719/2014, de 28 de maio de 2014. Encaminha relatório e voto elaborados pelo Senhor Ministro Raimundo Carreiro sobre as contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2013, acompanhado das declarações de voto dos ministros e do parecer prévio conclusivo aprovado pelo plenário do TCU em sessão extraordinária pública realizada em 28 de maio de 2014. 6) Aviso TCU nº 633/2014. Cuida de aprovar as conclusões e expedir as medidas relativas ao acompanhamento dos projetos sob responsabilidade da TELEBRÁS para a copa do mundo FIFA 2014, de acordo com os pareceres da unidade técnica. 7) Aviso TCU nº 625/2014, de 8 de julho de 2014. Cuida de aprovar as conclusões e expedir as medidas relativas ao acompanhamento das ações relacionadas ao suprimento de energia elétrica para a copa do mundo. 8) Aviso TCU nº 677, de 18 de julho de 2014. Cuida de solicitação do Congresso Nacional requerendo as avaliações dos investimentos federais em telecomunicações e segurança pública, voltados à realização da copa de 2014. 9) Aviso TCU nº 621, de 8 de julho de 2014. Cuida de aprovar as conclusões e expedir as medidas relativas ao acompanhamento das ações sob responsabilidade da ANATEL para a copa do mundo, de acordo com os pareceres da unidade técnica. 10) Aviso TCU nº 605/2014. Cuida de monitoramento para verificação do cumprimento das determinações e recomendações empreendidas mediante o acórdão 614/2013-plenário, relacionado a levantamento de auditoria para conhecer a organização e o funcionamento da estrutura de governança e operacionalização da segurança pública da copa de 2014. 11) Aviso MME nº 231, de 17 de setembro de 2014. Solicita dilatação de prazo de 30 dias para resposta ao RMA Nº 27/2014, de autoria do Senador Ivo Cassol, porquanto o ministério necessita de maior prazo para compilar os elementos requeridos. 12) OFS nº 22, de 09 de outubro de 2014. Informa que os relatórios de fiscalização com os resultados das ações de controle correspondentes à 39ª etapa do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos estão disponibilizados no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União. 13) Aviso do Senado Federal nº 67, de 1º de outubro de 2014. Cuida de auditoria realizada no Serviço Social do Comércio – SESC e no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, tendo como propósito analisar processos licitatórios e os respectivos contratos de aquisição de bens ou prestação de serviços. 14) Mensagem do Senado Federal nº 83, de 2014. Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 51 da lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, o relatório de avaliação de receitas e despesas, referente ao quarto bimestre de 2014. Conforme análise prévia, os seguintes avisos serão relatados: 1) Aviso TCU nº 984, de 8 de setembro de 2014. Cuida de auditoria operacional realizada no sistema elétrico brasileiro. 2) Aviso TCU nº 804, de 18 de junho de 2014. Cuida de consolidação do resultado das fiscalizações realizadas pelas unidades técnicas do TCU, que tiveram por objetivo verificar o estágio atual dos financiamentos federais e a situação das obras de construção e reforma de estádios, mobilidade urbana, portos e aeroportos previstas na matriz de responsabilidades da copa, além da situação dos projetos e investimentos em telecomunicações, segurança pública e defesa para a copa de 2014. 3) Aviso TCU nº 834, de 25 de junho de 2014. Cuida de aferir o nível de aderência da matriz de responsabilidades, publicada em 28/1/2014, pela Autoridade Pública Olímpica (APO), à lei 12.396/2011, e identificar riscos à realização dos jogos olímpicos e paraolímpicos de 2016. Passa-se à **PAUTA**. **ITEM 1) REQUERIMENTO Nº , DE 2014.** Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Nos termos regimentais, requeiro a retirada de pauta, em caráter definitivo, do Requerimento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle n° 33/2014. A Presidência declarou retirado de pauta o Requerimento da CMA nº 33, de 2014, sem deliberação. Resultado: Não Lido. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 35, de 2014.** Autoria: Senador Blairo Maggi. Requeiro, nos termos regimentais, que seja prorrogado o prazo por mais 60 (sessenta) dias, para o encaminhamento das informações pleiteadas no Requerimen-

to de Informações nº 263, de 2014 (RMA 19/2014), em atendimento à solicitação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, por meio do Ofício nº 225 – MJ. Resultado: Aprovado. **ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 20, de 2013 – Não Terminativo**. Autoria: Tribunal de Contas da União. Encaminha cópia do Acórdão nº 2292/2013 – TCU – Plenário, proferido nos autos do Processo n° TC 003.464/2013-0, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à representação pelo Ministério Público Federal em razão de possíveis irregularidades nos contratos para a execução dos estádios de futebol para a Copa do mundo, decorrentes da isenção tributária concedida pela Lei nº 12.350/2011. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pelo conhecimento, pela remessa de cópia do parecer ao TCU e à Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, e posterior arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento do aviso, pela remessa de cópia do parecer ao TCU e à Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 e posterior arquivamento. **ITEM 4) AVISO Nº 56, de 2013 – Não Terminativo**. Autoria: Tribunal de Contas da União. Encaminha cópia do Acórdão nº 2186/2013 (acompanhado das peças que o fundamentam), proferido pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado do Plenário de 14/08/2013, ao apreciar o Processo de Levantamento nº TC-013.036/2012-2, acerca da solvabilidade das dívidas de Estados e Municípios com a união ao final dos contratos de renegociação. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento do aviso. **ITEM 5) AVISO Nº 90, de 2013 – Não Terminativo.** Autoria: Tribunal de Contas da União. Encaminha cópia do Acórdão nº 2969/2013 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, bem como cópia das informações indicadas no item 136 da instrução da unidade técnica, reproduzido no relatório, relativas ao Plano de Fiscalização de Obras de 2013, atualizadas até a Sessão Plenária de 30 de outubro de 2013. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento do aviso. **ITEM 6) MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2013 – Não Terminativo.** Autoria: Presidente da República. Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 49 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 3º bimestre de 2013. Relatoria: Senador Eduardo Braga (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da mensagem. **ITEM 7) MENSAGEM (SF) Nº 21, de 2014 – Não Terminativo.** Autoria: Presidente da República. Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Ana Rita. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da mensagem. **ITEM 8) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, de 2014 – Não Terminativo**. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Propõe que se investigue a legalidade, legitimidade e regularidade na operação de compra da refinaria Pasadena Refining System Inc., em 2005, pela empresa belga Astra Oil em Pasadena, Texas, Estados Unidos da América, ao valor divulgado pela imprensa de US$ 42,5 milhões (aproximadamente R$ 88,45 milhões). Relatoria: Senador Cícero Lucena (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2007 – Não Terminativo.** Autoria: Senador Magno Malta. Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre compact discs (CD) e digital video discs (DVD) e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na contribuição para o financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2008 – Não Terminativo.** Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMEMC). Dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). Relatoria: Senador Jorge Viana (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, de 2012 – Não Terminativo.** Autoria: Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para determinar que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas deverá ser previamente autorizada pela FUNAI. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de Pauta. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, de 2012 – Não Terminativo.** Autoria: Senador Jayme Campos. Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. Relatoria: Senador

Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Odacir Soares. Relatório: Pela aprovação, acolhendo a emenda oferecida pelo Senador Gim, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva oferecida. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, de 2013 – Não Terminativo.** Autoria: Senador Ciro Nogueira. Estabelece restrições ao comércio de produtos químicos com elevado potencial corrosivo sobre a pele e as mucosas. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2013 – Não Terminativo.** Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Dispõe sobre a demarcação e a legitimação de posse para fins de regularização fundiária rural de interesse social. Relatoria: Senador Acir Gurgacz (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Concedida vista à Senadora Ana Rita, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 – Não Terminativo.** Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de Pauta. **ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 497, de 2013 – Não Terminativo.** Autoria: Senador Cyro Miranda. Dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício, e dá outras providências. Relatoria: Senador Alvaro Dias (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação com nove emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 a 9-CMA. **ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, de 2013 – Não Terminativo.** Autoria: Senador Alfredo Nascimento. Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras prestarem as informações que especifica aos seus clientes. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com três emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1, 2 e 3-CMA. **Ficam adiadas as demais matérias.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle .

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador José Eduardo Fleury, que está presente na reunião conosco.

Esperamos a presença de outros Senadores para ver se temos quórum para deliberar sobre a nossa pauta de hoje, que não é pequena.

Declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados da Presidência.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos que se encontram à disposição dos Senadores e das Senadoras na Secretaria da Comissão:

– Ofício circular nº 228, de 2014, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que encaminha propostas resultantes de debates da Mesa de Controvérsia sobre Transgênicos, realizada em Brasília nos dias 11 e 12 de junho de 2013.

Informo que foi enviada cópia do Ofício para o *e-mail* dos Senadores membros para análise e tomada de eventuais providências.

– Ofício nº 2-0481, de 2014, da SGA da Prefeitura de São Bernardo do Campo, São Paulo, que encaminha cópia da documentação de apresentação da plenária e apresentação de contas dos recursos do Fundo Municipal de Saúde referente ao primeiro quadrimestre de 2014.

– Moção nº 65/2014, da Câmara Municipal de Taubaté, São Paulo. Manifesta repúdio ao Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, pela proposta de transposição das águas da bacia do Rio Paraíba do Sul.

– Ofício nº 181/2014, da Camâra Municipal de Cordeirópolis, São Paulo, para que as lideranças dos partidos políticos do Congresso Nacional se manifestem e se comprometam com o fim do desmatamento no Brasil.

Leitura de avisos, em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Informo que os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia dos seguintes avisos, ficarão à disposição dos Srs. e das Srªs Senadoras por sete dias na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores membros, serão arquivados.

– Aviso nº 62, de 2014, que está relacionado com a MSF nº 131/2013, e com o PRS nº 110/2013, ambos já arquivados.Encaminha o aviso do Tribunal de Contas da União nº 999, de 17 de setembro de 2014, que trata de solicitação do Senado Federal recomendando o acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo com garantia da União, firmada entre o Município de Niterói-RJ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução 68, de 18/12/2013. No acórdão, o TCU considera a solicitação do Congresso Nacional integralmente atendida e arquiva os autos, após a comunicação da deliberação do colegiado à Presidência do Senado.

– Aviso MJ nº 1.038/2014 e Ofício MJ nº 225/2014.

Tratam de resposta a requerimento de informação formulado pela CMA por meio do RMA nº 19, de 2014, de autoria do Senador Ivo Cassol. O requerimento tramitou na Mesa como RQS nº 263, de 2014, já tendo sido arquivado após o recebimento das informações. Informo que foi enviada cópia da resposta ao autor.

– Aviso do Senado Federal nº 58, de 2014.

Veicula o Aviso TCU nº 851/2014/GP, que encaminha o relatório das atividades do TCU referente ao 2º trimestre do exercício de 2014.

– Aviso TCU nº 611, de 1º de julho de 2014.

Cuida de solicitação do Congresso Nacional decorrente do RMA nº 75/2013-CMA, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Acir Gurgacz. O conteúdo do aviso será enviado para os autores do RMA.

– Aviso TCU nº 719/2014, de 28 de maio de 2014. Encaminha relatório e voto elaborados pelo Sr. Ministro Raimundo Carreiro sobre as contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2013, acompanhado das declarações de voto dos Ministros e do parecer prévio conclusivo aprovado pelo Plenário do TCU em sessão extraordinária pública realizada em 28 de maio de 2014.

– Aviso TCU nº 633/2014. Cuida de aprovar as conclusões e expedir as medidas relativas ao acompanhamento dos projetos sob responsabilidade da Telebrás para a Copa do Mundo FIFA 2014, de acordo com os pareceres da unidade técnica.

– Aviso TCU nº 625/2014, de 8 de julho de 2014. Cuida de aprovar as conclusões e expedir as medidas relativas ao acompanhamento das ações relacionadas ao suprimento de energia elétrica para a copa do mundo.

– Aviso TCU nº 677, de 18 de julho de 2014. Cuida de solicitação do Congresso Nacional requerendo as avaliações dos investimentos federais em telecomunicações e segurança pública, voltados à realização da Copa de 2014. Encaminha diversos acórdãos pertinentes ao assunto.

– Aviso TCU nº 621, de 8 de julho de 2014. Cuida de aprovar as conclusões e expedir as medidas relativas ao acompanhamento das ações sob responsabilidade da Anatel para a Copa do Mundo, de acordo com os pareceres da unidade técnica.

– Aviso TCU nº 605/2014. Cuida de monitoramento para verificação do cumprimento das determinações e recomendações empreendidas mediante o Acórdão 614/2013-Plenário, relacionado a levantamento de auditoria para conhecer a organização e o funcionamento da estrutura de governança e operacionalização da segurança pública da Copa de 2014.

– Aviso MME nº 231, de 17 de setembro de 2014: solicita dilatação de prazo de 30 dias para resposta ao RMA nº 27/2014, de autoria do Senador Ivo Cassol, porquanto o Ministério necessita de maior prazo para compilar os elementos requeridos.

– OFS nº 22, de 9 de outubro de 2014: informa que os relatórios de fiscalização com os resultados das ações de controle correspondentes à 39ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos estão disponibilizados no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União.

– Aviso do Senado Federal nº 67, de 1º de outubro de 2014. cuida de auditoria realizada no Serviço Social do Comércio (Sesc) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), tendo como propósito analisar processos licitatórios e os respectivos contratos de aquisição de bens ou prestação de serviços.

– Mensagem do Senado Federal nº 83, de 2014: encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, o relatório de avaliação de receitas e despesas, referente ao quarto bimestre de 2014.

Conforme análise prévia, os seguintes avisos serão relatados:

– Aviso TCU nº 984, de 8 de setembro de 2014: cuida de auditoria operacional realizada no Sistema Elétrico Brasileiro.

– Aviso TCU nº 804, de 18 de junho de 2014. cuida de consolidação do resultado das fiscalizações realizadas pelas unidades técnicas do TCU, que tiveram por objetivo verificar o estágio atual dos financiamentos

federais e a situação das obras de construção e reforma de estádios, mobilidade urbana, portos e aeroportos previstas na matriz de responsabilidades da Copa, além da situação dos projetos e investimentos em telecomunicações, segurança pública e defesa para a Copa de 2014.

– Aviso TCU nº 834, de 25 de junho de 2014. cuida de aferir o nível de aderência da matriz de responsabilidades, publicada em 28/1/2014, pela Autoridade Pública Olímpica (APO), à Lei nº 12.396/2011, e identificar riscos à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Srªs e Srs. Senadores aqui presentes, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, a Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, depois de ser aprovada no plenário da Câmara dos Deputados, está de volta a esta Casa para ser votada em plenário e, se aprovada, ser encaminhada à sanção da Presidenta da República.

Quero destacar, nessa medida provisória, uma emenda do meu suplente, o Senador Cidinho Santos, que tem por objetivo zerar a alíquota da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguraidade Social (Cofins), devidas pelas empresas que prestam serviços de reforma de pneus usados.

Defendo essa medida, principalmente pelas questões ambientais que serão favorecidas, por gerar menos demanda por pneus novos, a reforma de pneus reduz a emissão de gases do efeito estufa e gera economia no consumo de petróleo, além de diminuir os custos com o transporte de cargas e também de passageiros.

Para se ter uma ideia, serão gastos 630 milhões de litros de petróleo por ano, um custo estimado de R$1 bilhão, para a fabricação de novos pneus.

Em contrapartida, deixamos de emitir 1,7 bilhão de metros cúbicos de CO_2 por ano na atmosfera reformando esse tipo de produto, o pneu.

A reforma de pneus também posterga a destinação final da carcaça do pneu usado, reduzindo os impactos ambientais. Não é uma atividade poluidora e seus resíduos sólidos são reciclados por outras atividades, como nos fornos de cimentos, agregados à mistura e à composição para artefatos emborrachados, asfaltos ecológicos e etc.

Srªs e Srs. Senadores, no ano de 2013, foram reformados 9 milhões de unidades de pneus comerciais no Brasil, o que torna o País o segundo mercado mundial, perdendo apenas para os Estados Unidos. As unidades reformadoras de pneus estão presentes em todos os Estados da Federação e também no Distrito Federal, totalizando 1.313 empresas nesse setor.

Cerca de dois terços dos pneus de caminhões e ônibus em uso hoje no Brasil serão reformados. Isso proporciona uma economia para o setor de transportes de R$7 bilhões ao ano. A atividade gera mais de 250 mil postos de trabalho entre unidades reformadoras, vendedores, borracharias, fornecedores de matéria-prima. O estímulo ao segmento beneficiará também toda a cadeia que envolve os fabricantes de matéria-prima e de equipamentos utilizados na atividade, cenário que movimenta R$4 bilhões.

Nobres colegas, é importante ressaltar que essa emenda do Senador Cidinho Santos não concede alíquota zero da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para a receita bruta decorrente da venda no mercado interno do pneu usado ou reformado, mas, sim, para a atividade de reforma de pneus, que, como dito, tem tradição, gera economia e também empregos.

A Senadora Ana Amélia já explicou essa questão com muita clareza quando da leitura da emenda para incluir na MP nº 651, destacando que a alíquota zero incide apenas em uma fase da produção industrial, não da receita bruta da venda do produto. Esse é um imposto em cascata e não zera todo ele.

Srªs e Srs. Senadores, além de todas as vantagens ambientais que a reforma de pneus apresenta, a redução da carga tributária pretendida com a proposta apresentada tem por intuito impulsionar o investimento na área, proporcionando a redução de custos, o que aumentará a competitividade e a geração de novos empregos no nosso País.

Todos nós conhecemos essa atividade da chamada recauchutagem de pneus, que é largamente utilizada em todo o Brasil, uma vez que seria contraproducente simplesmente gastar a primeira banda de um pneu e jogá-lo fora. É normal e tradicional que se faça essa recauchutagem por uma ou até três vezes, dependendo de como essa carcaça se mantém.

Então, o pleito que nós estamos aqui colocando e que chegará ao Plenário para votar nessa medida provisória é para que nós eliminemos um dos impostos na hora de fazer essa operação, na hora de manusear e trocar a bandagem.

Portanto, eu quero, aqui, pedir a atenção dos colegas que hoje vieram votar esta medida provisória na Comissão de Meio Ambiente.

Essa emenda à Medida Provisória nº 651 é de vital importância para a preservação do meio ambiente, além das outras coisas comerciais e indústrias que há no meio, mas estimular as pessoas a jogarem pneus ve-

lhos fora não é uma boa prática ambiental. A boa prática ambiental é que eles sejam utilizados até a última possibilidade e, depois então, destinados ao seu uso final.

O Senador Flexa Ribeiro pede a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Senador Blairo Maggi, Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a medida provisória encaminhada pelo Governo propõe que os pneus usados, em vez de serem descartados, sejam recauchutados. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – É isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Alguns anos atrás, nós tínhamos um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional, e havia uma fábrica no Paraná que não era de recauchutagem; era para fazer um pneu novo, utilizando a carcaça. Eles utilizavam os pneus aqui no Brasil e, como a quantidade ainda era pequena, eles importavam pneus usados para fazer essa transformação. Isso foi proibido pelo governo. O projeto não passou, e a fábrica do Paraná foi fechada.

Então, eu acho que essa medida provisória... Eu vou verificar que processo era usado no Paraná, que é muito melhor do que a recauchutagem em si; ele usa só a carcaça e faz um pneu novo com essa carcaça. Talvez fosse interessante que o Relator pudesse verificar isso para incluir no processo.

E havia também um incentivo, ou melhor, além do incentivo, havia uma determinação para que os vendedores de pneus fossem responsáveis pelo recebimento do pneu usado. Quer dizer, quando eles vendessem o novo, tinham de receber um usado e devolver para que fosse recondicionado. Então, acho que essa é uma condição que seria importante...

Não sei quem foi o Relator da medida... V. Exª é o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Não. A emenda foi do Senador Cidinho Santos. Quem é o Relator?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Deputado Newton Lima.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Eu vou conversar com ele e ver...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Só que a medida provisória já voltou da Câmara, Senador Flexa. Se for, agora, fazer alguma alteração, ela perderá a validade. Não temos mais tempo para isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Ela cai quando?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Cai agora no dia 6.

Mas o que V. Exª está falando, Senador Flexa, é basicamente o que se está propondo aqui e o que se faz hoje na indústria de recauchutagem de pneus. Pega-se uma carcaça que não tenha mais condições de rodar e troca-se toda a estrutura por fora do pneu. Só se mantém a parte que se pode chamar de superestrutura do pneu, onde está o aro de ferro, de arame e, depois, uma bandagem onde se cola uma coisa nova.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Então, o pneu sai zero quilômetro.

Eu me lembro dessa discussão que V. Exª está colocando. Não lembrava que V. Exª era o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Eu não fui o Relator, não.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Mas eu me lembro dessa discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Eu me lembro que era um empresário do Paraná, que hoje é suplente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Eu não sei se suplente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Francisco Simeão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – É, Francisco Simeão, suplente do Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Mas a discussão, Senador Flexa, à época – e, hoje, se trouxer, vai ser de novo –, é que, naquele projeto, se pretendia importar pneu usado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – ...para fazer a recauchutagem aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Não, usava o nacional, mas, como era insuficiente, importava os de fora.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Perfeitamente. Aqui, nesta emenda, só se usa pneu nacional.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Só usa nacional.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Mas é no mesmo sentido, na mesma direção da discussão feita anos atrás nesta Casa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – E quem vai recolher esses pneus?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – O próprio mercado, o dono do caminhão, o dono da transportadora, ou o dono do automóvel que quer fazer o serviço pega o pneu dele e leva para a empresa, que é uma prestadora de serviço; ela vai prestar o serviço de colocar uma nova bandagem no pneu e, claro, montar nas rodas e colocá-lo para funcionar novamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – É, não é recapagem; é um pneu novo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – É um pneu novo. A gente chama de recapagem, recauchutagem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Recauchutagem. Mas não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – É um pneu novo. Obviamente, ele vai rodar com todas as garantias do primeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Exato. É uma medida provisória de interesse de todos, porque protege o meio ambiente, como V. Exª disse.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Perfeitamente. Como a nossa Comissão é de Meio Ambiente veio bem na direção essa preocupação.

Vou ler aqui, porque ficou de fora só uma das situações, o item 1 da nossa pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Nos termos regimentais, requeiro a retirada de pauta, em caráter definitivo, do Requerimento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle n° 33/2014.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

A retirada independe de deliberação e declaro retirado, então, o Requerimento nº 33 de 2014, nos termos do art. 215, inciso II e art. 256, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal.

Nós temos quórum já?

Colegas, nós não temos quórum ainda. E vou ler uma mensagem sobre as eleições bem sucinta e depois passarei a palavra aos Senadores se quiserem usar do tempo que temos aqui até que tenhamos uma condição de deliberar nesta Comissão.

Depois, então, passaria a palavra ao primeiro que chegou à Comissão, o Senador Fleury, se ele desejar, assim que eu terminar de ler o meu manifesto.

Senadoras e Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, telespectadores e ouvintes da TV e Rádio Senado, nosso muito bom dia.

Quero parabenizar a Presidente Dilma Rousseff pela reeleição no último domingo com 54,5 milhões de votos. Em seu primeiro discurso como Presidente reeleita, Dilma pregou o diálogo como forma de fazer o País avançar, que foi muito importante no momento em que o Brasil está dividido entre os que votaram em Dilma e os que votaram em Aécio.

Tenho plena convicção de que a Presidente fará um segundo mandato melhor que o primeiro, cumprindo propostas de campanha. Ela mesma disse que promoverá o debate de ideias e garantiu que vai trabalhar pela implantação das reformas solicitadas pelo País.

Um dos maiores desafios da Presidente será conduzir a reforma política, tão necessária à democracia brasileira.

Não poderia deixar de parabenizar também o Senador Aécio Neves, que teve mais de 51 milhões de votos dos brasileiros que foram às urnas nesse domingo.

Presidente Dilma, trabalhamos juntos nos primeiros quatro anos do seu governo e espero que continuemos juntos nos próximos quatro anos. É preciso arregaçar as mangas e cada brasileiro, a seu modo, pode fazer a diferença para o crescimento e desenvolvimento do nosso País.

Passo a palavra ao Senador Fleury e, depois, passarei aos outros Senadores, se assim desejarem. Já que temos tempo e não temos quórum, vamos discursar.

Com a palavra o Senador.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Presidente da reunião, Blairo Maggi, hoje é um dia cívico para nós, o primeiro dia nesta Casa após a eleição. Temos que respeitar o direito da maioria, que elegeu a Presidente Dilma por mais quatro anos, só espero, como homem do campo que sou, desde que cheguei a esta Casa, que ela olhe, nos próximos quatro anos, para o setor rural. O nosso setor está extremamente

abandonado pelo Governo. Existe uma solicitação nossa, dos produtores, inclusive do Estado de V. Exª, para que os armazenamentos das propriedades sejam financiados, seja incentivados. Estamos colhendo grãos e perdendo depois de colhidos. O Estado de Goiás, como o Estado de V. Exª.

Voltando à eleição, o Senador Aécio conseguiu mobilizar o Brasil, mostrar uma proposta nova, mas temos que respeitar a maioria. E a maioria a quis de volta ao Governo.

Só que nós da oposição vamos vigiar – porque quem ganha governa, quem perde vigia – e queremos a solução sobre armazéns e grãos.

A respeito dos pneus, relatado por V. Exª, já cansei de ver vários acidentes, Senador, pelo fato de pneus malrecapeados soltarem pedaços, que ficam nas rodovias. Outras vezes, o caminhão, que está na frente de um veículo pequeno, solta parte do pneu malrecapeado – falo isso porque eu ando muito de carro –, atingindo o para-brisa de quem vem atrás, causando acidente fatal. Então, essa medida provisória, esse argumento que o senhor tem mostrado aí é de quem conhece e sabe da importância de um pneu bem-recauchutado.

Essas seriam minhas palavras.

Eu não poderia, aqui, deixar de cumprimentar o Governador Marconi Perillo, do Estado de Goiás, pela quarta reeleição de S. Exª. Portanto, é o quarto mandato de Marconi e com a aprovação ímpar de Goiás. Aliás, em Goiás, o Senador Aécio ganhou no primeiro e no segundo turno sob a liderança do Governador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Fleury.

Associo-me às suas congratulações ao Governador do seu Estado, Governador por quatro mandatos. Ontem, ao assistir à televisão, a repórter disse terceiro mandato, mas, na verdade, já são quatro mandatos do Governador Perillo à frente do Estado. É um recorde, e sempre aumentando a sua votação. Por si só o resultado da eleição já diz da importância do governo que ele vem fazendo à frente do Estado de Goiás. Então, eu também quero cumprimentar o Governador Marconi Perillo e desejar-lhe sucesso nesses próximos quatro anos. Que Goiás consiga atingir todos os seus objetivos, seus projetos de desenvolvimento. Sei que os projetos são muitos, os recursos são poucos, mas a determinação é imensa para os concluir.

Parabéns, Senador!

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará, também vencedor nas eleições de anteontem, domingo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Senador Blairo Maggi, o Brasil inteiro cumpriu o direito constitucional do voto para escolher Governadores e o Presidente da República.

Ao final da apuração, no Estado do Pará, o Governador Simão Jatene foi reeleito para o seu terceiro mandato para dar continuidade às obras que vinha fazendo em seu segundo mandato para desenvolver o Estado do Pará econômica e socialmente.

Também quero registrar e parabenizar a população do Pará, os eleitores do Pará que deram o terceiro mandato ao Governador Simão Jatene.

Quanto à esfera nacional, quero também parabenizar a Presidente Dilma. Só espero que, no seu segundo mandato, ela cumpra, pelo menos, com aquilo que disse ao ser considerada reeleita, ou seja, que está aberta para o diálogo, algo que, lamentavelmente, não houve no primeiro Governo. Então, a oposição é construtiva, mas, ao longo do primeiro Governo, ela foi desconsiderada, e eu diria até que ela foi esmagada pelo Bloco de Apoio à Presidenta no Congresso Nacional.

Também quero, aqui, parabenizar o Senador Aécio Neves. O Senador Aécio Neves, como V. Exª disse, teve mais de 51 milhões de votos, ou seja, praticamente metade do eleitorado votante no último domingo, o que representa a vontade dos brasileiros de que haja mudança no Governo que hoje aí está, por ter sido reeleito.

Então, eu espero que a Presidenta Dilma mude. Nós vamos passar... Eu dizia, antes da eleição, que o próximo Presidente eleito, seja qual for, vai ter dificuldade enorme para recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento econômico e social, para ter a inflação sob controle, para colocar as contas do País em equilíbrio. Tudo isso está sendo até hoje mascarado pelo Governo que termina agora.

O Senador Aécio Neves representou essa mudança. Lamentavelmente, ele perdeu nos bolsões do Nordeste e do Norte, e isso o tirou de ser o novo Presidente do Brasil. Mas tenho certeza absoluta de que, daqui a quatro anos, o Senador Aécio estará de novo disputando a Presidência, com reais condições de ser eleito Presidente do Brasil. Dessa vez, ficou por pouco. Na próxima, será o vencedor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Também cumprimento V. Exª e o Governador Simão Jatene pela sua reeleição. É o terceiro mandato à frente do grande Estado do Pará. Desejo também sucesso e que todos os projetos que lá estão colocados sejam levados adiante, que o Governador possa também unir o Estado do Pará. Sempre há uma disputa, querer ser vários Estados, mas vocês têm mantido o grande Estado do Pará unido. Sei que é uma luta. É um Estado

tão grande, quase um país, que tem as suas dificuldades, mas o Governador Jatene foi reeleito e merece todo o nosso respeito, consideração e apoio aqui no Congresso Nacional.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, do Estado de Rondônia, que também foi vencedor nas eleições de domingo, com a reeleição do Confúcio Moura. Também desejo a ele sucesso, que ele possa levar adiante também os projetos do Estado de Rondônia – que conheço, não são poucos, não são pequenos. Foi uma eleição bastante disputada e, a exemplo do que aconteceu na eleição nacional, uma vitória apertada compromete mais o candidato a observar a oposição, observar as coisas que foram colocadas durante todo o período eleitoral. Então, desejo também ao Governador Confúcio sucesso e que ele possa levar adiante, como já disse, os projetos daquele Estado.

Com a palavra V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Presidente, Senador Blairo Maggi, Srªs e Srs. Senadores.

Na verdade, não existe eleição fácil. Todas são muito duras. V. Exª disputou várias eleições, foi sempre vitorioso no primeiro turno, mas toda eleição tem um grau de dificuldade. Mas acho que venceu a democracia, ganhou a democracia. A cada eleição, nosso País se consolida mais no regime democrático, que, se não é perfeito, não foi implantado outro melhor ainda. O regime democrático é o melhor regime encontrado até o momento no mundo. Eleições difíceis dão, como V. Exª disse, mais responsabilidade ainda para os vencedores.

Eu parabenizo a Presidente Dilma. Acho que venceu a estabilidade, venceu o emprego, venceram os avanços que o Brasil está tendo nos últimos anos. Desejo à Presidente Dilma e ao Vice-Presidente Michel Temer que possam ter, acima de tudo, a força divina, que possam continuar fazendo o Brasil properar, sobretudo na economia. Acho que o Brasil precisa agora, mais do que nunca, dar um salto na área econômica. E o Congresso precisa também ajudar na reforma tributária, na reforma política. Estamos devendo há 18 anos a reforma política para o País, e as ruas estão cobrando isso. Eu acho que, neste momento, os Presidentes da Câmara e do Senado têm que imediatamente mobilizar todas as forças, todas as bancadas, se bem que já são muitas. Acho que a reforma política, assim como a tributária, teria sido mais fácil em um Congresso com menos divisões como temos hoje.

Hoje são 28 bancadas na Câmara Federal e mais de dez no Senado Federal; já começa a ficar muito mais difícil fazer reformas difíceis, como a reforma política e a reforma tributária.

Mas estou feliz pelo meu Partido, o PMDB, que presidi até a poucos dias atrás – hoje está o Presidente Michel Temer, que voltou à presidência do Partido, deve se licenciar novamente. O PMDB elegeu sete governadores, levou para o segundo turno oito candidatos ao governo, elegeu quatro no primeiro turno e mais três agora no segundo. Continuamos com a maior bancada no Senado e a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados. O nosso papel é continuar trabalhando para o desenvolvimento do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Valdir Raupp, do Estado de Rondônia.

Passo a palavra, então, ao Senador Douglas Cintra, que está no mandato em substituição ao Senador Armando Monteiro, de Pernambuco.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Presidente, nós queremos deixar nossa palavra aqui não só de apoio, mas de alegria com a reeleição da nossa Presidente Dilma e reforçar o quanto tem sido importante para todo o Nordeste, para todo o Brasil os investimentos e a mudança. Que, com sua sensibilidade social, o Nordeste passe a ter, como já vem tendo, uma grande mudança, deixando de ser uma Região, e alguns Estados, onde havia apenas dificuldades e sendo agora visto como realmente uma fonte de oportunidades. É assim que as empresas brasileiras e estrangeiras estão vendo a nossa região. Acreditamos que, em seu segundo mandato, ela saberá coordenando esses investimentos para que realmente a vida de cada nordestino mude, a vida de cada nordestino e de cada brasileiro.

Deixamos, assim, a nossa palavra de apoio e a esperança de que continuaremos mudando, e mudando para melhor.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Douglas.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Blairo Maggi, Presidente desta Comissão.

Quero aqui, inicialmente, cumprimentar os nossos colegas Senadores e Senadoras. Depois de um período em que cada um estava nos seus Estados trabalhando no processo eleitoral, estamos nos encontrando neste momento, um momento importante em que estamos celebrando a vitória da Presidenta Dilma.

Eu quero aqui parabenizar a nossa Presidenta, parabenizar o povo brasileiro que, de forma muito sábia, escolheu e definiu por continuar um projeto que está mudando a realidade do povo brasileiro. Na verdade, essa eleição foi importante, uma eleição que se diferenciou, na minha opinião, das demais, porque colocou em xeque, de forma muito clara, a disputa de dois projetos. Na verdade, dois projetos que têm visões diferentes do que nós queremos para o Brasil, do que nós queremos para o povo brasileiro.

Então, acho que foi um processo extremamente rico, embora difícil, mas no qual a população, de um modo geral, de norte a sul do nosso País, se envolveu no processo eleitoral, participando de uma forma ou de outra, ou nas suas comunidades, ou nas redes sociais, ou nas universidades, enfim, participou dos debates, colocando a sua opinião, colocando a sua visão referente aos dois projetos. Isso foi fundamental, porque eu acredito que a população também amadureceu nesse processo, aprendeu bastante e amadureceu.

Eu digo ainda que a nossa Presidenta, no seu pronunciamento, na entrevista que concedeu ontem à TV Record, também colocou de forma muito clara como ela, nesse processo, também percebeu e aprendeu. E colocou de maneira muito clara: governo novo, ideias novas. Esse foi o *slogan* da campanha, e é assim que a Presidenta está se colocando agora. Será de fato um governo novo, com ideias novas e com muito diálogo. Isso é fundamental! Para a construção de projetos, de mudança da sociedade, é preciso realmente ouvir a todos e a todas.

É um projeto que busca mudar a vida das pessoas, e isso é fundamental.

Quero aqui parabenizar nossa Presidenta, que, com muita disposição, com muita coragem, com muita firmeza, com muita dedicação e sabedoria, participou desse pleito, se posicionando de forma muito clara, sem perder de vista o seu objetivo, que é, de fato, mudar a vida das pessoas. Para isso, é preciso criar todos os mecanismos e as políticas públicas que contribuam para isso. Então, parabenizar e agradecer à Presidenta Dilma por nos representar de forma tão digna nesse processo.

Também quero, Sr. Presidente, reforçar, aqui, os compromissos que a Presidenta Dilma assumiu, um deles é a reforma política. Precisamos realmente, o Congresso Nacional precisa se mobilizar, retomar o debate sobre isso, para que possamos ter, de fato, uma reforma política, tão esperada e tão desejada pelo povo brasileiro. Só assim teremos, de fato, eleições mais seguras, eleições em que as pessoas de fato possam participar de forma mais tranquila, vamos dizer assim, podendo opinar. O processo eleitoral precisa realmente mudar a sua forma. Só a reforma política vai, de fato, garantir esse debate.

Por último, também quero dizer que a reforma tributária e a democratização dos meios de comunicação são essenciais. Percebemos como a grande imprensa se comportou nesse período. A democratização dos meios de comunicação é fundamental para que possamos, realmente, ter uma relação de maior confiança nas informações repassadas para toda nossa população.

Quero agradecer também, Senador, à militância. A militância foi para a rua. A militância se posicionou. O debate não se encerrou no dia das eleições. O debate continua através das redes sociais. Isso é fundamental porque as pessoas sentem necessidade de expressar a sua opinião, e nem sempre isso é possível, nem sempre os espaços são garantidos. As redes sociais cumpriram um papel fundamental sendo espaço de colocação das ideias por parte das pessoas, independentemente do que pensam, independentemente das suas opiniões, independentemente do seu olhar sobre o processo eleitoral e sobre e a sociedade. As pessoas se manifestarm e continuam se manifestando. Então, quero parabenizar a população e também a nossa militância, em particular a militância petista, que foi para a rua, defendeu nosso projeto com muita propriedade, com muita convicção, com muita clareza.

É isso, Sr. Presidente. Posteriormente, farei um pronunciamento da tribuna do Senado a respeito dessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora.

Passo a palavra à Senadora Vanessa, e pediria para ser breve, porque temos, agora, quórum para deliberar, e vamos aproveitar porque temos poucas reuniões ainda este ano e muitas matérias a serem liberadas. Então, a Senadora Vanessa com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Vou ser breve também, mesmo porque o próximo projeto, creio, a relatoria é de minha autoria.

Sr. Presidente, não poderia, primeiro, deixar de cumprimentá-lo porque, após as eleições do segundo turno, creio que essa seja a primeira Comissão a se reunir e a primeira Comissão onde os Parlamentares têm abertura para falar desse tema tão importante, afinal de contas não é o destino de A ou B, mas do nosso próprio País, de nós todos, que estava em jogo nessas eleições. Obviamente comemoramos muito a reeleição da Presidenta Dilma, e cabe a todos, como aqui já dito, não só aos vencedores, mas aos vencidos também, juntos, pensarmos o que precisamos fazer para o Brasil, o que quer o povo brasileiro, não apenas a partir das eleições, mas a partir de todos os últimos movimentos que vêm acontecendo desde o ano passado no Brasil, Sr. Presidente.

O que me preocupa enormemente é esta tentativa, e creio que o Parlamento pode dar uma contribuição muito forte, de dividir o País entre o Brasil dos bolsões e o Brasil daqueles que têm um melhor poder aquisitivo. O que a gente tem visto na internet é algo abominável.

Agora, não é só na internet, Sr. Presidente. No dia de domingo, dia das eleições, eu andei muito. Andei a cidade inteira, a minha cidade. Eu estava no carro, com o rádio ligado, ouvindo um canal nacional de rádio ligado a uma televisão. Passou o domingo inteiro fazendo campanha para o seu candidato de preferência e campanha deste jeito: dizendo que aqueles que pensam, aqueles que têm acesso à informação votavam em A e não votam em B. Era dessa forma.

Eu fiquei tão incomodada com aquilo, Sr. Presidente, que eu liguei para o Tribunal Superior Eleitoral e percebi, descobri que o Tribunal não aceitava denúncia. Tinha que ir ao TRE. Mas não era um canal local, era um canal nacional.

Então, não é apenas a crítica. Revistas estavam sendo antecipadas. E a forma e o tipo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Permite um aparte, Senadora Vanessa?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Da mesma forma, foi muito estranho terem sido expedidas mensagens para todos os celulares de duas formas: "Seu título está monitorado. Se você não votar na Presidente Dilma, vai perder o Bolsa Família." Essa era uma mensagem. A outra nessa mesma linha: "Vai ser excluído do Minha Casa Minha Vida". Da mesma forma, V. Exª há de convir que essas mensagens foram disparadas de fora do Brasil para cá para os celulares de todos. É evidente que as pessoas mais esclarecidas sabem que isso não é verdadeiro, que é uma falsa mensagem. Mas quem não tem esse conhecimento fica induzido pelas mensagens recebidas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Flexa, eu não estou aqui entrando no mérito das denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Nem vamos fazer um debate político agora, senão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nem vamos fazer. Eu apenas estou colocando uma preocupação que eu sei que é minha e é sua também, Senador Flexa: há alguns tipos de críticas que dividem, que buscam uma divisão do País em quem tem um poder aquisitivo maior e os que não têm. De onde vêm eu não quero saber.

As eleições acabaram e tudo o que aconteceu de errado tem que ser apurado, tudo, exatamente tudo, porque pode ter vindo de um lado e pode ter vindo do outro também. Não estou entrando nesse mérito, porque campanha eleitoral é assim, não só em nível nacional, mas nos nossos Estados. São verdadeiras guerras que nós enfrentamos. E cada vez as guerras ficam mais duras de serem enfrentadas. Então, não estou entrando no mérito da campanha de A e da campanha de B e, sim, no tipo, porque o nosso País é um país respeitado e reconhecido no mundo inteiro pela sua diversidade e pelo respeito que temos em relação à convivência de uns em relação aos outros.

Eu não vejo assim, não, que foi a parte do bolsão que votou na Dilma. Está lá o Estado do Senador Anibal, meu vizinho, o Acre, onde o candidato Aécio venceu as eleições, não é verdade, Senador Anibal? O povo do Acre é um povo mais rico do que o povo do Amazonas ou do Estado do Pará, onde a Presidenta Dilma venceu as eleições? Não é isso.

O que nós não podemos permitir é que nós que somos do Norte, os que são do Nordeste, os que são do Sudeste, do Sul, não podemos permitir que tome corpo no Brasil esse tipo de opinião e esse tipo de conduta. Isso, sim, coloca a democracia em risco, mas, no mais, cumprimento a todos.

Acho que, no fim das eleições, a tarefa é de todos nós, Senador Blairo. Como o senhor disse, acho que, pelo espírito com que começa a reunião desta Comissão, que não é só Comissão de meio ambiente, mas de fiscalização financeira e controle, nós temos uma responsabilidade muito grande com o nosso País, não só a Presidenta reeleita, mas todos nós, assim como tem todo o povo brasileiro, cada um, de dar a sua parte para trabalhar em prol do País.

Por isso quero cumprimentar a Presidenta eleita, cumprimentar o nosso companheiro, Senador Aécio, colega – a Presidenta principalmente, porque a tônica do seu pronunciamento foi a união. Vamos unir o País. Eu acho que isso é o mais importante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Vamos à nossa pauta.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, permita, por favor, nesta manhã em que...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vou permitir um pedacinho...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Porque todos os Senadores aqui presentes têm feito uma saudação aos vencedores. Eu gostaria também de me associar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras no sentido de que a voz do povo é a voz de Deus.

Decididamente. E a decisão tomada é a decisão que tem que ser acolhida e respeitada, porque as armas utilizadas em uma campanha são as armas daqueles que querem vencer. Acho que a chapa Dilma Rousseff/Michel Temer contra Aécio Neves/Aloysio Nunes é o que havia, digamos assim, de melhor que poderia acontecer na política nacional. Foi uma disputa absolutamente acirrada, e o resultado foi o da intenção da maioria do povo brasileiro: cerca de 51% contra cerca de 48%.

O que que gostaria de dizer, terminado esse processo eleitoral – e feliz com o resultado tanto no Brasil quanto no Acre – é que o melhor do Brasil continua sendo o povo brasileiro. O povo brasileiro teve capacidade de resistir à campanha publicitária mais, digamos assim, indutiva possível porque os ricos e famosos, os chiques e famosos do mundo da cultura, do mundo da música, do futebol, do vôlei, do MMA, da música sertaneja, ou seja, os que têm grande público nos seus *shows*, a grande maioria estava fazendo campanha. O mundo da teledramaturgia estava praticamente todo a serviço da candidatura Aécio, e o resultado foi que o povo brasileiro não cedeu a esse apelo, que tentou conduzir para o emocional durante todo o tempo, com boa música, com tudo o que se possa imaginar. E o resultado foi a vitória da Presidenta Dilma, por uma decisão consciente da maioria do povo brasileiro.

E, lá no Estado do Acre, a vitória se deu para o Aécio. Essa vitória, sob meu ponto de vista, é explicável por dois motivos: primeiro, o Acre sempre teve resistência a votar nas candidaturas majoritárias do PT. Mesmo o Presidente Lula sempre teve dificuldades no Acre. Já perdeu em primeiro turno e venceu no segundo turno muito apertadamente. E agora, tanto em 2010 quanto em 2014, tivemos uma candidatura presidencial do Acre, que foi Marina Silva. No segundo turno, Marina declarou seu voto a Aécio, fez campanha para o Aécio, foi para o programa de televisão com o Aécio. Marina Silva é uma pessoa muito respeitada e muito querida no Acre, e isso certamente contribuiu para o resultado favorável do Aécio lá no Acre. Acredito que ele tenha tido lá uma das suas votações proporcionalmente mais expressivas do Brasil.

Ao mesmo tempo em que cumprimento a Presidenta Dllma, desejo que ela tenha muito sucesso nesses próximos quatro anos de governo. Ela se comprometeu a fazer a internet de banda larga chegar a todo Brasil. Estou muito confiante de que ela vai cumprir isso, porque sou relator da Comisão que faz o acompanhamento dessa política de banda larga no Brasil. Sei que há muitos gargalos a serem superados, e estou confiante de que, nesses próximos quatro anos, vamos ter internet de banda larga em todo o País para que tenhamos maior democratização e maior inclusão digital.

Ao mesmo tempo, Vanessa, quero dizer que, apesar da vitória da Presidenta Dilma, as mulheres ainda saíram perdendo. Não tivemos aumento da representação feminina no Parlamento. É necessáiro que, na discussão da reforma política, encontremos um mecanismo de fortalecer a participação da mulher na política. Mais uma vez, insisto: temos poucos dias para terminar o ano legislativo, e insisto na possibilidade de aprovarmos o meu projeto que prevê que, nas eleições com duas vagas para o Senado, possamos estebelecer equilíbrio de gêneros. Vamos intensificar essa discussão nesse período final do ano de 2014.

Fica também meu cumprimento ao Governador Tião Viana, que, a exemplo do Brasil, venceu com uma fraçãozinha de pontos percentuais, mas, graças a Deus, o projeto no Acre continua. São quatro governos consecutivos do PT e da Frente Popular, e agora vencemos para o quinto governo consecutivo, rivalizando com o PSDB, que há tanto tempo está em São Paulo. O PT está há quatro mandatos consecutivos no Acre, vai agora para o seu quinto mandato, com o Governador Tião Viana. Parabéns ao Governador Tião Viana e a todos que colaboraram para essa bela vitória no Estado do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Anibal.

Aproveito também para cumprimentar o Governador Tião Viana pela sua reeleição e desejar a ele e a todos os acrianos sucesso nesses próximos quatro anos.

Então, vamos à nossa pauta, já que temos, agora, o número suficiente para deliberação.

Comunico que recebemos o Ofício nº 225, do Ministério da Justiça, que solicita a prorrogação do prazo, por mais 60 dias, para o encaminhamento das informações pleiteadas no Requerimento de Informações nº 263, de 2014 (RMA nº 19/2014), de autoria do Senador Ivo Cassol.

Por essa razão, coloco em votação o seguinte requerimento.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 35, DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, que seja prorrogado o prazo por mais 60 (sessenta) dias, para o encaminhamento das informações pleiteadas no Requerimento de Informações nº 263, de 2014 (RMA nº 19/2014), em

atendimento à solicitação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, por meio do Ofício nº 225-MJ.

Autoria: Senador Blairo Maggi.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Aprovado o requerimento.

ITEM 3

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 20, DE 2013 – Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2292/2013-TCU – Plenário, proferido nos autos do Processo n° TC 003.464/2013-0, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à representação pelo Ministério Público Federal em razão de possíveis irregularidades nos contratos para a execução dos estádios de futebol para a Copa do Mundo, decorrentes da isenção tributária concedida pela Lei nº 12.350/2011.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pelo conhecimento, pela remessa de cópia do parecer ao TCU e à Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, e posterior arquivamento

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Senador Blairo Maggi, Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso da CMA (AMA) nº 20, de 2013, do Tribunal de Contas da União (nº 1105-Seses-TCU – Plenário, de 28.08.2013, na origem), referente à representação do Ministério Público Federal em razão de possíveis irregularidades nos contratos para a execução dos estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014, decorrentes da isenção tributária concedida pela Lei nº 12.350/2010, procedimentos afetos à Receita Federal, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Ministério do Esporte.

Análise.

Com vistas a apoiar a realização da Copa das Confederações FIFA-2013 e da Copa do Mundo FIFA-2014, foi editada a Lei nº 12.350/2010, que instituiu o regime especial de tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol, chamado Recopa. Inicialmente, previu-se um montante de renúncia tributária de R$350,69 milhões para construção de doze estádios-sede para a Copa do Mundo 2014. O Recopa foi regulamentado pelos Decretos nºs 7.319/2010 e 7.525/2011 e pelas Portarias do Ministério do Esporte nºs 209/2010 e 104/2011.

Conforme consta do Relatório sobre as Contas do Governo da República referente ao exercício de 2012, as renúncias de receitas tributárias e previdenciárias alcançaram o montante projetado de R$172,6 bilhões em 2012, valor que superou a soma das despesas orçamentárias executadas em saúde e educação (R$143,8 bilhões).

O TCU identificou vários problemas, tais como:

a) falhas na definição e uniformização de conceitos;

b) baixa transparência; ausência de identificação do órgão gestor da renúncia;

c) deficiências no acompanhamento dos investimentos realizados pelas empresas beneficiárias;

d) ausência de contabilização desses recursos;

e) baixa capacidade dos órgãos gestores para analisar as prestações de contas;

f) não estabelecimento de objetivos, metas e indicadores que permitam avaliar os resultados alcançados, bem como ausência de avaliação desses resultados, e

g) descumprimento de exigências contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Após analisar os autos da representação formulada pelo Ministério Público Federal, o TCU considerou parcialmente procedente a referida representação pelo Acórdão nº 2292/2013-TCU/Plenário, em sessão realizada em 28/08/2013.

Consideramos oportuno transcrever as principais determinações do TCU no Acórdão mencionado:

1. Determinar ao Ministério do Esporte que:

a. tome as medidas necessárias para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da ciência, aferir os valores dos projetos contratados e respectivos aditivos contratuais, considerando-se a desoneração tributária concedida pela Lei 12.350/2010 (Recopa), com base na competência daquela Pasta Ministerial instituída pelo §1º do art. 18 da Lei nº 12.350/2010 e ao disposto no §2º do art. 6º do Decreto nº 7.319/2010, em cumprimen-

to, ainda, ao princípio constitucional da eficiência da Administração Pública, insculpido nos arts. 37 e 74, inciso II, da Constituição da República;

b. no caso de os benefícios tributários calculados em razão do subitem anterior superarem as expectativas anunciadas pelo requerente no ato da aprovação dos projetos para o usufruto do Recopa, com base no princípio da autotutela, como também nos §§1º e 2º do art. 6º do Decreto nº 7.319/2011, tome as medidas necessárias para a revisão do benefício, com efeito *ex tunc*, tendo em vista o ato de aprovação do projeto ter sido calcado em dados declaratórios colimados de vício, com imediata comunicação à Receita Federal do Brasil, para as providências cabíveis;

2. Recomendar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, considerando os riscos identificados no presente processo relativos ao indevido usufruto de benefícios tributários concedidos pelo Recopa, que elabore plano de ação para a fiscalização a ser feita no programa, em particular na Arena Pernambuco, em razão de não ter sido celebrado termo aditivo revisando os valores então praticados, em discordância com o disposto no §2º do art. 6º do Decreto nº 7.319/2010, como também na Arena Maracanã, devido aos indícios de que houve usufruto dos benefícios do Recopa previamente à devida habilitação ou co-habilitação dos empreiteiros, contrariando o parágrafo único do art. 21 da Lei nº 12.350/2010;

3. Notificar o BNDES, com base no art. 179, §6º, do Regimento Interno do TCU, acerca da necessidade de, no caso dos contratos em que o benefício tributário autorizado pelo Recopa (Lei nº 12.350/2010) não tenha sido considerado na avaliação dos orçamentos inicialmente aprovados pelo Banco, apresentar termo aditivo de modo a atestar a devida redução do valor do empreendimento proporcional à desoneração concedido, em atendimento ao disposto no §2º do art. 6º do Decreto nº 7.315/2010 e aos termos dos contratos de empréstimo pactuados;

4. Recomendar à Casa Civil da Presidência da República, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que acompanhe as ações constantes desta decisão, de modo a garantir os meios necessários para o seu adimplemento, tendo em vista as atribuições conferidas ao órgão da Presidência da República instituídas no art. 2º, inciso I, alínea a, da Lei nº10.683/2001;

5. Determinar, com base no art. 276, §3º, do Regimento Interno do TCU, a oitiva do BNDES e do Governo do Estado de Pernambuco para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestarem acerca da não apresentação, ao financiador, de termo aditivo redutor do valor do contrato de exploração da Arena Multiuso Pernambuco, proporcionalmente aos benefícios tributários concedidos pelo Recopa (Lei nº 12.350/2010), à revelia do estabelecido nos §§1º e 2º, do art. 6º do Decreto 7.319/2011, como também do contrato de financiamento pactuado com o BNDES; [...]

No processo em referência, o eminente Ministro Relator Valmir Campelo, ao apresentar sua declaração de voto, assim se manifesta:

5. A representação do Parquet federal estampa o descontrole dos atores envolvidos no processo de concessão de benefícios tributários no Recopa. Focam-se potenciais mazelas decorrentes da frouxidão na concessão e acompanhamento da renúncia.

[...]

7. No caso do Recopa, são mais de R$ 462 milhões de renúncias. Objetiva-se, em primeira instância, a viabilização da Copa do Mundo no Brasil – e as oportunidades sócio-político-econômicas daí advindas. Nesses moldes, os benefícios fiscais constituem-se em verdadeiros investimentos, na medida em que se materializam uma real participação da União no custeio das arenas de futebol.

[...]

12.Como disse, são R$462 milhões de benefícios. Significa que a participação da União para a construção dos estádios impactará na necessária revisão contratual daquelas avenças, em proporcional redução ao usufruto das isenções, sob pena de um enriquecimento sem causa do beneficiário.

O Ministro Valmir Campelo registra [...] o fato de o Ministério do Esporte, a quem primeiro cabia a apreciação da factibilidade do impacto orçamentário das desonerações, não cumprir o seu papel legal. Tampouco a Receita Federal ou o BNDES preenchem essas lacunas, disse o Relator.

Em setembro de 2013, [...] Pelé, preocupado com o atraso das obras da Copa, sugeriu um plano para amenizar os rombos causados por obras superfaturadas em estádios da Copa. Em entrevista concedida ao programa Esporte Fantástico, da TV Record, Pelé declarou: "Faltam dez meses para começar a Copa. Não vai dar tempo para ver o que foi gasto. Então, vamos aproveitar para arrecadar com turismo e compensar o dinheiro que foi roubado dos estádios".

Recentemente, o ex-jogador Ronaldo [...] manifestou à imprensa sua indignação com o atraso das obras e declarou que se sentia envergonhado (abro aspas) "porque é o meu País, o País que eu amo, e a gente não podia estar passando essa imagem para fora" (fecho aspas).

Joana Havelange, executiva do COL (Comitê Organizador Local) da Copa, compartilhou na mídia social [...] a frase (aspas) "O que tinha que ser gasto, roubado, já foi" (fecho aspas). [...]

Por último, cito matéria veiculada pela jornal *O Estado de São Paulo*, edição do dia 01/06/2014, com a manchete (aspas) "Na reta final, obras continuam empacadas" (fecho aspas), na qual o jornal faz um balanço das obras das 12 sedes da Copa, enfocando aeroportos e mobilidade urbana. Pela reportagem, apenas as obras do Aeroporto Mário Covas (Cumbica), SP, estão concluídas; as outras estão atrasadas, parcialmente concluídas ou em fase de conclusão. As obras de construção da nova torre de controle de tráfego aéreo do Aeroporto dos Guararapes, de Recife/PE, não foi sequer iniciada, diz a reportagem.

É importante registrar que o Governo teve oito anos para preparar o Brasil para sediar a Copa do Mundo, reformando, ampliando, modernizando aeroportos, tocando as obras de infraestrutura, de mobilidade urbana e não o fez. Não trabalhou com eficiência e responsabilidade o orçamento disponível, equivalente ao orçamento das três últimas copas somados.

Dessa maneira, existe um grande descompasso entre o proclamado pelo Governo Federal e o efetivamente realizado em termos de obras da Copa do Mundo. O descompasso e os gastos excessivos denunciados diariamente pela imprensa precisam ser investigados para eventuais responsabilizações.

Voto.

Diante do exposto, proponho a esta Comissão o seguinte encaminhamento:

1) Conhecimento do teor da decisão do Tribunal de Contas da União, consubstanciada no Acórdão 2.292, de 2013 – TCU/Plenário.

2) Remessa de cópia do inteiro teor deste parecer ao TCU e à Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016; e

3) Arquivamento da matéria.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Em dicussão o parecer.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pelo conhecimento e encaminhamento da cópia do Aviso à Subcomissão da Copa e posteriormente ao arquivamento.

Item 4.

ITEM 4

AVISO Nº 56, DE 2013
– Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2186/2013 (acompanhado das peças que o fundamentam), proferido pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado do Plenário de 14/08/2013, ao apreciar o Processo de Levantamento nº TC-013.036/2012-2, acerca da solvabilidade das dívidas de Estados e Municípios com a união ao final dos contratos de renegociação.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

-Matéria apreciada pela CAE e pela CI, com pareceres pelo conhecimento e arquivamento do aviso.

-A matéria constou na pauta do dia 05/08/2014.

Com a palavra o Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Este Aviso nº 56, de 2013, Aviso nº 1.448 do Tribunal de Contas da União, de 28 de agosto de 2013, já foi apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos e também pela Comissão de Infraestrutura. Agora, passa por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Destaca-se, no voto proferido pelo Tribunal de Contas da União, a materialidade dos recursos fiscalizados da ordem de R$465,5 bilhões. Esses recursos correspondem ao montante dos haveres da União decorrentes do refinanciamento das dívidas dos Estados e Municípios ao amparo das Leis nº 8.727/93 e nº 9.496/97 e da

Medida Provisória nº 2.185, de 2001, conforme consta do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal no segundo quadrimestre de 2012, elaborado pela Secretaria de Tesouro Nacional.

A Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, autorizou o refinanciamento pelo prazo de 240 meses, prorrogáveis por mais 120 meses, das dívidas de natureza contratual de responsabilidade dos Estados e Municípios, bem como de suas entidades da administração indireta, contraídas junto a órgãos e entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

A Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, autorizou o refinanciamento de dívidas estaduais de natureza contratual e mobiliária pelo prazo de 360 meses, prorrogáveis por mais 120 meses. Estima-se em R$230 bilhões o subsídio concedido aos Estados que renegociaram suas dívidas no âmbito da referida lei, considerando-se a data base de 30 de junho de 2012.

Posteriormente, a Medida Provisória nº 2.185, de 24 de agosto de 2001, autorizou o refinanciamento de dívidas de responsabilidade dos Municípios em moldes similares aos da Lei nº 9.496, de 1997, com exigências de condições mínimas de ajustes fiscais.

Analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos e também pela Comissão de Infraestrutura, o Aviso nº 56, de 2013, tramitou, respectivamente, na Comissão de Assuntos Econômicos, em 19 de novembro de 2013 e, em 19 de março de 2014, na Comissão de Infraestrutura. Embora seja no sentido do conhecimento da matéria e remessa ao Arquivo, também chamo a atenção para o possível impacto fiscal para a União, decorrente da alteração das regras aplicáveis aos contratos de refinanciamento da dívida subnacional.

Voto.

Diante do exposto, votamos, seguindo também a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Infraestrutura, para que a Comissão de Meio Ambiente tome conhecimento do Aviso nº 56, de 2013, que encaminhou cópia do Acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União nos autos do processo de levantamento do TCU 013.036, de 2012, e determine o seu encaminhamento ao Arquivo.

É como voto, Sr. Presidente: pelo arquivamento da presente matéria.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Anibal.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Aprovado, então, o relatório que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento do Aviso.

Item 5.

ITEM 5

AVISO Nº 90, DE 2013
– Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.969/2013 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, bem como cópia das informações indicadas no item 136 da instrução da unidade técnica, reproduzido no relatório, relativas ao Plano de Fiscalização de Obras de 2013, atualizadas até a Sessão Plenária de 30 de outubro de 2013.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

-A matéria constou nas pautas dos dias 06/05/2014 e 05/08/2014.

Com a palavra o Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se de parecer sobre o Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 90/2013. Este Aviso teve origem no Aviso nº 1.442-Seses–TCU–Plenário, do Tribunal de Contas da União–TCU, que encaminhou à CMA cópia do Acórdão nº 2.969/2013–TCU–Plenário, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam. O Acórdão é relativo à consolidação das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no âmbito do Plano de Fiscalização de Obras de 2013–Fiscobras 2013, e atende ao disposto no art. 95, inciso II, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (LDO 2013).

À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além da aplicação, no que couber, do disposto no art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, e sem prejuízo das atribuições

das demais Comissões, compete, conforme art.102-A, inciso I, exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo. Assim sendo, o Aviso em tela guarda relação com as competências regimentais desta Comissão.

O Aviso em questão relata irregularidades, falhas ou riscos de caráter amplo para a Administração Pública que recomendam o exame detalhado para fins de aperfeiçoamento da legislação ou a avaliação sobre a conveniência e de destinar recursos orçamentários a programas, ações ou beneficiários específicos, conforme art. 2º, inciso I, do Ato nº 2/2009 da Comissão de Meio Ambiente.

Ocorre que, conforme se explica nos parágrafos seguintes, a matéria de que trata o Aviso nº 90/2013 já foi examinada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), onde foi objeto de relatório específico durante a tramitação do projeto de lei orçamentária para 2014 (PLOA 2014).

O Fiscobras é o plano de fiscalização anual do Tribunal de Contas da União e tem o objetivo de verificar o processo de execução de obras públicas financiadas total ou parcialmente com recursos da União. As fiscalizações realizadas ao longo do exercício são consolidadas pela Corte de Contas e devem servir de subsídio à tramitação e discussão do projeto de lei relativo ao orçamento anual na esfera legislativa. Para tanto, as leis de diretrizes orçamentárias têm determinado que o TCU encaminhe ao Congresso Nacional a relação das obras e serviços em que tenham sido constatados indícios de irregularidades graves, as quais, após análise, poderão ter sua execução física, orçamentária e financeira paralisadas, compondo anexo específico da lei orçamentária.

Em 2013, a relação de obras e serviços de que trata a LDO constou do Acórdão nº 2.969–TCU–Plenário, objeto deste parecer, e foi enviada ao Congresso Nacional com fundamento em dispositivo da LDO 2013 (Lei nº 12.708, de 2012).

Diante da análise efetuada, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do conteúdo do Aviso nº 90/2013, que encaminha cópia do Acórdão nº 2969/2013–TCU–Plenário, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, bem como cópia das informações indicadas no item 136 da instrução da unidade técnica, reproduzido no relatório, relativas ao Plano de Fiscalização de Obras de 2013, atualizadas até a Sessão Plenária de 30 de outubro de 2013; e

b) considerando que não há providências a serem tomadas, encaminhe o processado ao arquivo.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Anibal, pelo relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pelo conhecimento e arquivamento do Aviso.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 60, DE 2013
– Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 49 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 3º bimestre de 2013.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: *Ad hoc*, Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento
Observações:
-A matéria constou na pauta do dia 05/08/2014.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, a Presidência da República, pela Mensagem nº 60, de 2013, encaminhou ao Senado Federal o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 3° Bimestre de 2013.

O envio desse relatório se baseia na exigência da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal; da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é a Lei nº 12.708, de 2012; e da Lei do Orçamento Anual, a LOA, Lei º 12.798, de abril de 2013.

Encerrado o terceiro bimestre, Sr. Presidente, segundo o relatório, e com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2013, procedeu-se à reavaliação dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das

receitas federais e a realização das despesas do Governo Federal até o fim do mês de junho e parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.

Após a reavaliação da projeção das receitas e despesas, verificou-se a necessidade de limitação adicional de empenho e de movimentação financeira das dotações orçamentárias aprovadas pela LOA-2013 em R$ 4,45 bilhões.

Nesta Avaliação, a expectativa de arrecadação de Receita Primária Bruta para 2013 do Poder Executivo está, praticamente, mantida inalterada com relação à Avaliação anterior, com apenas uma redução de R$578,0 milhões. No acumulado das duas Avaliações, a receita bruta está reestimada para R$1.185,0 bilhões, inferior em R$68,4 bilhões à estimativa contida na LOA-2013.

Por fim, a meta de superávit primário foi aumentada em R$9,9 bilhões em relação ao valor considerado na última avaliação bimestral, ficando em R$73 bilhões, ou seja, 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto) estimado.

Diante da combinação dos fatores citados, é necessário reduzir os limites de movimentação e empenho e de pagamento das despesas discricionárias em relação à avaliação do 2º bimestre no montante de R$4,4 bilhões. Isso implicará uma redução total de despesas primárias – obrigatórias e discricionárias – no valor R$10,0 bilhões, conforme demonstra aqui a tabela, Sr. Presidente.

O voto, diante do exposto, é no sentido de que a Comissão tome conhecimento do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 3° Bimestre de 2013 e o encaminhe ao arquivo.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado, então, o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pelo conhecimento e arquivamento da Mensagem.

Item nº 7.

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 21, DE 2014
– Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues; agora, com a Senadora Ana Rita, em relatoria *ad hoc*

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

-A matéria constou na pauta do dia 05/08/2014.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Blairo Maggi.

O Relatório em epígrafe busca atender ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo critérios também fixados na LDO. A Lei nº 12.919, de 26/12/13, LDO 2014, em seu art. 51 estabelece os critérios e condições para a feitura dessa limitação.

No entanto, a possibilidade de não se cumprir a meta pode decorrer não apenas de frustração na receita arrecadada, como também da evolução desfavorável das despesas primárias, em especial daquelas de execução obrigatória, uma vez que alterações em seus valores, em relação à LOA, igualmente podem afetar o alcance da meta de resultado primário.

À vista disso, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, nos termos do §4º, art. 51, daquela lei, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas da União referente ao 1º bimestre de 2014, contendo a análise e revisão das expectativas de arrecadação das receitas e de realização das despesas primárias para o exercício, concluindo que os limites de empenho e movimentação financeira, estabelecidos por ocasião da edição do Decreto nº 8.197, de 20.02.2014, que tratou da programação orçamentário-financeira para 2014, sejam reduzidos nas despesas discricionárias em R$261,8 milhões.

Parâmetros Macroeconômicos.

Embora difiram das hipóteses adotadas na LOA 2014, as hipóteses macroeconômicas sobre o comportamento dos parâmetros utilizados para a elaboração do Decreto nº 8.197/14 foram mantidas, conforme mostra a Tabela I, a seguir.

A Tabela consta aqui do nosso relatório, que foi apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Neste Relatório de Avaliação do 1º Bimestre, destaca-se a menor expectativa do Poder Executivo com o crescimento real do PIB para 2014 de 3,8% na LOA 2014 para 2,5% no Relatório 2. Por outro lado, caiu a expectativa de inflação, com o IPCA acumulado diminuindo de 5,8% para 5,3%, respectivamente. O resultado do efeito conjunto, da redução do crescimento real do PIB em 1,3 pontos de percentagem com a redução na expectativa da inflação, foi a redução da estimativa do PIB nominal de R$ 5.280,4 bilhões na LOA 2014 para R$ 5.211,2 bilhões na avaliação do primeiro bimestre. A nova posição do Governo ficou mais próxima à expectativa do mercado, embora seja ainda bem mais otimista: segundo o Focus – Relatório de Mercado do Banco Central, de 21/03/2014, os agentes privados esperavam para 2014 um crescimento real do PIB de apenas 1,70% e uma inflação medida pelo IPCA de 6,28%.

A seguir, Sr. Presidente, o Relatório traz uma análise das receitas primárias e também uma análise das despesas primárias. Eu vou, agora, fazer a leitura apenas da conclusão.

Em conclusão, tendo em vista o comportamento medíocre da arrecadação e a elevação da estimativa com gastos obrigatórios, fica reforçada a ideia de que o contingenciamento realizado é providência prudente em termos de um adequado gerenciamento das contas públicas.

Voto.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 21, de 2014, do Senado Federal, e dos demais documentos que compõem o respectivo processo, e determine o seu envio ao arquivo.

É este o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Está em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o Relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da Mensagem.

Item 8.

ITEM 8

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, DE 2014
– Não terminativo -

Propõe que se investigue a legalidade, legitimidade e regularidade na operação de compra da refinaria Pasadena Refining System Inc., em 2005, pela empresa belga Astra Oil em Pasadena, Texas, Estados Unidos da América, ao valor divulgado pela imprensa de US$ 42,5 milhões (aproximadamente R$ 88,45 milhões).

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pelo arquivamento

Observações:

-A matéria constou na pauta do dia 05/08/2014.

Indico como Relator *ad hoc* o Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Blairo Maggi, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, vou ler o parecer do Senador Cícero Lucena, com muita honra.

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2014, que "propõe que se investigue a legalidade, legitimidade e regularidade na operação de compra da refinaria Pasadena Refining System Inc., em 2005, pela empresa belga Astra Oil em Pasadena, Texas, Estados Unidos da América, ao valor divulgado pela imprensa de US$ 42,5 milhões (aproximadamente R$ 88,45 milhões)".

Relatório.

Em decorrência dos fatos divulgados pela mídia a respeito de operação financeira envolvendo a Petrobras e a refinaria Pasadena Refining System Inc., o Senador Aloysio Nunes Ferreira requereu à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) a realização de fiscalização sobre os atos e fatos acerca da operação.

Em particular, sugeriu o Senador que a CMA constituísse, aspas, "grupo de trabalho formado por membros desta Comissão, com assessoramento técnico da Consultoria Legislativa do Senado Federal, para investigar os fatos relacionados à operação", fecho aspas; solicitasse, aspas, "informações ao Tribunal de Contas da União, a respeito do andamento das investigações realizadas por aquele tribunal", fecho aspas; e solicitasse, aspas, "informações à Polícia Federal a respeito do andamento das investigações realizadas por aquele tribunal", fecho aspas. Acreditamos que, nesse caso, quisesse o Senador referir-se às investigações realizadas pelo próprio ente policial.

O requerimento do Senador Aloysio Nunes foi protocolizado como proposta de fiscalização e controle, a teor do disposto no art. 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em 20 de março do corrente ano. Desde então, as tratativas atinentes à investigação do assunto evoluíram para a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Nesse sentido, em função da identidade de objetos e do maior poder investigatório de que se reveste uma CPI, entende-se desnecessário que a CMA proceda à mesma atividade.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos no sentido de que a CMA delibere sobre a proposta apresentada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, à luz da instalação de CPI para investigar a operação envolvendo a refinaria Pasadena. Tendo em vista, então, a instalação da CPI e com base no art. 133, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, votamos pelo arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2014.

Este é o voto do Senador Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, então, Senador Flexa Ribeiro.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, está em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento.

Item nº 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2014
– Não terminativo -

Altera os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, criado pelo Decreto s/nº de 16 de julho de 2002.

Autoria: Deputado Nelson Marquezelli

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela aprovação

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Estando ausente o Senador Gim, que é o Relator, pediria a V. Exª que pudéssemos adiar esta matéria, para que pudéssemos aprofundar o conhecimento a respeito. Se V. Exª pudesse fazer isso, agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – V. Exª está pedindo vista ou solicitando que...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Se pudéssemos tirá-la de pauta, uma vez que o Relator não está presente... Aí eu não se disperdiçaria um pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Anibal, como é a primeira vez que está em pauta esta matéria, vamos acatar a sua sugestão, e ela voltará, na próxima reunião, com ou sem a presença do Senador Gim Argello, que é o Relator.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2007
– Não terminativo -

Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre compact discs (CD) e digital video discs (DVD) e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na contribuição para o financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos.
Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela prejudicialidade

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Como V. Exª já assim referiu, o projeto é de autoria do Senador Magno Malta.

A matéria está estruturada em quatro artigos, sendo o primeiro deles o mais importante, que é o artigo que prevê a isenção de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, II e IPI, respectivamente, nos produtos da subposição 8523.40 da Tabela do IPI (Tipi), desde que gravados para reprodução apenas do som, ou do som e da imagem.

O projeto, Sr. Presidente, foi distribuído à Comissão de Educação e à Comissão de Assuntos Econômicos e agora chega à CMA.

Sob o aspecto constitucional, quanto à análise, Sr. Presidente, entendemos, e assim está no relatório, que é legítima a iniciativa do membro desta Casa, portanto, constitucional.

Em relação à juridicidade, também a proposição, à primeira vista, tende a cumprir as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a Lei Complementar nº 101, de 2000.

Quanto à regimentalidade, Sr. Presidente, está perfeitamente adequada aos ditames do Regimento Interno do Senado Federal.

Em relação ao mérito, Sr. Presidente, embora seja da CAE a palavra final, é dever desta Comissão observar que não é a carga de tributos federais incidentes sobre CDs a principal responsável pelos altos preços finais ao consumidor dos produtos. E aí, Sr. Presidente, fazemos aqui no relatório uma longa análise.

De todo modo, a chamada "PEC da Música" (Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011), aprovada como Emenda Constitucional nº 75, de 15 de outubro de 2013, afastou a incidência de impostos sobre obras musicais de artistas brasileiros, pôs ponto final à questão, ao menos em relação às obras produzidas no Brasil e de autores brasileiros ou interpretadas por autores brasileiros. Nesse aspecto, fica prejudicado o presente projeto ante a solução oferecida pela citada emenda constitucional.

Então, por essas razões, Sr. Presidente, é que apresento o voto pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Está em discussão, então, o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pediria a V. Exª, ouvido o Plenário, que fizesse uma inversão de pauta e passássemos ao item 17, projeto do Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Flexa, eu já fiz uma distribuição aqui das relatorias *ad hoc*, está todo mundo já preparado para votar. Se V. Exª não se incomodar, assim que terminar minha lista, eu passo ao 17, então.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

Então, está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela prejudicialidade do projeto.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008
– Não terminativo -

Dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).
Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela rejeição
Observações:
-Matéria apreciada pela CAE, com parecer pela rejeição do projeto.
-A matéria constou nas pautas dos dias 06/05/2014 e 05/08/2014.
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Está sendo indicado o Senador Douglas Cintra para ler o relatório.

O relatório é pela rejeição.

Com a palavra, então, o Senador Douglas Cintra, para que leia o relatório.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 33, de 2008, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE).

O projeto, acima ementado, trata da natureza jurídica das RCE (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa) e as equipara a valor mobiliário, submetendo-as aos regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Além disso, o art. 2º do PLS conceitua RCE – denominação técnica dos créditos de carbono – e determina que esses títulos virtuais sejam certificados por Entidade Operacional Designada (EOD) credenciada pelo Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

A proposição também isenta as RCE da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF).

O PLS nº 33, de 2008, por ser de autoria da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, segue rito especial de tramitação, estabelecido pelo art. 143 do Regimento Comum do Congresso Nacional. Essa Comissão Mista foi criada pelo Ato Conjunto (ATN) nº 1, de fevereiro de 2007, e encerrada em junho de 2008.

No entanto, a imediata discussão da matéria pelo Plenário do Senado, conforme disposto no Regimento Comum, foi sobrestada devido à aprovação dos Requerimentos nºs 554, de 2009, e 268, de 2010, que solicitaram, respectivamente, a prévia audiência da CMA e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A CAE aprovou o relatório do Senador Tomás Correia, que concluiu pela rejeição do PLS nº 33, de 2008.

Análise.

Segundo o art. 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à CMA manifestar-se sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente, defesa dos recursos naturais e controle da poluição, entre outros.

Por conseguinte, no que tange à temática ambiental, observamos que a matéria sob exame não apresenta qualquer inovação no ordenamento jurídico vigente, como descrito a seguir.

De pronto, recordamos que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e o Protocolo de Quioto foram aprovados pelo Congresso Nacional por meio dos Decretos Legislativos nºs 1, de 3 de fevereiro de 1994, e 144, de 20 de junho de 2002, respectivamente. Logo, esses acordos internacionais foram recepcionados pelo ordenamento jurídico pátrio.

As RCE (Reduções Certificadas de Emissão) ou "créditos de carbono" são títulos virtuais que correspondem a reduções efetivas de emissão de gases de efeito estufa originadas de projetos baseados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) – um dos instrumentos do Protocolo de Quioto à Convenção sobre Mudança do Clima.

Segundo as diretrizes da Convenção e do Protocolo de Quioto, os projetos de MDL devem ser inicialmente apreciados e aprovados pela Autoridade Nacional Designada (AND). No Brasil, a AND para o MDL é a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) – criada pelo Decreto Presidencial de 7 de julho de 1999.

Os projetos de MDL aprovados pela AND são validados, verificados e certificados pelas Entidades Operacionais Designadas (EOD), que, por sua vez, são credenciadas pelo Conselho Executivo do MDL no âmbito

da Convenção sobre Mudança do Clima. Por fim, o Conselho Executivo do MDL é o responsável por emitir as RCE geradas pelos projetos.

O registro do MDL é a aceitação formal pelo Conselho Executivo de um projeto validado e é pré-requisito para a certificação e a emissão das RCE relativas ao MDL.

A RCE é, portanto, um certificado emitido internacionalmente pelo Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, depois de cumpridas as regras da Convenção sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto relativas a modalidades e procedimentos do MDL.

O PLS sob exame fixa novas regras para a certificação das RCE. Ocorre que o conceito de RCE e os procedimentos operacionais referentes à sua certificação e emissão já constam da Resolução nº 1, de 11 de setembro de 2003, da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – editada em conformidade com as diretrizes da Convenção e do Protocolo de Quioto para o MDL, conforme determinação dos Decretos Legislativos nºs 1, de 1994, e 144, de 2002, respectivamente.

Constata-se, portanto, que a definição de RCE e os procedimentos para o MDL assentados na Convenção sobre Mudança do Clima e no Protocolo de Quioto já foram internalizados com os decretos legislativos que aprovaram esses tratados e com a edição, pela CIMGC, da Resolução nº 1, de 2003.

A proposição também trata da natureza jurídica das RCE e as equipara a valor mobiliário, submetendo-as aos regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No entanto, apesar de não ter a CMA competência regimental para se manifestar, no mérito, sobre aspectos econômicos relativos à matéria, não podemos deixar de sustentar os argumentos expendidos no parecer da CAE – ao concluir pela rejeição da matéria –, a respeito da equiparação das RCE a valor mobiliário.

Na CAE, o Relator, Senador Tomás Correia, considera inoportuna a caracterização da RCE como valor imobiliário – a exemplo das entidades encarregadas da regulamentação e comercialização dos créditos de carbono – e reconhece que a falta de definição da natureza jurídica das RCE não impossibilita sua transação. Justifica a rejeição do PLS nº 33, de 2008, nos seguintes termos:

Em suma, antes de contribuir para a segurança jurídica, a aprovação do projeto geraria custos adicionais e desnecessários para o mercado de créditos de carbono, além do que o mercado brasileiro já dispõe de alguns mecanismos hábeis ao financiamento e estruturação de projetos destinados à emissão de créditos de carbono, todos regulamentados por Instrução da CVM.

Desse modo, considerando os argumentos acima descritos, concluímos que a proposição deve ser rejeitada.

Voto.

Diante do exposto, o Relator vota pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado ao Senador Douglas Cintra.

Está em discussão, então, o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Está aprovado.

Então está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu recebo aqui uma informação do Senador Jorge Viana de que o item de nº 12, o PLS nº 95, acaba de receber uma nota técnica do Ministério do Meio Ambiente e solicita que nós possamos adiá-lo para a próxima reunião, só para fazer o ajustamento desse relatório, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – De acordo, Senador.

Então está retirado de pauta o Item nº 12.

Item nº 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2012
– Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação, acolhendo a emenda oferecida pelo Senador Gim, nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:
-A matéria constou na pauta do dia 05/08/2014.
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CDH.

A relatoria é do Senador Rodrigo Rollemberg, que será agora substituído pelo Relator *ad hoc*, Senador Odacir Soares.

Com a palavra, então, o Relator, Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente, nobre Senador Blairo Maggi, Srªs e Srs. Senadores, esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 205, de 2012, de iniciativa do Senador Jayme Campos, que torna obrigatório o fornecimento de versão em áudio de manual de instrução ou de outra forma de orientação de utilização que acompanha produtos ou serviços.

O PLS nº 205, de 2012, é estruturado em dois artigos.

O art. 1º propõe alterar a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, mediante o acréscimo do seguinte art. 21-A:

Art. 21-A. Os produtos ou serviços cuja comercialização se dê acompanhada de manual de instruções ou outra forma de orientação de utilização em formato impresso deverão ser acompanhados, também, de versão em áudio, para atender aos consumidores e usuários com deficiência visual, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. A versão em áudio de que trata o caput poderá ser disponibilizada na internet para download gratuito, em sítio eletrônico cujo endereço deverá ser indicado na versão impressa.

O art. 2º, cláusula de vigência, estipula que a lei em que se converter a proposição passará a viger cento e oitenta dias após a sua publicação.

Ao justificar a proposição, o Senador Jayme Campos assinala que, apesar dos esforços empreendidos por diversos setores do poder público e da iniciativa privada, são inúmeras as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no seu dia a dia.

O autor alega que é dever do fornecedor possibilitar a todos o acesso às informações necessárias para que a relação de consumo se dê de maneira plena, respeitando as diferenças, limitações e possibilidades de todos os cidadãos, de acordo com os princípios consagrados na Constituição Federal.

O Senador Gim Argello apresentou emenda à proposição no sentido de definir que somente o fabricante nacional e o importador têm o dever de fornecer ao consumidor com deficiência visual, sempre que solicitada, a versão em áudio dos manuais de instruções que acompanham o produto. Propõe ainda a alteração do prazo de cinco para quinze dias úteis depois do pedido para a disponibilização do áudio do manual de instruções aos consumidores que o solicitarem dentro de cento e oitenta dias a partir da data de aquisição do produto.

Após a apreciação neste colegiado, o PLS nº 205, de 2012, será remetido à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para decisão terminativa.

Análise do projeto.

Compete a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito de matérias atinentes à defesa do consumidor, consoante o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Para a avaliação de mérito, mencionem-se alguns dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, mais conhecida como Código de Defesa do Consumidor (CDC).

O art. 6º do CDC define como direitos básicos do consumidor, entre outros, a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (inciso I); a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações (inciso II); e a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem (inciso III).

Ademais, um dos princípios da Política Nacional de Relações de Consumo é o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, conforme previsto no art. 4º, inciso I, da Lei nº 8.078, de 1990.

Recorde-se que o PLS nº 205, de 2012, pretende alterar a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, com o propósito de impor aos fornecedores a entrega de versão em áudio de manual de instrução ou de outra forma de orientação em formato impresso que acompanhe a comercialização de produtos ou serviços.

Como se percebe, as disposições do PLS nº 205, de 2012, guardam perfeita harmonia com os direitos básicos do consumidor estabelecidos nos incisos I a III do art. 6º e com a regra contida no art. 4º, inciso I, da lei consumerista.

Com essa iniciativa, busca-se proporcionar ao consumidor com deficiência visual as condições necessárias para que ele esteja apto a exercer plenamente o ato de consumo no que tange ao manuseio do produto ou fruição do serviço.

Ao promover a acessibilidade do consumidor com deficiência visual, mediante a eliminação de barreira de comunicação no tocante à orientação fornecida quando da aquisição de um produto ou da contratação de um serviço, é indiscutível o mérito da proposta, porquanto contribui efetivamente para o aprimoramento da defesa do consumidor.

Por conseguinte, a proposição é meritória e oportuna.

No entanto, como afirma o autor, torna-se necessário encontrar o devido equilíbrio entre a preservação do direito das pessoas com deficiência à informação sobre produtos e serviços que adquirirem e o respeito à lógica do setor privado de produzir com o menor custo possível para participação competitiva no mercado.

Seguindo essa linha de raciocínio, propomos alguns aprimoramentos, a começar com a obrigatoriedade de que o fabricante forneça ao consumidor com deficiência visual, sempre que solicitada, versão em áudio do manual que acompanhar o produto.

Assim, o fabricante deve fornecer a versão em áudio do manual de instrução até cinco dias úteis depois do pedido, desde que este haja sido feito no prazo de cento e oitenta dias a partir da data de aquisição do mesmo.

A exemplo do autor, também vislumbramos – em longo prazo – a inclusão digital das pessoas com deficiência visual. Por isso, concordamos com a cláusula de que a referida versão em áudio poderá ser disponibilizada na internet para *download* gratuito no sítio eletrônico mencionado na variante impressa.

Em relação aos serviços, determinamos que o fornecedor deverá colocar à disposição do consumidor versão em áudio das normas de prestação do serviço, antes e durante a sua fruição. Igualmente, fixamos que a versão em áudio poderá ser disponibilizada na internet para *download* gratuito no sítio eletrônico apontado pelo prestador de serviços.

Além disso, divergimos da escolha feita no PLS nº 205, de 2012, quanto à localização da modificação desejada. Parece-nos mais apropriado alterar o Código de Defesa do Consumidor em vez de inserir as modificações propostas na Lei nº 10.098, pois não se trata de estabelecer regras gerais de acessibilidade, e sim de proteger o elo mais fraco da relação de consumo.

Com esse intuito, apresentamos substitutivo ao projeto de lei, de modo a adequar o texto original à localização mais apropriada no ordenamento jurídico, por meio de alteração no CDC, com os aperfeiçoamentos que acabamos de expor.

No que concerne à emenda em referência, julgamos que ela obriga tão somente o fabricante nacional e o importador ao fornecimento da versão em áudio dos manuais de instruções que acompanham o produto, de forma a isentar acertadamente o fabricante estrangeiro desse dever. Altera, ainda, para quinze dias úteis depois do pedido, o prazo para a disponibilização do áudio do manual de instruções aos consumidores que o solicitarem dentro de cento e oitenta dias a partir da data da aquisição do produto. Em nosso entendimento, além de pertinente e oportuna, a emenda apresentada aprimora o texto da proposição, razão por que acatamos o seu teor.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2012, com o acolhimento da emenda proposta pelo Senador Gim Argello, nos termos da emenda substitutiva a seguir.

EMENDA Nº – CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2012

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990...

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 31-A e 31-B:

"Art. 31-A. O fabricante deverá fornecer ao consumidor com deficiência visual, sempre que solicitada, versão em áudio do manual que acompanhar o produto.

§1º O fabricante deverá fornecer a versão em áudio do manual de instrução até quinze dias úteis depois do pedido, desde que este haja sido feito no prazo de cento e oitenta dias a partir da data de aquisição do produto.

§2º A versão em áudio de que trata o caput poderá ser disponibilizada na internet para ser baixada gratuitamente do sítio eletrônico indicado pelo fabricante na versão impressa do manual de instrução.

§3º Na hipótese de produto fabricado em outro país, caberá ao importador responder pelas prescrições inscritas neste artigo.

Art. 31-B. O fornecedor de serviços deverá colocar à disposição do consumidor versão em áudio das normas de prestação do serviço, antes e durante a sua fruição.

Parágrafo único. A versão em áudio de que trata o caput poderá ser disponibilizada na internet para ser baixada gratuitamente do sítio eletrônico indicado, no material impresso, pelo fornecedor do serviço.

Art. 2º Esta lei entra em vigor decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Este é o parecer: pela aprovação, com substitutivo que se apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Odacir Soares.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, então, o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo do Relator.

Item 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2013
– Não terminativo -

Estabelece restrições ao comércio de produtos químicos com elevado potencial corrosivo sobre a pele e as mucosas.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela rejeição

O Relator será substituído pelo Relator *ad hoc,* o Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se a esta Casa, a esta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 119, de 2013, do Senador Ciro Nogueira, que estabelece restrições ao comércio de produtos químicos com elevado potencial corrosivo sobre a pele e as mucosas.

Vou diretamente ao voto.

Em vista de todo o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2013, e, no mérito, por sua rejeição.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado ao Senador Valdir Raupp.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela rejeição do projeto.

Item nº 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, DE 2013
– Não terminativo -

Dispõe sobre a demarcação e a legitimação de posse para fins de regularização fundiária rural de interesse social.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Designo o Senador Valdir Raupp para ser o Relator *ad hoc* do item nº 15.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, antes de iniciar o relatório do item nº 15, queria pedir que, se possível, seja suspenso para a próxima reunião o item nº 16, porque, senão, vou ter que pedir vista. E, como o Relator não está presente, que é o Senador Acir Gurgacz, então, pediria que, se possível, fosse retirado de pauta, para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Então, V. Exª está pedindo para retirar o item nº 15 e o item nº 16?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Não, só o item nº 16.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – O item nº 16, apenas?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sim, o item nº 15 posso relatar agora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pois não, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vou pedir vista do item nº 15, considerando que é uma matéria extensa, uma matéria complexa e que precisa ser mais bem debatida. Por isso, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Então, concedida vista deste item nº 15, não será necessário, Senador Valdir Raupp, V. Exª ler este relatório.

Foi pedida vista, então, do Item nº 15 e retirado de pauta, por solicitação, o item nº 16.

Vamos ao item nº 17.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 497, DE 2013
– Não terminativo -

Dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício, e dá outras providências.
Autoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela aprovação com nove emendas

O Relator será, agora, substituído pelo Senador Flexa Ribeiro, como Relator *ad hoc*.

Com a palavra, o Relator *ad hoc*, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Blairo Maggi, Srs. Senadores, vou fazer a leitura do parecer do Senador Alvaro Dias.

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2013, do Senador Cyro Miranda, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício, e dá outras providências.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 497, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, tem por fim disciplinar a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício, nacionais e importados, em todo o Território nacional.

Os arts. 1º e 2º tratam das disposições gerais. O art. 1º contém o objetivo do projeto. O art. 2º classifica os fogos de artifício de A a E, de acordo com a ordem crescente de perigo potencial à incolumidade pública.

Os arts. 3º a 23 cuidam da fabricação, do comércio e da queima dos fogos de artifício. O art. 3º proíbe a fabricação, o comércio e a queima de balões pirotécnicos e dos fogos de artifício que empregarem altos explosivos. Conforme o art. 4º, a instalação de fábricas de fogos de artifício somente é permitida em zona rural. O art. 5º veda a exposição e a venda de fogos de artifício não certificados pelo órgão competente. O art. 6º proíbe a venda de fogos de artifício fora do estabelecimento credenciado pelo órgão competente. Segundo o art. 7º, os fogos incluídos na classe E são de uso restrito e utilizados somente para espetáculos pirotécnicos. O art. 8º estabelece limites mínimos de idade para compra de fogos de artifício. O art. 9º define que os fogos de uso não restrito podem ser vendidos em estabelecimentos que ofereçam artigos de natureza não explosiva. O art. 10 determina que será mantido cadastro de compradores dos fogos de artifício de uso restrito. O art. 11 obriga a inserção de informações sobre os riscos do produto na sua embalagem. De acordo com o art. 12, os fogos de artifício devem ser avaliados e apostilados no órgão competente. O art. 13 estabelece áreas de segurança, de proteção e de risco. O art. 14 define a distância mínima entre o estabelecimento que comercializa fogos de artifício e as fábricas de explosivos e de fogos. Os arts. 15 a 18 preveem distâncias mínimas dos locais destinados ao comércio, armazenamento e preparação de fogos de artifício em relação às áreas de segurança, de proteção e de risco. O art. 19 coíbe a queima de fogos de artifício em certos locais. O art. 20 prevê restrições à utilização de fogos da classe E. O art. 21 veda o uso de fogos projetados para ambientes abertos em recintos coletivos fechados. O art. 22 discrimina quais os tipos de fogos que podem ser utilizados em ambientes fechados. O art. 23 trata dos espetáculos pirotécnicos.

O art. 24 trata das normas básicas de segurança nos estabelecimentos comerciais que utilizam fogos de artifício.

Os arts. 25 a 33 cuidam das infrações e as sanções administrativas incidentes. O art. 25 considera infração administrativa a violação de qualquer dos deveres fixados no projeto. O art. 26 lista as circunstâncias atenuantes. O art. 27 arrola as circunstâncias agravantes. O art. 28 relaciona as modalidades de sanções administrativas. O art. 29 determina a gradação da sanção administrativa. O art. 30 qualifica como reincidência a repetição de idêntica infração de qualquer natureza prevista no projeto. O art. 31 trata da graduação da multa. O art. 32 estipula os valores das multas. O art. 33 define que a aplicação das sanções compete ao órgão responsável por fiscalizar o cumprimento da atividade em que ocorreu irregularidade.

Nos termos do art. 34, o transporte e o tráfego de fogos de artifício devem observar exclusivamente as exigências determinadas pelo órgão competente.

O art. 35 estabelece que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

O art. 36 revoga o Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que atualmente dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos.

O Senador Cyro Miranda está de parabéns, porque ele moderniza o Decreto de 1942, que dispõe sobre o uso de fogos de artifício.

Na justificação do projeto, seu autor afirma que a grande maioria dos acidentes com fogos de artifício ocorre – aspas – "em razão de vício de qualidade do artefato fabricado em desacordo com o regulamento técnico específico ou por mau uso decorrente da inobservância às instruções fornecidas pelo fabricante".

Análise, Sr. Presidente.

A alteração proposta visa garantir mais direitos ao consumidor e representa aperfeiçoamento da legislação consumerista. Somos, assim, pela aprovação do projeto sugerido, com os aperfeiçoamentos constantes das emendas ao final apresentadas.

O projeto colabora para regulamentar o setor pirotécnico, dentro de rígidas normas de segurança e qualidade. Os fogos de artifício são produtos de risco que podem causar queimaduras graves, perda de mãos e braços, além de ferimentos no abdômen e cegueira. Por outro lado, há séculos são produzidos espetáculos por fogos de artifício que atraem e seduzem espectadores de todas as idades, em várias partes do País. Além disso, a comercialização dos fogos de artifício incrementa a nossa pauta exportadora e tem tido uma sequência ascendente na economia brasileira.

O projeto de lei complementa normas já previstas na Regulamentação da Segurança e Medicina do Trabalho sobre a Segurança e a Saúde na Indústria e Comércio de Fogos de Artifício e outros Artefatos Pirotécnicos. Referimo-nos à Norma Regulamentadora nº 19, aprovada pela Portaria do Ministério do Trabalho nº 3.214, de 8 de junho de 1978, que se aplica a todos os estabelecimentos de fabricação e comercialização de fogos de artifício e outros artefatos pirotécnicos.

São necessários, contudo, alguns aperfeiçoamentos no projeto, que estamos propondo na forma de emendas apresentadas no final deste parecer.

Pelo art. 8º, que trata da idade mínima para aquisição dos fogos de artifício, estamos propondo a elevação para dezoito anos, haja vista que não é razoável que um adolescente de doze anos possa compreender a periculosidade dos produtos comercializados. A elevação da idade encontra harmonia com o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, que tipifica como crime o fornecimento ou a venda de explosivo para menor (art. 242).

Além disso, o critério de classes de A a E sugerido no projeto é quantitativo, bastando a aquisição de dez fogos da classe A para se obter fogos da classe C. Os ajustes sugeridos nos arts. 16 a 18 buscam diferenciar melhor os volumes de armazenamento a que se referem os dispositivos.

Propomos, ainda, a alteração no art. 30, com a finalidade de estipular um prazo máximo de cinco anos para a reincidência, para manter simetria com o que dispõe o Código Penal (art. 64, I). Não convém exigir maior rigor na seara administrativa do que se exige na seara penal.

Ressalte-se, contudo, que anda bem o PLS quando trata das sanções administrativas aplicáveis a quem descumprir as obrigações previstas na lei que dele resultará.

Adotam-se os princípios do moderno Direito Administrativo sancionador, de modo que as sanções sejam baseadas na gravidade concreta do fato, bem como nos antecedentes do infrator, além de serem dosadas com base nas circunstâncias agravantes e atenuantes.

Por fim, propomos a modificação no art. 34, com o objetivo de retirar a palavra "exclusivamente", tendo em vista que os serviços de transporte e tráfego de fogos de artifício devem obedecer às regras previstas em todo o ordenamento jurídico.

Voto, Sr. Presidente.

Assim, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2013, na forma das seguintes emendas:

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 3º .....

Parágrafo único. .....

I – primários ou iniciadores: são aqueles usados para provocar a transformação de outros explosivos e passíveis de explodir sob a ação do fogo ou pelo impacto de um golpe, dada a sua hipersensibilidade.

....."

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao art. 7º do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 7º .....

§ 1º A venda dos fogos referidos no caput deste artigo somente é permitida a pessoas naturais ou jurídicas autorizadas pelo órgão competente para a montagem e a execução de espetáculos de pirotecnia.

....."

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao art. 8º do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 8º Os fogos de artifício incluídos na classe A, B, C, ou D são de uso permitido, sendo proibida a venda de fogos de artifício a menor de dezoito anos.

Parágrafo único. Para fins de comprovação da idade mínima, o comprador deve apresentar documento de identidade civil, válido em todo o Território nacional."

EMENDA Nº 4 – CMA

Dê-se ao art. 16 do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 16. Os estabelecimentos que comercializam fogos de artifício da classe A, cujo volume de armazenamento é de no mínimo dois e no máximo três metros cúbicos, e da classe B, cujo volume máximo de armazenamento é de três metros cúbicos, devem estar situados a uma distância mínima de quarenta metros das áreas de segurança, de proteção ou de risco determinadas no art. 13.

....."

EMENDA Nº 5 – CMA

Dê-se ao art. 17 do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 17. Os estabelecimentos que comercializam fogos de artifício da classe A ou B, cujo volume de armazenamento é superior a três e de, no máximo, quinze metros cúbicos, e da classe C ou D, cujo volume máximo de armazenamento é de quinze metros cúbicos, devem estar situados a uma distância mínima de setenta metros das áreas de segurança, de proteção ou de risco determinadas no art. 3º."

EMENDA Nº 6 – CMA

Dê-se ao art. 18 do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 18. Os estabelecimentos que comercializam fogos de artifício da classe A, B, C ou D, cujo volume de armazenamento é superior a quinze metros cúbicos, e da classe E, cujo volume máximo é de trinta metros cúbicos, devem estar situados a uma distância mínima de duzentos e cinquenta metros das áreas de segurança, de proteção ou de risco determinadas no art. 13."

EMENDA Nº 7

Dê-se ao art. 20 do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 20. .....

§1º Os espetáculos pirotécnicos somente podem ser realizados por pessoas físicas ou jurídicas autorizadas pelo órgão competente.

....."

EMENDA Nº 8

Dê-se ao art. 30 do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 30. Para efeitos desta Lei, entende-se por reincidência a repetição no prazo de cinco anos de idêntica infração às disposições desta Lei."

EMENDA Nº 9 – CMA

Dê-se ao art. 34 do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 34. O transporte e o tráfego de fogos de artifício devem observar às exigências determinadas pelo órgão competente.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Quero parabenizar o Senador Cyro Miranda, autor do projeto, pelo detalhamento e preocupação em incluir nos seus artigos todas as restrições àquilo que possa vir a produzir acidentes, o uso dos fogos de artifício, e ao Senador Alvaro Dias pelo parecer que complementa o projeto do Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Está em discussão a matéria.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Para discutir, Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Como já o fez o eminente Relator, quero apenas cumprimentar o nobre Senador Cyro Miranda pela oportunidade do projeto. O projeto é oportuno, é atual e atualiza a legislação brasileira, que é da década de 40.

O projeto traz duas inovações fundamentais, além das outras que já foram citadas pelo Relator: ele cria uma cadeia de responsabilização criminal e civil em relação ao produtor e em relação àquele que comercializa os fogos de artifício e, por último,proíbe a venda dos fogos de artifício a menores de 18 anos, estabelecendo também uma responsabilização criminal para aqueles que os adquirirem a partir dos 18 anos de idade.

Portanto, esta Comissão está de parabéns por estar votando, nesta manhã de hoje, uma matéria tão importante para o Brasil, um país que tem uma característica de pirotecnia sobre todas as áreas. É oportuno, até por estarmos em tempo de eleição, quando houve muita pirotecnia também.

De modo que, para completar, quero cumprimentar o Senador Ciro Nogueira e V. Exª, por presidir uma reunião em que se discute uma matéria tão importante, dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Odacir Soares.

Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, o Senador Cyro Miranda, autor deste projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Primeiro, quero agradecer ao Senador Alvaro Dias, campeão de votos, proporcionalmente, no cenário brasileiro, para o Senado nosso e agradecer ao Senador Flexa Ribeiro pela relatoria *ad hoc*. Ele também foi decisivo na votação lá no Pará. Parabéns pelo seu trabalho, Senador!

Aos meus pares eu peço a aprovação deste projeto. O que me motivou, Senador Blairo, foi o caso do Estado lá na Bolívia e também da Boate Kiss, lá em Santa Maria. Quando fui pesquisar, realmente me defrontei, como disse o Senador Davim, com o fato de que essa legislação data de 1942.

Nós procuramos nos dedicar a este projeto durante três meses, ouvindo todas as partes envolvidas – fabricantes, parte de logística, comércio, área de segurança –, para cuidar da fabricação, do comércio e da queima desses fogos. E isso para, de uma vez por todas, minimizar esses acontecimentos que muito bem podem ser deixados à margem desse processo. Nós estamos assistindo, ainda hoje, a pequenas e grandes causas, efeitos da queima de fogos.

Então, peço aos pares, Srªs e Srs. Senadores, a aprovação deste projeto e, mais uma vez, agradeço profundamente a relatoria e as emendas que foram propostas, que vieram aperfeiçoar ainda mais esse projeto.

No mais, meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cyro.

Não havendo mais quem queira discutir, está em votação o projeto.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, então, o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto e das Emendas de nºs 1 a 9 da CMA.

Antes de irmos para o item 18, eu vou voltar atrás – pedindo ao Senador Valdir Raupp –, porque do item 15 foi pedida vista pela Senadora Ana Rita e o nosso Regimento determina que o projeto seja lido ou que, no caso aqui, o Relator faça um comentário ou dê como lido esse relatório.

Então, com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que dispõe sobre a demarcação e a legitimação de posse para fins de regularização rural de interesse social.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2013, com as emendas que seguem.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Está mantido, então, o pedido de vista da Senadora Ana Rita.

Item 18.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, DE 2013
– Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras prestarem as informações que especifica aos seus clientes.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação com três emendas
Observações:
– A matéria constou nas pautas dos dias 06/05/2014 e 05/08/2014.
– Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, que é o Relator da matéria.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a presente proposição objetiva tornar obrigatório às instituições financeiras prestarem informações ao consumidor sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil.

O art. 1º trata da obrigatoriedade de se prestar as informações, sempre que solicitadas, e dispõe o rol de informações detalhadas que devem ser oferecidas ao consumidor.

O art. 2º prevê que as instituições terão um prazo de dez dias para atender a solicitação.

O art. 3º determina que o descumprimento sujeita os responsáveis às penalidades previstas na Lei nº 4.595, de 1964.

O art. 4º trata da vigência da lei.

Para o autor, no auge do capitalismo financeiro e numa época de alta demanda por diversos tipos de empréstimos, como ele registra, é baixa a qualidade dos serviços prestados pelas instituições financeiras, especialmente no chamado pós-venda, e dificuldades o consumidor enfrenta para conseguir atendimento.

Ressalto que o mérito da matéria que aperfeiçoa a legislação financeira e consumeirista... Ele lembra que o CDC já dispõe sobre informações que devem ser prestadas ao consumidor previamente à contratação do crédito e que este projeto de lei vem oportunamente dispor sobre as informações que devem ser oferecidas após a contratação e durante a execução do contrato.

Para aprimorar o projeto, apresento três emendas que ajustam para a melhor técnica legislativa os arts. 1º e 2º e alteram o art. 3º para incluir que as instituições financeiras se sujeitarão também às sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor no caso de descumprimento da obrigatoriedade.

As emendas, Sr. Presidente.

Do voto e das emendas.

Assim, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2013, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº 1 – CMA

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 524, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I – .....

II – quantidade e valor das parcelas pagas, vencidas e a vencer, com respectivas datas de vencimento e de efetivo pagamento, conforme o caso;

III – data de contratação, taxas de juros, de mora e de administração, comissão de permanência, encargos moratórios, multas por inadimplemento, tributos e quaisquer outras cláusulas do contrato;

....."

EMENDA Nº 2 – CMA

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 524, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 2º As informações serão prestadas por escrito no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data da solicitação, e deverão primar pela clareza e formato que permitam fácil leitura e compreensão.

Parágrafo único. O solicitante poderá optar pelo recebimento das informações por meio eletrônico."

EMENDA Nº 3 – CMA

Dê-se ao art. 3º do PLS nº 524, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 3º O descumprimento das disposições desta Lei sujeita os responsáveis às penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CMA.

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada esta reunião.

Limpamos a nossa pauta dos projetos não terminativos. Na semana que vem, vamos fazer um esforço para limpar a nossa pauta dos projetos terminativos que estão pendentes aqui na nossa Comissão.

Muito obrigado a todos.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 08H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às nove horas do dia quatro de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **VALDIR RAUPP**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Ana Rita, Humberto Costa, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Odacir Soares, Cícero Lucena, Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Jorge Viana, Romero Jucá, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e faz um discurso sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, afirmando que, encerrado o prazo previsto na lei, a maioria das cidades não construiu aterros sanitários. Discorreu sobre a prorrogação do prazo para construção dos aterros, bem como sobre a necessidade de recursos para enfrentar os desafios impostos pela lei. Por fim, devido à falta de quórum para deliberação, a Presidência encerra a presente reunião às nove horas e sete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Valdir Raupp,** Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Declaro aberta a 23ª reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Gostaria de agradecer a presença do Senador Odacir Soares. Ainda estamos aguardando quórum. Agradeço também a presença do Deputado Nelson Marquezelli que está aqui aguardando a leitura do parecer de projeto de sua autoria, o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2014, não terminativo, que altera os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins.

Se houver quórum mais tarde, prosseguiremos com as votações.

Farei uma breve fala como introdução.

Quero também justificar ausência do Presidente, Senado Blairo Maggi, que no dia de hoje está se submetendo a uma pequena cirurgia. Não é nada grave. Logo, logo estará de volta ao convívio no Senado Federal, presidindo os trabalhos desta Comissão.

Em 2010, a Lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabeleceu o prazo de quatro anos para que todos os Municípios brasileiros terminassem com os lixões. O prazo acabou recentemente, e a maioria das cidades não construiu os aterros sanitários.

Atendendo ao pleito de diversos Prefeitos, a Confederação Nacional dos Municípios elaborou uma emenda subscrita pelo Deputado Manoel Junior à Medida Provisória nº 651, com a finalidade de prorrogar o prazo para que os Municípios acabassem com os lixões.

Na semana passada, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2014, decorrente da Medida Provisória nº 651. O art. 107 do projeto prorrogou o prazo por mais quatro anos para implantação dos aterros sanitários.

Durante o processo de votação do projeto nesta Casa, o Líder do Governo, Senador José Pimentel, afirmou que o art. 107 seria vetado pelo Poder Executivo, no entanto o Senador Romero Jucá disse que o Governo está trabalhando para a solução desse problema existente em muitos Municípios brasileiros. Nesse sentido, garantiu o Senador que será acrescentado um artigo à Medida Provisória nº 656, de 2014, para prorrogar por dois anos o prazo para implantação dos aterros. Portanto, diminuindo esse prazo, essa necessidade de quatro para dois anos.

Afirmou também o Senador Jucá, que, como Relator geral do Orçamento, garantirá recursos para implementação da Política de Resíduos Sólidos, informação essa que foi muito bem-vinda, pois a destinação de recursos para os Municípios é essencial, pois muitos Municípios, em especial os menores, não têm condições financeiras para a implantação dos aterros sanitários.

Conforme publicado no *site* do Instituto Educa Brasil, a Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública (ABLP) revelou que seriam necessários cerca de R$2 bilhões para construção de 256 aterros, embora seja necessária a construção de mais de 400 aterros sanitários em todo o País.

Em artigo de autoria do Prof. Sandro Donnini Mancini, da Unesp de Sorocaba, há países como Suíça, Alemanha e Holanda em que somente 5% dos seus resíduos sólidos são mandados para aterros sanitários. O restante do lixo é aproveitado de diversas formas. Em sentido oposto, o Brasil manda 58,3% dos seus lixos para aterros, 39,3% para os lixões e apenas 2,4% são aproveitados.

É importante lembrar que os lixões são uma das piores formas existentes de se livrar do lixo, e a consequência a sua existência influencia negativamente o meio ambiente.

O lixo, sendo coberto ou não, cria um líquido chamado chorume, que é altamente poluente. Portanto, não restam dúvidas de um dos maiores desafios da Política de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2010: é o fim dos lixões.

Sabemos que não é uma tarefa fácil, mas é perfeitamente possível, até porque muitos Municípios brasileiros já o fizeram, sobretudo os Estados mais ricos. São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outros já fizeram quase 100%, restando o Nordeste e o Norte, onde os Municípios não têm condições financeiras de arcar com a despesa de construção desses aterros sanitários.

Como Parlamentares e representantes de milhares de brasileiros, não podemos medir esforços para que todos os objetivos da Política de Resíduos Sólidos sejam concretizados. O Planeta exige, com urgência, ações de todos que nele habitam.

Esta Comissão criou uma subcomissão, a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, presidida pelo eminente Senador Cícero Lucena, que está discutindo o assunto e que certamente tomará todas as providências cabíveis sobre as questões dos lixões do Brasil.

Não havendo quórum para deliberação de matérias até o momento, nós encerramos esta reunião.

Esperamos que, na próxima semana, possamos deliberar sobre diversas matérias aqui na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 7 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 09H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia onze de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **VALDIR RAUPP**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Ana Rita, Humberto Costa, Valdir Raupp, Odacir Soares, Cícero Lucena, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Jorge Viana, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e faz a **LEITURA DE AVISOS,** em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, o seguinte aviso ficará à disposição dos senhores senadores por sete dias na secretaria da comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação, o aviso será arquivado: **Aviso TCU nº 1109, de 22 de outubro de 2014.** Cuida de verificar se há previsão contratual de ressarcimento das despesas incorridas pela Petrobrás em incidente ambiental provocado por empresa petrolífera, bem como os cuidados empreendidos pela Petrobrás ao consorciar-se com outra petrolífera para operação em campo de óleo ou gás em áreas offshore, a fim de assegurar que a empresa parceira possui condições efetivas de detecção e de resposta a possíveis acidentes ambientais. Conforme análise prévia, o seguinte aviso será relatado: **Aviso TCU nº 1188, de 28 de outubro de 2014.** Cuida de auditoria operacional realizada no Sistema Elétrico brasileiro. A seguir, a Presidência faz um discurso elogiando a nomeação do Professor Léo Heller, do Departamento de Engenharia Sanitária Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que foi escolhido como novo relator da Organização das Nações Unidas sobre o direito à água potável e ao saneamento, bem como sobre a crise hídrica enfrentada pelo Estado de São Paulo e a ajuda solicitada pelo Governador Geraldo Alckmin ao governo federal. Passa-se à **PAUTA**. **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 116, de 2013 – Não Terminativo.** Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 49 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2013. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Odacir Soares. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo

conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 2) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 2, de 2014 – Não Terminativo.** Encaminha cópia do Acórdão nº 1311/2014 – TCU – Plenário, proferido nos autos do Processo n° TC 024.741/2012-4, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, atinente à operação de crédito destinada a financiar a realização do projeto da Arena Multiuso Pantanal, em Cuiabá/MT, celebrada entre o BNDES e o Estado do Mato Grosso, ação que se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 3) OFICIO "S" Nº 5, de 2014 – Não Terminativo**. Encaminha, em observância ao § 2° do artigo 53 da Lei n° 11.284, de 2 de março de 2006, o Relatório de Gestão de Florestas Públicas da União do ano de 2013. Autoria: Ministério do Meio Ambiente. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 4) AVISO Nº 105, de 2013 – Não Terminativo.** Encaminha cópia do acórdão n° 3237/2013 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria operacional para avaliar os procedimentos adotados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na fiscalização das concessões rodoviárias. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 5) AVISO Nº 26, de 2014 – Não Terminativo.** Encaminha cópia do Acórdão nº 447/2014 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à representação formulada pela empresa MV Coaraci Indústria e Comércio de Móveis Ltda. ME acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 204/2012– PU/UFES, realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES com vistas á "contratação de empresa especializada, com fornecimento de material e mão de obra, na prestação de serviços de produção e instalação de mobiliários para diversos departamentos da UFES, Campus Goiabeiras e Maruípe.". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pelo conhecimento do aviso; pela apresentação de Projeto de Decreto Legislativo para que o Senado Federal suste o art. 1º, item 16, da Resolução CONFEA nº 417/1998, por exorbitar do poder regulamentar conferido ao CONFEA pelo art. 27, letra "f", da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966; e posterior arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento do aviso; pela apresentação de Projeto de Decreto Legislativo para que o Senado Federal suste o art. 1º, item 16, da Resolução CONFEA nº 417/1998, por exorbitar do poder regulamentar conferido ao CONFEA pelo art. 27, letra "f", da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966; e posterior arquivamento. **ITEM 6) AVISO Nº 31, de 2014 – Não Terminativo.** Encaminha cópia do Acórdão nº 1.171/2014, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, referente aos autos de monitoramento do Acórdão 1.196/2010 – Plenário, prolatado em processo de auditoria operacional, classificada como Tema de Maior Relevância -TMS, que teve por objetivo avaliar a Segurança Energética do País (TC-012.949/2013-2). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 7) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2009 – Não Terminativo.** Acrescenta a Seção II-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada especial de trabalho dos Operadores de Telemarketing. Autoria: Deputado Bernardo Ariston. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 673, de 2011 – Não Terminativo.** Disciplina a atividade de telemarketing. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do PLC nº 56, de 2009, nos termos do substitutivo aprovado na CCJ, com duas subemendas que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 673, de 2011. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do PLC nº 56, de 2009, com a emenda nº 1-CCJ (substitutivo) e as subemendas apresentadas pelo relator, na forma da emenda nº 2-CMA (substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 673, de 2011. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, de 2014 – Não Terminativo.** Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Autoria: Deputado Walter Feldman. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, de 2014 – Não Terminativo.** Altera os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, criado pelo Decreto s/nº de 16 de julho de 2002. Autoria: Deputado Nelson Marquezelli. Relatoria: Senador Gim (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Odacir Soares. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. **ITEM 10) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DO**

SENADO Nº 176, de 2008 – Não Terminativo. Altera o § 5º do art. 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para prever que as lesões físicas ou psíquicas permanentes poderão ser comprovadas por laudo médico. Autoria: Senador Alvaro Dias. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, de 2009 – Não Terminativo.** Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para acrescentar danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e para alterar redação de dispositivos que tratam de invalidez resultante do sinistro. Autoria: Senador Flávio Torres. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 546, de 2009 – Não Terminativo.** Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para incluir entre as coberturas do seguro obrigatório as despesas com funeral das vítimas de acidente de trânsito. Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 575, de 2011 – Não Terminativo.** Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para determinar que o percentual do valor dos prêmios arrecadados com o DPVAT destinado a programas de prevenção de acidentes será retirado da parcela destinada às companhias seguradoras que operam com o DPVAT. Autoria: Senador Vital do Rêgo. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 576, de 2011 – Não Terminativo.** Altera o art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, incluindo o § 4º para estipular a atualização monetária dos valores de indenização. Autoria: Senador Demóstenes Torres. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 682, de 2011 – Não Terminativo.** Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para ampliar as coberturas do seguro obrigatório de veículos automotores e permitir ao consumidor a escolha da seguradora. Autoria: Senador Anibal Diniz. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 713, de 2011 – Não Terminativo.** Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para ampliar as coberturas do seguro obrigatório de veículos automotores e permitir ao consumidor a escolha da seguradora. Autoria: Senador Walter Pinheiro. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2012 – Não Terminativo.** Altera o caput do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para dispor que os danos cobertos pelo Seguro Obrigatório por Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) abrangem os danos à saúde do nascituro. Autoria: Senador Pedro Taques. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, de 2012 – Não Terminativo.** Altera o art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que "dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não", para fixar novos valores de indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, e incluir critério de reajuste. Autoria: Senador Paulo Davim. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, de 2012 – Não Terminativo.** Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para alterar os critérios de aplicação dos valores indenizatórios em razão de invalidez permanente e para admitir como prova do dano decorrente de acidente o laudo de lesão corporal elaborado pelo Instituto Médico Legal para fins criminais. Autoria: Senador Paulo Davim. Relatoria: Senador Delcídio do Amaral (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 176, de 2008, nos termos do substitutivo, e pela rejeição dos PLS nºs 457 e 546, de 2009, nºs 575, 576, 682 e 713, de 2011, e nºs 107, 430 e 431, de 2012. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do PLS nº 176, de 2008, nos termos da emenda nº 1-CMA (substitutivo), e pela rejeição dos PLS nºs 457 e 546, de 2009, nºs 575, 576, 682 e 713, de 2011, e nºs 107, 430 e 431, de 2012. **ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, de 2014 – Não Terminativo.** Dispõe sobre a utilização automática do crédito no contrato de abertura de crédito em conta corrente, a comunicação ao cliente acerca da utilização do crédito, e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de Pauta. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **ITEM 23) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 36, de 2014.** Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA . Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Roberto Brandão – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA; 2. Rosa Lemos de Sá – Secretária Geral do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO; 3. Ana Euler – Diretora Presidente do Instituto Estadual de Florestas do Amapá; 4. Vicente Andreu – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; 5. Adalberto Veríssimo – Pesquisador Sênior do IMAZON; 6. Carlos Rittl – secretário-executivo do Observatório do Clima. Autoria: Senadora Ana Rita. Resultado: Lido o requerimento e apresentada sugestão para inclusão na lista de convidados da Sra. Stela Goldenstein. **ITEM 24) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 37,**

de 2014. Requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2014, que "Dispõe sobre os suplementos alimentares e nutricionais", com a participação dos seguintes convidados: – representante do Ministério da Saúde (MS); – representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); – representante do Conselho Federal de Medicina (CFM); – representante do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN); – representante do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF); e – representante da Associação Brasileira das Empresas de Produtos de Suplementos Nutricionais (ABENUTRI). Autoria: Senador Douglas Cintra. Resultado: Lido. **ITEM 25) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 38, de 2014.** Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 368/2013, que dispõe sobre a demarcação e a legitimação de posse para fins de regularização fundiária rural de interesse social. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag; 2. Representante da Confederação Nacional da Agricultura – CNA; 3. Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/MDA; 4. Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST; 5. Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC/PGR. Autoria: Senadora Ana Rita. Resultado: Lido. **Ficam adiadas as demais matérias.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às onze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Valdir Raupp,** Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Conforme análise prévia, o seguinte aviso ficará à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores membros, será arquivado.

– Aviso TCU nº 1.109, de 22 de outubro de 2014. Cuida de verificar se há previsão contratual de ressarcimento das despesas incorridas pela Petrobras em incidente... (*Falha na gravação.*) ...petrolífera, bem como os cuidados empreendidos pela Petrobras ao consorciar-se com outra petrolífera para operação em campo de óleo ou gás em áreas *offshore*, a fim de assegurar que a empresa parceira possui condições efetivas de detenção e de resposta a possíveis acidentes ambientais.

Conforme análise prévia, o seguinte aviso será relatado.

– Aviso TCU nº 1.188, de 28 de outubro de 2014. Cuida de auditoria operacional realizada no Sistema Elétrico Brasileiro.

Foi com grande entusiasmo que recebemos, na semana passada, a notícia de que o Prof. Léo Heller, do Departamento de Engenharia Sanitária Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi escolhido como novo relator da Organização das Nações Unidas sobre o direito à água potável e ao saneamento. O professor substituirá a portuguesa Catarina de Albuquerque, que está há seis anos na função. O professor é formado em Engenharia Civil pela UFMG, tem mestrado por essa mesma instituição e pós-doutorado pela Universidade de Oxford, na Inglaterra. A sua atuação é tanto em nível nacional quanto internacional. No Brasil, coordenou, em diversas universidades brasileiras, os trabalhos que influenciaram diretamente na elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico, no ano de 2013, e no exterior trabalhou para a Organização Pan-Americana de Saúde e para a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Principalmente nos dias atuais, todos nós sabemos da importância da implementação do saneamento básico e da preservação da água, visto o que está ocorrendo hoje no Estado de São Paulo. O saneamento básico é indispensável para a saúde humana, pois, ao mesmo tempo em que melhora as condições de vida da população e evita diversas doenças, ajuda a preservar o meio ambiente e a qualidade da água potável.

Em estudo divulgado pelo Instituto Trata Brasil e pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável em 2011, o Brasil estava no 112º lugar em um conjunto de 200 países em relação a saneamento básico, o que para nós é muito preocupante.

Conforme já amplamente divulgado por estudiosos do assunto, a falta de saneamento básico afeta a economia, impacta no aprendizado de crianças e jovens, não estimula o interesse pelo turismo e pode poluir as nascentes e provocar a contaminação das águas subterrâneas, bem como as águas superficiais, muito utilizadas pela população de pequenos Municípios e áreas rurais. De acordo com o relatório Benefícios Econômicos da Expansão do Saneamento Brasileiro, lançado neste ano, a deficiência de infraestrutura influencia a posição do País nos principais índices de desenvolvimento, como o da mortalidade infantil e longevidade da popula-

ção. O relatório também indica que o Brasil precisa investir cerca de R$300 bilhões até 2033 para que 100% da população possuam saneamento básico.

Conforme a ONU, no mundo todo, são aproximadamente 894 milhões de pessoas que não dispõem de condições sanitárias adequadas para uma sobrevivência digna. A preservação da água é tarefa que compete a todos nós. Ela é o maior bem que possuímos, já que é vital para a nossa sobrevivência e a do Planeta. No total da água existente, somente cerca de 3% correspondem a água doce e potável. Infelizmente, ainda existem no mundo milhares de pessoas que não têm acesso a água potável de qualidade. Conforme divulgado pela ONU, mais de 11 milhões de pessoas morreram, outros 2 bilhões foram afetados por seca desde 1990, e quase metade da população mundial estará vivendo em áreas com grande escassez de água até 2030.

Portanto, os desafios para o direito à água potável e ao saneamento básico são grandes, mas não temos dúvida de que o Prof. Léo Heller contribuirá para que as melhores soluções sejam encontradas e colocadas em prática. É o que nós desejamos.

Louvamos também a atitude do Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, que, num gesto de que os palanques devem ser desmontados, pede, neste momento, em torno de R$3,5 bilhões à Presidente da República, para socorrer o Estado de São Paulo, sobretudo a cidade, a capital do Estado de São Paulo, que vive um problema sério nessa questão da água.

Então, com certeza absoluta, essa ajuda que a Presidente deverá dar, estendendo a mão ao Estado de São Paulo, assim como tem estendido às questões do Nordeste no que se refere às secas e às enchentes em outros Estados, certamente ela irá também atender esse pleito. Espero, torço e faço votos de que a Presidente da República possa atender o pleito do Governador do Estado de São Paulo.

Enquanto aguardamos o quórum para deliberar, passo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Senador Valdir Raupp, V. Exª faz essa abordagem quanto à questão da água em São Paulo e sobre a audiência do Governador Geraldo Alckmin com a Presidente da República.

Lamentavelmente, ouvi ontem uma entrevista da Ministra do Meio Ambiente, na qual ela procurava, talvez, minimizar as providências do Governador de São Paulo, dizendo que as obras que ele está propondo não são emergenciais. É claro que não são emergenciais, porque as emergenciais já foram realizadas pelo Governo de São Paulo. As obras são para evitar novas emergências. Se o Governo Federal não tiver a sensibilidade para compreender que tem de se antecipar, como está fazendo o Governo de São Paulo, a providências elencadas pelo Governador nos seus projetos de obras para evitar novas emergências, essa questão vai repetir-se. E todo o mundo vai ficar lamentando, alguns colocando a culpa no Governo de São Paulo, que, geralmente, é quem está mais perto do problema. De modo que eu considero que a entrevista da Ministra do Meio Ambiente foi infeliz, na medida em que ela procura minimizar os esforços do governador para evitar novas crises, novas emergências no futuro.

Era isso que eu queria dizer. Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª.

Eu fazia um relato aqui, antes de V. Exª chegar, Senador Aloysio, sobre a escassez de água no mundo, sobre as populações que vivem, em grande parte do Planeta, com problema de água e do gesto que o Governador Geraldo Alckmin fez ao pedir auxílio, ajuda ao Governo Federal. E todos nós, membros desta Comissão, assim como a população de São Paulo, esperamos que a Presidente possa realmente ajudar neste momento difícil que vive sobretudo a capital do Estado de São Paulo.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu agradeço. Acho muito oportuna a inclusão desse tema no preâmbulo da nossa reunião da Comissão do Meio Ambiente. Realmente, estamos vivendo uma crise hídrica muito grave no País e também em outras regiões do mundo. Nos Estados Unidos, há Estados com extrema escassez de água, o que coloca o tema da água na agenda de todas as grandes discussões climáticas do mundo.

Acho que foi, realmente, oportuna a visita do Governador Alckmin à Presidente da República. Ele pleiteia algo em torno de R$3 bilhões do Governo Federal.

Eu lembraria aos colegas que a Presidente Dilma, ainda na campanha eleitoral de 2010, fez uma promessa que até agora não cumpriu: a promessa de retirar a incidência do PIS e da Cofins sobre os investimentos em saneamento básico, promessa feita durante a campanha, reiterada logo após a sua posse do seu primeiro mandado, e nunca cumprida. Nunca! Houve até iniciativas de Senadores, minha própria, outra de iniciativa do Senador Aécio Neves. Houve uma reunião de governadores em Brasília, aqui, no Congresso Nacional, e esse tema constou da pauta dos governadores.

Nessa ocasião, a Presidente voltou a reiterar sua promessa, e até hoje não a cumpriu.

No caso do Governo de São Paulo, a nossa empresa de saneamento, a Sabesp, essa desoneração nos permitiria aumentar os investimentos da Sabesp em R$600 bilhões por ano – seis vezes quatro, vinte e quatro. São R$2,4 bilhões que a Sabesp teria a mais para investimento. O Governador Alckmin pleiteou cerca de R$3 bilhões. E grande parte disso será concedido sob a forma de financiamento. Na verdade, muito das chamadas, digamos, liberalidades do Governo Federal são recursos de financiamento da Caixa Econômica Federal, com fundos provenientes do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que são direcionados exatamente para essa finalidade.

Então, primeira coisa: a Presidente deveria ter cumprido a sua promessa.

Em segundo lugar, eu concordo com os colegas que me antecederam, quando se referiram à profunda e constrangedora indelicadeza de duas ministras do atual Governo – a Ministra do Planejamento e a Ministra do Meio Ambiente –, que, depois da audiência com a Presidente da República, na saída do Governador, quando o Governador não tinha sequer condições de responder, de rebater o que elas afirmaram, disseram que o pleito do Governador Alckmin era um pleito apenas de curto prazo, que não previa nenhuma medida estruturante.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO. *Fora do microfone*.) – Não eram emergenciais

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Não eram emergenciais ou eram emergenciais? Não eram emergenciais.

Enfim, espera o Governador sair do Palácio do Planalto para, logo em seguida, ir à imprensa e atacá-lo. É um gesto de deslealdade política – para dizer o mínimo – e que vai na linha de uma cantilena que vem sendo repetida por autoridades do Governo, e aqui mesmo no Senado da República, dizendo que faltou planejamento ao Governo de São Paulo.

É estranho representantes de um Governo responsável pela Refinaria de Abreu e Lima, responsável pela transposição do São Francisco, responsável pela Ferrovia Norte– Sul, obras que se arrastam no tempo, muito além do cronograma original, custando muito mais do que o previsto... E eu não me refiro apenas a grandes obras como essas. Refiro-me a pequenas obras.

O Deputado Marquezelli, que nos dá a honra de acompanhar aqui a nossa reunião, lembra-se de que, lá em São José do Rio Preto, uma duplicação de 20 quilômetros da BR-153, prometida pela Presidente Dilma há quatro anos – 20 quilômetros, não se trata de lançar um foguete tripulado a Marte –, são 20 quilômetros de uma duplicação que ela prometeu fazer e até hoje não fez. Então, esses representantes deste Governo atacarem o Governo de São Paulo alegando que falta planejamento! Em primeiro lugar, seria preciso que eles dissessem onde faltou planejamento. Onde? Senão, isso vai-se repetir. É uma cantilena que se repete um pouco ao estilo dos integrantes do partido do Governo, que repetem, repetem, repetem, repetem até que vire uma jurisprudência: falta planejamento. É mentira. Não falta planejamento coisa nenhuma.

Aqui, no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Econômicos e no Plenário – V. Exª se lembra disso, Senador Raupp –, nós aprovamos muitos e muitos empréstimos internacionais de Banco Mundial, Banco Interamericano, banco de fomento japonês, banco da União Europeia, exatamente para financiar obras estruturantes da Sabesp. Onde faltou planejamento?

É tapar o sol com a peneira negar uma crise hídrica grave. Ainda nos jornais de ontem, se não me engano, a primeira página da *Folha de S.Paulo* exibia a fotografia das ruínas de uma igreja que emergia de um reservatório no Nordeste em razão da seca, da diminuição do nível de água desse reservatório.

Então, eu acho que, se a Presidente Dilma faz apelo para que desçam do palanque, em primeiro lugar, esse apelo não deve se dirigir a nós da oposição parlamentar. Nós não deixaremos de fazer oposição, em nenhum momento, nestes próximos quatro anos. Esse é o nosso dever, nossa obrigação. Agora, se for para governar, se for para exercer o poder de uma forma leal, ela que vigie um pouco os pronunciamentos de seus ministros.

Eu tenho até para mim, Sr. Presidente, que estamos diante não de um duplo pensar, mas de uma dupla face: a face amigável, a face cooperativa da Presidente e, em seguida, a face agressiva dos seus ministros, um jogo combinado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Parabéns a V. Exª pela fala, mas eu acredito, nobre Senador Aloysio, que a Presidenta Dilma tem vontades próprias. Não se vai deixar levar por fala de ministro e vai atender ao pleito do Estado de São Paulo.

No que depender desta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e do Senado Federal, ela atenderá aos pleitos do Estado de São Paulo.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Senador Odacir e Senador Fleury.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Só para completar a primeira parte da minha intervenção, eu acho que, além da inoportunidade política, a entrevista da Ministra também foi tecnicamente errada.

Com os projetos que o Governador trouxe ao Governo Federal, pretende-se antecipar novas emergências, novas crises de água de São Paulo. E você só antecipa providências se fizer investimentos. O Governo de São Paulo chega para o Governo Federal e diz que precisa de um aporte de recursos do Governo Federal para garantir aqueles investimentos. Aí vem a Ministra e diz que não são obras emergenciais.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª.

Senador Fleury.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, nós temos visto, nos últimos dias, nesta Casa: quase que a culpa da seca no Brasil é do Governador Geraldo Alckmin.

Vou citar o meu Estado, que leva água para o Estado de São Paulo. Nós estamos em Goiás.

A Hidrelétrica de São Simão, que é uma das maiores deste País, está com dificuldade. Abaixo da hidrelétrica, nós temos um porto de navegação, a hidrovia, que leva soja, milho e álcool para Santos, para exportar. Já faz 60 dias que não tem calagem na hidrovia.

Assistia ontem à televisão, à TV Record, mostrando o prejuízo não só dos grãos, que passaram a ter que ir de caminhão, mas do maquinário parado. Então, os armazéns ali instalados estão amargando um prejuízo imenso para voltar a funcionar na hora em que a água subir. E o que nós estamos vendo? Estão crucificando – é o que eu sinto – simplesmente um Governador, um Estado por falta d'água.

Ontem e hoje, estou ligando direto para a fazenda, porque sou produtor de cana. Acabamos de colher, em maio, a nossa produção, e estamos há 66 dias sem chuva. Então, o que nós vamos ter? Uma cana mal rebrotada, queimada pelo sol. Os estudos estão mostrando que a temperatura nossa já está dois graus mais alta. Então, esse solo está mais seco; o rebrote da cana vai ser queimado. Já estamos nos preparando para uma produtividade, na próxima safra, de menos 20% devido à falta de água do céu. Nós temos mostrado direto que, no Brasil, apenas 5% da área agrícola são irrigadas. A área agrícola nossa depende ainda... São as indústrias de céu aberto.

Então eu acho que, nesses pronunciamentos, nós devemos poupar um pouquinho o Governador do Estado de São Paulo, porque essa crise de água é nacional. Eu acho que, se pegarmos aqui Senadores e Deputados de vários Estados, nós vamos ver que todos os Estados estão passando por necessidade de água por falta de chuva.

Seria o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 36, DE 2014 – Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA .

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Roberto Brandão – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA;

2. Rosa Lemos de Sá – Secretária Geral do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO;

3. Ana Euler – Diretora Presidente do Instituto Estadual de Florestas do Amapá;

4. Vicente Andreu – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA;

5. Adalberto Veríssimo – Pesquisador Sênior do IMAZON;

6. Carlos Rittl – secretário-executivo do Observatório do Clima.

Autoria: Senadora Ana Rita

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pergunto se a Senadora quer discutir, porque será colocado em votação na próxima reunião.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero apenas dizer que a importância dessa audiência pública é para que possamos, de fato, debater os mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais. Nós sabemos que o processo de desmatamento é muito grande no nosso País ainda, apesar de todo o esforço na fiscalização, e que é necessário, sim, buscar alternativas para que possamos estimular a preservação ambiental e possamos estimular, inclusive, a recuperação de muitas áreas que são devastadas.

Então, o objetivo dessa audiência pública é, justamente, fazer esse debate, para que possamos, de fato, publicizar aqui quais são os mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais e fazer um debate sobre eles.

Essa é nossa intenção com essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes, para discutir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Senadora Ana Rita, passe-me a lista, por favor.

Sr. Presidente, considero o tema da maior relevância e quero dizer, desde logo, que estou plenamente favorável à realização dessa audiência pública. No entanto, acho que faltaria aqui, Senadora... Não no sentido de aumentar a lista, porque seis depoentes, em uma audiência pública, acho que já é um número mais que suficiente. Mas quem sabe pudéssemos trazer alguém do setor privado, alguém que pudesse trazer a experiência do setor privado nisso? Lembro um nome à consideração da senhora: a Srª Stela Goldenstein.

Stela Goldenstein foi Secretária do Meio Ambiente da Prefeita Marta Suplicy e, depois, foi Secretária também do Prefeito José Serra. Uma pessoa, portanto, que não é vinculada à militância de um partido político, mas uma pessoa muito competente e que, atualmente, trabalha em um escritório de advocacia que atua exatamente nessa área. Então, penso que seria interessante trazermos alguém que possa falar-nos a respeito dos obstáculos que existem para que esse serviço possa, efetivamente, ser remunerado.

Nós tivemos, em São Paulo, uma experiência muito interessante, que começou no governo Marta e, depois, foi concluída no governo Serra, conduzida exatamente por Stela Goldenstein, que é a venda de gás proveniente de um aterro sanitário para um fundo ambiental holandês, o que permitiu que a Prefeitura de São Paulo auferisse uma receita importante em decorrência dessa "venda" – venda, no caso, entre aspas.

Então, fica aqui a sugestão a V. Exª. Não sei se uma das pessoas que estão aqui elencadas, do setor público, poderia ser substituída, ou então se acrescentaria a Stela, porque também nem sei se ela poderá vir. Mas fica esta sugestão: alguém que trabalha, na prática, com esse assunto e que poderá nos dar um depoimento dos enormes obstáculos que encontramos, de toda natureza – culturais, burocráticos, legais –, para que essa venda de serviços ambientais possa realizar-se.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Senador, V. Exª está sugerindo, então, a inclusão de mais um nome?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Sim.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – V. Exª está propondo isso?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Isso. O nome é bom. Conheço muito, o nome é bom, excelente nome.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – A autora do requerimento concorda?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Da minha parte, não vejo nenhuma dificuldade, muito pelo contrário. Acho que enriquece a audiência pública e traz informações que vão poder ser debatidas, experiências, com certeza. Porque é isto que queremos: justamente divulgar as iniciativas positivas que as cidades, os Estados e, inclusive, a iniciativa privada têm feito.

Então, acolho com muito carinho a sugestão do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu pediria ao nobre Senador Aloysio que formule o requerimento, para que possa ser acrescentado o nome.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Já acrescentei.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Muito obrigado.

Estamos no aguardo de um membro mais, de apenas um. (*Risos.*)

Podemos aguardar mais uns cinco ou dez minutos. Foram pegar a assinatura, acho, do Senador Cícero Lucena.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Que é Relator de matérias.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Que é Relator de matérias, que ainda está noutra Comissão. E o nosso problema aqui é justamente este: muitas comissões ao mesmo tempo, sobretudo nas terças-feiras e nas quartas-feiras, e os Senadores têm de se desdobrar em várias comissões. Também tenho relatoria na Comissão de Ciência e Tecnologia. Assinei todos os projetos.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – O Senador Odacir também estava lá, e veio para cá.

Concedo a palavra ao Senador Odacir.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Quero a palavra, apenas para louvar a iniciativa da eminente Senadora e também a iniciativa do Senador Aloysio, ao propor a inclusão de mais um nome, saindo da área privada, para compor esta Comissão, que é da maior importância, da maior relevância para o País, principalmente depois dessa experiência que vivenciamos e estamos vivenciando ainda neste ano de 2014.

De modo que é dessa forma que o interesse público é construído. A Senadora do PT propôs a Comissão, vamos aprová-la, pela importância da iniciativa; o Senador Aloysio propõe a inclusão de um nome da iniciativa privada, e vamos aprovar também, porque é importante haver esse nome. Dessa maneira, se constrói o interesse público e se produz um Brasil de melhor qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Odacir Soares.

Vamos aguardar uns dez minutos, para ver se alcançamos o quórum, para poder deliberar.

Pronto, chegou o Senador Jayme Campos. Agora, o quórum acho que será atendido, e a Senadora Vanessa Grazziotin também, Ótimo! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Vamos aguardar a lista, foi para colher a assinatura do Senador Cícero Lucena, e já iniciaremos.

Enquanto não chega a lista, queria comunicar às Srªs e aos Srs. Senadores que o Senador Blairo Maggi, Presidente desta Comissão, está ainda convalescendo de uma pequena cirurgia, mas receberá alta entre hoje e amanhã e, possivelmente, na próxima semana, já estará aqui presidindo, para a alegria de todos nós, esta reunião e também participando das sessões deliberativas do Senado Federal. Então, estamos com saudades e torcendo para que o Senador Blairo Maggi possa realmente recuperar-se rapidamente dessa pequena cirurgia que realizou.

Estamos aguardando a lista de presenças – sem assinatura não daria para começar – para conferi-la.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Presidente, apresentei um projeto de lei, já há alguns meses, que está aqui, na Comissão de Meio Ambiente, que trata de uma situação que me parece interessante, que transfere também para a área rural um mecanismo que permite a legalização de posses há longo tempo já estabelecidas – algo que já existe na área urbana. A minha proposta é transpor esse instituto para a área rural.

O projeto foi relatado inicialmente pelo Senador Acir Gurgacz, que já apresentou o seu relatório, mas que não foi votado.

Eu pediria a V. Exª, uma vez que nos estamos aproximando do final do ano, que esse projeto fosse novamente incluído na pauta desta reunião, para que, pelo menos, fosse lido o parecer, no caso de haver pedido de vista.

É o meu pedido, porque já estamos nos aproximando do final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Peço à assessoria que confira aí...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Eu já conversei com o Secretário e, se ele puder levantar as informações de que V. Exª necessita, a gente poderá, pelo menos, dar um passo adiante. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pois não. Obrigado a V. Exª.

Esse projeto está com pedido de vista pela Senadora Ana Rita. Já foi lido e está com pedido de vista. Então, nós estamos aguardando a Senadora Ana Rita... É o PLS nº 368. Quem sabe para a próxima reunião...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, há um requerimento de nossa autoria solicitando audiência pública. Gostaria que esse requerimento fosse lido. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Já temos quórum? Vamos começar.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 116, DE 2013
– Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 49 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2013.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Odacir Soares
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.
Observações:
-A matéria constou na pauta do dia 04/11/2014.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Odacir Soares.

Por gentileza, o relatório para o Senador Odacir.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente, passo à leitura do parecer e do relatório.

A Presidente da República, pela Mensagem nº 116 de 2013 – SF (nº 522/2013, na origem), encaminhou ao Senado Federal o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 5° Bimestre de 2013.

O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização de receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultados primários estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público da União (MPU) promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A Lei nº 12.708, 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 – LDO-2013, por sua vez, estabelece em seu art. 49 que, se houver necessidade de efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela lei até o vigésimo segundo dia após o encerramento de bimestre.

Adicionalmente, o §4º do citado art. 49 determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional e aos órgãos pertencentes aos outros Poderes da União relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição, contendo: a) a memória de cálculo das novas estimativas de receitas de despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

b) a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXI do Anexo III e o Anexo de Metas Fiscais, ambos da LDO 2013;

c) a justificativa das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

d) os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XI do Anexo III da LDO 2013, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

e) a estimativa atualizada do superávit primário das despesas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que respondem pela variação.

A Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013, Lei Orçamentária Anual de 2013 – LOA 2013, foi sancionada após o término do primeiro bimestre e do prazo legal para o envio aos demais Poderes do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao primeiro bimestre. Assim, tal relatório não foi elaborado, uma vez que não havia medidas a serem tomadas na ocasião, já que o orçamento não podia ser executado, exceto as despesas autorizadas no art. 50 da LDO 2013.

Vinte e nove dias após a sanção da LOA 2013, em obediência ao art. 8º da LRF, foi editado o Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, contendo a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para exercício de 2013.

A meta de resultado primário do Governo Federal (Governo Central e empresas estatais federais), para o exercício de 2013, foi fixada na Lei nº 12.708, de 17.08.12, (LDO 2013) em R$ 108,11 bilhões (meta "cheia" de 2,15% do PIB), cabendo tudo ao Governo Central, pois no caso das empresas estatais foi fixada em zero. Para o setor público consolidado não financeiro foi fixada em R$155,9 bilhões (3,1% do PIB), o que significa que, para os Estados, DF e Municípios, a meta é de R$47,8 bilhões (0,95% do PIB). Ademais, como a LDO 2013 determinava que a LOA 2013 deveria ser compatível com a meta de R$155,9 bilhões, isso implicava que, caso os governos locais não cumprissem sua meta fiscal, o Governo Federal deveria fazer a devida compensação. Mais adiante, o Governo mudou de posição e enviou ao Congresso o PL nº 1, de 2013 CN (em tramitação) que, em última análise, retirava obrigatoriedade de o Governo Federal cobrir o eventual descumprimento de meta por parte dos governos locais. Porém, o Ministro da Fazenda, em entrevista no mês julho, informou que o Governo Federal conta com o cumprimento da meta pelos governos locais – isto é, os governos locais vão cumprir a meta. Além disso, aumentou em mais R$10 bilhões a meta do Governo Central, levando a meta efetiva de Resultado Primário Consolidado para R$120,9 bilhões, correspondendo a 2,50 % do PIB.

No Relatório de Avaliação do 5º Bimestre, a previsão do crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) para 2013 é 2,5% e do índice de inflação (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) foi mantida em 5,7%. Observa-se a contínua expectativa de menor crescimento real do PIB para 2013, de 4,5% na LOA 2013 para 3,5% no Relatório do segundo bimestre; 3%, no terceiro bimestre; e 2,5% no quarto e neste Relatório.

Por outro lado, sobe a expectativa de inflação, com o IPCA acumulado para o ano saltando de 4,90% na LOA 2013 para 5,2%, no segundo bimestre, e agora 5,7%. O resultado do efeito conjunto, da redução do crescimento real do PIB em dois pontos de percentagem com o aumento na expectativa da inflação em menor magnitude foi a redução da estimativa do PIB nominal, de R$5.001,1 bilhões na LOA 2013 para R$4,768,2 bi-

lhões na Avaliação do 5º bimestre (ver Tabela II, em anexo). A reação do Banco Central contra o recrudescimento da inflação faz com que a Taxa Over Selic média aumente de 7,28%, na LOA 2013, para 8,2%, neste relatório.

A taxa de câmbio média, no mesmo modelo de comparação, sobe de R$2,03 para R$2,14 por dólar.

A revisão das estimativas da receita líquida de Transferências a Estados e Municípios demonstra um acréscimo de R$16,3 bilhões em relação à avaliação do quarto bimestre. Essa variação ocorreu na maioria das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devido à incorporação do Refis. Houve aumento na previsão da arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e na contribuição para o salário-educação.

Quanto às despesas primárias de execução obrigatória, houve um acréscimo líquido de R$14,1 bilhões, distribuídos entre os seguintes itens: benefícios previdenciários, auxílio à CDE, créditos extraordinários, abono e seguro-desemprego, benefícios assistenciais da LOAS e RMV, fundos FDA/FDNE, FDCO, pessoal e encargos sociais e créditos adicionais do Poder Judiciário e do MPU. Em sentido oposto, a previsão de gasto foi reduzida nos seguintes itens: sentenças judiciais de despesas de custeio e capital, benefícios de legislação especial, despesa de custeio e capital do Fundo de Compensação do Distrito Federal e anistiados.

Observe-se que o contingenciamento efetuado pelo Poder Executivo apoia-se no entendimento de que, caso as receitas previstas não mostrem tendência de serem efetivamente arrecadadas, então, a solução é cortar, ou suspender, parte programação de despesas de modo a assegurar o cumprimento da meta de resultado primário implícita na LOA e aprovada pela LDO. Em vista disso, acompanhamento da arrecadação realizada elaborado na Conorf/SF, envolvendo tributos e receitas que respondem por mais de 85% da Receita Primária Bruta Total da União, constata que, comparada com a receita realizada até o mês de outubro de 2012, a receita arrecadada em 2013 para o mesmo período cresce em termos nominais apenas 7,66%.

O acompanhamento gerencial da SRFB aponta para a mesma direção e magnitude semelhante: crescimento nominal de 7,99% (e real de 1,61%). E mais: nos primeiros dez meses de 2013 o Poder Executivo aponta que há uma expectativa de frustração de R$46,2 bilhões na Receita Primária Bruta a ser realizada em relação à receita orçamentária prevista para o período, a despeito de receitas atípicas (concessão do campo petrolífero de Libra, tributação de ganhos de capital e Refis).

Voto.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 5° Bimestre de 2013 e o encaminhe ao arquivo.

Este é o parecer, pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Odacir.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, o item 15 da nossa pauta é um projeto de minha autoria. É possível pedir a retirada do mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito. Então, eu o faço a V. Exª.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Retirado, a pedido da Senadora Vanessa, autora do projeto.

É o seguinte o projeto retirado de pauta:

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2014
– Não terminativo -

Dispõe sobre a utilização automática do crédito no contrato de abertura de crédito em conta corrente, a comunicação ao cliente acerca da utilização do crédito, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela rejeição

Observações:

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Vou fazer a leitura de um requerimento apresentado pelo Senador Douglas Cintra, para conhecimento das Srªs e dos Srs. Senadores. Esse requerimento será pautado na próxima reunião deliberativa da Comissão.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 37, DE 2014 – Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2014, que "Dispõe sobre os suplementos alimentares e nutricionais", com a participação dos seguintes convidados:
– representante do Ministério da Saúde (MS);
– representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
– representante do Conselho Federal de Medicina (CFM);
– representante do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN);
– representante do Conselho Federal de Educação Física (Confef); e
– representante da Associação Brasileira das Empresas de Produtos de Suplementos Nutricionais (Abenutri).
Autoria: Senador Douglas Cintra

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Também vou fazer a leitura do requerimento apresentado pela Senadora Ana Rita, para conhecimento das Srªs e dos Srs. Senadores. Este requerimento será também pautado na próxima reunião deliberativa da Comissão.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 38, DE 2014 – Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 368/2013, que dispõe sobre a demarcação e a legitimação de posse para fins de regularização fundiária rural de interesse social. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag;
2. Representante da Confederação Nacional da Agricultura – CNA;
3. Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra/MDA;
4. Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST;
5. Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC/PGR.
Autoria: Senadora Ana Rita

Voltamos à pauta.

ITEM 2

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 2, DE 2014 – Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 1311/2014 – TCU – Plenário, proferido nos autos do Processo n° TC 024.741/2012-4, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, atinente à operação de crédito destinada a financiar a realização do projeto da Arena Multiuso Pantanal, em Cuiabá/MT, celebrada entre o BNDES e o Estado do Mato Grosso, ação que se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Em exame, nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (AMA) n° 2, de 2014, do Tribunal de Contas da União (TCU), (Aviso n° 709-Seses-TCU-Plenário, de 21 de maio de 2014, na origem), que encaminha o Acórdão nº 1311/2014 – TCU – Plenário, de 21 de maio de 2014, proferido nos autos do Processo TC 024.741/2012-4, atinente à operação de crédito destinada a financiar a realização do projeto da Arena Multiuso Pantanal, em Cuiabá-MT, celebrada entre o BNDES e o Estado do Mato Grosso, ação que se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.

Acompanham a matéria o relatório e o voto, de autoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, que fundamentaram o referido acórdão.

Recebida diretamente na CMA, fui designada Relatora da matéria em 6 de agosto de 2014.

Sr. Presidente, há uma análise. Eu não vou ler essa análise toda, apenas dizendo o seguinte:

Dando seguimento à matéria, o TCU acordou também por encaminhar cópia de sua deliberação ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, acompanhada de todas as peças processuais, informado ainda da necessidade de avaliar os impactos aos cofres estaduais da perda do desconto do Contrato 9/2010 após a celebração de todos os termos aditivos.

Desta feita, a corte de contas conclui por encaminhar cópia do acórdão, juntamente com o relatório e voto que o fundamentaram, a uma série de órgãos e pelo arquivamento da matéria, com base em seu Regimento Interno.

Voto.

Diante do exposto, considerando as providências adotadas pelo Tribunal de Contas de União, manifesto meu voto pelo conhecimento do AMA n° 2, de 2014, por parte desta CMA e pelo seu arquivamento.

É este o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Muito obrigado.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Com a palavra o nobre Senador Relator Aloysio Nunes Ferreira.

Eu pediria ao nobre Senador Odacir Soares que presidisse a reunião. Eu tenho um compromisso inadiável daqui a uns 20 minutos.

ITEM 3

OFICIO "S" Nº 5, DE 2014
– Não terminativo -

Encaminha, em observância ao § 2° do artigo 53 da Lei n° 11.284, de 2 de março de 2006, o Relatório de Gestão de Florestas Públicas da União do ano de 2013.
Autoria: Ministério do Meio Ambiente
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento
Observações:
-A matéria constou na pauta do dia 04/11/2014.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Eu pediria ao nobre Senador Odacir Soares que presidisse a reunião. Eu tenho um compromisso inadiável daqui a uns 20 minutos.

Depois ele reveza para poder fazer o relatório do nobre Deputado Marquezelli, que já está aqui, pela segunda vez, acompanhando a reunião, para que possamos aprovar um relatório de sua autoria.

Saio, mas volto logo em seguida.

Passo a Presidência ao Senador Odacir Soares. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) –

Sr. Presidente, o Relatório de Gestão de Florestas Públicas da União, de 2013, se organiza em quatro capítulos: 1) Cadastro, planejamento e habilitação de florestas públicas para outorga; 2) Concessões florestais; 3) Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal; e 4) Comissão de Gestão de Florestas Públicas.

O relatório, Sr. Presidente, é minucioso e se detém sobre cada um desses itens. Eu vou me referir diretamente às conclusões.

As concessões, segundo esse relatório, relativo a 2013, avançaram com o lançamento de novos editais e a assinatura de novos contratos, que estão enumerados no corpo do relatório, a produção nas Florestas Nacionais do Jamari, em Rondônia, e Saracá-Taquera, no Pará, foi ampliada, a atualização do Cadastro de Florestas Públicas em 2013 tornou disponível para o público uma plataforma de consulta e pesquisa ágil e eficiente e

de fácil acesso e o Serviço Florestal Brasileiro fortaleceu a capacidade de ação e a melhoria de seus processos e ferramentas, de forma a garantir maior segurança técnica e jurídica para a ampliação gradual de novas concessões florestais.

Esse é o teor do relatório e cada uma dessas afirmações está plenamente comprovada no corpo do mesmo.

Pelo exposto, nós damos ciência do teor deste Relatório à Comissão e nos manifestamos pelo arquivamento deste ofício, porque não vejo outras providências além dessas.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – O relatório se integra ao voto do Eminente Relator.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

ITEM 4

AVISO Nº 105, DE 2013
– Não terminativo -

Encaminha cópia do acórdão n° 3237/2013 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria operacional para avaliar os procedimentos adotados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na fiscalização das concessões rodoviárias.
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: O Relatório é pelo conhecimento e arquivamento
Observações:
-A matéria constou na pauta do dia 04/11/2014.

Como o Senador Anibal Diniz está ausente, a Presidência designa Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que contará com a cooperação da Senadora Ana Rita.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, estou procurando aqui, porque a nossa pauta é bem extensa e está difícil de encontrar. Eu não estou encontrando. Peço a ajuda dos universitários. Se puderem me ajudar aqui, Sr. Presidente.

Ah, está aqui.

Sr. Presidente, o relatório diz que se trata de Parecer referente ao AVISO nº 105, de 2013, em que o Tribunal de Contas da União – TCU, encaminhou à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, por meio do Aviso nº 1533-Seses-TCU-Plenário, de 27.11.2013, cópia do Acórdão nº 3237/2013 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 006.351/2013-1, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada na Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

De acordo com a análise de Avisos encaminhados à apreciação desta Casa, enquadra-se nas competências de controle sobre as entidades integrantes da Administração Pública, de que trata o art. 70 da Constituição Federal, exercidas com o auxílio do TCU, conforme o art. 71 da Carta Magna.

Ademais, compete a esta Comissão exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, no termos do art. 104-A, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No caso em tela, o TCU realizou auditoria operacional com o objetivo de conhecer e avaliar o desempenho da ANTT no cumprimento de seu papel fiscalizador nas concessões de infraestrutura rodoviária, buscando contribuir para o aprimoramento da Agência e para o alcance de maiores níveis de eficiência, eficácia e efetividade por parte do setor regulado.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Por todo o exposto e como as providências cabíveis para sanar os problemas apontados efetivamente neste relatório já teriam sido tomadas pelo TCU, conforme Acórdão nº 3237/2013 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 006.351/2013-1, acompanhado de cópia do voto.

Então o voto, Sr. Presidente, é pelo arquivamento do AVS, nº 105, de 2013, após ter sido dado conhecimento aos membros desta Comissão do inteiro teor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

O Item 5 da nossa pauta tem como Relator o Senador Valdir Raupp.

Nós vamos saltar este item porque o Senador vai voltar para relatar.

Vamos passar para o Item 6, com a aprovação, naturalmente, dos Srs. Senadores.

ITEM 6

AVISO Nº 31, DE 2014
– Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 1.171/2014, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, referente aos autos de monitoramento do Acórdão 1.196/2010 – Plenário, prolatado em processo de auditoria operacional, classificada como Tema de Maior Relevância -TMS, que teve por objetivo avaliar a Segurança Energética do País. (TC-012.949/2013-2).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Com a palavra a eminente Senadora Ana Rita, relatora da matéria.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso n° 31, de 2014 (Aviso n° 657-Seses-TCU-Plenário, na origem), do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício da Presidência, Ministro Aroldo Cedraz, que encaminha ao Senado Federal, para conhecimento, cópia do Acórdão n° 1.171, de 2014, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam.

Trata-se dos autos do monitoramento do Acórdão n° 1.196/2010-Plenário, prolatado em processo de auditoria operacional, classificada como Tema de Maior Relevância (TMS), que teve por objetivo avaliar a Segurança Energética do País, ou seja, as possibilidades de desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica entre os anos de 2009 e 2016, bem como avaliar a utilização racional dos recursos e o pleno atendimento à legislação e metas ambientais.

O Plenário da Egrégia Corte determinou, por meio do Acórdão n° 1.196, de 2010, que o Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) elaborem estudos com vistas à implementação de política pública clara para inserção do gás natural na matriz energética brasileira.

Além deste, solicitou que os entes supracitados elaborem estudos com vistas à identificação dos custos e dos benefícios econômicos e socioambientais da utilização de cada tecnologia de geração de energia elétrica, bem como a análise da utilização de usinas hidrelétricas com reservatório, em confronto com as usinas a fio d'água, sob os mesmos parâmetros de segurança energética, modicidade tarifária e de legislação ambiental e acordos internacionais.

Determinou ainda que o MME apresente plano de ação com «cronograma para elaboração de estudos que subsidiem: I) a revisão ordinária das garantias físicas das usinas integrantes do Sistema Elétrico Brasileiro; II) a definição da curva do custo do déficit de energia; e III) as possíveis vantagens econômicas e socioambientais da repotenciação e modernização de usinas.

Ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), determinou que: I) informe ao TCU as razões e as eventuais medidas adotadas para afastar as diferenças entre as capacidades instaladas e as disponibilidades efetivas das usinas térmicas do SIN; II) adote, em seus relatórios, os valores estimados para as diferenças entre as garantias físicas e as capacidades efetivas de geração de energia, bem como o atraso na conclusão de obras de geração e transmissão já licitadas; e III) despenda atenção nos resultados das simulações contidas no Plano de Operação Energética (PEN) 2013-2017 do Operador Nacional do Sistema (ONS), no que tange ao risco de déficit superior a 5% para os anos de 2016 e 2017quando utilizada a série histórica de 1955.

Não obstante, determinou ao ONS que se manifeste quanto à adequação da capacidade de geração de energia elétrica, em termos estruturais, para o atendimento da demanda prevista para o ano corrente;e à Empresa de Pesquisa Energética,que informe como estão sendo consideradas as diferenças entre as garantias físicas e as capacidades efetivas de geração de energia elétrica nos estudos de planejamento energético.

O Aviso supramencionado foi despachado para análise desta Comissão e adoção de eventuais providências que se fizerem necessárias.

II – Análise

O Tribunal de Contas da União, em cumprimento a sua competência constitucional de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo, procedeu no sentido de informar o Poder Legislativo dos desdobramentos do monitoramento do Acórdão n° 1.196/2010-Plenário, que culminou no Acórdão n°1.171, de 2014, ora em análise.

O procedimento de auditoria executado pela Corte de Contas visou avaliar a adequação das políticas e ações dos agentes do setor elétrico de forma a garantir o abastecimento nacional do mercado de energia elétrica com segurança, eficiência e sustentabilidade.

O critério de segurança energética pressupõe o atendimento da demanda nacional com qualidade e continuidade. Para tal, a Egrégia Corte demanda ao Poder Executivo que efetue a revisão das garantias físicas das usinas que atendem ao mercado nacional e, por consequência, a de que a efetiva disponibilidade de energia elétrica no curto prazo.

Para o planejamento de longo prazo, aquela corte manifesta preocupação no sentido de haver divergência quanto ao risco de déficit estrutural futuro. Enquanto o ONS alerta para risco superior a 5% nos anos de 2016 e 2017, o MME e EPE têm protelado ajustes do modelo computacional tal qual mantenham o referido indicador dentro do risco indicado como razoável pelo CNPE.

Nessa linha, faz-se necessário despender esforços para a promoção dos ajustes ao modelo computacional, o que permitirá ao poder público adotar as medidas necessárias para a garantia do suprimento de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e continuidade de forma tempestiva.

Devemos salientar ainda que a revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas já estava prevista desde a década de 90 (Decreto n° 2.655, de 02 de julho de 1998), com a revisão a cada cinco anos ou na ocorrência de fatos relevantes. Por analogia, podemos estender a todas aquelas que compõem o Sistema Elétrico Brasileiro. Entretanto,essas revisões não estão sendo realizadas a contento pelo Governo Federal e, como consequência, têm gerado inconsistência nos modelos de análise de segurança energética.

Portanto,é importante que seja realizada a plena revisão das garantias físicas das usinas pelo MME até a data limite de 31 de dezembro próximo, nos termos do acórdão em apreciação por esta Comissão.

Por fim, é salutar que a Corte de Contas mantenha o monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro para que sejam efetivamente executadas as decisões contidas no Acórdão nº 1.171, de 2014.

III –Voto

Em face do exposto, propomos que esta Comissão tome conhecimento do documento e, não havendo outras providências a adotar, votamos pelo encaminhamento do processado ao Arquivo, coma devida comunicação à Mesa, nos termos do art. 143 do Regimento Interno do Senado Federal.

É este nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, penso que esse relatório traz elementos para uma reflexão e traz também motivo de grande preocupação em razão do alerta feito recentemente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico: o risco, muito grande, de descompasso entre a demanda e o fornecimento de energia já a partir do ano que vem.

Já adianto aos colegas que penso que seria muito importante realizarmos, logo no início dos trabalhos, na próxima legislatura, aqui, no âmbito desta Comissão, uma audiência pública chamando a virem dar explicações e nos relatar as providências que foram tomadas, uma vez que o prazo consignado pelo Tribunal de Contas para que essas providências sejam efetivadas é 31 de dezembro deste ano. Assim, já adianto aos colegas, uma vez que estaremos aqui, que, já no ano que vem, apresentarei um requerimento de audiência pública e acho que esta Comissão deve acompanhar, passo a passo, a implementação dessas providências.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – V. Exª está propondo, então, o sobrestamento, a aprovação ou não do voto da eminente Senadora?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Não, não penso... O relatório está perfeito, não há nenhuma objeção. Estou apenas fazendo essa reflexão: creio que esta Comissão deverá, logo no início do ano que vem, programar um trabalho de acompanhamento dessas providências, porque o tema é gravíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Aprovado o relatório.

Eu vou passar a palavra ao eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira para relatar o Item 8, mas quero designar Relatora *ad hoc* do Item 7 a Senadora Vanessa Grazziotin, a quem peço que, como o Senador está com outro compromisso, permita que o Senador relate antecipadamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Eu tenho que relatar, Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Exatamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Depois voltarei aqui. Vou a outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Vai relatar o Item 8.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Eu tenho que correr para outra comissão, mas volto.

Sr. Presidente, passo a relatar um projeto de lei de autoria do Deputado Walter Feldman, que foi formulado em maio de 2004 e institui o chamado Estatuto da Metrópole.

Esse projeto, em síntese, fixa diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, estabelece normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, determina critérios para o apoio da União a ações interfederativas articuladas no campo do desenvolvimento urbano, institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano Integrado, estabelece os casos de improbidade administrativa relacionados ao descumprimento da lei proposta e altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o "Estatuto da Cidade", para estabelecer que, nas regiões metropolitanas ou nas aglomerações urbanas instituídas por lei complementar estadual, poderão ser realizadas "operações urbanas consorciadas interfederativas", aprovadas por leis estaduais específicas.

Complementarmente, as disposições do projeto delimitam os conceitos de "aglomeração urbana", "região metropolitana", "função pública de interesse comum", "gestão plena", "governança interfederativa", "metrópole" e "plano de desenvolvimento urbano integrado". Tudo isto fundado nos dispositivos da Constituição Federal que autorizam essa proposição legislativa.

No âmbito da Comissão Especial, a matéria foi objeto, na Câmara, de quatro audiências públicas, realizadas nas dependências da Câmara dos Deputados, e de outros quatro fóruns regionais de debates, ocorridos nas cidades de São Paulo (Fórum da Região Sudeste), de Goiânia (Fórum da Região Centro-Oeste), de Salvador (Fórum da Região Nordeste) e de Florianópolis (Fórum da Região Sul). Em sequência, houve ainda duas rodadas de reuniões técnicas. Dessas várias instâncias de debates participaram autoridades públicas, especialistas notórios, professores universitários, representantes de organizações não governamentais, técnicos do Poder Público, além de assessores parlamentares.

Desse amplo processo participativo resultou uma emenda substitutiva, aprovada, por unanimidade, no Plenário da Câmara, em 8 de novembro de 2013.

A matéria foi trazida à deliberação desta Casa revisora no último dia 18 de março, devendo ser examinada por esta Comissão e pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) de Serviços de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), uma tramitação torturantemente longa.

Estamos dando aqui o primeiro passo para que essa iniciativa importantíssima do Deputado Walter Feldman seja transformada em lei.

Passo diretamente à análise, uma vez que o conteúdo da proposição já está plenamente esclarecido, penso eu.

Análise.

Superadas as questões formais, a respeito da competência legislativa e do relato da tramitação, importa notar, de plano, a pertinência da preocupação do autor da proposta com o tema metropolitano em nosso País.

Trata-se de questão que diz respeito diretamente aos mais de cem milhões de brasileiros que vivem nas cerca de 60 Regiões Metropolitanas, cinco Aglomerações Urbanas e três Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (Rides) legalmente constituídas, mas que, de fato, envolve o interesse de todo o País à vista da relevância política, econômica, social e cultural desses territórios.

Conquanto o Brasil já fosse um país em acelerado processo de urbanização, não havia, nas cartas constitucionais até 1988, menção específica a esse fenômeno. O uso constitucional do termo "urbano" limitava-se à caracterização dos impostos incidentes sobre a propriedade nas cidades brasileiras.

As Cartas outorgadas pelo regime autoritário inaugurado em 1964, tampouco reconheciam a relevância da questão urbana como matéria própria do ordenamento constitucional no tocante ao estabelecimento de direitos. Cuidou-se, contudo, de maneira tecnocrática, como era de praxe à época, de autorizar o estabe-

lecimento, pela União, de regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, fizessem "parte da mesma comunidade socioeconômica", para a "realização de serviços comuns".

Com abrigo nesse comando constitucional, foram criadas as primeiras nove regiões metropolitanas do País, a saber: São Paulo, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

O restabelecimento da ordem democrática deu ensejo à Constituição de 1988, que não apenas reconheceu a relevância de temas de interesse social, como o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental, os quais passaram a merecer dispositivos constitucionais específicos, como também retirou da União a competência que detinha para a criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

Nos termos do art. 25, § 3º, da Lei Maior, a competência para instituir essas unidades de planejamento e gestão territorial foi remetida aos entes federativos estaduais, aos Estados, que podem implementar essas regiões mediante lei complementar.

Desde então, multiplicou-se rapidamente o número dessas unidades. Ocorre, contudo, que, ao mudar o regramento da matéria, a Constituição Federal deixou de balizar os critérios a serem observados pelos Estados, bem como se escusou de regrar situações atípicas, mas não incomuns, de conurbações que envolvem municípios de distintos Estados, como é o caso da Ride que envolve o Distrito Federal e municípios do Entorno, goianos.

Tais lacunas vêm causando consideráveis dificuldades institucionais, circunstância de que são exemplos a constituição de regiões metropolitanas entre cidades que não detêm esse caráter, bem como a inadequada utilização do art. 43 da Lei Maior, que trata da articulação das ações da União "em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais", para a instituição de "regiões metropolitanas" que agrupem municípios situados em mais de um Estado ou que envolvam o Distrito Federal e municípios lindeiros. Trata-se das chamadas Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides), instituídas pela União como forma de contornar, de certo modo, a lacuna constitucional, circunstância que afasta o preceito essencial das regiões metropolitanas, qual seja o de compartilhar, por meio de instrumentos de governança interfederativa, a execução de funções públicas de interesse comum.

O projeto em pauta tem, assim, notória relevância. Valendo-se do próprio regramento constitucional, que reserva à União competência para o estabelecimento de diretrizes gerais nesse campo, o presente Projeto de Lei disciplina o tema de forma consistente. De uma parte, ao evitar a formulação de uma "política nacional" sobre o assunto, renunciando, sabiamente, ao risco de invadir a competência constitucional reservada aos Estados; de outra, ao fixar diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, assim como normas gerais sobre instrumentos de governança interfederativa, além de critérios para o apoio da União a ações que envolvam essa governança no campo do desenvolvimento urbano e das políticas públicas que lhe são conexas.

Note-se que a proposição conceitua "função pública de interesse comum" como a política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em municípios limítrofes. A seu turno, considera "governança interfederativa" como o compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

Adicionalmente, o projeto regra a instituição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que envolva municípios pertencentes a mais de um Estado, que será formalizada "mediante a aprovação de leis complementares pelas assembleias legislativas de cada um dos Estados envolvidos", bem como reserva um capítulo específico para dispor sobre o apoio da União ao desenvolvimento urbano integrado, que se efetivará no âmbito da legislação orçamentária e da instituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano Integrado (FNDUI).

Cuida-se ainda da "integração entre cidades gêmeas localizadas na faixa de fronteira com outros países", cabendo nesse caso à União adotar as ações necessárias com base nas "políticas públicas afetas ao desenvolvimento urbano".

Trata-se, portanto, de um relevante ferramental normativo posto à disposição dos gestores estaduais e municipais que sinceramente intentem a adoção de políticas voltadas para a racionalização das ações públicas. Com base nas diretrizes propostas, poderá ser reduzida a distância entre a intenção e o gesto de superar as delimitações geopolíticas, tantas vezes incapazes de responder aos fatos sociais, para estabelecer inovadores mecanismos de planejamento e gestão interfederativa com o propósito de qualificar as grandes ocupações urbanas que se consolidam no Território nacional.

Em razão do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2014, com os meus cumprimentos e as minhas homenagens ao autor, o ilustre Deputado Walter Fedman.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – O projeto realmente é relevante, oportuno e atual, porque dispõe sobre uma matéria que até hoje não foi objeto de deliberação do Congresso Nacional instituindo o Estatuto da Metrópole .

Está em discussão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Tem V. Exª a palavra, Senado Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero parabenizar tanto pelo projeto quanto pelo relatório, mas quero, ao mesmo tempo, meu caro Aloysio, chamar a atenção desta Comissão para o fato de que, embora esta não seja uma Casa de filósofos, mas de políticos – como políticos, a preocupação maior é com o marco jurídico administrativo, no que esse projeto é excelente – eu creio que esta Comissão precisa se debruçar de uma maneira mais profunda sobre a crise das nossas cidades, ou seja, das nossas metrópoles, ou, como eu digo, das nossas "monstrópoles", que é como Brasília está ficando ou já é hoje. Nós temos que abrir um espaço, talvez por meio de audiências públicas, para debater o que vamos fazer com nossas cidades e como vamos poder ter cidades melhores do tamanho que elas são ou uma diferente geografia demográfica no Brasil.

O que a gente vê nas cidades é que, em vez de serem o que se esperava delas nos anos 50, o lugar das utopias, porque o campo nos parecia o atraso, o que vemos hoje é que as cidades estão divididas entre locais de trabalho que não satisfazem, com, o pior, na outra ponta do local de trabalho, famílias que também estão em crise, sem terem, nos fins de semana, um lugar para realizar plenamente suas vontades estéticas, de bem-estar.

O Brasil, hoje, no final de semana, é um grande botequim.

Eu estou terminando – quero entregar hoje à Senadora Ana Rita – a proposta, a Sugestão 8 de regulamentação do consumo da maconha e começo lembrando que 96 milhões de brasileiros frequentam bares nos fins de semana no Brasil, três vezes mais, Senador, do que aqueles que frequentam campos de pelada de futebol. Isto é um sintoma das nossas cidades, porque isso é quase tudo nas cidades.

Nossas cidades são o lugar das crises sociais de hoje. A gente precisava ter um espaço aqui para debater as cidades, aprovando projetos como esse, que, do ponto de vista jurídico-administrativo, traz uma possibilidade de encontrar um caminho, mas querendo discutir onde vamos chegar. Se a gente não discute onde quer chegar, os caminhos não servem para muita coisa. Repito que aqui nós somos para fazer esse tipo de coisas da lei, mas somos também uma Casa de repercussão no debate sobre o futuro do Brasil. Talvez o caminho seja – eu gostaria de propor – algumas audiências sobre o futuro das nossas cidades, sobre o que fazer para que elas deixem de ser as "monstrópolis" em que estão se transformando e sejam *habitat* da sociedade brasileira, onde hoje já estão 80% delas.

Então, ficam aqui meu apoio ao projeto, meus parabéns ao Relator e minha proposta de debatermos de uma maneira mais ampla. para não chamar de filosófica, mais conceitual, o problema das cidades brasileiras e de como fazermos para reencontrar o rumo, se não mais da utopia, pelo menos do bem-estar nessas cidades.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – A iniciativa de V. Exª é muito procedente. Eu quero apenas esclarecer que a votação dessa matéria dessa Comissão não é terminativa. A comissão de mérito dessa matéria, de matérias desse tipo, é a Comissão de Desenvolvimento Regional.

Entretanto, esta Comissão não está excluída do fato de poder estabelecer uma audiência pública ampla aqui, na Comissão, e levar as suas conclusões para a comissão de mérito, que é a Comissão de Desenvolvimento Regional.

Assim, cumprimento V. Exª pela fundamentação da colocação que V. Exª acaba de fazer nesta Comissão e, se for o caso, peço que V. Exª formalize essa proposta para que a Comissão possa apreciá-la. Esta é a proposta que eu faço a V. Exª.

Senhores, não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Meio Ambiente, pela aprovação do Projeto.

A matéria vai ser discutida em outras comissões. Vai para a Comissão de Assuntos Econômicos em seguida e para outras comissões e para a comissão de mérito, que é a Comissão de Desenvolvimento Regional.

Vamos votar agora o Item 7, para o qual já está designada Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 7

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2009
– Não terminativo -

Acrescenta a Seção II-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada especial de trabalho dos Operadores de Telemarketing.
Autoria: Deputado Bernardo Ariston

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Com a palavra a Senadora.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Viu como deu tempo?
Já fui à Comissão de Assuntos Econômicos, votei e voltei.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2009, que dispõe sobre a jornada especial de trabalho dos operadores de *telemarketing*, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 673, de 2011, que estabelece princípios e regras para entidades que patrocinam ou oferecem serviços, meios e recursos para a realização do *telemarketing*.

O relatório que V. Exª me designa como Relatora *ad hoc* foi proferido pelo Senador Rodrigo Rollemberg. É um prazer, Sr. Presidente, ler este relatório, que foi tão bem elaborado.

Ele cita alguns itens importantes do PLC nº 56, de 2009, que é composto de dois artigos.

O primeiro altera a CLT, inclui a Seção II-A, composta pelo art. 231-A e pelo art. 231-B, ao Capítulo I do Título III.

De acordo com o proposto no art. 231-A, os profissionais de *telemarketing* submeter-se-ão a uma jornada semanal de trabalho de 36 horas.

Além disso, a cada 90 minutos de trabalho consecutivo, haverá intervalo de dez minutos para repouso, não computado na jornada de trabalho.

Por sua vez, o proposto art. 231-B estabelece que o descumprimento do disposto na lei sujeitará a empresa infratora ao pagamento de multa em favor do empregado, no valor de 10 vezes o valor do salário previsto para a folha de pagamentos.

O art. 2º do PLC nº 56, de 2009, é a cláusula de vigência, dispondo que a lei resultante do projeto, caso aprovado, entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada pelas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

O PLS nº 673 é composto de nove artigos, Sr. Presidente.

Como já falei, ele trata da mudança da jornada de trabalho, prevendo intervalos consecutivos para os operadores de *telemarketing*.

Sr. Presidente, não foram apresentadas emendas na Comissão.

Então, a análise diz o seguinte:

Nos termos do art. 102-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão analisar a referida matéria.

A espécie normativa utilizada está plenamente correta através de projeto de lei ordinária.

No que concerne à juridicidade, as proposições, nos termos do substitutivo, se afiguram irretocáveis, Sr. Presidente. A proposição observa o disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 95 e a matéria veiculada não é de iniciativa privativa da Presidência da República. Então, não há ressalvas a fazer no tocante à técnica legislativa empregada.

No mérito, diz o relatório ser favorável aos projetos, incorporados na íntegra no Substitutivo aprovado pela CCJ, pelas razões já apontadas aqui, no relatório. (*Falha na gravação.*)

A regulamentação da atividade é importante para a economia do País, não só pela geração de empregos, mas também pelo incremento dos negócios de que é responsável. Assim, é adequado regulamentar a jornada de trabalho dos operadores de *telemarketing*, assim como estabelecer regras específicas para a atividade, inclusive regras protetivas para o consumidor.

Como se vê, as proposições, nos termos do substitutivo, acolhem princípios do CDC, estabelecendo regras gerais para a atividade de *telemarketing*, como, por exemplo, a determinação de dias e horários em que o contato das empresas de *telemarketing* com os consumidores é proibido ou condicionado à prévia autorização

do consumidor, bem como os mecanismos para que possa o consumidor ser excluído do cadastro de pessoas passíveis de receberem contatos de *telemarketing*.

Como é de trivial sabença, Sr. Presidente, essas entidades de defesa do consumidor e dos trabalhadores prestam um trabalho importante. Mas não só elas, pois também ONGs e entidades filantrópicas muitas vezes sobrevivem com o pedido de auxílio financeiro para manter os seus trabalhos sociais e tudo mais. Entretanto, é preciso que esses contatos feitos com o consumidor sejam devidamente regulamentados.

Por essa razão, em face do exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 56, na forma do Substitutivo aprovado pela CCJ, com as subemendas a seguir apresentadas, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 673, de 2011, cujo teor foi incorporado ao Substitutivo.

SUBEMENDA Nº – CMA

(À EMENDA Nº 1 – CCJ – SUBSTITUTIVO AO PLC Nº 56, DE 2009)

Dê-se ao inciso II, do art. 3º, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2009, na forma do Substitutivo aprovado pela CCJ, a seguinte redação:

Art. 3º.....

.....

II – qualquer contato que exija resposta ou intervenção imediata do destinatário somente poderá ser efetuado de segunda-feira a sábado, exceto feriados, das oito às vinte horas, a não ser que expressamente autorizado em contrário pela pessoa, inclusive por meio do serviço cadastral a que se refere o inciso I;

.....

SUBEMENDA Nº – CMA

(À EMENDA Nº 1 – CCJ – SUBSTITUTIVO AO PLC Nº 56, DE 2009)

Inclua-se ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2009, na forma do Substitutivo aprovado pela CCJ, o seguinte dispositivo, renumerando o proposto art. 10 para art. 11:

Art. 10. Não se aplica às instituições filantrópicas, organizações de assistência social, educacional e de saúde sem fins econômicos, portadoras do título de utilidade pública o disposto nos arts. 3º e 8º desta Lei.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da nossa Comissão, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2009, nos termos da Emenda nº 1 CCJ/CMA – Substitutivo, com duas subemendas do Relator e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 673, de 2011.

Eu quero consignar que passei a Presidência, quando me afastei, há pouco, para a Senadora Ana Rita.

Com a palavra, agora, o Senador Valdir Raupp para relatar o Item 5.

ITEM 5

AVISO Nº 26, DE 2014
– Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 447/2014 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à representação formulada pela empresa MV Coaraci Indústria e Comércio de Móveis Ltda. ME acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 204/2012– PU/UFES, realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES com vistas á "contratação de empresa especializada, com fornecimento de material e mão de obra, na prestação de serviços de produção e instalação de mobiliários para diversos departamentos da UFES, Campus Goiabeiras e Maruípe."

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pelo conhecimento do aviso; pela apresentação de Projeto de Decreto Legislativo para que o Senado Federal suste o art. 1º, item 16, da Resolução CONFEA nº 417/1998, por exorbitar do poder regulamentar conferido ao CONFEA pelo art. 27, letra "f", da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966; e posterior arquivamento

Observações:

-A matéria constou na pauta do dia 04/11/2014.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão o Aviso nº 26, de 2014 (Aviso nº 00271, de 11 de abril de 2014, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 447/2014 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente

à representação formulada pela empresa MV Coaraci Indústria e Comércio de Móveis Ltda, acerca de possíveis irregularidades no pregão eletrônico realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo.

O referido pregão eletrônico teve como objeto a "contratação de empresa especializada, com fornecimento de material e mão de obra na prestação de serviços de produção e instalação de mobiliários para diversos departamentos da Universidade Federal do Espírito Santo – Campus Goiabeiras e Maruípe".

O Tribunal de Contas da União, considerando procedente a representação, determinou, em medida cautelar, por despacho do Ministro Relator do processo, com fundamento no art. 45 da Lei nº 8.443/92, combinado com o art. 276 do Regimento Interno do TCU, a suspensão dos atos relativos ao pregão eletrônico.

Os Ministros do TCU acordaram (item 9.2 do Acórdão nº 447/2014) em submeter a matéria ao Congresso Nacional, tendo em vista que, a teor do disposto no art. 49, V, da Constituição Federal, o Congresso Nacional detém competência exclusiva para "sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa".

O Aviso nº 26, de 2014, foi encaminhado ao Presidente da CMA, que nos designou relator da matéria.

Do voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos no sentido de que:

a) esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 26, de 2014, que encaminhou cópia do Acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União nos autos do Processo nº TC 045.072/2012-4 ;

b) o Senado Federal suste, com base no art. 49, V, da Constituição Federal, o art. 1º, item 16, da Resolução Confea nº 417/1998, por exorbitar do poder regulamentar conferido ao Confea pelo art. 27, "f", da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

c) após a tomada das medidas cabíveis, seja determinado o encaminhamento da matéria ao arquivo.

É voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares. Bloco Maioria/PP – RO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento da matéria, pela apresentação de projeto de decreto legislativo para que o Senado Federal suste o art.1º, item 16, da Resolução Confea nº 417/1998 e posterior arquivamento deste Aviso.

Na ausência do Senador Gim Argello e em homenagem ao Deputado Nelson Marquezelli, que é o autor do projeto, peço ao Senador Valdir Raupp que assuma a Presidência e avoco, como Relator *ad hoc*, a matéria do Item 9 da pauta de hoje. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Passamos ao Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2014
– Não terminativo -

Altera os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, criado pelo Decreto s/nº de 16 de julho de 2002.

Autoria: Deputado Nelson Marquezelli

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-A matéria constou nas pautas dos dias 28/10/2014 e 04/11/2014.

-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente, vou proceder a leitura do relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 47, de 2014, de autoria do Deputado Nelson Marquezelli, que nos dá o prazer da sua presença nesta reunião. A proposição pretende alterar os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, criado pelo Decreto s/nº de 16 de julho de 2002.

Nos termos do art. 1º da iniciativa, o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba fica com seu limite alterado segundo descrito no parágrafo único do *caput*. Esse dispositivo estabelece uma área aproximada de

749.848 hectares, conforme estabelecido a partir de cartas topográficas editadas pelo IBGE, com o memorial descritivo listado em coordenadas geográficas.

O art. 2º da proposição estabelece que a vigência da lei resultante inicia-se na data da sua publicação.

Na justificação da matéria, seu autor defende que a alteração é necessária para adequar os limites da unidade de conservação ao contexto de uso e ocupação do solo na região, de modo a melhorar o processo de gestão da unidade.

Para tanto, seria desafetada uma área ao sul do Parque Nacional, composta por vegetação típica de Cerrado em diferentes graus de recuperação, onde se observam monocultivos de grãos como atividade agrícola ali executada há vários anos e onde os limites estabelecidos em linhas secas tem dificultado a gestão da unidade, uma vez que essa não foi demarcada até o momento.

Ainda conforme a justificação do projeto, seriam incorporadas aos limites da unidade de conservação áreas das nascentes do Rio Corrente, da serra do Lajeado e da Área de Proteção Ambiental do Jalapão, regiões de elevada riqueza biológica.

Não foram apresentadas emendas. Após o exame da CMA, a matéria segue para a deliberação do Plenário.

Análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal,opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente sobre conservação da natureza e dos recursos naturais e genéticos, florestas, fauna, flora e recursos hídricos.

O PLC nº 47, de 2014, é meritório e almeja conferir maior integridade aos recursos naturais existentes no Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba. Essa unidade de conservação de proteção integral, conforme art. 11 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Nesse sentido, segundo informações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o principal objetivo da criação do Parque Nacional foi a proteção das nascentes do Rio Parnaíba, a segunda maior bacia hidrográfica do Nordeste, cujo processo de ocupação tem resultado na utilização predatória dos seus recursos naturais.

Os limites originais do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba equivalem a uma área aproximada de 730 mil hectares, conforme o Decreto Presidencial que o criou, em 16 de julho de 2002. Esses limites abrangem os Municípios de Gilbués, São Gonçalo do Gurgueia, Barreiras do Piauí e Corrente, no Piauí; Alto Parnaíba, no Maranhão; Formosa do Rio Preto, na Bahia; Mateiros, São Félix do Tocantins e Lizarda, no Tocantins.

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a fauna do local é muito rica, com mais de 60 espécies de mamíferos e 211 espécies de aves. Muitos desses animais estão ameaçados de extinção, como porco-do-mato, veado-campeiro, jaguatirica, onça-pintada, tatu-canastra, tamanduá-bandeira, gavião-real, arara-azul-grande e beija-flor-de-rabo-branco.

Dentre outros atributos naturais, destaca-se a incidência de veredas e matas ciliares de buritizais em vegetação predominante de Cerrado.

A Constituição Federal exige que a alteração e a supressão de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos sejam permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção, nos termos do art. 225, §1º, inciso III.

Vale ainda apontar que a Lei nº 9.985, de 2000, estatui, em seu art. 22, §7º, que a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica, do que ora se trata.

Portanto, a proposição segue o ditame constitucional e o ordenamento legal da matéria, ao pretender alterar, por meio de lei, os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba.

Reforçamos que tal alteração promoverá a expansão desses limites de cerca de 730 mil hectares para, aproximadamente, 750 mil hectares, um aumento de 20 mil hectares, incorporando importantes áreas com vegetação nativa e, ao mesmo tempo, desafetando regiões dedicadas há algum tempo ao cultivo de grãos, atividade incompatível com os objetivos de uma unidade de conservação do tipo Parque Nacional.

Por esta razão, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2014, de autoria do eminente Deputado Nelson Marquezelli.

É o parecer, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Odacir Soares.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer na CMA, pela aprovação do projeto.

Parabéns, nobre Deputado Nelson Marquezelli!

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Muito obrigado, Presidente. Acho que esta Casa consegue, finalmente, aprovar um projeto que é de máximo interesse do País.

Lá estão todas as nascentes do Rio Parnaíba. E lá é a confluência de três Estados. Quando o Ministro Deputado Sarney Filho criou, por decreto, a reserva, de que ele foi o Relator na Câmara Federal, ele disse as seguintes palavras: "Finalmente, a gente vai aprovar, corrigindo uma falha do processo, colocando todas as nascentes dentro do projeto". Isto é importante.

Quero parabenizá-lo e parabenizar esta Casa por essa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado.

Passamos ao Item 10.

ITEM 10

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2008
– Não terminativo -

Altera o § 5º do art. 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para prever que as lesões físicas ou psíquicas permanentes poderão ser comprovadas por laudo médico.

Autoria: Senador Alvaro Dias

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, DE 2009
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para acrescentar danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e para alterar redação de dispositivos que tratam de invalidez resultante do sinistro.

Autoria: Senador Flávio Torres

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 546, DE 2009
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para incluir entre as coberturas do seguro obrigatório as despesas com funeral das vítimas de acidente de trânsito.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 575, DE 2011
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para determinar que o percentual do valor dos prêmios arrecadados com o DPVAT destinado a programas de prevenção de acidentes será retirado da parcela destinada às companhias seguradoras que operam com o DPVAT

Autoria: Senador Vital do Rêgo

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 576, DE 2011
– Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, incluindo o § 4º para estipular a atualização monetária dos valores de indenização.

Autoria: Senador Demóstenes Torres

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 682, DE 2011
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para ampliar as coberturas do seguro obrigatório de veículos automotores e permitir ao consumidor a escolha da seguradora.
Autoria: Senador Anibal Diniz

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 713, DE 2011
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para ampliar as coberturas do seguro obrigatório de veículos automotores e permitir ao consumidor a escolha da seguradora.
Autoria: Senador Walter Pinheiro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2012
– Não terminativo -

Altera o caput do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para dispor que os danos cobertos pelo Seguro Obrigatório por Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) abrangem os danos à saúde do nascituro.
Autoria: Senador Pedro Taques

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2012
– Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que "dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não", para fixar novos valores de indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, e incluir critério de reajuste.
Autoria: Senador Paulo Davim

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2012
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para alterar os critérios de aplicação dos valores indenizatórios em razão de invalidez permanente e para admitir como prova do dano decorrente de acidente o laudo de lesão corporal elaborado pelo Instituto Médico Legal para fins criminais.
Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 176, de 2008, nos termos do substitutivo, e pela rejeição dos PLS nºs 457 e 546, de 2009, nºs 575, 576, 682 e 713, de 2011, e nºs 107, 430 e 431, de 2012
Observações:
-As matérias constaram na pauta do dia 04/11/2014.
-Posteriormente, serão apreciadas pela CCJ.

O Relator desse projeto é o Senador Delcídio do Amaral.

Pergunto se a Senadora Vanessa Grazziotin poderia relatar *ad hoc* esse projeto tão importante, a que vêm apensados vários outros projetos.

Com a palavra, a nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

Como V. Exª acaba de ler, são dez projetos de lei. O primeiro é o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2008, do Senador Alvaro Dias, com o qual tramitam em conjunto nove outros projetos de lei.

Os projetos foram apresentados com o intuito de aperfeiçoar o disciplinamento do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), e encontram-se nesta Comissão para análise e decisão, Sr. Presidente.

Passo para a análise, porque V. Exª já numerou e localizou todos os projetos que estão tramitando conjuntamente e o relatório fala detalhadamente de cada projeto.

A análise diz que compete a este Colegiado pronunciar-se a respeito do mérito de assuntos pertinentes à defesa do consumidor, por força do disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno desta Casa.

Inicialmente, cumpre-nos recordar que o seguro DPVAT foi objeto de recente e intenso debate político, que culminou na edição da Lei 11.945, de 4 de junho de 2009, e que representou importante avanço na manutenção do equilíbrio do sistema DPVAT.

Dessa forma, é recomendável cuidado ao analisar e propor qualquer inovação legislativa, pois devem ser consideradas as regras nela insertas.

É possível partir da concepção inspiradora do PLS nº 176, de 2008, para modificar a Lei nº 6.194, de 1974, de modo a atender aos reclamos de desburocratização da vida do cidadão brasileiro vítima de acidente de trânsito. Isso sem deixar de atentar para a eficácia dos mecanismos de controle no pagamento das indenizações do seguro DPVAT, que dispensa a configuração de culpa para o pagamento da indenização devida, exigindo, como medida de garantia da higidez do sistema, a simples prova do acidente e do dano dele decorrente.

Com o substitutivo apresentado ao final deste parecer, propomos, como regra geral, que o interessado em receber do seguro DPVAT a indenização por invalidez permanente recorra ao IML. No entanto, quando não for possível, seja pelas conhecidas dificuldades materiais dessas instituições no atendimento da população, seja pela inexistência de estabelecimento médico-legal na jurisdição do acidente ou da residência da vítima, admitimos que a parte interessada possa fazer a prova do estado de invalidez permanente e do grau da lesão mediante laudo médico subscrito por profissional devidamente habilitado para a função, sob as penas da lei.

Sr. Presidente, portanto e por fim, oferecemos uma nova contribuição para aperfeiçoar o aspecto processual abordado pelo art. 10 da Lei nº 6.194, de 1974. Para tanto, exige-se que, além dos requisitos estipulados na legislação processual vigente, sejam exigidas prova documental do requerimento da indenização e da correspondente recusa de pagamento dela, ou a prova da omissão da análise desse requerimento superior a 30 dias, por qualquer seguradora integrante dos consórcios de seguradoras que operam o seguro definido nessa Lei. Definimos, igualmente, que, se a petição inicial não preencher essas exigências, o juiz determinará a emenda pelo autor no prazo de 10 dias. E, se o autor não cumprir essa regra, a petição inicial será indeferida, por decisão da qual caberá recurso.

O voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2008, e pela rejeição dos PLS nº 457, de 2009, nº 546, de 2009, nº 575, de 2011, nº 576, de 2011, nº 682, de 2011, nº 713, de 2011, nº 107, de 2012, e nºs 430 e 431, também do ano de 2012, na forma do seguinte substitutivo. E apresenta aqui o substitutivo, Sr. Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigada, Senadora Vanessa, pela relatoria.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2008, nos termos da Emenda nº 1 – CMA, Substitutivo, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 457 e 456, de 2009, nºs 575, 576, 682 e 713, de 2011, e nºs 107, 430 e 431, de 2012.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, DE 2013
– Não terminativo -

Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-A matéria constou nas pautas dos dias 05/08/2014 e 04/11/2014.

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

O Senador Cristovam iria relatar *ad hoc*. Pergunto se a Senadora Vanessa poderia relatar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu já me comprometi, Sr. Presidente, porque tenho que ir à Comissão de Educação. Estou com um problema de um projeto de lei de minha autoria lá.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Então, deixaremos para a próxima reunião, fazendo votos de que o Senador Blairo Maggi possa estar aqui presidindo a reunião, na próxima semana.

Obrigado, Senadora Vanessa.

Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 09H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora **ANA RITA (PT/ES)**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Jorge Viana, Ana Rita, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Humberto Costa, Romero Jucá, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, José Agripino, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e submete a dispensa da leitura e aprovação das atas da 21ª, 22ª, 23ª e 24ª reuniões da CMA e da 7ª reunião da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos. As atas foram aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal. Passa-se à **PAUTA**, destinada à votação das emendas da comissão ao Projeto de Lei nº 3/2014-CN (Mensagem nº 80/2014 na origem), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências" – LDO 2015. Até o encerramento do prazo, foram apresentadas três emendas de meta e nove emendas de redação perante a comissão. A Presidência designa relator das emendas o Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO (PSDB/PA)**. Realizada a leitura do relatório, encerrada a discussão e colocado em votação, o relatório foi aprovado, passando a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação da apresentação das seguintes emendas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO): **1) Ementa: "Elaboração e Implementação de Planos, Projetos, Obras e Equipamentos para a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos". Autores: Senadores Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg. Dispositivo do PLDO: Inclui meta ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO. Tipo: Inclusão de Meta. Código da ação: 20MG. Quantidade Meta: 1.000. 2) Ementa: "Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)". Autores: Senadores Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg. Dispositivo do PLDO: Inclui meta ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO. Tipo: Inclusão de Meta. Código da ação: 20V9. Quantidade Meta: 20.000. 3) Ementa: "Proteção e Defesa do Consumidor". Autores: Senadores Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg. Dispositivo do PLDO: Inclui meta ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO. Tipo: Inclusão de Meta. Código da ação: 2334. Quantidade Meta: 2.000. 4) Ementa: "Acrescenta artigo para a adoção de planejamento estratégico pela Administração Pública e monitoramento dos riscos envolvidos nas ações necessárias para alcançar os objetivos e metas". Autor: Senador Rodrigo Rollemberg. Dispositivo do PLDO: Corpo da lei – Artigo 2. Tipo: Texto – Aditiva. 5) Ementa: "Acrescenta artigo para a unificação dos cadastros de obras custeadas com recursos da União". Autor: Senador Rodrigo Rollemberg. Dispositivo do PLDO: Corpo da lei – Artigo 97. Tipo: Texto – Aditiva. 6) Ementa: "Altera a redação do art. 88, vedando o reajuste do auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar em percentual acima da variação do IPCA, nas situações que especifica". Autor: Senador Rodrigo Rollemberg. Dispositivo do PLDO: Corpo da lei – Artigo 88. Tipo: Texto – Modificativa. 7) Ementa: "Dispõe sobre demonstrativos de desonerações tributárias no âmbito do PAC". Autor: Senador Rodrigo Rollemberg. Dispositivo do PLDO: Anexo II – Inciso VIII Alínea b. Tipo: Texto – Modificativa. 8) Ementa: "Inclui artigo definindo prazo para apreciação pelo Congresso das contas a serem prestadas pela Presidência da República". Autor: Senador Rodrigo Rollemberg. Dispositivo do PLDO: Corpo da lei – Artigo 113. Tipo: Texto – Aditiva. 9) Ementa: "Inclui artigo dispondo sobre custo de obras". Autor: Senador Rodrigo Rollemberg. Dispositivo do PLDO: Corpo da lei – Artigo 99. Tipo: Texto – Aditiva. 10) Ementa: "Inclui artigo que define prazo para remessa de relatórios de gestão fiscal aos órgãos de controle, conforme Lei 10.028, de 2000". Autor: Senador Rodrigo Rollemberg. Dispositivo do PLDO: Corpo da lei – Artigo 111. Tipo: Texto – Aditiva. 11) Ementa: "Prevê definição de metas, indicadores e prazos de vigência para proposições que tratem de renúncias de receitas". Autor: Senador Rodrigo Rollemberg. Dispositivo do**

PLDO: Corpo da lei – Artigo 92 Parágrafo 3. Tipo: Texto – Modificativa. 12) Ementa: "Suprime o inciso III do parágrafo 3º do art. 40, para permitir que o Legislativo e Judiciário e Ministério Público possam remanejar suas próprias dotações sem depender de decreto do Poder". Autor: Senador Rodrigo Rollemberg. Dispositivo do PLDO: Corpo da lei – Artigo 40 Parágrafo 3 Inciso III. Tipo: Texto – Supressiva. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às onze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Ana Rita**, Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. – **Raymundo Franco Diniz**, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Reuniões da CMA e da Ata da 7ª Reunião da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A pauta de hoje é destinada à votação das emendas da CMA ao Projeto de Lei nº 3, de 2014, do Congresso Nacional (Mensagem nº 80, de 2014, na origem), que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015. Até o encerramento do prazo, foram apresentadas três emendas de metas e nove emendas de redação.

Designo o Senador Flexa Ribeiro como Relator das emendas.

Com a palavra o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senadora Ana Rita, Srªs e Srs. Senadores, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei (PLN) nº 3, de 2014, Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências.

Relatório.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei (PLN) nº 3, de 2014-CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências".

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orientará a elaboração da Lei Orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2015, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa Resolução, a CMA tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As emendas são classificadas entre emendas de texto e emendas para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades. Não há limite ao número de emendas de texto que podem ser apresentadas.

Considera-se emenda de texto a que propõe alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2015:

a) textos do projeto (pág. 3 a 64 do Volume I do Avulso);

b) Anexo 1 – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados (pág. 65 do Volume I do Avulso);

c) Anexo 2 – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2015 (pág. 73 a 77 do Volume I do Avulso);

d) Despesas que não serão objeto de limitação de empenho (pág. 72 a 75 do Volume I do Avulso);

e) Anexo 4-1A – Anexo de Metas Anuais 2015/2017 (pág. 9 do Volume II do Avulso); e

f) Anexo 4-12 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (pág. 424 do Volume III do Avulso)

O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de assuntos constantes das Leis Orçamentárias de 2013 e 2014, bem como de ações decorrentes de iniciativas constantes do Plano Plurianual 2012/2015 (Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012).

A apresentação de emendas para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades deve observar o limite máximo de três emendas por Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, nos termos do parecer preliminar aprovado por unanimidade pela Comissão Mista de Orçamento, em 12/11/2014.

Podem ser apresentadas emendas às programações nas áreas de competência regimental da CMA, que, nos termos do art. 26, §1º e Anexos da Resolução nº 1, de 2006 – CN, refere-se aos órgãos orçamentários (Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União e Ministério do Meio Ambiente).

Foram oferecidas pelos membros da Comissão 15 sugestões de emendas que constam do quadro anexo a este relatório.

Entre as propostas, nove são emendas de texto de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, e seis de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Cristovam Buarque. São emendas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

É o relatório, Sr. Presidente.

Análise.

As sugestões de Emendas de texto nºs 7 a 15 foram consideradas meritórias, cabendo o seu acolhimento pela Comissão.

Das programações a que se referem essas propostas de emendas, somente as sugestões de Emendas de nºs 1 e 4, idênticas, estão inseridas no âmbito de órgão que integra a área temática da competência regimental desta Comissão, o Ministério do Meio Ambiente.

As Sugestões nºs 2 e 5 dizem respeito à Ação Orçamentária nº 2.059, que trata do monitoramento da cobertura da terra e do risco de queimadas e incêndios florestais. A ação é desenvolvida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, órgão que não é relacionado à CMO, pelo citado Anexo à Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. No entanto, considerando a importância da atividade da temática do meio ambiente, acatamos a sugestão de emenda.

Finalmente, no que tange às Sugestões nºs 3 e 6, esclarecemos que a Ação Orçamentária 2334, embora seja vinculada ao Ministério da Justiça, guarda pertinência temática direta com esta Comissão por visar a proteção e a defesa do consumidor. Assim sendo, também nos manifestamos favoravelmente em relação a elas.

Voto, Srª Presidente.

Pelas razões expostas e reconhecendo o mérito das iniciativas, somos pela apresentação por esta Comissão das Emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (LDO 2015) de nºs 1 a 6, sendo a nº 1 idêntica a nº 4; a nº 2 idêntica a nº 5; e, finalmente, a nº 3 idêntica a nº 6. Assim como das Emendas ao texto de nºs 7 a 15.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CMA, nos termos propostos pelo Relator.

As emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamentos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço aos senhores a presença e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada pela presença de todos.

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 9H00, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e quatorze, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **CÍCERO LUCENA**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores Cícero Lucena, Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Valdir Raupp e Eduardo Amorim. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. Passa-se à **PAUTA**, destinada à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para debater o tema "Discutir o custeio da Política Reversa e as questões tributárias que envolvem o setor de Resíduos Sólidos", em atendimento ao Requerimento da CMARS nº 3, de 2014, de autoria do Senador Cícero Lucena. Comparecem como convidados: Sr. Marcos Vinícios Carneiro Leão Tapajós, Chefe da Divisão de IPI da Receita Federal do Brasil; Sr. Ney Maranhão, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; e Sra. Cristiane de Souza Soares, Assessora da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A Confederação Nacional da Indústria (CNI) encaminhou um ofício à subcomissão, justificando a ausência. A Presidência concede a palavra aos convidados, que fazem a explanação inicial. Após, a Presidência apresenta seus comentários e considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – **Senador Cícero Lucena,** Presidente da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e Srªs Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião tem como finalidade discutir o custeio da política reversa e as questões tributárias que envolvem o setor de resíduos sólidos.

Já estão compondo a Mesa o Sr. Marcos Vinícios Carneiro Leão Tapajós, Chefe da Divisão de IPI da Receita Federal do Brasil; o Sr. Ney Maranhão, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, cuja presença, nesta reunião, eu agradeço, mais uma vez; Cristiane de Souza Soares, Assessora da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A CNI nos encaminhou a justificativa de sua ausência, que lamento profundamente. Seria um setor, sem dúvida nenhuma, bastante interessado nesse tema; porém, justificou dizendo que tem dois técnicos na área, mas os dois estavam em missão no exterior. Lamento profundamente a ausência da CNI.

Antes de iniciarmos, gostaria de informar que o presidente, no caso o Sr. Robson Braga de Andrade, encaminhou uma carta à Subcomissão, fazendo essa justificativa.

Vou estabelecer o tempo de 15 minutos para cada convidado. Depois, abrirei a palavra aos senhores e senhoras para fazer questionamentos, que também poderão ser feitos via internet pelo público em geral, ou de forma escrita por aqueles que se encontram aqui presentes.

Então, com a palavra, a Srª Cristiane de Souza Soares, representante da Confederação Nacional do Comércio.

A SRª CRISTIANE DE SOUZA SOARES – Bom dia a todos.

Queria agradecer, em nome da Confederação Nacional do Comércio, o convite do Senador Cícero Lucena, e cumprimentar o meu colega e batalhador nessa história toda, o secretário Ney Maranhão e o meu amigo Marcos Tapajós.

Realmente, Senador, é lamentável que esta data não tenha sido propícia à presença da CNI, que capitaneou o estudo sobre o levantamento de tributos e incentivos sobre a questão do custeio da logística reversa.

Tínhamos instalado junto ao MDIC um grupo de trabalho chamado GT3 – nossa amiga do MDIC está ali também. Neste grupo, uma consultoria foi contratada, e foram levantados vários aspectos sobre tributação, ao longo de toda a cadeia da reciclagem, que se inicia no posto de entrega do comércio e vai até a destinação final, nos aterros sanitários.

Esse estudo abrange os tributos que incidem nas várias fases desse ciclo e os incentivos necessários, e acredito que a CNI deva disponibilizá-lo em breve. Então, realmente, é uma pena que eles não estejam presentes.

Vou falar em relação ao ponto de vista do comércio. Apesar de o estudo ter feito o levantamento todo do ciclo, o comércio tem algumas particularidades que o diferenciam em termos de custeio.

Estamos sempre muito acostumados ao que temos em termos de cadeia de produtos e processos. Temos os nossos fornecedores, a indústria assume esses fornecedores, os importadores passam para os distribuidores, que têm todo o seu sistema de logística, até chegar ao comércio.

Quando a lei foi elaborada, acharam que a simples reversão de atores seria suficiente para dar conta da logística reversa. Ao longo da discussão sobre a implantação, a gente viu que isso não é real. Não é simplesmente: o consumidor devolve para o comércio, que devolve para o distribuidor, que devolve para a indústria, que dá a destinação final.

A estrutura é completamente diferente. Então, temos hoje sistemas que já são encadeados, consolidados, onde já sabemos quais são os custos que incidem, as legislações que temos de obedecer, os recursos humanos que precisamos ter, a capacitação de cada um deles e o dimensionamento que precisa disso.

Com a questão da logística reversa, a estrutura da lei determinou que os consumidores devem devolver ao comércio, que deve devolver aos seus distribuidores, através das suas logísticas de transporte, que devem devolver às indústrias ou aos importadores, que devem destinar às recicladoras e, enfim, aos aterros sanitários.

São sistemas em construção e repletos de incertezas, porque muitas das cadeias reversas já possuem legislações que nos engessam. Então, a gente sabe que medicamentos têm legislações específicas que nos engessam; eletrônicos têm algumas legislações que determinam o que são produtos perigosos, em relação a que a gente ainda cria várias incertezas.

Então, a gente não tem, ainda, o modelo e os requisitos necessários – em termos de custos, de legislação que nos ampare, de dimensionamento, de distribuição –, para poder abraçar a questão da logística reversa e o cumprimento da política de resíduos sólidos.

Já há algumas ações em termos de logística reversa. Por força de resolução ou de legislação, há, em funcionamento: pilhas e baterias, que já estão distribuídas em postos de coleta pelo varejo; pneus inservíveis; óleo lubrificante usado e suas embalagens – as embalagens de óleo lubrificante foram regulamentadas pelo primeiro acordo setorial, que foi firmado em 19 de dezembro de 2012 e que funciona sem nenhum tipo de problema, até porque aproveitou-se toda a estrutura já existente montada para o óleo lubrificante usado –; embalagens de agrotóxicos, que também funcionam sem grandes problemas – seu sistema foi construído com base em uma resolução do Conama.

Também existem todas as ações voluntárias para: embalagens em geral – papelão, embalagens de supermercado –; eletroeletrônicos, com algumas iniciativas voluntárias; óleo comestível usado; medicamentos; lâmpadas fluorescentes; aparelhos de telefonia móvel e seus acessórios. São iniciativas voluntárias, parcerias entre o comércio, a indústria e distribuidores também. A Abad é um grande parceiro em muitas dessas nossas iniciativas.

Com relação ao custeio das logísticas reversas, existe a nossa proposta do ecovalor. O que é essa proposta? Um modelo europeu onde se tem, de forma visível, destacado, se possível, na nota fiscal, o valor que está sendo levantado para que se custeie todo esse processo reverso e se dê a destinação final do produto pós-consumo.

A princípio, a gente tem esse modelo. Fabricantes e importadores destinam a uma entidade gestora. Quase todos os nossos modelos que estão sendo discutidos em acordo setorial levam em consideração uma entidade gestora que vai proporcionar a distribuição dos postos de coleta, as estruturas necessárias a esses postos, a geração de relatórios para o Ministério do Meio Ambiente, os controles de volumes que foram coletados, tudo isso estaria ao encargo da entidade gestora.

Então, esse valor é destinado a simples custeio de logística reversa. Todas as entidades a serem criadas – assim como já existe na logística reversa de embalagens de agrotóxicos – são entidades sem fins lucrativos. Na verdade, a gente já tem um modelo de sucesso no Brasil, o inpEV, o instituto criado para a logística reversa de embalagens de agrotóxico, que funciona e é caracterizado como uma entidade sem fins lucrativos. Todas as entidades gestoras que a gente está modelando também vão ter esse mesmo padrão.

Por que se está requerendo a explicitação, na nota fiscal, desse valor sobre o qual se está fazendo o levantamento para que ele seja identificado e destinado exclusivamente à logística reversa? Exatamente por conta da desoneração dessa nova alíquota do custeio.

Vou pegar o exemplo em que já se tem o valor mais bem claramente definido: as lâmpadas mercuriais. Se não houvesse tributação dos impostos do jeito como eles funcionam hoje no Brasil, isto é, em um formato de tributação em cascata, o valor do custeio para você pegar uma lâmpada que o consumidor entrega num posto de recebimento do comércio – para se fazer a descontaminação de mercúrio – e o destinar até o final está em torno de 40 a 50 centavos, o valor simples, apenas para fazer o custeio dessa descontaminação e destinação final da lâmpada.

Se, por acaso, nós não formos desonerados desse valor de custeio, Senador, nós vamos chegar a ter um valor entre 1,20 e 1,50 do valor da descontaminação da lâmpada, porque os impostos vão incidir em cima desse valor também que estamos destinando para a descontaminação da lâmpada mercurial. Isso é um exemplo de lâmpada.

A gente fez alguns ensaios em relação a eletroeletrônicos, baseados até no que é o custo na Europa, para a destinação de uma geladeira. A gente estima que possa chegar ao valor entre R$45,00 e R$50,00 porque vai depender muito da distância que você vai ter que percorrer em relação à destinação desse produto. Cinquenta reais seria o custo em termos de ele apenas pegar, desmontar e dar destinação final das peças e de todas as partes da geladeira.

Se não houver a desoneração desse valor de R$50,00, uma geladeira hoje pode chegar a um custo maior, até R$150,00 do valor do custeio para o Sistema de Logística Reversa.

Hoje, uma geladeira dentro do Programa Minha Casa Melhor está na faixa dos R$700,00 a R$770,00. Então, vai bater perto dos R$1.000,00 o valor da geladeira que está dentro de um programa do Governo Federal.

Então, isso é preocupante para nós, é preocupante para o comércio, acho que tem que ser preocupante para o Governo também, porque vai impactar também as políticas públicas.

Vamos para o próximo.

A destributação direta no produto.

Temos atualmente o custo do produto mais o IPI, mais o PIS, mais o Cofins, mais o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, mais a Contribuição sobre o Lucro Líquido, e isso é transpassado para o atacado e o varejo.

Você tem de novo o custo do produto mais IPI, PIS, Cofins, Imposto de Renda e mais o ICMS, não estamos nem falando de *markup* nem de margem de lucro. Se formos incorporar a logística reversa, vamos ter todos esses valores mais o valor do custeio da logística reversa. Aí, ele não vai ser automaticamente apenas liberado para o varejo, primeiro ele é liberado para o atacado e do atacado ele é liberado para o varejo. Quando ele chega ao varejo, além desses custos todos e do custo ainda do valor da logística reversa, vamos ter ainda o custo da operação dos locais de coleta, que ficou sob responsabilidade exclusiva do varejo, mais todo o valor de IPTU daquela cessão de espaço. Em relação a isso, temos algumas iniciativas voluntárias em que fizemos o valor de cada ponto de coleta desses.

Eu peguei um ensaio em relação a custos de loja em Brasília e Rio de Janeiro.

Então, nos bairros que têm comércio mais ativo, a gente teria um custo anual que poderia variar entre R$1.512,00 até quase R$7.700,00, como, hoje, por exemplo, Águas Claras, que está valendo mais que a própria Brasília. Então, só esse valor do metro quadrado comercial anualmente seria o custo do comércio em termos de custeio direto, sem contar com os impostos, considerando que um coletor para embalagens em geral irá ocupar em torno de $9m^2$, podendo chegar, em algumas estações de coleta, a ter $12m^2$. Isso está tudo nos nossos estudos; o Secretário sabe que não estou exagerando.

No Rio de Janeiro, que é considerada hoje uma das cidades mais caras do Brasil, a loja de um bairro popular, como a Tijuca, teria o valor médio, anual, do metro quadrado, de R$3.564,00, podendo chegar a bairros, como Ipanema e Leblon, a R$13.392,00 o metro quadrado/ano. Então, é um custo, sem contar os impostos, sem contar a questão da operação.

Considerando a experiência do Grupo Pão de Açúcar, que tem uma parceria já há quase 15 anos com a Unilever, começou-se elaborando pequenas estações de coleta. E, hoje, as estações são até um pouco maiores, algumas chegam a ter $15m^2$, porque elas são mais integradas, elas têm um interior onde você consegue ter um armazenamento desse material por mais tempo. Elas têm um custo médio mensal de R$2 mil. Hoje, o Grupo Pão de Açúcar possui 127 estações espalhadas, a um custo de R$254 mil ao ano. Então, não são custos pequenos, são custos médios. Eu conversei com o…

(*Soa a campainha.*)

A SRª CRISTIANE DE SOUZA SOARES – … relações institucionais do Grupo Pão de Açúcar. Há algumas estações que custam mais de R$2 mil, porque depende muito do subsídio. Hoje, o modelo que o Pão de Açúcar adota é um modelo que dá até um subsídio para a cooperativa que atua em parceria. Então, é um modelo cujo custo adotado a gente precisa levar em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Srª Cristina, permita-me só um esclarecimento em relação à anterior. Dois mil reais mensais, com 127 estações, dão R$254 mil por mês, e não por ano.

A SRª CRISTIANE DE SOUZA SOARES – Isso. Desculpe. É que eu coloquei errado ali. Isso aí é, ao mês, para o valor de todo o grupo. Ao ano, dá mais que isso.

Bom, hoje, a gente tem já em funcionamento 750 pontos de coleta de pneus, no varejo –, mais 970 pontos de coleta de pilhas e baterias, mais 5.714 postos de coleta de equipamentos de telefonia, funcionando sem qualquer tipo de incentivo ou subsídio.

Nas estimativas que nós estamos fazendo dentro dos acordos setoriais estão previstos mais ou menos 4.500 postos de coleta para eletroeletrônicos, 4.000 pontos de coleta para lâmpadas mercuriais e cerca de 5.000 pontos para a coleta de medicamentos.

Também sabemos que esse custo, principalmente para medicamentos, para as pequenas farmácias, que são negócios de pequeno porte, será extremamente pesado.

Em termos de impactos diretos, de que já estamos fazendo todo esse levantamento, teremos uma elevação dos custos operacionais dos estabelecimentos comerciais de forma direta, porque temos que disponibilizar funcionários, postos. Vamos perder área de venda nas lojas. Vamos ter que disponibilizar a manutenção desses postos de coleta, porque o valor que está explícito para o custeio da logística reversa não contempla esse tipo de custo, o custo direto do comércio.

A perda de competitividade entre algumas cadeias está sendo considerada. Pode ser que os pequenos negócios não suportem todos esses custos e haja uma concentração de mercado para as grandes redes e a redução na oferta de vagas de emprego.

Em relação aos impactos indiretos, prevemos, se não houver desoneração, uma certa inflação, sim, uma pressão inflacionária; o aumento da informalidade para alguns produtos – temos esse temor principalmente em relação à questão das lâmpadas mercuriais –; e o desabastecimento regional, que é um fantasma que temos tentado verificar de que forma podemos driblar.

Em termos de benefícios tributários para o comércio, a desoneração das alíquotas tributárias referentes ao valor do custeio, ainda que não seja um benefício direto para o comércio, é um benefício indireto, porque,

se nós tivermos valores que aumentem os preços, é claro que vai haver uma retração do consumo. Nós temos noção clara de que vai haver uma retração do consumo.

A desoneração das operações logísticas, que também não foram contempladas. Houve talvez um *gap* na lei que fez com que o transporte não fosse contemplado. O transporte não foi considerado dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos e é parte extremamente importante dentro desse sistema.

Em relação aos efeitos diretos que o Governo Federal poderia nos dar em termos de compensação seriam as compensações no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. O nosso maior custo está no custo direto de operação, que seria ICMS, em que na verdade o Governo Federal não tem influência, porque é dos Estados. E o IPTU também deveria ter uma compensação, já que vai ser um benefício para o Município, e o comércio vai perder uma área de venda dele, ou uma área de estacionamento, cujo IPTU é cobrado de toda forma.

Então, é isso que nós temos para colocar em relação ao comércio. Nós participamos do GT3, então a nossa visão é um pouquinho diferente da visão da indústria. Sabemos que os custos que a indústria considerou são custos que nos impactam também, mas temos outros impactos em que precisaremos do apoio, principalmente dos ministérios, das secretarias estaduais do meio ambiente, dos órgãos municipais do meio ambiente, para que consigamos dar esse pontapé inicial nos Sistemas de Logística Reversa que estão sendo planejados com a participação do varejo.

Obrigada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Agradeço à Drª Cristiane de Souza Soares, que representa a Confederação Nacional do Comércio.

Passo a palavra ao Sr. Marcos Vinícios Carneiro Leão Tapajós, que é o Chefe da Divisão do IPI da Receita Federal.

O senhor tem 15 minutos, podendo ser prorrogados, principalmente se for para dar boas notícias!

O SR. MARCOS VINÍCIOS CARNEIRO LEÃO TAPAJÓS – Um bom-dia a todos. Agradeço a oportunidade dada à Receita Federal nesta manhã e cumprimento o Senador Cícero Lucena, na pessoa de quem cumprimento todos os participantes e espectadores.

O meu papel aqui, em princípio, não é confortável. Mas eu queria fazer, primeiro, algumas considerações mais gerais, porque eu acho que este fórum aqui vai nos impor esse limite. Quer dizer, a gente não vai conseguir sentar e construir gráficos, construir situações para que a gente possa chegar a uma conclusão de tal ou qual medida que deva ser adotada, sem prejuízo de a gente estar à disposição, a Receita Federal estar à disposição para construir essas eventuais soluções que sejam necessárias.

Falando no aspecto mais geral, alguns anos atrás, tinha saído recentemente a lei, e eu fui participar de uma reunião no Ministério do Meio Ambiente, em que estava se instalando o grupo técnico em que tinha vários representantes do Governo. Eu me lembro que era em uma sala grande do Secretário Executivo do Ministério, e ia entrando gente, entrando gente, entrando gente, não coube na sala e ficou gente em pé.

Então, eu acho que essa quantidade de pessoas dava um pouco a dimensão do tamanho do desafio que se colocava naquele momento, e continua. Apesar de eu ter me afastado um pouco dessa discussão da política de resíduos sólidos e da logística reversa, por consequência, eu sei que o desafio continua. Algumas soluções já se apresentam e alguns problemas também.

É um desafio, e a Receita Federal, como órgão de Governo, está inserida nesse desafio, até porque a lei dá o comando de que a política vai contar, ou deve contar, com incentivos tributários. E, aí, é interessante porque a própria lei dá o comando, mas ela não esmiúça, ela não adentra mais em detalhes de como isso vai ser feito. E isso tem um motivo, que é a complexidade do que tem que ser feito. E essa complexidade traz, talvez, uma sensação de – eu não queria usar a expressão, mas está me faltando uma melhor – que a Receita Federal tem uma natural má vontade, por se tratar, ao fim e ao cabo, de algum tipo de desoneração tributária, e não é verdade.

A Receita Federal tem o papel institucional de prover o Estado de recursos, mas, efetivamente, a destinação dos recursos, a forma como se vai gastar é a decisão política fundamental do Governo, e aí eu tomo a palavra governo numa acepção maior, o poder político, o Congresso Nacional e o Poder Executivo. Esses definem quais são as prioridades para gastar os recursos.

A Receita Federal não participa efetivamente. Apesar de ser um órgão do Poder Executivo, ela não tem a voz definitiva de como se gastam os recursos. No entanto, ela tem uma atribuição legal e institucional, que é apontar eventualmente as dificuldades de uma determinada medida que esteja sendo estudada ou adotada. É por isso que a Receita Federal muitas vezes aparece como que apontando problemas ou sendo contra. Na verdade, ela não está sendo contra a adoção da medida; ela está apontando que a adoção daquela medida daquela maneira pode trazer tal ou qual problema.

O que salta aos olhos nesse papel da Receita Federal é sempre a renúncia; ela faz uma conta e aponta, muitas vezes, para o Ministro da Fazenda, para a Presidência da República, que aquilo apresenta um gasto de tanto, um valor, e lá o Presidente, o Congresso vão tomar a decisão sobre o que fazer com aquele número. Então, esse é o primeiro papel da Receita Federal.

E o segundo papel da Receita Federal, muito importante também, que, por sinal, é sempre lembrado para os servidores pelo Sr. Secretário da Receita, que chega a ser até uma obsessão dele e que é também uma demanda da sociedade atualmente, é a simplificação das obrigações tributárias. A gente ouve isso todo dia, e a Receita Federal, como órgão responsável por criar e administrar as obrigações tributárias, também é demandada nesse sentido. Essa é uma preocupação muito grande do Secretário da Receita.

Sempre que a gente vai discutir na Receita Federal uma medida, uma proposta, a gente tem isso em mente porque a simplificação é, em si, um objetivo a ser perseguido e também é um potencial inibidor de disputas futuras, que também é uma preocupação da Receita como instituição, ou seja, diminuir a litigiosidade no nascedouro, na elaboração da norma, não deixar para que isso seja discutido depois no contencioso.

Então, essa dupla análise é feita pela Receita Federal.

Por exemplo, criação de um crédito presumido. Muitas soluções de regimes passam por propostas desse tipo: criação de crédito presumido. Muitas vezes, a gente não está sequer discutindo o mérito da proposta, como não se discute aqui. Ninguém vai discutir o mérito que está implícito nesse programa. O que a gente precisa discutir é como fazer; de que forma a gente vai atingir esse objetivo.

Por exemplo, com o crédito presumido, muitas vezes a gente tem que apontar numa determinada proposta que aquilo ali não vai se prestar a atingir aquele resultado.

A gente tem discutido recentemente com alguma frequência o crédito presumido dos resíduos sólidos dos catadores, das cooperativas de catadores. Aquela medida foi criada há alguns anos e tinha, na sua criação, no seu pressuposto, o incentivo à formalização de cooperativas por catadores de lixo, de resíduos. Ela nasceu dessa forma e foi implementada dessa maneira. De lá para cá, houve várias propostas de alteração daquele programa, daquela medida.

Muitas vezes essas propostas vêm da seguinte maneira: por exemplo, a gente propõe que se isente o IPI de produto reciclado. Já houve algum tipo de proposta nesse sentido. É claro que a Receita Federal não vai se manifestar quanto ao mérito dessa proposta porque ela é uma proposta que socialmente para o País é boa, o que se busca com ela. O problema é: como dou isenção de IPI para um produto reciclado? O que é produto reciclado? Que tipo de componente tem nesse produto? Vai haver um percentual de produto reciclado? Como controlo isso? Como calculo isso? Então, tudo isso a Receita Federal tem que apontar.

No aspecto técnico, tem de se manifestar da seguinte maneira: dessa forma como veio a proposta, a gente não tem sequer como aplicar. Então, ao final das contas, a gente tem que dizer que "dessa maneira a Receita Federal, em relação ao aspecto técnico, se posiciona contrariamente".

Não sei se entendem a diferença entre se manifestar de forma contrária a um programa, a uma ideia, a uma necessidade e se manifestar de forma contrária a uma determinada concretização, a uma forma de se atingir aquele resultado. Disso a gente não pode escapar, na condição de servidor da Receita Federal; a gente tem que ter essa preocupação. E a preocupação também – e nesse sentido temos que estar sempre à disposição – de tentar construir a forma como a Receita Federal possa se inserir nesse processo para ajudar a atingir os objetivos da lei.

Eu queria fazer só essas observações de caráter geral para que a gente realmente possa entender que muitas vezes construir uma solução tributária para algum tipo de demanda muitas vezes demora ou às vezes não se concretiza não porque o fim em si seja menos importante, não; exatamente pela complexidade da medida que precisa ser adotada.

Então, passando aqui para algum aspecto mais objetivo, a inserção de medidas tributárias nesse programa é de uma complexidade bastante razoável.

A Drª Cristiane mencionou "destaque de valor em nota fiscal". Destaque de valor em nota fiscal para mim, que trabalho na Divisão de IPI, para o imposto, é uma realidade. O imposto já é por natureza destacado em nota fiscal. Esse é o sonho, hoje, por exemplo, do PIS e Cofins, que não têm a natureza de um imposto ao qual a gente se refere tecnicamente como sendo indireto, que, apesar de ser uma terminologia um pouco imprecisa, para o que a gente precisa aqui, é bem útil; essa terminologia é bem útil.

Então, o IPI, por ser um imposto indireto, tem, por característica, ser destacável do valor do produto de que se trata. O PIS e Cofins não têm essa característica. O nosso sonho dentro da Receita Federal é que tivessem porque a gente poderia… Hoje o PIS e Cofins, acho que todos sabem, é não cumulativo em várias hipóteses; como regra, é não cumulativo. Só que é não cumulativo sem ter o mecanismo que o IPI tem, por exemplo, do destaque em nota fiscal. Isso já foi conversado, isso é um objetivo que se almeja, mas ainda não existe.

Então, é uma dificuldade. Informar em nota fiscal um valor que, por natureza, não está em nota fiscal pode representar, dependendo do grau que a gente esteja falando, uma desinformação. Essa discussão foi muito presente na lei que obrigou a que os valores dos tributos estivessem destacados em nota fiscal, que fossem informados em nota fiscal, melhor dizendo. As discussões que trouxeram essa obrigatoriedade mostram que o assunto é muito complexo.

Quanto a IPI e ICMS, que têm a mesma natureza do IPI nesse aspecto, é mais simples. E os outros? E quanto aos outros tributos que são diretos e que não têm repercussão direta no comércio? Então é um assunto que ainda está em aberto.

Uma outra questão que também se tem que levar em conta é que muitos desses tributos para os quais se busca a desoneração são tributos – e aí usando de novo a terminologia – indiretos, são tributos que gravam a produção e circulação; em contraposição aos tributos diretos – Imposto de Renda, IPTU –, que gravam o patrimônio diretamente.

Tributos sobre a produção, qualquer tipo de benefício sobre eles tem que ser muito bem pensado e bem construído porque eles são potencialmente geradores de distorções de comércio. Para ficar bem claro o que estou querendo falar, a gente, por regras internacionais, não pode tratar de forma diferenciada, quanto a tributos sobre comércio, produtos importados e produtos produzidos no País. E a gente está enfrentando, agora, uma discussão grande com a OMC, que está questionando uma série de programas de regimes de Governo brasileiro. Então, qualquer mecanismo que pareça favorecer apenas produtos locais é um problema. Geralmente, os incentivos são construídos de forma a fornecer algum tipo de contrapartida ou algum tipo de requisito para que os benefícios sejam aplicáveis. E esses requisitos são,geralmente, o que levam a configurar o tratamento diferenciado.

Por hipótese, um determinado crédito presumido é criado para um determinado produto que cumpra determinados requisitos. Se esses requisitos forem de tal maneira que um produto importado tenha dificuldade de cumprir, a gente já pode estar frente a uma potencial alegação de tratamento diferenciado. E isso é muito grave com tributos sobre a produção e circulação, porque são aqueles exatamente que geram distorções de comércio, se houver esse tipo de diferenciação entre produto nacional e importado.

Quando eu, particularmente, participo desse tipo de discussão, eu sempre sugiro que a gente pense também, como foi colocado aqui na apresentação, nos tributos diretos. Por exemplo, na esfera federal, a gente tem Imposto de Renda, a gente tem uma série de incentivos de Imposto de Renda que estão em vigor. Por exemplo, é muito comum, na área de desenvolvimento tecnológico, incentivos na área de Imposto de Renda. É muito mais simples de administrar, é muito mais simples de construir e de explicar depois como funciona o benefício.

Um ponto crítico, talvez, seja o IPTU, que foi citado aqui, como um dos pontos sensíveis ao comércio.

Outra observação que eu faria é a seguinte: pelo que venho participando de discussões, não esta especificamente, mas muitas de desoneração, na área federal, sempre me fica a impressão de que a gente corre o risco de, adotada a medida, não ter todo o resultado benéfico que ela pudesse provocar, muitas vezes porque o ICMS fica fora da discussão. E o ICMS é uma discussão difícil, porque envolve 27 Estados, 27 entes tributantes, com a sua própria legislação, que são reunidos num Confaz, que é o fórum apropriado para essa discussão.

Então, muitas vezes, dá-se a impressão de que a medida não tem toda a eficácia; de que muitas medidas que são adotadas na esfera federal não têm toda a eficácia que poderiam ter, por conta ainda do ICMS, que foi lembrado aqui também como um potencial ponto sensível.

Esta é a mensagem que eu queria trazer: explicar um pouco como a Receita Federal atua num fórum como esse, num programa como esse, dizer das nossas preocupações e deixar aqui a Receita Federal à disposição.

Eu acho que com esta discussão, como eu falei no início, as medidas tributárias vão nascer – e parece-me que precisam nascer –, mas elas vão nascer de uma discussão um pouco mais tecnicamente complicada. Então, é necessário sentar-se à mesa e dizer: conheça exatamente a situação, porque só conhecendo a situação a gente consegue saber o que incide, da forma como incide, quanto incide e como é que se retira. Muitas vezes, o que falta é conhecer um pouco mais como funciona a realidade de um determinado fato, para saber como aquele fato pode ser desonerado. Então, essa é uma discussão difícil e para a qual a Secretaria da Receita Federal se coloca à disposição, aqui, na medida em que houver necessidade, no avanço das discussões.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Marcos Vinícios Leão Tapajós, Chefe da Divisão de IPI da Receita Federal do Brasil.

Passo a palavra ao nosso último palestrante, Dr. Ney Maranhão, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. NEY MARANHÃO – Eu queria cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro; cumprimentar também o Senador Cícero Lucena, que teve que se afastar momentaneamente, e, ao cumprimentá-lo, agradecer a oportunidade, mais uma vez, de estar aqui em um debate deste ciclo que o Senador Cícero Lucena preside, feli-

citando-o também por este ciclo extremamente oportuno, bastante diversificado, que permitirá não apenas uma discussão sobre os temas ligados à gestão e à política de resíduos sólidos, mas também à discussão das diversas visões que os atores neles envolvidos possuem.

O Senador Cícero Lucena tem uma atuação, já de longa data, na questão dos resíduos sólidos. Eu me lembro das iniciativas, quando prefeito, do Lixão do Roger, um trabalho bastante complexo e pioneiro até muito antes de a nossa lei estar em vigor.

Também queria saudar a representante da Confederação Nacional do Comércio, nossa colega Cristiane, que tem participado de várias discussões das diferentes cadeias de logística reversa; cumprimentar o nosso companheiro Marcos Vinícios Tapajós, da Receita Federal; e cumprimentar todos os presentes.

Ao destacar que o nosso tema, hoje, é custeio da logística reversa e as questões tributárias que envolvem a Política Nacional de Resíduos Sólidos, eu queria fazer um contraponto à manifestação do comércio, com suas preocupações e suas dificuldades de desenvolver uma logística reversa frente aos custos dele; e também às posições do Marcos Tapajós, que colocou as preocupações da Receita e as dificuldades e as complexidades que há numa tomada de decisão da Receita Federal ou implicações em comércio exterior, em política de preços, em inflação, em vários outros aspectos envolvidos.

A questão que eu pretendo tratar é tentar fazer um posicionamento da questão da Política Nacional de Resíduos Sólidos, sua estrutura, como é que essas discussões se encaixam dentro do modelo que foi desenvolvido pela lei e pelo Decreto 7.404 e em que pé se encontram as negociações, as reivindicações, as diferenças de posições que têm permeado o debate na construção das cadeias de logística reversa no âmbito do Cori, que é o nosso Comitê Orientador para a Implantação da Logística Reversa.

A questão dos resíduos sólidos é uma questão que fala a todos nós, mas que respeita diretamente àqueles a quem compete decidir sobre política fiscal e alocação de recursos financeiros públicos e também àqueles que vão despender esses recursos para concretizar essa política.

A nossa Política Nacional de Resíduos Sólidos surge depois de duas décadas de discussão no País, num contexto mundial de transformações, que aquele gráfico reproduz mais ou menos, onde se instalou uma sucessão de inovações, transformações, preocupações, ajustes econômicos, dialogando com uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e tendo como eixo condutor a sustentabilidade ambiental.

Esse eslaide que nós colocamos apresentam o que os nossos pesquisadores entendem como seis ondas de inovação que percorreram as atividades econômicas desde a Revolução Industrial, com a indústria têxtil se instalando, tendo como combustível principal os recursos hídricos à margem dos rios, que moviam as rodas d'água para poder gerar energia, para poder ter ar, até o momento atual. Toda tecnologia que nós temos hoje, todos os recursos com que podemos contar, entram num conflito com uma estrutura jurídica, com uma estrutura fiscal, com uma estrutura de comercialização, que já não serve mais para uma realidade que hoje exige um cuidado ambiental, de um lado, velocidade de resposta do outro e qualidade dessa resposta, para poder fazer frente a todos esses desafios.

Lembro que essa Política Nacional de Resíduos Sólidos levou 20 anos sendo discutida, duas décadas. Ela pega exatamente o final dessa quinta onda, já na década de 2000, e o início da sexta onda, que é a onda da sustentabilidade, da economia verde, da ecologia industrial e de diversos processos mais limpos de produção.

Essas leis que envolvem implantação de políticas nacionais são leis que também demandam um processo longo, porque elas vêm exatamente para substituir um quadro que já não atende e que precisa ser recriado. Nesse processo, temos exemplos de diferentes políticas, como, por exemplo, a Política Nacional de Recursos Hídricos, que foi estabelecida em 1997 pela Lei 9.433, 17 anos de idade, e que ainda vem sendo construída em muitos dos seus aspectos; ainda não está finalizada. Portanto, nós temos pela frente uma boa década de construção dessa política, com vários ajustes sendo necessários acontecer.

Então, a nossa política, instituída pela Lei 12.305, em 2010, representa exatamente uma ruptura de uma relação que a sociedade tradicional mantinha com os resíduos sólidos que ela produzia. Havia uma despreocupação quanto à quantidade dos resíduos produzidos; havia uma despreocupação quanto ao destino a ser dado a eles; e eles simplesmente eram lançados em lixões a céu aberto, com todos os riscos que envolvem saúde pública, contaminação e qualidade de vida bastante precária nessas regiões onde os lixões se instalavam.

Não foi escopo da lei, que representa uma política nacional, e nem ela poderia fazer isso, quer dizer, não foi o escopo dela contemplar o detalhamento de uma complexa operacionalização nas dimensões espacial, setorial, econômico-financeira e operacional, como vimos a Cristiane e o Marcos aqui descreverem alguns desses aspectos.

Esse detalhamento, eu imagino que vai ter que acontecer ao longo do próprio processo de implementação do sistema de gestão dos resíduos sólidos e as atividades do vários GTs (Grupos de Trabalho) que foram

criados, seja no âmbito do comitê interministerial, seja no âmbito do Cori e em outros espaços que venham a ser criados para essa discussão se estabelecer, se manter, prosperar e chegar a conclusões que possam nos servir.

A lei propõe uma estratégia global integrada e progressiva, de responsabilidades e de caminhos para a gestão. Ela traz metas, traz normas para todos. E o que ela requer? Ela requer que passemos a construir arranjos institucionais específicos para diferentes situações. A lei fala em consórcios intermunicipais, uma figura nova; fala em associações, cooperativas, entidades gestoras, figuras novas na nossa legislação, figuras novas no nosso dia a dia e que terão que ser construídas através de muita discussão, de erros, de tentativas, de acertos, de aperfeiçoamentos; ela fala da inclusão de catadores; fala da mudança nos processos e nos produtos – uma produção e um consumo sustentáveis, portanto –, de forma a reduzir a geração de resíduos. No seu detalhamento, haverá necessidade de promover, sim, ajuste na legislação tributária. E também por que não falar da criação de linhas de crédito e de estímulos fiscais, para que esses ajustes possam acontecer?

São temas que fogem a uma competência do Ministério do Meio Ambiente, mas que, na estruturação da implementação dessa lei, ela, prudentemente e de forma correta, incluiu a participação de vários outros ministérios do nosso Governo, destacadamente os Ministérios da Fazenda, da Indústria e Comércio, da Saúde, da Agricultura, que terão espaços a ocupar e contribuições a nos oferecer.

Ela também fala de uma responsabilidade compartilhada – e não de uma responsabilidade estendida –, que vai desde o produtor ou do importador, aquele que introduz a mercadoria no país, até o consumidor final.

A Cristiane mostrou algumas imagens de uma corrida de passagem de bastão. É mais complicado do que isso, na verdade. Nós temos que recriar uma logística que sabemos fazer para ir e sabemos fazer para voltar também, quando se trata de garantia de produto e de *recall*. Mas ainda não sabemos fazer direito e completamente em todas as cadeias, em todos os setores da nossa produção, quando se trata de pegar um produto que ia ser descartado e reciclá-lo. Quer dizer, gerar novos insumos, tirar a pressão sobre recursos naturais, reaproveitá-los; como conviver com a aplicação de tributos sobre esses materiais; como considerar a participação que eles têm, que vai variar de indústria para indústria, do mesmo setor vai variar de indústria para indústria; como compatibilizar isso tudo e fazer, acima de tudo, de forma justa, correta e eficaz. Esse é o nosso grande desafio.

Não se pode pensar que essas coisas sejam resolvidas por um decreto, não se pode pensar que sejam resolvidas numa reunião num cafezinho ou num seminário. Isso vai levar muito tempo sendo discutido. Mas eu acho que não podemos perder a oportunidade de começar a implantar. Isso tem que começar a acontecer, até porque, dentro dos editais que colocamos, previmos que, depois de dois anos de aplicação de cada cadeia dessas, vamos revisar. Durante a sua aplicação, a sua implementação, vamos acompanhar, por meio de relatórios periodicamente elaborados e examinados, produzidos pelos responsáveis por essa cadeia, pela entidade gestora, se for uma entidade gestora, por representantes das associações de indústrias, se for o caso. Enfim, vamos receber relatórios periodicamente, vamos avaliar o que funcionou, o que não funcionou. Há metas para serem cumpridas, vamos verificar se essas metas estão sendo atendidas igualmente em todo o Território, e, ao fim de dois anos, seremos mais capazes do que somos hoje de produzir um acordo mais duradouro, mais justo também e que represente os desejos da nossa sociedade.

Destaco o fato de que, raras vezes, vi um assunto empolgar e envolver tamanhamente a nossa sociedade. Na verdade, todos nós somos atores desse processo de construção dessa Política Nacional de Resíduos Sólidos porque somos, em última análise, consumidores, estamos lá na ponta da cadeia, quando não estamos também trabalhando numa empresa, ou quando não estamos num governo envolvidos exatamente em gerir essa cadeia toda. Então, nós tivemos vários atores participando.

Queria também destacar a orientação participativa que foi impressa à gestão dos resíduos sólidos desde o início. Desde a elaboração do decreto, foram feitas discussões com todos os interessados, foram identificadas as etapas a cumprir, foram realizadas três rodadas de negociação para estabelecer esse decreto com a sociedade civil, com os ministérios, com órgãos do Governo, todas coordenadas pela Casa Civil naquela oportunidade, com representações de Estados e Municípios, para que pudesse esse decreto refletir tantas diferenças como as que existem num País continental como o nosso.

E a implementação da lei vem sendo feita através de todos os ministérios com competência sobre o assunto, atuando individualmente em sua esferas de competência e em colegiados que foram criados com diferentes níveis hierárquicos e abrangências, que são responsáveis por decisões e orientações.

Três desses colegiados são extremamente importantes. O primeiro é o Comitê Interministerial, que tem na Ministra de Estado do Meio Ambiente sua Presidente e que reúne dez ministérios, a Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria de Relações Institucionais.

O Cori (Comitê Orientador para a Implantação da Logística Reversa), que reúne cinco ministérios – Meio Ambiente, Saúde, Fazenda, Indústria e Comércio e Agricultura –, foi o grande responsável por todo o processo de identificação das cadeias de logística reversa, dos estudos de viabilidade que envolveram as decisões que

levaram aos editais de chamamento público, que, por sua vez, orientam, norteiam a análise das propostas recebidas para a implantação da logística reversa.

São sistemas complexos, que requerem um planejamento cuidadoso, regras detalhadas, e que vão resvalar nas questões tributárias.

Também ainda um terceiro colegiado importante nesse processo é o CIISC (Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis), que desenvolveu alguns programas, como o Pró-Catador, e hoje o Cataforte, que visam, primeiro, capacitar os catadores e, segundo, abrir caminho, inclusive, para que a gente possa, finalmente, tê-los no processo de coleta seletiva de reciclagem, fora dos lixões. Que eles também possam se organizar em cooperativas, associações ou individualmente e possam vir a atuar como empreendedores.

Em relação ao comitê orientador, vejam como a lei já se antecipava, o decreto se antecipava, em vários aspectos, a essa questão do rebatimento tributário, do custeio dessa cadeia.

Entre as responsabilidades e competências do comitê orientador de logística reversa, estão: orientação estratégica para a implementação dos sistemas; cronograma para a implantação; aprovação de estudos de viabilidade técnica e econômica – começamos a entrar nos caminhos da economia, das finanças e dos custos –; deferimento de diretrizes metodológicas para avaliação dos impactos sociais e econômicos dos sistemas de logística reversa; e, por fim, a sua nona competência, a promoção de estudos e proposição de medidas de desoneração tributária das cadeias produtivas sujeitas à logística reversa e à simplificação dos procedimentos para o cumprimento das obrigações acessórias relativas à movimentação de produtos e embalagens sujeitos a essa logística.

O Coren começou sua tarefa, primeiro, identificando que cadeias eram; em um segundo momento, ele fez estudos de viabilidade e definiu como seria o edital de chamamento, quais seriam as condições que teriam que ser atendidas; e, por fim, lançou os editais, aprovou o lançamento dos editais.

Agora, o Coren vai iniciar exatamente essa tarefa, vai começar a dar mais atenção. Ao receber essas propostas e aprovar essas propostas e começar a implantar essas cadeias, ele vai dar atenção exatamente a essas medidas de natureza desoneradora dos tributos dessas cadeias para poder sugerir.

No Coren, estão o Ministério da Fazenda e o Ministério da Indústria e Comércio, dois ministérios vitais para se discutirem custos de produção, processos de produção, tributos e formas de arrecadação.

A política nacional vem sendo implementada com frentes simultâneas; múltiplas frentes estão sendo atacadas em um processo que envolve elaboração de planos, como o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que já está concluído e já passou por quatro conselhos onde ele tinha que ser apreciado – e foi apreciado de forma positiva –, faltando apenas o Conselho de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento, conselho este que ainda não foi instalado. Portanto, nós vivemos uma situação kafkiana, de ter que passar por algo que ainda não está instalado. Então, está parado, aguardando a instalação desse conselho, para que cumpra a última condicionante para que ele tenha plena aprovação. Só que ele vem sendo já aplicado, serve de referência, nós trabalhamos com ele, os outros ministérios trabalham, a indústria, o comércio, ninguém deixa de levá-lo em consideração.

Além do plano nacional, temos os planos estaduais e temos os estudos de regionalização, que permitem a criação dos consórcios. Faz-se uma análise de quais consórcios, quais Municípios podem se juntar formando consórcios. Esse também é todo um sistema novo de raciocínio, porque os Municípios estão acostumados a trabalhar individualmente e, agora, têm que trabalhar consorciadamente, Municípios de diferentes portes, com diferentes produções, rateios de custos, contabilidade pública, uma série de situações novas que nós vivemos também aí.

Temos também os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, que os Municípios precisam fazer. E, como o Município é o poder concedente da coleta, limpeza pública e destinação final de rejeitos, o Município, para operar adequadamente essa destinação final, tem que ter um planejamento para saber como é que vai reduzir a quantidade de resíduos nos diferentes momentos da redução, da recuperação, da reciclagem, da reutilização, do reaproveitamento, do tratamento, e, por fim, aquilo que não puder passar por nenhum outro lugar e ficar, então, esse será o rejeito que será destinado.

Como é que eu posso delimitar, dimensionar um aterro sanitário se eu não sei, daquela quantidade de resíduos que eu produzo hoje, o que será o rejeito de amanhã? Porque esse dimensionamento, esse espaço que eu vou precisar para construir um aterro sanitário é crítico nesse processo, e, só através de um planejamento adequado ou previsões e projeções de crescimento – econômico, demográfico –, a gente vai poder dimensioná-lo e ir à cata de um terreno que atenda outras condições físicas, que são estabelecidas, para servir como local para um aterro sanitário.

Coleta seletiva. Na coleta seletiva, também os custos crescem; os Municípios estão se adaptando a esse processo. A coleta seletiva está implantada creio que em 10% dos Municípios brasileiros, ou seja, essa implantação de coleta seletiva tem que crescer mais ainda, e ela é vital para o processo de logística reversa.

Reciclagem. Aqui, estamos falando de recicladoras, das empresas de reciclagem que existem no Brasil. Porque, no caso das lâmpadas a que a Cristiane se referiu, não basta entregar a lâmpada em um posto de entrega voluntária, essa lâmpada vai ter que ser manuseada por empresas capacitadas, certificadas, com funcionários treinados, dotados de equipamentos de proteção individual, e com tecnologia adequada, para que eles possam tirar o mercúrio, aproveitar o vidro, enfim, todo esse processo, para que não seja apenas uma brincadeira de pega, entrega, não pega, o cara arrebenta, o mercúrio vai para a atmosfera e você joga tudo no aterro sanitário. Tem que haver um processo de reciclagem, que também vai ser importante para tirar gás de geladeiras e reciclar todos os produtos eletroeletrônicos.

No Brasil, há uma concentração muito grande de recicladoras na Região Sudeste do País; muito poucas recicladoras existem na Região Norte, na Região Nordeste. Então, esse é outro desafio que requer estímulos fiscais para levar as recicladoras para onde estão os recicláveis, e não os recicláveis virem para onde estão as recicladoras, envolvendo grandes distâncias de transporte, custos, que, às vezes, inviabilizam esse processo.

Na questão da logística reversa, nós temos um conjunto de cinco cadeias que estão sendo desenvolvidas hoje; já temos a proposta das cinco cadeias. A Cristiane falou que embalagens de agrotóxicos, óleos lubrificantes, pneus, pilhas e baterias já são cadeias que funcionam, algumas melhores do que outras, e inclusive funcionam antes de a lei ter sido aprovada, e terão que passar agora por uma "reciclagem" – entre aspas – para adequar-se à nova lei de resíduos sólidos.

Esse é um momento que vai acontecer depois que nós resolvermos as cinco cadeias de que nós estamos tratando hoje, que são:

– a cadeia de embalagens de óleo – essas já resolvidas, como foi apontado aqui –;

– a cadeia de embalagens em geral;

– a cadeia de lâmpadas – bastante adiantadas no processo de negociação, quase concluídas –;

– a cadeia de eletroeletrônicos, muito complexas, que abrigam dentro de si sistemas muito bem desenvolvidos, como a reciclagem dos telefones celulares, para o que existem pontos de entrega e existe uma valorização do bem reciclado. No caso do telefone, você entrega, você compra outro e ele é valorizado nessa troca. O próprio consumidor fala com o produtor do telefone, a indústria do telefone. Temos também, nessa cadeia de eletroeletrônicos, geladeiras, máquinas de lavar roupa, computadores, enfim, uma diversidade enorme de produtos. E acomodar isso tudo dentro de um só acordo é complexo. Cada um tem seu metabolismo próprio, suas cadeias de distribuição próprias; vamos ter que integrar isso tudo;

– e, por último, a cadeia de medicamentos, que foi a última a receber uma proposta. Acho que aqui temos um longo caminho de negociação pela frente, porque esperávamos uma proposta, e vieram três. As propostas decepcionaram, porque os pilotos que eles realizaram, conduzidos pelo Coren, na fase de estudos de viabilidade, excederam a meta que foi proposta, enquanto eles argumentam que essa meta não pode ser atingida, o que é uma grande contradição, do meu ponto de vista.

Os resíduos perigosos. Muitos desses resíduos podem ser perigosos, mas eu não posso crer que um telefone celular que eu carrego no meu bolso e que vou colocar em uma caixa para devolver se torne perigoso só pelo fato de que ele entrou numa caixa daquela; é preciso que haja uma desmontagem física ou uma ação química sobre esse produto. Então, as nossa leis que tratavam de resíduos perigosos também têm que se ajustar um pouco a essa nova realidade.

E, por último, o trabalho de construção de produção e consumo sustentável.

Esse é o tamanho do desafio e, em todos esses aspectos, nós temos uma questão de custos, uma questão de tributos. Nós temos, hoje, realidades, às vezes, em que um produto reciclado é tributado de forma superior a uma matéria-prima, pura e simplesmente virgem, o que é uma contradição, porque o que nós desejamos é reaproveitar. Então, que se estimule esse reaproveitamento, e não se penalize com um imposto maior.

Enfim, eu acredito que nós temos uma grande discussão para a implantação disso tudo.

Falta-me só mencionar aqui, a título de conclusão, que essa responsabilidade pela estruturação e implementação da logística reversa é dos fabricantes, mas isso não exclui a necessidade de os Municípios organizarem essa logística reversa e serem até remunerados, porque a lei prevê que o Município seja remunerado pela coleta seletiva que fizer.

Ao mesmo tempo, também, a logística reversa é uma cadeia própria, mas que tem que manter uma relação com esses Municípios, porque, senão, ela não vai dar conta das metas que precisam ser alcançadas.

O princípio da responsabilidade compartilhada evidentemente implica responsabilidades vinculadas a todos os envolvidos.

E, por último, gostaria de mencionar apenas que estamos falando de algo que vai trazer inúmeros benefícios que também precisavam ser precificados, precisavam ser valorados. Por exemplo, com a logística reversa, diminuem-se os riscos e, digamos, a intensidade com o que solo, rios e águas subterrâneas possam ser contaminados pela disposição inadequada desses rejeitos; diminuem-se os danos à saúde pública e a incidência de doenças veiculadas por resíduos orgânicos e por, inclusive, resíduos da saúde mal geridos; geram-se inúmeras oportunidades de novos negócios; gera-se uma mudança na economia e no *marketing* das próprias empresas por cuidarem de suas imagens, também, para que não tenham a imagem de empresas poluidoras e, sim, de empresas engajadas com os compromissos sociais e ambientais; e, por último, vai-se trazer redução nos desperdícios na pressão sobre os produtos naturais e mudanças no nossos padrões de consumo, que se tornarão muito mais sustentáveis. Isso tudo tem um valor muito grande.

Eu escutei aqui, em algum momento, falar-se que nós tínhamos muitos custos, mas eu acho que nós temos muitos benefícios que precisam ser também trabalhados, para podermos dizer: olha, vai ficar mais caro? Vai, mas vou ter muito mais saúde pública, vou gastar muito menos recurso do que gasto hoje com saúde pública, vou ter uma sociedade mais limpa, mais racional, vou consumir menos produtos naturais, vou poluir menos minha atmosfera, vou gerar menos gases de efeito estufa. Ou seja, há um conjunto de benefícios admirável que precisamos qualificar também e dizer: eu estou disposto a pagar esse preço, porque, em última análise, quem vai pagar o preço somos nós, os consumidores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Ney Maranhão, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA.

Eu deveria, agora, abrir a palavra aos Senadores para que pudessem fazer os seus questionamentos.

Eu começo pelo que ouvi aqui do Dr. Marcos Vinícios e do Dr. Ney Maranhão em relação ao tema da audiência de hoje, que é o custeio da política reversa e as questões tributárias que envolvem o setor de resíduos sólidos.

O Dr. Ney Maranhão terminou a sua participação dizendo que os custos são maiores, mas que a sociedade deve pagar por esse aumento de custo para ter uma melhor qualidade de vida e menor questão ambiental.

Aí, eu pergunto ao Dr. Marcos Vinícios: o Governo, para que possa ter êxito nessa implementação…

Na verdade, a sociedade não está preparada para pagar um custo maior para um benefício que só ocorrerá mais à frente. É preciso que haja um incentivo do Governo para que essa política seja implementada e, com o tempo, seja absorvida pela sociedade. Então, é preciso que haja um esforço do Governo para isso. E nos parece que esse esforço não está acontecendo.

Eu não vi essa parte da sua exposição, Dr. Marcos Vinícios, mas o senhor fez referência aos projetos que estão em tramitação que não atendem à questão de bitributação. Porque, na realidade, esses produtos são bitributados, e, em função disso, eles têm os custos elevados.

A Lei nº 12.375, que concede benefício da concessão de crédito presumido do IPI, vale até 31 de dezembro deste ano.

Então eu perguntaria o que está previsto a partir de 31 de dezembro de 2014. Essa é uma questão.

Estão tramitando no Congresso Nacional quatro projetos de lei. E V. Sª afirmou que nenhum deles atende à necessidade tributária.

Então, queria saber se V. Sª tem conhecimento deste PLS, o PLS nº 53, de 2014, que concede isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da contribuição do PIS/Pasep sobre as operações com produtos recicláveis e que altera a Lei nº 12.375, de 30 de dezembro de 2010, para prorrogar o prazo de vigência da concessão de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados. Esse é o PLS nº 53.

Existe o PLS nº 147, de 2014, também, cuja ementa diz:

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para conceder benefício fiscal relativo ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, para que empresas que tenham adquirido produtos reciclados ou recicláveis destinados à inserção na cadeia produtiva.

O PLS nº 187, de 2012, cuja ementa diz:

Permite a dedução do Imposto de Renda de valores doados a projetos e atividades de reciclagem.

E o PLS nº 385, de 2012 também, que dá nova redação ao art. 14 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, e ao art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conferir crédito presumido de IPI nas operações com produtos que utilizem materiais plásticos reciclados e reduzir a zero as alíquotas do PIS e Cofins sobre a receita de vendas desses materiais.

Todos esses projetos têm a intenção de promover uma redução da carga tributária.

Eu perguntaria a V. Sª se esses projetos estão adequados ao que a área tributária do Governo pensa no sentido de incentivar realmente a reciclagem e a utilização desses materiais reciclados.

Há uma pergunta aqui de uma pessoa que está assistindo à reunião. É o Daniel José Alves Fernandes de Melo, da ONG Afabe, cidade de Bezerros, Pernambuco.

Ele faz o seguinte comentário:

A nossa cidade tem um problema sério com os resíduos sólidos, por causa do nosso lixão. E a política reversa não está sendo aplicada. Nós, da Afabe, estamos muito preocupados com esse problema do nosso lixão, e a nossa Prefeitura pouco trabalha para resolver essa questão.

Concordamos que tem que se pensar nos custos da política reversa, já que são as empresas que custeiam essa coleta e que os governos estaduais, municipais e também o Governo Federal têm que oferecer incentivos tributários para baratear as coletas e assim aumentá-las.

É a pergunta do Sr. Daniel José Alves, Município de Bezerros, em Pernambuco.

Há mais uma pergunta aqui, da Srª Cláudia Lins, Técnica da Confederação Nacional dos Municípios:

Se a logística reversa levará muito tempo sendo discutida, como o MMA orienta os Municípios a cumprir o PNRS, destinado apenas aos aterros? [Pergunta ela.]

Sem logística reversa é viável cumprir obrigação de coleta seletiva nos Municípios?

É a pergunta da Srª Cláudia.

E a da Srª Andreia Portugal:

As cooperativas e associações de catadores são duramente impactadas pelos impostos.

O Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis já tem uma demanda específica, solicitando algumas desonerações.

O MNCR foi convidado a participar da audiência?

Eu também queria perguntar ao Sr. Ney Maranhão o seguinte: existe um prazo para que os Municípios apresentem o seu Plano de Resíduos Sólidos, que, se não me engano, expira agora?

O SR. NEY MARANHÃO – (*Fora do microfone.*) Não, o prazo para o plano já expirou.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Já expirou.

O SR. NEY MARANHÃO – (*Fora do microfone.*) Dois anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Quantos Municípios cumpriram esse prazo e quantos deixaram de fazê-lo?

E como fazer com que esses Municípios possam cumprir o plano sem que eles tenham um incentivo do Governo Federal que os ajude a fazer a implementação do plano aprovado?

O que se vê no Brasil – e eu tiro isso pelo meu Estado –, é que nós, lamentavelmente, ainda não temos o plano totalmente implantado; ainda trabalhamos com lixão, sem ter ainda…

O SR. NEY MARANHÃO – (*Fora do microfone.*) Fala de Belém?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – De Belém. Falo da capital. Imagine os Municípios do interior.

O SR. NEY MARANHÃO – (*Fora do microfone.*) Belém, Ananindeua…

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Ananindeua, a grande Belém.

Ainda há pouco, talvez o Município de Altamira, em função da implantação de Belo Monte, seja o primeiro Município a ter o tratamento de resíduos sólidos adequado. Há dois ou três anos, houve uma enchente, que é comum naquela área, que atingiu o lixão, e o lixo ficou espalhado por toda a cidade. Foi, eu diria até, uma calamidade.

São essas as perguntas que eu gostaria de fazer aos senhores convidados.

Com relação à pergunta da Andreia, eu não sei, mas vou perguntar à Secretaria da Subcomissão se o Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis foi convidado para a reunião.

Estou sendo informado pela Secretaria que, da quinta audiência pública, do dia 23 de abril, o movimento participou, sendo representado pelo Sr. Ronei Alves da Silva. Ele representou o Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis. O tema dessa audiência foi Coleta Seletiva e Inclusão Social dos Catadores: situação atual, perspectivas e desafios.

Então, a resposta da Srª Andreia já foi atendida.

Passo aos nossos convidados para que possam fazer os seus comentários sobre esses questionamentos.

Inicio pelo Sr. Marcos Vinícios.

O SR. MARCOS VINÍCIOS CARNEIRO LEÃO TAPAJÓS – Obrigado, Presidente.

Vou então comentar a respeito da sua pergunta sobre os PLs e sobre a eventual prorrogação da Lei nº 12.375.

Bem, quanto à prorrogação do prazo de vigência ou do benefício de que trata a lei, é uma daquelas questões que se inserem no âmbito da decisão do, e vou me referir de novo a isto, poder político: o Congresso Nacional, a Senhora Presidente.

A Receita Federal, enquanto está em vigência a lei, aplicou e regulamentou o benefício.

Enfim, a gente não vê, na condição de Receita Federal, problema algum na prorrogação. Se ela estiver surtindo efeito ou se ainda for necessário prospectar os efeitos para a frente, por que não prorrogar os efeitos da lei? Muito embora não seja uma decisão da Receita Federal.

Com relação aos projetos especificamente, muito embora a Receita Federal, como eu disse antes, não tenha o poder de decidir como se manifestará o Poder Executivo sobre o assunto, aí sim, a gente tem um campo de atuação maior, mais específico, que tem a ver com as nossas atribuições do dia a dia.

Todos esses projetos que V. Exª mencionou têm algumas características que de forma alguma contaminam o mérito das propostas, mas que nos preocupam quanto à forma. E aí talvez eu tenha uma oportunidade de detalhar um pouquinho mais isso.

V. Exª mencionou um projeto de lei que cria um benefício no Imposto de Renda. Esse, na minha forma de ver, é o de mais fácil implementação. Por quê? A gente já tem hoje inúmeros mecanismos de incentivo do Imposto de Renda para situações específicas.

Lembro, aqui, por exemplo, com relação ao Imposto de Renda Pessoa Física, que aqueles que fazem doações para entidades de assistência reconhecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente podem abater esse valor do Imposto de Renda Pessoa Física.

Então seria, eu imagino, um mecanismo semelhante.

E aproveito para lembrar de novo a maior facilidade que a gente tem em pensar um benefício tributário com os impostos diretos. Veja que o primeiro que eu mencionei foi o Imposto de Renda, cujo benefício que se busca vai aparecer muito mais rapidamente: o abatimento no Imposto de Renda.

Os demais projetos voltam a tratar dos tributos indiretos: PIS, Cofins e IPI. E isso nos traz aquela questão da tributação da produção e da circulação dos produtos.

Em princípio, a tributação sobre produção e circulação deve ser neutra. Este é um princípio que a tributação busca: não interferir em relações de comércio, de produção e de circulação.

A gente sabe – e a gente vive isso hoje – que a tributação tem um papel muito importante para induzir determinada situação. Como foi falado aqui pelo Dr. Ney, e o Presidente também lembrou, enquanto a sociedade não estiver com os mecanismos, no caso da logística reversa, perfeitamente apurados e em perfeito estágio de desenvolvimento, muito provavelmente a tributação vai ter um papel importante nisso, como indutora desse mecanismo.Isso é sabido. A tributação interfere em vários momentos, ora como política indutora, ora como anticíclica, em prol de determinadas situações. Mas, como princípio básico, a tributação deve ser neutra. E me refiro à produção e circulação.

É uma distorção, a gente concorda, que um produto que seja fabricado com base em produtos reciclados seja mais tributado do que um produto que tenha matéria-prima que não seja reciclada. Isso é uma distorção. É preciso ver o que acontece e o que precisa ser feito para interferir nesse resultado ruim.

O que talvez se desejaria é que a tributação fosse, em termos de tributo sobre a produção, idêntica, deixando para os tributos diretos o diferencial, os incentivos para as recicladoras, por exemplo, muito embora não seja impossível que o produto tenha, durante um tempo e em determinadas condições, um tratamento diferenciado.

Mas, nesse caso, vem aquela dificuldade: como controlar? Qual o percentual de matérias-primas recicladas que aquele produto precisaria ter para ser considerado digno de um tratamento favorecido? Como os produtores dos produtos de serviços que não são considerados reciclados para esse efeito receberiam esse diferencial para os produtos que eventualmente fossem beneficiados? Porque esse é um potencial de tratamento diferenciado, não aquele a que me referi antes, como produto importado ou produto nacional, mas entre produtos produzidos dentro do País, que cumpram determinados requisitos para receber um tratamento beneficiado, e outros que não cumpram tais requisitos.

Então, objetivamente respondendo ao Presidente, todos esses projetos têm como fim meritório atingir aqueles resultados de que estamos tratando aqui, no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do Plano Nacional.

E há também aquelas dificuldades… Como eu sou servidor da Receita Federal e como eu disse no início, a gente tenta apontar para que o projeto saia aperfeiçoado e aplicável. É isso que a gente tenta fazer.

V. Exª sabe que, em todos os projetos que envolvam matéria de interesse do Executivo, o órgão específico é instado a se manifestar, a apresentar um entendimento em nome do Poder Executivo. E a nossa missão, sempre, é apontar esses aspectos – e dizendo isso com muita tranquilidade – até para que o projeto, absorvendo eventualmente, se assim for entendido, um daqueles pontos, possa melhor atingir os objetivos.

Concluindo, parece-me que todos esses projetos convergem para o atingimento desse resultado, embora eu ainda possa fazer, no intuito de colaborar, algumas observações quanto ao método, quanto à forma

como foi feito, destacando, entre esses, o que considero de mais fácil implementação e de maior eficácia no resultado: aquele mencionado por V. Exª, do benefício do Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Obrigado, Dr. Marcos Vinícios, mas, para que qualquer projeto desse surta efeito, é preciso que haja vontade política. Ele pode ser aprovado no Congresso, e vetado pelo Executivo. Então é preciso que haja vontade do Governo de implementar incentivos para a política de resíduos sólidos.

E fica aqui – V. Sª tem razão – a necessidade de aprovação do projeto que prorroga a lei que dá benefício do IPI até 31 de dezembro de 2014.

Passo a palavra agora à Srª Cristiane, se tem algum comentário a fazer.

A SRª CRISTIANE DE SOUZA SOARES – Eu tenho um comentário em relação às propostas que estão tramitando aqui na Casa.

É que todas essas propostas até então vislumbravam um cenário específico de recuperação dessas matérias-primas que eram resgatadas pela coleta seletiva ou pelos catadores.

Hoje, nós estamos falando de um cenário bem mais amplo; nós estamos falando de todo produto cujo responsável direto é o consumidor, porque é responsabilidade dele devolvê-lo aos postos de coleta. Esse produto vai ter uma alíquota embutida que será destinada ao Sistema de Logística Reversa, e essa alíquota o consumidor pagará com todos os impostos embutidos.

É nesse sentido que vimos buscar apoio da Casa, com a sensibilidade da Receita Federal, com a sensibilidade do Executivo, para que essa alíquota que nós estamos embutindo seja responsável pelo custeio da logística reversa e seja desonerada.

Então, todos os projetos de lei são louváveis, vão tratar de outra ponta, que é a ponta já da recuperação da matéria prima, mas nós estamos hoje, realmente, com um enfoque maior, e todos os nossos esforços estão direcionados nesse sentido para que haja uma desoneração do custeio da logística reversa propriamente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Obrigada, Drª Cristiane.

Passo a palavra ao Dr. Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO – Muito obrigado, Senador.

Eu queria, primeiro, tecer algumas considerações sobre a questão dos custos também.

Quando eu comentei que o consumidor paga essa conta, é claro que essa conta vai variar no tempo, porque assim tem sido sempre. A ideia é de que o poluidor seja o pagador. Então, sempre foi assim com a questão do meio ambiente, e acho que a incidência de custos tenderá a diminuir ao longo do tempo, porque nós vamos ter uma nova necessidade criada, que é a de baixar esses custos para aumentar a competitividade. Então, vai haver pesquisa, vai haver novos processos industriais que vão reduzir a quantidade de resíduos que cada produto desse vai gerar. Eu posso imaginar que o *design* das embalagens será alterado por produtos que sejam melhores ambientalmente e acredito também que a própria logística vai ser otimizada, ganhando o efeito de escala, quer dizer, vai ser difundida por todo o Território. Então você vai ter um efeito de escala, as distâncias de transporte se reduzirão, haverá mais recicladores, haverá o fomento de um mercado de trabalho, que vai gerar também receita para a sociedade, vai gerar impostos de outro lado também, de modo que eu acho que nós vamos ter um ciclo virtuoso de situações, e tem sido sempre assim na história da humanidade.

Eu queria citar só três casos aqui para refletirmos um pouco.

O primeiro seria o caso das embalagens de agrotóxicos. As embalagens de agrotóxicos até não tiveram subsídios. Começaram construindo-se um processo de logística reversa progressivamente, e, hoje, eles têm um sistema de informática que permite otimizar os fretes de retorno dos caminhões que viriam vazios depois de entregar os agrotóxicos, os produtos que eles fabricam. Então, otimiza-se a localização desses caminhões e a localização nos estoques de embalagens, de tal sorte que, hoje, eles já praticamente empatam as despesas deles e caminham agora até para melhorar a otimização, tendo receitas.

Destaco também que, nesse processo de discussão de logística reversa, eu vi muitas empresas de logística muito interessadas em ocupar também oportunidades nesse campo. A editora Abril, que distribui 15 milhões de revistas e volta com os caminhões vazios, tem interesse em participar desse processo, só para citar um caso aqui que foi contado. Sei que os nossos Correios também têm interesse, porque também devem ter algum frete de retorno que não está bem aproveitado, enfim, e muitas oportunidades aí.

Mas o que chama mais a minha atenção, para analisarmos historicamente, é que os custos ambientais, chamados custos ambientais decorrentes do Princípio do Poluidor Pagador, ao longo do tempo vêm sendo reduzidos pela utilização de materiais ambientalmente mais saudáveis, pelos processos produtivos, pela instalação de filtros, enfim, todo um conjunto de uma produção mais limpa tem barateado os custos historicamente.

Da mesma maneira, eu recordaria, no caso da indústria automobilística, as questões de segurança.

O cinto de segurança é um item de custo no automóvel. O benefício que ele traz ninguém discute. Quantas mortes já foram evitadas? Mas, com a produção em escala industrial, o cinto hoje sai muito barato, e ninguém discute: "Eu não quero comprar um carro porque tem um cinto que eu tenho que pagar." Todo mundo paga satisfeito o cinto pelo benefício que ele traz.

A indústria está incorporando também o chamado freio ABS, que oferece uma segurança fantástica quando você está dirigindo um automóvel em situações de chuva e tem de fazer uma freada de segurança. À medida que ela o vai incorporando em todos os automóveis, ele deixa de ser de automóvel de luxo, quer dizer, começa em um automóvel de luxo, porque é um item caro, e depois vem descendo graças a essa otimização que a indústria consegue fazer com os seus produtos.

A indústria está sempre em movimento, e, com isso, eu acho que nós vamos também enfrentar situações semelhantes e positivas num futuro em que os nossos produtos industriais terão menos produção de rejeitos, de resíduos. Haverá uma preocupação nesse sentido.

Ainda eu acho que, em relação à questão dos custos, também tem de haver investimento. Vai haver investimentos. Para haver investimento, é preciso haver linhas de crédito que suportem um dispêndio de recursos no início para depois serem recuperadas com as eventuais taxas de logística reversa que venham a ser feitas.

Participaram da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente 65% dos Municípios nacionais. Reuniram-se, aqui em Brasília, 1.300 delegados, entre os quais estava a Cristiane.

Lá foram estabelecidas uma série de recomendações, entre as quais, uma resolução retirada da proposta 6 do Eixo 2, que não é uma obrigação nem uma mandatória, mas é uma recomendação, uma sinalização muito forte para que se estabeleçam incentivos fiscais, municipais, estaduais e federais, planos e políticas de desoneração de impostos para empresas que trabalhem com o reaproveitamento de resíduos; que comprovem a melhoria no desempenho ambiental – esta é uma ideia boa também: associar o incentivo a melhorias de desempenho ambiental. Quer dizer, ser progressivo de acordo com o desempenho ambiental que ela consegue oferecer –; que realizem coleta seletiva; e que estabeleçam metas de reciclagem continuada previstas em leis, práticas de redução e reaproveitamento.

Então, a 4ª Conferência também fez uma recomendação nesse sentido, e é uma recomendação da sociedade brasileira. Estavam lá o comércio, a indústria, os catadores, ONGs, servidores públicos, enfim, houve uma grande discussão sobre o assunto e tirou-se essa recomendação.

Assim como também que houvesse um controle na importação e comercialização – a proposta 12 – de produtos sujeitos à logística reversa mediante a comprovação do cumprimento de suas obrigações com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Eu também queria responder à pergunta da Cláudia.

A Cláudia fez uma pergunta bastante interessante sobre como ficam os Municípios em relação aonde não haja a logística reversa etc. e tal.

Várias considerações poderiam ser feitas aqui, eu não em sei que Município você está pensando, mas a lei existe há quatro anos. Portanto, houve um tempo para os Municípios implantarem uma série de aspectos da nossa política. Evidentemente que também, dois anos depois de aprovada a lei, tivemos uma mudança de prefeitos em 70% dos Municípios. Portanto, houve uma descontinuidade administrativa em muitos Municípios brasileiros que certamente prejudicou o desempenho que esperávamos ou que os Municípios poderiam apresentar.

Mas eu acho que muitos Municípios, de diferentes portes e de diferentes condições financeiras, fizeram o dever de casa muito bem feito. Há Municípios pequenos e Municípios grandes que têm todo o dever de casa feito: têm plano, têm coleta seletiva e têm, junto com a presença de catadores, sua reciclagem estabelecida.

Não é uma reciclagem global, como essa que se fala quando você faz um acordo setorial com uma cadeia produtiva, mas há vários pequenos ajustes municipais feitos no Brasil inteiro com diferentes indústrias, com diferentes segmentos da indústria. Eu sei que, em Minas Gerais, em sul de Minas, há um grande arranjo desenhado com vários Municípios e com os catadores. Enfim, eu acho que não é preciso haver um acordo setorial para que haja a logística reversa de um tipo, num determinado Município, de outro tipo, em outro Município, nós vamos nos ajustando e vamos construindo progressivamente isso.

Destacaria o fato de que nós temos 98% de reciclagem em latas de alumínio no Brasil e que aquele exemplo que eu falei dos agrotóxicos tem 94% de recuperação de embalagens de agrotóxico. É o primeiro do mundo, é o índice mais alto do mundo, supera Alemanha, França, Estados Unidos, todos os demais.

Então, de qualquer modo, eu acho que é inevitável que, dentro de um Município, entre os vários Municípios, possa haver assincronias nesse processo de construção toda da lógica da política nacional, que é a redução, a recuperação, a reciclagem, o tratamento e, por fim, a destinação final do que sobra desse processo, que é o rejeito.

Então, isso vai acontecer, em determinados momentos, em determinadas situações. Por exemplo, o caco de vidro tem uma distância econômica de transporte. Se você está mais longe do que isso, não vai ter, mas isso vai, com o tempo, se ajustando.

Só para dar um exemplo de como é esse admirável mundo novo da gestão dos sólidos, existem pessoas hoje que trabalham em bancos que estão estudando essa questão de distância de transporte de caco de vidro para financiarem indústrias de reciclagem de vidro, que é o ponto geométrico de interesse para isso aí.

Ou seja, se não fizermos o dever de casa, vamos ser atropelados pelos outros que vão fazer os seus deveres, porque a oportunidade está aberta. Então, não sejamos pessimistas, mas também não sejamos demasiadamente otimistas, temos de trabalhar duro, temos de ter linhas de estímulo para que possamos acelerar esse processo, porque o tempo não para.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – E não é reciclado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Inicialmente, quero pedir desculpas por ter tido de me retirar e dizer da minha tristeza de não ter participado desta audiência, deste debate, embora tenha sido muito bem substituído pelo Senador Flexa Ribeiro. É porque estávamos em votação, em uma comissão de que sou membro, de um projeto que torna o bolsa família um programa de Estado e não mais de partido.

Graças a Deus, ganhamos por 10 a 9. Então, foi importante a minha presença para que isso venha a consolidar que esse instrumento de justiça social não seja utilizado politicamente no futuro.

Então, eu quero me justificar, lamentando a minha ausência aqui, e agradecer a presença de todos no debate. Com certeza, tomarei conhecimento porque foi gravada esta audiência, e eu estarei assistindo a ela em momento oportuno. O papel desta subcomissão está sendo cumprido. A demonstração disso é que esse tema não estava previsto nas primeiras audiências, mas foi fruto dos debates para os quais o Dr. Ney Maranhão, inclusive, tem colaborado muito conosco aqui – e renovo o meu agradecimento. Enfim, estamos discutindo algo que tem muito a ver com o objetivo de se cumprir a legislação em relação a resíduos sólidos. E essa é a preocupação para que esse debate esteja vivo, para que as cobranças sejam colocadas, para que as deficiências e as eficiências sejam mostradas, para que cumpramos o nosso papel.

E o Senador Flexa me fez um pequeno comentário, que me permita fazer na ausência dele, em relação ao Dr. Marcos Vinícios. A política de incentivos encerra-se agora em dezembro, e o senhor, como representante do Ministério da Fazenda e do Confaz, disse que não estava representando efetivamente a iniciativa do Executivo. Nós, aqui da Comissão, e a opinião do Senador Flexa, somos exatamente contrários. Ao vir aqui, o senhor veio como representante de um ministério que é do Poder Executivo. Portanto, se o senhor não teve o conhecimento, nós solicitamos que o senhor possa nos ajudar a provocar esse debate, já que não vamos deixar que aconteça após o prazo vencido de dezembro dessa alteração da lei.

Eu quero aqui, mais uma vez, agradecer a presença de todos e dizer que, na próxima quarta-feira, discutiremos em audiência pública experiências exitosas e novas tecnologias às que estão sendo adotadas no Brasil ou em qualquer parte do mundo.

Então, mais uma vez, o meu mundo obrigado a todos! Que Deus nos proteja!

ATA DA 7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 9H00, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia quatro de junho de dois mil e quatorze, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **CÍCERO LUCENA**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores Cícero Lucena, Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Valdir Raupp e Eduardo Amorim. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. Passa-se à **PAUTA**, destinada à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para debater "Soluções e tecnologias inovadoras voltadas à reciclagem e a outras formas de destinação de resíduos sólidos", em atendimento ao plano de trabalho de subcomissão. Comparecem como convidados: Ney Maranhão, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Professor Valdir Schalch, Coordenador do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Resíduos Sólidos da Universidade de São Paulo – USP; Nicola Martorano, Diretor Técnico da Clean Tech Soluções; e Nestor Kenji Yoshikawa, Responsável pelo Laboratório de Resíduos e Áreas Contaminadas do Centro de Tecnologia GeoAmbiental do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT. A Presidência concede a palavra aos convidados, que fazem a explanação inicial. Após, a Presidência apresenta seus comentários e considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assina-

da pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Cícero Lucena,** Presidente da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Submeto às Srªs e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da última reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião tem por finalidade debater soluções e tecnologias inovadoras voltadas à reciclagem e a outras formas de destinação dos resíduos sólidos.

Já compõem a Mesa – aproveito para agradecer a presença –: o Sr. Ney Maranhão, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, a quem renovo o meu agradecimento pela participação em todos os momentos em que é aqui convocado, e não só pela presença, mas principalmente pela colaboração e contribuição; o Sr. Nicola Martorano, Diretor Técnico da Clean Tech Soluções; e Nestor Kenji Yoshikawa, responsável pelo Laboratório de Resíduos e Áreas Contaminadas do Centro de Tecnologia Geoambiental do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Também foi convidado o Sr. Valdir Schalch, Coordenador do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Resíduos Sólidos da Universidade de São Paulo, o qual confirmou a presença e deve estar chegando.

Nós damos início à presente reunião.

Antes de iniciarmos, eu gostaria de informar que o jornalista André Trigueiro encaminhou uma correspondência à Subcomissão, justificando a sua impossibilidade de comparecer por motivo de agenda.

Informo também que o Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) não se pronunciou diante do convite desta Subcomissão para participar da audiência, o que lamentamos profundamente, porque é um instituto que tem dado contribuição. Não entendemos por que não participa deste momento.

Vou estabelecer o tempo de 15 minutos para cada convidado. Após, abrirei a palavra aos Senadores para os questionamentos e considerações. Faremos também as perguntas que nos foram encaminhadas pela internet. E os senhores e as senhoras aqui presentes que porventura queiram fazer alguma indagação poderão fazê-lo por escrito. Ao dar quinze minutos para cada palestrante, eu digo que poderemos prorrogar um pouco mais, dentro da tolerância que seja possível para o dinamismo da nossa reunião.

Com a palavra o Sr. Nicola Martorano, Diretor Técnico da Clean Tech Soluções.

O SR. NICOLA MARTORANO – Bom dia a todos os presentes. Eu gostaria de iniciar agradecendo o convite da Comissão para poder fazer a apresentação do estudo que vimos desenvolvendo há mais de 20 anos, tendo em vista o resultado a que chegarmos agora com uma proposta efetiva que possa contribuir definitivamente com o tratamento do resíduos urbanos de maneira ambientalmente correta.

Eu fiz uma apresentação pequena para mostrar…

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Como nós invertemos a ordem de apresentação, o pessoal está preparando seu material, mas nós aguardamos, sem problema. Daremos o desconto do tempo que for necessário.

O SR. NICOLA MARTORANO – Bem, esta é planta da nossa usina, resultado que conseguimos alcançar mais recentemente, mas essa tecnologia… Eu preparei aqui uma apresentação. Aí eu conto um pouco a história dela, como nós chegamos a este resultado.

Antes da Eco-92, dois grupos de pesquisadores de duas universidades renomadas brasileiras se juntaram para discutir, lá atrás, inicialmente, a questão dos resíduos, a questão do meio ambiente dentro do contexto urbano, devido ao grande crescimento demográfico por que algumas cidades vinham se caracterizando. Especificamente neste caso, a gente centrou os nossos estudos nas cidades de São Paulo, Campinas e Porto Alegre.

A partir desse momento, esse grupo veio desenvolvendo uma série de estudos do impacto ambiental que a geração de resíduos, que, na época, chamava-se lixo, vinha tendo no meio ambiente. A proposta inicial – e isso notadamente mais por conta da Eco-92 – que a gente desenvolveu foi a formação de cooperativas, sobretudo nessas cidades. E o desenvolvimento dessas operações de tecnologia foi implantado, muitas vezes, com recursos do Município, do governo do Estado e da União em várias cidades brasileiras. Algumas hoje funcionam, outras foram desativadas. E o que a gente percebeu nesse período é que havia um sério problema de gestão na cooperativa, era um dos problemas mais sérios que a gente tinha que resolver. Boa parte das cooperativas que nós abrimos nessa época infelizmente foram fechadas devido exclusivamente ao programa de gestão.

Preocupados com essa questão de melhorar a gestão, avançamos no processo, pensando que poderíamos contribuir mais ainda, mediante um processo acelerado no isolamento do resíduo ao meio ambiente. Então, inventamos essa tecnologia, esse caminhão em que todo o resíduo coletado na cidade era embolsado

e colocado em pátios, durante 20 a 36 meses, para entrar em decomposição. Depois de decomposta a matéria orgânica é que a gente fazia a seleção da matéria reciclada e da orgânica, especificamente no sistema de peneiramento, de esteira eletromagnética, por meio do qual a gente arrancava todo o material ferroso e fazia a análise específica da matéria orgânica. Mas essa tecnologia provou que ainda estava deficiente, porque ela não levava em conta uma diretriz muito importante que veio culminar com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que é a questão da inclusão social dos catadores. Então, tivemos que rever esse estudo. Ela dava conta no que diz respeito à coleta, isolamento e ao grande volume de resíduos produzidos nas cidades, mas era deficiente no quesito da inclusão social dos catadores. Assim, voltamos para a planta, no avanço da nossa tecnologia.

O novo estudo da planta indicava que a gente precisava fazer o casamento entre a questão da cooperativa, só que sob o modelo de gestão diferenciado, e a questão do tratamento da matéria orgânica. Esse avanço que nós tivemos pôde ser efetivado mediante um sistema de pré-seleção de moega receptora, que eu vou mostrar logo à frente, uma linha avançada para o tratamento da matéria reciclada, uma esteira eletromagnética para retirar a matéria ferrosa com eletroímã, um sistema de bombeamento a vácuo da massa orgânica, porque o nosso sistema é vedado, é blindado, não sai nenhum tipo de odor, não tem contato ambiental nenhum. E esse sistema da matéria orgânica que é tratada a gente coloca dentro de uns tanques, de silos de inox vedados, com um sistema que a gente chama de *pillow plate*, que é um sistema de aquecimento a vácuo dentro da parede de aço inox dentro do tanque. Conforme vai aumentando a carga da matéria orgânica, ele vai acionando automaticamente o sistema de aquecimento. Com isso, a gente conseguiu avançar, e muito, a nossa tecnologia.

Num período anterior, a gente precisava ficar no pátio com as bolsas da matéria orgânica de 20 a 36 meses, a depender do resíduo. Hoje a gente consegue processar a massa orgânica em 45 dias, fica pronta para ser utilizada e com um nível de controle, já que, a depender da cultura que demandar o nosso biofertilizante, já sai pronta do tanque para ser ensacada de acordo com a demanda e o tipo de biofertilizante que nos é demandado.

Além disso, a produção da matéria orgânica, o processamento da matéria orgânica dentro dos tanques de decomposição e fermentação nos possibilitou gerar, por tonelada, 300 metros cúbicos de biogás, que, a depender da vocação do Município, pode ser utilizado para propulsionar o desenvolvimento local. Se for o caso de transformar o biogás em geração de energia elétrica, a gente anexa à planta da usina uma unidade de geração de energia elétrica. Se precisar fazer combustível, a gente faz a limpeza do biogás e o transforma também em combustível. Com esse avanço, a gente conseguiu avançar também, mais especificamente, nos resíduos de que a gente está tratando.

O grande problema do RSU hoje é isolar a massa orgânica do reciclado. A matéria reciclada volta para o mercado reciclador, mas a massa orgânica precisa ser tratada. Quando a gente tem a massa orgânica com origem controlada, a gente consegue dar uma destinação mais nobre para o biofertilizante. Quando não, o Ministério da Agricultura questiona um pouco, mas costuma aprovar, desde que esse biofertilizante que a gente produz não ultrapasse o percentual de 7% de matérias outras que não sejam propriamente adequadas ao composto, ao biofertilizante que a gente produz.

Com essa tecnologia, a gente conseguiu um percentual, um patamar muito inferior inclusive ao que a legislação brasileira permite, de material não agradável. Na questão do biofertilizante, a gente hoje atinge menos de 1% com esse tratamento que a gente faz, que, na verdade, é um processo de biodigestão extremamente controlado. É controlado pela temperatura para manter a cultura dos microorganismos viva. Qualquer variação de temperatura, como é do conhecimento de todos, impacta negativamente na qualidade e na produção do biogás e no período de decomposição da matéria orgânica.

Quanto aos resíduos de que hoje a gente está tratando, o RSU, conforme eu disse, com o lodo de estação de tratamento de esgoto, a gente consegue produzir um biofertilizante de alta qualidade, para culturas de café, goiaba… Estamos fazendo alguns testes em alguns casos de hortifrútis, mas o problema é que o biofertilizante sai tão potente que um tomate fica parecendo um melão, tamanha a capacidade que ele tem de enriquecer a cultura. Esse problema da força do biofertilizante que a gente consegue obter através do nosso tratamento ocorre porque as próprias estações de tratamento de esgoto não conseguem retirar um elemento importante que precisaria ser retirado, o anabolizante, no tratamento da água. Então, a gente diminui quimicamente o efeito do anabolizante no processo próprio do tratamento no tanque.

Além do lodo de esgoto, a gente, a pedido de alguns empresários brasileiros que produzem o etanol, fez um estudo específico da vinhaça da cana-de-açúcar. A gente também tem, aqui, no Distrito Federal, uma parceria com um pessoal que tem granjas de frangos e suínos para utilizar esse material na geração de biogás para aquecer os galpões das granjas e também para a comercialização da matéria orgânica, que é riquíssima.

Voltando para a nossa planta de origem, a gente tem a esteira pré-selecionadora, que já faz uma clivagem do material, do RSU que chega à esteira, e não trabalha com armazenamento de resíduo. O resíduo é tratado na hora em que chega. O caminhão coletor chega ao pátio da usina, já descarrega, e uma esteira chamada ta-

lisca puxa todo esse resíduo, tudo automatizado, para dentro desse cilindro de clivagem. Boa parte da matéria orgânica já sai na própria seleção e vai para as esteiras selecionadoras apenas a matéria reciclada.

Como a gente já tinha os pontos-chaves do desenvolvimento da nossa tecnologia, os estudos que hoje nós desenvolvemos na pesquisa, em parceria com alguns laboratórios e centros de pesquisa, são estudos mais específicos para melhorar a *performance* e a eficiência de determinado equipamento, não mais da planta como um todo. Nossa planta já está concebida e definida.

O material reciclado vai por via de esteiras transportadoras. Para agregar um valor a mais de remuneração da matéria reciclada, para aumentar a remuneração dos selecionadores que trabalham conosco em nossas usina, a gente está tratando o material reciclado.

Além desse aperfeiçoamento, esse é um silo de decomposição e fermentação, que é um sistema de *pillow plate*, que ainda está interno. Ele fica aquecendo. Ele vai acionando a temperatura a partir do momento em que se vai injetando mais quantidade de matéria orgânica. A massa orgânica fica nesse silo por, no máximo, 45 dias.

Essa é a visão interna do silo.

Cada tonelada de matéria orgânica a gente processa da seguinte maneira: todo resíduo que entra vai para a câmara de digestão. Dali, a produção de biogás vai para um pulmão de biogás, onde a gente faz a destinação para uso combustível ou para energia. A gente orienta isso de acordo com as necessidades próprias do Município.

Essa é a visão interior do silo. Dentro, é o processo da ventilação, nosso agitador, que homogeneíza a massa orgânica e o sistema de aquecimento interno por nível de tonelada que for sendo colocado dentro do biodigestor. A gente limpa o biogás – justamente aquilo que eu falei anteriormente – para a geração de energia e combustível ou outro insumo qualquer. A gente está fornecendo para alguns Municípios, para esquentar a merenda escolar, a gente está iluminando alguns parques, com a geração de energia, em função desse biogás que a gente produz.

Essa é a máquina que a gente elaborou para a limpeza do biogás.

Eu já falei.

Com esse sistema, a gente elimina toda a patogênese inerente à própria composição do fertilizante. Daí a possibilidade garantida de a gente trabalhá-lo para uso agrícola.

No peneiramento eletromagnético a gente retira a matéria ferrosa. Depois disso, ele vai para um processo de ensacamento automático. Com esse composto a gente pode fazer recuperação de áreas degradadas. Está sendo muito utilizada em paisagismo em área litorânea no País devido à grande deficiência que o litoral brasileiro tem na questão de tratar suas áreas paisagísticas.

A gente faz um tratamento dos materiais inertes não recicláveis a depender de coprocessamento. O que sobra dos 100% da nossa planta é só 5% de matéria inerte; 95% são tratados dentro da nossa usina. Esses 5% de matéria inerte, a depender do interesse do Município, a gente pode triturar para que sirva também para uso de cascalhamento de vias secundárias, pisos de conjuntos habitacionais… As agências ambientais de alguns Estados pedem para a gente destinar isso, apenas a matéria inerte, para os aterros sanitários que já foram construídos, possibilitando, assim, uma sobrevida maior de existência a eles, e essa definição de utilização como insumos serve também para o uso de processo de sinalização viária. A gente transforma a matéria inerte para dar a ela o destino que quiser. Isso vem de acordo com a realidade do próprio Município.

A produção que a gente já conseguiu hoje, em função desse sistema. A gente estava num patamar de produção de biogás média que dava cerca de 90m^3 naquele sistema anterior de ensacamento de matéria orgânica, e hoje, devido ao fato de a gente utilizar o próprio chorume no processo de decomposição da matéria orgânica, nossa produção de biogás, por metro por tonelada, chega a 300m^3, a depender, obviamente – esse é um número estimado –, das características da própria matéria orgânica.

No caso de camas de frango, a gente ultrapassa esse número, que se eleva. Na questão do biofertilizante, por tonelada, há 900m^3 de biofertilizantes. Alguns Municípios estão utilizando isso na recuperação de áreas degradadas. E o tempo médio do nosso tratamento é de 45 dias.

Estou finalizando.

Já está homologada a nossa tecnologia no Inea e na Cetesb. E a patente já está registrada no INPI.

Por aqui vou passar mais rapidamente, porque são informações adicionais.

Em ambos os casos, o Inea e, sobretudo, a Cetesb… Tivemos uma reunião muito produtiva com toda a diretoria da Cetesb, sob a coordenação do Presidente Otávio Okano, que teve muita simpatia pela nossa tecnologia, sobretudo por conta de que a usina que concebemos pode ser instalada em sistema de células, o que facilita muito o processo em Municípios onde não há banco de terras, onde há dificuldade com terras. Ela não centraliza o processo, mas o descentraliza. Ela territorializa toda a ação, eliminando, assim, custos de transporte. Se quiser, pode-se eliminar a operação de transbordo, e se podem criar pequenas unidades. Em São Paulo,

há em torno de 35 ou 36 distritos. Temos capacidade de instalar uma em cada distrito. Não é necessário, do ponto de vista da nossa tecnologia, centralizar toda a operação em uma unidade só. Muito pelo contrário, o nosso interesse é o de descentralizar.

Concluindo, quero dizer que temos duas tratativas hoje na África e na América Latina. Estamos com 12 tratativas em diferentes Estados brasileiros e numa centena de Municípios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NICOLA MARTORANO – Falo dos principais benefícios da tecnologia e, aqui, vou para o encerramento.

É uma tecnologia 100% nacional, pois foi desenvolvida aqui mesmo, no Brasil, em centros de pesquisa, por pesquisadores de universidades brasileiras. Nada há de importado. A área necessária para processar 100 toneladas/dia é de 15.000m^2, apenas isso, diferentemente das metragens de que os senhores devem saber.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Quantos metros quadrados?

O SR. NICOLA MARTORANO – São 15.000m^2, no máximo, para 100 toneladas/dia. Não produz nenhum vetor nem passivo ambiental, porque todo o sistema é vedado. É blindado o sistema. A única parte aberta é aquela que os senhores viram, que é a do cilindro crivador. Depois, de lá, sai tudo para tubos de sucção e de bombeamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NICOLA MARTORANO – Há a ausência de odor e nada de lixo a céu aberto, ou seja, não há armazenamento de lixo. O lixo é processado em tempo real.

Além disso, para o Município, o crédito de carbono gerado fica com ele. O Município comercializa isso de acordo com seus interesses. A gente consegue alavancar com essa operação o resgate para os Estados que têm crédito de ICMS, a gente consegue fazer a restituição desse crédito. E há tratamento adequado do resíduo. Ele tem peso dois no *ranking* da classificação de importância para o resgate.

Para cada 100 toneladas/dia, a gente gera 60 postos de trabalho, que são os dos catadores. Há um sistema de contrato em que a gente faz a gestão do processo da cooperativa. Discutimos isso recentemente no Ministério do Trabalho, para homologar essa formatação de contrato trabalhista, que foi aprovada. A gente contrata os cooperados para trabalharem na usina, e eles recebem a remuneração no final do mês do que foi comercializado de matéria reciclada. A cooperativa contrata gente para prestar serviço de gestão para ela. Então, é um contrato de mão dupla, perfeitamente aceito no Ministério do Trabalho.

Grosso modo, gente, é isso. Eu aqui termino.

Essa é uma visão geral dos nossos tanques de compostagem.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado, Sr. Nicola Martorano, Diretor Técnico da Clean Tech Soluções. Passada a fase de explanação de V. Sª, vamos ouvir os demais senhores que compõem a Mesa. Depois, entraremos na parte de debate, de perguntas, de esclarecimentos, se porventura isso se fizer necessário.

Com a palavra, o Sr. Nestor Kenji, responsável pelo Laboratório de Resíduos e Áreas Contaminadas do Centro de Tecnologia Geoambiental do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

O SR. NESTOR KENJI YOSHIKAWA – Bom dia a todos!

É uma honra estar presente nesta Casa, para dissertar rapidamente sobre algumas ideias que o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) tem a respeito de tecnologias na área de reciclagem.

Agradeço o convite feito ao IPT. Estou representando o nosso Diretor Presidente, Fernando José Gomes Landgraf. Eu trouxe, na verdade, um recado sobre as tendências da pesquisa que o IPT vem desenvolvendo e que acreditamos seja o caminho certo para que a questão do aumento dos resíduos sólidos no País e do equacionamento perante a Política Nacional possa ser sanada com uma nova filosofia de trabalho na área de desenvolvimento tecnológico.

O IPT, para aqueles que ainda não têm essa informação, completa 115 anos e primou pelo desenvolvimento tecnológico e, principalmente, pela inovação. Nesse período, nós passamos por uma crise de identidade entre desenvolver pesquisas e prestar serviços à comunidade. Dentro dessa visão, a atual diretoria estabeleceu a meta de aplicação de 40% do seu faturamento em inovação para 2008, ou seja, para desenvolver tecnologias com foco na inovação. A parte de resíduos sólidos também está engajada nesse pensamento de inovar todos os seus procedimentos, desde os procedimentos mais técnicos até os gerenciais. Dessa forma, a gente imagina que a maneira de pesquisar novas tecnologias tem de envolver uma concepção nova.

Eu gostaria de apresentar rapidamente dois eslaides. Na verdade, faço um resumo da minha apresentação, porque sei que o tempo é exíguo. Então, já vou à parte final, para, depois, passar à discussão do assunto.

Usei o nome "Soluções de Tecnologias Inovadoras Voltadas à Reciclagem – Enfoques sobre Formas de Destinação Final".

Nós entendemos que a questão que está sendo debatida aqui, na verdade, diz respeito ao material reciclável do resíduo sólido, diz respeito a essa parcela. O que fazer com isso? Entendo que o assunto, o tema seja esse.

Nós entendemos que precisamos mudar alguns paradigmas. Atualmente, o que acontece com o material reciclado? O material reciclado passa por etapas. Isso é o que acontece hoje. É o que estou demonstrando com esse eslaide. A gente identifica o material que é separado na coleta seletiva, caracteriza-o, vê se o mercado é viável ou não. Depois, a gente trata desse material e define o seu uso. Esse é o padrão, é o que acontece hoje. Esse é o procedimento hoje.

A gente sempre esbarra na questão da viabilidade. Por quê? Mais tarde, a gente vai ver que, na Política Nacional, está previsto que a indústria de reciclagem deve ser fomentada, deve crescer ao longo dos anos, para que se resolva essa questão, mas isso não vem acontecendo.

Então, hoje, o *status* é este: nós pegamos um resíduo, aquele que tem mercado, e buscamos um uso para ele, uma solução, um tratamento qualquer de reciclagem, para jogá-lo novamente no mercado. Seria basicamente isto: o resíduo sólido, que é o lixo – a palavra "lixo" a gente nunca vai abandonar, mas são os resíduos sólidos –, vira material reciclado. Define-se o uso: matéria-prima para outros produtos, matéria-prima para o processo original ou compósitos de novos produtos.

Os compósitos são um grande problema – o IPT vem estudando isto bastante –, pois podem gerar resíduos complexos. Então, há o material reciclado. Para resolvermos o problema de resíduo, reciclamos o material, mas ele cria outro problema, que é um resíduo que pode ser perigoso. Esse é outro problema.

Evidentemente, quando se fala em material reciclado, a gente precisa de uma avaliação de desempenho. Não adianta reciclar o material e o material não ter um desempenho técnico bom, ou seja, utilizar material reciclado com uma qualidade muito ruim, uma vida útil muito ruim e ambientalmente não muito adequado. Então, tudo isso tem que entrar na conta.

Portanto, neste eslaide, estou mostrando que resíduo passa para material reciclado. O que a gente precisa introduzir? Novos processos de reciclagem ou melhoria. Então, esses processos de melhoria são, na verdade, a pauta desta nossa discussão.

Quando a gente fala em processos de reciclagem com viés ambiental, a gente está pensando no quê? Normalmente, a gente pega o resíduo e quer saber o que vai fazer com o resíduo ou com o material reciclado. Agora, será que a gente poderia antever que a gente vai gerar um resíduo de "boa qualidade"? Boa qualidade entre aspas, porque todo resíduo é um lixo. Então, não se pode falar em qualidade de resíduo, mas, no caso, estamos adotando a qualidade do resíduo por quê? Porque lá na ponta, no processo, eu já vou introduzir mudanças de tal forma que o resíduo gerado não tenha materiais tóxicos, seja fácil de reciclar, gere menos quantidade, que seu processo seja limpo e gere um resíduo muito bom lá na frente. Essa é a nossa filosofia.

Então, estamos investindo bastante na ponta, no processo, já antevendo que resíduo vai ser gerado. Por quê? Se o resíduo for de boa qualidade, eu tenho uma reciclagem mais fácil, uma boa reciclagem com menos risco, menos periculosidade e menos resíduo. Essa é uma das premissas da Política Nacional.

Então, essa mudança de paradigma de processos inovadores a gente está tentando introduzir exatamente como está nessa figura. Na linha de cima, estou vendo um processo A, que gera um produto, que gera um resíduo sólido, e eu separo o material para ser reciclado. Agora, vamos imaginar um processo modificado, um processo B, mas tenho um produto similar a A, que atende ao mercado de forma satisfatória igual ao produto A, que gera um resíduo e gera outros materiais reciclados. Esse material reciclado tem que ter estas características: menor volume gerado, menos tóxico, ser mais degradável, processos de reciclagem menos complexos, processos de reciclagem mais baratos e gerar resíduos menos agressivos. Por outro lado, na ponta, temos um processo industrial B: processo sustentável, matéria-prima reciclada ou matérias alternativas sendo utilizadas como insumos, menor emissão e menor geração de afluentes. Então, estamos investindo bastante na ponta, já antevendo qual resíduo que vai ser gerado, que vai passar por uma reciclagem.

Por hora, o que nós fazemos? Nós pegamos todos os resíduos atualmente do mercado, estamos analisando e tentando descobrir por que aquele resíduo é daquele jeito, por que ele possui essas características. Então, essa é uma linha de pesquisa nossa.

Aqui vou passar rapidamente, porque esta Comissão conhece muito bem a Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas pontuei umas coisas importantes.

Diferença de reciclagem e reutilização, que é muito confundida – estou falando aqui basicamente de reciclagem, que envolve alteração das propriedades físicas daquele material que foi segregado –, e reutilização sem a sua transformação, prevista na Lei nº 12.305, que é a Política Nacional.

Resíduos. A destinação final ambientalmente adequada é para resíduos, e a destinação final é para rejeitos. Então, por rejeitos, entenda-se aterros. Não há outra forma de expor. E a Política Nacional trata resíduos como bem econômico. Então, quando falei em qualidade do resíduo, eu puxei da legislação, que é um bem econômico. Ele precisa ter qualidade também, porque ele vai ser insumo no próximo ciclo.

A readequação de atividades industriais leva exatamente ao que está abaixo, que é o crescimento das atividades das indústrias de reciclagem. Então, se isso não acontece, evidentemente tudo o que a gente planeja em termos de médio e longo prazo não vai acontecer.

Também a lei prevê a elaboração de planos. A disposição final ambientalmente adequada, na verdade, é extremamente utópica, porque se a gente não conseguir modificar, não haverá mais espaço para aterros sanitários. Isso já vem acontecendo pelas dificuldades de aprovação de licenças ambientais de aterros. E nos aterros sanitários industriais somente poderão ser depositados resíduos sem qualquer possibilidade de reciclagem e reaproveitamento. Esta frase é de difícil entendimento. Por quê? O que significa isso? Isso depende do desenvolvimento tecnológico, mas o desenvolvimento tecnológico depende de investimentos, de subsídios, de incentivos, depende de uma série de coisas que ainda não estão sendo discutidas. E uma questão importante, que vai ajudar nesse processo, é a logística reversa. Só que logística reversa é uma coisa, em princípio, bastante importante e útil, mas extremamente complexa para sua implementação, como V. Exª, presente aqui, pode atestar; bastante difícil, mas ela faz parte desse processo. A gente vai ter que considerar a curto, a médio e a longo prazo.

Não vou entrar na definição de logística reversa, mas ela pressupõe a existência da indústria de reciclagem, a disponibilidade de tecnologias nacionais, viabilidade de mercados. Tudo isso seria o ideal. Estamos esperando que isso aconteça.

Então, o objetivo que eu traço da reciclagem: minimizar a geração de resíduos. Então, aquele princípio norteador de pesquisar processos inovadores para gerar resíduos mais adequados está dentro desse princípio. Por quê? Porque ele vai gerar menos resíduos. Minimizar o volume de disposição final. Disposição final por quê? Porque os aterros estão se esgotando, e a aprovação de novos aterros é cada vez mais difícil. Maximizar o processo de reutilização e reciclagem, sustentabilidade dos recursos renováveis e não renováveis. Por quê? Porque quando a gente usa material reciclado em compostos, a gente substitui materiais; muitas vezes materiais que já se estão esgotando. E melhorar a gestão ambiental. Então, a reciclagem tem como principais objetivos esses cinco tópicos.

As bases para inovação tecnológica são baseadas na Análise de Ciclo de Vida (ACV). Então, se a gente fizer análise de ciclo de vida do material reciclado será mais ou menos assim: eu tenho insumo que vai abastecer a indústria, a indústria do produto, a indústria da embalagem, que vai para o comércio, vai para o consumo e, no pós-consumo, é problema; surgem os resíduos recicláveis e os resíduos sólidos, rejeitos, que vão para o destino final.

Então, estou vendo P1, P2, P3, que, na verdade, mostram os processo industriais nos quais eu preciso investir muito conhecimento para que esse processo melhore o R5, o R6.

Variáveis para reciclagem, mudança do processo, que varia a quantidade, a característica e a utilização do reciclado na outra ponta. Para que isso seja viável, nós já temos um grupo de estudo que vem pesquisando paralelamente, dentro da gestão ambiental, como isso pode ajudar. E a gente utilizou o conceito de ecoeficiência, que é a eficiência no sistema produtivo, que é substituição por matéria reciclada, diminuir a toxidade, aumentar a vida útil, redução de uso de energia etc.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NESTOR KENJI YOSHIKAWA – Na Política Nacional nós temos este ciclo – isso está na legislação –: a indústria gera produto, embalagem, comércio sobre embalagem, resíduo sólido urbano, rejeitos. Estou vendo esta flecha porque isso é um problema. O IPT vem trabalhando bastante no reaproveitamento de reciclados em diversos setores, mas é uma tecnologia meio estanque, porque eu não sei o que vai acontecer com o desenvolvimento de materiais daqui para a frente.

A quantidade de rejeitos depende da tecnologia que estamos desenvolvendo. A legislação diz o seguinte: é rejeito enquanto não houver tecnologia para reaproveitamento do resíduo. Então, esse ciclo ainda é uma incógnita. O que é rejeito vai para o aterro sanitário, que é o destino final. Na outra ponta, a indústria gera resíduos industriais que podem ser reutilizados ou tratados e vão ou para a indústria de reciclagem ou para o aterro industrial. Esse é o ciclo – e existe a logística reversa desses resíduos aqui – que está colocado na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Nós temos que utilizar isso como base para todas as nossas ideias aqui lançadas. E demanda novas tecnologias na questão dos rejeitos e resíduos, novas tecnologias na reutilização e na indústria da reciclagem. Esses são os pontos principais da Política Nacional.

E, juntamente com a ecoeficiência, que trata do sistema produtivo, eu tenho o conceito do produto. Tanto ecodesign como ecoeficiência são modelos de gestão ambiental. O ecodesign está muito preocupado com o produto. Dentro dessa conceituação, incluímos também a questão de eficiência energética. Então, conceito de ecodesign: mudança profunda nas tecnologias, na criação e manipulação da matéria, materiais, desenho de parques, na economia, estilo gerencial e nas relações entre o homem e o Planeta. Isso é sustentabilidade. Ele precisa de mobilização da comunidade, precisa de uma ecoeficiência, que é o modelo anterior, e, depois, de minimização do consumo de energia, que, na verdade, são os bens esgotáveis e eficiência energética.

O ecodesign permite qualidade e durabilidade, gerar menos resíduos, modularidade, que gera muitos resíduos, porque você pode trocar as partes de um produto qualquer, e não um produto inteiro, a reutilização e o reaproveitamento dos materiais.

Um grande exemplo com que o IPT trabalha bastante são os polímeros, os plásticos. E, dentre os plásticos, nós temos uma conceituação muito bacana, que são as fases de uma reciclagem. O IPT trabalha em todas elas. Independentemente disso, temos trabalhado com a mudança dos processos, pois cada estudo dessa fase nos ajuda a entender o que é o resíduo e nos ajuda a entender o que é o processo. Na fase primária, são refugos de processos, aparas que sobram de um material, de um processo industrial que é reaproveitado; na fase secundária, reciclagem mecânica, em que estruturamos o material e transformamos em insumo novamente; na terciária, a transformação química; e, na quartenária, a queima, em que geramos energia para utilizá-la em algum processo.

Aqui, as definições sobre a reciclagem energética – eu não vou me ater a isso porque vai estar no *site* –, a reciclagem química, as linhas de pesquisa que temos desenvolvido no IPT, desenvolvimento de compósitos, recuperação de componentes, gasificação de plásticos.

Depois, há umas ideias de compósitos. O IPT trabalha bastante com novos materiais e com resíduos de novos materiais, que é mais complexo ainda. Então, são as linhas inovadoras que nós temos adotado.

Os desafios, portanto, que o IPT vem enfrentando em termos de pesquisa, e eu acredito que não só o IPT, mas outros institutos. Dentro da visão de que reciclagem deixa de ser uma alternativa e passa a ser uma condição necessária: pesquisas para o desempenho de novos materiais, que são os compósitos; desenvolver estudos para a reciclagem de compósitos e seus resíduos; estudos e processos industriais inovadores, visando obter menos resíduos sólidos com menor toxicidade para otimizar a reciclagem; pesquisas para a separação de materiais sintéticos e reaproveitamento de resíduos da indústria do vestuário. Esse é um grande problema que nós estamos enfrentando. Nós temos algumas linhas de pesquisas desenvolvidas porque o tecido…

(*Soa a campainha.*)

O SR. NESTOR KENJI YOSHIKAWA – … principalmente aquele que tem derivados de petróleo, é resíduo que não tem recuperação. Ele vai para o aterro sanitário, e em grande quantidade. A mistura de algodão com produtos sintéticos também é outro grande problema. Ele produz material tóxico.

A reciclagem energética é um dos temas que temos estudado bastante, que é a cogeração, a utilização para o abastecimento energético. E, depois, a recuperação de agregados, cimentos e resíduos da construção.

Então, nós temos desenvolvido – eu não tenho os resultados aqui, mas estão disponíveis – uma pesquisa para gerar cimento a partir de agregados. Nós temos todo um estudo, já estamos no meio da pesquisa, e vamos gerar cimento de resíduos da construção civil. Essa pesquisa deve terminar no ano que vem.

Na questão do destino final, onde temos investido na inovação tecnológica? Quando se trata de coleta seletiva e reciclagem, todo o processo mecanizado, a área de equipamentos tem trabalhado com a parte de mecanização para a obtenção da matéria-prima. E na parte referente à construção civil, a questão da triagem, reutilização e reciclagem, nós temos a inovação tecnológica em projetos justamente para separar cada componente que é agregado do material de construção, seja areia, cimento, brita, cal ou qualquer outro material, temos focado em pesquisas para a separação desses materiais.

Quando se trata de resíduo eletroeletrônico, nós temos uma gestão chamada manufatura reversa, que separa peça por peça. O IPT possui um grupo que está tentando estudar, dentro da logística reversa, como se faria essa automação. Então, temos um grupo de estudo pesquisando sobre esse tema.

Falando um pouco do IPT, o IPT é interdisciplinar, mas conseguimos trabalhar também transdisciplinarmente, ou seja, juntando grupos e atuando em novas subáreas do conhecimento. Nós temos a área de energia, transporte e materiais de química e infraestrutura.

Dos centros técnicos, nós temos a parte de plano de gestão, caracterização e destinação, RCD, plásticos, compostos e borrachas, resíduos industriais, mínero-metalúrgicos e biomassa, papel, madeira, compostos químicos, tecido e couro. São materiais que são estudados, desenvolvidos e testados no IPT. Com essa multidisciplinaridade, conseguimos, na verdade, criar um mecanismo um pouquinho mais, vamos dizer, profundo na questão de processos industriais. Estudamos tanto os processos como os resíduos.

A mensagem que eu gostaria de deixar para os senhores presentes é que a nossa linha de pesquisa adota esse paradigma novo de que o processo deve ser revisto. E nós vamos buscar materiais reciclados de boa qualidade e em menor quantidade, para que seu uso seja mais nobre. Nós temos focado e temos concentrado esforços nos processos industriais, visando à geração de resíduos sólidos lá na frente, e o nosso é reciclado.

Muito obrigado.

E fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado, Dr. Nestor.

Registro, com satisfação, também, a presença do Prof. Valdir Schalch, e aproveito para passar a palavra a ele para que faça as suas explanações, lembrando que o tempo que concedemos é de 15 minutos. Quando falta um minuto toca um alerta, mas somos generosos e permitimos prorrogar, se necessário for.

Com a palavra o Dr. Valdir.

Mais uma vez, agradecemos sua presença.

O SR. VALDIR SCHALCH – Pois não. Bom dia. Eu é que agradeço o convite que foi formulado para que eu viesse aqui, representando o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Resíduos Sólidos (Neper) da Escola de Engenharia de São Carlos, particularmente do Departamento de Hidráulica e Saneamento, de onde eu sou.

Como eu sou da universidade, nós temos aquele tripé da universidade, que agora tem mais um nome: pesquisa, ensino, extensão e inovação – eu acho que o palestrante que me antecedeu, do IPT, pelo pouco que ouvi, já usou esta palavrinha "inovação" bem fortemente, inovação no sentido de patente.

Nós temos um grande desafio agora, nas universidades. Vou falar das universidades, porque é onde eu convivo a minha vida inteira.

Eu vou mostrar alguns eslaides para vocês, com diagramas de blocos, e, depois, esse material ficará aí. O material das minhas aulas também, se vocês acharem conveniente ficar, está no *pen drive*, é uma coisa que não é segredo de estado, obviamente.

Eu vou falar algumas coisas para vocês, mas a maior parte, 90% do que digo, está na Política Nacional de Resíduos Sólidos, que nós temos que seguir.

Com o Decreto nº 7.404, nós temos a obrigatoriedade de seguir o que está escrito na Política Nacional de Resíduos Sólidos, que, aliás, no meu modo de entender– eu já estou na área há um tempinho –, foi um marco divisório. Foi um divisor de águas, na área de resíduos sólidos, a gente ter a Política Nacional, e ela ser regulamentada por esse decreto que eu falei para vocês. Eu costumo brincar que, antes de eu entrar na aula, de cumprimentar os alunos, eu já falo: no dia 02 de agosto de 2010, foi sancionada, tal, tal, tal, e regulamentada no dia 19 de dezembro… Então, essa é a frase que a gente tem que seguir.

O que está na Política e o que a gente tem que fazer é uma divisão de resíduos sólidos quanto à origem e periculosidade. Eu não vou ficar definindo resíduos sólidos para vocês, mas a gente tem duas definições: essa daí, que é a da Política, e tem a definição também da 10.004. Até onde eu saiba, as duas podem ser usadas, mas eu, particularmente, tenho falado onde eu tenho ido para a gente usar a que está na Política Nacional, que é um pouquinho mais ampla, porque agora a gente tem os gases contidos em recipientes. O resto está tudo meio parecido, com algumas diferenças só de palavreado, como essa daí também. Então, eu não vou ficar aqui muito com vocês.

Essas duas palavrinhas é que são as palavras-chave quando a gente faz qualquer coisa relacionada com resíduos sólidos: gestão e gerenciamento, e elas são distintas. Gestão é planejar, gerenciar aquilo que você planejou, colocar em prática. É simples de falar, mas nós temos um caminho enorme pela frente com relação a resíduos sólidos para fazer essas duas coisas. Como eu digo, gestão é planejar, então o gestor… Por exemplo, a gente tem gestor de recursos hídricos, que é já um termo bastante utilizado e muito forte. Nós temos de ter gestores de resíduos sólidos e, particularmente, gestores de resíduos sólidos em todos os níveis, inclusive em nível municipal. Os Municípios é que têm uma grande tarefa agora na área de resíduos sólidos. Nós vamos conversar sobre isso um pouquinho mais para frente. Então, essas duas palavras aí são fundamentais.

Essas palavras também são importantes: destinação final ambientalmente adequada, que é a dos resíduos – está lá escrito –, e a disposição final é dos rejeitos. Eu não estou falando nada de novo para vocês. Eu só estou dizendo que as pessoas ainda não fazem isso. Está escrito que têm que fazer, e os Municípios ainda não o fazem. Tudo vai para o aterro sanitário, tudo vai para o aterro industrial, tudo vai para o aterro de inertes, quando não se jogam em qualquer lugar esses resíduos, principalmente os da construção civil, que é um grande problema urbano que a gente tem.

Então, você tem que fazer o máximo possível para destinar o seu resíduo. Se você falar: "Eu vou dispor o meu resíduo", significa que ele é rejeito, você não tem tecnologia desenvolvida para aproveitar rejeito. Hoje, eu vou falar de uma que a gente está desenvolvendo para aproveitamento desses rejeitos. Então, isso também tem que ficar bem claro.

Uma outra: logística reversa. Também são duas palavrinhas muito bonitas. E a gente tem, junto com a Engenharia de Produção da Escola de Engenharia de São Carlos, desenvolvido alguns trabalhos nesse sentido.

E aqui é o que a gente conta, a origem, que é a divisão dos resíduos. Para todos esses resíduos, a gente tem que fazer o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Está escrito com todas as letras, eu não estou falando nada de novidade. O problema é que não sei se algumas autoridades querem ouvir. Mas deve ser feito o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de todos esses resíduos. Geralmente, onde a gente vai o pessoal tem feito só o do domiciliar, mas deve ser feito de todos esses resíduos aqui. Eu não vou ficar falando de todos esses resíduos – depois vocês podem ficar com o material –, mas eu chamo a atenção para o Plano Municipal, que a Prefeitura tem que fazer, contratar empresas para fazer de todos esses resíduos.

Esses resíduos aí, inclusive os resíduos de mineração, são, está escrito no art. 13, de pesquisa também, tanto que, na universidade, nós temos também esse trabalho, está disponível no nosso núcleo aí. Eu até trouxe o material escrito. Se depois vocês quiserem dar uma olhada, nós fizemos o levantamento.

A USP tem uma política de resíduos sólidos que vai ser implantada agora. Lá em São Carlos, a gente já fez, nos dois *campi* que a gente tem, de todos esses, e a Universidade gera todos esses resíduos. Dizem: "A Universidade não gera esse resíduo de serviço e transporte." Gera. Gera óleo combustível e, inclusive, esse óleo combustível está aqui na SMA nº 38, que é do Estado de São Paulo, de 2011, especificamente, e está no art. 33 da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O que fazer com os eletroeletrônicos? Eu não vou ficar falando muito agora, porque eu acho que depois a gente vai ter um tempinho, talvez, para conversar. Então, depois, só vou chamar a atenção. Nós procuramos fazer pesquisa teórica e prática com todos esses resíduos. Obviamente, eu não faço com todos. Por exemplo, o resíduo da construção civil, quem o aproveita para alguns tipos de aplicação é um outro professor; quem faz a parte de avaliação de ciclo de vida e prevenção à poluição são alguns professores da Engenharia de Produção. Com isso, nós podemos fazer todo o diagnóstico – essa é uma outra palavrinha-chave –, é o primeiro que a gente tem que fazer, mas todos os Municípios têm que fazer o diagnóstico desses resíduos aí.

Diagnóstico significa o quê? Dizer o que tem e quanto tem de cada tipo de resíduo. Vou dar um exemplo do domiciliar, que é o mais claro para nós. Afora o fato de que você tem que obedecer às normas da ABNT, resoluções Conama, resoluções estaduais, alguns Municípios têm algumas resoluções já com relação a resíduos sólidos, o que é fundamental. A gente desenvolve, por exemplo, na área dos resíduos domiciliares… Até as palavras, até os termos técnicos eu sempre fico perturbando os outros no sentido de que a gente tem que começar a mudar. A gente não pode mais chamar de lixo hospitalar. Lixo hospitalar não existe mais, essa palavra. São resíduos dos serviços de saúde o que está aqui, entre os quais, em função de resolução do Conama, se tem um, que é o hospitalar. Eles não são sinônimos. Você tem que dizer que tem que trabalhar com resíduos de serviços de saúde.

Quanto a resíduos domiciliares, por exemplo, o que a gente tem que fazer de diagnóstico? A caracterização física ou composição gravimétrica desses resíduos, dizer quanto você tem de plástico, vidro, papel, papelão e matéria orgânica. A matéria orgânica hoje nós não podemos mais enterrar. Então, você tem que fazer esse diagnóstico, que é a caracterização física, senão você não sabe o que vai fazer.

A gente usa, óbvio, na universidade eu tenho esse privilégio, alunos da graduação, da pós-graduação, do mestrado, do doutorado e do pós-doutorado para fazer trabalhos assim, e são trabalhos de nível, saem trabalhos de nível. Por exemplo, em São Carlos, nós sabemos exatamente quanto a gente gera por dia de resíduos, de todos esses resíduos, da maior parte desses resíduos, porque o Plano de Gestão desses resíduos está andando.

Então, eu tenho que saber quanto eu tenho de plástico, quanto eu tenho de papel, quanto eu tenho de papelão e, outra coisa interessante, quanto que eu tenho de rejeito, que a gente chamava de "outros" antes de 2010. Agora a gente não pode pôr mais "outros"; tem que pôr "rejeito", porque rejeito, como foi dito aqui, nós temos que fazer o possível para ser transformado em resíduo. Essas são as novas tecnologias que a gente tem que desenvolver.

Nós temos, por exemplo, em São Carlos, nisso daí, 20%. Sabe aquela continha simples que a gente faz: eu tenho 60% de matéria orgânica no resíduo domiciliar e 40% dos famosos "errinhos", isso está errado, porque desses 100%, nós temos 20% que é rejeito: papel higiênico, medicamento, fraldas descartáveis. O que eu vou fazer com isso daí? E dá 20%. Lá nós temos 180 toneladas de resíduos por dia. É pouco, porque é uma cidade de 200 mil habitantes. Se você pega 20% de 14 mil toneladas, que é o que São Paulo gera por dia, dão muito mais rejeito do que muitos resíduos somados de outros Municípios. Então, a gente tem que sempre não se esquecer de pôr o rejeito.

E um outro resíduo que hoje existe, e eu acho que ainda não coloquei aqui; não, não coloquei aqui…

A Cetesb tem um manual. Eu trouxe até a relação desses manuais, mas eu acho que vocês sabem melhor do que eu isso. O Governo Federal, o Ministério do Meio Ambiente, o Ipea, a Funasa, a gente tem sete ou

oito manuais de orientação para os Municípios fazerem o diagnóstico. Então, não é por falta de material que o Município não vai fazer o diagnóstico, dizer como tem de fazer esse levantamento, o questionário. Inclusive, temos esses questionários aí, também.

Nesse que nós temos lá em São Paulo, que a Cetesb chama de Giren, gestão municipal desses resíduos sólidos, há mais um resíduo junto, pelo menos lá, que são os resíduos de cadáver. É um tipo de resíduo que pode ser problemático. E nós temos de fazer os licenciamentos ambientais necessários. As universidades geram esse tipo de resíduo. Nós temos um dos *campi*, que fica em Pirassununga, que faz pesquisa com animais. Estou citando um que está perto da nós. E o que eu faço com esses animais depois? Vou incinerar esses animais de grande porte? É caro. Temos de fazer alguma coisa com eles.

Então, com todos esses resíduos, nós temos de fazer esse tipo de atividade.

Isso aqui é quanto a origem. Perceberam a dimensão da área de resíduos sólidos e a responsabilidade do Poder Público municipal perante resíduos sólidos? É do Poder Público municipal a apresentação do plano de todos esses resíduos. Por quê? Porque depois isso tem de ser transformado em projeto de lei e tem de ser aprovado pelos vereadores para ser implantado. Então, o que eu faço aqui? Eu estou fazendo a gestão.

Depois vou colocar, só para dar um exemplo, um diagrama de blocos. É como o médico que manda fazer os exames. Ele não dá a receita, ele não dá o diagnóstico antes de você fazer algumas consultas. Ele fala, depois de ter feito a consulta, que você tem isso, isso e isso. Então, ele dá o remédio para aquele tipo de problema. O grande desafio são esses remédios que nós temos de dar para todos esses resíduos, desde o começo até o final.

Aí nós temos a periculosidade, que é fundamental, a NBR 10004, 10005, 10006 e 10007. Nós temos de ter isso no bolso do colete. Fica implícito que você tem de saber a periculosidade de um resíduo, de alguns resíduos, porque, dependendo da classe desse resíduo, por exemplo, ele tem de ser incinerado por ter dado um resíduo Classe I, perigoso, em função da sua toxicidade.

Não vou ficar perturbando muito vocês com relação a assunto de professor, mas muitas pessoas põem como sinônimos os resíduos perigosos de toxicidade e resíduo tóxico. Assim como falei de outra vez, a toxicidade é uma das formas de esse resíduo ser perigoso. Nem todo resíduo é tóxico; ele pode ser daqueles outros tipos ali.

Então, se você não incinerar um resíduo em função de fazer a avaliação de ciclo de vida e prevenção à poluição, se esse resíduo passar para a Classe II A, no tratamento, na destinação final, isso vai ser uma beleza, vai diminuir muito os custos.

Só vou colocar mais dois diagramas.

Nós temos de obedecer a essa gestão, essa estratégia de gestão. Temos de obedecer. Por que hoje temos algumas discussões com relação a incineração de resíduos? Para mim está claro onde entra a incineração de resíduos, principalmente a domiciliar, que nós não temos. A incineração de resíduos entra depois que você fez toda essa parte de redução, reutilização e reciclagem, senão, nós matamos as cooperativas de catadores. No mundo, muitos profissionais vêm para cá querendo vender incineradores para incinerar todo mundo. Eu brinco, dizendo que, se nós passarmos na frente deles, eles quererão incinerar. Mas nós temos de fazer o que está na estratégia de gestão. Não estou falando nada de novo. É que é difícil fazer. É gostoso falar desses modelos de gestão. Nós devemos fazer o possível para que ele não venha aqui, porque, se vier aqui, vai ser enterrado, qualquer tipo de resíduo ali; o trator vai passar em cima. Depois, para desenterrar e fazer algum uso, o negócio vai ficar feio. Nós nem devemos ficar pensando muito nisso.

Só mais esse diagrama de bloco eu vou pôr. Lembram que eu expus o domiciliar, que há um quadrinho só de resíduo domiciliar? Eu tenho de fazer com todos os resíduos o que nós vamos fazer aqui. Aquele resíduo domiciliar, obviamente, não posso só coletar, fazer a coleta regular e jogar no aterro sanitário.

Quanto a essa parte tecnológica para resíduo domiciliar, em 70% dos Municípios você pode tirar tudo isso aqui e colocar lixão. Nós temos um trabalho árduo, nós temos de desenvolver novas tecnologias, mas os Municípios, pelo menos, têm de ter aterro sanitário. Se é em consórcio ou responsabilidade compartilhada, isso é um outro assunto. Mas o município tem que ter um local de disposição final adequada.

No meu modo de entender também, e acho que no modo de entender do governo, do Brasil, o aterro sanitário… Algumas pessoas falam que alguns países não têm aterro sanitário; eles têm. Só que, naquela estratégia de gestão, muito pouco resíduo vai para o aterro sanitário. Isso sim é um desafio. Agora, que precisa ter aterro sanitário, no meu modo de entender, é preciso.

Existem pesquisas com tudo isso aqui. Estamos desenvolvendo duas pesquisas. Na parte de aproveitamento dos compostáveis, através da digestão anaeróbia, porque a aeróbia já é compostagem, vermicompostagem, é uma coisa que a gente deve cada vez fazer mais, mas a anaeróbia. Por quê? Por que não vamos mais retirar gás de aterro sanitário, não vamos mais colocar matéria orgânica em aterro sanitário. A matéria orgânica vai ser em reatores. Por quê? Isso é uma grande linha de pesquisa e é inovadora no sentido não do conceito do

que é digestão anaeróbia, que é velho, de desde que o mundo é mundo, mas no sentido de não enterrar matéria orgânica. Não enterrando matéria orgânica, você não vai gerar chorume, esse chorume vai ficar no reator e, com a matéria seca, com esses reatores anaeróbios, você vai ter uma quantidade muito pouca de chorume gerado. Então, esse balanço temos de fazer aqui, equipamentos para coleta desse material e fazer a caracterização física. Deu para vocês terem uma ideia de que, de todos aqueles resíduos, a gente tem que abrir todos e fazer pesquisas direcionadas para todos esses tipos de resíduos.

Acho que vou ficar por aqui, porque assim a gente tem mais tempo para discutir. Quis fazer esse painel geral. Temos que ter em mente o seguinte: fazer o máximo possível. E a universidade tem uma função, uma responsabilidade social muito grande nisso, porque acho que devemos fazer pesquisa teórico-prática. Óbvio que existem pesquisas que têm que ser feitas porque são básicas, mas a gente tem que fazer pesquisas teórico-práticas.

Todos os Municípios a primeira coisa que têm que fazer é o diagnóstico de todos esses registros para a gente depois saber o que vai fazer. Diagnóstico é gestão e o que se planejou na gestão quando se colocar em prática, como fazer o acondicionamento, a coleta seletiva, transporte, aproveitar matéria orgânica.

Outra pesquisa que estamos desenvolvendo – vamos falar um pouco depois, podemos falar um pouco, depois, sobre isso também – é com pirólise, pirólise de plásticos e de material que passa pela coleta seletiva. Isso também é uma coisa interessante que a gente está desenvolvendo.

Então, vou ficar por aqui para que a gente possa depois conversar um pouco mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Agradeço a participação do Prof. Valdir e passo a palavra ao Dr. Ney Maranhão, representante do Ministério do Meio Ambiente. Registro, até brincava antes aqui, que já dá quase para ele presidir esta Comissão de tanto comparecer e contribuir nesse nosso debate.

Com a palavra V. Sª.

O SR. NEY MARANHÃO – Bom dia a todos e a todas! Queria cumprimentar os componentes desta Mesa, o Nicola, o Nestor, o Prof. Valdir Schalch. Queria cumprimentar particularmente o Senador Cícero Lucena, uma pessoa com quem, cada vez que convivo, mais eu aprendo, mais coisas, admiro mais pela dedicação que ele tem. E quero cumprimentá-los por esta iniciativa que, para nós do Ministério, tem sido extremamente útil num momento de reflexão, com datas marcantes como agosto de 2014 no horizonte, o final de quatro anos de implantação de uma política nacional de resíduos sólidos que o professor elogiou, mas que é de difícil e complexa implementação num país continental, bastante diverso.

Acho que o Senador Cícero Lucena nos tem ajudado muito com a promoção desse debate, com a escolha dos convidados, sempre do melhor nível. Na verdade, sou o maior beneficiário por vir aqui a estas reuniões, porque o que eu aprendo aqui é muito útil para todos nós. De modo que eu quero agradecer esta oportunidade de estar aqui.

Hoje nós pudemos escutar uma apresentação bastante interessante do Nicola sobre um engajamento de uma instituição na construção de uma solução, detalhando, tornando operacional, inclusive, até chegando a uma patente, que é uma coisa que interessa para todos nós no Brasil: a gente encontrar soluções nossas que não gerem dependência econômica e tecnológica do exterior.

Ouvimos também, com muita atenção, a visão que o IPT tem dos desafios. E com isso se trouxe uma luz bastante grande, que o problema é muito mais complexo, demanda muito mais tempo para a sua solução. Não é uma questão só de erradicar lixão. Não é só uma questão de fazer coleta seletiva. Embora essas coisas sejam fundamentais no processo, nós temos horizontes ainda distantes de alcançar, desafiadores. Vou até comentar um bocadinho sobre a visão de Estado, a visão do Ministério sobre esses desafios adiante.

Temos nos voltado muito mais para incentivos às empresas, para que elas promovam seus ajustamentos à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Mas temos um desafio muito grande na área de ciência e tecnologia e inovação que sequer começamos a arranhar.

Eu achei a sua exposição, Nestor, bastante interessante e muita oportuna. Acho que precisamos depois nos aproximar mais para ver o que podemos fazer, até juntos, nisso.

O Professor Valdir trouxe também uma contribuição bastante interessante sobre a visão conceitual de alguns aspectos e que me ajuda, inclusive, agora, ao fazer a minha rápida apresentação.

Foquei mais no aspecto de inovação. Então, destacaria que a própria Lei 12.305 já é a grande inovação. Ela traz consigo todo um admirável mundo novo à nossa espera, com desafios, como foram bem colocados – quer dizer, rejeitos que hoje são rejeitos, amanhã podem ser resíduos; resíduos que hoje são resíduos, amanhã podem ser rejeitos –, com uma articulação geograficamente diferenciada em todo o Território nacional, com tempos diferentes e também com características distintas.

Soluções como a que foi apresentada aqui, da usina, que tem modularidade, podem ser espalhadas para o País inteiro. Talvez essa não seja a única solução, dado que cada lugar também terá outros problemas que ela não tratará. Por exemplo, as questões de plástico e outros produtos que não são também reciclados. Nesse sentido também, a própria indústria de plástico tem feito grande inovações na reciclagem de polímeros.

Então, acho que a grande revolução, a grande inovação que a lei traz é mudar a relação da sociedade com os resíduos que ela mesma produz. Ela passa agora a ter que atuar sobre a geração dos resíduos, visando reduzi-los, de um lado, e sobre o descarte e o desperdício, promovendo reaproveitamentos e reciclagem, mediante a conjugação de várias soluções, de vários instrumentos.

Portanto, é uma grande orquestração que se faz com diferentes instrumentos tocando, com diferentes músicos chamados a intervir em diferentes momentos, com diferentes intensidades. É um grande desafio montar isso tudo.

Temos que caminhar da não geração, mudar os nossos padrões de consumo, ter consumos mais sustentáveis, para redução. Queremos diminuir a quantidade de resíduos, passando pela reutilização, o uso repetido do mesmo material, a reciclagem, o tratamento. E, finalmente, como bem destacaram os antecessores, precisamos da disposição final adequada dos rejeitos, aquilo que não pode ser aproveitado.

Então, hoje estamos com a figura da esquerda. Quer dizer, gastamos muito, despendemos muito esforço em dispor adequadamente e fazer muito pouco esforço para não gerar, para minimizar a geração, para reutilizar e reciclar. Precisamos inverter esse processo, virar de cabeça para baixo essa pirâmide, trabalhando mais na redução e no reuso, na reciclagem e menos em termos de intensidade de material que chega aos aterros e aos centros de disposição final; mas não menos em termos de inovação, porque aí precisamos estar bastante atentos até às mudanças, à chegada de novos produtos que precisam de tratamento diferentes.

Também temos uma população que vive, 85% dela, em cidades, portanto em ambientes urbanos. Aí que está o grande desafio nosso, porque temos uma concentração de 85% da população e é ali que estão os problemas concentrados, numa pequena área, que forma verdadeiros pontos de anomalia em todo o Território nacional. Então, temos que sair da situação de uma cidade linear que recebe alimento, energia e insumo e gera resíduo, emissão e outros resíduos para uma cidade que possa reciclar, ser mais sustentável e mais responsável.

Da mesma maneira, na Europa, por exemplo, eles estão fazendo uma trajetória de sair de lá dos aterros, quer dizer, dispor tudo diretamente em aterro, caminhando numa direção de incineração. E o caso da Europa é particular, porque eles têm uma preocupação muito grande em usar fontes de energia renovável e, como não têm hidroeletricidade e biocombustíveis, o que nós temos aqui, eles recorrem ao uso intenso de resíduos sólidos, na forma de incineração, para gerar energia elétrica. Mas o ideal seria, depois, fazer a curvatura, aumentando a reciclagem, que significa reaproveitamento.

Eu ouvi também o que todos os meus antecessores falaram, que nós estamos hoje lá na extremidade esquerda, quer dizer, há muito material chegando aos aterros, sem qualquer forma de tratamento, sem qualquer forma de reaproveitamento. E precisamos caminhar para reduzir essa disposição final de rejeitos, pela agregação de redução, de reutilização, de coleta seletiva, de tudo aquilo que a lei prescreve, de um lado, para os resíduos secos e também para os orgânicos e úmidos do outro lado, de tal forma que a gente vai tentar afinar aquela parcela que vai para a disposição final dos resíduos.

A grande questão nossa então é: como conduzir projetos de desenvolvimento neste País, vinculados a temas complexos – como os aqui bem descritos pelos antecessores – e que envolvem e interessam a um grande número de atores? Esse não é um problema de uma indústria particular, não é problema de um governo; é um problema de todos os cidadãos, de todos os empresários, de todas as indústrias, do comércio. Enfim, todos nós estamos envolvidos diretamente nisso, com interesses diversos. Nós temos posições diferentes quanto ao que temos de fazer e à nossa parcela de responsabilidade. De novo, é preciso uma grande concertação em torno disso. E que cada um de nós possa conhecer qual é o nosso papel e assumi-lo em sua plenitude.

Esse é o nosso grande desafio, acrescentando-se que temos um país de porte continental, com diferenças notáveis em seu território, no que concerne aos aspectos fisiográficos, aos aspectos bióticos – temperatura, clima, vegetação – e também aos aspectos socioeconômicos.

Só para colocar um desafio para pensarmos: o que acontecerá com este País e com todos esses processos que foram descritos aqui de fermentação, de compostagem, se houver uma mudança climática que mude em 3ºC a temperatura média? Como ficam os micróbios, os micro-organismos? Como eles vão operar?

Há preocupações muito grandes nesse sentido na área médica, por exemplo. Patogenias que não existem hoje, dominativas, podem ser despertadas. Então, até isso temos de olhar dentro dessa perspectiva.

Isso tudo é inovação, isso tudo são desafios técnico-científicos com que temos de deparar e usar toda nossa capacidade instalada nas universidades e nos centros de pesquisa, junto do Governo, que promoveria uma grande gestão, como disse o Prof. Valdir, quer dizer, a concepção de todo esse sistema, ouvindo todos os

interessados e também promovendo a operacionalização, que é o gerenciamento. Então, o encaminhamento dessa grande questão é identificar as práticas, entender os desenvolvimentos conceituais subjacentes, envolver a participação dos usuários na busca de modelos de inovação que sejam aceitos pelos usuários, que envolvam novas práticas e que gerem novas concepções.

Quando a gente fala de inovação no campo da gestão dos resíduos sólidos, eu imagino que temos duas grandes inovações a fazer: uma é no campo da gestão; a outra é no campo da tecnologia. Eu sempre falo isso, porque acho que o grande desafio do Brasil não é alocação de recursos, mas gerenciar, gerir esses recursos. É ser capaz de dar as respostas certas, no tempo certo, identificando os problemas que precisam de prioridade. Então, imagino que as inovações no campo da gestão interessam fundamentalmente a como promover melhores inventários de resíduos sólidos, dar confiabilidade a esses inventários, validá-los.

Os mecanismos de monitoramento e fiscalização ambiental. Quer dizer, não basta a gente fazer inventários, acreditar em números frios; nós também temos de dar vida a isso tudo através de monitoramento e de fiscalização.

Precisamos fazer acordos setoriais. O Governo optou por acordos setoriais ao invés de decretos, porque ele entende que democracia é acordo, democracia é discussão, democracia é cada um assumir sua responsabilidade.

Precisamos ter mecanismos de informação e de tomada de decisão. Nesse sentido, estamos organizando um Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, que será o desaguadouro de todos aqueles que estiverem envolvidos nos acordos setoriais, nos Municípios, que têm de fazer relatórios de gestão de resíduos sólidos. E, como ele será transparente, nós todos teremos acesso a essa informação e poderemos avaliar o que está acontecendo, se as decisões são bem tomadas e, nos devidos fóruns, poderemos também intervir para contribuir, a fim de que essa gestão se faça melhor.

Então, aqui temos campos enormes para inovar, no sentido de promover modelos de gestão com participação social ou descentralização de decisões. Este País também é um grande laboratório nesse sentido.

No campo dos incentivos fiscais, econômicos, financeiros e creditícios, nós temos um grupo de trabalho que foi criado no âmbito do conselho interministerial que é o conselho supremo, que analisa a implantação da política no sentido de identificar essas necessidades. Aí identificam-se algumas incoerências que vão ser sanadas no futuro, por exemplo, uma mercadoria reciclada sofre uma tarifação de impostos maior do que a mercadoria virgem, quando o desejável para nós seria o contrário, porque, com isso, estamos conseguindo evitar a pressão sobre recursos naturais, esses, sim, esgotáveis e exauríveis, ainda mais se a gente promove um consumo e uma produção não sustentável e um consumismo desenfreado.

Depois, a determinação de indicadores de controle dessa gestão, novos arranjos e modelos de negócio, novos empregos, novos produtos. Isso tudo foi bem colocado pelo Nestor quando discutiu os velhos aspectos que interessam ao IPT no conhecimento dos resíduos, o que pode ser feito com eles. E mexer até no sistema de produção a partir do conhecimento desses resíduos, resíduos que são indesejáveis e resíduos que são desejáveis e outras destinações. Eu acho que há todo um campo novo aí para os processos industriais e para a própria engenharia de produção.

No campo da tecnologia, eu acho que o problema é de pesquisa científica e tecnológica e que abrangerá basicamente os processos – volto a dizer que o Nestor falou muito sobre processos aqui e não vou repetir, acho que foi muito boa a exposição que ele fez sobre a questão dos processos –, mas também incidirá sobre equipamentos e toda a indústria mecânica, que pode se engajar nesse processo. Eu vejo, por exemplo, que somos capazes de produzir ônibus maravilhosos, cada vez mais sofisticados, mas eu não vejo o mesmo esforço na diversificação da frota de caminhões para coleta. Não vejo. Vou mostrar aqui algumas fotografias de caminhões especializados em coleta seletiva desenvolvidos em escala nacional.

E, por último, na questão da infraestrutura, eu destaco principalmente a questão dos aterros: inovar na concepção desses aterros, na construção desses aterros. Eu acho que nós tivemos, nos últimos 30 anos, uma grande evolução no gerenciamento dos resíduos sólidos humanos e concordo que não estamos falando só em resíduos sólidos humanos; estamos falando de todas as categorias, vale para todas elas. Enfim, sempre digo que a coleta de lixo, quando eu era garoto, na minha rua, era feita por uma carroça puxada a burro. Hoje temos caminhões, coleta seletiva e muitas outras coisas.

Então, ela se manifesta principalmente na implementação de sistemas sustentáveis, olhando a escala, olhando a logística, olhando os fluxos financeiros de modelos de negócio, sempre pensando em sustentabilidade econômica e critérios técnicos e indicadores.

No campo da gestão, eu acho que temos diante de nós desafios de inovação sobre novas formas de comercialização que permitam a redução de resíduos. Aí eu colocaria fracionamentos e respectivas embalagens de produtos fracionados. É o caso dos medicamentos que, na Europa, são vendidos de acordo com a receita

médica, na quantidade que o médico prescreve, e, aqui, muitas vezes, somos geradores de 30% a 40% do medicamento que compramos, porque excede as nossas necessidades, excede a receita médica e isso tudo vai para o esgoto, vai para o vaso sanitário ou vai para a lixeira mesmo, e depois alguém vai medicar outro em um aterro sanitário usando esse medicamento descartado.

No caso de alimentos, também. Muitas pessoas vivem sós e se queixam de que compram produtos envasados de tal maneira que têm que jogar a metade daquilo fora, porque não vão consumir. Então, há um desperdício, há uma falta de consumo sustentável e responsável que, agora, é um novo valor para a sociedade.

Eu acho também que nós temos de inovar na maneira de nos relacionarmos e nos comunicarmos com a sociedade. Precisamos mobilizar, sensibilizar, esclarecer, engajar a sociedade nesse processo de redução, de coleta seletiva e reciclagem. Não há dúvida de que a sociedade está preocupada, mas ela está ainda muito passiva, esperando que o outro faça isso. Eu acho que precisamos ter alguma campanha, precisamos montar grupos multifamiliares, grupos de condomínio, arranjos locais para fazer um controle social e também fazer ações de formação e informação.

Eu acho que metade das pessoas não sabe o que fazer com o resíduo da sua casa. Falta a elas um facilitador próximo, dentro do próprio prédio, que possa orientá-las. Os próprios funcionários dos condomínios também não têm a menor noção do que têm que fazer e não são orientados. Quer dizer, os terceirizadores, as empresas que têm esses funcionários sob contrato de trabalho não dão cursos para que eles possam fazer o melhor aproveitamento disso.

Uma grande inovação que tivemos foi a inclusão dos catadores através de um processo absolutamente inédito no mundo. Os catadores são reconhecidos pelo governo como agentes ambientais e não mais como excluídos da sociedade. O governo investe na sua capacitação, investe na formação de cooperativas e associações no sentido de torná-los parte dessa cadeia de gestão sustentável de resíduos sólidos.

Muito importante, e foi aqui comentado pelo Professor Valdir, no caso da Universidade de São Carlos, é que todas as empresas de grande porte são obrigadas pela lei a montar os seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos, ou seja, elas têm que dizer o quanto geram, o que elas vão fazer com esse resíduo, dar soluções e ter isso colocado, licenciado ambientalmente pelos órgãos gestores. Ou seja, o serviço de coleta pública não está à disposição dessas empresas mais. Elas têm que prover essas soluções e têm que fazer isso bem feito. Essa também é uma grande revolução.

No capítulo de informação, publicidade institucional, eu peguei essa imagem aí de um cartaz bilíngue nos Estados Unidos, porque todos têm que ter acesso a essa informação e lá tem muito imigrante que só fala espanhol. Então, a informação tem que chegar, a divulgação tem que ser feita e muitas vezes gastamos verbas enormes de publicidade com coisas que não têm grande interesse prático para as nossas vidas. Acho que isto poderia ser uma grande contribuição das empresas também e do próprio governo nas suas verbas de publicidade: dar atenção a esses temas.

As metas que a PNRS produz funcionam como um roteiro, como a criação de um espaço para inovação. É nítido que há necessidade de formação de gestores públicos. Então, temos que inovar também nessa questão de formação, de comunicação, de formação de pessoal técnico capaz, de dentro dos Municípios, que são os detentores da concessão, que são os agentes fundamentais, são as células por onde a política vai sendo implantada e são exatamente os elos fracos dessa cadeia hoje.

Aumentar a cobertura de coleta seletiva nos Municípios é uma prioridade absoluta e para isso termos que ser o mais criativo possível. Precisamos de otimizações operacionais, tanto no desenvolvimento de sistemas de utilização logística, quanto no sistema econômico-financeiro. A coleta seletiva custa mais caro, mas tem que custar sempre tão mais caro quanto custa hoje? Ela pode ser barateada.

Muitas vezes vi a coleta seletiva competindo com a coleta tradicional. No mesmo dia que passa o caminhão da coleta tradicional, passa o caminhão da coleta seletiva e o que ia para a coleta seletiva vai para a coleta tradicional, ou seja, pagamos duas vezes pelo trabalho, e não tivemos o resultado que queríamos.

Precisamos de melhorias operacionais e de melhoria nos equipamentos, precisamos de arranjos destinados a assegurar a sustentabilidade econômica dessa coleta seletiva, ou seja, não vamos pagar mais caro só porque ela custa mais caro. Precisamos dar sustentabilidade econômica a ela e precisamos tornar a coleta seletiva um compromisso social de todos.

No campo dos processos, eu até, depois de tudo o que o Nestor falou aqui, acho que não tenho muito o que dizer mais. Em todo caso, só quero dizer que reciclagem é dos instrumentos da Política Nacional, o mais fértil para a inovação em processos.

A concepção e a manufatura têm que estar orientada para o ciclo de vida do produto e a reciclagem é posterior. Aí não estou inovando em nada, só estou subscrevendo o que o Nestor falou e também o exemplo prático que o Nicola nos deu aqui hoje com o caso dele.

A identificação de novas cadeias de recicláveis, novos critérios de *design* de produtos e embalagens, ou seja, temos que trabalhar pensando na reciclagem, no ciclo de vida útil.

Novos usos para materiais reciclados. Por exemplo, a indústria moveleira tem apanhado o plástico, jogado fora aço, madeira, aglomerados e até pneus para fazer móveis. A questão aí é garantir uma cadeia de suprimentos na escala necessária para que se tenha uma produção industrial e que se possa viabilizar economicamente esse processo. Pneus são usados em pavimentação asfáltica, em pisos de quadra de esporte e também no coprocessamento. Esses são três usos que estão consagrados na questão dos pneus.

Os materiais de construção têm recebido uma atenção muito grande por conta da própria indústria da construção civil. Eu acho que ela tem feito um esforço muito grande de reaproveitamento e, com isso, tira a pressão sobre areias, britas, pedreiras que estão instaladas em áreas urbanas ou a uma distância de transporte que seja conveniente e substituído pela reciclagem de madeiras, do concreto da construção, de tijolo quebrado. Então, ela tem feito um bom aproveitamento e, mais do que isso, para fazer esse aproveitamento, para reciclar, tem que retirar esse material e levá-lo a esse ponto de reciclagem. Portanto, ela também faz uma coleta.

Por fim, a organização do suprimento.

Eu acho que a ciência tem um papel muito importante na questão dos materiais para reciclagem. Aplicações da nanotecnologia e da química molecular já começam a aparecer no horizonte de algumas universidades internacionais. Em relação ao concreto, também vi em uma universidade alemã que eles fazem ataques com pequenos relâmpagos eletrostáticos para poder separar o cimento do agregado no concreto e, com isso, reciclar o cimento.

A automação de processos é fundamental, especialmente quando se fala em incineradores e outras usinas. Você destacou muito a questão da automação no seu controle de temperatura. Isso é fundamental para que se tenha segurança de que esses processos não fogem ao controle e nós não temos um acidente absolutamente desnecessário.

No campo dos equipamentos, já existem hoje caminhões de coleta seletiva que pesam o produto na entrega e já emitem uma fatura para o usuário. Na Alemanha, quando se compra um saco plástico para colocar o seu material da coleta seletiva, já está embutido no preço do saco plástico o preço da coleta seletiva. Enfim, há muitas inovações que podem acontecer.

Esse caminhão é monitorado por GPS. Então, consegue-se mapear em tempo real tudo o que está acontecendo e se tem um verdadeiro banco de dados sobre quem está gerando o quê e que ganhos estão sendo feitos com relação à coleta seletiva. Isso estimula que cada um possa rever o seu padrão de vida pela tarifa que está recebendo e por esses mapeamentos que eles fazem.

Outros tipos de caminhão aplicados à coleta seletiva: um com compressor rotativo de resíduos; o outro é para a coleta seletiva.

Aqui caminhões de coleta seletiva com caixas separadas para os diversos tipos de materiais. Vocês vejam que aí por trás está uma indústria de carrocerias que está funcionando acoplada a uma política de resíduos sólidos desses países.

Aqui é um caso de descarte e reciclagem de equipamentos domésticos, como móveis principalmente. O nome é muito engraçado: "deixaleria", quer dizer, deixa ali, é o lugar onde deixar os móveis. Eles reciclam esses móveis, reutilizam.

Complexas esteiras e correias transportadoras, como as que a gente viu nas suas fotografias lá. Há uma indústria produzindo isso e uma indústria tem que ser rentável, tem que conseguir ganhar o seu dinheiro e produzir essas coisas todas. Vejam o porte dessa estação.

Aqui prensas, vejam também o porte das prensas, e até robôs industriais que são empregados no manuseio de materiais perigosos ou tóxicos na reciclagem ou processamento. Eles têm vários sensores para poder distinguir os diferentes materiais. Portanto, daqui a pouco, a robótica também vai entrar na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Quanto ao tratamento e compostagem, eu também fico um pouco tímido depois da sua exposição sobre o seu equipamento, mas é um problema, isso tem que acelerar, é preciso empregar micróbios e outras misturas microbianas não patogênicas e biodegradáveis para acelerar o processo. O problema é acelerar o processo, não ter odores e também ter equipamentos para trituração, mistura e aeração, aquela preparação que você falou, redução dos espaços requeridos, você também mencionou isso, geração de energia a partir do biogás e mais eficiência dos biodigestores.

Equipamentos até para arrumar essas leiras de material, energia solar sendo usada para poder bombear água, reduções no uso de combustíveis, energia. Enfim, todo um mundo para ser explorado em termos de inovação tecnológica.

Aeradores rotativos, tambores rotativos para aeração, armazenamento de biogás ou em forma de plástico, mais primitivo – isso mais no campo –, em situações temporárias.

Por fim, os diversos processos de reciclagem numa esteira.

Na questão da infraestrutura, eu destacaria a questão dos aterros como obras de engenharia complexas. Quer dizer, não é uma coisa para ser feita de qualquer jeito, sem um técnico, sem preparação, sem conhecimento de geotecnia, de hidrogeologia e de obras civis de aterro. Precisamos também desenvolver tecnologias específicas para aterros de pequeno porte, visto que mais de três mil Municípios no Brasil são de pequeno porte.

Temos a questão dos consórcios intermunicipais, uma solução que dá escala, economiza bastante, mas que é um instrumento novo, pouco utilizado, que enfrenta também algumas dificuldades administrativas e institucionais junto às Prefeituras. Há muita resistência.

Só para mencionar aqui, um aterro sanitário não é simples de resolver, acabar um lixão e passar para um aterro sanitário. Você tem que contratar um plano, porque o plano é que vai definir as dimensões desse aterro. Se você não souber o que vai ser reaproveitado, o que vai ser reciclado e o que vai ser rejeito efetivamente… Lembrem daquela figura, que o rejeito tem que ir diminuindo ao longo do tempo; embaixo tinha uma figurinha em que o aterro vai começando a encher muito rapidamente, mas, depois, com a redução do material que chega, ele ganha uma sobrevida que é quase uma vida média dele, ganha outro tanto de vida, mas com pouco material chegando lá. Isso tem que ser perfeitamente estabelecido no plano e cumprido no que diz respeito à coleta seletiva e reciclagem, senão esse aterro estoura antes da hora.

E é preciso fazer termo de referência, alocar recursos, pedir financiamento, elaborar plano, fazer aprovação desse plano, implantar a coleta seletiva e reciclagem, senão não adianta fazer o aterro. Tem que ter uma estratégia, contratar os estudos para disposição final desses rejeitos, fazer estudos de locação: onde é que esse aterro vai ficar? Ele tem que atender a determinadas especificações, ele não pode ficar no fundo de um vale, ele não pode ficar perto de um ambiente, um aglomerado urbano, um condomínio. Tem que fazer um estudo da viabilidade econômica dele, tem que adquirir o local escolhido, tem que contratar as obras, adquirir os equipamentos, executar as obras, tirar as licenças e, finalmente, operar. E operar representa 85% dos custos ao longo da vida do aterro. Portanto, é fácil fazer o aterro; o difícil é chegar ao fim como um aterro sanitário. Qualquer descuido ele vira um aterro controlado ou um lixão e perde-se um grande investimento. Isto é a nossa história: muitos aterros perdidos, transformados em lixões.

Por último, quando chega a hora de descomissioná-lo, de encerrá-lo, há um conjunto de medidas também a serem tomadas. Portanto, não é simples: vai o rejeito para o aterro e acabou. Nós temos que inovar, temos que criar protocolos para fazer isso tudo com absoluta segurança, sabendo que a tecnologia avança a cada dia e que o que vale hoje amanhã pode estar obsoleto.

É basicamente o que tinha para dizer.

Enfim, temos uma pauta enorme de pesquisa pela frente e temos uma outra grande agenda que é a implantação dessa política. Por isso é que essas reuniões são tão boas para a gente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado Dr. Ney Maranhão.

Ao agradecer a todos os que já fizeram suas palestras, vamos passar à etapa seguinte.

Eu começava… Ficou muito clara, pelo que disseram alguns dos expositores, a necessidade de que a gente faça o envolvimento do cidadão, a fim de que possam compreender que essa questão do resíduo sólido não é algo que apenas pode ser atribuído como responsabilidade, quer seja do Governo Federal, quer seja do Governo estadual, quer seja do municipal, da iniciativa privada, do produtor, do consumidor, mas é de todos. Todos têm que dar a sua contribuição.

Na fala do Dr. Ney, ele fez referência, por exemplo, à importância do plano de gestão, dizendo que os Municípios têm a lei obrigando, mas, dentro do plano de conscientização, as instituições e as empresas precisam também fazer os seus planos de gerenciamento não apenas para cumprir a legislação, mas por uma questão de consciência que essas empresas precisam ter.

Então, gostaria de pedir um pouco de paciência a vocês porque, coincidentemente, temos um programa aqui no Senado, como instituição, o Senado Verde, que tem várias ações nessa questão ambiental, em particular, do resíduo. E a TV Senado fez um programa, o EcoSenado, que ganhou um prêmio na semana passada: o prêmio de melhor reportagem cinematográfica na etapa distrital do 6º Prêmio Sebrae de Jornalismo. A reportagem premiada foi ao ar ano passado e trata de uma experiência de reaproveitamento de poda de jardins na produção de adubos de alta qualidade. Então, vou permitir permissão a vocês – o cinegrafista que conduziu esse trabalho é o Carlos Alberto Pereira; ele se encontra presente e tem nos acompanhado aqui em todo o processo, toda a equipe – para que nós possamos ver esse trabalho. Que possa ser um exemplo para que, mais à frente, a gente responda a algo que, numa dessas reuniões da nossa Comissão, foi dito por uma representante

que teve um encontro com um professor da Universidade do Rio Grande do Sul. Ao invés de dizer "bom dia", ele citava a lei e perguntava sempre aos seus alunos o que cada um estava fazendo a favor do meio ambiente na reciclagem. Então, peço permissão, para que possamos rodar essa reportagem premiada feita pela TV Senado.

Quero informar também que essa reportagem se encontra na página da TV Senado, no *link* Programa EcoSenado. Portanto, está disponível a todos aqueles que não a possam assistir neste momento, para que, em outra oportunidade, possam ter esse prazer.

Quero também agradecer ao Sr. Daniel José Alves Fernandes de Melo, da ONG Afab, da cidade de Bezerros, no Estado de Pernambuco, que, como o senhor, Dr. Ney Maranhão, também se fez presente em praticamente quase todas as reuniões e faz alguns comentários por escrito. Enquanto tentamos resolver um problema técnico, farei a leitura dos mesmos:

"Parabenizo esta Comissão pelo bom trabalho que está sendo desempenhado junto à sociedade civil, às autoridades do Governo Federal e a especialistas ao debater a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

As soluções para reciclagem dos resíduos sólidos são: 1) os governos municipais, estaduais, juntamente com o Governo Federal, devem criar campanhas educativas, no sentido de conscientizar a população da importância da reciclagem do resíduo sólido para a nossa saúde e para a saúde do Planeta e também acabar com os lixões; 2) capacitar os recicladores, para que eles possam prestar um bom serviço à população e investir em tecnologia para sustentabilidade ambiental e social; 3) os governos municipais, estaduais e o Governo Federal têm de criar fundos e investimentos para incentivar a política reversa, bem como a de reciclagem; 4) os governos municipais e estaduais também têm de colocar a educação ambiental, como componente curricular nas escolas públicas de suas competências.

A nossa prefeitura está dizendo que está procurando soluções para o nosso lixão. Bem que poderiam estar assistindo os senhores prefeitos ou participando das audiências públicas que esta Subcomissão está promovendo. Quem sabe eles não encontrariam a tal solução?

Muito obrigado pela atenção."

Eu que agradeço ao Sr. Daniel José Alves Fernandes pela sua assiduidade em nosso debate.

Quero dizer também, mais uma vez, que temos disponível no YouTube o vídeo: "Fim do Lixão do Roger", que foi uma oportunidade que Deus me deu de, quando Prefeito da cidade de João Pessoa, dar solução a um problema de uma cidade em que, para se ter uma ideia, o lixão estava a 1,5km da Basílica de Nossa Senhora das Neves, na cidade de João Pessoa – imaginem, por exemplo, um lixo a 1,5km, já que há muitos paulistas aqui, da Igreja da Sé! – e a 1,2km da Prefeitura da capital à época. Conseguimos resolver esse problema com moradores dentro do lixão. Agora vamos assistir à busca dessa alternativa há cerca de doze, quinze anos. O "Fim do Lixão do Roger" está no YouTube.

Vamos agora assistir ao programa jornalístico da TV Senado. Essa é uma versão resumida da reportagem.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

Repito que esse foi um resumo da reportagem que foi premiada. Para quem quiser ter acesso à mesma, ela está na página do Senado, no Programa EcoSenado.

Dando continuidade, passo à etapa das perguntas e participação pela internet ou por alguém presente que queira formular alguma pergunta por escrito. Inicio fazendo as minhas perguntas e pediria que respondessem a todas depois.

Para o Dr. Nicola. Quando ele nos informa que precisa de 15 mil metros quadrados para uma unidade de 100 toneladas/dia, pergunto: nas doze tratativas a que fez referência no Brasil, já existe algo funcionando? E qual o custo de uma unidade modulada, no caso, a partir de 100 toneladas, se assim entendi, para que isso chegue ao conhecimento dos Municípios? Pergunto se a política de ICMS verde é algo que efetivamente adotado em todos os Estados ou se são políticas estadualizadas desse incentivo.

Pergunto também ao Prof. Nestor se, além da experiência que o IPT está trabalhando de forma bastante inovadora – quero parabenizar pela exposição a todos –, o foco do IPT, com o qual concordamos plenamente, e até o Dr. Ney Maranhão também já fez referência a isso, numa forma de concordância com uma boa parte do IPT, também está em algo de novas tecnologias, além da questão do cimento, já realizadas, já patenteadas ou efetivamente ainda em fase de estudo.

Pergunto ao Professor Valdir: quais as pesquisas que a USP e a Universidade de São Carlos têm feito no sentido de já estar levando de forma objetiva o benefício a esse segmento na prática das nossas cidades ou mesmo da nossa população?

Gostaria de perguntar, já que o BNDES tem, através do Fundo de Apoio Tecnológico, projeto que estimula o desenvolvimento tecnológico e de inovação em áreas de interesse nacional, se efetivamente esse programa tem chegado, por exemplo, às universidades ou às empresas que atuam nessa área, em particular, de resíduos sólidos. Então, pergunto se os recursos são verdadeiramente suficientes, se os senhores têm conhecimento

disso – a pergunta é extensiva a todos que compõem a Mesa – e se alguém tem conhecimento de projeto que efetivamente vem sendo feito nessa área.

Essas seriam as perguntas de minha autoria, mas eu gostaria de aproveitar e fazer as perguntas daqueles que participaram pela internet.

O Prof. Clímaco César pergunta: "Como fica a situação da prefeitura que tem contrato em andamento com empresa terceirizada em que tal empresa ficou como responsável pela correta destinação dos resíduos sólidos e que não vem cumprindo?"

Acredito que é algo mais voltado ao Ministério do Meio Ambiente.

O Sr. Sócrates Azevedo Cardoso: "As melhorias tecnológicas e soluções para resíduos sólidos ainda são a não geração, a redução, a reutilização e reciclagem. Para os rejeitos, o tratamento (transformá-los em resíduo) ou disposição final ambientalmente correta, de acordo com as características de cada região".

Na verdade, não é uma pergunta; é uma afirmação. Acho que aqui todos concordam com a colocação do Sr. Sócrates Azevedo.

Mais uma vez o Prof. Clímaco César: "Haverá ampliação do prazo para o cumprimento da lei de 2010? Espero que não."

A resposta será dada pelo Dr. Ney, do Ministério do Meio Ambiente.

Em linhas gerais, essas eram as perguntas. Passarei a oportunidade para os palestrantes, deixando-os à vontade, para que também possam formalizar as suas perguntas, se assim desejarem.

O Prof. Nestor deseja fazer alguma pergunta? (*Pausa.*)

O Prof. Valdir deseja fazer? (*Pausa.*)

O Dr. Ney deseja? (*Pausa.*)

O Dr. Nicola?

O SR. NICOLA MARTORANO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Então, passamos à fase de resposta com o Prof. Nestor.

O SR. NESTOR KENJI YOSHIKAWA – Como citei na apresentação, o IPT é um instituto multidisciplinar, e nós temos diversas áreas pesquisando diversos materiais. Os materiais novos, na verdade, são o grande foco, porque nós temos clientes privados que desejam materiais novos. Então, existe um certo sigilo em desenvolvimento de materiais.

Por outro lado, hoje a parte de compostos é uma área bastante, vamos dizer, atuante no IPT, porque muitos materiais que hoje são resíduos recicláveis precisam de destinação, e a indústria, em geral, solicita ao IPT que esses tipos de materiais possam ser misturados a outros, para gerar novos materiais alternativos. Essa é uma pesquisa corrente no IPT. Hoje, nós temos, na parte de compostos plásticos, alguns tipos de plásticos da indústria automobilística – o ABS, por exemplo – que sobram bastante na indústria como aparas; particularmente a Hyundai está contratando o IPT para ver que tipo de composto pode ser gerado. Essa pesquisa, na verdade, está em formação de proposta, mas já temos algumas diretrizes de como desenvolvê-la.

Evidentemente o desenvolvimento dessa pesquisa nos abre outros caminhos para outros plásticos que são utilizados na indústria automobilística e que vão para o aterro industrial. Essa pesquisa está andando.

A parte dos agregados é um projeto do BNDES. É um projeto de R$9 milhões em que o nosso parceiro é a Camargo Corrêa. A gente sabe que os inertes na indústria da construção civil são um grande problema; eles acarretam uma séria de problemas ambientais, como sabemos. Além dessa busca do cimento reciclado, ou seja, gerar novamente o cimento do agregado, existem pesquisas paralelas para gerar outros tipos de agregados que possam compor novamente o concreto. Essas pesquisas são de cunho interno e o IPT vem atuando com recursos próprios.

Temos outra pesquisa que é, na verdade, para resíduo industrial, que são areias de fundição. Para reaproveitamento industrial de areias de fundição, temos uma proposta que já foi aprovada. A gente vai tentar desenvolver um procedimento de como recuperar areia de fundição para nova utilização.

Na parte de resíduos sólidos, temos um grupo de estudo para recuperação energética; só que o resíduo sólido é um grande problema. Nós fizemos recentemente um estudo – comentei com o Dr. Ney – sobre o hidroanel rodoviário da região metropolitana de São Paulo. Fizemos um estudo exaustivo sobre a geração de resíduos na região metropolitana, na região estendida, que compreende 38 Municípios. E lá deparamos com um percentual bastante significativo de materiais que podem ser reciclados com a tecnologia atual. E percebemos também que existem mecanismos do Governo que permitem a instalação de incineradores, mas esses incineradores não são para eliminação de resíduos e, sim, para a geração de energia elétrica. Só que as pesquisas que gente tem proposto para a queima do resíduo não têm uma perspectiva muito boa, porque o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece metas para reciclagem dos materiais, não está muito claro, não

vem andando conforme a gente deseja. Então, a gente não consegue fazer projeções da viabilidade econômica, da demanda ou oferta de reciclados que existe no mercado para viabilizar, por exemplo, cogeração ou produção de energia elétrica através da queima de resíduos sólidos. Temos pesquisas feitas em nível de viabilidade econômica para geração de energia com queima de resíduos sólidos, mas sem perspectivas, porque a gente não consegue projetar isso para 10, 20, 30. A gente não sabe o que dá para ser queimado, a gente não sabe, por exemplo, a quantidade de plásticos que compõem para garantir poder calorífico. Então, essas pesquisas nós já iniciamos junto com algumas estatais – como em São Paulo, com a Elektro – e não têm caminhado porque a gente não consegue fazer planejamento de médio e de longo prazos, já que não sabemos qual resíduo vamos encontrar lá na frente. A gente não tem essa perspectiva, mas, de qualquer forma, isso está na pauta das nossas pesquisas.

Quanto a outros tipos de materiais, temos várias demandas que vêm da iniciativa privada, mas esbarram no custo. O custo da pesquisa é muito caro e, muitas vezes, isso acaba caindo como segunda prioridade das empresas e ainda está, na realidade, na nossa mesa, em andamento.

Basicamente o IPT tem feito esses tipos de desenvolvimento tecnológico.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado, Prof. Nestor.

Fico feliz porque, quanto à minha pergunta sobre a política de incentivo do Fundo Tecnológico do BNDES, o senhor citou o caso da produção do cimento através de uma empresa e disse que há várias pesquisas sem financiamento. Então, é bom que essas empresas e o próprio instituto batam à porta do BNDES para conseguir um financiamento, o que acho que seja a operação correta. Juntam-se os interesses econômico, social e de responsabilidade do Brasil em termos de incentivar a pesquisa e encontrar as melhores tecnologias para a solução dos nossos problemas.

Com a palavra o Prof. Valdir.

O SR. VALDIR SCHALCH – Pois não.

Em uma das pesquisas que estamos desenvolvendo e em que temos de ver aquele problema da porcentagem – de 40% dos resíduos ditos compostáveis, se aproveitarmos 20% deles –, acho que temos de ser um pouco realistas, porque não vamos fazer 100% de separação das coisas e, como foi falado aqui pelos senhores, as regiões do Brasil são muitos diferentes.

Sobre educação ambiental e formação dos recursos humanos, acho que ficou claro que é uma coisa que tem que acontecer.

Com relação à compostagem e à vermicompostagem, temos desenvolvido alguns trabalhos e particularmente agora, com financiamento da Fapesp – graças a Deus, a gente tem Fapesp, CNPq e Capes, que nos dão bolsas, tudo em função do nível do nosso programa –, um desenvolvimento que acho que pode não ser uma novidade tecnológica em si, no processo, é com relação à digestão anaeróbia. Muitos pesquisadores não gostam de chamar de compostagem anaeróbia, então, não vamos brigar por causa disso.

Compostagem aeróbia. Temos vários trabalhos desenvolvidos em São Carlos no sentido de que ela deve ser descentralizada, pelo menos no nosso entendimento. Temos feito isso com escolas, coisas simples mesmo, hortas e essas coisas todas. Isso já está publicado numa tese de uma professora, que, inclusive, agora está aqui em Brasília, Luciana Massukado. Está disponível a metodologia para ser desenvolvida na compostagem. Achamos que a compostagem tem que ser descentralizada; pode ser centralizada em algum momento, mas deve ser descentralizada. É um grande desafio que os Municípios têm. Essa metodologia já está desenvolvida, através de recurso da Fapesp. Inclusive, é um tipo de resíduo… Dentro de resíduos sólidos urbanos – vou dar uma de professor agora –, temos os domiciliares e resíduos de limpeza urbana. Isso que foi dito aqui agora é um belíssimo exemplo do que fazer com resíduo de limpeza urbana, que é um problema. Temos trabalhos apresentados em congressos, junto a um projeto que temos com a Finep atualmente, observando que esses resíduos entopem boca de lobo, e muito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VALDIR SCHALCH – Exatamente. Se um dia vocês virem na prática, numa boca de lobo, vão ver que se forma um entrelaçado desse material de areia que vem vindo junto com essas folhas, que passa direto à água. Então, não adianta ter essa boca de lobo. Essa é uma grande classe de resíduos. A gente pode falar "não, tem que ter árvore, deixa pra lá"; não. É uma grande classe de resíduo. E falo para vocês: a prefeitura tem que fazer um plano de gestão para esses resíduos, para todos os outros e para esse também.

Então, o aproveitamento da matéria orgânica na parte de compostagem anaeróbia, que não é uma novidade, passa a ser uma novidade nossa porque você não vai enterrar mais essa matéria orgânica. Você tem que separar. Esse tipo de pesquisa que estou falando – depois vou falar mais umas duas ou três –, acho muito importante, temos muita matéria orgânica que pode ser aproveitada. Agora, matéria orgânica não é feita com o resto de arroz e feijão. Se tivermos que fazer isso… É um trabalho muito sério em São Carlos porque o pes-

soal joga muito arroz e feijão, principalmente arroz. Então, é como incentivar a reciclagem a gente beber mais refrigerante por dia só porque… Não é isso. O problema nosso é o que fazer, por exemplo, com casca de abacaxi, com as cascas todas que existem. Pode fazer bolo, pode fazer alguma coisa, mas acho que tem que fazer algo um pouco mais substancial.

Agora, a gente tem que reduzir a geração desse… Esse é um grande desafio que a gente vai ter; é só fazer um programa prático no Município que vocês vão ver. O pessoal joga muita comida fora ainda. Então, é não jogar comida fora.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Uma forma de reduzir.

O SR. VALDIR SCHALCH – Uma forma de reduzir. Agora, não vamos ficar comendo talo. Isso pode dar para fazer a compostagem. Há vários substratos na compostagem. Temos alguns trabalhos já feitos com relação ao que pode ser colocado.

E aqui, nesse exemplo que foi dado, com certeza, tem alguma coisa de matéria orgânica junto, porque a celulose demora muito para degradar. Então, obviamente, tem aí uma proporção que foi feita que tem matéria orgânica, o que foi muito interessante.

Essa é uma linha de pesquisa em que estamos fortes agora. Cada vez mais, vamos pesquisar a parte de digestão anaeróbia, o que não é novidade nenhuma. Mas, particularmente com resíduos sólidos, é novidade. E temos um laboratório de processos biológicos em que o pessoal trabalha bastante, mais com águas residuárias, mas tem um conhecimento bastante grande disso.

Outro trabalho que temos desenvolvido – e tudo isso daí, como falo para os senhores, é para virar teses, dissertações, tudo – é com resíduos eletroeletrônicos. Hoje à tarde, um aluno meu, como eu não estou lá – estou tendo o prazer de estar aqui –, vai dar uma aula para os alunos com relação a resíduo eletroeletrônico. Para mim, resíduo eletroeletrônico é um dos resíduos mais problemáticos que a gente tem que encarar. E estamos encarando com uma parceria com a prefeitura, com o Reciclatesc, que é um local aonde se vai… Vou falar agora um pouco mais na teoria do que na prática, mas estamos desenvolvendo isso. Porque, quando você fala "estou fazendo a gestão dos resíduos eletroeletrônicos", sem o gerenciamento, gostaria de ver um Município que estivesse fazendo isso daí. A gente tem que começar.

Então, esses resíduos de eletroeletrônicos são divididos em várias classes e a gente está focando mais nos eletroeletrônicos não da linha branca – se eu for começar a falar, aqui, vocês vão ver que tem muito resíduo que a gente joga fora –, mas de computadores, placa de computador. Quando você começa a desmontar um computador, verifica que grande parte dele não é reciclável. A gente tem que falar isso, hoje, claramente, para a sociedade poder… Se não, se você fala que eu estou fazendo a reciclagem de resíduos eletroeletrônicos, parece uma coisa que caiu do céu. Então, a gente tem essa parceria e está dando bons resultados. Depois, esse material é reutilizado. Esse é um outro que nós estamos desenvolvendo.

Na parte de resíduos da construção civil, seria até interessante entrar em contato com o professor que é nosso amigo, participante do nosso núcleo de pesquisa, que é da construção civil, que também está… A Cetesb tem uma diretiva no sentido de se poder usar a areia de fundição, solidificar, encapsular areia de fundição em concreto. Esse professor também está desenvolvendo um trabalho bastante forte nisso daí em função de nós termos muitos outros resíduos e não sabermos o que fazer com eles, resíduos industriais que a gente não pode encapsular. Mas areia de fundição, sim, pode encapsular, como também foi dito aqui anteriormente. Lá, também, junto à construção civil, nós estamos desenvolvendo.

Um outro trabalho dentro de resíduos da construção civil, um grande desafio que a gente tem é fazer esse modelo de gestão, principalmente – saiu um doutorado agora, recentemente, nesse sentido – no sentido da poluição que esses resíduos podem causar com relação à água subterrânea, porque a gente diagnosticou, e isso seria interessantíssimo o Município fazer, muitos pontos desses resíduos que são clandestinos. Esses resíduos não são tão inertes, já ficou comprovado, e até a gente chama de aterro de inertes. Hoje, pela resolução do Conama, não há mais aterro de inertes, não é? É um aterro de reservação, quando você não conseguir usar os resíduos de classe A. Então, é um desafio que também a gente tem com relação a esses resíduos da área de resíduos da construção civil.

E outros trabalhos que a gente tem desenvolvido, eu acho que, basicamente, agora, nós estamos fortes nisso, é com relação… Esse está começando agora, numa cidade próxima, que se chama Araraquara, lá perto de São Carlos. Nós fizemos o plano de gestão de resíduos para eles. A universidade pode fazer isso aí, e nós fizemos para ele. Agora estamos desenvolvendo para mais dois Municípios o de todos esses resíduos. A gente está fazendo utilização de reator pirolítico para os rejeitos da reciclagem.

Quando a gente fala em pirólise e incineração, no meu modo de entender, mas acho que está claro na política, é pós-redução, reutilização e reciclagem, senão, a gente mata os catadores, que têm lei própria, têm tudo direitinho. Vocês não imaginam – nós estamos fazendo esse balanço de massa – a quantidade de resídu-

os, a quantidade de resíduo bom, de Tetra Pak e vários tipos de plástico, que sobra da coleta seletiva. Então, a gente está fazendo uma coleta seletiva muito interessante na cidade, porém, onde está o início do problema que nós achamos? É com relação à eficiência dessa coleta. Depois, sempre vai sobrar. Eu acho que não sou pessimista, não, porque também a gente tem rejeito da coleta seletiva.

Então, esses modelos que a gente tem, esse desenvolvimento, que é um outro que nós estamos fazendo agora junto com um outro professor da Engenharia Química, é relacionado com o aproveitamento desse material, que ainda tem alto poder calorífico, porque plástico e papelão têm poder calorífico, mas que fique bem claro que a utilização de pirólise pode ser até incineração ou o quarto famoso errinho, agora, que está na Política Nacional, que é de recuperação energética, mas pós-coleta seletiva, não antes, porque, antes, a gente tem que fazer a reciclagem e reutilização de todos esses materiais.

Só finalizando, a gente sempre faz pesquisas teórico-práticas – pelo menos, é o meu modo de entender. Depois eu deixo com vocês as outras pesquisas que a gente tem com relação a lodo de ETA e a lodo de ETE, que também são um probleminha sério que a gente tem aí para ser desenvolvido. A gente está desenvolvendo ainda, com muito poucos trabalhos a serem desenvolvidos.

Então, era isso que eu gostaria de deixar com vocês.

Estou à disposição para detalhar algum outro tipo de pesquisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado, Professor Valdir. Achei interessante o que disse o senhor, em função da oportunidade de aqui chegar, pois só pôde chegar um pouco depois da fala do Sr. Nicola. Na explicação dele, disse que a unidade dele tem um tratamento de esgoto de ETE, e está com problemas tecnológicos, porque é muito rico. Ele precisava de pesquisa. Quem sabe não está se fazendo a ponte aqui para encontrar a solução?

Com a palavra o Sr. Nicola.

O SR. NICOLA MARTORANO – Senador Cícero, a título de informação, como a origem da nossa tecnologia foi também no seio da academia, há 20 anos, com a equipe coordenada, na ocasião, pelo falecido Prof. Milton Santos, e hoje continua com a Profª Maria Adélia, a nossa tecnologia pegou outro caminho devido a uma maior eficiência, maior sagacidade do desenvolvimento dos nossos projetos e da própria tecnologia. Hoje tem felizmente um caminho próprio. Falo isso porque uma das preocupações maiores, viajamos muito pelo País e sabemos perfeitamente disso, são as dificuldades que os Municípios hoje têm de viabilizar esses projetos de acolhimento de tecnologias que deem respostas ao tratamento, ao processamento com a destinação ambientalmente correta ao final.

Por conta dessa experiência de ter um pé na universidade e um conhecimento da realidade da situação, como o próprio Dr. Ney falou, três mil municípios são de pequeno porte, esse é o retrato fiel do cenário nacional, quando concebemos a nossa tecnologia, tínhamos duas diretrizes muito fortes orientando todo nosso projeto de pesquisa e a nossa concepção tecnológica. A primeira é que fosse uma tecnologia que pudesse atender a esses Municípios pequenos, pelo menos de até 50 mil habitantes. A realidade que encontraríamos não seria diferente da experiência que tínhamos vivido: Municípios com dificuldades com relação ao orçamento. Precisava ser um modelo flexível de tal maneira que pudéssemos compor a proposta do Município, as dificuldades do Município dentro do nosso modelo de negócio, para viabilizar a implantação da tecnologia na localidade municipal.

Durante esse tempo todo, e fizemos um último estudo antes de chegar a essa última geração da nossa tecnologia, estávamos demandando uma área de 5 hectares e, mesmo assim, estávamos com dificuldade para obter essa área em Municípios da região metropolitana de São Paulo – e este foi um pedido da Cetesb: mostrar a viabilidade da nossa tecnologia em uma região muito concentrada de proteção de mananciais. Aquela lei de 1977 ainda em vigor restringe muito o uso e a ocupação do solo em vários Municípios que contemplam a região metropolitana. Isso fez com que fôssemos forçados a investir mais na tecnologia de tal maneira que conseguíssemos reduzir a área necessária, para tornar o negócio viável para aqueles Municípios. Então, saímos daquela opção do encapsulamento, que demandava uma área, para a mesma tonelada, de 5 hectares de terras por conta do pátio de compostagem das cápsulas da matéria orgânica, o que seria inviável naquele Município. E tivemos que desenvolver tecnologia para chegar a esses tanques de compostagem, decomposição e fermentação, o que indicou que a área necessária para implantar seria no mínimo 1 hectare, mas o ideal seria 1,5 hectare, dependendo muito da topografia do local.

Então, a gente ajusta. A planta nossa é flexível em todos os sentidos: na negociação, junto ao Município, para viabilizar uma implantação menos dolorosa, mais facilitada, e na planta mesmo. A concepção de engenharia física, a gente ajusta no sentido de baratear o custo da engenharia e tornar adequados todos os nossos equipamentos em função da topografia, para não ter muita movimentação de terra.

Hoje, nessa última versão, não temos nenhuma unidade implantada ainda, porque, quando começamos nossa tecnologia, estávamos com os taques de fermentação voltados exatamente para o oposto, durante a nossa fabricação, do que a gente viria a trabalhar agora, que é o resíduo. No caso do resíduo sólido, a matéria orgânica, precisamos de muita bactéria para acelerar o processo de apodrecimento. No caso do material que trabalhávamos, que era para a indústria alimentícia, não precisávamos. Era preciso a assepsia total porque a utilização era uso sanitário. As paredes do aço eram todas polidas. O teste que temos de que o processo dá certo é pelo processo de fermentação que usamos na produção da cerveja e de outros derivados do leite.

Os processos de fermentação e de decomposição da massa orgânica são muito semelhantes. É óbvio que uma tem uma finalidade específica, que é a questão sanitária e não pode ter nenhuma bactéria, paredes lisíssimas; e a outra, no nosso caso, agora que a gente já fez um teste de laboratório e percebeu um grau de eficiência, nessa testagem, vimos que dá para reduzir muito o tempo da produção do composto orgânico. Estamos em um patamar em torno de 8 meses. Com esse sistema, reduzimos para 45.

Professor, conforme o senhor mesmo disse, o resíduo verde tem muita celulose e é um dos resíduos que dificulta o processo de decomposição. Hoje a pesquisa nossa está nessa linha, estamos estudando, no sentido de quebrar a molécula da celulose. Caso consigamos isso, reduziremos o período de compostagem dos tanques de biodigestão para praticamente 20 dias. Cai pela metade. Isso vai implicar também a redução da área, porque será preciso construir menos equipamento.

Acho que essa é a primeira parte da pergunta que o senhor fez.

No nosso modelo de negócio, fazemos uma parceria com as Prefeituras. Aquelas que têm terra entram com a cessão de uso do terreno, e implantamos nosso equipamento, sem custo nenhum, para tratar o resíduo, o que é compatível com o que o Município gasta com a destinação em qualquer aterro, com a grande vantagem de que se elimina a operação de transporte e transbordo. Então, para a Prefeitura é viável, porque reduz custos operacionais que ela já vem executando, que ela realiza. Para nós, é muito importante, porque, nos lugares onde a usina pode ser implantada, opcionalmente, escolhemos lugares onde moram famílias carentes. Já está comprovado que, se a gente faz inserções de montagem de cooperativa em unidades de bairros carentes, o índice de violência caí. Esse é um fator extremamente importante. Boa parte dos que trabalham conosco no processo de separação de reciclados são mulheres. Dificilmente um homem fica na fileira de separação da matéria reciclada, da orgânica.

Para montarmos hoje o sistema no Município, o valor médio que está custando na nossa tecnologia está em torno de R$8 milhões, R$8,5 milhões, a depender do caso e da situação específica de lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NICOLA MARTORANO – De 100 toneladas/dia.

Costumamos, Senador, falar que é 100 toneladas, mas a capacidade máxima é 130 toneladas. É um pouco a mais, mas costumamos trabalhar com números conservadores para não termos problema. O valor médio dela é esse. A depender da composição do negócio que foi formado, pode ficar mais em conta ou subir. É algo específico que é tratado no Município, no Estado.

Hoje estamos com essas tratativas em Municípios. Estamos com tratativas comerciais acontecendo em 21 Municípios do Paraná e em algumas estações de tratamento de esgoto, em São Paulo, atuando junto à Sabesp. A pedido da Cetesb, estamos em tratativas com esses Municípios que fazem parte do cinturão da região de proteção de manancial, os Municípios que ficam na região da D. Pedro, um pouco depois de Guarulhos, Mairiporã, Santa Isabel.

A última pergunta, Senador, é com relação ao ICMS verde. Ele é um projeto de lei que o Governo do Estado tem que mandar para a Assembleia Legislativa. Pelo que tenho conhecimento, os mais avançados são pela Secretaria, o azul e o verde, do Governo do Estado de São Paulo. Eles têm um incentivo muito forte lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NICOLA MARTORANO – Exatamente.

No Rio de Janeiro, tem o ICMS Ecológico. É uma restituição muito forte que volta para o Município. A esse dinheiro ninguém tem acesso, com exceção do Poder Público local; é de ente público para ente público. É um dinheiro, em tese, carimbado para ser gasto em projetos com meio ambiente, mas tem chancela para ter outros destinos ligados à infraestrutura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NICOLA MARTORANO – Exato.

Para se ter uma ideia de montante, um Município de 22 mil habitantes, no ranqueamento do Rio de Janeiro, conseguiu uma restituição da ordem de R$13 milhões, limpo. Para um Município de 22…

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NICOLA MARTORANO – Não. O processo todo incluiu exatamente a elaboração do plano de gestão municipal, para o qual demos uma contribuição, gestão integrada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NICOLA MARTORANO – Sim. Exatamente.

A última pergunta, sobre o BNDES. Realmente, o BNDES tem fundos bem atraentes, incentivos para essa questão ecológica. O problema é que acho muito difíceis as linhas de financiamento junto ao banco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NICOLA MARTORANO – O acesso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NICOLA MARTORANO – Tem que ter um lastro enorme. O nível de exigência é significativo, robusto. O período normal… Digamos que o cenário esteja perfeito, na melhor fotografia para viabilizar o contrato de tomada de crédito do BNDES, é impossível fazer em um período inferior a seis ou sete meses. É demorado. Além disso, o período de instalação da nossa usina – que é um dado que eu estava… – é de 180 dias, a partir do contrato realizado, da licitação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NICOLA MARTORANO – Tudo. Em 180 dias, está com a chave na mão para fazê-la funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – No caso específico, seria um chamamento empresarial? Vocês fariam a operação e receberiam ou é a Prefeitura que teria que gerir?

O SR. NICOLA MARTORANO – Pode ser dos dois modos. Pode ser uma PPP. O modelo é, o que falei anteriormente, Senador, flexível. O que é importante é o respeito à tecnologia que desenvolvemos. Obviamente, como temos um pé na universidade, temos esse carinho com a questão ambiental. É uma militância que a gente já tem dentro de uma política mais macro de política urbana, de poder contribuir com esse olhar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Muito obrigado, Prof. Nicola.

Com a palavra o Dr. Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO – Obrigado, Senador.

Comentaria, com relação à nossa aproximação dessa questão da inovação, que, diferentemente do IPT, que mostrou aqui para nós hoje um interesse, um engajamento grande na pesquisa de processos industriais, diferentemente também da Universidade de São Carlos, que deixou conosco um sotaque urbano, quer dizer, uma vinculação aos problemas de inovação do trato dos resíduos sólidos no meio urbano, nosso interesse fundamental é a gestão, é inovar na gestão, porque é disso que nós vivemos. Nós somos gestores públicos, então, queremos fazer essa concertação, organizar todas as ações e, quanto mais eficazes nós formos, quanto mais eficientes nós formos, melhor será o resultado para a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Então, nós estamos olhando muito a questão da inserção das boas práticas, das melhores práticas de criar novos mecanismos de acesso a recursos, novos mecanismos de montagem de soluções negociais envolvendo entes públicos e até entes privados, no caso, acordos setoriais. E é isto que ficamos pensando: como podemos fazer melhor, como podemos criar novas modalidades, sempre respeitando a legislação em vigor.

O BNDES nós sabemos que tem muito interesse em patrocinar financeiramente investimentos nessa área, pesquisas nessa área, como também tem apoiado os catadores nas suas capacitações e na aquisição de equipamentos para o trabalho deles. Basicamente seria esse o nosso grande interesse, além de acompanhar todas essas novidades e trazê-las para dentro da gestão também, que é tirar da linha de pesquisa e colocar na operação, no cotidiano de todo o sistema de gestão de resíduos sólidos.

Com relação às duas consultas formuladas, primeiramente há aquela questão, parece, de uma Prefeitura que tem alguém, algum concessionário do serviço de resíduos sólidos, coleta de resíduos sólidos, que não estaria atendendo bem. Precisaríamos ver o contrato, porque o contrato sempre define penalidades e define obrigações das partes. Se ele está fugindo de alguma de suas obrigações, deve haver algum tipo de penalidade prevista em contrato ou, em último caso, até condições para rescisão do contrato. Então, tem de analisar prós, contras, ver se a penalidade resolve e fazer com que o trabalho prossiga nas bases desejadas pelos dois lados.

A segunda consulta é um desafio: pedem que a gente faça uma profecia sobre o que vai acontecer em agosto de 2014. Eu prefiro não fazer profecias. Eu prefiro dizer que nós temos uma lei que está em vigor, a nós cabe cumpri-la e a lei só pode ser mudada por outra lei. É assim. E aí eu devolvo para o Senador a resposta, porque ele é do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado, Dr. Ney.

Bom, eu quero dizer da minha alegria de ter participado, mais uma vez, de uma audiência pública, porque considero que esta Subcomissão está cumprindo o papel desejado e o motivo de ela ter sido proposta à Comissão de Meio Ambiente e, consequentemente, aprovada por unanimidade dos membros foi por conta da nossa preocupação exatamente com o cumprimento da legislação e com esse prazo de agosto para se acabar

com os lixões do País que, como todos nós sabemos, é um item da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Mas, no decorrer dessas audiência públicas, nós verificamos quantas coisas precisam ser debatidas, a tomada de consciência, as metas a serem estabelecidas e cumpridas, o monitoramento, o gerenciamento, o acompanhamento, o aprimoramento que precisa ser dado.

Então, eu considero que vencemos, estamos a caminho de vencer a primeira etapa e, inclusive, de colocar esse tema em discussão num espaço que é legítimo, por sermos representantes do povo brasileiro. O Senado considero que, nessa área, está cumprindo o seu papel, fazendo as colocações, a cobrança, a fiscalização, também com a consciência de que não é importante apenas fiscalizar, mas também propor. E como tal, acredito que estas reuniões, estas audiências públicas que tivemos vão nos enriquecer inclusive na relatoria que será feita por esta Subcomissão em que estamos discutindo novas legislações que possam ser propostas ou vir a ser debatidas, bem como contribuir no processo de divulgação.

Foi proposto aqui pelo Dr. Ney que a gente possa tirar um trabalho conjunto do Ministério do Meio Ambiente com esta Subcomissão, algo que possa vir a ser oferecido. A legislação, com certeza, muitas leis têm como origem a iniciativa aqui do Legislativo, no caso do Congresso, mas há também, devolvendo um pouco a bola ao Dr. Ney, a iniciativa do Executivo, através de medida provisória, de decreto, de uma série de coisas. Então, esperamos poder trabalhar juntos essa preocupação.

Acho que a pergunta feita pelo Prof. Climaco César é fundamental, no sentido de nós termos a preocupação simplesmente de não prorrogar, porque isso facilita para aqueles que não tomaram a devida providência, não fizeram o seu dever de casa, vamos dizer assim, portanto, essa etapa é fundamental.

Espero que nós possamos terminar o nosso relatório desta etapa da Subcomissão agora no mês de junho, mesmo com a Copa. Espero poder apresentar e aprovar antes do mês de agosto e consequentemente estabelecer, se for o caso, novas etapas e novas missões.

Eu quero dizer da minha alegria, mais uma vez, porque para mim foi fundamental os professores, todos os membros e todos os que estão aqui presentes, bem como os que vão nos assistir, verem que foi enriquecedor esse processo, porque a exemplo de empresas que tiveram a oportunidade de aqui falar, eu fui muito demandado no meu gabinete com novas tecnologias, oferta de novas tecnologias, invenções, vamos até dizer assim, e eu acho que cada vez mais nós devemos estimular isso, porque uns tinham problema financeiro para continuar a pesquisa, outros não tinham alternativas para as Prefeituras desde a elaboração do plano de gestão, plano de resíduo sólido. Enfim, acho que cada vez mais nós temos esse papel de colher essas demandas e também de ajudar no sentido de que isso seja divulgado, a necessidade cada vez mais de educação presente, da conscientização dos gestores públicos, mas também da iniciativa privada e do cidadão como tal. Então, várias experiências chegaram aqui até nós. Ficamos muito felizes com isso.

Espero que esta Subcomissão possa ter cumprido seu papel nesta etapa que será concluída com a apresentação do relatório e, posteriormente, a publicação de tudo aquilo que nós vimos aqui que iremos fazer pela Comissão juntamente com o Ministério do Meio Ambiente.

Então, quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos os que estão participando e também renovar o nosso compromisso de fazer com que este País tenha cada vez mais consciência da importância e da responsabilidade de cada um para com o nosso Planeta.

Muito obrigado.

Que Deus proteja a todos!

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 07 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e quarenta e oito minutos trinta minutos do dia seis de agosto de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Ruben Figueiró**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Inácio Arruda, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Waldemir Moka** e **Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. É comunicado o recebimento do Ofício 535/2014, do Senador **Gim,** e o Aviso nº 906-Seses/TCU-Plenário**.** Tem início a apreciação da pauta. Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos **nº 55, de 2013 – CI**, aprovado em que 27 de novembro de 2013, que requer "*seja realizada no âmbito desta comissão, com convite para a Comissão de Relações Exteriores – CRE, Audiência Pública para debater a viabilidade da implantação definitiva da chamada Rota Bioceânica, que interligaria o oceano Atlântico ao Pacífico, com a co-*

operação estratégica dos governos do República do Paraguai, da Argentina e do Chile. De início, me permito sugerir as pessoas do Governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, do ex-governador do Estado Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, do Prefeito de Porto Murtinho-MS, Dr. Heitor Miranda dos Santos que, pelo trato que tem no estudo da Bioceânica, muito contribuíram para o esclarecimento do assunto para esta Comissão. Também, seria importante convite a representações do Ministério dos Transportes e Ministério das Relações Exteriores, que marcariam a posição do Governo em relação ao tema"; **nº 16, de 2014 – CI**, aprovado em 7 de maio de 2014, que "*na forma regimental e em aditamento ao Requerimento nº. 55 de 2013, solicita que sejam também incluídos os nomes dos senhores Juan Audes Afara Maciel – Vice-Presidente da República do Paraguai, e Edson Giroto – Secretário de Estado de Obras Públicas e de Transportes em Mato Grosso do Sul, como convidados para a Audiência Pública (...) para debater a viabilidade da implantação definitiva da chamada Rota Bioceânica, que interligaria o oceano Atlântico ao Pacífico, com a cooperação estratégica dos governos das Repúblicas do Paraguai, da Argentina e do Chile";* e **nº 23, de 2014 – CI**, aprovado em 16 de julho de 2014, que "*na forma regimental e, em aditamento aos Requerimentos n. 55 de 2013 e 16 de 2014, solicita que seja também incluído o nome do senhor Jorge Soria Quiroga – Prefeito da cidade de Iquique no Chile, como convidado para a Audiência Pública a ser realizada no dia 06 de agosto, para debater a viabilidade da implantação definitiva da chamada Rota Bioceânica, que interligaria o oceano Atlântico ao Pacífico, com a cooperação estratégica dos governos das Repúblicas do Paraguai, da Argentina e do Chile",* todos de autoria do Senador **Ruben Figueiró**. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições os senhores **Heitor Miranda dos Santos**, Prefeito Municipal de Porto Murtinho (Mato Grosso do Sul), **Jorge Soria Quiroga**, Prefeito de Iquique (Chile), **João Carlos Parkinson de Castro**, Coordenador-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, e **João Batista Lopes Filho**, Assessor da Secretaria de Obras Públicas e de Transportes do Estado do Mato Grosso do Sul, representante do Secretário de Estado, Deputado **Edson Giroto**. Fazem uso da palavra os Senadores **Waldemir Moka** e **José Pimentel**, os Deputados Federais **Reinaldo Azambuja, Akira Otsubo** e **Vander Loubet**, a senhora **Helena Concepción Felip Salazar**, Ministra da Embaixada da República do Paraguai, e o senhor **Andrés Aguilar Bustos,** Segundo Secretário da Embaixada do Chile. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e doze minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ruben Figueiró,** Presidente em exercício da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Há documentos para serem lidos.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 535/2014-Blufor, de autoria do Senador Gim, Líder da Bancada Parlamentar União e Força, indicando o Senador Blairo Maggi para integrar esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, como membro titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Cidinho Santos.

Segue o documento, a comunicação do Senador Gim.

A Presidência também comunica o recebimento do Ofício nº 157/2014, de autoria do Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, indicando o Senador Odacir Soares para integrar esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, como membro suplente, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ivo Cassol.

Segue o documento em referência.

A Presidência ainda tem a missão de comunicar o recebimento do seguinte documento: Aviso nº 906-Seses/TCU-Plenário, de autoria do Ministro Aroldo Cedraz, Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão, proferido nos autos do processo nº TC 034.373/2012-8, na sessão ordinária de 30/07/2014, que trata da auditoria realizada no Departamento Nacional de Produção Mineral, para verificar a arrecadação e a fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais e da Taxa Anual por Hectare, em especial para identificar os mineradores que sonegam e os procedimentos de cobrança.

Na forma do Ato nº 3 – CI, de 2012, o aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópias destes documentos encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

A Presidência também comunica sobre o e-Cidadania: antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, gostaria de informar que a população poderá participar de nosso debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar basta enviar comentários por meio do sítio do Senado Federal na inter-

net: www.senado.leg.br, clicando no portal e-Cidadania, ou ainda nos perfis do e-Cidadania no Facebook ou pelo Twitter. Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador pode, desde já, enviar sua pergunta ou seu comentário aos nossos convidados.

Desejo registrar que infelizmente não foi possível a presença do Sr. Cláudio Antonio Cavol, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas do Estado de Mato Grosso do Sul (SETCEMS), em razão do deslocamento hoje para Brasília. Inclusive, recentemente o Dr. Cláudio liderou uma expedição de mais de trinta carros com uma comitiva de mais de noventa pessoas, visualizando a situação logística de alternativa de percurso para implantação da rota bioceânica. Esse grupo esteve no Paraguai, na Bolívia e no Chile. Certamente, numa segunda etapa de discussões, contará com a presença do Dr. Cláudio Antonio, que poderá contribuir com o debate sobre esse importante tema.

É a seguinte a pauta desta reunião: destina-se à realização de audiência pública para debater a viabilidade da implantação definitiva da chamada rota bioceânica, que interligaria o oceano Atlântico ao Pacífico, com a cooperação estratégica dos governos das Repúblicas do Paraguai, da Argentina e do Chile, em atendimento aos requerimentos da Comissão de Serviços de Infraestrutura, todos de autoria do Senador que hoje ocupa esta Presidência.

Para debater o tema foram convidadas as seguintes autoridades, a quem aproveito e convido para que tomem assento à Mesa: primeiramente, o Sr. Heitor Miranda dos Santos, Prefeito de Porto Murtinho – convido S. Exª para adentrar o plenário e sentar-se aqui à direita –; Ex.mo Sr. Dr. Jorge Soria Quiroga, Prefeito de Iquique, Chile, que nos honra com sua presença; Sr. João Carlos Parkinson de Castro, Coordenador-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores – é um prazer tê-lo aqui –; Dr. João Batista Lopes Filho, assessor da Secretaria de Obras do Estado de Mato Grosso do Sul, que representa o Sr. Secretário de Estado de Viação e Obras Públicas de Mato Grosso do Sul, Deputado Federal Edson Giroto.

Eminente Senador Waldemir Moka, da representação de Mato Grosso do Sul, membro desta Comissão que nos honra com sua presença, senhoras e senhores aqui presentes, certa vez ouvi do saudoso Senador André Franco Montoro que, em política, muitas vezes, quando sonhamos sozinhos, é apenas um sonho; quando sonhamos juntos, é o começo de uma realidade. Estamos aqui, Excelências, alimentando o mesmo sonho, na convicção serena de que o futuro acena como uma virtuosa realidade.

Desde muito, todos nós, quando visualizamos a extensão territorial da América do Sul, lembramos de nossos antepassados, conquistadores que, adentrando as correntes d'água do Rio Amazonas e seus afluentes, dos Rios Paraná, Paraguai e de sua grande confluência no Rio da Prata, voltavam os horizontes para o Oriente, uns em busca de ouro e prata e outros na convicção de que logo ali, transpondo todo tipo de acidentes, como os Andes, ainda não conhecidos, encontrariam o caminho das Índias. Essa impressão nos foi transmitida por aqueles desbravadores até que, conquistados os territórios mediterrâneos e os andinos, surgiu a possibilidade de tentar a aproximação de dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico.

A partir do século XX, a atenção para a interligação entre os dois oceanos tornou-se uma aguda ansiedade por parte de novos bandeirantes. No Brasil, surgiu a tentativa de uma bioceânica que adentrava território andino pelo Acre; do Mato Grosso, a partir de Cáceres; adentrando a Bolívia por San Matías, para atingir portos na República do Chile.

A partir do Acordo de Roboré, em 1953, entre o Brasil e a Bolívia, firmou-se o compromisso de duas vias: uma rodoviária e outra ferroviária que, partindo de Corumbá, no então Mato Grosso, adentrasse pelo continente boliviano; no sul do País, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, adentrando pelo Paraguai; no Rio Grande do Sul, São Borja, e San Miguel, na Argentina; da mesma forma, Uruguaiana e Paso de los Libres, na Argentina, rumo a Valparaíso, no Chile, esta hoje uma autêntica realidade.

Se essas imaginárias ou reais trilhas se tornaram preocupação para nós, todos sul-americanos, um grupo de sonhadores entre os quais aqui presentes nos situamos todos nós, almejo uma alternativa que, por todas as características geoeconômicas se pareciam e se parecem mais adequadas para, sob o aspecto social, político e econômico, unir os dois oceanos.

Nosso sonho, senhores, dá neste instante lampejos de que poderá ser realidade. Esta audiência, patrocinada pela Comissão de Infraestrutura do Senado da República, graças ao prestígio que nos dá o eminente Presidente desta Comissão, o Senador Fernando Collor, que conta com a presença e o prestígio de V. Exªs, será uma grande testemunha a marcar, com a pureza e a perenidade do bronze, nossos passos no caminho da rodovia bioceânica.

E não será somente uma via de fraternidade, mas uma senda de desenvolvimento econômico e social de uma imensa e fértil região da nossa América do Sul.

Com essas palavras, declaro iniciados os nossos trabalhos.

Quero adiantar aos eminentes entrevistados que S. Exªs terão cada um 20 minutos para dissertar sobre o tema, mais 5 minutos de prorrogação.

Eu convido, inicialmente, para pronunciar suas palavras, o eminente Prefeito de Porto Murtinho, que, sou testemunha, assim como o Senador Waldemir Moka, é um dos grandes entusiastas dessa ideia. Desde muitos e muitos anos, tenho ouvido a voz do Prefeito Heitor Miranda dos Santos, no sentido dessa interligação sul-americana através da rota por nós todos sonhada, Porto Murtinho, terra natal do Prefeito Heitor Miranda dos Santos.

Tem V. Exª 20 minutos para seu pronunciamento, prorrogáveis por mais 5.

O SR. HEITOR MIRANDA DOS SANTOS – Muito obrigado.

Eu quero, inicialmente, prestar e render uma homenagem especial ao nosso Senador Ruben Figueiró pela ousadia de ter se empenhado neste tema, como ele mesmo disse, acreditando num sonho que todos nós sonhamos juntos, assim como o Senador Waldemir Moka, do nosso Estado também.

Desde os idos de 1985, temos peregrinado, tanto em relação à rodovia, à hidrovia do Paraguai, quanto nessa questão da chegada ao Pacífico como forma de buscar essa integração definitiva com os países vizinhos nossos, os países da América do Sul.

O Mato Grosso do Sul, um Estado mediterrâneo que é, se for analisado unicamente com base no mapa do Brasil, fica numa posição muito desconfortável, fica numa situação praticamente isolada. Agora, se considerarmos o mapa da América do Sul como um todo, vamos perceber que o Estado do Mato Grosso do Sul passa a ganhar uma relevância fundamental pela sua posição estratégica geopolítica, numa ligação muito próxima com o Paraguai, com a Bolívia, com o norte argentino, com o Chile. E através desse corredor e através da hidrovia, que é uma hidrovia de integração, a Hidrovia do Paraguai, com cinco países também: Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Vários estudos foram feitos no sentido de se buscar essa integração. Eu me recordo que o primeiro estudo foi feito pelo Geipot, no final dos anos 60, início dos anos 70. E o grande óbice que se colocava para se concretizar essa integração, Senador Ruben Figueiró…

Aqui eu quero aproveitar para cumprimentar o nosso prefeito, saudar o nosso prefeito de Iquique, também fanático e entusiasta defensor dessa integração há muito mais tempo do que nós todos; saudar o representante do Mato Grosso do Sul, o representante da Secretaria de Obras Públicas do Estado; saudar o nosso representante do Ministério das Relações Exteriores – já estivemos conversando ali. Há um representante do governo paraguaio, é isso? E da Bolívia, temos alguém? Da Bolívia não temos ninguém. Mas do Chile…

Estava dizendo que o Geipot fez vários estudos à época e colocou como óbice essa integração bioceânica em função da travessia dos Andes. Posteriormente, já quando o Zeca era governador do Estado, eleito em 1998, em 1999, mais precisamente em abril de 1999, nós conseguimos uma audiência com Eliezer Batista, na Firjan, Rio de Janeiro, entendendo que ele era um dos maiores estrategistas em integração, não só do Brasil com o mundo, mas do Brasil, principalmente, com o mercado chinês, que ele lutou muito para abrir na questão da Vale do Rio Doce.

Também o Prof. Eliezer Batista considerava esse óbice da travessia dos Andes. E nós havíamos colocado para ele a questão turística. Além da questão de produção, além do transporte de grãos, de carnes, de minério de ferro, enfim, de produtos, essa questão da integração turística, que permitiria a gente juntar o grande Deserto do Atacama, os Andes, com o Chaco paraguaio, argentino, boliviano, brasileiro, o Pantanal sul-mato-grossense e as águas de Bonito. E, por esse lado, ele achou absolutamente viável essa questão.

Posteriormente, nós entendemos, Senador Ruben Figueiró, Presidente desta Comissão de Infraestrutura do Senado da República, que passaram a existir dois fatos importantes, que nos levam a repensar essa ligação. É a grande viabilidade econômica, a grande produção do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de Goiás, de São Paulo, do Paraná, enfim, da Região Centro-Oeste, da Região Sudeste, da Região Sul, e o grande comprador nosso em que se transforma o mercado chinês e principalmente o mercado asiático, de um modo geral. Acho que essa é uma questão importante a ser discutida.

Para se ter uma ideia, em 2012 e 2013, foram colhidos no Brasil 186,8 milhões de toneladas de grãos. A safra de 2013 e 2014 está estimada de 192,4 a 196,6 milhões de toneladas. Só de soja nós produzimos mais ou menos 90,2 milhões de toneladas, numa área aproximada de 29,5 milhões de hectares.

O arroz, o milho e a soja são os três principais produtos desse grupo, que, somados, representam 93,0 da produção, em 86,2 de área a ser colhida, distribuídos da seguinte maneira: Centro-Oeste, 78,4 milhões de toneladas; Sul, 72,1 milhões de toneladas; Sudeste, 19,6 milhões de toneladas; Nordeste, 12,1 milhões de toneladas; Norte, 4,6 milhões de toneladas.

Na produção mineral nós temos companhias mineradoras no Brasil. No Centro-Oeste 1.075; no Nordeste 1.606; no Norte 515; no Sudeste 3.609; no Sul 2.065. Grandes compradores: China, Índia, Rússia. Faturamento em bilhões de dólares: em 2011, US$53 bilhões, não se incluindo o petróleo e o gás. Crescimento na última

década: 550% – foi o crescimento da produção mineral no Brasil em virtude dessa entrada da China como forte compradora nossa.

Na pecuária nós temos, no terceiro trimestre de 2013, 8,913 milhões mil cabeças abatidas, recorde histórico pelo segundo ano consecutivo, assim distribuídas regionalmente: Mato Grosso, mais ou menos 1,5 milhão de cabeças; Mato Grosso do Sul, 1 milhão; São Paulo, mais ou menos 1 milhão; Goiás se aproxima de São Paulo, com mais ou menos 1 milhão; e Minas Gerais, com 750 mil cabeças.

Suínos. Nós temos, no primeiro trimestre de 2012, abatidos 8,744 milhões cabeças, distribuídas desta forma: Santa Catarina, 2,5 milhões; Rio Grande do Sul, 2 milhões; Paraná, 1,5 milhão; Minas Gerais, 1 milhão; Mato Grosso, 500 mil; Goiás, 500 mil; São Paulo, 500 mil; Mato Grosso do Sul, 500 mil.

Frangos. Primeiro trimestre de 2012. Abatido 1,363 milhão de cabeças, assim distribuídas: Paraná, 400 milhões; Santa Catarina, 250 milhões; Rio Grande do Sul, 250 milhões; São Paulo, 200 milhões; Minas Gerais, 100 milhões; Goiás, 90 milhões; Mato Grosso, 80 milhões; Mato Grosso, 50 milhões.

Cana de açúcar. Temos uma produção nacional de 721 milhões de toneladas, em 732.8 mil hectares. São Paulo é o maior produtor; Goiás é o terceiro maior produtor; Paraná, o quarto maior produtor; e Mato Grosso do Sul, o quinto maior produtor.

Celulose. Mato Grosso do Sul se destacou espetacularmente em tudo isso, registrando uma exportação equivalente a US$524.3 milhões, ou seja, 97% de toda a receita total do setor. Principais compradores: China, Itália, Estados Unidos e Coreia do Sul. São dados da FIEMS. Ou outros dados são da Conab.

Se a gente analisar aquele mapa, Senador, vamos perceber que a Região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul, Goiás e o sul do Mato Grosso, São Paulo, um pedaço de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina estão muito mais próximos entrando pelo Mato Grosso do Sul até a cidade de Porto Murtinho. Essas estradas todas existem. Se a ferrovia, que chegaria a Panorama, chegar a Maracaju, pode chegar a Porto Murtinho.

Corumbá hoje tem a terceira maior reserva de ferro do Brasil e a maior reserva de manganês do Brasil, e temos o Rio Paraguai. Se a gente fizer aqui um sistema intermodal de transporte, essa rodovia, pelo sul da Bolívia, alcançando o Porto de Iquique – o prefeito vai falar melhor sobre ele, é um grande porto, um porto de águas profundas, de 15 metros ou mais de profundidade –, a passagem se daria pelo Hito 60, com três mil e poucos metros de altitude, numa região que é um altiplano suave, não é íngreme, é muito fácil de ser ultrapassada.

Então, penso que a grande produção desta região e a proximidade dela pelo Mato Grosso do Sul, saindo por Porto Murtinho, é o ponto mais curto, no mapa brasileiro, para ligar o Atlântico ao Pacífico. Sei que existe um estudo para ligar o Peru, para buscar a saída de Mato Grosso. Vejo alguns entraves, do ponto de vista ambiental, como a travessia de grandes rios, a travessia da Floresta Amazônica, enfim, uma série de obstáculos que não se seria muito fácil, com a consciência ecológica, ambiental, sustentável que o mundo ganhou ultimamente.

Por esse trecho, não temos nenhum acidente geográfico sério. A ferrovia, chegando a Maracaju, de Maracaju a Murtinho, não temos nenhum grande rio a ser ultrapassado, nenhum grande morro. Do lado boliviano, as dificuldades que se têm, chegando a Villamontes, de Villamontes a Tarija, Yacuiba, Tupiza, chegando ao Salar de Uyuni, passando por Hito 60, já estaremos no grande Porto de Iquique. Numa distância aproximada – o prefeito de Iquique pode me corrigir – ligando Chile a Porto Murtinho, numa distância média de 1.500km, praticamente a mesma distância que teremos até o Atlântico.

Essa hidrovia também é outro ponto importante de integração que não só o Estado do Mato Grosso do Sul, mas o Brasil tem que se debruçar como ela, como um dos eixos importantes para se promover essa integração. Existe um estudo da Macroplan que mostra a hidrovia do Paraguai como um dos quatro eixos fundamentais para o desenvolvimento do nosso Estado, do nosso País.

Portanto, Senador Ruben Figueiró, sei do seu entusiasmo pela questão da logística. Recordo-me de um discurso seu feito em Murtinho em 86. O senhor era candidato constituinte e já falava no entreposto aduaneiro no Município de Porto Murtinho. O Governador André Puccinelli e o Secretário de Obras Giroto estão fazendo um esforço descomunal para duas pontes aqui sobre o Rio Apa. Uma ligando Porto Murtinho a Vallemi e outra ligando Caracol a São Carlos. É um grande passo da integração. Eu tenho elogiado muito o trabalho do Governador André Puccinelli nesse sentido.

Essa é uma ligação Norte-Sul muito importante também, mas tão importante é essa ligação para chegar no pacífico e, a partir do pacífico, a gente alcançar a rota não só da Ásia, como também a rota – vou voltar um pouco aqui – a rota do oeste americano, da Austrália e dos outros portos. Peço ajuda para retornar ao outro mapa que eu mostrava logo no início para a gente alcançar o oeste americano, a Ásia, a Austrália, A Índia, enfim, os grandes compradores nossos.

Com essa rota, a gente economizaria algo em torno de sete mil quilômetros marítimos, evitando que os nossos navios saiam e façam a travessia, ou pelo sul da África, ou peço sul da América do Sul porque a gente sabe das intempéries. Então, eu vejo essa rota central como a de melhores condições. No Sul, temos a questão

do gelo, temos a questão do inverno que é rigoroso e, no Norte, temos a questão ambiental a ser preservada, as travessias em grandes rios amazônicos, a questão da floresta amazônica.

Entendo, como toda a humildade, claro que entendo que também que um caminho não anula outro, um caminho não compete com outro, vai depender da origem da carga e do destino. Esse é o ponto mais importante: o caminho das Índias foi conhecido por uma rota e, a partir daquela rota conhecida, outras tantas se formaram. O que é importante para nós? É saber de onde está o ponto de produção e qual o destino da nossa carga e, a partir daí, eu vejo como alternativa esplêndida esse corredor de oceano central que nós denominados de Corredor Trópico de Capricórnio.

É com essas palavras que quero parabenizar o Senador Ruben Figueiró por essa iniciativa, agradecer a presença do ilustre Senador Waldemir Moka, do Deputado Federal Resende, dos representantes dos demais países, do meu amigo particular, o maior sonhador de toda essa história que é o Prefeito de Iquique, Jorge Soria.

Concluiria minhas palavras com uma frase que foi dita por um Senador argentino, Senador Uchôa, na primeira expedição que houve, quando eles nos visitaram, quando saíram do Pacífico para ir a Porto Murtinho, no ano de 1999, o Senador Uchôa cunhou uma frase que ficou conhecida como a frase dessa integração da América do Sul. Ele dizia, Senador Ruben Figueiró, que "*las grandes obras las sueñan los santos locos, las realizan los luchadores natos, las disfrutan los felices cuerdos, y las critican los imbéciles crónicos*".

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Ao agradecer a magnífica exposição do Sr. Prefeito de Porto Murtinho sobre o sonho que todos nós temos, eu gostaria de registrar aqui, com muito prazer, a presença do eminente Deputado Federal Geraldo Resende, da Bancada de Mato Grosso do Sul, e também significar aqui a presença da Srª Helena Concepción Felip Salazar, Ministra da Embaixada da República do Paraguai, representando o Sr. Embaixador, o Sr. Manuel María Cáceres Cardozo.

Tem V. Sª as nossas homenagens e os nossos votos e boa presença nesta plenário.

Também o Sr. Rodrigo Javier Velázquez Aguirre, 1º Secretário da Embaixada do Paraguai. Tem V. Sª também as nossas homenagens.

O Sr. Andrés Aguilar Bustos, 2º Secretário da Embaixada do Chile. V. Exª tem também as nossas homenagens.

O Sr. Jorge Soria Macchiavello, Conselheiro Regional de Tarapacá, no Chile. Seja bem-vindo também.

A Srª Astrid Abarca, Chefe de gabinete do prefeito de Iquique. Seja bem-vinda também.

Os Srs. Carlos Heitor Silva Santos e Arlen Antonio de Souza, eminentes Vereadores do Município de Porto Murtinho no nosso Mato Grosso do Sul.

Concederei agora a palavra pelo mesmo prazo ao Exmo Sr. Prefeito Jorge Soria Quiroga, que nos honra hoje com a sua presença vindo lá de Iquique, a mais de 1.500km², que atendeu gentilmente o nosso convite.

Tem S. Exª a palavra por 20 minutos prorrogáveis por mais 5.

Com a palavra V. Exª,Sr. Prefeito Jorge Soria.

O SR. JORGE SORIA QUIROGA (*Tradução por profissional habilitado.*)– Sr. Presidente em exercício da Comissão de Infraestrutura do governo do Brasil, Ruben Figueiró, senhores senadores que nos acompanham, todas as autoridades, todos os presentes. Eu quero neste instante contar-lhes uma pequena história para que possam compreender o porquê de estar aqui, depois de ter trabalhado durante cinquenta anos da minha vida neste sonho que hoje estamos discutindo.

Vivo em um lugar localizado no coração do Pacífico, bem no meio, e se eu sigo por ali chego a Porto Murtinho, no Brasil. A distância que meu colega mencionou é de 1.500 quilômetros. Para chegar a Santiago do Chile, na altura de Buenos Aires, tenho que percorrer quase 1.900 km, ou seja, o Brasil está mais perto de mim do que minha capital.

Há cinquenta anos, Iquique era um porto onde havia 130 empresas salitreiras. Na Segunda Guerra Mundial, inventaram o salitre sintético. Iquique era o maior produtor de salitre do mundo para adubar os campos. E isso, em poucos anos, foi extinto. Nessa época, eu era o presidente dos estudantes de Iquique, estava no último ano do ensino médio e a crise me alcançou. Quando ia para a Universidade, meus companheiros disseram que eu não podia ir, pois eu era o líder e devia ficar em Iquique. Meus companheiros acreditavam em mim e até hoje seguem acreditando. Espero terminar a história hoje, creio que estou no melhor momento da história desses cinquenta anos.

Nós sonhávamos em nos unir com Oruro, a 500 quilômetros de Iquique, caminho para Cochabamba e Santa Cruz, o chamávamos de Corredor Norte. Mas a história mudou quando eu, aos 24 anos, fui convidado para um congresso com todos os dirigentes do mundo em Nova Orleans, Estados Unidos. Havia 3.500 dirigentes. Ao terminar a jornada de três dias, o Departamento de Estado Norte-Americano convidou 63 dirigentes para conhecer os Estados Unidos por um mês, para percorrê-lo, para conhecer seu poder, por assim dizer, de fogo, econômico, seus portos, etc.

O Chile me designou como um dos três representantes do país, sendo eu o mais jovem de todos. Após 30 dias, eu entendi o problema e, por isso, estou aqui. Os EUA construíam ferrovias e mais ferrovias. Seus estados construíam rodovias e mais rodovias e melhoravam as hidrovias e elas eram a ligação do Oceano Atlântico com o Oceano Pacífico. Seus portos estavam em desenvolvimento, ou seja, o poder dos Estados Unidos era constituído principalmente pela gestão dos oceanos Pacífico e Atlântico. Eu entendi que nunca mais poderia falar de Iquique a Oruro, que estava a 500 quilômetros. Minha meta seria chegar de Iquique ao porto de Santos. Essa é a meta pela qual estamos lutando há 48 anos. Hoje, eu diria que é um momento histórico, pois estamos quase concretizando esse sonho. Refiro-me a ele quando começamos a desenvolver o projeto de Iquique até Santos, pensamos também em uma estrada de Iquique até o Rio Grande do Sul. Havia trechos muito longos. Percorremos todas as cidades da América do Sul unindo-as – essa história eu deixo de presente para vocês. Nós construímos o trecho entre Iquique – Tocopilla – Calama para então entrarmos na Argentina. Esse corredor estava pronto, os argentinos o haviam construído. Então chegamos ao Rio Grande do Sul, percorremos todas as estradas, e o governador do Estado construiu uma ponte e concluímos esse corredor antes do planejado trecho entre Iquique e Oruro que ainda estava sendo construído, mas com muitos trechos terminados. O segredo que usamos foi o de ir de prefeitura em prefeitura e conversar com os prefeitos, pois entendíamos que eles teriam muitos problemas, e concluímos que o melhor era chegar a Porto Murtinho, conversar com meus colegas e construir os trechos que unissem de cidade a cidade. Ou seja, isso que vocês veem são os três corredores: um que chamamos Corredor Norte que vai de Iquique, Oruro, Cochabamba, Santa Cruz de La Sierra, Campo Grande, São Paulo e Santos; o outro nos levava ao Rio Grande do Sul passando pela Argentina e o outro passando pela Bolívia.

O que ocorreu aqui é que chegou a delegação do Governo brasileiro, de militares brasileiros e da inteligência do Brasil. Chegaram ao corredor de Jama, que já havíamos aberto e estava pronto para ser pavimentado. De Brasília veio, numa colocação vulgar, "um balde de água fria", e o trabalho que havíamos feito voltou à estaca zero por causa do Brasil, porque disseram que não poderiam passar mil caminhões por dia e chegar a cinco mil metros de altura e descarregar. Estava tudo dito.

O sonho foi a nossa boa intenção, deram-nos um abraço, estiveram duas horas em Iquique e foram embora. E o sonho de chegar ao Brasil, de unir a América do Sul e chegar à Argentina, foi interrompido.

Nesse momento, compreendemos que deveríamos buscar um novo corredor. Fizemos um congresso com todos os prefeitos da América do Sul. Todos foram para Iquique e – depois de 50 anos de trabalho, de percorrermos todos os caminhos, de abrir estradas, depois de fazermos centenas de viagens – dali saiu esse grande corredor. As delegações da Bolívia, do Paraguai, desta área não chegaram a esse congresso pela via oficial, passaram pela cordilheira, não respeitaram soldados, nem a polícia, nem nada, e chegaram por aqui. Nesse momento disseram na assembleia que aqui não havia Cordilheira dos Andes. Nós não sabíamos disso, e eu pessoalmente não a conhecia pela dificuldade de chegar lá. E aí entendemos onde estava o caminho verdadeiro que o Brasil queria. Então começamos lentamente e chegamos a Porto Murtinho e a todo o altiplano boliviano e entramos também nesse corredor que é um pouco mais baixo que esse, entre o limite da Bolívia e da Argentina. Este não estava aos cinco mil metros, mas quero que me entendam, não se pode chegar aos cinco mil metros, que foi o que conversamos há pouco com João Carlos. Mas, se você vem do oceano Pacífico e gostaria que fizéssemos a franja que está nas alturas...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. JORGE SORIA QUIROGA (*Tradução por profissional habilitado.*) – Está no projeto, ao final será mostrado também.

Subir a cinco mil metros não seria problema. Como demonstração, estabeleço cinco mil metros. De Santos passando por Porto Murtinho e ir subindo lentamente... Não temos cinco mil metros. No projeto que estamos apresentando temos 3.750 metros. Mas temos um desenvolvimento iniciado por Santos e teremos um desenvolvimento até o altiplano boliviano que não tem Cordilheira dos Andes. Abaixo de Iquique, e mais ou menos aí, temos 270 quilômetros, no qual fizemos estradas suaves.

Nunca enfrentamos uma montanha, avançamos lentamente, ou seja, a estrada foi feita como vocês propuseram. O Brasil não pode remontar a 25, 30 anos atrás, porque passam cinco mil, 10 mil caminhões por dia; suas ferrovias têm que possibilitar alta velocidade. É o que eu estou apresentando a vocês, por isso, digo que terminamos a história e vai depender dos que estão aqui presentes para que mudemos a história da América do Sul, caso haja vontade política para isso. É possível apresentar um grande e rápido plano, e em um segundo terão uma visão mais ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE SORIA QUIROGA (*Tradução por profissional habilitado.*) – Sim, os dois estão na mesma altura, pode ser rodovia ou ferrovia dá no mesmo.

Quantos minutos ainda temos? Temos poucos. (Pausa.)

Não, não, não! Está bem Antonieta. Assim está bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE SORIA QUIROGA (*Tradução por profissional habilitado.*) – Aí.

Santos e vamos subindo. E este é o altiplano boliviano. São 400 quilômetros. Aqui temos que subir 800 metros e subimos pelo lado da montanha. Em vez de ultrapassar, subimos 30 quilômetros e a ferrovia vai em velocidade e o trem [...] Nós chegamos a 800 quilômetros, minto, a 800 metros de altura e Iquique está abaixo do nível do mar e subimos por Tupiza e Cariza e descemos pelo lado da montanha e conseguimos atender a demanda brasileira, o perfil que o Brasil queria: chegar do Atlântico ao Pacífico – do Pacífico ao Atlântico, sem ter que subir grandes montanhas ou grandes cordilheiras.

Trouxemos um resumo desse material que será disponibilizado por uma pessoa que está presente aqui. Isso resume, eu diria, que podemos pensar que nossa decisão está entre se decidir, conversando, que devemos construir muitos trechos, porque todos querem os seus trechos. Ou fazermos os trechos que permitam que o Brasil, no prazo de seis meses, um ano, possa chegar ao Oceano Pacífico. Diria que devemos definir coisas. Fala-se que veio o Presidente chinês e que vai construir uma ferrovia à altura de Lima. É uma excelente ideia, mas a questão é: pode a América do Sul, pode o Brasil, continuar com todos os nossos presidentes sonhando com a unificação da América se não a unirmos imediatamente? Se podemos fazer isso agora, este ano, paralelamente às grandes obras – que novas ideias surjam e se desenvolvam, todas têm que andar, uma não anula a outra.

Nós dissemos Iquique – Oruro. Estive na Bolívia semana passada. Estão terminando 40 quilômetros entre Oruro e Iquique em território boliviano. Cochabamba está terminada, mas temos que mudar as curvas. Eu as percorri semana passada e recomendei que não fizessem curvas prolongadas, porque a Bolívia não teve a sorte que vocês tiveram – mandaram-me dizer –, não pensaram como eu. Não importa a curva, eu entendo a mentalidade de volume do Brasil, e disse isso aos irmãos bolivianos que percorreram a estrada comigo na semana passada. Os demais trechos estão prontos: Cuiabá, Campo Grande e Santa Cruz estão totalmente terminados. Está tudo pronto, faltam 40 e o corredor estará concluído. Existe um desejo e é o que me explicaram no Paraguai, que em 2, 3 meses o Brasil lançaria o projeto de Porto Murtinho – Porto Peralta. Este corredor de 200 quilômetros está em construção, e Assunção está recuperando essa rodovia que se deteriorou nos últimos oito anos, e estariam financiando pequenos trechos restantes. O que falta é o altiplano boliviano que são 440 quilômetros, mas estão em salares, e sobre eles pode-se passar continuamente uma máquina niveladora até que se finalize a estrada.

Deixo-lhes todo esse material para que o consultem com seus técnicos. Essa é a opção do Brasil hoje. Também disponibilizo o material sobre o que acontece. O trecho a ser feito, encerro com esse eslaide – essa parte aí sobre o que o Chile tem feito.

O Brasil pode chegar ao oceano Pacífico se der preferência às negociações com a Bolívia para fazer esse trecho, uma vez que ela é pequena e não possui dinheiro suficiente. Acredito que, se usarmos todo o fundo da América do Sul reservado para a construção de estradas, se priorizarmos esse trecho, uniríamos tudo.

Hoje já se constroem de 20 a 30 rodovias. Se tirarmos uma pequena parte de cada uma delas, em dois anos estará terminado. Mas podemos agir de imediato. Há outra opção que já citei no início que é entre a Bolívia e a Argentina passando direto do Chile para a Argentina, mas por uma estrada mais baixa. Mas para isso já não se requerem três ou quatro anos, estou falando em um ano para ela estar funcionando.

O investimento em rodovias seria de 353 milhões de dólares para concluir a união do Oceano Atlântico com o Pacífico.

O eslaide de ferrovias (Pausa.)

Hoje em dia, do Porto de Santos a São Paulo, diariamente se usa esta ferrovia, mas ela faz o trajeto Brasil – Argentina. Hoje o presidente Evo Morales fez um trecho aqui e está terminando este trecho ferroviário. Faltaria o número dois. Construir essa etapa significa que o Brasil entra no Oceano Pacífico por Arica, Iquique e Antofagasta. Essa ferrovia é percorrida todos os dias. Ela é chileno-boliviana, ou seja, fazendo-se esse pedaço da ferrovia, de Buenos Aires, de Assunção no Paraguai, da Argentina, chegaríamos ao Oceano Pacífico. Essas ferrovias foram construídas há 80 anos. Hoje, existe um trecho que também começa a ser feito pelo Cosiplan, um organismo internacional, em Jujuy, onde já começaram a construir uma ferrovia, o que significa que o Sul do Brasil pode sair por essas duas linhas que funcionam e chegar também ao Oceano Pacífico. O que temos que fazer agora é acelerar – este trecho está internacionalmente aprovado e falta aprovar este outro trecho. Estou falando de dois trechos que significam US$582 milhões e que já estão funcionando. Tudo custará US$999 milhões, e a América do Sul estaria totalmente integrada em não mais que dois anos, ou seja, a grande tarefa está pronta, esses são os projetos. O que ocorre é que, quando falamos em ferrovias, estamos falando em 20 ferrovias. Para que construir 20? Vamos construir duas, e a América do Sul estará integrada. Para que fazer 30 ro-

dovias paralelas se, fazendo dois trechos de estrada, a América do Sul estará integrada? Hoje, o mundo mudou. Nós podemos chegar e chegamos com 17 empresas sul-americanas ao mercado mundial. Com 17 empresas, chegamos de Iquique todas as semanas à Ásia. Essas 17 empresas demoram 28 dias para atravessar esse mar.

E se tivéssemos que falar sobre a produção do centro do Brasil, não seriam dois dias e meio a Iquique. Seriam 33 dias. O Brasil pode enviar sua produção e, em 33 dias, fazê-la chegar à China.

Devo dizer que existem navios com capacidade para até 18 mil contêineres que estão buscando mercado – porque não existem portos no mundo, existem muito poucos, aonde podem chegar esses navios de profundidades totais. Esse é o Porto de Iquique. Atualmente Iquique está ampliando esse porto, que tem 25 metros de profundidade de água. Aqui, que caiu com o terremoto, temos 17 metros de água. Nós estamos fazendo uma proposta internacional neste momento para reformar esse porto no prazo de 12 a 15 meses e, por volta de dois anos, o entregarmos ao Chile por um período de 30 anos.

Nosso país não cobra, faz uma concessão. Eu li há quase um mês que o Brasil procurava um porto um pouco mais abaixo de Lima. Aos empresários brasileiros digo que esse porto é o mais profundo e natural – não precisará ser dragado – porque ele tem 25 metros e 17, 18 metros aqui. O que significa que seria o porto principal no Oceano Pacífico para receber todas as cargas e, a partir daí, distribuí-las ao coração da América do Sul.

Recordemos que o Canal do Panamá se abrirá em 12 meses a navios de 14 mil teus (Unidade equivalente a 20 Pés, na sigla em inglês). Ou seja, nós podemos, do coração do Brasil, do Paraguai, transportar mercadorias da costa oeste da América do Norte, do Canadá, de Roterdã e de Hamburgo para fazer um compartilhamento desse navio gigante que agora poderá passar pelo canal e desse supergigante que chegará ao coração da América do Sul. Ontem, e com isso termino, compramos de presente ao meu filho um televisor gigante que pesa sete quilos. Levamos em nossa mala. Ali no navio entram 23 toneladas de soja. Vimos embarcar café, mas o mesmo pode ser feito com a soja. Que significa isso? Que os milhares de navios que saem vazios para a Ásia podem voltar com todos os produtos nobres do centro da América do Sul. Esse navio que chegou até Iquique, conversando com seus armadores, cobra a metade do frete. Se concluirmos a ampliação do porto de Iquique em 14 meses, da parte que caiu com o terremoto há três meses, esse navio chegará a Iquique e esse televisor, cujo frete a partir da Ásia custava 10 dólares, vai custar cinco dólares.

E se agora carregarmos esse navio, que leva 18 mil contêineres vazios, com os produtos que estão no centro da América do Sul, esse frete fará a revolução do mundo em menos de 18 meses. Muda a história, muda o mundo do transporte marítimo em virtude desses 21 navios gigantes que estão sendo construídos.

Ou aceleramos, ou tomamos uma decisão agora, ou perderemos o momento da história. Por isso estou agradecido pelo convite porque, quando um homem levou 50 anos em busca de um sonho e, perto dos 80 anos, vê realizado esse sonho tão grande que é o de poder dizer que estamos unindo a América do Sul ao mundo, acredito que não há maior satisfação. Por esse sonho, deixei de ser deputado, de ser senador, de ser candidato à Presidência da República do meu país.

Assim, estou feliz em entregar meu sonho a quem eu sei que detém o poder na América do Sul e sempre foi assim, em entregar o meu sonho a quem detém a maior produção de quase todo alimento para o mundo e em contribuir com meu grão de areia não só para vocês, mas para o meu povo que sairá da pobreza, juntamente com toda a América do Sul. Sem dúvida que o Brasil será nosso grande colosso e defendemos que ele cresça porque, quando o Brasil cresce, cresce toda a América do Sul.

Muito obrigado pelo convite, senhores senadores da República do Brasil e todas as autoridades da República do Brasil. Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Desejo registrar aqui a presença que muito nos honra dos eminentes Deputados Federais, possivelmente Senadores amanhã do nosso Estado, Akira Otsubo e Vander Loubet. V. Exªs enriquecem o plenário desta Comissão.

Após ouvir os dois prefeitos de Porto Murtinho e de Iquique, dois jovens, eu sempre digo, até para justificar a minha idade, que não se envelhece com o passar dos anos, mas, sim, pelo abandono dos ideais.

Vejam bem, nós acabamos de ouvir os dois prefeitos, cada um expressando-se em sua língua e extraindo delas o seu ideal. É muito importante para nós que visualizamos a unidade da América Latina que tenhamos sempre em mente a mensagem que eles nos trouxeram.

Eu gostaria, não sei se V. Exªs, os senhores tiveram a oportunidade de destacar ali uma expressão do Sr. Prefeito de Iquique. Ele disse o seguinte: "O futuro da América do Sul está em nossas mãos." Eu acrescentaria: e se concretizarmos os nossos sonhos.

Eu tenho para mim que S. Exªs lançaram aqui, tanto o Prefeito de Porto Murtinho como o de Iquique, a semente de uma ideia que deve frutificar a partir do Senado da República e com a expressão de V. Exªs, os Srs.. Deputados Federais, da Câmara dos Deputados.

Quero registrar também a presença do eminente Deputado Federal Reinaldo Azambuja, também do nosso Estado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador. Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Como não? Pela ordem, tem V. Exª a palavra, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu disse a V. Exª que eu presido a Comissão de Assuntos Sociais, Prefeito Heitor e Prefeito Jorge Quiroga, Dr. João Batista, Dr. João Carlos, e não há como iniciar outra Comissão de Assuntos Sociais… Eu vou ter que abrir agora às 9 horas a nossa Comissão, mas antes de deixar a reunião, eu quero dizer que conheço essa história, não através do Prefeito Jorge Soria, mas através do Prefeito Heitor Miranda dos Santos, e há muito tempo, de há muito, desde a primeira vez que ele foi prefeito, eu conheço.

E eu queria ser bem objetivo. Nós percebemos a viabilidade econômica, de distância, de frete, de navios de grande porte. Sempre achamos que Iquique é o porto, em função de abrigar navios de alto calado, tendo em vista a profundidade do porto, das águas. Mas essa é uma decisão política, e nós não podemos ser ingênuos a ponto de dizer que os outros portos, de Santos, de Paranaguá, talvez essa seja a maior dificuldade, Deputados, não é? Porque é claro que um outro caminho, uma outra alternativa, você esbarra exatamente na influência de gente que vai perder carga, que vai… Eu não vejo assim. Os nossos portos estão sobrecarregados, as nossas rodovias não suportam mais essa quantidade de carretas. Então essa é a alternativa.

E hoje, eu aproveito para convidar, na Confederação Nacional de Agricultura, estarão os três candidatos a Presidente da República, a atual Presidente Dilma, o Senador Aécio Neves e o ex-Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, na Confederação Nacional de Agricultura. E se há um segmento que tem interesse, pelo menos do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, de Goiás, parte do Paraná, de Minas, é exatamente esse setor da agricultura, é o chamado agronegócio. É um bom momento para que a gente possa comprometer os nossos candidatos a Presidente da República com essa decisão política.

É preciso investimento. Agora, o investimento que precisa ser feito é muito pouco em termos de economia. E o que vai acontecer? O frete vai cair quase que pela metade. Imagine a competitividade de preço dos nossos produtos, levando diretamente para a China, para a Ásia. Então essa é a alternativa mais lógica, Senador Figueiró.

Agora, há tanto tempo, bem menos que o Prefeito Jorge, que pelo menos eu e Heitor, certamente o Deputado Federal Vander, mas éramos menino na época, não é Heitor?, quando nós falávamos a respeito disso, mas sempre esbarramos nisso, Prefeito. Na hora nós achávamos que se a gente fizesse a ligação Jardim-Porto Murtinho, de asfalto, estaria resolvido o problema. Fizemos l*a carretera*, 200 quilômetros de asfalto. Mas não passa por aí.

Aí eu fui percebendo que essa é uma decisão política muito maior. Então, eu queria aqui dizer a João Carlos, que representa o Ministério de Relações Exteriores, que sua presença é fundamental.

Antes de sair, Senador Ruben Figueiró, queria que V. Exª contasse comigo. Aqui, nós temos a Comissão de Relações Exteriores. Eu acho importante que a gente possa colocar isso nesse nível de decisão: do Ministério de Relações Exteriores, do Ministério dos Transportes e, claro, do Ministério do Planejamento, da República, para, em conjunto com os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e, principalmente, com as duas prefeituras envolvidas, mostrar a viabilidade desse que está deixando de ser um sonho, Prefeito, porque será uma realidade.

O SR. ANDRÉS ALEJANDRO AGUILAR BUSTOS – Cada tonelada que exporta Brasil, perde 90 milhões de dólares, ou seja, nos três últimos anos poderia ter feito uma ferrovia do Atlântico ao Pacífico e uma rodovia nova, pavimentada, do Atlântico ao Pacífico. A cada dia que passa, perde Brasil.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por isso, é importante levar a decisão a este nível. Eu peço desculpas por não poder permanecer na… Mas eu devo presidir outra Comissão. V. Exª me desculpe, e eu peço desculpas aos outros expositores.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Senador Waldemir Moka, V. Exª deixou uma excelente lembrança a todos nós. Naturalmente, está presente aqui o eminente Senador José Pimentel, que é Líder do Governo no Congresso Nacional e que, naturalmente, vai levar essas considerações à Ex.ma Srª Presidente da República para que, desde já, dê consistência à ideia que nós estamos plantando nesta Comissão, neste instante.

O SR. VANDER LOUBET (PT – MS) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Com a palavra, pela ordem, Deputado Vander Loubet.

O SR. VANDER LOUBET (PT – MS) – Senador Figueiró, eu queria, primeiro, parabenizá-lo por esta audiência publica trazendo este debate, que sei que é uma de suas bandeiras.

Eu, como fronteiriço, sou filho também lá da cidade de Porto Murtinho, cidade em que me criei ouvindo falar nesse corredor bioceânico.

Acho que o Moka tem razão. Essa é uma decisão eminentemente política. Mas nós todos, cada um de nós tem que fazer a sua parte. Eu acho que esta audiência aqui no Senado, trazendo…

E aí agradeço a presença do Prefeito Jorge Soria, um conhecedor apaixonado. São pessoas como o senhor, como o Prefeito Heitor Miranda que com certeza estão contribuindo e vão contribuir para a gente acelerar esse processo.

Eu não tenho dúvida que é um caminho sem volta, pela globalização, pelo custo da logística. Agora, o que nós precisamos fazer? Como coordenador da Bancada, quero agradecer, Senador Pimentel, por sua presença aqui, pois o senhor é uma pessoa de muita autoridade dentro do Governo, o Líder do Governo no Senado e pode nos ajudar muito.

Acho que uma coisa não inviabiliza a outra. E, aí, eu acho que o Estado também, João Batista… Aqui estão os Deputados: Deputado Reinaldo, Deputado Geraldo Resende, Deputado Akira. Reinaldo, candidato a Governador. Acho que a gente tem de envolver tanto os candidatos a Presidente como os candidatos a Governador no compromisso de buscarmos o mais rápido possível a viabilização desse corredor.

Como eu entendo isso, Senador Ruben Figueiró? Acho que além… Quando falei que era um processo natural, eu me recordei do que Moka falou: "Nós fizemos, primeiro, a rodovia para ligar Jardim a Porto Murtinho achando que viabilizaria a hidrovia." Nós… Eu acho que a gente construiu muito de 88 para cá. Muito! As condições de nosso Estado, o volume de produção, a diversificação econômica, grandes grupos, grandes multinacionais indo para lá. E nós deveremos estar debruçados e discutindo.

Avançamos muito, Senador Pimentel, no governo do Presidente Lula, com essa questão da ferrovia que liga pela Bolívia. Precisamos agora ter o compromisso de fazer a ponte do Rio Paraguai. O Governo do Paraguai, do Presidente Cartes, tem compromisso com a ligação da carretera que liga a Colônia Peralta, fazendo a ligação até Assunção. Ou seja, acho que no nosso papel aqui no Poder Legislativo, no Senado e na Câmara, a nossa Bancada pode ajudar, junto com o senhor, Senador Figueiró, a coordenar isso, para que possamos ver quais são as etapas, onde estão os gargalos.

Eu estive com o sindicato dos transportadores, Heitor – vocês fizeram aquela expedição –, e eles estão entusiasmados. Há também a saída pelo Porto de Conceição, e uma coisa não inviabiliza a outra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VANDER LOUBET (PT – MS) – Exatamente. Aqui há exposição. Eu não vi a do Heitor, mas a de Porto Murtinho eu conheço profundamente. Ela se junta lá na frente.

Então, o que é mais importante? São iniciativas, são ações como essa de trazermos as equipes técnicas e envolvermos o Itamaraty, o Ministério da Fazenda, a Receita Federal, o Governo do Estado através da Secretaria de Obras, as prefeituras, toda a classe política do Estado, para que possamos, o mais rápido possível, ir buscando e construindo, porque isso vai ser construído, como vem sendo feito, tijolo por tijolo. Não é com varinha mágica que se viabiliza isso. Eu acho que é cada um de nós fazendo a nossa parte.

Eu percebo que existe hoje um compromisso e um entendimento político de todas as correntes partidárias, de todos os partidos, de todos os candidatos, lá no Estado, no sentido de viabilizar esse corredor. Para o nosso Estado, para o Centro-Oeste, é estratégica a saída pelo Pacífico, pelas condições que já foram colocadas aqui com muita propriedade, pelos números mostrados pelo Prefeito Jorge Soria e também pelos dados e pela apresentação do Heitor, que já tinha me mostrado a apresentação que ele iria fazer.

Então, eu quero me colocar à disposição. Vejo que a Bancada toda… Acho que o senhor é um símbolo para nós, como Senador, uma pessoa que tem uma história política bonita lá no Estado. Estou muito orgulhoso de poder vir aqui e agora, como Coordenador da Bancada, participar desta audiência pública.

Quero me colocar à disposição e tenho certeza de que, se for o Delcídio o nosso candidato… Estou aqui. Ele pediu para eu falar também. Ele não veio do Estado, está lá cuidando da campanha e deve chegar hoje à tarde, mas ele pediu para falar que tem esse compromisso também na viabilização desse corredor, porque isso é bom para o nosso Estado, isso é bom para o Centro-Oeste e isso é bom para o Brasil. Então, quero me colocar à disposição. Acredito que, na Bancada, podemos ajudar a coordenar isso com o senhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Muito grato, eminente Deputado Vander Loubet, Coordenador da nossa Bancada, que traz um reforço político importante, para que nós possamos incentivar, junto ao Governo Federal, essa ideia que não é só nossa, é da Sul América.

Eu me permito oferecer a palavra agora ao Sr. Dr. João Batista Lopes Filho, que aqui representa a Secretaria de Obras Públicas e de Transportes, hoje dirigida pelo eminente Deputado Federal Edson Giroto. V. Exª tem 20 minutos para sua explanação, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. JOÃO BATISTA LOPES FILHO – Sr. Senador Figueiró, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, neste momento; Senador Moka, que aqui esteve presente; nossos Deputados Federais Vander Loubet, Geraldo Resende, Akira Otsubo; vereadores de Porto Murtinho; Deputado Reinaldo Azambuja – desculpe-me, Deputado; representantes dos países coirmãos; à Mesa, o Prefeito Heitor Miranda dos Santos, Prefeito de Porto Murtinho; Jorge Soria, Prefeito de Iquique; e o João Carlos Parkinson de Castro, Coordenador-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul no Ministério das Relações Exteriores.

Senhoras e senhores, inicialmente eu pediria escusas ao distinto público, em nome do Giroto. Efetivamente, em cima da hora, ele me pediu para vir, porque ele tentou até o último momento estar presente hoje nesta audiência, mas infelizmente não deu, e pediu que estendesse, Presidente, a todos, as desculpas pelo não comparecimento.

Nós vamos abordar a importância da rota bioceânica, principalmente para a economia do Centro-Oeste, e vamos começar falando um pouco sobre a Região Centro-Oeste brasileira. Ela está localizada no centro geodésico da América Latina. Isso significa que tem uma importância logística muito grande para a integração do continente, e é uma região grande produtora e exportadora de grãos e de carnes. Só isso já mostra a importância dessa rota bioceânica para a nossa economia, para a nossa região. A região é composta por Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Brasília.

Goiás tem uma pecuária como maior setor da economia. É o terceiro maior rebanho de gado do Brasil. Produz leite, carne, couro e tem uma indústria automotiva em desenvolvimento. Hoje, tem a Hyundai, a Mitsubishi e a Suzuki.

Mato Grosso: agricultura e pecuária se sobressaem na economia. É exportador de grãos, tendo a soja como principal cultivo e produto de exportação. Tem oito Municípios entre os dez mais ricos, que são responsáveis por 65% das exportações da Região Centro-Oeste. No País, no contexto do Brasil, o Mato Grosso é o segundo maior exportador de grãos.

Mato Grosso do Sul, nosso Estado, é um Estado fronteiriço com o Paraguai, a Bolívia e com os grandes centros brasileiros: São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Então, isso representa uma condição excelente de logística que tem de ser explorada.

Nossos governantes têm que entender e têm que ver o Estado do Mato Grosso do Sul como um Estado importante para a logística de toda a América Latina. É uma economia focada na produção rural e na agropecuária. O Estado possui um dos maiores rebanhos bovinos do País e é grande exportador de carne. Pela sua localização geográfica e por sua elevada capacidade de produção, o Estado possui importância na ligação dos Oceanos Atlântico e Pacífico.

E temos aqui o Distrito Federal, Capital da República, com 91% da sua economia baseados na prestação de serviços; 40% dos moradores da Capital trabalham no serviço público. Então esse, de um modo geral, é o quadro da economia do Centro-Oeste brasileiro.

A renda *per capita* da Região Centro-Oeste é muito importante. Em relação ao Brasil, ela tem três Estados que estão acima da média brasileira e um Estado que é o décimo, que seria o Mato Grosso, está muito próximo de chegar lá. Então, nós temos o primeiro, que é o Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso; respectivamente, primeiro, oitavo, nono e décimo, com relação à renda *per capita* em relação ao Brasil.

Hoje, o Produto Interno Bruto da Região Centro-Oeste já representa 9,56% do PIB nacional. Ou seja, nós estamos em franco crescimento e precisamos realmente da rota bioceânica para exportarmos, escoarmos as nossas exportações.

A balança comercial brasileira, só para vocês terem uma ideia. Aí está a curva de importações e de exportações. A curva brasileira está sempre crescendo; tanto um quanto o outro, tanto a exportação quanto a importação.

Quanto aos maiores, vemos aí que a Ásia é o maior mercado exportador dos nossos produtos. China, Japão, Coreia do Sul, Índia, Vietnã e outros países asiáticos são os principais mercados dos produtos da Região, da nossa Região, da Região Centro-Oeste. O principal bloco econômico das exportações brasileiras é a Ásia, com 33,9% de participação.

São importantes esses dados do mercado econômico, do mercado de comércio exterior, porque eles mostram a importância que a integração, a rota bioceânica tem na economia do nosso País e principalmente de nossa Região.

O Centro-Oeste, de 1998 até 2013, iniciou com 2%… Ele representava 2% das exportações brasileiras no contexto todo. Hoje o Centro-Oeste representa quase 12%. Então, em 15 anos, o Centro-Oeste, que representava somente 2% das exportações do Brasil, hoje representa já aproximadamente 12%. E o Estado de Mato Grosso do Sul, que representava muito pouco, menos de 0,5%, hoje já é responsável por mais de 2% das exportações brasileiras.

Isso reflete realmente a importância cada vez maior da nossa Região na economia brasileira.

Aqui, é o mesmo caso das exportações: é sempre crescente e se tornando cada vez mais importante dentro da economia brasileira.

Os mercados exportadores do Centro-Oeste que temos são os países asiáticos e também são os mercados exportadores de carne, tanto de soja quanto de carne. São esses os mercados que temos.

Quanto às rotas, aos deslocamentos marítimos para a Ásia, que é o maior mercado exportador do Centro-Oeste, nós temos Santos, indo a Xangai através de Punta Arenas, que dá 21.850, se formos direto, se sairmos de Santos e formos direto para Xangai. Há a de Santos a Xangai através da Cidade do Cabo, que seria aquele mapa ali, com 20.651. Se tivermos uma rota a partir de Iquique, no Chile, nós economizaremos: temos aí 18.400 quilômetros. Ou seja, as distâncias entre Santos e Iquique diferem de poucos quilômetros, se houver uma ligação direta, porém a grande questão nossa, que queremos ressaltar aqui, são as dificuldades logísticas atuais dos portos brasileiros, que encarecem os fretes, atrasam a entrega dos produtos a serem importados.

Então, vamos dar uma analisada na estrutura produtiva, na capacidade de armazenamento e escoamento da produção no Brasil.

Hoje, a situação é esta: a capacidade de armazenagem está aquém das necessidades. Hoje temos um déficit de armazenagem de grãos de mais de 40 milhões de toneladas por ano. Isso é uma estimativa da Conab.

Os silos brasileiros terão capacidade para armazenar 146 milhões de toneladas, e a produção, a safra de 2013/2014 deve alcançar 90 milhões de toneladas. Ou seja, os nossos armazéns, a capacidade de armazenamento nossa está muito aquém da capacidade de produção do nosso campo. Isso é um problema.

Além disso, há instalações inadequadas das unidades existentes, a localização dos armazéns e silos é bem distante dos locais de produção; e o mercado, tanto o interno quanto o externo, cada vez mais se torna exigente quanto à qualidade do produto e outras questões, por exemplo, ligadas à segurança alimentar, à sanidade vegetal e animal.

É importante que o produto chegue o mais rápido possível ao mercado exportador.

Bem, outros problemas que nós temos seriam o congestionamento nas estradas, nos portos, pátios de recepção de mercadorias, longas filas de caminhões nos períodos pós-safras. A preocupação com preço e a deficiência no armazenamento e escoamento os acompanham.

Nós sempre falamos, na logística do agronegócio, que o armazenamento e o escoamento são pontos cruciais. Então, precisamos resolver isso.

Quais as alternativas que a gente está buscando? O que existe e o que a gente está buscando para sair desse dilema que nós temos, hoje, com relação aos portos brasileiros?

Hoje, nós temos duas alternativas: uma rota partindo de Cuiabá, e essas rotas coincidem, hoje, em Cochabamba, indo para os portos do Chile – Arica e Iquique.

Foi feita uma expedição de empresários do Estado de Mato Grosso do Sul para verificar o estado da rota passando pela Bolívia e, aí, nós identificamos, nessa caravana de 60 empresários, algumas questões que estão preocupando esses empresários quando essa rota for utilizada.

Você vê que as estradas são estreitas, geralmente são bastante íngremes; você tem comércio em alguns pontos dessas estradas, em plena pista; uma dificuldade de combustível por falta de postos de gasolina nas estradas; uma necessidade de transporte de combustível de qualidade, porque o diesel que se usa naquele país, na Bolívia, no caso, não é de boa qualidade e ele termina por contaminar os motores dos nossos veículos, que já estão usando um diesel de melhor qualidade. Em alguns trechos, realmente, as condições das estradas são boas, mas você tem muito problema, também, de animal na pista.

Então, pensou-se em algumas saídas alternativas. Uma das saídas, principalmente partindo de Campo Grande, seria essa que a gente mostrou, essa caravana: Corumbá, Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e foi até Iquique e Arica. Uma outra saída seria essa saída de Corumbá, passando por Porto Murtinho, chegando em General Mariscal, entrando na Bolívia e indo até Iquique, através de Villamontes.

Esse trecho de Porto Murtinho até Mariscal é um trecho que não tem asfalto, mas há um compromisso do governo paraguaio e, assim que a ponte sobre o Rio Paraguai, em Porto Murtinho, estiver pronta, eles garantem que essa estrada estará totalmente asfaltada.

Então, usando um pouco os mapas do Prof. Jorge Soria, que é um especialista em logística na América Latina, principalmente nesse corredor bioceânico, prefeito de Iquique, nós vislumbramos algumas alternativas, até mesmo para que a produção não caia no problema que nós temos hoje: você, hoje, no Brasil, tem poucos portos para exportação das nossas mercadorias. Então, as alternativas que são vistas aí, a partir de Campo Grande, Maracaju, Porto Murtinho, daí, iria a Villamontes.

Uma outra coisa que a gente gostaria de colocar é que, nessa caravana, foram identificados muitos problemas com a aduana boliviana. Então, levou-se mais de cinco horas para a liberação da documentação.

Uma alternativa seria partir do Paraguai e daí poderia entrar na Bolívia e ir até Iquique e Arica; ou fazer o contorno da Bolívia, entrar na Argentina e daí, então, partir para… Falta pouco, porque, na verdade, para chegarmos… Isso por via rodoviária. As vias ferroviárias também estão dependendo muito pouco, como o Prof. Jorge falou aí. O corredor, que é a Rota Bioceânica, que vai atender ao Centro-Oeste brasileiro está quase pronto. Falta um pouco mais. Acredito, Senador Figueiró, que, com um pouco de vontade política, as coisas vão ser resolvidas de maneira imediata. É muito importante para nossa economia, porque hoje, atualmente, o custo do transporte das nossas exportações pesa bastante no item total.

Aqui estão outras rotas alternativas, que nós tiramos a partir da exposição do Prof. Jorge Soria.

E aonde nós queremos chegar? Os portos que estão no Chile à nossa disposição. Há o Porto de Arica, que tem uma capacidade realmente muito pequena para o nosso anseio, mas, de qualquer jeito, hoje, ele opera com capacidade ociosa de quase 50%, ou seja, pode ser uma alternativa para nossas exportações. E há o que consideramos a grande estrela que é o Porto de Iquique. O Porto de Iquique – o Prof. Jorge está aí – é um porto com maior calado e com uma necessidade menor de investimentos; tem áreas de apoio maior que o Porto de Hong Kong, que movimenta milhões de contêineres por ano, ou seja, armazenamento não será problema. Existe um projeto de construção de uma rota de acesso ao porto. Aliás, o porto está melhor conectado internacionalmente. O Porto de Iquique é a cidade com as melhores conexões internacionais, já que a região norte do Chile é a única da América do Sul que contém quatro corredores, rodovias, ferrovias e que combinou hidrovias e aeroporto com a pista maior do país, que permite chegar à América Latina praticamente toda.

Este é o Porto de Iquique. O Prof. Jorge Soria é o maior divulgador desse porto. E realmente é um porto que tem todas as qualificações…

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA LOPES FILHO – … para receber as nossas exportações.

Para finalizar, nós gostaríamos de falar, em relação ao Brasil, o que precisamos fazer para iniciar a integração da Rota Bioceânica: construção da ponte sobre o Rio Paraguai, no Município Porto Murtinho. Segundo cálculos do Governador André Puccinelli, essa ponte é em torno de 250 metros. No Paraguai, o asfaltamento da rodovia que liga a cidade de Porto Murtinho a cidade de Filadelfia, já prometido pela Presidência do Paraguai, desde que a ponte esteja concluída. O Prefeito Heitor tem consciência disso. Na Argentina e no Chile, principalmente no Chile, são obras de melhoria dos portos, mas muito poucas. Esses portos estão nas mãos da iniciativa privada, que tem grande interesse em ter o fluxo de exportação dos nossos produtos nos seus portos.

Era isso que nós gostaríamos de falar.

Em nome do Giroto, peço, mais uma vez, desculpas.

Alerto aqui, Presidente Figueiró, para a importância logística da integração sul-americana através da nossa região, passando pelo Paraguai, pela Bolívia, pela Argentina, chegando ao Chile.

Agradeço aos senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Esta Comissão, Sr. João Batista, agradece profundamente as informações preciosas que prestou. E também eu desejo que V. Sª transmita ao Sr. Secretário Giroto os nossos agradecimentos pela presença da Secretaria através de sua pessoa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/ PSDB – MS) – Antes de conceder a palavra ao representante do Ministério das Relações Exteriores, eu gostaria de conceder a palavra ao Deputado Federal Reinaldo Azambuja, que precisa se retirar para atender compromissos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, da mesma forma, se V. Exª puder nos conceder a palavra após o nobre Deputado, eu ficaria muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/ PSDB – MS) – V. Exª tem toda franquia aqui nesta Comissão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/ PSDB – MS) – Será com muita honra que nós o ouviremos logo a seguir.

Com a palavra o Deputado Reinaldo Azambuja.

O SR. REINALDO AZAMBUJA (PSDB – MS) – Quero cumprimentar o Senador Ruben Figueiró, que preside esta Comissão.

Pela importância dessa discussão da rota bioceânica, cumprimento os prefeitos: Heitor, Prefeito de Porto Murtinho; Dr. Jorge Soria, Prefeito de Iquique. Cumprimento João Carlos, representante do Ministério das Relações Exteriores; e João Batista, que representa aqui o Governo do Estado, a Secretaria de Obras Públicas,

representando o Giroto, nosso secretário, e o Governador André Puccinelli. Cumprimento também o prefeito de Cassilândia; o Senador Pimentel; nosso Deputado Akira e os Deputados que já estiveram aqui.

Digo da importância, Senador, dessa discussão sobre essa rota bioceânica. Nós sabemos da competitividade – principalmente da produção e dos produtores brasileiros – da porteira para dentro. Nós somos hoje, de longe, no País e no mundo, aqueles que têm o maior índice de produtividade e competitividade para produzir alimentos. E hoje, o grande gargalo nosso é justamente a logística de fazer não os nossos produtos primários chegarem aos portos, mas sim os nossos produtos industrializados, aumentando a nossa competitividade.

O Brasil não deve ser um país exportador de *commodities*, nós devemos ser um país exportador de matéria-prima já industrializada, porque isso agrega valores à nossa produção e gera oportunidades dentro do nosso País como um todo.

Essa rota bioceânica... Heitor é uma pessoa que há anos discute isso. Nós precisamos realmente de ações governamentais efetivas para viabilizar isso. A integração dessa rota é fundamental não só para Mato Grosso do Sul e Centro-Oeste, mas para o País. E o estudo feito – Heitor acompanhou – de todas as federações: Federação das Indústrias; Federação do Comércio; Federação da Agricultura do Centro-Oeste, que chama Centro-Oeste Competitivo, mostra claramente que viramos as costas para o Pacífico.

Nós estamos fazendo nossa integração logística, essa própria Ferrovia Norte-Sul, que sai do Porto de Santos, vem a Panorama, Brasilândia, Nova Andradina, Dourados, Maracaju, e que vai até Porto Murtinho, é fundamental como eixo de integração nossa no País. Mas não olhando a saída pelo Porto de Santos e sim adentrando o Paraguai e a Bolívia, para levar essa rota bioceânica.

E também a outra rota de ferrovia que está no traçado, inclusive, no programa de ferrovias do Brasil, é a Ferroeste, que vem de Paranaguá, Cascavel, Mundo Novo, Dourados, e também faria interligação. E a própria rede ferroviária federal, que tem o traçado já cortando até Ponta Porã, ali na divisa com o Paraguai.

O que nós precisamos dos nossos governos? Aí o Senado tem uma importância muito grande nisso. Realmente, nós temos pressa! O setor produtivo brasileiro não aguenta mais. Nós demoramos muito tempo na discussão principalmente do modelo para o qual iríamos trazer a iniciativa privada.

Para essas concessões ou privatizações, que para mim é a mesma coisa, nós precisamos correr contra o tempo e fazer com que os financiamentos... Existem muitos. Eu vejo que o Brasil recentemente financiou um porto em Cuba com dinheiro do BNDES, gastando mais de US$1 bilhão. Nós poderíamos ter usado esse US$1 bilhão num eixo de integração, nessa rota bioceânica, porque seria fundamental para aumentar a competitividade das exportações brasileiras e fazer essa integração da saída.

Hoje 55% das exportações do Mato Grosso do Sul são para os países asiáticos. E nós estamos saindo via Paranaguá, via Porto de Santos.

Então, isso é um contrassenso. Isso tem encarecido enormemente e tirado a nossa competitividade totalmente do setor produtivo do Estado.

Eu vejo hoje que essa discussão aqui é fundamental. Esses eixos de ligação e de integração aqui precisam realmente do Ministério das Relações Exteriores – aqui está o João – para termos essa integração da América do Sul. Cada país tem a sua responsabilidade nessa interligação. Eu vejo o Jorge. Nós já tivemos outros contatos.

Isso é muito importante para a competitividade na economia brasileira. Só Mato Grosso do Sul… Pegando ali da Região Norte, da Região Leste até a Região Sudoeste, Porto Murtinho, nos estudos que a Embrapa terminou esses dias, nós temos nove milhões de hectares de pastagens degradadas que podem ser inseridas no processo produtivo de grãos, de carne, de madeira, de borracha, e outras atividades econômicas que dariam praticamente a capacidade de Mato Grosso do Sul multiplicar por seis a sua produção atual.

Então, eu vejo isso como um ativo para o nosso País, porque nós temos, no mundo, mercados abertos para ter e receber os produtos produzidos no nosso País, e principalmente ali, falando especificamente em Mato Grosso do Sul. Agora, o que tira totalmente a nossa capacidade de competir é a logística. Nós estamos perdendo esse jogo. E acho que aqui essa discussão e com certeza os resultados são importantes.

Falando hoje como candidato ao Governo de Mato Grosso do Sul, nós temos o Mato Grosso do Sul; e os governos que passaram fizeram a sua parte, na questão logística estadual, das integrações entre as regiões; e tem havido avanço em alguns segmentos. Agora, nós precisamos muito dos olhos do Governo Federal.

São obras importantes, são eixos importantes de ligação com outros países, e nós precisamos desmistificar e deixar de olhar que a saída que vai dar a competitividade… Isso não sou eu que estou dizendo. Todos os estudos que foram feitos – o Heitor acompanhou lá na Federação das Indústrias – mostram que a nossa saída é pelo Pacífico, e nós viramos as costas a isso. Nos últimos anos, nada foi feito para viabilizar essa rota de integração.

Então, eu vejo que nós precisamos correr contra o tempo, porque o tempo hoje é realmente um fator, nessa economia globalizada, que tem tirado a competitividade do Brasil em vários segmentos, por conta de logística. E nós precisamos avançar nisso.

Eu quero até pedir licença aos palestrantes. Eu estou acompanhando agora o nosso candidato a Presidente na CNA, porque tenho certeza de que lá na Confederação Nacional da Agricultura, os três candidatos que irão ali hoje, a Presidenta Dilma, o Eduardo e o Aécio, vão tocar nesse ponto que é crucial para o desenvolvimento do nosso País.

E nós da Região Centro-Oeste, com o Senado da República, a Câmara Federal, temos que realmente voltar os olhos do Governo brasileiro para essa rota de integração. Nós estamos planejando e pensando as nossas saídas pelo Atlântico; e todos os estudos das pessoas mais qualificadas do Brasil que fizeram o traçado e trabalharam a questão logística mostram que nós temos que sair pelo Pacífico. E nós precisamos urgentemente dessa ligação dessa rota bioceânica.

Então, quero parabenizar, Senador, pela iniciativa, que é fundamental principalmente para o nosso Mato Grosso do Sul, porque vai aumentar a nossa competitividade.

O Heitor sabe. Os chineses estão instalando, em Maracaju, uma fábrica de transformação de milho em dez subprodutos e proteínas que vão ser exportados para a China. Qual é a grande angústia dos chineses ali hoje? A viabilidade para Porto Murtinho, para fazer a ligação e o escoamento da produção.

Então, isso mostra realmente o potencial que nós temos para fazer essa rota inversa do que foi feita nos últimos anos, porque todos os governos que ai passaram olharam sempre a saída pelo Atlântico, por Paranaguá e por Santos, deixando de olhar essa rota alternativa que seria para nós a melhor, com a maior competitividade para todo o setor produtivo da Região Centro-Oeste.

Então, quero parabenizar pela iniciativa e me desculpar por não poder ficar até o final desta audiência, porque eu vou acompanhar o nosso candidato lá na CNA.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Permita-me dizer, eminente Deputado Reinaldo Azambuja, que o depoimento de V. Exª é de extrema importância, porque, além dos conhecimentos que V. Exª tem a respeito do assunto – e o demonstrou na sua exposição –, V. Exª está para assumir uma grande responsabilidade que o povo lhe poderá conceder, elegendo-o governador do Estado.

Da mesma forma, o Senador Delcídio do Amaral, também comprometido com esse compromisso, fala da importância que nós teremos nos próximos anos de concretizar esse grande ideal que é nos voltarmos para o Oriente, para o Pacífico, que é o grande caminho para o desenvolvimento não só dos países vizinhos, mas, mui especialmente, do nosso Brasil, com destaque especial do Mato Grosso do Sul.

Agradeço profundamente a exposição de V. Exª e o compromisso que faz, se eleito governador, de dar a mão preciosa do governo do Estado para conseguirmos concretizar esse grande ideal.

Muito obrigado pela presença de V. Exª.

Eu concedo a palavra…

Antes me permita, Senador, destacar aqui a presença do Prefeito de Cassilândia, do leste de Mato Grosso do Sul, o Sr. Carlos Augusto da Silva.

Excelência, eu vou conceder a palavra.

Quero dizer a V. Exª que é privativo para os Parlamentares.

Com a palavra, o eminente Senador José Pimentel, que é, quero ressaltar, o Líder do Governo no Congresso Nacional. A sua presença aqui é uma demonstração mais do que evidente que o Governo da Presidente Dilma tem especial interesse em dar apoio a essa nossa iniciativa, a iniciativa da Comissão de Infraestrutura do Senado da República.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nobre Senador Ruben Figueiró, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência pública, porque permite dar conhecimento a toda a sociedade brasileira da importância desse corredor de escoamento da nossa produção e a integração da América do Sul em torno desse projeto.

Quero registrar também que, de 2005 para cá, o Brasil pôde iniciar um processo de planejamento de investimento na sua infraestrutura e de fazer parceria com os países com quem tem uma relação mais identificada, que permitam escoar a nossa produção e, ao mesmo tempo, vendê-la.

Se nós voltarmos até 2005, o Brasil não poderia estar discutindo nada disso aqui, porque o Fundo Monetário Internacional não permitia que o País aportasse um centavo, fruto da nossa falência. Em 98, nós não conseguimos fechar as nossas contas públicas e tivemos que recorrer ao Fundo Monetário Internacional pedindo um empréstimo. Em 2002, novamente o Brasil não conseguiu fechar as suas contas públicas e teve que recorrer ao Fundo Monetário Internacional, pedindo mais dinheiro para poder fechar o exercício de 2002. Nesse período, nós estávamos com todas as nossas contas externas estagnadas, impedindo o País de fazer qualquer empréstimo novo.

Em 2003, a nossa reserva internacional era da ordem de US$31 bilhões, e a nossa dívida com o Fundo Monetário era de US$15,8 bilhões, ou seja, a reserva internacional era em torno de US$15 bilhões. Hoje, ela está acima de US$370 bilhões. É por isso que nós podemos, nesse momento, nosso nobre Senador, fazer esse debate com perspectiva de sermos atendidos.

Se nós observamos a dívida com o Fundo Monetário Internacional, liquidamos toda até 2005 e, hoje, somos credores do Fundo Monetário. E não só credores, estamos criando um outro banco para atender cinco países que têm 42% da população do mundo, que é a Rússia, a China, a Índia, a África do Sul e o nosso País. Estamos discutindo com a Turquia e a Argélia a vinda desses dois outros países também para o bloco dos BRICS, nesse debate internacional. E fazemos isso por ter clareza da defesa dos interesses do nosso País e para escoar a nossa produção.

Mérito da nossa Embrapa, mérito do agronegócio brasileiro, mérito dos empresários rurais da agricultura familiar, nós somos, hoje, o segundo maior produtor de grãos do Planeta e construímos um Código Florestal acordado, com muito trabalho. V. Exª, nobre Senador Ruben, acompanhou esse debate de perto, ao lado da Bancada do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de todo o Território nacional. Construímos um novo marco regulatório para o mundo da agricultura e queremos ser, até 2030, o maior produtor de grãos do Planeta, tendo a melhor preservação ambiental. Para isso, precisamos investir em infraestrutura, que é o que estamos fazendo.

O porto em Cuba é privado, não é público. Tem um consórcio que fez o empréstimo para viabilizá-lo. E não é à toa que a China está construindo outro porto ao lado do porto privado dos empresários brasileiros. O que o Governo brasileiro fez foi um empréstimo a esses empresários, que entendem que é um bom negócio e resolveram construir esse porto. Se fosse um mau negócio, a segunda maior economia do Planeta não estava construindo, neste momento, um porto ao lado.

Portanto, esse discurso, que é um contra o outro, não é dessa forma que entendemos. Nós entendemos que precisamos ter um projeto que defenda os interesses do nosso País, dos nossos produtores e dos nossos brasileiros e não temos nenhum preconceito em firmar comércio com qualquer país do Planeta. Isso são negócios para alavancar a nossa economia. E é isso que estamos fazendo. Fazemos acordos com os Estados Unidos há muito tempo e continuamos. Fazemos acordos com o Mercado Comum Europeu e continuamos. Estamos intensificando a nossa presença no continente asiático, tendo os parceiros prioritários. É isso o que o Brasil está fazendo. O nosso Itamaraty, os nossos Embaixadores são aqueles que, na linha de frente, fazem esse debate primeiro para, depois, firmarmos os acordos, as convenções, os tratados de interesse mútuo.

Portanto, esse projeto é muito importante. O Governo já vem discutindo. Esperamos, no PAC 3, no Programa de Aceleração do Crescimento, que o Brasil vai aprovar com a participação do nosso Congresso Nacional, que essa logística, esse planejamento possa ser incluído. Estamos concluindo nosso PAC 2 agora, em 2014 – já está muito próximo de concluí-lo –, e vamos elaborar para os próximos quatro anos outro plano de investimento consistente para que esteja dentro do Plano Plurianual e seja desdobrado no Orçamento, tendo clareza de que, para esse plano ser viável, é preciso ter a participação do Estado nacional – é verdade –, mas também da iniciativa privada e a parceria com os países outros que integram esse processo.

Portanto, quero aqui parabenizar V. Exª pela oportunidade deste debate, desta audiência pública, em que traz para o Congresso Nacional e para a sociedade brasileira a importância, a logística que representa o que aqui estamos discutindo. Mais uma vez, meu abraço.

Também terei que me retirar, porque estamos, na Comissão de Constituição e Justiça, ouvindo uma próxima Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, e já me chamaram para ir lá ajudar. Por isso, peço permissão a V. Exª, que conheço e sei do seu compromisso com o Mato Grosso do Sul e com o Brasil. Parabéns pelo trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Eminente Senador José Pimentel, V. Exª, com seu pronunciamento, deu o ponto alto nesta reunião com a intenção do Governo Federal de encampar essa ideia extraordinária que os dois eminentes Prefeitos aqui ao meu lado – Prefeito de Iquique e Prefeito de Porto Murtinho – vêm lutando por muitos anos. Eu tenho certeza de que, com as suas palavras e o seu compromisso, o Governo da Presidente Dilma há de incluir esse programa no PAC 3, que será, sem dúvida nenhuma, um dos mais auspiciosos acontecimentos da política do Brasil com relação aos países irmãos da América Latina.

V. Exª tem o meu respeito e tem também os meus aplausos pelo que afirmou aqui, porque a sua palavra é a palavra da Senhora Presidente da República. Tenha V. Exª, Sr. Prefeito de Iquique, esse compromisso do Governo brasileiro através da Liderança do Governo nesta Casa e no Congresso Nacional, Senador José Pimentel.

Muito obrigado pela presença de V. Exª, que nos honra nesta reunião.

Eu gostaria de oferecer a palavra ao Sr. Embaixador João Carlos Parkinson de Castro, para, como último debatedor, trazer a palavra do Ministério das Relações Exteriores sobre esse grande projeto de interligação

Atlântico-Pacífico, através de uma via que passa pelo território sul-mato-grossense, adentra o Paraguai, a Bolívia e também o Chile até o Porto de Iquique.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Bom dia a todos. Eu gostaria, em nome do Ministro Figueiredo, agradecer a oportunidade que me foi dada para transmitir a nossa experiência e demonstrar que estamos também engajados nesse processo de construção de um futuro que favoreça o Estado do Mato Grosso do Sul.

Efetivamente, um dos aspectos que caracterizam o momento que estamos vivendo é a necessidade de melhorar a logística. Foi dito por todos os presentes que, embora o Centro-Oeste seja um grande centro produtor de *commodities*, padece de uma logística, o que, infelizmente, penaliza o esforço do nosso agricultor e elimina a competitividade do produto nacional.

Isso é algo que, nas circunstâncias atuais, em que o mercado asiático não só se consolida como um grande mercado de destino para nossas exportações, mas apresenta também uma tendência que demonstra cabalmente que essa situação não é conjuntural; é permanente. Eu assinalaria esse fato, que é muito importante. Quer dizer, embora a China, a Ásia como um todo, seja o grande mercado de destino das exportações do agronegócio brasileiro, essa situação não vai mudar. Ao contrário, vai se aprofundar por algumas razões que assinalo.

Uma delas é o aumento da população mundial, obviamente; estamos caminhando, em 2010, para 9 bilhões de pessoas. Há o processo de urbanização crescente da China e da Índia; hoje a população chinesa urbana já supera os 50%, mas a da Índia só chega a 30%, o que demonstra que o segundo grande mercado para o agronegócio brasileiro será o mercado da Índia. Outro elemento importante é que também já identificamos sinais no caso brasileiro de aumento da renda *per capita* e da ascensão das classes médias no mundo inteiro.

Então, são fatores que apontam para um horizonte claro em que o agronegócio será uma atividade extremamente promissora e geradora de renda e trabalho para o Brasil.

Obviamente – isso também foi apontado aqui –, é lamentável que esse esforço do produtor se perca pelo caminho. Isso eu aponto com dados concretos.

Um frete rodoviário de uma tonelada de soja transportada de Sorriso até Paranaguá custa US$ 159 a tonelada, porque usamos o modal rodoviário, e, obviamente, devido à localização geográfica do Estado.

No caso, para o nosso principal competidor que são os Estados Unidos, o custo do frete para o escoamento da produção até o Porto de Mississipi é por via fluvial, o rio, e o custo do transporte da tonelada é de US$25. Ou seja, aí vemos o tamanho do nosso desafio.

E obviamente que o modelo logístico e a matriz de transportes brasileira tem de ser revista, em função não só da demanda e das tendências de crescente consumo que eu assinalei, mas também da necessidade de dar uma solução para o produtor, oferecendo uma logística mais competitiva e mais eficiente.

É nesse contexto que eu abordaria a conexão rodoviária bioceânica como uma solução. Não é a única. Existem outras soluções. Isso é importante e também já foi dito.

Os produtores do Mato Grosso, por exemplo, hoje exploram a chamada saída norte, utilizando os portos e soluções intermodais, o escoamento via Santarém, Itacoatiara, Pecém; a Vale, com a Vila do Conde; Itaqui. Portos de grande calado e com capacidade de receber navios de grande porte, como foi bem assinalado.

Obviamente, a duplicação do Canal do Panamá, que estará em vigor no próximo ano, só aprofunda a concorrência e a necessidade de darmos uma resposta rápida às demandas do setor produtor brasileiro.

Bom, os meus comentários vão centrar no que me foi pedido, que é comentar a conexão entre Porto Murtinho e Iquique, uma distância de aproximadamente 1.950 quilômetros.

O primeiro passo para assegurar essa conexão é a construção da ponte que ligaria Porto Murtinho a Carmelo Peralta. É uma ponte que terá uma dimensão de 2,5 quilômetros, a um custo aproximadamente de R$300 milhões.

O que eu gostaria de transmitir neste momento é exatamente como estamos no processo de construção dessa ponte.

O Itamaraty recebeu ontem, Senador, as primeiras sugestões de emenda do Ministério dos Transportes a um projeto de acordo com o Paraguai para a construção dessa ponte e devemos encaminhar para o lado paraguaio, acredito que já na próxima semana, uma proposta brasileira de acordo. A ideia é firmar o acordo relativo à construção da ponte em outubro próximo. Possivelmente, em fins de outubro, nós estaríamos em condições de assinar o acordo.

Bom, esse é o primeiro passo.

É uma ponte internacional e exige a celebração de um acordo. Esse acordo terá de ser referendado pelo Congresso. E aí é muito importante o apoio do Senador e da Bancada de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, de todo o Centro-Oeste, para que a tramitação seja o mais rápido possível.

Em seguida, convoca-se uma comissão mista. Deslancha-se o processo de licitação da ponte para a elaboração de um projeto básico, de um projeto executivo, e para a obtenção da licença ambiental. Uma vez concluído isso, parte-se para a licitação da obra. Então, estimamos que, num cenário favorável, possivelmente em um ano ou dois anos, já estejamos em condições de iniciar a obra.

Este é um aspecto também importante. Eu mencionei que o custo estimado em 2009 foi de R$300 milhões, e acordou-se com o lado paraguaio que os custos serão compartilhados em partes iguais, ou seja, 50% desses custos caberão ao lado brasileiro e 50%, ao lado paraguaio.

Bom, obviamente nós estamos falando de um corredor. Então, as ações têm que ser coordenadas. Não adianta construir uma ponte se, do lado paraguaio, não há uma sequência. Portanto, a ideia é que o governo paraguaio inicie a pavimentação desses 263km que ligarão Carmelo Peralta a Filadelfia.

A licitação, segundo me informou com a Embaixada do Paraguai, será realizada já no marco da nova lei, que é a 5.074, de 2013, que estabelece o regime de obras públicas, e tudo indica que deve ser licitada já no primeiro semestre.

A construção dessa obra está estimada também de três a quatro anos.

O estudo de viabilidade do projeto já estaria concluído.

Então, há uma convergência de tempos entre a conclusão da obra da ponte e da pavimentação. Obviamente, esse horizonte temporal pode ser acelerado na medida em que o interesse político dos dois países foque nesses dois projetos. O que é importante – eu ressalto – é uma ação conjunta do Poder Executivo brasileiro com o Poder Legislativo para acelerar a tramitação do futuro acordo e uma ação coordenada de diversas instâncias brasileiras, não só do Ministério das Relações Exteriores, mas também Planejamento e Fazenda, e das autoridades de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, conjuntamente com as autoridades paraguaias, para, na medida do possível, agilizar essas obras.

Bom, dando seguimento, haveria duas possibilidades para se chegar à fronteira de Pozo Hondo com a Argentina. Essa eu chamei de opção A, e a opção B eu assinalarei mais adiante.

A opção A também é denominada de Picada 500 pelas autoridades paraguaias. É a possibilidade da construção, da pavimentação – 102 quilômetros são pavimentados – de 221 quilômetros que ainda não estão pavimentados para se chegar à fronteira com a Argentina. Obviamente, isso é algo que está sendo analisado. As autoridades paraguaias estão examinando a viabilidade econômica, técnica dessa obra. Mas eu acredito que a opção B seja a mais interessante para os paraguaios no momento por uma razão que eu apontaria ser interessante.

Queiroz Galvão, empresa brasileira, está explorando, iniciando obras de exploração de petróleo, de prospecção de petróleo e gás em Dematteï. A possibilidade – e obviamente apostamos nisso, seria extremamente promissor para o Paraguai a descoberta de gás e petróleo na Região do Chaco –, se vier a ocorrer, obviamente estimulará a exação de investimentos nessa região, portanto privilegiando a opção B.

O outro aspecto também que é importante é a existência de colônias menonitas nessa região, e a produção de leite e carne em grande abundância.

Um fato também que é interessante, e isso só aproxima, eu diria, o Paraguai do Centro-Oeste, é que o Chaco está para o Paraguai assim como o Cerrado esteve para o Centro-Oeste, dando no que todos nós conhecemos, em termos de desenvolvimento pela Embrapa de sementes mais adequadas às condições climáticas, a elevada produtividade e, portanto, exploração de um potencial enorme que pode ser ainda explorado pelo Paraguai para aumento da sua produção agrícola, sobretudo soja.

Chegando a Pozo Hondo estamos então entrando já aqui na Argentina. São 132 quilômetros não pavimentados, sobretudo de Pozo Hondo a Tartagal, e 623 quilômetros pavimentados.

Esse é um ponto interessante, porque vimos pelas apresentações do prefeito de Iquique e também do prefeito de Porto Murtinho que existem outras opções. Essa não é a única.

Eu me foquei nela porque obviamente me foi pedido que abordasse a integração via Argentina, mas a integração via Bolívia é algo que tem que ser analisado.

Quais são as vantagens e desvantagens? Sem desmerecer a necessidade, a importância de estudos a esse respeito, apontaria algumas. Primeiro o fato de que obviamente a infraestrutura da Argentina já está praticamente estabelecida. São 132 quilômetros não pavimentados para chegarmos ao Paso de Jama, que depois vou comentar.

Outro elemento é a infraestrutura rodoviária. Nós vimos que a opção boliviana tem carências de combustível, tem carência de postos ao longo da rota, animais em pista, a sinuosidade da própria estrada. Então esse é outro elemento que estimularia a opção Argentina.

No caso da Bolívia, nós teríamos um trecho relativamente menor. Se escolhermos o que já foi assinalado aqui, a opção do corredor central, que é a menos penalizada pela topografia – portanto a inclinação seria me-

nos acentuada –, isso permitiria o uso de caminhões para o transporte de carga. Agora é importante também saber o seguinte: quando nós falamos de caminhões de transporte de carga, o governo boliviano impede o uso das suas rodovias por caminhões de cinco a sete eixos. A autorização para trafegar na Bolívia até o momento é para caminhões de três eixos, portanto de 30 toneladas.

Os maiores caminhões, de 35 toneladas, estariam, no momento, ainda impedidos de trafegar pelas rotas bolivianas.

Haveria também o problema do custo do combustível, a necessidade de haver, ao longo das rotas, como já assinalei, combustíveis específicos para os caminhões.

Então nós temos que analisar exatamente…

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – … essas diversas opções e ver qual é a que seria, do ponto de vista econômico, a mais interessante.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Sr. Embaixador, V. Exª não se preocupe, não. Pode usar da palavra pelo tempo que desejar. É muito importante o seu depoimento.

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – Muito obrigado, Senador, muito obrigado.

Bom, ao longo da cordilheira, na fronteira entre o Chile e a Argentina, existem mais ou menos treze passos. O Paso de Jama é um deles, que tem uma característica importante, que é o fato de ser o *paso* que apresenta, digamos, menos restrições climáticas para o tráfego de veículos ao longo do ano. Porque um dos grandes problemas – pegue, por exemplo, o Paso de Libertadores, o de Cristo Redentor, que, numa forte nevada, fica fechado durante um período – é que há problemas também de neblina. Então o Paso de Jama seria um dos mais usados pelos frentistas paraguaios. Apresenta uma boa infraestrutura e também condições climáticas favoráveis.

Existe um outro passo, por exemplo, que é o passo de Socomba, que é usado sobretudo para uma conexão ferroviária que estamos tentando também desenvolver.

Bom, ao ingressar no Chile, San Pedro de Atacama, Calama, aí há duas opções de chegar a Iquique, seja costeira, seja pelo altiplano.

Eu acho que também foi dito aqui, isto é importante: num investimento dessa natureza, em termos de construção de uma rota via oceânica, é muito importante ver onde essa rota vai desaguar. É importante que o porto tenha condições de escoar a produção. Não adianta, e isso é um problema que nós estamos enfrentando no Brasil: no momento em que a tendência atual é de utilização de navios com grande capacidade de carga, foram mencionados aqui o Triple-E, da Maersk, com 18 mil TEUs – temos barcos hoje também com grande capacidade de transporte de grãos, não só de contêineres –, esses barcos infelizmente não conseguem adentrar, por exemplo, o Porto de Santos, porque o calado é de 15 metros, havendo a necessidade de trabalhos constantes de dragagem.

O Porto de Iquique, portanto, desponta, dadas as condições, como um porto de águas profundas, um porto que estaria habilitado para receber carga a granel em grande capacidade para ser escoada para o mercado asiático. Então isso é um ponto muito importante, quer dizer, a capacidade portuária, a acessibilidade do porto e obviamente os ganhos logísticos que a solução que a gente vê ofereça aos produtores do Centro-Oeste.

Então, eu acho que o que é importante, e aí eu encerro meus comentários, primeiro, Senador, deixar bem claro – isso foi dito, e eu confirmo e reitero – a importância de que as soluções que venham a ser dadas, sejam quais forem, sejam rápidas, obviamente. O agricultor brasileiro não pode ser e continuar sendo penalizado como vem sendo. Ele é produtivo. Portanto, nós temos de assegurar para o produto que sai da porta da fazenda a melhor solução logística.

Obviamente, isso vai exigir também uma ação coletiva. O Executivo não pode, sozinho, estar empenhado em conseguir a melhor solução logística, quando vemos que há envolvimentos de outros países, necessidade de tramitação de acordos e, obviamente, também de escolhas técnicas. Essas escolhas técnicas sobre a melhor solução logística, elas não podem ser feitas dentro de quatro paredes. Elas têm de ser feitas em perfeita coordenação com os agricultores, com os Estados, com os países envolvidos, por meio de mecanismos que existem ou que venham a ser criados. Obviamente, o Cosiplan, que é o Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul, aborda essas questões. Mas eu acho que, paralelamente à Cosiplan, é importante que também se criem grupos de trabalhos específicos para que os atores e interessados nesses projetos se engajem em um esforço coletivo e permanente, porque, obviamente, é importante a atenção permanente dos governos, do setor privado, das entidades estaduais para que esses projetos avancem.

O desafio é grande. Vimos que há obras a serem feitas, investimentos a serem realizados, mas, com boa vontade, ações coletivas e uma coordenação em parceria com o Legislativo e o Executivo, como também com o envolvimento dos países interessados, nós poderemos chegar a prover nossos agricultores de uma boa solução logística dentro dos horizontes que a conjuntura internacional hoje nos impõe. Já não podemos perder

isto de vista: a conjuntura internacional é clara e não podemos perder tempo para dar uma solução logística a nossos produtores.

Com isso, agradeço a oportunidade e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Sr. Embaixador João Carlos Parkinson de Castro, eu creio que todos nós ficamos impressionados com o depoimento de V. Exª, que demonstra que o Ministério das Relações Exteriores tem perfeito conhecimento deste nosso grande objetivo que e a interligação dos Oceanos Atlântico e Pacífico.

Das palavras de V. Exª, que são preciosas, todas elas, eu me permito destacar uma: V. Exª ressaltou a importância da urgência. Nós não podemos esperar muito tempo. Há uma necessidade premente dessa interligação para os interesses econômicos e sociais do Brasil, como também de nossos irmãos do Paraguai, da Argentina, da Bolívia e do Chile, que nos oferecem, por meio da presença do Dr. Jorge Soria Quiroga, Prefeito de Iquique, uma oportunidade ímpar para que este nosso propósito se torne realidade.

Eu agradeço muito a contribuição de V. Exª e concedo a palavra ao Sr. Deputado Akira Otsubo, da representação de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados. Tem V. Exª a palavra.

O SR. AKIRA OTSUBO (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Senador Ruben Figueiró, para nós que somos sul-mato-grossenses é um orgulho tê-lo como representante no Senado, prestando um relevante serviço ao nosso Estado. Nós o conhecemos há muitos e muitos anos na militância política. O senhor já foi Deputado Estadual, Deputado Federal várias vezes e agora honra o nosso Estado como nosso Senador.

Prefeito Jorge, de Iquique, no Chile, é uma satisfação recebê-lo aqui no nosso País e tratar de um assunto tão importante, como a bioceânica pelo Pacífico, que está sendo discutido aqui.

Aqui quero também saudar o nosso representante do Ministério de Relações Exteriores; nosso Prefeito Heitor Miranda, nosso amigo e grande prefeito lá de Porto Murtinho; nosso representante aqui do Governador André, do nosso Estado, neste momento representando o nosso Secretário também, Deputado Federal Edson Giroto, João Batista.

Sr. Presidente, depois de ouvir aqui os palestrantes, lembro que nós, há muitos anos, já ouvíamos falar dessa alternativa. Faz 15, 20 anos que já se debatia essa questão. Naquela época, para nós era um sonho e hoje eu estou vendo que esse sonho já praticamente é uma realidade, vai acontecer e tem que acontecer, graças ao trabalho de pessoas interessadas, pessoas envolvidas nessa questão.

Só para falar do Estado de Mato Grosso do Sul, o qual nós conhecemos bem, Mato Grosso do Sul era conhecido antes pelo boi e soja. Hoje o nosso Estado já se transformou, mudou a economia do Estado de Mato Grosso do Sul. Hoje, Mato Grosso do Sul é a capital da celulose do mundo, o maior produtor de celulose do mundo. Nós temos duas indústrias de celulose funcionando no Estado de Mato Grosso do Sul, a Fibria e a Eldorado, e está para ser instalada mais uma indústria em Ribas do Rio Pardo, outro Município do Estado de Mato Grosso do Sul. Está para ser inaugurada a maior fábrica de fertilizante do Brasil, através da Petrobras, no Município de Três Lagoas. Todos esses produtos são para exportação. Oitenta por cento da produção de celulose está sendo exportada e todos eles precisam da logística para poder exportar.

O Senador conhece bem o Município de Cassilândia. E está aqui nosso Prefeito de Cassilândia, o Carlinhos. Cassilândia está se transformando num polo de desenvolvimento, vai ser a capital da borracha, vai ser o maior produtor de borracha do Brasil. Quer dizer, para tudo isso nós vamos precisar de apoio logístico. Então, Senador, esse trabalho não vai ser em vão, esse trabalho que V. Exª está fazendo aqui, com certeza, haverá de avançar.

Está aqui o Prefeito Heitor, que eu conheço muito bem, batalhador, lutador. Eu sei que ele sonhou muito com isso.

Nós não vamos estar aqui na Casa, com certeza, Senador Figueiró – V. Exª não é candidato à reeleição e eu também não sou candidato à reeleição como Deputado Federal –, mas nós vamos estar aplaudindo, nós vamos estar trabalhando. Mesmo não estando aqui dentro desta Casa, nós vamos ter a oportunidade de ver que as coisas estão avançando.

É claro que nós sabemos que não é fácil, porque não depende só da vontade de um país, depende de vontade de vários países e de vários governos, conforme disse o representante do Ministério. É preciso a participação do Governo Federal, do Senado, da Câmara dos Deputados, dos Governadores dos Estados envolvidos. Ou seja, é o conjunto, a parceria que vai trazer resultados. Quando é parceria, é claro que a coisa não é tão fácil, mas nós vimos que avançou-se muito, mas muito. Há dez, quinze ou vinte anos, para mim era um sonho quando se falava na bioceânica.

Eu estive uma vez com o Embaixador do Japão e nós falamos do desenvolvimento. Ele falou: "Olha, a saída para vocês é a bioceânica". Isso já faz quase quinze, vinte anos. Eu me lembro bem, inclusive, de ouvi-lo

falar: "O Japão, se for convidado, vai ser parceiro. Nós vamos ser parceiros porque nós temos interesse. Nós temos muito interesse nisso, e a saída para vocês vai ser realmente essa alternativa".

Então, Senador, eu quero aqui, apenas para concluir, parabenizá-lo pelo trabalho de V. Exª. Pelo tempo em que nós estivermos aqui na Câmara dos Deputados, nós estaremos à disposição, vamos trabalhar juntos.

Quero cumprimentar também e agradecer pela presença o Prefeito, que está aí batalhando, transformando o Município dele com uma atividade econômica diferente, que está servindo para transformar toda a região, não só o Estado de Mato Grosso do Sul, mas também Goiás, Minas e o Estado de São Paulo, porque são Estados vizinhos também ao Município de Cassilândia.

Parabéns aos palestrantes e a todos que estiveram participando desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Deputado Akira Otsubo, nós nos conhecemos há muitíssimos anos. As expressões de V. Exª representam, realmente, um sentimento que V. Exª agasalha há tantos e tantos anos. Eu gostaria de ressaltar, das expressões de V. Exª, aquela que trata do desejo do governo japonês de participar também desse projeto.

É muito importante, Sr. Embaixador, que V. Exª note essa disposição do governo japonês, porque as nossas relações comerciais com o Japão vêm crescendo de forma geométrica, e nós não podemos deixar de reconhecer o interesse de seu governo de estreitar ainda mais essas relações, inclusive com a aproximação territorial que vai ser possibilitada pela estrada que nós pretendemos implantar. Talvez ainda nos próximos dez anos isso possa se tornar realidade. Talvez em muito menos. Se depender da disposição do Ministério das Relações Exteriores, ela será muito mais curta do que desejamos.

Muito obrigado a V. Exª pela sua valiosa contribuição.

Eu consulto aqui os eminentes representantes das Embaixadas do Paraguai e do Chile se desejariam manifestar opinião. (*Pausa.*)

Srª Diplomata Helena Concepción Felip Salazar, tenha V. Sª a palavra.

A SRª HELENA CONCEPCIÓN FELIP SALAZAR (*Tradução por profissional habilitado.*) – Primeiramente gostaria de agradecer o convite para participar dessa reunião, que realmente foi muito importante. Acredito que os representantes que falaram tocaram em diferentes pontos no aspecto não apenas da infraestrutura, mas também do comércio e do futuro que tem a rota até o Pacífico. Neste momento, estamos trabalhando juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, principalmente para tratar não só da integração rodoviária, mas também de uma integração ferroviária, e esses projetos de infraestrutura que foram mencionados – principalmente a Ponte de Carmelo Peralta a Porto de Murtinho – estão entre as maiores prioridades que o governo do Paraguai tem neste momento.

Como bem disse o Ministro Parkinson, o Paraguai propôs o cofinanciamento daquela ponte, diferentemente do que ocorre com a construção da segunda ponte sobre o Rio Paraná, cujo financiamento é de exclusividade do Governo do Brasil. Nesse caso, o Paraguai optou por um sistema de cofinanciamento devido ao caráter prioritário dado a essa obra de infraestrutura. Além disso, como também já foi comentado, existe o interesse nas obras complementares viárias que precisam ser feitas, principalmente nas estradas que passarão através da Bolívia. Nesse sentido, eu gostaria de expressar que nós acreditamos que isso promoverá o crescimento da região. A região paraguaia que está nas proximidades de Carmelo Peralta é uma região de alta produção agropecuária. Aí estão as colônias menonitas de Filadélfia, Loma Plata e Neuland, que serão beneficiadas por essas obras. Esse é um projeto antigo e na verdade esperamos que em um prazo de um ou dois anos – como já disse o Ministro Parkinson – possamos dar início a essa obra.

No momento estamos trabalhando em um projeto de consenso e esperamos que em breve o chanceler nacional possa movimentar-se para assiná-lo. Essas são algumas obras que temos neste momento com o Brasil, mas evidentemente existem outras de grande importância. Finalmente, eu gostaria de salientar que o meu Governo considera prioritários e altamente relevantes os assuntos tratados aqui. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Esta Comissão agradece a V. Exª, Srª Helena Concepción Felip Salazar, pelas informações prestadas e a disposição que se sente, por parte do governo paraguaio, de se integrar decisivamente nesse processo que estamos procurando tornar realidade, a partir dos passos que estamos dando nesta Comissão.

Sou muito grato pela exposição de V. Exª, que ficará registrada aqui, nos *Anais* desta Comissão.

O Sr. Rodrigo também…

O SR. ANDRÉS ALEJANDRO AGUILAR BUSTOS – Andrés Aguilar Bustos.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Andrés Aguilar Bustos. Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANDRÉS ALEJANDRO AGUILAR BUSTOS (*Tradução por profissional habilitado.*) – Senador gostaria muito de agradecer pelo convite e por tornar possível minha participação nesta reunião. E queria lembrar

que em junho a presidente Michelle Bachelet, em visita oficial ao Brasil, debateu esse tema com a presidente Dilma Rousseff e ambas concordaram em dar prioridade a essa matéria dentro da relação bilateral. Nesse sentido, queria reiterar a posição do governo do Chile em colaborar com o trabalho que se desenvolve em relação a essa matéria. Futuramente, haverá uma reunião de consulta política na qual se debaterá o tema corredor bio-oceânico. É só isso, senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Agradeço as palavras de V. Exª e gostaria, sinceramente, que transmitisse ao Sr. Embaixador e à Srª Presidente da República do Chile o nosso profundo agradecimento pela valiosíssima contribuição que o Prefeito de Iquique, Jorge Soria Quiroga, está prestando para a sedimentação dessa nossa ideia de interligação dos Oceanos Atlântico e Pacífico, beneficiando esse interior da nossa América do Sul. Tenho para mim a impressão de que a história há de registrar, para todo o sempre, a contribuição de muitos e muitos anos desse verdadeiro bandeirante chileno, que deseja, ao lado do Prefeito de Porto Murtinho, no meu Estado, no meu Brasil, fazer essa integração. Graças ao idealismo deles, tenho certeza de que essa ideia se tornará realidade. Mas transmita ao Sr. Embaixador e, por ele, à Srª Presidente da República o nosso reconhecimento pela contribuição do prefeito de Iquique, Sr. Jorge Soria Quiroga.

Ora, o Regimento permite perguntas dos senhores presentes aqui. Eu gostaria de saber se algum dos presentes deseja fazer alguma pergunta.

Já se adianta, aqui, o nosso Prefeito de Porto Murtinho, que deseja fazer indagações.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. HEITOR MIRANDA DOS SANTOS – Senador Ruben Figueiró, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, pela iniciativa, parabenizar os palestrantes todos, o João Batista Lopes, que expôs com muita propriedade essa questão do Centro-Oeste, o nosso Prefeito Jorge Soria, que trabalha nisso, como ele diz, há 50 anos.

Eu queria, particularmente, registrar a fala do nosso Ministro João, do Itamaraty.

Fiquei extremamente feliz, e saio daqui realizado, com a postura do Ministério das Relações Exteriores.

No governo do Zeca, eu fui coordenador de ações estratégicas e assuntos internacionais e tivemos grandes parceiros no Itamaraty, como a Ministra, hoje Embaixadora, Luiza Viotti, que cuidava da DAM – I, ou DAM – II, se não me engano; o Cesário Melantonio; o Ministro Botafogo; enfim, vários membros do Itamaraty.

Eu me recordo que, logo após esse encontro que nós tivemos com o Lula – ele não era presidente, ainda –, com o Zeca, na Firjan, com o Batista, com o Eliezer Batista, houve uma reunião do presidente Cardoso com todos os presidentes da América do Sul, que lançou o IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), e ali não constava essa ligação do corredor bioceânico central. De modo que eu quero entender que foi um avanço enorme o que nós conseguimos, nesses anos todos, junto com o Soria e tantos outros companheiros lá do Paraguai, da Bolívia e do Chile, para que essa rota fosse reconhecida como uma rota importante para essa integração.

Eu queria fazer dois registros, aqui, que o senhor mencionou. Um é com relação à alta produtividade do Chaco.

O Chaco argentino, paraguaio, boliviano e brasileiro conforma uma área, Senador Figueiró, de 800 mil quilômetros quadrados. Ele chega aos Andes. São 800 mil quilômetros quadrados. O Pantanal do Mato Grosso tem uma área de 160 mil quilômetros quadrados – dois terços do Mato Grosso do Sul. No Chaco, 800 mil quilômetros quadrados de alta produtividade, de terras fertilíssimas, apesar da pouca chuva, eles conseguiram fazer verdadeiros milagres. Tanto ali nas colônias dos menonitas, como, hoje, perto de Mariscal Estigarribia, a produtividade de soja é uma coisa fantástica, é uma coisa fantástica, e há possibilidade de petróleo e de gás. Então, eu vejo com muita alegria, primeiro, que essa grande produção do Chaco…

O Chaco brasileiro, quero registrar aqui, está totalmente inserido no Município de Porto Murtinho. O Chaco brasileiro só está no Município de Porto Murtinho e essa produtividade, sem dúvida, vai acrescentar muito a essa produção fantástica a que nós todos já nos referimos, aqui, do Centro-Oeste brasileiro, do Sudeste brasileiro, enfim.

Uma outra questão a que eu queria me referir é a questão da ferrovia. Lamentavelmente, essa ferrovia Santos-Bauru-Corumbá é em bitola métrica, em bitola estreita. Isso traz uma dificuldade tremenda. O trem, ali, anda a 13km/hora e descarrila com facilidade.

Essa ferrovia que o PAC 2 está projetando, de Panorama a Maracaju, é em bitola larga, para trem de altíssima velocidade. Como disse o Deputado Federal de Maracaju, Reinaldo Azambuja, ela deve chegar na barranca de Murtinho.

Eu não tenho dúvida, se nós quisermos pensar em modernização, de que a ferrovia, do lado paraguaio, teria que continuar nesse percurso de Carmelo Peralta, indo em direção à Villamontes ou a Pozo Hondo, por-

que, também, essa ferrovia, do lado argentino, em Socompa, ela tem uma dificuldade enorme por causa da alta altitude. Ali ela serve mais para o turismo, o trem das nuvens, que nós sonhamos lá atrás ligar com o trem das águas, que seria o trem do Pantanal.

Agora, há essa ferrovia a que o Soria se referiu, de Oruro até Iquique. Talvez seja essa ligação que nós poderíamos buscar na ferrovia Carmelo Peralta, saindo em direção a Oruro e, a partir daí, conectar com essa ferrovia de Oruro a Iquique. Acho que aí nós mataríamos essa questão, dando uma resposta rápida e num local onde não existe nenhuma barreira geográfica séria.

O Charco paraguaio, boliviano e argentino é uma mesa de bilhar. É uma planície extraordinária. Então, ali, com a maior facilidade, teríamos a construção tanto da ferrovia quanto da rodovia.

Fico feliz com o acordo já bem avançado, Ministro, do Brasil com o Paraguai com relação à ponte de Carmelo Peralta/Porto Murtinho. Eu estive com o Vice-Presidente Afara há uns 15 dias em Carmelo Peralta, e ele é um entusiasta dessa ideia, assim como o Presidente Horacio Cartes. Eu tenho convicção de que ainda neste ano o Paraguai começa a fazer, projetar e executar esse asfalto de Carmelo Peralta até a colônia dos Menonitas. Eu imagino que o traçado que eles estão projetando vai reduzir muito esses quilômetros: de 262 penso que vai chegar, no máximo, a 220 quilômetros. Ou seja, estamos com tudo.

Quero parabenizar o Itamaraty por isso – gostaria que o senhor levasse em consideração essas questões que nós colocamos, porque o Itamaraty é de fundamental importância para a concepção desses projetos –, assim como pedir que o Itamaraty possa acelerar o acordo Brasil e Paraguai na ponte do Rio Apa. Essa ponte do Rio Apa vai ser construída com recurso unicamente do Governo do Mato Grosso do Sul. Então, o que nós precisamos é acelerar o acordo, porque me disse o Governador André que ele tem interesse em licitar essa obra imediatamente. Isso também vai ser um avanço fantástico do ponto de vista da integração.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. JORGE SORIA QUIROGA (*Tradução por profissional habilitado*.) – Quando eu expressei que meu grande sonho era que o Brasil chegasse ao Oceano Pacifico, já o havíamos concluído quando construímos a passagem de Jama. E foi a prefeitura de Iquique que financiou a rodovia de Calama até Jama. Eu me expressei com as seguintes palavras: que chegou do governo do Brasil. Vejam bem, eu falo com o mesmo governo que há 20 anos disse que essa estrada não servia ao Brasil e nos doeu muito ver aquele sonho não se realizar.

Espero que o Brasil me compreenda que hoje falamos de uma passagem impossível de ser alcançada, deve subir assim. E aqui está a 5.000 metros de altura, não se consegue subir assim, porque aí não estão as condições, e não faça assim, foi isso que o Brasil me ensinou. E levei anos buscando a solução para o Brasil e essa solução está mais ou menos na mesma direção de Porto Murtinho, diretamente para lá. Mas o que posso lhes dizer e serei muito preciso: se a solução Jama não existia e hoje existe – talvez eu não possa entrar nas questões internas dos países – eu olho o mapa e vejo a América do Sul unida.

Por algum motivo, o problema é que a Bolívia não se pronunciou sobre essa passagem, não quis falar com o Brasil, nem com o Chile e muito menos hoje estamos em uma comunicação direta com o governo boliviano, mas o fato é que essa é a passagem ideal. Eu proponho – porque não viemos aqui para não negociar e para seguirmos esperando 30 ou 50 anos mais – que busquemos uma saída que fique mais ou menos clara para todos os atores e que possa funcionar. Aqui está a passagem de Jama, aqui nesta altura. Nós buscamos entre a Bolívia e o Chile e temos um caminho pronto e aqui vem a ser a fronteira argentina que está mais abaixo da passagem de Jama, onde poderíamos subir lentamente e entrar no Oceano Pacífico. Mostre o nosso caminho.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. JORGE SORIA QUIROGA (*Tradução por profissional habilitado*.) –

O que eu explicava é que a passagem de Jama está aí, mas o Brasil me havia falado que não pode passar por aí..

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. JORGE SORIA QUIROGA (*Tradução por profissional habilitado*.) –

Isso é uma decisão política. Do Paraguai passam 200 caminhões por semana por essa estrada que não poderiam passar nem mil caminhões brasileiros por dia. O que eu quero dizer que está claro, aí está Jama, e nós buscamos isso que fizemos também há 20 anos, isso que permitiria à Argentina, ao Brasil e ao Paraguai passar mais abaixo da cordilheira sem precisar entrar na Bolívia, se é que o problema real é com a Bolívia. Eu entendo que fazemos parte do problema com a Bolívia, mas as soluções estão aí. Não é que eu queira confrontá-lo: manda cem caminhões. Porque acredito que aqui terminou o diálogo oficial de alto nível.

Se estou aqui como prefeito, eu sou o governo da cidade, do povo e eu como governo do povo sou um homem prático, não sou de grandes vaidades. Eu pego meu carro e faço centenas e centenas de viagens, de carro Eu faço isso normalmente. Então eu digo que tal discussão deve ser feita de forma pragmática, porque teoricamente podemos dizer qualquer coisa nesta sala, podemos dizer frases lindíssimas, mas eu já estou por

cinquenta anos escutando a frase. Avancemos! Porque tudo isso, toda essa situação afetou a população, afetou as prefeituras. Então agora, sem dúvida, estamos nos minutos finais. Os caminhões não podem transitar em grandes altitudes. O Brasil deixou isso claro há vinte e tantos anos. Então buscamos o caminho central que é aqui a 3.300 metros e a 20 quilômetros já subimos a 4.000 metros na Argentina. A diferença é muito grande, por isso Jama não nos serviu, nós construímos e pagamos por Jama. Iquique. Chile e Iquique. E o Brasil diz: "Não é possível". Observe que nem a Argentina passa por aí, os caminhões argentinos não passam por aí, o único que passa é o Paraguai e, por isso, o reverenciamos. O mesmo ocorre com a ferrovia que passa ao lado. Essa ferrovia tem 80 anos, passa ao lado da passagem de Jama, e mesmo podendo ser utilizada ninguém o faz. No verão é usada como atração turística, porque sobe a 5.000 metros e demora três dias. Como o Brasil vai transportar sua carga num comboio em três dias? Por isso eu digo, temos de falar a verdade. Porque aqui nos damos às mãos, nos abraçamos e tchau. E ficam o Paraguai, o Brasil e a Argentina sem saída para o Pacífico, ou seja, nós mentimos, como podemos ver.

Aqui, isso está aprovado por todos os organismos internacionais e isso foi aprovado há dois meses pelas empresas ferroviárias de toda a América do Sul e não é uma versão minha. Aqui está o acordo, eu o trouxe e vou deixá-lo de presente para vocês. Eu sabia que iríamos terminar com uma polêmica assim, por isso, eu trouxe o acordo que foi feito entre os governos da América do Sul para refazer essa ferrovia, que parte de Jujuy e vai até a Bolívia. Há verbas e a obra está pronta para ser iniciada. Essa ferrovia sobe até o salar de Uyuni e desce até Antofagasta. É uma ferrovia que eu considero, sim, ser possível. E eles agora, os argentinos e toda a América do Sul, chegaram ao acordo de fazer esse trecho. De refazê-lo, pois alguém roubou os trilhos para vendê-los. A obra ficou parada por 40 anos e hoje podemos chegar a Antofagasta, Iquique, chegamos a La Paz, a Arica e ao Peru, ou seja, construindo esse pequeno trecho de Jujuy, onde se faz a distribuição, os trens de Buenos Aires, os trens que já chegam ao Rio de Janeiro – esses trens andam do Brasil até aqui quase todos os dias do ano –, mas todo o resto está parado. Essa ferrovia poderá adentrar o Brasil por esse lado. E o Evo Morales concluiu esse pequeno trecho e falta esse número dois, que está no material entregue a vocês.

Se as verbas forem disponibilizadas, toda a América do Sul poderá passar por esse pequeno trecho de Santiago do Chile até o Peru. Em um ano e meio ou dois, estarão integradas todas as ferrovias da América do Sul: Buenos Aires, Assunção, Rio Grande... Santos, Santa Cruz de la Sierra, ou seja, eu trouxe o resumo de 50 anos de uma conversa como esta, que diz respeito a todos os países. Temos o resumo do resumo, aí está, e se fizermos outra coisa vamos entrar no Pantanal. E para acreditarem em mim eu os convido para que façamos de carro e que perguntemos aos caminhoneiros se conseguem passar. Eu apelaria para a inteligência brasileira, quando me disseram ser impossível que o Brasil passasse. Eu não criei isso, estou apenas relembrando que já se passaram 25 anos. A verdade é que na época o Brasil tinha razão e foi por isso que mudamos o quadro completo do que tinha de ser feito. Acreditamos no Brasil e o Brasil tinha razão. Muito obrigado, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – O Sr. Ministro deseja fazer alguma observação?

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Tem V. Sª a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – Obrigado, Senador.

É normal que, quando se busca encontrar a melhor solução logística, primeiro, surjam diversas opções e… (*Falha na gravação.*)

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – … ao desafio de transpor a cordilheira dos Andes.

Em todas as reuniões de que eu participo, isso se repete. No momento, o que temos diante de nós é encontrar elementos técnicos que permitam a melhor solução logística, no menor prazo possível.

Em minha fala, apontei que o pedido que me tinha sido feito era o de abordar o corredor envolvendo a Argentina, como assim o fiz. E alertei, obviamente, que não era a única opção. A Bolívia também surgia como uma opção a ser estudada.

Ao confrontar a opção da Argentina com a opção boliviana, eu assinalei que o trecho argentino a ser pavimentado era o menor possível. No caso boliviano, alertei que, embora o corredor central apresente vantagens topográficas em relação ao corredor norte, existem dificuldades que eu chamaria de infraestrutura e regulatórias. E uma eu mencionei, a questão da falta de apoio ao longo das rotas.

Carência de combustível, problema de transposição de aduanas, isso já foi comentado e essa informação também chegou para mim. O comboio que fizeram recentemente, partindo de Mato Grosso, Cochabamba, Santa Cruz, La Paz, levou 6 horas para cruzar a fronteira da Bolívia e 45 minutos do lado do Chile. Há a questão também da falta de combustível adequado para os caminhões. Há a questão de animais na pista, como foi lembrado. Então, há restrições.

E uma das grandes restrições que o governo boliviano impõe, por exemplo, é não só impedir o tráfego dos grandes caminhões, de cinco a sete eixos, mas também exigir o uso de motoristas e caminhões bolivianos. Essas são variáveis que os governos têm de analisar e levar em conta para encontrar, como eu disse, a melhor opção.

Eu entendo que o Prefeito de Iquique, Dr. Jorge Soria, em função de sua larga história e conhecimento profundo da infraestrutura daquela região, tenha a sua preferência. Por isso, eu indiquei a importância da coordenação de ações coletivas, de modo que os governos dos países interessados participem e troquem impressões. Eu sugeri a criação de um grupo de trabalho e também lembraria ao Dr. Jorge Soria as dificuldades atuais entre o governo da Bolívia e o governo chileno.

Eu diria que todas as opções têm de ser analisadas. Na minha fala, eu não indiquei uma preferência. Eu simplesmente apontei que haveria algumas vantagens e outras desvantagens em relação à opção boliviana, mas essa diferença de visões é normal, é fruto da experiência específica e pessoal e somente aponta a necessidade de que as ações sejam coordenadas e de se analisarem as diversas alternativas de maneira criteriosa, segundo uma abordagem técnica e pragmática. E, sobretudo – eu acho que esse ponto o Senador bem ressaltou, eu acho que é prioridade e é algo que atende a todos os países –, que a solução que venha a ser encontrada preste a melhor alternativa para os operadores comerciais no menor horizonte possível. Então, nós temos de ser pragmáticos. A utilização ou a exploração de uma opção não exclui as outras. Elas vão se complementar.

Eu diria que, por exemplo, no caso da ferrovia, há outras opções que o Governo brasileiro está estudando. Nós estamos agora com um processo que foi iniciado envolvendo o governo da China e o governo do Peru de lançar os estudos da Ferrovia Transcontinental. Há a construção das duas pontes sobre o Rio Apa, que descortina também uma nova possibilidade para o Estado do Mato Grosso do Sul, que é a exploração da Hidrovia Paraguai-Paraná, ou seja, uma solução não rodoviária, mas uma solução hidroviária. Há também um projeto que foi mencionado pela Ministra Luiza, que é a construção de uma ferrovia ligando Presidente Franco com Curupaiti, que, facilmente, se poderia conectar seja com a Transcontinental, seja com a ALL Centro-Oeste. Então, há diversas opções no momento. Cabe aos governos, numa ação coordenada, por meio de intercâmbios de impressões e análises técnicas, visitas de campo, como foi mencionado, o que achei muito importante, encontrar a melhor solução para prover, no menor prazo possível, a saída para o Pacífico, que é o desejo comum de todos.

Saliento que, embora o governo do Paraguai tenha um acordo de depósito franco com Antofagasta, o Porto de Iquique se revela extremamente conveniente para o escoamento de carga de grande volume.

Obviamente, as empresas brasileiras estariam muito interessadas em eventualmente explorar a possibilidade de ampliação do Porto de Iquique, porque constituiria uma saída a mais além das outras que já estão sendo discutidas e, inclusive, também, com o envolvimento de empresas brasileiras, como é o caso do Porto de Manta, no Equador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Eu consulto o Dr. João Batista Lopes Filho se deseja fazer considerações.

O SR. JOÃO BATISTA LOPES FILHO – Eu gostaria, em nome do Secretário Giroto, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, de agradecer a oportunidade de colocar as nossas impressões a respeito desse tema, que é muito importante para a economia tanto do Mato Grosso do Sul, como para a economia do Centro-Oeste de um modo geral.

Estamos à disposição dos senhores para tudo aquilo que for necessário para que esse sonho se realize. Isso é muito importante para nós, cidadãos sul-mato-grossenses, cidadãos brasileiros do Centro-Oeste. E acho que é muito importante também para integração dos cidadãos brasileiros com os outros coirmãos sul-americanos.

Agradeço bastante a oportunidade de ter colocado aqui os nossos posicionamentos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Eu acredito, sinceramente, que todas as observações aqui feitas irão contribuir eficazmente para uma definição da rota mais conveniente que vai aproximar o Atlântico do Pacífico. Esse é um sonho, é um desejo de todos nós, sul-americanos.

Eu entendo, Sr. Prefeito Jorge Soria Quiroga, que a manifestação de V. Exª com relação a uma rota alternativa naturalmente será considerada quando houver uma definição daquela que seja mais útil aos interesses de todos nós, sul-americanos. Eu apreciei muito o entusiasmo com que V. Exª defendeu seu ponto de vista. Isso me faz lembrar, novamente, que o senhor é um jovem. A vibração que V. Exª tem me faz lembrar os meus tempos de juventude. Sinceramente eu gostaria de ter essa vibração.

O Sr. Ministro João Carlos, naturalmente, levou muito em consideração e vai levar a sua opinião para consideração das autoridades do Ministério das Relações Exteriores e, através dele, ao Governo brasileiro.

Antes de encerrar a presente reunião, eu quero repetir aquilo que disse no início. Certa vez eu ouvi o saudoso Senador da República, que foi Governador do Estado de São Paulo e teve uma destacada atuação na vida pública de nosso País, André Franco Montoro, dizer – aspas –: "Em política, muitas vezes, quando sonhamos

sozinhos, é apenas um sonho; quando sonhamos juntos, é o começo de uma realidade." E eu concluí: estamos aqui todos nós, sobretudo as autoridades que nos prestigiam nesta mesa, alimentando o mesmo sonho, na convicção serena de que o futuro lhe acena como uma virtuosa realidade.

Todos nós estamos convencidos de que, em breve prazo, como ressaltou o Ministro João Carlos, as ações de todos os governos – governo do Brasil, governo do Chile, governo do Paraguai, governo da Argentina e, possivelmente, governo da Bolívia – estarão conscientizados nessa luta que vamos empreender, daqui para frente, com maior afinco.

A Comissão de Infraestrutura do Senado da República, sob a Presidência do ilustre Senador Fernando Collor, que já foi Presidente da República e tem uma visão panorâmica da realidade sul-americana, sente-se, tenho certeza, muito feliz de ter tido essa oportunidade de permitir esse debate em nível desta Comissão.

E, pela expressão desta Comissão, todas as manifestações aqui feitas pelos ilustres debatedores e pelas pessoas que também se manifestaram, os Senadores, os Deputados Federais,com realce ao Senador José Pimentel, que é um Líder, o Líder do Governo no Congresso Nacional, portanto, fala pela Srª Presidente da República, eu tenho a certeza de que o conjunto das nossas vozes vai ressoar nos governos de todas as nações sul-americanas para que se torne realidade esse sonho que hoje nós alimentamos.

Eu registro com agradecimentos a presença do Prefeito Heitor Miranda dos Santos, Prefeito Municipal de Porto Murtinho, meu velho e querido amigo de quem hauri os primeiros conhecimentos sobre essa rodovia. É um trabalho que ele lançou há muitíssimos anos, nem sei há quantos anos, mas nós nos conhecemos há mais de quarenta anos – nessa época V. Exª já alimentava essa ideia –, com os conhecimentos que ele apresentou aqui, os detalhes que, se não fosse pela voz dele, não teríamos conhecimento.

Então, V. Exª tem as minhas homenagens, o meu respeito. E, V. Exª, no Brasil, vai continuar levantando essa bandeira, porque é pelo seu entusiasmo, pela sua inteligência e pelos conhecimentos que tem que nos poderemos acicatar as nossas autoridades e todos aqueles que têm condições de implementar esta ideia.

Eu gostaria de ressaltar a presença do eminente Prefeito Jorge Soria Quiroga, prefeito de Iquique, no Chile, que também, desde a sua mocidade, vem lutando por essa ideia. E vai continuar jovem ainda lutando. Tenho certeza de que a sua luta há de ser reconhecida pelos tempos.

Eu até gostaria de registrar uma intenção minha: que, quando concretizada, Sr. Ministro, essa rodovia, o nome dessas duas personalidades seja registrado, e, se possível, seja a rodovia Jorge Soria Quiroga e a rodovia Heitor Miranda dos Santos – quem sabe isso seja possível, não é? –, tal tem sido o esforço deles.

Eu agradeço muito, Prefeito Jorge Soria, a sua presença aqui e a da delegação que V. Exª trouxe; honra-nos muito, a nós, brasileiros, ter um irmão de pensamento e ação como V. Exª.

Eu desejo agradecer a presença ilustre do Ministro João Carlos Parkinson de Castro, Coordenador-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul do Ministério de Relações Exteriores. Eu tenho absoluta convicção, pelos conhecimentos que ele trouxe aqui, de que ele vai ser um eficiente parceiro, não só como representante do Ministério, mas também como um brasileiro que luta por essa interligação. V. Exª tem o nosso respeito e as nossas homenagens.

Quero agradecer também, por final, ao Dr. João Batista Lopes Filho, assessor da Secretaria de Obras Públicas e Transporte do Estado do Mato Grosso do Sul, que aqui tão bem representou a figura do Sr. Secretário de Estado Edson Giroto e também S. Exª o senhor governador do Estado, pelas contribuições valiosas que trouxe, dando-nos importantes informações de ordem econômica sobre a realidade de Mato Grosso do Sul, do Centro-Oeste e da importância dessa interligação com o Pacífico, que é para onde nós devemos nos voltar, porque aí está a solução de grandes problemas de todos, não só do Brasil, como dos países irmãos.

Nada mais havendo a tratar, registrando o profundo agradecimento do Sr. Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor, pela presença de todos, declaro encerrada esta reunião, que provavelmente vai ter consequência no futuro, porque esse é um problema pelo qual a América do Sul clama.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às sete horas e trinta minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Wellington Dias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Francisco Dornelles, Vi-**

centinho Alves, Ruben Figueiró e Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas da 27 e 28ª reuniões da Comissão, bem como da 2ª e 3ª reuniões da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, que são dadas como lidas e aprovadas. Após a leitura dos comunicados da Presidência, tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2013**, de autoria do Senador **Delcídio do Amaral**, que "*altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatória, no âmbito doPrograma Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, a observância de parâmetro de cobertura populacional para a implantação de unidades básicas de saúde*". **Relatoria *ad hoc*:** Senador Jorge Viana. **Resultado**: parecer aprovado na comissão. Item 2 – **Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2013**, de autoria do Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, que "*altera a Lei nº 9.074, de 7 de junho de 1995, e as Leis nº 10.847 e nº 10.848, ambas de 15 de março de 2004, para condicionar a realização de leilões de linhas de transmissão da rede básica e de novos empreendimentos de geração à obtenção da respectiva Licença Prévia, junto ao órgão licenciador ambiental*". **Relatoria *ad hoc*:** Senador Jorge Viana. **Resultado**: parecer aprovado na comissão. Item 3 – **Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2014**, de autoria do Senador **Alfredo Nascimento**, que "*Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte interestadual e intermunicipal fluvial de passageiros, e altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para facilitar o acesso de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) às pessoas físicas*". **Relatoria *ad hoc*:** Senador Jorge Viana. **Resultado**: parecer aprovado na comissão. Item 4 **– Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 24, de 2014**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que requer, "*nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir o contrato firmado entre a Petrobras e o Governo da Bolívia, pelo qual ficou definido que a estatal brasileira pagará US$ 434 milhões ao país vizinho pelo envio de excedente energético do gás natural exportado ao Brasil. Para tanto, recomendo a presença da senhora Maria das Graças Silva Foster, presidente da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)*". **Resultado:** lido o requerimento. Item 5 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 25, de 2014**, de autoria do Senador **Pedro Taques**, que "*nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, para audiência pública visando à discussão dos procedimentos administrativos do Ministério para reconhecimento de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP) nos municípios brasileiros, bem como das medidas necessárias para agilização dessas providências diante da situação difícil em que se encontram os municípios afetados pelas mencionadas circunstâncias*". **Resultado:** lido o requerimento. Faz uso da palavra o Senador **Jorge Viana**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às oito horas e trinta e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 27ª Reunião e da 28ª Reunião desta Comissão, bem como das Atas da 2ª Reunião e 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano (Cispid), realizadas nos dias 16 de abril e 3 junho de 2014, sob a Presidência de S. Exª o Senador Inácio Arruda.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A Comissão recebeu comunicado da Presidência da Casa, que nos transmite, por sua vez, ofício encaminhado por S. Exª o Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB no Senado Federal, que diz o seguinte:

Cumprimentando-o cordialmente, nos termos regimentais, comunico a V. Exª a indicação do Senador Ivo Cassol (PP – RO) como membro suplente do Bloco da Maioria na composição da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em substituição ao Senador Odacir Soares (PP – RO).

Na oportunidade, renovo a V. Exª votos de apreço e consideração.

Então, o Senador Ivo Cassol passa a ser novamente membro suplente, representando o Bloco da Maioria, na composição desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Esta Comissão recebeu ainda o exemplar do Relatório Anual 2013, com o balanço das atividades desenvolvidas pela Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações – ao longo do último exercício, encaminhada pelo Sr. João Batista de Rezende, Presidente do Conselho Diretor daquela instituição. Cópias desses documen-

tos encontram-se à disposição das Srª Senadoras e dos Srs. Senadores integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Mais documentos foram recebidos pela Presidência desta Comissão. Há vários avisos do Tribunal de Contas da União:

– Aviso nº 728-GP/TCU, que encaminha cópia do Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, proferido nos autos do Processo nº TC 041.274/2012-1, que trata da consolidação das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no âmbito do Plano de Fiscalização de Obras de 2013 (Fiscobras 2013);

– Aviso nº 741-GP/TCU, que encaminha cópia do Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, proferido nos autos do Processo nº TC 021.103/2013-5, que trata da fiscalização, na modalidade de levantamento, na Companhia Brasileira de Trens Urbanos, com a finalidade de gerar conhecimento e de mapear áreas de negócio, programas e processos de trabalho que representem potenciais riscos da entidade em relação a seus objetivos estratégicos e de controle;

– Aviso nº 982-Seses-TCU-Plenário, que encaminha cópia do Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, proferido nos autos do Processo nº 029.387/2013-2, que trata de auditoria operacional realizada no Sistema Elétrico Brasileiro;

– Aviso nº 1.042-Seses-TCU-Plenário, que encaminha cópia do Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, proferido nos autos do Processo nº TC 022.540/2013-0, que trata de monitoramento das determinações e recomendações de acórdãos lavrados no âmbito de auditoria operacional realizada no Programa de Manutenção de Hidrovias, à época a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);

– Aviso nº 1.186-GP/TCU, que encaminha cópia do Despacho exarado em 14 de outubro, no âmbito do Processo nº TC 029.387/2013-2, em que o Ministro Relator Benjamin Zymler conheceu do pedido de reexame interposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica, suspendendo os efeitos do item 9.1.2 do Acórdão-Plenário nº 2.316/2014 em relação à recorrente.

Na forma do Ato nº 3-CI, de 2012, os avisos foram encaminhados à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, para sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão. Isso será oportunamente informado.

Cópias de todos esses documentos, desses avisos, dos quais fizemos a leitura, encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Comunicados.

Ainda sobre a realização do 1º Fórum de Infraestrutura, nos dias 27 e 28 de março deste ano, oportunidade em que foram debatidas propostas para solucionar os principais problemas de infraestrutura nas áreas de transporte de cargas de passageiros, energia elétrica, combustíveis, mineração, telecomunicações, saneamento, abastecimento e irrigação, lembramos que desse trabalho resultaram treze proposições legislativas: cinco anteprojetos de emenda à Constituição e oito projetos de lei, além de duas propostas de estudos da Consultoria Legislativa por meio de nota informativa, os quais foram distribuídos às Srªs e aos Srs. Senadores Relatores para análise.

Solicito, portanto, às Srªs e aos Srs. Relatores indicados que porventura ainda não entregaram seus relatórios o empenho para que o façam o mais breve possível, possibilitando, assim, que ultimemos os trabalhos propostos advindos do referido fórum.

Aqui está a publicação. Já foi devidamente distribuído o resultado desse trabalho da Comissão de Infraestrutura nos últimos ano e meio, dezoito meses. Aqui estão os resultados das audiências públicas que foram realizadas no âmbito desta Comissão, tratando de diversas questões do setor de infraestrutura do País, em que ouvimos integrantes e personalidades do mundo acadêmico, do mundo empresarial e político, tratando de como desatar o nó logístico do País.

Então, aqui está o primeiro ciclo com o resultado da agenda 2013/2014, em que foi discutido, nesse primeiro ciclo, energia e desenvolvimento do Brasil.

Aqui está o resumo das propostas que foram feitas e dos debates que aqui foram travados do segundo ciclo, em que foram debatidos, nas audiências públicas realizadas, financiamento e gestão da infraestrutura de transporte do Brasil.

Depois, o terceiro ciclo, em que tratamos da questão da mineração.

O quarto ciclo foi dedicado ao estudo da aviação civil, como desatar os nós logísticos nesse setor.

O quinto ciclo foi de telecomunicações, governança, desafios operacionais, segurança e visão de futuro. Também uma série de audiências públicas em que foram debatidos temas relacionados a essa área.

Por último, audiência pública sobre a questão das águas, que, mais do que em qualquer outro momento, se encontra muito presente no debate nacional nos dias de hoje.

Esse foi o resultado das audiências públicas aqui realizadas. Ao final dessas audiências públicas, nós realizamos o 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, em que coletamos todas as sugestões que aqui foram realizadas. Essas sugestões foram levadas a uma plêiade de integrantes do mundo acadêmico, do mundo empresarial, do mundo político, para que fizesse um cotejo das diversas propostas que foram apresentadas nessas audiências públicas e, ao final desse trabalho, realizasse um sumário com o extrato do que há de mais importante, visando a desatar os nós que atravancam ainda a evolução dos nossos investimentos no campo da infraestrutura.

Essa é uma contribuição que o Senado da República, que o Poder Legislativo dá, por intermédio da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, ao Poder Executivo, a outras instâncias e a outras áreas, para que possam – caso desejem – se mirar nas sugestões aqui apresentadas.

Ainda comunicados, desta feita sobre o panorama internacional, especificamente sobre a reunião do G20 realizada em 15 e 16 de novembro últimos.

A reunião das 20 principais economias do mundo realizou-se em Brisbane, na Austrália, tendo como pano de fundo um cenário internacional complexo, tanto do ponto de vista econômico quanto político.

No âmbito econômico, a recuperação dos Estados Unidos tem se firmado, embora ainda deixe a desejar na área de criação de empregos. O banco central norte-americano deu por terminada a fase do *quantitative easing*, mecanismo de flexibilização financeira que foi instrumento importante no combate aos efeitos da crise iniciada em 2008. No entanto, a autoridade monetária americana ainda tem mantido o baixíssimo nível de juros, por falta de confiança na capacidade de a economia do país criar empregos nesse curto prazo.

Aos dados positivos dos Estados Unidos contrapõe-se a ameaça de deflação na Europa, onde não se verifica a esperada recuperação. Os países do chamado Sul Europeu, como Itália e Espanha, por exemplo, além de terem economias estacionadas em baixos índices de crescimento, estão às voltas com elevadíssimos níveis de desemprego, que atingem, sobretudo, as faixas mais jovens da população. Em economias engessadas por legislações muito rígidas e altos custos previdenciários, as medidas para o aumento de crédito do banco central europeu ainda não mostraram eficiência.

De outra parte, a China mantém-se no seu novo patamar de crescimento, na faixa dos 7%, muito abaixo dos números em torno de 14% no passado recente, ao mudar para um modelo de ênfase no consumo doméstico em detrimento do modelo essencialmente exportador. O Japão, que por meio de medidas de flexibilização monetária vinha, desde o ano passado, combatendo uma deflação crônica de mais de uma década, vê agora uma volta à estagnação econômica.

Do ponto de vista político destacam-se o clima de mal-estar ocidental com a Rússia e a imposição de sanções que já têm prejudicado a economia daquele país. A derrota dos democratas nas recentes eleições norte-americanas prejudica a capacidade de ação do Presidente Obama, que também se vê às voltas com o problema de combater o chamado Estado Islâmico.

Todos esses fatores foram objeto de consideração pelo G20 na Austrália, que avaliou a recuperação global como sendo lenta, desigual e que não tem criado empregos no ritmo necessário. Ademais, reiteraram a necessidade de suas autoridades monetárias combaterem as situações de ameaça de deflação. O Grupo pensa que continuam a existir riscos financeiros e também geopolíticos, como a situação da Ucrânia.

A ênfase da reunião de Brisbane foi a retomada do crescimento e a criação de empregos, por meio do aumento de investimentos mundiais, bem como o combate às deficiências de infraestrutura para crescer, gerar empregos e melhorar o padrão de vida global. Foi dado destaque à Global Infrastructure Initiative, inclusive por meio de investimentos públicos, e se ressaltou a importância do papel do Banco Mundial.

A análise do cenário internacional que surgiu da reunião do G20 não pode ser considerada otimista, e é a realidade com a qual o Brasil deve se defrontar. A ênfase do próprio comunicado final do Grupo na importância da infraestrutura para o crescimento e o emprego deve merecer reflexão aprofundada não só do Governo brasileiro, mas de nossa própria sociedade, especialmente neste momento de enormes desafios para o País. Somente uma infraestrutura sólida e eficiente é capaz de proporcionar o crescimento rápido e duradouro.

Segundo comunicado: notícias da infraestrutura.

O prazo dado pelo Governo à iniciativa privada para oferecer estudos referentes à concessão de quatro novas rodovias, previsto para encerrar-se ontem, foi prorrogado em 60 dias, atendendo a solicitação de todas as empresas interessadas no processo, segundo informou o Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos.

A prorrogação, até 15 de janeiro, pode atrasar os próximos leilões do Programa de Investimento em Logística (PIL).

Estes estudos referem-se a mais de 2.000km de extensão de trechos das BR-364 e 060, que vão de Rondonópolis, Mato Grosso, até Goiânia, Goiás; da BR-364, entre Jataí, Goiás, até o entroncamento com a BR-153,

em Minas Gerais, e das BR-476/153/282 e 480, da localidade de Lapa, no Paraná, até a divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, passando por Chapecó, em Santa Catarina.

O Governo pretende usar os estudos da iniciativa privada no modelo de Proposta de Manifestação de Interesse (PMI), para elaborar os editais das próximas concessões.

Por sua vez, o Ministro da Secretaria de Portos, César Borges, afirmou, na semana passada, que as dificuldades enfrentadas pelo Governo na contratação de serviços de dragagem para os principais portos do País têm passado pela atuação de um cartel de empresas do setor. O Ministro atribui a demora em licitar os serviços a uma suposta combinação de preços que seria feita pelas poucas companhias que atuam nas operações de dragagem. Segundo o Ministro, "já houve denúncia de cartelização. São poucas empresas, a Secretaria não tem muita margem para negociar. Por esse motivo, estamos procurando rever os nossos preços e modificar os critérios da licitação".

Apenas três empresas do setor – uma belga, uma holandesa e uma chinesa – atuam no Brasil. No Porto de Santos, o Governo fez duas tentativas para contratar os serviços de dragagem, mas não conseguiu concluir a licitação porque os preços apresentados por estas empresas, segundo o Ministro, ficavam até 20% acima do teto do que o Governo estava disposto a desembolsar.

Na próxima tentativa, informou o Ministro César Borges que o Governo vai abrir o preço proposto para o serviço. Nas duas tentativas precedentes, as concorrências basearam-se numa modalidade do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), no qual não se revela o valor da licitação. Tal medida tem como objetivo evitar combinação de preços entre os agentes. Porém, o Ministro colocou em dúvida o modelo da não divulgação de preços, pois, no seu entender, existe a possibilidade de as empresas acertarem lances, independentemente do que será proposto pelo Governo.

Empresas do setor de terminais portuários privados, reunidas em seminário na semana passada, em Brasília, acusaram o Governo de usar a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para interferir em operações que, na sua avaliação, são estritamente de caráter comercial. Segundo o Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Sr. Murillo Barbosa, "as mudanças de regras dão-se por meio de resoluções da Antaq, à margem da Lei dos Portos". Para ele, "o Governo voltou a tirar a flexibilidade do setor, colocando sobre essas empresas o engessamento do setor público".

As queixas dos empresários referem-se a temas que estão em fase de audiência pública na Antaq. Algumas propostas, segundo o Sr. Murillo Barbosa, dão ao Governo o poder de limitar a negociação dos preços cobrados pelo operador do terminal e exigem que o terminal preste serviço a qualquer empresa que o procurar.

Na mesma linha, o Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Wilem Manteli, disse que a postura adotada pelo Governo tem fragilizado a segurança jurídica do setor e inibido investimentos.

Por sua vez, a Antaq negou que queira intervir na relação comercial de terminais portuários, como sugerem as propostas de normas da Agência que provocaram a discussão sobre o modelo jurídico portuário: se é serviço público ou atividade econômica regulada.

Duas propostas de normas colocadas em discussão em audiência pública promovem – na visão dos empresários – uma indevida interferência do Governo na atividade. Tanto terminais arrendados quanto autorizados – que exploram, respectivamente, porto público via licitação prévia e áreas privadas – queixam-se da investida infralegal da Antaq, que estaria em desacordo com a Lei dos Portos, sancionada em 2013 para destravar investimentos privados.

O diretor da Antaq, Sr. Fernando Fonseca, afirmou, por sua vez, que "ninguém vai entrar no mérito das condições a serem pactuadas entre as partes privadas. Se concluirmos que a redação das normas dá margem a dúvidas, serão feitos os ajustes necessários". Em virtude desse confronto, a Antaq estendeu, até 8 de dezembro, o prazo da consulta pública para essas propostas.

Ainda com respeito a agências reguladoras, pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada junto a dez agências e outros nove órgãos com função de regulação, aponta falta de transparência nos regulamentos, ausência de avaliação do impacto econômico das normas e dispersão das regras.

Um dos maiores entraves revelados pela pesquisa diz respeito ao sistema de consultas e audiências públicas para subsidiar e respaldar a legislação. A convocação para esses encontros, prevista na lei que criou as agências, é divulgada, na maioria das vezes, por meio de publicação no *Diário Oficial da União* – o que restringe a participação popular, como conclui a própria pesquisa. A Conselheira da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Srª Flávia Lefèvre, concorda que a publicação desse chamamento pelo *Diário Oficial da União* não é o melhor caminho para a convocação dos interessados.

Em evento do programa Pacto de Governança, o Presidente do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, falando sobre as especulações quanto à possibilidade de que o resultado das investigações da Opera-

ção Lava Jato possa comprometer o futuro do programa de concessões do Governo Federal, disse que paralisar as obras que a União tem firmadas atualmente com as empreiteiras envolvidas em irregularidades com a Petrobras seria "muito negativo para o País".

Nardes defendeu o diálogo entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Executivo para encontrar a solução e avaliou que parar obras traria muitos prejuízos ao País, inclusive o desemprego – o que já está acontecendo, por sinal.

Segundo ele, a repactuação dos contratos atuais seria o caminho ideal. "Parar as obras como um todo seria um grande prejuízo para a Nação" – disse ele. Segundo o Presidente do TCU, é necessário analisar caso a caso para avaliar se as empresas devem ser declaradas inidôneas, o que as impede de firmar novos contratos com a Administração Pública.

Continua ele: "Parece que as empresas estão demonstrando boa vontade, todas elas ajudando, estão se dispondo a devolver recursos; portanto há uma boa vontade". E continua o Presidente do TCU, Sr. Nardes: "Parar as obras como um todo seria um grande prejuízo para a Nação. Poderíamos repactuar, elas perderiam o que está acima do preço. Como consequência, faríamos economia para o Erário". De acordo com Nardes, o Tribunal pode trabalhar nesse sentido – grande imbróglio.

Na mesma ocasião, o Vice-Presidente da República, Michel Temer, também defendeu a medida sugerida por Nardes. Para ele, uma possível repactuação dos contratos das empreiteiras pode servir para "eliminar – segundo suas palavras – eventuais exageros" como os apontados pela Lava Jato – que é o nome dessa operação da Polícia Federal que está sendo realizada. E continua ainda o Vice-Presidente da República: "O que eu penso é que pode haver uma repactuação para eliminar eventuais exageros num primeiro ponto. E, num segundo ponto, que a inidoneidade se dê em relação aos contratos futuros, não com os contratos presentes" – afirmou o Sr. Vice-Presidente da República, Michel Temer.

Quanto ao problema da estiagem em São Paulo, o Governo do Estado pediu à Presidenta Dilma Rousseff que sete das oito obras para solucionar a falta de água na macrorregião de São Paulo e Campinas sejam incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "Desse modo, poderíamos nos beneficiar do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) para acelerar a conclusão" – disse o secretário de Planejamento do Estado de São Paulo, Julio Semeghini, depois de reunião com as Ministras do Planejamento, Miriam Belchior, e do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Poderão entrar no PAC os projetos de interligação dos reservatórios Atibainha e Jaguari, as estações de produção de água de reúso Sul de São Paulo e Barueri, a interligação dos reservatórios do Jaguari com o Atibaia, poços artesianos no aquífero Guarani e a interligação do Rio Grande com o Guarapiranga.

Ficariam de fora as obras dos reservatórios de Pedreiras, em Campinas, e Duas Pontes, em Amparo. O conjunto deve custar R$ 3,5 bilhões, de acordo com o governador Geraldo Alckmin, que apresentou o pacote à presidente Dilma Rousseff no dia 10. O Sr. Semeghini, Secretário de Infraestrutura ou de Obras, enfim, do Estado de São Paulo, disse que as obras deverão ficar prontas em 12, 24 ou até 36 meses.

Iniciando a pauta do dia de hoje, cumprimentando S. Exª o Senador Jorge Viana, passamos ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatória, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida -PMCMV, a observância de parâmetro de cobertura populacional para a implantação de unidades básicas de saúde.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Jorge Viana, para leitura do relatório na condição de Relator *ad hoc* do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2013, de autoria de S. Exª o Senador Delcídio do Amaral. Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Aproveito para cumprimentá-lo também.

Passo, conforme a solicitação de V. Exª, na condição de Relator *ad hoc*, a fazer a leitura do relatório do Senador Inácio Arruda.

Vem ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 374, de 2013, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Público respeitar parâmetros de cobertura populacional para a implantação de unidades básicas de saúde no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O primeiro determina que a implantação de unidades básicas de saúde em empreendimentos vinculados ao Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) obedeça a parâmetro mínimo de cobertura populacional determinado pela autoridade sanitária federal. O segundo condiciona o pagamento das parcelas devidas pelos beneficiários ao efetivo funcionamento das referidas unidades básicas de saúde, no prazo máximo de 180 dias a contar da expedição das cartas de habite-se das moradias.

Esta é a base da proposta apresentada pelo Senador Delcídio do Amaral.

Passo a comentar a análise do Relator original.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Infraestrutura, esta Comissão, opinar sobre a matéria. A análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa será feita pela Comissão de Assuntos Sociais, que detém a competência terminativa sobre o projeto,. Ou seja, este projeto não é terminativo aqui, como já anunciou V. Exª.

Não obstante os méritos da proposição, existem pontos que merecem ser aprimorados. O primeiro deles é a medida que estabelece um mecanismo de coerção sobre o Poder Público, qual seja a suspensão do pagamento das parcelas vincendas até que a obrigação governamental seja cumprida.

A obrigação imposta pela proposição – instalação ou ampliação de equipamentos de saúde nos empreendimentos de acordo com parâmetros de cobertura populacional predefinidos pelas autoridades sanitárias federais – é de competência municipal, enquanto que a sanção cominada pelo descumprimento dessa obrigação, o não pagamento das parcelas vincendas devidas pelo beneficiário aos agentes financeiros, recai sobre a esfera do Governo Federal.

No intuito de sanar esse problema, apresentamos emenda para suprir o §2º que o projeto adiciona ao art. 5º da Lei 11.977, de 7 de julho de 2009. Alternativamente, propomos a responsabilização das autoridades locais pelo não cumprimento da medida.

Essa é uma alteração importante que o Relator não apresenta.

O segundo ponto que merece reparos é que o projeto de lei dispõe apenas sobre quantitativos de unidades básicas de saúde a serem implantados nos empreendimentos, sem atentar para outros aspectos importantes da questão: estrutura física, equipamentos profissionais e equipes de saúde.

Por conseguinte, com fundamento na Política Nacional de Atenção Básica, estabelecida na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, incluímos esses outros requisitos necessários à adequação e execução das ações de atenção básica de saúde no texto da proposição, para que sejam levados em conta pela autoridade sanitária federal.

Ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CI

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 5º-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:" (...)

Aí vêm os §§ 1º e 2º.

Esse é o voto, Sr. Presidente, com uma proposta de alteração ao projeto original do nobre Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Jorge Viana pela leitura do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados o Projeto e a Emenda, com essa aprovação, nº 1 da Comissão de Infraestrutura.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais para prosseguimento de sua tramitação.

O item 2 da pauta também tem caráter não terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 378, DE 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.074, de 7 de junho de 1995, e as Leis nº 10.847 e nº 10.848, ambas de 15 de março de 2004, para condicionar a realização de leilões de linhas de transmissão da rede básica e de novos empreendimentos de geração à obtenção da respectiva Licença Prévia, junto ao órgão licenciador ambiental.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela aprovação com três emendas de redação

Convido S. Exª o Senador Jorge Viana para fazer a leitura do relatório na condição de Relator *ad hoc* do Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2013.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É com satisfação que atendo à solicitação de V. Exª.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 378, de 2013, que altera a Lei nº 9.074, de 7 de junho de 1995, e as Leis nº 10.847 e nº 10.848, ambas de 15 de março de 2004, para condicionar a realização de leilões de linhas de transmissão da rede básica e de novos empreendimentos de geração à obtenção da respectiva licença prévia junto ao órgão licenciador ambiental.

O Relator é o Senador José Pimentel.

Faço a relatoria *ad hoc*, por determinação de V. Exª.

Vem para análise desta Comissão, nos termos do art. 90, combinado com o art. 104, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 378, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que altera a Lei nº 9.074, de 7 de junho de 1995, e as Leis nº 10.847 e nº 10.848, ambas de 15 de março de 2004, para condicionar a realização de leilões de linhas de transmissão da rede básica e de novos empreendimentos de geração à obtenção da respectiva licença prévia junto ao órgão licenciador ambiental. A proposição foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Serviços de Infraestrutura; e de Constituição e Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.

O PLS nº 378, de 2013, é composto por quatro artigos.

O art. 1º insere novo parágrafo no art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, estabelecendo que os empreendimentos de linhas de transmissão a serem licitados devem possuir licença prévia.

O art. 2º modifica o inciso VI do art. 4º da Lei n.º 10.847, de 2004, determinando que a Empresa de Pesquisa Energética obtenha, preliminarmente aos processos licitatórios, a licença prévia dos empreendimentos de geração e de transmissão de energia elétrica.

O art. 3º acrescenta novo parágrafo ao art. 3º da Lei nº 10.848, de 2004, determinando que os novos empreendimentos de geração só possam ser licitados após a obtenção da licença prévia.

Por fim, o art. 4º traz a cláusula de vigência, que é a data da publicação da Lei.

Análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a matéria, por se tratar de matéria relacionada a obras públicas e assuntos correlatos.

No mérito, o PLS nº 378, de 2013, tem por objetivo diminuir o tempo consumido na implantação dos empreendimentos do setor elétrico, por meio da inserção da obrigação de obtenção de licença prévia ambiental em momento anterior à realização da licitação.

Esse é o mérito do projeto.

A licença prévia é a licença concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Atualmente, o licenciamento ambiental é exigido em atividades modificadoras do meio ambiente, estando já prevista a sua necessidade em implantação de linhas de transmissão de 230kV ou mais, obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, e usinas de geração de eletricidade com potência acima de 10MW. Além disso, os processos de licenciamento devem ser compatibilizados com as etapas de planejamento e implantação das atividades modificadoras do meio ambiente.

No que diz respeito aos empreendedores, verifica-se que a inserção da obrigatoriedade da licença prévia favorece a correta avaliação dos riscos dos empreendimentos, tornando mais previsível o resultado e mais eficiente o cálculo do custo do mesmo. Logo, o empreendedor terá mais segurança na análise de viabilidade do projeto e poderá assegurar a conclusão com maior celeridade, proporcionando a geração da receita esperada, dentro do cronograma proposto.

Por fim, o mais importante, ganham os brasileiros, que terão mais energia elétrica disponível, em prazo menor e a um custo mais baixo.

Em resumo, o PLS nº 378, de 2013, propõe a alteração dos procedimentos prévios ao leilão dos empreendimentos de transmissão e de geração de energia elétrica objetivando viabilizar a implantação dos projetos no prazo necessário ao atendimento da demanda. Trata-se, portanto, de instrumento garantidor de eficiência no setor elétrico, com efeitos positivos para a economia e a população do Brasil.

Registre-se que a técnica legislativa empregada na elaboração da proposição é correta, guardando observância com os ditames da Lei Complementar (LCP) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal. Deve-se fazer apenas três pequenas ressalvas.

Primeiro, a necessidade de renumeração dos parágrafos do art. 17 da Lei nº 9.074, de 07 de junho de 1995, com base no art. 12, III, b da LCP nº 95, de 1998, que permite a divisão em letras maiúsculas apenas para artigos e unidades superiores a artigos.

Segundo, em consonância com o art. 12, inciso III, alínea d, da LCP nº 95, de 1998, deve-se acrescentar entre parênteses as letras 'NR' ao fim do dispositivo a ser alterado pelo projeto.

Por último, a Lei n.º 6.398, de 31 de agosto de 1981, que dispõe da Política Nacional do Meio Ambiente, estabelece em seu art. 8º, VII, a competência do Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama para estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos. Nesse sentido, ao Conama cabe a instituição dos procedimentos relacionados às espécies de licenciamentos necessários a cada tipo de empreendimento que modifique o meio ambiente. Assim, diante da possibilidade de existência de outras modalidades de licenciamento prévio, a depender da natureza do empreendimento, a substituição da expressão "Licença Prévia" pela expressão "licença prévia" no Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2013, atende aos ditames da Lei nº 6.398, de 1981.

Ele faz apenas uma alteração tirando as maiúsculas de "Licença Prévia", fazendo com que "licença prévia" seja escrito com iniciais minúsculas.

Fica este esclarecimento para que não fique parecendo que não houve nenhuma alteração. Mas há uma alteração que atende à boa técnica legislativa.

Voto.

"Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLS n.º 378, de 2013, com as seguintes emendas de redação:" (...)

Conforme foi explicitado, as três emendas aperfeiçoam a boa técnica legislativa do Projeto.

Portanto, o voto é pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Jorge Viana pelo relatório que apresenta.

Coloco em discussão o relatório lido por S. Exª o Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o projeto e as Emendas de nºs 2, 3 e 4 desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2014
– Não terminativo -

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte interestadual e intermunicipal fluvial de passageiros, e altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para facilitar o acesso de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) às pessoas físicas.
Autoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela aprovação

Solicito a S. Exª o Senador Jorge Viana que faça a leitura do relatório do referido projeto constante do item 3 da nossa pauta de reunião de hoje.

Tem V. Exª a palavra, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Mais uma vez, cumprimento V. Exª e agradeço a oportunidade de poder relatar mais esta matéria, que é de autoria do Senador Alfredo Nascimento, como já foi exposto por V. Exª, e que tem como Relator original o Senador Romero Jucá.

Passo ao relatório, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2014, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, tem por objetivo a diminuição da carga tributária sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte

fluvial interestadual e intermunicipal de passageiros na Amazônia Legal e a criação de novos incentivos para a modernização da frota.

O projeto está estruturado em três artigos.

O primeiro artigo reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte fluvial interestadual e intermunicipal de passageiros na Amazônia Legal.

O art. 2º altera a alínea "i" do inciso I do art. 26 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para restringir a aplicação de recursos do Fundo da Marinha Mercante às embarcações em aço naval, e inclui o parágrafo 2º, criando exceção ao disposto no art. 30, para fixar os juros a serem aplicados, bem como os prazos a serem observados na concessão dos financiamentos de que trata a alínea "i" ora alterada.

O último artigo determina a vigência das alterações a partir da data de sua publicação.

Análise.

A competência desta CI para apreciar a matéria advém do art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A iniciativa para a proposição tem respaldo nos artigos 48, inciso I; 61; 24, inciso I; e 195, inciso I, alínea b, todos da Constituição Federal.

Na justificação do projeto, registra-se a relevância do transporte fluvial de passageiros na Região Amazônica e a importância de reduzir seus custos mediante a concessão de benefícios de natureza tributária.

V. Exª sabe bem que eu tenho uma grande afinidade com essa iniciativa, tendo em vista a precariedade do serviço de transporte de passageiros e cargas prestado na Amazônia e a imensidão da área para a qual temos que oferecer um serviço de qualidade.

Então, a iniciativa do Senador Alfredo é meritória também por esse aspecto de aperfeiçoar uma melhor prestação de um serviço tão essencial na área de transporte fluvial na Amazônia brasileira.

O projeto do Senador Alfredo Nascimento, por meio da desoneração fiscal e do estímulo à construção de embarcações de aço naval, tem o mérito de contribuir para tornar o transporte fluvial de passageiros na Amazônia Legal mais acessível e seguro para a população de baixa renda daquela região.

Cabe lembrar que medida semelhante foi adotada para o transporte urbano.

Em atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2001), cabe informar que estimou-se a renúncia de receitas decorrente da desoneração ora proposta em aproximadamente R$1,8 milhão em 2014, R$2 milhões em 2015 e R$2,2 milhões em 2016.

Ante o exposto, recomendamos a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2014.

É este o meu parecer e é este o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Senador Jorge Viana.

Agora coloco em votação o relatório apresentado por S. Exª. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação.

Agradeço, mais uma vez, a S. Exª o Senador Jorge Viana pela colaboração que empresta aos trabalhos desta Comissão não somente hoje, mas em todas as nossas reuniões.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 24, DE 2014
– Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir o contrato firmado entre a Petrobras e o Governo da Bolívia, pelo qual ficou definido que a estatal brasileira pagará US$434 milhões ao país vizinho pelo envio de excedente energético do gás natural exportado ao Brasil.

Para tanto, recomendo a presença da Senhora Maria das Graças Silva Foster, presidente da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria:

Relatório:
Observações:
Reunião destinada à leitura do requerimento

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 25, DE 2014
– Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, para audiência pública visando à discussão dos procedimentos administrativos do Ministério para reconhecimento de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP) nos municípios brasileiros, bem como das medidas necessárias para agilização dessas providências diante da situação difícil em que se encontram os municípios afetados pelas mencionadas circunstâncias.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria:
Relatório:
Observações:
Reunião destinada à leitura do requerimento

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, com a palavra S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Ao tempo em que cumprimento V. Exª, inclusive me reportando também à iniciativa desse requerimento, quero aproveitar esta reunião na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal e dizer – aqui é uma sugestão, que posso formalizar, dependendo da orientação de V. Exª – que temos enfrentado um seriíssimo problema na grande maioria dos Municípios brasileiros, ora com enchentes, ora com secas. A quantidade de Municípios que decretaram situação de emergência e estado de calamidade é impressionante. Nunca tivemos um número tão elevado e uma concentração tão grande de desastres naturais como estamos tendo agora.

É um assunto de que, de alguma maneira, eu me aproximei, porque, logo que cheguei ao Senado, propus a criação de uma comissão especial buscando revisar a legislação brasileira que trata dos desastres naturais. Como boa parte dos países do mundo, nosso País trabalha só na reconstrução, só depois que a situação ocorreu, e de uma maneira muito precária.

Os recursos são escassos, o Ministério da Integração não dá conta das demandas que temos, e penso que, na Comissão de Infraestrutura do Senado, nós poderíamos, aqui, quem sabe agora, quando estamos apresentando emendas – eu mesmo estou tentando, mais uma vez, apresentar uma emenda – não permitir o contingenciamento de recursos da Defesa Civil, porque contingenciamento dessa rubrica é algo inaceitável. Os recursos já são pequenos, a demanda é enorme e a situação é muito grave.

Agora mesmo, no Acre, estamos com uma enchente, a segunda do ano, no Município de Tarauacá.

O Município de Tarauacá tem 19 mil habitantes na cidade, sendo que 15 mil deles estão sendo atingidos. Estou pondo as fotografias na minha página do Facebook. É inacreditável. Nunca houve uma cheia como essa, nunca, em tempo algum. A cidade toda está submersa, todos os postos de saúde, todas as escolas... Há um único bairro, numa área alta, dos oito bairros do Município, que não está sendo atingido.

A população indígena, as aldeias estão sendo atingidas. Há mais de 300 índios que tiveram de sair de suas aldeias. A população ribeirinha perdeu tudo, porque perde a produção, a criação e o pouco que tem nas casas.

Eu estou indo hoje e irei amanhã ao Ministério da Integração e na Secretaria da Defesa Civil– ontem eu fiz uma fala no plenário – para buscar o apoio necessário. Mas penso que poderíamos...

Também tenho lido na imprensa que o número de Municípios que estão enfrentando problemas que exigem envolvimento direto da Secretaria Nacional de Defesa Civil é muito grande e os recursos são cada vez menores. As Nações Unidas estão tendo uma preocupação muito grande, agora, também com os desastres naturais. Muitos, técnica ou cientificamente, já começam a afirmar que há uma vinculação com o tema da mudança climática.

Na Amazônia, caro Presidente Collor, nós tivemos episódios que eu, particularmente, como engenheiro florestal e alguém que acompanha esse tema o mais de perto possível, percebo que são mais do que evidências do que estamos vivendo.

Por exemplo, em 2005, quando eu era governador, nós tivemos uma seca no Acre e 250 mil hectares de floresta tropical foram incendiados. Mas, tecnicamente, teoricamente, não existe incêndio em floresta tropical; há queimada, uma queimada mecânica, feita pelo homem. Mas incêndio florestal em floresta tropical não havia, pelo menos não estava na literatura. Agora, tem que ser incluído. Eu nunca estudei isso. Há fogo no Cerrado – ele é parte da ecologia do Cerrado –, mas não em floresta tropical. Mas nós tivemos um incêndio de grande magnitude e foi uma tragédia muito grande.

Este ano, nós tivemos a maior cheia do Rio Madeira, que também não tem precedente. O Rio Madeira recebeu o maior volume de chuva da região do Beni, na Bolívia, e de Madre de Dios, no Peru. Os danos foram incalculáveis, o Acre ficou isolado. E, para que se tenha uma ideia, também não há registro na literatura de um volume de água tão grande como o que ocorreu.

Tento explicar rapidamente. As duas hidrelétricas construídas no Rio Madeira, Jirau e Santo Antônio, têm que fazer um estudo de recorrência de cheias. Para toda e qualquer obra que se faz a recorrência é de cem anos. Então, para a BR-364, que foi construída na década de 90, ligando Porto Velho a Rio Branco, fez-se um estudo de recorrência de cheia de cem anos. Pesquisa-se qual foi a maior cheia nos últimos cem anos, faz-se uma margem de segurança e se constrói a estrada. Mas a estrada ficou submersa em três metros de lâmina d'água.

Então, como pode haver um diferencial, numa Bacia Amazônica como a nossa, em que o desnível entre o Acre e Belém, quatro mil quilômetros depois, é de apenas 130 metros? Uma lâmina d'água de 18 metros num rio é algo que tem uma importância enorme e cria uma área inundada incrível.

Vejam só: as hidroelétricas só não sofreram problemas porque hidroelétrica faz uma recorrência de dez mil anos. É uma coisa que a gente quase não consegue imaginar, mas o improvável é considerado. Então, a capacidade de passagem de água das hidroelétricas no Rio Madeira é de 82 mil metros cúbicos por segundo. Isso é um volume de água... O Rio São Francisco chega, em alguns momentos, a ter 1.600 metros cúbicos por segundo. E no Madeira passavam, este ano, 57 mil metros cúbicos por segundo.

Então, se, no Rio São Francisco, em algumas regiões, em algum período do ano, passam pouco mais de 1.600 metros cúbicos por segundo, estamos falando de vinte e poucas vezes o volume de água do Rio São Francisco, que é o que estava passando no Rio Madeira. Portanto, nunca houve algo parecido.

No Acre, em Rio Branco, as cheias tinham um ciclo, uma periodicidade: a cada 10 anos havia uma grande cheia. Essa é a história dos nossos avós, dos nossos pais. Agora, as cheias são anuais. E agora estamos entrando no caso de duas cheias por ano. Essa cheia, por exemplo, de Tarauacá é algo... Choveu 30 horas, no Rio Muru e no Rio Tarauacá, e um Município muito importante do Acre, todo ele, está submerso.

O Governador Tião Viana esteve lá. Eu também estou indo este fim de semana. Conversei com o Prefeito. Foi decretada situação de emergência, estado de calamidade. Eu estou acompanhando para que seja ratificado o decreto municipal.

Mas eu queria falar o número para V. Exª. Nós estamos com Itu, em São Paulo, sem água, V. Exª tem todos os dados do Nordeste... Então, talvez devamos trazer para cá o Ministro da Integração, a fim de que ele exponha para nós que apoio, que amparo está sendo dado, porque o Município – as próprias Nações Unidas identificaram – não tem condições de lidar com a restauração e a reconstrução quando vem um desastre natural, como ocorreu em Pernambuco, em Alagoas e no Rio de Janeiro há poucos anos.

A ONU fala que, para cada real ou dólar investido na prevenção, você economiza sete na reconstrução. A lei de defesa civil que temos propõe três por um. O Governo Federal põe três reais para cada real que o prefeito ou o governador apresentar, mas para a reconstrução. E nenhum governador e nenhum prefeito – nenhum! – aceitou aderir a essa lei – eu andei o Brasil todo – pois, mesmo o Governo Federal colocando três e a prefeitura ou o Estado colocando um, é impraticável, a reconstrução é muito cara, o reparo do dano é uma coisa muito cara. Agora, se fosse para a prevenção, se fosse um a um, todos os prefeitos e governadores adeririam. Mas isso nós ainda não temos.

Eu entendo que a Defesa Civil nacional precisa passar por uma reestruturação, inclusive financeira, orçamentária, e nós não podemos ter contingenciamento dos recursos da Defesa Civil, como, a toda hora, temos essa justificativa por parte do próprio Ministério da Integração e dos responsáveis pela Defesa Civil. E ela não é sem razão; é com razão.

Então, na hora em que discutimos o Orçamento – eu estou na Comissão Mista de Orçamento, onde fiquei votando até meia-noite ontem, e estou aqui cedo –, uma das batalhas, uma das lutas que quero travar é no sentido de tirar do possível contingenciamento matérias ou recursos ligados diretamente à Defesa Civil.

Eu queria fazer este relato, agradecendo a V. Exª aqui, na Comissão de Infraestrutura, e pedindo o apoio de V. Exª para que possamos ter esse tema tratado aqui numa audiência com o Ministro da Integração e com o representante da Defesa Civil para entendermos melhor essa disparidade que temos entre o tamanho do problema que os Municípios brasileiros enfrentam e as condições de que dispomos para enfrentá-los.

Era este o relato.

Agradeço pelo tempo que V. Exª me concedeu para fazer este relato e prestar minha solidariedade ao povo de Tarauacá, ao povo do Acre, ao Prefeito Rodrigo Damasceno e ao Governador Tião Viana. Eu me somo com eles no esforço de trabalharmos para que o povo de Tarauacá possa superar esse desastre natural sem precedente na história do Município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Jorge Viana. Peço a V. Exª que aceite, em meu nome e em nome de toda a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, a nossa solidariedade e os nossos votos de que a população do Acre, sob o comando do Governador Tião Viana, com a participação direta de V. Exª, possa superar rapidamente os problemas que vivencia no momento.

Como V. Exª disse, o Brasil, com essa sua diversidade, encontra problemas os mais variados no que tange a essas mudanças climáticas: o seu Estado sofre com inundações, o meu Estado sofre com falta de água, o maior Estado do País, o Estado de São Paulo, pela primeira vez na sua história, se depara com a situação de penúria absoluta pela falta de água. Enfim, é necessário que todos nós também tenhamos a preocupação que domina V. Exª, que tem relação com a questão das mudanças climáticas, algo extremamente importante que tem a ver, em maior ou menor grau, com essas mudanças tão radicais no sistema de chuvas nas diversas regiões do nosso País.

Por outro lado, Senador Jorge Viana, eu também gostaria de dizer a V. Exª que já foi alvo da nossa leitura o requerimento pedindo a presença de S. Exª o Sr. Ministro da Integração Nacional aqui, nesta Comissão, para tratar desse assunto. E agora, ainda mais com o interesse de V. Exª, nós vamos entrar em contato com o gabinete do Sr. Ministro e pedir que, ainda nesta sessão legislativa, ele aqui compareça para participar de uma audiência pública em que trataremos da questão da Defesa Civil, do estado de emergência a que V. Exª se refere e de algo extremamente simples, que V. Exª colocou com muita clareza, que é o contingenciamento de recursos para calamidade pública. Isto é um *nonsense* absoluto.

Em segundo lugar, nós precisamos ter a mentalidade da prevenção, não da reconstrução. Como V. Exª colocou muito bem, os senhores prefeitos e governadores se mostram parceiros de primeira hora no momento em que se trata de serem parceiros para, juntos, participarem de obras de prevenção, mas isto é impossível para obras de reconstrução, porque, inclusive, o orçamento dos Estados e dos Municípios não permite essa contrapartida.

Por isso, acho muita oportuna essa lembrança de V. Exª no que tange à presença do Ministro da Integração Nacional. Como eu disse antes, faremos todos os nossos esforços no sentido de que ele compareça à nossa Comissão ainda nesta sessão legislativa.

Agradeço a V. Exª e, mais uma vez, manifesto nossa solidariedade ao Estado do Acre.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença das Srªs e dos Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se imediatamente após o encerramento desta, para apreciação e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2014, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015, LDO.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 35 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014, IMEDIATAMENTE APÓS A 29ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Jorge Viana, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Lídice da Mata, Waldemir Moka, Francisco Dornelles, Vicentinho Alves, Ruben Figueiró, Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 29ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação das Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 03, de 2014**, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências". O Relator das Emendas na Comissão, Senador **Francisco Dornelles**, faz a leitura do relatório. É aprovada a apresentação das seguintes emendas de inclusão de meta: **1 – Programa**: 2075 – Transporte Rodoviário; **Ação**: 7K18 – Construção de Ponte sobre o Rio Paraná – Três Lagoas/

MS – Castilho/SP – BR-262 – Nacional; **Meta**: 100. **2 – Programa**: 2075 – Transporte Rodoviário; **Ação**: 20VK – Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte; **Meta**: 13.000. **3 – Programa**: 2017 – Aviação Civil; **Ação**: 14UB – Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional; **Meta**: 200. É aprovada a apresentação da seguinte emenda ao texto da lei: **4 – Tipo**: Modificativa; **Referência**: Corpo da lei – Artigo 60. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às oito horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 29ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Emendas da CI ao PLDO

Finalidade:

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PL nº 03/2014-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2015 (PLDO/2014), a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Este item tem caráter não terminativo -

Vamos deliberar sobre as emendas apresentadas por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2014, PLDO/2015, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências.

Relatoria do Senador Ministro Francisco Dornelles, a quem cumprimentamos, em nome de toda a Comissão de Serviços de Infraestrutura, pela sua eleição para Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro. Temos certeza de que o nosso Estado do Rio de Janeiro terá muito a ganhar com a presença de V. Exª, ao lado do Senador Sérgio Cabral, na condução dos destinos do seu povo, da sua gente, da nossa capital, eterna capital do Brasil, o Rio de Janeiro.

Cumprimentos V. Exª, Ministro Francisco Dornelles, pela sua eleição, juntamente com S. Exª o Sr. Senador Sérgio Cabral.

Então, voltamos ao nosso item 1 da pauta, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências.

Relatoria de S. Exª o Senador Ministro Francisco Dornelles.

Relatório: Pela apresentação da Emenda de Texto nº 30, proposta por S. Exª o Senador Eduardo Braga, e das seguintes emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades:

a) Emenda nº 25, proposta pelo Senador Vicentinho Alves, que contempla o objeto da Emenda nº 02, proposta pelo Senador Eduardo Braga;

b) Emenda nº 12, proposta pelo Senador Waldemir Moka;

c) Emenda nº 24, proposta pelo Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Ministro Francisco Dornelles para proferir o seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu agradeço imensamente a V. Exª as palavras que fez sobre a minha eleição no Rio de Janeiro. Foi muito importante a minha presença nesta Comissão, onde aprendi muito. Eu quero dizer a V. Exª e a todos os Senadores da Comissão que todos se considerem Vice-Governadores do Rio, junto comigo.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 3, de 2014-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências".

Para escolha das emendas sugeridas pelos Srs. Senadores adotamos os seguintes critérios: redução do risco de inadmissibilidade, maior potencial de atendimento geográfico, atendimento às demandas da população catalisadas pelo maior número de parlamentares, maior abrangência quanto as áreas de atuação na Comissão, maior probabilidade de execução da emenda.

Dentro desse critério, aprovamos a Emenda nº 30, proposta pelo Senador Eduardo Braga, e as seguintes propostas ao Anexo de Metas e Diretrizes Orçamentárias: nº 25, do Senador Vicentinho Alves, que contempla o objeto da Emenda n º 2, do Senador Eduardo Braga, nº 12, do Senador Waldemir Moka, referente ao Programa 2.075, construção da ponte sobre o Rio Paraná, Três Lagoas-Castilho, na BR-262, e nº 24, do Senador Valdir Raupp, referente ao Programa 2.075, manutenção de trechos rodoviários da Região Norte.

Este é o relatório e este é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Senador Ministro Francisco Dornelles pela apresentação de seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Eu gostaria apenas de fazer uma retificação.

Quando dos meus cumprimentos, citei o Senador Sérgio Cabral, a quem mantenho os meus cumprimentos, mas o Governador eleito foi o Senador Luiz Fernando Pezão. S. Exª o Sr. Ministro Francisco Dornelles foi eleito, portanto, juntamente com o Governador Luiz Fernando Pezão.

A S. Exª o Sr, Governador e a V.Exª, Senador Francisco Dornelles, portanto, mais uma vez, meus cumprimentos pela sua eleição.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu gostaria, agora, de dar conhecimento a V. Exªs do relatório encaminhado pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), com base nos compromissos assumidos aqui numa das primeiras audiências públicas que realizamos pelo então Diretor-Geral deste Departamento, General Fraxe, em relação às obras realizadas sob responsabilidade deste Departamento.

Então, as novidades que se têm é em relação à BR-155, no Estado do Pará, trecho até Marabá, Lote 2, Xinguara/Eldorado. A situação atual. Edital nº 139, de 2014. Foi homologado o resultado da licitação em 14 de julho de 2014. Empresa vencedora: Consórcio Tamasa – CIMCOP – Concresolo. Vigência: 900 dias. A empresa já se encontra em mobilização para a instalação do canteiro de obras.

Essa é a atualização até o dia de ontem, 18 de novembro de 2014.

Em relação à BR-425, no Estado de Rondônia, trecho de Abunã até Guajará-Mirim. O compromisso foi de que, até o dia 30 de abril de 2018, haveria o lançamento de nova licitação pelo sistema do RDC (Regime Diferenciado de Contratação).

Depois de homologado o resultado da licitação, no dia 6 de setembro de 2013, a empresa vencedora foi Rondônia Transporte Serviços LTDA. Obras de restauração já estão em execução. Prazo para a conclusão: 720 dias.

Em relação à BR-163, Mato Grosso, trecho de 282 quilômetros entre Rondonópolis e Posto Gil. Duplicação do trecho. Está em pleno andamento o Lote 1, com construção da pista nova, com terraplanagem, e 50% do projetado já foram executados.

Em relação ao Lote 2 desta mesma BR-163. A obra foi licitada por RDC. Encontra-se em fase de elaboração do Projeto Executivo. Obra em andamento de limpeza, com 47,7 quilômetros concluídos e 24,5 quilômetros de terraplenagem já executados.

Observação: essa obra foi vencida pelo Consórcio Sanches Tripoloni/Contécnica.

Em relação ao Lote 3 da mesma BR-163. Foi licitada a obra pelo Regime Diferenciado de Contração (RDC). Encontra-se em fase de elaboração de Projeto Executivo. Contrato já em andamento. Limpeza de toda a faixa de domínio sendo realizada.

Este lote teve a licitação vencida pelo Consórcio Equipav/Agrimat – Direção.

Ainda em relação às obras da BR-163, Lote 4. Edital na modalidade também do sistema RDC nº 126/2014 com abertura de propostas feita e realizada em 18 de junho de 2014. Esse RDC 126/2014 foi revogado. Está-se aguardando relançamento de nova licitação, ainda sem previsão.

Em relação ao Lote 5, também da BR-163, previsão do término do trecho Rosário do Oeste/Posto Gil em dezembro de 2014.

Em relação, agora, também às obras da BR-163, no trecho Mirituba/Santarém, no Estado do Pará. A obra refere-se à recuperação e asfaltamento do trecho Mirituba/Santarém. Previsão de conclusão desse trecho em 30 de dezembro de 2014. Em pleno andamento. Essa é a previsão de conclusão da obra desse trecho.

Obra da Hidrovia Araguaia/Tocantins, no Estado do Pará – Pedral do Lourenço. É uma obra que vem sendo muito reivindicada, muito falada em nossas reuniões por S. Exª o Sr. Senador Flexa Ribeiro. Atual situação: Edital, também pelo regime de RDC nº 108/2014, cancelado. Foi lançada nova licitação pelo Edital nº 500/2014, que restou fracassada, pois a única licitante deixou de apresentar proposta e documentação de habilitação dentro do prazo. Excluída do PAC, deve retornar, segundo audiência pública com o Ministro dos Transportes, aqui realizada em 16 outubro do ano passado.

Em relação à BR-316, no Estado de Alagoas, trecho Carié/Inajá. Já está em preparativos para o lançamento de novo edital.

Em relação à BR-153, em Tocantins, ponte sobre o Rio Araguaia. Licitação para construção da ponte. A Superintendência Regional de Tocantins solicitou delegação de competência para licitar a obra e está utilizando o escopo do projeto doado pela Secretaria de Infraestrutura do Estado de Tocantins para confeccionar o anteprojeto. A obra será licitada por meio de RDC Integrado e a expectativa é de que a licitação seja realizada ainda este ano, até dezembro de 2014.

BR-101, no Estado de Alagoas. Recuperação. Situação atual. Lotes 4 e 5: licitação fracassada, pois a melhor proposta ficou acima do orçamento. Novo edital, a ser lançado em dezembro de 2014, atualmente aguardando análise da Procuradoria Federal junto ao DNIT.

É interessante notarmos que essa data de dezembro de 2014 é recorrente, tanto para lançamento de edital como para conclusão das obras. Então, a marcação de licitação ou de conclusão de obra para dezembro significa que nem haverá licitação nem será concluída a obra. Uma coisa ou outra. Isso fica para depois do Carnaval. É uma pena, mas a Comissão está atenta ao andamento de todas essas obras e fará a cobrança necessária.

Novo edital, portanto, a ser lançado em dezembro de 2014, atualmente aguardando análise da Procuradoria Federal junto ao DNIT.

Lote 2: conclusão prevista para dezembro de 2014.

Lote 6: foi solicitado, pelo consórcio, no dia 30 de maio de 2014, aditivo de prazo para mais 153 dias, com término de obras previsto para 31 de dezembro de 2014 – este foi mais específico ainda –, constando na 4ª revisão do lote.

Lote 7: já foram iniciados os serviços de sinalização horizontal e vertical definitiva, ajustes nos desvios necessários para entrega ao tráfego, com previsão inicial entre 30 e 45 dias para liberação do lote, que vai cair exatamente em dezembro de 2014.

Lote 3: adjudicado à empresa Paulista S.A. Serviços de drenagem e de obras complementares em execução.

Em relação à BR-242, no Estado do Mato Grosso, essa obra foi dividida em 12 lotes. Lotes 1, 2, 3, 4 e 12 concluídos e os Lotes 5 a 11 foram divididos em segmentos A, B e C. As análises dos segmentos A e B foram concluídas, aguardando conclusão dos procedimentos de licitação. O segmento C ainda se encontra em análise do projeto.

Situação atual da BR-174, no Mato Grosso. Foram revisados os orçamentos e o anteprojeto já foi aprovado pelo DNIT. A convenente aguarda a aprovação do procedimento pela Diretoria Colegiada do DNIT, quando, então, será homologado o certame. Previsão para resolução: até dezembro de 2014.

Na BR-135, no Estado do Maranhão, a duplicação do trecho de São Luís até Miranda está em execução. Previsão de conclusão também no mês de dezembro, só que de 2015. O trecho de duplicação de São Luís até o Município de Miranda está em execução, portanto, e a previsão de conclusão é dezembro de 2015.

BR-135, Lotes 2 e 3, Edital RDC nº 51/2004, previsão para relançamento da licitação em abril de 2015.

E, finalmente, BR-319, no Estado do Amazonas, entre Amazonas e Rondônia, trecho Manaus/Porto Velho. A obra se refere ao asfaltamento e recuperação desse trecho. Do Km 0 ao KM 250 as obras de manutenção e de restauração estão em andamento.

Ainda tem mais uma, que é a BR-429, no Estado de Rondônia. Ligação dos Municípios de Presidente Médici a Costa Marques. São obras de pontes. Realizando os estudos para as fundações de 15 pontes, bem como a montagem e confecção das peças estruturais. A previsão de conclusão de todas essas obras, que estão sob a responsabilidade da empresa Vereda Engenharia, é para o dia 30 de março de 2015.

Essas são as informações que gostaria de passar a V. Exªs.

As Srªs e os Srs. Senadores que desejarem ter o relatório atualizado do andamento de todas as obras rodoviárias do DNIT em todo o País poderão solicitá-lo à Secretaria desta Comissão.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores, muito especialmente a de S. Exª o Senador Ministro Francisco Dornelles, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Declaro encerrada a presente reunião.
Muito obrigado a todos os presentes.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 54 minutos.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO, CRIADA POR MEIO DO RQI Nº 32, DE 2007, QUE, "REQUER, NOS TERMOS DO ARTIGO 37 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A CRIAÇÃO DE UMA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A EXAMINAR E DEBATER OS TEMAS RELACIONADOS À INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO", DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e dezoito minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sob a Presidência do Senhor Senador **Inácio Arruda**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano. Presentes os Senhores Senadores **Walter Pinheiro, Valdir Raupp, Antônio Carlos Rodrigues** e **Flexa Ribeiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência da Subcomissão e tem início a apreciação da pauta. **Requerimento da CISPID nº 01, de 2014**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na forma de seminário, para discutir sobre 'Os Desafios da Reforma Urbana no Brasil'. Para expor sobre o tema propomos que sejam convidados: gestores públicos, representantes de entidades da sociedade civil e especialistas".* Resultado: aprovado. **Requerimento da CISPID nº 02, de 2014**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requero, nos termos regimentais, seja designada delegação para representar a Casa, composta por quatro senadores, no VII Fórum Mundial Urbano, que ocorrerá entre os dias 5 e 11 de abril do corrente ano, em Medellin, Colômbia".* Resultado: aprovado. **Requerimento da CISPID nº 03, de 2014**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Subcomissão à capital do Estado do Paraná para realização de diálogo sobre 'Os Desafios da Reforma Urbana', com administradores e parlamentares das cidades de Curitiba e de sua região metropolitana, com a participação de representantes de entidades da sociedade civil e especialista".* Resultado: aprovado. **Requerimento da CISPID nº 04, de 2014**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Subcomissão à capital do Estado de Minas Gerais para realização de diálogo sobre 'Os Desafios da Reforma Urbana', com administradores e parlamentares das cidades de Belo Horizonte e de sua região metropolitana, com a participação de representantes de entidades da sociedade civil e especialista".* Resultado: aprovado. **Requerimento da CISPID nº 05, de 2014**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Subcomissão à capital do Estado de Pernambuco para realização de diálogo sobre 'Os Desafios da Reforma Urbana', com administradores e parlamentares das cidades de Recife e de sua região metropolitana, com a participação de representantes de entidades da sociedade civil e especialista".* Resultado: aprovado. **Requerimento da CISPID nº 06, de 2014**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Subcomissão à capital do Estado do Rio de Janeiro para realização de diálogo sobre 'Os Desafios da Reforma Urbana', com administradores e parlamentares das cidades do Rio de Janeiro e de sua região metropolitana, com a participação de representantes de entidades da sociedade civil e especialista".* Resultado: aprovado. **Requerimento da CISPID nº 07, de 2014**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Subcomissão à capital do Estado do Rio Grande do Sul para realização de diálogo sobre 'Os Desafios da Reforma Urbana', com administradores e parlamentares das cidades de Porto Alegre e de sua região metropolitana, com a participação de representantes de entidades da sociedade civil e especialista".* Resultado: aprovado. **Requerimento da CISPID nº 08, de 2014**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Subcomissão à capital do Estado do Pará para realização de diálogo sobre 'Os Desafios da Reforma Urbana', com administradores e parlamentares das cidades de Belém e de sua região metropolitana, com a participação de representantes de entidades da sociedade civil e especialista".* Resultado: aprovado. **Requerimento da CISPID nº 09, de 2014**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Subcomissão à capital do Estado do Rio Grande do Norte para realização de diálogo sobre 'Os Desafios da Reforma Urbana', com administradores e parlamentares das cidades de Natal e de sua região metropolitana, com a participação de representantes de entidades da sociedade civil e especialista".* Resultado: aprovado. **Requerimento da CISPID nº 10, de 2014**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta*

Subcomissão à capital do Estado da Bahia para realização de diálogo sobre 'Os Desafios da Reforma Urbana', com administradores e parlamentares das cidades de Salvador e de sua região metropolitana, com a participação de representantes de entidades da sociedade civil e especialista". Resultado: aprovado. **Requerimento da CISPID nº 11, de 2014**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Subcomissão à capital do Estado do Ceará para realização de diálogo sobre 'Os Desafios da Reforma Urbana', com administradores e parlamentares das cidades de Fortaleza e de sua região metropolitana, com a participação de representantes de entidades da sociedade civil e especialista".* Resultado: aprovado. **Requerimento da CISPID nº 12, de 2014**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Subcomissão à capital do Estado de São Paulo para realização de diálogo sobre 'Os Desafios da Reforma Urbana', com administradores e parlamentares das cidades de São Paulo e de sua região metropolitana, com a participação de representantes de entidades da sociedade civil e especialista".* Resultado: aprovado. **Requerimento da CISPID nº 13, de 2014**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Subcomissão à capital do Estado de Goiás para realização de diálogo sobre 'Os Desafios da Reforma Urbana', com administradores e parlamentares das cidades de Goiânia e de sua região metropolitana, com a participação de representantes de entidades da sociedade civil e especialista".* Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às catorze horas e quarenta e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Inácio Arruda,** Presidente da Subcomissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta Subcomissão de Desenvolvimento Urbano é parte da Comissão de Infraestrutura do Senado. E considero uma das questões mais palpitantes do debate público hoje exatamente a questão urbana, os entraves para uma reforma urbana no Brasil.

Em face desta questão, a Comissão de Infraestrutura considerou por bem constituir uma subcomissão específica para tratar da questão urbana no nosso País.

Na Câmara, nós temos uma comissão específica que trata da questão urbana. O Senado, evidentemente, pelas razões objetivas – somos 81 Senadores, e já há um grande número de comissões permanentes –, buscou dar uma solução que eu acho engenhosa, fazendo com que a Comissão de Infraestrutura destacasse uma subcomissão para permanentemente tratar da questão urbana.

Sendo assim, a nossa responsabilidade, a responsabilidade desta Subcomissão, creio, é exatamente tratar de um grande debate que se desenvolve no País, fruto de uma discussão intensa na recente Conferência Nacional das Cidades, que é a questão da reforma urbana.

A reforma urbana trata da questão metropolitana brasileira hoje. Há aglomerações urbanas gigantescas no Brasil. Basta dizer que a cidade de São Paulo, sozinha, tem mais de 10 milhões de habitantes, e a sua região metropolitana, 20 milhões de habitantes. Em um Estado com 40 milhões de habitantes, quase 90% da população mora nas cidades.

Além de São Paulo, há megarregiões metropolitanas em Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Recife e grandes regiões metropolitanas em torno de Goiânia, Belém, Manaus, que são regiões metropolitanas que têm grande significado econômico e nas quais as pessoas vivem em grandes dificuldades por conta do modelo de desenvolvimento que nós estabelecemos para as cidades brasileiras. Além dessas, nós temos situações especialíssimas, como a de Brasília e seu entorno, e um caso muito interessante – fui Relator desta matéria na Câmara –, que é questão da Região Integrada de Teresina e Timon, que hoje agrega outros Municípios de dois Estados simultaneamente: o Estado do Maranhão e o Estado do Piauí, incluindo a capital do Piauí.

Então, a questão urbana está, digamos assim, no centro das mobilizações que estão ocorrendo no Brasil, mobilizações que ganharam vulto em junho de 2013, com uma base muito real, muito concreta, haja vista as reivindicações apresentadas pela população frente à oferta de serviços públicos nas cidades brasileiras. Entre esses serviços, o que mais se destacou foi exatamente o problema da mobilidade urbana, o transporte público no Brasil. Mas é evidente que um debate que trate a questão das cidades apenas em relação ao transporte público é bastante limitado.

Por isso, nós estamos propondo que a nossa Comissão possa discutir o tema "reforma urbana" à luz da Constituição brasileira e dos arts. 182, 183 e 184 do Estatuto da Cidade, aprovado por iniciativa inclusive do

Senado Federal, que fez a primeira proposição de regulamentação deste capítulo da Constituição, que é o capítulo de Política Urbana. Essa iniciativa partiu do Senado Federal, por meio de um projeto de lei do Senador Pompeu de Souza, cearense, de Redenção, mas Senador pelo Distrito Federal, e, na sequência, cerca de 16 projetos foram apensados ao projeto de Pompeu de Souza na Câmara dos Deputados. Ali tive a oportunidade de relatar essa matéria, que terminou com um substitutivo global, buscando acolher grandes contribuições dos Srs. Senadores, especialmente do Senador Pompeu de Souza. A matéria votou ao Senado e transformou-se na Lei 10.257, que é o Estatuto da Cidade, uma lei que, evidentemente, pode ser reparada, mas é o marco mais importante que nós temos sobre a questão urbana do Brasil. É considerada uma lei avançada, importante, mas que precisa ser aplicada.

Quais são os entraves? Quais são as questões que fazem obstáculo à apresentação, à aprovação e à concretização dessa lei? É esse debate que nós queremos desenvolver com o País. Como fazer esse debate? Na minha opinião, Srªs e Srs. Senadores, nós devemos não só convidar as pessoas para vir a Brasília, mas também ir até as pessoas. Nós devemos visitar essas regiões.

Com esse propósito, estou apresentando um conjunto de requerimentos para que possamos garantir que a nossa Subcomissão cumpra o seu papel que é o de debater com profundidade a questão da reforma urbana, que está na ordem do dia. Como fazer uma reforma urbana tornando as cidades mais humanas? Porque o que está acontecendo aí é um descalabro de tal maneira que ficou ruim viver nas cidades, que era sempre o desejo de todos.

Quando eu andava no interior do Estado do Ceará, ou pelo interior do Rio Grande do Norte ou da Paraíba, o grande anseio do povo era vir morar nas cidades. E, de repente, as cidades ficam angustiantes e impossíveis de levar uma vida tranquila no caso do Brasil, a despeito de que estamos tendo grandes investimentos. Basta dizer que a Copa do Mundo, que será realizada no Brasil, com o seu fecho exatamente no mês de junho e começo de julho, trouxe, ao lado da sua realização, uma série de investimentos na infraestrutura urbana, especialmente na mobilidade e na questão do transporte público. Além da Copa do Mundo, temos o Programa Minha Casa Minha Vida, que também tem grande impacto nas cidades brasileiras, especialmente nas grandes capitais e nas regiões metropolitanas. Então, esse movimento todo precisa de um bom debate.

O que causa dificuldades? Por que uma cidade como São Paulo não tem sequer 100 km de metrô? Alguém poderia nos explicar? Por que na cidade de Buenos Aires – onde o metrô, que completou cem anos e vai completar este ano, portanto, 101 anos de existência – há um metrô comparável ao de São Paulo que é muitíssimas vezes maior? Por que o Rio de Janeiro tem menos de 50 km de metrô? Então, uma cidade que vai realizar uma olimpíada não tem metrô, praticamente? Cria-se uma dificuldade gigantesca. Por que na cidade do México, um país que economicamente tem muito mais dificuldades do que o Brasil, tem mais de 300 km, quase 400 km de metrô rodando? E não é planejando, é que já está rodando. Então, quer dizer, esse debate precisamos realizar, para dar essas respostas. Onde está pegando? No problema da função social da propriedade? No problema do investimento? No sistema financeiro que cria obstáculos? Onde é o nó da questão urbana, para que possamos desatar ou ajudar a desatar?

E penso, também, que a nossa Subcomissão está em sintonia com uma grande atividade que a Comissão de Infraestrutura vai realizar, o fórum para discutir os entraves também na logística e na infraestrutura do nosso País, que engloba um conjunto muito maior de temas que o nosso na Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Portanto, proponho, para que possamos realizar um grande debate e sair daqui com proposições, que a nossa Comissão realize proposições. Quem sabe precisemos mudar a legislação urbanística do País, o Estatuto da Cidade e um conjunto de outras leis – umas, inclusive, anteriores à Constituição de 88 – que ainda estão em vigor no nosso País, que tratam da questão do ordenamento urbano do nosso País.

Então, essas modificações são possíveis? Só são possíveis… E sempre as modificações mais de fundo na vida brasileira, na vida nacional só se realizaram com forte mobilização social e de setores organizados. Não apenas manifestações espontâneas, massivas, realizam grandes modificações, elas têm que ter uma estrutura organizativa. Quem são essas organizações? Considero que temos o movimento comunitário, o movimento popular com fortes organizações. Temos a Confederação Nacional de Associações de Moradores, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a CUFA, entre outras entidades importantes nessa área. Temos as centrais sindicais, porque representam os interesses dos trabalhadores nas cidades. Temos o setor empresarial. Temos o conjunto da atividade da construção civil do nosso País que esteve presente durante o debate do Estatuto da Cidade. Discutimos intensamente. Os SECOVIs. Todos eles participaram e irão participar, evidentemente, do debate conosco.

Temos os prefeitos das capitais, os prefeitos das cidades, das regiões metropolitanas. Temos as Câmaras de Vereadores das cidades e das regiões metropolitanas.

Por iniciativa da Conferência das Cidades, que se realizou em 99, na Câmara dos Deputados, foi proposta lá a criação de parlamentos metropolitanos. É interessante que essa idéia vingou em Natal. Então, criou-se o Parlamento de Natal e Região Metropolitana, formada pelos vereadores, evidentemente, que foram eleitos nas suas cidades. Elas compõem esse organismo que debate a prestação de serviço comum entre Sobral e Parnamirim, entre Sobral e Nísia Floresta. Quer dizer, esses Municípios da região metropolitana de Sobral, hoje, têm um fórum comum que é Parlamento Metropolitano.

Como estamos discutindo – já foi aprovado na Câmara – o Estatuto Metropolitano, que deverá chegar à nossa Comissão de Infraestrutura e ser debatido, evidentemente, pela nossa Subcomissão, esses atores, prefeitos de capitais, prefeitos de cidades das regiões metropolitanas, as Câmaras de Vereadores, vão, evidentemente, ser chamados para esse grande debate que queremos realizar.

Além deles a academia, que é muito importante porque deu substância – digamos assim – e sustentação teórica para o que examinamos no mundo inteiro, historicamente. Temos cidades construídas, cidades milenares. Temos aqui vizinho a Brasília, esse monumento da arquitetura mundial, Machu Picchu, que foi construída pelos Incas quando sequer havia cursos de Arquitetura ou de Engenharia, muito menos existia a escrita. Construíram aquele monumento de uma forma fantástica, uma cidade no topo do mundo que, frente aos terremotos, tem um mecanismo próprio de sustentação. Você imagina como fizeram isso. Então, quer dizer, já existiam grandes cidades naquela época.

Nós temos, hoje, centros de estudos de altíssimo valor discutindo a questão urbana brasileira. Constituíram, inclusive, um organismo, no caso da academia, conhecido como Observatório das Metrópoles. Funciona em todo o nosso Brasil e articula uma rede de pesquisadores, de cientistas sociais, incluindo aí arquitetos, geógrafos, engenheiros, sociólogos, geólogos, que discutem intensamente as cidades brasileiras e examinam as experiências que nós temos no mundo de cidades que se resolveram, que criaram mecanismos e soluções para uma vida saudável inclusive em grandes cidades do mundo. Então, é a esse desafio que nós temos de responder na nossa Comissão.

Frente a isso, gostaria de colocar em votação alguns requerimentos.

Um primeiro requerimento é para a realização de uma espécie de seminário, de audiência pública, aqui na nossa Comissão de Infraestrutura e na Subcomissão de Desenvolvimento Urbano, sob o título de "Os Desafios da Reforma Urbana no Brasil" para que a gente possa realizá-lo aqui, numa mesa. Vocês vejam as vantagens que nós temos. Nós temos grandes figuras nacionais, como Ermínia Maricato, que foi secretária-executiva do Ministério das Cidades; e nós temos geógrafos espetaculares. Milton Santos esteve aqui entre nós, infelizmente já faleceu. Eles trataram desse tema da questão urbana. Temos geógrafos que estão em plena atividade.

Raquel Rolnik é uma arquiteta brasileira que hoje está prestando serviços nas Nações Unidas. Tem responsabilidade com a articulação mundial da questão urbana. Esses nomes, evidentemente, seriam convidados. Também vamos aguardar sugestões, dos nossos colegas, de nomes que possam tratar da questão urbana. Eu mesmo levantei aqui o nome de um geógrafo para nós muito importante, José Borzacchiello da Silva, um doutor em Geografia com passagens no meu Estado, onde foi Professor da Universidade Federal do Ceará. É orientador de teses no Brasil inteiro. Trabalha junto com a Caps e se movimenta muito entre o Rio de Janeiro, Brasília e Fortaleza. Roda o Brasil inteiro e discute esse tema da questão urbana no mundo.

Além de instituições com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, que podem dar grande contribuição ao nosso seminário, já citei aqui o caso da Confederação Nacional de Associações de Moradores, entre outras organizações do movimento social, e também das centrais sindicais e sindicatos importantes. Nós temos, em alguns casos, o Sindicato dos Urbanitários, porque trata exatamente de questões urbanas e que agregam serviços urbanos. Então, esses sindicatos também seriam convidados por nós para que a gente dialogasse. Seria um simpósio, um seminário. Usando nossa terminologia, uma grande audiência pública que pudesse contar com essas personalidades. Esse seria o primeiro requerimento.

Na sequência, nós vamos ter o 7º Fórum Urbano Mundial, que ocorrerá entre os dias 5 e 11 de abril, na cidade de Medellín, na Colômbia. Um requerimento que também faço para que nossa Comissão possa constituir uma comitiva para estar presente nesse fórum ligado às Nações Unidas com relação direta com o que nós estamos discutindo neste instante. Proponho que nós realizemos uma diligência – para usar também o termo mais adequado para nossa Subcomissão – em uma cidade que é muito importante para nós brasileiros, reunindo, evidentemente, os agentes que tratam da questão urbana nessa cidade e na região metropolitana dessa cidade, que é a cidade de Curitiba, até hoje referência para nós do Brasil inteiro. É uma cidade muito interessante porque seu plano diretor, seu primeiro plano diretor, a que nós podemos chamar assim, é do ano de 1943. Então, uma cidade que se planeja há muitos e muitos anos e que mantém um rigor e a exigência de que o planejamento seja a questão-chave para seu desenvolvimento. E deu certo, pois tem funcionado e feito coisas espetaculares. Eu acho que uma diligência dessa vai ajudar muito nossa Comissão.

Na sequência, uma diligência em Belo Horizonte, em sua região metropolitana. Essas cidades todas têm já algum tipo de estrutura organizada. Por exemplo, a maioria tem associações que lidam com os prefeitos. Ainda não há uma associação legislativa, mas há com os prefeitos. Então, em Belo Horizonte, na região metropolitana faríamos uma diligência.

Recife e sua região metropolitana. Há muitas especificidades também a cidade de Recife, até porque era uma cidade portuária, pois era o porto de Olinda. Na verdade, a capital era Olinda e o porto era Recife. Isso praticamente se alterou ao longo das décadas e dos séculos e Recife passou a ser a cidade com maior vulto e terminou Olinda sendo uma cidade também de peso e importante, mas Recife se desenvolveu intensamente por conta da presença do porto. E hoje nós estamos tratando de tirar os portos de dentro das cidades. A única cidade do mundo que eu escuto, vejo e examino que não deseja, de forma nenhuma, tirar o porto de lá é Roterdã. Querem que o porto continue lá e não há nenhum movimento da sociedade para tirar o porto de Roterdã da cidade de Roterdã. Eles querem que permaneça lá.

Outra que tem muita simbologia para nós, porque será a cidade brasileira que receberá as Olimpíadas, é a cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana. O que está sendo feito naquela cidade? Como vamos receber milhares e milhares de atletas e ao mesmo tempo de turistas no mundo inteiro e de pessoas que adoram esportes e vão estar na cidade do Rio de Janeiro para assistirem às Olimpíadas de 2016?

Então, para nós é uma diligência muito importante a gente ouvir o que vai acontecer no Rio de Janeiro; o impacto que tudo isso proporcionará, não só na cidade do Rio de Janeiro, mas também em sua região metropolitana. Há cidades que exigem esforço gigantesco do Governo do Estado do Rio de Janeiro e, sobretudo, do Governo Federal para enfrentar seu desafio de reforma urbana. O Rio de Janeiro é também uma diligência que considero das mais significativas. É bom dizer que, no caso do Rio de Janeiro, embora tenhamos vários portos por lá, o porto da cidade do Rio de Janeiro, ali na Baía da Guanabara, foi revitalizado com uma indústria muito importante para nosso País que é a indústria naval. Também não se cogita de tirar a indústria naval da cidade do Rio de Janeiro, o qual quer que sua indústria naval fique ali porque ela tem grande impacto econômico.

Uma outra, especialíssima, é a cidade que mais recebeu os fóruns sociais mundiais, a cidade de Porto Alegre. É lá que a consigna de "um outro mundo é possível" foi lançada para o mundo inteiro. E se um outro mundo é possível para o mundo inteiro, vamos tratar de resolver esse outro mundo possível para nós aqui, no Brasil. Então, é também muito importante que a gente possa realizar essa diligência pública lá na cidade de Porto Alegre.

No Norte, nós temos a cidade de Belém, que tem uma região metropolitana muito importante. Eu acho que nós temos que realizar esse debate ali. É uma região também muito impactante, embora você tenha a cidade de Manaus como a cidade mais pujante, do ponto de vista econômico, na Região Norte do País. E a cidade de Natal. Por quê? Porque lá há uma experiência. Existe ali o Parlamento Metropolitano. Eles instituíram um parlamento metropolitano para discutir o seu serviço. E Salvador, porque não pode ficar fora Salvador, que também tem uma região metropolitana de grande impacto do ponto de vista das dimensões da população, com desafios também gigantescos.

E não poderia ficar fora, de forma nenhuma, a cidade de Fortaleza, evidentemente, porque é uma região metropolitana. Você imagine que a região metropolitana de Fortaleza tem metade da população do Estado. Então, o impacto sobre a cidade de Fortaleza e o impacto de Fortaleza sobre as cidades vizinhas também é muito grande.

É importante frisar que alguns movimentos vão causar movimentações gigantescas nessas regiões. Por exemplo, no caso de Recife, a construção da refinaria e da petroquímica em Suape tem impacto enorme na região metropolitana de Recife. No caso do Ceará, está sendo construída uma refinaria e uma siderúrgica no Porto do Pecém. Também o impacto vai ser gigantesco.

Eu propus essas 11 visitas da nossa Subcomissão a essas cidades, que nós deveremos fazer sem prejuízo de outras iniciativas, porque imagino uma cidade como São Luís, que tem o Porto de Itaqui, um dos maiores portos do mundo. Depois, vem sendo construída ali também uma refinaria, que vai impactar imensamente aquela região. Então, São Luís é uma cidade muito importante para todos nós. A cidade de Cuiabá, porque ela recebeu investimentos vultosos para integrar, em nome do Centro-Oeste brasileiro, as cidades que vão receber a Copa do Mundo. Também estão tendo grande impacto os investimentos urbanos que são realizados naquela cidade. A cidade de Manaus, por razões óbvias; nós temos ali uma Zona Franca que dá um empuxo significativo à cidade de Manaus. Sem deixar de tratar de cidades como o caso de Porto Velho e Rio Branco, porque em Porto Velho você tem um impacto gigantesco produzido pela construção das últimas unidades de geração de energia elétrica, que estão ali impactando diretamente a cidade de Porto Velho. E no caso de Rio Branco, você tem uma ligação direta de Rio Branco com Lima, no Peru. Então, evidentemente, não é uma região integrada

porque a distância é razoável, mas a ligação nossa com os Andes se dá por ali. E do ponto de vista de expectativas futuras, nosso caminho é um caminho da América do Sul também.

Então, penso que não podemos fazer tudo, não podemos talvez cobrir todas as cidades brasileiras, mas, com base nessas onze, sem prejuízo de que alguma iniciativa a gente possa adotar mais adiante, poderíamos tomar esse plano como um plano inicial de trabalho de fazer essas diligências todas.

Há uma expectativa grande em relação a isso. O Observatório das Metrópoles tem me procurado para dizer: "Olha, Senador, eu sei que o senhor assumiu a Presidência desta Subcomissão; ela é muito importante para o Brasil."

É claro que vamos fazer o trabalho sempre nosso. Somos uma Casa Legislativa em um Congresso de duas Casas. Então, evidentemente, vamos ter sempre relações com a Câmara dos Deputados, mas seria muito importante que o Senado tomasse iniciativa. Nós temos tomado iniciativa no plenário. Vê-se que diante dos acontecimentos de junho de 2013, o Presidente foi responder diretamente no plenário sobre as questões urbanas do Brasil. Passe livre, transporte público, etc. foram tratados na enxurrada das manifestações, durante esse período de manifestações. Agora não, vamos tratar também do ponto de vista técnico, do ponto de vista social, do ponto de vista da capacidade de investimento do País.

Quem já teve a possibilidade de ver o que está sendo anunciado pela Presidência da República, o chamado PAC 3 é um PAC urbano, é um PAC sobre as questões urbanas do País. Então, digamos que estamos neste momento de oportunidades, de discussão e de formular políticas que respondam aos diagnósticos que já foram – como disse hoje nosso Presidente pela manhã – mais que realizados. O que há de informação, de dados do IBGE, do Ipea e de vários outros institutos que fazem pesquisa, examinam os dados, como é a realidade urbana do País, isso nós temos de enxurrada. Precisamos dizer: "Bom, diante disso, como romper os gargalos? Como ir adiante?" Esse passo é que queremos dar e para isso peço a aprovação dos requerimentos por parte das Srªs e dos Srs. Senadores neste instante. Não sei se poderemos fazer isso separadamente ou em conjunto. Se houver concordância de todos… (*Pausa.*)

Examino que há. Vamos fazer em conjunto.

Então, peço a aprovação dos requerimentos que enunciei aqui para que a gente possa iniciar os nossos trabalhos e já marcar as primeiras diligências, para que possamos fazer um bom trabalho e responder às indagações que a população tem feito. A obrigação que me foi proposta pelo Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Senador Fernando Collor, é de tratar da questão urbana brasileira na nossa Subcomissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não havendo ninguém contrário, consideramos aprovados e vamos começar a trabalhar. Claro, sem prejuízo, evidentemente, do que nós já aprovamos. O Presidente Collor está em tratativas com o Ministro das Cidades – é muito oportuno que ele possa vir até aqui – e há os requerimentos que nós também já aprovamos na nossa Comissão.

Mas o Presidente acha que devamos trabalhar em conjunto para que o Ministro venha aqui. O Ministro tem uma ideia de que ele vai sair do Ministério, mas é uma ideia, não sei se vai mesmo. Se ele ficar, ele que terá que responder; se ele sair, antes de sair terá que vir aqui dar as respostas para questões que estamos indagando já há algum tempo sobre a questão urbana brasileira. É um Ministro acessível, estive com ele na Conferência das Cidades, está à disposição, mas ficou essa dúvida: "Mas se eu sair?" "Não há problema. Antes de o senhor sair, venha aqui e trate das questões da nossa Subcomissão e da nossa Comissão."

Então, tratados aqui os nossos requerimentos, devidamente aprovados, vamos encerrar a reunião. Na próxima faremos uma audiência aqui com o nosso Ministro. Essa audiência com o Ministro, evidentemente, é uma audiência da Subcomissão na Comissão de Infraestrutura e talvez a nossa próxima atividade já seja uma dessas diligências que queremos realizar em número de mais ou menos onze. Vamos fazer uma boa bateria e para isso eu já peço aqui o apoio da nossa Subcomissão para que possamos fazer um bom trabalho e dar uma boa resposta à população brasileira, que espera resultados que ajudem a compreender a questão urbana e, sobretudo, ajudem a melhorar a qualidade de vida nas nossas cidades.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 48 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO, CRIADA POR MEIO DO RQI Nº 32, DE 2007, QUE, "REQUER, NOS TERMOS DO ARTIGO 37 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A CRIAÇÃO DE UMA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A EXAMINAR E DEBATER OS TEMAS RELACIONADOS À INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO", DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 13 HORAS, NO PLENÁRIO Nº13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às treze horas e treze minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sob a Presidência do Senhor Senador **Inácio Arruda**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 1ª reunião, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da pauta. Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 02, de 2013 – CISPID/CI**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, aprovado em 5 de novembro de 2013, que "*requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para conhecimento e debate do Estudo 'Efeitos Econômicos das Regras Tributárias no Setor de Bicicletas' a ser apresentado pela Aliança Bike – Associação Brasileira do Setor de Bicicletas – (entidade representativa da cadeia produtiva e de fornecimento de bicicletas e seus componentes)*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições os Senhores **Marcelo Maciel**, Presidente da Associação Brasileira do Setor de Bicicletas – Aliança Bike -; o Senhor **Daniel Guth**, Líder da Rede Bicicleta para Todos; e o Senhor **Persio Davidson**, Representante da ONG Rodas da Paz do Distrito Federal. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às quinze horas e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Inácio Arruda,** Presidente da Subcomissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 1ª Reunião desta Subcomissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião é destinada à realização de uma audiência pública que irá debater o estudo "Efeitos Econômicos das Regras Tributárias no Setor de Bicicletas", atendendo ao Requerimento de nº 2, de 2013, de minha autoria e de outros colegas Senadores.

Para apresentar o estudo, foram convidados os seguintes especialistas, a quem convido para tomarem assento à mesa: Daniel Guth, líder da Rede Bicicleta para Todos; Marcelo Maciel, Presidente da Associação Brasileira do Setor de Bicicletas (Aliança Bike); e Sr. Pérsio Davidson, da ONG Rodas da Paz, todos bastante envolvidos com o tema que, na ótica da nossa Comissão e da nossa Subcomissão, estão diretamente ligados ao tema proposto da 5ª Conferência das Cidades, que trata da reforma urbana.

A reforma urbana tem como centro fundamental a questão, digamos assim, da propriedade urbana, mas, dentro do debate da reforma urbana, tem-se um tema central, que é a questão da mobilidade urbana. E é evidente que essa discussão nós temos levado às várias audiências que temos promovido já sobre o tema da reforma urbana e também, sempre, a questão da mobilidade e o uso da bicicleta nas regiões metropolitanas e nas grandes capitais. Começamos pela cidade de Natal, que é uma cidade, entre as maiores regiões metropolitanas, digamos, que tem a menor... Mas eles têm uma particularidade, porque eles criaram um parlamento comum entre as várias cidades da região metropolitana. Então, realizamos a primeira audiência pública na cidade de Natal, envolvendo os Municípios da região metropolitana.

A segunda reunião realizamos em Porto Alegre e sua região metropolitana, também uma excelente discussão, um excelente debate. E, na sequência, fomos a Curitiba, que é uma cidade, digamos, modelo em termos de planejamento urbano, é fato, que tem um Plano Diretor muito antigo em execução – porque não basta ter um Plano Diretor antigo, ele tem que estar sendo posto em prática. E esse Plano Diretor de Curitiba não foi desmontado pelo seguinte. Então o mais antigo serviu sempre como a linha condutora para os demais Planos Diretores que se apresentaram na sequência. Cada reforma do Plano Diretor olhava para o inicial, para os eixos centrais da cidade de Curitiba. Então, isso é muito importante.

Vamos fazer ainda audiências públicas nas cidades de São Paulo, Rio e Belo Horizonte e suas respectivas regiões metropolitanas, Salvador, Belém, Goiânia, Recife e Fortaleza, porque são todas cidades com grande impacto de crescimento demográfico, são cidades muito grandes, e tanto a capital como a região metropolitana impactam muito entre elas – a região metropolitana impacta muito na capital e a capital impacta na região metropolitana com o deslocamento permanente das pessoas.

Então, a nossa audiência pública é parte desse debate sobre reforma urbana no Brasil, e a mobilidade – friso uma vez mais – é questão central da mobilidade urbana. E sendo a questão da mobilidade, esse tema, tão forte na questão da reforma urbana, a participação, digamos assim, dos trabalhadores, especialmente usando um veículo que é praticamente individual, mas muito importante no deslocamento dos trabalhadores, eu cito o caso da minha cidade, Fortaleza, onde uma parte grande dos trabalhadores da indústria e da construção civil se deslocam de bicicleta. Mas a bicicleta não é apenas para o deslocamento para o trabalho; a bicicleta é também um instrumento de lazer, pode ser utilizada como um equipamento de lazer e também esportivo. Então, você tem as variantes: é usado no deslocamento dos trabalhadores, como instrumento de lazer e como equipamento esportivo. Há inclusive disputas de medalhas olímpicas nessa área.

Eu queria começar este debate, porque a bicicleta no Brasil – não sei como se dá isso no mundo, mas vocês podem dar opinião sobre isso – paga mais imposto do que automóvel, do que ônibus, paga mais imposto do que qualquer outro veículo de transporte. Então, é também uma questão sobre a qual precisamos dialogar com o Governo brasileiro e estranhar a situação das bicicletas no nosso País.

Portanto, eu queria, inicialmente, passar a palavra para o nosso... Vamos fazer aqui um combinado: começamos com o Daniel ou com o Marcelo? (*Pausa.*)

Então, vamos começar com o Marcelo. Quem vai apresentar o estudo? Tem um material para ser apresentado.

O SR. MARCELO MACIEL (*Fora do microfone.*) – Especificamente do estudo. A gente tem a íntegra para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Está bem.

Então, o Marcelo.

O SR. MARCELO MACIEL (*Fora do microfone.*) – Vai haver uma projeção.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É você quem vai fazer?

O SR. MARCELO MACIEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Então vamos começar com Marcelo Maciel, Presidente da Aliança Bike.

Quero dizer que nós temos muitos movimentos ligados às pessoas que utilizam a bicicleta no Brasil. E aqui nós temos uma parte significativa desses movimentos representada nesta nossa Mesa, com os nossos convidados, mas a qualquer instituição ou organização que tenha interesse em interagir com a nossa Comissão nós estamos completamente abertos e, ao mesmo tempo, funcionando com a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados. A Câmara tem uma Comissão específica que trata da questão urbana, nós temos a nossa Subcomissão e estamos sempre interagindo, porque é o interesse comum do povo brasileiro no Congresso Nacional.

Então, Marcelo Maciel, Presidente da Aliança Bike, com a palavra.

O tempo é de dez minutos, mas a Mesa é mais do que tolerante, porque a causa é muito nobre.

O SR. MARCELO MACIEL – Muito obrigado, Senador.

Boa tarde a todos.

Obrigado pela excelente oportunidade de falar das bicicletas, um meio de transporte que cada vez mais se torna importante para nos ajudar a resolver questões da nossa sociedade.

Antes de começar a minha fala, eu trouxe dois vídeos que quero apresentar, até mesmo antes de falar da associação e antes mesmo de falar do estudo, porque o objetivo é ilustrar.

Quando nós falamos de bicicleta, normalmente vem à cabeça muito mais a figura do esporte, que é uma questão importante para a sociedade, realmente gera muitas medalhas. É um dos esportes que mais dá medalhas nas Olimpíadas. Agora, o esporte representa uma parcela muito pequena do uso da bicicleta. Estima-se, pelos dados das associações do setor, que apenas 1% do que se consome de bicicleta anualmente é dedicado ao esporte.

O esporte e o lazer são os que ocupam mais a nossa lembrança quando se fala de bicicleta. Então eu trouxe dois vídeos muito interessantes, que vão nos ajudar a relembrar o uso pelo trabalhador, o uso pela população de baixa renda, que tem na bicicleta um meio de transporte acessível, eficaz, rápido, que para pequenas distâncias funciona muito bem. Eu trouxe dois vídeos para ilustrar esse cenário. Um, na cidade de Afuá.

Ele vai contar onde fica a cidade e tudo mais. E outro é no ambiente mais urbano, na periferia de São Paulo, na cidade de Mauá.

Então, o primeiro vídeo, sobre Afuá.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCELO MACIEL – Esse foi apenas um exemplo. O Senador já conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu já conhecia, mas é muito interessante. Eu não tinha visto ainda.

O SR. MARCELO MACIEL – Eu trouxe como um exemplo do uso de bicicletas em cidades menores. Ainda não são, certamente, cidades que estão impactadas pela questão de mobilidade, mas é um tipo de uso de bicicleta que a gente já esqueceu um pouco. Nas nossas cabeças aqui é incomum nos lembrarmos disso, quando, na verdade, ainda acontece muito.

Eu tenho exemplos de diversas cidades no interior de São Paulo, no interior do Paraná, no Rio Grande do Sul, no interior de Minas Gerais. Diversas cidades ainda têm a bicicleta como o maior meio de transporte. Em São João del Rei é assim. No litoral do Estado de São Paulo, é assim. Em Vicente de Carvalho, Santos, Rio Claro, no interior de São Paulo, é assim. Em Rolândia, vizinha de Londrina, no Paraná, é assim. Então, são muitos exemplos de cidades em que ainda não há a questão da mobilidade, não por um grande problema, mas há o uso da bicicleta como um aliado de um transporte barato e eficiente.

Agora eu vou mostrar um vídeo de mais três minutos sobre um ambiente já urbano. Aí já entra a questão de mobilidade. Existe o trabalhador representado, e vocês vão ver no vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCELO MACIEL – Enfim, esse mostra uma situação já urbana. Mauá fica na periferia da cidade de São Paulo. Então, esses 20 mil trabalhadores se deslocam em Mauá, e os que param no bicicletário vêm de suas casas até a estação de trem e, a partir daí, deixam as bicicletas, montam num trem e seguem a viagem por trem.

O SR. DANIEL GUTH – De 5 às 7 da manhã é a hora do *rush* de bicicletas.

O SR. MARCELO MACIEL – É. Então, é um exemplo real, é um exemplo muito forte de como a bicicleta pode e deve ser integrada na questão da mobilidade, complementando os transportes de maior distância, através do transporte público. As menores distâncias, nas franjas, nas pontas dos maiores percursos, devem ser feitas de bicicleta, como acontece aqui no exemplo de Mauá.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito bem!

Quero agradecer ao Marcelo Maciel.

Acho que, mesmo com os vídeos, estamos dentro do tempo.

Vamos passar para o Daniel.

O SR. MARCELO MACIEL – Eu tenho ainda uma ...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sim, claro, pode ...

O SR. MARCELO MACIEL – Eu consigo fazer rapidamente se o tempo estiver...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Pode, pode, claro!

O SR. MARCELO MACIEL – Rapidamente vou falar, então.

Eu ainda não tinha me apresentado. O Senador já me havia apresentado, mas eu sou Presidente da Aliança Bike. Vou falar rapidamente a respeito, para vocês conhecerem, da Associação Brasileira do Setor de Bicicletas.

Na essência, quando a gente começou a buscar o trabalho associativo, a gente se reuniu para falar o que queríamos buscar. Chegamos à nossa essência, que traz uma visão que diz: "Acreditamos no valor da bicicleta como elemento catalisador na evolução da sociedade." Então, a gente acredita que a bicicleta vai nos ajudar a solucionar problemas importantes da sociedade. Eu vou falar um pouquinho mais à frente sobre isso. E a gente tem uma missão de construir uma voz representativa, que represente realmente uma parcela da população, e atuar como um agente de desenvolvimento para o crescimento sustentável do uso da bicicleta. Nosso interesse, então, diariamente é ter uma voz representativa na associação e que estimule o crescimento do uso sustentável da bicicleta.

Atualmente é uma associação que conta com 85 empresas associadas. A gente está chegando perto dos 2 mil empregos diretos dentre esses associados. Por conta do perfil, por conta da nossa visão, por conta da nossa filosofia, a gente tem um perfil de associados bastante diversificado. A gente tem importadores que fornecem para a indústria; há importadores que vendem para lojas; há a indústria como associada; a gente tem 11 associados que industrializam no setor de bicicletas de alguma forma; há distribuidores, varejistas; há empresas de mídia especializada no setor de bicicletas e até mesmo organizadores de eventos. Todos ali girando em torno de buscar, de tornar o uso da bicicleta mais acessível, mais viável, sustentável realmente.

As realizações da associação, rapidamente.

Brasil Cycle Fair é uma feira de negócios. Neste último ano, abrimos um dia para o consumidor. É uma realização da associação. No último ano, tivemos o prazer de receber o economista Maílson da Nóbrega, que foi nosso Ministro da Economia, e apresentou, justamente, o conteúdo de um estudo econômico que trata das regras tributárias, o nosso tema de hoje.

Aí está o momento da abertura, com a presença de um Vereador de São Paulo, José Police Neto, grande defensor da bicicleta. Ele está com um projeto de lei que vai creditar o que se paga de imposto em uma bicicleta. O consumidor que comprar uma bicicleta vai ter direito de usar esse crédito no bilhete único, no transporte público.

Aí está a abertura da feira. Tivemos, neste ano, 15 mil visitantes. Esta é a fila de entrada no primeiro dia.

Em 2014, o tema será Pedalar para Transformar, e estão todos convidados a participar, no final de setembro.

Entre nossas realizações, também há um curso de formação de mecânicos para bicicletas. O mercado, cada vez mais, profissionaliza-se no sentido de produtos de conteúdo tecnológico, e nos propusemos a fazer um curso de formação de mecânicos.

E nossa terceira realização é um trabalho em conjunto com a Receita Federal no sentido de identificar focos de concorrência desleal, descaminhos, e trabalhar para que esse tipo de concorrência não aconteça.

No tocante ao elemento catalisador que está na nossa visão, basicamente, o que queremos dizer com isso são os pontos que tornam a bicicleta um assunto importante para nós, hoje.

A questão da saúde, da mobilidade – de que tratamos hoje – e do meio ambiente. São nesses três grandes problemas – o ambiente, a saúde das pessoas e a mobilidade – que encontramos a bicicleta como parceira para solucionar essas questões.

Quanto à questão da mobilidade, trouxe um gráfico, um estudo da comissão europeia, que mostra que a bicicleta é o meio de transporte mais rápido para distâncias de até cinco quilômetros. Se analisarmos: embaixo, há a distância; do lado esquerdo, no eixo vertical, há o tempo; e podemos ver que, chegando até cinco quilômetros, a bicicleta é o meio de transporte que usa menos tempo. É a linha reta mais baixa no gráfico. Deixe-me ver se consigo apontar aqui. Quem vai a pé, até 200 metros, leva uma vantagem e, nos outros meios de transporte, até você chegar ao seu automóvel, ou até esperar chegar o ônibus ou o trem, você só começa a ter vantagem a partir de cinco quilômetros, no caso do automóvel, ou de oito quilômetros, no caso do trem.

Isso, Senador, ilustra bem ideia de que a bicicleta serve como um meio que deve ser trabalhado em conjunto com os transportes públicos. Então, nas franjas, no final do transporte mais longo, a bicicleta é um ótimo meio de transporte para ser utilizado por essa questão.

No tocante à saúde, eu trouxe apenas alguns dados para apresentar sobre o estudo econômico realizado pela equipe do Maílson. Ele levanta questões de saúde e aponta, por meio de um estudo da Vigitel, que 65% dos brasileiros estão acima do peso. Então, a bicicleta pode contribuir com isso. Ele faz, inclusive, referência a um estudo americano que demonstra o efeito do uso da bicicleta na redução da obesidade e risco de doenças relacionadas à obesidade. Faz, também, uma estimativa de economia no Sistema Único de Saúde, caso a população adotasse a bicicleta em grande proporção como meio de transporte. Tem o potencial de trazer até R$84 milhões de economia anual para o Sistema Único de Saúde.

Trouxe um quarto elemento que complementa o trio meio ambiente, saúde, mobilidade, que é a atividade econômica, nosso tema de hoje. O setor de bicicletas é muito rico, no sentido de que há muitas empresas, muitos fabricantes. O produto bicicleta e as peças são baratos e volumosos, então, o frete é uma questão muito importante na composição desse custo, o que acaba estimulando fabricações como a que vimos aqui, de Afuá.

Ali há uma pequena oficina e um cidadão construindo bicicletas, vivendo daquilo e certamente tendo uma vantagem no seu trabalho, porque ele está em Afuá. Se aquela bicicleta tivesse que ser transportada de algum outro lugar distante do País até lá, certamente o frete encareceria muito o valor do produto.

Então, a questão do frete faz com que haja diversos fabricantes. No levantamento do estudo, através da Rais, chegou-se a uma quantidade de 235 fabricantes no País, ou de bicicletas ou de peças.

No que se refere à questão do emprego, a gente trouxe um estudo de associações que anos atrás se reuniram para fazerem uma estimativa: são 117 mil empregos no setor de bicicletas e 18,5 mil empresas. Então, há uma diversidade muito grande, o que faz com que seja um setor muito favorável à distribuição de renda, muito positivo nessa questão de distribuição de renda e geração de emprego.

E também é importante ressaltar a quantidade de pequenas empresas. A gente estima que mais de 95% dessas empresas estão enquadradas no sistema de tributação do Simples Nacional.

Bom, ainda falando do estudo, Senador, e audiência, um dado superimportante e para o qual a gente, ao ver a bicicleta como transporte hoje cada vez mais presente nas cidades, não atenta é que o uso da bicicleta, segundo levantamento desse estudo, baseado na pesquisa POF (Pesquisa de Orçamento Familiar), do IBGE, demonstra que, com relação ao consumo das bicicletas, quase 40% do que é consumido o é por famílias

que têm renda mensal de até R$1,2 mil. Então, a participação das famílias de renda de até R$1,2 mil mensais é muito grande no consumo, o que demonstra que é um meio de transporte relevante e importante para a população menos favorecida.

Os governos pelo mundo estão estimulando muito o uso da bicicleta.

Aqui é uma imagem do Rio de Janeiro, mas eu trouxe esse eslaide para mostrar que há diversos países em que os governos já incentivam o uso da bicicleta, a ponto de oferecerem verbas para aqueles que se locomovem para o trabalho de bicicleta.

Aqui há um exemplo de sucesso no Rio de Janeiro. Não é pelo transporte. Aqui é pelo lazer.

Aqui há uma imagem da cidade de São Paulo, também num dia de lazer.

O Brasil já começou a olhar a bicicleta com o enfoque de todos esses benefícios que ela traz para a sociedade. E a gente tem ainda um caminho a percorrer.

A solução que a gente enxerga é baseada em três pontos principais. Hoje, antes de começar aqui a conversa, falávamos disto: da infraestrutura necessária para que haja segurança para quem pedala, de campanhas de conscientização, no sentido de que o espaço vai ser dividido com um automóvel, um ônibus, um caminhão – então, é necessário que se façam campanhas de conscientização dos motoristas dos veículos maiores para que convivam amigavelmente com quem está usando um veículo menor – e da questão dos impostos, que é o tema central de hoje. Ou seja, a questão do acesso ao produto.

A bicicleta, no Brasil, comparativamente com outros países, é um produto muito caro, pois em outros países ela custa muito menos. E a gente acredita que os impostos têm um papel importante aí.

No estudo feito pela Consultoria Tendências há um dado importante, que é este que eu trago aqui, de que a produção nacional é onerada, em seu custo, em 80%, com impostos que incluem PIS e Cofins, Imposto de Importação – utiliza-se muito ainda a peça importada, muito do que é produzido no País precisa de componentes importados –, IPI e ICMS. Nesse levantamento não foi considerado Imposto de Renda e Contribuição Social. Ou seja, ainda há um pouquinho mais aí que não foi considerado.

Então, a gente consegue perceber, como o Senador falou no início, que é um veículo que acaba sendo muito onerado nos seus impostos e é um veículo que traz grandes soluções. A gente acredita e defende que isso tem que ser revisto. A ideia é que se isente o IPI; talvez também PIS e Cofins, mas a gente nesse estudo aborda especificamente o IPI.

O estudo demonstra que, se o Governo optar por desonerar o IPI da bicicleta, haverá ganho de receita em outros impostos – PIS, Cofins, impostos estaduais – que mais do que compensam essa desoneração, outra questão importante para olhar no estudo, para aqueles que quiserem se aprofundar.

Outro dado importante que a gente encontrou na mídia: a desoneração que houve no setor de automóveis – hoje as nossas ruas já têm dificuldade de acomodar tantos automóveis –, a desoneração que foi feita em 2012/2013 custou, em desoneração de IPI, R$20 milhões por dia. Recentemente, numa nota técnica da Receita Federal, estimou-se que, se o Governo abrir mão da receita de IPI das bicicletas, em 2014, a renúncia fiscal será de 60 e poucos milhões de reais. Se a gente somar o estimado para três anos, dá 11 dias do que se abriu mão no IPI dos automóveis. Então, a gente acredita que é um bem que traz grandes benefícios e essa desoneração deve ser trabalhada. A gente tem que buscar que ela aconteça e ela tem um custo muito pequeno para os cofres públicos, além de a gente acreditar que, com o crescimento do uso da bicicleta, esses impostos acabam sendo recuperados ou pelo PIS e Cofins, ou pelo ICMS, pelos outros impostos federais e estaduais. Então, aqui é só um dado interessante: 11 dias de IPI de carro dão para pagar três anos de IPI de bicicleta.

Era o que tinha para trazer hoje.

As 18 mil empresas do setor, os 117 mil empregados do setor e a sociedade que se beneficia com o uso da bicicleta aguardam, torcem e trabalham ativamente para que o Governo entenda esses benefícios, se sensibilize e se junte ao grupo daqueles que defendem o uso da bicicleta.

Obrigado pela apresentação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Agradeço, Marcelo, por sua muito boa exposição, que demonstra a importância de discutirmos, debatermos e mostrarmos para o Governo o que é positivo para o conjunto da sociedade.

Nossa audiência está sendo transmitida para todo o Brasil e nós temos já a participação de alguns. A Rede e-Cidadania do Senado Federal está acompanhando.

Registro entre nós a presença: do Sr. Ronaldo Alves, representante do Instituto Pedala Brasília de Mobilidade Sustentável, muito importante; do Jonas Bertucci, nosso Presidente da Rodas da Paz; e também do Vinícius Mosna d'Orazio, que está nos acompanhando – já formulou, inclusive, uma pergunta –; e também da Anna Flávia Schimitt Wyse Baranski.

À medida que vão se comunicando nós vamos anunciando. E, na sequência, assim que terminarmos as intervenções, também vamos apresentar os questionamentos que foram levantados pelas pessoas que nos estão acompanhando neste instante.

Então, passo a palavra ao Daniel Guth e, em seguida, ao Pérsio, para que a gente possa fazer também algumas indagações aos senhores.

O SR. DANIEL GUTH – Boa tarde! Obrigado, Senador.

Meu nome é Daniel Guth. Eu represento uma rede de entidades, empresas e associações do terceiro setor ligadas e não ligadas à bicicleta. A gente tem, inclusive, empresas que têm alguma ligação, mas não necessariamente atuam diretamente em bicicleta. Já somos em 220 empresas. E a nossa rede se chama Bicicleta para Todos.

Nós recentemente lançamos uma campanha para que pudesse dar conta de popularizar um pouco esse discurso chato, enfadonho, às vezes muito burocrático, que é a tributação no Brasil. Então, a gente combinou elementos de comunicação e elementos de ativismo para poder levar a um número maior de brasileiros essa mensagem que a gente aqui vem discutindo, com o acompanhamento tão bonito, e tão importante, e tão presente do Senador.

A minha apresentação faz um pouco um panorama do que é o efeito da bicicleta em todos os aspectos. Na linha do que o Marcelo apresentou, há muita coisa que bate exatamente com que ele disse, então, vou fazer de forma quase histriônica, justamente para agilizar também a nossa audiência pública.

A bicicleta nessa questão do efeito de rede. Queria usar isto como exemplo: o que seria um telefone se só uma pessoa o tivesse? Quer dizer, para o que ele seria útil, por exemplo, se só o Senador tivesse o celular e ninguém mais tivesse um celular? Qual seria a função dele?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nesse caso, se só o Daniel tivesse um celular. (*Risos.*)

O SR. DANIEL GUTH – Pois é. Então, para que usaríamos um celular? Usaríamos, por exemplo, como relógio, alarme, câmera fotográfica, possivelmente, mas não como elemento, instrumento de comunicação, de diálogo.

Então, quanto aos instrumentos de comunicação *off-line*, se há uma pessoa que comunica para os seus receptores, ela tem uma comunicação única, unilateral. Então, quando falamos de rede, estamos falando de uma comunicação que se beneficia como um todo, que é o que os economistas chamam de *feedback* positivo. Quer dizer, quanto mais pessoas se utilizam daquele elemento, daquele instrumento, daquele produto, daquele serviço, de qualquer coisa, mais benefícios às pessoas aquele mesmo produto, serviço, e por aí vai, têm.

No meu entendimento – está meio escuro aí –, a bicicleta é, à luz desses conceitos, talvez, o instrumento civilizatório mais importante que temos. Sou ativista nesta área, trabalho com isso, então, obviamente que sou não um suspeito, mas posso falar com alguma propriedade sobre isso. E entendo que a bicicleta, sob esse efeito de rede, é fundamental.

E há vários exemplos que vou dar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Esse é o caso do suspeito que não precisa ser detido. O senhor tem que estar sendo exposto o tempo inteiro. (*Risos.*)

O SR. DANIEL GUTH – Vou trazer aqui alguns exemplos que, justamente, reforçam esse conceito de rede, para, depois, amarrar com a nossa proposta da audiência pública.

Mais ciclistas significam mais segurança, isso é bastante óbvio. O Brasil tem 65 mil mortos todos os anos no trânsito, isso são dados do DPVAT. São dados bastante importantes, porque isso é absolutamente absurdo, não consigo dizer outra palavra, e não nos incomodamos com isso, é algo que debatemos pouco, nós nos indignamos pouco, e temos que pautar isso o tempo todo.

Temos 25 mortes a cada 100 mil habitantes, dados da Organização Mundial de Saúde. Só para V. Exªs terem uma ideia de comparação com os demais países: o Uruguai tem 4,3; a Alemanha tem 6; a Colômbia tem 11,7; os Estados Unidos têm 13,9; e o Brasil só perde para países em situação de guerra, ou seja, o Afeganistão, a Líbia, ou mesmo a Etiópia. Então, estamos muito atrasados nesse quesito e só está piorando ano a ano. Mais e mais brasileiros estão morrendo nas nossas ruas, estradas, ciclovias, calçadas, enfim.

Só para terem uma ideia, a guerra do Iraque produziu – deixe-me pegar a minha colinha, só para não me perder – 174 mil mortos em dez anos, ou seja, 17,4 mil mortos por ano. Isso quer dizer que o Brasil vive, portanto, em apenas um ano, quatro anos da guerra do Iraque. E isso no que se refere só ao aspecto de mortalidade no trânsito.

E chegamos ao fator bicicleta, que é humanizatório nesse sentido. Esse é um estudo antigo, mas é utilizado no mundo inteiro – deixe-me pegar todas as cidades aqui. Foram analisados: 68 cidades da Califórnia, 47 cidades da Dinamarca, 8 países europeus e o Reino Unido. Então, apontando para o período de 1980 a 1998, por bilhões de quilômetros rodados de bicicleta, houve a redução absurda de fatalidades no trânsito. É uma

relação imediata: mais bicicletas, mais pessoas pedalando significa a redução imediata de fatalidades não só para ciclistas, mas também no uso dos demais meios de transporte.

Esse é um gráfico da Prefeitura de Nova York, apresentado pela Secretária Janet Sadik-Khan, que aponta no mesmo sentido: mais pessoas utilizando bicicletas, uma redução sensível, importante, de fatalidades no trânsito.

Outro dado importante: mais ciclistas significa menos gastos com saúde em vários aspectos. Essa é a capa do The New Yorker logo no lançamento da *City Bike* de Nova York.

E esse é o gráfico que o Marcelo trouxe, o dado líquido. Ele aponta que, de 1974 a 2009, houve crescimento de déficit de peso, nesse caso, decréscimo; o excesso de peso e a obesidade como um fator que está crescendo muito. A bicicleta, obviamente, nesse caso, age na relação com a atividade física.

Por ano, cerca de 1,3 milhão de pessoas morrem no mundo devido à poluição. Esses são dados da Organização Mundial de Saúde também. Ainda de acordo com a mesma organização, os índices da cidade de São Paulo apontam que a poluição tira um ano e meio de vida dos paulistanos – só na cidade de São Paulo. Esse número é até pior. Eles consideram, pela metodologia, poucos itens, e, alguns, só para citar essa perda de vida, dos casos mais graves são infarto, bronquite crônica, asma, enfim.

Aí a gente chega à causa, o que provoca a piora do ar e da qualidade do ar e da poluição atmosférica nas nossas cidades. Noventa por cento vem dos carros, dos automóveis, da queima do combustível fóssil. Portanto, é absolutamente correto dizer que quem está causando a perda de vida e a poluição são os automóveis, são os carros. Em São Paulo, como temos restrições ao transporte de carga, à entrada de caminhões, isso é mais evidente ainda.

Vida nas ruas significa varejo aquecido. Quer dizer, investir em bicicletas também significa melhorar o nosso comércio de rua. Esse é um dado também da prefeitura de Nova York. Foi investido em infraestrutura cicloviária, na 8ª e 9ª avenida, e observou-se o antes, o durante e o depois. Chegou-se à conclusão de que houve um aumento de mais de 50% no varejo, nas vendas dos comércios onde a infraestrutura foi implantada, o que quebra muito o mito de comerciantes, especialmente nas grandes cidades, que dizem o seguinte: "Eu não quero uma ciclovia na porta do meu comércio porque o meu cliente não vai conseguir parar o carro, estacionar." Isso, evidentemente, tem que ser acompanhado de uma infraestrutura bem-feita, pois não adianta fazer de qualquer jeito que não causa efeito. Mas se ela é bem-feita e faz parte de um sistema, melhora em muito – e os dados internacionais mostram isso – o varejo.

Mais bicicletas significa também maior produtividade. A Secretaria de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo – estou repetindo dados de São Paulo porque somos de São Paulo e isso, para mim, é muito mais fresco; São Paulo é um caso crônico de equívocos de políticas de planejamento, especialmente de mobilidade – então, a Secretaria de Transportes Metropolitanos estima que as perdas de produtividade em decorrência da poluição e do engarrafamento são da ordem de 4,1 bi/ano somente na cidade de São Paulo. O pessoal de Brasília, que não é de São Paulo, tem ideia do que seja esse número?

Tempo médio de deslocamento dos paulistanos no trânsito. A gente está pouco acostumado com isso. (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DANIEL GUTH – Quer dizer, então, a perda de produtividade, aliada ao estresse, aliada à poluição, aliada ao fato de se chegar no seu ambiente de trabalho já esgotado para a sua jornada de trabalho faz com que as pessoas tenham menos qualidade de vida e que as cidades também percam bastante na sua produtividade.

Infraestrutura cicloviária significa mais emprego. Esse é um dado fantástico, porque também, para aquecer a economia, muitas vezes, os governos, em todas as instâncias, investem em infraestrutura viária para aquecer a economia, para gerar empregos. Segundo um levantamento importante da Universidade de Massachusetts, dos investimentos em vias e calçadas, as ciclovias são as que geram mais empregos diretos e indiretos. Portanto, investir em bicicletas, em infraestrutura para bicicletas e para ciclistas também significa aumentar e gerar mais empregos.

Aí, uma pergunta: se bicicleta é uma coisa tão boa, o que atravanca, por que não se desenvolve? Vou apresentar os dados que o Marcelo já mostrou aqui. Vou passar super-rápido, para não ser repetitivo, um raio X do mercado. Só para a gente entender, são 240 fabricantes – o Marcelo trouxe 235, está dentro – espalhados pelo País. Então, a gente tem um dado importante, que é a pulverização da produção de bicicletas no País, dividida da seguinte forma: 20% na Zona Franca, 70% espalhados pelo País, 10% de importados, sendo 7% formal e 3% descaminho. Descaminho é aquele que viaja e traz na mala.

A produção mundial de bicicletas é dividida desta forma: a China tem a maior parcela; depois, a Índia; o Brasil vem em terceiro lugar, empatado com Taiwan. Isso é um dado muito importante, porque o Brasil consome internamente essas bicicletas.

Há um potencial de mercado interno enorme, por isso nós somos o quinto maior consumidor de bicicletas no mundo. É importante ressaltar isso só para deixar claro o seguinte: "Então, a gente está bombando,

estamos produzindo muita bicicleta e somos o quinto maior consumidor do mundo. O Brasil é incrível em bicicleta!" Não, isso não é verdade. Se você fizer a conta *per capita* de consumo, a gente cai para 22º lugar. Portanto, não estamos bombando.

O Brasil tem uma bicicleta para cada quatro habitantes, o que dá 25%. Só para vocês terem uma ideia comparativa, a Holanda tem 18 milhões de bicicletas para 16 milhões de habitantes; a Alemanha tem 720 bicicletas para cada mil habitantes, o que dá quase uma para um. São só dois exemplos para dizer que há um potencial enorme no mercado de consumo no Brasil.

Se há, o que está acontecendo com esse gráfico, por exemplo? Desde 2008, o consumo e a produção de bicicletas só vêm caindo. O que está acontecendo com o Brasil, que tem um potencial de crescimento enorme, e o consumo e a produção vêm caindo? A gente pode elencar vários fatores. Houve uma perda de 21,7% de produção e uma perda de 18% no consumo. Quais são os fatores, então, que justificam essa queda de produção e de consumo? A falta de infraestrutura cicloviária, como já citei aqui; a falta de educação, de compartilhamento e de programas de educação e de respeito no compartilhamento; a falta de segurança viária, considerando-se os dados absurdos que apontei aqui no início, o que nos leva a discutir, a fazer um raio X do ciclista brasileiro para chegar ao porque de não estarmos bombando.

No Brasil, por esse gráfico, o percentual de famílias que adquiriram bicicletas – o Marcelo já apontou – é de 40% dos que têm até R$1.200,00 de renda familiar. Então, são os brasileiros com menor renda. Comparou-se com a renda média e quem adquiriu bicicletas nesse período tem a renda 11,8% menor do que a média brasileira. Então, quem comprou bicicleta, no período em que a POF fez o levantamento, tem uma renda menor do que a média geral dos brasileiros. A divisão de vendas se dá dessa forma, portanto, o uso delas tem o mesmo desdobramento: 50% para transporte, 32% infantil, 17% lazer e 1% para competição.

No mesmo recorte de período, houve maior índice de vendas nas Regiões Norte e Nordeste, mas isso é um dado pontual. A gente pode chegar à conclusão de que quem usa bicicleta no Brasil, de forma majoritária, são trabalhadores com renda familiar de até R$1.200,00, com uma concentração muito forte no Norte e no Nordeste.

Se comparado com a venda de bicicleta de diversos países, de diversos continentes, chega-se à conclusão de que o Brasil tem a bicicleta mais cara do mundo, 230% maior, de bicicleta para transporte.

Portanto, quem alimenta o mercado de bicicletas no Brasil? Só para se chegar a uma conclusão: a informalidade, basicamente. Hoje, a gente tem – não está aqui – 40% dessa produção de bicicletas na informalidade, o que não significa que seja um mercado ruim, não vamos chegar a esse ponto do mérito, mas é um mercado em que as pessoas estão na informalidade pelas regras tributárias e pela lógica que o Governo impõe para esse setor.

E aí o que o Marcelo já disse: a alíquota média de impostos. Só um exemplo da desoneração: se tivermos a isenção do IPI, que é o que estamos batalhando aqui, nós teremos um aumento de 11,3% no consumo, o que se compensa na arrecadação, o que faz com que o Tesouro Nacional tenha um aumento de 1,2% da sua arrecadação. Portanto, não há perdas, somente ganhos, e haveria, com certeza, num processo que a gente tem de desdobrar a partir do IPI, uma menor informalidade desse setor. Então, a gente chega à conclusão – e esse é o motivo da minha vinda aqui – de que teríamos mais bicicletas nas ruas, que é o que nos interessa. Só para que a gente chegue à conclusão, a bicicleta é uma economia de rede por excelência.

Uma área influencia a outra e elas estão interligadas. Então, não adianta investir em infraestrutura se você não tem uma política industrial ou uma política tributária que beneficie as bicicletas. Não adianta investir em educação se você não investe em infraestrutura. Portanto, uma área está ligada à outra e todas elas têm conexão entre si. Por isso é tão importante a gente discutir a questão tributária, porque ela pode desencadear muitas outras, sejam elas a infraestrutura, a educação, a segurança. Enfim, é um tema que gente tem de aprofundar.

Para finalizar, e aqui está o meu muito obrigado, tenho um vídeo novo, de trinta segundos, super-rápido, que eu queria passar, da nossa campanha.

A gente lançou um abaixo-assinado na change.org. Esta semana nós já atingimos 100 mil assinaturas. Então, mais de 101 mil já assinaram. Isso quer dizer que a nossa mensagem para o Governo Federal e para o Parlamento, para o Congresso Nacional, é que a sociedade está querendo isso. Não é uma pauta de mercado, não é uma briga entre associações, é uma pauta da sociedade. Portanto, a gente só pede isso. Eu tenho vindo para Brasília constantemente para dizer que a sociedade quer isso.

O governo Obama, recentemente, regulamentou as petições como uma forma de o governo responder às demandas da sociedade.

O Brasil viveu uma coisa bastante intensa em junho do ano passado, não tem atendido à participação da sociedade nas suas decisões e as petições cumprem uma função fundamental para dizer: esta pauta é nossa também. No momento em que a gente atinge 100 mil assinaturas, o que nós, da sociedade, e eu aqui venho representá-la, estamos dizendo é: pelo amor de Deus, ouçam-nos, debatam e vamos resolver essa situação. Por enquanto, não temos tido êxito, dada a última medida provisória, que teve simplesmente arrancada a questão

do IPI zero da noite para o dia por uma simples ligação de alguém do Governo Federal. Portanto, são 100 mil brasileiros, e esse número só tem crescido; daqui a pouco serão 200 mil, 500 mil. E aí, quando vão nos ouvir? Fora o Senador, que é o nosso grande líder aqui.

Vamos ao vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Espero que o vídeo tenha sido assistido pelo nosso Ministro da Fazenda, Guido Mantega, o que já facilitaria bastante o nosso trabalho, Daniel, porque nós temos insistido, no Congresso Nacional, várias medidas provisórias que tratam de questão tributária têm sido debatidas, discutidas, sobretudo desoneração para várias cadeias produtivas, e não temos sido ouvidos adequadamente em relação à questão das bicicletas. Não é justificativa, e não pode ser justificativa, que uma região do País possa criar um embaraço de tal sorte que impeça que 70% da produção espalhada pelo restante do Brasil seja impedida de ter uma desoneração adequada, correta, justa e necessária para o bem não só da mobilidade, como da saúde, do lazer, do esporte, o que é muito importante para o nosso País.

Portanto, espero que o nosso Ministro esteja acompanhando e que possa dar umas pedaladas conosco, porque, aí, facilita todo o nosso trabalho, meu caro Persio Davison. Poderia ser o Persio "Davison", mas é o Persio Davison, mesmo.

O SR. PERSIO DAVISON – O senhor sabe que, aqui no Brasil, deveria ser "Davison".

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – "Davison", claro.

O SR. PERSIO DAVISON – "Davison", vogal entre consoantes, mas tudo bem.

Eu agradeço o convite que foi formulado pelo Senador Inácio Arruda para a presença da ONG Rodas da Paz nesta Comissão que trata do tema tributário e da isenção dos IPIs. A ideia da presença da ONG, evidentemente, pela competência e qualidade das apresentações feitas e pelos dados que foram colocados – é sempre importante pontuar os dados, porque dão uma dimensão concreta de análise sobre a nossa realidade –, é a de, possivelmente, poder contribuir com alguns comentários. Portanto, nós não viemos com uma apresentação, mas, sim, na intenção de atender à convocação que o Senador nos fez de participar e tecer alguns comentários.

Senador, eu gostaria de registrar a presença do Jonas Bertucci, que é o atual presidente da ONG Rodas da Paz, como também do Ronaldo Alves, que é um ex-presidente da ONG Rodas da Paz e que se lançou no tema, aqui no Distrito Federal, em defesa da bicicleta e da estrutura necessária, a partir da experiência e vivência dele na nossa ONG, da qual eu tenho a grande satisfação, honra e orgulho de ser participante e, na presente gestão, um conselheiro.

As exposições feitas mostram com clareza a realidade que o Brasil vive. Nós temos uma prevalência do uso dos automóveis nas nossas cidades, nós temos os incentivos voltados ao incremento dessa prevalência e, portanto, nós não temos os investimentos necessários para um transporte coletivo, para os deslocamentos a pé e para os deslocamentos usando a bicicleta, a partir de uma infraestrutura viária adequada e competente.

O ponto que eu quero ressaltar aqui é que não se trata apenas de uma visão de que: "Não, eu tenho o direito de ter meu carro". Sim, eu tenho o direito de ter o meu carro. Todos nós temos o direito de ter o carro, mas eu não posso ser obrigado a só poder me deslocar de carro.

Então, se nós vemos alguns países que têm a bicicleta como um dos fatores importantes da mobilidade urbana, nós percebemos que não existe uma visão de confronto no contexto da bicicleta, ou do deslocamento a pé, ou do trem, ou do metrô e o uso do carro. Por quê? Porque são infraestruturas que são disponibilizadas à opção do cidadão.

Então, é uma questão de cidadania. Esse é o primeiro ponto que eu acho importante ressaltar.

O segundo ponto que acho relevante é saber quais são as consequências, num primeiro momento, desta realidade, de ter esse monoteísmo do uso do transporte individual. Eu acho que tanto na apresentação do Marcelo, da Aliança Bike, como na do Daniel Guth, da Bicicleta para Todos, estão muito claras as consequências disso.

Quando se fala da questão da morte no nosso trânsito, nós não podemos esquecer que estamos na década de redução dos acidentes de trânsito e que o Brasil foi escolhido como um dos países de atenção desse movimento de redução. Quando se colocam 65 mil mortos no trânsito, aparentemente, é um dado chocante – e é um dado muito chocante -, mas nós estamos um pouco anestesiados; nós não estamos tendo, como sociedade, a indignação por esse volume de mortos.

Agora, se nós colocarmos que, para cada morto no trânsito, eu tenho de oito a dez sequelados, eu estou falando de em torno de 500 a 600 mil pessoas vítimas de uma mobilidade que não privilegia a qualidade de vida, que não privilegia a segurança, que não dá alternativa para outro tipo de mobilidade que não a mobilidade tensa, poluente e que provoca suas consequências em termos de saúde, em termos do meio ambiente e, mais ainda, numa circunstância em que nós somos perseverantes num tipo único de mobilidade, desconsiderando as demais, que são direito da cidadania e que, cada vez mais, demandam o uso dos espaços urbanos, que já

não existem. Cada vez demandam investimentos mais caros e elevados, que são pagos por toda sociedade e que competem com outros investimentos necessários, como é o caso da saúde, da educação, como também da infraestrutura para outros tipos de mobilidade.

Aí, entra um dado, que muitas vezes não colocamos, que passou aqui nesse dado, que é sobre o significado dos custos dos congestionamentos; o que significam os custos de atendimento de saúde para esses acidentados. Se nós colocarmos, de um lado, uma visão apenas monotônica, de que tenho de ter transporte individual e de que a infraestrutura é apenas voltada para esse transporte individual, nós estamos nos esquecendo de ponderar o outro lado dessa equação sobre os custos que a sociedade paga para isso.

Há uma segunda dimensão, que é a questão do uso da bicicleta. O Daniel colocou que 50% se destinam a uso de transporte, se não me falha a memória; 34% ao uso infantil... Mas o infantil também é transporte – basta ver nas cidades do interior. Outra coisa que acho importante ressaltar é: quem daqui não sonhou em ter uma bicicleta? Todos nós sonhamos. Quais dos pais aqui não pensaram em dar ou deram uma bicicleta para seu filho? Todos. Então, ele faz parte de nosso sonho e do nosso almejar.

A outra dimensão, quando se coloca a bicicleta – e os ciclistas têm isso com muita perseverança e qualidade –, é que ela não é um meio de transporte agressivo. Não é um meio de transporte em que eu me isolo, como se fazia na Idade Média, em uma armadura de lata para me tornar invencível. Não, na bicicleta eu estou integrado com os outros, pela própria dimensão da velocidade: estou integrado com o pedestre, estou integrado com os demais ciclistas, eu estou integrado com o ambiente. A pessoa sente o clima, a brisa, os aromas, olha o movimento das pessoas e os pequenos animais que convivem conosco nas áreas urbanas. É qualidade de vida! Isso é diferente de a pessoa pegar seu carro e ter um congestionamento começando na porta de sua garagem, onde estaciona o carro, tendo que transitar grande espaço de seu tempo produtivo congestionado.

Eu apenas faço uma referência a isso. No século XIX, antes das leis trabalhistas no mundo ou das preocupações com a questão do trabalhador, gastava-se em torno de 12 horas trabalhando, e as vilas operárias eram do lado das fábricas. Hoje, eu coloco o limite de oito horas, mas eu não tenho mais a moradia ao lado da fábrica. Então, o diferencial do tempo que se deveria economizar para lazer, saúde, para cultura ou para o convívio familiar, eu gasto tenso, tensionado e tensionando em uma mobilidade que é insana, que é absurda, que é inadequada. E nós não estamos apenas dizendo que é inadequada porque apenas devemos dar uma pluralidade à mobilidade.

Esse entendimento da inadequação é global. Se pegarmos os países que trilharam os caminhos do desenvolvimento, lógica na qual o Brasil também caminha, não temos de trilhar os erros dos que estão mais avançados. Nós temos de aprender a ultrapassá-los e caminhar nos objetivos mais consequentes. Se pegarmos Londres, que isolou a área central da cidade, ela possui um transporte coletivo eficiente. Se eu pegar pequenas cidades-estados que são apenas como uma representação de exemplo emblemático... Por exemplo, se eu estiver morando em Cingapura, para comprar um carro, preciso ter uma licença. Eu tenho de dizer onde vou estacionar, qual meu trajeto, se as ruas são suficientes para meu carro ou não... Se eu praticar um crime – e louvo este Congresso que, mais uma vez, caminhou, positivamente, para penalizar, criminalmente, pessoas que provoquem danos a partir de "rachas" – ao volante em Cingapura, se eu estiver bêbado, que é crime forte lá, e matar uma pessoa, não só será crime, mas estarei vulnerável ao julgamento desse crime, e meu veículo será considerado arma de crime. Ele será expropriado, vai para uma prensa e vira um bloco de concreto para ser fundido. Então, é outra dimensão do entendimento da participação da sociedade.

Voltemos ao tema das bicicletas. Acho que um dado importante que devemos observar e que nos foi apresentado é que a bicicleta é de preponderante uso para deslocamentos de menor dimensão. Ora, quando falamos dos problemas de trânsito, da poluição, nós estamos falando das grandes cidades, das regiões metropolitanas, mas grande parte de nossa população mora em cidades de menor porte, em que o uso da bicicleta é muito mais prevalecente, mas também onde é menor o nível de renda. Eu não tenho os grandes acessos a emprego e renda que tenho nos grandes centros.

Ora, o que significa ter uma bicicleta que se destina à população de menor renda como uso de transporte? Há o dado da renda familiar de até R$1.200,00, que é, preponderantemente, o deslocamento para a bicicleta. O que estou dizendo? Estou falando das cidades que não são metrópoles, que não são capitais, para não dizer que estou falando das periferias das grandes cidades e das grandes metrópoles.

No entanto, esse cidadão de menor renda paga tributo como todos nós, comprando a caixa de fósforo, o quilo de arroz ou a cerveja, se quiser. Ele paga. No entanto, quando falo dos investimentos da sociedade, ela faz os investimentos grandes e pesados na mobilidade sem beneficiar esse cidadão de menor renda, que paga também os seus tributos.

Então, quando se fala da questão do IPI, não estamos tratando apenas de uma lógica, de uma dinâmica econômica. E aqui quero parabenizar o Senador Inácio Arruda por sua luta e sua pressão no contexto do Gover-

no, para que tenha a sensibilidade de que não estou tratando da redução do IPI, no caso das bicicletas, numa comparação de onde posso melhorar, piorar ou adequar, numa realidade circunstancial, o tema de emprego ou de crescimento da economia, como foi a redução dos IPIs dos carros a partir de 2008, com a crise que tivemos no Sistema Financeiro Internacional.

Ali, a intenção foi dar uma redução porque ela é uma cadeia grande de produção, que atua imediatamente, e o carro é um ícone. Quem não tem carro quer ter um. "Eu estou fazendo redistribuição de renda e dando alternativa para que ele possa comprar o seu carro". Não há problema algum. O que não se pode é ter isso como uma política. Isso é circunstancial. A prorrogação da isenção de IPI para os carros leva à realidade que estamos tendo. Por quê? Porque não existem os investimentos para dar espaço a todos esses carros na mobilidade. Isso leva às consequências que temos: o trabalhador leva duas horas e meia, em média, em São Paulo.

Acredito que os dados em Brasília devam ser semelhantes. É só ir à rodoviária ou aos estacionamentos dos ministérios ou das áreas de comércio de Brasília e perguntar quanto tempo ele levou para vir de Sobradinho, Planaltina, Valparaíso ou sei lá de onde até aqui. Aliás, não precisa nem perguntar. É só ver os noticiários matinais, porque um dos seus ícones mostra os congestionamentos. Nós não estamos comparando aqui com São Paulo, onde, quando há 130 quilômetros de congestionamento de manhã, eles acham uma maravilha, apesar de haver rodízio dos carros. Aqui você não tem esse indicador, mas é só ver as imagens de satélite para descobrir que, vindo da região externa do DF, de Luziânia, os congestionamentos começam em Valparaíso; ou que, no balão do Colorado, onde antigamente começavam os congestionamentos, agora eles estão muito além.

E outro dado relevante: antigamente, quem saía da Esplanada dos Ministérios – aí entra a questão urbana também, da concentração da oferta de empregos e trabalho – verificava que o congestionamento começava na entrada da Epia. Quadruplicou-se o número de pistas da Epia, mas, há dois anos, se viu congestionamento naquele eixo do zoológico – não sei qual o nome daquela pista –, que começou a adentrar o eixão, e, hoje, entre 6 horas e 7 horas, há congestionamento nas portas dos ministérios.

O que significa isso? Que os investimentos na infraestrutura para o transporte individual não dão conta. E por que o indivíduo compra um carro se ele tem de se submeter a isso? Ele se submete a isso porque não tem outra alternativa. Ele não tem um transporte coletivo eficiente. Nós não temos o transporte coletivo integrado aos outros modais. As pessoas estão usando – isso está crescendo, felizmente – a bicicleta pela consciência ou pelas possibilidades, mas há uma reclamação básica: não há uma postura de política amigável ao uso da bicicleta. Eu não tenho a integração. Eu posso fazer, perfeitamente, o meu deslocamento de cinco ou de sete quilômetros até uma estação de metrô, até uma estação de ônibus ou até outra forma, mas não tenho segurança de guarda da minha bicicleta. Há um exemplo colocado aqui no vídeo do Marcelo. Eu não tenho um incentivo ao uso; eu não tenho onde guardar; eu não tenho um banheiro ou um espaço na empresa em que trabalho.

Quero dizer com isso que é fundamental esse entendimento de beneficiar a bicicleta, porque ela beneficia a população de menor renda. É fundamental a isenção do IPI para a bicicleta, porque ela vai beneficiar as pequenas cidades, que têm menor dinamismo econômico. É fundamental essa isenção porque dá acesso àqueles que têm consciência de que não há futuro no transporte, na mobilidade como estamos construindo as nossas cidades.

Portanto, acho que, em decorrência disso, pensar simplesmente que, reduzindo R$65 milhões de tributos, que são três dias do que reduzo em tributos para os automóveis, e pensando nos investimentos, que não são feitos, porque não haverá condição do espaço necessário, que não se obterá nas nossas cidades, verificamos, com muita tranquilidade, que se trata de algo muito além do IPI.

Nessa dimensão, o valor do IPI é significativamente zero ou praticamente igual a zero. Por quê? Porque tenho de comparar isso com os investimentos que tenho de fazer na infraestrutura para o transporte individual e ver o que significa isso em relação a minha isenção.

Quer dizer, estou fazendo uma isenção de IPI, incentivando um meio de transporte, cuja demanda de gastos em investimentos públicos pagos por toda a sociedade será muito maior.

Portanto, acho que devemos colocar com clareza que a redução do IPI é uma política social, é uma política de redistribuição de renda, é uma política de intermodalidade, de integração, de sustentabilidade; é uma política de "distensionamento".

Eu gostaria de acrescentar os 65 mil mortos, que o Guth coloca nos seus dados de referência. O Brasil tem 50 mil mortos por ano em crimes de morte, dos quais 85% dos inquéritos não são nem concluídos.

Então, estamos falando também que essa realidade, que temos, de mobilidade truncada, poluente e tensa é também um meio de violência e é também um meio de queda de produtividade, porque a pessoa já chega estressada, cansada e com menor capacidade de produzir.

O entendimento da Rodas é o de parabenizar a iniciativa do Senador Inácio Arruda, o trabalho que a Aliança e a Bicicleta para Todos têm produzido com os demais, aos quais a ONG Rodas da Paz se soma com muita satisfação, nas suas possibilidades e nas suas dimensões, em apoio a essa questão.

E há outro ponto final, que gostaria de colocar, Senador Inácio Arruda, que se trata do ICMS. Foi colocado aqui o ICMS, no valor de 18%. Ora, quem usa a bicicleta não está demandando o transporte público ou parte do transporte público. Há um investimento, no caso de uma estrutura cicloviária, muito menor, quase ínfima, em relação aos investimentos na infraestrutura do transporte individual ou mesmo do transporte público.

Então, a questão da integração e do incentivo passa também... Por exemplo, se eu pensar a questão dessas famílias, com renda em torno de R$2,2 mil: muitas delas não são formalizadas no seu emprego, são informais. Portanto, não têm acesso ao vale-transporte, penalizando-se mais essa população de menor renda.

Aquele cidadão que acessa um ponto de intermodalidade, qualquer que seja o meio de transporte coletivo, deveria ter também, além do benefício de adquirir uma bicicleta de melhor qualidade... Poderíamos acrescentar, por exemplo, que, em qualquer lugar do mundo, hoje a bicicleta vem já de fábrica com a luz traseira; no Brasil, não vem. Não sou obrigado a usar o capacete, a lei assim não determina, mas, no *marketing* da minha empresa, eu deveria colocar o capacete como um incentivo à preservação da vida das pessoas.

Então, a redução do IPI traz a possibilidade de que, por outra ponta, se invista também na segurança e na qualidade do uso da bicicleta como mobilidade.

Mas, no tema do ICMS, acho que caberia também aos Estados apoiar essa iniciativa, que está sendo feita, da redução do IPI, como também a de incentivar o uso da bicicleta.

Por exemplo, o cidadão que chega de bicicleta a um ponto de intermodalidade de transporte, deveria ter gratuito seu bilhete de transporte. Por quê? Porque não está pressionando investimentos fortes, não está pressionando a infraestrutura de transporte coletivo, que é pressionada, por mais que haja investimentos, e está propiciando melhor qualidade de vida para toda a sociedade.

Então, devemos olhar, com muito carinho, essa visão tributária, porque as consequências e os efeitos dessa visão vão muito além de simplesmente fazer uma conta numa planilha e de dizer "não", porque reduzo R$65 milhões nos meus tributos, quando a realidade que tenho, em termos de infraestrutura e investimentos, de mortalidade no trânsito e das consequências em questões de saúde, ultrapassa dezenas e dezenas de vezes – para não dizer outras referências – o que reduzo nesse ICMS.

Acho que é uma questão muito além da economia; é uma questão de cidadania. Acho que esse é o exemplo que devemos dar e fortalecer, nesse esforço que está sendo feito, para redução do IPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito bem, Persio.

Quer dizer, agregamos mais um movimento, que é o movimento do ICMS. Claro que são iniciativas. Acho que o próprio movimento nacional em torno do IPI pode, sim, pressionar a questão do ICMS, mas eu conclamo os nossos vereadores do Brasil inteiro e os nossos deputados estaduais para que acompanhem esse movimento nos Estados, já fazendo pressão sobre os governadores e prefeitos a fim de fazerem reduções tributárias àqueles que adquirirem as suas bicicletas. Acho que isso é muito importante para fazermos um movimento bem conectado.

Faz parte de uma pergunta que é exatamente do Vinícius, que trata da questão de porque já não fazemos um movimento conjunto, visto que isso integraria a União, que tem um conjunto de tributos federais, os Estados com ICMS, que é o tributo mais pesado, e, na sequência, o Município, que tem um tributo muito importante, que é o IPTU. Digamos que, se você adquirir uma bicicleta, você pode receber descontos no IPTU. Penso que seria muito interessante para que a gente fizesse um movimento para atender o Vinícius.

E a Ana Flávia que trata de examinar a questão dos preços. Ela está considerando que os preços das bicicletas ainda são muito altos, porque as populações de renda mais baixa são as que mais precisam desse equipamento de transporte, e uma bicicleta ainda é considerada cara, principalmente porque compram no sistema nosso de prestações, que todo mundo tem consciência de que é o sistema financeiro, ganhando sem trabalhar. No popular, "sem dar um prego numa barra de sabão". Isso é que é sistema de compra a prazo, a prestações: o sistema financeiro antecipa os recursos para a empresa e cobra daquele que vai adquirir a sua bicicleta. Então, ela quer um preço que permita que ela compre sem ter de usar o sistema de compra a crédito, a prazo, etc. Acho que tem sentido, Ana Flávia. Está colocada a sua questão.

Eu vou pedir ao Jonas, que é nosso presidente, e vamos abrir aos nossos convidados que estão acompanhando no plenário para intervenções breves, de três minutos, no sentido de fazer um diálogo com a Mesa e também de colocar informações novas do Movimento, que também é um movimento social.

É muito importante que se dê atenção ao trabalho que estamos desenvolvendo e que já agregou a Comissão de Direitos Humanos. Quer dizer, a Comissão de Direitos Humanos do Senado absorveu essa demanda

como também uma demanda de direitos humanos, ou seja, você ter direito a um transporte, que é leve, que não polui. É claro que qualquer movimento gera poluição...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nascer já é um problema, fora outros que já existem por aí. Mas o grau de poluição comparativo... A distância é abissal entre um automóvel, a que assistimos no vídeo apresentado pelo Daniel, e uma bicicleta.

E também registrar que, além da Comissão de Direitos Humanos do Senado, os funcionários do Senado estão reivindicando do Presidente da Casa, da Mesa Diretora, da estrutura do Senado – e isso também vale para a Câmara dos Deputados, para essa estrutura que é o Congresso Nacional, uma verdadeira cidade, que tem uma demanda gigantesca de automóveis –, os funcionários estão reivindicando que se monte um bicicletário no Senado. Acho que devem fazer a mesma coisa com a Câmara dos Deputados e em outros pontos.

Demanda-se que a antiga rodoviária da Capital, que hoje é uma rodoviária mais local do Plano Piloto, tenha um grande bicicletário, capaz de atender a demanda da Esplanada dos Ministérios. Quem olha, quem tem uma fotografia de cima da Esplanada dos Ministérios imagina que, diante desses ícones do Niemeyer – a Catedral, a Esplanada, o Congresso Nacional, o STF e o Palácio do Planalto –, nós temos algumas grandes fábricas de automóveis com os seus pátios hiperlotados, entendeu? Todos os terrenos estão ocupados, e a via pública está ocupada. E não se toma providência. Infelizmente, o Governo do Distrito Federal não conseguiu tomar providências; fez algumas tentativas, mas até as vias de acesso à Esplanada estão sendo transformadas em estacionamentos, virando pátio de automóveis. É uma coisa gigantesca. Acho que não tem nenhum fabricante de automóvel com um pátio tão gigantesco quanto o pátio da Esplanada dos Ministérios.

Por isso, os funcionários do Congresso Nacional – no caso, estamos tratando aqui do Senado, mas há um movimento também entre os ministérios – solicitam que transformemos isso em bons bicicletários, bem equipados, com espaço de vestiário para aqueles que querem tomar um banho, trocar a roupa. No inverno, aqui é o inverso, é muito seco e muito quente no período diurno. Que as pessoas possam utilizar isso, o que existe em vários cantos do mundo.

Estive recentemente em Medellín – é claro que o clima é diferente nas montanhas dos Andes – no Fórum Urbano Mundial, promovido pelo Habitat, uma agência das Nações Unidas, mas o Fórum Urbano tratou do tema bicicleta. E Medellín foi escolhida não só porque fez grandes alterações urbanas, tratando desde o transporte público massivo de trens, metrô e outros equipamentos que se associam ao metrô, os BRTs – o nome ficou em inglês, mas é português mesmo; levou do Brasil, saiu de Curitiba.

Então, eles mostraram que antes, Daniel e Jonas, eram utilizadas três faixas para automóveis. Eles eliminaram toda a presença de automóveis, e aquelas três faixas que eram utilizadas por automóveis são usadas exclusivamente por veículos não motorizados. Evidentemente, a bicicleta é o principal veículo não motorizado que está ocupando essa via, numa faixa que liga a cidade de norte a sul; quer dizer, são quilômetros e quilômetros de vias, que permitem uma movimentação extraordinária de quem usa bicicleta 24 horas. É algo muito interessante.

O SR. DANIEL GUTH – Não à toa, o Fórum Mundial da Bicicleta, que nasceu em Porto Alegre e este ano foi em Curitiba, no ano que vem sairá do Brasil e irá para Medellín.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É claro, exatamente porque é uma cidade que está buscando dar uma virada e, digamos, um país em guerra, porque há uma guerra civil. Além da guerra civil, aquela cidade de Medellín especificamente era a cidade do Cartel de Medellín, conhecida dessa forma. Até que morreu Pablo Escobar, e o Cartel também terminou perdendo força naquela cidade. Medellín se reinventou, mostrando que é possível serem feitas modificações urbanas significativas.

Isto é uma espécie de prestação de contas também de nossa atividade no Fórum Urbano Mundial. Estivemos ali e examinamos que a bicicleta faz parte do tema da questão urbana no mundo. Não é um problema da reivindicação nossa no Brasil – de Brasília, de Porto Alegre, de Curitiba, de São Paulo, do Rio, de quem anda na beira da praia. Não é nada disso. É um movimento massivo que vai tomando conta de muitos países, e queremos que tenha sucesso e êxito no nosso País.

Por isso, vamos passar a palavra ao Jonas Bertucci, que é o presidente de uma associação muito importante daqui de Brasília, Rodas da Paz, que se associa a todo esse movimento nacionalmente, quer dizer, de Brasília para o Brasil todo, quem sabe até Medellín. Quem sabe vocês não vão pedalando daqui até lá. Espero que eu possa ir também.

O SR. JONAS BERTUCCI – Já fomos até o Rio.

Muito obrigado, Senador, pela palavra, pela oportunidade de ter este espaço de diálogo, de construção, Há uma anedota que diz que querer corrigir o problema dos engarrafamentos aumentando ruas e colocando

novos estacionamentos é a mesma coisa de tentar curar a obesidade afrouxando o cinto. Isso tem totalmente a ver com o que o senhor estava colocando agora.

Queria pedir desculpas, porque vou ter de me retirar daqui a pouco. Minha equipe está me esperando no trabalho, mas, antes de sair, queria colocar duas questões, complementando um pouco o que o Persio falou e os dados que vocês todos colocaram.

A ideia da implementação do IPI zero ou de redução da tributação sobre bicicletas, como foi bem dito aqui, tem de ser vista dentro desse contexto maior de uma nova visão de cidade, de uma nova política de cidade. Então, tem que estar dentro de um projeto com uma outra visão que seja integrada entre vários aspectos.

O IPI é uma luta pequena. No entanto, pela dificuldade, como o Daniel colocou, de se fazer uma coisa tão pequena, a gente vê que há um problema grande a ser cuidado. Então, é importante a gente sempre alertar que isso é uma parte de um problema maior e que a gente tem de repensar essa visão.

Então, são dois aspectos simples que eu quero colocar, mais de visão, de concepção.

Primeiro, ser a favor da bicicleta não é ser contra os carros, mas é ser contra o uso pouco racional do automóvel. Se a gente pegar a taxa de motorização na Europa, provavelmente é muito maior do que no Brasil. Há mais carros por habitantes na Europa, nos Estados Unidos. No entanto, o uso do carro não é tão irracional. E, como o Persio falou, você não é obrigado a usar o carro como principal meio de transporte. Você não é um cidadão de segunda classe se você utiliza a bicicleta ou os meios públicos, ou mesmo se você anda a pé. Então, não é ser contra o carro, mas é ser contra o uso pouco racional do automóvel.

Isso significa, por outro lado, que, quando se repensa a cidade, a gente está trazendo a ideia de que o cidadão precisa reapropriar-se dos espaços públicos. E a bicicleta tem esse potencial. Ela tem o potencial de a gente, inclusive, repensar o que é a rua. A rua ocupa um espaço enorme, um espaço público enorme, uma área onde poderia ter uma vida. E, por conta do privilégio ao uso do automóvel no dia a dia, ela vira um lugar simplesmente de passagem. Mas a rua não pode ser vista só como um lugar de passagem, que eu tenha que ir de um ponto a outro o mais rápido possível. A rua é um lugar de convivência, é um lugar de criação de laços sociais, é um lugar onde as pessoas se encontram, de parada. Por que não? As pessoas tradicionalmente se encontram na cidade e no seu deslocamento. Então, elas podem parar na rua e se encontrar. Não fazer nada, fazer compras, melhorar inclusive a atividade comercial e construir vínculos com a sua cidade.

Então, quando se constrói um espaço de deslocamento voltado para os meios ativos – para o pedestre, para o ciclista –, há um outro potencial de visão de cidade e de cidadania, em que o cidadão toma a frente e se reconhece como dono e participante da cidade onde vive.

É isso. Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O.k. Muito boa, excelente. Vamos buscar nos apropriar da via pública, então, que é uma questão fundamental.

Não é fácil, não, viu, Jonas? Sabemos que a calçada é pública, mas, no Brasil, em geral, a turma privatizou também a calçada. Então, da via, os automóveis tomaram conta. E a calçada é usada como rampa para automóveis. Então, cada um faz a sua rampa no seu gosto. Não é mole, entendeu?

Então... Mais alguém quer se manifestar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Ronaldo? Ronaldo, três minutos. Ronaldo Alves. E, na sequência, Maurício Laxe. Muito bem, Maurício, na sequência.

Ronaldo Alves é representante do Instituto Pedala Brasília, de mobilidade sustentável.

O SR. RONALDO ALVES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Tem um adesivo aqui do Jonas, da Rodas da Paz: "Motorista, divida a rua com o ciclista". Então, o Jonas pede pouca coisa, porque ele pede apenas 1,5m de espaço para dividir com os automóveis. Eu acho que isso já ajudaria bastante no Brasil inteiro. Quer dizer, Rodas da Paz é uma organização daqui de Brasília, mas, digo assim, serve para todo o Brasil.

O SR. DANIEL GUTH – A lei é federal.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Claro. É só o espaço de ultrapassagem que as bicicletas estão precisando no Brasil todo para ajudar na mobilidade urbana, na saúde pública e para diminuir muito significativamente a poluição.

Meu caro Ronaldo, três minutos.

O SR. RONALDO ALVES – Eu queria agradecer, Senador, o convite para presença aqui nessa audiência e queria lembrá-lo do nosso último encontro, no dia 4 de agosto de 2009, quando nós lançamos a primeira versão dessa moção do IPI Zero no gabinete do, à época. Ministro Orlando Silva.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É verdade.

O SR. RONALDO ALVES – Eu gostaria de citar o "Rodrigo Morcegão", uma expressão nosso do ciclismo, e a Juliana Machado. Eu os convidei, mas eles não puderam vir hoje.

Mas eu queria fazer um breve relato aqui. Quando o Persio fala que nós mergulhamos literalmente na questão da bicicleta no DF, foi uma coisa de mudança de vida real.

Eu sou biólogo de formação e fiz pós-graduação em Planejamento e Gestão. Escolhi a mobilidade pela bicicleta como uma forma de, talvez, tornar um pouco a cidade que me acolheu como morador– sou morador de Brasília há 27 anos. Sou de Belém.

Abdiquei de um monte de coisas, mas uma das mais legais foi entrar de cabeça nessa luta, Senador. Temos algumas coisas interessantes acontecendo em Brasília. Vocês que estão nos ouvindo de fora e quem mora em Brasília percebe, Daniel, que Brasília é uma outra cidade de uns tempos para cá. A nossa cidade, a cidade onde moramos é uma outra cidade, em especial por algumas coisas que estamos questionando aqui e desejando.

A apresentação do Marcelo fala em soluções; fala em infraestrutura; fala em campanhas e fala em impostos. Nós fizemos um investimento aqui – eu digo "nós", porque todos nós aqui de Brasília brigamos muito por isso. Fizemos um trabalho grande de convencimento político junto ao atual gestor desta cidade, que era do seu Partido antigamente e, hoje, é do PT, Agnelo Queiroz. Colocamos R$116 milhões em ciclovias. Serão inaugurados agora no mês de maio 440 quilômetros de ciclovias nesta cidade e mais um total de 215 até o final do ano. Então, vamos ter uma malha cicloviária expressiva, mas a infraestrutura cicloviária, a ciclovia, é um dos componentes. Ainda preciso de infraestrutura de destino: paraciclo, bicicletário, vestiário.

E, recentemente, fizemos algumas intervenções, apoiados pela Secretaria de Estado de Governo, e colocamos na ata de compra da Casa Civil 7,5 mil vagas para bicicletas em todos os órgãos públicos do Distrito Federal, desta Capital. São 7,5 mil paraciclos espalhados em todas as entidades públicas do DF, que serão receptivas a esses ciclistas, atendendo esse momento da infraestrutura cicloviária que está chegando.

Há outro ponto importante. É um relato de anteontem; estamos no meio da semana e, na segunda-feira, publicamos, comparando com as demais capitais do mundo, nossa primeira experiência de bicicleta pública de compartilhamento.

Então, vamos inaugurar, até o final do ano, nossos 600 quilômetros de ciclovias; teremos a primeira empresa a operar com 400 bicicletas na área central do Plano Piloto e, depois, em todas as RAs. Que são, teoricamente, segundo foi mostrado em pesquisa, de maior demanda. E estamos fazendo uma pequena revolução. Mas essas coisas começam com uma coisa muitíssimo importante: estas Casas legislativas. É aqui que começa... E hoje vivemos um momento muito curioso no Brasil, em que toda classe política está sendo defenestrada pela comunidade, pela imprensa etc.

Eu, como cidadão, formado pela iniciativa privada, formado e trabalhando na iniciativa privada e hoje prestando assessoria a um governo, lembro que tudo que nós fazemos, desejamos e ansiamos começa a ser decidido neste ambiente da política, porque jamais estaremos sozinhos brigando por aí.

Cito o Persio, que para mim é um ícone. Quando eu fui Presidente do Rodas da Paz, o Persio era, como ele dizia, o meu "diretor de ações funcionais". Nós juntamos um monte de pessoas – e nós não tínhamos experiência em cuidar de ONGs, somos da iniciativa privada –, juntamos uma porção de pessoas interessadas. E Persio, sempre nessa brincadeira – e peço permissão para citar, Persio –, pelo pior lado da brincadeira, que é a experiência marcante, pessoal, familiar de perda associada ao trânsito.

Então, é muito importante que a gente vista essas camisas, mas com discernimento, capacidade de execução e *expertise* para convencimento. Não pense que nenhum desses nossos gestores que estão nos Estados, que estão nos ouvindo por meio da TV Senado, está decidido a usar bicicleta, Daniel e Marcelo. Eles não estão. Eles têm de ser convencidos por nós. Eles têm de ser literalmente cooptados por nós.

A opção hoje, talvez, seja um pouco menos a briga, o xingamento e a cara feia. Eu optei pela conversa. Eu optei pelo convencimento. Isso foi feito com o Governador Roriz, lá atrás; o Arruda fez 4 pupilinhos secundários e, agora, o Governador Agnelo e o seu Vice, Tadeu Filipelli.

Então, é um investimento enorme.

O que nós queremos? Que todas as cidades que tenham a capacidade de execução de orçamento determinem um pouco do seu orçamento para o uso da bicicleta. Nós fizemos uma intervenção bacana junto ao Ministro das Cidades antes de ele se retirar, dentro da Secretaria de Mobilidade, para que se refaça aquele Programa Bicicleta Brasil. O programa vai se acabar por falta de projeto.

Eu trabalho com projetos, eu trabalho com elaboração e gestão, e não vemos chegarem os projetos à Secretaria para poder fazer o Bicicleta Brasil sair do papel.

Então, são coisas pequeninas, mas a nossa cidade está sendo um caminho, está trilhando um caminho, e estou muito otimista, Daniel, muito otimista. Eu me lembro de quando começamos essa brincadeira 12 anos atrás. Eu dava aula na faculdade, queria atravessar o Eixão e não podia. Era antagonizado e, hoje, eu posso...

Há algo muito interessante no ativismo: em geral, pensa-se no ativista com o perfil daquele carinha que nunca vai passar dos 17 aos 26 anos. Mas precisamos pensar na bicicleta para todos os níveis de idade, desde a criancinha em idade escolar até o sexagenário que tem de ir para o seu trabalho, para o seu lazer.

Então, a infraestrutura cicloviária – em especial o elemento de segregação chamado ciclovia – é o primeiro componente de cooptação desses gestores, que não entendem nada de paraciclo, bicicletário, faixa compartilhada, calçada compartilhada, via ciclável. Eles só entendem de ciclovia, e por aí que você os pega: pelo mínimo que eles conseguem absorver, você os convence.

Trabalhamos, ainda, para fazer uma porção de outras coisas. O item dois da sua sexta tela é "campanhas". Em 35 dias de trabalho na assessoria, conseguimos fazer uma articulação muito grande dentro do Governo.

Contratamos a agência do Detran-DF para fazer o primeiro sistema de campanha, estamos no primeiro filme do Detran e no primeiro filme da Secretaria de Planejamento e Publicidade Institucional. São três vídeos e dezenas de peças veiculadas nas mídias por aí. Então, é um começo das campanhas que focam, precisamente, na presença do ciclista em grande quantidade agora nesta cidade – é só olhar a Asa Norte, e ver como ela se transformou – e na presença maciça, agora, do pedestre.

O segundo filme, sendo veiculado a partir de hoje, é o da faixa de pedestre. Esta cidade é uma referência nacional da faixa, que fez, agora, 17 anos. Gostaríamos muito que Brasília continuasse sendo essa referência.

Então, Senador, o senhor é um ícone dessa briga. Eu sou testemunha disso por conta da nossa recepção lá na sala do gabinete do Ministro. Foi histórico para nós, e as fotos estão na internet, no Google: ipi.zero.bicicleta. Nossas fotos estão lá, a primeira imagem que aparece.

Por isso, sou muito grato, e, de público, quero agradecer, em nome dos ciclistas do DF. Somos hoje 51 grupos organizados. No meu *email,* constam 18 mil caras que fazem uso da bicicleta.

Curiosamente, em Brasília, Daniel e Marcelo, a bicicleta não chega nesse contexto do convencimento pelo lado do perfil do trabalhador. A cidade tem um lado muito curioso desse movimento, que começa com os grupos de lazer, que se juntam para sair à noite por aí. Eu faço parte de um monte deles. É para essas pessoas que estamos falando agora: "Continuem na rua."

Quando eles se organizam e vão para a rua, fazem a segunda parte do seu movimento, isto é, quanto maior for o número de bicicletas na rua, maior será a demanda sobre os gestores e governantes.

Então, foi a partir daí. Eles não sabem quem são aqueles mil, 5 mil caras que participam dos nossos passeios no mês de junho. Eles não sabem quem são, mas sabem que aquilo dá voto, e essa é a visão do político. Assim, entendendo a linguagem que eles entendem, e sabendo falar com o que eles entendem, usamos as mesmas armas que eles usam, muitas vezes, contra nós.

Então, gostaria muito de agradecer, de novo, a esta Casa Legislativa, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, que criou a Frente Parlamentar de Mobilidade. Por meio da Câmara Legislativa, foi feita a intervenção no Executivo local.

Foi muito bacana essa história. Brasília tem muito o que caminhar, mas nós demos o primeiro passo: a infraestrutura está chegando, as campanhas estão chegando. Falta, agora, Senador, uma coisa que é de todos nós, a briga pelos impostos.

Muito obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito bem, agradecemos, Ronaldo, pela sua intervenção. O movimento vai ganhando corpo, força.

Vamos ouvir o Maurício. Maurício, três minutos. Temos a obrigação de encerrar às 15 horas. Vamos cumprir o nosso prazo.

O SR. MAURÍCIO LAXE – Vou ser bem rápido. Não vou me estender como o Ronaldo.

Bem, represento a Ecosbrasil, uma ONG do Nordeste, de Recife, e coordeno o movimento Ciclovias Urgente. Alguns, talvez, já tenham ouvido falar, o Marcelo. Estamos desde o começo dos anos 90. Conseguimos fazer uma lei no Recife, transformando a cidade – que tem 90% de área plana – na primeira capital do Brasil como polo ciclístico. Já faz mais de 20 anos, e, até agora, o polo ciclístico não se concretizou.

Ainda estamos no modismo de só fazer ciclofaixa instantânea, que só funciona no final de semana, mas o trabalhador carente, que é o objetivo maior do sistema cicloviário, continua ainda sem condições de um transporte alternativo.

Queria registrar aqui duas coisas interessantes. Uma é lamentar, pois participei, inclusive, na época, da elaboração do programa Bicicleta Brasil, que está praticamente parado. Na verdade, está quase andando para trás, pois muito da memória está se perdendo.

Chegou a surgir uma luz no fim do túnel com o programa do MEC, Caminhos para a Escola. Tratava-se de doação de bicicletas, e que, também, não teve a dimensão que a gente acreditava que...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – No interior do Brasil.

O SR. MAURÍCIO LAXE –...poderia ter com mais intensidade. Mas, talvez, agora, com o Pronacampo, a coisa possa ter uma outra dimensão.

Queria registrar que, há 20 anos, fizemos uma pesquisa em Recife, e identificamos que havia dez bicicletas para cada automóvel, e quatro eram as razões pelas quais as pessoas não usavam as bicicletas.

A primeira é óbvia: não haver sistema cicloviário. A segunda, também óbvia: não haver bicicletários nem paraciclos. A terceira: ausência de financiamento de bicicletas.

Passamos 20 anos; conseguimos agora que o Deputado Federal Fernando Ferro apresentasse o projeto do vale-bicicleta. É uma alternativa ao vale-transporte, em que o trabalhador pode optar entre ter parte do recurso do vale-transporte para financiar sua própria bicicleta. Está em tramitação na Câmara, e esperamos que seja célere a tramitação.

E, por último, a questão da segurança na propriedade, que também é outro fator limitante atualmente. Ou seja, o cara toma um pé na orelha no meio da estrada, na hora em que vê a bicicleta dele, até para identificar que é a dele mesmo, já é muito complicado. Na época, a gente pensou até em um cadastramento com um prazo mais amplo do que do automóvel, por volta de cinco anos.

E, finalizando, nós temos uma pequena frase – temos até um blogue chamado Ecosbrasil – que é "ciclovia urgente para o trabalhador carente" – tem que ser o repente nordestino – "ciclovia urgente na defesa do meio ambiente e ciclovia urgente por uma cidade diferente".

Muito obrigado pela intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito bom, Maurício. (*Palmas.*)

Eu acho que as contribuições aqui e o nosso grande objetivo... Eu vou propor, inclusive oficialmente aqui na nossa Comissão de Infraestrutura, sob a presidência do Senador Fernando Collor, que tem aberto sempre a Comissão para um conjunto grande de atividades, que o Senado... Nós temos feito muitas campanhas. O Senado é uma das tevês públicas que tem mais audiência no Brasil. Então, o Senado pode, sim, fazer uma campanha publicitária em torno do uso da bicicleta, associando essa campanha publicitária ao problema das mortes no trânsito, à questão da saúde, à questão do transporte para a população, digamos assim, carente, que o Maurício levanta.

Então, eu acho que nós podemos agregar. Não sei se exatamente com essa propaganda, Daniel, que você produziu, que está muito boa – vamos encerrar, inclusive, com essa propaganda do IPI zero que o Daniel apresentou –, mas acho que o Senado e a Câmara têm espaço nas suas agências para produzir uma boa campanha publicitária em defesa do uso da bicicleta.

A campanha não precisa entrar exatamente nessa questão, porque há certa polêmica. É, na verdade, uma falsa polêmica, especificamente com a cidade de Manaus, dizendo que Manaus, então, tem 20% da produção, e isso impede que se zere o IPI. Quer dizer, não impede; é uma coisa inexplicável ainda que se tente segurar a aprovação dessa questão por conta da produção da bicicleta em Manaus.

Nós vamos continuar produzindo em Manaus, vamos continuar produzindo no Piauí, no Ceará, em São Paulo, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul, em todo Território nacional, porque existem razões que garantem que essa produção continue sendo exercida nessas regiões. Mas, ao mesmo tempo, é preciso permitir-se que a produção se amplie e que as pessoas tenham mais acesso.

Então, acho que nós podemos fazer uma publicidade do uso da bicicleta – acho que seria muito positivo – sem entrar ainda na questão do IPI. Quer dizer, nós já temos a peça do IPI; está pronta. Se o Senado topar usar a peça do IPI, melhor; mas acho que até a gente pode fazer uma do uso da bicicleta, de um instrumento de transporte muito importante para a população brasileira.

Essa é uma tevê que tem espaço nacional, que entra em todo o Brasil. Em quase todas as capitais, ela está no sinal aberto. Além de estar nos canais por assinatura – no cabo e nas outras vias de acesso por assinatura –, também está presente a tevê pública, que é uma tevê aqui do Senado Federal. E a Câmara tem a sua tevê. Eu acho que nós podemos usar esses dois grandes instrumentos de publicidade que são as tevês públicas do Congresso Nacional, na Câmara e no Senado.

Maurício, você deixou aí uma pendência.

O SR. MAURÍCIO LAXE – É só um informe já acerca da nossa agenda positiva: também vai haver uma audiência pública na Câmara Federal no dia 29 de abril agora – e duas das entidades aqui presentes vão estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Então dia 29 de abril, terça-feira.

O SR. MAURÍCIO LAXE – Comissão de Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Comissão de Legislação Participativa.

O SR. MAURÍCIO LAXE – Uso das Bicicletas no Brasil e as Políticas Governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Pronto. Dia 29 de abril é uma terça-feira. O tema voltará a ser debatido na Câmara. Isso é um reforço, é uma mobilização geral do Congresso Nacional.

Acho que nós vamos colocar dois desafios para o Congresso Nacional. O primeiro: usar os instrumentos de divulgação, a TV, a internet, as suas agências que atuam nas suas redes sociais, o rádio e os seus materiais impressos em favor de uma campanha do uso da bicicleta.

O segundo é o desafio de o Congresso Nacional ter um amplo bicicletário, não só a Câmara, mas o Senado e Câmara, e se juntar à Câmara Legislativa. Como exemplo de cidade que é patrimônio, a capital do País, mostrar que é possível fazer com que as ciclovias e os equipamentos que estão sendo construídos sejam usados em uma escala larga entre aqueles que atuam na Esplanada. Não podemos esquecer as nossas cidades satélites, onde mora grande parte de cearenses que se deslocaram para construir essas cidades, como muitos nordestinos que vieram para cá. Vieram pessoas do Brasil inteiro, evidentemente, mas, majoritariamente, nordestinos, e, dentre os nordestinos, majoritariamente cearenses.

Então, eu acho que essa é uma campanha que o Congresso Nacional pode assumir. Nós vamos apresentar isso como proposta em requerimento na nossa Comissão de Infraestrutura, partindo de uma reivindicação nossa da Subcomissão de Desenvolvimento Urbano, para aprovarmos e levarmos à Mesa Diretora, porque eu acho que seria uma contribuição. A Mesa está buscando fazer redução de gastos do Senado, e eu acho que a Mesa pode ajudar na redução de gastos do Brasil se tomar medidas como essa que nós vamos propor.

Assim, Persio, Marcelo e Daniel, eu não sei se vocês gostariam, mas cada um pode usar mais um minuto para concluirmos a nossa audiência pública, que será encerrada com um vídeo de 30 segundos.

O SR. PERSIO DAVISON – Eu gostaria de agradecer, em nome da Rodas da Paz, o convite que nos foi feito de participar; para nós é uma honra contribuir, no pouco que possamos ser ouvidos. E também de parabenizar a sua iniciativa, o seu esforço e o trabalho que o senhor conduz nesse objetivo.

E registrar que se fala tanto em subsídios, e a gente fala de subsídios, por exemplo, do automóvel, que atende a uma capacidade de renda maior, mas nós nos negamos a dar um subsídio a essa população de baixa renda, que é carente de mobilidade e que tem na bicicleta a sua oportunidade. Acho que devemos pensar sob esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito obrigado, Persio, é um grande prazer. Volte sempre para que a gente possa ampliar e reforçar essa luta.

Marcelo Maciel.

O SR. MARCELO MACIEL – Senador, demais representantes e público aqui, agradeço a oportunidade. Eu vejo claramente uma união de pessoas, associações, empresas, Poder Público, que está se cristalizando neste momento em torno da bicicleta. A gente vê claramente um interesse, seja em cada um dos eventos de que a gente participa aqui – a audiência é grande, a presença é grande –, seja nas redes sociais, onde acompanhamos as movimentações e vemos que o tema bicicleta realmente é um tema muito simpático, muito bem-vindo para toda a população. A gente está vendo esse movimento se cristalizar aqui, e eu estou muito satisfeito de poder fazer parte disso e de ter sido convidado neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nós é que agradecemos, Marcelo Maciel, a sua presença, que já é constante aqui entre nós nesse debate.

Daniel Guth, por favor.

O SR. DANIEL GUTH – Também agradecer a presença de todos, o convite do Senador, o convite da Comissão, da Subcomissão, e reforçar dizendo que é um tema que, de fato, tem ecoado na sociedade. E eu estou muito feliz.

Hoje de manhã, li o editorial de ontem do *Correio Braziliense* sobre a questão da desoneração e do IPI zero para bicicletas. Eu também ontem li uma material local, de Salvador, e um entrevistado no meio da matéria dizendo, aspas, "Ah, tinha que ter menos impostos para a bicicleta"; falando do IPI zero. Quer dizer, o ciclista lá, em Salvador, e um jornal local levantando essa bandeira. Então, esse é o melhor dos sintomas de que tem ecoado na sociedade, além dos resultados práticos das nossas campanhas, das audiências e do que tem sido apresentado. A cada dia, eu tenho, por exemplo, notícias de novos projetos de lei de Parlamentares e do senhor também, mas também iniciando esse processo dentro desta Casa, dentro do Parlamento. Portanto, para mim, já é uma conquista ter ecoado dessa forma na sociedade e no Parlamento. Agora, é concretizar isso.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Antes de concluir os nossos trabalhos, eu queria agradecer a presença do Daniel, do Persio, do Marcelo, do Mauricio, do Ronaldo, do Jonas e também daqueles que estiveram nos acompanhando nas redes sociais, e dizer que, em todas as audiências

públicas realizadas nas regiões metropolitanas, o tema bicicleta estará à mesa, estará sendo discutido, porque é muito importante para nós.

Quero agradecer também o trabalho dos nossos colegas que estão conosco nos acompanhando e registrar os desafios que apresentamos aqui para o Congresso Nacional. Vamos materializar isso em requerimentos a serem discutidos e aprovados na nossa Comissão.

Peço à nossa assessoria que coloque o vídeo. Com isso, encerramos nossa audiência pública.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Boa Páscoa para todos. Quem for adquirir o seu ovo de Páscoa ou o seu pão de coco, por favor, vá de bicicleta, porque já queima toda essa caloria extravagante. Boa Páscoa para todos.

(Iniciada às 13 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 05 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO, CRIADA POR MEIO DO RQI Nº 32, DE 2007, QUE, "REQUER, NOS TERMOS DO ARTIGO 37 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A CRIAÇÃO DE UMA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A EXAMINAR E DEBATER OS TEMAS RELACIONADOS À INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO", DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia três de junho de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sob a Presidência do Senhor Senador **Inácio Arruda**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e tem início a apreciação da pauta. Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2014 – CISPID/CI**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que requer "*a realização de Audiência Pública, na forma de seminário, para discutir sobre* ***os desafios da reforma urbana no Brasil***. *Para expor sobre o tema, propomos que sejam convidados: gestores públicos, representantes de entidades da sociedade civil e especialistas*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições os senhores **Jean Carmo Barbosa**, Administrador Regional de Brasília; **Messias de Souza**, Ex-Administrador Regional de Brasília; e **Rômulo Andrade**, Subsecretário de Planejamento Urbano da Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezessete horas e vinte e oito, lavrando eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Inácio Arruda,** Presidente da Subcomissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o tema que foi estabelecido pela nossa Subcomissão: "Diálogos sobre Desafios da Reforma Urbana".

Essa é uma questão crucial para a sociedade brasileira. Temos realizado audiências já em algumas capitais brasileiras, tratando o desafio, na verdade, o nó da reforma urbana do nosso País frente à Constituição e a legislação ordinária que já está posta. O que falta fazer? Qual é o problema? Nós enfrentamos o quê? Quais são as questões que precisamos aprimorar do ponto de vista da legislação e que questões os instrumentos atuais permitem que possamos dar os passos necessários que as cidades sejam de fato cidades humanizadas, boas de viver, que é disso que precisamos em nosso País.

Entre as cidades que mais têm alcançado a dinâmica da explosão está a cidade de Brasília, que é a Capital do nosso País.

Nós convidamos algumas personalidades que têm responsabilidades ou que estiveram presentes na gestão da cidade e que trataram do tema e observaram e têm, portanto, como nos auxiliar e nos ajudar no debate sobre a reforma urbana no Brasil.

Nós gostaríamos, portanto, de convidar para participar deste diálogo de hoje o Sr. Jean Carmo Barbosa, Administrador Regional de Brasília, aqui da cidade, do Plano Piloto, digamos assim; o Sr. Messias de Souza, ex-diretor, Administrador da Regional também do Plano Piloto de Brasília; e o Sr. Rômulo Andrade, Subsecretário de Planejamento – que deve estar chegando e vai assumir seu posto aqui na Mesa e também vai nos auxiliar a encontrar as saídas boas para os problemas urbanos que estamos tendo de enfrentar no cotidiano, além de examinar, porque acho que essa que é a grande responsabilidade nossa...

Ontem, nós realizamos, Messias e Jean, uma homenagem a duas personalidades, aliás, dois advogados que se transformam em eminentes economistas: o Ignácio Rangel e o Rômulo de Almeida. É muito interessante destacar, primeiro, que tivemos o encontro de arquitetos em 1963, o famoso Encontro do Quitandinha, e agora se realizou o Quitandinha+50, mas o fato é que no plano de metas e nas reformas, que estavam sendo discutidas no Governo de Goulart, estava a reforma urbana. E o Rômulo de Almeida – agora, há poucos dias, a Drª Dulce Pandolfi, que é uma pesquisadora do Centro de Documentação do BNDES, localizou materiais nos arquivos de Rômulo de Almeida, tratando da questão urbana, tratando da questão do transporte público, do trem, do metrô, tratando da questão da habitação, da construção da casa popular, que já era uma necessidade na expansão demográficas que estávamos vivendo àquela época, quando Brasília estava nascendo –, esses homens estavam aqui em Brasília, discutindo a reforma urbana.

Evidentemente, que ela não foi realizada.

Em 1983, nós fizemos um amplo movimento, a sociedade brasileira, que resultou na Emenda Popular que mais colheu assinaturas à Assembleia Nacional Constituinte, que foi a Emenda da Reforma Urbana. E o resultado daquela Emenda foi um capítulo na Constituição, um capítulo que trata, pela primeira vez, da questão urbana, que é o Capítulo de Política Urbana, ali estão os arts. 82, 83 e 84 da Constituição Federal. Na sequência, ele recebeu a primeira proposta de regulamentação através do Senador Pompeu de Souza, Senador pelo Distrito Federal, mas cearense da cidade libertária de Redenção.

Então, com aquele primeiro texto, nós passamos dez anos, de 1989 a 1999, para aprová-lo na Câmara Federal, ele saiu rapidamente do Senado foi à Câmara Federa, foram anexado a ele mais 16 projetos, e nós tivemos que fazer um substitutivo – algo completamente novo, aproveitando partes, mas dialogando com todos os setores da sociedade –, conseguimos fazer um substitutivo na Câmara e aprová-lo em 1º de dezembro de 1999, remetendo-o de volta ao Senado. E no Senado, esse projeto foi relatado pelo Senador Mauro Miranda e foi aprovado por unanimidade. Na Câmara, ainda tivemos um voto contra; no Senado, tivemos a unanimidade que foi muito importante.

Então nós temos instrumentos legais, nós temos que observar se eles têm pertinência, se respondem a nossa necessidade, se não respondem, porque os problemas se avolumaram de tal sorte que precisamos aprimorar, digamos assim, os instrumentos legislativos.

Depois do Estatuto da Cidade, nós tivemos uma legislação exclusiva para tratar de resíduos sólidos, uma legislação exclusiva para tratar das áreas públicas, para efeito, para o uso de moradias, como tratar essa questão, uma regularização fundiária em áreas públicas, nós temos uma legislação específica tratando da regularização nessa área, que foi objeto de uma medida provisória ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, e, na sequência, no governo do Presidente Lula, logo após a criação do Ministério das Cidades, também tivemos uma nova medida provisória, tratando da regularização fundiária urbana, incluindo aí as áreas públicas do Município, do Estado e da União Federal. Uma lei exclusiva para resíduos sólidos e uma legislação exclusiva para a mobilidade. Portanto, nós somos, do ponto de vista do amparo legal, um dos países mais bem servidos até o momento.

Então, Jean, Messias e Rômulo Andrade, as questões que estão postas para nós estão nesta ordem, primeiro: a explosão demográfica criou cidades muito grandes no Brasil, essa explosão demográfica permitiu uma ação forte de um setor, que muito ganha com as cidades, chamado de setor especulador, o setor da especulação imobiliária, que vai, a despeito da existência dos planos diretores, norteando os caminhos de crescimento e desenvolvimento das cidades, o plano diretor não consegue conformar ali as cidades.

Há poucos dias, estive, Messias, na cidade de Palmas, com o prefeito da cidade de Palmas, diga-se de passagem, um colombiano de Barranquilla, e ele disse que anda com o Estatuto da Cidade na mão, para poder enfrentar os problemas. Ele chega, abre e diz: "Olha, está aqui, o artigo tal do Estatuto da Cidade me autoriza e dizer que o senhor é um especulador, o senhor está querendo se aproveitar da minha cidade." Então, veja, há instrumentos que temos que examinar se respondem ou não respondem as nossas necessidades?

Queria passar a palavra inicialmente para o nosso Administrador Jean Carmo Barbosa, na sequência, para o nosso Subsecretário do Planejamento, e vamos encerrar a parte da Mesa com o Messias de Souza, para também dar o testemunho da sua experiência na cidade que é a Capital do nosso País.

Faremos um acordo, 15 minutos para cada um, na sequência, vamos nos movimentando e, se precisar, daremos um pouco mais de tempo.

O SR. JEAN CARMO BARBOSA – Boa tarde a todos, queria cumprimentar o nosso Presidente, o Senador Inácio Arruda, a quem já agradeço o convite para participar deste importante debate sobre a reforma urbana. Acho um debate importante para o País, inclusive, não só para o DF, mas para o conjunto do nosso País.

Quero cumprimentar aqui o Rômulo, parceiro de Governo do Distrito Federal, da Secretaria de Planejamento e Habitação, cumprimentar o Messias de Souza, ex-Administrador de Brasília, tenho o desafio de sucedê-lo nessa gestão da nossa Capital do País, cidade tombada.

Presidente, rapidamente, queria só colocar alguns elementos dessa tarefa, dessa experiência no âmbito da Administração Regional de Basília, os desafios, os problemas que temos encontrado, sobretudo, em torno desse debate da reforma urbana.

Brasília, como todos sabem, é esse grande monumento a céu aberto, tombado pela Unesco, Patrimônio Cultural da Humanidade, temos. Então, o grande desafio de zelar e preservar esse monumento a céu aberto.

Aqui em Brasília a gente tem travado um debate importante, conduzido no âmbito da Secretaria de Habitação – o Rômulo é o grande condutor do processo –, que é justamente o processo de regularização ou de reformulação dessa legislação de preservação desse patrimônio histórico, que é o debate que estamos travando, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Esse tem sido um debate intenso na cidade com os movimentos sociais, com o Governo, com as entidades organizadas, arquitetos, engenheiros, sobretudo, não só um debate como a gente colocado, do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo, mas, sobretudo, um debate de cidadania, que é aqui o desafio de concluir e entregar para a população, para a comunidade de Brasília esse plano de preservação.

Esse tem sido um debate intenso e interessante, com as mais diversas opiniões possíveis que perpassam esse debate. Desde os que querem que a cidade, Brasília, volte a ser o que ela nunca foi na sua construção, o que ela foi na sua idealização, na década de 50, e alguns que querem avançar do ponto de vista de até ferir o tombamento. A posição nossa, no debate, é conseguir consolidar um plano para que possamos atender às necessidades da cidade viva, a cidade é viva e por isso nos permite e nos imputa uma tarefa de reorganizar a legislação urbanística, mas sem ferir o tombamento. Como avançar no debate aqui do planejamento urbano sem ferir esse Patrimônio Cultural da Humanidade?

O mais interessante nesse debate e na vivência do dia do dia com a comunidade aqui de Brasília é justamente encontrar esse ponto comum de conseguir, no debate da reforma urbana do planejamento da cidade, esse ponto comum, que a gente consiga atender aos anseios de quem quer preservar a cidade e quem quer fazer o desenvolvimento econômico, social da cidade, preservando as suas características.

O desafio da gestão tem sido, além dessas questões urbanísticas, encontrar a dimensão da vida humana, que permeia esse debate urbanístico, sobretudo, as questões dessa vida humana que está presente na cidade.

E, aqui, na Administração de Brasília, a gente tem emplacado um debate, sobretudo com o conjunto da juventude, um debate chamado Diálogo com a Juventude, que é um debate de estímulo da ocupação dos espaços públicos.

O último debate foi em torno da ocupação dos espaços públicos pela juventude no sentido de que só vamos preservar esse espaço se ele tiver uma utilização mais frequente, mais permanente.

Ou seja, que os moradores se apropriem dos espaços públicos, dos monumentos, com uso intenso. Temos feito esse esforço de estimular esse uso frequente da cidade.

Outro debate importante, que o Messias, ainda na condição de administrador, travou, foi o debate que se chamou de Ocupe o Centro, a requalificação do centro da cidade. Brasília, pelo menos, é uma das poucas cidades que conheço em que o centro urbano não é pulsante, com aquela vida noturna, à noite, o que gera um conflito nos comércios locais, que são próximos às residências. Esse, hoje, não é mais um comércio local, é um comércio que serve a toda essa grande região metropolitana, que está no entorno de Brasília, e que, então, causa um grande conflito com o morador. Os bares, restaurantes, boates, que hoje têm esse grande uso dessa grande região metropolitana, têm causado alguns conflitos. E o esforço nosso é de travar esse debate urbanístico de requalificação do centro da cidade.

O próprio PPCUB eu acho que já é um avanço, porque amplia o uso permitido, as atividades permitidas no centro da cidade, já no sentido de um planejamento futuro, de permitir essa ocupação com bares, restaurantes, boates no centro da cidade. Então, vimos travando esse debate desse planejamento a longo prazo.

E há esse debate do que queremos deixar, também, de organização, de plano para gerações futuras. Estamos aqui na condição de planejar uma cidade para mais cem anos; pensar, de fato, o conjunto do transporte público. Acho que o esforço nessa gestão tem sido de ampliar essa malha cicloviária, de reformular um pouco a concepção do transporte. Então, o próprio Plano Diretor de Transporte, que foi aprovado pela Câmara em 2011, dá uma sinalização de intensificar esse debate desse planejamento mais futuro. E acho que isso, para a cidade de Brasília, é um ganho. E este debate aqui, sobretudo, com esta oportunidade, no Senado, de travar essa discussão, tanto com o Messias, que mergulhou muito aqui na cidade de Brasília, na relação com a comunidade, entendendo os conflitos que a cidade vive.

E aí vou plagiar aqui uma frase do Messias para concluir aqui a minha fala: só vamos preservar essa grande região tombada, Patrimônio Cultural da Humanidade, que é Brasília, se levarmos, então, o desenvolvimento para o conjunto do Distrito Federal, das cidades satélites; se essas cidades também tiverem a oportunidade de ter as condições de lazer e as condições de segurança, os equipamentos públicos de qualidade que Brasília

tem. E, na discussão do PPCUB, o esforço é de ampliar e garantir esse plano da cidade para as gerações futuras, para que a juventude, que já se apropria e vem se apropriando hoje, cada vez mais, dos espaços públicos, possa se apropriar com mais qualidade.

Acho que esse tem sido um debate intenso na cidade, interessante, sob todos os aspectos, com os mais variados setores, desde o Ministério Público ao IAB, à Secretaria de Habitação, aos Conselhos Comunitários organizados, colocando a sua pauta em torno desse debate. Então, é um debate em que se mergulhar também. E há elementos importantes para esse debate mais nacional, que é o debate importante e que o País necessita, da reforma urbana.

Então, Sr. Presidente, eu queria concluir, agradecendo a oportunidade de estar aqui também, na condição hoje de administrador, nesse diálogo importante para estarmos aprendendo e levando para a gestão o que vamos colher hoje com a experiência que tem, tanto na condição do Presidente, como conduziu bem o Estatuto da Cidade, acho que traz uma grande carga de conhecimento para nós, que estamos à frente de uma Administração Regional, de uma prefeitura, digamos assim, tão importante, que é Brasília; tem elementos para levarmos para o conhecimento e para a gestão.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito obrigado, Jean.

Rômulo, eu lembro que nós fizemos uma reunião, nós cobramos uma reunião com o Governador Cristovam Buarque há algum tempo.

Eu era Deputado Federal, e nós resolvemos fazer uma missão até a casa do Cristovam, uma exigência, dos Deputados e de Senadores – que, evidentemente, são de outros Estados, mas que estavam preocupados com Brasília –, acerca da explosão urbana de Brasília, que causava impactos de toda sorte na cidade. Há problemas, assim, cruciais que temos examinado.

Um problema que salta à vista de todos: a cidade de Brasília, tomada de automóveis; os canteiros, que normalmente são áreas até de jardinagem da cidade, são ocupados por automóveis; as pessoas sobem o meio-fio, estacionam seus carros. Não há, assim... Há legislação, mas... Nós vivemos em Brasília. Eu olho, às vezes, para uma cidade lá do meu Estado, do interior, em que o prefeito se elege e fica com um receio terrível de cobrar o IPTU, porque todo dia o cidadão está na porta dele. Nós vivemos isso com os carros em Brasília. A cidade tomada de carros. Se fizermos uma foto de cima, a imagem é a de uma montadora de automóveis, um pátio sempre superlotado, hiperlotado de automóveis, mostrando dois problemas cruciais na cidade: o problema da mobilidade, do transporte público de massa, na cidade de Brasília, e a sua relação com as cidades-satélites e o entorno, que é um problema muito grande; e o problema de as áreas públicas serem ocupadas, assim, de forma desenfreada, por qualquer um, do jeito que quer, na hora que quer, e acabou.

Então, acho que esse é um problema crucial, na área de planejamento estratégico da cidade de Brasília, porque ela é a nossa vitrine, a vitrine do Brasil. Então, acho que, se conseguirmos dar algumas respostas em Brasília, essas respostas vão nos ajudar também em muitas outras cidades brasileiras.

Então, gostaria de poder escutá-lo – você, que está ligado à área, diretamente, do planejamento urbano. É muito importante para nós. Não sem antes registrar a presença da Srª Maria Rosa. Ela é do projeto Cidade Verde, da Universidade de Brasília.

Muito obrigado pela presença.

Rômulo.

O SR. RÔMULO ANDRADE – Boa tarde a todos; boa tarde, Presidente desta tão importante Subcomissão de Desenvolvimento Urbano.

Aproveitando esta oportunidade, sempre fazemos uma reflexão sobre os processos que estamos vivendo, não só em Brasília, mas, de forma geral, no Brasil, sobre o processo de urbanização.

Costumo dizer que vivemos, hoje, uma situação muito *sui generis* para quem é planejador e quem estuda planejamento lá na origem; quem entra na faculdade, estuda e, depois, faz suas especializações. Nós estamos, neste momento, mais em um processo de regularização dos últimos 20, 30 anos do que, efetivamente, em um processo de planejamento.

E, aí, estamos em uma coisa muito interessante, que são dois passos que temos de caminhar ao mesmo tempo: regularizar e planejar. Regularizar e planejar são passos que, efetivamente, têm a sua complexidade. Como se diz, temos um passivo com todas as cidades brasileiras. Inclusive, o Distrito Federal é uma cidade brasileira, Brasília é uma cidade brasileira, então, com todas as cargas da sociedade brasileira e de todas as questões brasileiras que estão postas, tanto na questão da motorização, na questão da localização das pessoas menos assistidas, das áreas de interesse social, da política habitacional, que há muitos anos carecia de um processo muito mais rígido e mais forte.

Então, são processos que nós, hoje, estamos tentando enfrentar, e o Estatuto da Cidade é uma chave importante nesse processo; não é, unicamente, o resultado ou o que resulta em uma lei ou em uma série de

ferramentas, como alguns dos meus colegas, Brasil afora, gostam de falar. É uma maravilhosa caixa de ferramentas, de que vamos nos utilizando e criando os nossos instrumentos para cada uma das cidades, mas é muito mais do que isso, porque ela nasce de uma origem que quem faz parte da gestão ou, de alguma forma, tem que se aproximar da gestão e fazer gestão vê que é o mais importante do processo, que são os processos de como a sociedade e de como a participação social influenciam os processos dinâmicos da gestão do dia a dia.

Um administrador regional de Brasília sabe muito bem disso que estou falando. A força do dia a dia faz com que o administrador tenha que impelir, tenha que fazer algumas ações das mais imediatas e, às vezes, com uma força tão grande, uma necessidade tão grande, que alguns entendem como imediatismo. Mas não é isso, é uma pressão social muito grande que se vive na gestão da cidade. E aí é uma coisa que eu gosto de falar.

Quando falo dessa questão da regularização, sempre se pensa na regularização como regularização fundiária, e não é isso. As cidades hoje vivem um processo que, seja por conta do que colegas nossos, pesquisadores e alguns acadêmicos gostam de chamar de processo de espoliação e especulação imobiliária, espoliação urbana ou especulação imobiliária ou algo assim, mas é muito mais do que isso, porque ele provoca alterações até em tecidos organizados, em tecidos em que parte da cidade organizada, parte da cidade real é regulada.

Esse é um processo muito contínuo e muito constante, que provoca que nós, no processo de gestão, tenhamos que ter essa maturidade de ouvir muita crítica. Isso é muito complexo para um gestor. Ele senta em uma cadeira... Ele fica em uma mesa, mas hoje não é mais uma mesa, é um balcão, em que ele tem que ouvir muita crítica e, ao mesmo tempo em que está ouvindo a crítica de um lado, tem que estar saindo com uma solução do outro, porque a cidade requer que isso aconteça.

Chamo muita atenção para o Estatuto da Cidade, porque também agora ganhamos, há pouquíssimo tempo, estamos ganhando a questão do Estatuto da Metrópole, que é uma outra ferramenta fundamental e importantíssima para as cidades com portes como o de Brasília, que hoje é uma cidade metropolitana. E é uma metrópole muito complexa de lidar, porque é uma metrópole que extravasa limites não de Municípios, mas de Estados. Isso é um fator determinante do processo desta Capital, que impõe a qualquer um que está nesse processo de pensar a cidade, pensar em várias coisas ao mesmo tempo.

E, aí, gostamos de falar o seguinte: neste momento, que eu falo que é inaugurador – não inaugurador, mas muito importante para a cidade de Brasília – nós estamos fazendo uma série de processos. Vou usar Brasília como exemplo. Eu poderia usar São Paulo aqui também como exemplo ou Rio de Janeiro. Vou usar Brasília só por conta das situações com que estamos nos deparando, em que ela, realmente, é um reflexo muito interessante do que é a política nacional que mexe com desenvolvimento urbano e todas as outras correlacionadas.

Temos, ao mesmo tempo, que pensar uma metrópole, organizar essa metrópole, em termos futuros, para os próximos 60, 100 anos que sejam, ou até mesmo para os próximos 5 anos. Ao mesmo tempo, regularizar aquilo que saiu do controle fundiário, as ocupações que hoje requerem uma atenção do Estado, na busca de uma regularização para trazer o que, em Brasília, hoje, representa algo em torno de 22% a 25% da população, que mora em áreas irregulares. É um espaço gigantesco da cidade. Estamos falando em mais de um milhão, quase um milhão de pessoas que moram em situação regular; 25% da cidade está nessa situação. E, ao mesmo tempo, trazer a cidade consolidada para um novo regramento.

Falamos isso porque, hoje, o nosso regramento é um regramento em que boa parte nasceu com a cidade ou foi sendo construído com a cidade. Isso é raro em qualquer outra cidade do País. No processo de expansão de Brasília, observam-se situações as mais diversas. Vemos a evolução da década de 60, 70, 80, a falta da política habitacional; o que gerou a falta de uma política habitacional e de financiamento, financiamento urbano. Não estou falando só habitacional, mas financiamento urbano. Foram duas décadas quase sem financiamento urbano, o que provocou esses 25% de ocupação irregular do solo.

E, ao mesmo tempo, estamos em um processo, hoje, trabalhando legislações que são complementares a um plano diretor e uma outra legislação grande. Há um trabalho forte, assim, das instituições que mexem com área ambiental, desenvolvimento econômico, a nossa secretaria, as administrações regionais, na criação do que, muitas vezes, se pede muito, que é o zoneamento econômico e ecológico.

Então, quando falamos isso, a realidade hoje de um planejamento é tão maior do que simplesmente o planejamento urbanístico, é um planejamento territorial e de políticas territoriais, que faz com que pensemos que ou estamos inaugurando uma nova noção de cidade ou estamos tendo que correr muito atrás para chegar a resolver muitos dos problemas.

E eu gosto de colocar uma outra questão, quando estamos falando de gestão, que é o início de um processo também grande, em todo o País, grande, muito grande, do Distrito Federal. Essa foi uma tônica forte em todo o processo das discussões dessas leis, que estão todas andando agora, que é como se procede à participação social e à participação efetiva nos processos de decisão urbana. Essa acho que tem sido talvez a ban-

deira mais forte utilizada hoje e é, talvez, a bandeira mais efetiva com que a sociedade e o gestor estão tendo que se deparar.

Acho que esse talvez seja um segredo para nós todos, para nós que estamos em um processo de aprendizado de como isso se comporta e de como formatar uma melhor forma de participação social, de absorção da sociedade dentro do processo, tanto o processo de planejamento e de decisões urbanas e até mesmo orçamentárias. Várias cidades do Brasil trabalham a questão orçamentária através de participação social. Então, estamos em um momento agora tão importante, que não é à toa... Tenho percebido em colegas nossos, em conversas, temos percebido que ou estamos próximos de uma ruptura muito grande ou estamos nos encaminhando para uma transformação muito interessante. Gosto de acreditar nessa transformação muito interessante, porque boa parte dos gestores que conhecemos, de outras cidades, têm se deparado com isso e têm buscado soluções e buscado responder. Então, não acho que seja uma ruptura, mas uma transformação de fundo, e acho que esta Subcomissão de Desenvolvimento Urbano tem um papel muito importante, muito interessante a tratar nesses debates que ela abre.

Então, eu gostaria de agradecer a participação. Estou aqui para continuarmos os debates. Não vou me alongar muito, porque sei como é que se procede nessas comissões, mas deixo um recado, que é um recado que é do âmbito... Posso falar, venho de uma formação... Sou formado em Brasília, mas com pós-graduação em São Paulo. Então, tive a oportunidade de vivenciar e trabalhar em dois momentos distintos. Cheguei a trabalhar em São Paulo, inclusive, com o planejamento urbano de São Paulo, também, em um momento muito interessante, que era a inauguração – porque, em São Paulo, para eles, é inauguração – de um plano diretor. Em um momento de inauguração de um plano diretor. Foi muito interessante, muito interessante reparar isso.

E estamos aqui, agora, em um processo, no caso do Distrito Federal, em um outro processo, que é um processo também bem amplo, que dá a todos nós uma dimensão interessante, muito peculiar e, talvez, muito proveitosa do processo urbano.

Eu gostaria de agradecer. E passo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Queremos agradecer, então, a participação do Rômulo Andrade, que é Subsecretário de Planejamento Urbano da Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano. É uma secretaria que tem muita responsabilidade, digamos assim, nessa questão. Portanto, daqui a pouco, voltamos aqui à Mesa, e talvez você tenha que responder algumas coisas aí para nós, sobre como vocês estão vendo aqui na cidade de Brasília.

Messias, tivemos a 5ª Conferência Nacional das Cidades. Eu tive a oportunidade de acompanhar a Presidente Dilma Rousseff na abertura da Conferência. E é muito interessante. A Conferência diz o seguinte: reforma urbana já. Então, quem está convocando a "reforma urbana já" é uma conferência que mobilizou o conjunto das cidades brasileiras, incluindo a Capital federal, e uma conferência oficial. Não é a associação de moradores do bairro Dias Macedo, de onde eu vim. É uma conferência oficial, do Governo, com ampla participação popular que está dizendo: reforma urbana já.

Vamos fazê-la ou não, Messias? Você, que está no centro do problema.

O SR. MESSIAS DE SOUZA – Senador Inácio, primeiro, quero agradecer a oportunidade e cumprimentar aqui o Rômulo Subsecretário de Planejamento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Quero registrar aqui a presença do Pedro Lopes de Queirós, representando o Conselho Federal de Engenharia, Agronomia, Geologia e outros, porque a arquitetura agora tem seu próprio Conselho, mas era de arquitetura. Quero agradecer ao Pedro Lopes e também à Luciana Holanda que está aqui, em nome do Deputado Joe Valle e também o Queiroga, representante do Conselho Regional De Engenharia.

Daqui a pouco, vamos ver se abrimos um diálogo para imprensar um pouco a Mesa, espremer para ver o que a gente arranca da turma aqui.

Messias.

O SR. MESSIAS DE SOUZA – Muito bem, Senador.

Partindo dessa provocação, acho que vivemos justamente a necessidade de uma reforma urbana. Mas o senhor começou a exposição lembrando várias iniciativas legislativas que resultaram em leis, todas elas relativas à atividade urbana, ao planejamento urbano, que vai desde a questão dos resíduos sólidos, dos planos de mobilidade e o Estatuto da Cidade que foi, assim, o grande parâmetro para reorganizar as nossas cidades.

Acontece que não se trata só da ausência de leis. Temos muitas leis que nem chegaram a ser implementadas, e eu pegaria talvez por aí para dizer que o nosso grande debate é de como as várias políticas que o Estado brasileiro desenvolve podem estimular ou dispersar os esforços de uma reforma urbana que tenha, como parâmetro, a participação da população nas suas decisões e, ao mesmo tempo, aumentar a sua qualidade de vida como um local ideal para se viver e criar a família.

Creio que o debate aparece hoje vinculado à ideia de que desenvolvimento queremos para o País. Pinço, desses debates todos, a questão da mobilidade, a questão do modelo centrado no automóvel e na rodovia como um modelo de mobilidade do nosso País. E aí refiro-me à mobilidade urbana e também a mobilidades intermunicipais entre as cidades e até de logística, esse é um debate mais amplo que aparece centrado excessivamente no automóvel e na cadeia produtiva do automóvel.

Quando foram adotadas medidas anticíclicas para enfrentamento daquela crise mundial há seis anos, o grande debate que apareceu de medidas que foram eficazes naquele primeiro momento para impedir que o Brasil caísse no processo em que muitos países caíram de recessão e de paralisação do seu crescimento, aqui tivemos medidas importantes, mas que geravam, como tem gerado, consequências, impactos sobre as urbes.

Foram fundamentalmente aquelas medidas de desoneração fiscal do automóvel, combinadas com a expansão do crédito e combinada com a queda de juros, que permitiram e estimularam o uso e a compra de carros amplamente pela população. Isso gerou um grande mercado, eu diria assim, não acompanhado, no mesmo passo, de medidas de efeito econômico imediato voltadas para o desenvolvimento de uma cadeia produtiva ferroviária e de uma cadeia produtiva de outros modais de mobilidade, que pudessem atender também àquelas medidas de natureza econômica, mas que gerassem um impacto diferenciado sobre as cidades.

E o que vimos foi que essas medidas adotadas geraram esse fenômeno no Brasil inteiro, não apenas nos grandes centros. Você vai a uma pequena cidade hoje, numa média cidade, há engarrafamento.

Então, o cenário que o senhor descreveu aqui de Brasília realmente é emblemático. Aqui em Brasília, todo ano há uma campeonato de balonismo e os que têm oportunidade de voar de balão aqui na cidade veem a maravilha que é o Plano Piloto do ponto de vista urbanístico, mas se chocam, nesse passeio, ao ver aquilo que é a escala bucólica da cidade, que é exatamente a massa verde e a linha do horizonte – que é um privilégio na cidade –, como que grandes feridas, justamente de estacionamentos irregulares ou na lama ou com a poeira, a depender das condições do tempo. Isso porque a cidade tem um número excessivo de automóveis, muito além do que se previu para a mobilidade das pessoas na cidade.

A agenda que existe, então, no Brasil inteiro é de ampliação de vias – e elas são necessárias –, é de ampliação de estacionamentos – e são necessários. Mas tudo isso tem limite físico. Não é possível continuar em marcha batida e se imaginar que, daqui a 20 anos, nós continuaremos inserindo nas cidades a mesma quantidade de automóveis que entram por mês em cada uma das nossas cidades e pensar que vamos resolver isso simplesmente ampliando as ruas, porque aí não há mais possibilidade física de fazer essas obras. Portanto, é preciso repensar, urgentemente, essa matriz. Ao mesmo tempo em que temos que conviver com essa realidade, as medidas precisam ser tomadas, porque terão impacto nas nossas cidades.

Aquelas leis que foram feitas para ordenar a cidade, que vêm do Estatuto da Cidade a essas de mobilidades urbanas, começam a ser ultrapassadas por essa realidade terrível, que é o uso excessivo de automóvel, em detrimento de um transporte coletivo que precisa ser posto em grande extensão para a população como alternativa de mobilidade.

Então, acho que aí temos um nó a ser enfrentado e a lei simplesmente não resolve se ela não tiver sintonizada com outras visões de política que, eu diria, são estratégicas para o desenvolvimento nacional, como o próprio processo de industrialização do País na linha do que precisamos. Se temos um país continental, com necessidade de ferrovias para uma logística de escoar nossa produção – que hoje ainda é infelizmente muito centrada nas *commodities* minerais e agrícolas – e se temos a população concentrada nos grandes centros, que precisam dessa mobilidade, só aí – fazendo-se uma análise do ponto de vista econômico – se verifica que há uma mercado gigantesco continental a implementar e a cobrar a necessidade de uma indústria complexa, de uma indústria ferroviária que gere uma grande cadeia produtiva e de geração de oportunidades de empregos. Se enfrentarmos de tal forma que possamos colocar à disposição das cidades brasileiras uma indústria nacional em condição de atender a essa demanda de trens, de metrôs e de trens leves, dos trens suburbanos na sua variedade integral, de vários modais, vamos poder ter uma perspectiva, aí, sim, de cumprir aqueles outros objetivos da legislação já existente de ordenação das nossas cidades.

Tivemos historicamente, no Brasil, um processo horizontal de expansão das cidade. E aí houve problemas de natureza fundiária, de especulação imobiliária, que levou, cada vez mais, as populações pobres para a periferia e para lugares mais distantes. E isso gerou esse impacto muito pesado na qualidade de vida das pessoas, submetidas a um deslocamento diário que as penaliza, do ponto de vista da qualidade de vida, porque passam boa parte do seu tempo dentro de um ônibus ou dentro de um automóvel, presos num engarrafamento.

Mas essa é uma realidade física das nossas metrópoles.

Elas precisariam de um movimento urbanístico de certo adensamento e em torno desses modais que permitisse a mobilidade das pessoas e pudesse, então, colocar, em torno desses eixos e de modais de transporte, todos os equipamentos urbanos que geram a qualidade de vida, para que as pessoas precisassem se

deslocar cada vez menos para viver bem dentro das cidades. Acho que nesse sentido é um esforço gigantesco que precisa ser feito.

Em realidades como a nossa aqui de Brasília – porque já foi bem descrito aqui pelo Administrador Jean e pelo Secretário Rômulo –, nós temos uma particularidade, a de termos uma área que foi planejada e tombada. Mas o Plano Piloto, que era para ser a cidade em si, a Capital, hoje é apenas o centro histórico de uma metrópole.

Há uma realidade urbana diferenciada, justamente seguindo esse modelo perverso, que historicamente fez a expansão das nossas cidades e das nossas metrópoles, afastando cada vez mais as populações pobres para distante e as penalizando para virem trabalhar com esse transporte de má qualidade, que cria essas dificuldades.

Então, hoje o esforço é gigantesco. O Governo do Distrito Federal, por exemplo, faz um esforço muito grande de atualizar esses modais para que se permita à população se deslocar, como agora essas obras do BRT, que vem de Santa Maria e do Gama.

São paliativos importantes nesse sentido. Mas, se nós pensarmos que é preciso planejar daqui para a frente, eu acho que o pensar no planejamento urbano da cidade está umbilicalmente ligado a essa questão da mobilidade. E aí, em vez de haver a concentração simplesmente das metrópoles, que perdem toda a capacidade de planejamento, se nós levarmos o transporte rápido a uma sequência de cidades que existem nas regiões, nós vamos integrá-las rapidamente.

Eu sonho que aqui, para usar o exemplo de Brasília, nós poderíamos muito bem nos deslocar de uma cidade histórica como Pirenópolis ou de uma cidade como Formosa ou de uma cidade como Luziânia, de trem rápido, e as pessoas poderiam morar bem nessas cidades, trabalhar, os que precisassem trabalhar no centro da cidade, da metrópole, de tal forma que a gente teria condição de desenvolver toda uma região.

A possibilidade de desenvolver essas cidades de forma ordenada, que não seja a repetição do caos das grandes metrópoles brasileiras, tem a ver fundamentalmente com as oportunidades que os modais de transporte podem oferecer para as pessoas se locomoverem hoje, na vida moderna.

Então, eu encerraria a minha contribuição deixando no ar também essa provocação, porque os outros aspectos mais sob a ótica do padrão construtivo, do padrão do mobiliário urbano, do padrão dos equipamentos comunitários estão muito bem, digamos, disciplinados em lei.

O problema é como fazer essa realidade legal se transformar e casar com a realidade factual. Aí são fatores de outra ordem extralegal, sobretudo fatores de natureza econômica e cultural, porque também há que se repensar o *modus operandi* nesses grandes centros, para que essa legislação, que foi um esforço grande do Parlamento nesse processo de discussão, possa ser inteiramente aplicada. E nunca está inteiramente acabada.

Ao mesmo tempo em que o Estatuto da Cidade não foi inteiramente aplicado, ele já requer aqui e acolá reajustes. Mas, mais do que ficarmos simplesmente a produzir novas leis, é preciso enfrentar os problemas, sobretudo com as políticas fora desses diplomas legais, mas que interferem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MESSIAS DE SOUZA – ...como essas a que acabei de me referir, de natureza econômica, que interferem na questão dos modais de transporte e que me parecem centrais para a boa utilização do instrumental legal que temos. E aí, a partir dessa utilização, as demandas de atualização legal vão aparecer como uma necessidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito bem, agradeço a Messias de Souza.

Temos aqui, então, um painel já com um conjunto de informações importantes.

Quero registrar aqui a presença do Antônio Eustáquio e também de demais arquitetos aqui presentes; do Paulo Silva, que foi Deputado Federal conosco, ele é da Agência Nacional de Petróleo; do presidente da Associação de Auditoria e Fiscalização do DF, o Auditor Fiscal Marcelo Faria; de Flávio Correa – Crea; de Frederico Flósculo Pinheiro, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília; de Bruno Morais Alves, que é Coordenador Executivo Procidades – está correto o nome? – da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do GDF, também muito importante.

Vamos abrir aqui uma temporada de indagações para os representantes de entidades que aqui estão e que queiram se pronunciar, por três minutos no máximo cada um, com questões que possam ser levantadas para os nossos expositores ou questões novas no debate.

Então, Sr. Frederico, aproxime-se deste microfone aqui na frente, pode vir aqui mais para frente. Aperte aí o botãozinho.

O SR. FREDERICO FLÓSCULO PINHEIRO BARRETO – Boa tarde. Sou Frederico Flósculo, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Sinto-me feliz pelo convite que foi feito a muitos acadêmicos, várias pessoas receberam esse convite da Subcomissão.

A questão da reforma urbana é muito atraente para os urbanistas, para os arquitetos. No caso de Brasília, uma das razões para a oportunidade desta discussão é exatamente a existência dos sérios problemas que estamos atravessando em função das políticas urbanas do Distrito Federal neste momento e ao longo dos episódios da nossa autonomia política.

Uma questão gravíssima acerca da reforma urbana diz respeito à ordem urbana e à ordem territorial. Nós temos atravessado aqui em Brasília, justamente no período de autonomia política, uma sequência terrível de grilagem de terra, uma sequência terrível de criação de condomínios irregulares na frente do Governo, visíveis das janelas do Palácio do Buriti, visíveis das janelas de Secretários de Governo. Você viu se formar o Novo Colorado, o Grande Colorado, você viu se formar o conjunto do Jardim Botânico, você tem condomínios em frente ao Palácio do Alvorada – a piscina da Dilma, se a Dilma resolver tomar banho, ela é vista por milhares de pessoas. Testemunhamos a perda da privacidade, a perda do respeito, a perda da soberania do próprio território de Brasília em decorrência da atuação de grileiros que agem irregularmente e com as autoridades participando.

Quer dizer, nós temos em Brasília um óbice tremendo à reforma urbana que diz respeito à honestidade das pessoas. Isso é corrupção, isso é corrupção territorial, isso é corrupção governamental, é corrupção na fiscalização, porque são mais de 600 condomínios irregulares. É absurdo! Não há uma cidade brasileira na história do Brasil que tenha visto grileiros tão bem sucedidos quanto viu Brasília.

Então, nós temos problemas seriíssimos com relação à reforma urbana, que é a ordem territorial e a conduta do Governo. Essa linha de base da conduta do Governo tem que ser definida, tem que ser definida.

Governadores do Distrito Federal têm sido presos.

Foi preso ainda hoje, ou ontem, um ex-Governador do Distrito Federal, Paulo Octávio, que simboliza um tipo de ação imobiliária que chega a ser decorosa. Paulo Octávio atua no setor imobiliário seguindo regras de influência, regras de troca de favores notáveis, foi preso por isso, mas ainda não se aproxima dessa linha de fundo da grilagem. Então, nós temos uma questão grave com relação a isso.

A segunda grande questão é que nós temos que cruzar instrumentos, como o Estatuto da Cidade, com a questão ambiental. Há 35 anos, para ninguém esquecer, Brasília fedeu: o cheiro do Lago Paranoá chegou ao Palácio do Planalto, chegou ao nariz de Ernesto Geisel e de seus acólitos da ditadura militar. A partir de então, nós entendemos uma coisa: Brasília tem limites ambientais severos. A questão da reforma urbana em Brasília passa por algo que o Governo está ignorando, que é o seu zoneamento ecológico e econômico. Então, nós temos limitantes a considerar gravíssimos nesse caso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito bem, Frederico.

Então, o problema da grilagem urbana voltou à ordem do dia, porque lá no meu Estado é especulação imobiliária mesmo – os grileiros ganharam um nome mais sofisticado.

Na ordem aqui de inscrição, o nosso colega da esquina – dizem que Brasília não tem esquina, mas estamos aqui na esquina –, depois o senhor e o senhor, e a senhora também pode se inscrever.

Três minutos por favor.

O SR. FLÁVIO CORREIA DE SOUSA – Boa tarde, Senador Inácio Arruda, colega Rômulo, Jean, Carmo – Administrador –, ex-Administrador Messias. Boa tarde ao público presente. Eu sou presidente do Crea do Distrito Federal, Flavio Correia, engenheiro civil.

Eu não podia deixar de estar aqui participando deste diálogo, acho que é muito importante para a nossa cidade. Tenho a falar uma coisa que vem acontecendo realmente, acho que o Rômulo... Eu cheguei um pouco atrasado, inclusive peço desculpas pelo meu atraso, porque o convite eu recebi hoje cedo. Eu estava numa reunião de almoço com os coordenadores de câmara que terminou agora e eu vim rapidamente para cá.

O nosso Conselho, o Conplan, no qual o Rômulo está sempre presente, ele realmente andou sofrendo interdições a toda hora no ano passado. Tudo o que foi decidido no Conplan foi suspenso, foi novamente reconduzido e agora novamente suspenso. Isso realmente faz com que as coisas não andem no Distrito Federal, realmente parem – apesar de que as coisas devem ser muito bem discutidas dentro do Conplan, as coisas referentes à nossa área urbana.

Esse legado da Copa da Mundo se inicia por aí: essa reforma já está se iniciando com o legado da Copa do Mundo. Não era o que a gente esperava, a gente esperava muito mais, acho que foram deixadas muito para o final certas reformas que estão sendo feitas, estamos vendo aí movimentações de última hora para se ter acesso ao estádio. Tudo isso poderia ter sido iniciado mais cedo e já ficaria um grande legado para a nossa reforma urbana.

E há essas áreas que estão sendo hoje disponibilizadas para novos aglomerados de população, como o Mangueiral, que foi feito há pouco tempo, e há outras áreas sendo feitas no entorno. Nós temos que tomar todo cuidado, porque nós precisamos realmente de uma estrutura boa de transporte, uma estrutura de sa-

neamento, uma estrutura também para lidar com o lixo urbano, quer dizer, nós temos que pensar a estrutura urbana como um todo, não só focados em transporte. Mas isso vai afetar todas as áreas para trazer uma boa qualidade de vida.

Há a questão do emprego também: aumenta a população e os empregos estão longe dessa população. Isso realmente traz uma dificuldade de mobilidade muito grande. As desapropriações que estão ocorrendo nessas áreas realmente me preocupam. Está aí uma moção do Crea em função da Embrapa.

Nós temos uma área da Embrapa... Hoje a Embrapa, que é um nome internacional na área de pesquisa, está sendo desapropriada para dar lugar exatamente a um aglomerado, a uma estrutura urbana de casas e tudo. Então, realmente, eu acho que não pode. É preciso deixar essas áreas de lado, tomar cuidado para não acabarmos com uma área onde já está tudo implantado.

Resolve-se o problema de população e vamos para uma outra área, que é a área de pesquisa, que tem de ser transportada para outro local e recomeçar tudo de novo.

O nosso Governo atual fez um contrato com a Jurong, de Cingapura, cujo resultado não conhecemos até hoje, contrato firmado com o objetivo de pensar Brasília nos próximos 60 anos. Isso já está em andamento, mas não vem a público o que está ocorrendo. Esse projeto pensa Brasília em todos os sentidos e, portanto, esse diálogo tem que se estender. É preciso saber o que está ocorrendo com esses projetos, é preciso que a população saiba realmente o que está acontecendo. Esse projeto de Cingapura para nós ainda é uma incógnita, não sabemos o que está ocorrendo, não sabemos se o que está ocorrendo lá não está indo contra o nosso PDOT, que nós realmente discutimos – e anda em discussão, exatamente indo para a nossa Câmara Legislativa.

Eu gostaria de deixar isso aqui registrado e agradecer o convite. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nós é que agradecemos e pedimos desculpas pela demora do convite, mas, ao mesmo tempo, nos congratulamos com a velocidade com que o senhor chegou até nós.

O próximo é o nosso companheiro Antônio Eustáquio.

O SR. ANTÔNIO EUSTÁQUIO – Boa tarde a todos.

Eu concordo plenamente com o senhor, Senador, quando diz que Brasília é uma vitrine para o Brasil e, por isso, nós deveríamos cuidar dela. O que fazemos aqui é um exemplo a ser seguido, mas o que parece que se tem seguido no Brasil é a política da grilagem: 600 condomínios, parcelamentos irregulares, em sua maioria clandestinos, que sequestraram um terço da população – mais de um milhão de pessoas sequestradas. Isso não é um bom exemplo.

O segundo exemplo é que nós também não temos uma política de transporte modal que atenda às necessidades do Plano Piloto. O nosso sistema é rodoviário, ultrapassado, e não conheço nenhum projeto que faça a interligação dos nossos bairros por um sistema ferroviário. Estamos atrasados.

Por outro lado, o nosso colega Rômulo fala que precisamos de uma participação social para promover transformações interessantes. Eu discordo no seguinte sentido: para termos transformações interessantes, precisamos de rupturas. A cultura brasileira da falta de rupturas, do deixa para lá e do adiamento tem colocado os administradores contra o muro. O que podem fazer os Srs. Administradores contra os quiosques que proliferam pela cidade? O que podem fazer os Srs. Administradores contra as invasões das áreas públicas? O que estão a fazer os Srs. Administradores para que a paisagem urbana de Brasília não seja tão deteriorada e para que não sejamos levados a uma favelização tão rápida? Se a reforma urbana é para já, estamos atrasados.

Portanto, eu gostaria de deixar aqui a minha indignação, como brasiliense, diante da deterioração do Plano Piloto e de sua paisagem urbana decorrente das invasões, da falta de um sistema de transporte digno para a população que aqui vive e trabalha honestamente e contra a grilagem, principalmente a que vi ocorrer no horizonte do Palácio do Planalto, que é o recente condomínio que está invadindo o setor São Bartolomeu e que os Deputados da Câmara Legislativa insistem em defender.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito obrigado. Muito bem, Eustáquio. A grilagem está ganhando destaque, está ganhando força.

Então, vamos passar para o nosso colega Marcelo.

O SR. MARCELO DE ARAÚJO FARIA – (O Sr. Marcelo Araújo Faria) – Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Boa tarde, Marcelo.

O SR. MARCELO DE ARAÚJO FARIA – (Marcelo Araújo Faria) – Boa tarde ao Senador, à Mesa.

Eu sou auditor fiscal da Agefis, sou Presidente da Associação das Carreiras de Auditoria e Fiscalização no DF.

Eu sou obrigado a concordar com a veemência do companheiro Professor, sou obrigado a concordar com o outro colega e sou obrigado a concordar com você também, Senador, quando diz que nós somos espelho, o Distrito Federal.

É verdade, e a prova disso é que um dos avanços que o Distrito Federal teve – ironia do destino – foi pelas mãos do Arruda, que foi a criação da Agência de Fiscalização. Não foi exatamente nos moldes em que gostaríamos nem nos moldes em que deveria ter sido criada, mas foi um avanço. Digo isso porque ninguém fala em fiscalização, em controle, ninguém fala no controle.

A grilagem é um fato. Eu sou ciclista, faço *mountain bike*, eu ando pelos arredores do DF. Ando menos do que andava antes e não é pela idade não, mas porque as cercas estão proliferando. A qualquer lugar que vocês forem vão perceber que as cercas estão proliferando. Não parou! Eu falo aqui como auditor fiscal e falo como cidadão que pedala pelos arredores do DF. O processo de grilagem está intenso e o Governo não vê: para o lado de São Sebastião, Brazlândia, Gama, onde quer que se vá.

Nós temos vários problemas, e eu acho que essa questão da fiscalização, como controladora, como limitadora dos impulsos antissociais dos cidadãos, não é discutida, sobre ela não se fala, dela não se trata.

O Ministério das Cidades – nós estivemos lá –, para vocês terem idéia, não trata da questão de controle, ele não tem ideia de quantos fiscais têm São Paulo, ele não sabe quantos fiscais existem no Brasil. Ele é o Ministério das Cidades, é o que vai regular a vida do cidadão! Quanto ao DF, também não sabem nada, não sabem sobre acessibilidade. Brasília tem problemas sérios ainda de acessibilidade – Fortaleza tem muito mais, eu andei por lá e vi que a coisa lá também é muito complicada.

Falamos desses problemas de Brasília, mas muita coisa é comum a todos os centros. O Brasil se desenvolveu economicamente, ele avançou, é verdade, o Governo conseguiu dar um salto, tirar populações das classes mais baixas, promoveu ascensão social, ascensão econômica, mas as urbes não estão acompanhando esse processo, as urbes estão parecendo a velha Havana, em Cuba: antiga, as coisas caindo aos pedaços. Enfim, nós não experimentamos a modernidade.

Messias, fiquei atento à sua fala, achei interessante você colocar a questão do transporte, como está assentada hoje a indústria nacional: é pelo automobilismo. Não existe nenhum país do mundo com a quantidade e com a diversidade de montadoras – não existe, eu já pesquisei isso – que se veem no Brasil. Eu não sei quantas empresas há que fabricam vagões de trem, ou composições de trens, sinceramente, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Só há uma no Ceará.

O SR. MARCELO DE ARAÚJO FARIA – Só uma?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Na cidade de Barbalha, no Estado do Ceará.

O SR. MARCELO DE ARAÚJO FARIA – Isso é reflexo de como está... É muito complicado mudar esse quadro, porque começou no governo Fernando Henrique, com aquele programa de incentivo à indústria automobilística, e segue até hoje.

Agora, Senador e todos aqui presentes: acho que tem de ser discutida sim a questão da fiscalização, ela tem de ser... A Agência de Fiscalização foi um avanço. Há uma Corregedoria, há o processo administrativo fiscal, que contempla o direito da ampla defesa, do devido processo legal, do contraditório.

No ano passado, se não me engano, cinco ou seis auditores foram mandados embora, foram demitidos a bem do serviço público. Há uma Corregedoria funcionando, mas ela poderia ser melhor. O órgão tem problemas sim, tem problemas sim, deveriam existir os conselhos comunitários de fiscalização, de controle, acompanhamento da fiscalização para acompanhar o andamento dos processos lá dentro, para entender por que um processo de uma demolição vaga anos, anos.

Eu pego processo lá de 1998, da época do governo Cristovam. Por que ele fica lá vagando de mesa em mesa?

Eu vi aqui a questão ontem que se mencionou também do Paulo Octávio. O Paulo Octávio é recalcitrante, não é de agora, não é do Shopping JK. Essa questão dos alvarás de funcionamento tem de ser discutida também, a transparência na emissão de alvarás de funcionamento e de construção. É o controle social. A sociedade tem de ter o controle sobre isso, que fica muito na mão do administrador regional, de um grupo ali, enfim, é muito circunscrito.

A importância de Brasília ter tido uma reformulação na fiscalização aqui, porque a fiscalização era pulverizada em cada uma das então 21 ou 19 administrações regionais, se não me engano. Eram 19 ou 21 administradores regionais, e cada um fazendo política de fiscalização ao seu bel sabor, enquanto não vemos o Estado, o Distrito Federal, a Prefeitura de Belo Horizonte, a Prefeitura de Fortaleza, que está querendo... São Paulo é zero, é um lixo. A cidade mais rica do Brasil é um lixo a fiscalização de lá. Não vemos nenhum desses Municípios falando em política pública de fiscalização. A sociedade ainda não despertou para a questão de que esse assunto é importante, de que o controle social passa pela fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito bem, Marcelo. Vamos, então, controlar o seu tempo.

O SR. MARCELO DE ARAÚJO FARIA – Obrigado. Desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Você já tomou o tempo que sobrou do Rômulo e do Jean. O nosso colega...

O SR. MARCELO DE ARAÚJO FARIA – Eu falaria mais uns dois dias aqui.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu vi, mas agora vai haver controle.

O SR. LUCIANO NÓBREGA QUEIROGA – Boa tarde...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Boa tarde.

O SR. LUCIANO NÓBREGA QUEIROGA – ... a todos e a todas. Boa tarde, Senador Inácio Arruda, que é meu conterrâneo. Não sei se o senhor já ouviu falar de Mombaça, no Sertão do Ceará...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nossa capital.

O SR. LUCIANO NÓBREGA QUEIROGA – ...ou de Iguatu, mas a nossa origem é daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito bem.

O SR. LUCIANO NÓBREGA QUEIROGA – Eu estou aqui tentando representar a Terracap, a nossa presidência da Terracap. Eu sou o Diretor de Habitação e Regularização Fundiária.

Eu tenho acompanhado, com bastante interesse, todas as exposições. E as acho contribuições excepcionais até agora, mas eu tento me colocar dentro desse tema... Faço um esforço. Nós estamos falando de reforma urbana. Quando adentramos esse tema da reforma urbana, certamente, não estamos pensando só nas nossas idealizações ou nós estamos apenas com a concepção do tecido urbano, da malha urbana. Quando nós estamos discutimos reforma urbana, nós temos de pensar nas pessoas. Antes do Estatuto da Cidade e antes de outras preocupações nossas, o que nós temos de preocupação central são as pessoas. Fazemos reforma urbana para as pessoas, fazemos reforma urbana para que as pessoas efetivamente tenham qualidade de vida e bem-estar, o que é função, obviamente, de todas as mudanças que podemos fazer. Aí, não podemos discutir reforma urbana sem pensar na origem das coisas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO NÓBREGA QUEIROGA – Como começou Brasília? Brasília é uma grande fazenda, na verdade, e traz até hoje todos os vícios dessa grande fazenda – daí grande parte dos seus problemas de ocupação. Eu considero que Brasília é uma cidade até hoje sem um modelo econômico. Qual o modelo econômico sob o qual Brasília foi concebida? O modelo econômico de salário. Ela não foi pensada sob o ponto de vista da agricultura, da indústria, dos serviços. Nós nascemos sob a égide dos salários e, até hoje, nós não conseguimos... Falamos já do segundo ponto dos nossos problemas de origem, que não podemos deixar de discutir na reforma urbana.

Eu falaria também do terceiro. Em parte, eu concordo com o Messias, mas eu acho que, por exemplo, naquilo que me compete, na minha especialização, que é mais voltada para a regularização urbana e para a preocupação com um grande problema que nós trazemos, que é o déficit habitacional, proporcionalmente o mais alto do Brasil, sim, há grandes problemas de legislação. As nossas legislações são extremamente confusas, extremamente contraditórias, autofágicas, uma engole a outra, de maneira que os administradores urbanos sabem que caminham no fio da navalha.

Nós temos de considerar esses três aspectos quando estivermos fazendo esses debates, a ponto de, por exemplo, Brasília ser uma cidade, como só pensamos sob a égide do salário, o modelo econômico do salário, que precisa, para não ter grande parte desses problemas que estamos citando, trazer, sim, indústria e serviços e implantar outras coisas. Por exemplo, nós somos uma cidade que ainda não temos resolvido a questão dos incentivos fiscais que permitam trazer, atrair e gerar mais empregos aqui. Por quê? Quem vêm primeiro é a desigualdade e a falta de moradia ou é a falta de moradia e a desigualdade, que causam os transtornos que há? É isso.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito bem.

É um problema também do ponto de vista social. Não sei se há algum morador desses 600 condomínios por aqui. Eu não sei se foi exatamente o Estáquio que levantou, mas disseram que há condomínios clandestinos, de tal sorte que o problema da regularização fundiária e da grilagem é um problema grave. Vamos regularizar 600 condomínios, e os clandestinos... Esses 600 devem ser os que estão a olho nu, escancarados, mas há mais que isso. Há um problema grave de regularização fundiária, que vai se dar como? Porque parte dessas áreas foram tomadas de assalto do Poder Público, mas elas existem objetivamente. Então, é um problema crucial que Brasília vai enfrentar. E é um problema também nacional, não é um problema só de Brasília. Há muitas áreas públicas que foram agregadas a setores da grilagem no Brasil, além da especulação.

Na especulação, nós estamos falando daquele que tinha uma propriedade e que especulou com a sua propriedade, levando o seu condomínio para 30km distante do centro urbano para forçar o Poder Público a montar toda a infraestrutura e valorizar a área que você tem de separação entre esse centro urbano principal

e aquele loteamento que você fez a 30km de distância. Então, são dois problemas grandes, e todos os dois são muito graves.

Vamos ouvir a Maria Rosa, que é do Projeto Cidade Verde, da Universidade de Brasília, para ver se ela nos dá uma luz.

Por favor, nesta bancada mais à frente.

A SRª MARIA ROSA ABREU DE MAGALHÃES – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar a Mesa. As falas foram todas relevantes, porque elas estão agregando uma visão dos problemas que ainda temos e das possibilidades de mudança.

Quero cumprimentar o PCdoB por esse diálogo.

Eu vou tocar num tema rapidamente e vou fazer um pedido ao Jean, que é o nosso atual administrador, que vem seguindo o trabalho do Messias. É um pedido em relação ao centro da cidade. O Senador Inácio colocou a questão de Brasília, capital da República, ser uma vitrine. O que nós fazemos de novo irradia para o País. A transição para a cidade mais sustentável, mais humana, mais agradável para todos, para ser democrática, precisa acontecer, e a reforma urbana é um instrumento disso.

Os centros históricos das cidades brasileiras estão, em geral, abandonados. O centro histórico das cidades é onde há os monumentos mais lindos, que guardam a história do País, a memória da cidade, a memória de quem viveu antes e construiu a cidade. Vou dar o exemplo do centro histórico de São Paulo, que é lindo, que tem toda a história daquela cidade e que está abandonado. Ele está desprezado. Ele é antidemocrático, porque se vai deixando um centro histórico pobre para os pobres. Isso é um *apartheid*, isso fere os direitos humanos. Eu dou o exemplo...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ROSA ABREU DE MAGALHÃES – É o pedido que eu faço ao Jean: de repente, ainda deixar esse legado... A UnB, junto com o Instituto de Arquitetos, fez um concurso para a revitalização e a requalificação do coração de Brasília, que é a estação central, a rodometroviária. No passado, para uma cidade com 500 mil pessoas, ela poderia até abrigar alguns ônibus e alguns automóveis em cima, mas hoje isso não faz mais sentido. Aliás, ela foi concebida para chegar o ônibus interestadual, no centro da cidade. Os centros das cidades hoje estão sendo liberados paulatinamente até de estacionamento de automóveis; são para o pedestre, são para confraternização e encontro de toda a sociedade, com igualdade, com democracia, com cultura nessa área central. A estação tem um mirante, que é a plataforma superior, que é um mirante de toda a beleza dos monumentos da Esplanada e é estacionamento, depósito de automóveis. Embaixo, é depósito de ônibus. Isso é injusto. Ali é um lugar em que o turista iria encontrar informações turísticas sobre Brasília, em que haveria atividades culturais, lazer, serviços. Ele tem de ser bonito, confortável, tem de ter, como o aeroporto, granito no chão. Ali é sujeira, ali, nem a escada rolante, em geral, funciona. É injusto. Rodoviária, estação central, pobre para o transporte pobre para as pessoas mais pobres. Isso é muito injusto.

Foi muito bem colocado pela Mesa e por várias pessoas, arquitetos e engenheiros, que disseram que a mobilidade urbana... Esse modelo, que precisa de uma transição para o novo... Muito bem colocado pelo Messias o potencial que tem a indústria ferroviária, os trilhos, o trilho de superfície, o metrô leve, o metrô subterrâneo. O exemplo do VLT do Cariri foi premiado na Alemanha e foi feito por uma empresa de ônibus, a Caio. Vejam bem: quem faz um modal pode fazer outro. Essa transição da nossa indústria rodoviária para ajudar também... E aí é o Brasil ter capacidade de ter protagonismo na indústria ferroviária, claro que talvez como a China fez: ela fez com a Alemanha, com a Siemens. A Siemens no Brasil só vende ônibus, mas ela poderia estar nos ajudando a fazermos renascer o trem: o trem de passageiro, para conforto e a qualidade de vida, o metrô... Nós não temos metrô. Os 70km de metrô que há em São Paulo não é metrô. É um sufoco aquele metrô. Claro que ele é importante. O nosso metrô não cresceu nada. Nosso metrô não existe: há anos, é uma linha só praticamente. Então, é injusto isso.

Tanto o Messias como o Senador colocaram que, lá de cima, você vê que o Plano Piloto é um grande estacionamento de automóvel. Então, o pedido.

Foram previstos no Brasília Integrada o Terminal Asa Sul, o Terminal Asa Norte, terminais confortáveis aonde os ônibus todos que chegam de grandes distâncias integrariam com os ônibus circulares locais. A estação central seria local de passagem do ônibus, com hora certa no painel, e não estacionamento de ônibus. Então, ia-se liberar essa área. Nós perdemos a oportunidade, agora, para a Copa, para o turista que vem, de já ter conseguido isso.

Nós sabemos o esforço que a administração local fez, mas é um conjunto, é aquela correlação de forças do velho e do novo. Então, é um processo.

Este desafio, claro que é: deixar encaminhada a revitalização dos dois terminais, com as paradas, e o ônibus de vizinhança no Plano Piloto; renascer a nossa área central como exemplo até para renascer a área central

de Taguatinga, a Praça do Relógio, que também está abandonada. Ali também é um local de convivência das pessoas, de encontro da cidadania.

Foi muito interessante de juntar... A questão da reforma urbana é muito ligada também com a mobilidade. Uma nova mobilidade para uma nova cidade.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Bom, pessoal, então, vou agradecer à Rosa, que foi ao concreto, mas acho que teríamos, para voltar à Mesa, de fazer duas observações.

Primeiro, grilagem e especulação são sócios fortíssimos nas cidades brasileiras. Esse é um problema que se mantém nas cidades brasileiras, que não é de solução fácil, mas, uma hora, rompe, ou rompe porque o administrador teve a capacidade de enfrentar, ou rompe porque a população e a sociedade vão fazê-lo. Digamos que o mais ajustado, num governo democrático e popular, o que vivemos no Brasil, num momento de democracia, é que a sociedade e o governo possam contribuir para que avancemos nessa área. Não é tarefa fácil, é matéria difícil. E não é falta de lei, não há problema com lei. Há lei, e lei que pode ser usada com muito vigor. Então, os administradores tanto dos governos estaduais, que é o caso de Brasília, que é um governo distrital em que é o governador que tem a responsabilidade de administrar a cidade, como das prefeituras têm instrumentos fortes em suas mãos. Então, isso para tratarmos a sociedade da grilagem com a especulação. Hoje, os instrumentos são fortíssimos. Pode-se utilizar o próprio Estatuto da Cidade hoje, que dá ao prefeito ou ao governador...

Recentemente, nós estávamos construindo, Messias e Jean, uma via ligando a cidade de Fortaleza a uma cidade vizinha, a cidade de Aquiraz, no Estado do Ceará, e nos deparamos com o problema do preço dos imóveis que saíram, a título de exemplo, de R$1,00 o metro quadrado para R$100 mil. Perguntaram: "O que aconteceu com essa sua terra? É ouro em pó?" Disseram: "Não, é que dizem que o governo vai passar uma estrada aqui. Então, vai desapropriar. Já que ele vai desapropriar, a minha terra mudou de preço". Então, o governo disse: "O.k., tudo bem. Então, nós vamos aplicar uma contribuição de melhoria no valor também de R$100 mil." E disseram: "Não, não. Isso é R$1,00." Ah, está certo, é R$1,00. Então, há um forte atrativo especulativo quando vai ter de se passar com uma via pública num espaço público, que vai ampliar esse imóvel do ponto de vista do seu preço já naturalmente. No entanto, há um forte poder também especulativo, quando o Poder Público se movimenta.

E o outro fator do poder de especulação é obrigar o setor público a vir com empreendimento público para valorizar os seus imóveis. Isso cria um custo adicional para a cidade, para o gestor. A cidade tem de cuidar daquela região inteira. E isso cria um custo para construção de imóveis que devem ser ofertados à população, tanto no setor popular, para essa população que seria a principal beneficiária do Minha Casa, Minha Vida, de 0 a 3 salários, como para as camadas que estão acima desse valor, porque o custo da terra especulada é um custo muitas vezes maior que o que, de fato, deveria ser.

Essa sociedade grilagem e especulação precisa ser quebrada no Brasil. Não é tarefa pequena, mas é tarefa de um Estado mais organizado. Se ele estiver mais organizado, pode enfrentar esse problema – com o controle e a fiscalização atuando no sentido de dar essa humanização à cidade, e não o contrário, porque também, às vezes, a fiscalização funciona no sentido de emperrar a cidade e não de ajudar a cidade a destravar os problemas.

O Marcelo levantou esse problema da questão da fiscalização no Brasil. Esse é um problema grande, grave, porque você não tinha estrutura nos Municípios nem nas capitais. Imagina se nós formos tratar dos outros Municípios médios e menores do nosso País!

Hoje, o Messias levantou aqui para nós, também, a ideia da...O problema da mobilidade tomou conta das pequenas cidades e das médias cidades brasileiras. O aumento, um pouquinho maior, do poder aquisitivo da população fez com que ela chegasse fácil ao transporte individual, que foi desonerado. Com a desoneração e um pouquinho mais de poder aquisitivo, a população foi lá e adquiriu automóveis, o que foi criando esse contencioso gigantesco nas cidades.

Então, nós temos aqui um primeiro problema, que é grande em Brasília e existe em todo o Brasil: grilagem e especulação fortes. Segundo problema: a debilidade nos organismos de fiscalização. Às vezes, quando eles estão fortes, travam o desenvolvimento da cidade. Então, a gente também tem de ter a medida correta da fiscalização. É uma fiscalização que tem a capacidade de garantir o que é direito da cidade para a população, o que é a humanização da cidade e ajudá-la a se desenvolver.

Então, acho que o problema da fiscalização está fortemente na questão da reforma urbana. Eu não tinha ainda tratado dessa questão da fiscalização e do controle urbano com essa dimensão de que ela pode ser um instrumento, também, da reforma urbana, com um certo vigor.

E o problema da mobilidade. A mobilidade tem sido... Digamos assim, vai se transformando no grande estopim e numa fonte explosiva das cidades. É o que nós temos escutado em todas as reuniões. Fizemos reunião em Brasília, agora, fizemos em Natal, fizemos em Fortaleza, fizemos em Curitiba, que tem o plano diretor que é seguido com mais força e determinação. Desde 1943 eles têm como ponto central o plano diretor. Fizeram várias reformas no plano diretor, várias alterações, mas a base é o plano de 1943, que diz o seguinte: "Na-

quela cruz", que é o sistema do plano diretor, nascente, lá atrás, é onde está a cidade de Curitiba. Então, ela se adensa naquele eixo central. Ali você pode construir, você pode avançar, porque o transporte público massivo está ali. Então, é nesse eixo da cruz que você pode fazer. Nos outros você não pode. Então, eles vão seguindo essa orientação. Isso ajudou muito a cidade de Curitiba. Só que Curitiba, hoje, é o centro de uma região metropolitana que não se organizou como Curitiba. As cidades que estão no entorno não têm essa determinação e não tiveram esse ajuste. Portanto, passaram a transformar também Curitiba num caos de mobilidade. As cidadezinhas penetram em Curitiba. Curitiba tem demandas para as cidades vizinhas, mas as cidades vizinhas têm muito mais demandas em Curitiba. Então, essa é uma realidade. Porto Alegre, estivemos lá também, é uma cidade – e Salvador – com muitos problemas, com graves problemas, que envolvem esse tema que estamos discutindo com muita força, o problema da mobilidade urbana.

Qual o problema? É que as cidades são, ao mesmo tempo, esse problema caótico a que nós estamos assistindo... É um problema do Brasil e um pouco da América do Sul. Se vamos olhando, as regiões metropolitanas das grandes cidades sul-americanas também são um pouco caóticas. Mas nós vivemos em uma situação até mais grave no Brasil, porque resolvemos abandonar, assim de forma aberta, o sistema de transporte público massivo e ferroviário.

Assim como fizemos para o transporte de cargas, fizemos para o transporte de passageiros. Nós arrancamos trilhos pelo Brasil inteiro. Arrancamos trilhos! Nós desmontamos os bondes no Brasil inteiro.

As cidades mais desenvolvidas da Europa, dos Estados Unidos, da China, do Japão e da Rússia até hoje têm o bonde, têm o metrô, têm o ônibus e têm o transporte individual como coisa quase que secundária, complementar. Nós invertemos completamente isso, numa ação muito subalterna, desde a década de 50, e cometemos esses verdadeiros crimes bárbaros de sair arrancando trilho pelo Brasil inteiro.

Aí vamos retomando agora. Mas a retomada tem sido feita com uma polêmica, porque tem muita força o setor rodoviário, já consagrado como modal de transporte de carga e de passageiros no Brasil. Eles têm força, digamos assim, no diálogo com a sociedade. Vão enfrentando esse debate e vão criando barreiras para o modal, digamos assim, mais massivo, que é o modal ferroviário, que inclui o metrô.

Em uma cidade como Brasília, o plano que tinha que haver é o plano de mobilidade, um plano de metrô. E metrô bom, de granito mesmo, porque é para conduzir a população mais simples, mais pobre, e também os ricos que queiram usar o metrô, a classe média que queira usar o metrô, porque, se for bom, todos eles vão usar, ninguém vai se recusar a usar um transporte com mais facilidade.

Algumas nações estão fazendo malhas metroviárias em 10, 15, 20 cidades ao mesmo tempo, porque sabem que estão respondendo a uma demanda explosiva da população. Por isso estão fazendo, porque sabem que se não fizerem vão ter problema de confronto com a população permanente.

Nós não temos essa velocidade, a despeito de que aumentamos muito o investimento em mobilidade urbana. São R$150 bilhões ou R$160 bilhões investidos, nesses últimos 10 anos, em mobilidade urbana, em planejamento e projetos. Mas são coisas do tipo mais uma linha em Fortaleza. Uma linha boa, porque são 12km de linha e já nos ajudam bastante. Mas é uma linha, não se está pensando a malha.

Se você chegar hoje em Fortaleza e perguntar ao Prefeito de Fortaleza: o senhor tem o projeto da malha metroviária que deverá ser executada em Fortaleza nos próximos 20 anos? Não, só tem esse projeto dessa linha. Porque não basta só planejar, você tem que planejar e tem que ter o projeto.

Às vezes o dinheiro aparece, te oferecem o dinheiro. O próprio Governo Federal chega para você e diz: "Ô Jean, está aqui o dinheiro para a malha metroviária de todo o Plano Piloto de Brasília. O senhor podia me trazer o projeto?" Ele diz: "Vou encomendar." Vai passar um ano, dois, três sendo tratado, porque o projeto tem que responder à questão urbanística de uma cidade tombada, tem que responder à questão dos mananciais, tem que responder à questão da malha rodoviária já existente, tem que responder ao desenho das habitações que já foram projetadas e que não podem ser mexidas. Então, tudo isso tem que estar respondido no seu projeto. E esse projeto vai demorar, no mínimo, dois anos para ser executado. Então, você deveria ter esse projeto na mão, mas você não tem. O dinheiro está disponível, foi oferecido para Brasília, mas Brasília não tem o projeto. E não tendo o projeto, não vai pegar o dinheiro, porque não tem como pegar esse recurso.

Isso vale para São Paulo, que também não tem o projeto para expandir a malha metroviária dele de 70km em 30km. O projeto, que tem é para mais 5km a 10km, que é o que está sendo executado. O projeto para adiante não tem.

A cidade que vai receber a Olimpíada em 2016 – e é muito bom que receba, todo mundo quer fazer Olimpíada – tem menos de quarenta quilômetros de metrô. Agora, está fazendo outra linha. E ainda tem questionamento de determinados bairros mais grã-finos, de classe média-alta, que não querem que o metrô passe lá, porque pode ir pobre passar lá, se misturam, e vai dar o maior problema do mundo. Então, quer dizer, ainda temos esse tipo de problema.

Há pouco, vimos um debate, em São Paulo, em torno de uma linha de metrô que cruzava um bairro desses chamados nobres, de São Paulo, Higienópolis, e houve uma polêmica que teve de ser enfrentada. Era uma polêmica absurda, mas existiu ainda no Brasil.

Nós estamos falando disso em duas cidades: uma com 70km de metrô; outra com 40km. Não sei de quanto é a linha de Brasília, mas não deve ser tanto. Talvez seja uma linha, no comprimento, até grande, mas ela não atende a Brasília. E, hoje, eu não sei. Se eu perguntasse assim ao Jean: Jean, coloca aqui o projeto da cidade de Brasília, do metrô. Nem o Jean, nem o Rômulo iam entregar nada. Não é verdade, Rômulo? Diga a verdade pura: entregaria?

O SR. RÔMULO ANDRADE – Na verdade, é como o senhor estava dizendo bem, existe a prospecção de projetos de aumento da linha, tanto para a Asa Norte, quanto para complemento em Samambaia e Ceilândia. Esses são dois projetos que já estão em curso. Agora, a ampliação para novas linhas ainda não existe.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Está bem. Então, devolvendo a palavra para a Mesa, começando do Rômulo para cá, para que vocês possam... Vocês ouviram as pessoas que são de Brasília. Então, estamos tratando de Brasília; as pessoas que se manifestaram são de Brasília, conhecem a realidade de Brasília, estão dando opinião porque sabem e convivem com o problema.

Então, vocês poderiam nos responder esses questionamentos.

O Eustáquio quer dar uma última alfinetada ali. Trinta segundos, Eustáquio.

O SR. ANTÔNIO EUSTÁQUIO – Obrigado. O que me preocupa é que, com normas e leis, que nós temos bastante, se não houver fiscalização, só vai existir o caos. A falta de fiscalização favorece uma coisa que é o câncer da política brasileira, que é a política do favor. E a política do favor passa a ser institucionalizada a partir do momento em que a fiscalização não existe.

Obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O.K., Eustáquio. Então, veja, esse problema da fiscalização e de ela funcionar como fiscalização... Eu não queria mais dar exemplo de uma cidade do Ceará não, mas, nós tivemos o caso de um Prefeito que foi eleito. No primeiro ano do seu mandato, ele terminou o ano com todas as emissoras de rádio da cidade o massacrando, em praça pública: que ele não se elegeria mais para nada. E no quarto ano, o Prefeito foi reeleito com quase 70% dos votos. Enfrentou alguns problemas como recolher os tributos, fiscalizar a cidade, não deixar ninguém colocar carro em cima da calçada, ninguém colocar mais carro nos jardins da cidade. Enfrentou tudo; e, no primeiro ano, foi massacrado. No quarto ano, foi eleito com mais de 70% dos votos.

Então, você ter uma atuação rigorosa, vigorosa, não é sinônimo de desastre eleitoral; pode ser exatamente o contrário. Quer dizer, a população vai receber. E mesmo aqueles que vão pagar os tributos... Às vezes, a pessoa não quer pagar estacionamento. Paga-se no *shopping*, paga-se num lugar sofisticado. É como a Copa. O cara quer a Copa no estrangeiro, mas o Rock in Rio ele quer aqui. Acha que no Rock in Rio não tem problema nenhum; não tem de fazer manifestação nenhuma no Rock in Rio: "Ah, aquilo é privado, não é preciso fazer manifestação; é preciso contra a Copa." E por aí vai.

Então, na hora de você cobrar, as pessoas têm a dificuldade mais imediata. Mas o resultado em perspectiva vai ser positivo para a cidade e também, nesse caso nosso, foi bem-sucedido, porque foi reeleito o Prefeito, numa votação muito boa, porque obteve 70% dos votos da cidade que ele administrava, que até hoje é uma cidade muito visitada, porque tem sido muito premiada pelo projeto que desenvolveu de cidade, fora outros prêmios na área de educação e companhia. Mas no projeto de cidade. Então, acho isso muito importante.

Então, Rômulo, são boas indagações. Você está ligado diretamente à área de planejamento e podia nos ajudar. O diálogo aqui tem o sentido de nos ajudar; ajudar a reforma urbana convocada pela Presidente da República. Foi a nossa Presidente Dilma que a convocou; disse que quer reforma urbana já. Então, nós estamos exatamente pegando um negócio que a Presidente colocou nas nossas mãos.

O SR. RÔMULO ANDRADE – Presidente, boa parte de todas as questões colocadas são as questões que nos motivam a trabalhar diuturnamente no processo.

Vou dar-me ao luxo de fazer um pequeno arranjo de conversas para fazermos algumas respostas.

Não sei se todos aqui conhecem o histórico fundiário do Distrito Federal, ou seja, como ocorreu o processo de fundação fundiária do Distrito Federal. Ele começa com um processo de desapropriação efetivamente do Estado de Goiás. Quem começou o processo de desapropriação do Distrito Federal, a compra de terras, foi o Estado de Goiás, em 1955, através de uma comissão técnica de mudança da nova Capital, a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, que, por incrível que pareça, foi responsável por nada mais, nada menos, do que a negociação de 66% do território do Distrito Federal, em termos de aquisição. Adquiriu, nesse processo, algo em torno de 35 e 66% negociado, tanto é que algumas coisas são da origem aqui. Até

1960, o processo foi de aquisição massiva das terras do Distrito Federal, começando simbolicamente pela Fazenda Bananal, onde estamos hoje.

Esse processo teve um certo intercurso, mas, em 1964, teve uma aquisição, só que houve um questionamento muito interessante àquela época: se as terras do Distrito Federal mereciam ser desapropriadas ou não; ou se isso já tinha sido feito na origem da Constituição de 1892.

Para o que estou chamando a atenção? As origens do Distrito Federal já demonstram um fato muito interessante, que é essa conturbação do processo fundiário, que, para todos nós, é um processo muito complexo, porque, entre 1964 e hoje, talvez tenhamos adquirido ou resolvido, em termos desses 66% de terras adquiridas, lá no passado, algo em torno de 45%, 48%, 50%.

Isso significa o seguinte: quanto ao restante dessa terra, que negociamos, ainda não terminamos de adquirir, de resolver o processo. Aquilo que era para ser um dos fatores primordiais de facilitação e de controle urbano dessa terra, de fiscalização do Distrito Federal, não foi concluso, por conta de várias decisões.

Inclusive, em 1967, há uma decisão muito interessante da Vara da Justiça Federal, onde se pede que o governo pare com as aquisições de terra, porque isso era um ato ilegal, devido ao fato de essas terras já eram do Estado, em origem, através da Constituição Federal. Olhem que loucura a gente vivenciou!

Isso nos deu parâmetro muito perigoso. Durante muitos anos, muitas pessoas do Distrito Federal, de uma certa forma, acreditavam que todas as terras do Distrito Federal eram de propriedade do Estado, e não é assim. Isso não é uma verdade.

Inclusive, isso veio a provocar uma série de disputas. Estou falando sobre isso, porque acho muito importante, para a reforma urbana, entendermos a questão fundiária, pois é um fato não bem resolvido na história urbanística brasileira de uma forma geral. E isso trouxe alguns conflitos, porque começou a ser comprovado que vários proprietários eram donos das terras e a acontecer o que, de certa forma, estamos, hoje, tentando resolver.

Em boa parte dessas ações – à vezes, a Terracap ou a Novacap ia com uma ação, no sentido de que a terra era delas, e não se podia fazer nada nela –, entrava-se com ação judicial.

Judicializamos o processo urbanístico hoje. Temos um problema sério: por exemplo, para a agência de fiscalização atuar em alguns casos, mesmo com notório conhecimento da invasão e da ação equivocada de grileiros, ao chegar lá, o mandado de segurança liminar impossibilita que ele atue, porque ali é residência de alguém, dificultando demais o processo de controle urbano.

Obviamente, temos que estar insistindo. É por isso que as ações são continuadas até o processo. É importante sabermos disso, exatamente para aqueles que não entenderam que o processo é simples. E é correto a população cobrar que o Estado seja muito mais veemente nesse sentido e até mesmo em ações com a Justiça, com as ações judiciais, com o Poder Judiciário e também com o Poder Legislativo, que busca, claro, dentro de uma conformação social, aqueles que estão, de alguma forma, participando de um processo de grilagem, ou aqueles que estão adquirindo uma terra, ou de grilagem, ou de parcelamento irregular. Nem sempre é grilagem. Isso é que a gente tem que deixar claro: nem sempre é terra pública, sendo ocupada de forma irregular.

Às vezes, é terra privada, que está sendo ocupada de forma irregular.

Então, essa irregularidade de terra, hoje, tem provocado, nos últimos dez anos, no Distrito Federal, uma série de ações e tentativas, no Distrito Federal, no sentido de avançar.

Estou fazendo uma avaliação rápida, porque, em 2009, a gente fez uma coisa muito peculiar. Dos planos diretores que conheço, o plano diretor que mais trata de regularização fundiária é o do Distrito Federal. Ele tem uma matriz de regularização muito forte, porque é uma forma de se tentar alcançar o processo de planejamento através desse processo de regularização – a matriz dele de regularização é muito forte.

Ao mesmo tempo, ele impõe ao planejador uma série de ações muito efetivas, e uma coisa interessante para se reparar é: quando estou falando disso, estou-me referindo também a uma outra coisa, porque fomos muitos profícuos num processo de controle urbano dentro da bacia do Lago Paranoá.

Se notarmos, os únicos três locais de resistência de ocupação – e tiveram sua ocupação consolidada porque entendemos o relevante processo de formação dessas comunidades – são Vila Planalto, Vila Telebrasília e Candangolândia. São esses três grandes focos de resistência social, que a sociedade aprendeu a verificar que eram válidos e garantiu a localidade.

Fora desse âmbito, dentro da bacia do Lago Paranoá, você vai encontrar pouquíssimos casos, a não ser casos mais novos, com um combate grande na tentativa de reverter, mas esses são os casos consolidados.

Nós, efetivamente, colocamos as pessoas, tanto de forma regular como irregular, para fora da bacia do Lago Paranoá. Se olharmos todas as ocupações efetivas do Estado, fora Sudoeste, Noroeste e essas coisas todas, foi a consolidação de um anel, onde, fora deste anel sanitário, surgido à época da construção de Brasília... Tanto é que Taguatinga, por incrível que pareça, poderia ter ficado do lado da bacia, mas ela ficou do lado de lá. Que interessante, não é? Ela foi consolidada do lado de lá, ela foi construída para não estar nem conforman-

do isso, dentro da bacia do Lago Paranoá. Isso provocou o seguinte: ou o nosso modelo de urbanização previa que as unidades que se iam formando, urbanas, tivessem uma capacidade de gestão econômica muito forte para geração de emprego, ou tínhamos que garantir a mobilidade.

Naquela época, em que pesem os estudos... Há estudos da Universidade de São Paulo, que demonstram o seguinte: o processo de ocupação irregular do solo, em São Paulo, se deu através, por incrível que pareça, das linhas de ônibus. Assim, ao longo de alguns roteiros das linhas de ônibus, ocorreu um processo de ocupação irregular. Então, o transporte público, de alguma forma, propiciou isso lá. Trata-se de um caso muito peculiar. É por isso que, com relação à queda do bonde, houve todo um estudo interessante.

No Distrito Federal, calcamo-nos, até pela sua origem e pelo ideário que conforma o Distrito Federal, que era e é um ideário muito coligado ao nacional, no ideário rodoviarista. É difícil, hoje, quebrá-lo, em termos sociais e culturais. Por isso, falo muito em transformação. Romper esse processo é muito mais um processo de transformação efetiva hoje do que qualquer outra coisa.

Por exemplo, não conseguiria imaginar, há sete ou oito anos, que conseguiríamos implementar as ciclovias. Agora estamos chegando aos 400km de ciclovia. É o suficiente? Parece que o número é interessante, só que ele é insuficiente, porque ele não atende àquilo a que nos propomos. Talvez, com uns 6 mil km de ciclovia, tivéssemos chegado num patamar aceitável para transformar a ciclovia não só num elemento de mobilidade, mas num elemento do cotidiano cultural da cidade.

Aí, reforço a questão do elemento cultural, por dois motivos. O primeiro diz respeito ao fato de estarmos num processo muito interessante também – e eu chamo a atenção de quem tiver curiosidade para começar a verificar algumas pesquisas recentes da Codeplan – de perceber que a matriz econômica do Distrito Federal tem dado uma bela alteração em termos da sua localidade e da sua matriz.

Por incrível que pareça, hoje, um percentual de quase 40% da matriz econômica do Distrito Federal está-se transformando. Ela não é necessariamente formada pelo serviço público, mas uma outra matriz econômica. E isso impõe a nós fazer uma grande alteração urbanística, porque essas cidades que compõem, fora deste anel de que estávamos falando – o anel sanitário, como era chamado, e olhem só o grau de preconceito que, às vezes, colocamos em uma questão –, provocam a flexibilização dos usos de atividades.

Por exemplo, não preciso flexibilizar hoje a quantidade de área construída para esses cidades, mas garantir usos e atividades diversificadas. A própria sociedade está conseguindo imprimir, até porque entramos num processo econômico favorável, uma alteração significativa nesses aglomerados urbanos.

Isso é uma coisa que... O processo de reforma urbana carece de estudos sobre isso. Estou falando como alguém que está estudando no dia a dia, verificando como é difícil. Os administradores regionais percebem isso, na verdade, na batida. Ele dizem assim: "Está mudando. Alguma coisa está acontecendo. A rua tal está mudando por algum motivo econômico. Você vai lá e começa a reparar."

E nós estamos, na verdade, correndo atrás desses processos econômicos, que estão, de fato, coligados com o processo de mobilidade, não só de transporte, mas de mobilidade social. Isso é algo que estamos aprendendo a ver agora com os institutos de pesquisa que temos. Os Municípios que têm instituto de pesquisa estão verificando isso numa larga escala, a alteração disso na conformação social.

Precisamos, sim, de uma matriz melhor de transporte urbano; precisamos, sim, de uma alteração da cultura de transporte. Geralmente, gosto de citar alguns exemplos. Quem, dentre nós, tem, vamos dizer assim, não só a coragem, mas a disposição de gastar um tempo, buscando uma outra realidade de locomoção, como andar mais a pé, mesmo que demore quinze a vinte minutos? Mesmo que eu demore trinta minutos até chegar ao trabalho, por que não vou a pé?

Às vezes, boa parte de nós aqui, que moramos no Plano Piloto, tem essa possibilidade, mas optamos por um outro tipo de elemento, porque a cidade, talvez, não contribua, mas aí voltamos às questões colocadas, e isso é uma verdade: a urbanização e o cuidado com o elemento menor desta cidade têm sido uma pauta não só atual. A gente tem trabalhado – tanto o Messias, como o Jean sabem disso, principalmente como administradores regionais – nessa busca por uma coisa simples, que parece bobagem, mas não é. A boa calçada no Distrito Federal parece que sumiu. Só para se ter uma noção, ficamos três anos com um processo, sendo questionados, para a assinatura de um contrato para fazer calçadas no Distrito Federal. Foram três anos de debate com o Tribunal de Contas, e três anos para garantir o que é o óbvio, dizendo: "Eu preciso de recuperação de calçada nesta cidade e com qualidade."

Digo que não tenho problema algum. Quer dizer, vou para os eventos e já sei que vou ouvir muito, mas gosto de sempre dar um momento de esperança, no sentido de dizer que há um esforço técnico, político, continuado e cotidiano – e falo "continuado" porque sou funcionário do Distrito Federal há 17 anos, sendo que seis anos passei fora, por coincidência, em São Paulo, tanto fazendo mestrado quanto trabalhando lá. Foi uma coincidência do destino.

Então, tive a oportunidade de ver, neste afastamento e na volta, que há um processo de continuidade que deve ser garantido.

Gosto de dizer o seguinte: a reforma urbana também, apesar de ter as grandes questões, tem as pequenas questões. Vou lembrar nosso urbanista máximo, pelo menos para esta cidade, Lúcio Costa, que falava: "Olha, o detalhe, a coisa pequena, o supérfluo, é muito importante."

Tanto é, que foi ele quem insistiu fortemente para a execução da plataforma rodoviária. Falávamos assim: "Mas, Lúcio, por que é que não se faz...?" E ele dizia: "Não. Não. A plataforma rodoviária, temos que executar de qualquer forma." "Mas a gente podia aplicar naquilo, isso é tão supérfluo. A cidade está precisando de tanta coisa!" Ele afirmava: "Olha, é neste momento que o supérfluo é importante. Temos que fazer a plataforma rodoviária." Ele foi de uma inteligência e de uma sagacidade muito grande. Se não tivéssemos executado, no começo desta cidade, a plataforma rodoviária, que é um elemento importante, talvez nunca tivéssemos aquele tipo de situação única no mundo: um viaduto, um edifício que não é um edifício, mas, de certa forma, integra a cidade de uma forma muito especial.

Por isso, gosto de chamar a atenção para o fato que a reforma urbana passa tanto pela questão fundiária, quanto pela questão de transporte e mobilidade, econômica, e o mais primordial para nós, gestores, é a possibilidade de conseguirmos fazer uma calçada. Por incrível que pareça!

Às vezes, pedimos: "Pelo amor de Deus, me deixe fazer uma calçada!" Às vezes temos um problema enorme aí.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito bem, Rômulo. Vamos agradecer, então, a sua participação. Embora muita coisa tenha de ser levada lá para a Secretaria, você leva, então, esses problemas para a Secretaria e, depois, manda um ofício para nós, está certo?

São muitos os dilemas urbanos, chegando até ao problema da calçada. Acho que em Brasília, há uma facilidade, porque imagine fazer calçada em São Paulo? Porque calçada faz parte da via pública, mas cada um acha que ela é sua, e o Poder Público, muitas vezes, tratou a calçada como um problema de cada um: "Olha, cuide de sua calçada!"

E, nesse argumento de se cuidar da calçada, o cara transformou a calçada numa plataforma de embarque e desembarque dele, uma rampa, não importando se o vizinho vai ter uma rampa diferente. Nada disso tem importância!

Então, a calçada parece uma coisa supérflua, mas não é. Ela é muito importante para o pedestre da nossa cidade; um dos principais meios de locomoção da população é exatamente ir e vir a pé nas calçadas do Brasil.

Jean. Um terço do tempo do Rômulo. (*Risos.*)

O SR. JEAN CARMO BARBOSA – Rapidamente, acho que o Rômulo coloca com muita propriedade as questões do Distrito Federal, de Brasília. Tenho acompanhado, há muito tempo, esse debate importante do urbanismo.

É só colocar assim alguns elementos mais práticos da cidade. Primeiro, é importante colocar que Brasília, nestes últimos três anos e meio – iniciou em 2011, com Messias, e estamos dando sequência –, tem passado por uma grande transformação tanto do ponto de vista das obras, tanto do ponto de vista do diálogo com a sociedade, quanto do ponto de vista do planejamento urbano.

Se observarmos, monumentos importantes foram entregues para a comunidade. Fizemos a entrega do Cine Brasília e do Planetário; a cidade vem passando por uma revitalização de asfaltamento, mas, na prática, há o desafio que temos enfrentado para concluir esse processo de calçadas com o tribunal, calçadas de qualidade – precisamos revitalizá-las – e um pouco essa questão de infraestrutura. Mas também temos travado um debate, um diálogo com a sociedade nesse enfrentamento do que se precisa avançar. E há o debate do planejamento. O Parque da Cidade está passando também por uma transformação, com várias obras – duplicação da pista de *cooper*, reforma do alambrado –, mas também estamos elaborando, em conjunto com a SEDHAB, o plano diretor do Parque da Cidade, que, apesar de seu projeto original, não tinha um plano de uso e ocupação do solo.

Assim, há um esforço de regularização e planejamento da cidade muito grande e recuperação das suas estruturas neste último período. Se formos olhar o histórico da cidade, havia muitos problemas. Nós os temos enfrentado no âmbito da RA I, nesse debate conjunto com o Governo do Distrito Federal, com a Secretaria de Habitação e as demais secretarias, recuperando a cidade, mas no entendimento de que a cidade precisa, claro, de mais. Precisamos, cada vez mais, requalificar e melhorar a cidade.

A Professora coloca aqui esse elemento importante da requalificação do centro da cidade, e foi o que coloquei na minha fala inicial, que foi o debate que a gente vem travando – teve debate, teve evento –, que foi Ocupe o Centro, um debate importante dessa requalificação do centro da cidade, colocando as áreas centrais, Setor Bancário Sul, Norte, Setor Comercial, que já avançam de certa maneira quando, no próprio Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico, amplia o uso permitido desses locais.

E há o desafio, claro, ainda, de se ampliar o debate da mobilidade urbana. Aqui tem sido feito um esforço, o Rômulo coloca a questão das ciclovias, mas, na semana passada, inauguramos aquela bicicleta compartilhada, um avanço aqui na cidade, e a gente já consegue ter um elemento do uso dessas bicicletas. Como, no programa, a gente apresenta dados, o local mais utilizado tem sido o do Ministério do Trabalho ou a Rodoviária. Ou seja, o trabalhador está usando para fazer um certo deslocamento. E, agora à tarde, já houve uma reunião para ampliação dessa bicicleta compartilhada.

É um esforço do conjunto do Governo, da administração daqui, de ir fazendo essa mudança também de concepção de uso do transporte. Há muito que enfrentar, acho que a gente tem pessoas qualificadas também no âmbito da gestão pública travando esse debate e há pessoas também com disposição de enfrentar o debate que deve ser feito tanto na Câmara Legislativa quanto no âmbito federal, no Senado e na Câmara, aqui, no caso mais complexo.

Para terminar, encerro também com a fala do Rômulo, no sentido de que o debate da reforma urbana perpassa o debate ambiental, como foi pontuado aqui em algumas falas, perpassa o debate econômico também, como foi pontuado aqui. É um desafio grande esse debate da reforma urbana, Presidente, e ele se dará, então, com sucesso já nesse esforço que está sendo feito aqui de fazer o debate com as entidades, de fazer o debate com o conjunto da população. O debate da reforma urbana é, sobretudo, o debate da cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito bem, Jean, obrigado pela sua participação.

Vamos encerrar com o Messias.

Messias, vamos logo refrescar uma pergunta que ficou aí, mas ninguém quis tocar, que se refere ao Projeto Cingapura, que é muito importante e precisa ser esclarecido porque é uma ideia de planejar, para uma quantidade de anos razoável adiante, a cidade de Brasília, e a gente precisa ter uma ideia dessa configuração, do que está acontecendo. Se você puder nos responder e, se não puder, também a gente pede um ofício.

O SR. MESSIAS DE SOUZA – O Rômulo tem mais elementos sobre o andamento desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Rômulo, você tem um minuto para esclarecer sobre o Projeto Cingapura?

O SR. RÔMULO ANDRADE – Tenho sim. Por favor, me monitore.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Você tem três minutos.

O SR. RÔMULO ANDRADE – Ótimo.

O Projeto Cingapura, na verdade, é uma contratação feita à Jurong, que é uma empresa de planejamento em Cingapura, que presta serviços em uma enormidade de cidades no mundo inteiro, tem mais de 150 projetos.

A ideia do projeto original, na verdade, se baseia num planejamento estratégico econômico. Na verdade, a vertente é: daqui a 60 anos, quais são as matrizes econômicas de que o Distrito Federal pode dispor para uma nova orientação? O contrato prevê alguns projetos específicos de estudo; na verdade, são projetos de estudos para balizar a decisão do governo. Entre eles, temos, e acho que todo mundo já ouviu falar dele, o distrito financeiro, já ouviram falar também de uma cidade aeroportuária. Esses efetivamente são grandes projetos, mas há outros projetos, como a ampliação e a melhoria do polo logístico, que é o Polo JK, e há mais outros três projetos que, na verdade, são dentro da malha urbana do Distrito Federal, motivando algumas vertentes.

Obviamente, esse é um estudo que foi contratado para nós recebermos e fazermos a crítica. Então, existe um conjunto grande do Governo fazendo uma crítica – a crítica que falo é crítica mesmo, crítica analítica ao que está sendo apresentado. Se não me engano, peço desculpas com tantos prazos, mas, neste semestre, ao fim deste semestre, conclui-se esse estudo.

É um estudo balizador de decisões do governo, em que, vamos dizer assim, em que vertentes ele vai aplicar energia e esforços políticos para a geração de uma nova matriz econômica para a cidade de Brasília ou uma matriz adicional. Então, acredito que, nesse segundo semestre ou até antes disso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RÔMULO ANDRADE – ... o Governo deve estar manifestando o resultado desse projeto. Nós mesmos já fizemos uma série de avaliações. Existem avaliações que devem ser feitas, urbanísticas, inclusive que mexem com modais de transporte, efetivamente, fortíssimo, trazem para nós informações de que nós não dispomos em um processo de planejamento, mas são processos bem amplos, como trazer malha ferroviária para o Distrito Federal, que é a história que a Sudeco está estudando, que é o transporte de alta velocidade, através de trilhos, chegando a Brasília, e não via Goiânia, como se costumava. Na verdade, é o transporte que vem do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília. Isso não está muito certo. Isso é um processo que a Sudeco tem transmitido.

Então, há muito informação que está sendo analisada e averiguada. É mais ou menos assim que está o contrato. O resultado eu não sei. Estou falando assim, de uma forma ampla, porque é o que eu conheço do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – E está com a sua secretaria?

O SR. RÔMULO ANDRADE – Esse é um contrato do conjunto do Governo. Quem está lidando com isso é a assessoria internacional. Um contrato... A assessoria internacional faz a mediação desse contrato, junto com... A Terracap é, na verdade, a contratante, mas quem faz a gestão do contrato não é a Terracap, é a assessoria do Governo, do governador.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Então, gabinete do governador. Messias.

O SR. MESSIAS DE SOUZA – Quero, nesta conclusão, dizer que, nesse tema de reforma urbana aqui, aproximando aqui da nossa região e do Distrito Federal, além da importância de ele ser retomado, nós temos que ver o conjunto da região metropolitana, que não é somente o limite do Distrito Federal. Aliás, esse é um fenômeno de todas as grandes metrópoles, que são intermunicipais. No caso aqui, envolve mais duas unidades da Federação: Goiás e Minas Gerais.

Quanto às soluções, portanto, há aquelas de natureza técnica, de natureza logística, para fazer funcionar a cidade, mas há aquelas de natureza jurídica sim. Aí, nesse caso, é de natureza jurídica. Demos um passo importante com a lei dos consórcios públicos, que permitem uma contratação compartilhada de determinados serviços, que são mais bem aproveitados se feitos em conjunto com vários entes estatais. Isso foi um debate longo – tive a honra de participar muito desse debate, alguns anos atrás –, mas ainda precisamos de novos ajustes, sobretudo em relação ao processo político decisório, no âmbito dessas regiões metropolitanas, para que as decisões que, eventualmente, sejam adotadas por um outro gestor, em nome daquela população, passem por um crivo mais conjunto, de todos os interessados da região metropolitana. Esse é um aspecto importante que vejo.

O outro é que, no caso nosso, de Brasília, o planejamento urbano está muito, umbilicalmente, ligado ao planejamento econômico do Distrito Federal, essa viabilidade. Nós sofremos, desde o início, aquele dilema de ser uma cidade que foi pensada para ser uma cidade administrativa e que, desde o seu nascedouro, ganhou contornos completamente diferentes. Brasília, o Plano Piloto, que foi desenhado para ser a cidade e a Capital, desde o início não foi só o Plano Piloto, porque os assentamentos dos trabalhadores que construíram esta cidade monumental ficaram de fora, e construíram já uma cidade, uma realidade urbana diferenciada completamente. E o Plano Piloto, que era para ser o piloto, que pudesse ser reproduzido, ficou como uma ilha de um projeto modernista, cercada com o crescimento, aí, sim, desordenado, como disse aqui o Professor, de vários desses fenômenos todos, quer sejam de ordem, eu diria, fundiária, com os desdobramentos da grilagem, mas com as dúvidas jurídicas que ficaram desde o início e que, até hoje, atolam o Judiciário do Distrito Federal, e até demandas antigas do Estado de Goiás, num questionamento incessante sobre a natureza fundiária daquelas fazendas antigas desapropriadas, as que foram e as que não foram desapropriadas.

Então, nós temos um vício, digamos, jurídico de origem que, não tendo sido implementado o projeto original, gerou consequências até hoje, e esse foi o campo fértil em que, aí sim, a grilagem proliferou, com a produção de documentos que se artificializavam, que, de um inventário verdadeiro, se desdobravam em muitos outros documentos, porque as balizas físicas eram meras referências, como se fazia antigamente, do nome de fazendas, de árvores, de córregos e tal, sem precisão que pudesse garantir onde estavam os limites. Isso levou a que esse processo ocorresse ao longo do tempo.

Aqui, já dialogando com a questão que foi levantada da fiscalização, é preciso a gente observar o seguinte: a fiscalização é um elemento importante, agora, o histórico dos nossos órgãos de fiscalização urbana não é muito animador. É preciso haver um ajuste nisso, porque mesmo a criação de agências, que virou moda no País, não tem assegurado a excelência da fiscalização. Continua a haver fiscalização, às vezes lenta, onde a obviedade mostra que precisa haver uma intervenção, e às vezes muito rápida, onde um drama social está exposto.

Como a nossa sociedade é uma sociedade profundamente desigual, esses dramas da desigualdade aparecem no centro dos problemas urbanos com muita força e, aí, o mero apego ao que é legal nem sempre significa o que é de melhor alvitre para a regularização, digamos, da cidade, do seu funcionamento.

Aí, tem um problema que é da política e da mobilização de forças da sociedade. Onde você tem uma sociedade mais participativa, é claro que há uma possibilidade de que esses problemas sejam mais bem equacionados, mas onde apenas a democracia é mais representativa e distante, nem sempre os delegados dessa representação exercem a delegação em proveito desse bem comum e da organização da cidade.

Se examinarmos o caso de Brasília, boa parte desses problemas que são denunciados, aqui, pelos professores aparece a partir da natureza legal, de leis distritais que foram elaboradas segundo o processo legisla-

tivo ordinário normal. Então, são leis sancionadas seguindo o rito constitucional normal, processual, mas, na sua essência, procurando cumprir determinados objetivos que são contraditórios na sociedade, e eu disse que nessa sociedade desigual aparecem os conflitos permanentes.

Aí, o Jean, aqui, fez referência a que a nossa experiência na administração de Brasília foi uma experiência de enfrentar, digamos assim, os conflitos permanentes dessa desigualdade que é a ocupação da cidade e os conflitos de usos, que são muito grandes, a partir da percepção de determinados atores da sociedade.

Então, por exemplo, no caso de Brasília, nós temos uma contradição entre o que é de Brasília – digo Plano Piloto, porque, aqui, é importante haver essa distinção –, Plano Piloto, que é uma área tombada, portanto, com maior rigidez do ponto de vista normativo, mas que a norma, com frequência, é burlada por uma realidade mercadológica, ou uma realidade urbana. Explico isso: o comércio local, que era para ser local, de atendimento à escala residencial, que é uma escala arquitetônica tombada, há muito tempo deixou isto, há 30 anos que não é um comércio local. E ele não é um comércio local porque a conformação desigual da ocupação do espaço urbano aqui no Distrito Federal e por ter, no centro, no Plano Piloto, todos os equipamentos urbanos e toda a atração da geração de oferta de empregos e de renda no Plano Piloto, isso fez com que houvesse uma exacerbação do preço do metro quadrado.

Então, um fenômeno imobiliário que nós vivemos ao longo dos últimos 20 anos, uma espécie de bolha a colocar o preço do metro quadrado no Plano Piloto de forma tão desproporcional ao que seria razoável no centro de uma capital, de uma cidade, que impede que aquela destinação urbanística de uma pequena loja de comércio local possa se viabilizar como uma atividade para atender os moradores, porque ela é inviável economicamente. Uma costureira jamais vai pagar o aluguel de uma lojinha do comércio local para prestar aquele serviço de atendimento local, de comércio local. Então, essa realidade imobiliária mudou.

A outra é o impacto daquilo que nós falamos aqui, que é o impacto externo da política de uso do carro individual, que deixou de ser de passeio para ser o transporte individual das pessoas. Aí, o espaço urbano organizado e desenhado numa quadra residencial e comercial não comporta os carros daqueles que vêm utilizar esse novo comércio, que não é local, mas é um comércio da metrópole. Aí, é claro que gera conflito, conflito com o morador, porque há um conflito de ocupação da área do comércio local e da área residencial por carros dos usuários desse comércio, e esse conflito é muito grande. Com frequência, isso se desnatura para eventos de natureza policial.

Quando isso se exacerba em alguns comércios, nós procuramos, na administração de Brasília... Não se podendo remover fisicamente esse conflito, a única forma possível de convivência é de balizar a contradição entre os atores e, aí, exercemos um papel de mediador, um papel de uma mesa imensa de conciliação de interesses, que, sendo bem posicionados os conflitos, esses que estou aqui a dizer, possa garantir que as pessoas ponderem a sua exacerbação de posição, do morador que não quer que ninguém ocupe a vaga em frente ao seu bloco, como se fora dele, uma propriedade – e não é, é pública –, ou daquele comércio que, desenvolvendo determinadas atividades onde não há, fisicamente, possibilidades para isso, exacerba a utilização indevida desses outros espaços.

Daí que nós enfrentamos um debate importante, e, aqui, algumas pessoas falaram, de que é preciso, no caso específico de Brasília, haver uma absoluta requalificação do centro da cidade. Significa dizer que o centro da cidade não pode ser, simplesmente, essa área institucional durante o dia e um deserto à noite. À noite, tem que ter uma atividade intensa, de oferta de serviços culturais e de lazer, de forma que desloque para o centro, que é suficientemente equidistante da área residencial e suficientemente perto para um bom deslocamento, para que, ali, possa haver uma grande atividade cultural e de serviços de restaurantes, de lazer, de boates, enfim, de exposições, de teatros, de tal forma que o mercado corrija essa distorção do comércio local desnaturado.

Então, são medidas que podem ser feitas.

Eu diria, Senador, em resumo, que, para nós, que temos todo o interesse na preservação desse conjunto urbanístico que é tombado como Patrimônio da Humanidade, para preservá-lo, a meu ver, para escapar da pressão imobiliária crescente, só é possível preservarmos bem o Plano Piloto, a não ser de forma ditatorial e impositiva, com a fiscalização seguindo determinados parâmetros que terminam gerando conflitos sociais. Para fazê-lo de forma mais harmônica, nós temos de ter uma agenda de desconcentrar as oportunidades de emprego – aí, tem a ver com esse planejamento econômico de todo o Distrito Federal nos polos, que gere emprego de uma nova matriz econômica – e, ao mesmo tempo, que a gente consiga, desenvolvendo essas atividades lá, transferir, também...

Não é transferir, mas é produzir nessas cidades, onde mora a maioria da população do Distrito Federal, ou de Brasília, da Brasília real, como um todo, como queiram, os mesmos equipamentos urbanos que nós temos, de forma muito particular, no Plano Piloto. Se nós tivermos, nas cidades, parques com a mesma qualidade do Parque da Cidade, teatros com a mesma qualidade dos que temos no Plano Piloto, cinemas, *shoppings*, etc.,

todas essas oportunidades que nós temos, quer seja de serviços, quer seja de equipamentos urbanos, praças e áreas verdes, ou seja, o conceito de cidade parque se estender além do Plano Piloto e ser realmente um conceito a ser implementado em todas as áreas que são públicas ainda nas cidades, aí nós teremos condições de dizer: "Nós vamos preservar o Plano Piloto."

Então, a agenda política significa que é urgente e necessário desenvolver, do ponto de vista das oportunidades, do mobiliário urbano, dos equipamentos urbanos, desenvolver a qualidade de vida nas cidades, para que a pressão sobre o Plano Piloto deixe de ser a pressão por esse serviço e seja a pressão normal de ser o centro histórico da cidade de todos nós, de todos os brasileiros, e, aí sim, redirecionar, inclusive, a matriz econômica do centro da cidade, como sendo uma capital turística, de grandes eventos, de grande atração, de grandes oportunidades com a geração de serviço. Aí, nós começaremos a vislumbrar uma perspectiva de, em 50 anos, termos uma grande metrópole mais equilibrada, e não essa pressão excessiva, de todos terem que vir, como vêm hoje, de carro ao Plano Piloto. Então, esse processo é de reversão, e inclusive de restrição ao uso do automóvel, no futuro, na região central da cidade, para que seja mais um espaço do cidadão, para que as pessoas possam caminhar, se deslocar nesta cidade, sem a ditadura do automóvel individual, e que o carro volte a ser o carro de passeio, e não o transporte de massas que é hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito bem, Messias. Queremos agradecer, então, a presença dos nossos convidados, e dar os parabéns pelo sucesso das bicicletas. Daqui a pouco, elas vão bater um recorde de uso, porque vai ser muito interessante os trabalhadores poderem se deslocar, principalmente na Esplanada, até a Rodoviária, e alguns que moram até no próprio Plano Piloto poderem usar a bicicleta.

Nesse sentido, já apresentamos também um projeto de resolução aqui para o Senado, para que o Senado ofereça um espaço aos que trabalham no Senado para que também possam estacionar a sua bicicleta, quem sabe em um convênio com o próprio Governo do Distrito Federal, porque assim a gente amplia o uso da bicicleta.

Vou encerrar fazendo um apelo, mais uma vez, para que o Governo brasileiro, o Governo Federal, trate as bicicletas pelo menos de forma igual aos automóveis, do ponto de vista da desoneração tributária. É uma aberração você ter uma desoneração para automóveis, caminhões, ônibus, motocicleta e, absurdamente, o único veículo que ficou fora foi a bicicleta, que é o menos poluente. Ou seja, não há nenhuma explicação que o Governo Federal possa nos dar em relação à questão do uso da bicicleta.

Então, Jean Carmo Barbosa, Messias e Rômulo Andrade, nossos convidados que estiveram aqui presentes, que participaram do debate, que indagaram, nós vamos encerrar esta reunião de hoje, mas já proponho que a nossa Comissão faça um debate, porque é muito importante para o Brasil, sobre o projeto que está sendo desenhado para Brasília. Nós queremos destrinchar aqui no Senado o Cingapura. Então, já fica a proposição para que a gente possa realizar um debate sobre os resultados do que está sendo apresentado. O Governo está fazendo a sua crítica legítima ao projeto, mas que ele seja aberto para que a população possa interagir com esse projeto, que tem uma perspectiva de pensar Brasília para os próximos 50 anos. Cinquenta anos não é coisa pouca, então quero dar opinião logo agora, porque esse negócio de 50 anos pode demorar bastante. Eu já vou estar com 107 anos e, sendo assim, eu vou estar fazendo propaganda de Brasília, igual àquela senhora, D. Maria Francisca, que já alcançou os seus 107 anos de idade e está com a voz muito boa, mas quem sabe não possa utilizar tão fortemente esse projeto como a gente pode opinar sobre ele agora.

Meus agradecimentos a todos vocês e especialmente aos nossos colegas que aqui vieram para indagar, perguntar e deixar os seus questionamentos.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 28 minutos.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DOZE DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia doze de novembro do ano de dois mil e quatorze, no Plenário nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Douglas Cintra, João Alberto Souza, Cícero Lucena e Fleury. Deixam de comparecer os Senadores: Romero Jucá,

Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Maria do Carmo Alves, Aloysio Nunes Ferreira e Kaká Andrade. Assina a lista de presença como não membro o Senador José Pimentel. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 12ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à realização de 2ª Audiência Pública em atendimento aos Requerimentos 06/2014-CDR e 10/2014-CDR, com a finalidade de debater a Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros, ouvindo o setor público e instruindo, assim, a avaliação de Política Pública no âmbito da CDR, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44/2013. A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes expositores: Vinicius Nobre Lages, Ministro de Estado do Turismo – Mtur; Oreni Campêlo Braga da Silva, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur; Augusto Nardes, Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; Cláudia Cristina Pessoa, Presidente da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores – Anseditur; e Ana Paula Silva da Silva, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União – TCU. Comparecem à reunião: Alberto Alves, Secretário Executivo do Ministério do Turismo – MTur; Vinícius Lummertz, Secretário Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo – MTur; Neusvaldo Ferreira Lima, Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo – MTur; Vicente Neto, Presidente da Embratur; e Domingos Leonelli, Ex-Secretário do Turismo do Estado da Bahia. Às doze horas e vinte e quatro minutos, o Presidente passa a presidência à Senadora Lídice da Mata. Às doze horas e vinte e nove minutos, o Senador Antonio Carlos Valadares retorna à presidência e, às doze horas e quarenta e cinco minutos, passa a presidência ao Senador Douglas Cintra. Durante a reunião usam da palavra a Senadora Lídice da Mata, a Senadora Ana Amélia, o Senador Douglas Cintra e o Senador José Pimentel. É franqueada a palavra a Vinícius Lummertz, Secretário Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo – MTur. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR .

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião convidando, de imediato, para compor a Mesa, o nosso Exmo Sr. Vinicius Nobre Lages, Ministro de Estado do Turismo.

Bem-vindo, Sr. Ministro!

Convido a Srª Ana Paula Silva da Silva, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico.

O nome da nossa convidada, eminente convidada, é mesmo Ana Paula Silva da Silva.

Convido a Srª Oreni Braga, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur, e a Srª Cláudia Cristina Pessoa, Presidente da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores – Anseditur.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata.

Os que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Realizamos, no dia 7 de novembro de 2014, última sexta-feira, o seminário "O arranjo produtivo local de confecção e o turismo como vetores do desenvolvimento da região agreste", na cidade de Caruaru, Pernambuco. Empresários, comerciantes e a sociedade discutiram sobre a importância do crescimento da região e suas principais dificuldades nos temas abordados.

De iniciativa do Senador Douglas Cintra, o evento contou ainda com a presença do Prefeito de Caruaru, José Queiroz, e de representantes do Ministério Público Estadual. O principal objetivo desse seminário foi discutir medidas para tornar o polo de confecção do agreste mais competitivo, fazendo com que o desenvolvimento do interior alavanque ainda mais. Foram apoiadores – e registro nosso agradecimento a eles – o Sebrae, a Fiepe, a Fecomércio de Pernambuco e a Associação Comercial e Empresarial de Caruaru.

Informamos o recebimento do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República de 2013, elaborado pelo Tribunal de Contas da União e relatado pelo Ministro Raimundo Carreiro, juntamente com suas fichas síntese.

Informamos, ainda, o recebimento do Aviso nº 1.1280– Seses-TCU-Plenário, de 29 de outubro de 2014, que encaminha cópia do acórdão do Tribunal de Contas da União nos autos do processo que apurou irregularidades na execução de convênio celebrado entre o Ministério do Turismo e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável. Os documentos recebidos estão à disposição na Secretaria desta Comissão, para consulta.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 6 e 10, este de autoria da Senadora Lídice da Mata, com a finalidade de debatermos a estruturação dos destinos turísticos brasileiros. Os debates instruirão a avaliação de Política Pública no âmbito da CDR, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013.

Esta audiência pública, como já anunciamos, terá a participação de convidados como o Sr. Ministro Vinicius Nobre Lages, a quem agradecemos por sua prestigiosa presença nesta Comissão, a Srª Ana Silva da Silva, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do TCU, a Srª Oreni Braga, Presidente do Fórum

Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, e a Srª Cláudia Cristina Pessoa, Presidente da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores.

Sr. Ministro, concedo a palavra a V. Exª em primeiro lugar homenageando-o pelo trabalho edificante que está fazendo em benefício desse setor tão importante da economia nacional que é o turismo. Sinta-se à vontade. Sabemos que vamos receber muitas informações importantes, que vão, sem dúvida alguma, harmonizar-se com os trabalhos desta Comissão, com seus objetivos, a finalidade para a qual esta reunião foi convocada, por iniciativa desta grande Senadora Lídice da Mata, do Estado da Bahia, um dos grandes Estados centros do turismo nacional. Sem dúvida alguma, ela contribuiu quando foi prefeita e contribui agora, como Senadora da República.

V. Exª, Sr. Ministro, terá 15 minutos ou o tempo que for necessário para fazer a sua exposição.

Antes, Sr. Ministro, cumprindo um dever de agradecimento pelo prestígio de pessoas tão importantes aqui, nesta Comissão, eu gostaria de registrar as presenças honrosas de Alberto Alves, Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, do Dr. Vicente Neto, Presidente da Embratur, do Sr. Neusvaldo Lima, Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, do Sr. Vinícius Lummertz, Secretário Nacional de Políticas de Turismo, Vinícius Lummertz – meu amigo Vinícius, grande secretário, meu amigo de Sergipe – e do Sr. Domingos Leonelli, grande Secretário, que incentivou tanto o turismo na Bahia, foi Deputado Federal, companheiro do PSB, que, com o seu devotamento e a sua solidariedade ao povo da Bahia e do Nordeste, empreendeu um trabalho que é exemplo em todo Brasil. Quero parabenizar o Domingos Leonelli e dizer que sua presença, para nós, é muito importante, já que S. Exª é um dos ícones do turismo nacional.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. VINICIUS NOBRE LAGES – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente desta Comissão. É uma honra poder estar presente nesta importante Casa da democracia brasileira, o Senado Federal.

Quero cumprimentar os demais membros da mesa, a Ana Paula da Silva, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União, a minha querida conterrânea Cláudia Pessoa, Presidente da Anseditur, a minha querida Secretária Oreni Braga, quero cumprimentar meus colegas, já nominados aqui, parceiros do Ministério do Turismo, meus colaboradores, servidores, cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, parabenizando-a pela iniciativa, colocar o Ministério já à disposição da Comissão para os desdobramentos desses entendimentos, cumprimentar os demais Parlamentares, Senadores e Deputados, e, sem dúvida, cumprimentar o querido Domingos Leonelli, parceiro de longa data do turismo, ex-Secretário de Turismo, Presidente do Fornatur e membro do Conselho Nacional de Turismo.

Eu gostaria muito de agradecer por esta oportunidade em que se discute na Comissão de Desenvolvimento Regional o tema do turismo, que é um dos vetores econômicos que, assim como as aglomerações produtivas mencionadas aqui, tratadas no evento realizado em Caruaru sobre o tema dos APLs, é um dos vetores que podem gerar o desenvolvimento regional, e assim tem sido. Os destinos turísticos, em última instância, são regiões turísticas, são territórios que se configuram a partir de uma vocação econômica para oferecer experiências turísticas. Portanto, a pertinência dessa vinculação aqui me parece muito importante no momento em que nós discutimos o futuro do desenvolvimento do País, este País continental que não pode prescindir, em absoluto, de ter políticas de

coesão tanto do ponto de vista social quanto, sobretudo, do ponto de vista territorial, dadas as suas dimensões continentais.

O Ministério do Turismo completou, no ano passado, dez anos de existência. Criado pelo Presidente Lula em 2003, ele completou dez anos no ano passado.

Aproveito para cumprimentar o Senador Benedito de Lira, meu conterrâneo, que esteve aqui presente por alguns instantes. O Senador também é um dos defensores do turismo brasileiro.

Enfim, completamos dez anos de política pública do turismo, que foi uma decisão acertada, caro Senador e caros membros desta Comissão, porque nós pudemos ter, finalmente, uma política setorial específica capaz de pensar os desafios de transformar matéria-prima turística ou os insumos em produto turístico.

O que significa isso? Quando a gente olha para um país continental como o Brasil, a gente imagina que rios, montanhas, praias, as manifestações culturais são, em si, um produto turístico já pronto para ir para o

mercado. Este é um grande equívoco que muitos países cometeram ao imaginar que a própria natureza ou os traços culturais de um povo deveriam ser, assim, disponibilizados para uma oferta turística sem o devido investimento naquilo que nós chamamos de estruturação de produtos e destinos, na qualificação dessa oferta e, sobretudo, na estratégia de promoção e *marketing*.

Portanto, nós avançamos, nesses dez anos, no sentido de poder compreender que, apesar de já termos tido uma longa história de dedicação das políticas públicas ao turismo, desde o PNMT, do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, na década de 90, mesmo antes da existência do Ministério, nós precisávamos estabelecer com mais clareza o que seria, efetivamente, o turismo vir para a atividade econômica e se transformar em um vetor econômico de geração de emprego e renda e de divisas.

Nesse sentido, vários programas e políticas foram implementados, o que nos ajudou a nos tornar, nesses dez anos, a sexta maior economia de turismo no mundo. O PIB turístico brasileiro é maior do que o PIB de 50 países, é, individualmente, maior do que o de 50 países. Portanto, é um PIB já considerável, mas muito aquém do que pode ser se nós fizermos os devidos investimentos, como vamos aqui apontar.

Nós, praticamente, nesses dez anos, dobramos o número de viagens domésticas, saindo de cerca de 100 milhões, em 2003, para 200 milhões, em 2013, aumentamos a receita turística de divisas em 70%, aumentamos, também, a oferta de crédito para o setor, que era de R$1 bilhão, em 2003, para quase R$14 bilhões, em 2013.

Conseguimos, a partir de investimentos na estruturação da oferta turística de produtos e destinos, fazer com que o Brasil se tornasse também um grande mercado interno do turismo. Cada vez mais brasileiros viajam pelo País, apesar de todas as dificuldades que nós sabemos ainda existirem. Eu conversava, recentemente, com a Senadora sobre a necessidade de expansão da infraestrutura aeroviária, da completude da infraestrutura aeroportuária, para que nós possamos ter este País mais integrado. Mesmo assim, conseguimos avançar e, cada vez mais, é um orgulho vermos, no Brasil, brasileiros viajando pela primeira vez. Este não é mais um País em que viajar é privilégio de poucos. Isto é muito bom.

Mas ainda temos muitos desafios pela frente. É sobre eles que eu gostaria de falar aqui, porque acredito que o apoio do Congresso Nacional, o apoio dos Senadores e a reflexão que esta Comissão faz – eu sou um entusiasta do bom debate para construção de políticas – podem nos ajudar numa ação para o futuro. Uma delas é a melhoria do ambiente de negócios e da base legal da atividade turística.

Nós temos um enorme conjunto de reivindicações de todas as entidades. Dezessete entidades subscreveram esse documento, mas, na verdade, mais de 28 entidades têm projetos de lei, iniciativas, aqui, no Congresso Nacional, de regulação, de definição de incentivos, de precisão, inclusive, das atribuições, de certas competências e assim por diante.

Ainda temos, sem dúvida, no sistema de incentivos e regras, na política tributária, trabalhista, na regulamentação das operações de algumas empresas, um conjunto grande de desafios que precisam ser enfrentados pela política pública. Esse ambiente mais favorável para empreender na atividade turística vai fazer com que tenhamos a manutenção de taxas de crescimento, que o turismo vem tendo, muito acima da média do PIB nacional. Temos setores que cresceram a taxas de 15,8, 12, 8, 9, 10, mesmo nas condições de retração da economia mundial dos últimos tempos. Isto é muito bom, coloca o Brasil numa condição favorável para continuar crescendo.

A disposição dos empresários para investir, com pesquisas que nós fazemos trimestralmente, é muito grande. Na segunda-feira, estávamos em São Paulo, com o Secretário Vinícius Lummertz, com a Associação dos Parques Temáticos do Brasil, Wet'n Wild, Beach Park, Beto Carrero, estava o Maurício de Souza, que também já teve parque. Hoje, há um conjunto grande de investidores internacionais interessados em fazer investimentos na área de parques temáticos, uma área em que o Brasil – e nós apontamos isto em um estudo recente – pode crescer muito. Ainda temos poucos parques temáticos e podemos dar, a partir de incentivos, sobretudo enquanto não podemos ter a fabricação de equipamentos aqui no Brasil, à importação com ex-tarifário mais favorável. Temos conseguido, de alguma forma... Alguns empreendimentos, como o Wet'n Wild e o Beach Park, têm feito investimentos recentes, aumentando, portanto, a sua capacidade de oferecer esses serviços.

Mas não é só nessa área. Há outras quatro grandes plataformas de investimentos, que, com melhorias na regulação, sobretudo, Senadora Lídice da Mata, num processo de licenciamento mais apropriado para o setor, podemos ter.

Nas áreas de parques nacionais, em que o Brasil, sem dúvida, é um dos países com maior potencial de crescimento do turismo, só recebemos seis milhões de turistas, enquanto os americanos já recebem, nos parques nacionais, anualmente, 240 milhões de visitantes. Temos restrições, nessas áreas dos parques nacionais, para investimento, para instalação de uma operação de *rafting*, de arvorismo, para uma pequena pousada. Nós podemos, um conjunto grande dos sistemas nacionais de unidades de conservação, definir regras para que possamos ter no turismo um vetor, inclusive, da conservação, porque o ecoturismo, o turismo sustentável, o

turismo de aventura e o turismo de base comunitária são vetores, são segmentos que podem ajudar na proteção desse patrimônio natural.

Outra área importante, outra plataforma importante é a das cidades históricas. No Brasil, nós temos um patrimônio protegido, histórico, arquitetônico, cultural, com regras ainda muito rígidas, que não permitem que o investimento ocorra na velocidade que o País precisa para continuar crescendo tanto do ponto de vista urbano nessas áreas e atraindo talentos e investimentos, mas também em fluxos turísticos.

Todos os países que flexibilizaram regras têm patrimônio histórico, arquitetônico e cultural mais bem protegidos do que aqueles que estabeleceram regras mais rigorosas. É um equívoco a gente imaginar que a regra mais rigorosa de proteção é que vai garantir a proteção desse patrimônio. Há inúmeros exemplos, no mundo inteiro, em

que convivem a Idade Média com o século 21, e nós acreditamos que isso também é um grande flanco de atuação das políticas públicas para melhorar os investimentos.

Área de eventos. Nós vimos o País receber essa Copa, mas, quando nós assumimos o Ministério, nós ainda tínhamos a incerteza da mídia e o descrédito de que seríamos capazes de realizar essa que foi a melhor Copa de todos os tempos. Com todos os percalços, com todos os questionamentos, conseguimos. Manaus, Cuiabá, São Paulo, Rio, Salvador, Fortaleza e mais 470 outras cidades que foram visitadas mostraram que o Brasil turístico está pronto para receber visitantes de todo o mundo.

Mas essas áreas de evento precisam não só receber os investimentos que estão recebendo para centro de convenções, aquários, parques, áreas de congresso, mas precisam ter modelos de negócio que favoreçam a sua sustentabilidade. Portanto, nós temos, aí, também, outro ponto importante para ser trabalhado.

E, sem dúvida, uma das grandes plataformas, essa que nos une a todos pelo litoral brasileiro, é o nosso patrimônio náutico ligado às orlas, não apenas à orla marítima, mas também à orla fluvial, num grande rio como o Amazonas, à orla dos grandes lagos e à orla de tantas águas continentais que nós temos. O Brasil ainda tem nas orlas um potencial de riqueza a ser gerada de alguns trilhões de dólares. Se nós pudermos ter uma perspectiva do turismo como um vetor de ocupação dessas áreas, nós poderemos ter, em muito pouco tempo, muito mais marinas, muito mais turismo náutico, muito mais píeres, muito mais investimentos que vão, na verdade, proteger essas áreas que hoje estão protegidas porque são terrenos de marinha ou da Marinha ou porque estão protegidas pelo Ministério do Meio Ambiente. Eu mesmo estive do lado do Ministério do Meio Ambiente no início da minha carreira e vibrava quando se decretava uma APA ou uma unidade de conservação que tornava essa área, digamos, restrita a usos outros que não o de proteção do patrimônio natural. Hoje, eu vejo que é um equívoco nós imaginarmos que áreas protegidas unicamente com o aparato de Estado da proteção ambiental vai resolver o problema da conservação e da sustentabilidade do nosso litoral.

Portanto, agora que o País está, inclusive, apostando numa expansão dos terminais portuários, temos que imaginar como ter no litoral brasileiro um conjunto muito maior de equipamentos ligados ao turismo náutico, a esse grande espaço de conexão do Brasil com o mundo que é o nosso litoral.

Então, ambiente de negócio significa nós trabalharmos uma agenda. Eu acho que esta Comissão e outras deste Congresso e o Senado têm se empenhado em facilitar e melhorar as regras, e nós queremos, juntos, poder apresentar aqui essas reivindicações do nosso setor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS NOBRE LAGES – Os investimentos e financiamentos do setor. Nós temos um avanço grande, mas o setor tem sazonalidades. Ele tem, portanto, peculiaridades que precisam ser trabalhadas numa perspectiva de customização.

Mas o mais importante, eu creio, antes de falar do tema da regionalização propriamente dita, da estruturação de destinos e esse vínculo com a regionalização, é a agenda da qualificação e da educação.

Nós temos como único programa o Pronatec, que nos ajudou muito. Nós oferecemos 166 mil vagas, além de outras 150 mil que foram oferecidas por outros ministérios, ligadas ao tema do turismo. Isto para a preparação para a Copa nesses dois anos. Mas é muito pouco em relação ao que podemos fazer. Por isso, construímos e estamos entregando agora, nas próximas semanas, as novas diretrizes de qualificação do turismo brasileiro, para que a gente possa pensar em desde a mão de obra que está

entrando no mercado de trabalho, a graduação, até a pós-graduação, para que o turismo possa também entrar no Ciência sem Fronteiras. Foi pensando nisso que nós desenvolvemos um programa embrionário, já testado em Portugal e, agora, este ano, na Espanha e na Inglaterra, do Turismo sem Fronteiras, para expor o profissional brasileiro nessa agenda de competitividade global de que o Brasil tanto precisa.

E eu quero o turismo não apenas, caro Senador Valadares, para os turismólogos ou para os profissionais da hotelaria. Eu quero o turismo para o engenheiro, para o sociólogo, para o administrador, para o economis-

ta, eu quero mais talentos brasileiros, tecnologia da informação, pensando o turismo, porque os desafios são multidisciplinares, não são unicamente dos especializados em hotelaria, em hospitalidade.

Mas o fundamental é nós pensarmos – e aí tem a ver com o desafio desta Comissão – em como o programa de regionalização e a estruturação de destinos podem avançar daqui para a frente. Nós, como falamos, encontramos um Ministério que tinha dez anos de existência com um conjunto de políticas e programas que precisavam ser revistos. Nós investimos, ao longo desses dez anos, quase R$9 bilhões em infraestrutura turística especializada. Isto como parte do Orçamento-Geral da União, tanto com as contribuições importantes de emendas parlamentares, quanto com recursos do PAC e com recursos de programação. Evidentemente, foi essa combinação que deu essa força ao Ministério do Turismo, já que é um Ministério que não conta com recursos tão substantivos, digamos, para os desafios da infraestrutura brasileira, até porque, em algumas áreas, o Governo Federal já tem uma atuação ministerial específica, como no caso dos portos, dos aeroportos, da infraestrutura de transportes de uma forma geral, e não nos cabe incorporar isso ao nosso orçamento. Mas temos uma infraestrutura especializada e caberia, sem dúvida, uma interface mais direta com o nosso Ministério.

O que nós estamos fazendo? Nós temos um sistema que localiza todos os investimentos feitos, as obras que foram executadas ao longo desses dez anos. E nós estamos transformando isso num sistema mais inteligente para poder fazer uma análise do ponto de vista da economia regional, daquilo que efetivamente ainda está faltando, do ponto de vista dos principais requisitos, para um destino turístico se chamar estruturado.

Quando nós iniciamos o trabalho de revisão do programa de regionalização, nós trabalhamos – os nossos técnicos já estiveram aqui junto com esta Comissão – no conceito de categorização de destinos. O que significa ter um destino turístico estruturado? Significa que ele deve ter, no mínimo, uma oferta turística, uma atração turística para oferecer, mas deve ter informação turística, e nós ainda não temos informação turística adequada em todos os destinos brasileiros, tanto do ponto de vista das placas que sinalizam esses destinos quanto do ponto de vista da infraestrutura lógica, de terminais, de atendimento ao turista, de totens, de aplicativos que possam prestar informações... Então, a informação turística, em todas as pesquisas que nós fazemos, e que a Embratur faz com os turistas internacionais, apontam que a informação turística é algo absolutamente imprescindível para o deslocamento de alguém num destino desconhecido. Nós avançamos muito, pois temos sinalizações, temos centros de atendimento ao turista, mas essa é uma frente importante que precisa ser consolidada. E nós colocamos como meta para os próximos anos ter essa questão da sinalização resolvida pelo menos nos cem principais destinos brasileiros.

É a partir de um melhor planejamento e de uma não fragmentação da aplicação dos nossos recursos que nós vamos ter a eliminação desse *gap* na oferta turística brasileira.

Nós temos a questão da articulação entre as instâncias. Para que você tenha um destino estruturado, o Sistema Nacional de Turismo – e aqui a presença das duas secretárias – é muito importante que, não apenas com o Governo Federal, mas também com os governos estaduais e municipais, nós possamos ter instâncias de coordenação das políticas dos investimentos nesses Municípios, tanto a para infraestrutura específica, quanto para a qualificação da oferta turística, e, sobretudo, que em questões como segurança e saúde pública – e nós estamos vendo, agora, a epidemia do Ebola e como isso pode impactar o deslocamento de pessoas no mundo e dentro dos países –, nós tenhamos uma coordenação dessas políticas e possamos ter, efetivamente, esses destinos estruturados.

Nós estamos, portanto, avançando, num sistema mais inteligente, que eu posso compartilhar mais adiante para não tomar o tempo dos senhores, mas, sobretudo, aí aproveitando, também, o desafio que nós temos, que é, uma vez que ganhamos uma janela de oportunidade de projeção do Brasil para o mundo, que foi o que ocorreu na Copa do Mundo – e eu já estive, fora do Brasil, participando de eventos e, também, com meus secretários e o Presidente da Embratur, acabamos de chegar de Londres –, pois o Brasil se posicionou muito bem nesse período agora da Copa e do pós-Copa.

Mas nós temos o desafio enorme de pensar a promoção do Brasil para os brasileiros, porque nós ainda temos muitos brasileiros que nunca viajaram. Dos 202 milhões de brasileiros, apenas 62 milhões viajaram. Nós temos pelo menos, em função de renda, de demografia e de outros fatores, outros 80 milhões de brasileiros que podem viajar. Isso vai depender de fatores de renda, mas vai depender também de pacotes de incentivos, da ampliação da malha aérea, da melhor conectividade. Nós acreditamos muito que nos próximos anos nós poderemos ter, pelo menos, todos os brasileiros que tenham condições de viajar já tendo viajado pelo País. Em alguns países do mundo nós temos uma vez e meia essa taxa, o que é fantástico. Imaginem que aqui nós teríamos pelo menos trezentos e poucos milhões de viagens por ano se o Brasil tivesse as mesmas taxas de outros países. Ainda é muito concentrado, mas estamos ampliando, como mencionamos, ao longo desses anos com as políticas de inclusão e de melhoria de renda.

Mas podemos avançar muito mais. Como? Vendendo o Brasil para o brasileiro de uma forma mais consistente. Nós temos trabalhado na reestruturação da nossa área de *marketing* e de promoção para que nós possamos ter, junto com as secretarias dos Estado e dos Municípios, uma campanha que tenha, efetivamente, o apelo para que o brasileiro possa viajar mais.

Nós estamos conseguindo mudar, também, o paradigma de que nós deveríamos estar distantes do setor privado. O setor privado, as grandes companhias aéreas, as grandes operadores de viagem e a grande rede hoteleira têm muito interesse em "parceirizar" com os Estados nessa promoção. Nós estamos apostando nisso. Já iniciamos um diálogo e estamos encontrando o mecanismo mais fácil, evidentemente amparado nos normativos que nos permitem fazer isso. Mas, sobretudo, há o desafio de continuar crescendo e ampliar a nossa atração de turista internacionais.

E aqui eu menciono, por último, a Embratur. A Embratur é uma instituição de mais de 40 anos, uma das grifes institucionais do País, junto com a Apex, com o Sebrae, mas que pode fazer muito mais se nós conseguirmos alterar o modelo de governança dela atualmente. A Embratur, como funciona hoje, tem limitações muito grandes na capacidade de promover o Brasil para fora. Nós fizemos, agora, há dois meses, em São Paulo, um seminário trazendo as experiências da França, dos Estados Unidos, da Inglaterra, para poder mostrar que a Embratur pode, mesmo com os recursos que tem, alavancar muito

mais recursos e ser mais ágil na contratação de serviços lá fora. Ela tem 99,9% de seus funcionários no Brasil, não tem funcionários permanentes lá fora, o que nos deixa muito limitados na capacidade de atuação em mercados muito importantes. Mesmo na atuação regional, aqui, no mercado latino-americano – e a Organização Mundial de Turismo aponta que nós vamos ter o crescimento de pelo menos 1,4 milhão de turistas para a região, na América do Sul, até 2030 –, nós podemos captar isso e comprovamos que o Brasil tem um apelo grande para o mercado regional. Na semana que vem, o Secretário Lummertz deverá estar participando da reunião do Mercosul em que esse tema da integração turística regional vai ser tratado.

Nós acreditamos que, se nós redefinirmos, também, esse *status* da Embratur, nós poderemos sair desses apenas seis milhões de turistas que nós recebemos e ir para patamares muito mais elevados. Claro que isso implica em dotação orçamentária. Uma instituição que compra serviço no exterior em euro e em dólar precisa ter um melhor aporte ou um *hedge* que a permita manter os seus compromissos e redefinir uma estratégia de posicionamento lá fora.

Mas, mais que isso, nós temos discutido que o turismo brasileiro, Senadora, precisa ser promovido não mais isoladamente, o turismo sozinho. Nós temos uma Apex que promove café, moda, joias, alimentos, móveis, e nós acreditamos que o turismo brasileiro pode ganhar muito se melhor se articular com esses outros setores na medida em que vendermos café, vendermos turismo e vice-versa e tivermos maior presença intersetorial no mundo.

O ano que vem é um ano especial, porque estaremos na Expo Milão, onde o Brasil vai mostrar que é um País que avançou muito nas tecnologias de produção de alimentos e de energia, e nós já queremos, a partir deste momento, reapresentar uma nova Embratur, uma Embratur mais integrada com outros setores.

Então, agradeço esta oportunidade, coloco-me à disposição para discutir aqui temas específicos das demais políticas, mas acredito que a pertinência de tratar o turismo dentro das políticas de desenvolvimento regional é absolutamente bem posicionada, uma vez que ele pode ser, não apenas o vetor econômico dessa regionalização, mas também se beneficiar das políticas de investimento em infraestrutura, qualificação e definição dessas intersetorialidades que mencionei.

Inclusive, o tema que o senhor abordou, dos arranjos produtivos locais, pode ser eixo para o que imaginamos que seja essa nova fase de promoção do turismo brasileiro. A partir das vocações econômicas regionais podemos também ter o crescimento do turismo de negócios, com o Brasil viajando mais dentro do Brasil, podendo, portanto, fazer mais negócios.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Sr. Ministro, agradeço a V. Exª pela contribuição que deu com a sua fala neste seminário, que tem a finalidade de debater a estruturação dos destinos turísticos brasileiros. Esses debates, sem dúvida alguma, servem para avaliar a política pública no âmbito da CDR, em atendimento a uma resolução do Senado que orientou a todas as comissões temáticas e permanentes do nosso Senado a fazerem esse tipo de debate, visando não só conscientizar todos os Senadores da importância das atribuições de cada comissão, como empreender um trabalho valoroso para o povo brasileiro tomar conhecimento de todas as ações dos órgãos que participam deste seminário.

Eu gostaria, agora, de convidar a Drª Oreni Braga, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur, a quem concedo a palavra por 15 minutos.

O SR. ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Meu bom-dia ao Senador Antonio Carlos Valadares, ao Ministro Vinicius e a todas as senhoras que compõem a Mesa. Quero também cumprimentar a nossa Senadora baiana Lídice da Mata, por quem tenho uma admiração muito grande.

Apesar de vivermos nos extremos, nossos corações vivem batendo juntos.

Quero cumprimentar os nossos secretários em nome do Neusvaldo, Vinicius, Alberto, toda equipe do Ministério, o Vicente, nosso querido Presidente da Embratur, e dizer que sempre é um privilégio para o Estados brasileiros, sobretudo as secretarias de turismo, fazer parte dessas discussões em âmbito nacional, porque sabemos que o turismo acontece no local, nos Municípios e também nos Estados.

Essa visão desse Brasil descentralizado é importante. Acho que o papel do Congresso brasileiro, com suas comissões, sobretudo quando o turismo entrou na pauta dessas comissões. Nós estamos discutindo turismo no Brasil há algum tempo e é muito bom e saudável que há dez anos o turismo tenha entrado na pauta do Congresso Nacional, na pauta das assembleias legislativas dos Estados, nas Câmara Municipais, o que é um avanço muito importante do ponto de vista político. O Ministro realmente falou dos avanços do turismo brasileiro em dez anos, os quais acompanhamos e vivemos.

Certa feita, alguém falou, em algum momento, que o Ministério do Turismo teria virado Ministério da Infraestrutura. Oxalá o Ministério do Turismo não tivesse feito a infraestrutura que fez! Meu Estado hoje tem um centro de convenções, depois de 30 anos de petição do *trade* turístico local, o que não teria acontecido se o Ministério do Turismo não tivesse recebido emendas parlamentares, colocado recursos na sua programação para termos ali um equipamento que vai fazer a grande diferença para economia do meu Estado e para a economia brasileira.

Então, que continue o Ministério da Infraestrutura de Turismo, sim, porque é ele que tem a dotação, a competência de nos atender com recursos para centro de atendimento ao turista, sinalização turística, terminais fluviais turísticos, sobretudo na Amazônia, porque nossos centros de atendimento são portos, são terminais turísticos, enfim, com tudo aquilo e com todos os ingredientes de que o turismo precisa para ter sua infraestrutura consolidada.

O Ministro falou também da questão da capacitação, da qualificação de pessoas com o Pronatec. O Pronatec avançou muito a questão não só de capacitar e qualificar pessoas, mas de envolver a sociedade em buscar essa qualificação. Nós tivemos uma busca interessante do ponto de vista da sociedade transversal em saber o que é o Pronatec, como se qualificar, que cursos são oferecidos, onde estão, como chegar a eles. Isso foi muito importante, deu uma sacudida na autoestima da sociedade brasileira ao buscar essa qualificação, sobretudo a qualificação técnica. Muitas vezes, esse cidadão não tem condições de estar em uma universidade, fazendo um curso de turismo, de geografia, de história, mas ele é um cidadão que já está, ou não, no mercado de trabalho e precisa dessa qualificação ou dessa capacitação para melhorar a qualidade na prestação de serviço turístico no nosso País.

O Ministro falou também sobre a questão da promoção e divulgação do nosso País. Avançamos muito. Acho que o Brasil deu um salto na sua visibilidade no mercado internacional. Acho, Ministro, que a gente precisa dar mais uma sacudida na interna. A gente começou um trabalho agora, na sua gestão, muito bom, com esse novo programa,

para que o brasileiro realmente comece a enxergar o seu Brasil como uma janela de oportunidade para ter lazer, para sonhar, para vivenciar coisas diferentes. Enfim, eu creio que nós avançamos muito. Avançamos, sim. Isto é nítido, é perceptível.

Como o Ministro falou, algumas variáveis para essa cadeia do turismo ter uma consolidação não competem ao Ministro do Turismo ou às secretarias de turismo dos Estados ou dos Municípios; elas são de competência de uma Secretaria de Infraestrutura, de uma Secretaria de Planejamento, de uma Secretaria de Saúde, porque sem saúde ninguém tem turismo, sem transporte e mobilidade urbana ninguém tem turismo. Pode até ter, mas terá uma vez na vida, porque a pessoa vai e não volta mais. Competem a uma secretaria de segurança, porque é precisa haver segurança, pois ninguém vai a um destino onde as pessoas estão se matando, onde estão matando pessoas, onde estão jogando bombas. Portanto, a transversalidade é muito grande e o desafio é muito maior.

Eu queria colocar aqui uma proposta que, do meu ponto de vista, seria um dos grandes avanços para combater, na verdade, ou para mitigar esses desafios. Eu acho que tudo na cadeia produtiva do turismo, sobretudo naquela que tange à parte pública administrativa, em que os governos precisam tomar as suas decisões, perpassa por um pacto federativo. O pacto federativo é importantíssimo para que haja realmente um compromisso para inclusão do turismo na pauta econômica do País. Se isso não acontecer, nós vamos continuar patinando em discutir se há emenda do Congresso, quanto é o orçamento do Ministério, se os Estados participam ou não...

Eu quero deixar muito clara aqui uma situação sobre a qual nós precisamos refletir: não basta ter um Vinicius Lages – falo da minha experiência, com o meu conhecimento e a minha forma de enxergar o administrador, o homem público Ministro Lages –, extremamente competente, que tem uma equipe extremamente competente, se não houver ferramentas necessárias para fazer valer a competência dessa equipe. Pelo que isso perpassa? Isso perpassa pelo fato de que alguns compromissos não são assumidos pelos governos estaduais. Então, não basta o Ministério do Turismo ter um orçamento compatível com alguns programas se, lá na ponta, os prefeitos e os governadores não assumem esses compromissos. Eu acho que não basta ter só 10% de contrapartida. Isto é muito pouco, Senador Valadares! Isso é muito pouco! Esse pacto federativo, Senadora Lídice, passa por um compromisso desses governadores.

Ora, nós temos alguns governos estaduais que já declararam para o Brasil que colocaram o turismo na sua pauta econômica. Alguns Estados brasileiros definiram isso. Então, às vezes, para cada um que o Governo Federal põe, eles põem dez, põem dois, põem cinco...

Então, o Ministério caminha, muitas vezes, praticamente solitário para "infraestruturar" aquele destino, para fazer valer aquele atrativo importante para o Brasil, quando os Governadores estão de costas para aquela ação ou para aquele programa. O pacto federativo perpassa por aí, em sentar à mesa com todos esses senhores que querem a política de turismo implantada no seu Estado, com esses prefeitos que definem o turismo como uma política pública de prioridade na sua pauta econômica e desenhar esse arranjo para que realmente haja um compromisso com metas estabelecidas dentro de um programa nacional.

E não só isso. Além desse compromisso, está intrínseca nesse pacto a destinação de orçamento e de recursos financeiros, com rubricas definidas, porque não adianta dizer "não, está tudo certo, eu vou firmar aqui o pacto" e não priorizar no seu orçamento.

Essa destinação de orçamento, esse compromisso, esse pacto firmado vem exatamente mitigar todas essas grandes preocupações que nós temos e os grandes desafios.

Por exemplo, quando a gente trata de infraestrutura de aeroporto, de porto, de rodoviárias, de carreteiras... Muitas vezes uma estrada, uma vicinal é extremamente importante para levar às comunidades de ecoturismo, às comunidades de base do ecoturismo, a um parque. Muitas vezes uma vicinal dessas é impraticável. Você tem um grande abismo entre um parque e a cidade por essa vicinal, esse rio, enfim, esse acesso não ser permitido, não havendo como chegar ao parque. Inviabilizou o grande parque.

Às vezes você tem uma cidade maravilhosa, como Barcelos, o melhor destino, vamos dizer, da pesca esportiva no Brasil – os americanos, muitas vezes, têm que ser pesados no aeroporto para embarcar para Barcelos, porque a pista não recebe um avião de grande porte –, mas como fazer de Barcelos um destino indutor da pesca esportiva no Brasil se eu tenho que embarcar, no máximo, 30 pessoas para Barcelos?

E aí nós vamos falar de muitos destinos do Nordeste do Brasil, de muitos destinos do Sudeste, enfim, que passam por essa situação.

A outra questão que eu queria colocar aqui, que é a pauta da discussão no mundo e que fala muito da Amazônia, é a sustentabilidade e quando. Na época da Copa, o Presidente Lula falou da Copa verde e colocou a Amazônia como esse grande elo para que o Brasil fosse vendido da forma espetacular como foi. E não fez vergonha, pois a Amazônia respondeu à altura. Quero dizer aqui, sem nenhuma falsa modéstia, que Manaus foi, se não a melhor, uma das melhores cidades a receber o turista mundial, mostrando porque o Brasil é esse Brasil diferente, colorido, multicultural, alegre, e é também o Brasil da floresta, o Brasil dos homens aborígenes, dos índios, das pessoas tradicionais.

Mas é preciso que a gente lute pela sinalização das nossas hidrovias. Como fazer o turismo de navegação de Manaus para o Peru se nós temos problemas sérios com as nossas hidrovias?

Nós já temos, hoje – e eu já apresentei ao Ministro Vinícius – grandes investimentos para a Amazônia, com navios que vão fazer turismo de Manaus até Lima, até Iquitos, mas eles estão sofrendo desafios terríveis para poder colocar esses navios para funcionar, porque não há sinalização das hidrovias. E aí, senhores, aumenta o preço da praticagem. O preço da praticagem no Amazonas é o maior do Brasil. E como vencer esse custo Brasil? Nós perdemos, em dez anos, seis grandes navios americanos porque os operadores desses navios nos disseram, de forma muito clara, que não dava mais para levar os navios para o Amazonas. O preço da praticagem é muito alto porque nós não temos sinalização nas hidrovias.

E aí é um desafio para o Estado, é um desafio para o Ministro Lages, porque o Ministro tem que compor isso com outros Ministérios para fazer com que essa melhoria chegue à ponta, chegue às cidades, chegue aos Estados.

O outro problema é a questão da desburocratização dos financiamentos para o setor. Como o Ministro falou, avançou muito. Acho que o Prodetur chegou de forma espetacular, atendeu muito a questão pública, mas nós ainda patinamos na questão dos avanços dos financiamentos. Muitas vezes as pequenas empresas

e as microempresas que querem chegar ao acesso ao crédito passam por grandes constrangimentos porque não conseguem avançar.

Por outro lado, nós temos, também, necessidade de uma política de incentivo, como o Ministro Lages falou. O setor anseia, o setor grita por isso. É necessário.

Eu estava conversando com alguns colegas. Existe algo que precisa ser colocado à mesa. Um agente de promoção turística que vende o Brasil lá fora não pode ter a mesma carga tributária que tem um agente que vende o mundo para dentro do Brasil. O agente de viagem que leva o brasileiro para fora e contribui com o déficit do País não pode ser tratado como aquele que vai buscar o turista lá fora para contribuir com o superávit do País. É preciso que haja um tratamento diferenciado. E aí vem a política de incentivos, atrelada à desoneração de uma série de coisas que precisam ser vistas para que o turismo seja realmente tratado como um diferencial.

Aí nós temos também – e quanto a isso o Ministro tem sido extremamente sensível, tem estado conosco nas discussões – a questão da Conta Satélite, do observatório desse setor. O setor precisa ter indicadores concretos, competitivos para sentar à mesa, discutir e dizer: "É aqui que nós queremos chegar, é aqui que nós queremos avançar, porque nós temos um retrato exato do que é a economia desse setor."

Por outro lado, nós também temos outro desafio, que é a questão de definir... E aí eu vejo o papel importante do Parlamento, Senadora Lídice. Nós já avançamos muito, mas é impossível competir com destinos, sobretudo com os nossos *hermanos* sul-americanos, que não exigem, de forma alguma, nenhum tipo de visto ou algo similar dos grandes países emissores de turista, sobretudo dos Estados Unidos. Ainda patinamos na discussão dessa reciprocidade. "Ah, mas avançamos, porque agora pode ser visto aqui, pode ser pago aqui..." Acho que não é por aí. A gente precisa discutir a questão dessa "liberdade", entre aspas, de esse americano vir ao Brasil, como ele vai aos quatro cantos do mundo. Não se veem colônias americanas nesses países. Americano não vai aos países para firmar residência; ele vai para conhecer, para usufruir daquilo que há lá, com poucas exceções. A gente sabe que a Costa Rica, toda ela, tem investimentos americanos. Mas são investimentos. O cidadão não foi para lá para morar, para se empregar e para tomar lugar daquele cidadão do local no mercado financeiro. Ele vai, inclusive, para empregar pessoas.

Por outro lado, nós precisamos também pensar no fortalecimento institucional do Ministério do Turismo. O Ministério do Turismo, como eu falei, tem uma equipe extremamente competente, tem um gestor público de alto nível técnico, mas o Ministério do Turismo perpassa por um fortalecimento institucional necessário, assim como o Ministro falou, pela repaginação da Embratur, para ter sua competência. Mesmo diante da estrutura que tem a Embratur hoje, tem sido feito um esforço sobrenatural para ter lá os seus EBTs, que são importantíssimos para nós no Estado. A estrutura da Embratur lá fora tem nos apoiado muito. Os Estados, muitas vezes, navegam nos passos desses EBTs para poderem fazer suas promoções. Oxalá Deus permita que haja um trabalho maior para que os Estados e os Municípios possam ter esse fortalecimento e esse apoio lá fora, porque não é fácil competir com o mundo inteiro!

Você está numa vitrine daquelas em que, muitas vezes, Estados e Municípios que não estão no mapa-múndi estão lá batendo a sua latinha, chamando a atenção do turista, do operador, do agente, para que estes vendam o seu destino.

Então, é um desafio muito grande.

Por último, eu queria também dizer que tudo isso que colocamos aqui perpassa por uma palavrinha mágica que todos nós já discutimos – e isto é assunto de pauta –, que é o custo Brasil. O custo Brasil está intrinsecamente ligado a tudo isso que a gente falou. Ele inviabiliza muito a vinda do turista internacional e, muitas vezes, o próprio turista brasileiro a viajar dentro do Brasil.

Temos experiências inúmeras de entrar na internet, acessar um *site* e ver que um bilhete aéreo para Miami custa 50% menos do que um bilhete de Manaus para Fortaleza ou de Manaus para Salvador. Então, vou optar por ir para Miami. Muitas vezes, vemos um pacote para Aruba 60% mais barato do que um pacote para Fernando de Noronha.

Há quem diga: "Ah, porque o Brasil é um País continental!" Sim, o desafio é muito grande, mas, como o nosso Ministro acabou de falar, é preciso melhorar a nossa logística aérea, é preciso melhorar essa malha, para que realmente o Brasil se converse melhor.

Eu estou tentando um voo direto de Manaus para Salvador há 12 anos. Não é isso, Léo? Eu e o Léo passamos praticamente quatro anos lutando juntos, mas até hoje não conseguimos esse voo. Conseguimos voo de Manaus para Lisboa, de Manaus para Miami, de Manaus para Aruba, mas não conseguimos voo de Manaus para Salvador. O voo de Manaus para Fortaleza foi conseguido a duras penas porque nós conseguimos mostrar para a companhia que havia um fluxo interno que era rentável para a companhia aérea.

Então, Ministro, vejo que, para que possamos melhorar essa malha, temos de encontrar um mecanismo, que poderia ser o subsídio, a desoneração do combustível, da gasolina, do avião, enfim, outros ingredientes que fossem combinados para que essa malha aérea pudesse ser melhor.

Por outro lado, nós temos uma das maiores taxas de embarque, talvez a maior, a mais cara do mundo, extremamente elevada, que não traz nenhum retorno para o turismo do ponto vista da promoção. Esses aeroportos que estão sendo privatizados deveriam repassar recursos para a Embratur para que esta vendesse o Brasil lá fora, porque eles são os mais beneficiados. Quanto maior o fluxo de pouso e decolagem, mais recursos entram no bolso desses empresários. Portanto, eles deveriam ter também a obrigação, em algum momento, de repassar para a Embratur valores que pudessem contribuir com a promoção do Brasil lá fora.

Fechando a nossa conversa, comungo, em gênero, número e grau, com o nosso Ministro: o turismo precisa caminhar com os outros setores lá fora. Vai ter exposição de café, vai ter exposição de automóveis, daquilo que o Brasil é competente para vender lá fora, e o turismo tem de estar atrelado, porque o cidadão da indústria de manufatura é turista, o cidadão que compra café é turista, o cidadão que compra joia é turista e viaja o mundo inteiro. Ele está ali apenas para um congresso do seu setor, mas, se ele tiver a oportunidade de conhecer para turismo de lazer aquele destino, os seus atrativos, os seus produtos turísticos, ele atrela uma coisa a outra e muitas vezes já fecha a sua viagem para o próximo lazer.

Portanto, concluindo, vejo que avançamos, sim, mas é preciso que haja um repensar do ponto de vista desse pacto federativo, desses acordos, porque não basta ter ministério, não basta ter tudo de que já falamos se não há governadores ou prefeitos interessados nisso.

Vou dar um único exemplo. O Ministério do Turismo concedeu recurso para construirmos centro de atendimento ao turista nos nossos principais Municípios turísticos. Estou falando do meu Estado.

Se, hoje, o Governo do Estado, mesmo tendo repassado a esses prefeitos a responsabilidade de administrar esse equipamento público, não estiver lá de três em três meses fazendo a manutenção, cuidando do bem público – e quero me congratular com a Mesa pela presença do TCU, que deve ouvir isto –, se não estivermos lá, enquanto Estado, fazendo a manutenção, cuidando daquele equipamento público, a Prefeitura vira as costas

para aquele equipamento, mesmo tendo passado cinco anos pedindo centro de atendimento. Se a gente não cuidar, ninguém cuida. Se não tem o compromisso da Prefeitura, acabou! Não vai acontecer! Se o Prefeito não estiver envolvido no processo... Por mais que a gente vá com a comunidade organizada para fazer o processo acontecer, é ele que cuida da cidade, ele é o "dono da cidade", entre aspas, ele é o gestor que define as políticas públicas para aquele Município.

Então, fica aqui a nossa proposta dessa questão do pacto federativo para que a gente possa realmente desenhar o que se quer para o Brasil no turismo.

Quero aqui, mais uma vez, parabenizar a nossa Senadora, agradecer ao Senador Antonio Carlos Valadares pela oportunidade, pelo convite, e, de público, ao Ministério do Turismo e da Embratur pelo apoio. Se, hoje, o Estado do Amazonas tem avançado nas suas políticas públicas do turismo, tem conquistado grandes avanços, sobretudo a questão de um centro de convenções, fica aqui o registro do agradecimento a esse Ministério, à Embratur, que tem sido parceira, tem se irmanado com o Estado do Amazonas e com todos os Estados brasileiros, e, em especial, a esse Ministro, que conheci há pouco tempo como Ministro, mas cuja história no Sebrae eu já conhecia. Ele tem uma cabeça extraordinária e sabe realmente como fazer o turismo acontecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Obrigado.

Estamos recebendo a visita do nosso Presidente Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, a quem convido para participar da Mesa. (*Pausa.*)

Antes de conceder a palavra à Srª Cláudia Cristina Pessoa, Presidente da Associação Nacional de Secretários, eu gostaria de perguntar ao Presidente Dr. Augusto Nardes se S. Exª deseja se pronunciar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Pois não.

Com a palavra V. Exª.

Drª Claudia, aguarde um pouquinho.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO NARDES – Obrigado, Senador.

Obrigado pela deferência, Cláudia.

É uma satisfação estar aqui. Vim especialmente para trazer um abraço ao nosso Senado, especialmente ao nosso Senador Valadares, pela importância deste tema de como melhorar a questão do turismo na Nação como um todo, um desafio para o Brasil.

Fizemos uma grande reformatação no Tribunal de Contas da União no ano passado e já estamos, hoje, com capacidade de mostrar para o Brasil a situação de cada área. Fizemos a chamada especialização. Temos, hoje, 22 secretarias especializadas, que têm condições, portanto, de mostrar o que está acontecendo na saúde, na educação, no turismo, enfim. Estamos, neste momento, terminando uma grande auditoria na área de turismo no Rio Grande do Norte. Propus à Secretaria do Rio Grande do Norte que fizesse uma avaliação de como estão as políticas públicas para o turismo como um todo.

Baseado nessa especialização, meu caro Vinicius, é importante que a gente possa debater com a Nação e ver as vocações regionais. Para isso, estabelecemos, então, uma divisão do Brasil em quatro grandes áreas pelos temas mais importantes da Nação. Mapeamos o Brasil. Vendo as vocações regionais, a Corte de Contas, em nível nacional, fez uma proposta, Senador Valadares, para trabalhar com os tribunais de contas também, para que os tribunais de contas passassem a utilizar o potencial dos auditores que temos em cada tribunal para mostrar onde estão os gargalos de cada setor. Estamos terminando

essa auditoria na área de turismo, que vai ser um modelo para a gente implementar nas principais regiões do Brasil.

Então, a especialização deu ao Tribunal essa capacidade de focar cada tema de forma aprofundada. Isso nos possibilita trabalhar em conjunto com o Senado e com a Câmara. Foi por isso que eu, no ano passado, tomei café da manhã com os Presidentes de todas as Comissões do Senado e da Câmara, para mostrar que nós podemos oferecer, em cada setor, uma radiografia, uma anatomia, um diagnóstico de cada setor, para que a gente possa trabalhar em conjunto.

Então, venho aqui para dizer que o Tribunal de Contas da União hoje está preparado e que conseguimos, também, trazer os parceiros que são importantes nesse processo de articulação com o Governo. A ideia é auxiliar o Governo, seja em nível de Estado, seja em nível nacional, e, aí, mostrar para os governantes, através das auditorias, que eles têm um problema.

Por exemplo, a questão da segurança é fundamental para o turismo. E aí tem que ver se existe política de proteção, por exemplo, lá em Natal para proteger o turista.

Política de saúde. Se acontece um evento e não temos um bom atendimento de saúde para o turista, passamos uma péssima imagem. Isto vale para a segurança, vale para o transporte, por exemplo. Há um transporte adequado para o turista? Há segurança no transporte? Cada setor tem uma coisa vinculada a outra, e, de certa forma, há um sincronismo. Está tudo vinculado. Se promovermos o turismo sem proporcionar uma infraestrutura de proteção ao cidadão que sai de um país para ir para outro país, se não tivermos essa capacidade de proteger bem o turista, estaremos possibilitando que ele saia falando mal do País. Então, além de proporcionar essa estrutura de proteção do turista, também é preciso criar alternativas no País como um todo para que a gente possa projetar a Nação de forma positiva.

Aliás, nós fizemos muito. Eu fiz um evento um ano antes da Copa – o Vinícius ainda não era o Ministro – e chamamos as principais lideranças do País para alertar para algumas políticas, falando desde o momento da chegada do turista, pois vieram para o Brasil milhares na época da Copa... Há essa preocupação. Para fortalecer isto...

E eu queria aproveitar este momento... Claro que a Ana Paula, que cuida desse tema dentro do TCU... Nós temos 22 secretarias especializadas, temos quatro coordenações para coordenar as grandes atividades do Tribunal. Nós fizemos um diálogo público, meu caro Senador Valadares, com 24 Estados – eu fui visitar 24 Estados – e contatamos com 40 mil pessoas, gestores públicos. Aliás, o TCU treinou, no ano passado e neste, mais de cem mil gestores no Brasil sobre vários temas, um deles a questão da governança, porque eu acho que o grande tema e o grande desafio da Nação é a melhoria da governança como um todo. E a nossa ideia agora, no dia 17, é entregar para os governadores eleitos... Eu queria aproveitar e fazer um convite para quem puder participar, pois vai ser um grande momento da Nação brasileira. Pela primeira vez, o controle vai entregar gargalos em cinco setores: infraestrutura, que é importante, também, para o turismo... Precisamos ter uma boa infraestrutura de estradas. Aeroportos. Melhoramos um pouco os aeroportos, mas ainda temos gargalos imensos nos aeroportos. Na saúde, na educação... E aí nós vamos mostrar três gargalos de cada um desses setores. Então, educação, saúde, infraestrutura, segurança e previdência. E também incluímos finanças, para ver como estão os números do Brasil em relação às finanças. Já convidei mais de 20 governadores, que vão estar presentes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Que dia será?

O SR. AUGUSTO NARDES – Será no dia 17, às 14 horas e 30 minutos.

E também convidei o Michel Temer, que já confirmou. Se a Presidente Dilma, que está no G20, chegar a tempo, ela também vai participar. O Mercadante também confirmou. Convidei o Presidente do Senado, que vai estar presente.

A ideia, Senador Valadares, é contribuirmos – nós não somos governo, mas nós temos uma delegação constitucional que é para ver a eficiência, eficácia e efetividade das atividades públicas –, a ideia é auxiliar os novos governadores. E essa metodologia que nós propusemos para o Brasil nós propusemos também para os tribunais de contas.

E nós temos 30 tribunais de contas trabalhando conosco hoje, de forma sincronizada. Isso nos permite trabalhar em conjunto para mostrar os gargalos nos Estados antes de ele começar a governar, mostrar as prioridades. Aliás, se o Ministro do Turismo ou qualquer ministro de infraestrutura souber dos grandes problemas da sua pasta com antecedência, com auditoria de fora, não precisará pagar auditoria para ninguém, pois o TCU está oferecendo isso gratuitamente. Quarenta por cento da nossa força de trabalho já estão direcionadas para ver políticas públicas preventivas. A Ana Paula poderá falar um pouco mais sobre isso.

Eu queria fazer esta introdução e este convite que eu propus para direcionar na área do turismo algumas coisas, meu caro Vinícius, porque eu sei do esforço que vocês fazem, pois é muito difícil conectar-se com toda a estrutura que existe nos 27 Estados brasileiros.

Até quero fazer aqui, já que começa um novo mandato dos governantes, um desafio ao nosso Ministro do Turismo, no sentido de ajudá-lo, e ao nosso Senado e ao nosso País. Eu não aceito, como brasileiro, que nós continuemos sendo grandes consumidores de destinos turísticos que foram preparados artificialmente, sendo que o Brasil ainda não preparou alguma coisa semelhante para combater, no sentido da competição global... Nós estamos sendo clientes permanentes, pela competência desses, ou talvez por incompetência nossa e até do TCU, ao irmos todos e levarmos nossos filhos para a Disney e não criamos um centro semelhante de grande destino turístico com um tema como a nossa cultura nordestina tem, de forma muito forte, como a festa de São João. E não criamos uma estrutura. Por que o BNDES, que financia tanta coisa, não financia uma grande estrutura para empresários criarem um grande centro de turismo na Região Nordeste ou um tipo de zona franca do turismo na Região Nordeste? Por que não temos a ousadia de fazer isso?

Ministro, talvez agora, neste novo momento, precisemos debater essas questões. O Brasil não pode ser mais comandado por estruturas que são montadas dentro do contexto mundial e não liderar algumas áreas como essa, como podemos liderar em outras coisas.

Eu sou ousado um pouco nisso e estou trazendo aqui um livro que quero entregar em primeira mão. Ainda não entreguei ao Presidente do Senado, pois só vou estar com ele ao meio-dia, quando vou entregar o relatório do Fiscobras. Como eu queria fazer um convite ao Senador, vou deixar dois livros... Não tenho condições de dar para todos, porque é muito pesado. Um vai para o Ministro do Turismo. O livro se chama *Governança Pública: o Desafio do Brasil*. São 500 páginas em que eu faço uma análise de todos os problemas da Nação brasileira, mostrando que é necessário trabalharmos em conjunto, onde estão os gargalos da Nação, onde não se entrega o produto de forma correta, tentando ajudar o País, porque nós temos uma estrutura secular.

Então, entrego aqui em primeira mão. No Sendo, a primeira pessoa a receber é o Senador Valadares. E vou entregá-lo ao Ministro do Turismo. Claro que...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Entregando de novo aqui para a foto... (*Pausa.*)

O SR. AUGUSTO NARDES – E quero convidar para o dia 17, às 14 horas e 30 minutos, quando faremos a entrega, portanto, desses cinco gargalos. Não vai ser a entrega do livro. O livro dá sustentação para a tese da governança, que é direcionar, avaliar, monitorar. Nós estamos, neste livro, mostrando as dificuldades que o Governo tem em nível nacional, em nível estadual. Quando eu faço crítica ao governo, eu falo do Governo Federal, do governo estadual e do governo municipal. Aliás, meu caro Senador, eu vou dizer a vocês que nós temos que tomar algumas medidas urgentes no País.

Eu estou muito preocupado com a questão da Previdência, que é uma tema que nós vamos abordar. E aqui, como nós estamos no Senado, na Câmara, a curva se inverte daqui a 15 anos. Nós estamos no final do ano. Em 2030 a população passa a ser mais velha, o que é bom porque vai haver muitos turistas. Mas a questão é saber se vamos ter os salários pagos, porque nós temos que crescer acima de 4% ou 5% para manter a estrutura que temos hoje no governo em nível municipal, estadual e federal. Os senhores sabem quantos funcionários públicos nós temos no Brasil? Cerca de 12,5 milhões!

Se projetarmos os terceirizados, chegamos a 15 milhões. Aí, tem bom treinamento, tem boa avaliação, tem monitoramento, tem metas, tem plano de estratégias com as instituições? O que estou discutindo no livro é isso.

Não vim aqui para falar do livro, mas para dizer que o dia 17 é um grande momento que o TCU esta proporcionando. Nós resolvemos ousar, sair um pouco. Ficar na legalidade também não resolve; temos que ir às causas que levam aos efeitos das ilegalidades, que é a falta de planejamento, como um todo, na estrutura nacional.

Se não combatermos isso, meu caro Senador Valadares, jamais seremos líderes em nível mundial. Seremos sempre o País do futuro. Como iremos competir se não temos uma boa estrutura de Estado? A história do jeitinho brasileiro tem de ser deixada de lado e apostarmos no planejamento.

Por isso, acho necessário termos esse tipo de debate. Queria agradecer. Poderia ficar aqui falando sobre esse projeto da melhoria da governança por muito tempo, mas vim aqui somente para trazer esse meu apoio, entregar essa proposta para discutir o Brasil e tentar ajudar, especialmente nesse setor, que é um dos setores onde há muito amadorismo ainda e no qual precisamos avançar, com a força do Ministério de Turismo, com a força da Secretaria de Turismo.

Venho do Estado do Rio Grande do Sul, e conheci Gramado nos anos 70. Era uma centena de casas espalhadas e se transformou num polo turístico de R$5 milhões. O Rio Grande do Norte tem 1,5 milhões por ano. Agora, disseram-me que até diminuiu. Estou citando o Rio Grande do Norte, porque é lá que estamos fazendo um estudo de caso, mas a Região Nordeste, com certeza, poderia ter milhões de turistas.

Quero dizer para vocês que o Tribunal avançou muito, e temos condições de auxiliar, hoje, em cada setor, como a Ana Paula vai falar, em cada área, para que possamos prestar este serviço para o Senado, prestar este serviço para o Governo.

E que vocês encarem este trabalho não como uma crítica, porque até as eleições já passaram. Até procurei não me envolver nessa; fiquei fora da eleição. Nesses últimos 60 dias, não dei declaração.

Agora, está na hora de começar a dar declaração e mostrar onde vimos os gargalos, para tentar ajudar. O sentido é este: ajudar. O sentido é criarmos um solidarismo de diálogo.

Encerro, Senador Valadares, com um número que vou deixar a vocês, em relação à questão de pessoal, que é a maior riqueza de um país. Fizemos uma auditoria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AUGUSTO NARDES – Ah! A Senadora Lídice está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Ela que propôs o requerimento...

O SR. AUGUSTO NARDES – Desculpe, Senadora. Mil perdões. Porém, a Senadora Lídice propôs um debate em cima de um tema, em que há grandes vazios para serem desenvolvidos. Estava citando a questão de Gramado.

Fizemos uma auditoria, Senadora Lídice da Mata, para a questão da governança de pessoal. Ver como é que estão treinamento, avaliação, meta e meritocracia. Descobrimos na estrutura de quase 400 instituições apenas 7,6% aprimorados; intermediários, em torno de 34%; e inicial, 57%.

Então, precisamos aperfeiçoar a nossa estrutura de Estado: ter treinamento permanentemente.

Bem, cheguei aqui abruptamente. Não pude cumprimentar a Senadora. Agora que estou lendo o cartaz da Senadora Lídice da Mata. Eu já sabia que ela era a autora, porque a minha assessoria me informou.

Há mais algum Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AUGUSTO NARDES – Senador Inácio Arruda, Senador Fleury. O Senador Inácio foi meu colega.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – É o nosso Vice-Presidente aqui da Comissão.

O SR. AUGUSTO NARDES – Vice-Presidente? Grande figura!

Então, queria cumprimentar os Senadores, pois só agora tomei conhecimento da sua presença. Já estou vendo vários amigos aqui, mas não vou cumprimentar todos, para não cometer algum deslize.

Queria levar o convite, Senador Valadares, para as pessoas e vou pedir para a minha assessoria entregar para a Senadora Lídice da Mata e para os demais Senadores este convite para o dia 17. Esperamos dar um diagnóstico do Brasil para o Governo.

É claro que conversei sobre tudo isso antes com a própria Presidente da República. Estamos fazendo um grande estudo de caso com a OCDE, que é a instituição mais avançada do Planeta, sobre boas práticas de governança, um projeto de três anos.

Neste ano, já fizemos a primeira reunião.

A OCDE é a instituição mais avançada do Planeta em termos de governança pública. A ideia é trocar boas práticas de governança. Temos boas práticas de governança em ministérios no Brasil, em Estados e em Municípios. Podemos trocar boas práticas de governança em várias áreas.

Estabelecemos quatro áreas até agora: área de finanças, área de regulação, porque temos que melhorar a regulação no País, área administrativa... E, claro, para isso, fazer essa troca de boas práticas de governança com os países mais envolvidos. Que países estão envolvidos? Estados Unidos, Canadá, França, Holanda, Coreia do Sul, com o governo digital. Fiz uma palestra, recentemente, na Coreia, para conhecer um pouco e levar essa proposta para eles. E também peguei países parecidos conosco: México, Índia, África do Sul. E a gente faz um grande debate de governança.

Dei conhecimento para o Presidente Renan desse projeto, como dei conhecimento à Presidente Dilma e também dei conhecimento ao Lewandowski, sobre a

questão de que o Brasil precisa profissionalizar mais o Estado. Precisamos ter carreira de Estado permanente em algumas atividades. Eu fui político e é claro que é importante o cargo político para direcionar, mas precisamos de estrutura de Estado em boa parte dos ministérios, o que não temos. Se não mudar isso, não tem continuidade.

No Ministério da Integração, começamos com 4,5 bilhões. Está em 8,5 bilhões e vai passar de 9 bilhões. Há poucos funcionários de carreira dentro do Ministério da Integração. Então, Senadora, o mesmo com relação ao turismo. Faz-se necessária uma estrutura melhor dentro das estruturas ministeriais, carreiras estáveis para dar continuidade; não que tenham de ser a maioria.

Bem, meu caro Senador Valadares, os desafios são muitos, mas fica esta sugestão: sermos um pouco mais ousados na área de turismo. Tenho viajado muito e tenho visto que alguns países têm avançado mais que nós em relação a essa questão. Precisamos ter capacidade de competir. Gostaria que o Ministro do Turismo procurasse fazer contato com o nosso Tribunal, especialmente nesta área onde estamos fazendo, para ver onde estão os gargalos – na área que estamos encontrando, especificamente sobre a questão do turismo.

A minha proposta – em relação a esse projeto, mandei fazer esse levantamento da auditoria na área de turismo no Rio Grande do Norte – é de que sirva de modelo para a gente mostrar em todo o Brasil, em cada Estado, em cada tribunal de contas. Então, mudamos a forma de os tribunais de contas dos Estados trabalharem junto com o TCU.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE. *Fora do microfone*.) – O Douglas Cintra chegou.

O SR. AUGUSTO NARDES – O Douglas Cintra chegou. Prazer, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE. *Fora do microfone*.) – De Pernambuco.

O SR. AUGUSTO NARDES – Pernambuco. É um dos Estados que tem um grande potencial, como, aliás, todo o Nordeste. Sou gaúcho e vi por Gramado – sou das Missões, da fronteira com a Argentina – como se pode transformar uma região, e Gramado se transformou, saindo do nada, por organização da comunidade. Na verdade, quem organizou aquilo foi a comunidade. Eles se organizaram e foram atrás dos seus sonhos.

Então, a ideia é focar cada vez mais o controle para mostrar onde estão os gargalos de cada setor da Nação brasileira, na área do turismo, na área da segurança.

Vou dar uma informação. Como é importante a segurança! Os senhores sabem que 68% dos Estados não têm comunicação entre um e outro na Polícia Civil e Militar? Como combater a questão da criminalidade se os Estados não falam entre si? Convidei o Ministro Cardozo para participar desse debate e mostrei a ele.

Então, o controle deu um avanço fantástico nesse trabalho de harmonizar o nosso trabalho e fazer políticas preventivas. Por isso, os meus cumprimentos à Senadora Lídice da Mata por ter feito essa proposição, discutindo o turismo.

Quando fiquei sabendo... Tenho uma agenda muito pesada. Todos os pepinos da República passam pelo Presidente do TCU; vocês também têm todos os pepinos aqui e mandam muita demanda para nós. Vocês dão muito trabalho, especialmente os Senadores pedem muita coisa. Então, a gente tem que dar resposta.

Quando vi que tinha a questão do turismo, resolvi vir para dar um apoio para a minha amiga Ana e dessa forma estabelecer... Quer falar alguma coisa, Ana? (*Pausa.*)

Só quero agradecer a oportunidade e reiterar o convite, Inácio e Cintra, com quem eu não tinha um contato mais próximo, para o dia 17. Vamos mostrar um retrato da

Nação no sentido de ajudar os governadores. Vamos mostrar cinco gargalos em cada área. Desses cinco, nós vamos mostrar três, porque governar é priorizar.

Eu sei que os governadores chegam... O momento mais feliz de quem é político é o dia da eleição: eles chegam com todo o entusiasmo. Aí vem a crise da semana. Aí batem na porta do governador os funcionários, setores e segmentos. Aí, na outra semana, é outra crise. E aí os setores mais importantes da vida pública, os segmentos, os temas mais importantes vão sendo deixados de lado. Eles passam quatro anos administrando crise e não conseguem cumprir metas.

Então, tem que haver governança, tem que haver planejamento; é preciso debater isso. É por isso que estaremos fazendo agora, no dia 17, antes, muito antes de assumirem, para provocar esse debate.

Então, o livro está aí. Demais Senadores, infelizmente... O livro é pesado, mais de 500 páginas, mas a gente faz uma grande análise do Brasil. É a primeira vez que se foca... Quem está fazendo o prefácio é o Jorge Gerdau Johannpeter. Eu lancei esse livro na semana passada. Ele traz um resumo da proposta... Chama-se G*overnança Pública – O Desafio do Brasil*.

Um grande abraço a vocês e agradeço muito ao Senador Valadares por ter me oportunizado falar um pouquinho aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AUGUSTO NARDES – Cláudia, eu a escuto cinco minutos, com o maior prazer.

Quem manda aqui é o nosso Senador, mas você...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Cláudia, você vai ter oportunidade de falar...

Gostaria de fazer alguma indagação?

Se o Presidente ficar até o final da nossa reunião, ela poderá fazer essa indagação *a posteriori*.

O SR. AUGUSTO NARDES (*Fora do microfone*.) – Mas eu, infelizmente, não...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Não poderá.

A SRª CLÁUDIA CRISTINA PESSOA (*Fora do microfone*.) – Eu queria que ele ouvisse cinco minutos da minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Ah, da sua apresentação!

Antes, porém, eu gostaria de enfatizar o nosso agradecimento ao Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Nardes, pois sua presença aqui nos trouxe grandes ensinamentos e o estímulo para que o turismo nacional ocorra em todos os Estados, notadamente com a descentralização de serviço tão essencial à economia do nosso País.

O Tribunal de Contas demonstra, na sua gestão, que não se preocupa apenas com os seus deveres e as suas atribuições constitucionais, de fiscalizar a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados e dos Municípios naquilo que for da sua competência, pois se preocupa também em fazer uma avaliação primorosa da Administração Pública, visando a dar maior equidade, maior eficiência e proporcionar aquilo que o povo brasileiro reclama, e com muita razão, pois o serviço tem que ser prestado com qualidade, com eficiência, com honestidade e ética.

E esse trabalho que V. Exª está realizando vem fortalecer, sem dúvida alguma, e harmonizar o pensamento do Senado Federal, porque o Senado Federal tem,

sem dúvida alguma, uma atuação voltada para todos os setores. Esta Comissão preocupa-se não só com o desenvolvimento regional, mas também com o turismo. E o desenvolvimento regional não pode acontecer se todas as atividades econômicas do Brasil não estiverem funcionando bem, a partir do turismo. Quando V. Exª, corajosamente, propõe, incluindo o Nordeste nessa proposta, a implantação de equipamentos que possam atrair o turista de fora, o estrangeiro, isso significa dizer que, se fizermos isso, nós estaremos economizando divisas e proporcionando maior desenvolvimento da nossa economia e do turismo.

Ao lado disso, o Pacto Federativo, porque só a União quase que centralizando todos os recursos e os Estados e Municípios vivenciando uma crise sem precedentes... Eu posso falar, por exemplo, no meu Estado, da questão da Previdência. Lá, temos um déficit da Previdência de quase R$1 bilhão por ano. Neste ano, o Governo, para fazer face ao pagamento da folha de servidores, foi obrigado a antecipar recursos dos *royalties* por apenas quatro meses. Nós não sabemos o que vai acontecer depois dos quatro meses. Para que a folha não seja atrasada, o Estado foi obrigado a tomar uma antecipação de receitas que se vai refletir amanhã na gestão administrativa em vários serviços. Isso aí é uma bola de neve que vai crescendo.

De forma que V. Exª falou num assunto da mais alta importância, que implica, sem dúvida alguma, o futuro do nosso País. Ou resolvemos essa bomba-relógio que se chama Previdência ou vamos mergulhar numa crise sem precedentes.

E a União, neste momento, já que fizemos uma eleição e no próximo ano vamos ter um novo Congresso Nacional, tem que levar em consideração que, sem a redistribuição do bolo tributário, não vamos resolver nunca a crise que se instalou nos Estados e Municípios. Isso não pode ser resolvido apenas com discurso, nem com palavras ou gestos de boa vontade, mas efetivamente realizando uma reforma consciente.

O consenso é difícil acontecer, Ministro, porque os Estados e Municípios querem uma participação maior, e a União dificilmente abre mão dos recursos que conquistou ao longo desses anos, inclusive com contribuições que não são distribuídas para os Municípios brasileiros.

O Fundo de Participação, em razão da renúncia tributária e de outros fatores, como a falta de crescimento do País, tem sido uma verdadeira fonte de preocupação dos Estados e dos Municípios brasileiros, por sua queda constante, permanente, o que faz com que essas unidades federadas vivam em eterna crise. Qualquer prefeito com quem V. Exª se encontre, com quem nós nos encontremos, o relatório que faz é realmente de escassez de recursos, de dificuldades na prestação de serviços de educação, de saúde, de obras de infraestrutura para o desenvolvimento dos Estados e Municípios. E isso só pode ser resolvido, a meu ver, com um entendimento nacional chamado Pacto Federativo para a redistribuição mais equitativa dos recursos arrecadados em nosso País.

Portanto, eu quero agradecer a V. Exª pela contribuição enorme que está dando ao Senado Federal e ao Brasil com *O Desafio do Brasil*, esse livro que traz a governança pública como foco principal para melhorar a nossa eficiência administrativa nos governos dos Estados, Municípios e da própria União.

E eu quero aproveitar esta oportunidade para entregar a V. Exª um livro publicado por esta Comissão: *Desafios* para *o Desenvolvimento Regional*, fruto de palestras e debates que foram realizados durante o ano passado e numa parte do ano de 2014. Em retribuição, nós o estamos entregando também ao nosso Ministro. *(Pausa.)*

Dando continuidade ao nosso debate, ouviremos a Drª Cláudia Cristina Pessoa, Presidente da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores (Anseditur).

A SRª CLÁUDIA CRISTINA PESSOA – Bom dia a todas e a todos.

Eu saúdo o Senador Antonio Carlos Valadares e peço vênia para também, em nome da liderança feminina na política nacional, que é a Senadora Lídice da Mata, saudar os demais Parlamentares aqui presentes.

Eu saúdo o Ministro do Tribunal de Contas da União, Dr. Augusto Nardes, por quem eu tenho uma grande admiração. Acompanho seu trabalho a distância, mas com muita deferência.

Eu saúdo o Ministro, competente Ministro Vinicius Lajes e, em seu nome, toda a equipe técnica do Ministério aqui presente.

A Oreni já nos deixou, nossa coirmã na esfera do Estado.

Saúdo a Ana Paula, que está aqui comigo nesta manhã.

Senhoras e senhores, é uma oportunidade muito grande estarmos aqui numa propositura de observarmos o que representa verdadeiramente o nosso setor para o nosso País.

Muitas vezes, Ministros, o nosso setor era visto como a parte lúdica, a parte da brincadeira, a parte que o turista em verdade precisa vivenciar, inclusive na qualidade e na pretensão do que busca nos passeios de sua viagem. Entretanto, o que está por trás das cortinas da nossa atividade é algo sobremaneira grande, de inclusão socioeconômica e de oportunidades.

Inicialmente, eu tinha preparado a minha apresentação posicionando o que representa a nossa entidade. Não vou pelos eslaides; vou fazer de forma mais sintética porque eu gostaria de fazer um gancho com as falas anteriores.

Acompanhando o Programa de Regionalização do Turismo, criado em 2004, a partir de 2005 começamos a nos encontrar no que seria o fórum de Secretários Municipais de Turismo. Avançamos e, de 2008 a 2009, nós passamos a existir de fato e de direito. Portanto, temos um estatuto, que inclusive passou recentemente por uma grande reforma, mas remetendo aos anos 2008 e 2009, nós criamos o nosso estatuto, passamos a existir com CNPJ e, daí em diante, passamos a ter inclusive uma gestão administrativa e de busca da eficiência das nossas atividades.

Óbvio que temos alguns gargalos, como disse bem o Ministro, dentre os quais a descontinuidade do gestor público, o que menos mal não acontece em minha cidade. Eu estou no décimo ano como Secretária de Turismo de Maceió. Passamos por um prefeito anterior, venceu uma oposição, e o nosso setor apresentou uma propositura para continuidade, não de uma pessoa só, mas de uma equipe, especialmente pelo poder de articulação que temos, junto com a iniciativa privada e também com as outras esferas, estadual e federal, para aplicação dessa política pública de turismo, que precisa ser entendida como perene.

Então, eu costumo dizer que este é um segredinho público lá das Alagoas: nós estarmos coesos, todas as esferas, inclusive juntamente com a iniciativa privada, buscando o objetivo único que é o desenvolvimento e essa geração de oportunidade de emprego e geração de renda.

Nós evoluímos e, recentemente, em Gramado, na reunião da semana passada, conseguimos chancelar que o nosso estatuto, que era fechado aos 65 destinos que estavam no programa primeiro de regionalização – e nós o acompanhamos –, perante os secretários presentes, a amplitude da entidade. Dessa forma, obviamente também

seguindo essa Política Nacional de Turismo, de categorização e amadurecimento da verificação dessa categorização, em que o Município se encontra diante de uma avaliação do nosso Conselho, teremos o recebimento do Município que queira integrar esse cenário de discussão, de debate, de palavras ditas pelo Sr. Ministro do Tribunal de Contas, de boas práticas para serem replicadas e de pesquisas.

Temos um pleito junto ao Ministério para termos uniformizado um observatório único, categorizado, para ser replicado nos Municípios turísticos brasileiros. Daí, passamos a ter uma mensuração mais bem avaliada, uma vez que os números e as pesquisas apresentadas serão categorizadas. Solicitamos também que tivéssemos esses indicadores postos e dispostos amplamente, para que nós busquemos melhorar cada destino, para que nossa competitividade não seja competição, mas interesse de que o outro destino seja tão bom ou melhor que o seu em função da sua boa prática.

Aí eu remeto a exposição que o Ministro está fazendo ao Estado do Rio Grande do Norte, porque, para o Nordeste, de nada adianta, por exemplo para Maceió ou Aracaju, que um turista do Sul ou do Sudeste vá para qualquer um outro destino do Nordeste, tenha uma péssima impressão e que vá generalizar e deixar de ir para a nossa região.

Então, é muito importante que esse acompanhamento seja feito num tempo o mais ágil possível, próximo do real. Eu sei que essa observação que o senhor fez da questão tecnológica da China quisera nós pudéssemos trazer para cá para darmos essa velocidade também. Acredito que será uma grande oportunidade.

Parte dos gargalos que o senhor apresentou, na verdade, nós enxergamos como desafios e foi parte da palavra do nosso Ministro do Turismo, Vinicius Lages.

O Ministro, em sua fala, comentou acerca de seis pontos prioritários iniciais de trabalho: melhoria do ambiente de negócios – aí há a questão do custo Brasil; a questão posicionada pelos senhores do Pacto Federativo e da distribuição de renda; os parques temáticos estão na pauta do Ministério do Turismo – e o senhor bem citou uma "Disney no Nordeste". Não sei se seria isso, mas a gente tem um potencial muito grande, inclusive de área, no Sertão nordestino, para que possamos apresentar um grande diferencial competitivo para o País e de atração; as cidades histórias; os eventos, que o senhor bem citou, fazendo referência à nossa Caruaru.

Ou seja, a economia criativa, associada à nossa atividade, tem um leque muito grande de oportunidades, assim como o ambiente das nossas orlas – marítima, fluvial, das lagoas e dos lagos – e, obviamente, enxergando o marco regulatório, que isso não favoreça a dissipação do nosso grande ativo, mas que oportunize, porque, se temos um grande ativo, como o litoral alagoano, não temos interesse algum de tê-lo por água abaixo, ou seja, perdido, em função de um empreendimento, por exemplo, um *resort* que venha à beira-mar e que possa estar pé na areia, para ser competitivo com os *resorts* que há na América Central.

Temos aí muita coisa a trabalhar, mas enxergo com muita felicidade, Senadora Lídice da Mata, que o nosso pensamento está uníssono, os nossos trabalhos de enxergar o Brasil por regionalização – e eu me remeto a um trabalho bastante tecnicamente bem desenvolvido no Ministério, porque são 10 anos de trabalho de regionalização.

Em 2009, teria sido apresentado um mapa inicial, este a que me referi, dos 65 chancelandos, como indutores, mas esse mapa foi reapresentado recentemente, apresentando, inclusive, mais de 3 mil Municípios, que já têm alguma musculatura para desenvolver essa nossa atividade com competência e profissionalismo.

Então, espero que esse mapa que os senhores estão desenvolvendo no Tribunal de Contas esteja bem entrelaçado com o mapa do desenvolvimento e do nosso planejamento, que está sendo muito bem concluído. Mais uma vez, ressalto que estamos com um Ministro que tem inteligência, competência, poder articulatório, político, administrativo e que tem muito a contribuir para o nosso setor no Brasil. Quisera não fosse somente por mais dois meses!

Nós enxergamos, como digo, com muito humildade, lá no nosso destino, que obviamente a parte técnica, como o senhor mencionou, o corpo técnico principalmente, tem de estar realmente afinado com a continuidade da política pública, mas estarmos com um condutor que tenha essa visão e essa possibilidade de articulação, fazendo vencer as fronteiras, que, muitas vezes, a política partidária apresenta, colocando a atividade acima de qualquer interesse partidário ou pessoal, vai fazer seguramente com que essa nossa grande fronteira de desenvolvimento nos próximos anos seja um grande diferencial, um grande divisor de águas.

Então, nós observamos essa questão do necessário monitoramento das ações e, obviamente, é claro, da aplicação dos recursos, sobretudo pela responsabilidade que temos como gestores públicos, e nossos CPFs e nossas entidades estão ali apresentadas.

Não quero ser redundante em relação aos pleitos feitos pela Oreni, mas foi bastante interessante pontuadamente, porque estamos em uníssono, também nesses pleitos apresentados pela Presidente do Fórum de Secretários Estaduais.

Então, fico muito feliz em saber que o Senado brasileiro, esta Comissão, e o que poderá replicar a partir desses dias – da audiência passada, mas também desta e do Tribunal de Contas em conjunto conosco, porque o nosso desejo é fazer este Brasil melhor para cada cidadão.

O turismo não pode ser uma atividade que vá terminar com as questões locais de cultura e de atividades correlatas. Ao contrário, nós queremos pegá-las, potencializá-las, profissionalizá-las, qualificando-as e fazendo verdadeiramente a grande diferença. Estamos prontos para isso.

Então, conte conosco, com a Associação dos Municípios, que, a partir da chancela do nosso Estatuto, em cartório, estará ampliado além dos 65.

Eu dispenso a apresentação e agradeço a oportunidade de estarmos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Cara Presidente, eu quero agradecer a sua participação. Não é de agora que conhecemos seu trabalho. Lá nas Alagoas, a sua competência tem sido demonstrada, tanto que o Ministro está aqui me falando que há dez anos a senhora vem-se repetindo nos vários governos, significando dizer que há um reconhecimento público, dos políticos e das lideranças locais, do seu trabalho. E a sua fala demonstrou não só conhecimento como também engajamento com o desenvolvimento do Nordeste, do turismo nordestino.

O Ministro Augusto Nardes é um homem do sul do País, mas tem essa sensibilidade de entender que a nossa região pode dar uma grande contribuição, pelas suas potencialidades, ao turismo nacional. Quer dizer, o nosso São João, o nosso forró, que traduz a nossa tradição cultural lá da Paraíba, de Campina Grande, de Aracaju, nosso famoso Forró Caju, e também Caruaru, Ceará, tantos outros Estados.

A Bahia, que tem evidenciado a importância do nosso patrimônio cultural e artístico, não só com as belezas naturais das suas praias, mas também com o seu patrimônio cultural.

Em Sergipe, agora mesmo, tivemos elevada a patrimônio cultural da humanidade a Praça São Francisco, lá em São Cristóvão, a primeira capital de Sergipe.

Nós temos um potencial turístico que pode ser explorado em benefício da nossa Nação. E ainda não está sendo explorado na devida conta por falta disso que eu estou falando e de uma maior integração entre os Estados e Municípios e o próprio Ministério do Turismo, isso em decorrência até da falta de condições de estrutura econômico-financeira que possa dar fundamentação a esse trabalho de integração. Por isso, nós estamos aqui insistindo que no próximo ano, no Congresso Nacional, Sr. Ministro, a primeira grande reforma que devemos fazer é a reforma política.

Eu espero que aconteça a reforma política tão ansiada, desejada e nunca acontecida. E também a reforma tributária. Essas são as duas reformas que, se nós fizermos, o Brasil vai alavancar o seu desenvolvimento, vai ter mais transparência na aplicação dos seus recursos e vai promover maior alegria e felicidade a todos os brasileiros de todos os Estados e Municípios.

Sr. Ministro, fique à vontade para as despedidas. Sabemos das suas atividades. Muito obrigado por sua presença.

O SR. AUGUSTO NARDES – Eu vou passar agora o convite para o Presidente do Senado, para o dia 17. Todos os Srs. Senadores estão convidados.

Agradeço muito os desafios, aqui, para o desenvolvimento regional. É a área pela qual sou apaixonado. Eu fiz mestrado em estratégias de desenvolvimento há mais de 30 anos. Então, é um tema de que gosto muito e estou tentando implementar isso no Tribunal de Contas da União.

Eu não ouvi a palavra do Ministro Vinicius – peço escusas –, porque hoje estamos com a pauta extensa – são mais de 150 processos. Daqui a pouco, eu começo a sessão. Vamos entregar agora o Fiscobras para o Presidente Renan. É um relatório das obras que têm problema no País, mas quem decide se as obras continuam são o Senado e a Câmara. Fizemos o levantamento de 101 obras, algumas com regularidades graves, enfim. Estamos mandando aqui para o Senado e para a Câmara tomarem a decisão final.

Mas o importante, meu caro Vinicius, é que possamos trabalhar de forma integrada, e acho que esse trabalho do Senado e da Câmara e essa proposta que fez a Senadora Lídice são muito importantes para que conheçamos a realidade. Eu gostaria até de ter acesso. Vou deixar a Ana responsável por isso, para saber o que falou o nosso Ministro do Turismo, e assim a gente ter condições de também trabalhar em conjunto.

Coloco o Tribunal à disposição de todos. Eu tenho vários amigos que estão aqui na minha frente que já têm contato conosco permanentemente e o utilizam.

Cumprimento mais uma vez a Senadora Lídice pelo tema. Estou vendo aqui que tem um livrinho do Ministério do Turismo. Vou levar comigo. Posso levar? (*Pausa.)*

E dizer uma coisa, um tema que vocês devem abordar... Já falei com a Presidente Dilma, dei conhecimento a ela sobre isso. É o grande desafio de que o senhor falou e com o qual estou preocupado: a questão da Previdência. Nós temos de contabilizar R$2,3 trilhões que não estamos contabilizando – R$2,3 trilhões na Previdência –, para prever o futuro. Para quem é funcionário saber: será que eu tenho segurança? É um tema.

Eu conversei com a Presidente Dilma sobre isso. Comuniquei a ela... Aliás, chamamos o Ministro da Fazenda para dizer que é necessário contabilizar R$2,3 trilhões. Como o senhor falou desse tema, eu estou querendo só trazer essa contribuição, e a Presidente Dilma disse que tomaria providências, quando lhe falei alguns meses atrás sobre esse tema.

Mas é bom os Senadores sempre estarem atentos, porque a República brasileira tem de se unir e se solidarizar. Passou a eleição. Agora, temos de esquecer a questão ideológica e pensar nos interesses da Nação. O período eleitoral é outro agora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agora, é descer do palanque.

O SR. AUGUSTO NARDES – É descer do palanque, começar a trabalhar e pensar no País. Daqui a quatro anos, de novo, daqui a três anos e meio, começa tudo de novo. Começa outro debate. Faz parte do jogo democrático.

Portanto, sejam felizes, contem conosco. Estamos lá. O TCU é uma instituição que está para colaborar com o Senado, colaborar com o Governo, colaborar com o Judiciário. Muitas vezes, tenho de tomar posições duras, mas é a nossa missão. Por isso, temos o cargo vitalício. Então, precisamos ter coragem de dizer o que

está acontecendo, para que o País possa tomar os melhores caminhos e não ter temor de enfrentar as grandes questões da Nação.

Portanto, Senador, meus cumprimentos pela sua proposta e conte conosco. Espero que, no dia 17, possamos fazer essa radiografia, essa anatomia da Nação com os governadores. Mais de 20 governadores já confirmaram. Vamos entregar um *pen card* com todos os problemas para cada governador e para a Presidência da República.

É uma forma de ajudar.

Agora, quem toma as decisões não somos nós. São os senhores que governam, os governantes do País.

Muito obrigado. Contem conosco. Meu caro Ministro, disponha do TCU, e eu prefiro... E fizemos isso. Queria dizer que fizemos 11 auditorias no Ministério do Turismo. Hoje, o Ministério do Turismo é o melhor ministério em termos de prestação de contas do Brasil, reconhecido pelo TCU. Então, nós ajudamos, aperfeiçoamos, e hoje o Ministério do Turismo é uma excelência no Brasil. E fico orgulhoso, porque trabalhamos juntos nessa questão.

Muito obrigado.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – O Ministro Nardes foi Deputado Federal muitos anos. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Bom, finalmente, vamos ouvir a Drª Ana Silva da Silva, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do TCU.

A SRª ANA SILVA DA SILVA – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Antonio Carlos Valadares; o Ministro Vinicius Lages, com quem a gente já teve mais contato, recentemente inclusive; minha companheira de debate, Cláudia; as demais autoridades presentes; os servidores do Ministério do Turismo também, com quem temos bastante contato; a equipe do Tribunal que está aí; senhoras e senhores.

Queria agradecer a oportunidade de estar aqui nesta Comissão e de participar desse tipo de debate, que é muito importante, inclusive para a área em que a gente trabalha, área de desenvolvimento econômico, e o Ministério do Turismo está inserido nesse contexto.

Não sei se minha fala ficou mais difícil, com mais desafio, ou se mais fácil, porque o Ministro já adiantou muitas coisas que eu gostaria de comentar. Então, vou passar rápido, até para não tomar muito tempo.

Por outro lado, depois da fala dele, é um desafio maior falar.

Então, eu queria passar rapidinho pela competência do Tribunal, que, além de julgar as contas, o que todos normalmente conhecem, a gente também fiscaliza a aplicação dos recursos e tem um olhar especial para a questão da eficiência, da eficácia, da economicidade. Isso a Constituição trouxe, e o Tribunal, de alguns anos para cá, tem dedicado boa parte do tempo para fazer esses trabalhos de fiscalização com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública.

Então, eu trouxe aqui uma rápida...

Até 2010, nós tínhamos como missão assegurar e regular a efetiva gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade. E houve um passo grande, de 2011 para cá, que foi esse olhar para contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública. Então, mesmo naqueles trabalhos que são voltados para a regularidade dos gastos, sempre existe o olhar da equipe de contribuir para o aperfeiçoamento da Administração, para procurar, buscar as causas dos problemas: o que permitiu que determinado tipo de ocorrência acontecesse?

Senadora Lídice, meus cumprimentos também. Minha conterrânea. Hoje o Nordeste está bem representado aqui, não é? Então, vamos continuar.

Desses últimos quatro, cinco anos para cá, o Tribunal teve uma atuação muito próxima do Ministério do Turismo. O Ministro Nardes comentou aqui que foram mais de 11 fiscalizações num espaço de quatro anos. Houve uma relação muito próxima com o Ministério.

Nós focamos principalmente nas áreas de qualificação e capacitação profissional e nas ações de infraestrutura turística. Houve algum trabalho também na promoção internacional do turismo, que envolveu a Embratur. E na área de promoção de eventos turísticos.

Com a especialização do Tribunal, que aconteceu no início do ano passado, nessa última gestão, o Ministério do Turismo ficou ao lado do Ministério da Indústria e Comércio, do Ministério da Ciência e Tecnologia, de parte do Ministério da Integração que é responsável pela área do desenvolvimento regional. Então, essa política do turismo dentro do Tribunal tem sido realmente vista como uma política de desenvolvimento econômico. E a gente tem-se preocupado em atuar de forma que realmente a política pública ajude o País nessa missão de se desenvolver, de gerar emprego e renda, de trazer divisas para o País.

As principais áreas onde nós atuamos nesses últimos anos vou trazer aqui, antes de me demorar um pouco mais na questão da infraestrutura. São ações de apoio ao desenvolvimento das regiões turísticas. Em relação ao Prodetur, a competência do Tribunal ficou definida que se limita à fiscalização e ao controle das garantias.

A gente tem várias solicitações do Congresso que foram apreciadas pedindo análise do Tribunal sobre a qualidade dessas garantias. E eventualmente, em algum descumprimento de compromisso – porque envolvem a União essas garantias –, o Tribunal atuaria também. Mas são poucos processos, e a nossa competência tem-se limitado, no âmbito do Prodetur, a verificar essas garantias.

Em relação às ações de melhora da infraestrutura turística, sobre o que mais a gente tem se debruçado na secretaria, juntamente com essa equipe, é verificar as ações de apoio aos projetos de infraestrutura turística, porque representam três quartos do orçamento disponível. Então, a maior alocação de recursos é para esse tipo de projeto, que envolve todo o Território brasileiro.

A Região Nordeste realmente tem recebido mais recursos nos últimos anos, nos últimos exercícios, mas todo Território brasileiro é beneficiado com esse tipo de

recurso, que é executado principalmente por meio de contrato de repasse. Então, existem vários trabalhos do Tribunal nesses últimos anos que fizeram esse tipo de avaliação.

Quais são as principais constatações que verificamos? As obras demoram a ser entregues à sociedade. Então, existe recurso. o qual é disponibilizado, mas por alguns motivos que vou comentar aqui, que nós verificamos, essas obras demoram a ser entregues ou, às vezes, não são entregues.

A primeira delas é a ausência de apresentação de projeto de engenharia. Mesmo quando o Ministério já disponibilizou, já tem o recurso, em princípio, disponível para ser feita essa transferência, empenhado, o Estado ou o Município beneficiário desse recurso não apresenta o projeto. Isso a gente vê sistematicamente nas fiscalizações.

Depois de entregue o projeto, ainda fica em cláusula suspensiva muito tempo, às vezes por mais de ano, com pendência técnica em projeto apresentado, e aí depende da análise da Caixa Econômica Federal, e tudo. E essas pendências não são resolvidas de forma rápida.

Outras coisas que também impactam nessa demora são a falta de comprovação da titularidade da área e a falta de licença ambiental.

O que a gente vê com isso?

No momento em que o recurso está disponibilizado, o beneficiário não tem condições ainda de executar. É a nossa maior preocupação em relação a grande parte do Orçamento, porque o objetivo não é só transferir o recurso, nem deixar o recurso disponível. É que o bem seja entregue à sociedade, é que aquilo tenha realmente resultado.

Temos alguns números recentes, agora de setembro. Fizemos um levantamento, de 2010 para cá, da quantidade de obras contratadas. Das obras contratadas em 2010, só 45%, hoje, em setembro de 2014, estavam concluídas. De 2011, um percentual ainda menor; de 2012 e 21013, ainda não tinha até essa data.

Essa é uma preocupação, embora, quando se fale em contrato de repasse, não seja aquele bem de aquisição imediata, porque é obra, leva um tempo de maturação e tudo.

Mas quais são os problemas que acontecem?

O custo, às vezes, aumenta, depois de um ano ou dois anos; há descontinuidade administrativa – às vezes, mudou a administração do Município ou do Estado; houve ali uma mudança de governo no meio, e não é mais prioridade do Estado ou do Município

Achei muito interessante e até gostei de ter ficado por último para ouvir a fala da Oreni e da Cláudia, de ver as observações e considerações dos Estados e Municípios, e aí também dar este *feedback*. Às vezes, como no Estado de Alagoas, pelo que você falou, já há essa continuidade administrativa, mas isso não é o retrato do Brasil. E os ciclos ficam interrompidos. É uma coisa que preocupa, porque grande parte dos recursos do Ministério do Turismo estão inscritos em restos a pagar – esse outro quadrinho mostra, na penúltima coluna. Então, demora a sociedade a se beneficiar e para os recursos poderem multiplicar a renda do Município, a geração de divisas e tudo.

Esses dados são também recentes, de agosto, de um trabalho que estamos terminando, e vemos com alguma preocupação que esse número tem-se mantido alto. Em 2013, temos de fazer uma ressalva de que o empenho foi um percentual bem maior porque teve PAC, e aí é de empenho obrigatório.

Então, aqui, só para resumir de forma visual, que boa parte dos recursos, um percentual alto, são inscritos em restos a pagar e permanecem sem execução durante algum tempo.

O Tribunal também, recentemente, fez um trabalho na Caixa Econômica Federal; fez uma auditoria operacional, que viu todo o processo de atuação da Caixa Econômica em relação aos contratos de repasse, não só do Ministério do Turismo, mas de toda a Administração Federal; fez visita a várias superintendências estaduais e apontou realmente algumas dificuldades da Caixa em gerir tantos contratos assim, mas não é possível atribuir à Caixa a responsabilidade por tanto atraso. Há muita inércia e, às vezes, a falta dos requisitos legais dos próprios beneficiários dos recursos.

Isso é um coisa que, neste debate, temos de trazer à tona, para que se pense em alguma solução para que esse tipo de coisa não aconteça. O recurso está disponível, mas ainda não há o título de propriedade da terra, ainda não há a licença ambiental, ainda não há um projeto técnico que seja adequado para dar seguimento.

Vou trazer aqui também um exemplo dos contratos de repasse da Matriz de Responsabilidades da Copa, que aí envolveu as 12 cidades-sede. São Municípios grandes, são Municípios mais estruturados do que a maioria dos Municípios que temos no Brasil, e, mesmo assim, houve grande dificuldade de execução.

Então, as obras para a área de sinalização, de acessibilidade para construção daqueles centros de atendimento ao turista, que são aqueles módulos pequenos e bem padronizados para as cidades-sede da Copa.

No ano passado, fizemos essa fiscalização. Neste ano, fizemos um monitoramento. Até a Copa do Mundo, só uma obra foi concluída, e estamos falando de Municípios grandes, capitais. Alguns contratos foram com Estados; outros, com o próprio Município. Mas isso é preocupante, porque realmente mostra – e o que a Oreni falou é pertinente – ou a falta de interesse... É preciso avaliar qual é a causa. Falta de interesse em dar continuidade? Mas o dinheiro está ali disponibilizado. Falta de planejamento de médio e longo prazo dos Municípios e Estados? Nesse caso, essa associação de vocês tem uma ótima oportunidade de contribuir para isso, para que esse recurso não fique parado, pois está ali disponível e não é executado.

Visualmente fica fácil de ver. Essa é uma obra concluída, a do DF, aquisição das vans para atendimento e informações. Alguns já se extinguiram. Foi agora em setembro. Então, para a Copa, não ficaram prontas. São obras que precisam ser feitas. Não eram necessárias tão somente para esse evento. Mas isso mostra que alguma coisa precisa ser feita para que a execução de três quartos do Orçamento do Ministério não fique tão vulnerável assim, tão dependente da ação dos beneficiários.

Como estruturar, como capacitar esses beneficiários para que estejam prontos quando o recurso for disponibilizado?

A questão do investimento em projetos, de já ter projetos de qualidade ou padrão. Para algumas obras, pequenas obras, sim, mas o Ministério do Turismo tem, dependendo do Município, necessidades diferentes.

O Tribunal também atuou, nesses últimos anos, na questão da capacitação e qualificação dos profissionais e gestores do Ministério do Turismo.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA SILVA DA SILVA – Então, atuamos no Bem Receber Copa, na qualificação profissional e em outras ações complementares de qualificação. Várias mudanças aconteceram depois da atuação do Tribunal, com as sugestões, com as recomendações que foram feitas.

Para finalizar, também não poderia deixar de ressaltar as boas práticas que encontramos, ao longo desse trabalho, no Ministério do Turismo. Inclusive convidamos, e, no ano passado, eles apresentaram para o Presidente Nardes e para outros ministros

algumas dessas boas práticas. Estabeleceram regras e critérios para formalização dos instrumentos de transferência; sistema de acompanhamento e contagem de repasse, que é fantástico e que, entendemos, no ano passado, deveria ser estendido para toda a Administração Pública; sistema de monitoramento de desempenho; a definição do mapa do turismo, que foi um avanço; a instituição do manual de instrução para celebração e execução dos termos de compromisso; e o sistema de controle e demandas externas, que é essa relação com o controle que é realmente muito boa com o Ministério do Turismo.

Meu tempo já acabou. Para finalizar, queria agradecer e dizer do nosso comprometimento na atuação junto ao Ministério do Turismo na área dessa política pública, que entendemos que é realmente muito importante para a área de desenvolvimento econômico.

Há outros trabalhos transversais no Tribunal, e depois podemos fazê-los chegar aqui. Há uma auditoria coordenada inclusive com outros países, inclusive outros tribunais de contas estaduais na área de unidade de conservação que também viu a necessidade de fazer essa articulação com o Ministério do Turismo. Então, que esse debate possa fortalecer o Ministério. A questão do pessoal é uma coisa que sempre constatamos nos nossos trabalhos. Falta carreira, é pouca gente para enfrentar tantos desafios. Que ele possa ser esse articulador das estratégias com outros órgãos do Executivo, como o Ministério do Meio Ambiente, Indústria e Comércio, que é um importante ator na criação da cultura do turismo, que é mais do que qualificação; é cultura. Cada um no seu setor tem que entender que pode ganhar com o turismo e aumentar a própria renda do seu Município, do seu Estado, da sua associação, da sua empresa.

E é isso, resumindo um pouco, porque o Ministro Nardes já tinha feito algumas considerações.

Quero agradecer e nos colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Já encerrou? (*Pausa.*)

Agradeço sua participação valiosa neste debate.

Agora, passemos imediatamente às perguntas. Pelo Regimento, a primeira pessoa a interferir neste debate é a autora deste requerimento, a Senadora Lídice da Mata.

Mas, Senadora, antes, eu gostaria de dizer que esta audiência pública está sendo acompanhada pela internet, e algumas pessoas fizeram indagações, que passo ao Sr. Ministro para, na hora em que for falar, referir-se a essas perguntas.

Agradeço a V. Exª.

Senadora Lídice.

Agradeço à Senadora Ana Amélia pela presença prestigiosa nesta Comissão.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Bom dia a todos. Quero saudar todos os representantes das entidades aqui à Mesa: Oreni, que já se afastou; Cláudia; a representante do Tribunal, que foi acompanhada de seu Presidente, Ana Silva; e agradecer de forma muito especial ao Ministro Vinicius Lages, que, desde a semana passada, através das suas secretarias, esteve conosco aqui neste debate de avaliação. Como já foi ressaltado pelo nosso querido Presidente, essa é uma determinação do Senado; esta audiência pública se dá em função de uma determinação do Senado para que cada comissão avalie as políticas públicas da sua atribuição de debater e legislar.

E eu recebi a tarefa de fazer isso na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o tema Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros. Nós tivemos, na semana passada, aqui presentes e continuam aqui, a quem quero agradecer pela

presença, o Secretário-Executivo, os diversos membros da comissão técnica do Ministério do Turismo e também meu conterrâneo, Presidente da Embratur, Vicente.

Vejam bem: na semana passada, houve uma análise mais detalhada de alguns aspectos, e hoje, com a participação do Ministro aqui, e creio que já responderam tanto a Oreni, quanto o Ministro, quanto a Cláudia, quanto a Ana Silva. E destacaram algumas das questões que estavam no nosso rol de perguntas a serem feitas, porque não estamos aqui inventando a roda. Estamos analisando políticas públicas que são debatidas no Fórum Nacional dos Secretários de Turismo, que são debatidas no Conselho Nacional de Turismo, que são debatidas pelos secretários dos destinos indutores, dos Municípios de destinos indutores e das diversas áreas do Poder Legislativo.

No entanto, acho, Ministro, que V. Exª trouxe a este debate hoje alguns posicionamentos novos, e outras questões que foram colocadas tanto por Oreni quanto por Cláudia já fazem parte, digamos assim, de uma pauta de reivindicações do turismo brasileiro, tanto do setor público quanto do setor privado. Uma delas é justamente a pauta que reivindica a instalação da conta satélite e do observatório único.

Também dentro dessa discussão da conta satélite, está justamente a busca de estabelecer de maneira separada os índices e o impacto do desenvolvimento da atividade econômica do turismo na economia nacional.

O senhor começou a sua exposição, falando do impacto do turismo no PIB nacional.

No entanto, esta análise do PIB leva em conta apenas as atividades típicas do turismo, como alojamento, transportes, restaurante, e não incorpora algo que é também uma reivindicação do setor público e privado da área de turismo, que são justamente as atividades incidentes ou induzidas pelo turismo, como a construção civil, no caso da hotelaria. E houve impacto nessa área, por exemplo, agora no período da Copa, em que houve um aumento de leitos em diversas capitais brasileiras e cidades brasileiras, de eletroeletrônicos, de automóveis, de ônibus, de confecção, todas voltadas à interação com a atividade do turismo. Inclusive, temos um projeto de lei de minha autoria e do Deputado Otavio Leite, buscando também identificar, do ponto de vista da balança comercial, aqueles produtos que são consumidos no Brasil pelo turista estrangeiro, de forma que pudessem entrar num cálculo, numa análise do Ministério da Fazenda, justamente para que pudéssemos desonerar alguns desses produtos no consumo do turista estrangeiro.

Mas queria destacar aqui alguns pontos que já estavam na nossa pauta de perguntas e que precisam ser também direcionados para essa discussão. Tanto Oreni, quanto Cláudia, quanto Drª Ana e o próprio Ministro falam numa questão chamada continuidade administrativa. Ora, não podemos levar isso na ponta da faca, porque, senão, vamos concluir que não deve haver eleição no País; que os governos devem permanecer os mesmos, para preservar o setor do turismo – e isso não é possível.

O que entendo como reivindicação do setor, e nessa direção quero dirigir uma pergunta ao Ministro, é justamente a profissionalização de cada setor; no caso do Ministério do Turismo, a sua profissionalização. Que esforços têm sido feitos pelo Ministério do Turismo, no sentido de dotar o ministério de funcionários públicos, com concursos públicos voltados para a sua profissionalização, para que possamos proteger as políticas públicas, justamente garantindo um corpo técnico profissional que seja capaz de, independentemente do Ministro, independentemente do Secretário Nacional de Promoção, independentemente do Secretário de Políticas de Turismo, possamos ter as políticas preservadas? Essa seria uma primeira pergunta.

De que maneira também temos condição de analisar o resultado da política ou dos diversos programas de infraestrutura, como é o caso do Prodetur, e de outros, os investimentos do turismo feitos pelo Ministério, em convênio com os Estados, na melhoria efetiva do destino?

Cito um exemplo, até para saudar o ex-Secretário de Turismo e ex-Presidente da Fornatur (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo), Domingos Leonelli. Ontem, estive com o nosso Governador eleito do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, que é também nosso Senador, a quem homenageei. Muitos governadores eleitos já saíram, para descansar – nenhuma crítica –, fora do Brasil, e ele escolheu para descansar um destino turístico da Bahia, que é Morro de São Paulo. E voltou fazendo muitos elogios às novas obras de infraestrutura que qualificaram aquele destino e que foram realizadas recentemente, com recursos do Ministério do Turismo e com a gestão do Governo do Estado da Bahia, do ex-Secretário que aqui se encontra.

Então, de que tipo de mecanismo o Ministério do Turismo dispõe, hoje, para análise do impacto dessas obras na visitação desses destinos, no impulsionamento desses destinos?

Outra questão.

Ficaram claros na audiência passada alguns dos chamados nós do desenvolvimento do turismo.

O representante da aviação, embora não pudesse estar aqui presente, apresentou uma pauta que vai ser encaminhada para o Ministério. A Abav também fez referências – e certamente o Ministro está informado disso – às dificuldades que vive o setor das agências de viagem no Brasil. A CNTur (Confederação Nacional do Turismo) colocou algumas questões que considerava como gargalo, e a CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) também se posicionou, principalmente em relação aos programas de profissionalização voltados para a qualificação do turismo. E todos eles destacaram os pontos positivos, de avanços, mas também as dificuldades encontradas para que nós possamos avançar nesses segmentos.

Eu quero destacar que ontem nós aqui debatemos, Senador Valadares, e deveremos votar durante esta ou na próxima semana, a medida provisória de apoio, de valorização da aviação regional, que, no primeiro momento, foi muito criticada, inclusive por nós, mas agora se fez um acordo. Houve mudanças no relatório que permitem expectativas de fortalecimento da aviação regional por meio dessa medida provisória. E eu quero ressaltar a importância de o Governo se dirigir ao Congresso para apresentar uma proposta dessa natureza, que teve grande apoio de todos os partidos.

Eu queria colocar como mais um entrave nessa nossa discussão o entrave político propriamente dito, que é a compreensão por parte do Governo da importância do turismo como atividade econômica para o desenvolvimento do País.

Às vezes, a gente fica numa posição de reclamação, e a gente precisa passar para uma posição de proposição.

O Ministério do Turismo nasce de uma mobilização do setor público e privado da área de turismo no Brasil 11 anos atrás. Portanto, esse setor, digamos assim, induziu o Governo brasileiro não apenas a criar um ministério, mas interferiu diretamente na constituição de uma política pública para o Ministério do Turismo, calcada na construção do Sistema Nacional de Turismo, todo ele montado na participação direta dos Estados e dos Municípios. Em cada Estado se repete o Conselho Nacional de Turismo com os conselhos estaduais, que têm a participação dos destinos indutores do turismo em cada Estado, assim como nacionalmente.

Toda essa política foi sustentada no seu início pela ideia de ter o Congresso Nacional como um dos principais parceiros no fortalecimento do Orçamento do Ministério do Turismo.

Pessoalmente, Ministro, eu acho – e não apenas pessoalmente, mas a partir da minha participação nesses fóruns todos e de opinião dos companheiros que atuaram nessa área – que, já que estamos em busca de profissionalização das nossas políticas públicas, nós temos que dar um passo adiante nessa política, que resultou sempre numa fragmentação muito grande.

Nós, digamos assim, duplicamos o Orçamento do Ministério do Turismo.

No primeiro momento, inclusive na primeira fase do Ministro Mares Guia e do Presidente Lula, tivemos como marca para implantar o Ministério essa parceria, mas foi feita numa fragmentação orçamentária imensa e sem uma relação com a prioridade da política pública.

Então, o Ministério do Turismo é um faz-tudo em termos de infraestrutura; diferencia-se pouco do Ministério das Cidades. O Ministério das Cidades tem saneamento, que o Ministério do Turismo não tem, e algumas outras políticas próprias do desenvolvimento urbano. Isso faz com que tenhamos uma falsa ideia de um fortalecimento do Orçamento do turismo, porque, na prática, a execução é pequena, como foi destacado aqui pela própria auditoria do Tribunal de Contas da União. Nós temos um Orçamento que tem grande parte de não execução, e creio que essa não execução também se dá pela excessiva fragmentação das emendas parlamentares dirigidas ao Ministério do Turismo.

Eu acho que deveríamos evoluir, no caso dos segmentos públicos, do Fornatur e da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores, para, primeiro, a exigência de um aumento real do Orçamento do Ministério do Turismo, para que nós possamos ter um Orçamento voltado para um aumento das áreas de investimento consideradas prioritárias em infraestrutura e em promoção turística.

Nós, no início, tivemos um trabalho com a Ministra Marta. Os ministros se voltavam para conseguir emendas de Bancada e emendas das comissões, tanto desta quanto da Comissão de Desenvolvimento Turístico e Desporto da Câmara dos Deputados.

Mais recentemente, não houve praticamente execução de emenda de Bancada, e nós deixamos, portanto, de ter, nas emendas de Bancada, onde se costurava o fortalecimento do Orçamento em políticas estruturantes, a possibilidade de realizar esse casamento entre as políticas públicas principais, prioritárias do Ministério e o apoio do Congresso Nacional a essas políticas. Acho que isso fracionou mais ainda.

Eu digo, por experiência própria, que nunca consegui – Vicente, você que é baiano e com influência na Bancada – aprovar, por exemplo, uma emenda de promoção turística para o meu Estado. Das 15, 18 emendas a que a Bahia tem direito, nunca nós conseguimos aprovar uma emenda de promoção turística, diferentemente, por exemplo, do Ceará, que muitas vezes apoiou emenda de promoção turística.

Isso é parte da cultura, do conhecimento do aprofundamento, da profissionalização do turismo em cada Estado. E olha que a Bahia é um dos Estados com maior nível de profissionalização, de cultura e de história de participação de política pública inovadora no turismo nacional e que permanece.

Portanto, creio que o central nós não conseguimos, qual seja, que o Governo Federal como um todo entenda a prioridade do turismo do desenvolvimento nacional, em particular o Ministério do Planejamento e a Presidência da República. Sem crítica pessoal alguma, não há uma compreensão disso, não há uma clareza disso, ou não haveria

situações muito polêmicas que vivemos, volto a dizer, como foi o caso em que a Embratur não conduziu, não esteve à frente da política de promoção do Brasil na Copa do Mundo, tendo coordenado essas ações. Então, eu considero que isso é uma falha.

Aliás, em termos de Embratur, também aqui foi colocada na audiência passada uma crítica ao *marketing* e à marca da Embratur feita por alguns dos representantes que aqui estiveram.

Eu queria, também, como questionamento – o Ministro do TCU já respondeu em parte isso –, falar que o Ministério do Turismo lançou recentemente um Banco de Projetos para servir de referencial para os Municípios – e aí todos podem responder –, de forma a evitar que os projetos entrem com tanta frequência em cláusulas suspensivas, o que impede os contratos de repasse.

Os senhores sugerem alguma medida que o Senado, como Casa da Federação, possam propor para melhorar a capacidade institucional dos Municípios atuarem nessa área? Diretamente, Cláudia pode falar sobre isso.

II – A política de estruturação dos destinos turísticos brasileiros tem muitos instrumentos, atende milhares de Municípios e tem um caráter transversal. No entanto, é fundamental que seja claro o objetivo de qualquer política pública. Esse ponto é um consenso na área de avaliação de políticas públicas, estando presente, inclusive, no Protocolo de Brasília da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Qual é hoje, a seu ver, Ministro, exatamente o objetivo da política de estruturação dos destinos turísticos brasileiros? Para todos os participantes.

O Programa de Regionalização do Turismo atende mais de três mil Municípios. Trata-se, certamente, de um grupo muito amplo e heterogêneo para ser alvo de uma política pública. Em que medida a categorização dos Municípios feita pelo Ministério corrige esse problema?

Incluindo um pouco o TCU, no ano de 2011, a sociedade brasileira ficou estarrecida com os escândalos envolvendo Emendas Parlamentares no Ministério do Turismo. De lá para cá, foram limitadas pela LDO as Emendas Parlamentares para eventos no Ministério, e a pasta virou referencial de boas práticas, como já foi aqui destacado. Como o Ministério e o Congresso ainda podem evoluir no que tange às Emendas Parlamentares ao Orçamento?

E, por último, embora estejamos falando da estruturação dos destinos um pouco mais voltada para uma ideia de investimento em infraestrutura turística – e assim a sinalização se inclui –, mas falando da promoção do destino também, agora, recentemente, esses dias, o Ministério do Turismo está inovando uma portaria que permite que a Emenda Parlamentar possa financiar diretamente as atrações turísticas. Porque o evento turístico, Senador Valadares, até então, se o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Traduzindo; as atrações em que sentido?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – No sentido de pagamento do cachê dos artistas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Porque, hoje, só é permitido pagar os equipamentos...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Só é permitido financiar a infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) –... de som, banheiros, palanque.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – É. E essa portaria inova bastante nessa direção. E eu creio que é preciso destacar, nesse contexto nosso, o Ministério do Turismo como um grande articulador de ações. Então, a infraestrutura propriamente dita, a infraestrutura portuária, aeroportuária – eu já me queixei aqui inúmeras vezes, mas, infelizmente, a quantidade de queixa que faço, meu querido Líder do Governo, não é capaz de agilizar um milímetro sequer as obras do aeroporto de Salvador, administrado pela Infraero. O Ministro, inclusive, quero registrar, se comprometeu, hoje, de ir comigo até a presidência da Infraero, para que possamos debater o cronograma de obras do aeroporto de Salvador.

E é necessário também, eu sinto, uma articulação maior do Ministério do Turismo com o Ministério da Cultura no sentido das ações. E eu vou citar o exemplo dessa portaria nova. A portaria nova destaca, no financiamento desse evento e dos cachês dos artistas, o aspecto de o artista ser conhecido nacionalmente e regionalmente. Isso é fundamental.

No entanto, é preciso agregar a isso um conceito cultural, para que não tenhamos, por exemplo – citarei um exemplo que já foi dito aqui como uma forte marca do Nordeste brasileiro, mas que é um evento que acontece no Brasil inteiro, que é o evento do São João, dos festejos juninos –, a caracterização do São João. Então, não basta que o artista seja conhecido nacionalmente para que ele possa ser contratado para uma festa de São João, que tem determinadas características culturais e que tem também, por isso mesmo, toda uma cadeia produtiva e todo um contexto de movimento cultural próprio, e o artista tem, neste momento, a sua grande possibilidade de trabalho e de realização do seu fazer, que são as músicas de forró, os conhecidos forrozeiros.

Portanto, eu queria só destacar esse aspecto da portaria e a necessidade, no que diz respeito aos eventos e a tudo, porque a cultura é uma matéria-prima do turismo também, e, muitas vezes, o turismo é visto como um inimigo da manutenção das tradições culturais em nosso País. O que é um conceito equivocado, na minha opinião, e que revela uma postura de costas, de políticas públicas feitas de costas entre o Ministério do Turismo e o Ministério da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Um verdadeiro tratado vai ser a resposta do Ministro às perguntas muito pertinentes da Senadora Lídice da Mata.

Eu queria apenas acrescentar, Ministro, que, em face das realizações de eventos com a participação de cantores, de artistas, não só do Nordeste, mas de todo o Brasil, principalmente no São João, nos pré-carnaval e também nos carnavais, eu queria acrescentar o seguinte: em relação a isso, o Estado de Sergipe – a meu ver – está sofrendo uma espécie de discriminação e preconceito, e isso não é culpa do Ministério do Turismo, uma vez que todos os eventos que foram realizados, durante anos e anos, no Pré-Caju foram aprovados pelo Ministério do Turismo. Ou seja, todos os recursos que foram transferidos lá para uma empresa que organizava esse evento, com a participação do governo do Estado, da prefeitura municipal, todos os recursos tiveram aprovação prévia do Ministério do Turismo. No entanto, o Tribunal de Contas da União, ao avaliar os gastos feitos no Pré-Caju, considerou que aquele era um evento particular. Na realidade, não o é. Trata-se de um evento que tem a participação de camarotes, que são comprados por pessoas que querem ver o evento mais de perto, e também há a compra de abadás – camisas para a distribuição de blocos, em que milhares e milhares de pessoas acompanham aquele evento, a chamada "pipoca". Os trios elétricos percorrem uma grande

avenida, a Avenida Beira-Mar, e o povo acompanha, participando ativamente daquele evento.

Isso aconteceu durante anos e anos. Mas o Tribunal de Contas da União achou que era uma atividade particular, e que essa instituição deveria devolver todo o dinheiro – imaginem! – que foi recebido por essa entidade, que foi repassado pelo Ministério do Turismo.

Há quatro anos o Ministério do Turismo não passa mais recursos para essa instituição. Assim mesmo, ela tem realizado, a duras penas, esse evento, que é um evento pré-carnavalesco, ou seja, é uma prévia carnavalesca, da qual participam mais de 300 mil pessoas por dia, durante sua realização, na cidade de Aracaju e que tem ajuda do governo do Estado, da Prefeitura Municipal de Aracaju e tinha do Ministério do Turismo. Mas, em face dessa decisão do Tribunal de Contas da União, o Ministério do Turismo teve que se afastar desse evento

Agora mesmo, este ano, possivelmente, o Pré-Caju já não vai existir, que era a única pré-carnavalesca que havia na Região Nordeste. Isto é, o turismo sergipano vai ser prejudicado, assim, de frente, o que não acontece, por exemplo, com o carnaval da Bahia, que é uma festa privada e também pública, mais ou menos com o mesmo formato da prévia de Aracaju; e recebe verba do governo do Estado, recebe verba da Prefeitura de Salvador, recebe verba do Ministério do Turismo. Então, há um preconceito contra a prévia de...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Desculpe-me. Só para esclarecer: o Estado da Bahia, que é quem financia, só financia os blocos de trio que não têm corda, que não têm camisa, são os públicos; nenhum privado recebe verba do governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Mas é um evento... É no mesmo evento.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – A não ser em projeto cultural.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senadora, no mesmo evento, o governo do Estado financia os blocos que são públicos. É a mesma coisa que acontece lá, no Estado de Sergipe, em que vários e vários blocos que são públicos participam do evento praticamente na mesma hora.

Então, eu acho que deve haver, por parte do Ministério do Turismo, uma interveniência junto ao Tribunal de Contas, visando a reavaliar essa situação de Sergipe, porque é *sui generis*. Quer dizer, o carnaval da Bahia, acabou agora mesmo a nossa Senadora de dizer que tem recurso público, que é realizado no mesmo local, praticamente na mesma hora, e é o carnaval da Bahia, com dinheiro público. Mas, em Sergipe, é proibida uma ajuda do Ministério do Turismo, que já vinha fazendo há anos e anos, e em face...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Só quero ressaltar o seguinte: do Ministério do Turismo, a Bahia nada recebe; recebe do governo do Estado para os trios do governo. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Correto. Então, no mesmo evento, há recurso público, seja do Ministério do Turismo, do qual não tem, mas tem do governo do Estado, não é?

Então, veja, é uma festa privada e pública. Privada porque têm os camarotes, têm os blocos particulares e também têm os blocos públicos. Coisa semelhante acontece no Estado de Sergipe. Então, eu gostaria que a nossa representante aqui, a Drª Ana Paula Silva da Silva, do Tribunal de Contas da União, verificasse essa situação, que, para o Estado de Sergipe, é de grande prejuízo, porque é uma atração turística, sem dúvida alguma, pois os hotéis ficam cheios, todo mundo ganha dinheiro, o garçom, o restaurante, são os taxistas; os policiais que participam do evento têm uma gratificação, ganham

dinheiro também para garantir a segurança; quem vende comida ao longo do percurso também. Enfim, eu acho que é um prejuízo incomensurável para o Estado de Sergipe, que precisa ser reavaliado.

Eu gostaria de pedir à Drª Ana, porque foi uma decisão do Relator, se não me engano, José Jorge, do Estado de Pernambuco, e eu, como Presidente da Comissão e como sergipano, tenho o dever... O recurso foi aplicado honestamente, tanto que o Ministério do Turismo aprovou, e o Tribunal de Contas da União está dizendo o seguinte: "Você recebeu esse dinheiro do Ministério do Turismo e tem que devolver." Imagine se essa instituição vai ter condições de fazer essa devolução, pelo menos como o Tribunal de Contas... Mas a decisão ainda não é definitiva, ainda há recurso em tramitação, por isso estou concitando aqui a nossa representante do Tribunal de Contas da União para reestudar essa matéria.

Vamos ouvir dois Senadores, para que os demais participantes da Mesa possam responder.

Conto com a presença também do Senador José Pimentel, do Estado do Ceará, que quer participar do debate. Aliás, no Estado do Ceará há um grande potencial turístico, sendo um dos maiores do Nordeste e do Brasil.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, do Estado do Rio Grande do Sul, cujas belezas naturais são apreciadas por todos nós.

Com a palavra a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Este Brasil é bonito e grande não é, Senador Valadares?

Obrigada, Presidente.

Eu queria cumprimentar, na pessoa do Ministro Vinicius Lages, a Senadora Lídice da Mata, que teve a iniciativa de requerer esta audiência. E, como Senadora, no mesmo caso, a Senadora Lídice é uma combativa Parlamentar e ex-Prefeita de Salvador. E destaco que a Mesa hoje é composta em sua maioria de mulheres, seja do TCU, seja da representações das Secretarias, ou das entidades que representam os agentes do turismo.

Serei muito breve, Presidente – muito breve! Apenas me sobressai, agora que estamos examinando a alteração no Orçamento da União de 2014, a questão dada do superávit primário. E aquilo que o TCU apresentou aqui é preocupante: os restos a pagar, no turismo, de 2012: 84%; de 2013: 92%, ou seja, uma execução mínima – mínima! –, numa área que é estratégica para o País.

E vejo com muito bom grado, aqui, a Senadora Lídice da Mata lembrar que a Emenda da Bancada da Bahia não foi nenhuma delas acolhida para matérias que, eu diria, não são nem partidárias. Quando é da Bancada, todo os Partidos se unem, oposição e governo, todos, para fazer aquilo que é nossa responsabilidade como Parlamentares dos nossos Estados, Senadores e Deputados. E ocorre, da mesma forma, no Rio Grande do Sul.

Então, quero registrar aqui, com a manifestação da Senadora Lídice, com a exposição feita e até em defesa do fortalecimento do próprio Ministério. De que adianta um Ministério tão importante, se não consegue implementar e executar as verbas ou aquilo que foi orçado para o Ministério? Isto é fundamental, a questão executabilidade, dos resultados, da efetividade, é esta a palavra.

E gostaria de manifestar também a necessidade de que orçamento impositivo tenha este valor. É exatamente por isso, para resguardar aquelas matérias. Hoje, com o controle social que temos – seja do Ministério Público, nos Estados, ou do próprio Ministério

Público da União, federal, nosso controle e o controle social das pessoas e da própria mídia, não há como se fazer desvios dos recursos públicos nessas áreas.

Aqui, quando se lembra desse fato de que a Bahia e Sergipe têm critérios diferentes, Senador, na verdade, o compartilhamento está definido na própria Constituição, ou seja, os deveres dos Estados no compartilhamento de políticas públicas. No turismo é uma delas; no meio ambiente é outra, e há tantas outras. Então, alguns Estados têm uma visão mais, digamos, proativa para fazer investimentos, como a Bahia faz.

Então, é ela que vai, dentro da legislação do Estado, fazer as aplicações que pode. Mas um suporte fundamental é do Ministério do Turismo, com os recursos para os centros de convenções, que são agentes; a infraestrutura, de que tanto se falou aqui, em todos os setores e, digamos, o protagonismo maior de Estados e Municípios nesse procedimento.

Queria apenas cumprimentá-los e ressaltar aqui o que foi dito por todas as exposições – lamento não ter conseguido chegar antes, mesmo estando na Casa, tratava de um outro problema, que são os projetos da defesa, no Ministério do Exército. Temos aqui uma agenda, digamos, plural.

E queria cumprimentar o Ministro e também todos os expositores, porque li aqui o resumo do que foi dito em relação a um setor tão importante para o nosso País, especialmente agora, porque, lá no Rio Grande do Sul, há o Natal Luz, que leva milhares de turistas, inclusive, os da Bahia, Senadora Lídice, os de Sergipe, de todo o Nordeste; os aviões são lotados. O Natal Luz é um evento que hoje ganhou, digamos assim, uma relevância internacional na região. E também gostaria, Ministro, de cumprimentá-lo pelo Turismo sem Fronteiras. Quem mora no Rio Grande, que está na fronteira com a Argentina e com o Uruguai, sabe o que isso significa e a importância disso para a integração.

Muito obrigada.

Meus cumprimentos à Senadora Lídice da Mata pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – O Senador Douglas Cintra também deseja fazer uma indagação.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Presidente, quero cumprimentar o Ministro, toda a equipe que fez a apresentação, todos os expositores das Secretarias estaduais ou municipais.

Também gostaria de dizer o seguinte: primeiro, quero agradecer ao presidente pela oportunidade de viabilizar, lá em nossa cidade de Caruaru, o seminário – o senhor já o comentou aqui –, registrando que o turismo tem várias vertentes, como a Secretária muito bem colocou. No nosso caso especialmente, nós temos um turismo de compras, que é muito forte em nossa região. E como o Ministro é próximo da nossa região, ele compreende isso, temos, por exemplo, uma feira para onde vão de 500 até 700 ônibus num único dia para participar desse evento semanalmente, nas cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz.

O seminário mostrou o quanto o turismo pode estar integrado a uma cadeia ou a uma APL de produção de confecções, e como a gente pode aprender com esse exemplo para levar tantos outros não só para o Nordeste, mas para o nosso País como um todo.

Então deixo essa abertura também junto ao Ministro, para que a gente possa integrar mais o que é turismo com o que é produção.

A nossa região demonstrou, através dessa APL, como a renda da região pode mudar. Nós temos lá, Sr. Ministro, cerca de 26 mil pessoas que colocam uma espécie de bancas ou um local para vender produtos e isso tem uma consequência sobre 150 mil

pessoas que produzem confecções nas suas residências ou em pequenas fábricas. Então é um grande polo que, na verdade, é pouco conhecido fora do Nordeste, mas tem um impacto econômico fundamental para que uma área que é do interior possa se diferenciar como renda e como emprego.

Deixo aqui este meu registro e o agradecimento ao presidente pela viabilização do evento, que trouxe ricas e importantes contribuições para que haja o desenvolvimento da nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Por último, o Senador José Pimentel, para fazer as suas perguntas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, senhores expositores, nossa Senadora Lídice, nosso Senador de Pernambuco, eu queria começar registrando a importância que tem o setor de serviços na nossa economia, entre eles o nosso turismo.

Ao mesmo tempo registrar que o nosso Governo, atendendo a uma demanda daqui, do Congresso Nacional, e das entidades, encaminhou a medida provisória sobre os aeroportos regionais que é decisiva para desenvolver o turismo, particularmente nas Regiões Norte e Nordeste, em face da inexistência de voos regulares para grande parte das suas cidades turísticas.

Essa medida provisória teve uma participação muito forte da Senadora Lídice da Mata, questionando exatamente a integração das pequenas cidades aos aeroportos que serão feitos e o seu rito. Ali está prevista a recuperação e a construção de 270 aeroportos. É muita coisa!

Nós temos recursos no fundo de investimento para esse setor, e vamos ter um embate muito forte nas questões ambientais para viabilizar a ampliação e a construção desses aeroportos e, ao mesmo tempo, no que diz respeito aos seus custos, porque o Brasil passou um bom período sem fazer investimento em aeroportos e tivemos problemas de condução no aeroporto de Goiânia e no aeroporto de Vitória. Estamos ali, há basicamente dez anos, tentando recuperá-los, mas há divergência por conta de custos, já que a planilha que estamos aplicando é basicamente a planilha de custos da Caixa Econômica Federal para outras obras de infraestrutura. Mas tem outra característica: nós enfrentamos esse debate inicialmente com o DNIT e, após um conjunto de audiências públicas no Congresso Nacional, particularmente aqui no Senado, com a colaboração do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União, construímos uma nova planilha que é acompanhada pelo DNIT.

Estamos enfrentando a mesma coisa agora nas refinarias de petróleo. Nós tínhamos construído a última refinaria na Bahia, da nossa Senadora Lídice, nos anos 70. De lá para cá, não tínhamos feito mais nenhuma refinaria. Estamos entregando a refinaria de Pernambuco, do nosso Senador aqui presente, com muitos questionamentos, porque os custos de infraestrutura nessas áreas são diferentes do da construção de uma rodovia. E a planilha com que as entidades controladoras trabalham é a mesma. E agora vamos iniciar a Premium I e a Premium II, no Maranhão e no Ceará.

E nós precisamos, Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, também construir uma outra planilha de custos, para evitar os problemas que tivemos em Abreu e Lima, porque é outra realidade. O debate que está se dando nas audiências públicas, nas CPIs, nos vários órgãos é de que a ANP seja a gestora dessa planilha de custos, como fizemos com o DNIT, como forma de diminuir o tempo de construção e os custos que isso representa.

Como nós vamos fazer 270 aeroportos, e eu sei que a ANAC e o Governo já estão com mais ou menos 200 propostas de construção e ampliação prontas, não tenho dúvidas de que vamos ter muitos problemas de como o nosso Ministério do Turismo, o nosso TCU, as entidades de controle estão vendo isso, para evitar o que nós fizemos com Goiânia e Vitória. Ali, todos têm razão, porque as planilhas de custo para esse setor tinham uma realidade, mas só que não dão conta da nossa demanda. E nós temos 270 aeroportos identificados, definidos para recuperá-los e construir novos aeroportos.

Nós resolvemos a questão do subsídio nas rotas. A nossa Senadora – volto a registrar –, ontem, ajudou muito nesse debate. Estamos reservando 30% do fundo para custeio.

Dados que temos sobre o que nós fizemos de voos em 2013 nesse setor, que são os aeroportos que têm até 600 mil passageiros/ano, indicam algo em torno de R$340 milhões. Essa diferença para R$1,2 bilhão no montante que há no fundo hoje, seriam destinados a passageiros novos e aeroportos novos. É evidente que, em 2015, essa demanda não vai estar presente na sua totalidade. Nós vamos já ter o incremento, mas temos uma margem muito grande para atender.

Tivemos o cuidado de ter alguns contrapesos para evitar que alguns aeroportos fossem mais privilegiados em relação a outros. Estamos colocando um determinado tamanho de aeronave, para evitar que as grandes aeronaves possam penetrar nesse setor, e, ao mesmo tempo, limitando a 50% das vagas dessa aeronave e com um teto de 60 lugares. Ou seja, nenhuma aeronave terá mais do que 60 lugares subsidiados.

Estou fazendo essa ponderação porque nós deveremos votar hoje, na Câmara Federal, e na próxima quarta-feira, no Senado Federal, e já vai para a sanção .

Há um item que a nossa Senadora Lídice da Mata questionou muito ontem, que é questão da abertura do capital.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – *Fora do microfone*.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mas nós estamos construindo um entendimento para retirar, na Câmara, e, em seguida, termos um tratamento específico sobre a abertura de capital, com um procedimento legislativo específico, exatamente para não dificultar a sua tramitação. Portanto, nobre Senadora, a senhora fez todo o levantamento ontem, recebeu uma série de subsídio. Não é contra, quer mais dados, mais segurança para poder deliberar.

Em face disso, para não haver nenhum prejuízo, Sr. Presidente, nós estamos fazendo um acordo de procedimento na Câmara Federal, para ser retirado esse artigo, e, quando chegar ao Senado, já está mais ou menos construído o entendimento. Portanto, há muito mais preocupações para 2015, por conta dessa demanda, que tem impacto direto no nosso turismo, em especial no nosso Tribunal de Contas da União, que é o nosso órgão controlador, e na nossa CGU.

Que possamos destravar esse processo. Queremos iniciar 2015 com 200 aeroportos, desses 270, já sendo licitados e, consequentemente, tão logo conclua o seu processo, à sua execução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço, Senador.

Agora, passemos às respostas, que serão dadas pelo Ministro e demais participantes desta Mesa.

Se for possível, gostaríamos de determinar um tempo, aqui, uma vez que os Senadores terão que cumprir outras tarefas, inclusive a CCJ está esperando pelo nosso

voto e nossa participação. Acredito, Sr. Ministro, que dez minutos está de bom tamanho para a resposta. Lógico que, com relação à Senadora Lídice da Mata, pode-se exigir até um tratado para responder as perguntas de S. Exª, porque realmente foram muito boas.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Como nossa, para constar do relatório, o Ministro, se quiser, pode, posteriormente, responder por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Entrar em mais detalhes, com mais detalhes.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – E fazer por escrito um documento, que nós incorporaremos ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Muito bem.

Obrigado.

Sr. Ministro com a palavra.

O SR. VINICIUS NOBRE LAGES – Obrigado, Presidente.

Eu queria pedir também a permissão... Primeiro, eu queria agradecer aqui as distintas contribuições da Mesa e a este importante debate que nos é permitido por este requerimento da Senadora Lídice da Mata e acolhido aqui pelo Presidente desta importante Comissão. Acho que estamos em um momento muito oportuno para discutir várias dessas questões. O Presidente Augusto Nardes apontou aqui a necessidade de termos, para uma melhor gestão pública, planejamento, estabelecimento de metas e diretrizes, o que nos vão assegurar efetivamente uma melhor alocação de recursos, de pessoas, dos instrumentos, e isso só é feito se houver essa coerência entre planejamento e execução.

Eu queria começar, rapidamente, sem dúvida, comentando esse último destaque feito pelo Senador José Pimentel, um parceiro de longa data – eu que venho do Sebrae, o Senador foi sempre um membro da nossa bancada e nos ajudou muito a avançar na legislação da micro e pequena empresa. O Senador traz essa importante contribuição que a medida provisória vai dar para a ampliação desse que é um desafio de um País continental de se manter mais coeso do ponto de vista da sua integração aeroportuária, da ligação de voos. Isso nos leva a um desafio muito grande, que é o de estruturar, apoiar nesses novos aeroportos os serviços e a hospitalidade que aí precisa ser desenvolvida. Em todos esses aeroportos, certamente já são parte dos estudos, têm demandas quer seja de negócio – é um Brasil que cresce a taxas chinesas no interior de Goiás, interior de Mato Grosso do Sul, em diferentes partes do Brasil, nós temos polos econômicos dinâmicos, e esses aeroportos vêm ajudar, para além do turismo, a dinâmica econômica regional que este Brasil está vivendo, e isso é muito bom.

Então, o turismo vê efetivamente, Senador Douglas Cintra, essa integração necessária entre atividade dos serviços turísticos com os demais vetores da economia. Portanto, esses aeroportos vão poder criar essa convergência entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento das demais economias. Quem vai para fazer negócio termina tendo a possibilidade e fruição dos serviços turísticos que ali existem.

Então, estaremos trabalhando atentamente, Senador Pimentel, para poder acompanhar o cronograma de implantação desses aeroportos e aí apoiar os serviços turísticos.

Temos conversado com as grandes companhias aéreas nacionais interessadas nessa expansão aeroportuária, para que nós possamos, junto com eles, fazer um *check-list* daquilo que são os serviços fundamentais para esse entorno dos aeroportos – hotéis, bares, restaurantes, enfim, serviços de traslado, etc..

O comentário que a Senadora Ana Amélia faz – eu acabo de chegar de Gramado, de Canela, de Sapiranga, terra do nosso Deputado Renato Molling, que preside

a Comissão de Turismo, e vi que, quando se tem uma boa combinação entre um projeto que foi aprovado no âmbito das emendas ou mesmo do esforço programático do Ministério e a boa gestão pública, no sentido de tirar as cláusulas suspensivas, esses projetos andam numa velocidade muito grande. E eu fico muito feliz de ver, em vários Municípios – recentemente Nova Friburgo, no Rio de Janeiro –, Municípios que têm escritórios de projetos e que acompanham, com uma competência muito grande, o desenvolvimento dessas obras. Infelizmente, nem sempre as obras estão ligadas a Secretarias de Turismo, e sim a outras Secretarias, e isso leva a um descasamento. Mas é uma preocupação do Secretário Neusvaldo Lima, aqui, Senadora Lídice da Mata, de nós termos nesse banco de projetos – que volto a comentar muito rapidamente – um processo de preparação, finalmente, sistemática da gestão pública municipal e estadual, para que eles possam não apenas ter condições

de aprimorar sua capacidade de elaboração de projetos, mas também, tempestivamente, cumprir os prazos e, aí, termos obras com um ciclo de vida menor do que os quatro, cinco anos que temos hoje no Ministério.

E observem que o nosso Ministério tem um ciclo de vida médio de obras melhor do que outros ministérios, que têm até 20 anos, 25 anos de execução de obras. Nós temos uma média de quatro, cinco anos, o que já é um bom esforço, mas era objetivo nosso, a partir de uma melhor inteligência de gestão, acelerar esse processo.

O Secretário Neusvaldo, com a equipe da assessoria parlamentar e das outras secretarias, tem ido aos Estados e Municípios trabalhar diretamente com os secretários dos Municípios de Infraestrutura e de Turismo, para podermos avançar ainda mais. É muito ruim ver Estados que têm milhões que foram empenhados apenas uma taxa tão baixa de efetiva execução.

Do ponto de vista das questões aqui apresentadas pelo Senador Douglas Cintra, eu absolutamente me inscrevo junto daqueles que, como já mencionei, acreditam que o turismo tem que sair desse isolamento, tem que fazer parte, como a Senadora Lídice da Mata colocou, da agenda econômica do Brasil. E, somente se ele souber se integrar ao tecido econômico, a essas dinâmicas dos polos econômicos, dos arranjos produtivos, ele vai efetivamente ganhar o peso que tem.

Endereçando-me aos quatro pontos que mereciam, efetivamente, um tempo maior, em respeito a esta Comissão e à Senadora, eu me comprometo a enviá-los em mais detalhes. Mas com relação aos indicadores, por exemplo, que fazem com que, finalmente, tenhamos uma análise do PIB verdadeiro do turismo, estamos realizando agora, em Maceió, no dia 27, o primeiro encontro de Observatórios de Turismo do Brasil. E eu gostaria de convidá-la, Senadora, para que ao menos algum representante aqui desta Comissão possa estar presente. Vamos ver experiências que estão sendo já conduzidas no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em outros Estados, para que tenhamos, finalmente, indicadores críveis e que possam fazer essa análise, que a senhora bem apontou, da interligação entre o turismo e outros setores da economia.

Esse ponto que a senhora levantou da taxação isonômica de bens de consumo para o setor de turismo, ela é absolutamente inapropriada, porque um hotel, quando compra ar-condicionado, não o compra para refrigerar o dono do hotel; ele o compra por ser um bem de capital; assim como uma locadora de automóveis quando adquire automóveis, quando adquire imóveis, o serviço de arquitetura. Portanto, um tratamento diferenciado como bem de capital, e não como bem de serviço, é absolutamente fundamental. Mas só essa análise que a senhora aponta é que vai nos dar, finalmente, uma robustez. Estive, recentemente, com o Ministro Mauro Borges, do MDIC, tratando desse tema.

Do ponto de vista da continuidade administrativa, o que temos? No Ministério – posso apontar, e a minha equipe esteve aqui mostrando –, trabalhamos com o PPA, obviamente, como os demais, mas temos um Plano Nacional de Turismo, que é pactuado com o setor econômico, é um *trade* privado, que faz parte do nosso Conselho, e estabelecemos, em função de projeções, as metas que nos movimentam na direção de aumentar fluxo turístico, de aumentar os investimentos, de aumentar essa oferta, a diversificação da oferta turística. Mas trabalhamos também com esses planos de ação rebatendo na equipe do Ministério.

Agora, a continuidade administrativa, ainda que tenhamos diretrizes que perpassam os gestores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS NOBRE LAGES – ... temos um processo de busca de novos servidores, porque o Ministério perdeu mais de 120 servidores nos últimos três anos pelo menos. Nós fizemos processo seletivo, fizemos concurso, recuperamos 57 este ano, mas isso é insuficiente diante dos desafios que temos. O próprio presidente Augusto Nardes colocou aqui – eu calculava em torno de 37% – que 40% hoje da nossa força de trabalho estão exatamente na prevenção, exatamente para tornar-se adimplente com relação às medidas de controle, à melhor gestão pública, e não na linha de frente, trabalhando efetivamente, produzindo turismo, na articulação de ponta.

Isso é absolutamente fundamental. Vivemos um momento de transição da gestão pública. Era preciso fazer esse ajuste, efetivamente, mas temos que imaginar que nós não podemos ter um custo tão grande de pessoas dedicadas unicamente aos processos internos para nos tornarmos absolutamente blindados do ponto de vista do controle externo. Estamos felizes, porque o Ministério é reconhecido, sim, hoje, e com o apoio do TCU e da CGU fomos capazes de implantar normas, procedimentos, de definir equipes, sistemas que nos permitem um controle muito mais eficiente e absolutamente alinhado com o que os acórdãos do TCU nos recomenda.

Estamos tentando profissionalizar. O Ministério não tem, Senadora Lídice da Mata, uma carreira específica, nós temos uma carreira genérica. O Secretário Neusvaldo Lima, por exemplo, que é da Secretaria responsável por quase 80% do orçamento do Ministério, já que infraestrutura está sob a responsabilidade dele, sempre defendeu, e nós estamos encaminhando para a Ministra Miriam Belchior, a necessidade de termos um analista de infraestrutura turística. Nós precisamos ter alguém com a capacidade de planejar a infraestrutura turística, de

analisar esses projetos, de poder acompanhar mais de perto, junto com os proponentes, essa implementação, melhorar a nossa capacidade também de supervisionar.

O Ministério não fiscaliza, é feito através – nem a própria Caixa – do contratante, do Estado e do Município. Mas nós temos a responsabilidade de fazer também por amostragem, obras importantes, 80/20 do volume das obras, um processo mais criterioso de análise; e são questões muito próprias da engenharia e se não tivermos carreiras especificas no Ministério, nós teremos, efetivamente, um prejuízo no acompanhamento dessas obras,

Portanto, do ponto de vista da continuidade, nós estamos trabalhando para ampliar o quadro, para qualificar, investindo num plano de carreira interno, numa curva de aprendizagem interna também, para que eles possam ter, muito brevemente, uma formação à altura.

Nem todos que passam nos concursos são ligados à área do turismo, a gente tem que passar por um processo de formação para entender o que esse setor efetivamente.

Como é que avaliamos os resultados do programa de infraestrutura? Essa foi uma pergunta que fiz ao Secretário Neusvaldo logo que cheguei, em março, diante desse volume de obras. Como é que a gente avalia o impacto disso? Qual é o fluxo gerado a partir de uma implantação, de uma pavimentação de uma obra, de uma escadaria, de um terminal rodoviário, de um porto, de uma ponte?

Então, nós estamos estabelecendo um processo agora, de, inclusive, na própria proposição do projeto, nós termos essa relação de causa e efeito. Porque nós temos lá proposições, todas elas absolutamente pertinentes, do ponto de vista da melhoria do acesso, da melhoria da acessibilidade, inclusive, para portadores de necessidades especiais, necessidade de se ter um centro de atendimento, mas em quê, efetivamente, isso aumentou, do ponto de vista de fluxo, da atração de turistas e da qualidade de serviços?

Esse é um componente a mais que o Secretário tem como desafio de estabelecer como relatório para que inclusive nós, preventivamente, porque é uma questão que eles já estão cada vez perguntando. Não é apenas se foi bem executado, se o asfalto está lá, mas se, efetivamente, atendeu, está gerando fluxo ou ela é uma obra absolutamente fantasiosa e desnecessária?

Esse é um esforço grande. Nós temos hoje, eu gostaria muito, mas a gente não tem tempo, de apresentar um sistema inteligente de localização dessas obras, ou a gente pode entrar no sistema georreferenciado, localizar as obras e fazer uma análise junto com o setor público e ajudar inclusive a alocação de emendas, para dizer: "Olha, já existe algo desse tipo. Não vamos fazer um pórtico gótico em Parati porque isso talvez vá ferir a integridade paisagística desse destino".

Então, avançamos nessa direção, mas prometo detalhar como nós estamos vendo essa questão da avaliação dos resultados efetivos do investimento em infraestrutura.

Essa pauta do setor que a senhora apontou e a compreensão da importância do turismo, eu considero que essa talvez seja a principal questão que a senhora nos traz, porque eu já tinha ouvido o comentário das outras reuniões; por que o turismo, pela importância que tem para a economia brasileira, e se nós inclusive aumentarmos essas contas, fazendo a conta satélite, mostrando que turismo é, sem dúvida, hoje, para o futuro, o vetor de crescimento econômico. Talvez o que possa fazer, como a agricultura, nas últimas três décadas, tem a maior taxa de crescimento, gerando empregos, divisas, e renda para os brasileiros.

Como é que podemos sair de uma situação de um orçamento que tem sofrido cortes, a Ministra Miriam Belchior, ontem, apresentou o orçamento, a senhora deve ter visto, aponta uma redução do nosso orçamento, mas nós estamos tentando dar nó em pingo de água, enquanto entendermos que vivemos um período em que temos que fazer ajustes com o orçamento que temos.

Acreditamos que a punção por busca de emendas deve ser repensada dentro de uma ação mais inteligente e que possa ampliar inclusive essa aplicação. Por isso que estamos apresentando essas contribuições, para que a gente possa, não apenas ter o foco na infraestrutura, mas em outros setores que são estruturantes da ação do turismo.

Eu gostaria muito de poder ter uma emenda voltada para a qualificação turística. Eu gostaria muito de ter emendas estruturantes para que possamos reforçar o orçamento da Embratur.

Temos, ao longo do tempo, uma variação muito grande do orçamento da Embratur em termos absolutos, em reais, mas também em termos de dólar, o que limita a capacidade da agência de fazer essa promoção devida. É absolutamente pertinente, a

senhora tem toda a razão, que possamos ter emendas que reforcem ações que são fundamentais também para a estruturação do Brasil, como destino turístico global, e potencializa esse mercado interno que temos.

Estive, recentemente, com o Deputado Renato Molling, falando sobre esse tema; estarei também aqui na Comissão, para que possamos ter esse apoio de vocês nessa direção.

A agenda econômica tem uma dificuldade não apenas com o turismo, é com a economia de serviços como um todo. Serviços é um dos setores mais difíceis de ser entendido, porque ele não produz coisas. O

processo de produção do serviço se dá no momento simultâneo ao consumo. Então é algo muito intangível, abstrato. Ainda há essas questões que a Secretária Cláudia Pessoa aponta, que tenho levantado Brasil afora, que ele é visto como algo lúdico, de entretenimento, da brincadeira, ninguém olha por trás, *backstage*, por trás das cortinas. Tenho estimulado jornalistas, quando ando por aí afora participando de eventos e indo nos equipamentos turísticos, para ir atrás das cortinas, para vermos o investimento em mecatrônica, em segurança, em reciclagem de água, em gestão da energia, enfim, nos equipamentos que estão ali à disposição do turista.

Vemos uma rampa e pensa que é uma brincadeira, quando vemos o Beach Park, você não sabe quantos milhões de dólares têm de investimento, de profissionalismo, de atendimento às normas internacionais; só conseguiremos, primeiro, com essa voz absolutamente parceira e importante do Parlamento brasileiro, do Congresso brasileiro e de Senadores como a senhora e os demais aqui que se posicionaram em favor do turismo. Mas, se nós do Ministério do Turismo também soubermos – e, inclusive, nesse momento em que temos conseguido os atestados de boa conduta dos órgãos de controle de que estamos numa boa direção na gestão dos recursos – pleitear o orçamento do tamanho do Brasil turístico.

O Brasil turístico pode ter um recurso, o Ministério do Turismo pode ter um recurso muito maior do que temos e, é o meu diálogo com a Presidenta Dilma Rousseff, que entende a importância do setor; a Presidenta acompanhou de perto, quando eu assumi o Ministério, ela recomendava a atenção ao período da Copa, que era desafiador. E, mesmo agora no período pós-Copa, ela entende que podemos ter, no turismo, um grande vetor de promoção do Brasil, e não apenas para que turistas venham para cá, mas que talentos venham ao Brasil, que negócios venham ao Brasil. Quanto melhor for o Brasil para os turistas, melhor ele poderá ser também para os seus cidadãos e para aqueles que queiram aqui investir.

Então, aposto muito nisso.

Agradeço mais uma vez, ao Senador Valadares, à Senadora, e me comprometo a fazer o encaminhamento dessas respostas com toda a substância que as suas questões requerem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Ministro, eu gostaria de saber: com referência à portaria sobre eventos, é a Portaria nº 270 a mais nova?

O SR. VINICIUS NOBRE LAGES – Vamos lá.

O Secretário Vinicius Lummertz esteve envolvido diretamente na feitura dessa nova fase. Era muito importante esse tema, porque, primeiro, quando cheguei ao Ministério, o Ministério ainda estava acabando de elaborar um calendário turístico brasileiro, nós passamos ilesos por esse período de onze anos sem ter um calendário turístico brasileiro, Senadora. Não sabemos, caro Domingos Leonelli, o que acontece no Brasil de 1º de janeiro a 31 de dezembro, do ponto de vista das pulsões da nossa cultura, da

religião, do Parintins, do forró, enfim, de tudo que acontece no Brasil. Sem ter esse mapa e sem ter um estudo aprofundado da importância dos eventos religiosos, turísticos, de negócio, para a economia regional e do País, tivemos presos a uma preocupação defensiva em relação a eventos, evento ficou algo pecaminoso, um tabu dentro do Ministério, porque foi gerada uma série de problemas de implementação, nós tivemos a coragem de rever e dizer: "Não, não vamos continuar pagando banheiro químico". Para mim, envergonha-me ver um Ministério em torno de um evento que paga só o banheiro químico. Sem nenhum problema, o banheiro químico viabiliza inclusive o evento, mas não temos a coragem de enfrentar isso que, como os senhores apontaram, é um vetor, sem dúvida, de dinamismo inclusive cultural, por isso que estamos iniciando agora com um processo de cadastro de artistas conhecidos, para poder estabelecermos um critério dos artistas emergentes.

Eu quero poder apoiar o desenvolvimento de novos talentos, que possam ser apoiados por esses talentos consolidados e não apenas fazer com que uma máquina que já gira e que ganha muito dinheiro de celebridades do mundo artístico possa se perpetuar nesse mercado.

Eu quero ver os talentos emergentes do forró, de Parintins, enfim, de diversos ritmos do País afora participando desses investimentos. Nós temos essa nova portaria. Se me permite uma rápida contribuição aqui do Secretário Lummertz, que esteve à frente dessa revisão para destacar a importância dos eventos para o desenvolvimento do turismo e do País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Doutor Vinícius com a palavra.

O SR. VINICIUS LUMMERTZ – Obrigado Senador.

Obrigado Ministro.

Esta Portaria nº 270 atende a um clamor do Congresso, do Senado, porque a relação anterior – SEDTUR, Fornatur, dos vários parceiros que entendem a importância dos eventos na divulgação do turismo no Brasil – havia consenso. A dificuldade era voltar para uma área conflagrada. E se construiu isso com todos os cuidados mediante elementos que estão nesta portaria que eliminam os problemas anteriores. Eu não vou entrar aqui em quais são cada um desses problemas, mas eles foram – e a portaria está aqui na minha frente – eliminados,

eles foram retirados. Como apenas um exemplo, a título de observação, que eram os intermediários. Agora o diploma tem que ser feito pelo agente comprovado, legal, inscrito no Ministério do representante único e legal daquela banda, ou daquele cachê.

Além disso, nesta portaria, nós estamos também prevendo 30% para a divulgação em rádio e televisão, jornal e revista. Por quê? Porque nós não queremos – a Drª Ana está aqui, é a nossa parceira do outro lado do balcão, não é? –, aqui, também nos implicar novamente em questões complicadas como, por exemplo, *outdoor* que precisa ser medido tanto quanto banheiro, tanto quanto palco, tanto quanto essas unidades de infraestrutura que têm preços diferentes no Brasil e em alguns casos comportamentos cartelizados, em algumas regiões, são difíceis de detectar. Um palco para ser colocado no interior do Amazonas, paradoxalmente, pode custar o dobro de um palco colocado em São Paulo. Então, nós tiramos essa parte. Então, o modelo hoje, resumidamente, está no sentido de divulgar as atrações que trazem turismo. Regionais também serão incluídos.

É verdade que nós não estamos pegando lá embaixo, como o Ministro deseja, como nós desejamos, nessa primeira fase. Mas aquelas bandas que trazem pessoas de uma cidade ou de um conjunto de cidades para outra, e forem regionais, forem São João, vão entrar nesse cadastro, porque elas têm poder de mobilização turística e o turismo aqui

definido como deslocar pessoas que vão a algum lugar, durante algum tempo, preferencialmente se hospedando, senão excursionista.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – E o limite, o montante do gasto por evento?

O SR. VINICIUS LUMMERTZ – O limite de R$200 mil para o topo de cada atração, porque nós não queremos limitar uma emenda, mas estamos limitando um valor até...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Por evento realizado, não é?

O SR. VINICIUS LUMMERTZ – Não, por atração.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Por atração.

O SR. VINICIUS LUMMERTZ – Se quiser fazer uma emenda grande, para um grande evento e botar muitas atrações, essas atrações poderão receber até R$200 mil cada uma. Então, há uma tabela das proporções, de acordo com as notas fiscais cobradas, catalogadas, que estarão lá registradas, ou seja, outro cuidado.

Além disso, como eu disse, a divulgação. Está no forno, uma outra portaria – uma reunião inclusive hoje à tarde, vai ocorrer hoje à tarde para finalização – apenas de divulgação de eventos, além destes 30%, separado, porque, para a promoção do evento, é atendido por outra área no Ministério, que é a área de *marketing*, porque nós estamos aqui na área de eventos, vamos dizer assim. Então, para atender uma questão interna nossa, de análise, haverá um outra que estará além dos 30%. Portanto, uma emenda poderá ser feita exclusivamente, futuramente, ainda não, proximamente, assim que o Ministro, e, já autorizou a sua análise, possa fazer uma promoção maior...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Dr. Vinicius, permita-me.

O SR. VINICIUS LUMMERTZ – Vamos fazer uma promoção maior, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – O grande problema, a grande questão se refere ao preço do cachê, ao custo do cachê. Isso tem suscitado por parte da mídia e também dos tribunais algumas avaliações negativas quanto ao valor a ser pago ao artista.

Vamos supor que uma grande banda da Bahia, num evento carnavalesco, cobra lá, em Salvador, suponhamos, R$300 mil para se apresentar naquele evento. Mas vai a uma cidade do interior e cobra R$350 mil, a mesma banda. Eu não estou especificando qual, mas existe essa diferenciação e essa distorção.

O SR. VINICIUS NOBRE LAGES – Por isso nosso teto de R$200.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – E a mídia é muito, vamos dizer assim, presente nessa questão como também os Tribunais de Contas. Então o que o senhor tem a dizer para prevenir essa distorção?

O SR. VINICIUS LUMMERTZ – Bom a prevenção está no cadastramento de todas essas bandas, esses grupos com suas respectivas notas fiscais, mas, sobretudo, no limite de até R$200 mil no topo. Significa dizer que havendo uma variação, por exemplo, numa época como *réveillon* ou carnaval, em que há uma ampliação, mesmo comprovada por notas que naquela época se cobra por conta da demanda, nós ficaremos no nosso limite, que poderá, então, ser complementado ou não pelo agente local ou por variações de parcerias locais. Mas o Ministério, com isso, se blindou desse risco de variação superior ao conjunto da média das suas notas fiscais e no limite em cima.

Então, volto a dizer que mais 30% em mídia no caso do evento e uma nova portaria sendo desenhada apenas para a promoção. Ou seja, o carnaval não quer saber disso aqui, ele quer saber só de promoção; haverá uma outra então correspondente a emendas para promoção. De novo: estamos evitando que sejam promoções difíceis de mensurar. Estamos trabalhando com aquelas cujos planos de mídia são de papel, no bom sen-

tido da palavra, que não precisemos ir *in locu*, porque o problema hoje é a verificação *in loco*. Por o problema, hoje, é a verificação, *in loco*, pelo Ministério, muitas vezes num lugar muito distante de um grande centro, no Nordeste ou no Sul do Brasil, onde o fiscal se obriga a ir medir tecnicamente um palco, medir, contar o número de banheiros químicos. Então, além de ser uma coisa ilógica, mas ela respondia a um funil que se criou pelos problemas causados nas práticas anteriores, que saíram de controle.

Então, espera-se que dessa forma as precauções todas sendo tomadas se possa pilotar isso com todo o cuidado, para que esse grande benefício do Brasil, que tem milhares e milhares de eventos, possa ser cada vez mais indutor do turismo brasileiro e, como foi dito aqui, em casos muito especiais, do turismo internacional porque eles têm potencial para isso. Eu vou dar apenas dois exemplos. Um Círio de Nazaré, que é uma festividade de caráter religioso, se ela estivesse ocorrendo em Fátima ou em Lourdes talvez fosse um produto turístico internacional mais forte do que o é no Brasil, não é? Ou os 13 ou 14 milhões, apenas citando o turismo religioso, de pessoas que vão a Aparecida, que nós vamos visitar agora proximamente, que é um bom produto nacional, já criou hotelaria, criou todo um receptivo importante, mas nós não conseguimos ainda transformar, como nós estamos trabalhando agora o São João.

Então tem uma escala muito importante que os eventos, por meio dessa portaria, poderão significar como capitalização desses eventos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Muito bem.

Antes de encerrarmos,...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Pois não, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Antes de encerrar eu queria que V. Exª me permitisse fazer uma observação para anunciar a votação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Claro. V. Exª vai encerrar a reunião, para a nossa honra.

A Drª Oreni Braga, Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo pediu-me cinco minutos.

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Presidente, eu queria só agradecer mais uma vez o convite ao Fornatur e ressaltar que Fornatur é um parceiro que atua diretamente junto ao Ministério do Turismo. Reforçar aqui, mais uma vez, a parceria, a vontade de fazer. Deixar também o Fórum Nacional de Secretários à disposição deste Senado, desta Comissão para que a gente possa também interagir e trabalhar conjuntamente.

Quero dizer, para concluir, que a Copa do Mundo foi um excelente termômetro para mostrar para o Brasil, o Brasil que trabalha as políticas públicas, o Brasil que constitui todo esse universo de legalização e de leis etc. e tal, mas o Brasil também da ponta que fez acontecer, porque ressalto aqui que não foi o agricultor que atendeu no hotel, não foi o industrial da indústria de manufatura que vendeu pacote, não foi o produtor do setor agrícola que recebeu numa aeronave ou num barco turístico, quem fez tudo isso foi o cidadão que trabalha na atividade turística. É aquele que fez com que o Brasil fosse um

País de excelente receptividade. Portanto, acho que a Copa do Mundo nos demonstrou que somos capazes, sim, basta que nós definamos o que queremos, qual é o nosso norte, qual é o nosso pacto, o que queremos para o turismo brasileiro.

Acho que, mais do que nunca, os brasileiros já demonstraram que, além da sua alegria, da sua diversidade cultural, deste País maravilhoso que, quando a gente chega lá fora, as pessoas quando falam "Brasil" dão um sorriso que vai de orelha a orelha e ficam no sentimento de "eu quero conhecer" e acho que é um momento importante.

No restabelecimento de todas essas discussões eu vejo o avanço extraordinário dessa portaria e, aqui, Ministro, eu agradeço em nome do Fornatur a sua sensibilidade e à da sua equipe de se voltar realmente para essas necessidades dos Estados, dos Municípios. Vejo o trabalho importante do Parlamento e, aqui, quero parabenizar esta Comissão e o Parlamento na pessoa da Senadora Lídice, que tem sido uma guerreira, tem estado junto, dia a dia nessas discussões e deixar, mais uma vez, o nosso Fórum de Secretário Estadual à disposição de todos os senhores. Contem conosco.

Os Estados brasileiros estão irmanados para fazer com que o Brasil, realmente, possa avançar nessas próximas décadas e fazer do Brasil não só um dos melhores destinos turísticos mundiais, mas quiçá o melhor destino para se viver um turismo de sonhos como é o do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Infelizmente, Senadora Lídice, eu tenho que votar na CDH. Sou o Relator de projeto. Mas a senhora pode verificar que há número. Então, a senhora poderia pedir ao Senador Douglas para presidir a reunião enquanto me ausento.

A Drª Ana e também a Drª Cláudia pediram a palavra por cinco minutos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Senador Valadares, só queria, antes de V. Exª se retirar, agradecer toda a sua paciência, a sua disposição em conduzir os trabalhos nessas duas reuniões, mesmo cheio de outras tarefas que V. Exª também tem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Daqui a pouco estarei na CDH, porque também estou sendo pressionada.

Obrigada. *(Pausa.)*

Concedo a palavra a Srª Cláudia.

A SRª CLÁUDIA CRISTINA PESSOA – Prezado Senadora, propositora da audiência, caríssima Lídice da Mata, meu Ministro, Ana Paula, Oreni, é com muita satisfação que representei aqui os Municípios turísticos brasileiros.

Como eu disse, nós já fizemos a ampliação estatutária de estarmos aí no universo muito mais representativo, em que pese – já respondendo à pergunta da Senadora – os mais de 3 mil Municípios, com certeza, não estarão reunidos em uma entidade só. A categorização nos dará, sim, a possibilidade de vermos quem está com a musculatura mais forte ou aquele que precisa de um trabalho de base mais eficaz, mas o que nos interessa é que tenhamos esse "Brasilzão" com tanto a oferecer, com mais oportunidades para os brasileiros, para as pessoas de bem querendo oportunidade exclusivamente de trabalho, de renda e de melhoria para as suas famílias.

Então, eu reafirmo o compromisso da Anseditur nessa pauta propositiva do turismo brasileiro não somente hoje, mas nas ações em que os senhores precisarem ao longo dos trabalhos desta Câmara Legislativa.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Concedo a palavra à Srª Oreni, por dois minutos.

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Também quero agradecer a oportunidade, ao convite da Senadora Lídice para participar deste debate.

Algumas perguntas que me foram dirigidas, eu vou tentar respondê-las rapidamente.

Em relação a algumas propostas para o Senado para melhorar a capacidade de os Municípios fazerem projetos, realmente eu não tenha uma resposta única e pronta, pois é preciso uma reflexão maior. Mas a ideia do Banco de Projetos é muito interessante em priorizar os Municípios e os Estados que já têm esse amadurecimento e projetos já avaliados, isso daria celeridade na questão da execução, porque, realmente, aí não depende de ação direta do ministério.

Que esses projetos também pensem nos resultados; que o projeto seja inserido em um plano de desenvolvimento de turismo do Município ou do Estado, porque avaliar resultado, *a posteriori*, sem ter sido pensado isso no início do projeto é mais difícil. Às vezes, a gente busca resultado que sequer foi pensado. "Qual é o objetivo que eu tenho com esse projeto além de realizar esse evento?"

Então, isso é algo que temos que começar a incorporar na cultura do turismo e na profissionalização realmente do setor, a senhora usou a palavra adequada: a profissionalização do setor.

Em relação à atuação do órgão de controle, que acabou dando essa pausa do ministério em relação à promoção de eventos, foi necessário, porque, às vezes, o órgão de controle não é tão bem-compreendido, mas foi por conta de um momento anterior, existiram motivos; a agente tem vários trabalhos com as causas, que não vem ao caso serem mencionados, mas essa pausa do ministério foi importante para repensar, amadurecer e, aí, pensar em uma outra solução para apoiar a questão da promoção dos eventos.

Então, o tribunal tem alguns entendimento em relação a cachê, à carta de exclusividade; o Ministério conhece e está tentando solucionar, como o Vinicius comentou.

Então, é isso! Da minha parte, coloco-me à disposição também.

A Secretaria do Desenvolvimento Econômico cuida também da parte de política de desenvolvimento regional. Vemos que a política do turismo também está inserida neste contexto, portanto, estamos às ordens para outras oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, muito rapidamente, apenas para dar conhecimento a V. Exª e aos demais Senadores, na medida em que estamos também divulgando para a Casa que a nossa ideia é apresentar o relatório no dia 3 para conhecimento de S. Exªs e ir para a votação no dia 10. É claro que isso é uma proposta de cronograma que a Secretária está propondo e que a Presidência da Casa deve tentar viabilizar. Estamos, principalmente, preocupados porque a partir do dia 15 fica muito difícil a realização de reunião com caráter deliberativo das nossas Comissões.

Por isso insisti em fazer hoje esse registro para que já fique registrado também na ata da reunião.

Muito obrigada.

E, mais uma vez, agradecer a todos vocês que ajudaram, de forma decisiva. Quero também reafirmar o compromisso da nossa Comissão com o Ministério do Turismo agora na apresentação das emendas, sejam elas de comissão ou emendas individuais de bancada que forem necessárias.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Primeiro, congratulo-me com a Senadora pela propositura e por esse belíssimo trabalho feito hoje aqui, em que podemos aprender um pouco mais sobre as oportunidades não só do turismo mas de tantas opções que existem de infraestrutura em nosso Brasil.

Dizer ao Ministro e a todos aqui presentes que a criatividade, sem dúvida alguma, é um dos grandes elementos que fazem o turismo se desenvolver. Na nossa região, especialmente na querida cidade de Caruaru, temos, lá, por exemplo, a arte em barro, do Alto do Moura, fazendo com que tantas outras atividades estejam integradas, assim como o cordel, a cultura popular, a música e ao São João, de Caruaru.

E aproveito, Ministro, para convidar a todos para conhecer esse forte evento turístico, mas, sobretudo, de demonstração da nossa cultura. Porque eu acho que a nossa cultura tem um grande momento especial ao poder mostrar, através do São João, o quanto somos fortes, somos criativos na área cultural, na área da música, do cordel, da literatura e tantos outros. Então, eu acredito que o São João é uma grande oportunidade para essa demonstração e também para mostrar o quanto o turismo pode melhorar a vida de tantos que fazem parte, não só da nossa região, mas de outras regiões do Brasil, especialmente, o nosso bonito litoral nordestino que tem tantas coisas tão belas para mostrar a todo brasileiro.

Reitero a importância desse evento, desejando que possamos fazer, cada vez mais, ações como essas, Senadora, que valorizam, realmente, a estruturação do nosso País, para receber não só investimentos, mas, sobretudo, valorizar aqueles que trabalham, que fazem um Brasil cada vez melhor.

Agradeço a todos os participantes que trouxeram a sua palavra para a nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar – agradeço a presença de todos – declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 2 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZENOVE DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia dezenove de novembro do ano de dois mil e quatorze, na sala de Reuniões número 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Inácio Arruda, Vice Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores João Durval, Lídice da Mata, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira e Kaká Andrade. Justificaram ausência os Senadores Antonio Carlos Valadares e Ana Amélia. Assina a lista de presença como não membro o Senador Wilder Morais. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem por objetivo a discussão e a votação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2015 (PL nº 03/2014-CN) a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Em seguida a Presidência passa a palavra à Coordenadora das Emendas, Senadora Lídice da Mata, para proferir o seu parecer e fazer suas considerações. A Coordenadora explana que foram apresentadas 43 (quarenta e três) Emendas ao PL nº 03/14-CN de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Ruben Figueiró, Lúcia Vânia, Romero Jucá, Rodrigo Rollemberg e Mozarildo Cavalcanti, sugerindo a aprovação de todas as Emendas de Texto, as quais possuem os números 1, 2, 3, 4, 5, 6 e a 28, e a aprovação das Emendas de Inclusão de Metas agrupadas em três grupos conforme o número de Emendas de Inclusão de Metas possíveis na LDO. Primeiro grupo as Emendas de números 11, 22, 36 e 39, segundo grupo a Emenda de número 18 e terceiro grupo as Emendas de números 34, 40 e 41. Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação, a Comissão aprova o parecer indicando as seguintes Emendas de Meta, assim renumeradas: **Emenda nº 01 – Programa 2076 – Turismo / Ação 4590 – Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo – Quantidade/Meta: 50.000; Emenda nº 02 – Programa 2051– Oferta de Água / Ação 14VI – Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água – Quantidade/Meta: 100; Emenda nº 03 – Programa 2054– Planejamento Urbano / Ação 1D73 – Apoio a política Nacional de Desenvolvimento urbano – Quantidade/Meta: 1.330;** e as seguintes Emendas ao Texto: **Emenda nº 04 – Corpo da Lei Artigo**

7, Parágrafo 4, Inciso II, Alínea c (Identificação das emendas individuais) (Aditiva); Emenda nº 05 – Corpo da Lei Artigo 52 (Orçamento impositivo e adimplência entes federados) (Aditiva); Emenda nº 06 – Corpo da Lei Artigo 52 (Orçamento impositivo e conceito de impedimento técnico) (Aditiva); Emenda nº 07 – Corpo da Lei Artigo 52 (Orçamento impositivo e limitação de contingenciamento) (Aditiva); Emenda nº 08 – Corpo da Lei Artigo 52 (Orçamento impositivo e PAC) (Aditiva); Emenda nº 09 – Corpo da Lei Artigo 52 (Orçamento impositivo para emendas individuais) (Aditiva); Emenda nº 10 – Anexo III, Item 62 (Sen. Mozarildo Cavalcanti PPP/CDR) (Aditiva). Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as Emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a Ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata e a submete a aprovação. **A Ata é aprovada**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e treze minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Inácio Arruda,** Vice Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Comunico a este Colegiado que, conforme Ofício nº 578, de 2014, do Líder do PTB, Senador Gim, e Ofício nº 211, de 2014, do Líder do PMDB, Senador Eunício Oliveira, à Presidência do Senado Federal, tivemos as seguintes alterações na composição desta Comissão: Senador Armando Monteiro (PTB – PE), em substituição ao Senador Douglas Cintra (PTB – PE), e Senador Ivo Cassol (PP – RO), em substituição ao Senador Odacir Soares (PP – RO).

Agradecemos as indicações.

Espero que os dois possam atuar de forma sistemática na nossa Comissão, aproveitando para dar-lhes as boas-vindas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 3, de 2014, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da execução da Lei Orçamentária de 2015, e dá outras providência.

A Comissão recebeu 43 emendas, e foi designada como coordenadora das emendas e Relatora a Senadora Lídice da Mata, a quem concedo a palavra para poder proferir o seu relatório e o parecer sobre as Comissões.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Bom dia, Presidente e demais Senadores e Senadoras.

Passo ao relatório.

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução n° 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei n° 3, de 2014-CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências".

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (LDO 2015) compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2015, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução n° 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa Resolução, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2015:

a) Texto do Projeto (pp. 3 a 64 do Volume I do Avulso);

b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados (pp. 65 do Volume I do Avulso);

c) Anexo II – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2015 (pp. 73 a 77 do Volume I do Avulso);

d) Anexo III – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho (pp. 72 a 75 do Volume I do Avulso);

e) Anexo IV.Ia – Anexo de Metas Anuais 2015 a 2017 (pp. 9 do Volume II do Avulso) e

f) Anexo IV. 12 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (pp. 424 do Volume III do Avulso). Não há limite ao número de emendas de texto.

O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de ações constantes das Leis Orçamentárias para 2013 e 2014, bem como de ações decorrentes de iniciativas constantes do Plano Plurianual 2012-2015, Lei n° 12.593, de 18 de janeiro de 2012. A apresentação de emenda para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades deve observar o limite máximo de 3 (três) emendas por comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Podem ser apresentadas emendas às programações nas áreas de competência regimental da CDR, que, nos termos do art. 26, §1º, e Anexo, da Resolução nº 1/2006-CN, referem-se aos órgãos orçamentários Ministério do Turismo, Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades.

Foram oferecidas pelos membros da Comissão 43 (quarenta e três) emendas, sendo 7 (sete) emendas de texto e 36 (trinta e seis) ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2015.

É o relatório.

Análise.

As sugestões de emendas de texto, de n°s 1 a 6, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares e a de n° 28, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, com o objetivo, respectivamente, de disciplinar o caráter impositivo das emendas parlamentares e de incluir a despesa decorrente de Parceria Público-Privada (PPP) como obrigatória, foram consideradas meritórias, cabendo seu acolhimento por esta Comissão.

As sugestões de emendas apresentadas com vistas à inclusão de metas não incorrem em incompatibilidades que lhes recomendem o não acolhimento, além de serem reconhecidamente meritórias.

Voto.

No voto, Sr. Presidente, tentamos estabelecer, seguir uma práxis desta Comissão, já que temos apenas três emendas, de tentar localizá-las uma em cada Ministério a que as emendas podem ser indicadas, os Ministérios são em número de três, que são suas políticas públicas, e é da atribuição desta Comissão analisar e legislar. Quando tínhamos cinco, pudemos fazê-las repetidamente mais de uma para determinado Ministério. Como, a esta altura, a Comissão de Orçamento deliberou apenas três emendas por Comissão do Senado e da Câmara, pelo tempo que temos para debater e aprovar ou rejeitar, tentamos, primeiro, levar em conta os três Ministérios e aprovar uma emenda para cada um. Segundo, levar em conta emendas que tratassem de matérias que foram debatidas ao longo do ano de 2014 nesta Comissão, sempre buscando incorporar, além desse critério, o máximo de proposições feitas pelos Srs. Senadores. Então, emendas que alcançassem um número maior de Senadores, salvo necessidade que vou relatar.

Somos pela apresentação, por esta Comissão, das Emendas de texto nºs 1 a 6 e 28 e das seguintes emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (LDO 2015):

a) de número 11, do Senador Antônio Carlos Valadares, referente ao Programa 2076 e Ação 4590 (Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo), a qual contempla os objetos das Emendas nºs 22, da Senadora Lídice da Mata; 36, do Senador Romero Jucá e 39, do Senador Rodrigo Rollemberg;

b) de número 18, de minha própria autoria, referente ao Programa 2051 e Ação 14VI (Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água) e

c) de número 34, do Senador Romero Jucá, referente ao Programa 2054 e Ação 1D73 (Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano), a qual contempla os objetos das Emendas nºs 7, do Senador Antônio Carlos Valadares, 40, do Senador Rodrigo Rollemberg e 41, da Senadora Lúcia Vânia.

Entendemos que essas propostas são as que melhor sintetizam as indicações de prioridades encaminhadas pelos Senadores a esta Comissão.

Quero fazer registro, consolidando esta posição, caro Senador Presidente, porque, na verdade, optamos pelas emendas mais genéricas de cada um desses temas. No turismo, no ano passado, aprovamos infraestrutura turística e, se não me engano, também qualificação, porque tínhamos duas. É indispensável aprovarmos emendas nesta Comissão sobre o turismo porque este Ministério é de atribuição exclusiva desta Comissão, enquanto as emendas de infraestrutura turística, por exemplo, podem ser aprovadas em outras Comissões, como na Comissão de Infraestrutura. Por isso, buscamos essa referência de qualificação, porque só pode ser aprovada nesta Comissão com essa característica e se incorpora ao Pronatec, que é um projeto de ampla atuação e tem grande impacto na qualificação dos serviços turísticos. São consideradas pelo Ministério de Turismo, portanto, emendas estratégicas.

Quanto à Emenda nº 18, que é de minha autoria, diz respeito à infraestrutura hídrica, um dos temas mais tratados nesta Comissão em 2013 e 2014, em decorrência da grande estiagem, que aconteceu no Nordeste brasileiro, no nosso Semiárido, que V. Exª tanto tratou, eu própria e diversos outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Três anos seguidos de estiagem.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Três anos de estiagem, entrando em mais um ano.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – E olha que 2015 é o centenário da seca do quinze.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – É. Mas já estamos com áreas, no Semiárido, ainda sob estiagem, embora não com a estiagem tão grave que tivemos em 2013. Este ano, já com a chuva em algumas regiões, pelo menos na Bahia, mas não ainda suficiente para vencermos todo o desafio, mas apenas diminuir. Além da seca no Sudeste, que vem trazendo tantas dificuldades ao povo paulista, que nós temos também acompanhado.

Então, tratava-se de garantir, na LDO, um fortalecimento de uma ação dessa natureza que pudesse garantir a implantação de infraestruturas hídricas para oferta de água, e só havia essa emenda de minha autoria, por isso a acatei e a aprovei.

E, finalmente, a Ação Nacional de Desenvolvimento Urbano, por ser, também, uma emenda bastante genérica e que incorporava a proposta de diversos Senadores.

É este nosso voto e nossa justificativa, para o qual eu peço apoio.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com as emendas sugeridas pela nobre Relatora Lídice da Mata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Ficam aprovadas, portanto, as Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2015 de nºs 11, 18, 34, que são renumeradas como 1, 2 e 3; e as Emendas de texto 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 28, renumeradas como 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Portanto, propomos a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, se nenhum dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras quiserem se manifestar a respeito dos temas candentes da nossa Pátria, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia trinta de outubro de dois mil e quatorze, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, RUBEN FIGUEIRÓ, ODACIR SOARES, FLEURY e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer, os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Antonio Aureliano, Jayme Campos e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, procede à leitura de expediente: comunica o recebimento e o encaminhamento a todos os membros da Comissão do Aviso nº 898 do Ministério da Justiça, datado de 24 de julho de 2014, subscrito pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Eduardo Cardozo, que encaminha o Memorando nº 102/2014, em resposta ao Requerimento de Informações nº 76, de 2014 (Requerimento nº 3, de 2014, na CRA), o qual trata das providências tomadas para indenizar os proprietários da Fazenda Buriti, no Município de Sidrolândia, Estado do Mato Grosso do Sul, bem como os demais conflitos entre indígenas e produtores rurais daquele Estado; comunica o recebimento e o encaminhamento à Secretaria Geral da Mesa, para leitura e autuação, do Aviso nº 933, de 2014, subscrito pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC015563/2012-0, que trata de auditoria sobre indícios de irregularidades ocorridas na Superintendência do Incra no Estado do Paraná; e comunica ainda o recebimento do Ofício nº 11.469, de 2014, subscrito pelo Deputado José Aldemir, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do

Estado da Paraíba, o qual encaminha parecer técnico da Emater-PB sobre o custo de produção de leite caprino para o Programa Leite da Paraíba. Feitas as comunicações, o Senhor Presidente dá inicio à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria**: Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. **1–** Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. **2–** A Matéria foi apreciada pelas Comissões: **a)** de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). **b)** de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). **3–** Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **4–** Matéria em fase de votação. **5–** O Projeto constou também da Pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 14ª, 15ª e 19ª Reunião em 2014. **6–** Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, de 2007 – Não Terminativo – EMENTA:** Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras previdências. **Autoria:** Senador Jonas Pinheiro. **(TRAMITA EM CONJUNTO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, de 2007 – Não Terminativo – EMENTA:** Acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei no 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas. **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **(TRAMITA EM CONJUNTO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2007 – Não Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para afastar a incidência do ITR sobre as áreas rurais preservadas além do exigido para reserva legal. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **(TRAMITA EM CONJUNTO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, de 2008 – Não Terminativo – EMENTA:** Dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. **Autoria:** CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMEMC). **(TRAMITA EM CONJUNTO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, de 2008 – Não Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal pela manutenção de áreas cobertas por florestas. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **(TRAMITA EM CONJUNTO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2008 – Não Terminativo – EMENTA:** Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para introduzir a concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal nas condições que especifica. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **(TRAMITA EM CONJUNTO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 2008 – Não Terminativo – EMENTA:** Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. **(TRAMITA EM CONJUNTO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, de 2009 – Não Terminativo – EMENTA:** Dá nova redação ao caput e ao § 2º do art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza para permitir que a compensação ambiental por ela instituída possa ser destinada a pagamento por serviços ambientais prestados por propriedades rurais. **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 131, de 2007, na forma da Emenda (substitutiva) que apresenta, e pelo arquivamento do PLS nº 142/2007, PLS nº 304/2007, PLS nº 34/2008, PLS nº 64/2008, PLS nº 65/2008, PLS nº 78/2008 e PLS nº 483/2009. **1–** As matérias foram apreciadas pela CDR, tendo sido aprovado Parecer pela prejudicialidade dos Projetos. **2**– Na 19ª Reunião da CRA realizada no dia 17/07/2014, colocada em discussão, após a leitura do relatório pelo Senador Waldemir Moka e o uso da palavra pelo Senador Ruben Figueiró para discutir as matérias, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **3–** Matérias em fase de votação. **4–** As matérias serão posteriormente apreciadas pela CMA e CAE. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 131, de 2007, na forma da Emenda nº 2-CRA (Substitutivo), e pelo arquivamento do PLS nº 142/2007, PLS nº 304/2007, PLS nº 34/2008, PLS nº 64/2008, PLS nº 65/2008, PLS nº 78/2008 e PLS nº 483/2009. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, de 2013 – Não Terminativo – EMENTA:** Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil, estabelece diretrizes para o

zoneamento agroecológico para a cultura de palma de óleo e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria**: Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do PLC nº 119, de 2013. **1–** A matéria foi apreciada pela CCJ, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto. **2**– O Projeto será posteriormente apreciado pela CMA. Anunciada a matéria, o Sr. Presidente designa o Senador Acir Gurgacz Relator "ad Hoc", em substituição ao Senador Jayme Campos. **Resultado:** A Comissão aprova o Relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2013. **ITEM 4: AVISO Nº 63, de 2013 – Não Terminativo – EMENTA:** Encaminha cópia do Acórdão nº 2.303, de 2013, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria operacional, para avaliar a efetividade dos procedimentos de controle adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – na emissão do Informe de Avaliação Toxicológica, autorizada pelo Acórdão nº 197/13 – TCU – Plenário, em atendimento à solicitação do Congresso Nacional (TC 011.726/2013-0). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria**: Senador Ruben Figueiró. **Relatório:** Pelo conhecimento do AVS nº 63, de 2013, e pela realização de Audiência Pública para debater os problemas identificados pelo TCU sobre os processos de análise e registro de agrotóxicos pela Anvisa, nos termos do requerimento que apresenta. **1–** Aprovado o Relatório do Senador Ruben Figueiró, a Comissão tomará as devidas providencias para a realização da Audiência Pública. Após a leitura do Relatório pelo Senador Ruben Figueiró, o Senador Waldemir Moka faz uso da palavra para discutir a matéria. **Resultado:** A Comissão aprova o Relatório do Senador Ruben Figueiró, que passa a constituir Parecer da CRA, pelo conhecimento do AVS nº 63/2013 e pela apresentação do Requerimento (RRA) nº 31, de 2014, para a realização de audiência pública. **ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 32, de 2014 –** Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a fim de analisar as políticas públicas de Planejamento, Execução e Controle do Crédito Rural no Brasil, com a presença de Secretários Estaduais de Agricultura que representem as cinco regiões do país (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul), a serem definidos oportunamente por esta Comissão. Anunciada a matéria, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Ruben Figueiró para encaminhar a votação do requerimento. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 33, de 2014 –** Requer a realização de Painel de Políticas e Diretrizes para o Desenvolvimento da Equideocultura Brasileira, a ser realizado na cidade de Belo Horizonte – MG, no dia 14 de novembro de 2014, com o objetivo de instruir o PLS nº 254, de 2014, que Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira. Anunciada a matéria, os Senadores Ruben Figueiró, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Ana Amélia, Eduardo Suplicy e Flexa Ribeiro usam da palavra para encaminhar a votação do requerimento. **Autoria:** Senadores Antonio Aureliano e Ruben Figueiró. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 34, de 2014 –** Requer a realização de Painel de Políticas e Diretrizes para o Desenvolvimento da Equideocultura Brasileira, a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro – RJ, no dia 21 de novembro de 2014, com o objetivo de instruir o PLS nº 254, de 2014, que Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira. Anunciada a matéria, os Senadores Ruben Figueiró, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Ana Amélia, Eduardo Suplicy e Flexa Ribeiro usam da palavra para encaminhar a votação do requerimento. **Autoria:** Senadores Antonio Aureliano e Ruben Figueiró. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 35, de 2014 –** Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no dia 27 de novembro de 2014, com o objetivo de instruir o PLS nº 254, de 2014, que Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira. Anunciada a matéria, os Senadores Ruben Figueiró, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Ana Amélia, Eduardo Suplicy e Flexa Ribeiro usam da palavra para encaminhar a votação do requerimento. **Autoria:** Senadores Antonio Aureliano e Ruben Figueiró. **Resultado:** Aprovado, com o adendo da Senadora Ana Amélia, para incluir o Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos – ABCCC, Sr. José Luiz Lima Laitano. O Senador Acir Gurgacz informa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que o estudo ambiental para restauração da BR-319 poderá ser paralisado, em razão de a FUNAI ter encaminhado ao DNIT um termo de referência para estudos complementares do componente indígena, inserindo mais 34 terras indígenas no processo de licenciamento ambiental, totalizando 47. O Senador Fleury traz para reflexão e discussão na Comissão o tema Agricultura Familiar, as perdas de lavouras e a conseqüente dificuldade em renegociar as dívidas com o Banco do Brasil. Também preocupado com a situação do agricultor familiar e o agricultor de mercado, que não têm como pagar a dívida, o Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, informa que deverá promover uma audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para tratar deste assunto com mais abrangência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Va-

rella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Benedito de Lira,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Informo à Comissão que recebemos o Aviso nº 898 do Ministério da Justiça, datado de 24 de julho de 2014, subscrito pelo Ministro de Estado da Justiça, Sr. Eduardo Cardozo, que encaminha o Memorando nº 102/2014, em resposta ao Requerimento de Informações nº 76, de 2014, o qual trata das providências tomadas para indenizar os proprietários da Fazenda Buriti, no Município de Sidrolândia, Estado do Mato Grosso do Sul, bem como os demais conflitos entre indígenas e produtores rurais daquele Estado.

O Expediente lido foi encaminhado a todos os membros desta Comissão.

Comunico à Comissão o recebimento do Aviso nº 933, de 2014, subscrito pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC015563/2012-0, que trata de auditoria sobre indícios de irregularidades ocorridas na Superintendência do Incra no Estado do Paraná.

O Expediente será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para leitura e autuação.

Informo, ainda, o recebimento do Ofício nº 11.469, de 2014, subscrito pelo Deputado José Aldemir, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, o qual encaminha parecer técnico da Emater-PB sobre o custo de produção de leite caprino para o Programa Leite da Paraíba.

A presente reunião destina-se à pauta deliberativa.

O Item nº 1 é terminativo e, como não temos quórum qualificado, passamos ao Item nº 2.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 2007
– Não terminativo -

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências.
Autoria: Senador Jonas Pinheiro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2007
– Não terminativo -

Acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei no 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas.
Autoria: Senador Renato Casagrande

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2007
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para afastar a incidência do ITR sobre as áreas rurais preservadas além do exigido para reserva legal.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008
– Não terminativo -

Dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.
Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2008
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal pela manutenção de áreas cobertas por florestas.
Autoria: Senador Expedito Júnior

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2008
– Não terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para introduzir a concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal nas condições que especifica.
Autoria: Senador Expedito Júnior

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2008
– Não terminativo -

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências.
Autoria: Senador Gilberto Goellner

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, DE 2009
– Não terminativo -

Dá nova redação ao caput e ao § 2º do art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza para permitir que a compensação ambiental por ela instituída possa ser destinada a pagamento por serviços ambientais prestados por propriedades rurais.
Autoria: Senador Gilberto Goellner
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 131, de 2007, na forma da Emenda (substitutiva) que apresenta, e pelo arquivamento do PLS nº 142/2007, PLS nº 304/2007, PLS nº 34/2008, PLS nº 64/2008, PLS nº 65/2008, PLS nº 78/2008 e PLS nº 483/2009.
Observações:
1– As matérias foram apreciadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, tendo sido aprovado Parecer pela prejudicialidade dos Projetos.
2– Na 19ª Reunião da CRA realizada no dia 17/07/2014, colocada em discussão, após a leitura do relatório pelo Senador Waldemir Moka e o uso da palavra pelo Senador Ruben Figueiró para discutir as matérias, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.
3– Matérias em fase de votação.
4– As matérias serão posteriormente apreciadas pela CMA e CAE.

Pergunto a S. Exª o Senador Moka se pretende dar algumas informações.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, na verdade, eu vou, rapidamente, dar uma atualizada.

Na última reunião, nós fizemos a leitura do relatório, mas ficamos para, havendo quórum, e hoje há, deliberar sobre a matéria.

Na verdade, Sr. Presidente, há vários projetos. Até na Comissão de Desenvolvimento Regional, o Senador Wellington tinha optado pela prejudicialidade dos outros anteriores. Eu fiz o seguinte: nós fizemos um substitutivo aproveitando contribuições de todos os projetos anteriores. E, claro, como aqui há a regra de que o mais antigo é que prevalece, então estamos aqui nos referindo ao do saudoso Senador Jonas Pinheiro, autor do projeto mais antigo, mas com a contribuição de todos os outros.

Fizemos um substitutivo. Basicamente, o que se pretende é, através de incentivos fiscais, estimular e preservar a questão das florestas e a questão de água, de nascedouros, enfim, de todo esse potencial.

Como eu já li isso, eu penso que, principalmente num momento como este, de proteção de floresta e proteção de nascente, o projeto vai exatamente nessa direção, principalmente dando incentivos para a recomposição das chamadas florestas. Isso foi muito debatido quando da discussão do Código Florestal. Então, até se prevê isso, mas o projeto é oportuno porque fala claramente dos incentivos fiscais. Ele é, na minha avaliação, um projeto muito oportuno neste momento.

Sr. Presidente, apenas para atualizar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Prestadas as informações, submeto a matéria à votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório do Senador Moka passa a constituir o parecer da CRA, favorável ao PLS nº 131, de 2007, na forma da Emenda nº 1, substitutiva, que apresenta, e pelo arquivamento dos demais projetos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, DE 2013
– Não terminativo -

Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil, estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico para a cultura de palma de óleo e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relatório: Pela aprovação do PLC nº 119, de 2013.
Observações:
1– A matéria foi apreciada pela CCJ, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto.
2– O Projeto constou da pauta da 19ª Reunião da CRA.
3– O Projeto será posteriormente apreciado pela CMA.

Considerando que o Senador Jayme Campos não se encontra, eu designo o Senador Acir Gurgacz para fazer a leitura do parecer.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de ser o Relator *ad hoc* deste projeto, que tem como Relator o Senador Jayme Campos.

Conforme definido em seu art. 1º, a iniciativa almeja estabelecer regulação ao Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no Brasil e o estabelecimento de diretrizes para o zoneamento agroecológico nacional para o cultivo da espécie.

Nos termos do art. 2º da proposta, importa promover o cultivo sustentável da palma de óleo, sem se descurar da proteção do meio ambiente, da conservação da biodiversidade, da utilização racional dos recursos naturais e do cumprimento da função social da propriedade, conforme determina a Constituição Federal.

Em seu art. 3º, o projeto prescreve mecanismos destinados à implantação do programa, prevendo ações governamentais referentes ao ordenamento territorial, à regularização fundiária, à inclusão social, ao aumento da produtividade, ao crédito rural, ao seguro agrícola e ao zoneamento agroecológico, entre outros instrumentos.

De acordo com o art. 4º, fica proibida a supressão de vegetação nativa para a expansão da área cultivada de palma de óleo, exceto quando se tratar da instalação e operação de unidades industriais que possuam licença ambiental regularmente concedida até a promulgação da lei, ou da ampliação das unidades industriais em funcionamento, se o pedido de licenciamento ambiental da ampliação tiver sido protocolado até a promulgação da lei.

Conforme o art. 5º da proposta, espécies de palmáceas oleaginosas nativas ou exóticas poderão ser cultivadas em propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal, para fim de recomposição da respectiva reserva legal.

O art. 6º da proposição proíbe o licenciamento ambiental de novas unidades industriais para a produção de óleo, derivados e biocombustíveis originados de palma de óleo cultivada em áreas que não observem os dispositivos da Lei.

No art. 7º são estabelecidos critérios para a realização do zoneamento agroecológico nacional para a cultura de palma de óleo.

Nos termos do art. 8º, as unidades produtoras de óleo de palma deverão efetuar registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e enviar, sistematicamente, informações sobre processamento de matéria-prima, produção, comercialização, exportação e estocagem.

No art. 9º são previstas sanções a infrações que vão de multas até cancelamento de registro, licença ou autorização e perda de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

O art. 10 atribui ao Conselho Monetário Nacional competência para estabelecer condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização de óleo e de outros derivados de palma de óleo.

Por fim, o art. 11 estabelece a vigência imediata da Lei.

O projeto encontra-se distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

A análise já é conhecida, Sr. Presidente, e é um pouco extensa, Portanto, peço para ir direto ao voto.

Voto.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do PLC nº 119, de 2013.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O Relator concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 119, de 2013.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o parecer do Relator, lido pelo Senador Acir Gurgacz, passa a constituir o parecer da CRA, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada para apreciação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM 4

AVISO Nº 63, DE 2013
– Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.303, de 2013, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria operacional, para avaliar a efetividade dos procedimentos de controle adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – na emissão do Informe de Avaliação Toxicológica, autorizada pelo Acórdão nº 197/13 – TCU – Plenário, em atendimento à solicitação do Congresso Nacional (TC 011.726/2013-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Ruben Figueiró

Com a palavra o Relator, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, conforme V. Exª manifestou, trata-se de um aviso do Tribunal de Contas da União relativo à verificação da apuração de irregularidades junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Em agosto de 2012, a Gerência-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária constatou irregularidades na concessão do Informe de Avaliação Toxicológica de sete agrotóxicos. O levantamento identificou o deferimento de produtos sem a necessária avaliação toxicológica, a falsificação da assinatura do gerente-geral e o desaparecimento de processos em situação irregular.

Considerando que a emissão irregular do Informe de Avaliação Toxicológica pode proporcionar sérias consequências para a saúde pública, instituições como a própria Anvisa, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal iniciaram trabalhos para apurar essas denúncias.

O Relatório de Auditoria apresenta cinco capítulos, que tratam de uma visão geral do processo de registro de agrotóxicos; das constatações relacionadas ao exame das fragilidades administrativas da Gerência-Geral de Toxicologia, responsável por analisar e emitir o Informe de Avaliação Toxicológica; das fragilidades de controle no processo de trabalho para emissão do Informe de Avaliação Toxicológica; e do registro e da análise dos comentários oferecidos pelos gestores. Ao final, apresentam-se capítulos com a conclusão e a proposta de encaminhamento, que sintetiza as recomendações sugeridas pela equipe de auditoria ao longo do relatório.

Da análise a que procedi, Sr. Presidente, desejo destacar que a Auditoria interna da Anvisa detectou, nas planilhas de controle, que não houve obediência da fila de análise em 12 processos (6% do total) e que a data de distribuição para análise não estava acessível em 32 processos (16% do total).

Identificou-se, também, que a Gerência-Geral de Toxicologia emitiu alguns Informes de Avaliação Toxicológica sem que a empresa interessada tenha apresentado o "Relatório de estudo de resíduos, intervalo de segurança e, quando for o caso, limite dos resíduos estranhos", conforme exigido pelo decreto regulamentador, solicitando, em seu lugar, Termo de Compromisso do interessado para que apresentasse, futuramente, esses estudos.

Para a Auditoria, verifica-se, como efeito mais grave da exigência de estudos necessários à análise toxicológica *a posteriori* da emissão do Informe de Avaliação Toxicológica, a possibilidade de que os resultados desses estudos indiquem sua rejeição, apesar de o produto já estar com seu registro feito e, provavelmente, sendo comercializado e utilizado na agricultura nacional.

Outro documento exigido pelo Decreto nº 4.074, de 2002, é o Laudo Laboratorial de cada formulador, que deveria vir acompanhado da declaração do registrante sobre a composição qualitativa e quantitativa do produto. Esse documento, contudo, não consta em nenhum dos processos auditados na Anvisa.

A Auditoria Especial da Anvisa concluiu que a aprovação de formuladores indicados pelo registrante em seu requerimento de avaliação toxicológica mediante apresentação de uma simples declaração de compromisso pode representar risco à saúde pública, considerando a possibilidade de comercialização futura de produtos formulados, devidamente registrados, mas sem a devida comprovação da aptidão do formulador em produzir o agrotóxico, segundo os parâmetros definidos pelo requerente e aprovados pelas instituições federais envolvidas no processo de avaliação toxicológica.

O relatório em análise também identificou que, em alguns processos de registro de agrotóxicos, a Gerência-Geral de Toxicologia procedeu à análise da documentação utilizando-se de pessoal que não fazia parte do quadro de servidores da Anvisa, sem sua regular formalização, o que pode gerar questionamentos judiciais.

Em razão dessas observações, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, e do estudo que procedi das razões do Aviso expedido pelo Tribunal de Contadas da União, alguns desafios por ele identificados nos tramites de análise e registros de agrotóxico pela Anvisa, considerei que seria importante a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura, para que se identifiquem possíveis adaptações à legislação brasileira, a respeito dos procedimentos para homologação de agrotóxicos pela Agência, intenção que compartilho através de Nota Técnica expedida pela Consultoria Legislativa desta Casa.

Assim, com fulcro no constatado pela auditoria, o TCU emitiu, em 28 de agosto de 2013, o Acórdão nº 2.303, de 2013, com determinações e recomendações para sanar os problemas identificados. Estabeleceu-se o prazo de 180 dias para que a Anvisa enviasse ao TCU plano de ação com cronograma para adoção das medidas necessárias à solução dos problemas apontados no relatório.

Sr. Presidente, tentei também verificar se a Anvisa havia cumprido essa determinação do Tribunal de Contas, porém não encontrei nenhum indício a respeito.

Diante disso e da gravidade da situação em que se encontra através desse Aviso, sou para que a Comissão:

a) tome conhecimento do feito; e

b) aprove a realização de audiência pública para debater os problemas identificados pelo TCU sobre os processos de análise e registro de agrotóxicos pela Anvisa, nos termos do requerimento a seguir:

REQUERIMENTO Nº , DE 2014-CRA

Considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com art. 104-B, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de examinar e debater o processo de registro de agrotóxicos no país, bem como buscar alternativas para o aprimoramento desse processo, com a presença dos seguintes convidados:

– Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou seu representante;

– Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou seu representante;

– Representante do setor de produtores, revendedores e distribuidores de Agrotóxicos; e finalmente

– Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Pelo que li aqui, Sr. Presidente, ressalto a importância da realização desta audiência pública, que, aliás, vem ao encontro de manifestações reiteradas no plenário desta Comissão no sentido de se analisar realmente o que está acontecendo no Brasil com relação à autorização de produtos agrotóxicos.

É o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão o parecer do Senador Figueiró.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, acho que o Senador Ruben Figueiró toma a iniciativa e encaminha da forma mais adequada possível, porque, realmente, o Aviso traz fatos importantes. Por essas análises, há filas a que não se obedeceu, há funcionários que não são da Anvisa dando

parecer, uma série de questionamentos... E eu acho que essa audiência pública aqui, na Comissão, vai ser o momento de a gente perguntar. Há, principalmente, esse questionamento do Tribunal de Contas da União e, mais do que isso,180 dias para que fossem tomadas as providências. Então, acho fundamental.

E o pior de tudo: agroquímicos apenas com o compromisso de que vão... E sendo comercializados sem um parecer técnico liberando do ponto de vista técnico-científico. Parece-me que, realmente, a Comissão... E o Senador Ruben Figueiró coloca isso com clareza também no seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, dou por encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Ruben Figueiró, que passa a constituir o parecer da CRA pelo conhecimento do Aviso nº 63, de 2013, pela apresentação do requerimento de audiência pública para debater os problemas identificados pelo TCU sobre os processos de análise de registro de agrotóxicos pela Anvisa.

Posteriormente, marcaremos a data da audiência pública.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no dia 4 de novembro de 2014, às 9h, a fim de analisar as políticas públicas de Planejamento, Execução e Controle do Crédito Rural no Brasil, com a presença de Secretários Estaduais de Agricultura que representem as cinco regiões do País (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul), a serem definidos oportunamente por esta Comissão.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Concedo a palavra ao Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na realidade, esses requerimentos são de autoria do eminente Senador Antonio Aureliano.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Não é esse, Senador.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Perdoe-me.

Esse requerimento que apresentei, Presidente, visa dar sequência a um trabalho desta Comissão no sentido de oferecer sugestões ao Governo para atender a diversas questões de importância relativamente ao crédito rural e aos problemas inerentes ao agronegócio neste País, principalmente para as Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.

Já foram realizadas audiências nesse sentido, esta aqui é a complementação delas.

Estou informado, Sr. Presidente, de que já está marcada, pela direção desta Comissão, a reunião a que se refere este Requerimento para o dia 4 de novembro de 2014.

Tenho absoluta convicção de que meus ilustres pares têm consciência da importância delas e as aprovam.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão o Requerimento do Senador Figueiró. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadores e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no dia 27 de novembro de 2014, com o objetivo de instruir o PLS 254, de 2014, que Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.

Autoria: Senador Antonio Aureliano, subscrito pelo Senador Ruben Figueiró.

Considerando que não se encontra presente o Senador Aureliano, concedo a palavra ao Senador Figueiró para que ele possa, como subscritor, justificar.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu tive a honra de subscrever três requerimentos. Pergunto a V. Exª se eu poderia fazer a explanação sobre os três requerimentos que se seguem, além deste, porque eles têm o mesmo sentido.

Bem, o primeiro requerimento fala sobre a realização de uma reunião em Belo Horizonte, no dia 14 de novembro de 2014, com objetivo de instruir o PLS 254, de 2014, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.

O segundo diz respeito à reunião que será realizada no Rio de Janeiro, no dia 21 de novembro de 2014, com objetivo de instruir o PLS 254 de 2014, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.

E o terceiro, para realização de audiência pública, no dia 27 de novembro de 2014, com objetivo de instruir o PLS 254, de 2014, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira, com convidados relacionados em anexo.

Pelo que se observa dos três requerimentos, o grande objetivo do eminente autor, o Senador Antonio Aureliano, é dar ênfase a uma das atividades da pecuária nacional ou das lides do campo sobre um problema extremamente importante e que tem, sobretudo, uma participação muito intensa em vários Estados do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste.

Entendo que a propositura do eminente Senador Antonio Aureliano merece o acatamento desta Comissão no sentido de que se estabeleça uma consciência maior a respeito da importância da equideocultura no cenário do campo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho o prazer de ter sido o Relator deste Projeto 254, de 2014, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da criação de equinos no Brasil.

Entendo que essas audiências públicas, Senador Figueiró, são de fundamental importância para debater e discutir esse assunto e também nos balizar, para que possamos produzir um relatório de acordo com a realidade brasileira, Senador Moka, para a produção de equinos em nosso País. É um segmento importante na economia da agropecuária brasileira, a que nós precisamos dar a atenção devida.

Entendo que essas audiências públicas são fundamentais para que possamos produzir, realmente, um relatório que venha a atender aquelas pessoas que têm a sua produção e que dependem dessa produção também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Eu gostaria que fosse incluído, nos termos do requerimento, que o PLS nº 254 é de autoria do eminente Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Antonio Aureliano...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Quem é o autor, então?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – É o Antonio Carlos Aureliano.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O Antonio Aureliano é o autor, e eu sou o Relator.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Mas deve ser ressaltado isso, de qualquer forma. Eu não sabia que era de autoria dele, mas endosso o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, uma das audiências públicas seria em Belo Horizonte, pelo que entendi?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Uma no Rio de Janeiro, outra em Belo Horizonte. A outra, aqui. Em três locais.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, nós temos grandes áreas. É o pessoal que comercializa esses animais. Além disso, há também a questão de animais que são diretamente utilizados no campo, além dessas competições de clubes de laço. Enfim, nós temos aí uma variedade muito grande. O efeito comercial disso, a produção desses animais é fundamental.

Eu acho que essa audiência pública não é a minha área, Sr. Presidente, mas eu entendo que é, sem dúvida nenhuma, um segmento que precisa desse impulso, desse projeto de lei e, quem sabe, até de um destaque no cenário nacional da produção, do cenário que nós temos e do potencial genético também que o Brasil incorporou, sobretudo nesses últimos anos.

Acho importantes essas audiências públicas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pela ordem, com a palavra o Senador Figueiró, que foi o Relator.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de abonar a exposição do Senador Waldemir Moka e ressaltar que, em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, nós temos a criação de um cavalo autêntico, que hoje já faz parte do Registro Nacional de Raças, que é o cavalo curraleiro, que foi criado, vamos dizer assim, pelos índios que habitavam a região do Pantanal. É um cavalo tão resistente quanto o crioulo do Rio Grande do Sul, Senadora Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu ia falar sobre ele agora, mas depois falarei.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Então, eu entendo que a sugestão do Senador Moka é oportuna, feliz. Também deve ser realizada no Centro-Oeste e, possivelmente, na cidade de Campo Grande, uma audiência a respeito, porque nós desejamos, sinceramente, projetar essa raça, que está sendo utilíssima à pecuária do nosso Estado e já tem extensão, inclusive, para a Região Norte do País.

Muito feliz a sugestão do Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia e, depois, ao Senador Suplicy.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Como o Senador Ruben Figueiró já mencionou, tenho alegria de estar aqui, no Senado, representando o Rio Grande do Sul, que tem no cavalo crioulo um dos símbolos não só da cultura e da riqueza da pecuária equina no Estado, mas também porque hoje ele é uma fonte de renda expressiva.

Existem alguns eventos esportivos que envolvem o cavalo crioulo, como o Freio de Ouro, por exemplo, que tem cobertura nacional pelo desempenho desses animais, pela qualidade, pela morfologia, pela genética, pela potência, pela capacidade de trabalho, pela rusticidade e pela expressão que ganhou, do ponto de vista econômico, no nosso Estado.

Então, o cavalo crioulo está intimamente ligado à própria cultura gaúcha, hoje, e o Freio de Ouro é um dos eventos de maior, digamos, apelo popular no Estado em que o setor tem uma força muito, muito grande.

Hoje, já exportamos. Temos uma relação com os países do Mercosul, que são admiradores da raça do cavalo crioulo. Temos a Associação de Criadores de Cavalos Crioulos, que tem uma atuação muito protagonista na difusão da raça no Brasil e no exterior.

Então, a iniciativa deste requerimento é muito importante. Se for possível, depois aduziríamos para também, no Rio Grande do Sul, promovermos um debate a respeito disso. Parabéns à iniciativa do Senador com este requerimento.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Benedito de Lira, só uma indagação aqui aos nossos Senadores que conhecem tão bem a pecuária e tudo o que se refere à criação de animais. Pergunto se a equideocultura envolve não apenas cavalos, mas os jumentos, os burros, as mulas. É para eu saber. Pergunto para quem sabe bem, para quem entende dos equinos, para que saibamos, para que os que nos ouvem e assistem à TV Senado também possam conhecer melhor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, Relator, para ver se o projeto já contempla essas raças.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Não sou especialista na área, mas, como Relator, tenho estudado e entendo que faz parte, sim. As mulas e os burros fazem parte. Todos eles fazem parte desse trabalho.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Acredito que sejam os descendentes de jumentos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Também. Todos eles fazem parte, só para responder ao Senador Suplicy, da produção de equinos do Brasil.

É claro que o objetivo não é especificamente a raça "a", "b" ou "c", mas o conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – É parte, mas não é objetividade do requerimento, nem da discussão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – A discussão abrange toda a produção, independentemente de raças ou regiões brasileiras. O importante é que possamos debater o assunto como um todo, e assim será feito, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Queria comunicar à Senadora Ana Amélia e ao Senador Moka, porque V. Exªs sugeriram o Sul e o Centro-Oeste, para que fizessem o requerimento.

Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Como coautor, concordo perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Também nessa matéria, por incrível que pareça, exportamos carne de cavalos. Existem frigoríficos capacitados e habilitados para isso, porque alguns países compram a carne. Não é da nossa cultura. Não temos esse uso. No Nordeste também se suscitou muito a questão do uso da carne dos jumentos, que estavam também abandonados – e esse é outro problema – nas estradas, porque hoje o moto substituiu o burrico, que era da fisionomia, da cultura, da paisagem nordestina. Hoje, a moto o substituiu, lamentavelmente, quebrando uma tradição. Mas ainda temos corridas de jumentos, uma série de eventos que evidenciam a força desses animais na cultura do Nordeste ou do meu Estado, o Rio Grande do Sul, ou do Pantanal, do Senador Figueiró, do Senador Moka e dos Senadores de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente, esse requerimento trata de uma matéria que interessa a todos Estados brasileiros. No Pará, temos o cavalo marajoara, que é o cavalo adaptado às condições da Ilha do Marajó. São bem mais fortes e robustos que outros.

A Senadora Ana Amélia lembrou bem que, nas fazendas, agora, os cavalos estão sendo substituídos pela motos. Daqui a pouco, vamos ter também um rodeio de laço para moto, porque não teremos mais os cavalos. (*Risos.*)

Mas acredito que, se formos fazer uma audiência em cada Estado que tiver interesse, vamos rodar esse Brasil todo. Então, sugiro que os Estados que tenham interesse em discutir a questão local se coloquem em cada uma das três audiências já aprovadas, de tal forma que o seu problema possa ser discutido nessa audiência.

Eu farei isto com relação ao cavalo marajoara. Vou escolher uma das três, com certeza Brasília, que é a mais próxima, quando nós definirmos os convidados para cada uma dessas audiências, porque me parece que eles ainda não estão indicados.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu acho que o Senador Flexa tem toda razão. Eu acho que é muito mais prático, mais racional, que a gente possa concentrar, sobretudo se já está aprovado no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Mas essa de Brasília poderia ser exatamente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aqui, na nossa Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – .... aquela para a qual virão produtores da Região Centro-Oeste, do Sul, enfim.

Eu acho que ele tem toda razão neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Os Srs. Senadores concordam com essa sugestão de que façamos no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e concentremos as demais regiões aqui em Brasília?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu acrescentaria o Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos Crioulos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Encerrada a discussão.

Submeto à votação, em globo, os requerimentos.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

O Senador Ruben Figueiró deu a entender que gostaria de se manifestar novamente.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – O Plenário já decidiu, Sr. Presidente. Eu estou satisfeito. (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Encerrrada a Ordem do Dia, antes de encerrarmos a reunião, comunico aos Srs. Senadores que, no dia 4 de novembro corrente, terça-feira, às 8 horas e 30 minutos, será realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a finalidade de analisar a importância do Sistema Financeiro Nacional para o crédito agrícola no Brasil, seus desafios e perspectivas, que tem como objetivo instruir o Requerimento nº 10, de 2014, desta Comissão.

Não havendo mais...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra o Senador Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Apenas para esclarecer bem a pergunta que eu fiz.

A equideocultura, que envolve a criação de equinos (cavalos), asininos (asnos, burros e jumentos) e muares (mulas), movimenta em torno de R$13 bilhões por ano no Brasil, sem considerar as apostas feitas em cavalos de corrida. Ou seja, está correto que envolve cavalos, asnos, burros, jumentos e mulas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, só para tratar de uma questão que eu tenho trazido inúmeras vezes ao debate aqui, nesta Comissão, e também na Comissão de Infraestrutura e no Plenário, que é a questão da reabertura da BR-319.

Nós fizemos uma diligência nessa BR com a nossa Comissão de Agricultura, conseguimos iniciar a manutenção e a restauração dessa BR, que, para nós de Rondônia, é de fundamental importância. Nós só podemos transportar nossos produtos hortifrutigranjeiros para a cidade de Manaus se for por estrada. Pelo rio, através das balsas, demora de sete a oito dias, o que não é viável. Então, nós precisamos da estrada para transportar esses produtos de Rondônia para a cidade de Manaus.

Eu fui surpreendido, na semana passada, pois está sendo feito, neste momento, desde o começo do ano, licitado no ano passado, um estudo ambiental, exigido pelo Ibama, pelo ICMBio, para a viabilidade ambiental da reabertura ou da restauração da BR-319.

E a Funai – passo a ler aqui – enviou, na semana passada, encaminhou ao DNIT, aliás, dia 24 de novembro de 2011, um termo de referência para estudos complementares do componente indígena inserido, mas inserindo mais 34 terras indígenas no processo de licenciamento ambiental, totalizando 47, sendo que nenhuma das 34 está no intervalo de 40 quilômetros, estando, portanto, isentas de estudos indígenas. Essa novidade aconteceu agora, na semana passada, quando há a informação de que esse estudo está sendo paralisado em função desse novo pedido do Ibama, de que integrem mais 34 áreas indígenas. E o estudo, que tem de ser concluído neste ano, poderá ser paralisado.

Então, é um assunto que eu trago para a gente discutir.

Provavelmente eu deva entrar com requerimento, para que a gente possa fazer uma audiência pública para discutir esse assunto novamente, trazendo aqui Funai, Ibama, ICMBio, Meio Ambiente, DNIT, para que a gente possa definir de uma vez por todas. Já foram gastos mais de R$100 milhões somente em estudos ambientais para o licenciamento da restauração da BR-319.

Eu não quero aqui misturar questão de infraestrutura com agricultura...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Para fazer a estrada, não é?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É quase suficiente para reabrir e dar manutenção à estrada. Mas toda vez que o estudo está para ser concluído acontece mais alguma novidade, ou do Ibama, ou da Funai, ou do ICMBio, na tentativa de não deixar que haja a restauração da BR-319, ou seja, parece que não querem que seja restaurada.

A reabertura já está sendo providenciada. A manutenção eu tenho acompanhado, as empresas já estão fazendo. Uma empresa de Humaitá com direção a Manaus, e a outra, vice-versa, para se encontrarem no meio do caminho. Então, com certeza, vai ser reaberta. Mas o problema é a restauração.

Nós queremos uma BR que dê condições para que os caminhões saiam de Porto Velho e cheguem a Manaus com tranquilidade e em segurança. É nesse sentido que há uma força contrária que ninguém sabe de onde vem. O fato é que já foram gastos mais de R$100 milhões só para estudos, para tentativa de liberação ou da licença para restauração dessa BR. E, quando se chega próximo ao final – nós estamos em novembro já, praticamente em novembro, porque depois de amanhã é 1º de novembro –, na hora da conclusão desse trabalho, desse levantamento, já vem um novo pedido para outro levantamento. Ou seja, é um absurdo.

Nós queremos debater e discutir esse tema, porque para nós, em Rondônia, a reabertura... Isso já está sendo feito, mas não basta a reabertura. Nós precisamos de asfalto de primeira qualidade, como têm a BR-364 e as demais BRs brasileiras. Só a reabertura significa dizer que, na época das chuvas, nós não teremos o trânsito normal. Na época das cheias, nós teremos problemas, e somente na época da seca o trânsito será normal.

Portanto, nós precisamos do asfaltamento dessa BR. Para nós, de Rondônia, é de fundamental importância, não só pelo turismo, mas principalmente para o escoamento da produção agrícola de Rondônia, não em grande quantidade, claro, porque a Hidrovia do Madeira sempre vai transportar a grande produção de grãos

e também a exportação de carne. Hoje, Rondônia é o quarto exportador de carne brasileiro, a maioria via Hidrovia do Madeira. Isso vai continuar. Mas, para os produtos hortifrutigranjeiros, nós precisamos da rodovia. É de fundamental importância.

Nós vamos acompanhar todo esse procedimento para que não haja essa interferência do meio ambiente com relação à restauração de uma BR que é de fundamental importância para todo o País. Nós temos só dois Estados hoje que não estão interligados com os demais Estados brasileiros: são exatamente o Estado do Amazonas e o de Roraima, mas, para nós, em Rondônia, é de fundamental importância.

Só para fazer o registro, Sr. Presidente, vamos debater, discutir esse tema nas próximas audiências, nas próximas reuniões desta Comissão e também no plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Nobre Senador Acir Gurgacz, V. Exª realmente vem tratando desse assunto já há algum tempo. Algumas audiências públicas já foram feitas lá no seu Estado exatamente para tratar da regularização dessa rodovia. É interessante.

Ao fazer uma nova audiência pública, trazendo esses órgãos ambientais, trazer também o Ministério dos Transportes, para que eles possam justificar exatamente o motivo pelo qual não se dá sequência a essa estrada que, segundo informações trazidas por V. Exª à Comissão, é da maior importância para a região. Então, se por acaso isso não for possível, vamos reflorestar a área que foi aberta e criar condições para que o tráfego seja feito via Rio Madeira.

Mas é interessante, é importante, e V. Exª faz um requerimento. Então, como sugestão, que se traga também para esse encontro o Ministério dos Transportes, por ser o responsável pela construção e conservação das rodovias, das BRs espalhadas por este Brasil afora.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Fleury.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu queria levantar uma hipótese a respeito da agricultura familiar, que tem sido amparada. Para a agricultura familiar, se pegarmos o sul do País, podemos falar em metro quadrado; no Centro-Oeste, nós falamos em alqueires, e não em hectares, mas os produtores do Centro-Sul do País têm grandes problemas com as perdas de lavouras. As regiões que têm financiamentos junto ao Banco do Brasil estão com muita dificuldade em renegociar as dívidas. E as dívidas de agricultura são renegociadas a curto prazo, diferentemente das do comércio, que são negociadas em 24 vezes; até para a compra de carros existe o financiamento em 60 vezes. Mas o Banco do Brasil financia e renegocia essas dívidas em oito, dez, doze vezes. Ocorre que a nossa renda é anual.

Então, em uma região em que estamos acima de quatro módulos, a agricultura familiar é 90% financiada pelos bancos particulares. Os grandes agricultores, hoje, financiam a base de troca com as *trades*. Às vezes, pagam juros até maiores, porque eles fazem a base de troca. Mas onde se planta até quatro módulos, ou um pouco acima dos quatro módulos, esses agricultores usam o Banco do Brasil. No entanto, a maior parte está inviabilizada hoje junto ao Banco do Brasil porque não teve como saldar seus compromissos devido às intempéries.

Então, quero sugerir a V. Exª que representantes do Banco do Brasil venham a esta Comissão para discutirmos o alongamento, o prorrogamento da dívida, com juros pagáveis, porque prorrogar com os juros que são cobrados é dar com uma mão e tomar com a outra. Existem agricultores que prorrogam suas dívidas há mais de 20 anos, mas, para prorrogá-las há encargos, honorários do Banco, que são altos. Então, nós precisávamos de uma prorrogação que fosse satisfatória para os agricultores, assim como houve, no começo do governo Fernando Henrique, a securitização. Na oportunidade, foram dados 25 anos de prazo, com juros de 4%. Hoje, o índice de inadimplência da securitização é muito pequeno. A securitização só atendeu a quem tinha dívida de até R$200 mil; acima desse valor, a dívida passava para um outro sistema, que se chama Pesa; o índice de inadimplência do Pesa (Plano Especial de Saneamento de Ativos), que tinha um prazo menor e juros superiores, eu acredito que seja de 80% junto ao Banco do Brasil.

Então, penso que nós precisamos discutir isso aí, para que os agricultores fiquem adimplentes junto ao banco e consigam crédito para continuar com suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito bem, nobre Senador. Realmente essa é uma matéria que tem sido discutida, porque, frequentemente, acontecem essas prorrogações, mas é apenas um faz de conta.

Na verdade, V. Exª tem razão: esta Comissão deve debruçar-se sobre isso, e, mais à frente, convidarmos as autoridades do Banco do Brasil, responsáveis pela orientação e, ao mesmo tempo, pelo crédito rural.

Tenho dito sempre que, infelizmente, a agricultura brasileira talvez seja a única agricultura do mundo que paga juros de mercado e, em determinados momentos, juros maiores dos que o de mercado, para uma atividade que depende, muitas vezes, do tempo, da natureza, principalmente na Região Nordeste. Daí, o número considerável de agricultores, não só agricultor familiar, mas de mercado, que não têm como pagar. São

dívidas impagáveis. E o Governo, muitas vezes, tem dado incentivos para determinados outros segmentos, com a objetividade de manter o emprego e o emprego no campo.

Há um setor, por exemplo, da maior importância para este País, que é o setor agroenergético, que particularmente está falido hoje não apenas na minha região, no Nordeste brasileiro, não apenas em outras regiões, mas principalmente no Sul e no Sudeste. Trata-se do setor canavieiro. Mais de 40 usinas já foram fechadas, e isso representa um número assustador de trabalhadores não qualificados que não têm para onde ir. Daí, o êxodo rural para as grandes cidades, e vimos o que vimos: o grande número de favelas se amontolando em cidades de porte médio e em grandes cidades.

Dou um exemplo do meu Estado de Alagoas, que, em um passado não muito distante, era o segundo maior produtor de açúcar e álcool, e hoje praticamente inexiste o setor. Inexiste o setor porque, infelizmente, o Governo, não só o atual, mas os governos que se instalaram neste País, nunca teve uma política pública, uma política agrícola para este setor. Como o meu Estado é o penúltimo da Federação em números territoriais, penúltimo Estado da Federação, só lá, mais de 200 mil empregos deixam de existir no campo por conta da quebradeira das usinas do Estado de Alagoas.

Como lá, há outros Estados do Brasil, e a agricultura, que é exatamente o setor primário que dá sustentação à balança comercial deste País, infelizmente passa por essa dificuldade. E o Governo não encontra outro caminho a não ser prorrogar: prorroga, prorroga, prorroga. Mais de 20 medidas provisórias já foram apreciadas pelo Congresso Nacional para prorrogação de dívidas. Mas, na verdade, cada dia que passa aumenta o número de inadimplentes.

V. Exª tem razão, e deveremos promover uma audiência pública nesta Comissão para tratar deste assunto com mais abrangência: não só trazer para cá o Banco do Brasil, mas trazer também o Ministério da Agricultura, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Indústria e Comércio. Isso, na verdade, implica uma quebradeira considerável no País como um todo.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, é oportuna a manifestação do Senador Fleury, mas eu gostaria de lembrar que esta Comissão tem-se preocupado imensamente com o crédito rural. Tanto assim que aprovamos hoje o requerimento no sentido de analisar essa questão. E isso reúne audiências do Ministério do Planejamento, do Banco do Brasil, a opinião dos secretários de agricultura de todos os Estados do Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul do País. É uma oportunidade primeira que teremos para analisar as ponderadas declarações do eminente Senador Fleury.

Portanto, Senador Fleury, como presidirei essa audiência pública, terei muita honra e satisfação de tê-lo aqui para que V. Exª aborde, com a profundidade como o fez agora, essa questão, que, sem dúvida alguma, representa um dos gargalos que temos na economia rural do País.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Só para complementar as palavras de V. Exª, o maior exemplo, a maior demonstração da procedência do que V. Exª acaba de dizer, da Presidência desta Comissão, é o crescimento desordenado das cidades.

As cidades brasileiras, se levantarmos o seu perfil de 30 anos para cá, vêm crescendo populacionalmente, enquanto a zona rural vem perdendo população a cada ano, gerando os problemas urbanos que temos hoje, como o de mobilidade urbana, de habitação e saneamento, tanto nas grandes, como nas médias e pequenas cidades brasileiras.

Não há muito o que se discutir sobre esse assunto. O crescimento desordenado das cidades, a ausência de moradias, de bem-estar, de saneamento, de mobilidade urbana são o resultado do abandono do campo brasileiro, como bem V. Exª expressou agora nas colocações que acaba de fazer em complementação às palavras do Senador Fleury.

Era isso o que queria falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Não havendo mais quem queira manifestar-se, declaro encerrada esta reunião, não sem antes convocá-los para a próxima, que se realizará na próxima terça-feira, dia 4 de novembro.

(Iniciada às 8 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 47 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia quatro de novembro de dois mil e quatorze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, ANTONIO AURELIANO, RUBEN FIGUEIRÓ, JOÃO ALBERTO SOUZA, ODACIR SOARES, FLEURY e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Jayme Campos e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 10, de 2014, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 30, de 2014, de autoria do Senador Ruben Figueiró, com a finalidade de analisar a Importância do Sistema Financeiro Nacional para o Crédito Agrícola no Brasil, Desafios e Perspectivas, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Marcelo Porteiro Cardoso** – Superintendente da Área Agropecuária e de Inclusão Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (representante de: Luciano Coutinho); Sr. **José Rubens Dutra Mota** – Gerente do Ambiente de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil – BNB (representante de: Nelson Antônio Souza); Sr. **Oduval Lobato Neto** – Gerente Executivo do Banco da Amazônia S.A. – BASA (representante de: Valmir Pedro Rossi); Sr. **Amoque Benigno de Araújo** – Secretário de Controle Externo da Fazenda Nacional do Tribunal de Contas da União – TCU (representante de: Augusto Nardes). Os Senhores Senadores Ruben Figueiró, Ana Amélia, Fleury e Eduardo Suplicy fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 30, de 2014, de autoria do Sr. Senador Ruben Figueiró, aprovado em 17 de julho do corrente ano, que tem por finalidade a avaliação de políticas públicas implantadas pelo Governo Federal com o objetivo de analisar a importância do Sistema Financeiro Nacional para o crédito agrícola no Brasil.

Informo à Comissão que esta audiência pública é decorrente da Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado para estabelecer procedimentos de avaliação de políticas públicas no âmbito desta Casa Legislativa.

Comunico as presenças dos seguintes convidados e os convido a tomarem assento à Mesa: Sr. Oduval Lobato Neto, Gerente Executivo da Gerência de Gestão de Programas Governamentais do Banco da Amazônia S. A.; Sr. Marcelo Porteiro Cardoso, Superintendente da Área Agropecuária e de Inclusão Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) *(Pausa.);* Sr. José Rubens Dutra Mota, Gerente do Ambiente de Políticas de Desenvolvimento do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste do Brasil; Sr. Amoque Benigno de Araújo, Secretário de Controle Externo da Fazenda Nacional do Tribunal de Contas da União (TCU).

Pergunto ao Senador Ruben Figueiró se deseja se manifestar como Relator do processo? *(Pausa.)*

Tem a palavra V. Exª.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores depoentes, convidados, senhoras e senhores que aqui nos honram com as suas presenças.

Sr. Presidente, designado por V. Exª, eu diligenciei duas audiências: a primeira já realizada no mês de julho, e a segunda, esta que V. Exª está presidindo neste momento. Em cumprimento de um trabalho de avaliação de políticas públicas desta Comissão, tendo a satisfação de dar as boas-vindas às autoridades aqui presentes, lideranças setoriais, técnicos, especialistas, que aceitaram o nosso convite para o evento desta manhã.

Inicialmente, desejo informar a V. Exªs, Srs. Senadores e ilustres convidados, que já foram encaminhados requerimentos para a próxima audiência pública, porque, além de estar prevista na Resolução nº 44 desta

Casa, há a necessidade da avaliação periódica dessas políticas, porque entendo que o crédito rural tem que ser debatido de maneira exaustiva, tamanha a sua importância para a agricultura e pecuária do nosso País.

Em 10 de junho passado, também em virtude de requerimento, conforme já mencionei, de minha autoria, o assunto integrou a pauta desta Comissão. Naquela oportunidade, tivemos um debate vibrante sobre o tema com representantes dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, da Pesca e Agricultura, e com representantes do Banco Central do Brasil, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O objetivo da Comissão, agora, é dar continuidade à análise das políticas públicas que cuidam do planejamento, execução e controle do crédito rural. A matéria é, desde sempre, relevante e de interesse direto de todos os segmentos da economia nacional dedicados às atividades da agropecuária. Temos, no Governo, um sistema integrado de ministérios, Banco Central, bancos públicos para tratar do crédito rural, formando um modelo de gestão ágil e que permite ajustes nas normas infralegais, sempre com a participação do Conselho Monetário Nacional, composto pelos Ministros da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Presidente do Banco Central.

O Bacen compila no Manual de Crédito Rural as normas para o setor, que devem ser seguidas por todos os beneficiários e instituições financeiras que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural. Além disso, os Ministérios e demais órgãos relacionados ao tema propõem, estabelecem, executam política na execução dos ruralistas.

No entanto, há ocasiões em que a realidade se revela em descompasso com o que determina o ordenamento jurídico em suas distintas esferas. Não por outro motivo, instituições, como o Senado Federal, têm o importante papel de propugnar a revisão de propósitos, a correção de rumos e a adequação das metas.

A avaliação de políticas públicas tem a relevante função de mensurar os impactos da gestão do Estado na sociedade, sejam os esperados pelos idealizadores da ação, sejam os imprevistos. Nesse sentido, as condições necessárias para o aprimoramento da Administração Pública são estabelecidas pela reprodução de práticas bem-sucedidas e pela revisão de medidas que tenham apresentado resultados inferiores ao esperado.

A Resolução do Senado nº 44, que hoje se cumpre aqui nesta audiência pública, inovou ao estabelecer a avaliação do impacto legislativo dessas políticas e dotou o Congresso Nacional de insumos importantes para a discussão de proposições tanto as que estabelecem novas políticas públicas, quanto às que visam ao aprimoramento dos programas existentes.

Em atenção aos ditames da Resolução, a Comissão criou um plano de trabalho para acompanhar as políticas de planejamento, execução e controle do crédito rural no Brasil. Nele ficou definido que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária levantaria, através de audiências públicas, requerimento de informação aos setores especializados do Poder Executivo e avaliação da legislação pertinente, para se ter uma consciência do atual estágio do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Graças a esses instrumentos de avaliação legislativa, tem sido possível identificar e minimizar os efeitos não desejados das políticas públicas voltadas ao crédito rural, bem como tem sido possível ampliar os benefícios direcionados ao público-alvo dessas políticas e, de modo mais abrangente, a sociedade como um todo.

Os ganhos em produtividade proporcionados ao setor agropecuário tendem a um efeito multiplicador positivo, de modo a estimular a geração de emprego no campo, o fornecimento de matéria-prima para a indústria, o incremento da exportação e a melhoria dos resultados da balança comercial.

Entretanto, mesmo com o seu papel de relevância para o crescimento econômico, o crédito rural ainda não tem, entre os médios e pequenos agricultores, o efeito irradiador de benefício que se esperava. Esse é um problema particularmente da agricultura familiar, que enfrenta dificuldades, como a falta de informação, de assistência técnica e de capacitação dos tomadores de crédito.

A carência técnica repercute em desconhecimento sobre as condições ideais para a produção relativas à qualidade do solo, a localização da propriedade ou acesso ao mercado. Isso torna o empréstimo agrícola oneroso e gera inadimplência, que ainda é um fator presente, mas cada vez menor. Cito o exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento do Agricultura Familiar (Pronaf), cuja taxa de inadimplência é inferior a 2%. Esse percentual de agricultores que deixa de pagar o crédito é bem pequeno, mas revela a aparente concentração do problema em algumas regiões, sobretudo no Nordeste, conforme tem afirmado constantemente o eminente Presidente desta Comissão, Senador Benedito de Lira. Esta é uma questão que temos identificado, e é muito pertinente o aprimoramento da política pública.

A mensagem que desejo, por fim, passar às senhoras e aos senhores aqui presentes é de que esta Comissão tem um compromisso de fiscalização dos critérios adotados no planejamento, execução e controle de políticas públicas relacionados ao crédito rural e de que o relatório final deste acompanhamento está previsto para ser entregue em dezembro, e os estudos já estão bastante adiantados.

Todos os membros desta Comissão esperam que, com essa ação, poder contribuir para que o Senado, em observância às suas atribuições constitucionais e regimentais, participe, de maneira mais assertiva das discussões e resoluções acerca dos distintos problemas que compõem a agenda brasileira contemporânea.

Sr. Presidente, é essa a manifestação que desejava fazer neste instante, aplaudindo a ação de V. Exª em promover essas reuniões, que, naturalmente, com a inteligência das ilustres autoridades que prestarão seu depoimento neste instante, poderão oferecer ao Senado Federal, e através dele, às autoridades da República, meios mais eficientes para atender esse mais importante setor da economia nacional que é a agropecuária.

São essas as minhas manifestações, Sr. Presidente.

Muito grato pela atenção que me conferiu.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Dando, agora, continuidade à nossa audiência pública, vamos estabelecer um tempo de 20 minutos para cada debatedor.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Dez minutos são suficientes. Dez minutos, acho que são suficientes.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Senador Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, na Comissão de Assuntos Sociais, nós damos 10 minutos, mas prorrogamos se o debatedor achar necessário.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O.k..

Então, concedo a palavra, como primeiro debatedor, ao Sr. Oduval Lobato Neto, Gerente Executivo da Gerência de Gestão de Programas Governamentais do Banco da Amazônia.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ODUVAL LOBATO NETO – Bom dia a todos!

Gostaria de cumprimentar esta Comissão em nome do Senador Ruben Figueiró, autor do presente requerimento aqui, e do Senador Benedito de Lira, que preside a presente Comissão. Então, em nome da diretoria do Banco da Amazônia, a gente faz os agradecimentos pelo convite, aqui, de vir mostrar um pouco do trabalho do Banco, e pedir desculpas pela ausência do presidente, que, neste momento, se encontra de férias. Então, como pessoa da confiança dele, como gestor de programas de governo, ele me designou representar o Banco aqui.

Então, vamos lá.

Pode passar.

O Banco da Amazônia completou, em julho, agora, 72 anos. Nós somos referência na Amazônia em termos de concessão de crédito. Hoje, o capital do Banco está reduzido a 51% do controle acionário pertencente ao Governo brasileiro. O patrimônio líquido do Banco alcançou – caiu um pouquinho – a ordem de 1,6 bilhões; os ativos totais se aproximam dos 12 bilhões. E a participação no crédito em fomento na nossa região, principalmente na Região Norte, é de 61%.

Bem, nossa rede de agências. Nós atuamos fortemente na Amazônia, compreendendo os nove Estados da Amazônia Legal. Fora da Amazônia, nós temos uma unidade em São Paulo, e outra aqui no Distrito Federal.

A rede de agências do Banco, na Amazônia, é de 12,1% de todas as redes, de todos os bancos que estão presentes na região. Nosso quadro de funcionário é da ordem de 3.300 empregados. Atualmente, nós temos 124 agências, nove superintendências; somente em Roraima e no Amapá, que são Estados menores, nós não temos superintendências, mas são totalmente cobertos.

Aqui, se vê que dos 450 Municípios da Região Norte, nós estamos presente com os nossos recursos financeiros em 100% deles.

Pode passar, por favor.

Aqui, um pouquinho para conhecer o Banco, como já falei: ali temos 61% do crédito de fomento é o que o Banco responde. Hoje, os ativos totais do Banco são 11,3 bilhões. O patrimônio líquido do Banco, como eu falei, caiu de 2.030 para 1,6 bilhões, isso em decorrência do processo de saneamento da caixa de previdência dos seus empregados.

Pode passar.

O orçamento geral, compreendendo todas as fontes para o exercício de 2014, é da ordem de R$8,8 bilhões, o que é um grande desafio para o nosso Banco a alocação total desses recursos.

Pode passar.

Aqui, o Senador falava há pouco, nós cuidamos da parte de gestão de políticas, planos e programas de governo. Só para dar uma demonstração, todo o nosso planejamento é feito em perfeito alinhamento com todas as políticas.

No total, trabalhamos com 22 políticas integradas ao nosso planejamento, que vai desde o Plano Plurianual do Governo Federal, passando pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que passa por sua

segunda fase agora, e pelas políticas dos Estados. Não atuamos ainda alinhados com as políticas dos Estados, o que é algo muito difícil de se fazer, já que agimos conhecendo os planos e realizando encontros anuais para o planejamento, em que colhemos todo o subsídio necessário para fazer esse alinhamento, colocando à disposição a execução dessas políticas, instrumentos econômicos e financeiros de que o Banco dispõe, ou seja, todas as suas fontes de recursos.

Pode passar.

Vamos ver agora a atuação do Banco de Desenvolvimento Regional. Aqui, só para dar uma demonstração, na consecução do crédito de fomento, no período de 2005 a junho de 2014. Geralmente, o Banco tem ficado na média, um pouco abaixo daquilo que é programado, do que é planejado, com exceção dos anos de 2005, 2007 e 2010, em que superamos as metas estabelecidas.

Pode passar, por favor.

Contratação por porte. Vocês verificam aqui, Senador, que o Banco da Amazônia, o olhar e a política do Banco da Amazônia, em termos de quantidade de beneficiários, tem sido mais para o pequenininho: agricultor familiar, mini e pequenos empreendedores. Vocês podem ver que a coluna verde sempre se sobressai em relação às demais. Então, a política do Banco é voltada mais fortemente para o pequeno produtor, principalmente de base familiar.

Pode passar.

Aqui, o instrumento de que o Banco é o gestor, que é o Fundo Constitucional de Financiamento. Vamos ver qual é seu comportamento, seu desempenho. Em valores contratados, desde 1989, por blocos. No período de 1989 a 2002, nós alocamos R$4 bilhões, quase R$5 bilhões. No período de 2003 a 2006, R$4,27 bilhões. De 2007 a junho de 2014, fechado, aplicamos R$20,43 bilhões, perfazendo um total, desde a existência do Fundo, em 1989, de quase R$30 bilhões alocados na região.

Aqui, os valores contratados no Crédito Rural, especificamente, de 2005 a junho de 2014. Verifica-se que há uma variação. Os anos de destaque foram 2012 e 2013, em que aplicamos R$1,7 bilhão, em 2012, e quase R$1,8 bilhão, em 2013, somente no crédito rural. Até junho de 2014, nós temos R$1,04 bilhão, informando que, geralmente, pelo calendário agrícola da nossa região, o maior desempenho se verifica no segundo semestre.

Aqui, são os valores contratados por porte. Como se pode ver, o grosso está concentrado na base pequenos, mini e pequenos, em que, somando 44 mais 29, ultrapassa 70% dos recursos.

Pode passar.

Aqui, a contratação por tipologia da PNDR, a que também temos que estar vinculados e atentos. Aqui temos um parceiro que sempre nos orienta, a CGU, que fiscaliza muito em relação ao cumprimento daquilo que o Banco faz com aquilo que é definido em suas políticas. Então, temos aqui 10,7% dos recursos alocados em Municípios de baixa renda estagnada; de média renda, 45,8%; 20,8% em dinâmica de média renda; e 22,8% em Municípios de alta renda.

Pode passar.

Em relação ao Pronaf, como se verifica, a coluna verde é o desempenho alcançado pelo Banco. São resultados que o Banco tem obtido em cada Plano Safra da agricultura familiar. Temos superado as metas em todos esses Planos Safra. No período de 2011/2012, era de R$500 milhões, fizemos R$552 milhões; em 2012/2013, fomos para R$800 milhões, superando os R$530 milhões previamente estabelecidos; e no Plano Safra 2013/2014, a meta era de R$600 milhões, nós chegamos a R$697 milhões.

Efeitos na economia regional. Somente considerando o primeiro semestre, R$1,8 bilhão alocados no primeiro semestre, verificamos que, quando da estabilização desses projetos e da maturação deles, a contribuição gerada para o PIB será da ordem de R$4,5 bilhões. Em termos de Valor Bruto da Produção, R$7,7 bilhões; em termos de tributos, mais de R$1 bilhão; em termos de acréscimo na massa salarial, mais de R$1 bilhão; e, em termos de postos de trabalho, são 226.583 ocupações. Quando a gente fala em ocupações, a gente não está considerando somente o emprego, mas também a oportunidade de trabalho na agricultura familiar.

Vamos caminhar para a finalização.

Pode passar, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ODUVAL LOBATO NETO – O Sistema Financeiro Nacional, no nosso entendimento, é o maior ofertante de recursos para a realização dos investimentos. Contribui na aquisição da matéria-prima, financia a aquisição da matéria-prima para toda a produção.

O aumento da produção a gente verifica tanto para o consumo interno como para as exportações.

A geração de emprego e renda é um fator primordial para o crescimento. Também se tem verificado o crescimento, a expansão dos empreendimentos, das plantas industriais e o aumento da arrecadação dos impostos.

Pode passar, por favor.

A Amazônia, como todos sabem, é a maior região do País, com suas potencialidades e dificuldades e com a imensidão de sua dimensão geográfica. É uma bacia hidrográfica muito grande. Ressalto a grandeza de suas florestas, a diversidade dos seus ecossistemas, a sua biodiversidade. E todas as dificuldades que a Amazônia tem em termos de infraestrutura, de logística e de tecnologia a gente entende que elas constituem potencialidades para a realização de investimentos, no sentido de superar todas as suas dificuldades para o seu progresso.

Pode passar.

Quanto aos desafios, um dos principais desafios que a gente entende é a regularização fundiária, especialmente nos Estados menores, como nos casos de Roraima e do Amapá. Quanto a esses dois Estados – a CGU está aqui de testemunha –, todos os anos, nós recebemos algum tipo de ressalva e recomendações. Temos feito o que é possível para incrementar as aplicações nesses Estados, mas a questão da regularização fundiária tanto no meio rural quanto no meio urbano emperra a forma e as parcerias para podermos ampliar o crédito nesses dois Estados, principalmente. Não estou dizendo que, nos outros Estados, também não haja problema fundiário, mas esses dois Estados são os que a gente aponta como os de maior dificuldade. Os outros apresentam fragilidade no sistema de serviços de assistência técnica e de extensão rural, que praticamente está em esgotamento.

Há outro termo que eu chamo de realinhamento da cultura empreendedora, que é sair do tradicional para o sustentável. Vejam que, anos atrás, não me lembro bem quando, quando foi criada a Lei da Reserva Legal, e que o Governo Federal criou uma linha de financiamento para a recomposição das Áreas de Reserva Legal. Aí me chamaram para eu dar minha opinião. Eu disse que não ia funcionar, porque não é o fato de você criar uma linha de financiamento com recursos subsidiados que vai resolver o problema da Reserva Legal. No meu entendimento, isso perpassa por várias coisas, perpassa pelo realinhamento da cultura empreendedora, pelo conhecimento, pela infraestrutura botânica e por todo um processo que está da porta do Banco para fora. Então, veja que para você fazer reflorestamento, você precisa de sementes e de mudas selecionadas, mas você não tem a oferta em qualidade e em quantidade. O empreendedor, principalmente o pecuarista que vai fazer isso, não conhece, não sabe, não entende isso. Ele não sabe como plantar, ele não sabe o que isso vai gerar para ele. Ele precisa ter o conhecimento exato. Ou seja, penso que as universidades e os centros de pesquisa têm a obrigação de fornecer protótipos de projetos que possam fazer o realinhamento da cultura empreendedora. Muitas vezes, os recursos estão disponíveis, mas você não consegue alocá-los nos primeiros anos. Uma vez, fui chamado para vir a Brasília pelo MMA para prestar contas sobre esse programa. Na época, nós tínhamos seis operações financiadas. O Banco do Nordeste não tinha nenhuma até aquele momento, nem o Banco do Brasil no Centro-Oeste. E a gente entende toda essa dificuldade.

Então, não é o fato de criar uma linha de financiamento que significa que, imediatamente, ela vai funcionar. Não vai funcionar, porque ela requer uma série de requisitos básicos, que, às vezes, estão da porta do Banco para fora.

O licenciamento da atividade na propriedade rural também é outro gargalo que nós temos na região. Isso vem avançando, mas, hoje, nós financiamos com base no protocolo de que o empreendedor, o produtor entrou no órgão de licenciamento para pedir e já para providenciar. Então, a gente tem concedido crédito muito na base do protocolo.

Reduzir as desigualdades intrarregionais. Essa é a essência da PNDR. O próprio CGU está aqui e não me deixa mentir, é muito difícil. A contribuição é muito pequena, principalmente nos espaços de economia deprimida, de economia estagnada, para você chegar, como a mesorregião do Alto Solimões, que é muito distante, sofre todo o tipo de deficiência, de dificuldades: de transporte, de acesso, de comunicação. Então, não é fácil você chegar. Para você tomar uma iniciativa, como tomamos junto ao Ministério, ao governo de Estado e às prefeituras locais, que chamamos de FNO Itinerante, que também existe no Centro-Oeste, é muito difícil. Muitas vezes você tem um custo para alugar ou fretar uma aeronave para poder chegar até determinadas localidades, como Santa Rosa do Purus, por exemplo. Você vai até Rio Branco; de Rio Branco, você freta uma aeronave, e o pessoal do Ministério, antes, que batia muito, a partir dessa iniciativa, passou a compreender as dificuldades da Amazônia: o que é ficar à deriva num rio, as distâncias a serem percorridas de lancha para poder chegar a determinados Municípios. Fazer uma ação dessas de levar o crédito dessa forma. Também há outras dificuldades na questão da mobilidade, de você estar levando crédito nessas localidades longínquas da Amazônia. Refiro-me à questão do risco, porque, você sabe, há os piratas, há todas as formas de violência que pode acontecer com os bancários que fazem esse tipo de operação.

Aplicar os recursos ofertados em sua totalidade tem sido um grande desafio. A gente percebe, a gente vai ver mais à frente que o desafio é muito grande. Os recursos crescem numa média de 16% ao ano, e torna-se muito dificultoso a gente alocar todos esses recursos na nossa região.

Pode passar, por favor.

Aqui nós verificamos que, quando a gente fala em crescimento, em 2014, agora, é 5.700 que nós temos de recursos para alocar. Em 2015, a previsão é de 6.300, e aí termina, em 2020, com R$13,200 bilhões, apesar de todo o esforço de buscar parceria com outros agentes, cooperativas de crédito, para se fazer essa alocação de recursos.

Pode passar, por favor.

Perspectiva. Temos a nova PNDR, que permanece com os fundos de desenvolvimento, os fundos constitucionais e a criação de mais um fundo voltado para o financiamento da infraestrutura no País. São os projetos estruturantes que estão acontecendo na nossa região, principalmente os projetos relacionados com os grandes investimentos em portos e hidrelétricas. Investimentos do Norte Competitivo, voltados basicamente para a questão da infraestrutura e da logística, expansão do agronegócio e também o crescimento das exportações. A gente vê e enxerga assim. Uma visão bem curta em relação às perspectivas.

Com isso, a gente termina a nossa contribuição. Estamos à disposição da Comissão, nós, do Banco, como da área de Governo, para o que precisar de informações ou acréscimos.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Sr. Oduval Lobato pela sua apresentação.

Dando sequência, concedo a palavra, pelo mesmo tempo, ao Sr. José Rubens Dutra Mota, Gerente do Ambiente de Políticas do Desenvolvimento do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, representante do Banco do Nordeste.

V. Sª tem a palavra.

O SR. JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA – Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Benedito de Lira, o Senador Ruben Figueiró.

Quero dizer da satisfação do Banco do Nordeste em atender a esse convite.

Trago aqui o abraço do Presidente Nelson, que, infelizmente, não pôde comparecer, mas estamos aqui para representá-lo.

Eu trouxe aqui algumas informações sobre a política de atendimento do Banco do Nordeste ao setor rural. Nós temos o objetivo de promover o desenvolvimento da agropecuária, atividade base rural, com observância da legislação, do zoneamento agrícola, pecuário, das diretrizes emanadas do Condel, porque o nosso maior *funding* é o FNE, que é regulamentado pelo Conselho Deliberativo da Sudene.

Ele disse que nós temos que aplicar 51% dos recursos do FNE em mini, micro e pequeno – no mínimo 51% –, e até 49%, no máximo, no médio e grande.

Nós também temos para este ano, do FNE, R$13,1 bilhões. E a nossa área de atuação é a Região Nordeste, o norte de Minas e o norte do Espírito Santo.

A finalidade é financiar implantação, ampliação, modernização dos empreendimentos rurais, contemplando investimento, custeio, beneficiamento e comercialização necessários ao setor. Então, nós seguimos todas essas diretrizes de orientações.

Por favor, pode passar.

Nós temos como diretrizes o apoio preferencial aos mini e pequenos, como eu já falei; apoio às cadeias produtivas; tratamento diferenciado e favorecido aos projetos da PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional –, que está sendo votada, está sendo criada a PNDR II, como o Oduval falou; a modernização dos empreendimentos, que confere maior competitividade ao setor rural; promover e estimular a racionalização do uso de recursos naturais e a melhoria dos índices zootécnicos de produtividade e organização da gestão da unidade produtiva.

Por favor.

As prioridades: agricultura irrigada, apicultura, bovinocultura, floricultura, fruticultura, grãos e alimentos básicos para o consumo.

Esta lâmina mostra que o Banco do Nordeste conta com 7% das agências bancárias na região, na sua área de atuação, que são 278 agências das 3.971, e responde por 56,5% do crédito rural na região.

No Estado de Alagoas, do Senador Benedito de Lira, o Banco responde por 62,4% do crédito rural na região.

No Estado do Piauí, 84,2% são de responsabilidade do Banco do Nordeste atualmente.

Por favor.

Os recursos para agropecuária: em 2010, foram R$4,125 bilhões, e foi crescendo. Em 2011, foram R$4,687 bilhões. Em 2012, R$5,263 bilhões. Em 2013, R$5,432 bilhões. E até 30 de setembro deste ano – 2014 –, nós aplicamos R$3,576 bilhões, aí incluindo FNE e outros *fundings*.

Por favor.

Nós trabalhamos aqui por segmentos. O Pronaf é da agricultura familiar, como já foi aqui referido. Nós trabalhamos, em 2010, R$1,1 bilhão no Pronaf; em 2011, R$1,349 bilhão; em 2012, R$2,032 bilhões; em 2013, R$2,394 bilhões, e até setembro também, R$1,418 bilhão no Pronaf.

Ele é distribuído em Agroamigo e demais grupos. Porque o Agroamigo segue uma metodologia, Senador Ruben, exatamente como assessor de crédito. Esse modelo foi copiado do Crediamigo, que era um crédito urbano, e hoje nós diminuímos radicalmente a inadimplência do Pronaf com esse assessor de crédito, que presta informação, acompanhamento, uma espécie de assistência técnica e um acompanhamento muito próximo. Aquele antigo Pronaf B, que era o de menor valor, do agricultor de menor renda, hoje é feito através do Agroamigo, que tem essa metodologia do microcrédito produtivo e orientado. Então, a inadimplência tem realmente diminuído nesse setor.

Por favor.

Aí nós temos o financiamento por setor de atividade: agricultura, pecuária e agroindústria. Então, a maior parte vem sendo da agricultura: em 2010, foram R$2,268 bilhões, e assim foi. A agroindústria mantém um percentual menor. E a pecuária, no ano de 2012, conseguiu-se aplicar mais na pecuária do que na agricultura. Em 2013 também. Em 2014, a pecuária já foi menor.

Por favor.

Por região. Do total das aplicações que já vêm sendo faladas foi dividido entre Semiárido e outras regiões.

Vejam que, embora tenham sido crescentes as aplicações no Semiárido, elas ainda são aplicações menores do que nas outras regiões. É um desafio nosso exatamente aumentar essas aplicações no Semiárido.

Para isso, o Banco tem constituído instrumentos diferenciados; o Banco tem a função do agente de desenvolvimento. Como nós temos quase dois mil Municípios na nossa área de atuação e apenas 278 agências é porque no último ano, no último ano e meio o Banco inaugurou mais de 100 agências. Então, para estar presente em toda região o Banco tem o agente de desenvolvimento, que é o profissional que sai levando informações do Banco, principalmente naqueles Municípios menores, onde há demanda por crédito, mas às vezes há desinformação e dúvidas de que existe um crédito apropriado e disponível para aquele público. Então, a gente tem tentado exatamente... Nos últimos anos o Banco da Amazônia tem o desafio de aplicar a totalidade dos recursos, e nós conseguimos, sim, aplicar todos os recursos disponíveis. Nos últimos quatro anos, nós temos atingido todos os Municípios com pelo menos uma contratação de crédito em todos esses Municípios. Claro, o crédito rural é o carro-chefe de nossas aplicações. A gente vem com esse desafio, procurando fazer isso.

Criamos, juntamente com o Ministério da Integração, o FNE Itinerante, que é mais voltado para a micro e pequena empresa, mas também fazemos divulgação com os sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos patronais e levamos a informação àqueles pequenos Municípios da existência do FNE, da existência de crédito disponível e com programas apropriados para esses pequenos produtores.

Por favor.

Bom, eu já falei do agente de desenvolvimento e dos assessores de crédito.

A agência itinerante também é um instrumento diferenciado que o Banco do Nordeste usa para levar... Como temos uma pequena capilaridade de agências, nós fazemos agências itinerantes nesses Municípios do Nordeste, levando a divulgação, a contratação, renegociação de dívida, tudo isso com nossos gerentes e funcionários que vão àqueles Municípios mais distantes.

Editais do Fundeci são editais que o Banco do Nordeste faz de recursos não reembolsáveis. Neste ano, fizemos um edital de 4 milhões – se não me engano – para convivência com o Semiárido.

Então, nós temos editais diversos. Por exemplo, no passado nós apoiamos a Embrapa, o que resultou na criação do algodão colorido, resultou na criação de variedades de cana-de-açúcar resistentes à seca e de outros que também têm a ver com a questão do crédito rural. Então, são editais não reembolsáveis que apoiam o Sistema Embrapa, todas as instituições de pesquisa e desenvolvimento da região, como as universidades federais e estaduais. Isso aí vem ocorrendo ao longo dos anos.

Era isso que eu queria trazer a vocês.

Fico à disposição para questionamentos que houver.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Sr. José Rubens Dutra Mota por sua apresentação.

Dando sequência, eu concedo a palavra ao Sr. Marcelo Porteiro Cardoso, Superintendente da Área Agropecuária e de Inclusão Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O senhor tem a palavra, por favor.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO – Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Benedito de Lira, todos os Senadores aqui presentes e os colegas da Mesa.

Agradeço o convite que foi feito ao BNDES para estar presente a esta audiência pública. Trago uma saudação do Presidente Luciano Coutinho, que, infelizmente, não pôde estar presente, por conta da reunião da Diretoria que se realiza hoje.

Nós trouxemos uma apresentação. Eu pediria, por favor, que colocassem na tela. (*Pausa.*)

Podemos passar ao seguinte, por favor.

Nós organizamos a apresentação em dois grandes blocos. O primeiro bloco procurando dar uma visão geral do setor, da importância do setor, como o BNDES enxerga esse setor tão importante na economia brasileira, e um segundo bloco falando da atuação do BNDES no setor.

Aqui temos alguns números que os senhores já conhecem. Apenas para relembrar a importância do setor agropecuário, mostro que ele é responsável por aproximadamente 22% do PIB brasileiro, mobilizando uma série de cadeias relevantes da economia. É um sustentáculo importante da balança comercial brasileira. Em 2013, considerando o setor agropecuário somente, o superávit foi de US$83 bilhões, o que mostra a relevância do setor e como ele precisa ser olhado de maneira muito especial.

O seguinte, por favor.

Aqui, procuramos representar as externalidades que o setor gera em diversas outras cadeias. Então, isso se dá na infraestrutura, na questão da logística, que é super-relevante para esse setor, no escoamento de safra, no provimento de insumos, na armazenagem, que é uma estrutura muito importante para o controle de preços, de gestão de estoques, toda a questão relacionada à indústria, seja de bens de capital, de tecnologia que serve o setor, a indústria de alimentos, em que o Brasil tem uma competência reconhecida internacionalmente, em toda a parte de agroquímica, de fertilizantes, de defensivos agrícolas e biotecnologia.

Na visão de gestão de políticas, a importância em termos obviamente da segurança alimentar, algo que todos os países tratam com especial atenção, a questão do controle da inflação, seu impacto sobre cesta básica, sobre os indicadores de inflação, na geração de emprego. O setor tem uma capacidade enorme de geração de postos de trabalho. Obviamente, ligado a isso, há toda a questão ligada ao desenvolvimento regional, que é um valor que o BNDES vê como especial no tratamento da sua política operacional.

O seguinte, por favor.

Aqui, a distribuição nas diversas cadeias relacionadas ao setor. O setor é dinâmico em si mesmo, mas tem a capacidade também de mobilizar diversas outras cadeias importantes como insumos, toda a parte de defensivos, de agroquímicos, de fertilizantes, a própria indústria e a parte de distribuição. O Banco atua em todas as cadeias. Vamos dar um destaque especial à indústria e à agropecuária propriamente dita, mas o Banco perpassa todas as cadeias que estão relacionadas ao setor.

O seguinte, por favor.

Bom, aqui está a série histórica de participação no PIB brasileiro do setor agropecuário. Ele mantém uma relevância muito grande, nos últimos dez anos, de participação na economia brasileira. Isso se deu obviamente por um aumento de produtividade bastante significativo. Há o papel da Embrapa aqui, muito relevante. A produtividade está lincada, está relacionada a pesquisas de desenvolvimento, bastante Ciência. É algo em que o Brasil conseguiu atingir patamares invejáveis em termos do tratamento das tecnologias e das técnicas relacionadas a esse setor.

A agricultura familiar é, de fato, algo muito especial. Ela tem uma contribuição bastante importante para o fornecimento de alimentos no mercado doméstico, especialmente em algumas culturas. Ali, há algumas delas representadas: mandioca, feijão, milho. Ela tem uma representatividade realmente espetacular, uma proporção muito elevada de fornecimento para o mercado doméstico.

Na pecuária, especialmente em aves e suínos, temos o desafio de trabalhar agricultura familiar integrada à indústria de alimentos, que é um modelo que gera resultados, gera valor, mas exige uma atenção especial para que a agricultura familiar tenha suas necessidades atendidas. Então, a agricultura familiar é, de fato, um setor bastante especial e muito importante, e para o qual o Banco tem políticas também especiais voltadas para esse segmento.

O próximo, por favor.

Há alguns desafios que identificamos no setor. Certamente, a questão da infraestrutura, logística, todo o escoamento de safra, provimento de insumos para a agricultura. Na questão da armazenagem, o Brasil ainda tem um déficit, que está sendo trabalhado por políticas públicas muito importantes, que procuram reduzir esse déficit.

Há a questão da sustentabilidade. Obviamente, a agricultura, trabalhando com recursos naturais, tem toda uma preocupação com a sustentabilidade, com o uso racional dos recursos ambientais. A recuperação de áreas degradadas é uma grande oportunidade para o País. O Brasil tem um estoque enorme de áreas degradadas, que podem se converter em áreas produtivas com a aplicação de tecnologias já dominadas, como

o aproveitamento já dominadas, o aproveitamento de resíduos e a redução de desperdício em toda a cadeia, que é muito grande hoje.

Ampliar a difusão de boas práticas e capacitar setores são outros desafios, evitando barreiras técnicas e sanitárias e elevando a qualidade da produção, permitindo que o produto brasileiro consiga acessar cada vez mais mercados internacionalmente.

E há a agenda de produtividade que é uma agenda permanente, com a questão da densidade tecnológica e de investir em tecnificação da agricultura, viabilizando absorção dessa tecnologia. Aqui, há uma questão também importante em termos de educação de trabalhar o agricultor familiar para estar apto para receber essa tecnologia.

O seguinte, por favor.

A questão da inovação é um outro desafio grande. Para fora da porteira, há toda questão do Sistema Nacional de Inovação, como as entidades voltadas para isso, como a Embrapa e as universidades, e há a indústria de insumos, como bens de capital, defensivos e fertilizantes. E, para dentro da porteira, há o desafio de investimentos ampliando essa capacidade de absorção do conteúdo tecnológico desenvolvido pelo mercado. Eu diria que o grande desafio é levar todas as inovações tecnológicas que já estão desenvolvidas. Existe um grande cabedal de tecnologias já disponíveis, e precisamos fazer com que isso chegue de maneira mais acelerada ao campo.

O próximo, por favor.

Entrando já no BNDES, aqui é a estrutura organizacional do Banco: o Presidente Luciano Coutinho, o nosso Vice-Presidente Wagner Bittencourt. O Banco se organiza por diretorias, que têm a atribuição de tocar áreas que estão relacionadas com os grandes setores da economia e também áreas corporativas voltadas para processos internos. A nossa é a Diretoria 5, que hoje é ocupada pelo Diretor Guilherme Lacerda, e a nossa área é a área agropecuária de inclusão social, que tem toda a responsabilidade pela agricultura de todos os portes dentro das políticas e dos produtos do Banco.

Vamos ao seguinte, por favor.

Aqui, procuramos representar a interação do BNDES com as políticas públicas. O BNDES, obviamente, é um executor de políticas públicas emanadas pelas instituições brasileiras, mas também procura interagir como um auxiliar na formatação dessa política, dando a sua visão de Banco de desenvolvimento. Então, há uma interação permanente com os ministérios setoriais para a formatação dessa política. Ele, como executor, apoia diretamente o setor, apoiando os beneficiários desse setor. E também, de forma indireta, via uma rede bancária vasta, conseguimos atingir praticamente todo o território brasileiro com apoio, com suporte dos bancos operadores de maneira indireta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO – Vamos ao seguinte, por favor.

Aqui é uma visão da agroindústria, o processo de transformação, de beneficiamento do produto. São volumes crescentes de aplicação. No ano passado, aplicamos 27 bilhões para esse setor.

O seguinte, por favor.

O BNDES, no crédito rural, está mais voltado para o financiamento do capital fixo, o investimento. Ele mantém uma participação relevante, algo entre 35% e 45% nesse tipo de investimento, ou seja, ele é um provedor de crédito de investimento de longo prazo para o setor agropecuário.

Vamos ao seguinte, por favor.

Aqui, é uma visão já do crédito controlado dentro do manual de crédito rural, com volumes crescentes. Aplicamos, no ano passado, algo próximo de R$20 bilhões. Para este Plano Safra 2014/2015, projetamos aproximadamente R$27 bilhões de aplicação, pegando diretamente a produção rural primária.

Vamos ao seguinte, por favor.

Aqui, é uma visão dos programas.

Podemos passar ao seguinte, por favor.

Eu não vou falar de todos pela questão do tempo, mas nós demos destaque a alguns programas. Nós operamos programas tanto do Ministério da Agricultura quanto do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Vamos ao seguinte.

Nós daremos destaque ao Programa ABC, que é um programa de agricultura de baixo carbono que busca introduzir técnicas de manejo sustentável à área de produção. Então, aqui, realmente, é uma área de fronteira, e o Brasil está liderando esse processo voltado para a agricultura de baixo carbono. Então, é um programa que tem especial prioridade dentro do BNDES.

O seguinte, por favor.

O Inovagro financia justamente a questão de absorção de tecnologia pelo produtor rural. Com condições bastante incentivadas, esse programa busca financiar essa absorção de tecnologia.

Vamos ao seguinte, por favor.

O Programa para Construção e Ampliação de Armazenagem é algo que ganhou prioridade, alta prioridade, recentemente. A gente vem financiando silos e equipamentos de armazenagem voltados para a produção rural. Aqui, há uma questão estratégica relevante que permite ao agricultor, ao produtor, gerir preços, gerir estoques, de maneira a ter margens mais interessantes para a sua produção.

Vamos ao eslaide seguinte, por favor.

Esse é o tradicional do Banco: o financiamento de máquinas agrícolas, de implementos, de tratores, de colheitadeiras. Existe também a preocupação aqui de financiar equipamentos via Finame, equipamentos de conteúdo local, de conteúdo nacional, fortalecendo a indústria brasileira.

Vamos ao eslaide seguinte, por favor.

No Pronaf, operamos praticamente todas as linhas do Pronaf para o agricultor familiar tanto na parte de produção como na parte de transformação de beneficiamento do produto.

Por fim, há um valor que a gente enxerga como sendo bastante relevante, que são as cooperativas. Tanto as cooperativas de produção quanto as cooperativas de crédito são dinamizadoras, são vetores de desenvolvimento regional importantíssimos. O BNDES tem nas suas políticas regionais produtos com condições bastante especiais para esse setor, porque entende nele um valor muito grande.

Então, é isso.

Mais uma vez, agradeço o convite da Comissão. Estou à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradeço ao Sr. Marcelo Porteiro Cardoso, Superintendente da Área Agropecuária e de Inclusão Social do Banco Nacional de Desenvolvimento.

Concedo a palavra ao último debatedor, o Sr. Amoque Benigno de Araújo, Secretário de Controle Externo da Fazenda do Tribunal de Contas da União.

O senhor tem a palavra.

O SR. AMOQUE BENIGNO DE ARAÚJO – Exmo Sr. Presidente desta Comissão, Senador Benedito de Lira; Srs. Senadores presentes nesta Mesa; autoridades aqui presentes; senhoras e senhores, cumprimento todos em nome do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, que não pôde estar presente aqui devido a um compromisso anteriormente agendado.

É uma satisfação estar aqui, é uma honra poder contribuir com essa discussão.

Por favor, pode avançar os eslaides.

Como é do conhecimento de todos, o TCU, na sua função de analisar contas dos órgãos e entidades da Administração Pública, tem como uma de suas competências proceder à fiscalização contábil, financeira e orçamentária por meio de auditorias operacionais. São auditorias, são metodologias. É uma metodologia do TCU para verificar o funcionamento, a operacionalização das políticas públicas e da gestão dos órgãos e entidades.

O TCU – pode avançar, por favor – vislumbrou a questão do agronegócio no Brasil, que, hoje, como foi falado, produz aproximadamente um quarto do PIB brasileiro.

Pode avançar o eslaide, por favor.

Nós também identificamos que os saldos das carteiras de crédito rural, até junho de 2014, estão em torno de R$250 bilhões, incluindo o mercado privado e os bancos públicos.

Em função disso, a Secretaria de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente realizou um trabalho no ano passado. Na verdade, houve três auditorias operacionais nessa área. Por quê? Porque verificamos que a atividade agropecuária traz uma série de riscos ligados, é claro, a eventos climáticos adversos e a pragas em lavouras e em rebanhos. O Governo Federal, por conta do apoio e das subvenções nessa área, tem tido de renegociar dívidas com agricultores e também de socorrer agricultores que enfrentam eventos climáticos adversos. Isso tem trazido custos elevados para a União.

Pode passar.

Então, vislumbrando esse cenário, a nossa Secretaria verificou o seguinte para mitigar esses riscos: em que o Governo Federal e os programas têm trabalhado, têm priorizado?

No modelo brasileiro, nós identificamos os três principais programas, digamos assim, além de muitos outros: o Seguro Rural, um seguro que funciona no âmbito do mercado privado também; o Proagro, que é um seguro em que a União arca com os custos, pois ela cobre esses eventos adversos que dão prejuízo aos agricultores; e o Garantia Safra, que é praticamente um programa que garante uma renda mínima para esses agricultores que sofrem com esses eventos adversos. É uma espécie de Bolsa Família para o pequeno agricultor. O Zarc, que está li, destacado, é um instrumento do Ministério da Agricultura. Inclusive, o nome específico é

Zoneamento Agrícola de Risco Climático. É uma ferramenta que se utiliza de métodos estatísticos para verificar eventos hídricos em várias regiões do Brasil. Verifica o tipo de solo e as lavouras ideias para serem desenvolvidas nesses ambientes. Então, o Zarc não é um programa, mas ele funciona juntamente com o Proagro, e o atendimento dos critérios do Zarc é condição para a contratação do Seguro Rural e do Proagro. Em outros países, o Seguro Rural tem sido o instrumento mais utilizado. Os Estados Unidos, a China e a Turquia também estão investindo pesado nessa ferramenta de socorro aos agricultores.

Muito bem. Agora, Seguro Rural. Nós vamos falar sobre o Seguro Rural, o Zarc e o Proagro. Têm como objetivos a universalização do Seguro Rural, em que os órgãos, as instituições privadas, instituições financeiras participam também, dando cobertura. A intenção é universalizar; tornar o acesso ao Seguro Rural mais fácil e ampliar isso na medida do possível para atender a esse universo de agricultores.

Estabilidade de renda, para que o agricultor não tenha perdas severas com os eventos climáticos adversos e indução de novas tecnologias; tecnologias que possam melhorar a produtividade no campo.

Pode avançar.

O Seguro Rural, então, transfere os riscos para o mercado privado mediante subvenção. O Governo entra com uma parte desse custo do seguro. Reduz os custos do crédito agrícola, então, para o agricultor. É o Governo participando com essa subvenção. Aí protege o preço contra os eventos climáticos e contra pragas.

Pode passar.

Agora, o Seguro Rural no Brasil, o mercado do Seguro Rural ainda é incipiente e precisa, de fato, que sua operacionalização estimule a competitividade e a entrada de novas empresas no setor. Ainda incipiente, precisa que outras instituições entrem nesse ramo de atividade.

Pode avançar.

E o TCU, realizando o seu trabalho, esses trabalhos de auditoria operacional, encontrou algumas oportunidades de melhoria. Esses programas são administrados principalmente pelo Ministério da Agricultura, Ministério de Desenvolvimento Agrário e Banco Central. E, nos achados, nós verificamos que a publicação intempestiva das regras, em relação ao período de plantio, acontece, algumas vezes, faltando poucos dias ou semanas para o início de uma nova colheita, trabalhos em uma nova safra.

A desarticulação entre os programas de subvenção federal e dos demais entes da Federação. Em alguns momentos, eles não conversam. Então, trabalham isoladamente.

Subutilização das estruturas regionais do Ministério. O Ministério da Agricultura tem superintendências regionais nos Estados, mas elas não participam da gestão desse programa nos Estados. É centralizado em Brasília.

Há um contingenciamento e atraso dos repasses de subvenção aos operadores. Isso nós vamos mostrar mais à frente, com eslaides.

Sistemática de distribuição da subvenção, que limita a competitividade do merdado – cotas para seguradoras. Inclusive vou fazer um comentário, de que isso já está mudando.

Deficiências nos controles internos – necessariamente ligados à gestão desse programa – e deficiência no monitoramento de impactos da política – ainda não há indicadores e formas de aferir sua efetividade.

Nesse gráfico, o planejamento a cargo do Ministério, assim como a gestão do problema, tem permitido que as entidades e as instituições envolvidas com o seguro rural... Dentro do planejamento, existe um montante previsto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AMOQUE BENIGNO DE ARAÚJO – Desse montante, é empenhado menos do previsto, e pagam um valor menor ainda. No gráfico no canto inferior à esquerda, percebe-se que a linha azul, lá em cima, é o que havia sido previsto para esse programa, e a linha verde, lá embaixo, demonstra o que, na verdade, foi pago. As entidades, as instituições financeiras que participam pagam o seguro para o agricultor, e a União não repassa esse valor integralmente.

Pode avançar.

Por conta disso, esse programa ainda precisa avançar, em termos de gestão, para que tenha mais crédito junto ao mercado, junto aos agricultores e às instituições financeiras que participam. Por isso vemos ali uma concentração de números de apólices nas Regiões Sudeste e Sul, até por conta de pesquisa, mas as Regiões Norte e Nordeste não têm sido tão bem assistidas em relação a esse programa.

Pode avançar.

Pode avançar, também.

O Proagro é um seguro que o Governo Federal, por meio de um programa, criou, mas o Governo Federal é que arca com todas as despesas referentes a eventos adversos com os agricultores. Nos últimos dez anos, foram gastos R$2,290 bilhões de indenizações, de valores expendidos pelo Governo Federal, por conta desse programa.

Pode avançar.

Nesse eslaide, eu destaco a questão da melhoria na articulação dos atores envolvidos: Banco Central, Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e unidades regionais. É preciso haver uma articulação melhor. Nesse programa, outra auditoria operacional que verificou essa área. Os principais achados: a União não tem traduzido adequadamente os riscos financeiros do Proagro. Então, é feita uma previsão de gastos com o Proagro, que arca com todas as despesas em relação a eventos adversos com os agricultores. Na Lei Orçamentária, esse valor não é totalmente atendido, e no próprio atendimento financeiro do programa o valor do repasse também não tem sido honrado como o programa exige.

A União tem feito cortes nos valores solicitados para o Proagro, na Lei Orçamentária. Os ministérios encarregados da operacionalização agem de maneira desarticulada e o Zarc tem sido subutilizado na redução das desigualdades regionais. Norte e Nordeste não têm sido atendidos como outras regiões do País. Então, nós entendemos que são necessários ajustes na sitemática de confecção do Zarc, que dita que cultura e em que época do ano deve ser introduzida pelo agricultor na sua produção. Isso para quê? Para melhorar, proporcionar gestão de risco em todos os biomas. Nós identificamos que esse programa precisa ser melhorado.

Pode avançar.

A boa notícia é que essas auditorias operacionais foram feitas no ano passado; este ano, no programa de monitoramento que o Tribunal faz dos seus trabalhos.

Com os envolvidos nesses programas, nós verificamos que eles já têm um plano de ação e estão trabalhando mais articuladamente e implementando meios de gerir essas políticas de uma forma mais articulada, mais eficiente e efetiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradeço ao Dr. Marcelo Porteiro Cardoso, superintendente... Aliás, ao Sr. Amoque Benigno, Secretário de Controle Externo da Fazenda do Tribunal de Contas da União. Desculpe-me.

Agora vamos abrir para que os Senadores possam formular os seus questionamentos aos nossos convidados.

Inscritos pela ordem...

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pela ordem, Senador Fleury.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Não sei se sou o primeiro inscrito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – É o nosso Senador Ruben Figueiró o autor do requerimento. Em seguida, está inscrita a Senadora Ana Amélia. O terceiro é o Senador Fleury e, por último, o Senador Suplicy.

Com a palavra, o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Srª Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores Fleury e Suplicy, senhores convidados, eu quero confessar que fiquei extremamente satisfeito com a exposição de V. Sªs. São poucos os questionamentos que desejo fazer; são mais observações do que questionamentos.

Os dois primeiros depoentes, o Sr. Oduval Lobato Neto, representante do Basa, e o senhor representante do Banco do Nordeste, o meu xará – só que V. Sª é plural: Rubens; eu sou Ruben apenas, até pelo meu tamanho, sou menor.

Mas, com relação à exposição precisa que os senhores fizeram, eu destaquei apenas um assunto que me parece que é o fulcro de toda a exposição feita por V. Sªs, é assistência técnica, extensão rural e também a ausência dos Zarc lá, tão bem salientada aqui pelo representante do Tribunal de Contas da União. Todo o esforço que o Basa e o Banco do Nordeste têm feito quer me parecer que esbarra justamente nessa falta de assistência técnica por parte de outros órgãos do Governo Federal. Estou convencido de que, se ela existisse de forma permanente e consistente, talvez o desenvolvimento da ação desses dois bancos seria mais efetivo em favor da economia regional tanto do Norte quanto do Nordeste.

O senhor representante do BNDES salientou alguns fatos aqui que também me chamaram a atenção. Eu sou de um Estado nitidamente agropecuário, o Mato Grosso do Sul. Toda a sua economia se fundamenta na riqueza do campo. Mas com o curso dos anos e a exploração intensiva, sobretudo na pecuária, e agora mais recentemente com a agricultura de grãos, nós estamos transformando muitas áreas degradadas. Para V. Sªs terem uma ideia, hoje, aproximadamente, nós temos lá absolutamente degradados mais de um milhão de hectares, que precisam da presença do Poder Público Federal, principalmente através das suas oficinas de crédito.

O senhor, Dr. Marcelo, ressaltou esse assunto no seu depoimento. Isso é muito louvável.

Agora, seria muito importante que o BNDES, com ânimo, disposição e recurso que tem, fizesse uma campanha de esclarecimento no meu Estado no sentido de mostrar que o BNDES não é somente um financiador de aquisição de máquinas agrícolas, o que faz muito bem – inclusive, no passado fui beneficiado pelo financiamento do BNDES a juros módicos e tempo longo, o que continua até hoje através da extensão a muitos outros agricultores e pecuaristas – mas, especificamente nas áreas degradadas, acredito que não haja ainda a presença do BNDES.

Temos lá no Estado o Zarc regional. O atual Governo estadual fez um zoneamento da realidade das condições das nossas terras e se sabe perfeitamente onde se pode produzir, onde se pode semear, onde se pode cultivar não somente grãos, mas também plantas para atender a pastagens, para atender à atividade pecuária.

Então, é muito fácil se executar um programa dessa ordem. Conclamo V. Sª que leve à diretoria do BNDES para que se faça uma ação nesse sentido, que será benéfica não só para o meu Estado, como para o Brasil.

V. Sª também fez menção ao Programa de Baixo Carbono. Talvez o único Estado brasileiro que tenha uma atuação nesse sentido seja Mato Grosso do Sul, através da cooperação do Governo Federal, da Embrapa Pantanal e das entidades de classe, sobretudo a Federação de Agricultores de Mato Grosso do Sul, a Farmasul. O programa está bem adiantado. É um programa que – creio – pioneiro e que trará, sem dúvida alguma, um resultado muito valioso para que nós possamos preservar o meio ambiente em nosso País.

Então, é um assunto que realmente deve ser realçado em homenagem à ação do BNDES.

Finalmente, eu gostaria de solicitar uma informação de V. Sª, Dr. Marcelo. Nós temos a construção de uma fábrica de fertilizantes em Três Lagoas. Essa é uma obra de iniciativa da Petrobras. As notícias são de que as obras estão paralisadas ou em fase de paralisação por falta de apoio financeiro pelos órgãos oficiais de crédito. Eu confesso que não tenho aqui dados precisos, mas quero crer que o BNDES faz parte desse grupo de financiamento da obra dessa fábrica, que é muito importante, porque dela derivará uma recuperação das áreas agrícolas a que eu fiz referência aos senhores.

Sr. Presidente, ao concluir, eu gostaria de dizer que as observações feitas pelo Tribunal de Contas, através do Dr. Amoque, foram muito precisas com relação ao seguro rural. É uma advertência que nós temos que levar em consideração, porque realmente esse é um setor em que há omissão do Governo Federal nesse sentido. Nós não temos absolutamente condições de atender, sobretudo ao pequeno produtor rural. Aliás, V. Exª, Senador Benedito de Lira, tem focado com muito interesse, precisão e insistência essa questão do seguro rural, sobretudo para a região que V. Exª tão bem representa, que é a região Nordeste.

No mais, agradeço a atenção, cumprimento-os pela exposição que fizeram, que vai engrandecer o trabalho que teremos de realizar nesta Comissão.

Cumprimentos a todos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Figueiró.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, caros colegas Senadores, queria cumprimentar pela exposição dos convidados o Tribunal de Contas, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste e o BNDES.

Eu vou começar pelo Dr. Amoque.

O senhor apresentou dois temas relevantes, temas que me chamam a atenção porque são recorrentes.

Primeiro que zoneamento agrícola. No ano, o plantio se repete, é sempre no mesmo período. Então, demorar, não ter uma cartilha para explicar, para definir o mapa do zoneamento agrícola não se justifica, porque todos os anos... Isso deveria ser feito no início do ano, para 2013, 2014, 2015, períodos mais longos, para ter maior durabilidade. Então, acho que isso pode ser até um desperdício, porque, se a cartilha chega atrasada, o plantio atrasa ou nem há condições de plantar, porque o contrato é feito mediante a obediência àquele critério de zoneamento. Portanto, já prejudica o agricultor. Em algumas regiões fica mais difícil porque não se tem acesso à informação. Então, penso que essa é uma questão em relação à qual o Poder Executivo, em suas regiões, tinha que tomar uma atitude.

Há outro dado relevante, também recorrente, que diz respeito à diferença entre o montante de crédito rural que é anunciado – estão ali as colunas –, o montante contratado e o montante realmente liberado. Essa é outra questão. Eu queria lhe perguntar por que acontece isso. Por falta de informação do tomador do crédito? Por falta de eficiência da instituição financeira? Pelo excesso de burocracia, isto é, pelo excesso de exigências, garantias e de uma série de outros mecanismos? Não se falou aqui também nas garantias exigidas na tomada desse crédito, porque na área da agricultura familiar, por exemplo, não serão exigidas garantias que vão além da capacidade do agricultor, o médio agricultor. Então, eu queria lhe perguntar sobre estas duas questões: gostaria de saber por que essa defasagem entre o que se anuncia e o que se aplica realmente e gostaria de saber sobre essa questão do zoneamento, para saber se não é possível fazer alguma coisa.

Mas eu, como jornalista, Dr. Amoque – nós temos um olhar muito aguçado –, gostaria de saber o seguinte. Casas cujas cumeeiras são pontudas são de zona de muita neve – se não fosse assim, essas cumeeiras não seriam necessárias. No Nordeste não é preciso fazer casas como as que apareceram nos eslaides que o senhor apresentou ali. Então, eu queria saber que lugar é esse, porque não me pareceu ser Santa Catarina ou o meu Estado, o Rio Grande do Sul, ou o Paraná. É um eslaide que está ali que despertou a minha curiosidade, gostaria de vê-lo – não hoje, porque o senhor não terá condições de saber que lugar é aquele.

Dirijo-me agora ao Dr. Marcelo, que falou da questão das cooperativas.

Eu queria saber qual é o montante aplicado para as cooperativas de produção agrícola levando em consideração a repartição regional no País, nos Estados, gostaria de saber quais setores tomaram mais esse crédito.

Queria também ouvir uma observação do senhor, Dr. Marcelo, porque o senhor falou de uma coisa também crônica no Brasil. Eu, desde que exercia o jornalismo, na cobertura da área econômica, falava do déficit de armazenagem. Este é um problema grave: a cada safra de soja, a armazenagem é em cima do caminhão, nós não temos silos. Então, gostaria de saber em quanto cresceu nos últimos anos o financiamento para a armazenagem no País e qual é o déficit para a armazenagem estimado pelo BNDES, que é um banco que deve ter esse informação.

Essas são as questões que eu gostaria de ver respondidas pelo senhor.

O Dr. Oduval falou da questão da regularização fundiária. Esse é um problema não só da Região Amazônica, mas também do Nordeste – lá, mais em função das distâncias, dos tamanhos das áreas. E aí, nessa questão, gostaria de saber o que o Banco, como instituição financeira pública, está fazendo para enfrentar a situação, uma vez que, nisso, ele depende do Incra, ele depende de uma articulação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, depende de outros órgãos que também têm excessiva burocracia.

Dirijo-me agora ao Dr. José Mota.

Aqui se fala muito em Proagro. O Proagro, na verdade, é um seguro de crédito, não é um seguro de renda para o agricultor. Agora mesmo, lá no Rio Grande do Sul, tomaram crédito, não conseguiram nem plantar, estão devendo ao banco. Como é que eles ficaram?

Porque eles vão ter de pagar a conta de uma lavoura destruída por um temporal horrível que aconteceu na região de Júlio de Castilhos, no centro do Estado? Então, como é que se pode destravar essa questão? Dependeria de um novo sistema de crédito rural que não seja só um seguro de crédito, mas um seguro de renda para os agricultores, porque ali se compatibilizaria a segurança para a instituição financeira que empresta com a segurança para o agricultor que, em caso de um acidente climático ou de qualquer natureza, possa ter assegurada a sua renda na atividade rural?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu gostaria de transmitir aqui uma informação, para que possa haver economia de tempo. Há dois outros Senadores inscritos. E eu gostaria de chamar atenção dos debatedores para que anotassem as formulações para cada um. E, ao responderem, estará encerrado também o debate.

Com a palavra, o Senador Fleury. Depois, o Senador Suplicy.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Eu quero começar, Presidente, pelo Procurador representante do TCU, Amoque Araújo. Dentro do que se falou, pouca coisa é a realidade. Primeiro, nós não temos seguro. O seguro neste País, exclusivamente, serve para os gerentes de banco cobrirem cota. Produtor não tem seguro. O Pronaf... O seguro que nós temos no banco... Que a Senadora falou...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*.) – Proagro.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – O Proagro não cobre nem o custo do banco. Existe uma diferença. Quando o produtor vai tirar o dinheiro, a primeira coisa que o gerente do banco exige é o seguro e mais alguns papéis que eles vendem, tanto no Banco do Brasil, como na Caixa Econômica Federal e nos bancos particulares. O produtor sai de lá com um pacote de investimentos no banco para poder ter acesso ao crédito. E mais: ele é obrigado a deixar numa carteira 20% do dinheiro que é liberado para ele, rendendo Poupança, para tirar quando ele for liquidar. Essa é a realidade.

Para V. Sª que é do TCU, quero alertar sobre isso.

E quero alertar para a parte dos financiamentos do BNDES: o BNDES tem feito coisas maravilhosas, financiamentos para produtores, mas só meia dúzia de produtores pegam financiamento do BNDES. Se perguntar em qualquer cidade do interior onde é a sede do BNDES, ninguém sabe. Ele tem de ir ao Rio de Janeiro, a sede do BNDES ainda é no Rio de Janeiro. Os bancos que repassam repassam com *spread* muito acima.

Hoje, no Brasil, o BNDES virou sinônimo de Friboi, que foi a empresa que mais pegou dinheiro do BNDES, industrializando em todos os ramos, fechando várias plantas frigoríficas deste País, monopolizando o preço do boi. Hoje, vende-se para o Friboi ou não se vende boi, porque eles fecharam várias plantas – compraram

e fecharam com o dinheiro do BNDES. Então, o BNDES virou – novamente, quero aqui afirmar – sinômino de Friboi, que foi a empresa que mais tirou dinheiro no BNDES e que mais tem prejudicado os pecuaristas deste País. E não só no ramo da pecuária, mas de frango, de porco, de leite. Eles entraram em tudo, massacrando os concorrentes.

Acho que não cabe ao Ministério da Agricultura dizer quem é que vai fiscalizar o pequeno agricultor. Temos uma diferença muito grande de uma região para outra. Se pudéssemos colocar o mapa do Centro-Oeste, aqui só se fala em micro e pequeno agricultor.

A Senadora Ana Amélia mostrou, no mapa que foi colocado, o que tinha de crédito para o grande, da demanda e do que foi liberado. Explico por que não foi liberado. Não é liberado, porque acima do limite de R$200 mil, que já não é o pequeno agricultor, a grande parte dos agricultores está em demanda com o Banco do Brasil.

O TCU precisa lembrar que o produtor rural passou por descasamento de crédito, pelo Plano Collor, quando a dívida dele aumentando a sua dívida em 87%, do dia 13 para o dia 15 de março de 1990. Depois disso, tivemos seca; depois, tivemos descasamento de preços; depois, tivemos aftosa; depois, tivemos bloqueio econômico mundial, em que nossos produtos não valiam.

Então, faço uma reflexão, dizendo que o TCU precisava analisar e fiscalizar principalmente o dinheiro do BNDES. O Ministério da Agricultura, quando fala em aplicar dinheiro para pequeno e microprodutor, precisamos saber, na Região Centro-Sul, qual é o módulo para ser um pequeno produtor, porque a Senadora Ana Amélia mostrou muito bem aquela fotografia. Duvido que aquela fotografia seja de uma propriedade brasileira. Aquilo foi muito bonito, mas cuidado, porque o Presidente Lula, numa época, mostrou uma agricultura familiar, e ela não o era, não era filmado aqui, e nós estamos, às vezes, caindo no mesmo ponto.

Vamos mostrar a nossa realidade. A casa dos pequenos produtores, neste País, ainda é de pau a pique. Se os pequenos produtores deste Paí, não se aposentarem, não tiverem o dinheiro da aposentadoria, nas pequenas e micropropriedades, eles não dão conta de sobreviver.

Acho que, no centro-sul deste País, com menos de 500 hectares, não se sobrevive. Digo mais ainda: o produtor tem de trabalhar lá, tirar o leite, levá-lo para a cidade, chegar com o odor do curral e, às vezes, é impedido de entrar no banco. Às vezes, com a porta eletrônica, o banco o breca, porque esses produtores sempre carregam um canivete do lado, mas, às vezes, o banco o breca pelo odor com que entram nas agências com ar condicionado.

Essa é a posição de um produtor. Sou um homem que estou no Senado Federal, mas moro há 38 anos na minha propriedade. Não tenho casa em cidade. Moro numa propriedade em Quirinópolis, onde, por motivo de agricultura, fiquei totalmente endividado, porque não tinha seguro, e tive de partir para a produção de cana.

Hoje, sou um grande produtor de cana para usina; até o momento, está sendo bom, mas estamos sabendo das dificuldades. Ontem, tive a informação de que, no Brasil, nós já temos 58 usinas pedindo recuperação de crédito, com mais de 60 mil funcionários demitidos.

Essa é a posição do agronegócio, que, quando o Presidente ou a Presidenta deste País sai, ela se orgulha do agronegócio, da divisa que o agronegócio traz a ao País. Mas cuidado porque esse sorriso pode virar lágrima e choro amanhã! Porque, hoje, nós temos orgulho de dizer que podemos alimentar o mundo, e, às vezes, não daríamos conta de alimentar o próprio trabalhador da agricultura familiar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Fleury, e queria cumprimentar a V. Exª por dizer que, na sua atividade em plantar cana, está achando que, até agora, está bem. Eu tenho de dizer a V. Exª e aos demais companheiros que, no meu Estado, que já foi o segundo maior produtor de açúcar e álcool do Brasil, o setor acabou. Nós tínhamos mais de 40 usinas e estamos, hoje, resumidos a 16. Quem não entrou em pré-falência, fechou. Então, é um problema para a reflexão do Governo, porque é um setor que, realmente, contribuiu muito para o desenvolvimento deste País.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, cumprimento o Senador Ruben Figueiró pela iniciativa desta audiência pública. Srª Senadora Ana Amélia, Ruben Figueiró e Fleury, senhores Marcelo Porteiro Cardoso, José Rubens Dutra Mota, Amoque Benigno de Araújo e Oduval Lobato Neto, cumprimento-os pelas exposições.

Eu gostaria de centrar as minhas questões para solicitar, sobretudo dos representantes do BNDES, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia, sobre o microcrédito e também crédito para as cooperativas. Todos falaram na importância do microcrédito: qual é, hoje, nas suas respectivas instituições, o valor aproximado médio do microcrédito que tem sido colocado? E para quais finalidades? Inclusive, não sei se o Sr. José Rubens ouviu: qual o valor médio das operações de microcrédito e, sobretudo, para quais atividades tem sido? E qual é o grau de a adimplência que tem se observado? E como evoluiu o microcrédito nesta última década, quando as

instituições de crédito no Brasil passaram a dar maior importância a ele, bem como à agricultura familiar? E se destinguem o microcrédito em relação à agricultura familiar? E se há valores diferentes para essas finalidades? E, também, no que diz respeito às cooperativas: em que medida as respectivas instituições de crédito estão dando o apoio às formas cooperativa de produção, e se podem nos dar alguns números da evolução disso?

Tendo em conta as observações do Senador Fleury, acho que, sobretudo, da parte do BNDES, eu acredito que o Sr. Marcelo Porteiro Cardoso irá esclarecer melhor em que medida o BNDES tem tido a preocupação de não, apenas, estar financiando uma única empresa, mas um conjunto de empresas. Inclusive, do próprio setor de carnes e frigoríficos, não se tornando, o BNDES, uma instituição que estaria a financiar apenas uma empresa, porque foi criado uma imagem que me parece não é a mais adequada, com todo o respeito ao Senador Fleury.

Acho importante que isso seja esclarecido, inclusive ao representante do Tribunal de Contas, Amoque Benigno de Araújo, se há alguma observação da parte do Tribunal de Contas com respeito a eventual favorecimento de tal e qual setor da economia em prejuízo de outros. Aí, cabe ao Tribunal de Contas chamar a atenção de qualquer das instituições aqui presentes.

Muito obrigado, Presidente Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Encerrada a participação... Gostaria de fazer alguma manifestação, Senador?

Eu concedo a palavra, para as respostas, ao Sr. Oduval Lobato.

O SR. ODUVAL LOBATO NETO – Iniciando pelos comentários da Senadora Ana Amélia, a questão fundiária, realmente, na Amazônia, é um negócio muito difícil, acho até que diferentemente de outras localidades, outras regiões. Eu me referi mais aos Estados de Roraima e do Amapá, que vêm de territórios, e a Senhora sabe que lá é crucial.

O que o Banco da Amazônia tem feito? Promovido reuniões, como para tudo a gente faz. Eu falei da integração de política, nós trabalhamos, basicamente, com 22 ou 23 políticas diferenciadas de Governo. Eu me lembro de que quando o amigo Amoque falava das dificuldades, parece que as áreas de Governo não se entendiam, não conversavam. Eu me lembro de que, no Ministério da Integração, há bastante tempo, a gente vem trabalhando, desde a concepção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional na sua primeira fase, na sua construção toda. Chegou um momento, para a senhora ter uma ideia, em que a CGU interpelou os bancos por serem omissos na construção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Nós mostramos à CGU que os bancos não foram omissos. Quando o Ciro Gomes era Ministro da Integração, ele não autorizou, não implementou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional enquanto não houvesse a harmonia e o consentimento de todos os bancos. Lá participaram todos os bancos, naquela fase, porque a gente percebia que havia inconsistência em relação à tipologia dos municípios. Nós demonstramos, através de relatórios, documentos e memórias das reuniões, ouvindo todos os Estados da Amazônia sobre a questão da PNDR. E assim a gente tem feito.

Para a senhora ter uma ideia do nosso planejamento, mostrei ali alguns exemplos de políticas que a gente precisa trabalhar. Tudo o banco faz, o banco foi pioneiro nisso nos encontros, nos debates, e lá discute com a sociedade, o Governo com a sociedade, para colher o subsídio e formular os planos, submetendo-os ao Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, Sudam, que tem até o dia 15 de dezembro para aprovar o plano. E assim tem feito. Para resolver esses problemas, tem feito reuniões em todos os Estados onde é mais evidente a situação, no caso, do Amapá e Roraima.

Eu lhe diria que a minha experiência é de 37 anos de serviço. Conheço desde os bastidores da criação dos fundos constituicionais até as primeiras operações. Até hoje venho trabalhando nessa área, e não é fácil. Às vezes, as picuinhas – e já escrevi isso em trabalhos técnicos que elaborei – dificultam a implementação das políticas.

A senhora acredita que, às vezes, o Governo, por ser de um partido e quem está no Incra ser de outro, não se aturam, não sentam para conversar, definir. Isso tem acontecido, o que emperra o processo. Há os recursos, a dotação, o Ministério define como política de alocação no mínimo 5% dos recursos dos fundos constuticionais – a senhora viu que são volumes significativos, – mas, infelizmente, isso não avança. A própria política do crédito recomenda uma adequada política. Se eu não aplico recurso com a adequada política de garantia, a CGU me fiscaliza e vem em cima, como tem apontado nos achados de auditoria.

Então, a CGU, eu diria, hoje, é muito eficiente no serviço que faz e se tornou uma parceira dos bancos, porque ela aponta as divergências, o que ela detecta de erros e de inconsistências e chama a atenção e trabalha junto, para que a gente corrija.

E, nesses Estados menores, a gente tem tido. Um exemplo de sucesso, eu diria, foi a Operação Arco Verde Terra Legal, porque todos convergiram para objetivos comuns de resolver e conter desmatamento. E o exemplo que tenho era o de Tailândia. Tailândia foi tida na mídia como o vilão do desmatamento. O Prefeito chegou de-

sesperado, batendo à nossa porta. Era de um partido diferente do partido da Governadora Ana Júlia, naquela época. Ele disse: "Não há outra coisa, a não ser bater à porta da Governadora e pedir ajuda". E assim foi feito.

Hoje, Tailândia deu a volta por cima, como Paragominas também, que era considerada... Era até Município que se tratava com termos pejorativos e que deu a volta por cima. Hoje é um modelo de Município verde; Tailândia, também.

E assim a gente tem feito. Mas infelizmente, em algumas situações, a gente não consegue reunir. A gente vai, reúne, promove encontro, não sei o quê... Em outros a gente não consegue promover os encontros para as questões que eu aponto. Infelizmente, a gente vai alcançando os objetivos de acordo com aquilo que é possível.

Então, essas são as considerações que eu teria a fazer em relação à colocação que a senhora falou.

Em relação ao Senador Eduardo Suplicy, Senador, temos um programa de microcrédito produtivo orientado, atendemos às cooperativas. O senhor sabe que não é tão forte na Amazônia esta questão do associativismo e do cooperativismo, que é enfraquecida. Não temos, assim, uma atuação muito forte.

O associativismo foi uma condição imposta e criada como modelo todo programado, definido, para a concessão do crédito através do Pronaf, porque foi a forma que a gente conseguiu para poder conceder o crédito sem a efetiva garantia ao crédito. Então, através do associativismo, do aval solidário, a gente consegue.

Mas mostrei aqui o desempenho em termos da agricultura familiar, mas, em termos do microcrédito produtivo, a nossa atuação ainda é pequena. Estamos expandindo a nossa carteira, o que envolve todo um sistema, digamos assim, de orientação, de educação para isso, de acompanhamento, via uma cooperativa, que foi criada com finalidade específica para isso. Infelizmente eu não trouxe dados, vou ficar lhe devendo. Posso fazer um relatório, nós temos um relatório sobre isso. Infelizmente, eu não o trouxe aqui no meu material, e posso encaminhá-lo a esta Comissão.

Então, vou ficar lhe devendo, não tenho a média para lhe dizer.

Em relação à inadimplência, pelo que acompanho, ela gira em torno de mais ou menos 1%, é bem pequena.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Banco do Nordeste.

O SR. JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA – Com relação à pergunta e aos comentários do Senador Ruben e da Senadora Ana Amélia, realmente, quando nós aplicamos no Semiárido – e o nome já está dizendo, Semiárido –, na agricultura, se não tivermos uma política de seguro que evite que o agricultor e o pequeno produtor hipotequem sua propriedade em casos de estiagem... E sabemos que, no semiárido, em cada dez anos, nós temos seis anos de estiagem e não sabemos quais. A meteorologia ainda não tem essa precisão. Então, precisa-se, sim, de política pública.

Quando se vê o eslaide que o Amoque mostrou da aplicação do seguro do Zarc e do seguro rural, há um vazio no Norte e no Nordeste. Isso se reflete nas nossas aplicações no Semiárido, porque seríamos irresponsáveis... Nós somos instituições financeiras, temos os órgãos fiscalizadores, seguimos regras e regulamentos. Caso tivéssemos uma política de seguro, de seguro-garantia, que realmente desse esse conforto, com certeza as aplicações no Semiárido seriam diferentes e fariam a diferença.

Essa questão, realmente... O Proagro é um seguro de crédito; o seguro de renda seria o seguro Safra, que também tem nos atendido. Nós, que somos nordestinos, sabemos da dificuldades que tínhamos.

Eu já fui gestor público nos idos de 1994, quando tivemos uma grande seca, e havia aquelas invasões, o flagelo. Neste ano, em 2011, 2012, 2013, houve uma grande estiagem, grandes prejuízos, mas não houve saques, morte de seres humanos por fome.

A questão hoje é econômica. A questão principal, hoje, é ver um pequeno produtor perder suas 10 cabeças de gado e voltar à estaca zero quando a sua poupança, feita ao longo de anos, é perdida por essa questão.

Então, nós achamos, sim, que... E fico feliz com a apresentação do Amoque e esses achados. Que isso continue, Amoque, e tenhamos o aperfeiçoamento desses institutos de seguro.

Senador Suplicy, realmente, como o Oduval, eu não tenho maiores informações, mas o microcrédito do Banco do Nordeste começou há mais de dez anos, com o Crediamigo, que serviu de exemplo para o Crescer, do Governo Federal. Então, temos, realmente, uma experiência muito forte: o acompanhamento, a assistência técnica, a forma de remunerarmos o próprio assessor de crédito. Isso faz com que a inadimplência seja muito baixa.

No caso do Agroamigo, no setor rural, a média é em torno de R$2 mil, que é o antigo Pronaf B. Eles são aplicados mais na pecuária. O maior percentual é na bovinocultura, mas aplicamos também na ovinocaprinocultura, no artesanato e no turismo rural, em pequenas parcelas. Eu posso também encaminhar informações maiores aqui para a Comissão, mas é em torno de R$2 mil. E a inadimplência, Senador, não pode ser mais de 2%, porque torna inviável. Então, ela permanece sempre abaixo de 2%.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu agradeço muito e agradeço também se puderem mandar as informações, porque estou acompanhando este tema e quero ter mais dados a respeito.

Obrigado.

O SR. JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA – Encaminharemos à Comissão e ao seu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado.

Agora, com a palavra, o representante do BNDES.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO – Seguindo pela ordem, primeiro, responder ao Senador Ruben. Sobre a questão de áreas degradadas no Mato Grosso do Sul, entendemos que é algo muito crítico. Temos acompanhado a discussão em diversos fóruns com especial atenção. Inclusive, fizemos, recentemente, um acordo institucional envolvendo Embrapa, Febraban, Senar, CNA e ABDE, justamente para reforçar toda a questão de capacitação e de entendimento do modelo de Programa Agricultura de Baixo Carbono para que isso chegue com mais clareza e mais transparência na ponta para o agricultor.

Então, estamos totalmente à disposição para fazer o fomento lá. Temos total interesse em interagir com as organizações, com as instituições representativas de classe do setor lá no Mato Grosso do Sul, assim como em outros Estados. Então, nos colocamos à disposição para isso.

Com relação à questão da fábrica de fertilizantes...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – V. Sª me permite?

Eu agradeço muito a disposição do BNDES, mas eu gostaria que ele fosse lá.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO – Sim, claro.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Promovesse uma reunião, um seminário talvez, para esclarecer que o BNDES pode contribuir muito, não somente no Programa do Baixo Carbono, como também pela recuperação das terras degradadas, que está também dentro do Programa de Baixo Carbono.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO – Perfeito.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – É muito importante a presença do BNDES nessa exposição lá no meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO – Correto. Estamos à disposição. Inclusive, podemos mobilizar outros bancos e, eventualmente, outras instituições para estarem presentes também. Temos um relacionamento muito próximo com a Embrapa. Então, estamos à disposição para estar presente lá no Estado. O senhor pode nos mobilizar que estamos plenamente à disposição.

Com relação à questão da fábrica de fertilizantes, eu gostaria de receber mais informações. A minha área não é responsável por esses projetos, mas temos informações de que Vale e Petrobras têm projetos importantes e grandes nesse setor, que estão sendo tocados adiante. Da parte do banco, não há qualquer restrição. Apoiamos esse tipo de investimento. Depois, eu gostaria de receber mais informações. O senhor falou que teria algum atraso em relação ao projeto. Eu gostaria de receber mais informações sobre essa questão para poder interagir com a área responsável por esses projetos no banco.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Dr. Marcelo, V. Sª tem conhecimento de que o BNDES financia essa obra da Petrobras lá em Três Lagoas, a fábrica de fertilizantes?

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO – Eu não sei a localidade. Eu sei que a Petrobras tem projetos de fertilizantes pelo País. Eu não tenho certeza, porque a minha área não é a responsável. Então, eu não tenho certeza.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Para esclarecimento a V. Sª, há mais de dois anos, esse projeto está em execução. A informação que se tem lá é de que, por falta de aporte de recursos por parte dos órgãos de crédito do Governo Federal, a obra está praticamente paralisada, e já foram demitidos de 2 a 3 mil operários que lá estavam trabalhando na edificação da fábrica.

Gostaria que V. Sª se inteirasse melhor do assunto e comunicasse aqui à Comissão...

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO – Sim. Perfeito.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – ... qual é a presença do BNDES, qual é o valor dessa presença e por que a obra está paralisada, ou em processo de paralisação.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO – Perfeito, Senador. Vamos levantar essa informação. A gente não tem notícia de que há qualquer tipo de atraso na liberação de recursos por parte do BNDES para esses projetos, mas, enfim, eu vou checar e mantenho, aqui, a Comissão informada.

Da Senadora Ana Amélia, os comentários em relação à questão da armazenagem, os déficits. De fato, tem um déficit importante que a gente tem que atacar. Eu não tenho os números globais, porque a gente tem a visão a partir do banco.

Eu me lembro de um número que foi divulgado há algum tempo, que era uma projeção da FAO, que dava conta de que a capacidade estática deveria ser igual a aproximadamente 1,2%, ou seja, 120% da produção, e o Brasil estaria como algo em torno de 0,8% e 0,9%.

Eu não tenho uma atualização desses números. Acredito que eles tenham evoluído de maneira significativa, porque os programas que foram criados incentivaram, de fato, o financiamento e o aumento da armazenagem. No caso do banco, a gente financiou, no ano-safra passado, R$2,2 bilhões, especificamente, em armazenagem.

Nas cooperativas de produção, a gente atua tanto no lado da produção, quanto no lado das cooperativas de crédito. Nas cooperativas de produção, a gente investiu, no ano passado, R$4 bilhões, aproximadamente. Depois eu passo os dados precisos por um relatório à Comissão, mas, de fato, é algo que é bastante prioritário nas políticas do banco. A gente apoia, inclusive, toda a parte de beneficiamento e de agroindústria também dessas cooperativas.

O Senador Fleury levantou a questão da presença local, que é importante, é um fato a que a gente está sempre muito atento. A gente tem uma rede de bancos operadores muito ativa e que a gente acompanha. Apesar de ele ser responsável pela concessão do crédito, todo o processo dele é verificado, é auditado, inclusive, pelos órgãos de controle.

O ano passado, o banco fez mais de um milhão de operações em todo o Brasil, atingindo, praticamente, 100% dos Municípios brasileiros. O cartão BNDES é um bom exemplo de como o banco tem chegado cada vez mais próximo do empreendedor, do pequeno empreendedor.

Aproximadamente metade dos recursos do banco, desembolsos, são repassados de forma indireta, pegando bem o porte de micro, pequenas e médias empresas.

O banco, então, tem feito um esforço de fomento, de ter presença também local, de participar de fóruns, de seminários, locais de divulgação das linhas do BNDES.

O agente financeiro tem obrigação de seguir todo o rito, e, no caso dos programas agrícolas, as taxas são fixas. Então, ele não pode repassar por taxas superiores as taxas que estão estabelecidas nos programas dos Ministérios. É obrigação dele, ele está sujeito a penalidade caso faça diferente. O banco tem uma ouvidoria, que pode ser acionada em caso de descumprimento desse regramento. Isso é observado de maneira bastante rigorosa pelo BNDES.

Com relação ao setor frigorífico, o banco, na verdade, seguiu uma recomendação de política industrial. A política industrial brasileira já vinha apontando esse setor como um setor em que o Brasil tem competência e tem vantagens competitivas em relação a outros países.

Então, o banco apoiou não só a Friboi/JBS, mas diversas outras empresas e cooperativas, também, de diversos portes. A gente tem uma carteira muito grande de frigoríficos apoiados, justamente por essa indicação da política industrial, da PDP, e, mais recentemente, do Plano Brasil Maior, de que esse é um setor em que o Brasil tem competência e, de fato, tem mostrado essa competência no mundo, inclusive com a aquisição de plantas no exterior.

Então, o banco, cumprindo essa política, apoiou o setor de maneira global, não uma ou outra empresa, mas diversas empresas, inclusive cooperativas.

O cooperativismo, na parte de processamento de proteínas, é muito forte. A gente apoia as grandes cooperativas, pequenas cooperativas – a Aurora, a Coamo, C.Vale. Várias cooperativas são apoiadas pelo BNDES nessa parte de processamento de proteínas também.

O Senador Suplicy levantou a questão relacionada ao microcrédito. O banco vem atuando, cada vez, mais fortemente no microcrédito.

Ele tem uma carteira hoje, considerando o repasse na ponta de aproximadamente 2,2 bilhões dentro da filosofia do microcrédito produtivo e orientado, com baixíssima inadimplência. E temos uma alocação especial via cooperativas de crédito. Então, temos apoiado, inclusive com recursos do fundo social do BNDES, recursos não reembolsáveis a partir do lucro do BNDES, a expansão do cooperativismo para outras regiões que não tenham um cooperativismo tão desenvolvido. O colega lembrou aqui a questão do norte do País que não tem o associativismo, o cooperativismo tão desenvolvido como no sul. O banco tem feito um esforço também de apoiar a expansão desse cooperativismo com recursos não reembolsáveis.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, só um detalhe a mais.

O Senador Fleury mencionou que o BNDES tem sua sede no Rio de Janeiro e não tanto, mas poderia V. Sª explicar como o BNDES atua nas mais diversas regiões do País, nos mais longinquos Municípios? Através de agências do Banco do Brasil ou de agentes financeiros? E as cooperativas de crédito? E também, se puder, nos dar o valor médio do microcrédito e, se tiver outra qualificação, também, por favor.

O SR. JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA – De fato, o banco está presente via parceria com os bancos públicos e privados, bancos de desenvolvimento locais também, cooperativas de crédito, bancos cooperativas. Então, todo sistema financeiro nacional é parceiro do BNDES e ajuda nessa capilarização do crédito. Como eu disse, isso é feito sob um regramento muito rígido. Os bancos são obrigados a observar esse regramento, sob pena de serem penalizados, inclusive pelos órgãos de controle que fiscalizam esses contratos. E o banco, como mencionei, chegou a praticamente todos os Municípios brasileiros no ano passado, com mais de um milhão de operações realizadas, especialmente no financiamento de máquinas e equipamentos, com tipo baixo de financiamento. Mostra uma capilarização e uma disposição do banco de chegar cada vez mais próximo do micro e do pequeno.

O cartão BNDES é um exemplo muito forte disso, um programa muito bem-sucedido, com crédito rápido, ágil, concedido em uma base de crédito rotativo de maneira totalmente eletrônica e que tem tido bastante sucesso nessa aproximação com os pequenos empreendedores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E o valor médio do cartão BNDES...

O SR. JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA – O cartão BNDES, não tenho dados precisos aqui, mas eu diria que deve estar algo em torno de R$20 mil a R$25 mil. Posso passar depois para a Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*.) – ...que o Senador Suplicy abordou. Nessa informação que V. Sª passará para a Comissão a respeito da repartição do crédito, da participação do sistema cooperativo que seja dividido, cooperativas de produção e cooperativas de crédito. São duas operações diferentes. Pode quantificar melhor o volume e o montante dos repasses feitos? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Dr. Marcelo.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra o Senador Fleury.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Queria que se confirmasse se a cooperativa Aurora já é do grupo, se não me engano, Friboi, já é de propriedade do Friboi.

O SR. JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA – Não temos essa informação. Temos relacionamento com a cooperativa e não temos qualquer informação de que ela seja do grupo.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Então, queria que V. Sª levantasse e passasse para nós, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Para encerrar, concedo a palavra ao representante do TCU, Amoque Benigno.

O SR. AMOQUE BENIGNO DE ARAÚJO – Obrigado.

A Senadora Ana Amélia nos questionou a respeito do atraso no pagamento ou na transferência das subvenções do seguro rural para as entidades. De fato, como foi mostrado, isso acontece, isso tem acontecido. Em parte, é falha de gestão, mas também há o problema do contingenciamento. Então, verificamos alguns repasses, por exemplo, de 2011, sendo transferidos em 2012; de 2012 para 2013, por conta do problema do contingenciamento. É claro que a questão da gestão também é uma dificuldade. O Ministério da Agricultura ainda está desenvolvendo o sistema de controle interno adequado, ainda está muito incipiente. Mas um problema que pesa bastante é o problema do contingenciamento.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. AMOQUE BENIGNO DE ARAÚJO – Isso. O Senador Fleury fez um comentário a respeito da venda casada. Na venda casada, como ele colocou, o banco exige para um financiamento, ou alguma outra operação, exige que contrate outros produtos do banco. Nós, realmente, em outros trabalhos, ouvimos também essa mesma questão, mas é um comportamento que, no nosso caso, do TCU, a gente não tem instrumentos para identificar, para apontar. Talvez uma outra medida pudesse conscientizar melhor o agricultor ou o interessado e algum orgão do Governo pudesse atuar mais efetivamente e rapidamente nessas questões. Mas nós não temos instrumentos para indicar, para apontar isso.

Outro comentário, também, com relação ao BNDES e à Friboi, a nossa unidade, a Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente não trabalham com o BNDES. É uma unidade, uma secretaria do TCU no Rio de Janeiro, onde é a sede do BNDES. Então, eu vou repassar essa informação que o senhor nos trouxe, eu já ouvi falar alguma coisa a respeito da Friboi no TCU, mas eu não posso afirmar que tem algum procedimento, algum processo instaurado. De qualquer forma, nós vamos passar para a secretaria competente para ela trazer uma resposta a V. Exª.

Com relação ao Senador Suplicy, eventual favorecimento a algum setor da economia pelas instituições financeiras, no caso a unidade em que eu trabalho, a Secex Fazenda, a Fazenda Nacional, nós identificamos nos nossos trabalhos muitas decisões que nós precisamos verificar se há alguma irregularidade, mas sobre as

decisões desses órgãos, os colegiados, presidente, nós não temos ingerência. O que nós temos competência é avaliar se ela obedeceu as normas, a legislação, se foi cometida alguma irregularidade, ou resultado, ou impacto dessas decisões para a instituição para a economia, enfim.

Mas, de fato, apontar ou afirmar que houve algum favorecimento irregular, ainda não temos como decidir dessa maneira, interpretar dessa maneira nos nossos trabalhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Nos resta agora agradecer, em nome da Comissão, os nossos convidados, na pessoa do Oduval Lobato, do Banco da Amazônia; do Rubens Dutra, do Banco do Nordeste; do Marcelo Porteiro, do BNDES e do Amoque Benigno, do TCU.

Agradeço aos companheiros da Comissão e nos resta convocá-los para a próxima reunião administrativa, na quinta-feira.

E não havendo mais nada a tratar, eu encerro a presente sessão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Reunião sempre no horário dos que acordam cedo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – No horário regimental das 08h30.

E agradeço a todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 37 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às oito horas e trinta minutos do dia seis de novembro de dois mil e quatorze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência dos Senadores **BENEDITO DE LIRA e ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, ANTONIO AURELIANO, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, FLEURY e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Kátia Abreu e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 12, de 2014, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 24, de 2014, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com a finalidade de analisar as políticas públicas de Recursos Hídricos para o Semiárido Nordestino, para debater o tema "Projeto de transposição de águas do rio São Francisco e recursos hídricos para a agricultura no semiárido", com a participação dos seguintes convidados: Sr. **José Silvério da Silva** – Chefe de Divisão do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr. **Irani Braga Ramos** – Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional – MI; Sr. **Carlos Motta Nunes** – Especialista em Recursos Hídricos da Superintendência de Regulação da Agência Nacional de Águas – ANA. Os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Antonio Aureliano, Ana Amélia, Kaká Andrade e Fleury fazem uso da palavra. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, procede à leitura dos seguintes requerimentos para deliberação da Comissão: **1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 36, de 2014 –** Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater e avaliar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para tanto, sugere que sejam convidados: Sr. Laudemir André Müller – Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA); Representante do Tribunal de Contas da União (TCU); Representante da Controladoria Geral da União (CGU); Srª. Fabíola Dörr Caloy – Procuradora-Chefe (MPF-RS); Sr. Alberto Ercílio Broch – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Sr. Aldemir Bendine – Presidente do Banco do Brasil; Sr. Leandro Daiello Coimbra – Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal ou seu representante. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 37, de 2014 –** Requer a realização de encontro desta Comissão com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, em Santa Cruz do Sul, estado do Rio Grande do Sul, para oitiva dos agricultores supostamente lesados no esquema de desvio de recursos do Pronaf. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 24, de 2014, de autoria do Senador Acir Gurgacz, aprovado em 29 de maio do corrente ano, que tem por finalidade a avaliação de políticas públicas implantadas pelo Governo Federal, com o objetivo de analisar a política de recursos hídricos para a região do Semiárido nordestino.

Nesta reunião, de acordo com o Requerimento nº 24, de 2014, será debatido o seguinte tema: Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco e Recursos Hídricos para a Agricultura no Semiárido.

Comunico a presença dos seguintes convidados:

– Irani Braga Ramos, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, que pode tomar assento à mesa;

– José Silvério da Silva, Chefe de Divisão do Departamento de Sistema de Produção e Sustentabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário, Cooperativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

– Carlos Motta Nunes, especialista em recursos hídricos da Superintendência de Regulação da Agência Nacional de Águas.

Composta a Mesa, concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo os nossos convidados Carlos Motta Nunes e Dr. Irani Braga Ramos.

A proposta da audiência pública que teremos hoje aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é de fazermos uma análise das políticas de recursos hídricos para o semiárido nordestino, destacando o projeto de transposição de águas do rio São Francisco e sua importância para a agricultura da região.

Entendo que a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9433/97) e as políticas setoriais para o Semiárido, como a transposição do rio São Francisco, precisam ser ativadas plenamente para atender às peculiaridades e necessidades regionais e faço votos de que tenhamos um debate proveitoso para o aperfeiçoamento desses mecanismos de gestão territorial e de recursos hídricos.

Sem querer fugir do tema, mas ampliando um pouco o foco para a problemática da escassez de água que tivemos de diversas regiões do País neste momento, destaco alguns reflexos dessa situação na economia e na vida de todos os brasileiros, em especial, na vida e nas contas do povo do meu Estado de Rondônia.

É fato, Sr. Presidente, que a crise hídrica que afeta parte das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil vai custar caro para todos os brasileiros. O baixo nível dos reservatórios de abastecimento de águas e também de algumas usinas hidrelétricas, além de afetar o consumo de água, tem reduzido a produção de energia e aumentado o custo de produção nessas usinas, o que tem contribuído para elevação do índice de reajuste das tarifas de energia elétrica em todo o nosso País.

Os aumentos já foram anunciados por diversas companhias estaduais de energia filiadas ao sistema Eletrobras, devidamente aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Alguns reajustes foram autorizados ainda no primeiro semestre, alguns passam a valer a partir deste mês de novembro e outros aguardam aprovação para entrar em vigência a partir de janeiro de 2015.

Além da crise hídrica, que introduziu o sistema de bandeiras tarifárias – com repiques mensais de reajustes cobrados no mês seguinte aos gastos extras com usinas térmicas –, fatores como custo de produção, de compra e transmissão de energia, além do pagamento de encargos sociais, estão contribuindo para o reajuste em percentuais mais elevados.

Uma amostra dessa tendência já está valendo para os consumidores da Região Norte. A Aneel já autorizou a Companhia Energética de Roraima a realizar o maior aumento deste ano entre todas distribuidoras, que será de 54,06%. No Amazonas, as tarifas tiveram reajuste médio de 18,62%. Em nosso Estado de Rondônia, que já tem uma das tarifas mais caras do Brasil, o aumento que ainda aguarda autorização da Aneel poderá ser de até 25%.

É bom lembrar que, em 2013, houve redução de até 18% na tarifa domiciliar de energia elétrica e de até 32% na tarifa cobrada da indústria, da agricultura, do comércio e do setor de serviços. Essa redução foi a medida mais eficaz adotada pelo Governo Federal para conter a inflação no ano passado.

Agora, considerando que, neste ano, a energia elétrica acumula alta de quase 12%, o que deve se elevar em virtude dos reajustes que estão sendo autorizados até o final de ano, podendo chegar a 15%, é de se esperar que também ocorra uma alta real na inflação oficial.

Como equacionar essa questão sem gerar inflação ou pelo menos mantê-la sob controle? Esse é um problema que a equipe econômica da Presidente Dilma Rousseff terá que resolver ainda neste ano, com muita responsabilidade e transparência para todos os brasileiros, da mesma forma que, em setembro de 2013, a Presidenta anunciou, em rede nacional, a redução de até 18% na conta de luz para as famílias brasileiras e de até 32% para o setor produtivo e de serviços. Foi a primeira vez que isso ocorreu no Brasil. Eu comemorei este fato na tribuna do Senado. Todos os brasileiros também comemoraram. É uma pena que as tarifas anunciadas tenham se mantido por apenas um ano. Hoje, elas voltam a ser igual ou até maiores que em setembro de 2013.

Portanto, essa é uma questão que tenho o maior interesse de tratar com toda a equipe da Presidenta Dilma e com sua equipe econômica. Entendo que temos que criar políticas de longo prazo e não apenas paliativos para resolver um problema setorial, para maquiar uma deficiência estrutural ou para tentar driblar a alta carga tributária e de encargos sociais, que formam o chamado custo Brasil.

Creio que, com a modernização no sistema de distribuição de energia e a otimização na prestação dos serviços, junto com um bom corte nos impostos e encargos que incidem sobre a energia elétrica, teremos condições de manter a tarifa de energia estável por muito tempo e até promover uma redução no preço para o consumidor domiciliar e para o setor produtivo.

No caso de Rondônia, temos alguns agravantes e condições particulares que deveriam ter uma atenção especial da Aneel no momento de analisar os reajustes tarifários.

Em primeiro lugar, Rondônia está se tornando um dos maiores produtores e exportadores de energia do País, sem que o atendimento de sua demanda interna esteja pelo menos satisfatória.

Até 2010, produzíamos energia para o consumo interno e para o Acre. Nossa matriz energética era constituída pela geração a partir da Usina Hidrelétrica de Samuel e de diversas PCHs e pela geração termelétrica a partir da Termo Norte e de pequenas térmicas da Guascor.

Gerávamos 1.000MW. Consumíamos em torno de 600MW e o excedente era exportado para o Acre. Nossa rede de distribuição era precária e não assegurava as condições de regularidade, continuidade, eficiência e segurança.

Com a entrada em operação das primeiras turbinas das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio e a conclusão do linhão ligando Rondônia aos demais Estados e do linhão direto até Araraquara, em 2011 e 2012, aumentamos nossa produção e entramos no Sistema Integrado Nacional (SIN), passando então a fornecer energia para todo o Brasil.

Esta condição, em vez de nos favorecer, trouxe alguns prejuízos. Além de a tarifa de energia não ter sido reduzida para a nossa população, perdemos arrecadação de ICMS, uma vez que o Terminal I da Termo Norte foi desligado em 2012, gerando perdas anuais de R$30 milhões decorrentes da paralisação da queima de óleo diesel. Em 2013, as perdas foram de R$ 170 milhões, uma vez que o Terminal II também ficou paralisado.

Em que pese todo o otimismo em torno da construção e entrada em operação das duas usinas hidrelétricas do Complexo do Madeira, em nada elas estão beneficiando Rondônia em termos de arrecadação tributária. Isso porque o princípio da tributação de energia elétrica é o fato gerador com incidência no consumo, ou seja, nas operações interestaduais de energia, o ICMS é repassado apenas para o Estado consumidor.

Já apresentei uma proposta de emenda à Constituição para reparar essa injustiça e fazer prevalecer o bom senso, que é a divisão do repasse do ICMS da energia entre o Estado produtor e o consumidor. Portanto, essa já é uma parte da solução para essa exceção discriminatória e danosa na regra de partição mista do ICMS, o que, espero, também resulte na redução da tarifa de energia paga pela população e o setor produtivo, que é o objetivo maior de nossa proposta.

Esta é, por sinal, a grande questão que temos que reparar, que é o valor abusivo das tarifas praticadas em Rondônia e em toda a Região Norte. Não é mais admissível que estejamos a represar os nossos rios para construir hidrelétricas, com alto custo ambiental e social, sem que a nossa gente, o nosso povo seja diretamente beneficiado.

É inadmissível que tenhamos comunidades ao lado das grandes usinas hidrelétricas do Rio Madeira sem energia elétrica, sem luz, no escuro, ou seja, com sua energia sendo gerada a partir de pequenos geradores movidos a óleo diesel, a um custo muito alto. Infelizmente, isso é o que ainda ocorre no nosso Estado de Rondônia.

Por mais que comemoremos o investimento de cerca de R$33 bilhões nas usinas do Madeira, considerando que eles trouxeram muitos benefícios para Rondônia, possibilitando inclusive a ampliação do Programa Luz para Todos, que efetuou 50 mil novas ligações em Rondônia desde 2010, ainda temos que corrigir essas distorções que mantêm a nossa tarifa de energia elétrica entre as mais caras do Brasil.

Por isso, vamos continuar lutando pela repartição do ICMS da energia, para melhorar os serviços, para assegurar a regularidade e a eficiência do sistema elétrico e para reduzir ainda mais a tarifa em nosso Estado.

Até este momento, a Aneel ainda não autorizou o aumento sugerido pela Eletrobras para Rondônia. Portanto, fica aqui o meu pedido e o meu apelo aos conselheiros e diretores da Aneel: que não autorizem, pois ele é injusto para com o nosso Estado e para com toda a população de Rondônia.

Vou conversar com os diretores da Eletrobras e da Aneel e, se necessário, faremos uma audiência pública aqui no Senado para obter mais esclarecimentos sobre a cobrança dos valores abusivos nas faturas de energia elétrica dos consumidores de Rondônia. Precisamos conhecer melhor as justificativas da alta tarifa imposta ao nosso povo e as justificativas para esse reajuste.

Entendo que a Aneel não pode tomar essa decisão sem antes prestar esses esclarecimentos de forma ampla e irrestrita para toda a população de Rondônia, principalmente, Sr. Presidente, por Rondônia estar, volto a colocar, num ponto estratégico de produção de energia elétrica no Brasil.

As usinas do Madeira estão já iniciando sua produção. Portanto, precisaríamos ter uma redução de energia elétrica. Antigamente, tínhamos a desculpa de que estávamos longe. Hoje, não; hoje estamos gerando energia elétrica no nosso próprio Estado. E, ao lado das usinas, temos uma das energias mais caras do Brasil.

Então, agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade que V. Exª nos dá para fazer esse questionamento com relação à Aneel. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao nobre Senador Acir Gurgacz. Isso não é novidade, porque, lá no Semiárido nordestino, particularmente em Alagoas, o Rio São Francisco passa ao fundo de diversos Municípios; cem metros de um lado, cem metros de outro, o sertanejo não tem água potável para beber. Então, esse não é um fato isolado. V. Exª fez aqui essa narrativa que diz respeito às grandes usinas hidrelétricas que estão sendo construídas lá no Rio Madeira, e os habitantes daquela região não têm energia elétrica. Infelizmente, esse é o quadro em diversos Municípios, em diversos Estados do País. Mas acredito que pior já esteve, pior não ficará.

Dando sequência, eu gostaria de estabelecer aqui um tempo de dez minutos para cada expositor, e, depois então, abrimos o debate para os Srs. Senadores e Srªs Senadoras. Para iniciar, considerando ser o Ministério que cuida especificamente desse assunto no que diz respeito ao Semiárido, eu gostaria de conceder a palavra ao Dr. Irani, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, iniciando a nossa audiência pública. Tem a palavra o Sr. Irani, por favor.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Bom dia, Senadores, bom dia, Presidente Benedito de Lira. Muito obrigado pela oportunidade. Senador Acir, muito obrigado pela oportunidade de dialogarmos aqui com o Legislativo, com o Senado. Demais Senadores presentes, Senador Moka, Senador Aureliano, obrigado pela oportunidade.

Preparei uma apresentação. Vou até ser até bem breve, serei rápido. Vou falar rapidamente da nossa obra, que é o foco, a transposição do Rio São Francisco e a questão da produção agrícola lá. Serei sucinto e estarei à disposição para quaisquer perguntas.

Bem, em primeiro lugar, vou dizer que estamos em um momento de seca que vem desde 2012. A seca está bastante severa, já nas nossas atuações no Ministério da Integração, via Secretaria Nacional de Defesa Civil, já apoiamos a Operação Carro-Pipa com quase R$2 bilhões desde 2012, e está com uma cobertura bastante grande no Semiárido. Da mesma forma, atuamos com o auxílio emergencial financeiro do Bolsa Estiagem, que também já está chegando à monta dos R$2 bilhões. Tudo isso ocorre por conta da seca, que tem, desde 2013, afetado as vazões inclusive do Rio São Francisco.

No caso específico da transposição, do projeto de integração do Rio São Francisco, para aqueles que não conhecem, a obra está organizada em dois eixos: o eixo leste, de 217 km, e o eixo norte, de 260 km. Não são obras isoladas. No conjunto do planejamento da infraestrutura hídrica do Nordeste setentrional, existe um conjunto de outras obras que dão permeabilidade para essa obra, que fazem com que essa água que nós vamos aduzir penetre no território, garantindo a segurança hídrica da região.

Então, aqui tenho destacado no mapa um conjunto de obras, pintadas em vermelho, que são as obras principais, como se fossem as principais artérias que vão derivar dos dois eixos principais da transposição e que chegam a um conjunto de obras, ali pontuadas de azul, que são, principalmente, adutoras. Aí, eu vou abrir um parêntese: eu comentei que são principalmente adutoras porque o projeto de integração do Rio São Francisco foi concebido para abastecimento urbano e humano. Então, toda a justificativa do projeto, todo o dimensionamento do projeto, a outorga que a Agência Nacional de Águas nos deu para operar o projeto levam em conta o abastecimento urbano e o abastecimento humano, isto é, das populações das cidades desses quatro Estados que estão ali pintados – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Em condições especiais, quando o reservatório de Sobradinho estiver vertendo, a gente pode utilizar – a outorga da ANA nos permite – água da transposição para outros usos, por exemplo, irrigação. Isso não quer

dizer que a nossa obra não beneficie a irrigação; beneficia, porque é uma operação sinérgica, integrada, dos vários recursos hídricos de todos os Estados com a água que vem do Rio São Francisco a partir do projeto de integração. Ainda, ao aduzirmos a água do Rio São Francisco para o Ceará, para o Rio Jaguaribe, para o Açude do Castanhão, por exemplo, isto é, ao darmos a segurança hídrica a partir do Rio São Francisco para o consumo humano, permite-nos otimizar a água do Açude Castanhão para que as águas próprias do Ceará sejam utilizadas para irrigação. É, pois, uma operação sinérgica que vamos dar para o conjunto das intervenções.

Próximo, por favor.

Desde 2011, nós organizamos a obra num conjunto de seis grandes metas. Então, nós temos, no Eixo Leste, a Meta 1 Leste, Meta 2 Leste, Meta 3 Leste; no Norte, a Meta 1 Norte, Meta 2 Norte, Meta 3 Norte. Elas representam os grandes contratos que nós temos, para organizar o gerenciamento da obra, mas representam também um conjunto de estruturas que, a partir do momento em que fiquem prontos ou atinjam um grau elevado de execução, permitirão que tenhamos, do ponto de vista operacional, resultados importantes.

Eu destaco que, por exemplo, a Meta 1 Leste, em que, embora não esteja concluída ainda, faltem acabamentos, essas coisas, nós chegamos a um ponto de teste de operação agora, no mês de outubro, que era o cronograma que vem sendo mantendo desde o começo do ano. E iniciamos esses testes de bombeamento, que implicam a integração de vários equipamentos elétricos, eletrônicos, hidromecânicos, com vários tipos de estruturas – canais, barragens – e, a partir de agora, no mês de outubro, nós começamos um teste de bombeamento ainda dentro da Bacia do Rio São Francisco. Não estamos fazendo ainda uma transposição de águas; estamos dentro da Bacia do Rio São Francisco, mas essa operação integrada nos permite ajustar equipamentos, identificar pontos ótimos de bombeamento. É nisso que nós estamos trabalhando.

Próximo, por favor.

A obra como um todo está 2/3 executada (66%); os níveis de execução nos dois Eixos são equivalentes (66% em ambos); temos uma mobilização bastante grande de operários.

Próximo, por favor.

Esses 66% estão em uma curva que se mantém razoavelmente constante. Esperamos ter uma pequena aceleração, agora no final do ano, e devemos manter o ritmo. A nossa previsão é de conclusão no final de 2015, dos dois eixos.

Então, chegando ao final do ano com alguma coisa como 70 ou 72%, é estar coerente com o nosso cronograma.

Próximo.

Do total de R$8,2 bilhões, que é o valor total do empreendimento, dos dois eixos em verde, já desembolsamos cerca de R$5,4 bilhões. Também está na faixa dos 66%.

Próximo, por favor.

Aqui ainda queria destacar uma questão importante, porque o empreendimento de R$8,2 bilhões tem outras componentes muito importantes. Queria destacar a componente ambiental, com quase 12% do valor do empreendimento, porque ela representa um conjunto de ações, que vai do apoio aos planos diretores municipais dos Municípios por onde o eixo, as obras, passa até o apoio às comunidades tradicionais – quilombolas, indígenas – e também a execução de apoio aos assentamentos rurais que temos na faixa da obra.

Próximo, por favor.

A obra já está com o pico de mobilização que ela já teve desde que ela começou, com 11.500 trabalhadores. A nossa perspectiva é a de que, ao longo dos próximos meses, a obra se mantenha nesse pico.

Próximo, por favor.

Aqui é uma visão geral da organização do empreendimento. Como falei, ela envolve um conjunto bastante variado de estruturas, estações de bombeamento. Então, temos, aqui no eixo norte, três estações de bombeamento, para vencer um desnível de 180 metros. A partir daí, a água segue por gravidade até o final.

Vou destacar aqui que, depois da segunda estação de bombeamento, essa derivação que vamos ter para o ramal do Entremontes, que vai para o oeste do Estado de Pernambuco. Vou destacar aqui o reservatório de Jati, a primeira estrutura que temos logo depois da divisa com o Ceará, já no Estado do Ceará. A partir deste ponto, do reservatório de Jati, a água já pode chegar ao Rio Jaguaribe e, portanto, já tem condição de abastecer e dar segurança hídrica a Fortaleza. Aqui, ele se integra com o Cinturão das Águas do Ceará também.

Aí, por gravidade, ela segue, chega a esse túnel – túnel Cuncas I –, que também digo que é o maior túnel para transporte de água da América Latina, que, agora, na semana passada, teve a última detonação no seu interior. Portanto, o túnel ainda não está pronto e precisa de um revestimento, mas os 15 km já foram perfurados, e agora já se pode atravessar de um lado para o outro a água entre Ceará e Paraíba.

A partir desse ponto, do açude Engenheiro Ávidos, temos duas derivações, mas chamo a atenção que, a partir deste açude, quando a água já pode chegar à calha do rio Piranhas-Açu e, portanto, ao Rio Grande do Norte.

Próximo, por favor.

Aqui, o eixo leste, com um conjunto de seis estações de bombeamento, para vencer um desnível total de 300 metros. A partir daqui, a água vai por gravidade. Destaco aqui os pontos de relação com os açudes existentes – reservatório Barra do Joá, reservatório Poço da Cruz – e a derivação para o ramal do Agreste, onde vai abastecer toda a região do Agreste pernambucano.

A partir da chegada de cruzar a fronteira entre Pernambuco e Paraíba pelo túnel Monteiro, a água chega ao açude Poções e, no rio Paraíba, até o açude Boqueirão, onde ele pode atender a Campina Grande.

Próximo, por favor.

Tenho aqui uma sequência de fotos rapidamente, só para termos uma ideia. O reservatório Areias, aquele onde fizemos o teste de bombeamento e ainda estamos fazendo ainda – os testes devem prosseguir até o final do ano –, que já está parcialmente cheio.

Aqui são outras estruturas que estão em execução na sequência do eixo leste.

Aqui já entramos no eixo norte. Temos água até a primeira estação de bombeamento. Estamos em construção ainda de equipamentos elétricos, subestações. Então, ainda não temos bombeamento lá.

Uma sequência de outras estruturas.

Tenho dois vídeos de dois minutos, mas... (*Pausa.*)

Pode passar? (*Pausa.*)

Então, por favor.

Comentei do Túnel Concas. É um vídeo feito pelo Ministério da Integração.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – O próximo vídeo, por favor, rapidamente. São dois minutos também.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Bom, ao concluir, eu apenas queria ressaltar que esse vídeo, que mostra esse primeiro bombeamento, primeiro enchimento, gerou muita emoção entre os operários da obra.

Ao longo dos eixos das obras, nós vamos ter 17 vilas produtivas rurais, que a gente está implantando a partir das pessoas que já são residentes da região. Temos 325 comunidades rurais que, embora não seja objetivo do projeto atender, promover o abastecimento de comunidades rurais, essas comunidades que estão ao longo do eixo, nos vamos atender. Por fim, temos uma sequência de assentamentos do Incra que também estão nas proximidade e que serão atendidos.

Senador, muito obrigado.

Queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia, que, quando eu iniciei a minha fala, não estava aqui.

Muito obrigado pela oportunidade.

Cumprimento também os colegas do MAPA e da ANA, pois eu não os havia cumprimentado antes.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Dr. Irani.

Realmente esta Casa precisava tomar conhecimento dessa obra que teve início há alguns anos e tem sido alvo de muitas críticas exatamente por causa das interrupções ocorridas no decorrer. Mas é uma obra gigantesca. Aliás, eu conversava com o Moka, em *off,* pois tenho a intenção de convidar os meus colegas para, no final de semana, em vez de irem a seus Estados, vou levá-los para conhecer o Canal do Sertão, que está sendo construído em Alagoas. Em determinado momento, quando de uma visita, estava em construção um túnel de quase cinco quilômetros, o que retarda a obra, porque não é fácil romper uma rocha dessa, com máquinas especializadas etc.. Observem que nós não temos notícia de que tenham ocorridos desastres que atingiram operários. Houve um caso isolado, parece-me, em Alagoas. Se não me falha a memória, tomei conhecimento de um caso em que o operário errou no manuseio da máquina, o que, infelizmente, foi fatal para ele.

Dando sequência, concedo a palavra ao representante do Ministério da Agricultura, Sr. José Silvério da Silva.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Bom dia, Senador Lira e demais Senadores, Senadora Ana Amélia e presentes.

O tema não diz diretamente respeito às ações do MAPA, mas há de se convir que a agricultura é a maior usuária dos recursos hídricos. Então, aqui, temos que situar o nosso enfoque no sentido de que possamos contribuir para o debate.

Eu preparei uma apresentação para 20 minutos, mas vejo que também vou ter que reduzi-la em função do tempo que me foi dado.

Pode passar.

Próximo.

A missão do MAPA está bem explícita, mas quero chamar atenção para que nós primamos, essencialmente, em nossos programas, projetos, ações e atividades, pelo fator sustentabilidade.

Próximo. Pode passar.

Nós temos, hoje, uma preocupação muito grande em função da questão da diminuição da área *per capita*. Enquanto a população está crescendo, a disponibilidade de área para produzir alimento está reduzindo significativamente. Isso quer dizer que nós temos que potencializar o fator produtividade, para atender às demandas crescentes por alimentos, fibras, energia, etc.

Próximo.

A preocupação nossa com o fator água diz respeito ao fato de que, nos últimos 30 anos, o consumo de água cresceu duas vezes mais do que o crescimento populacional, ou seja, a demanda está sendo muito grande, requerendo ações sistêmicas no sentido de racionalizar o seu uso.

Próximo.

É aquilo que eu estava dizendo: a disponibilidade de água hoje é a mesma de 2000 anos atrás. No entanto, há 2000 anos tínhamos 3% da população de hoje. Então, é uma questão muito séria que deve ser tratada com muita seriedade e competência.

Pode passar o próximo.

Essas são informações da FAO dizendo que 80% do suprimento adicional de alimento necessário para atender a essa demanda crescente terá que ser produzido por áreas irrigadas, ou seja, demandando água.

Somente 12% a mais de água disponível no mundo poderá ser disponibilizada para produção de alimento. É um fator que induz a racionalização do seu uso. Isso só pode ser alcançado com uma agricultura mais produtiva, mais intensiva e mais eficiente no uso da água.

Próximo.

Esses dados depois eu vou explicar o porquê. O consumo de água utilizada no mundo está em torno de 10.200 m^3 por hectare por ano. No Brasil, está em torno de 14 mil m^3, só que nós trabalhamos com duas safras. Eu vou explicar por que esse número 14 mil m^3 por hectare por ano pode ser reduzido, para transformar essa água para outros usos. Ou seja, primando pela eficiência.

Próximo.

A demanda do Brasil está mais ou menos essa de 13.867 m^3 por hectare por ano.

Próximo.

O que isso quer dizer? Bom, quando se trata de agricultura, a utilização da água diz respeito à questão da agricultura irrigada, que tem múltiplas dimensões: pesquisa, assistência técnica, política de crédito, certificação, incentivos, etc.

Pode passar.

Ou seja, nós encaramos basicamente três desafios nessa questão: garantir o aporte regularizado de água para a agricultura face à crescente competição com os outros setores da economia, fortalecer o mecanismo de outorga, racionalizar o uso da água nos diversos métodos e sistemas empregados. Isso inclui modernização tecnológica de equipamento, manejo agrícola bem conduzido, aferição de métodos e demandas hídricas, e por aí.

Próximo.

Nós devemos primar pela eficiência. Hoje, estamos consumindo uma média de 14 mil m^3 por hectare por ano. Nós estamos com uma eficiência de 45%. Se dobrarmos essa eficiência, podemos reduzir para 7 mil m^3 por hectare por ano. Ou seja, vai sobrar muita água para outros usos. Então, é fundamental que fortaleçamos essa eficiência, que primemos pela eficiência no uso da água na agricultura, para sobrar água para outros usos.

Pode passar.

Eu não vou mais entrar na questão da eficiência, porque o meu tempo está curto.

Pode passar.

A atuação do MAPA.

O MAPA, naturalmente, tem projetos de pesquisa, conduzidos pela Embrapa, visando aumentar a eficiência dos projetos de irrigação. Mas, em especial no Nordeste, nós temos que destacar o CPATSA, que tem um trabalho muito bom para o Semiárido – e o Senador deve saber disso.

Nós trabalhamos também com a promoção e o apoio a projetos direcionados ao uso, manejo e conservação de solo e também da água. Se você conserva o solo, você preserva a água. E isso inclui o Plano ABC, o Programa Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, onde a irrigação é uma importante ferramenta.

Nós temos a Câmara Técnica da Agricultura Sustentável e Irrigação, que funciona no Ministério da Agricultura e se traduz em importante elo entre o setor público e o setor privado para formular políticas para o setor.

Pode passar, por favor, o próximo.

Nós participamos dos Conselhos Deliberativos do Centro-Oeste e do Nordeste, responsáveis pelos financiamento de atividades agropecuárias, em especial a irrigação.

Nós dimensionamos o Plano Agrícola e Pecuário, com diversos programas. Na verdade, destaco o Moderinfra, onde está incluído o Proirriga, um programa de irrigação.

Nessa questão da irrigação, eu quero aqui enfatizar que a irrigação vinha sofrendo, durante a década de 90 e até o início dos anos 2000, uma regressão no processo de ampliação das áreas irrigadas. Com o incentivo à redução da taxa de juros, nós, nos últimos três anos, acrescentamos mais de 800 mil hectares ao processo produtivo agrícola de áreas irrigadas, ou seja, inverteu-se aquela tendência de regressão na ampliação e expansão das áreas irrigadas. Naturalmente, isso vai demandar muito trabalho para tornar eficiente os sistemas empregados para impulsionar a expansão das áreas irrigadas no País.

Nós estamos trabalhando com os Objetivos nºs 163 e 171 do PPA: um diz respeito à política de crédito e o outro diz respeito ao fortalecimento de pesquisas em termos de irrigação e drenagem. E, nessa questão do fortalecimento de pesquisa, nós destacamos o uso eficiente da água na irrigação.

Pode passar, por favor.

Nós temos um instrumento importante, que está difundido em vários Municípios, que trata do zoneamento agroclimático, que disponibiliza informações sobre cultivares adequados, solos, climas, tudo isso em áreas de produção.

Quero destacar aqui que, na questão da água, do armazenamento da água, preservação e conservação do solo, o plantio direto é uma técnica revolucionaria no País, quer dizer, os solos tropicais não podem ficar expostos a essa insolação do País, sob pena de comprometer toda a sua dinâmica. Então, o plantio direto se traduziu em uma estratégia fundamental para nós viabilizarmos a agricultura. Todavia, no que tange à água, o plantio direto contribui para a diminuição da perda de água, de solo, evita a erosão, preserva a umidade e garante um melhor suprimento de água durante a estiagem. Ou seja, hoje, segundo a Federação Brasileira do Plantio Direto, nós temos 30 milhões de hectares com plantio direto no Pais. É uma estratégia fundamental no que tange à conservação de solo e água.

Pode passar, por favor.

Nós estamos trabalhando também com o apoio a pesquisas em plataformas que tratam de mudanças climáticas, onde tratamos de melhoramentos genéticos para o desenvolvimento de cultivares resistentes ao estresse hídrico e térmico e também na questão do sequestro de carbono.

Pode passar, por favor.

Hoje, é importante destacar que nós estamos trabalhando em estreita cooperação – e aqui estão presentes o Ministério da Integração, o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Agência Nacional de Águas – para desenvolver programas e projetos para fortalecer e racionalizar o uso da água no meio rural. A gente está principalmente trabalhando com a definição da Política Nacional de Conservação de Solo e Água, apoio ao Programa Produtor de Água e por aí vai.

Pode passar, por favor.

Isso é para destacar que o fator produtividade tem permeado nossas ações. A área tem se mantido constante. A produção tem aumentado, mas a área, repito, tem se mantido constante Ou seja: o Ministério tem contribuído para não expandir a fronteira agrícola em termos de ocupação de novas áreas, nesse sentido primando pela produtividade.

Próximo, por favor.

No Semiárido, a situação da seca é previsível, mas demanda atenção especial. As suas vicissitudes demandam processos altamente acessíveis de conservação de solo, armazenamento de água, exploração sustentável de água subterrânea além do desenvolvimento de um sistema de irrigação eficiente.

Próximo, por favor.

Atuação do MAPA, o plano agrícola e pecuário específico para a região, programas de treinamento e capacitação. Agora estamos assinando um convênio para treinar pessoas em termos de irrigação, de agricultura irrigada, em termos do uso adequado do sistema de irrigação naquela região do Rio São Francisco, lá na Paraíba. Como disse, o CPATSA tem o apoio fundamental em termos de pesquisa. Ou seja: o Ministério, naquilo que é da sua alçada, não tem faltado em dar apoio à região.

Próximo, por favor.

Citei várias – ali estão citadas algumas –, mas há mais de 18 recomendações técnicas que temos para lá. Quero destacar que devemos, em termos de Nordeste, potencializar o uso de plantas nativas da região quer para situações alimentares, quer para produção de medicamentos, alimentação animal. Temos que potencializar o uso de plantas nativas também, que são resistentes à seca, que são resistentes à salinidade. Temos que potencializar esse uso para viabilizar aquela região tão sofrida.

Próximo, por favor.

É um quadro de escassez previsível, que merece atenção. Estamos recomendando – é fundamental – que se potencialize um planejamento consistente, inteligente, e também agilidade, eficiência e continuidade nas ações estruturantes, esforço concentrado, gestões capacitadas para desenvolvimento dessas ações. Quero

dizer que essas vicissitudes das secas regulares estão demandando processo acessíveis de capacitação, armazenamento e conservação de água além de exploração sustentável de água subterrânea e desenvolvimento de sistemas eficientes de irrigação. Temos que tratar a questão da disponibilidade onde ela é necessária e a questão da qualidade adequada da água para o uso pretendido.

Quero finalizar dizendo que o Ministério, nessa situação, como órgão indutor e catalisador do processo produtivo agrícola, se apresenta como grande parceiro. Ele quer fortalecer essa parceria para exatamente viabilizar planos, programas e projetos para a região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao José Silvério pela apresentação.

Dando sequência, concedo a palavra ao representante dos recursos hídricos, Presidente da ANA, Dr. Carlos Motta Júnior. Tem V.Sª a palavra.

O SR. CARLOS MOTTA NUNES – Bom dia a todos. Cumprimento os Srs. Senadores aqui presentes na pessoa do Senador Benedito Lira, Presidente desta Comissão. Cumprimento os companheiros de mesa, Dr. Irani e Dr. José Silvério.

Vou falar um pouco sobre o que é, hoje, a gestão de recursos hídricos no Semiárido e em que vai mudar com a chegada da transposição, o que muda e os impactos dessas mudanças nos diversos setores usuários.

Hoje, a gestão dos recursos hídricos no Semiárido é condicionada pela certeza do período seco e a esperança do período chuvoso, No Semiárido, você sempre sabe que vai passar por um grande período de seca e que, durante três meses por ano, vai chover. Pode ser que não chova, mas toda chuva que existe ocorre em um período muito curto. Essa condição de variabilidade climática da região impede sempre o avanço da atividade produtiva ao longo dos anos.

Esse sempre foi um dos grandes empecilhos para esse avanço.

Como, então, resolver isso? A transposição do São Francisco é uma das alternativas, é uma grande oportunidade de fazer com que a água deixe de ser o fator limitante para a região. Mas não só a chegada da obra, não só a chegada da água é relevante. É relevante também que, depois dessa obra pronta, todo o sistema seja gerenciado de forma adequada para que os benefícios sejam compartilhados por todas as partes. E é disso que eu vou tratar um pouco hoje nesta apresentação.

Como se dá... Não tenho apresentação na tela, será só a minha fala. Espero conseguir a atenção durante a apresentação. Então, como se dá hoje essa gestão? Como eu falei, por conta dessa variabilidade climática desses três meses por ano, o que se tem que fazer? Tem-se que reservar água para que se possa gastar ao longo dos anos. Essa sempre foi, tem sido, a política correta que foi implantada há mais de cem anos no semiárido com a construção dos açudes. Então, você reserva essa água e, ao longo do ano, vai liberando para os diversos usos: abastecimento humano, irrigação, indústria, todos aqueles da região.

Só que, no Nordeste, você não sabe se no ano seguinte vai chover o suficiente para repor, no açude, toda aquela água que é gasta. Então, essa gestão é sempre feita com precaução. Você não pode liberar tudo, porque, se faltar, se não chover no ano seguinte, a situação vai se deteriorar e você tem que entrar no regime de racionamento e o resultado é que você acaba impedindo o avanço de outras atividades produtivas na região.

E se essa situação mudasse, por exemplo, se a partir de determinado momento aquele gestor dos recursos hídricos, gestor do açude soubesse que, se faltar água, se não chover, ele vai ter acesso a uma fonte segura a todo momento que vai poder repor essa quantidade do açude? Isso é o projeto de transposição do São Francisco. O objetivo dele é trazer essa segurança para a região. Como? A água vai chegar, vai ser entregue na porta dos açudes do Estado – o Dr. Irani trouxe uma figura mostrando essa chegada aos principais açudes – e lá no Estado vai poder ser utilizada mais água para todos os demais usos, sabendo que, se não chover, não há problema: eu ligo a bomba do São Francisco, da transposição, e reabasteço o açude.

Qual o resultado disso do ponto de vista prático, do ponto de vista do dia a dia do cidadão? A gente pode começar a chegar a uma situação em que o fator limitante deixe de ser a água. Você pode ter outros fatores limitantes dentro da região. Pode ser logística, pode ser capacitação, o que quer que seja, mas deixa de ser a água, porque você vai ter essa garantia.

Mas só essa obra não é suficiente, porque a obra chega aos grandes açudes. Muitos desses açudes já têm estrutura, já têm adutoras que levam essa água até as cidades; outros ainda não. Então, existe uma série de obras complementares que, inclusive, estão sendo feitas pelo próprio Ministério da Integração para poder dar capilaridade ao projeto para que ele alcance todas as regiões beneficiadas. Mas também só isso não basta, porque tem que haver uma alteração na forma. A partir do momento em que a transposição chegar, vai mudar a forma de operação que é feita lá pelos Estados. Você vai poder liberar mais água, você vai poder tirar essa restrição e, então, implementar outros processos produtivos. Vai poder aumentar a agricultura, por exemplo.

Quando o pedido de outorga de direito de uso do projeto de transposição chegou à ANA, em 2005, na época, tive a oportunidade de trabalhar nisso, qual foi a organização que foi dada a essa outorga? É o seguinte: a transposição do São Francisco vai garantir o equivalente ao abastecimento humano dos 300, na época, 390 – hoje já são mais de 400 – Municípios que vão ser atendidos na região. Significa o seguinte, toda água que vai para abastecimento humano está garantida pelo São Francisco e toda água que já existe no Estado, que já existe nos açudes vai ser liberada, vai poder ser liberada para outros usos. E é aí que muda essa questão da gestão, é aí que permite que você expanda a capacidade produtiva dessas regiões.

Agora, existe uma necessidade muito grande de adaptação, lá no Estado, do gestor, porque ele vai ter que, primeiro – ele sabe que está água vai estar lá –, se sentir confortável e confiante de que a operação vai ser feita de forma adequada, de que ela vai ser feita de forma sustentável e que naquele momento em que ele necessitar da água ela, realmente, vai estar disponível, porque ele não pode falhar, ele não pode deixar a população à deriva. Então, ele vai ter que se acostumar e ter essa confiança.

Do outro lado, você vai ter que ter uma operadora desse projeto da transposição. Ou seja, qual o órgão que vai ligar as bombas e levar a água até lá? Vai ter que operar de forma adequada. O Ministério da Integração Nacional indicou a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), que é uma empresa que tem bastante tradição em grandes projetos de irrigação em todo o Nordeste, mas, mesmo para ela, o desafio não vai ser pequeno. Eu sei que ela esta se estruturando, trabalhando fortemente para isso, mas eles têm muito trabalho pela frente, porque o porte é muito maior do que os projetos que eles têm, não em volume de água, mas principalmente em extensão de canais e quantidade de estruturas para ser operadas e para conseguir atender aquilo no prazo. Tirar água do São Francisco e percorrer 200km, 300km vai tomar algum tempo. Então, você precisa ter uma organização e um planejamento para isso.

Em médio e longo prazo, é fundamental a questão da sustentabilidade dessa operação, porque existe uma custo operacional de se manter toda essa estrutura, bombear 300m, por exemplo, e é um custo de eletricidade bem alto. Então, isso também tem que ser levado em conta. Se a Codevasf não tiver condições de ter uma receita que cubra essa despesa que ela está fazendo, em médio e longo prazo a gente pode ter problemas de sucateamento da infraestrutura.

Isso é bastante relevante para o projeto, porque, em médio e longo prazo, eu acredito que os resultados vão começar a aparecer. Hoje, por exemplo, existe uma demanda reprimida, mas mesmo demanda reprimida leva alguns anos para ela realmente se instalar. Então, vai ser mais ou menos junto com isso.

E lá na ponta, os usuários de água, aqueles que vão ser beneficiados. A tendência é que, com o aumento da oferta, novas pessoas se instalem na região. Isso é comum no Semiárido. Você constrói um açude e logo tem vilas produtivas, pessoas se instalando lá, porque a água é que restringia as pessoas de irem para lá. Então, a tendência, realmente, será o crescimento dessa ocupação no entorno. Aí, você vai ter que dar segurança hídrica para essas pessoas. Por outro lado, também vai ter que ser pregado o uso racional. Não se pode imaginar que uma água que vai percorrer, em cada eixo, mais de 200km com bombeamento, ser desperdiçada. Então, a gente sempre tem de ter atenção a tudo isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS MOTTA NUNES – Para concluir, dizer que, realmente, a transposição do São Francisco tem o potencial para fazer com que, nessas regiões, colabore para que a água não seja o fator limitante. Mas, só isso, só a obra, não é necessário. Então, essa gestão, essa organização de todo o sistema é fundamental para o sucesso do empreendimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, Motta, pela sua exposição.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Tem a palavra a Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu peço licença ao Senador Acir Gurgacz, já que S. Exª tem o direito de ser o primeiro orador como requerente, mas quero cumprimentá-lo pela iniciativa extremamente valiosa dessa exposição. Aliás, eu teria até muitos questionamentos a fazer, mas eu pediria a V. Exª, Presidente, com a aquiescência dos caros colegas, já que há na pauta um requerimento de minha autoria, que pudéssemos votá-lo, porque, em seguida, Senador, eu tenho uma audiência... Dois requerimentos, mas é coisa rápida. Peço também licença aos senhores expositores para votar os meus requerimentos.

Agradeço muito aos colegas, especialmente ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – V. Exª, Senadora, tem prioridade em tudo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não. *(Risos.)*

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Requerimento da Senadora Ana Amélia.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 36, DE 2014
– Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater e avaliar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Recentemente, o referido Programa, que é uma das alavancas da agricultura familiar no Brasil, foi alvo de graves denúncias de fraudes, que inclusive, culminaram com uma investigação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Segundo as autoridades, os desvios passam de R$ 80 milhões só no Rio Grande do Sul. Portanto, consideramos oportuno que esta Comissão de Agricultura possa debater este tema. Para tanto, sugiro sejam convidados:
– Sr. Laudemir André Müller – Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA);
– Representante do Tribunal de Contas da União (TCU);
– Representante da Controladoria Geral da União (CGU);
– Srª Fabíola Dörr Caloy – Procuradora-Chefe (MPF-RS);
– Sr. Alberto Ercílio Broch – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag);
– Sr. Aldemir Bendine – Presidente do Banco do Brasil;
– Sr. Leandro Daiello Coimbra – Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal ou seu representante.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O requerimento já está praticamente autoexplicado, Senador. Eu penso que o Pronaf é um programa extremamente valioso no incentivo à agricultura familiar em todo o País. Até louvo a atitude do Presidente Lula.

Esse programa, Pronaf, foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso. O Ministro da Agricultura era Francisco Turra, do Rio Grande do Sul. Foi, inclusive, mantido o nome e ampliado substancialmente o volume de recursos e a atuação do Pronaf em todo território nacional.

Então, dada a relevância desse programa e dessas irregularidades ocorridas com o desvio de recursos que o próprio Tribunal de Contas da União já havia identificado numa auditoria feita, penso que seja conveniente a Comissão levantar esse problema, para preservar um dos instrumentos mais valiosos de política agrícola para a agricultura familiar em nosso País. Esse é o motivo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Prestadas as informações, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 37, DE 2014
– Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de encontro desta Comissão com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para oitiva dos agricultores supostamente lesados no esquema de desvio de recursos do Pronaf. A data será definida posteriormente.

Com a palavra V. Exª, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço, Presidente.

Ontem, a Câmara dos Deputados aprovou a realização dessa Comissão e agora nós confirmamos, com a aquiescência dos caros colegas Senadores, a realização dessa oitiva conjunta, da Câmara Federal e do Senado, da Comissão de Agricultura, para tratar do mesmo tema, ouvindo as pessoas que foram supostamente lesadas nessas operações de financiamento.

Uma entidade contratava, dava uma declaração em branco, a procuração era assinada pelo pequeno agricultor e a entidade que os representava tomava o empréstimo e não repassava.

Agora, então, esse agricultor ficou só com a dívida e numa situação de desespero porque não recebeu o dinheiro e tem que se haver com o Banco do Brasil, que é o banco responsável pelo financiamento e pela opera-

ção do Pronaf. Então, é para ouvi-los, ver como isso estava funcionando e obter, do ponto de vista legislativo, as medidas necessárias para evitar que isso aconteça em outras circunstâncias, novamente, para preservar o Pronaf.

É esse o motivo do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria fazer uma sugestão para os Srs. Senadores. Como acredito que a Senadora Ana Amélia segue permanecendo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*.) – Eu vou ficar mais um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Nós poderíamos fazer uma economia de tempo. Os Senadores fazem as indagações, cada um dos senhores vai anotando, porque após os quatro Senadores fazerem as indagações, então os senhores terão um tempo para as respostas.

Inicialmente, eu concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores; nossos convidados, entendo que foi uma apresentação muito importante. E é fato que a obra da transposição do São Francisco é muito importante para o Nordeste e, evidentemente, para todo o nosso País.

Primeira pergunta: É fato que conclui a obra em 2015? Essa é uma pergunta, porque é uma coisa que já se vem arrastando há algum tempo, só para pontuar essa questão.

E os Ministérios têm tido a preocupação de cuidar dos afluentes do Rio São Francisco, para que não tenhamos problemas com a quantidade de água do próprio rio? Estamos cuidando das nascentes, as APPs? Está havendo realmente esse acompanhamento, para que não tenhamos problema de falta de água depois de uma obra tão esperada e de tamanha importância para o País? Isso é importante. Essa é a pergunta para o Dr. Irani.

Dr. José Silvério da Silva, ouvimos aqui algumas colocações e exemplos da eficiência da utilização das águas, para que possamos diminuir o consumo de água. Além das pesquisas que a Embrapa está fazendo, qual é efetivamente a atuação do MAPA, para que isto venha a acontecer? Qual é a ação efetiva do Ministério para que possamos ter essa eficiência na utilização das águas com relação à irrigação?

Ao nosso amigo Carlos. Acredito que, ao longo da transposição, nós vamos, para aquelas pessoas que têm as suas propriedades, proporcionar a condição de ter a sua irrigação para produção agrícola e pecuária também, ou, de fato, vamos ter o São Francisco apenas para o transporte de água de uma região pra outra? Ouvi o senhor colocando que está sendo construída toda uma infraestrutura e estrutura para atender e dar vazão a todo esse trabalho. Nós vamos conseguir fazer com que as pessoas que moram ao longo do canal também possam ter acesso a essa água, ou somente nas pontas, ou somente na ponta onde vai desembocar, ou só através dos rios teremos sua utilização?

Então, são essas questões rápidas, Sr. Presidente, para ouvirmos dos nossos convidados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Acir Gugacz.

Dando sequência, concedo a palavra ao Senador Antonio Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, senhores representantes dos órgãos – Dr. Irani, Sr. José Silvério, Sr. Carlos Motta –, Srªs e Srs. Senadores, gostaria, nas três áreas, particularmente na área do Dr. José Silvério, que V. Sª me colocasse claramente todas as áreas de atuação do Ministério da Agricultura, no que concerne a parceria com os órgãos, no sentido do investimento na sustentabilidade da água, em benefício da irrigação.

Gostaria de saber há quanto tempo o senhor atua no Ministério, como Chefe de Divisão, e, desde o momento em que o senhor entrou, quais são as metas preestabelecidas na sua área específica dentro do Ministério e quais delas foram cumpridas na relação com o Governo e evidentemente com cada um dos usuários pertinentes à irrigação e à água.

Gostaria, se fosse possível, que o senhor me colocasse a ação que o Ministério tem como planejamento, se existem metas bem preestabelecidas, do início até o momento de hoje, e se elas estão evoluindo de maneira adequada.

Gostaria de colocar para o Dr. Carlos Motta também, já que a agência é fiscalizadora e normativa, se os parâmetros estabelecidos pela agência *vis-à-vis* a ação dos órgãos que devem ser fiscalizados por esta agência estão realmente cumprindo as suas determinações? E se essa agência realmente está, conforme determinação constitucional, exigindo o cumprimento das mesmas ações?

Dr. Irani, eu gostei da sua explanação, mas vou, junto com o eminente Senador Acir Gurgacz, querer saber se, exatamente, dentro do cronograma de ação da transposição do Rio São Francisco, da integração dele, o cronograma está sendo cumprido nas suas etapas e de que forma o Governo está atuando para que essas

metas sejam cumpridas, porque, evidentemente, todo o povo brasileiro está sabendo que é uma obra que está atrasada. Evidentemente, eu concordo plenamente com o Exmo Presidente, quando ele coloca a envergadura da obra. É uma obra de grande envergadura e em que o estabelecimento de prazos é fundamental. Mas a gente compreende que, em determinado momento, existe possibilidade de atrasos, mas não de atrasos que a comunidade como um todo, a população brasileira não esteja a par de por que esses atrasos estão acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, nobre Senador Antonio Aureliano.

Concedo a palavra a S. Exª, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, caros colegas Senadores, eu queria cumprimentar pela exposição os nossos expositores.

Começo pelo Dr. Irani, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional. Essa obra de transposição é uma obra que o Brasil todo acompanha. Ela foi projetada com o orçamento de R$5 bilhões, já está em R$8 bilhões e a conclusão da obra está prevista para 2017. Em 2015, há uma etapa importante. Em 2017 – é a informação que eu tenho – a conclusão da obra. Quero confirmar, porque vai na direção da pergunta do Senador Acir, se de fato essa data de 2017 é correta.

O que eu vi ali, Dr. Irani, é um canal, eu diria, ciclópico, gigantesco, cruzando um deserto. Ali é uma área de deserto mesmo. Ela terá a finalidade mais de abastecer as comunidades onde ela chega, e há o problema de escassez de água, ou vai permitir que a cada área desértica onde poderá haver uma exploração de agricultura, fruticultura ou qualquer outra atividade agrícola essa água seja utilizada? E como ela vai sair daquele canal para aquela região? Existem, no futuro, ou já estão previstos canais de acesso a essa água? Porque terá que haver uma nova engenharia para puxar do canal para essa região ou os açudes que integram o sistema todo de transposição do São Francisco.

Então, nessa explicação, quais são as previsões, eventualmente, se há uma projeção de aumento da produtividade ou da produção agrícola por conta dessa transposição ou ela está mais relacionada a abastecimento da cidade para evitar um desabastecimento para as comunidades que moram nesses Estados que serão beneficiados, da Região Nordeste?

Para o Dr. José Silvério. Primeiro queria saber quanto por cento... Primeiro, queria lhe agradecer a referência sobre a questão do plantio direto. O Rio Grande do Sul e o Paraná foram os Estados pioneiros no plantio direto, o que hoje é copiado por países desenvolvidos. A Espanha, por exemplo, veio buscar as informações sobre como usamos o plantio direto. De fato, ele é, digamos, um manejo de solo – isso é manejo de solo – com eficiência e com sustentabilidade. Cada vez que você preserva o meio ambiente você está produzindo com sustentabilidade. É o tal A, B, C. O baixo carbono também entra nesse processo.

Quanto por cento da área plantada no Brasil é irrigada hoje? E quanto nós podemos crescer? E em quanto tempo? E que investimento isso demandaria para você ter, nas referências da FAO? Porque a FAO tem um percentual de área de produção de alimentos com irrigação, ela faz essa relação. Então, quanto nós podemos crescer em relação a isso?

Finalmente, à ANA. Se eu falar em cem anos, foi o que eu ouvi, há cem anos estamos trabalhando em construção de açudes, um século – um século, e nós estamos convivendo ainda com problema nisso... O senhor falou muito em gestão com precaução. Foram as palavras usadas. Aí me veio a palavra "previsibilidade". A regulação da chuva é o imponderável. O senhor não pode saber. Mas há hoje, com a moderna tecnologia de meteorologia, forma de saber em que período vamos ter La Niña ou El Niño e como vai ser. Dentro dessa projeção, quais são as expectativas que nós temos? Aqui estou falando para o representante da ANA, uma agência reguladora que trata de água. Há uma informação hoje de que nós vamos ter o risco de apagão, apagão esse decorrente da escassez de água nas hidrelétricas.

Então, saber se isso já está no termômetro ou no horizonte da ANA, ou seja, não só para a agricultura, mas também para a questão da energia para mover e iluminar aqui esta sala, o painel que o senhor usaria para fazer a sua exposição, as casas, as indústrias. Então, saber se há um problema em relação aos reservatórios, especialmente no caso das hidrelétricas, e, claro, também para a irrigação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra, agora, o Senador Kaká Andrade.

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – Inicialmente, meu muito bom dia e meus parabéns pela iniciativa do meu companheiro de partido, o Senador Acir.

Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, Srªs e Srs., Senadores presentes, palestrantes, eu sou de Sergipe, exatamente na parte final do Rio São Francisco, onde todas as consequências das ações que ocorrem à montante são sofridas, como na região do senhor também em Alagoas.

O Rio São Francisco tem passado, ultimamente, por problemas seriíssimos, decorrentes seja da mudança climática, já notada, seja pela forma como o rio vem sendo gerido ao longo de todo esse tempo.

É um rio que foi utilizado basicamente para a geração de energia elétrica, deixando-se o seu baixo curso à própria sorte. Hoje, o baixo curso do Rio São Francisco, o Baixo São Francisco, desde Canindé de São Francisco, a minha cidade, até a sua foz, é um rio assoreado; é um rio onde a navegabilidade quase inexiste, a não ser para embarcações de baixíssimo calado e com operadores experientes. É um rio em que, outrora, em suas várzeas, produzia-se arroz; é um rio que, outrora, mantinha os seus pescadores, que viviam do rio. Hoje, os pescadores não vivem mais do rio; eles vivem sonhando com os cinco meses do defeso para receberem o salário-defeso.

Esse rio, também no seu médio curso, já encontra restrições à navegabilidade. Existem barcaças que, para operarem, tem de se aumentar a vazão durante um determinado período. É um rio cuja principal nascente secou – claro, não é um processo irreversível. É um rio cuja caixa d'água está no cerrado. E nós estamos vendo as veredas também secando. Precisamos identificar as causas disso, mas, seguramente, o braço humano se encontra no centro desses problemas. E é um rio que tem uma hidrelétrica, a de Xingó, projetada inicialmente para a geração de 5000 MWatts, cujas instalações estão prontas, mas onde existem apenas seis turbinas de 500 MWatts e mais quatro tomadas d'água para geração de energia elétrica que nunca foram ligadas. Aliás, esse é uma pergunta que sempre me ocorre: por que nunca foram ligadas? Não tem água?

E, aí, a gente vê a questão da transposição, a respeito da qual, embora seja fato consumado, eu mantenho a minha posição de outrora. Eu acho que a transposição é extemporânea; eu acho que nós precisávamos ver, primeiramente, se o rio tinha capacidade de sustentabilidade, de sobrevivência já com as atividades que se encontram no seu curso, atividades de agricultura.

Eu vi, recentemente, uma matéria em que o Prefeito de Petrolândia diz que já, nos 5000 hectares que estão sendo irrigados em Petrolândia, há rodízio de abastecimento.

Nós temos projetos em Sergipe, como o Projeto Califórnia, o Projeto Jacaré-Curituba, como temos inúmeras cidades, inclusive a nossa capital, cujo abastecimento de água, cerca de 40%, vem do Rio São Francisco. E nós já tivemos casos, como o de Pão de Açúcar, em Alagoas, onde a captação de água teve que ser realocada por conta do avanço do assoreamento do rio.

Nós estamos com projetos da Codevasf – Pindoba, Betume, enfim são quatro projetos de irrigação –, onde se tem de fazer agora uma operação emergencial, colocando bombas flutuantes, uma vez que as operações de dragagem se tornaram inviáveis economicamente, porque, hoje, há trechos do rio em que se atravessa o Rio São Francisco a pé.

Isso era uma coisa inimaginável há alguns atrás. Quando se falava que o Rio São Francisco poderia morrer, há 10, 15 anos, achávamos que era coisa de "ecochatos", achávamos um absurdo. Mas hoje vemos que o rio sofre um sério risco, em que há um aumento da retirada de água para diversos usos: abastecimento humano, agricultura, indústria. O rio tem que ter sua vazão ecológica garantida, o rio se encontra em uma vazão abaixo da sua vazão mínima do licenciamento, que são 1300 m^3/s. Hoje, ele se encontra, salvo engano, segundo a última informação que tenho, com 1100 m^3/s.

O rio, que era um transportador de sedimentos, com sua calha, dada sua baixa velocidade, se encontra largo e raso. O rio se encontra com a cunha salina adentrando da sua foz em direção ao interior. Hoje, pegamos peixes a mais 100 km da sua foz; pegamos peixes de água do mar. Hoje, não temos mais o surubim, que era um peixe tradicional da região – o senhor conhece –, peixe com mais de 25 kg; hoje não temos mais o pitu, uma iguaria famosa na região; hoje, o niquim e peixes tradicionais do Rio São Francisco não há. Você vai em uma região ribeirinha, você vai comer um peixe, pede, e ele ou é um peixe de cativeiro ou é um peixe do mar.

A transposição é fato, é meritória bem como a intenção de se levar água para regiões menos favorecidas, mas houve um teste recentemente da transposição. Pergunto: se os reservatórios dos lagos, principalmente de Itaparica, que já estava com 17%, já se encontrava com restrições do abastecimento da agricultura, esse teste teria sido feito em um momento ideal? É razoável fazer um teste, apenas um teste, quando já há restrições de consumo no seu trecho?

Outra coisa, principalmente para os dois Ministérios e para a ANA: o que se pensa em fazer com relação ao Rio São Francisco, de fato, em obras, em ações de revitalização? Todas as obras que estão sendo levadas em curso são obras para aumentar a sua retirada d'água. Pergunto: o que se pensa em fazer nas nascentes? Existe um programa de identificação de nascentes? E nascentes, às vezes, nós as olhamos no ponto em que a água brota. A nascente tem que ser olhada no seu ponto de recarga, ela tem que ser analisada no ponto de recarga. às vezes, às pessoas as pessoas falam: "deixe 50 m de mato lá em volta na nascente porque você a protege". Não, não é assim. Tem que se identificar a questão das veredas, da caixa d'água do Rio São Francisco, tem que se avaliar o que está acontecendo, porque, senão, a transposição não surtirá o seu efeito esperado, porque não haverá água para isso. E ainda poderemos sofrer colapsos no sistema de irrigação. Temos grandes áreas

como Petrolina, Juazeiro, Petrolândia, depois Sergipe. Alagoas, Canal do Sertão, que está sendo concluído em Alagoas, e poderemos ter um Rio São Francisco agonizante.

Uma outra coisa pela qual sempre lutamos: por que não se planejou o rio, mesmo com todas essas retiradas, para que ele tivesse, em algum momento, artificialmente, a condição natural que tinha? O Rio São Francisco tem uma condição no Nordeste, que é a seguinte: o Nordeste, quando está seco, normalmente é o período em que o Rio São Francisco está cheio. Então, havia todas essas enchentes; nessas enchentes o rio limpava a sua calha, o rio enchia as lagoas marginais, as pessoas reservavam essa água naturalmente, umas para produzir arroz, outras para produzir peixes. Essas lagoas são os berçários naturais desses peixes, que hoje acabaram.

A Hidrelétrica de Xingó foi feita sem as escadas para a subida da piracema, e aí, se os peixes não conseguem fazer a piracema, eles não se reproduzem. Assim, não há peixes, e daqui a pouco estamos com o rio praticamente morto. Então, pergunto novamente: esse teste foi feito no momento ideal? Que ações se pensam para que o Rio São Francisco tenha a capacidade de atender a todos esses usos?

Dizem que o Egito é um presente do Nilo; o Nordeste é um presente do São Francisco. E Sergipe e Alagoas, mais do que nunca, vivem do Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, Senador Kaká.

Agora, começamos pelo Ministério da Integração.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Bom dia, Senador Kaká!

Vou responder, aglutinadamente, às perguntas feitas pelos vários Senadores.

Começando sobre a questão de cronograma do empreendimento, a Senadora foi bem específica ao se referir aos anos 2015 ou 2017. Vou responder. Nós temos um conjunto de contratos de obras, cujos contratos têm validade até 2017. Mas os cronogramas de execução estão para dezembro de 2015, e é nesse prazo que a gente trabalha: dezembro de 2015.

Obviamente, todas as obras estão sujeitas, por exemplo, às intempéries. Então, nesse começo de 2013, nós tivemos, apesar da seca, como se fosse a Família Addams, nós tivemos chuva exatamente em cima dos canteiros de obra que temos no eixo norte. Então isso atrasou um pouco o nosso cronograma no eixo norte ao longo de 2013, por uma boa causa. Por sorte, os atrasos que tivemos com as chuvas no eixo norte são atrasos que a gente consegue acomodar – porque foram no começo do ano – ao longo do ano no eixo norte. Mas os imprevistos acontecem.

E aí, o nosso teste, eu já vou responder logo em seguida, na nossa programação de obra, é muito importante. Porque esse projeto-piloto que estava programado para entrar na fase de testes, com água, em setembro, atrasou um mês; foi para outubro. E ele é muito importante porque impacta todo o conjunto das nossas estações de bombeamentos, das instalações dos nossos equipamentos daqui por diante.

Então, foi muito importante a gente realizar o teste agora, manter o alinhamento de todos os equipamentos e verificar a consistência entre todos eles. O teste foi bem-sucedido, tivemos o alinhamento, mas isso implica na melhora dos equipamentos, que nós ainda não compramos. Isso é importante. E foi muito importante agora porque impacta no cronograma no final do ano. E nós tivemos a preocupação, inclusive contamos com a colaboração da ANA, da Aneel e do ONS, ao realizar esse teste, que puxou água do reservatório de Itaparica numa quantidade muito pequena que representava apenas 0,3% do volume que estava reservado no reservatório de Itaparica. Então nem a régua foi capaz de medir o volume total de água que nem é o volume total de água que já retiramos, mas é o volume total de água que nós vamos retirar até o final do ano. Então, representa muito pouco, mas nós, com o apoio da ANA, da Aneel e do ONS, alteramos um pouco o regime hídrico dos reservatórios de Sobradinho e Itaparica, de modo que, para retirar estes 0,3% nós ampliamos, por alguns dias, a vazão afluente no reservatório de Itaparica. Estes 0,3% representam 10% do volume adicional que entrou no reservatório de Itaparica. Isso porque, apesar de o nosso teste ser todo dentro da Bacia e dos Municípios de Petrolândia e Floresta, e não afetar o volume de Itaparica, a gente tinha uma preocupação de garantir uma situação adequada para a irrigação da região, na medida da possibilidade.

De fato, o Rio São Francisco está com uma vazão menor do que a média histórica. Isso é uma coisa que nos preocupa, sempre nos preocupa. Aí, eu entro na questão da revitalização.

O Senador Acir, o Senador Aureliano e o Senador Kaká mencionaram muito fortemente a preocupação com o rio. Aí, eu digo o seguinte: no programa de revitalização da Bacia do Rio São Francisco nós temos disponibilizados R$4 bilhões. Isso resultou em ações práticas concluídas. Então, vou dar um exemplo: essas ações envolvem desde a recuperação e proteção das nascentes dos rios...

A gente teve uma colaboração bastante forte do Governo de Minas, do Governo da Bahia. Eu cito o exemplo do Rio Verde Grande. É um exemplo onde nós, do Ministério da Integração, com o Codevasf... É um programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, mas nós temos uma atuação bastante forte. Tivemos

uma intervenção bem grande, não só na identificação e proteção de nascentes, mas também na recuperação das margens.

Tivemos uma atuação mais forte na região da Bahia, lá na região de Barra, mas também na construção e implementação de sistemas de esgotamento sanitário e tratamento de esgotamento sanitário, que é muito importante para melhorar a qualidade da água no rio.

Então, apenas com a implantação direta pela Codevasf nós tivemos 70 sistemas que foram concluídos no período de 2007 até hoje. É um número significativo que tem um impacto na qualidade da água despejada no Rio São Francisco. E existe uma preocupação muito forte do Governo Federal, do Ministério do Meio Ambiente que coordena a revitalização de bacias, do Ministério da Integração que tem uma participação muito forte no Rio São Francisco, mas digo também que esse assunto é como asseio pessoal: todo dia tem que fazer e todo dia a gente tem que fazer diferente, mais e melhor.

Então, nós identificamos... A cada vez que cuidamos de uma nascente ou melhoramos a margem num pedaço do rio, percebemos que precisamos fazer mais em outra nascente, num trecho maior de margem; e precisamos cuidar de mais esgotos, mais resíduos sólidos... É um programa que precisa ser permanente. É um esforço permanente.

Para concluir, a Senadora perguntou a respeito da capilaridade e da possibilidade do uso da água do empreendimento para irrigação. E aí nós, para dar capilaridade ao empreendimento, temos apoiado os Estados. A grande maioria dos empreendimentos são executados pelos Estados, mas nós temos um planejamento comum, conjunto, com uma forte colaboração entre os Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, em um conjunto de infraestruturas que dá capilaridade para a obra.

Várias dessas infraestruturas estão em execução e algumas delas até já foram concluídas porque têm fontes de água alternativas, vão ser complementares. O projeto é para abastecimento humano. O objetivo dele é o abastecimento humano e é o abastecimento urbano. Então, a nossa preocupação é com as sedes urbanas dos Municípios.

No entanto, é um canal de usos múltiplos. Então, ele permite a irrigação a partir dele e há estruturas que são pensadas para potencializar isso. E permite, inclusive, ampliar as áreas irrigadas nos lugares onde já temos irrigação. No Ceará, por exemplo, ao longo do Rio Jaguaribe, a partir do Açude de Castanhão. Tudo isso é permissível a partir de uma operação conjunta de todas as infraestruturas, olhando todos os reservatórios em conjunto e otimizando o fluxo de água entre um e outro.

Para concluir, deixe-me ver se faltou algum aqui.

Ah, sim! O Senador Aureliano não perguntou diretamente pra mim, mas para o pessoal do MAPA, mas temos uma preocupação grande. Assim como eu disse que sempre precisamos estar evoluindo no programa de revitalização, nós, do Ministério da Integração Nacional, em parceria com o MAPA, com o MDA, com a ANA e, digo, com o Comitê de Bacias, embora não tenhamos conversado explicitamente sobre isso, mas até pela implementação do mecanismo de cobrança pelo uso de recursos hídricos, também não só com a oferta de água, mas também com a demanda.

Então, digo que, nos nossos perímetros públicos de irrigação, temos um esforço bastante grande, mas digo que ele deve ser ampliado ainda mais, para melhorar a eficiência na irrigação e reduzir as demandas. Com a implantação do mecanismo de cobrança das outorgas, houve uma grande revisão das outorgas, ao longo do rio São Francisco, porque o próprio Ministério da Integração reduziu várias. Acho que isso faz parte do mecanismo de planejamento conjunto do uso da água na Bacia do Rio São Francisco. E acho que o Carlos pode falar melhor do que eu.

Então, acho que respondi a todas as perguntas. Senão, complemento depois.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem, queria somente escusar-me com o Dr. Silvério e com o Dr. Carlos. Tenho uma CRE, que está começando, e já estou sendo chamada pra lá, mas o meu assessor, o Ismael, que acompanha aqui, ficará para anotar as questões que levantei aos senhores.

Agradeço antecipadamente a todos.

Obrigada, Presidente Benedito de Lira. Renovo os cumprimentos ao Senador Acir Gurgacz, pela iniciativa desta audiência pública tão produtiva.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradeço à Senadora Ana Amélia e ao Dr. Irani. Gostaria de comunicar à Srª Senadora e aos Srs. Senadores, assim como aos nossos convidados, que, em decorrência de uma agenda fora, passo a presidência dos trabalhos ao Senador Acir Gurgacz.

Queria agradecer a todos pela gentileza do comparecimento, porque esta audiência pública foi muito importante para esta Comissão. Realmente, trata-se de um assunto que chama a atenção de todos nós.

Bom dia a todos e um bom final de semana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Dando sequência à nossa audiência pública, passo a palavra ao Senador Fleury, para que possa fazer as suas colocações.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Primeiro, Sr. Presidente, queria pedir desculpas pelo atraso, pois estava com o pessoal da CNI, que está numa convenção em Brasília.

Perguntaria ao Irani se, com essa transposição, essas águas correndo, haverá mudança no PH da água, ou ela continuará potável como a nascente, e no que abastecerá as cidades?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com a palavra, Dr. Irani Braga Ramos.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – A retirada da água para transposição não vai afetar a qualidade da água do Rio São Francisco. Acho que o esforço de revitalização, com os sistemas de tratamento de esgotos que temos implantado, afeta positivamente a qualidade da água do Rio São Francisco, mas digo que é um esforço bastante grande. Ele precisa ser contínuo, para termos o resultado numa série histórica bastante longa.

No âmbito do Projeto de Integração, temos uma preocupação grande – porque estamos levando água de uma bacia para outra, assim como acontece em São Paulo, no Rio de Janeiro, nas Bacias do Paraíba do Sul, do Piracicaba, com a água do Rio São Francisco que está chegando às outras bacias.

Para isso, dentro dos nossos programas ambientais há previsão de um monitoramento permanente e de um acompanhamento até mesmo para que não exista contaminação de uma bacia para outra. Esse assunto já está previsto. Eu digo que já há medidas práticas, por exemplo, nas nossas estações de bombeamento, para que a água chegue íntegra nas bacias receptoras.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Irani.

Agora, passo a palavra ao Dr. José Silvério da Silva, para responder os questionamentos dos nossos Senadores.

Obrigado.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Primeiro, começo a abordar a pergunta do Senador Acir sobre as ações efetivas do Ministério da Agricultura para viabilizar a questão da eficiência da água. Eu quero enfatizar aqui que eu coloquei essa questão como um desafio, mas a pergunta é oportuna na medida em que a área irrigada está expandindo, o consumo de água está aumentando e está faltando água. Enfatizo também que a responsabilidade pela condução e formulação da Política Nacional de Irrigação é do Ministério da Integração. Foi uma redação feita nos anos 90, sobre a qual eu tenho algumas observações. A questão da água e da agricultura, como os senhores sabem, perpassa transversalmente quatro Ministérios: o Ministério do Meio Ambiente, através da ANA, que trata da gestão da água; o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que trata da agricultura também; o Ministério da Integração, que trata diretamente da questão; e o Ministério da Agricultura.

Eu tenho um fato curioso para citar sobre essa questão do uso eficiente da água. Eu sou engenheiro agrônomo. Eu estava num seminário sobre irrigação. E foi perguntado a um engenheiro agrônomo, que irriga, qual era a velocidade de infiltração básica do terreno que ele irrigava. A velocidade de infiltração básica é a taxa de infiltração da água no solo. Ela é um parâmetro muito importante para se regularem os aspersores. Tem de se regular o aspersor de acordo com a possibilidade de infiltração da água. O engenheiro agrônomo, que irrigava, não sabia. Se a taxa de infiltração do aspersor é maior que a capacidade de infiltração da água, a água vai escorrer, e vão se perder água, energia e eficiência.

Eu coloquei isso como um desafio. Nós estamos estabelecendo, nos nossos programas e projetos de crédito, a necessidade de utilização de equipamentos poupadores de água e de manejos agrícolas bem conduzidos. No nosso programa de capacitação, o ponto central é a questão da eficiência. Nós estamos trabalhando juntamente com o Ministério da Integração e a ANA para desenvolver um programa de certificação do uso eficiente da água. Ele está em fase de maturidade, mas ele visa trazer benefícios creditícios e fiscais a esses indivíduos que têm boas práticas de uso eficiente da água.

Com relação ao Senador Aureliano, que deve ser de Minas – eu também sou de Minas, sou de Viçosa, Minas –, eu trabalho no Ministério da Agricultura há 35 anos, eu sou funcionário de carreira, mas a questão da irrigação no Ministério foi implantada em 2005. Por quê? Surgiam muitas demandas no Ministério com relação à irrigação: aconselhamentos, propostas de programas e projetos, respostas a questionamentos de diversos setores, inclusive produtores. E o Ministério não tinha como responder. Eu era da área de defesa agropecuária. A resposta que saía do Ministério era sempre a seguinte: "Não, isso não é da nossa alçada". Então, o Ministro Reinhold Stephanes disse: "Não, nós temos de responder". Por quê? Está na Constituição que a irrigação é um item da política agrícola, e a política agrícola está na responsabilidade do Ministério.

Com relação às metas que o senhor perguntou, na verdade nós estamos estabelecendo algumas metas, digamos, particulares, em termos informais. Então, por exemplo, nós, que estamos lá trabalhando com irriga-

ção, estabelecemos uma meta, até 2015, de acrescentar 1,2 milhão de hectares ao processo produtivo agrícola. Nós já alcançamos 800. Então, há a possibilidade de chegarmos até lá.

Agora, para viabilizar, para tornar consistente, para tornar uma ação programática racional, consistente, inteligente, nós estamos desenvolvendo parcerias exatamente para viabilizar todas essas ações necessárias ao bom desempenho da agricultura irrigada.

Com relação à Senadora Ana Amélia, cujo assessor está aqui e que perguntou qual a área irrigada, hoje nós temos – conforme informação da ANA e da Abimaq – algo em torno de 6 milhões de hectares irrigados. É muito pouco, se comparado ao fato de que temos 72 milhões de hectares de área de produção agrícola plantada. Ou seja, nós estamos irrigando em torno de 8% da nossa área. Há países que irrigam 100%. Nós temos a meta de chegar a pelo menos 15 milhões até 2025, o que é uma quantidade razoável.

A outra pergunta dela é quanto pode crescer. Eu respondi. Podemos chegar, temos a expectativa de chegar a 15 milhões até 2025, 2030.

Então, nossa área irrigada é ainda muito pouca, se comparada aos países que desenvolvem irrigação no mundo. Nós irrigamos só 8%. Nós temos potencial de 29 milhões de hectares, mas só irrigamos 8 milhões ainda. Ou seja, há muito por fazer.

Com relação ao Senador Valadares, com relação à revitalização, esse é um item fundamental. Nós não temos nenhuma restrição à questão da transposição, mas o principal insumo é a água. Nós temos que garantir essa água. Nós temos que proteger nascentes, nós temos que proteger matas ciliares, nós temos que proteger pontos e recargas. Isso é fundamental, senão não vamos ter o insumo, tão necessário à viabilização da agricultura, à viabilização do consumo humano, animal, à viabilização da utilização pela indústria naquela região tão necessitada, que é o Nordeste e, em especial, o Semiárido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. José Silvério.

Passo a palavra agora, na sequência, ao Dr. Carlos Motta Nunes, da Agência Nacional de Águas.

O SR. CARLOS MOTTA NUNES – Bom, vou começar com a pergunta do Senador Acir Gurgacz. Ele me perguntou sobre a questão da água ao longo dos canais. O Dr. Irani já respondeu em parte, mas vou complementar.

Como ele disse, o projeto foi dimensionado. A outorga que existe hoje lá é para abastecimento humano das regiões. O projeto foi construído com algumas estruturas que permitem também dar acesso a outros usos, quando houver essa necessidade ou quando for implantado. Para a implantação de outros projetos, terá que haver uma revisão dessa outorga junto à ANA. Ou seja, quando existe uma demanda efetiva, o Ministério ou a operadora, no caso, a Codevasf, vai até a ANA, solicita um aumento dessa demanda, e a ANA vai ter que avaliar a disponibilidade de água lá no Rio São Francisco, fazer toda a avaliação que foi feita anteriormente.

Agora, na prática, há duas ou três semanas, eu estive no Ceará. Lá existe um canal chamado Eixão das Águas, que é um projeto semelhante à transposição do São Francisco e que vai acabar recebendo a água da transposição.

Ao longo do canal, você vê aqueles sifões que os agricultores vão instalando ao longo dos duzentos e poucos quilômetros do canal. Isso vai acabar acontecendo na prática. O que se tem que fazer é organizar, ou seja, não deixar que haja captações irregulares. Se essas captações forem conhecidas, forem dimensionadas e forem tratadas de forma adequada, não vai haver prejuízo para o atendimento ao abastecimento humano. Então, vai ser fundamental que seja feito com todo o cuidado necessário. Lá, no Ceará, existe esse cuidado. Eles permitem a captação, mas eles conhecem cada um que está captando, qual é a quantidade, e ela é muito pequena em relação ao tamanho do reservatório. Portanto, esse agricultor que mora ao longo dos canais, provavelmente, vai ter acesso a essa água.

Em relação à pergunta do Senador Antonio Aureliano sobre a questão da fiscalização da ANA, vou dar um exemplo do que está acontecendo atualmente na bacia do Rio Piranhas-Açu – não sei se o senhor conhece –, entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Nessa situação de seca muito grande, estamos com equipes lá diariamente. Como essa região é abastecida pelo açude chamado Coremas/Mãe D'Água, que é um sistema, e como ele está num nível muito baixo por causa dessa seca que está acontecendo, foi estabelecida, em conjunto com a população, a regra de que determinados agricultores só podem irrigar na terça, na quinta e no sábado, de que outros podem fazê-lo na segunda, na quarta e na sexta e de que, no domingo, não se irriga. Essa foi a forma que foi feita para poder atender o abastecimento humano e para atender também a irrigação sem causar maiores prejuízos. A equipe está indo lá, de porta em porta, para verificar se, realmente, na terça, na quinta e no sábado, aqueles que têm de parar estão parados e se aqueles que devem irrigar estão irrigando. Inclusive, nesta semana, não só a equipe técnica, mas também os superintendentes de fiscalização estavam lá no campo para verificar isso devido ao grau de dificuldade que está havendo na região.

A Senadora Ana Amélia questionou sobre a questão do risco dos apagões nos reservatórios e se isso está no radar da ANA e questionou sobre a questão da previsão do clima. Eu falei da questão da precaução.

Hoje, existem modelos em que há essa previsão. Os modelos que existem... O resultado da previsão climática é alguma coisa mais ou menos assim: no próximo período, há a probabilidade de 33% de chover acima da média, de 40% de chover na média e de 30% de chover abaixo da média. Então, por mais que exista um modelo, o que existe hoje de tecnologia não dá tanta indicação para você fazer uma prevenção. Você tem de continuar a se precaver. Se você sabe que é um ano de El Niño e que, no ano de El Niño, em geral, chove menos, então você se prepara para isso. Mas não há um número para, realmente, você poder se planejar. Ainda não temos tecnologia para chegar a esse ponto.

Ela questionou também sobre a questão do apagão nos reservatórios do Sudeste, se isso está no radar da ANA. O que posso informar? Na verdade, não participo dessa parte, mas a ANA participa das reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. Ela tem lá uma cadeira. O nosso Superintendente de Usos Múltiplos participa dessas reuniões. Então, posso afirmar que, com certeza, ele está a par dessa situação e, juntamente com a ONS, vai gerenciar essa questão.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem!

Pela ordem, tem a palavra o Senador Fleury.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Eu queria fazer uma pergunta ao Carlos Motta. Eu ouço que a única coisa que aumenta 100% neste País é o consumo de água. Isso é mito ou realidade?

O SR. CARLOS MOTTA NUNES – Aumentar 100%? Estou pensando e tentando entender como isso está sendo comparado. Mas o consumo humano nas cidades, geralmente... Vou falar das cidades e vou tentar fazer outros paralelos. Em relação ao abastecimento humano, em geral, não só aumenta o consumo, aumentam-se as perdas do sistema. Os sistemas de abastecimento de água envelhecem e acabam perdendo. Então, você acaba tendo de retirar mais água do rio para atender a uma mesma população. Essa é uma forma de aumento não do que vem de nós, mas do que é retirado. É o desperdício.

Há outra forma de aumento. Por exemplo, vamos pegar a agricultura. No caso da agricultura, você aumenta por que você passou a irrigar mais ou por que você está utilizando técnicas de irrigação que podem não ser adequadas para aquela região e para aquele tipo de cultura. Então, você também tem de trabalhar com o uso racional da implementação de técnicas que sejam adequadas. E aí isso é fundamental, porque a irrigação é o usuário mais relevante dos recursos hídricos. Grosso modo, 60% da água captada vão para a irrigação não só no Brasil, mas em todo o mundo. Então, a gente tem sempre de olhar com uma lupa para essa questão.

Não sei se respondi.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Senador Kaká, por favor!

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – Eu gostaria de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pois não.

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – A gente falou muito da questão da água do São Francisco. Uma coisa tem de acontecer: mudança de hábito de consumo na nossa casa, nas nossas cidades. As companhias de saneamento têm de investir na questão das perdas de água, que são da ordem de 40% ou de até mais. As águas que são perdidas no transporte não chegam ao seu destino. Tem de melhorar a eficiência nos sistemas de irrigação, para que não haja desperdício. A indústria tem de investir muito mais no reaproveitamento e numa série de coisas; em ações de revitalização.

Esgotamento sanitário é importantíssimo, mas interfere na qualidade da água. O nosso problema hoje é quantidade. Não quer dizer que essas ações não sejam importante. Na minha cidade, nós construímos – meu irmão era prefeito e eu, secretário – 100% do sistema de esgotamento sanitário dentro desse programa. Mas é importantíssima a questão de quantidade.

As ações de revitalização têm uma resposta demorada, como as respostas das nossas ações deletérias tiveram – estão tendo agora no Rio São Francisco. Elas têm resposta demorada.

Então, eu colocaria aqui, principalmente para o Ministério da Integração, que o consumo vai aumentar; isso é fato. As populações vão crescer, haverá cada vez mais áreas agricultáveis e essas outras áreas onde estão os canais do sertão, a transposição. Uma coisa é fato, como o Senador Fleury disse: o aumento do consumo de água. A população cresce e as demandas crescem.

Nós estamos nos aproximando de um encontro perigosíssimo, em que as demandas podem chegar a superar a oferta. Talvez seja, Dr. Irani, a hora de começar a pensar em integração de bacias, de uma outra bacia com a do Rio São Francisco. Talvez seja a hora.

É claro que tem que haver uma série de estudos; estudos ambientais precisam ser feitos; a questão do tipo de água, como a fauna aquática característica, que vai para outra bacia com outra fauna aquática, e uma coisa pode ser predatória à outra.

Mas eu acho que é inevitável, é inadiável começarmos a pensar em transposição de bacias, de uma outra bacia que tenha água sobrando. Não vamos tirar de quem não tem, não vamos fazer transfusão de quem não tem sangue; não vamos fazer isso.

Não sei se é o Araguaia, não sei se é o Tocantins o mais próximo, mas eu acho que é hora de se pensar mais seriamente nisso. Porque não é uma coisa rápida, é uma coisa normalmente muito discutida, porque muitos estudos têm que ser feitos. Agora, se não o fizermos, o Rio São Francisco entrará em colapso, e o Nordeste... E aí nós vamos ter refugiados do clima; vamos voltar ao início do século passado, quando os nordestinos fugiam para as grandes regiões por conta da seca. Dessa feita, nós vamos sair por conta de não termos água para o nosso consumo. Então, deixo aqui como sugestão, como uma avaliação, mas que seja muito bem pensada essa questão.

O Rio São Francisco precisa de quantidade de água. Em paralelo, têm que haver ações de revitalização.

Os quatro ministérios aqui falados, todos eles têm que investir em ações de revitalização, revegetação das margens das nascentes, da mata ciliar dos seus afluentes, enfim, isso tem que ser uma coisa de governo, mas também de conscientização; programas maciços de conscientização da população, das indústrias, e uma fiscalização para identificar retiradas irregularidades de água – a ANA tem esse papel.

Quanto de água se tira do São Francisco sem que se identifique? O rio está passando, o cara põe uma bomba lá e tira. Uma bomba... Como é a chuva? A chuva, de gota em gota, forma uma enxurrada; uma bomba aqui, uma bomba ali, e se retira uma grande quantidade de água.

Então, deixo essa sugestão, e que seja avaliada criteriosamente nesse sentido; que as ações de revitalização sejam de fato transversais, em todos os ministérios, as ações práticas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Kaká Andrade. Agradeço, mais uma vez, aos Senadores que participaram de nossa audiência pública – Senador Waldemir Moka, Senador Antonio Aureliano, Senadora Ana Amélia, Senador Kaká Andrade, Senador Fleury – e também aos nossos convidados Dr. José Silvério da Silva, do Ministério da Agricultura; Dr. Irani Braga Ramos, do Ministério da Integração Nacional; e o Dr. Carlos Motta Nunes, da Agência Nacional de Águas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 08 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia treze de novembro de dois mil e quatorze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência dos Senadores **BENEDITO DE LIRA, ANA AMÉLIA e RUBEN FIGUEIRÓ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **EDUARDO SUPLICY, WALDEMIR MOKA, ANTONIO AURELIANO, LUIZ HENRIQUE, FLEURY e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Jayme Campos e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 36, de 2014, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de debater e avaliar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Laudemir André Müller** – Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (representante de: Miguel Rossetto); Sr. **Valdir Agapito Teixeira** – Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União – CGU; Sr. **Charles Mathusalem Soares Evangelista** – Diretor da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União – TCU. A Senhora Senadora Ana Amélia e os Senhores Senadores Waldemir Moka, Fleury e Ruben Figueiró fazem uso da palavra. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, procede à leitura dos seguintes requerimentos para deliberação da Comissão: **1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 38, de 2014 –** Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater e avaliar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para tanto, sugere que seja convidado o Sr. Osmar Dias – Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 39, de 2014 –** Requer a realização de Seminário do Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a finalidade de debater a questão do armazenamento e estocagem da produção agrícola brasileira, com a presença dos seguintes

convidados: Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Presidente do Banco do Brasil; Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministro de Estado dos Transportes; Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). **Autoria:** Senadores Fleury e Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 40, de 2014 –** Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de discutir a eliminação da coordenação conjunta para gestão dos recursos pesqueiros entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca e Aquicultura, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Eduardo Lopes – Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura – MPA; Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz – Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA; Sr. Elizeu Augusto de Brito – Diretor-Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil – FAEP-BR; Sr. Armando José Romaguera Burle – Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aqüicultura – CONEPE. **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 36, de 2014, de autoria da Senadora Ana Amélia, aprovado em 6 de novembro do corrente ano, que tem por finalidade debater e avaliar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Comunico aos Srs. Senadores que já estão presentes alguns dos nossos convidados.

Convido para compor a Mesa: o Sr. Laudemir André Müler, Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário; o Sr. Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União; o Sr. Charles Mathusalem Soares Evangelista, Auditor Federal Controle Externo, Diretor da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União; o Sr. Alexandre Câmara Bernardes, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O objetivo fundamental desta audiência pública, atendendo ao requerimento da Exma Srª Senadora Ana Amélia, é que a gente possa discutir aqui e receber informações a respeito dos últimos acontecimentos que envolvem o Ministério do Desenvolvimento Agrário, especialmente no que diz respeito ao Pronaf.

A agricultura familiar tem uma importância fundamental hoje na vida do setor primário do Brasil. Ela gera mais de 80% da ocupação no setor rural, responde, no Brasil, por sete de cada dez empregos no campo, é lógico, e por cerca de 40% da produção agrícola. Atualmente, a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades.

A agricultura familiar favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. Em 2009, cerca de 60% dos alimentos que compuseram a cesta alimentar distribuída pela Conab originaram-se da agricultura familiar. Com essa pequena análise, a gente chega à conclusão da importância e do representa esse setor.

Logicamente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário soube cumprir fielmente o seu papel no que diz respeito às ações desenvolvidas para a agricultura familiar.

Antes de iniciarmos as exposições dos nossos convidados, gostaria de conceder a palavra à Exma Srª Senadora Ana Amélia, por ser autora do requerimento, ao tempo em que cumprimento V. Exª e a Comissão hipoteca total solidariedade a V. Exª com respeito às agressões que recebeu por parte de um anônimo que compõe o Conselho Nacional de Saúde.

Queria cumprimentar o nosso Senador Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que encabeçou o manifesto de solidariedade e de repúdio ao mesmo tempo, que contou com a assinatura de todos os membros da Comissão.

E aqui receba, nobre Senadora, em nome da Comissão de Agricultura, também a nossa solidariedade. É importante que se saiba que não podemos atingir a dignidade de quem quer que seja, especialmente em se tratando de V. Exª, que tem o carinho, o respeito e, acima de tudo, o prestígio desta Casa e de seus colegas.

Considerando essas hipóteses, concedo-lhe a palavra, para que possamos começar a trabalhar a respeito desta audiência pública.

Tem a palavra V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Senador Benedito de Lira, agradeço muito a manifestação de V. Exª. Eu considero o episódio encerrado. Se necessário, voltarei ao tema.

Eu queria, aqui, publicamente, como V. Exª fez referência à iniciativa do Senador Waldemir Moka, dizer que me tranquilizou muito o gesto do Ministro da Saúde, Arthur Chioro, que ontem telefonou não só ao nosso Presidente, Senador Moka, que lhe enviou uma correspondência a respeito desse episódio, mas também ao Senador Humberto Costa e a mim, pessoalmente. Os esclarecimentos do Ministro foram, para mim, satisfatórios.

Recebi também uma correspondência da parte que considerei atingida, que foi o Sr. Jorge Venâncio, coordenador de uma comissão que trata de liberação de pesquisas clínicas no Brasil. A correspondência dele tem alguns reparos a serem feitos, mas, de qualquer maneira, isso fica no âmbito da relação direta do meu gabinete com o coordenador da Conep, que é escolhido pelo Conselho Nacional de Saúde. Então, o Governo não tem ingerência sobre um conselho desses, embora esse conselho tenha impacto sobre as ações que o próprio Legislativo faz – é uma situação interessante de se observar. Não há a prevalência sobre o Legislativo, sobre as ações que nós fazemos aqui, porque o conselho interfere nessas ações, como tem que ser num regime democrático, mas essa interferência tem que ter os seus limites naturais, dentro do próprio regime democrático.

Independente disso, quero agradecer a V. Exª o gesto, mas renovar o realce, sobretudo, à iniciativa do Senador Moka, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu queria também, em relação à audiência de hoje, Senador Presidente, agradecer a presença dos Senadores.

O Pronaf é um dos programas de maior alcance social para a agricultura familiar. Eu queria até elogiar a iniciativa do ex-Presidente Lula de ter mantido esse programa, inclusive com o próprio nome do programa, que já tinha se consolidado. Foi uma criação do governo Fernando Henrique Cardoso, de um ministro do meu Estado, o Rio Grande do Sul, Francisco Turra, conhecido de V. Exª. O Programa Nacional de Agricultura Familiar foi se consolidando e o Governo Lula ampliou substancialmente, do início do programa até hoje, os volumes de recursos aplicados. Como se trata de recurso público para uma finalidade absolutamente necessária e urgente, é preciso todo cuidado para que ele continue funcionando bem, para que não haja desvios. Essa é exclusivamente a nossa preocupação.

Então, eu queria agradecer, especialmente, ao Tribunal de Contas, que, nesta semana, tem tido uma presença, nesta Casa, muito importante. No dia 17, haverá um evento relevante, que é o Pacto pela Boa Governança, sobre controle de recurso público.

A Controladoria-Geral da União, tanto quanto o TCU, tem feito um serviço que tem resgatado à sociedade brasileira, digamos assim, princípios de ética e transparência no setor público. Então, transmita ao Dr. Haje nosso reconhecimento pelo que a CGU vem fazendo; ao Ministro Augusto Nardes, igualmente, que esteve aqui e eu fiz referência e essa iniciativa; e também ao Laudemir André Müller, que certamente estará presente, Secretário Executivo do MDA; e ao Alexandre Câmara Bernardes, da CNA.

Então, quero agradecer muito ao Secretário Executivo do MDA, que tem, digamos, autoridade para tratar disso e, como nós, também tem preocupação. Como disse o Ministro Miguel Rossetto ontem na Câmara dos Deputados, há uma preocupação enorme.

Eu queria só que V. Exª, Presidente Benedito, me permitisse apresentar, com a consulta dos Senadores, antes de iniciar, um requerimento de minha autoria, porque ontem um ex-Senador, o Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil, que tem sido extremamente atencioso com a Comissão e também com os Parlamentares, o Osmar Dias – todos conhecem o Osmar Dias –, encaminhou correspondência, e eu vou tomar a liberdade de ler a correspondência dele, para justificar o requerimento, porque ele se dispôs a vir aqui.

Ele entendeu, nessa manifestação, que o Banco do Brasil está, neste momento, fazendo as investigações internas sobre o envolvimento ou não de funcionários nesse procedimento. Na Polícia Federal, já houve identificação de pelo menos oito, mas o Banco do Brasil, prudente como uma instituição financeira deve ser, está trabalhando intensamente para fazer a identificação e apurar as responsabilidades. Então, se viesse hoje aqui, o Dr. Osmar Dias não teria os elementos necessários para nos esclarecer sobre esse episódio. Então, ele se dispôs a, na hora em que estiver concluída a investigação, comparecer aqui.

Por isto deixo o requerimento já pronto: para que o Dr. Osmar Dias, assim que estiver concluída a investigação interna do Banco do Brasil, esteja aqui.

Portanto, eu queria agradecer, antecipadamente, ao Dr. Osmar Dias e ao Banco do Brasil pela iniciativa e pela disposição. Entendemos, perfeitamente, as razões apontadas por ele para o não comparecimento na manhã de hoje, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado à nobre Senadora.

Quero cumprimentar, aqui, o Dr. Aldemir, que chegou agora.

Vamos iniciar a exposição dos nossos convidados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, se for possível V. Exª consultar o Plenário acerca do requerimento antes de iniciarmos, porque diz respeito à audiência do Dr. Osmar Dias. Regimentalmente, acho que é permitido fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Não tenha dúvida disso. Farei isso, antes de dar a palavra ao Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu queria prestar algumas informações.

Cada um dos senhores debatedores terá dez minutos para fazer sua apresentação. Depois, abriremos o debate com as Srªs e os Srs. Senadores.

Está em mãos aqui o requerimento e eu consulto o Plenário se concorda com que, antes de iniciarmos nossa audiência, possamos fazer a aprovação desse requerimento.

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater e avaliar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para tanto, sugiro seja convidado o Sr. Osmar Dias – Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil. Sua presença dará continuidade ao debate sobre o tema, iniciado no dia 13/11/2014.

Autoria: Senadora Ana Amélia

A Senadora Ana Amélia deseja fazer alguma manifestação ainda a respeito?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não, eu já esclareci. É só votar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Então, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Fleury.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO) – Eu queria solicitar a V. Exª que fosse, em vez de audiência pública, um ciclo de debates. Em vez de ser uma audiência pública, que seja um ciclo de debates, porque nós não precisaremos de quórum e poderemos ter mais contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O Senador está fazendo aqui um requerimento para se fazer, amanhã, um debate. Poderá ser feito, não há nenhuma dificuldade.

Eu gostaria só de dizer a V. Exª que, por motivo de agenda minha no meu Estado, viajo hoje, mas V. Exª dará sequência a esse ciclo de debates.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Requerimento.

Vou aproveitar para fazer a leitura do requerimento e, logicamente, aprová-lo logo para poder, então, ficar acertado para amanhã esse ciclo de debates, que já tem acontecido ao longo do ano através da Comissão de Agricultura.

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com art. 93, inciso II, e com o art. 104-B, incisos III, X e XXI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a finalidade de debater a questão do armazenamento e estocagem da produção agrícola brasileira, com a presença dos seguintes convidados:

– Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

– Presidente do Banco do Brasil;

– Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

– Ministro de Estado dos Transportes;

– Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Autoria: Senador Fleury e outros

V. Exª tem a palavra para justificar se desejar.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO) – Eu solicitaria essa troca para ciclo de debates, o que V. Exª já concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Então, faz-se aqui uma retificação: em vez de ser audiência pública, que seja ciclo de debates.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como eu dizia, serão dez minutos para cada um dos nossos debatedores.

Concedo a palavra ao Dr. Laudemir André Müller.

Tem a palavra o senhor.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Bom dia, todos e todas.

Queria cumprimentar todos os Srs. Senadores, a Srª Senadora; saudar aqui o Sr. Benedito de Lira, que preside esta Comissão; saudar, de forma especial, a Ana Amélia Lemos, que fez o requerimento, fez o convite, na verdade, ao nosso Ministério para estar aqui; saudar o Senador Moka, o Senador Ruben Figueiró, Fleury; saudar aqui também o Charles Evangelista, do Tribunal de Contas da União; saudar também o Valdir Agapito Teixeira, da Controladoria-Geral da União; saudar toda a minha equipe, que me acompanha aqui.

Quero dizer, Srs. Senadores e Srª Senadora, da impossibilidade da presença do Ministro Miguel Rossetto. Recebemos esse convite na terça-feira à noite, e ontem o Ministro disse que já tinha se comprometido, há mais de uma semana, a comparecer na Comissão de Agricultura da Câmara, de modo que não foi possível organizarmos a agenda do Ministro para que ele pudesse estar aqui, mas ele está à disposição desta Comissão para debater esse tema e outros temas.

Vou usar aqui o meu tempo para buscar trabalhar, de repente, dois temas, buscando sempre ser fiel ao convite que nos foi feito: trabalhar, de forma geral, uma avaliação do Pronaf; e entrar, especificamente, no tema em tela, que é o tema das denúncias envolvendo agricultores e o Pronaf no Rio Grande do Sul, mais especificamente nos Municípios de Santa Cruz do Sul e Sinimbu.

Vou falar aqui em relação ao Pronaf como um todo rapidamente; sobre a sistemática operacional do Pronaf, que envolve principalmente a habilitação dos agricultores familiares ao Pronaf; rapidamente, sobre a sistemática da concessão do crédito; e, depois, abordar o caso do Rio Grande do Sul.

Entrando no Pronaf mais especificamente: o Pronaf é um programa de fortalecimento da agricultura familiar. Foi estabelecido em 1995, pelo Conselho Monetário Nacional, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e da sua família.

Atualmente esse programa, Srs. Senadores, Srª Senadora, conta com várias linhas de crédito diferenciadas ao conjunto da agricultura familiar estabelecida por lei. Hoje, temos juros que são pagos, que são cobrados nessa linha de crédito aos agricultores que variam de 0,5% ao ano até 4% ao ano.

Obviamente, são linhas, portanto, subsidiadas, com subvenção econômica. O recurso é captado no mercado, e a diferença entre a captação e os juros que são pagos pelos agricultores é subvencionada com o Orçamento da União.

O Pronaf é uma operação de crédito e, portanto, está no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Portanto, é regido pelo Conselho Monetário Nacional, que fixa anualmente as regras de execução dessa política de crédito.

O Banco Central dirige, principalmente, a alocação de recursos, mas tem a função precípua de fiscalização do Pronaf, por conta da fiscalização de todo o Sistema Financeiro Nacional e da fiscalização dos bancos. Ao Ministério do Desenvolvimento Agrário cabe propor as diretrizes para o melhor atendimento dos agricultores familiares. Mas ele propõe essas diretrizes ao Conselho Monetário Nacional, que as analisa, que as aprova ou não, que faz seus ajustes e tem autonomia. E também o Ministério do Desenvolvimento Agrário atua, tem a atribuição de identificar os agricultores familiares que podem se habilitar a esse programa. E às instituições financeiras cabe fazer a operacionalização do crédito, analisar as propostas e firmar os contratos.

Essa é a *performance* do programa de crédito ao longo dos últimos 12 anos.

Qual a nossa *performance* no ano passado? Na safra que terminou em junho deste ano, foram executados, contratados R$22,3 bilhões. Qual a *performance* deste ano? Na safra destes últimos quatro meses de contratação, nós já atingimos 45% do total previsto. Portanto, a execução do programa tem uma ascensão bastante forte, principalmente concentrada nesses últimos anos.

O programa, hoje, está nacionalizado. O Pronaf tem presença em 98% dos Municípios brasileiros. Aqui, nós temos um mapa do que era a presença dos contratos nos anos de 2002 e de 2003, e aqui está a presença nos anos de 2013 e de 2014. Então, vocês podem observar a nacionalização e uma presença bem forte, conforme a cor, nessa região e nessa outra região, onde justamente está concentrada a agricultura familiar brasileira.

Para se ter acesso ao Pronaf, há duas condições que são fundamentais, que são fundantes. Qual é a primeira delas? Os agricultores familiares devem, formalmente, estar habilitados. Eles devem se habilitar, eles devem estar identificados. E essa identificação é feita por meio da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf). Além

dessa condição, os agricultores, como outros mutuários, devem atender a todas as condições de contratação de crédito junto às entidades, junto às instituições financeiras.

Vou falar da primeira parte, da primeira condição, que se refere à Declaração de Aptidão ao Pronaf. Como é que funciona essa sistemática, esse ciclo de operacionalização? Primeiro, o beneficiário agricultor se dirige a um agente emissor e solicita a sua declaração, solicita o seu documento oficial. Quem pode solicitá-la são os agricultores familiares beneficiários, aqueles estabelecidos pela Lei nº 11.326, de 2006. O agente emissor analisa a documentação e as informações do beneficiário para verificar se, realmente, ele é um agricultor familiar, se ele se enquadra nessa condições.

Hoje, há 54 órgãos públicos e entidades autorizados a emitirem essa DAP, essa declaração. E, das 54 entidades, 27 são entidades de ATER, são, na sua imensa maioria, entidades públicas. Esses órgãos credenciados têm na sua base uma rede de 27.718 agentes emissores. Portanto, há uma presença bastante forte em todos os nossos Municípios brasileiros. Esses 27 mil agentes emissores emitem a DAP conforme o modelo e conforme esses agricultores...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É para não passar o eslaide, a informação sobre a questão dos 54 órgãos públicos. Ali, são 27 ATERs. ATERs são órgãos. E os outros?

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Eu vou chegar lá. Foi boa a pergunta. Eu posso falar na sequência?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sim.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Inclusive, eu tenho uma lâmina sobre isso.

Esses agentes emissores fazem esse enquadramento, imprimem, colhem assinatura: cada agente emissor assina e o agricultor também assina.

Todos esse emissores aqui, estes 54, são nominados por portaria do Ministro, e todos esses agentes aqui têm uma adesão formal – mais adiante, eu vou detalhar ainda mais esse fluxo. Por isso, eles respondem formalmente por toda essa legislação: respondem ao Código Civil, respondem ao Código Penal, respondem à improbidade administrativa e respondem às nossas portarias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – O agente emissor transmite esses dados para a nossa base de dados para validação. Toda essa transmissão é *on-line*, via internet, e nós temos regras de verificação assim que nós recebemos esses dados para validação no nosso banco de dados.

Hoje, nós temos, atualmente, 5,1 milhões de DAPs ativas no nosso banco de dados. E eu queria registrar que todas essa DAPs, todas essas declarações estão disponíveis para consulta pública no *site* do MDA por Município e por agricultor. Obviamente que há informações de sigilo, mas cada um dos senhores, cada um dos Senadores, das Senadores pode acessar o nosso *site* por Município e saber quais são os agricultores que estão aptos. Em cada um dos Municípios nós temos os 5,1 milhões de DAPs ativas.

Adiante.

Quais são as medidas de controle que nós temos nesse processo e nesse procedimento? Nós temos um fluxo formal de recebimento e apuração de denúncias, inclusive por portaria, no nosso Ministério; nós temos um acompanhamento permanente dos órgãos de controle desse sistema de habilitação dos agricultores, especialmente CGU e TCU; nós temos acórdãos e determinações do Tribunal de Contas da União, que estão em implementação; nós estamos implementando cruzamento com outras bases de dados de outras informações do Governo Federal, por exemplo, inclusive, cumprindo determinações da CGU e do TCU em relação a isso, seguindo os acórdãos; e há também um forte controle social pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

Cumprida essa fase, essa parte da habilitação, nós temos a sistemática, que é a outra perna operacional, que é a concessão do crédito em si.

Por favor, adiante.

Como é, em linhas gerais, a concessão do crédito, a contratação de crédito? Com essa declaração, com a aptidão ao crédito, o agricultor apresenta uma proposta de financiamento. A instituição analisa essa proposta, concede o crédito, e o agricultor implementa aquele projeto que ele apresentou na instituição financeira da qual ele obteve o crédito.

Adiante.

Em relação ao fluxo de contratação – aqui, eu queria sinalizar algo que acho que é bastante importante, sobretudo para a gente analisar os nossos casos –, primeiro, o agricultor, como qualquer outro mutuário, para contratar um crédito do Pronaf, tem de atender às características para que ele esteja apto a operar com crédito, ou seja, ele tem de ter um cadastro no banco. O banco tem de conhecer aquele mutuário; no nosso caso, aquele agricultor. Segunda etapa: estando apto para operar com o banco, o agricultor tem de apresentar o seu

projeto. Obviamente que o banco faz toda uma análise daquele projeto, que não vou detalhar aqui. Aprovado esse projeto, no caso do Pronaf, o agricultor ainda tem de apresentar a sua habilitação ao Pronaf. Então, para contratar o crédito, o agricultor tem de operar com o banco, tem de ter a sua proposta aprovada e, para ter acesso às condições diferenciadas do Pronaf, comprovadamente deve ser um agricultor familiar e apresentar a sua declaração de aptidão.

Esse sistema todo que nós temos hoje, o sistema Pronaf, conta atualmente com R$56 bilhões de carteira ativa. Hoje, com todo o sistema financeiro nacional, nós temos 3,5 milhões de contratos no País e em torno de 2,6 milhões de agricultores, de CPFs diferentes, que estão em nosso sistema. É um regramento regido pelas regras do Sistema Financeiro Nacional, que sofre essa fiscalização, auditado principalmente pelo Bacen e também pelos órgãos de controle, e é um sistema que tem uma baixa inadimplência.

Para se ter uma ideia, Senador Moka, V. Exª que conhece bastante esse assunto da carteira do Banco do Brasil – a Senadora que fez um pedido de discussão com o Banco do Brasil poderá detalhar isso melhor na sequência –, o Banco do Brasil hoje é o maior operador: em torno de 70% dessa carteira é do Banco do Brasil, tem em torno de R$33 bilhões de recursos com risco bancário. Essa carteira do Banco do Brasil hoje tem uma inadimplência de 1,05%, ou seja, é uma inadimplência bastante baixa, está abaixo da observada no mercado nacional de crédito. Junto com isso, o nosso sistema de DAP, ao qual já fiz menção aqui, que é um sistema com controle, com monitoramento, com auditorias permanentes e acompanhamento dos conselhos municipais.

Dito isso, eu queria agora rapidamente passar especificamente a focar o caso do Rio Grande do Sul. O que nós temos lá no Estado?

Primeiro, em relação às DAPs.

Aqui nós já vamos abrir... Depois eu posso, Senadora Ana Amélia e Senador Moka, fazer essa abertura para o Brasil, pois eu tenho, inclusive, um eslaide sobre isso.

No Rio Grande do Sul, hoje nós temos 340.944 DAPs ativas. Dessas, 153.947 emitidas pelo sistema Contag-Fetag; 153.400 pela Emater; 11 mil pela Fetraf; 8 mil pelo sistema CNA – no caso do Rio Grande do Sul, a Farsul, que são entidades sindicais representativas de agricultores –; e temos a Associação Nacional de Pequenos Agricultores, a ANPA, que tem 9.072 DAPs. Essa associação, que é um dos 57 órgãos a que eu fiz referência antes, que é uma entidade nacional, tem como um dos agentes emissores no Rio Grande do Sul a Aspac. A Aspac, por sua vez, tem no Rio Grande do Sul 6.004 DAPs ativas emitidas.

Focando ainda mais, nos Municípios de Santa Cruz do Sul e Sinimbu, nós temos 6.489 DAPs, ou seja, agricultores habilitados. Desses 6.489, nós temos 4 mil em Santa Cruz e 2 mil em Sinimbu. Destes, 2.323 emitidos pela Aspac em Santa Cruz e 1.375 pela Aspac em Sinimbu. Ou seja, a Aspac nesses dois Municípios tem 3.698 DAPs, agricultores habilitados, ou seja, 57% do total desses agricultores.

Em relação às denúncias, nós tomamos conhecimento de tudo o que vem sendo veiculado pela imprensa sobre o suposto desvio de recursos de crédito a um par do Pronaf naquela região. Nós ouvimos várias coisas – e ouvimos diretamente dos agricultores porque fomos lá. Esses agricultores dizem várias coisas, dentre elas, que eles estão endividados, se descobriram endividados junto ao Banco do Brasil, que desconhecem essa contratação e, obviamente, desconhecem essas dívidas. Vários deles afirmam que assinaram documentos, mas que não sabem exatamente que documentos são esses. Então, eles confirmam que assinaram documentos, mas se dizem surpresos, inclusive lesados, de se verem endividados e não terem conhecimento, não saberem, não terem detalhes e não confirmarem que eles contrataram esse crédito.

Para mergulhar um pouco mais naquilo que é possível sobre o caso, eu vou usar um recurso, um infográfico ou um fluxo, para dar mais detalhes daquilo que nós pudemos e entendemos em relação ao caso, para tentar clarear ainda mais.

Naqueles dois Municípios, Santa Cruz do Sul e Sinimbu, o que nós temos em relação à habilitação dos agricultores? Primeiro, o MDA autoriza a emissão da DAP da Anpa, que é uma dessas quase 60 entidades autorizadas por portaria a emitirem DAP, assim como a Contag, a Fetraf, a CNA e outras que eu citei e, depois, posso detalhar ainda mais. Essa entidade nacional, que tem relação formal com o MDA, cadastrou como comunidade emissora a Aspac, aquela associação. Portanto, uma relação formal do Ministério com a Anpa, e da Anpa, por sua vez, com a Aspac. Os agricultores, no caso que estamos discutindo especificamente, solicitam a DAP à Aspac e a Aspac emite a DAP a esses agricultores. Esse é o fluxo naquela região, no caso em tela, da emissão de DAP.

Em relação à concessão do crédito. Embora nós ainda tenhamos que fazer um debate com o Banco do Brasil, e eu não tenho capacidade para mergulhar nos detalhes nem atribuição para isso, qual é a relação que nós temos lá? O Banco do Brasil, por meio de convênio, um instrumento formal, tem uma relação com a Aspac para apoiar os agricultores no processo de crédito, organização de documentação, facilitação desse crédito e apoio aos agricultores na concessão desse crédito na relação com o banco, naquele caso, o Banco do Brasil. Os agricultores apresentam a demanda de crédito à associação, a associação apoia esses agricultores, organiza a

documentação e encaminha a proposta do agricultor ao banco – no caso, Banco do Brasil. O Banco do Brasil, recebida a proposta, primeiro, faz a avaliação da DAP, verifica se aquele agricultor de fato está apto, e o faz, inclusive, por meio de sistema informatizado, por meio de *web service*, entra *on-line*, naquele momento, no nosso sistema para verificar, analisa a proposta e aprova ou não aprova o crédito. O agricultor assina o contrato, o Banco do Brasil libera o recurso na conta do agricultor. Esse é o fluxo.

Eu queria salientar, Srs. Senadores, Srª Senadora, onde nos parece que há, nesse fluxo da contratação do crédito, denúncia de irregularidade. Onde estão as denúncias no nosso ponto de vista? Agricultores dizem que houve contratação de crédito que eles não demandaram. Ou seja, eles não teriam apresentado demanda de crédito. Essa é uma primeira denúncia que nos chega, que está neste fluxo aqui.

Outro tema vinculado é que os agricultores dizem que não assinaram essas propostas de crédito, que não houve essa assinatura. Ou seja, eles não demandaram, eles não tomaram o crédito, mas estão endividados. Então, aquilo tem que ser esclarecido e isso aqui também tem que ser esclarecido.

Há um outro tema que não está no fluxo específico do crédito, que é a afirmação de agricultores de que houve transferência de suas contas para a associação. Na verdade, isso aqui não é fluxo de crédito, mas há afirmações em relação a isso.

Então, o que nos parece, Srs. Senadores e Srª Senadora? É que, neste fluxo, nós temos que nos concentrar, pelo menos no nosso ponto de vista, na análise desses três pontos aqui. O que aconteceu aqui? Obviamente, estas fases aqui envolvem sigilo bancário: saber se aquele contrato existiu ou não; saber se aquele contrato foi assinado ou não; saber se aquele recurso entrou na conta ou não, se saiu da conta ou não. Então, eu acho que esse...

Desculpem-me por me estender no tempo, Srs. Senadores, mas foi muito para buscar a clareza de qual é o fluxo e onde estão os pontos.

Eu tenho só mais uma última e rápida referência, já termino a minha fala e agradeço pela concessão do tempo.

Quais foram as medidas adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário? Primeiro, nós deslocamos uma equipe para a região, já no dia 6 de outubro. Essa equipe foi identificar e conversar com os agricultores. Nós fizemos um relatório de campo – essa equipe – e encaminhamos à Polícia Federal como uma contribuição. Os agricultores confirmaram para nossa equipe o que haviam dito para a imprensa. Nós comunicamos ao Banco Central, a quem cabe fazer, em todo o sistema, a fiscalização dos bancos e das operações de crédito.

Adotamos medidas complementares – que julgo importantes –, que foi o descredenciamento da Aspac como emissora de DAPs. Então, a Aspac, essa associação que estava autorizada a emitir DAPs não está mais.

Comunicamos à CGU nossas primeiras medidas adotadas, e estamos realizando um monitoramento mais detalhado, *in loco*, naqueles dois Municípios, sobre as DAPs emitidas pela Aspac. Então, nós estamos fazendo um monitoramento mais detalhado sobre o trabalho pregresso da Aspac, no que nos compete, que é o tema da identificação dos agricultores. A habilitação desses agricultores é tema de um trabalho mais detalhado em campo, *in loco*, que está em andamento.

Seria isso neste momento, Sr. Presidente, Srª Senadora e Srs. Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradecemos a manifestação do Dr. Laudemir, pela qual o cumprimento.

Dando sequência, concedo a palavra ao Sr. Charles Mathusalem Soares Evangelista, Diretor da Secretaria de Macroavaliação Governamental.

O SR. CHARLES MATHUSALEM SOARES EVANGELISTA – Bom dia a todos.

Queria cumprimentar o Senador Benedito de Lira, na Presidência desta Comissão; a Senadora Ana Amélia, autora do requerimento; os demais Senadores participantes desta Comissão; o Dr. Agapito, da CGU; o Dr. Laudemir, Secretário do MDA.

Eu gostaria que fossem disponibilizados os eslaides.

Quero dizer que o Tribunal sempre considera importante participar desta Casa, o Senado Federal – essa é uma diretriz do Tribunal de Contas da União –, para apoiar, para auxiliar o Congresso na nobre missão de exercer o controle externo. Isso é uma diretriz fundamental, não menos importante, direcionada pelo Ministro Augusto Nardes inclusive.

Eu gostaria de começar esta fala dizendo que o Tribunal, desde 2006, 2007, tem acompanhado o Pronaf, esse programa importante para a economia agrícola, para a economia deste País.

Quero dizer que esses trabalhos, na realidade, tiveram o objetivo de conhecer o processo de identificação, concessão e controle da emissão das DAPs e da forma como é feita a concessão de crédito no âmbito das instituições financeiras.

O próximo eslaide, por favor.

Nós, no Tribunal de Contas da União, desenvolvemos três trabalhos. Esse foi o primeiro trabalho, a partir da necessidade de se conhecer esse processo de como se dava a concessão da Declaração de Aptidão ao Pronaf. Ele teve seu objetivo. E auditamos o Ministério do Desenvolvimento, o Incra, o Banco Central, o Banco do Brasil, o BNDES, envolvendo aí R$2 bilhões.

Próximo, por favor.

A partir da necessidade de ter informações mais detalhadas das Declarações de Aptidão, nós pedimos ao Ministério do Desenvolvimento Agrário um lote de DAFs – 2,4 milhões de unidades. Fizemos alguns cruzamentos, em especial o cruzamento de dados com relação à Rais, que são informações disponibilizadas pelos empregadores que contêm dados sobre os trabalhadores de vários setores, obrigatoriamente, anualmente, sendo fornecidos ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Uma parte do trabalho, como eu já disse, tinha finalidade de identificação, concessão, execução e controle desses benefícios, evidentemente, verificando a quantidade de recursos envolvidos com essas subvenções financeiras.

Próximo eslaide, por favor.

A vertente do trabalho era, basicamente, atuar em cima desses grupos, que são os grupos que compõem a renda anual daquela família, exatamente com relação à faixa de renda. A renda familiar, evidentemente, é fundamental para se fazer a aquisição do crédito junto às instituições financeiras.

Próximo.

As questões que nós colocamos nesse trabalho foram: verificar como se dava esse fluxo de identificação e de recebimento dessa declaração e, evidentemente, se essa rotina estava de acordo com os parâmetros legais regulamentares; verificar como se deu o processo de concessão desses beneficiários também no âmbito do Ministério, no âmbito dos emissores e, posteriormente, junto às instituições financeiras; e saber quais eram os mecanismos de controle interno e se eles preveniam ou não irregularidades e desvios de recursos do programa.

Próximo eslaide, por favor.

O que nós identificamos nesse momento? Aqui, eu trago apenas os principais pontos desse primeiro trabalho de fiscalização. Havia e há uma preocupação no trabalho de que verificássemos como se dá a validação da veracidade das informações daquele candidato a beneficiário do programa e que tipo de dado é fornecido para que o Ministério do Desenvolvimento Agrário possa validar essas informações.

Na realidade, percebemos, nesse primeiro momento, que essas informações são basicamente declaratórias, ou seja, não havia, pelo menos naquele momento, nenhuma validação. Bastava o agricultor ou o emissor dizer que a pessoa era um agricultor familiar, preenchendo as informações socioeconômicas e o valor da sua renda anual, o que é uma coisa complicada de comprovar, na medida em que muitos não têm a disponibilização de nota fiscal da sua produção ou não têm um documento formal.

O programa tenta exatamente levar para um controle social esse tipo de informação. Percebemos que há um problema sério nesse ponto, dado que não há uma validação – ou não havia uma validação, pelo menos até aquele momento – de que aquelas informações são verdadeiras. Essa é uma fragilidade que permite, evidentemente, fraudes no processo porque, uma vez que esse documento não esteja validado, ele causa um dano muito sério, pois ele faz parte agora de documentos que vão buscar benefícios tanto no financiamento de custeio e investimento, como também nas áreas sociais, onde, hoje, estão sendo muito utilizados no Governo. Então, ele passa a ser um documento de suma importância. Controlar essas informações, controlar esses dados na entrada do sistema é de suma importância.

O que se percebeu também? Que havia indivíduos com mais de uma DAP. Há no trabalho pessoas que tinham 20 DAPs. O mesmo titular contrariava o princípio da unicidade, que é um princípio colocado em portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário. De 2,4 milhões de DAPs, a gente observou 210 mil DAPs com esse tipo de problema, em que um indivíduo tinha várias DAPs à sua disposição.

Também verificamos uma baixa frequência na fiscalização *in loco* do Banco Central e dos bancos que operam o sistema. Aqui, basicamente, a gente pode dizer que o Banco do Brasil detém 90% dessa carteira do crédito rural direcionado ao Pronaf.

Outro aspecto importante é que havia ausência do registro do fluxo de operações no sistema Recor, que é um sistema que é operado pelo Banco Central. Esse sistema controlava basicamente, até aquela oportunidade, somente os contratos agrícolas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHARLES MATHUSALEM SOARES EVANGELISTA – Ele não controlava o fluxo de execução desses contratos.

Então, é uma peça fundamental. Quer dizer, há vulnerabilidade. Uma instituição como o Banco Central, com a qualificação, como a gente sabe, de seus técnicos e de seus sistemas, apresentava uma vulnerabilidade dessa ordem.

Então, a partir desse sistema, nós, no Tribunal de Contas da União, digamos assim, envidamos esforços para que fosse remodelado esse sistema.

Basicamente, estou aqui trazendo só os principais pontos com relação aos controles internos desse programa e desse processo de gestão do Pronaf.

Passe ao próximo eslaide, por favor.

Com relação a práticas do próprio beneficiário, nesse campo, detectamos que titulares de DAPs tinham rendas superiores aos limites permitidos em cada grupo do programa. Como os senhores podem ver, há o grupo B, com o valor de R$4 mil anuais, e assim sucessivamente. Quer dizer, no cruzamento de dados, apareceram titulares de DAP cuja renda ultrapassava esse limite, o que não é permitido pelo programa. Há diversos casos de pessoas com renda anual de R$100 mil, o que não é compatível com a renda de um agricultor familiar.

Outro ponto também foi detectado nesse trabalho: desvio de finalidade na concessão com DAPs irregulares. Evidentemente, se a DAP tem vulnerabilidade, se ela foi emitida irregularmente, ou se não fazia parte do programa, passa a ser irregular e inválida essa DAP, e, mesmo assim, conseguiam obter financiamentos junto às instituições financeiras.

Outro ponto importante é que havia indícios de crimes envolvendo os documentos nessa base de dados. Por quê? Basicamente, o que se percebe é que havia ali indícios de crime de falsidade ideológica e de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, na medida em que a peça fundamental, que é a DAP, estava inválida ou eivada de vícios, e esses vícios eram intransponíveis, uma vez que ela entrava no sistema e passava a ser operada.

Passe ao próximo eslaide, por favor.

Com base nessas irregularidades, o Tribunal decidiu determinar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério do Trabalho, à Previdência, à CGU que fosse feito o compartilhamento dessas informações, de bases de dados, não somente daquelas que o Ministério do Desenvolvimento Agrário recebe, mas também de outras bases, como, por exemplo, a Rais; os sistemas da própria Administração Pública, como o Siap; os sistemas da Previdência. Por quê? Era difícil, nesse programa que tem, basicamente, como finalidade, como desenho, apenas a declaração do agricultor, que a validação fosse feita somente com esse dado. Você precisava cruzar informações para, de fato, chegar até aquela informação, de maneira que comprovasse, que validasse, que desse veracidade àquela informação.

Essa determinação está em cumprimento. Desde 2008, com outros monitoramentos que têm sido feitos em relação a esse ponto, a gente percebe que não está plenamente atendido, mas que providências estão sendo adotadas pelo Ministério, pela CGU, buscando exatamente congregar todos esses dados para que esse tipo de informação seja, de fato, validada e possa entrar no sistema.

Outro eslaide, por favor.

Dentro da estrutura de identificação ainda, dado que essa base foi encaminhada depois para o Ministério, que o Ministério do Desenvolvimento Agrário verificasse essa base e, evidentemente, adotasse medidas para aperfeiçoar o seu sistema. Mais do que fazer um procedimento administrativo de investigação, que o sistema de gestão do Ministério pudesse ser aprimorado e aperfeiçoado – mais à frente, vou comentar isso.

Outro eslaide, por favor.

Bom, dentro da questão ligada ao titular com mais de uma data, foi determinado que, naquela mostra que detectamos, fossem anulados esse atos, dado o princípio da unicidade, e que fosse depois informado ao tribunal. Esse procedimento ainda está em cumprimento, porque são várias DAPs, e, evidentemente, você tem que dar oportunidade do contraditório àqueles agricultores. Pode ser também que, na pesquisa, haja alguma informação que não esteja correta. E deve-se ter muito cuidado com isso, porque pode ser que a sinalização de uma pesquisa como essa também esteja equivocada. Então, você tem que dar esse contraditório e apurar isso com maior precisão.

Outra determinação – e aí é o Banco Central – foi que realizasse fiscalizações anuais no programa e também a partir das informações de prestações de contas que o próprio MDA faz no seu trabalho. Essas fiscalizações são importantes, porque o Banco Central é o principal agente, digamos assim, fiscalizador desses créditos junto ao sistema financeiro. Evidentemente que ele controla os bancos. Deve-se disciplinar esse procedimento no âmbito do sistema financeiro como um todo. Então, fiscalizações dessa instituição ou das instituições financeiras são de suma importância para o sucesso do programa.

Bom, também considerar os desvios de finalidade dos créditos oriundos daquelas desqualificações que foram feitas no trabalho. E aqui há um ponto importante: quando você desqualifica, se por acaso aquele beneficiário, aquele crédito está irregular, o que acontece é que o sistema financeiro – os bancos e o Banco Central

– tem que desqualificar esse crédito, cobrar isso em dobro e também apurar junto ao Tesouro Nacional. A instituição financeira ou o Banco Central teria que devolver esse dinheiro ao Tesouro Nacional. Essa não é uma operação muito fácil de ser feita. Tem que haver apuração não somente sob o ponto de vista da desqualificação do crédito junto à questão dos bancos, mas também junto ao Tesouro Nacional. Não se esqueçam de que estamos falando de uma subvenção financeira do Tesouro para o Pronaf. Essa determinação foi parcialmente cumprida.

Com relação à baixa frequência, ainda, de fiscalização, foi determinado ao CGU, ao Ministério Público da União e à Polícia Federal que enviassem ao MDA todo e qualquer caso de irregularidade no Pronaf. Por quê? Porque quem tem a competência para anular, para fazer esse procedimento junto ao programa é o Ministério. Então, essas informações são importantes. E que qualquer caso de fraude, de irregularidade noticiada num procedimento administrativo na questão penal fosse encaminhado também e o Ministério pudesse fazer a devolução desses recursos ou, pelo menos, permitisse a devolução desses recursos, conforme determinam o Manual de Crédito Rural e a Lei nº 8.427. Isso está sendo cumprido e foi cumprido.

Outro eslaide por favor.

Foi determinado ao Banco do Brasil que, nos casos em que detectamos que havia operações – e aí estão identificadas operações – consideradas irregulares pelo banco, que ele desqualificasse ou desclassificasse esse crédito e devolvesse esses recursos subvencionados. O Banco do Brasil tinha certa resistência em desqualificar esse crédito e, mais, de devolver – porque devolve em dobro – esse recurso subvencionado ao Tesouro Nacional. Isso está sendo providenciado no caso dessas operações. Evidentemente que foram casos pontuais, mas isso tem que ser uma regra no sistema como um todo.

Ao Banco Central, determinou-se que reformulasse o seu sistema, o *layout* do seu sistema, para que pudesse colocar ali um controle sobre o fluxo, sobre a execução de cada contrato de crédito rural neste País. Ou seja, por mais que alguém alegue que é um valor menor, no sentido de que são poucos os recursos envolvidos, no agregado isso tem um impacto muito grande. Então, essa determinação foi ao Banco Central – eles estão ainda em fase de cumprimento.

Próximo.

Com relação aos titulares com renda bruta anual acima do limite, foi determinado ao MDA que aprofundasse as investigações sobre esses titulares para que se pudesse anular esses documentos e, evidentemente, quando anulados, fossem aplicadas as regras do Manual de Crédito Rural, que é exatamente a devolução disso em dobro – também está em fase de cumprimento.

Desvio de finalidade.

Com relação a desvio de finalidade, também foi determinado ao MDA que identificasse as irregularidades e, caso as confirmasse, anulasse as DAPs elencadas em uma base de dados que foi encaminhada ao Ministério, ouvidos os titulares e, evidentemente, informando isso ao Tribunal – também está em fase de cumprimento.

Próximo por favor.

Ao Banco Central. Ao receber do MDA – e agora é o caminho inverso – o resultado dessa angulação das DAPs que o Banco Central tem mandado e ele devolve, que o Banco Central, junto aos agentes operadores – e aqui eu me refiro aos bancos –, providenciasse a devolução em dobro desse valor subvencionado, quer dizer, exercesse de fato aquilo que os normativos determinam.

Próximo.

Com relação aos indícios de crime na apresentação de DAP irregular ao programa, o Tribunal encaminhou ao Ministério Público Federal cópia do relatório... E aqui abro parênteses para dizer que esse primeiro relatório tem um caráter sigiloso, dado que há informações de pessoas que devem exercer o contraditório e que, evidentemente, essas pessoas, no caso aqui, com certeza omitiram informações para obter esses financiamentos, mas obtiveram a DAP também com taxa subsidiada. Com isso, você invalida todo o sistema, todo o procedimento. E que o Ministério Público, se achasse cabível, abrisse os procedimentos apuratórios de crime de falsidade contra o sistema financeiro. Evidentemente que aqui a Justiça tem realmente que pedir a quebra de sigilo para que possa ter o pleno atendimento desse procedimento apuratório.

Próximo eslaide por favor.

Eu queria deixar aqui, dado o tempo que eu tenho, conclusões basicamente em duas dimensões.

O Pronaf, de fato, é um programa que, para atingir seu pleno objetivo de desenvolver a produção de alimentos, tem que diminuir essas vulnerabilidades em seu sistema de controle. E aí, para isso... Quer dizer, as fragilidades de controle no sentido da emissão irregular de DAP e da concessão a pessoas indevidas é um procedimento que tem que ser aprimorado no sentido de resguardar tanto o programa como o beneficiário e o Tesouro Nacional. Falta ao sistema ainda uma sistemática de controle para verificar a veracidade das informações. Esse é um desenho do programa que precisa ser aperfeiçoado. Há que se ter uma validação dessas informações do usuário do programa. Por quê?Porque há presença de indivíduos com mais de uma DAP no sistema.

Nós temos que falar também que, nesse acompanhamento – estou falando não só em relação a auditorias, mas a monitoramentos que nós temos feitos, que foram dois, em 2011 e depois em 2012 –, nós percebemos da parte do Ministério de Desenvolvimento Agrário uma evolução no sentido de aprimorar esses controles. E uma que eu posso destacar aqui foi exatamente a transmissão via internet de todas as DAPs, que antes vinham em papel, o que era extremamente vulnerável, com vários, vários casos de fraudes. Bastava abrir o noticiário e víamos lá DAPs junto à Polícia Federal.

Então, eliminou-se o papel e diminuiu essa interferência do emissor e do declarante. Mas, pelo que a gente pôde ver e dado o caso concreto aqui, em cima exatamente do que tem que ser apurado, como o Dr. Aldemir disse, temos que verificar em que momento – já que melhorou o sistema sob o ponto de vista da homologação via internet – isso acontece, qual é a fragilidade, qual é a vulnerabilidade que está permitindo esses casos de insucesso.

Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer.

Desculpem-me por ter cansado os senhores. E agora me coloco à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Nós agradecemos ao Dr. Charles.

Eu queria, antes de passar a palavra ao Dr. Valdir, pedir permissão aos colegas para fazer a leitura de requerimento, considerando que, logo em seguida, vou convidar a Senadora Ana Amélia para dar continuidade à reunião, assumindo a Presidência, a fim de que eu possa cumprir uma agenda externa.

V. Exªs permitem que eu leia o requerimento? (*Pausa.*)

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de discutir a eliminação da coordenação conjunta para gestão dos recursos pesqueiros entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca e Aquicultura, com a presença dos seguintes convidados:

– Sr. Eduardo Lopes – Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura – MPA;

– Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz – Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA;

– Sr. Elizeu Augusto de Brito – Diretor-Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil – FAEP-BR;

– Sr. Armando José Romaguera Burle – Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura – CONEPE.

Autoria: Senador Benedito de Lira.

Fui procurado por essas instituições, porque está havendo um problema muito sério no que diz respeito ao setor pesqueiro do País. Recentemente, segundo informações do Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, o Ministério do Meio Ambiente fez uma relação de 4,5 mil espécies de peixes, determinando a proibição de sua pesca, considerando que essas espécies estavam em fase de extinção.

Esse problema realmente assustou os pescadores do Brasil e mobilizou as instituições que cuidam da organização dos pescadores, inclusive a preocupação do Ministro da Pesca, pela interferência sem, segundo eles, um estudo mais acurado no que diz respeito à extinção dessas espécies, que são 4,5 mil, o que criou um mal-estar.

Para que a gente possa encontrar caminhos, eles nos procuraram, e esta Comissão é realmente o foro ideal para discutirmos essa vinculação ou desvinculação ou a dependência ou interdependência do setor.

Por essas razões, eu submeto à votação o presente requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria comunicar aos meus companheiros e aos nossos convidados que, infelizmente, eu terei que dar uma saída para cuidar de uma agenda fora, no Ministério da Integração Nacional.

E, para dar sequência a esta audiência, eu convido a Senadora Ana Amélia, autora do requerimento, para que possa não só dar sequência, mas assumir a Presidência dos trabalhos, a fim de que possamos concluir a nossa audiência pública.

Eu quero agradecer aos nossos convidados, em meu nome pessoal e em nome da Presidência da Comissão, pela presença.

Cumprimento os dois debatedores pelas brilhantes apresentações que fizeram a esta Comissão.

Peço licença aos meus colegas para me ausentar do recinto. Brevemente retornarei.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu tenho o prazer da passar a palavra ao Dr. Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia, autora do requerimento e com quem está a Presidência da Mesa; o companheiro Laudemir, o Charles, os demais Senadores.

Quero ressaltar que nós temos feito um processo de acompanhamento sistemático do Pronaf. Sem me alongar muito, não preciso repetir a importância do programa, a sua dimensão nacional, digo que, até pela sua dimensão, não é um programa que tem apresentado um alto índice de irregularidades, mas as que nos têm chegado nós temos tratado de encaminhar ao Ministério e de acompanhar as suas providências.

Com relação ao caso específico do Rio Grande do Sul, nós estamos acompanhando a apuração do Banco do Brasil, até porque há notícias de envolvimento de servidores do banco nessa operação, e é preciso, então, que esse processo seja individualizado e penalizados os responsáveis. No momento, nós ainda não tivemos acesso às investigações, por questões de sigilo, mas estamos buscando a maneira de obter o acesso via Poder Judiciário.

No momento, o que nós temos? Temos um processo de revisitar esses controles, pois, como o Charles demonstrou bem, de 2008 para cá, foram apontadas algumas inconsistências, foram feitos aperfeiçoamentos nos seus processos de monitoramento e controle por parte do Ministério.

No momento, nós estamos numa auditoria de acompanhamento e avaliação desses mecanismos de controle para ver quais aspectos precisam ser melhorados e aperfeiçoados na questão da maior segurança e transparência nesse processo das DAPs – de concessão das DAPs, de segurança de que elas estão sendo concedidas aos reais agricultores familiares. Para isso, a gente pretende apoiar o Ministério do Desenvolvimento Agrário no aperfeiçoamento desses mecanismos de monitoramento e de cruzamento de bases de dados que permitam, num programa dessa dimensão, fazer um rastreamento melhor de fragilidades, com mais sistemas de cruzamento, *on-line*, que possam antecipar eventuais desvios de rotas. E também estamos discutindo com o Banco Central e com os bancos que operam o programa no sentido de revisitarem os controles atuais e verificarem quais mecanismos precisam ser aperfeiçoados, por exemplo, a questão de procurações, que é uma coisa que gera normalmente, nesse tipo de operações, fraudes, ou seja, o banco conceder créditos a um representante que tenha n procurações.

Eu não conheço bem a situação do Rio Grande do Sul, mas essa é uma fragilidade, e, no passado, nós já vimos isto acontecer em outras situações: pessoas se valerem de procurações de outras para, em nome dessas, assumirem responsabilidade de crédito e movimentarem esses empréstimos. Então, isso me parece que é uma coisa possível e rápida de se ajustar com o Banco Central e com os bancos operadores no sentido de haver uma maior segurança nessa relação.

Talvez, uma questão que possa ser mais bem trabalhada também seja a movimentação dos recursos nas contas específicas dos agricultores. Aqueles créditos que caem na conta do agricultor, imediatamente, se deslocam para uma determinada... Criar alguns mapeamentos dessas situações...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Rastreamento.

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Um rastreamento, em que o banco possa, rapidamente, fazer algumas intervenções.

Eu pediria, se permitido pela Senadora, que o auditor responsável por esse programa pudesse tocar nos principais pontos desse trabalho que está em acompanhamento, visitando o fluxo do programa, nos meus dez minutos que ainda restam, para que ele possa trazer mais elementos. Trata-se do Gustavo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Gustavo, por favor.

Gustavo, pode entrar diretamente aí.

O SR. GUSTAVO SOUZA ARAUJO – Olá, bom dia a todos, aos componentes da mesa, Senadora, Senadores.

Durante os nossos trabalhos de acompanhamento do programa e de interlocução com o gestor para conhecer o programa, seus fluxos e seus controles, nós conseguimos ratificar com o gestor as principais etapas do programa e, em seguida, identificamos vários pontos de riscos de controle, como o TCU falou, que poderiam impactar a efetividade do programa.

Com esse trabalho, nós identificamos três grandes ciclos principais do Pronaf: um ciclo relacionado especificamente à emissão da DAP, o principal documento para ter acesso ao crédito rural; outro ciclo relacionado exatamente à liberação do crédito, à aprovação das propostas de crédito; e um terceiro grande ciclo envolvendo a utilização do crédito, a fiscalização por instituições financeiras e, por fim, avaliando a efetividade do programa, que é aumentar a renda do agricultor familiar e sua produção.

No primeiro ciclo identificado pela equipe de auditoria, o da emissão da DAP, nós identificamos três pontos de risco de controle. É exatamente o papel do agente emissor da DAP na análise dessa requisição. São necessários vários documentos para se fazer a validação dos documentos para posterior emissão da DAP. E os procedimentos relacionados a essa validação dos documentos ou requisição de documentos adicionais, caso haja suspeitas de irregularidades e impropriedades, são pontos de risco que nós identificamos que poderão ser alvo de ações de controle para se verificar a qualidade desses controles nos agentes emissores.

Outro ponto de risco que nós identificamos relacionado ao papel do MDA exatamente nessa emissão de DAP dos agentes emissores está no acompanhamento dos registros do banco de DAP, que já possui sistema informatizado, por meio de auditorias. Esse acompanhamento deve ser realizado de forma sistemática e tempestiva para evitar exatamente fraudes ou duplicidades ou concessão de créditos a pessoas que não são aptas a receber o crédito. E auditoria no banco de agentes emissores de DAPs, como é o caso da Aspac, para verificar a adequação das mesmas às regras, às normativas do programa, também de forma sistemática e tempestiva, verificando se eles continuam cumprindo as normas não apenas no seu credenciamento, até porque é competência do MDA fazer o descredenciamento dos agentes emissores que estiverem descumprindo as normas ou que estiverem envolvidas em casos de liberação de DAP com irregularidades.

O segundo grande fluxo que identificamos foi relacionado à liberação do crédito. E os pontos críticos relacionados aos pontos de risco que identificamos foram na análise do crédito pelas instituições financeiras, que é o primeiro quadrado vermelho ali, elaboração negociada com o agricultor familiar da proposta de crédito.

Quem faz o papel de fiscalização dessas análises é o Banco Central do Brasil, com a sua competência de verificar os controles do que o banco possui exatamente na liberação do crédito, para evitar que créditos sejam liberados para pessoas com DAP irregular, com duplicidade de DAP ou então, no caso específico, com suspeita de irregularidade, como é o caso de procurações, se esses controles são suficientes para evitar que esses casos ocorram. Então é um ponto de risco que identificamos que será alvo de ações de controle.

Outros pontos de risco que identificamos estão no papel do MDA de verificar exatamente os dados desses créditos liberados nas várias linhas do programa para poder ter relatórios gerenciais confiáveis pelos dados que possuem. Então, seria o papel de monitoramento da análise do crédito.

E o terceiro e último ciclo está relacionado à aplicação de recursos, a utilização do crédito pelo agricultor familiar. O risco maior está relacionado ao papel das assistências técnicas e das instituições financeiras de fiscalizarem a utilização desse crédito para verificar se os agricultores familiares que porventura receberam os créditos os estão utilizando. Nesse caso, uma fiscalização da instituição financeira, no caso do Rio Grande do Sul, poderia ter verificado que o agricultor familiar não recebeu crédito porque ele não está utilizando. Teria que ser feita uma fiscalização sistemática e também tempestiva. Então, é outro ponto de risco que identificamos.

E em relação ao papel do MDA, novamente, como a competência primordial do MDA é a gestão do Pronaf e a sua efetividade, verificar qual a quantidade e qualidade dos dados coletados de produção junto com os dados do crédito, para verificar se os relatórios gerenciais são capazes de demonstrar a efetividade do programa, com capacidade de compará-lo ao longo dos anos com relação à renda gerada e com relação à melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Gustavo Souza Araújo, que integra a equipe da Controladoria-Geral da União.

Dr. Valdir, Srs. Senadores e aqueles que nos acompanham pela TV Senado, acho que foram extremamente relevantes, porque são coincidentes o trabalho de monitoramento e auditoria do Tribunal de Contas com a Controladoria-Geral da União, revelando a necessidade de um controle maior.

Queria só esclarecer aos Srs. Senadores que foi um documento da Polícia Federal que iniciou essa investigação. Está escrito no relatório da Polícia Federal que restou devidamente constatado o valor de fraudes e desvios por meio de 24.787 transferências bancárias dentro do montante de R$79 milhões resultantes do desvio das contas de 6.309 pequenos agricultores lesados. O Ministro Laudemir, Secretário Executivo mostrou ali os números: 6.309 são o total, entre Santa Cruz e Sinimbu, o Município de Sinimbu, para as contas da Associação Santacruzense de Pequenos Agricultores Camponeses (Aspac), na qualidade de representante do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), na região de Santa Cruz do Sul, que envolve não só Santa Cruz mas também o Município de Sinimbu.

Então, a razão é essa e o montante é significativo: são R$79 milhões nesse processo.

Eu queria começar perguntando, já que sou a requerente, para o Secretário Laudemir, como é o nome do presidente da Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANPA), se tem conhecimento. Se não tiver, pode mandar...

Houve uma referência ali, Secretário, sobre valor. Qual é o valor médio desse crédito, porque ali havia R$100 mil. Então, são valores acima do conceito de agricultura familiar. Qual é o valor médio desses contratos?

Como aqui foi dito pelo TCU e pela Controladoria, um dos princípios do Manual de Crédito Rural, especificamente para o Pronaf, é a unicidade. Ou seja, um indivíduo tem direito a um contrato. Então, tem que ser esse contrato. Mas foram encontradas aqui 20 declarações para a mesma pessoa, 20 contratos diferenciados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Vinte DAPs, vinte ou mais para uma pessoa. O DAP é a Declaração de Aptidão dele para o acesso.

Então, a conclusão a que a gente chega, Secretário, é que, do total de alcance do Pronaf, pelos dados oficiais, pode esse número, na realidade, representar um número menor de pessoas assistidas. Digamos que exista uma média, 20 DAPs, porque, pela unicidade, cada DAP é um indivíduo. Isso é o que entendi, a menos que eu não tenha compreendido bem. Então, cada DAP é um indivíduo.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO. *Fora do microfone*.) – É um CPF.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É um CPF.

Então, se um indivíduo tem 20 DAPs, o número geral dentro do Pronaf pode ser um número acima do valor real dos contratos dos indivíduos, porque o mesmo indivíduo tem 20 DAPs.

Essa é pergunta que eu faço ao senhor.

O Tribunal de Contas fez isso em 2008. Nós estamos em 2014. Então, passaram-se vários anos. Alguns programas V. Exª mostrou que estão em cumprimento; outros foram cumpridos, e continua o monitoramento.

Eu queria saber se o TCU continua fazendo esse monitoramento, visando melhorar isso, porque, afinal, envolve um controle, e é recurso público. Nós não estamos discutindo o mérito de um programa inquestionável. O Pronaf tem que ser preservado, fortalecido, valorizado, destacado como uma das grandes conquistas da agricultura familiar. É o programa eixo para isso. O que nós precisamos ter é o cuidado, primeiro, com a moralidade, com a transparência do programa para não haver desvio de finalidade.

Então, era isso sobre o valor mínimo e médio que eu queria saber.

Como o senhor mostrou, Secretário Laudemir, há todo um mecanismo de controle de parte do MDA nessas avaliações, por que o próprio MDA não identificou irregularidades nesse caso de Santa Cruz do Sul antes que o órgão, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, o fizessem, porque, dada a existência de controles como o senhor mostrou para os Senadores, há também um mecanismo de controle.

Claro que, depois da investigação da Polícia Federal, houve o descredenciamento da entidade que fazia as declarações.

Aqui na CGU quanto no TCU, essa questão da procuração que uma instituição pega do agricultor, em geral um pequeno agricultor, é uma pessoa que tem a sua simplicidade, a sua credibilidade confiada na palavra. Então, ele pode assinar de boa-fé, acreditando que aquilo, realmente, vai ser para ele, e ele não recebe depois as informações sobre o andamento daquilo que se chama de fluxo de caixa do banco. A movimentação bancária que foi salientada aqui pelo Dr. Gustavo.

Então, sobre essa movimentação bancária, não houve rastreamento desses valores para a sua finalidade. Ele pegou ou foi para onde? Tem que ser pra ele ou, no máximo, para ele pagar um contrato de fornecimento de uma máquina agrícola, então vai para o fornecedor da máquina. Então, esses mecanismos que eu queria que o Secretário Laudemir nos explicasse em relação a essa situação. Mas a questão preocupante é essa questão que nós temos aqui.

Eu queria também, como houve esse caso do descredenciamento, se o MDA descredenciou outras instituições no País, não só lá no Rio Grande do Sul, se houve já episódios em relação a isso.

Também aqui uma questão chama a atenção, Secretário: dos 54 documentos fornecidos, a Aspac foi responsável por 57% do total das concessões desses documentos, dessas procurações, na verdade, que o agricultor dá. Não há uma concentração muito grande em cima de uma única instituição? De um lado, ela poderia facilitar a fiscalização, porque é um só, do outro lado, também, criar um problema em relação ao não cumprimento das operações registradas nessa iniciativa da Polícia Federal, chamada Operação Colono.

Então, são esses os primeiros dados que eu trago a V. Exª sobre essa questão dos monitoramentos. E espero também, como foi dito aqui, que o Banco do Brasil, através da manifestação da disposição do Dr. Osmar Dias, traga essa informações. E trazer aqui também o Presidente da Associação Nacional dos Pequenos Agricultores, que penso dará uma contribuição valiosa.

Eu, de imediato, passo a palavra aos Senadores, para, numa só etapa, fazer todos os questionamentos e as indagações aos nossos expositores.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

Em seguida, Senador Fleury e Senador Ruben Figueiró.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, que preside neste momento a reunião e também a autora do requerimento que ensejou e que fez acontecer essa audiência pública.

Quero saudar o Sr. Valdir, e confesso que eu fiquei o tempo todo querendo saber, porque lá no meu Estado a gente fala Agapito, e eu percebi que todos aqui falam Agapito... Eu queria saber a pronúncia correta do seu nome, se permite essa curiosidade.

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Agapito.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, Sr. Valdir Agapito Teixeira.

O Sr. Laudemir, que eu conheço de muito tempo e saúdo, acho que a sua presença aqui, a forma com que colocou, para mim, ficou claro que o Ministério do Desenvolvimento Agrário quer essa questão esclarecida.

Eu percebi que foi colocado com clareza onde está o problema, onde pode ter acontecido. Fomos lá, verificamos, informamos a Polícia Federal, mandamos para a CGU. Acho que isso é bem próprio, se me permite, do nosso Ministro Rossetto. Ele não é de passar a mão na cabeça de ninguém. E isso daí, Laudemir, como disse a Senadora Ana Amélia, eu vi acontecer esse Programa, o Pronaf. Eu vi acontecer, eu acompanhei isso, as dificuldades que existem, as críticas que se faziam.

E hoje fica muito claro que o programa foi fundamental para que a gente pudesse alavancar a agricultura familiar. É só olhar para ver o quanto isso melhorou as condições.

Agora, não podemos permitir... E aí quero dizer que vou ser muito duro nesta questão, porque o agricultor familiar, em função, às vezes, da sua ingenuidade mesmo – é um caboclo, um homem da roça –, pode assinar documento sem realmente ter a certeza ou mesmo o conhecimento do que é que ele está assinando. Não estou também querendo fazer juízo de ninguém, mas isso pode ter acontecido, e é importante que a gente esclareça isso com muita profundidade e que a gente não tenha em nenhum momento... Porque é só assim... senão vamos começar a criar uma burocracia para conceder esses créditos, porque esse é o problema.

É um programa que foi criado e em que se tem que considerar a boa-fé das pessoas, em função até da dificuldade. A maioria desses agricultores familiares está há 20 anos, 30 anos e nem o título do assentamento tem. Está há 20 anos em uma terra e não tem o documento dessa posse. A gente tem que levar em consideração a dificuldade que é isso e punir exemplarmente aqueles que estão se aproveitando, muitas vezes da falta do conhecimento, da ingenuidade dessas pessoas humildes.

Eu li aqui, rapidamente, e não sei se isso... mas o jornal que publicou é de credibilidade, no Rio Grande do Sul. Houve casos de pessoas que se suicidaram em função de que viram uma dívida... O homem simples, humilde se apavora mesmo com isso: "Mas como posso estar devendo isso se eu não contratei?!" E as pessoas dizem que está lá assinatura dele e que ele contratou, sim. Acho que nisso, Valdir, precisamos chegar. Quem são essas pessoas que fizeram isso, se é que isso aconteceu? E punir exemplarmente.

Aqui, no Senado, não temos essa figura, mas, na Comissão de Agricultura da Câmara, há uma figura que é uma Comissão de Fiscalização e Controle, Senadora Ana Amélia. É um grupo de Parlamentares com atribuição que o Congresso dá para ir *in loco*, para fazer as coisas. Tudo o que vocês já fizeram. Mas acho que é fundamental que se ouçam os produtores, os pequenos produtores, aqueles que foram ou que se dizem lesados, aqueles que dizem que não contrataram isso e que sequer demandaram esses contratos. Isso precisa ficar muito claro, porque, assim, vamos cumprir, e, o melhor, vamos proteger um programa que, na minha avaliação, melhorou, e muito, as condições do pequeno agricultor do interior desse País.

Conheço muito a agricultura familiar, e, vamos dizer, 99% dessas pessoas, Senadora Ana Amélia, são pessoas humildes, de mãos calejadas, homens e mulheres de mãos calejadas, para quem R$5 mil, R$10 mil são uma fortuna.

Esses desvios têm que ser esclarecidos e as pessoas envolvidas exemplarmente punidas. Não quero citar nomes. Não gosto disso. Não tenho esse perfil. Mas isso é uma coisa que me deixa muito indignado. Estragar um programa como esse, criar dúvidas nele, e, o pior, se é que aconteceu, explorar a ingenuidade das pessoas, por falta, às vezes, de conhecimento da pessoa ao assinar uma procuração ou um documento. Isso precisa ser esclarecido.

Não tenho perguntas específicas. Quero elogiar aqui o Dr. Charles, que apresentou com muita clareza. O Tribunal de Contas recomendou. Há uma preocupação, e nós temos que sair daqui... Esta audiência pública não pode ser entendida como uma crítica ao Pronaf. Não pode, e não é.

É uma audiência pública, tenho certeza, e a Senadora já falou, para que a gente possa, realmente, ir a fundo nessa questão. Essa questão não pode ficar protegida ou encoberta. Ela precisa ser esclarecida, porque nós estamos falando de vidas de pessoas que se sentiram traídas, logradas, enganadas, contraindo dívidas que elas absolutamente não contraíram. Aliás, isso não é novidade. Quantos e quantos aposentados se surpreendem com o fato de alguém ir lá e fazer...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Crédito consignado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... o chamado crédito consignado? É brincadeira um negócio desses. É só uma colocação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu recebo, agora, o Presidente da Embrapa, que quer discutir comigo um projeto desta Casa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Só para ilustrar, Senador Moka, já que V. Exª referiu com muita propriedade a questão de a quem é destinado esse programa dos pequenos agricultores familiares?

Vou dar aqui um depoimento, que foi publicado, do Lourenir Goulart, de Alto Paredão, um distrito de Santa Cruz do Sul, dona de 3,7 hectares. Fez quatro débitos, via Pronaf, em 2009, nos valores de R$9 mil, R$4,7 mil, R$4,9 e R$2 mil. Ela diz ter sido informada pela Aspac, essa entidade referida aqui, que, para quitar os empréstimos, bastava assinar outros papéis para rolar a dívida. Constatou, porém, que, em 2012, ainda devia dinheiro. E o pior: seu nome foi parar na Serasa como devedora.

Então veja, uma propriedade de 3,7 hectares, nem 4 hectares, uma propriedade muito pequena de uma agricultora. Realmente, é disso que temos de cuidar e zelar para evitar a contaminação de um programa de grande validade social para o desenvolvimento do País.

Passo a palavra ao Senador Fleury, em seguida, ao Senador Ruben Figueiró e aos expositores.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO) – Senadora Ana Amélia, eu tenho uma vivência com o Pronaf. Sobre as DAPs, nós, em Quirinópolis, Município em que vivi por muito tempo e onde sou pecuarista, fizemos um convênio entre o sindicato e a Emater, que fornece as DAPs. E víamos que a Emater era pressionada. Quando fizemos esse convênio em que as duas entidades tinham que assinar a DAP, que a pessoa estava próprio, tinha condição de receber, nós conseguimos diminuir em muito as emissões das DAPs.

Esse programa do Pronaf foi criado pelo Presidente Fernando Henrique, se não me engano. Durante o período dele, até dois anos, em Quirinópolis tínhamos feito 80 Pronaf. Aí, consegui junto ao Banco do Brasil que os PRONAFs fossem feitos dentro do sindicato rural, com uma funcionária do sindicato no Banco do Brasil.

Vou dizer para a senhora por quê. O Banco do Brasil, quando trata do pequeno produtor, daquele que vai até R$5 mil... E aí eu quero fazer um adendo para fazer uma pergunta: se esse pequeno produtor, que vai até R$5 mil, se o seguro dele é de produtividade, se não é só do valor que tira do banco. Porque o valor de R$5 mil, em um ano, para senhora ter uma noção... o produtor é tão humilde... porque, no programa do Pronaf, ele tira R$5 mil, no início, e, quando vai liquidar, paga às vezes, porque tem um rebate se pagar em dia, R$4,8 mil. Mas ele tem a maior preocupação em assinar, porque ele não sabe se terá renda durante aquele ano para pagar aquilo.

Nós tivemos que colocar uma funcionária no Banco do Brasil porque o Banco não tem interesse em aplicar o Pronaf.

Nós chegamos a ter depoimento onde o funcionário do Banco do Brasil dizia que o tempo que ele perde para explicar para um pequeno produtor o financiamento é o tempo que ele faz um grande. O pequeno produtor, às vezes, responde que entendeu por humildade, porque o gerente que vive o dia a dia com aquilo explica muito rápido, é a vivência dele. Agora, o pequeno produtor, aquele que tira o leite, que sai com o odor do leite da fazenda, que chega às 11 horas no Banco do Brasil, que ao passar naquela porta geralmente carrega um canivete, a porta trava, ele já entra tremendo na agência, porque ela foi travada, segurou ele ali, ele tem um canivete, é uso habitual, porque é do canivete que ele consegue fazer o cigarro de palha dele. Ele já chega no Banco do Brasil bem abaixo da média normal e não entende nada do que o gerente falou, mas concorda.

Fizemos vários financiamentos quando colocamos essa funcionária só por conta disso, para agilizar a documentação. Então, acho que dentro desse programa, que é maravilhoso, que sai de R$5 a R$300 mil, precisa haver uma auditoria e um curso para os funcionários do Banco do Brasil. Os funcionários do Banco do Brasil, geralmente nas pequenas cidades, precisam parar de achar que são donos do banco, que quando estão emprestando estão fazendo favor. Eles nunca imaginam que os pequenos produtores são os maiores produtores, como a própria Senadora Ana Amélia falou, que produzem o superávit e que põem alimento na mesa. Eles não são tratados com esse respeito.

Falo isso com muito conhecimento de causa. Fiquei 23 anos à frente do sindicato rural lutando por isso, a ponto de, em várias negociações, eu ir pessoalmente conversar com o gerente, porque o pequeno produtor tem dificuldade, é muito humilde. Costumo dizer que, dentro dessa área de 20 a 25 hectares, no centro sul do País, se o produtor não tiver aposentadoria do negócio dele, na nossa região, porque não plantamos por metro quadrado, não temos alface, morango, uva, ele vive do leite... Hoje, se o pequeno produtor produzir 250 litros por dia, ele não dá conta de abastecer a casa dele e muito menos de colocar para estudar um filho. Em faculdade ele não pode nem imaginar colocar.

Então, quero pedir ao TCU que olhe essa parte. O Banco do Brasil precisa voltar a ser de fato um banco de fomento para os pequenos produtores, porque, senão, irão perder espaço muito grande para os bancos de cooperativa, já estão perdendo, o Banco do Brasil está perdendo muito espaço para os bancos de cooperati-

va, porque a mudança de gerente no Banco do Brasil é muito grande. Ele não chega nem a conhecer a cidade, cidade com 15 mil habitantes, não chega a conhecer os produtores da cidade e já é deslocado para outros lugares. Acho que isso atrapalha o andamento da produção e das cidades que precisam do Banco do Brasil, que eu reconheço, inclusive na minha família, pois o que nós adquirimos, o que crescemos, foi com ajuda do Banco do Brasil, mas em tempos muito diferentes do de hoje.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Fleury. Eu queria lhe dizer que não é um prejuízo a ampliação dos bancos de crédito cooperativo, é um benefício para os agricultores. Os bancos de crédito cooperativo são reconhecidos pelo Banco Central como instituições de grande valor nessa disseminação do crédito, especialmente na área do pequeno e do médio agricultor e também da agricultura familiar.

Passo a palavra ao Senador Ruben Figueiró para a sua manifestação. Em seguida, as respostas dos nossos expositores.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Sr. Senador Fleury, Srs. convidados, depoentes, em primeiro lugar, gostaria de saudar V. Exª, Senadora Ana Amélia, pela oportunidade que nos deu de conhecer as ações que realmente são protagonizadas pelo Pronaf, entidade, instituição que vem desde o Governo do Presidente Fernando Henrique e que tantos e tantos benefícios têm prestado à economia familiar.

Eu tive a oportunidade de verificar que, no anuário estatístico do crédito rural, há 4,3 milhões unidades familiares neste País. Destas, apenas tem sido atendido cerca de 1,8 milhão, no âmbito do Pronaf – isso com dados de 2012. Ou seja, apenas foram atendidos 60% do total.

Uma indagação que faço a V. Sª de por que dessa defasagem, se o programa foi feito para atender à totalidade dos produtores rurais?

Ouvi aqui antes, da Srª Senadora Ana Amélia, corroborada pelo Senador Moka, que há uma expressão irônica no Paraguai, não sei se a expressão é exatamente essa – castelhana, portanto – "*Donde* h*ay ley hay trampa*." Eu gostaria de parafrasear V. Exª, Senadora Ana Amélia, se V. Exª permitir: "*Hay burocracia, hay trampa*." O que pude perceber aqui da manifestação dos Srs. convidados é que é uma verdadeira *via crucis* para se conseguir a inscrição no DAP. Começa na manifestação do pequeno produtor rural e faz uma viagem percorrendo diversos departamentos, instituições, no caso, do Rio Grande do Sul, até chegar ao Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Tenho a impressão de que isso tem facilitado imensamente a fraude que hoje existe, que nós lamentamos, como é o caso extraordinário, estapafúrdio, que aconteceu em Santa Cruz do Sul, em Sinimbu.

Quero dizer que sou de Mato Grosso do Sul, Estado eminentemente agrícola, que tem uma família imensa de pequenos agricultores, com vários assentamentos rurais, mais de cem, muito mais de cem, estou minimizando, não sei exatamente quantos. Só na região em que tenho propriedade rural, existem mais ou menos 20 assentamentos rurais. Inclusive, existe um que limita a minha propriedade. Cada pequeno produtor rural tem apenas 6 hectares. Eles não têm condições de sobrevivência, eles têm de procurar ao redor empregos para completar as despesas de suas subsistências. E não tenho conhecimento de que algum deles tenha os benefícios do Pronaf. Eles procuram, mas, até agora, não tenho conhecimento de que alguém tenha sido beneficiado por essa instituição.

Eu gostaria de saber dos senhores convidados qual é o tempo que se gasta desde o pedido de emissão do DAP até a concessão dele. Entre parênteses, eu quero dizer a V. Sªs que eu, como produtor rural, e creio que o Senador Fleury, nós vamos à Secretaria de Fazenda dos nossos Estados, Goiás e Mato Grosso do Sul, lá fazemos o nosso DAP, e imediatamente nos é concedida a inscrição de produtor rural. É uma coisa extremamente rápida. E como vimos aqui, para o pequeno produtor, isso infelizmente não acontece.

Então, eu gostaria que V. Sªs me explicassem qual é o tempo médio realmente que leva para a concessão disso.

E com relação ao meu Estado, Mato Grosso do Sul, eu tenho a curiosidade, e pergunto a V. Sªs, se há o registro a respeito de concessões do DAP, quantas concessões existem em Mato Grosso do Sul. E quantos são os financiados pelo programa do Pronaf lá em Mato Grosso do Sul.

Essas são, rapidamente, as minhas indagações. Quero afirmar a V. Sªs que fiquei muito satisfeito com a exposição que fizeram. Conscientizaram-me de que realmente há uma necessidade premente. Daí o valor da audiência requerida pela Senadora Ana Amélia, de que se faça uma avaliação profunda a respeito do programa e que se faça principalmente a desburocratização das suas atuações.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Ruben Figueiró, do PSDB do Mato Grosso do Sul.

Eu queria acrescentar só ao Dr. Laudemir, Secretário: qual é o critério que o MDA usa para credenciar as entidades que fazem a operação do Pronaf?

Eu acho que eu lhe perguntei quantas entidades que operam e que eventualmente tenham sido desabilitadas ou descredenciadas até agora, no País.

E, finalmente, no Rio Grande do Sul, considerando o montante de operações do Pronaf, em que posição está percentualmente – 10%, 5%, 20% – do total nacional dos contratos do Pronaf?

Então, de pronto, eu passo a palavra ao Secretário Laudemir André Müller; em seguida, ao Dr. Charles, do TCU, e ao Dr. Valdir Agapito, da CGU.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Obrigado, Senadora.

Eu vou buscar ser fiel às indagações, aos questionamentos e às perguntas aqui, justamente para tentar contemplar tudo que a senhora perguntou, salientou, e o que os Senadores também perguntaram.

Primeiro, eu queria fazer um comentário e me somar às intervenções de vários dos Senadores e também da Senadora no sentido da importância que tem o Pronaf.

É verdade que hoje nós temos, vejam vocês, R$56 bilhões aplicados no Pronaf. São 2,6 milhões agricultores 1.8 que hoje têm acesso ao Pronaf, que têm contratos ativos do Pronaf. E ele é um programa absolutamente fundamental para esses agricultores, como o Senador muito bem salientou a partir da sua experiência lá do seu Estado, do seu Município.

E tem, também, Senadora Ana Amélia, uma importância não só para o setor, mas para toda a economia. Veja que, dos R$22,3 bilhões aplicados na safra passada, mais de 50% desse valor, em torno de R$12 bilhões, foi para investimento. E uma boa parte desse investimento foi para máquinas e equipamentos, que movimentam, por exemplo, o polo metal-mecânico do Rio Grande do Sul e de São Paulo, mas especialmente do Rio Grande do Sul, que tem uma concentração forte em máquinas e equipamentos.

Em seis anos, foram acrescentados 83 mil tratores na agricultura familiar. E o censo de 2006 mostra que, em toda a história, nós tínhamos, em 2006, 300 mil tratores.

Então, é um programa que tem uma importância fundamental para os agricultores, para esses agricultores, para os pequenos agricultores. Esse agricultor, essa agricultora de 3,7 hectares lá no Rio Grande do Sul, lá no Alto Paredão, lá no seu Município também. E é importante para a produção de alimentos e é importante, inclusive, para a nossa indústria nacional de máquinas e equipamentos, que gera também emprego na indústria.

Eu tenho algumas outras tabelas que eu acho que elucidam. Eu não apresentei por uma questão de tempo, mas foi a primeira pergunta que a Senadora fez. Quais são as entidades que emitem DAPs hoje? Aqui estão todas elas. Todas elas estão aqui, em ordem decrescente. As mais importantes são as EMATERs, entidades públicas, 3 milhões. Depois a Contag, a Fetraf. Aí, depois tem o Incra, que faz emissão. Depois vem a CNA, são 59 mil. Depois, Incra, 135. E assim por diante.

Então, estão todas as entidades aqui. A ANPA, como eu salientei, são 21.204 DAPs emitidas. Então, nós temos, está tudo à disposição. Esses são os principais emissores aqui. Um outro tema que eu queria...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – E o critério para a escolha dessas entidades?

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Eu vou pedir porque eu também tenho o critério de credenciamento das entidades, que fica mais claro. Se eu projetar aí, eu acho que fica fácil de encontrar a transparência. Você vai pegar outra apresentação? Só enquanto ele pega a outra, eu queria mostrar o gráfico do cancelamento. Não. Bom. Só um pouquinho. Só um pouquinho.

Porque eu vou usar outros três gráficos.

Outra questão que eu acho que é importante, depois eu volto a esse tema, pode ser, Senadora? Para não perder tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Sim, não há problema. Por causa do nosso tempo também.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Para não perder tempo. O tema é o seguinte. O que foi levantando em relação ao controle. Então, nós temos um acompanhamento e uma parceria de trabalho operacional, tanto com o TCU quanto com a CGU, desde 2008, com o Acórdão nº 2280, com monitoramento em 2011 e com monitoramento em 2012.

Eu vou dar um exemplo desse tema, que depois vai aparecer lá na tabela. A DAP tem um conceito de ser emitida por camadas. Então, toda vez que o agricultor muda de Município ou ele tem, por algum motivo, nós cancelamos a DAP. Muitas vezes, preventivamente.

Quando nós reativamos essa DAP, nós emitimos uma outra DAP, para ter todo o rastreamento. Então, por isso nós temos 11 milhões de registros de DAPs, porém só 5,1 milhões DAPs ativas.

Outro tema. Nós tínhamos, como esse banco de dados... A auditoria é de 2008 e o banco de dados é de 2007, então tem essas DAPs anteriores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O senhor diz "nós"...

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Nós, o MDA.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O MDA. Mas como é que o MDA, o Ministério vai lá na ponta...

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Eu vou chegar lá. Eu vou chegar lá.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Porque a ponta é operada pelo banco ou pela...

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Eu vou chegar lá. Eu vou chegar lá.

Um outro tema. Antes, o homem e a mulher tinham o mesmo CPF. Lá em 2000, 1999. Então, o registro ou o cadastro... Ia lá o esposo, o marido – era assim – com o CPF. E, depois, a companheira ou a esposa com o mesmo CPF. Quando se cruzou esse banco de dados... Como é que foi feito esse cruzamento inicialmente? Pegou-se CPF X, tem DAP? Tem, que era o CPF do marido. Depois, foi pegar o outro CPF, que era o da mulher. Tem DAP? Tem. Ora, era o mesmo CPF. Este CPF tinha DAP, era considerada uma DAP. O outro CPF, que era igual, também tinha DAP, eram contadas duas DAPs para o mesmo CPF. E assim por diante.

Esse detalhe foi verificado quando nós cruzamos o banco de dados. E, a partir daí, lá de trás já, nós temos hoje que o código da DAP, o número da DAP está... Dentro do código tem o CPF. Então, hoje é impossível, tecnicamente, um CPF ter mais de uma DAP. Mas havia essa situação, sim, que inclusive era uma questão de Código Civil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Desde quando isso?

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – A partir de 2007 esse código já é assim, o que tem a ver justamente com esse trabalho. Quando se cruzou, nós nos atentamos para isso. "Ah, é verdade, tem isso aqui". E, a partir daí, a gente vem fazendo esses aperfeiçoamentos.

Eu já mostrei quais as entidades que estão habilitadas, credenciadas, autorizadas por portaria do Ministro para emitir DAPs. E aqui quais são as características: elas são ou órgãos públicos ou entidades que necessariamente têm que ter personalidade jurídica; têm que ser representativas de agricultores – por isso, estão ali a Contag, a Fetraf, associações de agricultores, a CNA e outras – ou prestadoras de ATER; têm de ter, no mínimo, um ano de atividade pregressa; autorizadas por portaria pelo MDA. Após essa autorização, elas se cadastram – é um cadastro formal – junto à Secretaria. Então, aquelas 27 mil entidades que estão abaixo dessas mais de 50 têm que ter um cadastro, com responsável legal, com responsável operacional e qual é a estrutura desses agentes.

Por isso, Senadora – e já aproveito para falar de uma pergunta sua aqui –, eu vou lhe passar não só o nome do Presidente da ANPA, que não conheço, que não tenho aqui, mas também o responsável legal, o responsável operacional e qual a estrutura que ela tem dos agentes emissores. Então, essa aqui é a estrutura.

Todo esse nosso sistema – depois, você aproveita para pegar a tabela dos cancelamentos –, que vem sendo auditado, vem sendo conferido e tem sido monitorado, resultou na suspensão, no cancelamento de 552 DAPs. Então, do universo de 11 milhões de DAPs que temos, de registros, nós cancelamos já 552 ao longo da história. Vejam que foram 362 de recomendação, de determinação de órgãos de controle.

O que acontece na auditoria, por exemplo, do Acórdão nº 2280? O Tribunal de Contas nos diz o seguinte: "Eu identifiquei que um agricultor tem DAP, mas também está na RAIS, ou seja, ele também tem um registro de empregado." *A priori*, é um indício, mas não necessariamente essa renda é superior, porque pode ser um empregado parcialmente, pode ser um salário baixo, pode ser um só da família ou pode ser até uma questão do Siape, pode ser uma merendeira de 20 horas lá no interior. Mas o que fizemos? Nós cancelamos essa DAP preventivamente e, depois, vamos verificar. Se, de fato, essa renda desenquadra como agricultor familiar, nós fazemos uma nova DAP, porque aí rastreamos todo o sistema. É um sistema por camadas. Esse é o nosso controle.

Veja que temos, por exemplo, o falecimento de um dos titulares. Faleceu um titular, nós fazemos uma nova DAP e fazemos todo o rastreamento. Temos aqui, por exemplo: ele se mostrou não agricultor; o agricultor que vendeu ou saiu da terra. Enfim, aqui estão todos os nossos motivos de cancelamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aqui são indivíduos. Aqui para indivíduos.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Não. São sempre agricultores. São DAPs.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Agricultor como pessoa.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – São DAPs. Eu vou entrar nisso.

Então, qual é a nossa sistemática? Nós temos, hoje, documentação comprobatória lá na base, que o Senador chamou de via-crúcis, mas, enfim, é documentação comprobatória lá na base. Por isso, essas entidades têm que ser representantes dos agricultores, porque são elas que conhecem, são elas que estão lá no Município. Não somos nós. Passa pelo conselho municipal, que é uma forma de monitoramento. Depois, há todo o controle do banco, há o controle nosso de denúncia. Quando entra na nossa base de dados, porque o sistema é *on-line* – não é mais papel desde lá atrás –, fazemos todo um cruzamento e aceitamos ou não essa DAP. O banco verifica se essa DAP está no nosso banco de dados e não só se ela foi emitida. Enfim, há uma série de

controles já implementados. Os tribunais aqui estão nos dizendo, inclusive, que está em acompanhamento, que está em procedimento.

Vou dar um exemplo do controle do Sisobi, que é o nosso registro de óbitos, que é o que já estamos fazendo. É só receber essa DAP e verificar se, por exemplo, aquele CPF não tem um registro de óbito, e assim por diante. O CNIS cruzar com o CadÚnico. Então, essa implementação, esse aperfeiçoamento vem sendo feito, o que acho fundamental.

Outro tema que a Senadora Ana Amélia colocou aqui: qual é o valor médio? Eu até tenho o gráfico aqui, mas, para ter ideia, no Rio Grande do Sul – eu não tenho as operações daquela região –, nós temos em torno de 300 mil contratos de Pronaf e em torno de R$5 bilhões. Essa é a carteira do Rio Grande do Sul.

Naquela região, para esses agricultores, muitos ligados à fumicultura, certamente, é o que puxa – está aqui o gráfico – um pouco para baixo essa média.

Então, eu acho que eu não sei o número, mas acho que isso que a Senadora comentou, de R$5 mil, R$6 mil, eu acho que é a média que tem lá.

Se cada DAP é um indivíduo ou não. O que nós fazemos hoje? Hoje, o cadastro da DAP é um cadastro da unidade familiar, com os seus CPFs. Cada CPF, hoje, é uma DAP. É impossível ter mais de uma DAP por CPF, porque, dentro do código de controle, está o CPF, justamente para a gente evitar essas questões que foram verificadas lá, no passado.

Então, por isso que nós temos hoje – já respondo ao Senador também – 3,5 milhões de contratos ativos no Pronaf, mas temos 2,6 milhões de agricultores. Por quê? Porque um agricultor pode ter feito um contrato de custeio para fazer a sua lavoura, pode ter feito um contrato de investimento para comprar uma máquina, para comprar um investimento. Ou seja, como no sistema normal de crédito. Ele pode ter feito mais de uma operação. Então, hoje, o Pronaf tem uma carteira ativa de 2,6 milhões. Depois eu volto a seu tempo.

E outros pontos levantados, aqui, pela Senadora, principalmente, em relação ao trabalho do MDA, a identificação. O que eu acho que é central, aqui, Senadora, que, para mim, parece que é o mais importante, são denúncias graves, muito graves, sim, principalmente porque afetam agricultores que, conforme vocês comentaram aqui, estão se dizendo lesados. Isso não pode acontecer. Nós temos que confirmar, saber exatamente o que é que aconteceu, e nós não podemos deixar afetar o programa. O programa é muito importante para esses agricultores e para o País.

O que nós estamos fazendo, de forma preventiva, Senadora, é verificar a DAP. Agora, nós entendemos, pelo menos até agora, que são agricultores familiares que se estão dizendo prejudicados numa operação de crédito. Então, a temática, conforme eu mostrei no meu organograma, recai sobre a operação de crédito. Ou seja, essa operação foi feita, não foi feita, o agricultor disse que assinou, que não assinou, e essas são questões de sigilo, que a Polícia Federal está investigando, e são questões de sigilo bancário. Não tem como a gente, pelo menos nós não conhecemos inclusive o inquérito, saber se o agricultor assinou ou não, se o dinheiro entrou na sua conta, se ele saiu da sua conta. Então, isso é sigilo, mas o tema recai sobre isso. Mesmo assim, a nossa responsabilidade preventiva é de fazer uma verificação sobre as DAPs.

E, em relação à Aspac, ela tem uma *performance* maior do que as outras entidades naqueles dois Municípios. Quase 60% das DAPs ativas daqueles dois Municípios são da Aspac, que tem mais agricultores associados, mas, independentemente disso, nós suspendemos, preventivamente, a Aspac, estamos indo lá, para fazer um monitoramento especializado dessa ação pregressa da Aspac e das outras entidades naquela região.

Senador Fleury, em relação ao seguro. Qual é o sistema atual? Hoje, o agricultor familiar que contrata o crédito paga 2% sobre o valor financiado, que se transforma no valor segurado. Se tiver, por exemplo, uma perda de 100%, ele deixa de pagar o crédito. Ou seja, hoje, o valor de cobertura do seguro está referendado no crédito, não na expectativa de renda.

Hoje, é assim. O valor de cobertura é o montante que contrata.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO) – A dívida.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – A dívida.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO) – O seguro é a dívida.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – A dívida.

Em 2 de janeiro de 2015, já com as resoluções do Conselho Monetário Nacional aprovadas, entrará em vigor o novo seguro da agricultura familiar.

Como que ele é? O valor de referência não será mais o valor segurado, mas será a receita bruta esperada.

Então, se um agricultor pegar R$3 mil e a expectativa de receita de colheita é R$5 mil, a referência deixa de ser os R$3 mil e passa a ser os R$5 mil. Ele continua pagando os 2% e vamos cobrir 80% dessa receita bruta esperada.

Então, estamos migrando nosso sistema. Não foi implementado agora porque, para vocês terem uma ideia, o sistema de seguro tem 140 mil planilhas que se cruzam para dar referência de valor. Então, há toda uma sistemática operacional que está há meio ano em adequação para ela entrar em vigor em 2 de janeiro de 2015.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO) – Só um aparte. Esse seguro terá parceria com o Estado ou Município ou só do MDA?

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Ele é um seguro agrícola que é operado pelo Sistema Financeiro Nacional, articulado com o crédito e sob a orientação formal e sob as medidas e as resoluções do Conselho Monetário Nacional especificamente para agricultores.

Então, a contratação é diretamente no banco junto com a contratação do crédito. Operacionalmente o MDA não participa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu tenho impressão que o que perguntou o Senador é se esse recurso advém do Tesouro Nacional. Isso é um subsídio. Então, esse dinheiro – eu imagino que seja essa a sua indagação -, na verdade, é um seguro de renda, até agora é um seguro de crédito. E o que está acontecendo agora, nessa mudança de conceito, é um seguro de renda.

Assim, ele vai receber sobre a renda e não sobre o crédito que ele tomou. Ele vai tomar três, estima-se uma renda de cinco e ele vai receber sobre cinco. Na verdade, é o Tesouro Nacional que faz, digamos, a garantia do recurso para aplicar no programa.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO) – Mas a informação que eu tive é que esse seguro terá uma parceria, uma contrapartida do Estado e do Município, não será só da União. Então, não existe nada disso.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Esse seguro, não. Esse seguro, não. Desculpe, Senador. Há um outro seguro chamado Garantia Safra, que é para a região da Sudene e que hoje atende a 1.350.000 agricultores. Aí sim, há uma participação do agricultor, que ele paga para aderir. O Município tem que necessariamente fazer uma contrapartida; o Estado tem que necessariamente fazer uma contrapartida; e a União também tem que fazer uma contrapartida. E também é um seguro que já opera há mais de dez anos, esse tipo de seguro, para a região da Sudene, para o Semiárido, com uma delimitação regional: norte de Minas, Bahia e Semiárido.

Acho que já respondi em parte as questões levantadas pelo Senador Figueiró. Para ver como esse crédito Pronaf avançou: hoje nós temos 2.6 milhões de agricultores que já participam desse programa, pois ele vem crescendo. Não são mais 1,8 milhões. Mas existe uma questão que é importante...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – O que eu afirmei é que apenas 1,8 milhões foram atendidos dos quatro milhões inscritos.

V. Sª diz aqui que hoje são 2,3 milhões...

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Dois milhões e seiscentos mil.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – São 2,6 milhões. Então, esse anuário estatístico do crédito rural já não corresponde à verdade do momento.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Exatamente. A minha informação é do fechamento de setembro.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Setembro deste ano?

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Exatamente. Da nossa carteira ativa agora.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Outra coisa, está incluído o agricultor que tem outras operações, como V. Sª mencionou, implemento para custeio, então? Então a soma é este valor?

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – São todas as operações.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Todas as operações?

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Todas as operações do Pronaf...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Não quer dizer em relação à unidade familiar?

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – São todas as operações. Nós temos 3,5 milhões de operações.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Estou falando isso aqui porque, então, esses dados do anuário estatístico não estão errados, porque há duplicidade de financiamentos aí.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Deixe-me fazer um esclarecimento...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Apenas para esclarecer...

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Vou esclarecer.

Eu vou lhe dar um exemplo, Senador, se me permitir. Se o senhor ou um agricultor familiar contratou uma operação, comprou um trator, fez uma operação de crédito há dois anos de investimento, ele tem dez anos para pagar. Este agricultor é um beneficiário do programa. Essa operação vai continuar ativa durante dez anos, a não ser que ele liquide essa operação antes. A cada ano-safra, nós também fazemos uma contabilização. Então, no ano agrícola 2013/2014, que se iniciou em 1º de julho de 2013 e foi até 30 de junho de 2014, 1,9 milhão de agricultores nesse período contrataram crédito. Só que, se este agricultor que comprou o trator contratou o crédito lá atrás, ele não está nesta conta do ano, porque ele supostamente não fez operação na-

quele ano, mas fez uma operação lá atrás que continua ativa. Ora, esse agricultor continua sendo beneficiado pelo programa. Então, são duas contas. Se o senhor me perguntar: quantos agricultores familiares são beneficiados pelo Proagro? Dois milhões e seiscentos que têm operações ativas. Quantas operações ativas existem? Três milhões e quinhentas. Quantos agricultores contrataram no ano passado? Um milhão e novecentos. Acho que agora eu esclareci.

E, Senador, nem todos os agricultores querem contratar crédito. O agricultor tem recurso próprio, ou o agricultor contratou o trator, pagou, tem um nível de renda que não se interessa mais pelo Pronaf. Então, a DAP habilita o agricultor a fazer financiamento. Ele escolhe fazer ou não.

Já estou terminando, Senador. Desculpe-me.

Não tenho, o pessoal me passou, mas depois eu passo para o senhor quantas DAPs há no Mato Grosso e...

Como?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Mato Grosso do Sul.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Quantas DAPs há no Mato Grosso do Sul e quantos contratos de crédito no Mato Grosso do Sul. Mas reforço que todas essas informações do Mato Grosso do Sul e de cada um dos Municípios do Mato Grosso do Sul estão no nosso *site,* nome por nome. Então, se o senhor tiver curiosidade, ou sua assessoria, basta entrar no *site* que todas as DAPs estão disponibilizadas por Estado e por Município.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Secretário...

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Sei que já me alonguei, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Não, bem rapidinho, é porque o senhor dá um esclarecimento completo. Na verdade, a minha pergunta o senhor respondeu. Aqui, quando o senhor fala dos 552.418 DAPs canceladas pelo MDA revela o controle que tem. Mas a DAP é das pessoas, de uma pessoa. As entidades... porque agora foi descredenciada a Aspac, houve descredenciamento em função dessa investigação. Outras entidades tiveram suspensão de credenciamento pelo MDA? Quantas foram?

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Sim. Este número não tenho neste momento. O que tenho, naquela mesma tabela, um dos itens mostra o número...Deixe-me ver se acho aqui. Só para ajudar um pouquinho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O motivo do cancelamento do DAP.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Não, onde estão todos os emissores que têm os não emissores. Então, eu lhe passo, inclusive com todas as entidades, quando, quais foram, qual é eventualmente a motivação, mas aqui já temos uma ideia...Onde está aquele número? Está aqui? Aqui. Temos 73 mil DAPs que estão ativas, que foram emitidas por entidades que já não são mais emissores. Por quê? Por exemplo, vou pegar a Aspac. A Aspac está descredenciada, mas não é por isso que aquele agricultor não é um agricultor.

Então, eu lhe passo essa informação, mas por aqui podemos ter uma ideia de que há 73 mil agricultores que foram emitidas por entidades que foram descredenciadas ou porque, por algum motivo, já não estão aqui. Mas eu lhe passo, sim, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Existe, do ponto de vista do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma razão para terem concentradas tantas operações irregulares... suspeitas – vamos usar a palavra correta – na investigação da Polícia Federal, envolvendo R$79 milhões numa única entidade com esses contratos, Secretário?

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Olha, Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O motivo disso.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Bem, esta é uma informação a que eu tive acesso porque são dois parágrafos de um relatório sigiloso, que está na imprensa. E lá tem, de fato, essa informação. Essa informação da conta de que foi movimentado esse volume...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Valor.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Este valor. Então, eu desconheço, não posso me pronunciar se há irregularidade neste valor ou não, porque não conheço o relatório na sua íntegra – até porque ele é sigiloso – e sempre faz referência a operações bancárias.

Então, operação bancária é sigilo e eu não tenho acesso, o nosso Ministério não tem acesso. E são indícios, são indícios que nós temos de saber. Repito: são graves, muito graves, por dois motivos. Primeiro, porque parece haver lesão a agricultores familiares que precisam desse crédito; e porque há um programa, um sistema que atende a outros milhões de agricultores – só no Rio Grande do Sul há outros 300 mil. Então, isso nós temos de esclarecer.

Eu não tenho informação, não tenho capacidade para me pronunciar sobre isso, até porque, realmente, eu não tenho elementos sobre esse eventual... Está nesses dois parágrafos de um relatório sigiloso, que está na imprensa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Secretário...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pois não, Senador Ruben Figueiró, do Mato Grosso do Sul.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – V. Exª tem a prioridade, pode fazer a pergunta. Eu apenas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Não, não, não. Eu estou satisfeita com a informação do Secretário.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eu deixei duas perguntas, para V. Sª, Sr. Secretário Executivo do MDA, e uma delas ainda não foi respondida. É com relação à emissão do DAP, o tempo que se leva para emissão do DAP, e também, no caso de concessão de crédito, qual é o tempo médio para isso? Talvez V. Sª não tenha os elementos aí para isso.

E, quero dizer também que eu pensava, sinceramente, que V. Sª tivesse os dados com relação à pergunta que lhe fiz anteriormente. Eu fiz duas perguntas: uma sobre a emissão do DAP e a outra com relação aos registros do Mato Grosso do Sul.

Eu fiz essa pergunta, porque pensei que V. Sª as tivesse aí. Eu sei que, pela transparência, eu vou obter esses dados e outros maiores, se eu desejar. Fico satisfeito com as explicações com relação a esse item, mas gostaria de obter uma resposta com relação ao tempo para emissão do DAP e as concessões de crédito. (*Pausa.*)

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Só um pouquinho. Eu estou procurando, justamente para lhe informar as DAPs do Mato Grosso do Sul, que eu tenho aqui. Só me dá um tempinho.

No Mato Grosso do Sul nós temos 77.727 DAPs ativas.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Setenta e sete?

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Setenta e sete mil, setecentas e vinte e sete DAPs ativas.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Ótimo.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – O.k.?

Em relação à outra pergunta, que, de fato, eu me esqueci...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – O tempo.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – O tempo médio para a emissão da DAP.

A emissão da DAP é *on-line* e imediata. Então, o agricultor vai até o agente e, se estiver tudo satisfeito, atendido satisfatoriamente, esse emissor emite na hora, transmite para o nosso banco de dados, imprime um extrato e ambos assinam. Isso leva de 15 minutos a 20 minutos.

Mas se o agricultor não tem, eventualmente, a documentação da terra ou não tem uma nota fiscal para a comprovação da renda ou faltou alguma documentação, a DAP não é emitida. Ele tem que buscar essa documentação e voltar para fazer a emissão.

Então, estando o.k a documentação, não leva mais do que 15 minutos. Ela é *on-line* e sai na hora. Em uma ida do agricultor ele sai com o extrato da DAP emitido.

Em relação ao tempo de contratação do crédito, eu não sei porque isso é um fluxo interno do banco. Eu não teria informações detalhadas para lhe passar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Secretário Laudemir André Müller, que é Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela exposição e pelas respostas.

Passo, de imediato, a palavra ao Diretor da Secretaria de Macro Avaliação Governamental, Dr. Charles Mathusalem Soares Evangelista, do TCU, para responder aos questionamentos.

O SR. CHARLES MATHUSALEM SOARES EVANGELISTA – Senadora Ana Amélia, obrigado pela palavra.

Com relação a sua indagação se o Tribunal vai continuar os monitoramentos, na realidade, ele vai continuar. Só interrompeu em 2013, porque houve um pedido de reexame do Banco do Brasil, tendo em vista uma determinação para que ele comunicasse, nas suas fiscalizações, qualquer irregularidade sob o ponto de vista criminal e fiscal à Secretaria de Agricultura Familiar.

O banco questionava isso, não sei, talvez em função das fiscalizações em relação às quais o banco talvez tenha dificuldade. E esse período de reexame só em 2013, exatamente no acórdão... Aliás, do final de 2013, no dia 27 de novembro é que foi decidido esse recurso e, estrategicamente, o próximo passo seria – e aqui já respondo também ao Senador Fleury – em relação à atuação do Tribunal.

Esse trabalho de 2008, que está sendo monitorado até hoje, tinha o propósito também de avançarmos em uma estratégia de conhecermos a utilização não somente da concessão do crédito, mas como o valor estava sendo aplicado na agricultura familiar, sob o ponto de vista da sua produção, e aquilo que nós temos sempre de exaltar nesse programa quanto a sua questão da validade social, mas sobretudo também da sua validade econômica. Sob o ponto de vista fiscal, produzir impacta cada vez menos na taxa da inflação e, com isso, melhoram-se as contas públicas nacionais.

Então, era uma estratégia dos próximos passos. Isso evidentemente decorre também da necessidade de se conhecer e de se atingir todos aqueles objetivos que estavam determinados pelo Tribunal. Ou seja, que sejam cumpridos, na plenitude, aquilo que os acórdãos do Tribunal previram.

Eu não poderia deixar de mencionar aqui que toda a atuação do Tribunal, junto com a CGU, junto com outros órgãos da administração pública, sempre teve a boa recepção e sempre esteve aberto a coletar, buscar os dados no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nunca houve qualquer restrição, qualquer obstáculo com relação a esses dados, o que mostra que o Ministério busca aperfeiçoar e melhorar o seu processo de gestão sobre esse programa.

Bom, acho que teria mais algum ponto. Com relação à questão que o Senador Moka levantou, para quem esteve à frente da supervisão desses trabalhos, das procurações, do sistema de validação das procurações, sempre se pode buscar a inocência daquele cidadão de boa-fé, daquele agricultor de boa-fé.

Parece-me, e aqui deixo uma sugestão, que há que se fazer um modelo de validação dessas procurações junto aos procuradores e ao próprio titular do crédito. Há que se pensar, e eu não vou ter aqui essa solução de imediato...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É uma segurança.

O SR. CHARLES MATHUSALEM SOARES EVANGELISTA – Acho que isso é uma segurança, mas que seja feita uma validação dessa procuração junto ao banco, junto ao tomador, para que isso fique cada vez mais claro.

Com relação ao Banco do Brasil, aqui também uma outra sugestão. Eu conheci duas experiências de outros países, Guatemala e do Chile, com relação ao microcrédito. A experiência que eu tive desses bancos, que me foi relatada, é que esses bancos criaram um programa de capacitação e o que eu achei muito interessante é que o banco ia até a propriedade rural, com as formas mais simples, com os modelos mais simples, para que aquele agricultor pudesse ter ciência exatamente de onde que ele estava entrando em termos de dívida desse microcrédito. Ou seja, não se deslocava o agricultor. Eles iam até lá, –evidentemente são países menores do que o Brasil –, havia essa preocupação de que o agricultor do microcrédito tivesse a plena ciência da sua situação financeira, situação bancária. Então, me parece ser uma ideia que se lança.

Bom, eu acho que era isso. Se eu tiver cometido alguma falha aqui, me perdoem. Quero agradecer a atenção da Comissão e dizer que esses acórdãos foram encaminhados para a Comissão, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Dr. Charles, eu agradeço muito. Eu só vou pedir aqui para o Senador. Eu acho que está na fase final, Senador, e vou lhe pedir, porque nós estamos na CRE na fase de votação dos embaixadores, eu sou membro da CRE... Então, queria me antecipar e pedir as despedidas de cada um.

Eu queria mais um esclarecimento dessa questão do Banco do Brasil e volto em cinco minutos. Obrigada. Peço ao Senador Ruben Figueiró para assumir.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Tem V. Sª a palavra.

O SR. CHARLES MATHUSALEM SOARES EVANGELISTA – Eu não entendi a...

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – A Senadora Ana Amélia tem um compromisso em outra Comissão.

O SR. CHARLES MATHUSALEM SOARES EVANGELISTA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – E ela voltará dentro de uns cinco minutos. Enquanto isso eu presidirei esta Comissão e tem V. Sª oportunidade de concluir as suas explanações.

O SR. CHARLES MATHUSALEM SOARES EVANGELISTA – Obrigado. Na realidade, era só para dar uma contribuição, uma sugestão de que o processo de capacitação dos agricultores é fundamental nesse processo. Exatamente para que evite esse açodamento, essa captura por pessoas que não estejam de boa-fé nesse processo. Uma sugestão e uma experiência que já ocorre em outros países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Com a palavra agora o Sr. Valdir Agapito Teixeira. Lá no meu Estado se fala Agápito, viu?

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Bem, eu queria apenas registrar que eu acho que muito se tem evoluído, nesses últimos anos, nos mecanismos de controle e monitoramento do Pronaf, mas a nossa expectativa é de revisitar esse fluxo como um todo, junto com o Ministério e com as instituições financeiras, para ver o que pode ser mais bem aperfeiçoado.

Eu imagino que haja muito ainda a se fazer, tanto no aperfeiçoamento dos cruzamentos desses bancos de dados com uma maior segurança da DAP, das emissões da DAP, mas principalmente de uma troca de informações com as instituições financeiras, porque são elas que têm os braços em cada local do Brasil. Eu imagino que haja mais contribuição, tanto na certeza de que o crédito está indo para cada beneficiário, quanto na transparência dessa relação entre os beneficiários do crédito e a instituição.

Então, eu apenas queria fazer esse registro final da nossa disposição de continuar contribuindo com o Ministério na construção desses mecanismos. E a nossa expectativa é de um maior estreitamento e de uma troca mais sistemática de informação entre as instituições financeiras e o Ministério, porque eu acho que isso pode trazer muitos benefícios e contribuição nesse gerenciamento do programa. Hoje é possível fazer isso de forma muito imediata e isso contribuirá muito nesse monitoramento no trabalho de avaliação do MDA.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço muito.

Dr. Charles, foram duas sugestões que o senhor apresentou: o modelo de validação das procurações, dado pelo agricultor, mas, em relação à questão do Banco do Brasil, o senhor fez uma sugestão, e eu estava levantando...

O SR. CHARLES MATHUSALEM SOARES EVANGELISTA – Bom, a experiência que eu tive em contatos com esses dois bancos, com relação ao microcrédito exatamente, o que nos foi passado, era a necessidade de valorar, de valorizar essa capacitação dos agricultores de baixa renda, principalmente demonstrando, fazendo uma ponte, digamos assim, entre o banco e a forma como ele opera no seu dia a dia com essa dívida e com esses recursos. Há que se trabalhar muito a renda e essa dívida, e essas pessoas precisam ter uma melhor capacitação. É como consultoria, só que isso tem que ser pensado, e mais: nesses casos dessas experiências, o banco ia até o agricultor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Entendi.

O SR. CHARLES MATHUSALEM SOARES EVANGELISTA – E isso permitia, isso valorizava não só a pessoa do agricultor, mas a região e o aproveitamento dessa produção local.

Essa é a sugestão que eu deixo, Senadora.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Charles.

Eu quero renovar, então, os agradecimentos ao Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Dr. Laudemir André Müller; ao Dr. Charles Mathusalem Soares Evangelista, que é Diretor da Secretaria de Macroavaliação Governamental; ao Dr. Valdir Agapito Teixeira, que é Secretário Federal de Controle Interno e, na sua pessoa, cumprimento o Dr. Jorge Hage Sobrinho, que é o Ministro da Controladoria-Geral da União;e ao Dr. Charles, por favor, transmita ao Presidente Augusto Nardes os nossos agradecimentos; e o Secretário Laudemir, que eu já agradeci também transmita ao Ministro Miguel Rossetto os agradecimento; também agradeço ao Dr. Gustavo Souza Araújo, que prestou os esclarecimentos.

Senador Ruben Figueiró, Senador Fleury, Senador Moka, Senador Aureliano, que aqui estiveram, esta reunião permitiu também que o próprio MDA falasse de um dos mais importantes programas – eu diria o mais importante – de disseminação do crédito para agricultura familiar, que cresceu muito nos últimos anos, mas também começaram as queixas. Eu era jornalista e a queixa era de que havia muita burocracia para conseguir o crédito. Claro que tudo o que é novo provoca isso, muda a rotina, o gerente do banco tem que ter paciência para atender a um agricultor que tem dificuldade de compreender as coisas.

Então, ao longo desse tempo, se mostrou eficiente. Com o próprio programa foi criado o Mais Alimentos, foram criadas outras ramificações que estimularam esse avanço, permitindo a ele também uma melhoria na qualidade da produção, da competitividade, porque ele terá que ter também uma preocupação com isso. Quer dizer, quando o Secretário fala em mais 83 mil novos tratores, isso significa uma máquina nova, mais eficiente, para produzir melhor naquela área dele. Então, além do impacto sobre a cadeia produtiva dos setores de máquinas e implementos agrícolas, há também o impacto sobre a qualidade da produtividade, e é isso que tem que ter o programa. Não pode apenas ficar focado no crédito, mas no crescimento desse agricultor na sua ampliação, porque ele pode ali, dos três hectares, passar para dois, passar para cinco, passar seis ou dez hectares. Eu penso que esse é o princípio da inclusão social com avanço tecnológico, usado na agricultura familiar. E ele tem direito a isso, então, quando maior conhecimento ele tiver, melhor será.

Isso que o Dr. Charles fala é realmente uma educação financeira, na verdade, mas junto com uma educação para aplicar o dinheiro bem na atividade que pode ser que ele, melhorando – se é um produtor de leite – a forma da alimentação do gado, ele tenha maior litros por vaca e assim tenha uma renda maior.

Então, todos esses procedimentos estão aliados: controles, qualidade do crédito, aplicação do crédito.

Penso também, por ser no Rio Grande do Sul o problema, em relação às iniciativas tomadas pelos órgãos responsáveis, especialmente o MDA, no descredenciamento, que foi uma atitude adequada e correta, tempestiva no processo. E não tenho dúvida de que todos os esclarecimentos serão fornecidos, e nós vamos continuar acompanhando.

Como eu disse no começo, o Dr. Osmar Dias, terminada a investigação que o Banco do Brasil está fazendo internamente, virá aqui para falar. E vamos convidar também o Presidente da Anpa (Associação Nacional

dos Pequenos Agricultores) para vir aqui e vamos buscar o nome do Presidente para que ele venha também, porque foi uma entidade vinculada a essa instituição nacional.

De todo modo, renovo, em nome dos Senadores presentes, os agradecimentos ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Dr. Laudemir André Müller, e também ao Dr. Charles Mathusalem Soares Evangelista e ao Dr. Valdir Agapito Teixeira. Muito obrigada a todos.

Terminada a conclusão do objetivo desta reunião, dou por encerrada a presente reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Muito obrigada.

(Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e quatorze, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **WALDEMIR MOKA,** reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **CASILDO MALDANER, BENEDITO DE LIRA, ANTONIO AURELIANO, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE, FLEXA RIBEIRO e MOZARILDO CAVALCANTI**. O Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao **PROJETO DE LEI Nº 3, DE 2014-CN – PLDO 2015**. O Senhor Relator, Senador Ruben Figueiró, profere a leitura do relatório que, colocado em discussão e votação, é aprovado. São as seguintes emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA: **Emenda nº 1-CRA/2014 (METAS E PRIORIDADES):** Ação 20ZV: Fomento ao Setor Agropecuário – Acréscimo de meta: 10.000 – Produto: Projeto/iniciativa apoiado(a) (unidade); **Emenda nº 2-CRA/2014 (METAS E PRIORIDADES):** 20Y6: Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária – Acréscimo de meta: 950 – Produto: Pesquisa desenvolvida (unidade); **Emenda nº 3-CRA/2014 (METAS E PRIORIDADES):** Ação 152M: Aquisição de Máquinas e Equipamentos para adequação de Infraestrutura Produtiva Municipal – Acréscimo de meta: 3.500 – Produto: Município atendido (unidade); **Emenda nº 4-CRA/2014 (TEXTO):** Emenda modificativa – ANEXO III – ITEM 3; **Emenda nº 5-CRA/2014 (TEXTO):** Emenda aditiva ANEXO III – ITEM 62.; **Emenda nº 6-CRA/2013 (TEXTO):** Emenda modificativa – Corpo da lei – Artigo 4. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com anuência do plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 3, de 2014, do Congresso Nacional, Mensagem nº 80, de 2014, na origem, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015.

Esclareço que foram apresentadas 45 emendas à LDO, sendo três de texto e 42 de inclusão de metas.

Com a palavra o Relator Ruben Figueiró, para proferir o seu Relatório.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, meu caro conterrâneo, Senador Waldemir Moka, as minhas primeiras palavras, Sr. Presidente, são de agradecimento ao nosso eminente Presidente desta Comissão, Senador Benedito de Lira, por ter me conferido a honra de prolatar parecer desta Comissão a respeito das diretrizes de elaboração e execução orçamentária de 2015, que estão sob a análise desta Comissão.

Também desejo manifestar aqui – e conste em ata – o meu profundo agradecimento pelas luzes que recebi do Consultor José Lacerda, da área de Orçamento desta Casa, e pelo valioso trabalho que realizou de pesquisa e análise de todas as emendas, que foi de extrema valia para a elaboração do parecer que irei relatar neste momento.

O Relatório é o seguinte, Sr. Presidente:

Conforme o disposto do art. 166 da Constituição Federal, e da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação neste Congresso o Projeto de Lei nº 3, de 2014, "que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências".

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De acordo com as normas de tramitação do projeto LDO 2015, nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e do parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86, esta Comissão tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2015: a) Texto do Projeto (pp. 3 a 64 do Volume I do Avulso); b) Anexo I – Relação de Quadros Orçamentários Consolidados (p. 65 do Volume I do Avulso); c) Anexo II – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2015 (pp. 66 a 71 do Volume do Avulso); d) Anexo III – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho (pp. 72 a 75 do Volume I do Avulso); e) Anexo IV – Anexo de Metas Anuais 2015 a 2017 (p. 9 do Volume II do Avulso); f) Anexo IV/12 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (p. 424 do Volume III do Avulso), não havendo limite quanto ao número de emendas de texto.

O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de ações constantes da Lei Orçamentária de 2013 e 2014, bem como de ações decorrentes de iniciativas constantes do Plano Plurianual 2012-2015, da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, observado o limite de três emendas por Comissão Permanente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Encontram-se em análise, por esta Comissão, 45 propostas, Sr. Presidente, sendo três ao texto e 42 ao anexo de metas de prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 2015.

Esse é o relatório, Sr Presidente.

Análise.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais. O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O meu voto, Sr. Presidente:

Do exposto, usando como critério o atendimento de maior número de propostas apresentadas, somos pela apresentação, por esta Comissão, das emendas propostas ao anexo de metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, de nº 05, na Ação 20ZV: Fomento ao Setor Agropecuário do Ministério da Agricultura, do Senador Waldemir Moka, nela aglutinadas as Emendas nº 19, do Senador Romero Jucá; nº 24, do Senador Rodrigo Rollemberg; nºs 29 e 41, do Senador Acir Gurgacz, e nº 17, também do Senador Waldemir Moka.

De nº 31, a Ação 20Y6: Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia para a Agropecuária da Embrapa, do Senador Acir Gurgacz, nela aglutinadas as Emendas nº 7, do Senador Waldemir Moka; nº 23, do Senador Romero Jucá; nº 26, do Senador Rodrigo Rollemberg, e 44, do Senador Ruben Figueiró.

De nº 45, na Ação 152M: Aquisição de máquinas e equipamentos para adequação de infraestrutura produtiva municipal do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Autoria: Senador Benedito de Lira. Nela aglutinadas as Emendas nº 11, do Senador Waldemir Moka, e nº 35, do Senador Acir Gurgacz, assim como todas as Emendas de Texto: de nº 1, da Senadora Ana Amélia, de nº 2, da Senadora Angela Portela, e de nº 42, do Senador Ruben Figueiró.

Sr. Presidente, este é o texto do relatório e do meu voto. Desejo ressaltar a V. Exª que todos os Srs. Senadores que apresentaram emendas foram aqui distinguidos com meu parecer. Dessa forma, presto homenagem a S. Exªs pelo excelente trabalho que prestaram ao contribuir para que a Comissão de Infraestrutura e Reforma Agrária pudesse oferecer à Comissão de Orçamento uma proposta que realmente venha ao encontro dos interesses da agricultura e da pecuária nacionais.

É esse meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou colocá-lo em discussão, Senador Ruben Figueiró, mas digo que o critério é aquele em que prevalece o maior número de emendas. Como eu pude perceber, V. Exª as aglutinou da forma mais coerente e mais participativa possível.

Eu acho que a Comissão de Agricultura nunca teve problemas com essa questão de emendas porque sempre tivemos esse critério de que as emendas que tenham a maior frequência de apresentação, que se repetem, são as contempladas.

Quero também, com certeza, agradecer à Consultoria do Senado Federal e dizer que, de minha parte, podemos colocar em votação, porque ela é praticamente simbólica, pois temos de encaminhar agora para o Relator da LDO. O prazo que temos, salvo melhor juízo, é até amanhã.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Ruben Figueiró.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

É dado como aprovado o relatório com as emendas que o compõem, a ser apresentado, na Comissão Mista de Orçamento, ao Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, que foi convocada especialmente para a apreciação dessas emendas.

Mais uma vez agradecemos o trabalho e o empenho do Senador Ruben Figueiró.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMRO DE 2014.

Às nove horas e cinquenta e seis minutos do dia onze de novembro de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Odacir Soares, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lobão Filho, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, José Agripino, Gim e Kaká Andrade. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da pauta. **Item 1: Substitutivo da Câmara dos Deputados n.º 293, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009 e 10.257, de 10 de julho de 2001". O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 293, de 2012, salvo a nova redação para os seguintes dispositivos: ementa; art. 1º, caput e § 2º; art. 6º, inciso VII; art. 7º, caput, §§ 9º e 10; art. 9º; art. 10 (que exclui o parágrafo único do art. 10 do PLS nº 293, de 2012); art. 11; art. 12, caput, §§ 1º e 2º; art. 15; art. 19, §§ 1º e 2º; art. 21 (que inclui o § 1º ao art. 21 do PLS nº 293, de 2012); arts. 28 a 30; restando aprovado o texto do PLS nº 293, de 2012, na forma da redação consolidada que apresenta, como faculta o § 6º do art. 133 do RISF. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 293, de 2012, salvo a nova redação para os seguintes dispositivos: ementa; art. 1º, caput e § 2º; art. 6º, inciso VII; art. 7º, caput, §§ 9º e 10; art. 9º; art. 10 (que exclui o parágrafo único do art. 10 do PLS nº 293, de 2012); art. 11; art. 12, caput, §§ 1º e 2º; art. 15; art. 19, §§ 1º e 2º; art. 21 (que inclui o § 1º ao art. 21 do PLS nº 293, de 2012); arts. 28 a 30; restando aprovado o texto do PLS nº 293, de 2012, na forma da redação consolidada, como faculta o § 6º do art. 133 do RISF. Aprovado, ainda, o Requerimento nº 23, de 2014 (extrapauta, item 58) para a urgência da Matéria, de autoria do Senador Aníbal Diniz. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 96, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wilder Morais, que "Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre a padronização dos dispositivos carregadores utilizados em telefones portáteis de redes celulares do tipo smartphone." O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCT. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 635, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "Dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM)". O Presidente da Comissão designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão

aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pela prejudicialidade do projeto. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 502, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para associar a base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) às metas de qualidade no atendimento ao usuário fixadas pelo órgão regulador." O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador João Capiberibe, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCT. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, com a subemenda que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 6: Projeto de Lei do Senado n.º 433, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica". O relator designado é o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 7: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer "..., nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta no âmbito das Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para tratar da proteção à inovação no Brasil. Para tal, solicito sejam convidados os Exmos. Srs. – Ministro de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz. – Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos". A deliberação do Requerimento é adiada. **Item 8: Requerimento n.º 24, de 2014-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Sérgio Petecão e outros, que requerem,"... nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a importância da realização do "WORDSKILLS" na cidade de São Paulo, no ano de 2015, e a contribuição do Sistema "S" para a educação profissional, devendo ser convidados: o Sr. Simon Bartley, Presidente mundial da WorldSkills; o Sr. David Hoey, CEO – Chief Executive Officer da WorldSkills; o Sr. Rafael Lucchesi, Diretor-Geral do SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Sr. Aléssio Trindade de Barros, Secretário da SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC – Ministério da Educação; Prof. Herman Jacobus Cornelis Voorwald, Secetário de Educação do Estado de São Paulo; o Sr. César Callegari, Secretário de Educação do Município de São Paulo, o Sr. Rafael Wenderson Morais Pereira, Soldagem, ganhador da Medalha de Ouro em sua habilidade; ganhador de Medalha de Ouro por ter sido o Competidor Brasileiro com maior pontuação; ganhador do prêmio Albert Vidal, por ter atingido a maior pontuação da Competição, durante a WorldSkills Americas Bogota 2014". O requerimento é aprovado. **Item 9: Ofício "S" n.º 42, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 27 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Dragão do Norte Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Massapê, Estado do Ceará". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório pelo arquivamento da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 10: Ofício "S" n.º 16, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 4/2012, de que trata o PDC 01967 2009, que "Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 15 de junho de 2012, a transferência para a Intertevê Serviços Ltda. da concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro". O Presidente da Comissão designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador João Capiberibe, que oferece relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo conhecimento e arquivamento da Matéria.

Item 11: Ofício "S" n.º 20, de 2012, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 8, 12, de que trata o PDC 01246 2001, que "Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 21 de junho de 2012, a transferência para a Rádio e Televisão Matogrossense Ltda. das concessões outorgadas à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens nos municípios de Rondonópolis e Sinop, Estado de Mato Grosso". O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pelo arquivamento da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 451, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio BURITI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás". O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 70, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL AMIGOS DE TAVARES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado do Rio Grande do Sul". O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PÁDOVA DE COMUNICAÇÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 109, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SCALA FM STÉREO DE CURITIBA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná." O relator designado, é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÉCULO XXI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilópolis, Estado do Rio Grande do Sul". O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 39, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOTEAMENTO DARCI RIBEIRO E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul". O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE JANDAIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 421, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso". O Presidente da Comissão designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Delcídio do Amaral,

que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 12, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio DIFUSORA CACIQUE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul". O Presidente da Comissão designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 449, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à TV MUCURIPE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbalha, Estado do Ceará". O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Cícero Lucena, em razão do Senador Eduardo Amorim não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 453, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mandirituba, Estado do Paraná". O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Cícero Lucena, em razão do Senador Eduardo Amorim não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 458, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PLANALTO FM STÉREO SOM S/A para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo". O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Cícero Lucena, em razão do Senador Eduardo Amorim não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PARA COMUNICAÇÃO DE BOZANO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bozano, Estado do Rio Grande do Sul". O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Cícero Lucena, em razão do Senador Eduardo Amorim não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 76, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná". O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Cícero Lucena, em razão do Senador Eduardo Amorim não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 88, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo". O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Cícero Lucena, em razão do Senador Eduardo Amorim não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 105, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E AMBIENTAL DE CURVELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curvelândia, Estado de Mato Grosso". O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Cícero Lucena, em razão do Senador Eduardo Amorim não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PINDORAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo". O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Cícero Lucena, em razão do Senador Eduardo Amorim não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE FÊNIX DE COMUNICAÇÃO

LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná". O Presidente da Comissão designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 456, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à CASULO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itiruçu, Estado da Bahia". O Presidente da Comissão designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 30, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO FM DE RIO DOS ÍNDIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Cícero Lucena, em razão do Senador Ivo Cassol não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio MENINA DO ATLÂNTICO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina". O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Cícero Lucena, em razão do Senador Ivo Cassol não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES DO RIO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco". O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Cícero Lucena, em razão do Senador Ivo Cassol não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 33, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina". O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Cícero Lucena, em razão do Senador Ivo Cassol não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 80, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PARA O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE DE UBATÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatã, Estado da Bahia". O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Cícero Lucena, em razão do Senador Ivo Cassol não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 86, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PITANGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitanga, Estado do Paraná". O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Cícero Lucena, em razão do Senador Ivo Cassol não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 83, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE APICUM-AÇU-MA (ACCA-MA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açu, Estado do Maranhão". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador João Alberto Souza, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 360, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA MIDHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador João Capiberibe, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 361, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que

"Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO DISTRITO CAMPINAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado São Paulo". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador João Capiberibe, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 91, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador João Capiberibe, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 59, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO FEDERAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 71, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VINHOSA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 75, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à V.P.D. EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Castelo, Estado do Espírito Santo". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 26, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SALDANHENSE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saldanha Marinho, Estado do Rio Grande do Sul". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 28, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE BRAZABRANTES – GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brazabrantes, Estado de Goiás". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA RÁDIO LIVRE TAQUARI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 50: Projeto de Decreto Legislati-**

vo n.º 18, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE AUTONOMISTA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DA TERRA DOS GÊMEOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RESERVA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Reserva, Estado do Paraná". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo n.º 393, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE EBENEZER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo n.º 415, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE APOIO À CULTURA DOS BAIRROS SÃO JOÃO, SION, SANTA MARIA, ROCHEDO E SÃO FRANCISCO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo n.º 416, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO CULTURA DE CAPINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capinópolis, Estado de Minas Gerais". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo n.º 435, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE SÃO JOAQUIM DE BICAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo n.º 444, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIBEIRÃO DAS NEVES CIDADANIA ATIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais". O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Nesse momento, o Senhore Senador Anibal Diniz requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 58: Requerimento n.º 23, de 2014-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que requer "..., nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV do RISF, requeremos urgência para o SCD N.º 293 de 2012, que ´Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis n.ºs 9.742, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009 e 10.257, de 10 de julho de 2001`." O Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presiden-

te e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de novembro de 2014.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicado da Presidência.

O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) encaminhou convite a esta Comissão para a exposição "Serpro 50 anos: nossas soluções fazem história", que destaca algumas contribuições da empresa ao País.

A exposição em comemoração aos 50 anos do Serpro está aberta para visitação no corredor de acesso ao plenário da Câmara dos Deputados, no período de 4 a 20 de novembro do ano corrente.

O convite encontra-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da CCT.

Vamos ao item 1.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2012
– Não terminativo -

Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 293, de 2012, salvo a nova redação para os seguintes dispositivos: ementa; art. 1º, caput e § 2º; art. 6º, inciso VII; art. 7º, caput, §§ 9º e 10; art. 9º; art. 10 (que exclui o parágrafo único do art. 10 do PLS nº 293, de 2012); art. 11; art. 12, caput, §§ 1º e 2º; art. 15; art. 19, §§ 1º e 2º; art. 21 (que inclui o § 1º ao art. 21 do PLS nº 293, de 2012); arts. 28 a 30; restando aprovado o texto do PLS nº 293, de 2012, na forma da seguinte redação consolidada que apresenta, como faculta o § 6º do art. 133 do RISF.

Observações:

Concedo a relatoria *ad hoc* ao Senador Anibal Diniz.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu quero fazer aqui um reconhecimento por um dever e total responsabilidade de informar a todos de que esta é uma matéria muito cara ao Senador Walter Pinheiro. Somente, digamos assim, uma recomendação médica daquelas implacáveis faria com que o Senador Walter Pinheiro não se fizesse presente hoje para defender o seu relatório. Então, eu quero comunicar a todos os integrantes da Comissão de Ciência e Tecnologia que o Senador Walter Pinheiro não se encontra presente exatamente porque teve recomendação médica para não viajar. Ele está vivendo uma situação de saúde que requer uma atenção especial. Exatamente por isso ele não decolou hoje de Salvador para Brasília. Vai ficar sob observação médica, mas vai estar conosco o mais rápido possível.

O relatório procura juntar as contribuições da Câmara dos Deputados com a proposta original do Senador Vital do Rêgo. Ele dedicou um tempo todo especial para conversar muito com os setores interessados do Governo, Ministério das Comunicações, Anatel e, inclusive, obteve a garantia do Conselheiro Igor Freitas, da Anatel, de que, uma vez aprovado esse projeto e uma vez sancionado, a regulamentação se dará imediatamente pela Anatel. Então, é uma informação importante para todos os segmentos interessantes.

Vamos, então, fazer o relatório de maneira simplificada, buscando as questões essenciais.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 293, de 2012 (Projeto de Lei nº 5.013, de 2013, naquela Casa), que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações. Após a apreciação desta Comissão, a proposição irá à deliberação em plenário.

O substitutivo da Câmara manteve a ideia central e a estrutura básica do PLS nº 293, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo. Em síntese, a proposição busca o aperfeiçoamento do projeto aprovado nesta Casa, suprindo lacunas legislativas e resolvendo obscuridades da redação anterior.

Nos termos do art. 287 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o substitutivo da Câmara ao projeto do Senado será considerado uma série de emendas. Assim, passa-se à análise dos dispositivos modificados pela Câmara dos Deputados, relacionados a seguir.

A ementa passou a enfatizar a implantação e o compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações.

No art. 1º, o *caput* teve sua redação simplificada e o §2º excluiu da aplicação da lei as infraestruturas instaladas em plataformas de petróleo e as destinadas à radionavegação aérea.

No art. 6º, acrescentou-se o inciso VII, que exige o cumprimento das normas editadas pelo Comando da Aeronáutica entre as condições de instalação de infraestrutura em área urbana.

No art. 7º, a nova redação do *caput* e dos §§9º e 10 passou a determinar que o licenciamento ambiental fosse feito de forma integrada ao procedimento simplificado de licenciamento para instalação de infraestrutura de suporte. Suprimiu-se o §7º, que autorizava a prestadora a realizar a instalação da infraestrutura, caso o órgão competente não decidisse sobre o pedido no prazo 60 dias. Na mesma linha, o art. 9º foi modificado para se harmonizar com a alteração proposta para o art. 7º.

No art. 10, suprimiu-se o parágrafo único, afastando-se a necessidade de licenciamento para infraestruturas de telecomunicações de pequeno porte.

A redação proposta para o art. 11 tornou mais claras as responsabilidades da detentora de infraestrutura.

No art. 12, o *caput* retirou os contratos vigentes da não exigência de contraprestações pelo direito de passagem em bens públicos. O §1º ampliou o rol dos custos a serem arcados pelas entidades interessadas em usufruir o direito de passagem, e o §2º estabeleceu a competência dos órgãos reguladores para autorizar o direito de passagem.

O art. 15 estabeleceu a Anatel como órgão competente para regulamentar as condições de compartilhamento de infraestrutura.

No art. 19, o §1º passou a exigir a apresentação do relatório de conformidade sempre que requisitado pelas autoridades competentes, e o §2º passou a assegurar que as estações devidamente licenciadas pela Anatel não tivessem sua instalação impedida por razões de exposição humana à radiação não ionizante.

No art. 21, incluiu-se o §1º, renumerando-se o parágrafo único do texto original como §2º, exigindo a divulgação dos percentuais de uso da capacidade das estações em sítio de internet.

O art. 28 foi modificado para dar nova redação também ao art. 10 da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, a fim de afastar da obrigatoriedade de compartilhamento de torres as antenas instaladas até 5 de maio de 2009.

Acrescentou-se o art. 29, demandando a instalação de infraestrutura para a instalação de redes de telecomunicações nas construções de edifício público ou privado.

Por fim, inseriu-se o art. 30, que dá nova redação aos arts. 2º e 3º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para inserir a infraestrutura de telecomunicações nas diretrizes de política urbana.

Os demais dispositivos foram mantidos inalterados.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada pela Comissão Especial destinada a apreciar o referido projeto e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Quanto ao mérito, a proposição advinda da Câmara dos Deputados apresenta diversos dispositivos que trazem melhorias importantes em relação ao projeto aprovado no Senado Federal. Entre elas, há aperfeiçoamentos que esclarecem pontos obscuros e outros que eliminam lacunas legislativas. Em ambos os casos, confere-se maior segurança jurídica aos que serão abrangidos pela lei, caso o projeto seja aprovado. Convém mencionar, em particular, a proposta de modificação do art. 28, que oferece nova redação ao art. 10, §1º, da Lei nº 11.934, de 2009. Um dos objetivos da referida lei é aperfeiçoar o ordenamento territorial nas cidades, evitando-se a colocação de novas torres. De acordo com a redação atual, o art. 10 da Lei nº 11.934 prevê a obrigatoriedade de compartilhamento de torres quando distam menos de 500m uma da outra. No entanto, a eficácia plena desse dispositivo pressupõe planejamento prévio.

Portanto, seguindo indicação da Câmara dos Deputados, percebem-se vários ganhos com a introdução de modulação temporal para aplicação do mencionado comando legal. Primeiramente, confere-se a segurança jurídica aos investimentos realizados antes da promulgação da Lei nº 11.934, de 2009. Ademais, possibilita-se a redução do encargo da Administração Pública com a fiscalização de torres que seriam passíveis de modificação. Finalmente, evitam-se transtornos aos consumidores que sofreriam com a cobertura deficiente de serviços de telecomunicações resultantes da retirada de torres hoje em funcionamento.

Vale destacar, ainda, que uma emenda da Câmara dos Deputados não merece acolhimento, pois está em dissonância com os princípios explicitados no próprio projeto. Trata-se da supressão do §7º, do art. 7º, que

exclui o mecanismo que assegura às prestadoras o prazo máximo de 60 dias para autorizar a instalação de infraestrutura. Essa sugestão se opõe ao art. 5º, inciso II, que determina eficiência e celeridade como princípios relacionados ao licenciamento para a instalação de infraestrutura. Não seria possível garantir celeridade e eficiência sem esse dispositivo. Por isso, cabe resgatar o texto aprovado no Senado Federal.

Assim, considerando que a maior parte do texto do substitutivo reproduz o PLS nº 293, de 2012, a forma mais simples e direta de consolidar os textos de ambas as Casas Legislativas no projeto é rejeitar a proposição enviada pela Câmara dos Deputados, aprovando-se tão somente os dispositivos do substitutivo que lograram o objetivo de suprir as lacunas legislativas e resolver as obscuridades da redação anterior. A adoção dessa medida impõe, obviamente, a renumeração de vários dispositivos do projeto e das respectivas remissões, bem como a realização de pequenos ajustes redacionais com vistas à padronização terminológica do texto normativo proposto.

Diante do exposto, voto, Sr. Presidente, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 293, de 2012, salvo a nova redação para os seguintes dispositivos: ementa; art. 1º, *caput* e § 2º; art. 6º, VII; art. 7º, *caput*, §§9º e 10; art. 9º; art. 10, excluindo-se o parágrafo único do art. 10 do PLS nº 293, de 2012; art. 11; art. 12, *caput*, §§1º e 2º; art. 15; art. 19, §§1º e 2º; art. 21, incluindo-se o §1º; art. 21, do PLS nº 293, de 2012; art. 28 a 30, restando aprovado o texto do PLS nº 293, de 2012, na forma da seguinte redação consolidada, como faculta o §6º do art. 133, do Regimento Interno do Senado Federal.

Então, é como voto, Sr. Presidente, de acordo com o relatório do Senador Walter Pinheiro, e o faço com muito orgulho, na condição de Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Anibal Diniz, Relator *ad hoc*.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CCT, contrário ao substitutivo da Câmara dos Deputados apresentado ao PLS nº 293, de 2012, salvo a nova redação para os dispositivos indicados e mantendo-se o texto do PLS nº 293, de 2012, aprovado pelo Senado Federal nos demais dispositivos, de acordo com a redação consolidada que apresenta, a matéria vai ao plenário.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Peço, Sr. Presidente, que nós possamos solicitar urgência para a apreciação desta matéria em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – As Srªs e os Srs. Senadores concordaram com o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2014
– Não terminativo -

Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre a padronização dos dispositivos carregadores utilizados em telefones portáteis de redes celulares do tipo smartphone.
Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação com emenda
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
2) Em 03/06/2014, foi concedida Vista ao Senador Walter Pinheiro pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias.

Indico a Senadora Angela Portela como Relatora *ad hoc*, uma vez que o Senador Alfredo Nascimento não se encontra presente.

Consulto a relatora *ad hoc* se gostaria de usar da palavra. *(Pausa.)*

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Claro, Sr. Presidente.

Com muito prazer faço a relatoria *ad hoc* do projeto de lei que tem como Relator o Senador Alfredo Nascimento.

Vem ao exame desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 96, de 2014, de autoria do Senador Wilder Morais, que altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que trata do Programa de Inclusão Digital, para dispor sobre a padronização dos dispositivos carregadores utilizados em telefones portáteis de redes celulares do tipo *smartphone*.

O referido programa de inclusão digital reduz a zero as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo de diversos produtos, dentre os quais, os *smartphones* produzidos no Brasil, conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo.

O objetivo da alteração legislativa é estimular a padronização dos carregadores de baterias dos *smartphones* de modo a simplificar a vida dos usuários.

Para tanto, pretende condicionar a concessão do incentivo fiscal previsto no Programa de Inclusão Digital aos *smartphones* cujos carregadores obedeçam a um modelo padrão certificado e homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Após tramitar por esta Comissão, a matéria seguirá às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e, em decisão terminativa, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

O objeto do PLS em exame guarda relação, portanto, com o campo temático desta Comissão.

Conforme adequadamente salientado pelo autor da proposição, a padronização dos carregadores de *smartphones* justifica-se não somente pela simplificação da vida dos usuários, mas também porque reduz os custos para os consumidores e diminui o desperdício, gerando impacto positivo ao meio ambiente.

De fato, a ausência de um carregador universal faz com que os consumidores acumulem uma grande quantidade desses dispositivos, que se mostram inúteis ou redundantes a cada vez que se procede à compra de um novo aparelho celular.

E a preocupação como esse tema ultrapassa as fronteiras do Brasil. Em 2009, por exemplo, no Congresso Mundial de Telefonia Móvel realizado em Barcelona, 17 fabricantes e operadoras comprometeram-se a desenvolver um carregador que servisse para todos os aparelhos, tendo sido escolhido como padrão o conector micro-USB.

A União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) especializada em tecnologias da informação e comunicação, avaliou que essa medida tem o potencial de eliminar o desperdício de aproximadamente 50 mil toneladas de carregadores, o que representa uma redução da emissão de gases de efeito estufa da ordem de 14 milhões de toneladas a cada ano.

Recentemente, na sessão realizada no último dia 13 de março, o Parlamento Europeu aprovou projeto de lei que obriga a comercialização no mercado europeu apenas de celulares compatíveis com um carregador de uso comum ou universal.

A iniciativa, portanto, merece apoio por estar em sintonia com o esforço mundial para adoção de uma solução tecnológica que agrega sustentabilidade ecológica, eficiência econômica e comodidade para os usuários.

Importante destacar, ademais, que o PLS não prevê a adoção compulsória de um padrão, o que poderia engessar o desenvolvimento de novas tecnologias. A proposta apropriadamente aperfeiçoa o programa de inclusão digital do Governo Federal, ao induzir, via incentivo fiscal, a adoção pelos fabricantes de *smartphones* instalados no País de um modelo de carregador padrão a ser definido pela Anatel.

Nada obstante, com o objetivo de aprimorar a técnica legislativa, entendo que a alteração proposta demanda apenas o acréscimo de um parágrafo ao art. 28 da Lei nº 11.196, de 2005.

Além disso, proponho que, no referido parágrafo, deva ser empregada a expressão "modelo universal" em substituição ao termo "modelo padrão" por conferir maior precisão ao comando legal proposto, que visa a fomentar a adoção de um carregador que seja utilizável pela universalidade dos *smartphones* fabricados no País.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do PLS nº 96, de 2014, nos termos da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCT

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2014, a seguinte redação:

"Art. 1° O art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte §7º:

'Art. 28. .....

.....

§7º O disposto no inciso VII deste artigo aplica-se aos telefones portáteis de redes celulares do tipo smartphone produzidos no País que utilizem o modelo universal de carregador certificado e homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações, nos termos de regulamentação específica.'" (NR)

Esse é o relatório do Senador Alfredo Nascimento, Sr. Presidente, para aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Angela Portela, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT favorável ao projeto com a Emenda nº 1– CCT.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635, DE 2011
– Não terminativo -

Dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM).

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto

Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 13/05/2014, 20/05/2014 e 03/06/2014.

Indico, como Relator *ad hoc* o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, trata de Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, que dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM).

O Relator seria o Senador Delcídio do Amaral e eu tenho a honra de substituí-lo como Relator *ad hoc*.

Presidente, como este projeto já foi distribuído há bastante tempo e, consequentemente, tenho a certeza absoluta de que os meus pares, Senadores e Senadoras, já o leram, vou direto ao voto.

Diante do exposto, voto pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Cícero Lucena.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CCT pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, DE 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para associar a base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) às metas de qualidade no atendimento ao usuário fixadas pelo órgão regulador.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação com emenda

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Indico, como Relator *ad hoc*, o Senador Anibal Diniz, que tem a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Qual é a página, por favor? *(Pausa.)*

Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2013.

De acordo com o relatório do Senador João Capiberibe, o qual simplifico como Relator *ad hoc*, digo que diante do exposto e em cumprindo a regimentalidade, a juridicidade e a constitucionalidade da matéria, somos, no mérito, pela aprovação.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2013, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCT

Dê-se a seguinte redação ao caput e ao §4º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, nos termos do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2013:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Fiscalização de Funcionamento será paga, anualmente, até o dia 31 de março, e seus valores serão os correspondentes a 30% (trinta por cento) dos fixados para a Taxa de Fiscalização de Instalação, com acréscimo de 15% (quinze por cento) dos valores devidos à primeira para as prestadoras cujas metas de qualidade associadas ao atendimento dos usuários não forem cumpridas.

.....

§4º A aferição do cumprimento das metas de qualidade a que se refere o caput deste artigo será disciplinada por regulamentação específica, e seus resultados serão publicados até o dia 31 de dezembro do exercício anterior ao da data limite para recolhimento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento.'"(NR)

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Anibal.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Anibal Diniz.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CCT favorável ao projeto com a Emenda nº 1, da CCT.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Os itens 5 e 6 são terminativos. Não temos quórum para votá-los.

Temos um requerimento do Senador Ferraço, que não está presente. (*Pausa.*)

Estamos aqui com o requerimento do Senador Sérgio Petecão, que vou subscrevê-lo.

Item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a importância da realização do "WORDSKILLS" na cidade de São Paulo, no ano de 2015, e a contribuição do Sistema "S" para a educação profissional, devendo ser convidados: o Sr. SIMON BARTLEY, Presidente mundial da WorldSkills; o Sr. DAVID HOEY, CEO – Chief Executive Officer da WorldSkills;o Sr. RAFAEL LUCCHESI, Diretor-Geral do SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; o Sr. ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS, Secretário da SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC – Ministério da Educação; Prof. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD, Secretário de Educação do Estado de São Paulo; o Sr. CÉSAR CALLEGARI, Secretário de Educação do Município de São Paulo; o Sr. RAFAEL WENDERSON MORAIS PEREIRA, Soldagem, ganhador da Medalha de Ouro em sua habilidade; ganhador de Medalha de Ouro por ter sido o Competidor Brasileiro com maior pontuação; ganhador do prêmio Albert Vidal, por ter atingido a maior pontuação da Competição, durante a WorldSkills Americas Bogota 2014.

Autoria: Senador Sérgio Petecão

Esta audiência é realizada em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Inclusive está aqui presente o Presidente Cyro.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos ao item 9.

ITEM 9

OFICIO "S" Nº 42, DE 2011
– Não terminativo -

Comunica que foi autorizada, conforme despacho de 27 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Dragão do Norte Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Massapê, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Pelo arquivamento

Observações:

Indico a Senadora Angela Portela como Relatora *ad hoc*, que tem a palavra.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Vamos à análise.

O Ato nº 2, de 2011, da CCT, disciplina o tratamento a ser dado aos avisos ministeriais de comunicação de alterações de controle societário em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens que chegam para análise do Colegiado.

Estabelece, com isso, que as informações faltantes sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, e determina que os relatórios referentes a processos com informação incompleta ou cuja resposta a pedido de informação não tenha sido recebida pela Comissão não sejam apreciados.

Em seu art. 2º, a norma determina que Ofícios "S" datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas. Com efeito, diante da atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o Legislativo deve se atentar à necessidade de avaliar, inclusive, uma eventual concentração de outorgas na localidade envolvida, bem como o cumprimento de mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

Tendo em vista o recebimento das informações solicitadas ao Ministério das Comunicações, entendemos cumpridas as determinações constantes no Ato nº 2, de 2011 (CCT), bem como as estabelecidas no art. 222, §5º, da Constituição Federal, e no art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, que obrigam a comunicação das alterações societárias ocorridas em empresas de radiodifusão ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 42, de 2011, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Dragão do Norte Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Massapê, Estado do Ceará.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

Conheço a cidade de Massapê.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o relatório feito pela Senadora Angela Portela.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CCT pelo arquivamento da matéria.

Item 10.

ITEM 10

OFICIO "S" Nº 16, DE 2012
– Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 4/2012, de que trata o PDC 01967 2009, que "Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 15 de junho de 2012, a transferência para a Intertevê Serviços Ltda. da concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro".

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento
Observações:
Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – De autoria da Câmara dos Deputados, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, tem o voto pelo conhecimento e arquivamento,

Sr. Presidente, esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Cícero Lucena.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CCT pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Item 11.

ITEM 11

OFICIO "S" Nº 20, DE 2012
– Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 8, 12, de que trata o PDC 01246 2001, que "Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 21 de junho de 2012, a transferência para a Rádio e Televisão Matogrossense Ltda. das concessões outorgadas à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens nos municípios de Rondonópolis e Sinop, Estado de Mato Grosso".

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pelo arquivamento
Observações:
Indico como Relator *ad hoc* o Senador Anibal.

Com a palavra o Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Esse relatório é de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 20, de 2012, que comunica terem sido transferidas para a Rádio e Televisão Matogrossense Ltda. as concessões outorgadas à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens nos Municípios de Rondonópolis e Sinop, Estado de Mato Grosso.

É o voto, Sr. Presidente.

Concluído o voto pelo arquivamento do Ofício "S" nº 20, de 2012, conforme relatório do Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Anibal Diniz.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CCT pelo arquivamento.

Vamos votar os itens 12 a 17.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 451, DE 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio BURITI ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 70, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL AMIGOS DE TAVARES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 95, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PÁDOVA DE COMUNICAÇÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 109, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SCALA FM STÉREO DE CURITIBA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 38, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÉCULO XXI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilópolis, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 39, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOTEAMENTO DARCI RIBEIRO E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação
Observações:

Concedo a palavra ao Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O item 12 trata de Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 451, de 2013, para outorga à Rádio Buriti Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás.

O item 13 trata da concessão de outorga e autorização à Associação Comunitária e Cultural Amigos de Tavares para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado do Rio Grande do Sul.

O item 14 trata de concessão de outorga e autorização à Associação Padova de Comunicações para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul.

O item 15 concede autorização e outorga à Scala FM Stéreo de Curitiba Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

O item 16 também trata de Decreto Legislativo nº 38, de 2014, que concede autorização à Associação Comunitária Século XXI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilópolis, Estado do Rio Grande do Sul.

O item 17 trata do PDL nº 39, que concede autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Darci Ribeiro e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista que, em todos estes PDLs, o exame da documentação que os acompanha não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação de todos esses projetos de decreto legislativo lidos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Anibal.

A discussão será realizada ao final desta reunião.

Os itens 18 a 36, indico o Senador Cícero, lembrando que o item 18 tem emenda.

Os itens de 22 a 29, serão redistribuídos, assim como os de nºs 32 a 37.

Estamos redistribuindo porque o Senador Eduardo não é mais membro da Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador Eduardo Amorim não é mais membro desta Comissão. Temos que redistribuir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Tudo bem. Não entendi, mas vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos sem entender mesmo. Vamos embora!

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE JANDAIA ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação com emenda
Observações:
Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 421, DE 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 12, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio DIFUSORA CACIQUE ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pela aprovação
Observações:
O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Os itens de 22 a 29, serão re-distribuídos, assim como os de nºs 32 a 37.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 449, DE 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à TV MUCURIPE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbalha, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 453, DE 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mandirituba, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 458, DE 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PLANALTO FM STÉREO SOM S/A para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PARA COMUNICAÇÃO DE BOZANO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bozano, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 76, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 88, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 105, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E AMBIENTAL DE CURVELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curvelândia, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PINDORAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO FM DE RIO DOS ÍNDIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 31, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio MENINA DO ATLÂNTICO FM ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES DO RIO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 33, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 80, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PARA O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE DE UBATÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatã, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 86, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PITANGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitanga, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações:

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2014, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Jandaia Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.

Estou como Relator, mas há uma emenda: "Substitua-se, na ementa e no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 42, de 2014, a denominação Rádio Cidade de Jandaia Ltda. pela denominação Rádio Jandaia Ltda".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Se o senhor me permite, vou ler todos e darei o voto ao final.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Perfeito.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – O item 19 é o Projeto de Decreto Legislativo n° 44, de 2014, que aprova o ato que outorga concessão à Digital Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

O item 20, Sr. Presidente, aprova o ato que outorga permissão – é o Projeto de Decreto Legislativo n° 421, de 2013 – à E.F. Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, que tinha como Relator o Senador Delcídio do Amaral.

O item 21 trata de Projeto de Decreto Legislativo n° 12, de 2014, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Cacique Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul, que tinha também como Relator o Senador Delcídio do Amaral.

O item 22, Sr. Presidente, trata do Projeto de Decreto Legislativo n° 449, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão à TV Mucuripe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbalha, Estado do Ceará. O Relator seria o Senador Eduardo Amorim, mas agora eu estou relatando, Sr. Presidente.

O item 23 aprova o ato que outorga permissão à J.H.M. Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mandirituba, Estado do Paraná. Também a relatoria era do Senador Eduardo Amorim, e eu estou tendo a honra de relatar.

O item 24 trata de Projeto de Decreto Legislativo n° 458, de 2013, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Planalto FM Stéreo Som S.A. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo. Também a relatoria era do Senador Eduardo Amorim, e tenho a honra de estar relatando.

O item 25 trata de Projeto de Decreto Legislativo n° 67, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sentinela para Comunicação de Bozano para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bozano, Estado do Rio Grande do Sul. Também de relatoria do Senador Eduardo Amorim, que eu tenho o prazer de relatar.

O item 26 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2014, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vizinhança FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, de autoria do Senador Eduardo Amorim que passo a relatar.

O item 27 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2014, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo. Também de relatoria do Senador Eduardo Amorim, que eu tenho o prazer de relatar.

O item 28 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Ambiental de Curvelândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curvelândia, Estado de Mato Grosso. Também de relatoria do Senador Eduardo Amorim, que eu passo a relatar.

O item 29 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Pindorama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo. Também de relatoria do Senador Eduardo Amorim, que eu passo a relatar.

O item 30 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2014, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Fênix de Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. Relatoria do Senador Flexa Ribeiro, que também passo a relatar.

O item 31 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão à Casulo FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itiruçu, Estado da Bahia. Relatoria: Senador Gim.

O item 32 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Rio FM de Rio Dos Índios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul. Relatoria do Senador Ivo Cassol.

O item 33 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2014, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio Menina do Atlântico FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina. Relatoria: Senador Ivo Cassol.

O item 34 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Defensores do Rio Ipojuca Para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco. Relatoria: Senador Ivo Cassol.

O item 35 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2014, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação João XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina. Relatoria: Senador Ivo Cassol.

O Item 36 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Bem-estar da Comunidade de Ubatã Para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatã, Estado da Bahia. Relatoria: Senador Ivo Cassol.

O item 37 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pitanga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitanga, Estado do Paraná. Relatoria: Senador Ivo Cassol.

Sr. Presidente, todos eles são pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Cícero.

Itens 38 ao 56.

Designo como Relatora *ad hoc* a Senadora Angela Portela.

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 83, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE APICUM-AÇU-MA (ACCA-MA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açu, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 360, DE 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA MIDHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 361, DE 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO DISTRITO CAMPINAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 91, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 42

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 59, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO FEDERAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 43

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 71, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VINHOSA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 44

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à V.P.D. EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 45

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Castelo, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 46

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SALDANHENSE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saldanha Marinho, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE BRAZABRANTES – GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brazabrantes, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 11, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA RÁDIO LIVRE TAQUARI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 14, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE AUTONOMISTA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 51

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DA TERRA DOS GÊMEOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 52

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 107, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RESERVA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Reserva, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 53

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 393, DE 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE EBENEZER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 54

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 415, DE 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE APOIO À CULTURA DOS BAIRROS SÃO JOÃO, SION, SANTA MARIA, ROCHEDO E SÃO FRANCISCO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 55

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 416, DE 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO CULTURA DE CAPINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capinópolis, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 56

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 435, DE 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE SÃO JOAQUIM DE BICAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 57

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 444, DE 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIBEIRÃO DAS NEVES CIDADANIA ATIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:

Tem a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – O item 38 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Apicum-açu-MA (ACCA-MA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açu, Estado do Maranhão. Relatoria: Senador João Alberto Souza

Sr. Presidente, eu vou proferir o voto ao final dos relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Por favor, Senadora.

Eu também sou Relator de quatro. Peço a V. Exª que vá até o item 57, por favor.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Cinquenta e sete?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Até o 57, porque aí terminamos tudo aqui com V. Exª.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – O.k..

O item 39 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Nova Midhia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul. .

O item 40 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária e Cultural do Distrito Campinal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado São Paulo.

O item 41 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.

O item 42 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2014, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Federal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Relatoria:

O item 43 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Bairro Vinhosa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

O Item 44 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2014, que aprova o ato que outorga permissão à V.P.D. Empresa de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.

O item 45 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2014, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Castelo, Estado do Espírito Santo.

O item 46 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Saldanhense de Desenvolvimento Comunitário para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saldanha Marinho, Estado do Rio Grande do Sul.

O item 47 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Preservação Ambiental de Brazabrantes – GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brazabrantes, Estado de Goiás.

O item 48 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2014. que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Rádio Livre Taquari FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso. Relatoria: Senador Valdir Raupp.

O item 49 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2014, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso.

O Item 50 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2014, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Autonomista de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo. Relatoria: Senador Valdir Raupp.

O Item 51 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Difusão da Terra dos Gêmeos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul.

O Item 52 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2014, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Reserva FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Reserva, Estado do Paraná.

O Item 53 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Beneficente Ebenezer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.

O Item 54 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação São Francisco de Apoio à Cultura dos Bairros São João, Sion, Santa Maria, Rochedo e São Francisco de Assis Para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

O Item 55 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Cultura de Capinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capinópolis, Estado de Minas Gerais. Relatoria: Senador Zeze Perrella.

O Item 56 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística de São Joaquim de Bicas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais.

O item 57 trata de Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ribeirão das Neves Cidadania Ativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, somos pela aprovação de todos os projetos mencionados, considerando que nenhum deles tem qualquer problema de legislação, não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Portanto, somos favoráveis à aprovação de todos os projetos relatados.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Lembro que os PDS do item 12 até o item 57, no que diz respeito à discussão e votação, nós vamos deixar para a próxima reunião, que vai ser no dia 25, porque na semana que vem nós teremos uma audiência pública com o setor aeroespacial.

Não havendo mais nada a tratar, encerramos a reunião.

Obrigado aos Srs. e Srªs Senadoras.

(Iniciada às 9 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Anibal Diniz, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Kaká Andrade, Lídice da Mata, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, João Capiberibe, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, José Agripino e Gim. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº. 22/2014-CCT, de autoria do Senador Anibal Diniz, que requer a realização de audiência pública destinada a debater o "Programa Espacial Brasileiro, com abordagem à implantação do SGDC-1, Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicação, e dos Satélites de Coleta de Dados". Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Leonel Fernando Perondi, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; Coronel Anderson Tesch Horsken Alvarenga, Adjunto da Assessoria para o Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas do Ministério da Defesa – MD; Eduardo Bonini Santos Pinto, Presidente da Visiona Tecnologia Espacial S.A.; Francisco Ziober Filho, Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS; Ivanil Elisiário Barbosa, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial – SindCT; Flávia Schmidt, Diretora Adjunta de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; e José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira – AEB. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Nenhum Senador faz uso da palavra. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Bruno Souza de Barros, Analista Legislativo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Anibal Diniz,** Presidente Eventual da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da última reunião da CCT.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Dando início aos nossos trabalhos nesta reunião, informamos que esta audiência pública é realizada por força do Requerimento nº 22, de 2014, e destina-se a debater o Programa Espacial Brasileiro, com abordagem à implantação do SGDC-1, Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, e dos Satélites de Coleta de Dados.

Partimos agora para a composição da Mesa de expositores.

Convido para compor a Mesa o Exmo Sr. José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB).

Sr. José Raimundo, seja muito bem-vindo!

Convido também para tomar assento o Coronel Anderson Tesch Horsken Alvarenga, da assessoria para o Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas do Ministério da Defesa.

Convido também o Sr. Francisco Ziober, Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).

Convido também o Sr. Eduardo Bonini Santos Pinto, Presidente da Visiona Tecnologia Espacial S.A..

Convido também a Srª Flávia Schmidt, Diretora Adjunta de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Seja muito bem-vinda!

Convido também o Sr. Leonel Fernando Perondi, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Professor, seja muito bem-vindo!

E, por fim, convidamos o Sr. Ivanil Elisiário Barbosa, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial (SindiCT).

Composta a nossa Mesa, antes de passar a palavra aos nossos expositores, torna-se oportuno tecer algumas considerações iniciais sobre o tema da nossa audiência pública.

Ontem, tive a oportunidade de, em pronunciamento no plenário do Senado Federal, tratar desta audiência pública. Reitero aqui que esta audiência acontece em decorrência do aprofundamento realizado em nossas diligências para o cumprimento da proposição de avaliação da política pública do Programa Nacional de Banda Larga.

Em nossas diligências externas, debates e audiências públicas, a questão do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas foi constante em nossa mesa, seja por conta da sua importância como instrumento de ampliação da cobertura da banda larga, por meio das novas tecnologias, como a Banda Ka, seja também em decorrência das preocupações que envolvem a indústria aeroespacial nacional, dependente, sobremaneira, do incremento do Programa Espacial Brasileiro.

Tive a oportunidade de conhecer a infraestrutura instalada em institutos como o Inpe e também o projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, que tem a Visiona como integradora responsável. Se a capacidade instalada dessa indústria nos deu excelentes impressões, em contrapartida ficamos bastante preocupados com o horizonte pouco definido para o setor, pois não temos notícias claras quanto a novos projetos e investimentos. Cada projeto de desenvolvimento de uma infraestrutura, como o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações e similares, envolve volumosos investimentos, mas os ganhos não se limitam aos serviços proporcionados, pois a sociedade, a indústria e o País ganham sobremaneira com o conhecimento e a tecnologia agregados.

Temos a certeza de que os expositores aqui presentes nos trarão as relevantes informações de que precisamos, mas, de antemão, nos seria de grande valia que cada uma das entidades pudesse nos apresentar os seus principais obstáculos também.

Da Telebras, como o braço do Governo, reerguido a partir do Plano Nacional de Banda Larga para o incremento da infraestrutura em áreas com maiores necessidades, gostaria de saber quais as previsões de investimentos e projetos de futuro, assim como que obstáculos possam impedir o atingimento dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga.

Ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e ao representante do Sindicato dos Servidores do Setor Aeroespacial, gostaríamos de saber quais são os caminhos para que nossos profissionais possam explorar seus conhecimentos e capacidades de desenvolvimento de tecnologias. Aos demais, na mesma linha, gostaríamos que pudessem nos dar maiores esclarecimentos sobre as atividades e caminhos para o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, inclusive com relação ao programa do Veículo Lançador de Satélites (VLS).

Feitas essas considerações iniciais, cumpre-nos ainda informar que a nossa audiência pública contará com os valorosos serviços de interatividade do Senado Federal para a participação popular, pelos cidadãos que estão assistindo à nossa reunião ao vivo pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado. leg.br/ecidadania, ou pela TV Senado. Pelo portal e também pelo Alô Senado, no número 0800612211, além das redes sociais Twitter e Facebook, poderá o cidadão enviar comentários ou perguntas, que serão repassadas aos nossos convidados. Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem, conforme definido nos termos de uso do portal, não com base na qualidade do comentário ou no mérito da pergunta, mas, sim, quanto ao cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do debate.

Passemos agora às apresentações dos nossos expositores, tendo cada um o tempo inicial de dez minutos. Caso seja necessário, o acréscimo de tempo virá de acordo com a necessidade de cada expositor.

Passo inicialmente a palavra ao Sr. José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB).

Sr. José Raimundo, muito bem-vindo. Tenha uma boa exposição.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Obrigado, Senador Anibal Diniz, inclusive pelo convite de participarmos desta audiência pública no Senado Federal do Brasil.

Aproveito também para me congratular com todos os presentes, inicialmente com o Exmo Sr. Senador Anibal Diniz.

A ideia de sistematização do Programa Espacial Brasileiro foi lançada nos anos 70, com a criação, no âmbito do Estado Maior das Forças Armadas, da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae). Responsabilizou-se a Cobae em conceber e implementar a então denominada Missão Espacial Completa Brasileira (MECB). A MECB tinha como meta colocar satélites brasileiros em órbita, com foguetes nacionais, a partir de um centro de lançamento próprio.

Contava para isso com a participação efetiva do Inpe e do então CTA.

Em 1994, foi criada a Agência Espacial Brasileira, autarquia federal de natureza civil, vinculada agora ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a incumbência de executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE). Coube à AEB conduzir os projetos concebidos no âmbito da MECB, atualizando e acrescentando ações que contam hoje com a sua agenda decenal estratégica, denominada Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).

Na atualização do PNAE, foram consideradas predominantes características geoeconômicas relacionadas às expressivas potencialidades de utilização da tecnologia espacial em um largo espectro de aplicações. Dentre essas características, incluem-se a grande extensão territorial e suas variadas destinações sociais, econômicas e ambientais; a concentração demográfica ao longo da zona costeira; as vastas regiões de florestas tropicais; a extensa fronteira marítima; a grande diversidade de biomas, com seus diversos ecossistemas; e o expressivo volume de recursos naturais ainda insatisfatoriamente qualificados.

O Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), uma agenda programática estratégica sintonizada com as diretrizes do PNDAE, serve-se do mesmo contexto para reforçar a utilização da ciência e da tecnologia como imperativos incondicionais ao desenvolvimento do País. Faz parte dessa estratégia o fomento à formação de capacitação de recursos humanos e o reconhecimento da necessidade do domínio de certas tecnologias críticas, de acesso restrito, com a participação efetiva da indústria nacional e em parceria com a competência e o talento existentes nas universidades e nos nossos institutos de pesquisas.

O programa é mais abrangente do que a MECB. Ele contempla, por exemplo, as ações de desenvolvimento de satélites operacionais de pequeno, médio e grande portes para distintos meios e aplicações, bem como diferentes alternativas acopladas a demandas mais modernas do mercado de lançadores. É nesse sentido que são construídas as referências e os marcos que orientam a agenda do Programa Espacial Brasileiro, coordenado por esta Agência Espacial.

Junto à AEB, como órgão central responsável pela coordenação-geral do Programa, o Sistema Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais (Sindae) conta com dois principais órgãos setoriais: o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a quem cabe principalmente o desenvolvimento de tecnologias, aplicações e sistemas satelitais; e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), onde fica situado o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), a quem cabe o desenvolvimento de tecnologias para o sistema de lançadores.

Agregam-se a esses segmentos a indústria nacional aeroespacial, as universidades e, mais recentemente, os usuários e parceiros, aqueles que se utilizam diretamente, e em primeira mão, dos benefícios dos empreendimentos.

Para o seu Conselho Superior, órgão de caráter deliberativo, a Agência Especial conta com representantes dos ministérios, das secretarias da Presidência da República com atividades relacionadas à área espacial, e de representantes da comunidade científica e do setor industrial.

A seguir, senhores, daremos algumas informações gerais que consideramos pertinentes ao contexto desta audiência pública e à abrangência de nossa participação.

Primeiro: sobre o CBERS. O programa de cooperação e parceria entre os governos do Brasil e da China, denominado CBERS, iniciado em julho de 1988, principal responsável pela criação de nossa base industrial espacial, cumprirá um marco importante, previsto para a próxima primeira quinzena de dezembro: o lançamento do seu quinto satélite, o CBERS-4.

O programa CBERS, alicerçado nos princípios dos benefícios mútuos e desenvolvimentos conjuntos, encerra a sua segunda fase com o compromisso de continuação, firmado pelos Presidentes dos dois países.

Um plano básico decenal, contendo um conjunto mais abrangente de ações já foi aprovado pela Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação e encontra-se no momento em avaliação mais detalhada, por grupos técnicos mistos de trabalho.

2. Sobre o SGDC

A necessidade que levou à materialização do projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) surgiu de demandas do Ministério da Defesa e do Ministério das Comunicações para o atendimento do Plano Nacional de Banda Larga e das comunicações para as Forças Armadas brasileiras.

Os requisitos técnicos do satélite foram elaborados e estão sob a coordenação desses dois ministérios, dessas duas instituições, que são também aqueles que disponibilizam os investimentos financeiros para a execução do projeto.

A Agência Espacial Brasileira é a responsável pela coordenação, monitoramento e avaliação dos resultados do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia.

Em 2014, participaram do Plano de Absorção 26 especialistas distribuídos entre a AEB, o Ministério da Defesa, o Inpe, o Ministério das Comunicações, a Telebras e a Visiona.

Em 2015, serão enviados à França um contingente de 32 técnicos especialistas.

3. Sobre o SCD-Hidro

Trata-se de iniciativa conjunta da Agência Espacial Brasileira (AEB) e da Agência Nacional de Águas (ANA), com vistas a restabelecer e ampliar a capacidade do sistema de coleta de dados criado à época da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB).

Em duas etapas sucessivas de estudos, das quais participaram, além da AEB e ANA, o Inpe e empresas nacionais, foram formulados os requisitos de alto nível e as alternativas para sua implementação.

A AEB discute neste momento o modelo de industrialização a ser adotado para o desenvolvimento do projeto.

4. Sobre o Sabia-Mar

Em abril de 2009, os Presidentes do Brasil e da Argentina se reuniram para tratar da cooperação bilateral entre os países, em diversas áreas de interesse comum, dentre elas a espacial, que deveria acontecer na forma de um missão conjunta de observação de recursos hídricos, denominada Sabia-Mar (Satélite Argentino-Brasileiro de Informações Ambientais Marinhas).

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Por favor, Senador, poderia continuar por mais dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Por favor.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Em dezembro de 2012, a AEB criou um grupo de trabalho brasileiro, constituído por profissionais da AEB, do Inpe, consultores e representantes da indústria espacial brasileira, para realizar a Fase A da missão Sabia-Mar, juntamente com representantes da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (Conae), da Argentina.

Este trabalho já está concluído. A próxima etapa é o desenvolvimento da Fase B do projeto.

5. Pequenos Satélites Universitários

A AEB tem investido no desenvolvimento e lançamento de satélites de pequeno porte. Esta estratégia vem sendo adotada com o intuito de introduzir, de forma sistemática, a atividade espacial no âmbito da academia.

Registramos o lançamento, com sucesso, realizado em junho de 2014, do primeiro Cubesat brasileiro, o NanosatC-Br1, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no *campus* de Santa Maria, com participação efetiva do Inpe, e lançado em julho/2014, pelo foguete Niepr.

Destacam-se ainda o desenvolvimento dos nano satélites Aesp-14, com a participação do ITA e Inpe; o UbatubaSat, do Colégio Municipal de Ensino Fundamental Tancredo Neves, de Ubatuba, também com a participação efetiva do Inpe; o Serpens, que é um desenvolvimento feito por um conjunto de estudantes de Engenharia Espacial de universidades nacionais e internacionais, todos com lançamentos previstos para 2015, por meio da Estação Espacial Internacional.

Há o Itasat, em desenvolvimento por estudantes do ITA, com participação do Inpe, Unisinos e Universidade Federal do Rio Grande do Norte e um outro satélite da nanoSatC-Br, o número 2, ambos previstos para serem lançados pelo foguete Falcon 9, da SpaceX, em 2015.

6. Sobre o VLS-1.

Nos esforços da conquista dos meios de acesso ao espaço, registra-se a continuidade do apoio às atividades de desenvolvimento e preparação do VLS-1, visando à integração da rede elétrica e o lançamento do protótipo do VSISNAV, o veículo que vai testar o sistema de navegação a partir do CLA, previstos para 2015. Nessa ocasião, a torre de lançamento reconstruída após o acidente em Alcântara, em 2003, deverá ser utilizada para um lançamento pela primeira vez.

Em paralelo, encontram-se em desenvolvimento provisões à fase de transição entre veículo de lançamento a combustível sólido e os veículos a combustível líquido, com o desenvolvimento de motores, múltiplos motores, e do estágio de propulsão líquido, o L-5, testado recentemente com grande sucesso, em setembro de 2014, no CLA.

Sobre o VLM, cabe registrar ainda a efetivação de acordo espacial com a Agência Espacial Alemã (DLR), para que o Brasil atenda ao cronograma de lançamento do experimento alemão, o Shefex-3. Essa etapa é fundamental para a consecução do projeto do veículo lançador VLM-1, previsto para 2018.

Também é importante registrar os avanços alcançados na modernização da infraestrutura geral específica dos dois centros de lançamento, CLBI e o CLA.

Sobre a parceria com a Ucrânia, o tratado que estabelece as parcerias entre o Governo do Brasil e da Ucrânia, assinado em 2003, cujo objeto é promover lançamentos por meio do lançador ucraniano Cyclone-4, a partir de um sítio específico instalado no âmbito do CLA, enfrenta dificuldades consideráveis e está sendo analisado por uma comissão constituída pelos Ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e das Relações Exteriores do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. José Raimundo Braga Coelho.

Passamos a palavra agora ao Sr. Francisco Ziober Filho, que é Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).

O SR. FRANCISCO ZIOBER FILHO – Bom dia a todos. Senador Anibal Diniz, obrigado pelo convite. Mais uma vez, a oportunidade de debatermos os aspectos envolvendo a Telebras também dentro do processo do PNBL e agora do processo espacial brasileiro.

Bom dia a todos novamente. Acredito que, para entendermos o papel da Telebras no processo, devemos dar uma passada rápida para ver como chegamos a este ponto, na composição de matriz de telecomunicações que a empresa tem-se desincumbido de entregar ao País.

Na realidade, o Ministério das Comunicações foi implantado em 1967. Em 1972 foi criada a *holding* Telebras, com o papel de coordenar todo o sistema de telecomunicações brasileiras à época. Com a privatização do sistema e com a criação da agência, da Anatel, a Telebras entra num longo processo de desativação que não se conclui.

Em 2010, com o Decreto nº 7.175, a Telebras é reativada com o nome Telebras e com o CNPJ, mas com uma missão completamente diferente: ela não tem mais o papel de *holding;* agora, ela é uma operadora, apenas com a licença SCM para a parte de serviços multimídia. Na época, só reforçando, entrava dentro do Programa Nacional de Banda Larga e para redes de governo também.

Com o Decreto nº 8.135, do ano passado, 2013, ela acaba ganhando relevância no aspecto das redes seguras de governo. Então, ao papel inicial do Programa Nacional de Banda Larga, ela agrega agora o papel de trazer redes seguras para a rede federal, para as instituições federais diretas, autárquicas e fundacionais, que é justamente o motivo do Decreto nº 8.135.

Em 2010, 2011, a Telebras tinha pouco mais de 400 quilômetros de fibras óticas iluminadas no País. Ao longo desses três anos, nós atingimos 21,7 mil quilômetros de fibras iluminadas. Há outras fibras em andamento. Neste momento, nós estamos iluminando em conjunto – eu vou detalhar aqui – entre Coari e Manaus, na subida de Rondonópolis a Campo Mourão, passando por Campo Grande, e no trecho que vai de Padre Fialho, em Belo Horizonte, a Vitória, no Espírito Santo. Além disso, há alguns acordos sendo firmados com Chesf, no interior do Nordeste, para poder justamente penetrar e quebrar esse grande anel no Nordeste.

Falando a respeito das possibilidades, como a Telebras tem-se desincumbido num País tão grande como o nosso? Nós temos feito muitos acordos, muitos convênios com outras empresas.

Um exemplo é o que assinamos agora, em maio deste ano, com Furnas, em que nós temos o Linhão de Furnas. Em alguns trechos dele, não há o cabo OPGW, em que passa fibra ótica. Então, nós estamos lançando o OPGW – e justamente esse é o motivo do convênio – de tal forma que nós poderemos ter comunicação chegando a Vitória através dessa rota, em cima de uma estrutura de Furnas.

Com a Prodam, do Amazonas, a empresa de processamento do Estado do Amazonas, nós fizemos outro acordo, em que nós utilizamos de pares de fibras que nós temos através da TAG. Eles estão equipando as cidades, criando *sites* nas cidades, para poder ofertar os serviços do Estado, das suas secretarias, nas suas necessidades estaduais. Em parceria com a Telebras, nós estamos chegando a essas cidades também, para fazer o PNBL e atendimento aos órgãos federal. É uma forma de economizar ou de otimizar os poucos recursos que nós temos para conduzir esse tipo de programa. Dessa forma, nós estamos chegando de Manaus a Coari, podendo chegar mais à frente, a Urucu. Neste momento, o programa é para chegar a sete cidades. Iranduba já foi inaugurada. O próximo passo é Manacapuru. E as obras estão em andamento nas demais cidades.

Para chegar a Manaus, houve um acordo, outro tipo de acordo, um *swap* de fibras, com uma operadora, no caso, com a TIM. Nós trocamos 1,8 mil quilômetros de fibra. Eles entregaram um par de fibras de Tucuruí até Manaus – na realidade, até Lechuga; em contrapartida, a Telebras, em outras locais que interessam a eles.

Só para demonstrar a capacidade de coordenação e de tentativa de integração no sentido de poder avançar com o programa.

Como é que nós atendemos o usuário final? Aí, depois, nós vamos entender por que o satélite se torna tão primordial para a Telebras no seu processo de atendimento ao PNBL e aos órgãos federais. Através do seu *backbone* nacional, como é demonstrado, nós fazemos a estrutura de *backhaul*, ora por rádio, ora por fibra. No momento, há 374 Municípios atendidos diretamente pela Telebras e mais 196 através de seus parceiros.

Obviamente, temos as dificuldades naturais de licenciamento, de autorizações. Esse tem sido um dos processos mais difíceis para nós.

Aí nós nos perguntamos: como é que nós saímos de 400 quilômetros e, em menos de três anos e meio e atingimos 21,7 mil iluminados?

Com o advento da Copa do Mundo, houve um esforço nacional. Na realidade, nesse período, nós conseguimos avançar com muita coisa, rapidamente. Os licenciamentos foram obtidos de forma mais rápida. Pós-Copa do Mundo, nós já voltamos à normalidade. Os prazos já se estenderam novamente, as dificuldades estão se somando. Acho que é o momento de citar isso também a respeito das dificuldades que nós passamos.

No Decreto nº 7.175, há um artigo que fala que, no momento em que a Telebras chegar a um Município e não houver formas de atendimento local por um provedor local, a Telebras se desincumbe da tarefa de fazer a última milha. Até este momento, nos Municípios a que chegamos, sempre tivemos um provedor local interessado em fazer o trabalho de atendimento ao usuário final. Sempre há um empreendedor com coragem suficiente no País para tentar fazer essa entrega, e, como comentei com o Senador em outro encontro, com recursos próprios – ele está hoje com dificuldades, muitas vezes, de financiamento.

Para aproximar do nosso usuário final, um dos objetivos finais da Telebras no PNBL e no atendimento ao Governo, nós estamos criando escritórios. Já há quatro escritórios operacionais, em Belém, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. E estamos implantando um em Fortaleza. No ano que vem, devemos atingir Porto Alegre e Salvador.

Como eu falei do Decreto nº 8.135, não vou me deter a respeito muito dele, há os detalhes depois.

Basicamente, é na busca de redes mais seguras, com qualidade e a preços compatíveis com o que se está pretendendo. Então, a Telebras tem obrigação nesse caso de atender às solicitações do Governo, dos órgãos federais.

Em maio deste ano, foi editada a Portaria nº 141, de 2014, em que se detalham as questões do Decreto nº 8.135 – como se vai dar esse atendimento. E, neste momento, estão sendo conduzidos pelo Ministério do Planejamento, com a participação de todos os órgãos, os regramentos de como será feito o atendimento, a precificação, medida a qualidade. Não será solto simplesmente o processo de aquisição. Não é porque é a Telebras e as demais empresas federais que teriam liberdade para poder fazer o serviço que quiserem. Haverá regras muito claras e justas para poder atender a esse serviço.

Copa do Mundo: fizemos aí uma transmissão sem falhas. Ao longo dos 21.700, nós usamos 15 mil quilômetros de fibra para poder fazer. Foi a primeira Copa do Mundo em que foram transmitidas todas as imagens de áudio e vídeo em alta qualidade, totalmente em fibra ótica. Apesar das condições geográficas enormes do País, nós conseguimos fazer toda em fibra ótica, inclusive em Manaus e Cuiabá.

Estamos finalizando o processo de constituição da empresa *joint-venture*, que vai fazer a condução e a construção do cabo submarino para o Brasil, complementando uma parte da matriz de telecomunicações. Ou seja, temos um grande *backbone* nacional em fibra ótica e teremos a condição de saída para a Europa, diretamente através de Fortaleza, na busca de preços mais competitivos no IP e, ao mesmo tempo, permitindo às áreas de ensino, às áreas de pesquisa, troca de informações com maior facilidade e maior capacidade.

Esse projeto inclusive engloba contatos que nós temos com outras empresas da América Latina. Através do *backbone* Telebras, saindo por Fortaleza, nós poderemos chegar à Europa.

E aí nós chegamos e entendemos por que o SVC se torna uma peça importante no complemento da matriz de telecomunicações da Telebras. No intuito de atender ao PNBL, no intuito de atender às demandas de governo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO ZIOBER FILHO – Senador, eu pediria mais uns três minutos, se possível.

Ele tem uma questão estratégica nos aspectos de segurança e no aspecto estratégico do atendimento ao Programa Nacional de Banda Larga.

Estamos buscando também – aí vem uma questão que o Dr. José Raimundo colocou – adquirir *know-how* a respeito do assunto, recuperar o País e trazer *know-how* para o assunto. E, nesse aspecto, foram feitos dois contratos. O contrato principal que a Telebras tem com a Visiona, e um contrato secundário que a AEB

tem com seus fornecedores, justamente na busca de trazer ao País o conteúdo de tecnologia necessário para o nosso desenvolvimento.

Com do Decreto nº 7.769, de 2012, a estrutura de governança do projeto se compõe de um comitê diretor do projeto, com o Ministério das Comunicações, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da Defesa, em que nós submetemos a eles toda a parte estratégica do projeto, todas as aprovações necessárias; um grupo executivo do qual faz parte a Telebras, a AEB, o Inpe, o Ministério das Comunicações e o Ministério da Defesa, em que há os lados mais táticos e mais ligados ao lado operacional do projeto. E foi constituída a Visiona, com participação de 49% da Telebras, 51% da Embraer. Ela se desincumbe da parte de aquisição e da parte de integração do projeto, no aspecto justamente do artefato satelital.

Na questão – como eu já falei e não querendo ser repetitivo – dos satélites, eles se tornam relevantes na implementação de políticas públicas, PNBL e atendimento ao Governo. E, dentre os satélites que nos próximos cinco ou seis anos estão sendo lançados, o SGDC-1 é o único que cobre inteiramente o Território nacional. Ele tem cobertura nacional, inclusive da zona do pré-sal. Ele está dando cobertura nacional, diferentemente de outros satélites, que normalmente cobrem mais a parte por que se tem maior interesse comercial; alguns cobrem somente a Região Sudeste, são alguns *beams*. Do nosso, todos os *beams*, toda a capacidade da banda Ka está apontada para o Território nacional.

Aqui é a questão da banda X novamente, aí com toda a parte estratégica do Ministério da Defesa.

E a busca de tecnologias, como eu falei, a parceria justamente com a AEB, que faz toda essa coordenação.

Mais um desenho apenas para esclarecimento, os *beams* todos cobrindo o território nacional. Serão cinco *gateways* no Brasil: Brasília, Rio, Campo Grande, Florianópolis e um *backup* em Salvador.

Não vou me alongar. A nossa previsão é de cobrir com o satélite mais de 2.300 Municípios, isso na primeira *tranche*.

Detalhe do satélite.

Aqui ele já tem... A Visiona vai poder, na sua apresentação, detalhar mais o projeto. Acho que não caberiam a mim os detalhes.

Aqui, é a parte que cabe à Telebras também. Nós soltamos o edital de licitação, que está sendo concluído agora, a respeito do projeto de construção dos dois centros de operações: um em Brasília, na área da Aeronáutica – aqui tem uma planta baixa, para ter uma noção do terreno; o outro no Rio de Janeiro, numa área da Marinha, justamente na operação conjunta dos satélites. O satélite é da Telebras, mas em operação conjunta com o Ministério da Defesa.

Acredito que, para um resumo rápido, dá para entender a matriz de que a Telebras está se desincumbindo. Temos uma matriz de *backbone;* um *backbone* iluminado em fibra ótica, de alta capacidade e velocidade; estamos iniciando a construção do projeto do cabo submarino e temos agora o SGDC completando essa matriz.

Acredito que isso é o que a Telebras pode, no momento, ofertar de melhor para o País.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Francisco Ziober. Depois, ao longo dos debates, se houver necessidade de complementar as informações, por favor, sinta-se à vontade.

Vamos para o nosso terceiro expositor, Sr. Eduardo Bonini Santos Pinto, Presidente da Visiona Tecnologia Espacial S.A..

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Bom dia a todos.

Senador Anibal Diniz, mais uma vez, obrigado pela oportunidade de poder expor um pouquinho a respeito da Visiona, principalmente sobre os dois projetos propostos aqui, o SGDC e o SCD-Hidro.

A Visiona, como empresa, falará muito mais dos detalhes do desenvolvimento do projeto e das oportunidades de futuro para o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro. Como empresa, nós olhamos as oportunidades dentro dos programas estabelecidos, tanto do PNAE quanto do programa Pese, que é o programa que atende à área militar, muito focado dentro dos cronogramas e planejamento dessas atividades, para que a empresa possa também contribuir e trazer a consolidação desses projetos para dentro do País.

Rapidamente, vou tentar passar, nos dez minutos aqui, uma breve descrição da Visiona, uma descrição do Programa SGDC e o estado dos trabalhos, e um pouco da visão do futuro e o programa do SCD-Hidro.

É importante ressaltar que há muito tempo se vinha discutindo sobre a criação de uma integradora nacional dentro de diversas instituições relevantes do setor de espaço, como o próprio PNAE, como alguns trabalhos publicados em relação ao Programa Espacial Brasileiro, dentro do próprio Ministério da Ciência e Tecnologia. Falava-se muito sobre a estruturação de uma organização que pudesse fazer a integração desse satélite geoestacionário de defesa e comunicação. É importante que, dentro da estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação, já aparecia, então, uma empresa integradora, o que acabou gerando a oportunidade da consolidação de setores da indústria e a criação da *joint venture* entre a Embraer e a Telebras.

Acho que o Presidente Ziober já colocou isso aqui, para a gente poder ganhar um pouquinho de tempo. Vou falar rapidamente da nossa missão. Temos a intenção de ter uma atuação internacional, apresentando soluções espaciais integradas com independência tecnológica. Acho que todo programa em que estamos falando de absorção de tecnologia, transferência de tecnologia, é exatamente criar essa independência tecnológica em todos os níveis necessários para aplicações satelitais, não somente na área do geoestacionário, mas na parte de órbita baixa, chegando até os nanossatélites, muito bem mencionados aqui pelo Presidente da AEB, o Professor José Raimundo.

A Visiona hoje conta, em seus quadros, com pessoal técnico proveniente do Inpe e de outras instituições, com o conhecimento da Embraer, na parte de gestão empresarial, na parte de gestão de fornecedores, formando, então, a equipe que hoje consta da nossa empresa, de cerca de 45 pessoas.

A estrutura da organização tem uma governança muito transparente, com um pessoal altamente qualificado. Trago isso para mostrar a seriedade com que o projeto está sendo conduzido tanto por parte da Embraer quanto por parte da Telebras, os dois acionistas.

O Conselho de Administração é composto pelo próprio Presidente da Embraer, que é o engenheiro Frederico Curado. O Vice-Presidente desse Conselho é o Sr. Francisco Ziober, aqui presente, CEO da Telebras.

Ainda há mais duas pessoas da Embraer: o Sr. Jackson Schneider, que é da área de Segurança e Defesa, e o Sr. Nelson Salgado, das Relações Institucionais, que é meu antecessor na criação da Visiona.

Há representantes do Ministério da Defesa: o Major-Brigadeiro José Euclides, que é o Diretor de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, e o Sr. Maximiliano Martinhão, que é o Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, que também é Presidente do Conselho da Telebras.

Então, eu não poderia estar mais satisfeito com a formação do Conselho da forma como está constituído, com as representações aqui apresentadas: Embraer, Telebras, Ministério das Comunicações e Ministério da Defesa.

Há uma grande preocupação. A Embraer é uma empresa publicada tanto na Bolsa de Valores brasileira quanto na Bolsa de Valores dos Estados Unidos, o que traz uma exigência muito forte nas políticas de governança e de *compliance*.

Temos a constituição da empresa, onde há a área de suprimentos, a área comercial, a área de engenharia, a área financeira e o jurídico.

Já foi apresentada também pelo Presidente Ziober a governança do projeto. Aqui, há um pouquinho mais de detalhes.

Esse Comitê Diretor aprova os requisitos, os planos, os cronogramas, os custos e os gastos e faz o acompanhamento e o repasse dos recursos financeiros. Nesse Comitê Diretor, estão o Ministério das Comunicações, o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Defesa. Temos ainda um Escritório de Projeto, que é um grupo mais próximo ao dia a dia do trabalho.

A constituição da empresa serve o seu cliente, presta os devidos acompanhamentos e cuida daquilo que faz parte do contrato: o segmento espacial, o satélite propriamente dito; o segmento do solo, que são as aquisições dos equipamentos a serem instalados tanto nos centros de controle como em parte das *gateways*; e também a contratação do lançamento.

Aqui, trago quem são os nossos fornecedores, qual é o nosso fornecedor do satélite. Depois de uma competição entre 11 potenciais fornecedores, nós chegamos à Thales Alenia Space, com uma plataforma que é muito conhecida, a Spacebus 4000. Para se ter uma noção, a envergadura, contando de uma ponta a outra dos painéis solares, é de 37m. Ele tem uma altura de 7m e pesa quase seis toneladas. Estamos projetando o satélite para uma vida útil de 15 anos, algo totalmente diferente daquilo que, hoje, é aplicado em satélites de outros tipos de órbita.

A cobertura é nacional e costeira em relação à Banda Ka. Temos aqui a parte de atendimento aos *beams*, o que já foi apresentado também pelo Presidente Ziober, com uma Banda X com cobertura nacional e regional e com cobertura do Teatro de Operação.

A seleção da Thales levou muito em conta a taxa de sucesso na colocação do seu satélite no espaço, o funcionamento desse satélite e o legado que esse satélite traz. Como nós tínhamos uma urgência para o atendimento do Plano Nacional de Banda Larga, isso pesou bastante, além dos requisitos técnicos e comerciais exigidos.

No caso do lançamento, foi selecionada a Arianespace, também levando em consideração a taxa de sucesso dos lançamentos. O lançador vai ser o Ariane 5. A base de lançamento vai ser Kourou, na Guiana Francesa, na posição geoestacionária de 75ºW. Já houve 54 lançamentos com sucesso, e isso também foi levado em consideração na seleção do lançador.

Quando falamos do SGDC, estamos falando do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação. Se fôssemos falar só do satélite, veríamos que ele é um dos vetores que se encontram no sistema do programa.

Além do satélite, nós temos, então, os Centros de Controle – nós temos aqui a Banda Ka, a Banda X e o próprio controle do satélite – e nós temos as distribuições através das *gateways* e VSATs.

Então, em sua atuação, a Visiona, além dessa integração de definição dos requisitos e da parte de subcontratação, está fazendo toda a integração desse sistema, para que a gente possa atender ao projeto principal, que é o de atender o nosso cliente Telebras dentro do Plano Nacional de Banda Larga.

Então, este é o sistema completo do satélite do SGDC, como já foi mencionado.

Essa imagem já foi apresentada pelo Presidente Ziober. Não vale a pena ficar repetindo, mas é só para mostrar que a cobertura realmente é bem abrangente e, principalmente, na parte das aquisições das tecnologias dentro do programa de absorção e de transferência tecnológica. O cronograma está estritamente em dia em relação aos três vetores, ou seja: o satélite, o Centro de Operações e as *gateways*.

Nós estamos aqui hoje, na data de 18 de novembro, já realizadas as principais etapas da primeira fase do desenvolvimento do satélite, e temos agora a antecipação de uma atividade, que era a revisão crítica do projeto, prevista para janeiro, onde nós vamos fazer, no dia 19 de dezembro, na França, com o nosso fornecedor, tanto do satélite, a Thales Alenia, quanto também com o fornecedor do lançamento, a Arianespace, porque nós não conseguimos falar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Mais alguns minutinhos, Senador. Nós não conseguimos falar simplesmente do sistema sem ter o lançador também envolvido.

A parte das construções e responsabilidades aqui da Telebras estão em amarelo, tanto na parte da estrutura do Centro de Controle quanto das *gateways*. A nossa parte, que está nessa cor mais avermelhada, é trazer os equipamentos. E prevemos, aqui, o início das instalações das antenas dos equipamentos, no meio de 2015. Então, todas as atividades estão correndo dentro do cronograma.

Aqui, rapidamente,

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Análise crítica é 19 de dezembro.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – A análise crítica do desenho, do projeto. A partir dessa análise crítica do projeto, nós temos a continuação da evolução e construção dos componentes. Como é um satélite existente, é uma plataforma *Spacebus 4000*, nós temos que, além de acompanhar o desenvolvimento e a construção dessa plataforma, o estabelecimento das cargas pagas. São cargas diferentes: a banda KA é uma carga útil diferente, a banda X é uma outra carga útil. Então, toda essa integração tem de ser feita junto com a plataforma para atendimento das potências de carga, geração de energia e tudo o mais.

Então, nós passamos da fase preliminar do projeto, que é PDR – a análise crítica preliminar foi feita aqui em maio –, e agora nós estamos antecipando essa análise crítica final para poder dar continuidade à construção do satélite aqui, fazendo as principais integrações já a partir de outubro/novembro deste ano, com o lançamento previsto para outubro de 2016, conforme estabelece o decreto da construção do SGDC.

Aqui, algumas fotos apenas. Nesta aqui, é o cilindro central, onde vão os compartimentos de combustível. Essa parte aqui, que são sete metros de altura. A antena de controle com treze metros de diâmetro. E, só para se ter noção da dimensão, alguns painéis laterais do satélite, com a foto com algumas pessoas para termos noção da dimensão do satélite.

Aqui, a reunião da revisão preliminar do projeto, que é realizada na França. E a construção já de cablagens, a parte de painéis – instalação das cablagens nos painéis – e os módulos do sistema de propulsão.

Um dos projetos mais importantes dentro do projeto é exatamente a absorção de tecnologia. Nesse ponto nós temos até a agradecer ao nosso fornecedor, Thales Alenia, que está utilizando, na nossa equipe de engenheiros, engenheiros como se fossem Thales Alenia; ou seja, esta é a melhor maneira de se fazer uma absorção de tecnologia: conseguir que as pessoas que estão localizadas no ambiente de trabalho compartilhem com os engenheiros da área de desenvolvimento o trabalho, e, muitas vezes, essa equipe – como já foi mencionado pelo Professor José Raimundo – de 27 pessoas agora e 32 pessoas em janeiro do ano que vem, trabalha efetivamente no desenvolvimento das atividades de engenharia.

Aqui, a composição. Que entidades estão colocando e qual a quantidade de pessoas nessa primeira fase? Aí nós tivemos, complementando essa equipe, mais nove pessoas para cursos técnicos nessa fase um. Nós temos pessoas do Inpe, pessoas da AEB, pessoas do Ministério da Defesa. Agora, na segunda fase, nós vamos ter a primeira equipe da Telebras e temos uma equipe permanente da Visiona trabalhando em conjunto.

Todas essas atividades estão sendo desenvolvidas e absorvidas por essa engenharia que se encontra hoje dentro da Thales Alenia. Tivemos, então, o que chamamos um *job training*, ou seja, trabalhando lado a lado com os profissionais da Thales e, agora, em janeiro de 2015 começaremos a fase dois.

Rapidamente, passamos então para o SCD-Hidro. No SCD-Hidro, satélite de coleta de dados – o Prof. José Raimundo já definiu até uma estratégia de como deve ser a industrialização –, nós estamos olhando para a descrição da missão, tentando entender quais são as demandas, propondo uma constelação de satélites ou analisando a possibilidade de uma constelação de satélites para fornecer dados ambientais, coletados de plataformas, as PCDs, distribuídas pelo Território nacional; monitoramento das bacias hidrográficas, previsão de tempo, estudo sobre correntes oceânicas, química da atmosfera, agricultura. E estamos analisando, dentro dos programas existentes, tanto do plano nacional, do PNAE, das atividades espaciais, quanto do Pese.

Aqui nós temos, tanto em aplicações civis quanto em aplicações militares, a possibilidade de, dentro de uma plataforma de um microssatélite de 150kg mais ou menos, poder fazer uma linha que possa criar uma otimização de aplicação; ou seja, o licenciamento de uma microplataforma em que se consiga fazer uma nacionalização parcial da plataforma. Garantiríamos o direito de uso com a nacionalização dessa plataforma e, numa segunda fase, da mesma forma como o SGDC, faríamos um aprofundamento da nacionalização.

Obviamente, havendo a possibilidade de termos um segundo SGDC, estamos contando com a ampliação do LIT (Laboratório de Integração e Testes) dentro do Inpe para que essa integração possa ser feita exatamente em Território nacional, independente do volume de conteúdo nacional que nós consigamos fazer e colocar, da indústria nacional, para dentro do segundo SGDC. Nesse caso, entra o programa de transferência de tecnologia, também já mencionado pelo Presidente José Raimundo, que está identificando empresas do Brasil que podem absorver as tecnologias.

Outro projeto de desenvolvimento. Nós hoje temos um *gap* na indústria nacional que também poderia ser aplicado numa constelação de satélites; é o que nós chamamos de AOCS (Attitude and Orbit Control System), uma sigla em inglês, mas seria um *software* de controle de órbita e atitude. Nós estamos analisando a possibilidade de começar um desenvolvimento sobre esse *software*, que é um sistema altamente preciso; consiste na manutenção de órbita e controle de posição de movimento do satélite, uma tecnologia que não é dominada pelo Brasil e é a tecnologia central para controle do satélite e integração dos sistemas.

Obviamente, a intenção de trazer uma capacidade dessa para o Brasil tem de envolver diversos atores: Inpe, as empresas que hoje já estão trabalhando nesse processo, nesse projeto, para o que até hoje não temos ainda capacitação nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Depois de assistir ao discurso do Senador no Senado, inclusive, mencionando esta audiência pública, nós fizemos um rápido caminho da indústria aeronáutica, da criação do CTA até ao que hoje a Embraer representa, e fizemos aqui, do setor espacial, o mesmo caminho, que se consolida na criação dessa integradora nacional, a consolidação da indústria através de uma integradora.

Obviamente precisamos ter força suficiente para que os novos projetos aconteçam, não só demandados pelo PNAE, mas também pelo próprio Pese, além de satélites de desenvolvimento, que poderiam criar condições de qualificar componentes nacionais. O Inpe é a instituição mais capacitada para dar essa qualificação, criar um histórico de voo, para que a gente consiga colocar isso no mercado internacional.

Então, rapidamente, esse era o material que eu tinha para apresentar.

Agradeço.

Desculpe a extensão no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Bonini.

Agora, passamos a palavra ao Coronel Anderson Tesch Horsken Alvarenga, que é Adjunto da Assessoria para o Projeto de Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas do Ministério de Defesa.

O SR. CORONEL ANDERSON TESCH HORSKEN ALVARENGA – Sr. Senador Anibal Diniz, eu gostaria de agradecer, primeiramente, pelo convite feito por esta Casa para participação aqui nesta Mesa do Ministério da Defesa, o qual eu tenho a honra de representar, e, agradecendo a V. Exª, agradeço a todos os presentes.

A minha exposição, eu acredito, foi muito facilitada pelos meus antecessores.

Pretendo não ser muito enfadonho nem repetitivo e vou me limitar a abordar o *payload*, ou seja, a carga útil militar desse satélite, o SGDC.

Vou começar com um pequeno histórico a respeito da origem, o que causou a necessidade do SGDC. Em 1988, temos uma decisão que foi tomada de inclusão de um *payload* de banda X nos satélites B1 e B2, então, da Embratel.

Em 1992, o Ministério da Defesa inicia a sua rede utilizando comunicação satelital em banda C, e a sua rede que visaria permitir as comunicações militares integradas entre as três forças. Essa rede inicial começou realizando o enlace de Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba e Manaus.

Em 2000, colocamos em operação os primeiros terminais de comunicação por satélite em banda X. Eram nove terminais, que possuíam capacidades adequadas à época para as comunicações militares.

Em 2006, houve o início da ampliação dessa rede, com o aumento do número de terminais e também a modernização dos terminais já existentes, aumentando a sua capacidade, aumentando a sua velocidade de transmissão de dados.

Em 2003, voltando um pouco, o Ministério da Defesa participa dos estudos para a implantação do chamado SGB, o Satélite Geoestacionário Brasileiro, estudos esses que serviram de base para os estudos de implantação do SGDC, já em 2011, que culminaram com a assinatura do contrato em 2013.

Situação pretendida: o lançamento do SGDC visava atender as comunicações do Ministério da Defesa, em particular as necessidades e as demandas do sistema de comunicações militares por satélite em banda X; as comunicações estratégicas de Governo na banda Ka; o Programa Nacional de Banda Larga, também na banda Ka; e a absorção e transferência de tecnologia.

Condicionantes do projeto: controle do satélite exclusivamente em Território brasileiro nas mãos de brasileiros; controle do satélite numa parceria Ministério da Defesa e Telebras, conforme já foi comentado; controle das comunicações, a carga útil de banda X, controlada pelo Ministério da Defesa, e a carga útil em banda Ka, controlada pela Telebras; e duas estações de controle de satélite, uma principal e uma secundária, em organizações militares, com a finalidade de aumentar ainda mais a segurança do controle do satélite.

Ganhos esperados: maior potência. Atualmente, a capacidade satelital em banda X é contratada, mas possui limitações em potência que impedem a utilização de todos os terminais simultaneamente do Ministério da Defesa. Então, com a capacidade que temos hoje, conseguimos operar com menos da metade dos nossos terminais simultaneamente.

Maior largura de banda. Com o SGDC, nós vamos mais que dobrar a largura de banda disponível hoje para comunicações militares.

Maior número de coberturas. Hoje, temos uma única cobertura que é uma cobertura hemisférica, que pega uma área bastante ampla, e, com o novo satélite, passaremos a contar com três coberturas: uma regional, uma nacional e uma móvel, que mostrarei no próximo eslaide.

E também é importante maior segurança, em que passaremos de uma situação em que tínhamos apenas o controle das comunicações para uma situação em que teremos o controle do satélite e o controle das comunicações.

Essas são as coberturas que o SGDC vai prover para as comunicações militares. Então, nós temos uma cobertura ampla, que é uma cobertura regional que engloba toda a área de interesse, toda a área em que o Ministério da Defesa possui interesse geopolítico, onde o Ministério da Defesa se faz presente.

Por exemplo, nós temos aqui o Haiti. Nós temos o oceano, onde há os navios da Marinha se deslocando; nós temos uma cobertura nacional, com maior nível de potência; e nós temos esta cobertura aqui, que é um *spot* móvel – ela pode se deslocar por toda a área que o satélite consegue enxergar, que é esta área que está representada aqui na figura.

Esta figura ilustra alguns tipos de terminais utilizados nas comunicações militares. Esta antena aqui é uma das antenas que nós utilizamos como ancoragem das comunicações dos demais terminais – essa antena fica em Brasília. E aqui nós temos outros tipos de terminais, como o terminal chamado Manpack, que é carregado pelo homem; é um terminal transportado em mochilas.

Aqui é um terminal de porte significativamente maior, que permite utilizar velocidades maiores de comunicação.

E estes terminais aqui embaixo são os nossos terminais típicos. Aqui, inclusive, nós temos o terminal instalado no Haiti, em apoio à presença militar brasileira naquele país.

Já foi comentado pelos meus antecessores, eu não vou repetir: isto aqui é o decreto de governança, é o 7.769.

Também já foi comentada esta figura, que mostra aqui a parte de transferência e absorção de tecnologia.

O cronograma também já foi comentado, mas eu vou aqui me permitir repetir alguns pontos. Há a questão da publicação da RFP, que foi feita ainda no ano passado, em fevereiro. Nós temos a assinatura dos contratos no final do ano. Nós temos a reunião preliminar de revisão do projeto, que aconteceu em maio. E agora, conforme foi comentado, nós temos a revisão crítica do projeto em dezembro, mostrando que o cronograma vem sendo seguido e está saudável. O lançamento previsto é em setembro de 2016, sendo admitida uma tolerância para mais ou para menos, e o início das operações está previsto para janeiro de 2017, também sendo admitida uma tolerância.

Aqui, esta figura tem a ver com o questionamento apresentado inicialmente a respeito do desenvolvimento do programa. O SGDC se encaixa dentro de uma demanda, que é a demanda do Sistema Militar de Comando e Controle, que apresenta a demanda de comunicações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL ANDERSON TESCH HORSKEN ALVARENGA – Senador, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Já está acrescentado.

O SR. CORONEL ANDERSON TESCH HORSKEN ALVARENGA – Muito obrigado.

Então, o Sistema Militar de Comando e Controle é o grande demandante das comunicações militares, mas o Ministério da Defesa possui outras demandas que estão caracterizadas no Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese). E essas demandas todas estão alinhadas com a Estratégia Nacional de Defesa. Então, o SGDC é apenas o primeiro produto, o primeiro filho de um programa que foi devidamente estabelecido e de demandas que estão devidamente qualificadas.

Esta figura mostra que o SGDC vem atender como o primeiro satélite geoestacionário para comunicações militares. Então, nós temos aqui uma vida útil estimada de 15 anos, mas, dentro dessa demanda, a demanda é por uma constelação de satélites.

Então, nós pretendemos, para conseguir a nossa capacidade estimada demandada e para obter redundância e segurança, que esta constelação se complete com três satélites. E, aí, para que essas capacidades possam somar-se, esses lançamentos aconteceriam a intervalos regulares – conforme está representando aqui na figura.

Por fim, esta figura ilustra os subsistemas ou sistemas militares demandantes de comunicações geoestacionárias; podemos ver aqui o Sisfron, o Sisdabra, o Sipam e o SISGAAZ. Todos eles demandantes e, sem o SGDC, todos esses sistemas seriam afetados em diferentes intensidades. E aqui representado o nosso comando e controle, o centro de comando e controle da defesa, localizado aqui em Brasília.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado ao Coronel Anderson.

Passamos, imediatamente, a palavra ao Sr. Leonel Fernando Perondi, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O SR. LEONEL FERNANDO PERONDI – Quero agradecer o convite, Senador Presidente da Comissão, Senador Anibal Diniz, pela oportunidade de aqui falar sobre o Inpe e a questão do Programa Espacial, da inserção das atividades desenvolvidas pelo Inpe no âmbito do Programa Espacial.

Bom, aqui, dividi a apresentação em uma parte inicial sobre capacitação. Acho que, para falar um pouco sobre o futuro, vamos falar um pouco do passado, onde nós chegamos, para pensar um pouco sobre aonde pretendemos chegar no futuro.

Então, essa iniciativa do Programa Espacial nasce juntamente com essa iniciativa do CTA, lá nos anos 40, quando foi decidido que o Brasil teria uma iniciativa grande na área aeroespacial, o projeto original aeroespacial. Então, tivemos o início desse programa com a implantação do ITA, lá no CTA, em 1950, que foi moldado, digamos, como uma escola para formação de recursos humanos na área aeronáutica e espaço. Então, o ITA tinha a função de formar uma massa crítica, para que o País pudesse desenvolver todo um setor aeronáutico espacial no Brasil.

Quer dizer, você tem a absorção do conhecimento com o ITA; posteriormente, em 1953, começa a instalação do chamado Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, em que institutos vão desenvolver a pesquisa aplicada e o desenvolvimento para fixar o conhecimento absorvido, digamos, o conhecimento, de tal maneira objetivando um produto, que era o avião.

Quer dizer, aqui temos a absorção de conhecimentos, a formação de massa crítica, temos os institutos que fazem a parte da pesquisa aplicada e o desenvolvimento, e, em 1968, temos, aqui, então, o primeiro modelo do Bandeirante voando.

Então, nós vemos, aqui, que, num ciclo de 18 anos, nós fomos desde a absorção do conhecimento, passando pela pesquisa aplicada e o desenvolvimento, chegando até o primeiro produto.

A Embraer é criada em 1969 – eu não vou entrar, aqui, no ramo depois, porque é bem conhecido, do desenvolvimento da indústria aeronáutica no Brasil.

A parte espacial tem uma derivação desse projeto em 1961, quando é criada uma iniciativa civil, que era a chamada Comissão Nacional de Atividades Espaciais. No fundo, o Inpe tem o nome, ganha o nome de Instituto de Pesquisas Espaciais em 1971, mas a criação do Inpe se dá lá em 1961, dez anos antes de ganhar, digamos, o nome de Instituto de Pesquisas Espaciais.

E aqui, há uma divisão, em que a parte civil... Então, o Inpe nasce aqui. A CNAE (Comissão Nacional de Atividades Espaciais) nasceu ligada ao CNPQ e foi responsável, então, pelas aplicações e o acesso ao espaço na parte civil, vamos dizer assim. E a parte de base, lançadores, ficou sob a responsabilidade, então, do...

Aqui nasceu o GETEPE (Grupo Executivo e de Trabalho e de Estudos de Projetos Espaciais), que, posteriormente, em 1971 também, veio dar origem ao que é o IAE (Instituto de Aeronáutica e Espaço) atualmente, responsável pela parte de veículos lançadores.

Em 1965, foi criado o primeiro centro de lançamento de foguetes da América, que é o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, lá em Natal, que deu, então, origem à parte de bases.

Então nós tivemos esta seguinte estrutura: a parte de satélites e de aplicações ligadas à área civil, com a CNAE, depois INPE, a parte de veículos lançadoes com o IAE e a parte de bases, nucleada inicialmente com o CLBI. Em 1971, houve a criação da Cobae (Comissão Brasileira de Atividades Espaciais), ligada ao Estado-Maior das Forças Armadas, que passa a ser responsável pela coordenação e planejamento do programa. Essa era a estrutura do Programa Espacial Brasileiro, com os seus órgãos executores, em 1971.

Isso é só para situar, digamos assim, o fato para que eu queria chamar a atenção, porque nós tivemos uma iniciativa civil, que é o INPE, que tem a ver com a parte de aplicações e o desenvolvimento de plataformas orbitais. E temos a parte de veículos, com o DCTA, concentrado no Instituto de Aeronáutica e Espaço hoje. Além do CLBI, temos também Alcântara, que está aqui. A Cobae subsistiu até 1994, quando foi extinta, criando-se a Agência Espacial Brasileira. Então é mais ou menos esse o arranjo, digamos assim, do Programa Espacial Brasileiro na sua história.

Agora vou focar no INPE.

O INPE, a sua missão, voltando um pouquinho para apresentar essa planilha, esse eslaide, foi criado com a visão de que a cooperação internacional, necessária para operar a Barreira do Inferno, deveria ser civil. Então o INPE foi criado como uma parte do CTA. O terreno que nós ocupamos até hoje pertence à Aeronáutica, à Defesa. E ele foi criado com a missão de fazer a cooperação internacional necessária para que nós trouxéssemos, digamos, veículos de sondagem para operar a Barreira do Inferno.

De 1965, criação da Barreira do Inferno, até 1970, nós tivemos mais de uma centena de lançamentos de foguetes de sondagem com cargas úteis científicas, desenvolvidas em boa parte pelo antecessor do INPE, a CNAE, e em cooperação internacional na área científica. Tivemos cooperações com os Estados Unidos, com a França e com a Alemanha principalmente, nesse período.

Então o INPE já nasceu com essa visão de cooperação internacional na área civil, buscando aplicações e, digamos assim, dominar o ciclo do acesso ao espaço e aplicações, que é mais ou menos o que estou querendo mostrar aqui.

Na sua história, ele desenvolveu quatro outras áreas de aplicações na parte da ciência espacial, que é o entendimento dos fenômenos associados com a ionosfera e a relação Sol/Terra. A metereologia científica foi desenvolvida pelo INPE, que hoje tem o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos como expressão desse esforço, que é o CPTEC. Então nós somos pioneiros na América Latina e no Brasil na área de previsão de tempo científica, quer dizer, modelar a dinâmica da atmosfera, implementar no computador e obter, a partir daí, a previsão de tempo.

A parte de observação da terra também é outra área de aplicação que o INPE nucleia.

Nós tivemos, em 1973, a primeira estação de recepção de imagem de satélites de sensoriamento remoto instalados aqui, na América do Sul, e a terceira no mundo, depois de Estados Unidos e Canadá, a receber as imagens do Landsat 1, que foi o primeiro satélite civil de sensoriamento remoto que nucleou todo um setor de aplicações nessa área.

E temos também a parte de estudos de mudanças, quer dizer, o modelamento da atividade antrópica, analisando seus impactos e vulnerabilidades e estudo de estratégia e adaptação com grande foco em mudanças climáticas.

Essas são as quatro áreas de aplicações que foram nucleadas pela atividade do INPE. E segue o mesmo modelo do CTA.

Nós tivemos o modelo do ITA para o setor aeronáutico. Nós tivemos formação de recursos humanos através de cursos de pós-graduação sempre. Cada área nucleada sempre teve um curso de pós-graduação – seria o paralelo, vamos dizer assim, do curso de gradução do ITA.

Então, em vez de um curso de graduação, tivemos um curso de pós-graduação para nuclear o conhecimento, trazendo pesquisadores estrangeiros para ter a massa crítica para nuclear aquele setor de aplicação.

Laboratórios com pesquisa aplicada e desenvolvimento, depois, chegando a produtos e serviços inovadores. Então, em cada uma dessas áreas... Nós vamos desde a absorção do conhecimento, passando pela parte da pesquisa aplicada e desenvolvimento, chegando mandatoriamente a produto e serviços. Não vou citar todos os produtos e serviços, mas todas essas áreas têm produtos e serviços.

Então, o INPE, na parte de aplicações, ele cumpre o que se espera de um instituto de pesquisas: que absorva conhecimento e transforme esse conhecimento em produtos e serviços inovadores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONEL FERNANDO PERONDI – Pediria licença para... (*Pausa.*)

Obrigado.

Isso aqui repete mais ou menos o que eu disse anteriormente. São cursos de pós-graduação que nós temos em todas essas áreas de aplicações. E aqui os principais programas, produtos e serviços que são gerados por essas áreas, no momento.

Voltando ao caso do INPE, nós tivemos a parte de aplicações e, agora, vou focar na parte de acesso ao espaço. Eu diria que nós temos a parte do acesso ao espaço e a parte de aplicações – as duas grandes áreas de atuação do instituto que estão na sua missão.

O acesso ao espaço seria capacitar o País a desenvolver plataformas orbitais para operar no espaço, produzindo informações as mais variadas, tanto sobre o Planeta, quanto informações ligadas ao espaço exterior.

Então, nós temos aqui um conjunto, um pouco desse histórico da capacitação. Ao longo desse período, o instituto foi desenvolvendo, ao longo da MECB, que já foi comentada aqui anteriormente, adquirimos a nossa capacitação primeiramente em satélites: produzimos dois pequenos satélites, nessa época totalmente produzidos no Brasil. O primeiro deles foi lançado em 1993, que o Satélite de Coleta de Dados 1 por um lançador Pegasus da Orbital Science americana. E depois, o segundo satélite foi lançado em 1998 também pela lançador Pegasus, da Orbital Science. Esses dois satélites operam, hoje, o que é chamado de Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais.

Eu cito isso porque se articula depois com essa proposta de modernização desse Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais, assunto que já foi falado aqui em outras apresentações. Depois eu volto a ele.

Essa aqui foi a capacitação inicial do Brasil no desenvolvimento de plataformas orbitais. São dois pequenos satélites em órbita equatorial que são operacionais até hoje. Nesse processo foi desenvolvida a capacitação para integração e teste de satélites, que é o Laboratório de Integração e Teste, uma infraestrutura fundamental para programas espaciais, que é onde se fazem todos os testes que demonstram que o sistema tem a confiabilidade necessária para operar no espaço. No que se opera no espaço não há manutenção, então é fundamental que se tenha toda uma capacidade de integração e teste que reproduza todo o ambiente que o sistema enfrentará na sua colocação em órbita e, depois, na sua operação em órbita.

Então, essa é uma infraestrutura enorme, que foi instalada ao longo do tempo. Ele foi inaugurado em 1988 e tem tido, ao longo do tempo, várias expansões, inclusive encontra-se correntemente uma expansão para atender a satélites geoestacionários.

Em 1989, também foi inaugurado o Centro de Rastreio e Controle de Satélites, que tem antenas lá em Cuiabá e que permite que o Brasil faça o rastreio e o controle de satélites. Nós já temos operado satélites nacionais, o que eu vou comentar aqui depois. Os SCDs são operados por esse Centro de Rastreio e Controle. Isso aqui é uma facilidade que opera 24 horas, 24 por 7.

Também temos apoiado missões internacionais usando esse Centro de Rastreio e Controle de Satélites do INPE. Essa é uma outra infraestrutura que foi desenvolvida pelo Programa Espacial nessa capacitação e no acesso ao espaço.

Bom, em 1988, como já foi dito aqui anteriormente, nós começamos, aqui nessa fase, a cooperação com a China também. Esse foi o segundo grande programa. O primeiro foi esse da MECB (Missão Espacial Completa Brasileira), em que foram produzidos Satélites de Coleta de Dados 1 e 2. E o segundo grande programa foi o sino-brasileiro, que levou à fabricação de cinco satélites. Nesses cinco satélites, nós temos uma primeira fase que é o chamado CBERS-1&2, que são os primeiros dois satélites. O primeiro é lançado em 1999 e o segundo em 2003. Os dois operaram.

Esses são os satélites de 1,5 tonelada, enquanto a massa do SCD é de 120kg. Estamos falando aqui, já, de satélites de 1.500kg, satélites profissionais, com três câmeras para observação do Planeta.

Aqui, há algumas imagens. Depois, posso entrar nisso, se sobrar algum tempo.

Então, o programa CBERS foi um salto em relação ao que foi o Satélite de Coleta de Dados.

Aqui, são satélites controlados em três eixos. São satélites profissionais. Nessa cooperação, o Brasil também adquiriu a capacitação para desenvolver satélites profissionais, controlados em três eixos, com missão de observação da Terra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONEL FERNANDO PERONDI – Eu pediria aqui mais um pouco de tempo, Sr. Presidente.

Então, nesse processo, nesses programas todos, envolveu-se a contratação da indústria nacional, e nós tivemos aqui, por exemplo... Aqui, estou fazendo só o arranjo industrial, que foi responsável pelo CBERS-1&2 e 2B, por boa parte.

Aqui são empresas brasileiras contratadas para fabricação dos satélites CBERS-1&2 e 2B. Não vou entrar no detalhe dos equipamentos. O que está em verde foi fabricado pelo lado brasileiro; o que está em azul foi fabricado pelo lado chinês – CBERS-1&2. A estrutura e todo suprimento de energia, inclusive painéis solares, foram fabricados já pelo Brasil, isso já na fase dos Satélites 1 e 2.

Essa capacitação, por exemplo, em painéis solares na área de suprimento de energia se dá lá nos anos 80. Então, já exercitamos isso no final dos anos 80. Já exercitamos isso em vários programas CBERS-1&2 e 2B.

Aqui, um balanço, mais ou menos, do investimento para o 1&2 e 2B, que envolveram algo na ordem de US$110 milhões, isso para os CBERS-1&2, no programa de 25 anos praticamente, um projeto relativamente longo. E de US$15 milhões foi o investimento do 2B, projeto que foi assinado em 2004 e concluído e lançado em 2007.

O 3&4 foi assinado em 2002, segunda fase do programa, e aqui o que está em verde são os equipamentos brasileiros, contratados da indústria nacional, inclusive câmeras para operação no espaço, além de toda parte de suprimento de energia. Então, fabricamos aqui câmeras extremamente profissionais, como esta aqui, uma câmera de 110kg, uma câmera sofisticada. Poucos países no mundo têm essa capacitação de fabricar câmeras nessa faixa de resolução, da ordem de 20m, e o Brasil, nesse esforço do Programa Espacial, projetou e fabricou essas câmeras no Brasil.

Aqui um exemplo, uma outra vista dessa câmera. Essa aqui é maior, a segunda câmera que foi fabricada no Brasil, que é WFI.

Aqui, uma visão das instalações do LIT, na parte da câmera térmica para os testes de satélite, dos CBERS. Aqui é o CBERS-3.

Aqui, um balanço, mais ou menos, do investimento feito pelo País. Então, eu diria que, de 2004 para cá, as contratações relativas aos CBERS-3&4 se deram de 2004 até o presente. Nós contratamos mais de R$300 milhões na indústria nacional, e todas essas contratações foram feitas pelo INPE na forma de licitações de preço e técnica. Tivemos aí cerca de 15 licitações e desenvolvemos um arranjo industrial que tem capacidade de fabricar praticamente todo o sistema espacial.

Se fôssemos reproduzir uma plataforma do CBERS no Brasil, teríamos condições de reproduzi-la quase integralmente. Faltaria a parte de controle de atitude e órbita. Nós temos um programa, digamos assim, desde 2005, de capacitação nessa área, juntamente com o DCT, em que mais de R$40 milhões já foram investidos, nessa parte de atitude de controle e órbita de satélites, programa que também se encontra praticamente pronto, eu diria.

Então, era basicamente isso o que eu tinha para falar da história anterior, em termos de capacitação. Não vou mostrar fotos e outras partes da tecnologia desenvolvida nesse período. Mas faço um breve resumo do que é a capacitação.

A capacitação foi desenvolvida pela atuação do INPE na parte de satélites ao longo de sua história. Temos o SCD1 e o SCD2, satélites que foram lançados com sucesso e que operam em órbita.

Tivemos insucessos em lançamentos relativos ao VLS e tivemos o CBERS-2B, que também esteve em operação em órbita por vários anos. Quanto ao CBERS-3, tivemos uma falha no lançador no ano passado, perdemos o satélite, e estamos, hoje, depois de um esforço muito grande, colocando o segundo modelo, o CBERS-4, para lançamento agora, na primeira quinzena de dezembro deste ano, na China.

Bom, eu queria, então, complementando, dizer que o instituto, ao longo da sua história, dominou, de uma forma bastante modesta, se comparado com o investimento em outros países... Podemos afirmar que o Instituto hoje domina, que o Brasil tem a capacitação para desenvolver o ciclo de vida de sistemas espaciais. Temos condições de fazer toda a fase de concepção, a fase de proposta de arquitetura, quer dizer, identificada uma necessidade, temos condições de propor uma missão para atender àquela necessidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONEL FERNANDO PERONDI – Bom, agora vou concluir de fato.

Temos condições de fazer toda a proposta de arquitetura e, depois, toda a parte de projeto.

E da fabricação vamos para a indústria. O INPE contrata na indústria, porque não há sentido em desenvolver toda a parte de processos e toda a infraestrutura necessária para a fabricação de sistemas dentro do INPE, dentro da União, vamos dizer assim, nós fazemos isso contratando na indústria e, depois, voltamos, na parte de integração e testes, para dentro da União de novo, no Laboratório de Integração e Testes, e na operação em órbita voltamos, de novo, para dentro da União, com o Centro de Rastreio e Controle de Satélites. O centro de missão, depois, pode ser tanto privado quanto dividido pela União.

Então, eu só queria dizer e enfatizar que, ao longo da história, da atuação, até o momento, nós desenvolvemos a capacitação do ciclo completo de vida dos sistemas espaciais aqui, no País.

Sobre o programa SCD eu diria que os satélites SCD operam o Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais, que tem, hoje, 600 plataformas espalhadas pelo Território nacional. Esses satélites coletam dados dessas plataformas diariamente e os disponibilizam para em torno de 80 usuários no Brasil, entre eles a Agência Nacional de Águas. Essa demanda da ANA, a atualização e ampliação do sistema seria uma ampliação do sistema já existente. Nós já temos o sistema. E aqui o INPE somente tomou parte nesse processo disponibilizando técnicos para ajudar na especificação do sistema.

Estão aqui os objetivos do programa SGDC, que eu acho que já foram ditos aqui anteriormente. Na parte de absorção e transferência de tecnologia para o setor espacial brasileiro, eu também gostaria de frisar que o INPE é um usuário, um cliente, vamos dizer assim, desses dois modelos, desses dois programas de absorção e transferência de tecnologia. O INPE tem sido cliente dos dois programas, de absorção de tecnologia e de transferência de tecnologia, com a expansão do LIT.

E aqui nós temos o treinamento de equipes no programa.

Bom, a conclusão aqui, só para dizer rapidamente, é que a meta do PNAE, que é a capacitação nacional no projeto de fabricação e integração, colocação em órbita e operação de sistemas espaciais, tem sido cumprida, digamos, pelo instituto ao longo da sua história, da sua trajetória, e que, com relação aos dois programas, nós consideramos que haveria necessidade de utilização do poder de compra para apoiar a capacitação nacional em satélites geoestacionários no âmbito do PNAE. Exercitar mais, digamos assim, a base industrial que já foi construída no Brasil. Nós temos hoje, então, um conjunto de 15 a 20 empresas que estão praticamente sem contrato e nós corremos o risco de perder a capacitação que nós tivemos ao longo da história recente. Então, acho que teria que haver uma articulação maior entre os programas de maneira a manter um volume de contratos mínimo na base industrial brasileira, sob pena de ela se desarticular novamente, como já ocorreu no passado.

E temos também, no âmbito do PNAE, do Programa Nacional de Atividades Espaciais, a proposta de capacitação nacional em satélites geoestacionários. Inclusive, está aqui no PNAE que, em meteorologia, o INPE tem feito uma proposta, no seu plano diretor, de três novos satélites nessa área...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONEL FERNANDO PERONDI – ... e gostaríamos, então, de estar levando... Acho que seria extremamente importante que houvesse maior sinergia entre os programas.

Então, basicamente, era isso, Sr. Presidente.

Agradeço e lamento pelo atraso no meu tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Professor, eu que peço desculpas por estar interrompendo. Na realidade, sua exposição teria que ser feita integralmente, mas nós tivemos que avançar um pouco no tempo, acho que justificadamente.

Eu passaria, agora, a palavra ao Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia, Sr. Ivanil Elisiário Barbosa.

O SR. IVANIL ELISIÁRIO BARBOSA – Senador, muito obrigado pelo convite. O sindicato sente-se honrado em estar hoje aqui.

Acho que o sindicato tem muito a colaborar com esta audiência pública no sentido de uma maior independência política e até mesmo da coerência daquilo que é prerrogativa de um sindicato, que é trazer luz crítica. E na nossa condição de um sindicato de servidores de ciência e tecnologia do setor aeroespacial, temos uma grande responsabilidade em apontar os problemas e também indicar os caminhos. Muitas vezes nós não estamos aparelhados para fazer isso, mas nós buscamos estudar as situações. Se erramos muitas vezes, é natural que se compreenda a nossa situação de limitado acesso a informações e outras situações que envolvem esse campo.

Eu tenho ali somente 60 eslaides. Então, eu acho que dá para passar em 10 minutos. Na verdade, por esses eslaides, cada um deles, realmente daria para contar muita coisa. Mas vou passá-los rapidamente, de forma ilustrativa apenas.

Tudo começou com a questão da defesa. A questão era a Guerra Fria, que levou a esses desenvolvimentos. Essa é a situação atual, evidentemente uma foto ilustrativa, de como se encontra o espaço hoje. Desde o lançamento do Sputnik, nós temos hoje em torno de 40 mil objetos espaciais em órbita. Cada satelitização coloca junto seis componentes. Parte dos motores e os próprios motores também ficam ali em órbita por muito tempo. Alguns decaem e outros continuam lá por algum tempo. Que eu saiba, apenas os Estados Unidos fazem o monitoramento de pedaços de satélites de tamanho maior do que 10 centímetros e tomam providências para que os seus satélites não sejam afetados, não sejam atingidos por esses fragmentos.

Por que investir no espaço? Investe-se em segurança nacional – esta é a força motriz: segurança nacional –; em prestígio internacional; em sensoriamento remoto; em desenvolvimento tecnológico; em desenvolvimento industrial, que é um forte vetor de fomento industrial, de desenvolvimento industrial; em desenvolvimento científico; e em empregos – é um forte gerador de empregos. Existe também a parte de o Tio Sam estar vigiando você.

Hoje, isso daqui é cônico. Temos essa antena e 42% da economia gerada pela satelitização, ou seja, por esse sistema de comunicação, são em equipamentos de terra. Essa imagem tem uma força de expressão muito forte em termos da integração do povo brasileiro. Então, isso tem um efeito inclusive socioeconômico inimaginável.

Dos 1.167 satélites que nós temos em operação, 502 são nos Estados Unidos; 152 são satélites militares americanos. Ou seja, 30% dos satélites são militares, voltados para o sistema de defesa americano; 30% desses satélites.

Aqui temos as áreas que envolvem os tipos de satélites, os quatro tipos de órbitas: geoestacionário, elíptico, de média órbita e de baixa órbita nesse sentido aqui.

Eu vou mais rápido porque isso não interessa tanto quanto o que a gente tem a dizer. Esses são os principais atores de quem já alcançou, fechou o ciclo do desenvolvimento espacial, ou seja, colocou em órbita um satélite próprio em um lançador idem.

Os Estados Unidos são um mundo à parte, como eu já disse. O programa espacial é um subproduto do sistema de defesa. Dois e meio por cento do orçamento da defesa são voltados para a Nasa. E mesmo assim o programa deles investe mais do que a soma de todos os programas espaciais dos outros países. Só em 2008, disse Obama aqui, os Estados Unidos gastaram US$22 bilhões para desenvolver e adquirir satélites, foguetes e sistemas espaciais. Isso é mais do que o orçamento da própria Nasa. E lá tem uma coisa que não acontece aqui no Brasil. Por ocasião das candidaturas, da reeleição do Presidente Obama, essas foram as perguntas direcionadas: "Qual a visão que tem sobre o desenvolvimento tecnológico? Como atrair jovens? Como atrair pessoas para desenvolverem uma carreira na indústria aeroespacial? Como manter e revitalizar as capacidades de um pessoal que já é considerado de idade avançada?". Aqui essa coisa é muito mais dramática do que isso.

O nosso sindicato pagou uma indenização de Plano Bresser, em 1987, que não deu muito dinheiro para ninguém, não. Quem recebeu muito foi o doutor, que recebeu uns R$7 mil. Mas para o sindicato trouxe um número que sempre diziam: o sindicato parece mágico, tira coelho de cartola.

E ali ele nos colocou um número. Em 1987, nós tínhamos 3.409 pessoas trabalhando no desenvolvimento do lançador. Vinte e cinco anos depois – isso nos remete a 2012 – , esse número tinha caído para 1.709. Era exatamente a metade. E até 2020, se não houver nenhuma ação de contratação, esse número cairá novamente para a metade do que é hoje: 890.

Se o nosso programa espacial tivesse dobrado de tamanho, estima-se que a necessidade de recursos humanos teria de ser quadruplicada. Ou seja, em 2020, nós teremos aproximadamente de 8% a 9% do que teríamos de potencial a desenvolver desde o MECB, que foi uma fase do desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro que adensou e condensou os maiores resultados.

Essa imagem aqui eu quis colocar pelo seguinte, ali na estação internacional a bandeira do Brasil figura. Nós assumimos o compromisso de produzir partes desta estação. Não produzimos e não demos satisfação. Essas partes foram produzidas por outras pessoas, por outras indústrias. O Brasil não cumpriu seu compromisso e não deu a mínima satisfação.

A China tem "iconautas". A estação espacial chinesa para 2020. A China está na Lua. E aqui, lançada em 1º de dezembro, num foguete longa marcha, a espaçonave pousa na Lua em 14 de dezembro. A bordo, um robô de exploração.

A Índia colocou seu primeiro foguete em órbita em 1980. Tem o seu lançador consolidado. Essa sonda, a primeira versão dessa sonda, lançada em 2008, completou 3.400 órbitas em torno da Lua, em 312 dias de seu funcionamento.

A Índia em Marte. Essa figura é icônica: um satélite indiano sendo transportado em carro de boi. A Índia também conseguiu sucesso no lançamento do seu lançador de satélite geoestacionário. Esse é o primeiro foguete indiano, transportado em uma bicicleta.

Nós temos também essa figura aqui, da nossa constelação, que antes era Cruzeiro do Sul...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVANIL ELISIÁRIO BARBOSA – ...mas aqui, como o último foguete aqui, figura hoje o Cyclone-4. Isso é um absurdo! O Cyclone-4 consta ali, a ACS consta, incluída no Programa Espacial Brasileiro. Inclusive, os recursos são computados como recursos brasileiros de desenvolvimento espacial. É um absurdo!

Estima-se que o lançamento do Cyclone-4 vai custar por volta de US$50 milhões. E de US$32 milhões é o custo do próprio foguete, que é 100% produzido pelos ucranianos; não dá um emprego, não gera um emprego brasileiro. Sete milhões é combustível extremamente tóxico, perigoso, produzido apenas por dois países no mundo. Cinco milhões é vida vegetativa. O que sobra divide por dois, porque, afinal de contas, é uma binacional com participação igualitária. É um absurdo.

Vou aproveitar a ocasião, Senador. Desculpe, eu preciso de um pouquinho mais de tempo, mas muito pouco, uns cinco minutos.

Assim como o SGDC, que nós reconhecemos como uma necessidade brasileira, o Brasil precisa disso, o povo brasileiro precisa do SGDC, mas, como disse o Diretor Perondi, é preciso que se aproveite a força, o po-

der de compra do brasileiro, porque não custa barato isso, para fomentar a transferência de tecnologia que é absolutamente incipiente, não existe.

Enquanto falavam dessa questão da transferência, eu fiz essa dobradura em papel. Eu faço essa dobradura de papel na frente de quem nunca fez e ele não vai conseguir fazer, repetir essa dobradura de papel. Então, é como transferência de tecnologia: não é desse jeito.

O INPE tem 53 anos de desenvolvimento, com a vivência de todos os seus dramas, a falta de investimentos, tanto materiais, financeiros, quanto de pessoal, mas, mesmo assim, heroicamente, conseguiu apresentar resultados. Até hoje nós temos satélites genuinamente nacionais desenvolvidos dentro desse ambiente, desse drama e que ainda hoje atendem as necessidades, fornecem resultados quanto à necessidade de resultados da sociedade brasileira.

Então, nem o SGDC, nem a compra do SGDC, mesmo reconhecida a sua necessidade, e nem a ACS, nem a Alcântara Ciclone Space devem figurar como desenvolvimento de programa espacial brasileiro. A comunidade "ceteana", "deceteana", "inpeana" repudia o cômputo desses programas e dos seus financiamentos como recursos alocados no desenvolvimento do programa espacial brasileiro.

Ninguém entrega tecnologia assim de mão aberta, gente. Isso é dinheiro de gente que tem, às vezes, IDH inferior ao nosso, que precisa também desenvolver programas sociais como os nossos e, à custa desse povo, eles desenvolveram essas tecnologias e não vão transferi-las assim dessa forma.

É preciso que a gente tenha sangue. Nem no Irã, no espaço, na Coreia do Norte, aqui, depois de tentativas, de explosões, não houve nenhum programa espacial de nenhum país em que não ocorreu drama, em que não ocorreu explosão, insucesso e essa coisa toda. Então, nós estamos numa área...

Aqui são os feitos do programa espacial brasileiro. Deveríamos ter feito muito mais. O Brasil se encontra aqui, entre os países, entre investimentos aí, em relação ao PIB...

Aqui é o PNAE. Vamos dizer, essa coluna aqui é o DCTA, é o lançador, essa coluna aqui é o INPE.

Isso aqui é a previsão do PNAE 2005/2014. Absolutamente nada disso daqui foi realizado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para concluir, Presidente.

O SR. IVANIL ELISIÁRIO BARBOSA – Nós temos mais um PNAE aqui.

Avaliando, isso daqui também não vai ser concluído.

O sucesso dos russos era inferior a 50%. Os insucessos que aconteceram estão aqui e a ajuda que outros países tiveram para o seu desenvolvimento.

Bem-vindos ao mundo do alto desempenho e do alto risco, do longo tempo de desenvolvimento, alto custo e da dependência forte do Governo nessa área!

Aqui nós temos uma coisa: até depois de 2003, a partir de 2004, o orçamento médio praticamente dobrou, mas, como nós vimos, desses R$300 milhões, há quatro anos, o que chega para o desenvolvimento do VLS são R$15 milhões. Com isso não se faz lançamento. Nós temos previsão do VLM para 2015/2016, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IVANIL ELISIÁRIO BARBOSA – Isso. Eu torço para que isso aconteça, mas, como o VLM tem também rede elétrica, provavelmente isso não vai acontecer, porque o VSISNAV, que está pronto há muito tempo, dependendo apenas disso, não consegue decolar, porque foi contratada a indústria para desenvolver esse sistema e não conseguiram desenvolvê-lo.

O fomento para a indústria é algo que sempre aconteceu em todos os períodos. Os dois institutos – o DCTA e o INPE – já provaram sobejamente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fazendo soar a campainha.*) – Para concluir.

O SR. IVANIL ELISIÁRIO BARBOSA – ... que têm capacidade de responder às demandas nacionais.

A associação de ex-alunos do ITA avalia que o orçamento da Embraer, até hoje, daria para sustentar 900 anos de existência do ITA. Na época da crise do petróleo em 1973, a resposta foi que em 1976 teríamos o lançamento do carro a álcool desenvolvido lá no CTA e isso projetou o Brasil como referência na produção e uso de energia renovável, como uma iniciativa inovadora sem precedentes.

Todas as vezes em que o dinheiro chegou, em que o investimento chegou, nós conseguimos dar essa resposta. E nós temos essa capacitação.

Desculpe, Senador. E muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Ivanil. Gostaria de ouvi-lo por muito mais tempo, até porque vi que sua exposição ficou bem abrangente e provocativa, bem interessante, mas temos que cumprir esse nosso programa de trabalho.

Agora, preciso passar a palavra à Srª Flávia Schmidt, Diretora-Adjunta de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Ipea.

A SRª FLÁVIA SCHMIDT – Obrigada, Senador, pelo convite ao Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Saúdo V. Exª, em nome de quem também cumprimento às demais autoridades civis e militares aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Srª Flávia, me permita um minuto só .

A SRª FLÁVIA SCHMIDT – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para anunciar que, além das pessoas que estão compondo aqui a mesa, nós temos outras autoridades aqui integrantes da Agência Espacial Brasileira: Sr. Marco Antonio Vieira de Rezende, Diretor de Transporte Espacial e Licenciamento, a quem damos as boas-vindas; Sr. José Monserrat Filho, chefe da Assessoria de Cooperação Internacional; Sr. José Iram Mota Barbosa, Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração; Sr. Carlos Alberto Gurgel Veras, Diretor de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento, a quem tive a honra de ouvir há poucos dias na Confederação Nacional da Indústria sobre o Programa Espacial Brasileiro; Sr. Petrônio Noronha de Souza, Diretor de Política Espacial e Investimentos Estratégicos; Sr. Sebastião Nascimento Neto, também da Telebras, Gerente de Satélites; Sr. João Henrique Dourado, Assessor Parlamentar e Assessor da Presidência; Sr. Hamilton Carvalho, da empresa Vision, Diretor de Engenharia; Sr. José Angelo da Costa Ferreira Neri, do INPE, a quem tenho a honra de agradecer pela bela recepção que nos fez nos dias em que estivemos lá em São José dos Campos, visitando o INPE; e um integrante da Embaixada da Federação Russa, o Sr. Aleksandr Perevedentsev, que é o Primeiro Secretário.

Agora, com a palavra a Srª Flávia Schmidt.

A SRª FLÁVIA SCHMIDT – Obrigada, Senador.

A minha fala aqui, na verdade... O Ipea não faz parte dos órgãos que compõem o Programa Espacial Brasileiro, mas, para nós, na qualidade de instituto de pesquisa que trabalha voltado para a formulação e avaliação de políticas públicas, o interesse pelo setor espacial remonta já em torno de 5 a 6 anos. A diretoria em que atuo especificamente é uma diretoria que olha para o setor produtivo da economia. Então, vou falar rapidamente de um contexto que nos levou a realizar um estudo em 2011. Eu trago alguns dados bem breves, são só sete eslaides, um pouco mais atualizados, para dar um pouco a dimensão do que é essa indústria espacial brasileira, de quem são essas empresas, qual o perfil dessas empresas e o potencial que elas possuem no apoio ao Programa Espacial Brasileiro.

Como já foi bastante contextualizado pelos expositores que me antecederam, nas últimas décadas, ficou muito claro que o espaço não é mais um *locus* restrito à disputa entre potências, mas é, sim, um *global commons,* no qual se inserem diversos produtos e serviços que têm aplicação muito direta no dia a dia da sociedade, da economia dos países. Isto talvez não seja muito claro para a nossa população, de forma geral: o quanto a sociedade e a economia são dependentes hoje de atividades decorrentes de produtos e aplicações espaciais. Daí surge o nosso interesse.

Então, os satélites têm uso comercial, também apoiam a defesa nacional, como já foi bastante posto aqui. E, no campo científico, eles expandem nosso entendimento do Universo. Temos visto quase que semanalmente novas notícias relacionadas a isso e sempre nos impressionam bastante.

Apesar disso, ainda hoje, pelos fatores que já foram bastante expostos também, é uma atividade arriscada, cara e de longo prazo; existe uma sustentabilidade de investimento por conta dos países investidores, e apenas um pequeno grupo de países no mundo, até hoje, domina toda a gama de competências necessárias para a exploração e o acesso ao espaço.

Então, falando um pouco sobre o estudo, cujos resultados vamos apresentar muito brevemente aqui – eu posso disponibilizar isso depois para a página da Comissão de Ciência e Tecnologia –, a gente usou um método que se utiliza tradicionalmente no Ipea quando se fazem estudos de setores da economia do Brasil. Então, a gente reuniu uma lista de 104 firmas brasileiras que seriam associadas à atividade espacial.

Cabe um ponto para explicar um pouco a dificuldade de identificar quais são essas empresas, porque a indústria espacial, assim como a atividade de defesa, não conta com uma classificação de atividade econômica que nos permita entrar numa pesquisa do IBGE ou em alguma base de dados governamental construída a partir de classificações da atividade econômica e extrair isso de lá. Então, tivemos a ajuda de alguns especialistas, inclusive o Dr. Yu, aqui presente, da AEB, nessa seleção de firmas.

A gente chegou a um conjunto de 104 firmas que são direta ou indiretamente associadas à atividade especial e que estariam na cadeia produtiva, portanto, das atividades mais comuns de espaço – lançamento, fabricação dos satélites, veículos e serviços de solo.

Nós associamos diversas bases de dados oficiais, aos quais o Ipea tem acesso. São dados secundários, coletados por pesquisas oficiais, como as pesquisas do IBGE; a Rais, do Ministério do Trabalho e Emprego; a Pesquisa de Inovação Tecnológica, também do IBGE; os dados de comércio exterior, da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC. Isso para podermos avaliar um pouco como funciona a estrutura produtiva, qual é a composição dessa estrutura produtiva, as condições de competitividade, especialmente qual a capacidade tecno-

lógica e inovativa dessas empresas que estão atuando nesse segmento. E trabalhamos com algumas análises descritivas que não são identificadas.

Quando trabalhamos com esse método, não nos interessa olhar para a empresa A, B ou C, e, sim, para o conjunto de empresas que compõem determinado segmento do tecido industrial nacional, e olhamos apenas descritivas gerais médias, que vou apresentar aqui a seguir.

Eu não trouxe as tabelas para não tornar a apresentação muito extensa, mas o que os dados analisados revelam para a gente, de forma bastante sumária, é uma predominância de empresas de menor porte. Então, nesse conjunto de 104 empresas, há micro e pequenas empresas. Apesar disso, a gente fez uma análise longitudinal, e, entre 2005 e 2011, houve uma expansão do número de grandes e médias empresas nesse período. Então, muitas empresas migraram da categoria de micro e pequenas para médias e grandes. Quando falo muitas, são em torno de 10 a 15 empresas – muitas em relação ao conjunto de 104.

Houve uma evolução também bastante representativa do PO (Pessoal Ocupado), e, quando falamos de pessoal ocupado, estamos falando de contratos de trabalho firmados, contratos formais de trabalho firmados: de 3.647 pessoas, em 2004, para quase 7.000 pessoas diretamente empregadas apenas. Então, nessa etapa, a gente não leva em consideração os impactos indiretos que essas empresas têm na sua cadeia produtiva. Os salários médios e a massa salarial total, que são o somatório dos salários pagos por essas 104 empresas, se elevaram consideravelmente acima do que ocorreu no resto da indústria de transformação.

Então, para a gente ter um parâmetro de referência, a gente comparou com o que aconteceu no resto da indústria de transformação. Os salários se elevaram consideravelmente acima, e, nos eslaides subsequentes, eu deixo um pouco claro, porque há uma hipótese que pode levar a isso. São 50%, em torno de 50 empresas, firmas industriais que têm a atividade econômica principal ligada à indústria de transformação.

Aqui, o primeiro fato, constatação nossa, que acho muito importante – reside aí grande parte do potencial do setor para a economia nacional – é a qualificação desse pessoal ocupado que está empregado nessas empresas. Então, a gente tem um percentual muito alto de ocupados com nível superior: 42% das pessoas ocupadas nessas empresas. Relembro que a média nacional de pessoas com nível superior mal chega a 11%.

Pessoal técnico-científico é uma categoria que a gente faz para agregar pessoas que estão ocupadas nas chamadas ocupações técnicas e científicas, quer dizer, ligadas ao desenvolvimento de pesquisas de desenvolvimento tecnológico e científico. São 10%, também um percentual muito expressivo se comparado ao do restante da indústria de transformação.

E engenheiros em ocupação de engenharia são 5%. Então, o engenheiro, por exemplo, que é diretor de *marketing* de uma empresa dessas não estaria nessa estatística. Aí apenas estariam aqueles engenheiros que também estivessem envolvidos diretamente nas atividades de engenharia.

Naturalmente, pelo próprio histórico que a gente conhece, há uma concentração expressiva dessas empresas na Região Sudeste do País, o que não causa qualquer espanto.

Há uma participação muito pouco significativa do capital estrangeiro – nós usamos, para isso, os dados do censo de capitais estrangeiros do Banco Central do Brasil – e apenas 5 empresas, de 64, possuem participação de capital estrangeiro. Quase 30% dessas empresas são exportadoras, realizaram alguma atividade de exportação num período recente, e 50% são importadoras.

Embora a gente tenha observado, nesses últimos dez anos, uma tendência de crescimento do valor das importações e de estabilidade no valor exportado, ainda assim a gente tem observado maior valor agregado para os bens exportados. O saldo ainda é positivo para a economia nacional.

Retomando aqui os dados do IBGE, pela Pesquisa Industrial Anual que é realizada ao nível das empresas da indústria de transformação do País, em 2012, as 64 empresas das que estavam na PIA – o extrato da PIA que foi utilizado para essa análise apenas computa empresas com mais de cinco pessoas ocupadas – têm receita total de R$2,6 bilhões.

Já passando para a Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec), pela última edição, que foi divulgada em dezembro de 2013, que se refere ao triênio 2009, 2010 e 2011, 21% das empresas foram inovadoras em termos de produto ou de processo. Isso também é muito mais alto do que a média da indústria de transformação nacional.

O dispêndio com atividades inovativas foi de 6,6% da receita líquida de vendas. Isto significa que, da receita líquida de vendas desse grupo de empresas que estavam na amostra da Pintec, e a amostra da Pintec é uma amostra que, basicamente, se compõe de empresas industriais e de serviços de maior tecnologia da informação, 6,6% somente da receita líquida de vendas dessas empresas foram despendidos com atividades inovativas.

E a gente teve acesso a dados do BNDES também para o apoio por diversos programas de fomento que o banco disponibiliza às empresas do País e vimos que 12,5% delas, em 2013, receberam algum apoio por parte do banco.

Então, finalizando esta exposição muito recente, de que eu trago apenas alguns dados para expor e deixar mais claro o potencial e o perfil dessas empresas do Brasil...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FLÁVIA SCHMIDT – ... fica um destaque para a importância do reconhecimento do setor na política de desenvolvimento de atividades espaciais, além daqueles órgãos que estão definidos.

Eu fiquei muito feliz por ouvir falar de indústria em quase todas as apresentações que me precederam. Eu acho importante que esse olhar esteja sempre presente no desenho das políticas nacionais voltadas para o setor.

Há um elevado potencial inovativo no âmbito dessas empresas, expresso especialmente pela qualificação do pessoal que é ocupado, mas ele ainda não é convertido em competitividade internacional. Então, a inserção internacional dessas empresas ainda é muito tímida e até, especialmente, pelo último fator também, que é algo sempre debatido quando se fala em programa espacial brasileiro, ficou muito claro, pelas falas anteriores, que há uma necessidade *sine qua non* de previsibilidade e continuidade dos projetos nos quais as empresas são envolvidas. O envolvimento num projeto desses pode quebrar essas empresas. Se elas contam com uma mão de obra muito qualificada e investem num projeto que tem uma interrupção súbita, isso pode realmente ser muito prejudicial a esse conjunto de empresas. Então, algumas estão sem contrato, como já foi mencionado aqui, e há a necessidade do aumento da participação dessa indústria nacional nos projetos estratégicos para o setor.

Basicamente, é isso.

Obrigada, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Srª Flávia.

Nós temos aqui algumas participações e, logo em seguida, vamos abrir para novas considerações, para que possamos caminhar para a finalização da nossa audiência pública. Então, essas observações e perguntas que eu vou ler podem, depois, ser respondidas por cada um dos representantes, dos expositores que se sentirem identificados com a pergunta ou com a observação.

Temos uma observação do Bruno Santos: "Pior que a ingerência é o desenvolvimento de equipamentos que deixam em aberto a possibilidade de boi na linha! Antes de ser montado tem que ser feito uma auditoria de todo o circuito eletrônico e *software* montado e lançado sob a supervisão militar e qualificada já!"

Outra observação também do Bruno: "É triste ter que admitir, mas toda a tecnologia moderna é feita de tal forma a ser violável... covardemente violando a privacidade e direitos autorais. Sem cuidado... será um cavalo de troia!"

Temos uma pergunta do Bruno para o Sr. Eduardo Bonini dos Santos: "Quem está encarregado da auditoria técnica do dispositivo (satélite)? Caso tenha alguém, qual foi a transparência e integridade na escolha desse servidor/instituição? Tem redundância institucional na elaboração laudos?"

Temos uma pergunta de Lucas Silveira: "Com os flagrantes casos de sabotagem nos programas espaciais brasileiros, quais são as medidas de segurança em vigor neste momento e projetadas para impedir a ingerência de terceiros nos nossos projetos espaciais."

Do Lucas Almeida: "Sempre falam que o nÍvel tecnológico aeroespacial do Brasil é baixo e fraco. Então eu queria saber se o Brasil é realmente atrasado em pesquisas aeroespaciais e em que pesquisas o Brasil mais se concentra? E com quais países o Brasil tem parceria nesse setor e como funciona?"

Comentário de Claudio Queiroz Guimarães: "Entre outras coisas, creio que o Governo deveria tratar de conceber os artefatos do programa espacial com tecnologia nacional, fomentando a indústria nacional do setor aeroespacial. Pelo que sei o SGDC-1 será fornecido pelas empresas europeias Thales e Arianespace."

Pergunta de Bruno Santos: "Conforme citado pelo Eduardo Bonini, Coronel Anderson Tesch Horsken Alvarenga, qual é a qualificação do INPE para a análise técnica do efetivo e inviolável controle do dispositivo de comunicação?"

Essas foram algumas participações via internet, através do Portal e-Cidadania.

Eu queria manifestar a minha satisfação pela oportunidade de presidir uma audiência de tamanha qualidade e tamanha importância ao podermos juntar todos esses atores.

Acho que hoje nós temos aqui uma oportunidade de uma visão holística sobre o Programa Espacial Brasileiro, desde a empresa integradora no nosso satélite geoestacionário, que vai dar uma resposta ao Programa Nacional de Banda Larga e à comunicação estratégica do Ministério da Defesa, até o sindicato dos cientistas, digamos assim, que estão entre as instituições que já desenvolvem essa tecnologia espacial brasileira há muito tempo e com um conjunto de questionamentos.

Então, acho que a gente tem a oportunidade de ter uma visão geral, inclusive com essa última exposição do Ipea, que apresenta a importância dessa indústria, digamos, do Programa Espacial, a importância estratégica da tecnologia espacial para a indústria brasileira, mostrando que 40% das pessoas que estão atuando nas empresas têm nível superior, quando a média nacional é de 12% ou 11%; não chega a 11%. Então, estamos

falando de uma indústria de altíssima agregação de valor e também de grande contribuição para o pessoal envolvido, que é altamente qualificado. É uma indústria que incentiva a qualificação das pessoas e, dessa forma, também coloca o Brasil numa posição de protagonismo.

Então, nós estamos numa mesa ultraqualificada no que diz respeito a mostrar esses vários aspectos. Aí eu faria, digamos, algumas perguntas. Por exemplo, para o INPE, o nosso Diretor do INPE poderia dar uma opinião específica sobre o satélite geoestacionário, uma vez que no conjunto eu vejo que o INPE se apresenta como habilitado a desenvolver qualquer situação nas três dimensões da tecnologia satelital, seja no lançamento, seja no veículo lançador ou mesmo no satélite em si. Especificamente sobre o satélite geoestacionário, parece que o que nós temos, a minha dúvida é: nós estaríamos na condição de oferecer esse serviço para o satélite geoestacionário nas atuais condições ou teríamos de reconhecer que esse é um desafio muito além das nossas possibilidades e que nós temos de nos preparar para os desafios futuros?

Em relação à Visiona, a pergunta é aquela que o sindicato traduziu muito bem: qual garantia poderíamos ter no sentido de que os projetos futuros vão estar atentos para absorver mais a mão de obra nacional, a indústria nacional e fazer com que os valores investidos tenham uma preocupação no sentido de fazer com que o percentual de internalização desses valores aumente, na medida em que os novos desafios surjam?

Então, eu deixo essas questões e passo a palavra novamente para outra rodada. Agora, não teremos mais os dez minutos iniciais. A gente vai ter que se concentrar num tempo mais curto – eu acredito que cinco minutos, talvez –, para fazermos uma rodada de conclusão, tentando também amarrar o que podemos fazer para o Brasil sair ganhando nessa. Acho que esta é a grande pergunta: o que a gente pode fazer para que o Brasil saia ganhando sempre?

Nós brasileiros precisamos estar com esse regimento debaixo do braço. Qual mágica devemos desenvolver para que o Brasil ganhe sempre, fazendo com que ele assuma o protagonismo nessa tecnologia fundamental e estratégica e, ao mesmo tempo, fortaleça sua indústria, fortaleça o incentivo à formação? Porque eu vi que a moçada do INPE está ficando idosa, precisa ser reposta, e qual o incentivo que o Brasil pode dar no sentido de que fazer Engenharia, fazer um curso de Exatas tenha uma garantia de mercado? Porque também o pessoal que se dedica estudando, se não tiver uma garantia de mercado no futuro, sairá, irá para fora e vai fazer Medicina, vai fazer outras coisas. Então, qual é o passo que poderíamos dar no sentido de fazer com que os resultados sejam acessíveis a todos?

O Programa Nacional de Banda Larga é uma demonstração inequívoca do quão importante é o Programa Espacial Brasileiro, porque vai chegar às regiões mais isoladas e possibilitar uma infinidade de opções, de conhecimento e de acesso à cultura, ao conhecimento, à possibilidade de curso à distância. É um exemplo do quanto isso pode ser importante na vida das pessoas. Ao mesmo tempo, como a gente pode fazer para que o Brasil saia ganhando em todas as dimensões nessa política espacial?

Então, eu passo a palavra. Podemos começar pelo Diretor do INPE, e tentaríamos já caminhar também para as conclusões, de tal maneira que a gente finalizasse bem essa nossa audiência que, de antemão, eu já reputo como uma das audiências mais interessantes e ricas que eu tive a oportunidade de acompanhar aqui no Senado Federal.

O SR. LEONEL FERNANDO PERONDI – Agradeço muito a oportunidade, uma vez mais, Senador, de colocar aqui essa visão.

Acho que o primeiro ponto que nós precisamos ter claro sobre o programa espacial é a visão que moveu o programa aeronáutico no passado. Lá nos anos 40, quando se tomou a decisão de estabelecer no Brasil uma indústria aeronáutica, era uma visão de futuro, na verdade. Quer dizer, para o futuro, a visão era a de que, no País, por suas visões continentais, nós nos locomoveríamos pelo meio aéreo e não pelo meio terrestre, vamos dizer, olhando para o futuro. E o resultado que nós temos hoje é que nós temos a terceira maior empresa aeronáutica de aviação civil no mundo, que gera, só em São José dos Campos, 15 mil empregos – não sei se o que estou falando aqui está correto; depois o Bonini pode me corrigir.

A visão para a área espacial é a mesma, eu diria. Hoje, se olharmos para o futuro, os dados obtidos a partir do acesso ao espaço serão fundamentais para a gestão de qualquer área que nós olharmos na vida da nossa sociedade, ainda mais em um país continental como o Brasil. Então, vamos olhar as aplicações.

Por exemplo, nós temos aplicações na área de gestão ambiental – o INPE já faz esse monitoramento ambiental da Amazônia há 26 anos, já é um sistema de referência internacional nessa área e já está demonstrada a importância para o País desse monitoramento ambiental por satélites –; temos a parte da exploração de recursos naturais – são fundamentais os dados obtidos por satélites –; toda a parte de defesa, de monitoramento da nossa costa oceânica, de todas as nossas fronteiras; temos o planejamento, por meio do qual nós podemos fazer o acompanhamento de 5.000 Municípios no Brasil via imagem de satélites, o acompanhamento físico

do planejamento; a meteorologia, as telecomunicações. Então, o futuro indica, isso já é realidade em vários países e, no nosso, cada vez mais, que os dados obtidos a partir do acesso ao espaço estão no futuro do Brasil.

Então, o acesso ao espaço acho que tem que ser visto como uma atividade estratégica, o domínio do acesso ao espaço tem que ser visto como uma atividade estratégica para o País. Essa é a visão que tem movido o programa, eu diria assim, ao longo da sua existência, no que tange à participação principalmente do INPE.

Hoje, só respondendo a essa questão da capacitação que existe no Brasil, nós já temos o programa relativamente modesto que foi desenvolvido, nós temos a capacitação nas áreas clássicas de plataformas orbitais, nós já temos a capacitação em praticamente todas as áreas clássicas: estrutura, a parte de telecomunicações, suprimento de energia. O grande desafio é a parte de controle de atitude e órbita, que é uma área para a qual nós temos projeto já, há mais de dez anos, em andamento. E chegamos a um ponto que nos permite desenvolver um sistema no Brasil. Então, nós temos hoje, praticamente, a capacidade de fazer a plataforma com todo o Brasil.

Cargas úteis, que são as câmeras, os *transponders* de telecomunicações. Dependendo da aplicação, temos condições de fazer algo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Uma pergunta: aquela câmera desenvolvida pelo Brasil está em condição de atender o satélite geoestacionário?

O SR. LEONEL FERNANDO PERONDI – Não, não. Essa é uma câmera para satélite de baixa órbita, para observação do Planeta aqui na órbita de 700km. Sobre câmera para satélite geoestacionário, existem hoje câmeras para observar a Terra até com 40m de resolução, uma massa de 800kg. Isso é uma área de fronteira em países como a China, que tem câmeras desse tipo e, evidentemente, o programa europeu e americano. Então, nós temos hoje condições para geoestacionário, para observar o Planeta a partir do geoestacionário.

O ponto é que nós temos condições hoje, basta que haja o esforço, que se coloque esforço nisso, nós temos condições de formar gente no volume necessário para a área, nós temos condições de absorver as tecnologias – está aí o exemplo do avião –, e temos condições, sem sombra de dúvida, se tivermos um planejamento e perseverança de médio e longo prazo, de desenvolver o sistema espacial no Brasil com grande capacidade, inclusive, de ser um produtor internacional para essa área. Eu não tenho dúvida disso e acho que, no País, está faltando esse esforço e conjugar esforços. Temos muitos esforços em paralelo, alguns são contraditórios, e está faltando, digamos assim, nós termos um planejamento de médio e de longo prazo e um acordo de todos os atores nessa área do desenvolvimento das atividades espaciais no Brasil. Mas, certamente, é o futuro do País naquela linha que eu coloquei no início da minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Permita-me um minuto a mais. Eu fiz uma pergunta, aqui, descabida, então quero ver uma pergunta cabida.

Em que a indústria brasileira hoje poderia contribuir para o satélite geoestacionário de comunicação e defesa?

O SR. LEONEL FERNANDO PERONDI – O satélite geoestacionário está no nível de qualificação além desse horizonte mais imediato do Programa Espacial. Mas isso já ocorreu no passado: nós compramos satélites de telecomunicações (Brasilsat B1 e B2), com uma compra internacional... Existem aplicações, demandas de sistemas que estão ainda além do horizonte de dez anos do Programa Espacial Brasileiro.

Mas no satélite geoestacionário poderia haver contribuições na parte da plataforma, na parte de estrutura. O Brasil domina essa parte de estrutura muito bem; já fez estrutura para vários satélites desse programa de cooperação com a China. Poderia ser uma área de qualificação talvez nessa área de estruturas. Temos a área de suprimento de energias; também talvez empresas brasileiras pudessem suprir parte dos sistemas de suprimento de energia para um satélite geoestacionário.

Controle térmico também seria uma outra... Nas áreas clássicas poderia haver alguma participação da indústria brasileira. Na parte de cargas úteis, não. Não acredito que a sofisticação de cargas úteis... E a parte de controle de atitude e órbita também não, pela sofisticação e a falta que nós temos ainda no Brasil.

Agora, nós deveríamos usar o programa para alavancar iniciativas de capacitação nacional em satélites geoestacionários. O INPE tem uma proposta de fabricação e desenvolvimento de satélites geoestacionários nos próximos dez anos. Temos proposta de três satélites geoestacionários, que poderiam estar acoplados, mais simples do que é o SGDC, mas poderíamos estar usando o poder de compra para favorecer esse desenvolvimento no País. Esse é o modelo que nós já desenvolvemos no passado e que tem toda a viabilidade.

Então, teríamos que casar mais essa iniciativa da compra com o desenvolvimento do programa brasileiro, da proposta tecnológica brasileira de desenvolvimento de satélites geoestacionários.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Prof. Leonel Perondi.

Passo a palavra... O Sr. José Raimundo gostaria de falar agora ou na conclusão, pegando as informações gerais de todos? (*Pausa*.)

Então, passo a palavra ao Sr. José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – A questão do SGDC é uma questão interessante, que tem que ser analisada do ponto de vista também do momento em que estamos vivendo no nosso Programa Espacial Brasileiro.

Observem o seguinte: o colega Perondi foi muito feliz em situar toda a gestão do Programa Espacial Brasileiro desde o início até os dias de hoje e, inclusive, fazer uma comparação com o advento da nossa indústria aeronáutica.

Muito bem. A novidade, Senador, presentes, é que hoje nós temos clientes que impõem condições para, primeiro, financiamento; segundo, tempo necessário para desenvolver por causa das suas necessidades. E o SGDC é um desses exemplos. O Ministério da Defesa e o Ministério das Comunicações se posicionaram com foco, por exemplo, no tempo. Então, o senhor pode ter observado o cuidado que o Diretor do INPE utilizou para responder à pergunta. Evidente que, durante esses 30 anos de atuação na atividade espacial no Brasil, nós construímos capacitação para várias coisas. Mas temos dificuldades – e eu tenho certeza de que o nosso colega do INPE concorda com isso – de atender a essa necessidade específica e precípua de tempo, Senador. O tempo não nos permitiria, tenho quase certeza, atender a essa necessidade.

Por outro lado, Senador, temos também uma fase nova, uma oportunidade que foi aproveitada. Não vivemos só de necessidades; a dupla fundamental é necessidade e oportunidade. A oportunidade que se criou com essa demanda do Ministério da Defesa e da Telebrás nos permitiu utilizar conceitos mundiais, universais, como o conceito de empresa integradora, no sentido de não somente resolver o problema do SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas), como se instalar definitivamente no País para poder consolidar a nossa base industrial na área espacial.

Então, isso é um conceito universal. Todos os países, inclusive os países que eram chamados comunistas e socialistas, utilizam-se desse conceito hoje, universalmente. Pegue a Rússia; pegue a China. A China não diz que é empresa integradora, porque a China não fala se é empresa ou se é governo, mas eles atuam como empresas integradoras. E o conceito que nós utilizamos, universal, para aplicar aqui no Brasil não foi de *prime contractor,* como se usa aí fora. É de integradora no sentido da responsabilidade que essa empresa a partir de agora terá de integrar a indústria nacional brasileira – junto com o Inpe, junto com a Agência Espacial, junto com o DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial), junto com todos os órgãos de Governo deste País.

Por isso, atendemos esse *request* do programa, de sermos um dos elementos, aquele que cuida, que é responsável pela transferência e absorção de tecnologia. São dois elementos fundamentais para que, daqui a alguns dias – o colega sabe disso –, possamos ter uma participação efetiva no desenvolvimento dos próximos satélites geoestacionários. Não é só com satélites de telecomunicações.

Logo, no nosso programa, há outro desafio muito grande, para o qual já estamos buscando solução, em parceria com outros países, se necessário, do tipo que fizemos com o CBERS. O colega do Inpe citou o salto que demos quando fomos buscar parceiro como a China, capacitado e qualificado, para dar um salto na área de sensoriamento remoto. A mesma coisa é possível que tenhamos de fazer, junto com outros países, no mesmo estilo do que estamos fazendo com a China, primeiro, considerando a importância dos benefícios mútuos e a necessidade de desenvolvimento conjunto. Foi o que nos trouxe até agora para onde nós estamos.

Senador, então, eu diria o seguinte: bem-vinda a oportunidade!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. José Raimundo.

Passo a palavra, agora, ao Coronel Anderson Alvarenga.

O SR. CORONEL ANDERSON TESCH HORSKEN ALVARENGA – Obrigado, Senador.

Bom, como encerramento, eu gostaria de dizer que o SGDC para a defesa é um primeiro objetivo, e, como primeiro objetivo, cumprindo as questões de tempo, ele ainda assim traz benefícios a todos, em particular à indústria, porque possibilita a absorção e a transferência de tecnologia, que podem não trazer resultados imediatos ainda nesse primeiro objetivo, mas com certeza trarão para os próximos.

E que próximos objetivos seriam esses?

São os objetivos que estão estabelecidos no Pese (Programa Estratégico de Sistemas Espaciais). O Pese prevê diversas constelações, não só de satélites de comunicações, mas, por exemplo, satélites de meteorologia, observação da Terra e geoposicionamento. Cada constelação, utilizando plataformas de diversos tamanhos, em diversas órbitas.

Então, essa demanda é concreta e real, já devidamente qualificada no Pese, e abre possibilidades para que a indústria nacional comece a pensar e trabalhar sobre o assunto.

A Estratégia Nacional de Defesa também estimula o desenvolvimento nacional, estabelece algumas metas, cita tecnologias, dentre as quais as comunicações por satélite, que deverão ser objeto de investimento do Ministério da Defesa e deverão ser tecnologias que deverão ser estimuladas na indústria nacional.

Por fim, sobre a questão de segurança, alguns comentários e algumas perguntas foram enviados. Apenas um esclarecimento genérico – evidentemente, o tema não permite que a gente se debruce e entre em grandes detalhes –, mas a tecnologia para a segurança das comunicações é uma preocupação constante. O Ministério da Defesa, junto com seus parceiros, se preocuparam com isso no projeto do satélite. E, apenas como esclarecimento, o modelo utilizado, que é um modelo consagrado, é o da segurança em camadas. Então, todas as preocupações são válidas. Daí o emprego de soluções onde a segurança não é pontual, mas se completa quando é aplicada em diferentes níveis.

Era isto que eu tinha a dizer, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

A Srª Flávia Schmidt poderia também já emitir suas considerações sobre a nossa audiência.

A SRª FLÁVIA SCHMIDT – Obrigada, Senador.

Como pesquisadora, como estudiosa do assunto, eu acho que a recomendação maior que fica é realmente a desse reconhecimento da importância da inserção da indústria nessas etapas graduais que o Brasil está buscando para desenvolver, de forma mais focada, sua autonomia de acesso ao espaço, de fabricação de satélite, e que haja a possibilidade de se avaliar, ao longo dessas etapas, o que está sendo feito para a gente poder verificar se essa absorção de tecnologia que está sendo proposta, se esses planos estabelecidos são realmente efetivos e adequados ao contexto da indústria nacional. Eu acho que o acesso de pesquisadores da avaliação de política pública ao longo dessas etapas é fundamental para que a gente não tenha uma surpresa desagradável no futuro em relação aos resultados dessas iniciativas.

Era somente isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

O Sr. Ivanil, Presidente do Sindicato, também pode apresentar suas considerações.

O SR. IVANIL ELISIÁRIO BARBOSA – Bom, em três décadas de desenvolvimento espacial, nós entregamos poucos satélites, nenhum lançador e agora estamos para entregar um monte de cubesats. Parece depreciativo falar assim dos cubesats, mas não é, pois eles têm muito valor acadêmico, e eu respeito as pessoas que os projetaram. Mas isso é uma questão que tem uma distância em relação àquilo de que a sociedade precisa mesmo. Esses são os precursores de formação dos recursos humanos necessários para desenvolver o que a sociedade precisa. Lembro que o Sputnik foi transportado em um foguete intercontinental, um míssil intercontinental, de que se tirou a ogiva nuclear e se colocou o satélite. O que ele fazia era um bipe-bipe. Então, é preciso ter uma maior sinergia.

A crítica à Visiona é contundente no sentido de que a integração de sistemas clientes desses satélites geoestacionários é um campo e a integração do satélite em si é outra coisa completamente diferente, e nisso a Visiona não avança. Ela contratou até a especificação desse satélite de uma empresa canadense sem participação nenhuma do Inpe, que, com 53 anos de experiência nessa área, restou completamente alijado. Até mesmo para esse sistema de transferência de tecnologia, para o que esses profissionais estão lá na França, por pouco os profissionais do Inpe não iriam. Houve um desconforto nesse sentido.

Eu estou dizendo que esta audiência pública tem uma importância muito grande, mas minha crítica é de que as empresas aqui fizeram apresentação muito institucional, não desfraldaram aqui os problemas que acometem o nosso modelo. O modelo é equivocado. Nós já fizemos compras necessárias, porque o Inpe também não tinha condição de responder, ainda não tinha capacitação técnica madura o suficiente para responder à necessidade da sociedade brasileira, mas não foi instituída a Visiona nessa época. Foi utilizado o que a gente tinha de capacidade técnica desenvolvida para levar a cabo esses programas. Diferentemente fez a Argentina, que colocou o satélite geoestacionário dela em órbita, envolvendo a sua indústria, fazendo um fomento à sua indústria. Aí eu coloco que a associação de indústrias não fala claramente as questões que ela teria para colocar por medo da capacidade de compra, da capacidade de compra, da capacidade de contratação da Embraer, da Visiona e de ser excluída desse processo. Então, existe, sim, uma necessidade de abrir essa caixa-preta que é esse Programa Espacial Brasileiro, pseudoprograma, proposto nesses moldes que aqui estão.

A AEB – eu faço a crítica – é a proximidade do Programa Espacial Brasileiro com quem tem a decisão estratégica no País, enfim, é quem está mais próximo da Presidenta, do Presidente do País, e que teria a obrigação de encarar com maior coragem, digamos assim, os problemas que nós temos.

Existem dois institutos que são a base de execução das propostas e do desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro: o Inpe e o DCTA. Estas instituições, heroicamente, seguem fazendo aquilo que é possível. Mas nós temos grandes problemas aí.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVANIL ELISIÁRIO BARBOSA – Na medida em que fortalecermos o programa, ali onde ele é executado, haverá fomento como sempre houve para a indústria. E aí eu coloco a situação da Opto Eletrônica, que produziu o instrumento mais sofisticado espacial brasileiro. Ela demitiu 30 dos seus 64 servidores; coloca que 60% de sua receita era do Programa Espacial – hoje, 40% –, e está voltando a sua produção para artigos médicos, para tentar sobreviver e não falir. Esta é a situação.

Nós precisamos criar sinergia, dimensionar a missão, utilizar instrumentos de gestão compatíveis com o desafio. Existem propostas no Fórum das Entidades Nacionais de Ciência e Tecnologia, às vezes, até um pouco polêmica, de se criar escolas de gestão específica para isso, ou seja, para aprendermos a fazer gestão de competência, gestão de conhecimento e valorizar os nossos servidores. Estamos com 51 anos de idade média, a pouco tempo da aposentadoria, e muitas capacitações que colocamos aqui não as temos mais. Então é preciso encarar isso com coragem, é preciso que haja maior sinergia e que deixemos de bater a cabeça uns nos outros e contracabeça.

E precisamos encarar que o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro é caro, custa muito dinheiro. Explode foguete sim. Todo mundo explodiu, por que nós não podemos explodi-lo? Morreram 21 companheiros nossos. Já cumprimos também a nossa quota de drama e certamente temos outras a cumprir. É preciso erguer a cabeça e ter coragem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado Ivanil.

Temos ainda o Presidente da Telebrás e o Presidente da Visiona.

Qual dos dois gostaria de falar primeiro? *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Sr. Eduardo Bonini, Presidente da Visiona.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Obrigado, Senador.

Acho que a gente tem que aproveitar aqui esse debate para propostas criativas e não críticas de fatos realizados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Eduardo Bonini, permita-me um minutinho mais.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu participei, semana passada, de uma conversa aberta sobre o Programa Espacial e tive a oportunidade de, naquele momento, expressar a minha opinião a respeito desse arranjo encontrado em relação à Visiona. Eu gostaria de externar novamente a minha opinião – o senhor fará as suas conclusões – de que com a legislação brasileira vigente é muito difícil se fazer ciência e tecnologia. Inclusive hoje nós estamos travando uma batalha junto ao Senador Eduardo Braga para que ele apresente o Relatório da Emenda à Constituição, a PEC nº 12, que vai trazer alguma luz no sentido de simplificar o processo de compra para essa área de ciência e tecnologia de maneira que a gente tenha algum incentivo especial para quem produz ciência de tecnologia no Brasil.

Diante desse arcabouço de complicações para as contratações e compras, a minha opinião é a de que a solução encontrada, juntando a expertise de Embraer com a necessidade e a responsabilidade assumida pela Telebrás, então, a junção dessas duas instituições de grande importância para o Brasil para a constituição da Visiona foi algo muito acertado. Agora, os passos a serem dados têm de, permanentemente, ser objeto – e a pesquisadora do Ipea, a Flávia, conseguiu traduzir para a gente – de processos de avaliação permanente para saber até que ponto estamos cumprindo com aquilo que é o propósito maior: termos o atendimento das nossas necessidades estratégicas e, ao mesmo tempo, termos um caminho para fortalecer a indústria nacional, o nosso programa de preparação de corpo técnico, e assim por diante.

O desafio é grande. Eu não gosto da política de "jogar a criança com a água da gamela". A expressão "pseudopolítica espacial" – permita-me, Presidente – ficou um pouco além das boas intenções que a sua posição tem. O que temos de fazer é um esforço no sentido de aproveitar isso, como falou o Sr. José Raimundo, porque nós estamos diante de uma oportunidade. Querendo ou não, estamos diante de uma oportunidade e temos que fazer dessa oportunidade uma alavanca para avançarmos. Claro que, para isso, é necessário um ambiente de conversação muito transparente, muito democrático, em que o sindicato tenha assento, o Inpe tenha assento; os organismos todos envolvidos possam ter assento, em que a comunidade científica, que tem opinião a respeito, deve estar presente.

Nesse sentido, acho que a Visiona tem uma grande missão ao se constituir como a grande integradora, que, amanhã ou depois, possa se constituir naquele organismo propulsor e catalisador dos investimentos – acho que ela pode vir a administrar, envolvendo Inpe, envolvendo todo mundo. Assim a gente dará um passo significativo.

Então, em minha visão, é de que é um arranjo bom. E cabe à Visiona provar que é um arranjo bom acertando seus passos e fazendo da forma correta, ouvindo todos os segmentos.

Eu passo, nesse momento, a palavra ao Sr. Bonini, e agradeço muito mesmo pela oportunidade de podermos fazer esse nivelamento de opiniões aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Obrigado, Senador.

Acho que o posicionamento que o senhor trouxe não poderia ser melhor. Está muito claro que, sim, é parte do Programa Espacial; sim, o SGDC estava dentro do PNAE desde o princípio. Em função das dificuldades, esse programa começou com dois anos de atraso, porque já deveria estar no espaço a partir de 2014. Pelo menos esse era o prazo do PNAE.

Realmente, nós temos que trabalhar de uma forma propositiva. Nesse aspecto, a criação ou a consolidação da Visiona como uma integradora é exatamente no sentido de poder fazer o máximo possível da participação nacional nesse projeto e em outros projetos que a Visiona poderá integrar. Nesse ponto, não vemos só dificuldade, mas temos que também citar o que é relevante em termos de passos dados pela indústria.

Sim, o SGDC tem um componente, uma estrutura que já está qualificada pelo fornecedor, e essa empresa nacional passa a ser uma fornecedora do mercado internacional, qualificada por um satélite como o SGDC – estou falando da Empresa Cenic –, que através de um contrato de transferência de tecnologia coordenado – e muito bem-coordenado – pela Agência Espacial Brasileira está acontecendo. E não é só com essa empresa. No caso do SGDC, essa empresa, pelo *timing*, pelo tempo de implantação, tem condição, sim, de fornecer componentes.

Outras empresas estão participando desse processo, o que mostra que, sim, essa forma de transferência de tecnologia existe. O que precisa é garantir que ela tenha uma sequência de aplicações em projetos. O que não podemos ter é essa quebra da sequência de projetos. Não importa o quanto se invista no desenvolvimento ou na transferência de tecnologia, mas o que nós vamos fazer se não tiver o próximo projeto, com essa equipe que está sendo treinada e qualificada na França para um SGDC. Se nós não tivermos uma próxima aplicação, essa equipe, realmente, volta e vai trabalhar em quê?

Então, solidarizo-me muito com a preocupação do sindicato em relação à transferência de tecnologia, em retenção dessa tecnologia. E os programas estão estabelecidos da forma que nós entendemos ser a melhor forma para essa transferência. Realmente, ninguém dá tecnologia de graça. A gente sabe muito bem o quanto isso custa. Nós sabemos de que forma nós podemos fazer essa transferência de tecnologia, essa absorção de tecnologia: é exatamente com as equipes que estão lá participando no dia a dia, fazendo o trabalho de engenheiros no lugar dos engenheiros franceses – é isso que está sendo feito –, pelas equipes da Visiona, da Agência Espacial, do Ministério da Defesa, da Telebrás agora, que começa com a equipe, com o Inpe, que sempre esteve dentro do plano para esse projeto.

Então, é uma preocupação pertinente, muito relevante essa que o sindicato colocou da absorção da tecnologia, mas o principal, para termos a retenção dessa tecnologia, é que tenhamos projetos, que é o que não vem acontecendo. Então, nós estamos falando do SCD-Hidro...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A ausência de projetos é responsabilidade de quem?

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – De clientes. Porque 75% a 85% de clientes de satélites é Governo.

Então, o que nós precisamos ter é uma sequência da aplicação.

Nós temos magníficos programas: o PNAE (Programa Nacional de Atividades Espaciais), o PESI; nós podemos fazer trabalhos de integração para criar plataformas que sejam disponibilizadas para utilização desses programas: plataformas de 100kg, plataformas de 500kg – nós temos a PMM no desenvolvimento –, plataformas de 1,5 toneladas, como o CBERS. O que nós precisamos ter é uma sequência. Quando é que virá um SGDC 2, para que possamos utilizar a ampliação do LIT no Inpe, para fazer a integração no Brasil? Fazer a capacitação é uma coisa, trazer a tecnologia é outra; mas nós precisamos ter projetos, programas, produtos a fazer essa implantação.

Da mesma maneira, vejo no caso dos lançadores. A Visiona não tem envolvimento nenhum, mas acho que foi muito bem exposta pelo sindicato a dificuldade. Todo mundo explode foguetes? Sim, para aprender, todo mundo explode, porque ninguém dá de mão beijada uma tecnologia desse tipo.

Então, o que falta é o investimento, faltam novos programas que possam trazer a oportunidade da implantação, e a aplicação do conhecimento que nós estamos absorvendo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Aliás, o Sindicato foi muito preciso ao dizer que é caro, demanda tempo...

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – É de alto risco e intensivo de capital.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... é de alto risco e intensivo de capital.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – A colocação é muito pertinente, a preocupação é muito pertinente. Eu acho que nós temos de olhar para frente de fatos consumados e aprendizados, e aplicar para o futuro uma oportunidade de poder fazer uma integração global da cadeia.

Eu diria o seguinte: o presidente do Sindicato colocou a dificuldade da Opto; faz seis meses que nós temos discutido com a Opto sobre essa dificuldade. Os funcionários, os empregados da Opto realmente têm sido desligados por falta de projeto. Eles têm uma câmera ultrassuperdesenvolvida, com uma resolução de 20m, que a aplicação é no CBERS, e mais o quê?

Então, essa dificuldade na sequência de projetos é que tem trazido essa situação para a maioria das empresas. A gente falou da Opto, mas existem outras empresas sofrendo com a falta de projetos.

Nós tivemos uma redução de investimento nos últimos três anos, um assunto que inclusive levamos à discussão no próprio MCTI e à Casa Civil, através da Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras (AIAB), nós tivemos, nos últimos anos, um déficit de investimento da ordem de R$40 a R$45 milhões por ano! E é um dinheiro que, perto daquilo que foi colocado dos programas, é muito pouco. Até uma assessora da Casa Civil sabe que fazer programas de espaço tem um alto custo e um alto risco.

Obrigado pela oportunidade, e estamos à disposição inclusive para visitarem e conhecerem a Visiona e conhecerem um pouco dos objetivos, porque, muitas vezes, o que acontece é que, sem conhecer os objetivos estratégicos da empresa, desse envolvimento da indústria, de quanto a indústria já tem conversado conosco, de quanto nós já estamos contratando a indústria, isso é que gera um pouco dessa dificuldade. É uma empresa nova, uma *startup*, tem apenas dois anos, com 45 funcionários, mas olhando para essa integração. A Visiona não tem intenção alguma de fazer aquilo em que já houve um investimento enorme por parte do Governo em relação ao Inpe, por parte de outras empresas que têm a sua capacitação em componentes. O que nós vamos fazer é aquilo que ainda não é feito no País.

Então, esse é o plano estratégico sobre o qual estamos à disposição para conversar com quem for preciso e necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado. Muito honrado por sua presença aqui nesta nossa audiência.

Agora, eu passo a palavra ao Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), Sr. Francisco Ziober Filho. Aliás, eu gostaria também de aproveitar para deixar o nível de responsabilização, porque, uma vez que a demanda de projetos implica presença permanente de programas governamentais que gerem essa demanda.

Acho que o Programa Nacional de Banda Larga gerou a necessidade do satélite geoestacionário. Daí qual vai ser o próximo passo? Como é que vamos fazer para que o Programa Espacial Brasileiro não perca o fio da meada?

Que a gente possa ter isso como política de Estado, para que, independentemente dos governos que vão se substituindo, tenhamos algo perene que possa demandar à indústria, possa continuar nesse processo de formação e de internalização de capital a partir dessa atividade altamente rentável também, porque, se se exporta isso também, significa altíssimo valor agregado.

Telebrás com a palavra.

O SR. FRANCISCO ZIOBER FILHO – Senador, obrigado pelo apoio, com relação a esse assunto. E é bom lembrar o papel da Telebrás nesse aspecto. Estamos falando do Programa Espacial Brasileiro, mas a Telebrás tem um papel diferenciado, ela é uma operadora. Onde é que ela se insere nesse contexto? Se observarmos, naquele mapa que mostrei do *backbone*, e remetermos há 20 anos, hoje aqueles 21,7 mil quilômetros iluminados em fibra ótica o é totalmente com tecnologia nacional, domínio total. Há 20 não teríamos a mínima condição de fazer isso.

Agora, houve ação, sim. Leis foram sendo colocadas, a priorização de contratação nacional, trabalho em conjunto com a indústria nacional. Então, isso aconteceu, isso é uma realidade. Se você sobe na camada, nos níveis de rede, o nível de enlace hoje, basicamente todos os equipamentos que utilizamos são nacionais também. Você vai para a camada IP, na camada de rede, dependendo da solução que você está buscando, do desempenho que você está buscando, hoje você já tem um problema. Na indústria não estão totalmente resolvidas todas as questões, mas está avançando, é isso que é importante.

E aí existe a questão da oportunidade. Vou contar uma historinha antiga: no final do século 19, o Planck foi convidado pelos siderúrgicos, na época, a resolver um problema: como controlar a temperatura dos altos-fornos? E ele resolveu não só aquele problema, como deixou toda uma base teórica para todos nós: conceito de onda, fenômeno da caixa-preta, e tudo. Mas, naquele momento, ele pegou uma oportunidade, e ele pegou o financiamento que ele tinha, e aproveitou isso.

É isso acho que temos que trabalhar também de uma forma sinérgica, buscando aproveitar isso. A Telebrás e algumas áreas de governo, junto com o Ministério da Defesa, geraram uma oportunidade. As janelas de oportunidades surgem de tempos em tempos, elas não são permanentes. Acho que isso é um problema, Senador. Para perenizar um programa, você tem que ter muito força de vontade, muita atitude. E o financiamento é básico para isso.

Então, são janelas que surgem, e temos que abraçar essa causa de uma forma sinérgica. A Visiona se insere nesse contexto, como uma ponta de lança. Ela não vai ser única, nem pode ser única, senão perdemos a oportunidade de criar uma cadeia de valor. Como até demonstrada pela Flávia, há uma cadeia de valor aí a ser explorada, extremamente forte, importante, que induz a outras questões aqui no País, até o fortalecimento do nosso sistema de ensino, e por aí vai. Quer dizer, foi citada muito aqui a questão do ITA, porque são escolas de alto nível, e é isso que temos que fazer, aproveitar essa oportunidade. A Telebrás pode gerar outras oportunidades.

Internamente, estamos trabalhando também firmemente no propósito. Nós temos um pequeno laboratório de referência hoje em conjunto com a PUC; estamos implantando uma gerência de arquitetura e inovação, para poder conversar melhor com o mercado, conversar com a indústria nacional.

Hoje, boa parte de nossos fornecedores é nacional. Daí querermos instigá-los a aprofundar às suas pesquisas, a dar soluções para problemas que estamos enfrentando, às vezes, no campo, no dia a dia. Um dos problemas que hoje parece básico é a questão de temperatura no Brasil, em algumas regiões do País, é extremamente crítica. Temos que instigá-los a trazer não solução do nosso Hemisfério Norte, mas trazer soluções adequadas para o nosso Brasil, adequadas para a nossa condição de clima, de intempéries.

E o satélite vem nessa missão também. A Telebrás cria uma oportunidade, junto com o Ministério da Defesa, e temos que abraçar da melhor maneira possível, junto com a AEB, junto com o Inpe, junto com todos os institutos e empresas. A cadeia nacional tem que estar envolvida nisso.

Então, acho que o papel da Telebrás vem sendo feito.

Eu quis demonstrar a questão da rede nacional, porque hoje 100% da nossa rede ótica é de equipamento nacional. Estamos falando do cabo submarino e, agora, vamos criar *joint venture*, já existe indústria nacional se mexendo fortemente. Se ela vai ser vencedora ou não depois na concorrência, porque vai ser feita uma concorrência internacional, é outra questão, mas o fato é que se está criando uma janela de oportunidade para que a indústria nacional se mexa e traga uma solução que, de repente, ela vai ser a escolhida – pode ser ou não, aí vai depender da sua capacidade, do preço e tempo de entrega.

Acho que o José Raimundo colocou uma questão muito importante. Nós não podemos nos esquecer que a Telebrás ainda é uma operadora, e nós temos missão, missão para o próprio Governo, missão também em relação aos clientes – os provedores são clientes privados, e nós temos que atender aos seus prazos também. Então, para esse equilíbrio é que, muitas vezes, a Telebrás fica no fio da navalha entre a busca de trazer uma solução no pacote nacional, de Governo, uma política social e, ao mesmo tempo, beneficiar, trazer algo mais para a indústria nacional, criando oportunidades, criando uma janela de oportunidades riquíssima, que nós temos que aproveitar.

As palavras que eu poderia deixar aqui são, primeiro, de agradecimento. É a segunda oportunidade, Senador, que eu tenho de debater assuntos com o senhor, acho que é extremamente válida essa oportunidade. A Telebrás agradece. O nosso time agradece. Hoje nós somos 252 pessoas, estamos ampliando o quadro, até janeiro espero chegar a 300. Estamos com projetos dessa magnitude e, ao mesmo tempo, tentando instigar, de alguma forma, a indústria nacional a se unir, através de apoio também financeiro, apoio estratégico, para avançarmos nessa questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Agradecemos imensamente a contribuição de cada um dos expositores, a nossa Comissão de Ciência e Tecnologia encerra este ciclo, mas certamente este debate vai continuar em outras oportunidades. Nós teremos, até o final de novembro agora, a conclusão do relatório, que deverá ser votado na reunião de 2 de dezembro com as nossas observações a respeito do acompanhamento do Programa Nacional de Banda Larga. Por conta disso, nós acabamos tomando conhecimento do projeto do satélite e – uma coisa puxou a outra – acabamos discutindo a política espacial brasileira, que é algo extremamente rico.

Foi grande a contribuição dada aqui para o entendimento da Comissão e para os *Anais* do Senado – tudo o que discutimos aqui será transformado em documento que vai fazer parte do arcabouço de conteúdos do Senado Federal. Então, a contribuição de todos os expositores foi muito, muito rica, muito valiosa, e eu agradeço imensamente a participação de todos e a deferência do atendimento ao nosso convite.

Muito obrigado a todos.

Não havendo mais nada a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Às onze horas e quarenta e um minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e quatorze, na sala sete, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Angela Portela, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Kaká Andrade, Lídice da Mata, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os senhores Senadores Zeze Perrella, João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, José Agripino e Gim. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Senhora Presidente Eventual informa que o objetivo da reunião é de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei n.º 03, de 2014 – CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências". Neste momento, a Senhora Presidente Eventual passa a palavra ao Senador Anibal Diniz, relator das Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 3 (três) emendas de metas e prioridades ao PL nº 03/2014 – CN**: Emenda n.º 01**: Ação: 20V6 – Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo; quantidade de meta: 100.000, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg. **Emenda n.º 02:** 20UU – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia, Fármacos e Medicamentos; quantidade de meta: 5.000, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata e Cristovam Buarque. **Emenda n.º 03:** 20V8 – Apoio a Projetos de Inclusão Digital, quantidade de meta: 1.000, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata e Cristovam Buarque. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao PL nº 03/2014 – CN, o Senhor Presidente Eventual submete à Comissão a dispensa da leitura da presente Ata, que é dada como aprovada, e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e sete minutos determinando que eu, **Bruno Souza de Barros, Analista Legislativo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Angela Portela,** Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, que se realiza hoje, 18 de novembro de 2014.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática apresentadas ao Projeto de Lei nº 03/2014-CN, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências".

A Comissão recebeu 16 emendas.

Foi designado Relator das emendas o Senador Anibal Diniz.

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz, para leitura do seu Relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senadora Angela Portela.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) sobre as propostas de emendas apresentadas à Comissão referentes ao Projeto de Lei nº 3, de 2014-CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências".

No prazo estabelecido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, foram apresentadas 16 propostas de emendas ao Projeto de Lei nº 3, de 2014-CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências" (LDO 2015). Todas as propostas têm por objetivo incluir ações para a elaboração do Anexo de Metas e Prioridades do referido projeto.

O parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização prevê que cada Comissão poderá apresentar até três emendas destinadas à criação do Anexo de Metas e Prioridades à LDO 2015. As emendas a serem apresentadas pela Comissão devem ser acompanhadas da ata da reunião que as definir.

As 16 propostas de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades apontam para oito ações distintas, todas voltadas para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Diante do fato de que a Comissão poderá apresentar apenas três emendas e em face do caráter estratégico das ações indicadas, propomos que esta Comissão apresente emendas ao referido Anexo que incluam as ações seguintes:

1. 20V8 – Apoio a Projetos de Inclusão Digital. (Proposta da Senadora Lídice da Mata e dos Senadores Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg);

2. 20V6 – Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo. (Proposta da Senadora Lídice da Mata e do Senador Cristovam Buarque.)

3. 20UU – Pesquisa, desenvolvimento e inovação em biotecnologia, fármacos e medicamentos.(Proposta pela Senadora Lídice da Mata e pelo Senador Cristovam Buarque).

Entendemos que essas propostas são as que melhor sintetizam as indicações de prioridades encaminhadas pelos Senadores a esta Comissão.

Diante do exposto, votamos, Srª Presidenta, no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das seguintes emendas para a elaboração do Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2015: Ação 20V6 – Fomento à pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo (proposta nº 3, da Senadora Lídice da Mata); Ação 20UU – Pesquisa, desenvolvimento e inovação em biotecnologia, fármacos e medicamentos (Proposta nº 15, do Senador Cristovam Buarque) e Ação 20V8 – Apoio a projetos de inclusão digital (Proposta nº 16, do Senador Rodrigo Rollemberg).

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Em discussão o relatório do Senador Anibal. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo Relator permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião corrente contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião

(Iniciada às 11 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.)

Edição de hoje: 568 páginas

(O.S. 15251/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL